

# 17<sup>a</sup> Jornada Científica univel



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

ANAIS 2019

 univel  
CENTRO UNIVERSITÁRIO



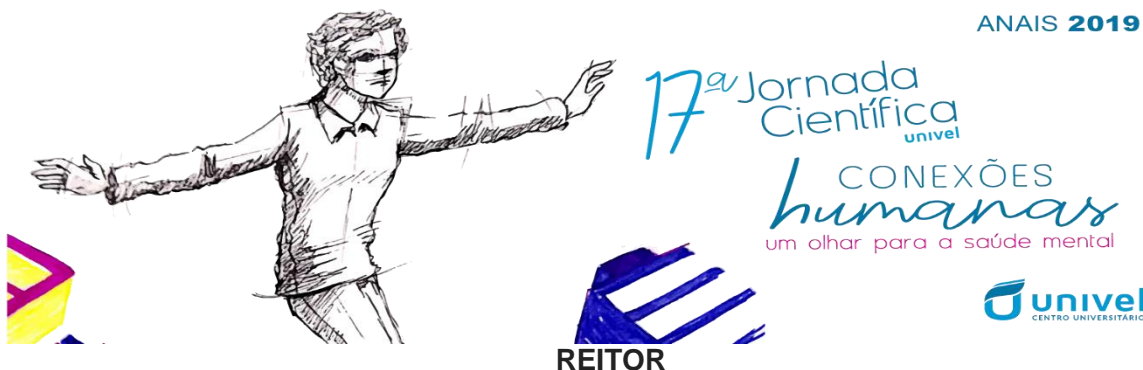
J828a Jornada Científica da Univel (17.: 2019 : Cascavel, PR).  
Anais... XVII Jornada Científica da Univel: Conexões humanas: um  
olhar para a saúde mental., 22 e 23 de outubro de 2019, Cascavel, PR  
[recurso eletrônico] : Comissão organizadora: Elaine Aparecida Wilges  
Kronbauer...[et al]. - Cascavel: Univel, 2019.

ISBN 978-65-5629-024-9

1. União Educacional de Cascavel – Congressos.  
2. Educação. I. Título

CDD 370

Ficha catalográfica elaborada por Nathalia Lima da Costa Uliano – CRB 9 / 1855



**REITOR**

RENATO SILVA

**PRÓ-REITORA ACADÊMICA**

VIVIANE SILVA

**COORDENADORA PEDAGÓGICA**

VERA LÚCIA PAULIN

**COMISSÃO ORGANIZADORA**

DANIEL ZAMPIERI LOUREIRO  
ELAINE APARECIDA WILGES KRONBAUER  
LETÍCIA AFONSO ROSA GARCIA  
RAIZA GONÇALVES DA SILVA  
TATIANA MARCEDA BACH  
SHEILA SPONGOSKI  
VERA LÚCIA PAULIN

**COMISSÃO CIENTÍFICA**

Prof. Adriano Azevedo  
Prof. Alex Sandro Rodrigues dos Santos  
Prof. Alexandre Luís Muller  
Profa. Ananda Fagundes Guarda  
Profa. Andrea Christina Meirelles  
Prof. Antônio Carlos Machado  
Profa. Camila Candida Compagnoni Dos Reis  
Prof. Cristian Cipriani  
Prof. Daniel Zampieri Loureiro  
Profa. Dayane Cristina da Silva  
Profa. Deisi Ferrari  
Prof. Douglas Guedes Batista Torres  
Prof. Édi Carlo Waldrich  
Profa. Elizabet Leal da Silva



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

Profa. Eloeth Kaliska Piva  
Prof. Everton Jaime Gugel  
Prof. Fausto Alencar Irschlinger  
Prof. Germano Scarabeli Custodio Assunção  
Profa. Gislaine Buracki de Andrade  
Profa. Gislaine Genaro  
Prof. Guilherme Machado do Carmo  
Profa. Heloísa Confortim  
Profa. Janaina Bedin  
Prof. Jean Franciesco Vettorazzi  
Prof. Jocemar do Nascimento  
Prof. José Roberto Domingues da Silva  
Profa. Kássia Beltrame  
Profa. Kátia Rocha Salomão  
Profa. Keli Patricia Herpich  
Prof. Lademir Renato Petrich  
Prof. Leandro Batista Faccin  
Prof. Leonardo da Silva Garcia  
Prof. Lucas Précoma Lorenzini  
Profa. Lygia Maria Copi  
Prof. Marco Antonio Rodrigues  
Prof. Matheus de Lima Goedert  
Profa. Monique Farber  
Prof. Nilson dos Santos Dias  
Prof. Osvaldo Mesquita Júnior  
Prof. Pablo Rodrigo Skowronski Lazarini  
Prof. Paulo Tadeu Figueira  
Prof. Poliane Christina Ghiggi Werner  
Prof. Rafael Maximiano Ferreira  
Prof. Raquel Goreti Eckert Dreher  
Rodrigo Cezar Mendes  
Prof. Rodrigo Silvério Cardoso  
Prof. Ruy Fernandes da Silva Costa  
Profa. Sandra Mara Martins Ribeiro  
Profa. Sheila Spongowski  
Profa. Suzana Costa Wrublack  
Profa. Tatiana Marceda Bach  
Profa. Thais Damaris da Rocha Thomazini  
Profa. Thalita Fernandes Stefanello  
Prof. Thiago Guerra  
Prof. Thiago Leite  
Prof. Vanessa Taques Batista Josefi  
Prof. Vinicius Tessele





**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

**CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Ms DANIEL ZAMPIERI LOUREIRO

Profa. Ms. ELAINE APARECIDA WILGES KRONBAUER

Profa. Dra. TATIANA MARCEDA BACH

**PLANEJAMENTO GRÁFICO**

Esp. PAULA TAMARA MANTOVANI BUSS - Diagramação

Prof. Esp. BRUNO PASQUALOTTO - Vetorização

Prof. Esp. LUIZ CARLOS MACHADO - Ilustração

## PROGRAMAÇÃO:

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

CONEXÕES  
humanas  
um olhar para a saúde mental

## PROGRAMAÇÃO

### Dia 22/10

**18h30 às  
19h15**

Credenciamento  
(em frente ao Auditório)

**19h15 às  
19h30**

Abertura (Auditório)

**19h30  
às 20h**

Apresentação Cultural  
  
Apresentação  
Grupo Ginástica Rítmica  
(GR) de Toledo Paraná

**20h às 21h30**

Palestra: Ansiedade e Depressão:  
epidemias da vida moderna.

Dra. Ana Beatriz Barbosa Silva  
Médica pela Universidade Estadual do  
Rio de Janeiro (UERJ), Psiquiatra pela  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
(UFRJ). Ana Beatriz é referência nacional  
no tratamento dos transtornos mentais.  
Palestrante, autora com mais de 2 milhões  
de livros vendidos, entre eles Mentas  
Perigosas: o psicopata mora ao lado,  
Mentas ansiosas, Mentas Consumistas,  
Janelas da Mente, entre outros. Autora  
da Cartilha Antibullying, do Conselho  
Nacional de Justiça (CNJ).

### Dia 23/10

**19h às  
20h30**

Exposição de Painéis  
(Bloco C)

Acadêmicos e demais inscritos

**20h45 às  
22h45**

Apresentação de Artigos  
(salas)

Acadêmicos e demais inscritos

## SUMÁRIO

EDITORIAL.....	18
<b>ARTIGOS DE ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
A ADOÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS EM UM CURSO DE ADMINISTRAÇÃO.....	20
A IMPORTÂNCIA E RELEVÂNCIA DO <i>MOBILE BANKING</i> NO ATENDIMENTO AOS CLIENTES DE UMA AGÊNCIA BANCARIA .....	33
ANÁLISE DO USO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL ODS COMO FERRAMENTA DE SUSTENTABILIDADE EM UM SUPERMERCADO DE CASCAVEL-PR .....	46
ANÁLISE ESTRATÉGICA DE UMA EMPRESA DE VENDAS DE AUTOMÓVEIS NA CIDADE DE CASCAVEL- PR SEGUNDO AS CINCO FORÇAS DE PORTER .....	59
MOTIVAÇÃO NO TRABALHO EM UMA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	74
O NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS CONSUMIDORES NO E-COMMERCE MAD COSMÉTICOS LTDA. DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL.....	88
O USO DA ALIANÇA ESTRATÉGICA COMO VANTAGEM COMPETITIVA PARA UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM CASCAVEL - PR.....	100
<b>ARTIGOS DE AGRONOMIA .....</b>	<b>113</b>
AVALIAÇÃO DE DIFERENTES FORMULAÇÕES DE SUBSTRATOS NA PRODUÇÃO DE MUDAS DE BALSAMINA DOBRADA SORTIDA .....	114
QUALIDADE DA ÁGUA PARA FINS DE IRRIGAÇÃO: UMA ABORDAGEM ACERCA DOS PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS E MICROBIOLÓGICOS.....	122
SEMEADURA DA SOJA EM DIFERENTES DENSIDADES POPULACIONAIS.....	132
<b>ARTIGOS DE ARTES .....</b>	<b>146</b>
A CONTRIBUIÇÃO DA ARTE, ESPECIFICAMENTE A LINGUAGEM POÉTICA, PARA O DESENVOLVIMENTO DO AUTOCONHECIMENTO E PARA A CATARSE EMOCIONAL EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	147
A REPRODUTIBILIDADE DA ARTE NA CONTEMPORANEIDADE POR MEIO DO INSTAGRAM .....	159
O TEATRO COMO JOGOS TEATRAIS, NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO CORPORAL DO FISSURADO LABIOPALATAL .....	171
<b>ARTIGOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....</b>	<b>184</b>

ANÁLISE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO DO PARANÁ.....	185
ANÁLISE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR .....	198
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA EMPRESA ESTATAL PETROBRÁS S.A DURANTE A OPERAÇÃO LAVA JATO ENTRE 2014 A 2018.....	214
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: COMPARATIVO DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS DE EMPRESAS DO RAMO DE CALÇADOS NO BRASIL .....	227
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA KROTON EDUCACIONAL S.A.....	242
ANÁLISE DO PERFIL EMPREENDEDOR EM ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ .....	255
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS: CONSELHO DELIBERATIVO SÃO FRANCISCO DE ASSIS – CDESFA E INSTITUTO IMPULSO.....	269
AUDITORIA INTERNA: UMA FERRAMENTA PARA A GESTÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.....	282
CUSTO DA ATIVIDADE LEITEIRA EM UMA PEQUENA PROPRIEDADE NO INTERIOR DE CATANDUVAS-PR .....	296
EDUCAÇÃO FINANCEIRA E GERENCIAMENTO DAS FINANÇAS PESSOAIS: UM DESAFIO ATUAL PARA ACADÊMICOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONTÁBEIS DO ANO DE 2019 .....	308
ESOCIAL E SEUS REFLEXOS NA CULTURA ORGANIZACIONAL DAS PARTES ENVOLVIDAS: CONTADORES, EMPRESÁRIOS E RECURSOS HUMANOS.....	323
ESTOQUES: AUDITORIA INTERNA DE UMA EMPRESA DE REVENDA DE MOVÉIS PARA ESCRITÓRIO DA CIDADE DE CASCAVEL PARANÁ.....	337
ESTUDO DE CASO: PIS/COFINS – CRÉDITO SOBRE PEÇAS DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS.....	349
EXCLUSÃO DE ICMS DA BASE DE CÁLCULO DE PIS E DA COFINS EM UMA EMPRESA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE BISCOITOS, MASSAS E REFRESCOS EM CASCAVEL – PR .....	362
GESTÃO DE CUSTOS APLICADA NA SUINOCULTURA NAS ATIVIDADES INTEGRADAS: CRIA E ENGORDA.....	377
GOVERNANÇA CORPORATIVA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO PARANÁ .....	390



INSTRUMENTOS CONTÁBEIS GERENCIAIS: UMA OPÇÃO PARA A GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA CIDADE DE BOA VISTA DA APARECIDA-PR.....	407
INVESTIMENTOS NO MERCADO ABERTO: UMA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM COMPARAÇÃO COM OS INDICADORES FINANCEIROS DE INVESTIMENTOS .....	418
O SETOR DE <i>COMPLIANCE</i> NA PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COOPERATIVAS.....	431
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO REALIZADO EM UMA EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO E REVENDA DE GÁS NO OESTE DO PARANÁ.....	445
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ENTIDADES RELIGIOSAS: DEMONSTRATIVOS E INFORMAÇÕES DIVULGADAS AOS COLABORADORES DA DIOCESE DE CASCAVEL - PR .....	458
<b>ARTIGOS DE DESIGN GRÁFICO.....</b>	<b>471</b>
EFEITO DA MARCA SOBRE O CONSUMIDOR DE BAIXA RENDA.....	472
<b>ARTIGOS DE DIREITO .....</b>	<b>483</b>
A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL, COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL.....	484
A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NA UNIÃO HOMOAFETIVA ENTRE HOMENS.....	498
DIREITO À CRECHE: ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL .....	510
DIREITOS HUMANOS: O RELATO DE UMA PRÁTICA COM TEATRO DE FANTOCHES DOS ANOS DE 2014 E 2015.....	522
DIREITOS HUMANOS: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS PRÁTICAS COM TEATRO DE FANTOCHES DOS ANOS DE 2016 E 2017 .....	534
O HABEAS DATA E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....	547
O USO DE APLICATIVOS DE VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO EM RELAÇÕES AFETIVAS E O DIREITO À INVIOABILIDADE DA VIDA PRIVADA .....	558
PENA DE MORTE: DESMITIFICANDO O SENSO COMUM .....	566
PLEA BARGAINING NO PROJETO ANTICRIME: UMA AVENTURA POLÍTICO-CRIMINAL .....	579
REAÇÕES ADVERSAS AOS MEDICAMENTOS E A RESPONSABILIDADE CIVIL DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA .....	592
<b>ARTIGOS DE GESTÃO FINANCEIRA.....</b>	<b>606</b>

GESTÃO FINANCEIRA: ESTUDO DA APLICAÇÃO DE INDICADORES FINANCEIROS EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO MUNICÍPIO DE PALOTINA - PR.....	607
<b>ARTIGOS DE MEDICINA VETERINÁRIA .....</b>	<b>620</b>
A TEMÁTICA DO BEM ESTAR ANIMAL E ABATE HUMANITÁRIO NO CONTEXTO ATUAL .....	621
<i>RHIPICEPHALUS (BOOPHILUS) MICROPLUS</i> , O CARRAPATO DO BOI .....	630
<b>ARTIGOS DE PEDAGOGIA.....</b>	<b>639</b>
A ATUAÇÃO INTENCIONAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BERÇÁRIO: UM ESTUDO DE CASO EM UM CMEI NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR .....	640
A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COM A ORALIDADE ATIVA EM TURMAS DE 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	652
A RELEVÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	666
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR; UMA ANÁLISE DE PROFESSORES QUE ATUARAM NA ÉPOCA DE 1.964 A 1.985.....	679
AS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA, A ESCOLA E A APRENDIZAGEM: ANÁLISE, IMPORTÂNCIA E DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO DE QUALIDADE.....	691
EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA ATUAÇÃO DOCENTE NA PRÉ-ESCOLA I DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CASCAVEL/PR.....	703
O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR PARA AS METODOLOGIAS DE ENSINO EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE CASCAVEL - PR .....	715
PROMOVER A APRENDIZAGEM POR MEIO DO BRINCAR LIVRE NA PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA.....	727
REPRODUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE ACERCA DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL ETAPA CRECHE.....	739
<b>ARTIGOS DE PSICOLOGIA .....</b>	<b>752</b>
A PRIMEIRA INFÂNCIA E A CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA.....	753
OS DESAFIOS DA CONVIVÊNCIA ENTRE AS DIVERSAS GERAÇÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO .....	769
POSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO DO PATRONÍMICO EM RAZÃO DO ABANDONO AFETIVO .....	785

PSICOPATIA E IDENTIFICAÇÃO DE EXPRESSÕES FACIAIS EMOCIONAIS .....	799
TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE: ASPECTO HISTÓRICO, SINTOMAS E TRATAMENTOS .....	811
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: PERCURSO HISTÓRICO E PSICOSSOCIAL.....	820
<b>ARTIGOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA .....</b>	<b>828</b>
ANÁLISE DA DESCONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA PRINCESA NA SÉRIE (DES)ENCANTO .....	829
CANTINA UNIVERSITÁRIA: REPRESENTAÇÕES DA MARCA AOS CONSUMIDORES. 843 ENDOSSO DE CELEBRIDADE EM PROPAGANDA: ANÁLISE DO ENDOSSANTE TONY RAMOS EM RELAÇÃO A MARCA FRIBOI JBS .....	855
REDESENHO DA IDENTIDADE VISUAL DA EMPRESA DALL MACEDO ENGENHARIA COMO ESTRATÉGIA DE REPOSICIONAMENTO DE MARCA .....	868
REPRESENTAÇÕES DA IMAGEM DA MARCA ATELIÊ DO MEL NA MENTE DO CONSUMIDOR.....	881
<b>RESUMOS DE ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>892</b>
A ATUAÇÃO DO NÚCLEO PEDAGÓGICO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL NO FORTALECIMENTO DOS VALORES ORGANIZACIONAIS.....	893
A REPRESENTATIVIDADE DO CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO (CPE) NA FORMAÇÃO TÉCNICA E HUMANIZADA DO ACADÊMICO DE ENSINO SUPERIOR DA UNIVEL.....	895
<b>RESUMOS DE AGRONOMIA .....</b>	<b>897</b>
CONTROLE DE PLANTAS DANINHAS COM O USO DE DIFERENTES HERBICIDAS NO MILHO SEGUNDA SAFRA.....	898
HORTA COMUNITÁRIA: UMA AÇÃO ENTRE O CURSO DE AGRONOMIA – UNIVEL, E A CASA DE ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULA .....	900
NÍVEIS TECNOLÓGICOS DE ADUBAÇÃO DE COBERTURA E DE CONTROLE DE DOENÇAS NA CULTURA DO MILHO.....	902
<b>RESUMOS DE ARQUITETURA E URBANISMO.....</b>	<b>904</b>
ESTUDO E ANÁLISE DO MEIO URBANO DE CASCAVEL- PR EM RELAÇÃO AOS PARÂMETROS DO URBANISMO SUSTENTÁVEL.....	905
MODELAGEM FÍSICA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA – FABRICAÇÃO COM AUXÍLIO DE COMPUTAÇÃO E CORTE LASER.....	909

NILSON GOMES VIEIRA 50 ANOS DE HISTÓRIA: INVENTÁRIO E CONSERVAÇÃO DE ACERVO PROFISSIONAL, EXPOSIÇÃO PERMANENTE E ITINERÁRIA DA OBRA .....	911
PANORAMA COMPARATIVO E VIABILIDADE ECONÔMICA DA ENERGIA SOLAR NAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS NA CIDADE DE CASCAVEL- PR.....	913
REALIDADE AUMENTADA: PESQUISA E CONSTRUÇÃO DE CAIXA DE AREIA PARA ESTUDOS DE GEOMORFOLOGIA.....	917
<b>RESUMOS DE ARTES VISUAIS.....</b>	<b>920</b>
A COMPOSIÇÃO ARTÍSTICA COMO FORMA DE PERSUASÃO NAS MÍDIAS, ANALISANDO AS OBRAS SÃO MATEUS E O ANJO DE CARAVAGGIO .....	921
MÚSICA E EXPRESSÃO ARTÍSTICA: A PRÁTICA MUSICAL NO ENSINO MÉDIO COMO COMPREENSÃO DO SENTIDO DA ARTE .....	923
SEXISMO NO UNIVERSO DOS QUADRINHOS: A FANTASIA DELES SOBRE NÓS .....	926
<b>RESUMOS DE BIOMEDICINA.....</b>	<b>929</b>
AGROTÓXICOS E O MEIO AMBIENTE .....	930
AGROTÓXICOS E SAÚDE MENTAL .....	932
DETECÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS EM LEITE DE NUTRIZES .....	934
EXTRAÇÃO DE QUERATINA A PARTIR DE RESÍDUO DE INDÚSTRIA AVIÁRIA PARA PRODUÇÃO DE BIOPOLÍMERO .....	936
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.....	938
INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA TERCEIRA IDADE .....	940
LIPOPROTEÍNAS E SUAS AÇÕES NO ORGANISMO .....	942
MÉTODOS CONTRACEPTIVOS: OPÇÕES RELEVANTES .....	944
TÍTULO (PARASITOSES INTESTINAIS EM ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL - PR).....	946
USO DE AGROTÓXICOS EM PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO.	948
<b>RESUMOS DE DIREITO .....</b>	<b>950</b>
ALIENAÇÃO PARENTAL SOB A ÓTICA DO DIREITO – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA LEI 12.318/10.....	951
DIREITO TRIBUTÁRIO E ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA .....	953



DOS CONTRATOS DE FRETE REGIDOS PELA LEI 11.442/2007: O PACTA SUNT SERVANDA.....	955
CONHECENDO O PROJETO DE EXTENSÃO: COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER ASPECTOS JURÍDICOS E PSICOLÓGICOS.....	957
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O DIREITO A INOVAÇÃO.....	959
PLEA BARGAINING NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO RÉU.....	961
PROJETO DE EXTENSÃO “DIREITO NA COMUNIDADE” .....	963
<b>RESUMOS DE ENGENHARIA CIVIL.....</b>	<b>965</b>
COMPARAÇÃO DA ESTIMATIVA DO FATOR DE ATRITO DE COLEBROOK COM DADOS EXPERIMENTAIS DE ESCOAMENTO DE ÁGUA.....	966
CONCRETO: PRINCIPAIS PROPRIEDADES E SUAS INFLUÊNCIAS.....	968
CONCRETO: PRINCIPAIS PROPRIEDADES E SUAS INFLUÊNCIAS.....	970
INTERVENÇÕES DA ENGENHARIA A FIM DE MINIMIZAR OS EFEITOS NOCIVOS DA OCILAÇÃO FORÇADA POR RESSONÂNCIA EM ESTRUTURAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL .....	972
LUZ COMO UMA ONDA.....	974
O ESTUDO DA DIFRAÇÃO E SUA APLICAÇÃO EM RAIO X.....	976
PERSPECTIVA DO EFEITO DA NANOTECNOLOGIA NA PRODUÇÃO DE PASTA CIMENTÍCIA.....	978
UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA CONFECÇÃO DE CONCRETOS .....	981
<b>RESUMOS DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO .....</b>	<b>983</b>
O PAPEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA INDÚSTRIA 4.0.....	984
REDES NEURAIS ARTIFICIAIS E SUAS APLICAÇÕES NA PREVISÃO DE DEMANDA .	986
<b>RESUMOS DE ENGENHARIA MECÂNICA.....</b>	<b>989</b>
A APLICABILIDADE DO COBALTO E MANGANÊS COMO ELEMENTOS DE LIGA NO AÇO .....	990
ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA FERRITA DELTA EM AÇO INOXIDÁVEL SUPERMARTENSÍTICO (AISM): COMPARATIVO ENTRE O PROCESSO DE SOLDAGEM PLASMA CONVENCIONAL E PULSADO.....	993

ANÁLISE E DIMENSIONAMENTO DE UMA GAIOLA TIPO BAJA .....	996
CARACTERÍSTICAS E APLICAÇÕES DO AÇO BAIXO CARBONO .....	998
EFICIÊNCIA DAS BATERIAS APLICADAS A SISTEMAS FOTOVOLTAÍCOS .....	1000
FORMAÇÃO DA ZTA DURANTE UM CICLO TÉRMICO DE SOLDAGEM NO AÇO CARBONO .....	1003
GRAFENO: UMA ALTERNATIVA ÀS BATERIAS DO FUTURO.....	1005
INFLUÊNCIA DOS GASES DE PROTEÇÃO NA SOLDA MIG/MAG EM AÇO CARBONO .....	1008
<b>RESUMOS DE FISIOTERAPIA.....</b>	<b>1010</b>
A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL FISIOTERAPEUTA NA REABILITAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA DE PACIENTES COM DIAGNÓSTICO DE CÂNCER DE PULMÃO .....	1011
ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA NA REABILITAÇÃO DAS LESÕES MUSCULARES DE ISQUIOTIBIAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	1013
COMO O ÁLCOOL E AS DROGAS AGEM NO ORGANISMO .....	1015
DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS: REVISÃO DE LITERATURA.....	1017
ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA NERVOSA TRANSCUTÂNEA E OS EFEITOS ANALGÉSICOS NA DOR ONCOLÓGICA.....	1019
ESTRUTURA ANATÔMICA DO JOELHO COM MATERIAIS DIDÁTICOS .....	1021
FISIOTERAPIA OBSTÉTRICA: UMA ALIADA DA SAÚDE DA MULHER .....	1023
IMPORTÂNCIA DO FISIOTERAPEUTA NO CUIDADO PALIATIVO DE PACIENTES ONCOLÓGICOS.....	1025
MARCHA DE UM ADULTO COM OSTEOMIELITE .....	1027
MODELAGEM DOS LIGAMENTOS DA MÃO E PUNHO ATRAVÉS DA TÉCNICA COM BISCUIT .....	1029
MODELO ANATÔMICO DA PELVE COMO FACILITADOR DO APRENDIZADO DE ANATOMIA PARA ALUNOS DA ÁREA DA SAÚDE .....	1031
PADRÃO DE MARCHA DE UMA CRIANÇA COM QUEIMADURA DE TERCEIRO GRAU EM TORNOZELO .....	1033
PREVALÊNCIA DE FATORES DE RISCO PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM IDOSOS DO GRUPO UNIÃO DO BAIRRO GUARUJÁ EM CASCAVEL – PR.....	1035

PREVALÊNCIA DE FATORES DE RISCO PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM IDOSOS ATENDIDOS PELA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO SANTA CRUZ EM CASCAVEL – PR.....	1038
RESPOSTA CARDIORRESPIRATÓRIA COM ATLETAS DE RUGBY ANTES E APÓS O TREINO.....	1040
SAÚDE E TRABALHO: A IMPORTÂNCIA DA BOA POSTURA E DO PROFISSIONAL FISIOTERAPUTA COMO AGENTE EDUCADOR.....	1042
<b>RESUMOS DE MEDICINA VETERINÁRIA .....</b>	<b>1044</b>
EFEITO DE ACARICIDAS COMERCIAIS SOBRE A REPRODUÇÃO DO CARRAPATO <i>RHIPICEPHALUS MICROPLUS</i> .....	1045
PREVALÊNCIA DOS PRINCIPAIS GÊNEROS DE NEMATÓDEOS GASTRINTESTINAIS EM BOVINOS.....	1047
RESISTÊNCIA PARASITÁRIA BOVINA À IVERMECTINA.....	1050
RESISTÊNCIA PARASITÁRIA BOVINA AOS ANTI-HELMÍNTICOS .....	1053
<b>RESUMOS DE NUTRIÇÃO .....</b>	<b>1055</b>
EFEITOS DA SUPLEMENTAÇÃO COM SUCO DE BETERRABA E AUMENTO DA PERFORMANCE EM PRATICANTES DE EXERCÍCIOS FÍSICOS .....	1056
EXPOSIÇÃO A PESTICIDAS AMBIENTAIS E O RISCO DE MÁ FORMAÇÃO CONGÊNITA: REVISÃO DE LITERATURA.....	1058
EXPOSIÇÃO PRÉ-NATAL E INFANTIL A PESTICIDAS AMBIENTAIS E O RISCO DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: REVISÃO DE LITERATURA.....	1060
PERFIL NUTRICIONAL E INCIDÊNCIA DE COMPLICAÇÕES GASTROINTESTINAIS EM PACIENTES SUBMETIDOS AO TRANSPLANTE DE MEDULA ÓSSEA AUTÓLOGO....	1062
<b>RESUMOS DE PEDAGOGIA.....</b>	<b>1065</b>
A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO DE PEDAGOGIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL .....	1066
A EDUCAÇÃO E OS RECURSOS TECNOLÓGICOS NO ENSINO MÉDIO: CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO PROFESSOR.....	1068
A IMPORTÂNCIA DE CONTAR HISTÓRIAS E SUASCONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL .....	1070
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR E DO PROCESSO AVALIATIVO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CASCAVEL - PR .....	1073

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATO DA DOCÊNCIA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL – PR .....	1075
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: ANÁLISE DE ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS EM SALA DE AULA .....	1078
AS CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE NA PRÁXIS DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NA TURMA DE PRÉ-ESCOLA II DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL – PR .....	1080
CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR .....	1083
CONTRIBUIÇÕES DAS METODOLOGIAS DIDÁTICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: QUALIFICANDO SUAS RELAÇÕES SOCIAIS. ....	1086
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ESCOLAR EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE - TDAH.....	1088
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA INTERVENÇÃO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL .....	1090
FORMAÇÃO DO PROFESSOR ATUANTE EM ESCOLAS DO CAMPO EM TURMAS MULTIANOS.....	1092
NÍVEIS DE ESCRITA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: RESULTADOS DE UMA PESQUISA DE CAMPO EM ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR ...	1095
RECURSOS TECNOLÓGICOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SEU USO DIDÁTICO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	1097
VIOLÊNCIA ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE SUA REPRESENTATIVIDADE NA ESCOLA E SUA RELAÇÃO COM OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM .....	1099
<b>RESUMOS DE PSICOLOGIA .....</b>	<b>1101</b>
“LEIS/PRINCÍPIOS UNIVERSAIS” E A PARAPSICOLOGIA.....	1102
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO DA SAÚDE EM GRUPOS DE APOIO A TABAGISTAS .	1104
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR .....	1107
A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO E DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NOS HOSPITAIS .....	1109
A PRÁTICA DA PSICOLOGIA DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AO ENLUTADO.....	1111
DESAFIOS E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ÂMBITO DA SAÚDE PÚBLICA.....	1113





**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

GORDOFOBIA E PADRÃO ESTÉTICO: OS IMPACTOS NA AUTOESTIMA .....	1115
INFLUÊNCIAS DE FALSAS MEMÓRIAS EM RELATOS CRIMINAIS .....	1117
OS DESAFIOS DA PRÁTICA DA PSICOLOGIA HOSPITALAR .....	1119
PROJETO “EDUCARTE” UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR .....	1121
PSICOLOGIA DA SAÚDE ATUANDO NA REDE CAPS AD .....	1123
RELAÇÃO TÉORICO- PRÁTICA DA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA DA SAÚDE INSERIDO NO CAPS .....	1125
<b>RESUMOS DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - TADS.....</b>	<b>1127</b>
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A APRENDIZAGEM DE MÁQUINA.....	1128

## EDITORIAL

A Jornada Científica é um evento realizado anualmente pelo Centro Universitário Univel, organizado pelo Centro de Pesquisa e Extensão (CPE) e aberto a comunidade interna e externa. O intuito do evento é oferecer aos estudantes e profissionais a oportunidade de discutir temas relevantes para a construção do conhecimento e apresentar seus trabalhos das diferentes áreas para a comunidade científica.

Nestes anais o CPE apresenta os resultados dos trabalhos desenvolvidos e aprovados na XVII Jornada Científica do Centro Universitário Univel, cujo tema foi: **“Conexões Humanas: um olhar para a saúde mental”**. Entendemos que a publicação dos anais amplia a divulgação dos trabalhos realizados, incentiva novos pesquisadores, fortalece a continuação das atividades de pesquisa de iniciação científica dos estudantes e aumenta a interação entre a comunidade interna e externa, funcionando como um motivador na produção do conhecimento.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## ARTIGOS DE ADMINISTRAÇÃO

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## **A ADOÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS EM UM CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

Stephani Caroline Scappa Constantino<sup>1</sup>  
Nilson dos Santos Dias<sup>2</sup>

**Resumo:** No âmbito do ensino superior, diante de todas as mudanças exigidas e necessárias pela sociedade, aonde o que se busca é a formação de profissionais com as competências necessárias como, a criatividade, trabalho sob pressão, trabalho em equipe, inovação, ética, responsabilidade entre outros, que são exigidos pelo mercado de trabalho, este artigo irá estudar a implantação das metodologias ativas em um curso de Administração inserido em uma instituição de ensino superior localizada na cidade de Cascavel-PR, o interesse principal por esse estudo é buscar entender é a percepção dos docentes e dos discentes sobre o uso desta metodologia inovadora para o ensino e aprendizagem, os resultados foram coletados através de questionado aplicado a 38 alunos, entrevista com 3 professores e com o coordenador do curso, diante dos resultados foi possível observar que para funcionar a metodologia ativa precisa ser bem estruturada e que ha melhorias para se fazer, porem é um método válido para as instituições de ensino que estão em busca de inovação.

**Palavras-chave:** 1 Metodologia Ativa. 2 Ensino Superior. 2 Inovação.

### **1. Introdução**

Há problemas que norteiam as instituições de ensino superior, uma delas é as salas de aula, que estão cada vez mais vazias, e quando presente, os alunos se distraem facilmente e depositam sua atenção em qualquer outro assunto que não seja acompanhar a aula. Assim, o modelo tradicional de ensino não tem obtido êxito em fazer que os alunos consigam atingir ter um bom nível de aprendizagem (VALENTE, 2017).

As instituições de ensino superior brasileiras caminham para aderir algumas inovações de ensino. De acordo com esse pensamento Adada (2017), afirma que as instituições de ensino superior estão em busca de métodos inovadores de aprendizagem, tendo como objetivo principal que seus discentes possuam um aproveitamento satisfatório da graduação. Pensando nisso algumas instituições aderem ao modelo de metodologias ativas, visto que segundo Diesel, Baldez e Martins (2017), boa parte das instituições estrangeiras já aderiu a esse método de ensino, que

---

<sup>1</sup> Acadêmico de Administração – Univel - Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Mestre – Ciências Contábeis da Univel – Centro Universitário Univel.

nas instituições Brasileiras são tituladas como um diferencial. Considerando que a proposta de metodologias ativas serve para um ensino inovador, inclusivo e eficaz. Pensando nisso será feito um estudo em uma instituição de ensino superior localizada na cidade de Cascavel Paraná para identificar e avaliar a percepção e engajamento dos docentes e discentes do curso de Administração quanto ao uso metodologias ativas.

## **2. Desenvolvimento**

### **Inovação Educacional, o Ensino Superior do Século XXI**

Nas Instituições de Ensino Superior há a existência de diversos métodos de ensino, porém o mais utilizado é o método tradicional, o professor que acompanha a aprendizagem do aluno, no qual deve única e exclusivamente se concentrar no assunto que está sendo ensinado (SANTOS, 2001), Adada (2017), afirma que as instituições de ensino superior brasileiras têm seus modelos de plano de ensino predominantemente voltadas para o ensino tradicional.

Segundo Masseto (2011), a educação assim como todos os outros setores está em busca de inovação, pois vem se deparando com novos desafios, principalmente as necessidades educativas que a sociedade vem impondo. Lacerda e Santos (2002) abordam que o modelo de ensino que molda as instituições de ensino superior vem caindo, isso porque os novos modelos de universidades girarão em torno de mão de obra qualificada. As empresas estão em busca de profissionais que possuam competências técnicas, que sejam capazes de trabalhar em equipe, produzir sobre pressão, ter senso crítico e saber resolver os problemas (LACERDA, SANTOS, 2002).

### **A Transmissão do Conhecimento**

Para os pioneiros em Gestão do Conhecimento Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento é sustentado pela informação, é um recurso invisível, intangível e difícil de imitar, ele está ligado à ação humana e por isso só é adquirido de acordo com o envolvimento e compromisso de cada pessoa. O conhecimento é um processo dividido por duas dimensões, a primeira é o ontológico que diz que o conhecimento é



criado somente por indivíduos, à segunda dimensão é a epistemológico, dentro desta dimensão os autores dizem que o individuo faz uma reflexão sobre o conhecimento que ele mesmo produz, ele avalia absolutamente tudo, sua validade prática, etapas e desenvolvimentos e seus limites.

Dentro do estudo de Nonaka e Takeuchi (1997), é feito uma distinção do conhecimento tácito e do conhecimento explícito: “O conhecimento tácito é pessoal, específico ao contexto e, assim, difícil de ser formulado e comunicado. Já o conhecimento explícito ou codificado refere-se ao conhecimento transmissível em linguagem formal e sistemática” (NONAKA e TAKEUCHI, 1997, p. 65). Os autores acreditam que o conhecimento humano é criado através da interação entre os conhecimentos tácito e explícito.

### **Competências e Habilidades para o Administrador que é Regido pela Diretriz Curricular Nacional (DCN)**

Assim como os outros cursos do ensino superior, o curso de administração também é regido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que deve ser respeitadas pelas instituições de ensino em sua organização curricular. Na DCN do curso de Administração tem certas competências e habilidades que o administrador deve ter, segue alguns exemplos assim descritos no Art. 4º: reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva, desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico, ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional, desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, (MEC, 2005).

### **Metodologias Ativas de Ensino**

De acordo com Mitre et.al. (2008), a metodologia ativa está baseada em um princípio que significa autonomia, e é uma atividade que é desenvolvida com o propósito de ensinar todos que nela estão envolvidos, nas metodologias ativas a

aprendizagem envolve a auto iniciativa dos discentes, e as instituições de ensino devem formar profissionais capazes de auto gerenciar seu processo de aprendizagem.

Para Gonçalves (2018), as metodologias ativas incentivam os alunos e professores há praticas educacionais inovadoras, na qual tanto quem ensina como quem aprende tem uma visão diferenciada do processo. O método ativo de ensino acontece quando o aluno tem interesse e interage com o assunto que está sendo tratado, se envolvendo de uma forma que desperta sua curiosidade, estimulando a construção do seu conhecimento ao invés de recebê-lo do professor.

Existem diversos métodos que são caracterizados como metodologias ativas, segundo Adada (2017), é preciso priorizar os métodos ativos que baseia-se em resultados que enfatizam a aquisição de habilidades e atitudes. Diante do exposto neste tópico será destacado algumas das metodologias ativas que já foram utilizadas por algumas instituições de ensino superior.

**Tabela 2 – Exemplos de algumas Metodologias Ativas existentes.**

1	Ensino Híbrido	Utiliza diversas metodologias, combina diferentes tempos, atividades e espaços. Faz a utilização da tecnologia, permitindo mobilidade e conectividade (ADADA, 2017). O estudante aprende parte do conteúdo por ensino on-line (HORN, STAKER, 2015).
2	Estudo de Caso	Modelo de ensino aonde a apresentação dos conteúdos é feita através de vídeos que são gravados pelos professores, e que posteriormente são disponibilizados para que os alunos possam assistir, as atividades que são propostas pelos professores serão realizadas em sala de aula, com a formação de equipes e auxílios dos professores. Promove um ambiente colaborativo de aprendizagem (TREVISAM, PEREIRA, OLIVEIRA, 2013).
3	Estudo de Caso	O estudo de caso dentro da metodologia ativa coloca o aluno a frente de problemas reais ou simulados pelo professor, mas com o objetivo de fazê-los resolver esses eventuais problemas, tendo em vista a aprendizagem de conceitos, teorias e habilidades (ADADA, 2017).
4	Gameificação	A gameificação utiliza elementos que são encontrados nos games (jogos), como a narrativa, recompensa, cooperação, conflitos, competição, feedback, diversão, tentativa de erros, entre outros aspectos, tudo isso afim de obter um grau de envolvimento dos estudantes, com o objetivo de encontrar neles a mesma garra, motivação e competitividade dos jogadores (FARDO, 2013).
5	Aprendizagem Baseada em Problemas	Ao invés de se tratar somente da transmissão do conhecimento, esse método se concentre no construtivismo, em reconstruir o conhecimento, e esse processo está centrado nos discentes.

		Os estudantes são divididos em grupo, que são auxiliados por tutores, nesse caso o professor não é mais o transmissor do conhecimento, ele se torna um facilitador da aprendizagem, e promove assim a construção do conhecimento, habilidades, atitudes e valores (MORAES, MANZINI, 2006).
--	--	--

**Fonte:** (ADADA, 2017); (HORN,STAKER, 2015);(TREVISAM, PEREIRA, OLIVEIRA, 2013); ;(FARDO, 2013); (MORAES, MANZINI, 2006).

### 3. Metodologia

Pesquisa descritiva, que para Beuren et. al. (2006) é uma coleta de dados que está enquadrado entre método de pesquisa exploratória e explicativa, na pesquisa descritiva os dados coletados devem ser observados, registrados, analisados, classificados e interpretados. Neste artigo foi feito um estudo sobre a implantação das Metodologias Ativas em uma instituição de ensino superior privada, por isso trata-se de um estudo de caso. Segundo Beruren et. al. (2006) irá estudar um caso isolado, e servirá para aprofundar o conhecimento a respeito dessa temática. Os resultados dessa pesquisa serão obtidos através de entrevista com os professores (3 professores), o coordenador do curso (1 coordenador) e questionários para os alunos (38 alunos).

A entrevista é utilizada para obter informações que não podem ser encontradas em fontes documentais, mas podem ser fornecidas por quem está sendo entrevistado (CERVO, BERVIAN, SILVA, 2007).

O questionário é formado por perguntas ordenadas, elas devem ser respondidas sem a presença do pesquisados. O pesquisador tem que deixar claro para o pesquisado a importância do assunto a ser tratado na pesquisa e a necessidade de obter essas respostas (MARCONI, LAKATOS, 2010).

É uma pesquisa de cunho qualitativo. Na abordagem qualitativa é feita uma investigação profunda sobre os fenômenos (não tem dados estatísticos) que estão sendo estudados na pesquisa. Abordar um tema de forma qualitativa é a forma adequada para conhecer os fenômenos da pesquisa (BEUREN et. al. 2006).

### 4. Resultados

Para dar início a análise dos dados, será caracterizado o perfil dos discentes envolvidos nessa pesquisa.

Considerando um total de 63 alunos matriculados no 8º semestre do curso de Administração, 38 deles responderam a essa pesquisa o que dá um percentual de 60,32%, sendo que desses 38 alunos, 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino.

**Tabela 3** – Título da Tabela 1

1	Feminino	50%
2	Masculino	50%

Fonte: A autora

No grupo em que a pesquisa foi feita, há alunos de 20 a 38 anos, sendo que a média de idade é de 23 anos, então se caracteriza por ser um grupo de perfil jovem. Os alunos que responderam a pesquisa encontram-se matriculados no 8º, que corresponde ao último ano do curso de Administração.

### **Conhecimento dos discentes em relação às metodologias ativas**

Visto que no referencial teórico muito se fala sobre a inovação no ensino e aprendizagem, e que as metodologias ativas dentro desse contexto de mudança no ensino é considerado um método de ensino inovador, foi perguntado aos discentes se eles consideram as metodologias ativas uma inovação no ensino e se eles já tinham o conhecimento desse método antes de ingressar na instituição.

**Tabela 4** – Metodologia ativa é um método inovador?

1	Sim	84%
2	Não	16%

Fonte: A autora

**Tabela 5** – Tinha conhecimento sobre as metodologias ativas antes de ingressar na instituição.

1	Sim	84%
2	Não	16%

Fonte: A autora

Diante do exposto dos resultados, é importante ressaltar que pouco se fala sobre as metodologias ativas, e que nas academias Brasileiras esse método tem tomado forma aos poucos.

Para identificar qual é a percepção dos discentes em relação à inserção das metodologias ativas, primeiro é necessário saber o que eles entendem por metodologias ativas.

**Tabela 6** – Percepção Sobre as metodologias ativas.

1	Uma atividade que tem maior participação dos alunos, que o professor é somente mediador do conhecimento	43%
2	Uma atividade que envolve uso constante da tecnologia, como aplicativo e estudos online	22%
3	Uma atividade que utiliza a tecnologia, e com isso promove maior participação dos alunos	35%

Fonte: A autora

Pode-se perceber que nessa pergunta houve certa divisão nas respostas, segundo as pesquisas realizadas no referencial teórico, o maior objetivo que as metodologias ativas procuram atingir é tornar o professor um mediador de conteúdo, enquanto o aluno é o agente principal, o responsável pela sua própria aprendizagem. Então nesse caso pode ter acontecido uma falta de entendimento por parte dos sujeitos sobre o que realmente se trata as metodologias ativas.

Quando questionados se as metodologias ativas possibilitam os alunos conhecerem diferentes disciplinas, as respostas foram (tabela 7):

**Tabela 7** – Conhecimento de diferentes disciplinas nas metodologias ativas.

1	Sim, bastante	39%
2	Sim, um pouco	45%
3	Sim, muito pouco	8%
4	Não	8%

Fonte: A autora

Devido as aulas práticas, e o conhecimento de diversas teorias, as metodologias ativas possibilitam sim o conhecimento em diversas áreas e disciplinas, e o que entende-se com o resultado da análise, é que o entendimento dos alunos se volta para isso também.

A metodologia ativa é considerada uma forma de aprendizagem interdisciplinar, é por meio da interdisciplinaridade que são desenvolvidas atividades que despertam a autonomia e a criatividade das pessoas, tornando assim o ambiente acadêmico em um espaço de interação (MARTINS,2002). E por esse motivo, foi perguntado aos alunos se as Metodologias Ativas proporcionam um aprendizado que seja contínuo:

**Tabela 8 – As metodologias ativas possibilitam o aprendizado contínuo?**

1	Sim, bastante	29%
2	Sim, um pouco	50%
3	Sim, muito pouco	10%
4	Não	11%

Fonte: A autora

Pode-se considerar um bom resultado, porque a maior parte dos discentes entende que sim, a metodologia ativa possibilita um conhecimento contínuo.

A maioria dos alunos considera que as metodologias ativas facilitaram seu aprendizado e compreensão do conteúdo, assim como apresentado na figura a baixo (tabela 9). E quando comparado às metodologias ativas com o método de ensino tradicional, boa parte dos alunos concorda que com o método inovador teve maior aproveitamento das disciplinas (tabela 10). Porém a quantidade de alunos que responderam que as metodologias ativas não facilitaram ou ajudaram a compreender melhor o conteúdo foi de 16%, e sobre o aproveitamento das disciplinas, 19% respondeu que não teve um maior aproveitamento, um número considerável para 38 respondentes.

**Tabela 9 – A metodologia ativa facilitou a compreensão do conteúdo.**

1	Sim, bastante	21%
2	Sim, um pouco	47%
3	Sim, muito pouco	16%
4	Não	16%

Fonte: A autora

**Tabela 10 – Com as metodologias ativas teve o maior aproveitamento das disciplinas.**

1	Sim, bastante	26%
2	Sim, um pouco	50%
3	Sim, muito pouco	5%
4	Não	19%

Fonte: A autora



Muito se fala nas metodologias ativas sobre o trabalho em equipe, um ponto positivo, que auxilia o aluno na autonomia e na tomada de decisões, que faz com que os alunos sejam mais engajados. Contudo, a intenção desta pesquisa é verificar qual foi a percepção do aluno com a implantação das metodologias ativas, sabe-se que as escolas do ensino médio ainda não aderiram a esse método, e que a maioria dos alunos vem para a instituição de ensino superior sem saber o que de fato é trabalhar com metodologias ativas.

**Tabela 11** – Auto avaliação sobre o engajamento nas disciplinas

1	Excelente	13%
2	Muito Bom	48%
3	Bom	34%
4	Ruim	5%

Fonte: A autora

Os sujeitos foram questionados também sobre o que eles consideram como ponto positivo no uso das metodologias ativas. A interação foi caracterizada com um ponto positivo, pois os alunos trabalham em equipe; a interdisciplinaridade; possibilita um ambiente de inovação; aulas mais praticas; sala de aula invertida (espaço criativo); faz com que o aluno tenha maior participação nas aulas; maior liberdade; aulas desafiadoras; e o mais importante, faz do aluno grande protagonista, faz com que ele movimente a aula.

Ao serem questionados sobre os pontos negativos e melhorias, os sujeitos apontaram o sinal da internet (mau funcionamento) como principal ponto negativo para a realização das atividades propostas pelos professores nas matérias metodologias ativas, faltos de organização e planejamento da instituição e dos professores (despreparo); falta de gestão dos conteúdos expostos; disseram que gostariam que os projetos tivessem continuidade, e que não fosse um projeto a cada semestre, mas sim uma melhoria continua do mesmo projeto. Propostas voltadas a realidade que o administrador vive diariamente.

### **Entrevista com os professores e Coordenador do curso**

Questionados os professores e o coordenador sobre as metodologias serem uma proposta inovadora, concordaram que sim, porque o foco total da aula é o aluno, enquanto no método tradicional, o professor é o grande pilar na aula.

Como já foi visto, existem diversas formas que as metodologias ativas podem ser trabalhadas, os professores entrevistados utilizaram diversas delas, como por exemplo, sala de aula invertida, gamificação com premiações, PBL (aprendizagem baseada em problemas), estudos de caso e ensino híbrido.

Em conversa com o professor referente ao seu desempenho em matérias que utilizava as metodologias ativas, comparando com as matérias de ensino tradicional com aulas expositivas, eles responderam que as aulas expositivas tem sido cada vez mais desafiadoras, e que as metodologias ativas auxiliam os professores a manter a atenção dos alunos, o que conseqüentemente aumenta o desempenho do professor.

O que você como professor e coordenador destaca como positivo nesse método? A possibilidade de ação, criação e desenvolvimento da criatividade do aluno como agente que busca soluções inovadoras, desenvolvendo habilidades múltiplas que permitirá que ele se torne um profissional com visão mais ampla com conteúdo técnico e prático.

O que pode ser destacado como negativo, e o que pode ser melhorado? Definir o real propósito, aonde se quer chegar com o uso dessa ferramenta, pois usada de maneira errada pode prejudicar o aluno e também o professor. Deve ser feita uma métrica no sentido de avaliação.

Desenvolvimento de projetos que envolvam diferentes cursos, diversas disciplinas, com planejamento em equipes para a construção de um projeto institucional colaborativo, com um propósito maior, que permita o desenvolvimento das habilidades necessárias (criatividade, capacidade de encontrar soluções, pro atividade, construção colaborativa e etc...) e desenvolvimento de outras habilidades também, de modo que os envolvidos no processo percebam sua evolução profissional e pessoal.

Por fim, destaca que a instituição está em busca de aumentar as aulas de metodologias ativas, e implantar esse método em cursos diferentes.

## 5. Considerações Finais

Conclui-se que diante de todo o exposto dos resultados, é possível observar que houve sim mais pontos positivos do que negativos com a implantação das metodologias ativas nesta instituição de ensino superior.

Tanto os alunos como os professores tiveram um bom engajamento com as disciplinas e se comparado as metodologias tradicionais de ensino, os mesmos apontaram que o desempenho em disciplinas que utilizavam este método como forma de aprendizagem foi melhor.

É possível perceber também que algumas melhorias tem que ser feitas, quando se trata do uso da internet, muitos alunos apontaram o mal funcionamento desta ferramenta, que é algo que auxilia nas aulas de metodologias. Os alunos também apontaram a continuidade dos projetos como algo negativo, pois disseram que gostariam de fazer uma melhoria continua com seus projetos. Os professores acreditam que usada de forma errada as metodologias ativas podem atrapalhar ao invés de ajudar.

Por fim, é importante destacar que está foi a primeira turma da instituição que fez o uso dessa metodologia, e que independente das melhorias, é possível observar que o uso dessa metodologia é de grande valia para as instituições de ensino superior que buscam a inovação.

## REFERÊNCIAS

ADADA, Flávia. **Estudo sobre a percepção do discente sobre as metodologias ativas na educação superior**. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017. [Orientadora: Profa. Dra. Carmen Célia Barradas Correia Bastos].

BEUREN, Ilse Maria *et. a.l.* **Como Elaborar Trabalhos Monograficos em Contabilidade: Teoria e Pratica**. 3 ed. São Paulo, Atlas, 2006.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2007.

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila; MARTINS, Silvana Neumann. **Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica**. Revista Thema. v.14, n.1, 2017.

FARDO, Marcelo Luis. **A Gamificação Aplicada Em Ambientes De Aprendizagem**. v. 11 Nº 1, julho, 2013.

GONÇALVES, Priscila Cristina. **Metodologias ativas: inovação na aprendizagem em tempos de desenvolvimento social e profissional**. In: 29º ENAGRAD, Gestão de Aprendizagem. 2018

HORN, Michel B.; STAKER, Hearther. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso. 2015.

LACERDA, Flávia Cristina Brabosa; SANTOS, Letícia Machado. Integralidade na formação do ensino superior: metodologias ativas de aprendizagem. Congresso MARTINS, Antonio Pereira. Ensino Superior No Brasil: Da Descoberta Aos Dias Atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**. n.17, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo, Atlas, 2010.

MARTINS, Sandra. **No vai e vem da leitura: projetos interdisciplinares ganham apoio da família**. 2002. Disponível em: [https://www.appai.org.br/media/projetosimagens/revistaeducar/edicoes/72/literatura\\_infantil.pdf](https://www.appai.org.br/media/projetosimagens/revistaeducar/edicoes/72/literatura_infantil.pdf). Acesso em: 20 de maio de 2019.

MASSETO, Marcos Tarciso. Inovação curricular no ensino superior. **Revista e Curriculum**, v.7 n.2, 2011.

MEC, Ministério da Educação e Cultura. Resolução Nº 4, De 13 De Julho De 2005. Diário Oficial da União, Brasília, 2005. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf). Acesso em: 15 de mai 2019.

MITRE, Sandra Minardi; BATISTA, Rodrigo Siqueira; MENDONÇA, José Márcio Girardi de; PINTO, Neila Maria de Moraes; MEIRELLES, Cynthia de Almeida Brandão; PORTO, Claudia Pinto; MOREIRA, Tânia; HOFFMAN, Leandro Marcial Amaral. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, 13(Sup 2):2133-2144. 2008.

MORAES, Maria Aparecida Alves de; MANZINI, Eduardo José. Concepções sobre a Aprendizagem Baseada em Problemas: um Estudo de Caso na Famema. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 125 – 135 ; 2006.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997

SANTOS, Sandra Carvalho dos. **O resultado da aprendizagem do aluno depende da sua relação pessoal com o professor**. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, v. 8, n. 1. 2001

TREVISAM, Ana Teresa Colenci; PEREIRA, Marco Antonio Alves; OLIVEIRA, José Dutra Neto. A Utilização Da “Sala De Aula Invertida” Em Cursos Superiores De Tecnologia: Comparação Entre o Modelo Tradicional e o Modelo



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

Invertido “Flipped Classroom” Adaptado Aos Estilos De Aprendizagem. **Revista de Estilos de Aprendizagem**. nº12, Vol 11, outubro de 2013.

VALENTE, José Armando. **Aprendizagem Ativa no Ensino Superior: a proposta da sala de aula invertida**. 2017. Disponível em: <https://www.ea2.unicamp.br/mdocs-posts/aprendizagem-ativa-no-ensino-superior-a-proposta-da-sala-de-aula-invertida/>. Acesso em: 10 de Abril de 2019.

## A IMPORTÂNCIA E RELEVÂNCIA DO *MOBILE BANKING* NO ATENDIMENTO AOS CLIENTES DE UMA AGÊNCIA BANCARIA

Éverton Dos Santos Stein<sup>1</sup>  
Prof. Lúcio Scheuer<sup>2</sup>  
Prof. Nilton Nicolau Ferreira<sup>3</sup>

**Resumo:** Com o surgimento da internet e dos aparelhos eletrônicos, o mundo se tornou mais competitivo e as organizações brigam para ter o seu ícone na tela dos *smartphones* e os bancos não ficam de fora, a todo tempo estão lançando novas versões com novas possibilidades de transações a fim de levar comodidade aos clientes. Por isso é importante entender o que esses clientes confiam em fazer no aplicativo, o que se sentem confortáveis, quais operações eles mais fazem e o quanto das operações é feito no *mobile banking*. Para isso foi feita essa pesquisa que nos mostrou que existem dois contrapontos no quanto de operações é feita no aplicativo. As consultas a extratos e demonstrativos foram as transações favoritas dos entrevistados, já no contraponto o usuário mostrou que não se sente confortável em fazer no canal *mobile* a contratação de seguros, também foi possível averiguar que uma parcela dos participantes desta pesquisa confiam até na criação de novas senhas pela plataforma *mobile banking*.

**Palavras-chave:** Mobile Banking. Atendimento. Tecnologia.

### 1. Introdução

Os aparelhos tecnológicos somados com a internet revolucionaram as formas de trabalho, comunicação, entretenimento e etc. trazendo mais agilidade e fluidez na vida das pessoas e das empresas, fazendo com que tudo seja muito mais rápido, uma compra/venda, um pagamento, transferência bancária, anúncio, ou uma simples conversa, isso tudo trazendo comodidade e conforto para a vida das pessoas, que contam com grande parte dos serviços na internet.

O mundo tecnológico conquistou grandes marcas nos últimos anos, levando para a plataforma *Mobile* diferentes tipos de serviços, onde empresas do mundo todo brigam para ter seu ícone na área de trabalho dos *Smartphones*, revolucionando a

---

<sup>1</sup> Acadêmico de Administração – Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> Professor – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup> Professor – Centro Universitário UNIVEL.



forma de se comunicar, de fazer compras, assistir a filmes, se envolver em comunidades e proporcionando mais conforto as pessoas.

No cenário bancário o ritmo de expansão e adoção do *Mobile Banking* nas contas correntes cresceu mais de 16 vezes entre 2011 e 2015, de 2 milhões para 33 milhões de contas, e no mesmo período o Internet Banking cresceu de 32 milhões para 62 milhões de contas habilitadas, ou seja, os brasileiros cada vez mais estão aderindo às plataformas digitais para fazer suas transações bancárias. (FEBRABAN, 2015).

A relevância e importância na utilização do *mobile banking* no atendimento aos clientes de uma agência bancária da cidade.

Identificar o percentual usado do *Mobile Banking* pelos clientes de uma agência bancária na cidade de Cascavel – PR, quais os serviços mais usados e os fatores que os impedem de aproveitar mais e melhor o que o aplicativo tem a oferecer.

Frente ao grande número de *smartphones per capita* e o número de contas registradas com acesso ao *Mobile Banking*, **qual a importância dos serviços de *mobile banking* para os clientes de uma agência bancária?**

Identificar os costumes dos usuários do *Mobile Banking* quanto aos serviços bancários e analisar a importância do uso do aplicativo de um banco para facilitar a vida dos clientes.

- a) Identificar quais as funções do aplicativo mais utilizadas nas transações bancárias.
- b) Verificar as funções em que o cliente tem mais dificuldades.
- c) Analisar a confiança do cliente no aplicativo.
- d) Averiguar o percentual de operações feitas no aplicativo em relação aos meios tradicionais;

Este trabalho irá trazer dados métricos sobre a aceitação dos clientes de uma agência bancária da cidade, buscando averiguar quais funções do *Mobile Banking* os usuários possuem mais afinidade, quais transações a falta de confiança por parte dos clientes ainda não permite ser usadas, sendo possível analisar em que grau de indução tecnológica os usuários se encontram, além de ser um trabalho importante na minha formação também pelo fato de ser aplicado ao meu trabalho.

## 2. Desenvolvimento

## 2.1 Internet

No processo de estudo é preciso conhecer a base onde tudo acontece, a internet. Para Turban, Rainer e Potter (2003), a internet é a maior rede de computadores do mundo, onde essas redes de computadores interconectadas trocam informações normalmente, usando os mesmos padrões e protocolos abertos, não proprietários. As redes são conectadas por meio de redes *backbone* de longa distância e alta velocidade.

Na visão de Guerreiro (2006), a Internet é uma super-rede de computadores que interliga, através de linhas comuns de telefone, linhas de comunicação privada, cabos submarinos, canais de satélites e outros meios de comunicação, universidades, empresas, cooperativas, prefeituras e as próprias residências.

A Internet está revolucionando as comunicações pessoais e empresariais, onde os serviços disponíveis permitem uma comunicação interativa com pessoas e grupos do mundo todo, que compartilham interesses profissionais e pessoais (TURBAN; RAINER; PORTER, 2003).

Para Castro Neto *et al.* (2010), o crescimento da Internet disponibilizou um mercado com configurações peculiares, rompendo referências baseadas intensivamente em estrutura de física para outras baseadas em informação e conhecimento que correm com grande rapidez e amplo acesso.

## 2.2 Atendimento Eletrônico

É possível ter uma noção da importância da tecnologia quando olhamos para o setor bancário que paralelamente a evolução da internet e do comércio eletrônico, foi o setor que mais aderiu à Internet com investimentos e conseqüentemente o seu desempenho no atendimento on-line tem se destacado (GUERREIRO, 2006).

Assim como no comércio convencional o comércio eletrônico também possui suas diversas modalidades e formas de trabalho, o que veremos logo abaixo segundo Sebrae (2009):

B2C: *Business-to-consumer*, são negócios que partem de empresas para o consumidor final diretamente, podendo assim dizer que é o varejo virtual, sendo essa a modalidade de negócio mais utilizada na internet.

B2B: *Business-to-business*, são negócios que partem de uma empresa para outra, sendo esse modelo o mais utilizado por grande parte das empresas, não necessariamente para fazerem compras, mas também de uma simples troca de e-mails.

C2C: *Consumer-to-consumer*, é a grande novidade da internet onde os negócios são feitos entre consumidores finais mesmos. A rede possibilita trocas entre os indivíduos mesmo.

No entanto os riscos na internet e conseqüentemente no comércio eletrônico são variados, de acordo com e-commercebrasil (2016), existem seis tipos de ameaças que o e-commerce sofre, sendo *DDoS*, ***Cross-site Scripting ou XSS***, ***Cross-site Request Forgery (CSRF)***, ***Eavesdropping***, ***SQL Injection***: - Invasões em servidores Assim, as empresas têm um grande desafio a ser enfrentado, na busca por tornar suas lojas virtuais um meio seguro de realização de compras. Esses e outros fatores precisam, portanto, de estratégias de superação, pois é sabido que por esses motivos, e principalmente pelo de roubo de dados, muitas pessoas ainda não realizam suas compras pela Internet, apesar das várias vantagens existentes. (ANDRADE; SILVA, 2017).

### **2.3 Canais de Autoatendimento Bancário**

No Brasil existem quatro canais de autoatendimento bancário segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2019) são eles:

1- Caixa Eletrônico: São equipamentos que permitem ao cliente realizar suas operações bancárias até mesmo com a agência fechada. Você encontra os Caixas Eletrônicos em agências, e em diversos pontos espalhados pelas cidades como supermercados, shoppings e lojas de conveniência onde são mais conhecidos pela rede de BANCO 24 HORAS.

2- Centrais de Atendimento: Atendem o público através do telefone, no qual devem ser utilizados para serviços onde existem transações: Saldos, extratos, pagamentos, resgates, transferências e demais serviços além de informações e dúvidas.

3- *Internet Banking*: É a plataforma de atendimento bancário disponível na internet, por ele é possível fazer praticamente todas as operações bancárias, onde basta apenas validar o cadastro e o acesso a essa plataforma com o banco no qual o cliente trabalha.

4- *Mobile Banking*: É um aplicativo bancário disponível para *smartphones* e *tablets*, no qual é possível fazer quase todos os tipos de operações bancárias, na palma da mão, bastando apenas realizar o cadastro no banco, validar a senha e o acesso para desfrutar da tecnologia.

### 3. Metodologia

Esta é uma pesquisa descritiva. Para Beuren (2006), uma pesquisa Descritiva tem o emprego de técnicas estatísticas, onde busca identificar, relatar e comparar aspectos e comportamentos da população analisada. Complementa também que quando a pesquisa descritiva não é muito aprofundada ela aproxima-se mais de uma pesquisa exploratória.

Esta pesquisa é um estudo de caso, segundo Vergara (2000), estudo de caso é a delimitação a uma ou poucas unidades, que podem ser de famílias, produtos, empresas, ou órgão públicos, comunidade ou até mesmo um país. Ainda complementa que tem caráter de profundidade e detalhamento, podendo ou não ser executada em campo.

Esta pesquisa será feita em uma agência bancária, localizada no bairro São Cristóvão em Cascavel-PR, que conta com uma média de 5 mil clientes, onde desses serão selecionados 100 para responderem um questionário, que será aplicado no autoatendimento (Caixa Eletrônico). Os selecionados serão de uma proporção de 1 para 5, ou seja, o sexto cliente que entrar entre as 17:30 e 18:30 horas na agência será convidado pelo entrevistador a responder um questionário no *Google Forms* em um aparelho *smartphone* fornecido pelo entrevistador, o qual responderá fora da presença do mesmo. Os dados obtidos serão tratados através de gráficos e tabelas.

A pesquisa terá uma abordagem qualitativa e quantitativa. Para Beuren (2006), uma pesquisa qualitativa é aquela que destaca características que por meio de uma análise quantitativa não podem ser observadas, vai mais a fundo na busca pelo

conhecimento, como por exemplo, analisar os reflexos do uso de determinado produto, ou técnica.

Já a análise quantitativa é mais superficial e se caracteriza pelo uso de métodos estatísticos, desde a coleta até o tratamento dos dados. Essa abordagem preocupa-se com o comportamento geral dos acontecimentos (BEUREN, 2006).

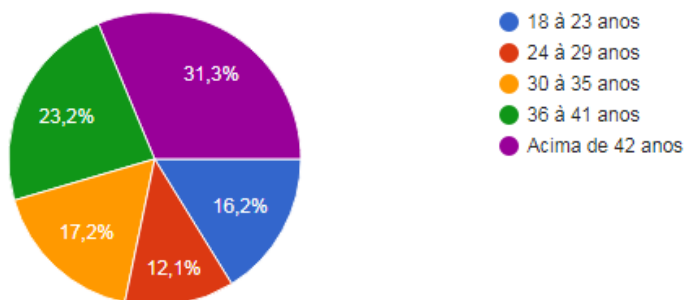
#### 4. Resultados

Após aplicação dos questionários tivemos os seguintes resultados:

##### Idade

Qual a sua idade?

99 respostas

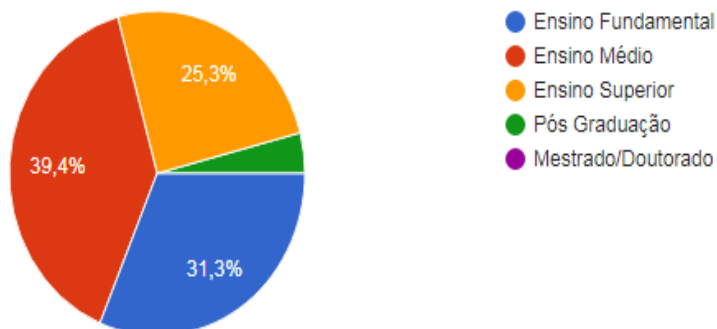


Dos entrevistados 16,2% possuem idade entre 18 e 23 anos, 12,1% entre 24 e 29 anos, 17,2 % entre 30 e 35 anos, 23,2% entre 36 e 41 anos, e 31,3% acima de 42 anos, nos mostrando que 54,5% dos participantes tinham idade superior a 36 anos.

##### Formação

### Qual a sua Formação?

99 respostas

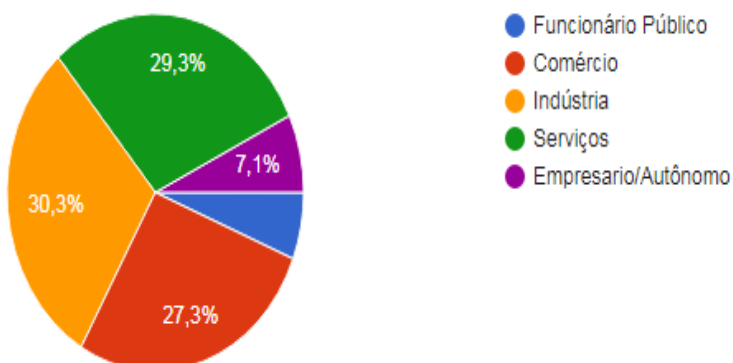


A pesquisa mostrou que 31,3% dos entrevistados possuem na sua formação apenas o ensino médio, 39,4% concluíram o ensino médio, 25,3% possuem ensino superior, 4% concluíram um mestrado e nenhum respondente possuía mestrado ou doutorado.

### Setor de trabalho

#### Qual setor você trabalha?

99 respostas



Entre os setores de trabalho o mais presente foi a indústria com 30,3% dos entrevistados, seguido pelo de serviços com 29,3%, já o comércio com 27,3%, o setor

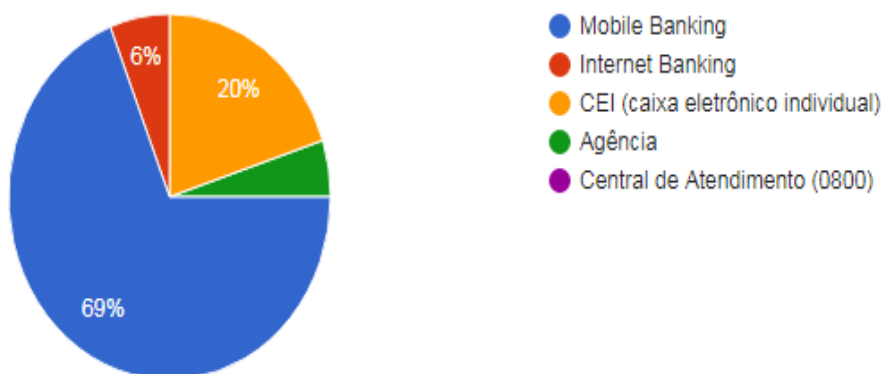


público contou com 6% e os empresários e trabalhadores autônomos contaram com 7,1%.

### O canal de atendimento onde mais é verificado os extratos e demonstrativos.

#### Extratos e demonstrativos?

100 respostas

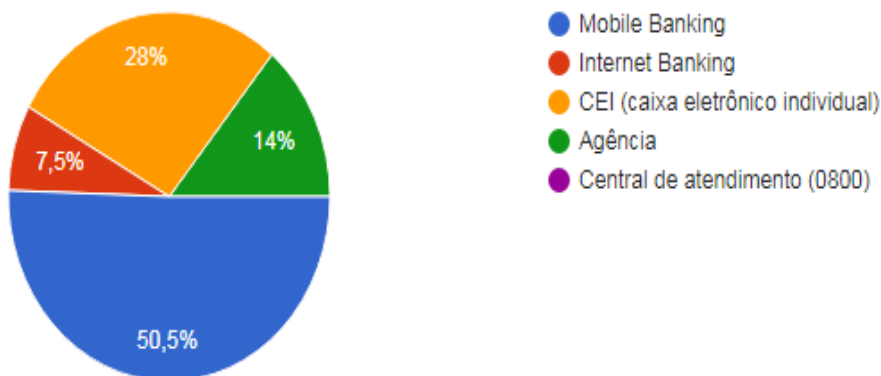


Entre os entrevistados o canal onde mais é feito as operações de consultas é o *mobile banking* com 69% do total, em segundo vem o caixa eletrônico com 20%, em seguida o *internet banking* com 6%, 5% consultam na agência e nenhum respondente verifica na central de atendimento.

### Qual o canal mais usado para as transferências para outras contas

## Transferências para outras contas?

93 respostas

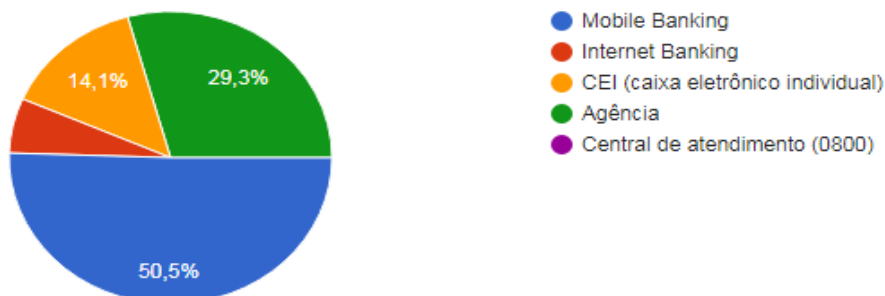


Os respondentes elegeram o *mobile banking* como o canal favorito pra as transferências somando 50,5% do total, já o *internet banking* contou com apenas 7,5%, nessa transação o caixa eletrônico se mostrou mais presente somando 28%, a agência teve um total de 14% e a central de atendimento novamente zerou.

## O canal mais usado para os pagamentos de títulos

### Pagamentos de títulos

99 respostas



Novamente o *mobile banking* liderou com 50,5% dos respondentes o usando com mais frequência, e agora a agência ganha um pouco mais de espaço com 29,3%

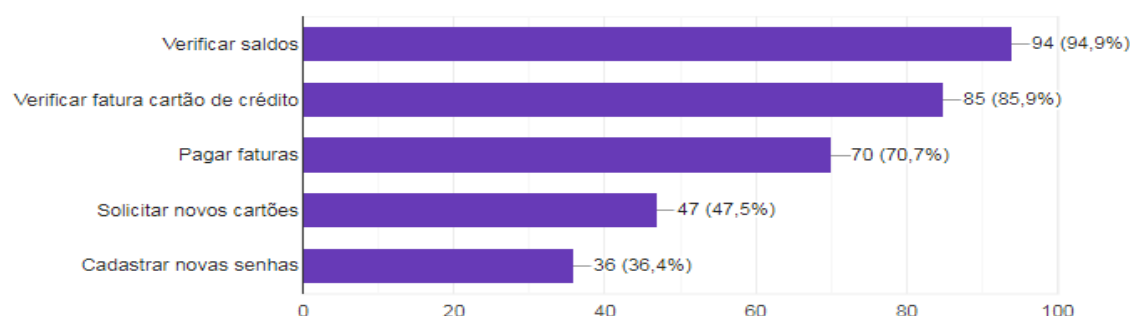
do total, logo atrás vem também o caixa eletrônico com 14,1%, o *internet banking* com 6,1% e a central de atendimento zerando também aqui.

Os resultados das demais perguntas apresentadas sobre os canais mais usados para as transações de contratação de seguros, títulos de capitalizações, empréstimos e financiamentos, aplicações (poupança, CDB, fundos de investimentos, etc...), o *mobile banking* simplesmente perde o seu espaço para as agências, onde em todas elas a agência superou os 50% salvo as aplicações que as agências somaram 31,4% e o *mobile banking* 29,1%.

### Operações que ganharam a confiança dos entrevistados

Quais Operações você tem confiança em fazer no aplicativo (Mobile Banking)?

99 respostas

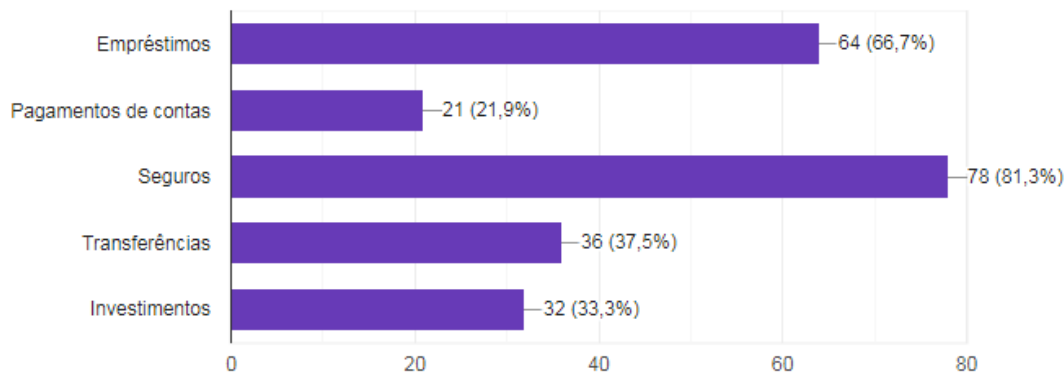


Para verificar os saldos 94,9% confiam no *mobile banking*, verificar fatura de cartões de crédito 85,9% dos respondentes também confiam nessa função, 70,7% sentem-se seguros em fazer o pagamento de faturas, 47,5% confiam em solicitar novos cartões e 36,4% em cadastrar novas senhas.

### Transações onde os entrevistados possuem mais dificuldade

### Quais Operações você não se sente confortável em fazer no aplicativo (Mobile Banking)?

96 respostas

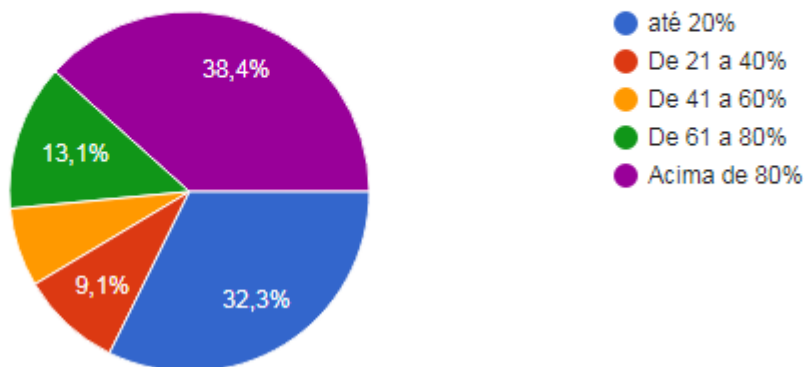


Pode-se notar também que 66,7% dos entrevistados sentem dificuldades ou não se sentem confortável em fazer empréstimos pelo aplicativo, os seguros somaram 81,3%, as transferências 37,5%, investimentos 33,3% e os pagamentos de contas 21,9%.

### Quantidade de operações feitas no aplicativo

#### Qual percentual de suas operações são feitas no aplicativo?

99 respostas



Os participantes da pesquisa mostraram que 38,4% deles tem um percentual de operações feitas no aplicativo acima de 80%, e contrapondo 32,3% dos mesmos

fazem até 20% das operações no aplicativo onde também entram os que não fazem operações no aplicativo, 9,1% fazem entre 21% e 40%, 7,1% entre 41% e 60% e os que fazem de 61% a 80% somaram 13,1%.

## 5. Considerações Finais

O aplicativo *mobile banking* apresentou resultados espetaculares em algumas transações como extratos e demonstrativos, pagamento de títulos e transferências, mas as pessoas também mostraram que não se sentem confortáveis em fazer a contratação de seguros e empréstimos.

Com isso se tem uma percepção de onde as pessoas mais confiam, onde mais possuem dificuldades e quais operações elas dominam dentro do aplicativo, e quais são as operações oferecidas no *mobile banking* que ainda precisam ser trabalhado com as pessoas, ou até mesmo facilitar mais o uso para eles.

Contudo esses resultados foram obtidos através de uma amostra dos clientes de uma agência bancária específica e não pode ser generalizada a fim de criar uma verdade irrefutável, e novos estudos podem ser feitos para futuros debates e comparações sobre a evolução do *mobile banking* no atendimento bancário.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. F.; SILVA, N. T. G. O Comércio Eletrônico (E-Commerce): Um Estudo com Consumidores. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 7, n. 1, p. 98-111, 2017.

BEUREN, Ilse Maria. Et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

CASTRO NETO, J. L. et al. Comércio Eletrônico: análise dos fatores críticos. **Revista de Negócios**. n. 9, mar. 2010.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **APLICATIVOS DE BANCOS EVOLUEM E GANHAM NOVAS FUNÇÕES**. Disponível em: <https://ciab.com.br/pt/publicacoes/edicao/80/aplicativos-de-bancos-evoluem-e-ganham-novas-funcoes>>. Acesso em: 15 mai. 2019.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz  
85806-080 – Cascavel – PR  
Fone: (45) 3036-3636  
<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **Caixa Automático**. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/paginas/80/pt-br/>. Acesso em 13 Mai. 2019.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **Canais de atendimento dos Bancos**. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3055/30/pt-br/canais-de-atendimento>. Acesso em: 14 Mai. 2019.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia bancária 2015**. Disponível em: [https://issuu.com/revistaciab/docs/pesquisa\\_febraban\\_de\\_tecnologia\\_ban\\_547cac9b8acb07](https://issuu.com/revistaciab/docs/pesquisa_febraban_de_tecnologia_ban_547cac9b8acb07). Acesso em 30 Mar. 2019.

GUERREIRO, A. S. **Análise da Eficiência de Empresas de Comércio Eletrônico usando Técnicas da Análise Envoltória de Dados**. 2006. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Departamento de Engenharia Industrial da PUCRio, RJ, 2006.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS EMPRESAS. **Comércio eletrônico**, 2009. Disponível em: [http://www.sebraepr.com.br/StaticFile/PortalInternet/img/cartilha\\_com\\_eletronico.pdf](http://www.sebraepr.com.br/StaticFile/PortalInternet/img/cartilha_com_eletronico.pdf). Acesso em: 12 mai. 2019.

TURBAN, Efraim; RAINER JR, R. Kelly; POTTER, Richard E. **Administração de tecnologia da informação: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000. 92 p.

## **ANÁLISE DO USO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL ODS COMO FERRAMENTA DE SUSTENTABILIDADE EM UM SUPERMERCADO DE CASCAVEL-PR**

Moniki Schuck França<sup>1</sup>  
Alex Sandro Rodrigues Dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** As empresas que estão buscando a sustentabilidade esta no caminho certo, porque hoje em dia a sociedade esta muito preocupada com o meio ambiente e como as empresas se propõem em ajudar. Nesse sentido esse trabalho visa analisar as ações relacionadas aos ODS adotados por um supermercado na região oeste da cidade de Cascavel-Pr. O supermercado em estudo é composto por duas filiais e identificou que os gestores mesmo não havendo conhecimento dos ODS sempre acham uma forma de contribuir com a sustentabilidade. Com o resultado dessa pesquisa ficou nítido a questão dos ODS na organização e pretende estar inserindo de alguma forma todos os 17 objetivos.

**Palavras-chave:** Objetivos do desenvolvimento sustentável. Supermercado. Sustentabilidade.

### **1. Introdução**

Diversas empresas estão mudando as suas visões sobre o meio ambiente, pois além de ajudar a sustentabilidade, também abre muitas portas para o mercado beneficiando a sociedade, que conduz vários padrões éticos empresariais.

Lange, Busch e Delgado-Ceballos (2012), dizem que sustentabilidade pode ser definida como uma abordagem de negócio que considera de forma equilibrada e holística os aspectos econômicos, sociais e ambientais gerando em longo prazo benefícios a gerações futuras e as partes interessadas.

Em setembro de 2015, líderes de todo o mundo se reuniram para fazer um plano de ação, a Agenda 2030 o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém o conjunto de Objetivos de desenvolvimento Sustentável (ODS). São objetivos e metas,

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Administração - Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Especialista em Marketing propaganda e vendas do Curso de Administração – Administração da Univel – Centro Universitário UNIVEL.



para que todos os países adotem de acordo com suas necessidades que atuam na parceria global, para melhorar o futuro e a vida das pessoas.

Infelizmente são poucos supermercados que agregam a sustentabilidade em seus empreendimentos, mais já existem várias empresas praticando a sustentabilidade, pois já viram que é muito importante cuidar do meio ambiente e que se cada um faz a sua parte, não só nas empresas, mais também, a sociedade em si, como um todo.

Segundo web site revista da sustentabilidade, Lêdo, Samantha (2010) a primeira vez que se ouviu falar em sustentabilidade foi em 1986 quando a Organização das Nações (ONU) fez uma encomenda a um grupo de cientistas e especialistas, liderados pela médica Gro Brundtland.

Segundo o web site rede ODS existem empresas que colaboram com o objetivo Sustentável (ODS) que são 17 objetivos a serem atingidos, alguns deles são: igualdade de gênero, emprego digno, e crescimento econômico, redução da desigualdade, cidade e comunidades sustentáveis. Os 17 objetivos estabelecem compromisso sociais, ambiental e econômico que devem ser cumpridos por governos, empresas e sociedade civil até o ano 2030.

Além do Brasil, mais de 70 países aderiram à agenda 2030, pois eles sabem que com esse esforço poderão fazer muito, pois cada dia há um grande crescimento para o desenvolvimento da sustentabilidade.

Com isso, este trabalho tem o objetivo de mostrar que, se a empresa estiver a favor do meio ambiente, ela pode ganhar muito com isso, além de ajudar na sociedade, também ganha vários clientes que sabem a importância do meio ambiente.

## **2. Desenvolvimento**

### Responsabilidade social

De acordo com Peliano (2001), a maioria das empresas que realizam ações sociais indicou no início dos anos 1990 com o marco da nova participação empresarial no campo social no Brasil.

Na busca da economia global mais sustentável a ONU definiu 10 princípios para nortear a iniciativa do Pacto Global que seria:

- 1- Respeito e proteger os direitos humanos;
- 2- Impedir violações de direitos humanos;
- 3- Apoiar a liberdade de associação no trabalho;
- 4- Abolir o trabalho forçado;
- 5- Abolir o trabalho infantil;
- 6- Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;
- 7- Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
- 8- Promover a responsabilidade ambiental;
- 9- Encorajar tecnologias que não agredem o meio ambiente;
- 10- Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina;

A ONU pretende fazer com que a sociedade e empresas tenham mais benefícios entre elas.

Peliano (2001) afirma que o mundo empresarial percebe que a gravidade da exclusão social se deve, em grande parte, à inoperância das políticas sociais e que o atendimento social pode melhorar a qualidade de vida das pessoas, ainda que não seja suficiente para produzir todas as mudanças necessárias, ou seja, varias empresas dão prioridades para ações em áreas com quais elas mais se identificam ou aquelas que precisam de mais ajuda.

Segundo Andrade (2009, pg.90) a organização deve ser visualizada como um conjunto de partes em constante interação, constituindo-se em um todo orientado para determinar fins, em permanente relação de interdependência com o ambiente externo.

### **ODS- Objetivos de desenvolvimento Sustentável**

Segundo o Web site (estratégia ODS) Objetivos de desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, composto por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidas até 2030.

Os ODS construídos em um processo de negociação mundial, que teve início em 2013 e contou com a participação do Brasil em suas discussões a respeito desta

agenda. 17 Objetivos do desenvolvimento Sustentável, que segundo web site ODS estão associados a:

- ODS 1: Erradicação da pobreza: Reduzir pelo menos a metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades que vivem na pobreza em todas as dimensões de acordo com as definições nacionais; (web site ODS)
- ODS 2: Fome zero: Acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. (Web site ODS)
- ODS 3: Boa saúde e bem estar: Reduzir a taxa de mortalidade materna, prematura por doenças transmissíveis, a prevenção e o tratamento de abuso de substâncias (drogas), reduzir a metade da mortalidade em acidentes em estradas. (Web site ODS)
- ODS 4: Educação de qualidade: Garantir que meninas e meninos completam o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza á resultados de aprendizagem relevantes e eficazes; (Web site ODS)
- ODS 5: Igualdade de Gênero: Acabar com a discriminação, eliminar toda a forma de violência contra mulheres e meninos nas esferas públicas e privadas. Reconhecer o valorizar o trabalho de assistência não remunerado. (Web site ODS)
- ODS 6: Água limpa e saneamento: Alcançar o acesso universal da água potável, segura e acessível para todos. Acesso a saneamento e higiene adequados para todos, reduzir a poluição, minimizar a liberação de produtos com a água; (Web site ODS)
- ODS 7: Energia acessível e limpa: Assegurar o acesso universal, confiável e a preços acessíveis a serviços de energia, dobrar a taxa de melhorias da eficiência energética; (Web site ODS)
- ODS 8: Emprego digno e crescimento econômico: Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação;(Web site ODS)

- ODS 9: Indústria, Inovação e infraestrutura: Desenvolver infraestrutura de qualidade confiável, sustentável e resiliente. Promover a industrialização inclusiva e sustentável, aumentar a participação da indústria; (Web site ODS)
- ODS 10: Redução das desigualdade: Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, adotar políticas, fiscais, salariais e políticas de proteção social e alcançar uma maior deficiência;(Web site ODS)
- ODS 11: Cidade e Comunidades Sustentáveis: Proporcionar o acesso a sistemas de transportes seguros e acessíveis, sustentáveis e a preços bons para todos, melhorar a segurança rodoviária, por meio da expansão dos transportes públicos; (Web site ODS)
- ODS 12: Consumo e produção responsáveis: O alcance da gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais, reduzir o desperdício de alimentos per capita mundial em nível de varejo e do consumidor; (Web site ODS)
- ODS 13: Combate às alterações climáticas: Reforçar a capacidade de adaptação a riscos relacionados às catástrofes naturais, aumentar a conscientização da população sobre a mudança do clima; (Web site ODS)
- ODS 14: Vida de baixo d'água: Prevenir e reduzir a poluição marinha de todos os tipos, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinho e costeiro, regular a coleta e acabar com a pesca ilegal; (Web site ODS)
- ODS 15: Vida sobre a terra: Recuperar o uso da sustentabilidade no ecossistema terrestre e de água doce, interiores e seus serviços; (Web site ODS)
- ODS 16: Paz, justiça e instituições fortes: Reduzir todas as formas de violência e as taxas de mortalidade, acabar com o abuso, exploração, trafico, tortura contra crianças. Reduzir a corrupção e o suborno; ( Web site ODS)
- ODS 17: Parcerias em prol das metas: Fortalecer a mobilização de recursos internos, ajudar o país em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento; (Web site ODS)

Apesar das dificuldades para sua implantação, os ODS tem um grande poder mobilizado, pois é uma agenda positiva, de oportunidades, e pode favorecer a maior

articulação entre os diferentes setores e forças políticas. A discussão sobre financiamento, assistência e descentralização de capacidades no território, o envolvimento de estados e municípios e articulação entre o governo, sociedade civil bem sucedida. Por isso, estes são pontos de atenção das estratégias ODS.

E cada um desses 17 objetivos tem a sua importância e deve-se levar a sério não só as empresas, mas a sociedade, contribuir e motivar cada vez mais as organizações para apoiarem a sustentabilidade do planeta.

### Desenvolvimento Sustentável

Segundo Almeida (2002, pg. 60) a sustentabilidade é um conceito relacionado ao desenvolvimento sustentável, ou seja, formado por um conjunto de ideias, estratégias e demais atitudes ecológicas corretas, economicamente viáveis, socialmente justa e culturalmente diversas.

Para Elkington (1994) a sustentabilidade é o equilíbrio entre os três pilares: ambiental, econômico e social. A expectativa de que as empresas devem contribuir de forma progressiva como sustentabilidade surge do reconhecimento de que os negócios precisam de mercados estáveis, e que devem possuir habilidades tecnológicas, financeiras e de gerenciamento necessário para possibilitar a transição rumo ao desenvolvimento sustentável (ELKINTON, 2001).

Quer dizer que as organizações precisam estar conscientes, que precisam se envolver, todos devem estar motivados, com o intuito de ajudar a comunidade, e sociedade.

E precisam agir na gestão da responsabilidade com o intuito de gerar economia, e ao mesmo tempo, ter responsabilidade social e ambiental.

### 3. Metodologia

#### Descrição histórica

No ano de 1982 os gestores do supermercado Remonatto vieram morar na região Oeste de Cascavel, visto que a região estava em crescimento não havia nenhum varejo por perto, então decidiram abrir o seu próprio comércio em sua casa.



### Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

Durante esse tempo o seu público maior eram principalmente homens que trabalhavam na construção civil do município de Cascavel.

Depois de alguns anos os gestores resolveram abrir o seu negocio, separado a casa da empresa. Aonde uma das empresas atua ate hoje.

#### Descrição ambiental

Os gestores da rede de Supermercado Remonato, sabe que é de suma importância a sustentabilidade por isso tenta sempre estar envolvidos e atuando em prol do meio ambiente, seja em prática no cotidiano da empresa.

Por a empresa sempre querer estar cada vez mais próxima, sem mesmo ter o conhecimento das ODS (Objetivos de desenvolvimento sustentável).

A empresa é dividida nós seguintes setores:

#### \*Açougue:

O setor é composto por 2 açougueiro uma mulher e um homem, eles dividem o serviço como atendimento, abastecimento dos produtos pertencente ao setor, manusear e corte de carnes, cuidam da câmara fria a temperatura, a limpeza e higiene do setor.

#### \*Atendimento de Panificadora:

O setor é composto por 2 mulheres que fazem o atendimento dos clientes, limpeza e higiene do local, fabricação de salgados, manuseio do forno e estufa de pães.

#### \*Confeiteira:

O setor é composto por uma mulher que é encarregada da produção de bolo, doces, bolachas entre outros, e também da higienização do setor.

#### \*Repositor:

O setor é composto por 2 homens e tem a função de manter o produto disponível no momento em que o cliente for comprar, atenção a validade dos produtos, cuidar da precificação dos produtos, seguir o layout exigido pela loja.

#### \*Encarregado da seção de frios e hortifrúti:

O setor é composto por mulheres e a responsabilidade delas são abastecer produtos, atendimento ao cliente, em bandejar alguns produtos e pesar.

#### \*Frente de caixa:

Esse setor é composto por mulheres e a responsabilidade delas são abastecer produtos nas seções, atendimento ao cliente, empacotar os produtos, cuidar das precificações dos produtos.

Conforma à análise alguns dos ODS estão presentes nos setores, como por exemplo:

1ª Erradicação da pobreza: Os trabalhadores de cada setor ganha salario fixo e trabalho digno.

5ª Igualdade de gênero: Reconhece e valoriza o trabalho dos seus colaboradores de cada setor sendo mulher, homem, com opções sexuais diferentes que os demais.

12ª Consumo responsável: Cada setor é orientado a reutilização de materiais.

A inclusão das ODS devera ser um objetivo compromisso das partes interessadas interna e externa. Prestar muito atenção aos seus interesses, assuntos, expectativas e preocupações. Com isso ajudara a construir um entendimento melhor do impacto da empresa nos ODS.

É essencial que os gestores façam um esforço para entender como funciona, o que são e quais será o impacto dos ODS. Sabendo de tudo isso a empresa poderá estar construindo muito mais do que esta.

Na tabela 1 mostra as 17 objetivos e quais as ações que a empresa já esta fazendo para contribuir.

**Tabela 1:** Ações que a empresa já realiza.

	Objetivos Sustentáveis	Ações
1	Erradicação da pobreza	Contribui com o trabalho digno, salário fixo, e também ajudando a comunidade onde está inserida com cestas básicas e outras doações.
2	Fome Zero e Agricultura sustentável	Incentiva os pequenos produtores, dando preferencia para eles na hora de fazer as compras.
3	Saúde e Bem-Estar	Tem convênio com a VIDACIC, para que seus funcionários tenham saúde de qualidade.



4	Educação de qualidade	Não tem mais busca estar adquirindo.
5	Igualdade de Gênero	Reconhece e valoriza o trabalho dos seus colaboradores sendo mulher, homem, com opções sexuais diferentes que os demais, religião.
6	Água Potável e Saneamento	Disponibilidade de bebedouro e banheiro para clientes e colaboradores
7	Energia Limpa e Acessível	Não tem mais busca estar adquirindo.
8	Trabalho decente Crescimento Econômico	Tem o critério de sempre reconhecer o seu colaborador com a igualdade da renda recebida e pelo reconhecimento de cada trabalhador.
9	Indústria Inovação e Infraestrutura	Esta buscando colocar
10	Redução das desigualdades	Não faz nenhum tipo de discrimina de gênero, opção sexual, tatuagem entre outros, ela busca contratar colaboradores com um ótimo currículo.
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	Não tem mais busca estar adquirindo.
12	Consumo e Produção Responsável	Procura não só ajudar o seu colaborador mais também incentivando com a reutilização de algumas matérias, a separação do lixo para a reciclagem, a reutilização da água da chuva para lavar calçadas e a limpeza do estabelecimento, ao não desperdício de produtos que poderão ainda ser reutilizados.
13	Ação contra a mudança Global	Sempre se preocupa com o descarte que a empresa tem, então ela tem fornecedores que fazem os descartes apropriados, para não haver queimadas.
14	Vida na Água	Não tem mais busca estar adquirindo.
15	Vida Terrestre	Não tem mais busca estar adquirindo.
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes.	Busca sempre praticar as normas para que não ocorra nada ilegal.
17	Parcerias e meios de implementações	Não tem mais busca estar adquirindo.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019)

A tabela 2 mostra os 17 objetivos e quais as ações que a empresa poderia estar fazendo.

**Tabela 2:** Ações que a empresa pode adotar

	Objetivos Sustentáveis	Ações
1	Erradicação da pobreza.	Poderá adotar um ponto de arrecadação de roupas e alimentos.
2	Fome Zero e Agricultura sustentável	Esta analisando o que mais poderá para ajudar os pequenos agricultores na região.
3	Saúde e Bem-Estar.	Poderá ajudar os postos de saúde nas ações em sua própria empresa para auxiliar os seus clientes e colaboradores. Ou ainda fazer parcerias com clínicas para irem até o estabelecimento para exames de rotina.
4	Educação de qualidade.	Implantará aos seus colaboradores cursos para mais especializações e incentivar para que o colaborador continue estudando.
5	Igualdade de Gênero .	Poderá estar fazendo plano de cargos e salário para a organização e que cada colaborador independente de ser homem ou mulher receberá conforme o setor que estará inserido.
6	Água Potável e Saneamento.	Já tem projetos para poço artesiano e com isso ajudar pessoas que não tenham acesso à água potável.
7	Energia Limpa e Acessível.	Já tem projeto para estar implantando na organização energia limpa e sustentável. (Luz Solar).
8	Trabalho decente Crescimento Econômico.	Poderá estar implantando mais tecnologia no ambiente de trabalho para melhor desempenho de seus colaboradores.
9	Indústria Inovação e Infraestrutura.	Poderá estar investindo na infraestrutura, e abrindo novas filiais.
10	Redução das desigualdades.	Fazer um novo sistema de contratação para que todos possam ter um emprego digno.

11	Cidades e Comunidades Sustentáveis.	Esta analisando o que poderá fazer para ajudar.
12	Consumo e Produção Responsável.	Poderia fazer uma coleta legal em parceria com os seus clientes para incentivar a fazer reciclagem.
13	Ação contra a mudança Global.	Fazer uma ação para conscientizar os seus clientes a fazer o descarte legal dos seus resíduos, para não fazer queimadas.
14	Vida na Água.	Poderá fazer um mutirão com a comunidade, para estarem fazendo limpeza nós rio ao redor.
15	Vida Terrestre.	Fazer um incentivo de venda ou doações de mudas ou sementes para os seus colaboradores e clientes.  (Ação Plante uma Vida).
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes.	Poderá fazer ações com panfletos e cartazes para conscientizar os seus clientes sobre os problemas que há na sociedade.
17	Parcerias e meios de implementações.	Para conseguir aderir os 17 ODS devera buscar parcerias para que as ações que desejam fazer sejam cumpridas.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019)

Os dados que proporcionaram a realização da análise foi uma entrevista realizado com os gestores que demonstraram a realidade da empresa, e que estariam dispostos a ajudar, e permitiram analisar as ações relacionados as ODS adotadas pelo supermercado. O procedimento metodológico utilizado foi á pesquisa descritiva, pesquisa documental, estudo de caso e pesquisa qualitativa.

#### **4. Resultados**

Ao final desse estudo, pode-se notar a real importância dos ODS (Objetivo do desenvolvimento sustentável) nas empresas.

Pois essa análise possibilitou identificar as percepções dos gestores sobre os Objetivos Sustentáveis. E foi possível identificar quais dos 17 Objetivos a empresa adota e quais ela poderá adotar.

E através desse estudo foi possível realizar uma análise do uso dos objetivos do desenvolvimento sustentável ODS como ferramenta de sustentabilidade em um supermercado de Cascavel-PR. A análise foi feita apenas em um supermercado na região oeste de Cascavel-Pr.

## 5. Considerações Finais

Ao finalizar esse estudo, pode-se notar a importância dos ODS nas empresas e o que pode proporcionar ao aderir à sustentabilidade nas organizações e o tanto que poderá agregar ainda mais. E o objetivo do trabalho foi identificar em quais setores os ODS estão presentes e como a empresa poderia fazer para aderir as que não estão presentes na empresa. E percebeu-se a necessidade de futuros estudos para o auxílio da implantação de todos os 17 objetivos Sustentáveis nas três lojas da Rede Remonatto Supermercados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

COMMODARO, Gianfranco. SABATIELLO, Jacopo. A empresa como fator de desenvolvimento do território: **Responsabilidade social e terceiro setor**: Regulamentação legislativa da responsabilidade social corporativa, conceitos e legislação. 2ªed. Belo Horizonte, 2011.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, v.36, n.2, p.90-100, 1994.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford:Capstone,1997.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

LANGE, D. E.; BUSCH, T.; DELGADO-CEBALLOS, J. D. Sustaining Sustainability in organizations. **Journal of Business Ethics**, v. 110, n. 2, p. 151-156, 2012.

ODS. **Como surgiu a rede ODS universidades Brasil**. 2015 Disponível em: <https://www.redeodsuniversidades.ueg.br/conteúdo/> Acesso em: 19 Abril 2019

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros. **Bondade ou interesse?** Como e porquê as empresas atuam na área social. Brasília: IPEA, 2001.

Souza, G. R., Cordeiro, j. S. Mapeamento cognitivo e balanced Scorecard na gestão estratégica de resíduos sólidos urbanos. **Gestão e produção**. 2010

THOMPSON, A. A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. **Administração estratégica**. 15. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2008. xxxiii, 668p.

## **ANÁLISE ESTRATÉGICA DE UMA EMPRESA DE VENDAS DE AUTOMÓVEIS NA CIDADE DE CASCAVEL- PR SEGUNDO AS CINCO FORÇAS DE PORTER**

Matheus Henrique Abel Muffato<sup>1</sup>  
Alex Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo realizar uma análise estratégica dentro de uma concessionária de Veículos em Cascavel-PR levando em consideração as empresas que buscam se destacar em um mercado altamente competitivo, levando a essas o conhecimento primordial sobre o mercado que atuam. Nesse sentido, foi necessário realizar um estudo sobre dados gerais e específicos da região, pesquisar a percepção do gestor, realizando uma análise das potencialidades e fragilidades através da análise interna, bem como oportunidades e ameaças do setor através da análise externa. Para realizar as análises da empresa, utilizou-se a matriz SWOT e as cinco forças de Porter. O estudo referido possibilitou identificar que a empresa trabalha com veículos diferenciados e possui uma gama extensa de produtos. Identificou-se como oportunidade de aumento de vendas, realizar vendas em massa através de condições especiais, mercado de concorrentes reduzidos na cidade. Com resultados dessa pesquisa ficou nítida a questão da grande potencialidade da empresa no relacionamento com os seus clientes e a tecnologia aplicada em seus produtos. Nesse sentido, nota-se o grande poder da marca diante de seus concorrentes locais, assim, devendo haver uma maior oportunidade em relação as condições de venda estabelecidas pela marca, e ainda, uma maior divulgação e ações externa para prospecções de vendas.

**Palavras-chave:** Análise Estratégica. Oportunidades e Ameaças.

### **1. Introdução**

Nos dias atuais o ramo de automóveis vem crescendo gradativamente, assim tornando-se o mercado cada vez mais competitivo, desta forma é preciso prever a mudança e postura diante as tecnologias e desenvolvimentos para destacar-se a empresa aos olhos do consumidor, assim atraindo cada vez mais forças para o lado da empresa, criando um diferencial para sempre ter o consumidor ao seu lado.

Nesse sentido observa-se que para uma empresa poder identificar as oportunidades de crescimento e detectar possíveis ameaças, necessita desenvolver diferenciais competitivos e alcançar uma posição de destaque elevado dentre as

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Administração - Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre Alex Santos do Curso de Administração da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

demais, objetivando satisfazer as necessidades e desejos de seus clientes, melhor do que os seus concorrentes, ainda se faz necessário que exista um amplo conhecimento de mercado na atuação e a adoção de uma posição estratégica, pois possibilita as empresas o conhecimento do mercado.

Proporciona ao gestor, informações básicas e pertinentes para verificação das vantagens do planejamento estratégico, através do tratamento adequado dos pontos fortes, fracos e neutros da organização; assim como as oportunidades e ameaças do ambiente externo. Esta é a etapa do processo que tem o objetivo de mostrar qual a situação real da organização, de acordo com os aspectos internos e externos (CUNHA, 2014).

Deste modo, nota-se a importância da análise estratégica de mercado dentro de uma empresa, proporcionando a si, possibilidades de crescimento e oportunidades para as que assim usufruem.

Diante disso, o foco do trabalho visa buscar as estratégias de mercado utilizadas por uma revenda de automóveis importados localizada na cidade de Cascavel-PR, pois hoje o automóvel não é mais uma escolha e sim uma necessidade.

Mesmo que no início desse ano, houve uma queda de 10% na produção dos automóveis, desde o ano passado foram emplacados em um nível mundial 94,5 milhões de carros, isso é um total considerado elevado. O número de carros não para de crescer no país, o Brasil já tem um automóvel para cada 4,4 habitantes. São 45,4 milhões de veículos do tipo.

Agora falando em nível nacional, segundo dados da FENABRAVE foram emplacados mais de 3.000 (três) milhões de veículos no último ano, mesmo com a “crise”, não estamos apenas falando da revenda destes veículos, mas também o quanto de emprego essas empresas vem gerando, dentre as lojas e outros meios que estão envolvidos este processo até que o chegue fim.

Segundo a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) o número de empregados dentro de uma indústria automotiva são gerados em torno de 136.929 trabalhadores dentro das montadoras. Ainda, de acordo com os dados revelados pelo Anfavea o ano de 2018 fechou com 2.470.292 automóveis e comerciais leves licenciados, desempenho que agrada os fabricantes e atinge a meta traçada no início do ano, de crescimento em torno de 14%. O aumento



foi de exatamente 13,7% sobre 2017, quando foram comercializadas 2.172.594 unidades. Conforme pesquisas de mercado, os maiores concorrentes estão localizados em Cascavel, que no caso são outras 02 (duas) revendas automobilísticas de marcas distintas. Também Maringá e Londrina, são fortes no ramo de revenda de veículos importados, mas mesmo Cascavel sendo menor em população, o número de vendas Anual é bem significativo comparado aos outros.

## **2. Desenvolvimento**

Este capítulo visa apresentar a fundamentação teórica, operando com base a elaboração deste estudo nas estratégias.

### **2.1 Administração Estratégica**

O termo estratégia é considerado como a habilidade de desenvolver uma união de técnicas em uma guerra; E a elaboração indispensável a ser realizado por tarefas complexas nas quais envolvem diversos níveis de ação visando alcançar com o objetivo um grande resultado.

O termo estratégia é um conceito militar bastante antigo, definido pela aplicação de forças contra determinado inimigo. O termo se origina da palavra grega *strategos* do qual se deriva o significado “a arte do general”, ou ainda, a ciência dos movimentos guerreiros fora do campo de visão do general. (OLIVEIRA, 2002 p. 192)

Desta maneira observa-se que o conceito estratégia existe há muito tempo atrás, e tem sido objeto de estudos de diversos autores desde a antiguidade.

De acordo com Chiavenato (2004), a estratégia é o comportamento utilizado pela empresa ou organização para lidar com situações inerentes a seu ambiente. Tratando-se em termos organizacionais visa mobilizar recursos para atingir objetivos mediante a utilização da administração, de um plano em ação ao futuro. Levando em consideração que o termo estratégia passou a ser abundantemente utilizado a partir da teoria neoclássica.

Dessa maneira, o termo estratégia foi sendo adaptado às realidades empresariais, onde passou a ser compreendido como “plano da alta gerência para atingir resultados coerentes com as missões e objetivos da organização” Wright (1992 apud MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2010, p 24).

Para Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010), com o passar dos anos, o termo estratégia vem sendo usado de maneira livre e extensa pelos gestores.

Para os autores, o termo estratégia é de suma importância em qualquer organização empresarial, e que no decorrer dos anos, tem levado aos empresários e aos estudantes a análise e do real significado estratégico no meio empresarial.

Finalmente segundo Kotler (2007) não existe uma estratégia que seja melhor para todas as empresas. Cada empresa deve determinar qual é a mais coerente para ela, dada, sua posição no setor e seu objetivo, oportunidade e recursos. Salienta-se que na própria empresa pode existir necessidade de diferentes estratégias para diferentes produtos ou negócios. Entende-se que em uma única organização podem existir diversas estratégias a serem aplicadas e visualizadas a necessidade de ir adequando-se aos recursos físicos, tecnológicos, financeiros e humanos.

Conquanto, ainda que se compreenda que não exista uma superioridade dentre as estratégias, em que exista aquela que se diz ser aplicável em todas as empresas para solucionar os problemas o autor Porter (1999) descreve cinco forças estratégicas a serem utilizadas em âmbito interno e externo de uma empresa.

Segundo Porter (1999), tal estratégia serve para toda e qualquer organização independentemente do seu tamanho. A análise possui uma lógica simples porém com uma visão extremamente de negócio, onde o gestor necessita visualizar o ambiente competitivo para identificar quais estratégias serão analisadas; Ao todo as 05 forças estratégicas são:

**Poder de barganha dos clientes:** Ainda segundo Porter (1999), alguns fatores que aumentam o poder de barganha dos clientes podem ser evidenciados quando eles são pouco numerosos e compram ou contratam relativamente em grande volume. No entanto, a melhora no custo, na qualidade ou no atendimento pode propiciar pequenos diferenciais, suficientes para manter os clientes.

Neste tópico ressalta a capacidade de barganha do cliente em relação às empresas com o mesmo produto; Esta força tem a ver com o poder de decisão dos compradores, principalmente quanto ao preço e a qualidade do produto.

Levando em consideração o valor do produto, demandando também uma maior qualidade. De Porter indicou este ponto é a força competitiva que se relaciona com o poder de decisão dos clientes.

O poder de barganha dos fornecedores: trata-se da força demonstrada pelos fornecedores ao negociar com os compradores, ameaçando elevar preços ou reduzir a qualidade de seus serviços. Fornecedores poderosos podem reter maior parte da rentabilidade de uma indústria quando os compradores são incapazes de repassar aumentos de preços aos consumidores finais. Estratégia Empresarial (Prof. Carlos Eugênio Friedrich Barreto).

Para Porter este poder, tem extrema relevância com o poder do ponto anterior, pois é semelhante as barganhas dos clientes, porém, o foco neste poder é nos fornecedores de insumos e serviços para a empresa. Em resumo, os fornecedores barganham sobre os participantes quando ameaçam aumentar os preços, ou diminuir a qualidade dos produtos. Se o setor tiver poucos fornecedores e o grau de diferenciação dos insumos for baixo, o poder de barganha deles aumenta.

“Ameaça de novos produtos ou serviços: Porter (1979) que é necessário ficar alerta sobre a Ameaça de Novos Entrantes, quando definitivamente a dinâmica do mercado era muito mais lenta.”

Os Produtos estabelecem um teto nos valores. Essas ameaças são representadas pelos bens e serviços que possuem uma finalidade semelhante aos seus, ou atendam as mesmas necessidades.

Analisando o exposto, essa força é aquela em que observa que os produtos são distintos, porém atendem a mesma necessidade! Um fator importante a ser observado é que com o passar do tempo, e necessário um investimento em pesquisa tecnologia.

Rivalidade entre concorrentes: Segundo Porter (1986). Na análise estrutural das indústrias Porter (1986) destaca que há forças externas que influenciam nas regras competitivas do mercado, assim como nas estratégias adotadas pela empresa no seu ambiente competitivo. O autor destaca que há cinco forças que determinaram o potencial de lucro final da empresa: rivalidade entre os concorrentes, poder de negociação dos fornecedores, poder de negociação dos compradores, entrantes potenciais e ameaça de substitutos.

Analisando as cinco forças, pode-se dizer que para Porter um dos pontos mais importantes trata-se da atividade e hostilidade que os concorrentes diretos exercem. Essa força é considerada como uma das mais significativas dentre todas as cinco,

levando em consideração a importância de entender, observar quais são os pontos fortes das empresas que possuem produtos com o mesmo seguimento de mercado.

Os principais fatores a serem observados nesta força são os números de concorrentes, a tecnologia de implantação utilizada, contando com publicidade, diversidade e inovação.

Ameaças de novos concorrentes: Conforme Porter (1986), a concorrência é um fator que muitos administradores não veem como necessário, abordagem e análise de forma detalhada antes de iniciar um negócio. Muitos empreendedores acreditam que no decorrer do trabalho as informações aparecem, mas a falta de boas informações e a dificuldade de encontrá-las hoje em dia faz com que a batalha com a concorrência seja mais difícil.

Neste ponto Porter (1986) estabelece novas condições no mercado, levando em consideração a grande ameaça de um novo concorrente se implantar no seu território, como também da reação das empresas que já participam do mercado. Basicamente, essas barreiras são os fatores que atrapalham o aparecimento de novas empresas para concorrerem em um determinado setor. Entre as principais barreiras tem: a economia de escala, o capital necessário e a dificuldade de acesso aos canais de distribuição.

Compreendendo o que esses canais significam:

**Economia de Escala:** Esta economia está relacionada a produção da concorrência, em que podem reduzir os custos e o valor do produto e com isso adquirir competitividade em relação à uma outra empresa, que está iniciando no mercado. A economia de escala é considerada como aquela que organiza o processo produtivo de maneira que se atinja a máxima utilização dos recursos utilizáveis envolvidos no processo, visando baixos custos de produção e o incremento de bens e serviços.

**Capital Necessário:** O capital necessário está relacionado ao capital de giro limitado que uma empresa estreante possui em comparação com uma líder no segmento, ou uma empresa já estabelecida no mercado. No geral, é fácil perceber que a capacidade financeira de uma empresa já estabelecida no mercado.

E por fim os **Canais de Distribuição:** se estes canais são limitados às empresas que estão iniciando suas atividades em determinado segmento ou mercado e possuem uma menor chance de ganhar espaço. Porter ainda sustenta a ideia de que

as forças atuam com intuito de aumentar a concorrência, interferindo também na taxa de retorno sobre o capital investido (taxa competitiva básica). Portanto, com esta análise, pode-se afirmar que a organização poderá potencializar as suas vantagens, balanceando suas forças, e otimizando as competitividade. As cinco forças de Porter apresentam a possibilidade de uma empresa ser extremamente lucrativa, caso a mesma opere com tais barreiras.

## 2.2 Concorrentes – Grupos Estratégicos

A concorrência ocorre entre dois ou mais produtores que desejam vender seus artigos de uma mesma classe, ou espécie.

Segundo Hitt (2008), concorrentes são empresas que atuam no mesmo mercado, oferecem produtos semelhantes e visam atrair clientes semelhantes. Diante disso entende-se que compreender qual tipo de concorrente atua ao seu lado, gera uma segurança de garantir diversos benefícios a sua empresa, proporcionando extrema melhora em suas atividades e trazendo um diferencial a sua clientela.

Oliveira (2014. P. 82), acredita que quanto aos concorrentes, podem-se analisar:

- Qual a participação de cada concorrente no mercado de trabalho;
- Qual a vantagem competitiva das empresas;
- Qual a tecnologia básica que cada concorrente utiliza;
- Qual a análise em relação às vendas, participações, qualidades e respectivas tendências.

Dessa maneira, Hitt (2008) acredita que a “análise da concorrência é a primeira medida que a empresa toma para prever a extensão e natureza de sua rivalidade com cada um dos concorrentes”.

Resumindo a identificação da análise de concorrência Porter (1986, p.62-63) identifica quatro componentes diagnósticos para a análise da concorrência, que são: as suas metas futuras, as suas hipóteses, a sua estratégia em curso e as suas capacidades.

De acordo com os estudos de Kluyver e Pearce II (2010, p.101) “uma empresa tem vantagem competitiva quando planeja e programa com sucesso uma estratégia de valor que os concorrentes não estejam utilizando no momento”. Ou seja, de acordo

com os autores torna-se necessário e indispensável à utilização de estratégias concorrências, atentando-se sempre em proporcionar o melhor aos seus consumidores/clientes, em relação à concorrência, ou seja, visando sempre analisar qual vantagem sua empresa leva em relação às demais; Posicionando a empresa de modo que suas capacidades proporcionem a melhor defesa contra o conjunto existente de forças competitivas; Influenciando o equilíbrio de forças através de movimentos estratégicos, assim, melhorar a posição relativa da empresa e caso necessário antecipar as mudanças nos fatores básicos das forças e responder a elas, explorando, assim, a mudança através da escolha de uma estratégia apropriada ao novo equilíbrio competitivo antes que os rivais a identifiquem.

### 2.2.1 Estratégia competitiva - Marketing

Segundo Porter (1986) a utilização efetiva da Tecnologia da Informação está diretamente ligada à sobrevivência e a estratégia competitiva das organizações.

Para Kotler à medida que o ritmo de mudança acelera, as empresas não podem mais confiar em suas antigas práticas de negócios para manter a prosperidade. Ou seja, com o passar do tempo às organizações necessitam a utilização de inovação de tecnologia, marketing de seus produtos desde há capacitação de seus funcionários.

A nova realidade provoca uma reorganização intensa na sociedade, gerando modificações nas organizações (Tapscott, 1997). O uso da Tecnologia da Informação emerge como apoio a estratégia para ganhar vantagens competitivas sustentáveis. As organizações utilizam as informações sobre os clientes, gostos e preferências, aliando-os aos seus produtos.

Portanto, marketing é um processo social por meio do qual, grupos de pessoas obtêm aquilo de que necessitam e o que desejam com a criação, oferta e livre negociação de produtos e serviços de valor com outros (KOTLER e KELLER, 2006). Ainda, para Richers, (1986) marketing são as atividades sistemáticas de uma organização humana voltada à busca e realização de trocas para com o seu meio ambiente, visando benefícios específicos.

Por fim, Marketing é o conjunto de operações que envolvem a vida do produto, desde a planificação de sua produção até o momento em que é adquirido pelo consumidor (Dicionário Michaelis).

Profissionais de marketing não criam necessidades: as necessidades existem antes dos profissionais de marketing. Os profissionais de marketing, paralelamente a outras influências da sociedade, influenciam desejos. Eles podem promover a ideia de que um Mercedes satisfaz a necessidade de status social de uma pessoa. Eles não criaram, entretanto, a necessidade de status social. (KOTLER, 2000, p.33)

Por fim, compreendemos que as estratégias de marketing podem ser subdivididas em dois grandes grupos: as estratégias de marketing tradicional ou as estratégias de marketing massa, na qual o uso tático da propaganda e promoção se sobressai para atingir clientes e prospectos; e as estratégias de marketing dirigido composto por táticas direcionadas e customizadas de comunicação e vendas para clientes específicos. Quando analisamos o cenário competitivo atual concorrência, podemos perceber que o sucesso das organizações está diretamente ligado à capacidade de gestão de marketing que as empresas têm para se organizar, se destacar e se diferenciar no ambiente de mercado, portanto, a importância do marketing para as empresas é primordial para que estas consigam alcançar os objetivos e as metas estabelecidas em seus planejamentos estratégicos, principalmente, no que tange ao atingir as vendas e o lucro.

### **3. Metodologia**

Este estudo analítico refere-se, ao qualitativo, afim de compreender os estudos através de uma coleta narrativa de dados assimilando as particularidades e experiências individuais, nas quais serão coletados dentro uma empresa de revenda de automóveis na cidade de Cascavel- PR no setor automotivo, essa pesquisa será realizada através do estudo das cinco forças de Porter. A empresa é composta por quatro filiais incorporadas no Estado do Paraná.

Assim, inseridos todos os fatores compostas na avaliação das cinco forças de Porter, e demonstrados toda a análise realizada. após isso serão anotados e analisados. Serão avaliados os itens: oportunidades, rivalidade entre os concorrentes, estratégia de marketing, poder de barganha dos clientes e fornecedores, ameaça de novos entrantes e ameaças de produtos substitutos.





### **Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

Os dados serão coletados através de uma pesquisa com o gestor, em uma das filiais da concessionária localizada na Rua Avenida Tancredo Neves, 1585, Pioneiros Catarinenses, Cascavel- PR, juntamente com a autorização do responsável legal pela revenda localizada no endereço acima.

#### **4. Resultados**

A Euro Import Cascavel, nasceu a partir da contratação de um vendedor externo na cidade de Cascavel, mas as vendas eram realizadas pela loja de Londrina que se chamava German Car, através das vendas externas, o grupo Euro Import compra a German Car.

Logo de início já realizaram um evento em fevereiro de 2008 chamado Road Show, que com muito sucesso surgiu a ideia de abrir uma filial em Cascavel, não só vendas externas, por tanto após esse evento a diretoria então decidiu instalar um ponto de vendas em Cascavel nesse mesmo ano, que assim foi inaugurada oficialmente no dia 23 de outubro de 2008 na Avenida Tancredo 1585, vila Elizabet entre pioneiros e alto alegre 85805-000, localizada em uma região mais reservada das outras concessionárias mas que possui ao seu redor farmácias, hospitais, postos.

Diante de todo esse sucesso de vendas, o crescimento foi cada vez mais constante, hoje o gerente geral da Concessionária é o antigo vendedor externo que ajudou no ponta pé inicial da marca na cidade, ou seja foi uma das principais influencias da marca.

A concessionária é idêntica a qualquer concessionária do mundo, ou seja padrão mundial da marca BMW, privilegio para nós como uma região de menor população, quando inaugurou em 2008 foi a 17 concessionária do brasil, assim levando por muitos anos o titulo de menor cidade com concessionária BMW no brasil.

Diante da pesquisa realizada dentro da organização no primeiro semestre que foi inaugurada foram contabilizados a venda de 30 veículos, desde então houve um crescimento em torno de 42% a.m, realizado um levantamento de dados sobre as vendas realizadas desde a inauguração da concessionária foi alcançado o total de 2761 veículos faturados pela concessionária.

## **DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VALORES**

### **Missão**

Ser o principal varejista do setor automotivo, gerando crescimento financeiro para o acionista através das seguintes iniciativas:

- Liderança Inovadora;
- Processos de Qualidade;
- Excelência no Serviço ao Cliente.

### **Valores**

- Integridade

Ser honesto, imparcial e fazer a coisa certa gerando confiabilidade e boa reputação.

- Transparência

Ser franco e direto, mas com gentileza e educação, não escondendo ou dificultando a compreensão.

- Profissionalismo

Ser o melhor no que se faz e sem retrabalho.

- Trabalho em equipe

Ser cooperativo, trabalhando em conjunto para cumprir uma tarefa, alcançar um objetivo comum.

### **Poder de negociação**

As negociações de veículos e incentivos são estabelecidos pela fábrica, assim se tornando um padrão nacional, mas como cada concessionária possui um dono cada gestor sabe onde pode chegar, é um poder bem agressivo por estarmos numa região bem grande, assim fortalecendo o faturamento, e ampliando cada dia mais o poder de negociar em um nível nacional.

## **ANALISE AMBIENTAL**

### **Forças**

-Trabalhar com veículos premium tecnologia e segurança, assim passando confiança aos nossos usuários.

### **Fraquezas**

- Valor alto e não é acessível a todos, custo elevado que não cabe no bolso de todas as pessoas.

### **Oportunidades**

- Cascavel é uma cidade é considerada regional, abrangência de vendas enorme, por tanto uma cidade não sobreviveria ao mix de produtos na qual a fabrica entrega por concessão, podendo realizar atendimentos em regiões distintas não só em uma cidade fixa, a concessionária sempre procura fazer lançamentos simultâneos com o mundo inteiro, com o proposito de trazer ao cliente sempre produtos de primeira mão de acordo com oque a BMW fornece.

### **Ameaças**

- Economia nacional, cotação da moeda (por ser um produto importado), crises econômicas, tributação econômica.

### **Concorrentes diretos**

Atualmente existem 15 concessionárias na cidade de cascavel, mas com segmentos e um publico alvo diferente, das 15 existentes na região somente outras duas grandes marcas atuam no mesmo segmento de veículos Premium Mercedes Bens e Audi ,mesmo o mercado de veículos Premium sendo muito restrito, existem outras marcas no segmento Premium publico A e B que atuam em outras cidades como, Maringá, Londrina, Curitiba que oferecem produtos do mesmo segmento que de certa forma acaba prejudicando algumas negociações da concessionária, pois o cliente desse tipo de veiculo ele é cada dia mais exigente, ou seja como é um bem de valor muito alto ele não se importa de comprar em outras regiões, para ele oque importa é o preço, se o produto oferece o mesmo objetivo final.

Outras marcas por faltar investimentos não são de tanta relevância na quesito concorrência Direta.

### **Bens substitutos**

Uma concessionária com o porte da BMW tem produtos de alta tecnologia e informação, na parte de oficina por ex. Equipamento ISIS Conectado direto com a central na Alemanha (BMW AG) que faz com que detecta qualquer problema, sem esse equipamento seriam 10 anos de atraso para a informação no diagnostico preciso,

não existe problema que não possa ser resolvido, ou seja a marca consegue se auto superar.

## **5. Considerações Finais**

Ao finalizar esse estudo, nota-se a real importância de realização do diagnóstico estratégico na concessionária de veículos. Podendo-se afirmar que através da revisão bibliográfica, da metodologia utilizada nesse estudo, do levantamento e análise de dados, foi possível cumprir a proposta desse estudo, que procurou responder a seguinte questão: Como a análise estratégica pode auxiliar na estratégia de uma concessionária de veículos na cidade de Cascavel-PR?

Diante dessa análise possibilitou identificar a percepção do gestor quanto sua posição em relação as demais concessionárias da região. Se fez possível fazer um comparativo entre a percepção do gestor em relação a demanda atendida na região, possibilitando identificar e analisar as potencialidades e fragilidades, além das oportunidades e ameaças que a empresa apresenta no momento atual. Para esse fim que foi levantado a análise foi utilizada a matriz SWOT e as cinco forças de Porter.

No que se refere o cenário atual da marca em marketing share, esta empresa esta bem colocada, o poder da marca é muito influenciador ao consumidor.

Através desse estudo foi possível realizar um diagnóstico estratégico e identificar possíveis ameaças e oportunidades, bem como potencialidades e fragilidades que a empresa apresenta no momento atual. Uma das principais fragilidades apresentadas pela organização foi a negociações de veículos e incentivos estabelecidos pelas fabrica, assim se tornando um padrão nacional, a concessionária possui esse poder bem agressivo por estarmos numa região bem grande, assim fortalecendo o faturamento, e ampliando cada dia mais o poder de negociar em um nível nacional.

Nesse caso, conclui-se que o gestor conhece o mercado o qual está inserido, conhece os reais fatores de perca de venda. Diante disso mostra a importância de estudos como este, pois através deste foi possível realizar uma análise estratégica em uma concessionária de veículos em Cascavel-PR, identificando possíveis

ameaças e oportunidades, bem como potencialidades e fragilidades que a empresa apresenta no momento atual.

## REFERÊNCIAS

KOTLER, TSURU/blog. **A importância do marketing digital**. Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.agenciatsuru.com.br/blog/philip-kotler-e-defesa-marketing-digital/>>. Acesso 11 de abril de 2019

KOTLER, IDEAL MARKETING/blog. **Frase de marketing para se inspirar**. Setembro, 2018. Disponível em: <<https://www.idealmarketing.com.br/blog/frases-de-marketing/>>. Acesso 10 de abril de 2019

LEITE, JOEL/automotivebusiness. **Venda de veículos leves crescem em 13,7% em 2018**. Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/28525/vendas-de-veiculos-leves-crescem-137-em-2018>>. Acesso 10 de abril de 2019

GOES, MURILO/UOL. **Venda de carros importados cresce 32% em 2018**. Outubro, 2018, Disponível em: <<https://carros.uol.com.br/listas/venda-de-carros-importados-cresce-32-em-2018-veja-ranking-por-marca.htm>>. Acesso em 16 de maio de 2019

CAMINHONEIRO, BRASIL/blog. **Emplacamento tem alta em 2018 e cria boa expectativa para 2019**. Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://brasilcaminhoneiro.com.br/emplacamentos-tem-alta-em-2018-e-cria-boa-expectativa-para-2019/>>. Acesso 12 de abril de 2019

CERTO, SAMUEL/portadministração. **O pai da estratégia moderna**. Maio 2015. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2015/05/as-cinco-forcas-de-porter.html?m=1>>. Acesso 17 de abril de 2019

PORTER, MICHAEL/trabalhosfeitos. **Rivalidade entre concorrentes de Porter**. Maio 2014. Disponível em: <<https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Rivalidade-Entre-Concorrentes-De-Porter/52271816.html>>. Acesso em 17 de abril de 2019

MORANDINI, THIAGO/revistainiciacom. **AS FORÇAS E ESTRATÉGIAS DE MICHAEL PORTER NO RAMO AUDIOVISUAL: ESTUDO DE CASO DE UMA PRODUTORA DE SÃO JOÃO DEL-REI (MG)**. Junho 2014. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/iniciacom/article/view/1937/1726>>. Acesso em 18 de abril de 2019

RODRIGUES, CRISTIANE VIANA/artigo. **A ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO À LUZ DAS CINCO FORÇAS DE PORTER**. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/4403/1/Cristiane%20Viana%20Rodrigues.pdf>>. Acesso em 18 de abril de 2019

SILVA, SIMONE COSTA/artigo. **ANÁLISE DA VANTAGEM COMPETITIVA COM BASE NO MODELO ESTRATÉGICO DA MASSA CRÍTICA EM UMA EMPRESA VAREJISTA**. Outubro,



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

2015. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN\\_STO\\_212\\_256\\_27554.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_212_256_27554.pdf)>. Acesso em 18 de abril de 2019

ANTUNES, ZAIDA REGINA ALMEIDA AFONSO/artigo. **Planejamento Estratégico como Fator Competitivo nas Organizações.** Fevereiro, 2012. Disponível em: <<http://www.tecsoma.br/fevereiro2012/artigo%20estrategia%5B1%5D.pdf>>. Acesso em 18 de maio de 2019

SERRANO, DANIEL PORTILLO/artigo. **O que é Marketing? O Marketing e suas principais definições.** Abril, 2010. Disponível em: <[http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/O que e Marketing o Marketing e suas principais definicoes.htm](http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/O_que_e_Marketing_o_Marketing_e_suas_principais_definicoes.htm)> Acesso em 18 de maio de 2019

KOTLER, TSURU/blog. **A importância do marketing digital.** Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.agenciatsuru.com.br/blog/philip-kotler-e-defesa-marketing-digital/>> Acesso em 01 de junho de 2019

ARAUJO, NONATA/artigo. **Marketing empresarial. 2017.** Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/marketing-empresarial>> Acesso em 01 de junho de 2019.

## MOTIVAÇÃO NO TRABALHO EM UMA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Luzia Viviane Daniel<sup>1</sup>  
Prof. Mestre Tabatha Caroline Bonafin<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo geral é analisar os fatores que interferem na motivação dos colaboradores de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) na região Oeste do Paraná. Os objetivos específicos são: a) identificar os perfis dos colaboradores da Unidade de Pronto Atendimento (UPA); b) investigar os fatores que afetam positiva e negativamente a motivação dos colaboradores da Unidade de Pronto Atendimento (UPA). A metodologia classifica-se como descritiva, com abordagem quantitativa, por meio de levantamento de dados junto aos colaboradores de uma UPA. Como resultados principais, destacam-se os fatores que mais interferem de maneira negativa na motivação dos colaboradores: salário, a falta de valorização e reconhecimento por parte da chefia e comunidade, e falta de investimento financeiro na qualificação profissional.

**Palavras-chave:** Motivação. Unidade de Pronto Atendimento. Teoria dos Dois Fatores.

### 1. Introdução

A motivação está ligada ao comportamento do ser humano, de maneira individual, pois cada indivíduo tem um motivo que o impulsiona a realizar determinada ação ou atividade (WALGER; VIAPIANA; BARBOZA, 2014). E mesmo que o desempenho seja relacionado a aptidões e habilidades é necessário antes estar motivado, pois quanto mais motivado, melhor será o desempenho (LOPES, 2003).

Tendo essa visão sobre a importância do indivíduo na organização e suas motivações, cabe destacar nesse contexto, que os profissionais que atuam em serviços de saúde convivem, diariamente, com a doença e a dor dos que procuram por atendimento em redes de saúde e, estes estão submetidos a diversas cobranças e pressões no trabalho e que podem levar ao adoecimento (MARCELINO FILHO; ARAUJO, 2015).

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Administração - UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre/Doutor Nome do Professor do Curso de Administração – Centro Universitário UNIVEL.



Diante da problemática exposta, este estudo pretende responder a seguinte pergunta de pesquisa: Quais os fatores que interferem na motivação dos trabalhadores de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) na região Oeste do Paraná? Portanto, o objetivo geral é analisar os fatores que interferem na motivação dos colaboradores de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) na região Oeste do Paraná. Os objetivos específicos são: a) identificar os perfis dos colaboradores da Unidade de Pronto Atendimento (UPA); b) investigar os fatores que afetam positiva e negativamente a motivação dos colaboradores da Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

É de essencial importância saber como se encontra a motivação desses colaboradores em especial a que está sendo estudada neste artigo. Afinal, pessoas motivadas realizam melhor suas tarefas, o que contribui para o desenvolvimento de toda uma equipe. Estando a motivação inserida no ambiente de trabalho, promoverá a satisfação pessoal, aumentando a produtividade do trabalhador.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Motivação no trabalho**

“A palavra motivação é derivada do latim *motivus* e refere-se a tudo aquilo que pode fazer mover, que causa ou determina alguma coisa, ou o fim ou razão de uma ação” (ZANELLI; ANDRADE; BASTOS, 2014, p. 173). Nesse sentido, “a palavra motivação significa motivo para ação” (KAMIA, 2014, p. 10)..

Dentro do ambiente organizacional a motivação é algo muito importante para o sucesso do indivíduo e da própria empresa. Sem ela, não há como estabelecer metas, estimular as pessoas a alcançar seus objetivos profissionais e pessoais (TEIXEIRA; RIBEIRO, 2017).

Uma das grandes questões quando se aborda a motivação é se a remuneração é fator que mais impulsiona a motivação. Para Hunter (2006) a remuneração não é o principal motivo que leva uma pessoa a ter ou manter-se motivada, uma remuneração justa é na realidade um direito que se tem pelo trabalho prestado e, mesmo que esta remuneração seja acima da média, com o tempo esse fator deixa de ser

impulsionador, isso porque a pessoa sempre sentirá que está faltando algo, afinal, a necessidade monetária já foi percebida.

Salienta-se que as pessoas buscam outros fatores mais importantes do que o dinheiro, na realidade elas querem ser reconhecidas, ouvidas, respeitadas, valorizadas, elogiadas e ter um bom líder que faça tudo isso acontecer. Este deve procurar oferecer um clima saudável para seus liderados, dessa forma eles estarão mais motivados sabendo que o trabalho que realizam é bem visto pelo seu gestor (HUNTER, 2006).

Walger, Viapiana e Barboza (2014) ressaltam que quando as organizações investem na motivação dos seus colaboradores, estes podem gerar aumento na qualidade, produtividade, redução de rotatividade e absenteísmo. As várias teorias motivacionais podem ser transformadas e programadas para motivar os funcionários, estimulando a motivação no contexto empresarial. As empresas podem abordá-las de várias maneiras como: programas de reconhecimento e envolvimento, entre os funcionários, implantar administração por objetivos (APO), flexibilizar o trabalho, benefícios, remuneração variável e por competências.

Nesse contexto, a Teoria dos Dois Fatores foi desenvolvida por Frederick Herzberg (1959), na qual realizou diversos estudos para definir quais fatores causavam satisfação e insatisfação dentro do ambiente de trabalho do colaborador (BAUMOTTE et al., 2013). Para início de sua pesquisa, ele entrevistou muitas pessoas e os questionou sobre os momentos em que estavam muito motivados no trabalho e sobre momentos de insatisfação e desmotivação no trabalho. Com os resultados, ele percebeu que há uma diferença entre insatisfação e satisfação no trabalho, de acordo com características respondidas pelos entrevistados, e isso influenciou no entendimento de que há dois fatores que induzem na motivação no trabalho (DAFT, 2007).

Assim, fatores como amizade, condições do ambiente de trabalho, salário, benefícios, segurança no trabalho, políticas da organização e status, estavam ligados aos fatores externos, que seriam as motivações extrínsecas, ao qual denominou como fatores higiênicos. Já as motivações intrínsecas são aquelas que realmente motivavam as pessoas, e as levava a satisfação, estas eram referentes à própria

pessoa e ao tipo de trabalho que desenvolvem (WALGER; VIAPIANA; BARBOZA, 2014; CHIAVENATO, 2014).

Por sua vez, os fatores motivadores influenciam na satisfação no trabalho, estes incluem reconhecimento, realização, crescimento pessoal, responsabilidade, o trabalho em si e avanço na carreira (DAFT, 2007; CHIAVENATO, 2014). Quando estes estão ausentes, os colaboradores são neutros em relação a sua função, porém quando os fatores motivadores estão presentes, geram grande satisfação e motivação. A ausência de algum fator higiênico irá gerar insatisfação, mas não significa que a reparação deste problema levará o indivíduo a ficar motivado e satisfeito (DAFT, 2007). Ressalta-se que na teoria dos dois fatores, o oposto de satisfação é a não satisfação, e assim com a insatisfação, seu oposto é a não insatisfação (FERREIRA, 2017).

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo foi realizado por meio de pesquisa de campo. Quanto ao objetivo esta pesquisa classifica-se como descritiva, pois pretende-se identificar os fatores que motivam os funcionários públicos de uma Unidade de Pronto Atendimento.

Para alcançar o objetivo proposto, o procedimento adotado nessa pesquisa é um método levantamento (survey) realizado em uma Unidade de Pronto Atendimento, localizada no Oeste do Paraná. A abordagem do problema é quantitativa, visto que se pretende utilizar técnicas estatísticas para tratamento e análise dos dados.

Para os procedimentos para coleta e análise de dados, primeiramente, a proposta de pesquisa foi encaminhada para avaliação e aprovação do comitê de Ética da Instituição Municipal responsável pelo serviço. Esta pesquisa foi realizada em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), localizada na região Oeste do Estado do Paraná. O universo pesquisado foram todos os funcionários da instituição. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário estruturado, contendo um total de 42 perguntas. O questionário foi embasado na pesquisa de Carvalho (2013) e Ferreira (2017), pois abordaram os fatores higiênicos e motivacionais. E

também na pesquisa de Nunes (2011), pois tratou sobre clima organizacional e os fatores que causam satisfação e insatisfação nos funcionários.

Os questionários foram impressos e distribuídos aos colaboradores durante os respectivos plantões, sendo num total de três plantões diurnos e três noturnos. A aplicação foi realizada dos dias 19 a 24 de julho de 2019, com um total de 158 respondentes, destes, 3 questionários foram descartados devido ao preenchimento incorreto, totalizando 155 questionários validados para a análise.

## **4. APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **4.1 Perfil Socioeconômico**

Segundo os dados obtidos na pesquisa identificou-se que na UPA há (20%) colaboradores do sexo masculino, (78,71%) do sexo feminino e (1,29%) não responderam a pergunta, sendo que, (62,58%) são casados, (24,52%) são solteiros, (12,26%) são divorciados e (0,65%) é viúvo. Portanto, entre os respondentes predomina-se o sexo feminino (78,71%) e os casados (62,58%).

A faixa etária predominante entre os funcionários da UPA é de 41 aos 45 anos (19,4%), na sequência, tem a faixa etária dos 36 aos 40 anos (18,1%) e dos 31 aos 35 anos (16,1%). Ressalta-se que do total de respondentes, apenas (7,7%) tem idade até 25 anos e os que estão acima de 45 anos representam (27,1%). Portanto, a maioria dos funcionários (53,5%), tem idade entre 31 e 45 anos.

Com relação à escolaridade, observou-se que há um colaborador com doutorado em andamento, dois com mestrado e (14,95%) são pós-graduados, sendo suas respectivas áreas envolvendo especialização em saúde, assistência social e administrativa, (28,39%) possuem ensino superior completo, (11,61%) possuem o ensino superior incompleto, (30,32%) possuem o ensino médio técnico completo, apenas (0,65%) possui o ensino médio técnico incompleto. Em relação ao ensino básico como o ensino médio completo há um total de (6,45%) colaboradores, 6 (3,87%) possuem o ensino médio incompleto, (3,23%) possuem o ensino fundamental completo e (0,65%) possui o ensino fundamental incompleto. Portanto, a maioria dos trabalhadores (58,7%) possui ensino médio técnico completo e superior completo.

Com relação ao salário, (37,42%) disseram receber até 2 salários mínimos, (36,13%) de 2 a 4 salários mínimos, (9,69%) de 4 a 6 salários mínimos, (2,58%) de 6 a 8 salários mínimos, (1,94%) de 8 a 10 salários mínimos, (11,61%) acima de 10 salários mínimos e (0,65%) não respondeu. Portanto, nota-se que a maioria dos respondentes (73,55%) recebe até 4 salários mínimos, o que equivale atualmente a R\$3.992,00. Destaca-se que apenas (4,52%) recebem de 6 a 10 salários mínimos, sendo que (11,61%) recebem acima de 10 salários mínimos, o que equivale a mais de R\$9.998,00.

Quanto ao regime de trabalho, (100%) responderam serem regidos pelo regime estatutário/efetivo. Por sua vez, a carga horária predominante, que os colaboradores exercem suas atividades, corresponde a 12X60, para (53,55%) respondentes, seguido da carga horária 12X36 para (16,13%) colaboradores, 8 horas para (13,55%), 6 horas para (14,84%) e (1,94%) não responderam.

Em relação ao turno de trabalho, (43,23%) trabalham no período matutino e vespertino, seguido do turno noturno com (35,48%) respondentes, turno da tarde com (6,45%), no turno matutino obteve-se um total de respondentes com (5,81%), (4,52%) correspondem aos que trabalham manhã, tarde e noite, (3,23%) tarde e noite, (0,65%) respondeu trabalhar no período noturno e matutino e (0,65%) não respondeu. Sendo assim os turnos: noturno, matutino e vespertino são predominantes com (78,7%) colaboradores.

Cerca de (30,3%) dos colaboradores estão trabalhando na UPA de 2 a 5 anos, seguido de (27,1%) de 5 a 10 anos e (22,6%) estão nesta unidade de atendimento a menos de 2 anos. Percebe-se que (12,3%) estão de 10 a 15 anos, (5,2%) de 15 a 20 anos e apenas (2,6%) estão a mais de 20 anos trabalhando na UPA. Dessa forma, a maioria dos colaboradores (57,4%) está trabalhando na UPA entre 2 e 10 anos.

Em relação às funções predominantes na UPA, os técnicos em enfermagem são o maior número de profissionais com (42,58%), em seguida zelador com (14,84%) e médico com (14,19%). Tem-se ainda enfermeiro com (9,68%), agente administrativo, auxiliar de enfermagem e técnico em farmácia com (3,23%), assistente social, atendente de serviços em saúde e telefonista com (9,94%), monitor (9,29%), farmacêutico e nutricionista (0,65%) cada e não responderam (0,65%) na pesquisa.

## 4.2 Fatores higiênicos e motivacionais no trabalho

Com base na Teoria dos Dois Fatores de Herzberg, foi identificado o grau de concordância (de 1 a 7) dos respondentes, com relação aos fatores higiênicos, que são referentes às condições de trabalho e os fatores motivacionais que tratam do conteúdo do cargo. A Tabela 1 apresenta os resultados dos fatores higiênicos, com a média, mediana e desvio padrão das respostas.

**Tabela 1 – Fatores Higiênicos**

<b>Perguntas Fatores Higiênicos</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio Padrão</b>
1) Sinto-me calmo no meu local de trabalho.	4,79	5	1,83
2) As condições ambientais físicas (temperatura ambiente, nível de ruído, disposição dos móveis, limpeza, mobiliário, material de expediente, etc.) do local de trabalho são satisfatórias para realização do meu trabalho.	4,28	5	1,83
3) Minha remuneração é justa em relação ao trabalho que Executo.	2,90	2	2,04
4) Tenho bom relacionamento com meu chefe.	6,03	7	1,46
5) Estou satisfeito com a maneira de tratamento dado pela administração para conflitos internos, queixas e problemas ou reclamações.	5,06	6	1,71
6) Sinto-me seguro contra excesso de autoridade	4,53	5	1,85
7) Tenho conforto no meu local de trabalho.	4,50	5	1,81
8) Minha remuneração está de acordo com a praticada no Mercado.	4,23	5	2,07
9) Posso contar com a ajuda dos meus colegas para solução de problemas inesperados.	5,63	6	1,67
10) Tenho regras e procedimentos claros para executar minhas Atividades.	6,05	6	1,27
11) Sinto-me seguro quanto à minha permanência na Instituição.	5,42	6	1,88
12) Tenho higiene no meu local de trabalho.	6,17	7	1,22
13) Estou satisfeito com meu salário.	3,50	3	2,14

14) Existe bom relacionamento com meus colegas de trabalho.	6,03	6	1,37
15) Os objetivos a serem atingidos pela instituição estão claros para os servidores	5,25	6	1,68

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Segundo a Tabela 1, destaca-se pela mediana das respostas, que os colaboradores concordam totalmente que tem um bom relacionamento com o chefe (média 6,03) e que o local de trabalho tem higiene (média 6,17), com desvio padrão de 1,46 e 1,22 respectivamente. Na seqüência, os colaboradores concordam parcialmente que tem regras e procedimentos claros para executar suas atividades (média 6,05), que existe um bom relacionamento com os colegas de trabalho (média 6,03), que pode contar com a ajuda dos colegas para solução de problemas (média 5,63), que estão seguros quanto à permanência na instituição (média 5,42), que os objetivos a serem atingidos pela instituição estão claros aos servidores (média 5,25) e que estão satisfeitos com a maneira de tratamento dado pela administração para conflitos internos, queixas, problemas ou reclamações (média 5,06), com desvio padrão de (1,27), (1,37), (1,67), (1,88), (1,68) e (1,71) respectivamente.

Por sua vez, os colaboradores concordam pouco que se sentem calmos no local de trabalho (média 4,79), que se sentem seguros contra excesso de autoridade (média 4,53), em relação a ter conforto no local de trabalho (média 4,50), que as condições ambientais físicas no local de trabalho são satisfatórias para a realização do trabalho (média 4,28) e que a sua remuneração está de acordo com a praticada no mercado (média 4,23), com desvio padrão de (1,83), (1,85), (1,81), (1,83) e (2,07) respectivamente.

De acordo com as menores médias e medianas da Tabela 2, percebe-se que os colaboradores não estão muito satisfeitos com a remuneração, pois discordam pouco que estão satisfeitos com o salário (média 3,50) e discordam parcialmente que a remuneração é justa pelo trabalho que realizam (média 2,90). Salienta-se que estas foram as perguntas com maior variação nas respostas, com desvio padrão de 2,14 e 2,04, respectivamente.

De modo geral, os colaboradores demonstram estar satisfeitos com os fatores higiênicos relacionados às condições do ambiente de trabalho, como relacionamento



com a chefia e colegas de trabalho, clareza nos objetivos, regras e procedimentos da instituição e higiene no local de trabalho. Contudo, aspectos como as condições físicas e psicológicas do ambiente de trabalho não estão muito satisfatórias. Destaca-se que os colaboradores não estão satisfeitos com o fator remuneração.

A Tabela 2 mostra os resultados dos fatores motivacionais, com a média, mediana e desvio padrão.

**Tabela 2 – Fatores Motivacionais**

<b>Perguntas fatores motivacionais</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio padrão</b>
16) Tenho facilidade de acesso às ações de formação para aperfeiçoar minhas competências.	4,54	5	2,05
17) Gosto do trabalho que realizo.	6,36	7	1,18
18) Recebo elogios e incentivos pelo meu trabalho.	4,69	5	1,95
19) Meu trabalho é reconhecido pelos meus gestores	4,50	5	1,86
20) Tenho oportunidade de participar das decisões importantes na organização.	3,56	4	2,06
21) Tenho oportunidade de expressar criatividade na execução de minhas atividades.	4,56	5	1,92
22) A instituição financia cursos externos para minha qualificação profissional.	2,26	1	1,86
23) Gosto de dar o melhor pela realização do meu serviço, mesmo sem ser solicitado.	6,30	7	1,22
24) Eu tenho consciência de que no meu trabalho eu tenho direitos e deveres.	6,66	7	0,91
25) Tenho oportunidades de realizar tarefas compatíveis com meus conhecimentos e interesses.	5,68	6	1,68
26) Tenho oportunidade de desenvolvimento profissional na instituição onde trabalho.	3,97	4	2,21
27) Meu trabalho me proporciona realização profissional.	5,48	6	1,76
28) Sinto reconhecimento da importância do meu trabalho por parte da comunidade.	4,27	5	2,07
29) Posso decidir sobre assuntos que afetam diretamente o meu trabalho.	3,88	4	1,96

30) As atividades que executo estão de acordo com o cargo que ocupo.	5,83	6	1,46
--	------	---	------

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Segundo a Tabela 2, destaca-se pela mediana das respostas, que os colaboradores concordam totalmente que tem consciência de que em seu trabalho, os mesmos têm direitos e deveres (média 6,66), gostam do trabalho que realizam (média 6,36), que gostam de dar o melhor pela realização do seu serviço, mesmo sem ser solicitado (média 6,30), com o desvio padrão de (0,91), (1,18) e (1,22) respectivamente.

Na seqüência, os colaboradores concordam parcialmente que as atividades que executam estão de acordo com o cargo que ocupam (média 5,83), que tem oportunidades de realizar tarefas compatíveis com seus conhecimentos e interesses (média 5,68), e de que o seu trabalho lhes proporciona realização profissional (média 5,48), com desvio padrão de (1,46), (1,68) e (1,76) seqüencialmente.

Por sua vez, os colaboradores concordam pouco que recebem elogios e incentivos pelo seu trabalho (média 4,69), de que tenham oportunidades de expressar criatividade na execução de suas atividades (média 4,56) e de que seu trabalho é reconhecido pelos seus gestores (média 4,50), com desvio padrão de (1,95), (1,92) e (1,86) respectivamente. Ainda nesta concordância, salienta-se que as perguntas sobre ter facilidade de acesso as ações de formação para aperfeiçoar suas competências (média 4,54) e de que sentir-se reconhecidos da importância do seu trabalho por parte da comunidade (média 4,27) obteve um desvio padrão com maior variação sendo (2,05) e (2,07) respectivamente.

Alguns colaboradores não concordam, nem discordam de que tenham oportunidades de desenvolvimento profissional na instituição referida (média 3,97), e que tenham oportunidades de participar das decisões importantes da organização (média 3,56), estas obtiveram um desvio padrão com maior variação (2,21) e (2,06) respectivamente, além de poder decidir sobre os assuntos que afetam diretamente o seu trabalho (média 3,88) com desvio padrão (1,96).

De acordo com a menor média e mediana da Tabela 3, percebe-se que os colaboradores não estão muito satisfeitos e discordam totalmente que a instituição

financia cursos externos para a sua qualificação profissional (média 2,26), com desvio padrão de (1,86).

De modo geral, os colaboradores demonstram estar muito satisfeitos com os fatores motivacionais relacionados ao seu desenvolvimento e comprometimento no trabalho, como gostar do trabalho que faz e gostar de dar o melhor pela realização do seu serviço, mesmo sem ser solicitado. De certa forma, se sentem realizados profissionalmente e satisfeitos com a compatibilidade do cargo com seus conhecimentos. Contudo, não estão muito satisfeitos com o reconhecimento e valorização da chefia e da comunidade, com o incentivo para qualificação profissional, autonomia, crescimento profissional e participação nas decisões. Além disso, estão insatisfeitos com o financiamento da instituição para realização de cursos externos para qualificação profissional.

Ao comparar os fatores higiênicos e motivacionais, ressalta-se que, mesmo tendo um bom relacionamento com a chefia, os colaboradores se sentem pouco reconhecidos pelo seu trabalho, tanto pelos gestores quanto pela comunidade, e não recebem muitos elogios em relação às atividades que realizam, nem incentivos para qualificação profissional, pois segundo os mesmos, a instituição não financia cursos externos, não se sentem totalmente tranquilos no local de trabalho, nem seguros contra excesso de autoridades.

Segundo os respondentes, a unidade possui regras e procedimentos claros, suas atividades estão de acordo com o cargo que ocupam, porém ficam neutros em relação a sua autonomia e participação nas decisões importantes da unidade, discordam que recebem um salário justo e de acordo com o praticado no mercado, além de não estarem satisfeitos com as condições ambientais físicas no local de trabalho, nem conforto. Apesar disso, gostam do trabalho que realizam, fazem o melhor que podem para realizá-lo e tem consciência dos seus direitos e deveres, também estão de acordo com a forma que a administração lida com os conflitos internos, queixas, problemas e reclamações.

## **5. CONCLUSÃO**

Essa pesquisa teve como objetivo geral analisar os fatores que interferem na motivação dos colaboradores de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) na região Oeste do Paraná. Para isso, foram identificados os perfis dos colaboradores investigado os fatores que afetam positiva e negativamente na motivação, além de comparar os fatores higiênicos e os fatores motivacionais, conforme a Teoria dos Dois Fatores de Herzberg.

A predominância do sexo feminino, sendo o estado civil casado, com idades entre 31 e 45 anos, com ensino médio técnico completo e ensino superior, sendo que os colaboradores recebem em média 2 a 4 salários mínimos, mensal. Todos trabalham em regime estatutário, com carga horária predominante 12X60 e 12X36, nos turnos de trabalho diurno e noturno. Os mesmos estão trabalhando na UPA de 2 a 10 anos, sendo a equipe composta em sua maioria por técnicos em enfermagem, zeladoras, médicos e enfermeiros.

Com relação aos fatores higiênicos, de modo geral, os colaboradores demonstram estar satisfeitos com algumas condições do ambiente de trabalho, como relacionamento com a chefia e colegas de trabalho, clareza nos objetivos, regras e procedimentos da instituição, higiene no local de trabalho, estabilidade e equipe de profissionais. Contudo, aspectos como as condições físicas e psicológicas do ambiente de trabalho não estão muito satisfatórias. Destaca-se que os colaboradores estão insatisfeitos com: o salário injusto, desrespeito do público atendido e sobrecarga de trabalho.

Por sua vez, os colaboradores demonstram estar muito satisfeitos com os fatores motivacionais relacionados ao seu desenvolvimento e comprometimento no trabalho, como gostar do trabalho que faz e gostar de dar o melhor pela realização do seu serviço, mesmo sem ser solicitado. De certa forma, se sentem realizados profissionalmente e satisfeitos com a compatibilidade do cargo com seus conhecimentos. Contudo, não estão muito satisfeitos com o reconhecimento da chefia e da comunidade, com o incentivo para qualificação profissional, autonomia, crescimento profissional e participação nas decisões. Além disso, estão insatisfeitos com a falta de valorização e a falta de financiamento da instituição para realização de cursos externos para qualificação profissional.

Dessa forma, indica-se que sejam realizadas mais pesquisas de aprofundamento em relação a este tema, um maior acompanhamento destes profissionais por parte de seus gestores, ouvindo-os e levando suas reivindicações aos demais gestores, investir em qualificação profissional e no servidor, melhorar os processos, se necessário, através de um brainstorming entre todos os servidores desta unidade, pois estes estão diretamente ligados ao atendimento ao cliente e, assim, podem ser evitados problemas que irão prejudicar toda a equipe.

## REFERÊNCIAS

BAUMOTTE, A. C. T.; FONSECA, D. P, D', A.; SILVA, L. H. C. M.; RAJ, P. P. **Gerenciamento de pessoas em projetos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CARVALHO, F. A. **Motivação para o Trabalho e comprometimento Organizacional no Serviço Público**: um Estudo com Servidores Técnico - Administrativos da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas gerais. 2013. 207p. Dissertação de Mestrado - Graduação – Fundação Pedro Leopoldo.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.

DAFT, R. L. **Administração**. 6. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

FERREIRA, C. J. C. **A Importância da Motivação para a Satisfação no Trabalho; Estudo dos funcionários da Hidrel de Caraguatuba/São Sebastião/Ubatuba**. 2017. 70f. Trabalho de conclusão de Curso - Graduação – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia.

HUNTER, C. J. **Como se tornar um líder servidor**: os princípios de liderança de o monge e o executivo. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

KAMIA, Meiry. **Motivação sem Truques**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

LOPES, G. A. C. **Motivação no Trabalho**. 2003. 45f. Monografia de Pós - Graduação – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2003.

MARCELINO FILHO, Artur; ARAUJO, Tania Maria de Araujo. Estresse Material e Saúde mental dos Profissionais do Centro de Especialidades Medicas de Aracaju, Sergipe, Brasil. **Trab. Educ. saúde [online]**. v .13, n .1, pp.177-199. 2015.

NUNES, F. M. G. **Fatores relevantes para avaliação de clima organizacional em uma Instituição Pública de Pesquisa**. 2011. 155f. Dissertação de Mestrado - Graduação – Universidade de Taubaté, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

TEIXEIRA, J. M. B.; RIBEIRO, M. T. F. **Gestão de pessoas na Administração Pública: teorias e conceitos.** Curitiba: Intersaberes, 2017.

ZANELLI, J. C.; ANDRADE, J. E. B.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, Organizações e Trabalho.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

WALGER, C.; VIAPIANA, L.; BARBOZA, M. M.; **Motivação e Satisfação no Trabalho.** Em busca do bem – estar de indivíduos e organizações. Curitiba: Intersaberes, 2014.

## O NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS CONSUMIDORES NO E-COMMERCE MAD COSMÉTICOS LTDA. DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Thomas Wegermann Pereira<sup>1</sup>  
Alex Sandro Rodrigues dos Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** Com o surgimento de novas formas de buscar pela satisfação, os clientes tornam-se mais exigentes e os mercados mais competitivos, e o consumidor de cosméticos, acostumado a acompanhar tendências, não age diferente na hora de se atualizar e fazer parte do mercado virtual. Nesse contexto esse trabalho propõe-se a colocar na prática, o essencial do estudo de marketing, buscar conhecimento e entendimento de como se caracterizam os consumidores do *e-commerce* MAD Cosméticos Ltda. do município de Cascavel PR, proporcionando direcionamento de caminhos a seguir para alcançar fidelização e crescimento sustentável, com potencial benéfico a todos os interessados, além de oportunizar crescimento profissional de conhecimento teórico e prático. Constitui-se em um estudo transversal, de natureza descritiva, com um estudo de caso de abordagem qualitativa, realizado no período de 30 de agosto a 16 de setembro, onde foram enviados 2050 questionários via *e-mail* aos clientes, além de divulgação via Instagram. Com uma amostra de 135 respondentes, os resultados mostraram uma clientela composta majoritariamente por mulheres solteiras abaixo de 35 anos, familiarizadas a comprar pela internet, e as avaliações mostraram que, partindo da métrica de classificação utilizada, onde o nível 5 denota muita satisfação e o nível 1 o contrário, a média de todos os itens avaliados foi 4,1, e a média das avaliações gerais foi 4,5.

**Palavras-chave:** satisfação . e-commerce . cosméticos

### 1. Introdução

A valorização do bem-estar com relação a aparência sempre foi uma realidade ao longo da história, se intensificando especialmente nos tempos modernos, com a evolução da tecnologia, a globalização e o desenvolvimento cultural das novas gerações.

Com o surgimento de novas formas de busca por satisfação, os clientes se tornam mais exigentes e os mercados mais competitivos, em meio a isso, o setor de cosméticos se consolidou um dos maiores da economia, resiliente a crises e dinâmico nas inovações.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Especialista em Marketing Propaganda e Vendas, do Curso de Administração da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL



O ramo de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC) é um dos mais fortes do Brasil, atualmente em 4º lugar no ranking mundial dos maiores consumidores (ABIHPEC, 2019). Segundo estimado pela Euromonitor, no período 2015-2020, deverá haver crescimento acumulado de 14,3%, ou seja, em média 2,7% ao ano (ALMEIDA, 2017). Para 2019, executivos esperam em média, crescimento nominal de 4,1% nas vendas (ABIHPEC, 2019). Na área de produtos para cabelo, o Brasil também ocupa a 4º posição (ABIHPEC, 2019) e a tendência de crescimento anual de volume e valor no Brasil é de 5% até 2021 (BORTOLOZI, 2017).

No *e-commerce* brasileiro, em 2018, a categoria “saúde, cosméticos e perfumaria” manteve primeiro lugar em volume de pedidos, com 15% do total subindo 33%, e subiu para a sexta posição em volume de faturamento, com 6,2% do total, crescendo 45% (OLIVEIRA, 2018). Em 2019, o *e-commerce* nacional tende a um crescimento de 16%, totalizando cerca de R\$79,9 bilhões segundo a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm) (CHENG, 2019). Em 2018, o crescimento foi de 12% chegando a R\$ 53,2 bilhões (ESTADO DE MINAS, 2019). Crescimento de 39% é esperado até 2022, chegando a quase R\$150 bilhões (E-COMMERCE NEWS, 2018).

Nesse contexto, este trabalho tem intuito de colocar na prática, o essencial do marketing, a busca por conhecer o cliente, proporcionando direcionamento a seguir para alcançar fidelização e crescimento sustentável.

Tal estudo tem potencial benéfico a todos os interessados, de elevação da eficiência da empresa, gerando crescimento profissional teórico e prático. Neste sentido, o estudo tem como problemática a questão: Qual é o perfil e o nível de satisfação dos clientes do *e-commerce* MAD Cosméticos Ltda. do município de Cascavel – Paraná?

## **2. Desenvolvimento**

### **2.1 Marketing**

O termo marketing é abrangente, na maioria das definições, o ponto mais destacado é a relação entre empresa e clientes, como resume Kotler (1998, p.3): "marketing é dar satisfação ao cliente de forma lucrativa". Essa definição traduz com

notável simplicidade o objetivo de um tema que é de grande profundidade e complexidade.

Em outra abordagem mais detalhada, o mesmo pode-se definir como o processo social e gerencial através do qual, indivíduos e grupos satisfazem seus desejos e necessidades, na criação e troca de produtos e valores uns com os outros. Significa trabalhar com mercados, buscando realizar trocas em potencial com o objetivo de satisfazer aos desejos humanos, ou seja, é a atividade humana voltada para a satisfação das necessidades e desejos, através dos processos de trocas (KOTLER; ARMSTRONG, 1999). Pode-se entender, portanto, que a geração de valor para a empresa deve ser buscada na geração de valor aos clientes.

## 2.2 Comportamento do Consumidor

Em tempos de intenso progresso tecnológico e globalização, consumidores têm se tornado mais sofisticados, já que possuem vasto acesso a informação, aproveitam e sustentam o crescimento da concorrência nos mercados, fazendo melhores escolhas para seu benefício. Isso proporciona poder de exigir superioridade dos produtos e serviços, como apontado por Kotler e Armstrong (2003), a concorrência que as organizações têm enfrentado é a mais acirrada de todos os tempos. A agilidade da empresa e o comprometimento com o cliente se mostram essenciais para fidelização e crescimento, a satisfação do cliente define o sucesso da organização e faz necessário um acompanhamento próximo ao buscar conhecê-los. Kotler (2000) descreve que um cliente altamente satisfeito: é fiel por mais tempo; compra mais quando a organização lança novidades; fala a favor da organização; dá menos atenção a concorrentes e é menos sensível ao preço; dá idéias sobre produtos ou serviços à organização e custa menos para ser atendido, por conta das transações rotinizadas.

Por outro lado, a insatisfação pode gerar problemas gravíssimos, segundo Kotler (2000), dados indicam que os consumidores insatisfeitos relatam suas más experiências para mais que o dobro de pessoas a quem relatam as boas, podendo portanto, causar danos sérios à imagem da organização.

Estar informado quanto a opinião do consumidor é de suma importância nos negócios, conforme Kotler e Keller (2006, p. 144) “as empresas devem medir a

satisfação com regularidade porque a chave para reter clientes está em satisfazê-los”. McKenna (1993) explica que o que realmente importa é a forma que os clientes existentes e potenciais veem a empresa em relação às concorrentes. Os consumidores estabelecem uma hierarquia de valores, desejos e necessidades, baseados em dados empíricos, opiniões, referências obtidas através de propaganda pessoal e experiências anteriores com produtos e serviços. Usam tais informações para tomar as decisões de compra.

Entende-se que o atendimento ou não às expectativas do cliente define o sucesso na geração de satisfação, portanto, deve-se gerenciar tais expectativas, se especializando em atender desde as mais básicas e naturais, até conhecer outras ainda desconhecidas, gerando grandes oportunidades de conquista de mercado.

### 2.3 Cosméticos

Entre os mercados que mais se especializam em atender demandas específicas, comuns e novas, o de cosméticos se destaca como um dos mais consistentes e dinâmicos. Com tão diversificados produtos e serviços, delimitar o que se caracteriza como cosmético nem sempre é tarefa simples. Há diferenças em como cosméticos são percebidos em diferentes países, por exemplo, a legislação dos Estados Unidos da América não lista sabonetes como cosméticos, enquanto, na França, os perfumes formam uma classe de produtos industriais à parte (GALEMBECK; CSORDAS, 2012). Atualmente, o Brasil tem a definição segundo a RDC 211/05 da ANVISA, onde produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes são preparações constituídas entre substâncias naturais e artificiais, destinado à aplicação tópica entre os vários locais do corpo humano como pele, cabelo, unhas, parte interna e externa da boca e etc., intencionando algo entre limpar, perfumar, embelecer, enfeitar ou proteger e conservar em bom estado.

A crescente relevância na valorização dos elementos estéticos afetou o comportamento dos indivíduos em relação a sua beleza. Mascaro (2001) previa para o século XXI, mudança no conceito de qualidade de vida, refletindo na busca das pessoas por uma aparência externa que as permita vender uma imagem de si mesmas melhor, tanto nas suas vidas profissionais, quanto na esfera das relações sociais.

Com o passar do tempo, e a evolução das sociedades, economias, ideologias, esse comportamento foi ganhando mais importância, corpo e moda passam a ser elementos essenciais do estilo de vida, determinando investimentos pessoais na preocupação com a aparência (GOLDENBERG, 2002). Hoje além de ser um dos setores mais fortes e consolidados no mercado, chega a ter bom desempenho em crises, porque assim como se alimentar e manter saúde, o cuidado em estar apresentável é básico, até mesmo em classes sociais mais baixas, a imagem é o que importa. Conforme pesquisa realizada em 2017 pela CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas) em conjunto com o SPC Brasil (Serviço Nacional ao Crédito), 7 de cada 10 brasileiros consideram gastos com artigos de beleza uma necessidade e não um luxo.

#### 2.4 *e-commerce*

O conceito de *e-commerce* (comércio eletrônico) foi definido de forma similar e simplista por vários autores, como Kalakota e Whinston (1997), que apontam como a compra e a venda de produtos, serviços e informações por meio de redes de computadores. Já Kotler e Keller (2006, p. 489) trouxeram a concepção de que um *e-commerce* “é a empresa ou o site que realiza ou facilita a venda de produtos e serviços *on-line*”. Os mesmos diferenciam empresas totalmente virtuais, que começaram apenas com um site, de empresas físicas e virtuais (*Brick-and-Click Companies*), que começaram como físicas e se virtualizaram com a inclusão de um *site*, *app*, ou outra forma de comércio eletrônico nas operações.

Há também abordagens bem mais abrangentes, onde se engloba não só a ideia de comércio, mas todas as negociações e operações de interação interna e com terceiros por meios eletrônicos, como a de Las Casas (2008), que define *e-commerce* como a prática de transações e comunicações de negócios mediante redes de computadores, especialmente a compra venda de produtos e serviços, incluindo também dinheiro digital, cartões inteligentes, e todo modo de fazer negócios utilizando redes sociais.

### 3. Metodologia

### 3.1 Delimitação da pesquisa

A pesquisa constitui-se em um estudo transversal, realizado na empresa MAD Cosméticos Ltda. do município de Cascavel PR, no período de 30 de agosto a 16 de setembro de 2019, onde se tratando de um empreendimento de *e-commerce*, foram enviados 2050 questionários via *e-mail* aos clientes, além de divulgação através da página no Instagram da empresa.

### 3.2 Tipologia da pesquisa: Quanto aos objetivos

De acordo com os objetivos da proposta de pesquisa, neste caso a natureza da investigação é determinada de caráter descritivo, conforme Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 61, 62):

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 61, 62).

### 3.3 Tipologia da pesquisa: Quanto aos procedimentos

Quanto à tipologia dos procedimentos, a pesquisa trata-se de um estudo de caso, o qual segundo Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 62) “é a pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo de seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida”.

### 3.4 Tipologia da pesquisa: quanto à abordagem do problema

Nesta perspectiva, define-se a pesquisa como qualitativa, Denzin e Lincoln, (apud. PEROVANO, 2016, p. 43) declaram sobre a tal:

É uma atividade que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo fazendo dele uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais (DENZIN; LINCOLN, 2000, p. 3, apud. PEROVANO, 2016, p. 43).

De acordo com os mesmos, a pesquisa qualitativa reconhece que os pesquisadores possuam uma postura que permita interpretar os dados no mundo real e natural, na intenção de entender o fenômeno nos sentidos conferidos pelas pessoas envolvidas (DENZIN; LINCOLN, 2000, p. 3, apud. PEROVANO, 2016, p. 43).

### 3.5 Descrição da empresa

A MAD Cosméticos é um *e-commerce* fundado em 2015 pelo *WebDesigner* Douglas Wegermann Pereira, que viu a oportunidade lucrativa de empreendimento tornando-se revendedor oficial da linha CrecePelo, a qual pertence a Boé Cosmetics Brasil e se tratam de produtos para cabelo de qualidade reconhecida e com várias funcionalidades, como crescimento capilar, remoção de oleosidade, hidratação e etc., fazendo sucesso entre influenciadores digitais de moda e beleza, bem como com consumidores desse grande mercado.

A especialidade do fundador na criação e gestão de sites e em marketing digital, além é claro da busca constante por especialização também no mercado de cosméticos e beleza, levaram até o atual momento, onde as mídias sociais e parcerias com influenciadores são a principal forma de divulgação dos produtos e contato com consumidores. Contando com apenas um funcionário até então, no último ano a empresa passou a terceirizar por completo os serviços de logística, possibilitando atender em todo o Brasil, além de reduzir custos e tempo despendido, tanto para a empresa quanto ao cliente que tem um serviço otimizado.

A empresa tem como objetivo "oferecer alta qualidade e uma experiência de compra diferente".

## 4. Resultados

Uma amostra de 135 respostas foi coletada na pesquisa, possibilitando extrair os dados a seguir:

### 4.1 Descrição das características dos clientes

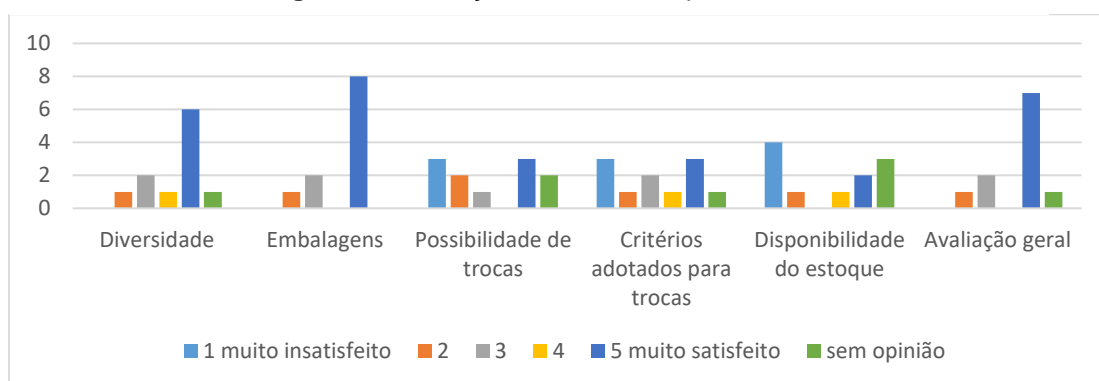
Quanto à idade, 36,4% dos respondentes tem 21 anos, 90,9% estão abaixo dos 35 anos, 81,8% de 30 abaixo, 72,7% tem menos de 30 anos, 18,2% têm menos

de 25 anos, 9,1% estão abaixo dos 20. Quanto ao sexo, 89,6% são do feminino, e apenas 10,4% do masculino, ninguém optou por não declarar. Quanto ao estado civil, 52,7% se declararam solteiros, 26,6% casados, 15,2% em união estável, 3,3% separados/desquitados/divorciados e 2,2% como viúvos. Quanto a renda familiar, 19,5% dos respondentes estão na faixa de até R\$999; 20,4% tem de R\$1000 à R\$1999; outros 27,3% tem de R\$2000 à R\$2999; 6,8% tem de R\$3000 à R\$3999; 9,1% tem de R\$4000 à R\$4999, e outros 16,9% declararam ter renda acima de R\$5000. Quanto a média de compra *on-line* 15,2% tem média abaixo dos R\$50, 54,1% têm uma média de R\$51 à R\$100; 18,2% tem média de R\$101 à R\$200, 12,5% têm média acima de R\$200.

#### 4.2 Avaliações dos Clientes

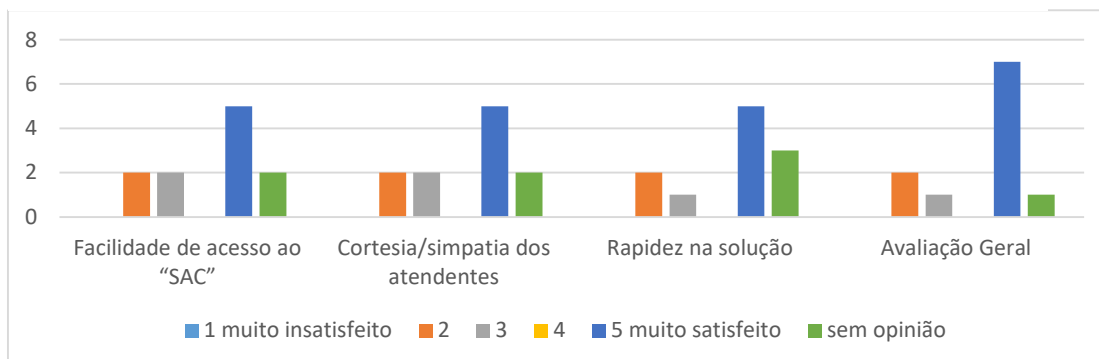
A satisfação dos clientes foi avaliada em três categorias, sendo elas produtos, atendimento e informações/apresentação das páginas, cada uma com vários itens, seguidos de avaliações gerais e uma avaliação geral total. Os clientes classificaram cada item com um nível de satisfação entre 1 a 5, conforme demonstram as figuras a seguir:

**Figura 1 - satisfação referente aos produtos**

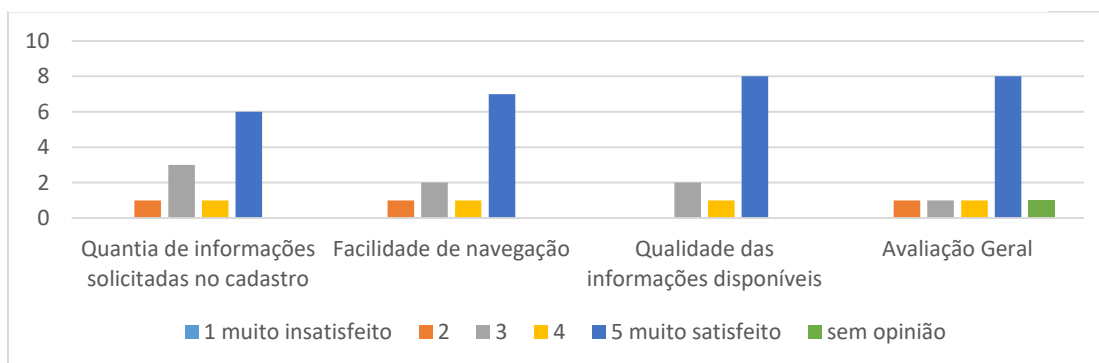




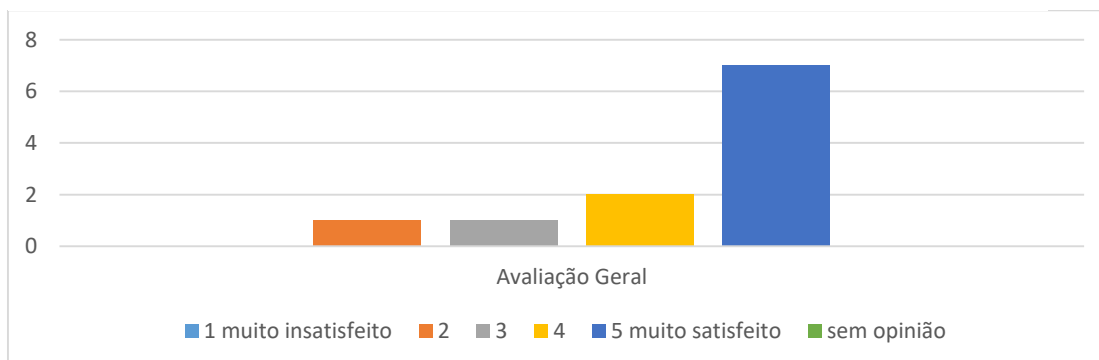
**Figura 2 - satisfação referente ao atendimento**



**Figura 3 - satisfação referente a informações e apresentação das páginas**



**Figura 4 – Avaliação Geral**



## 5. Considerações Finais

A pesquisa identificou que os clientes são compostos majoritariamente por mulheres solteiras abaixo de 35 anos, familiarizadas a comprar pela internet periodicamente, mas sem gastar muito, visto não estarem nas faixas de renda familiares mais altas. Já as avaliações denotam níveis positivos de satisfação em

todas as categorias, com pontuais notas baixas não tão distribuídas entre os respondentes, vindas principalmente de 14,1% da amostra.

A categoria que demonstrou melhor satisfação dos clientes foi a de informações/apresentação das páginas, com uma avaliação geral de 4,9 e média dos itens em 4,5; os piores níveis foram da categoria produtos, com avaliação geral 4,3 e média dos itens em 3,6. Quanto aos itens, a melhor avaliação foi da qualidade de informações disponíveis, com média 4,6, seguida dos itens facilidade de navegação e embalagens, ambos com média 4,3; já a pior avaliação foi do item disponibilidade de estoque, com média 2,5, seguido pelos itens relacionados a trocas que tiveram média 3,1. A média da avaliação geral total foi 4,4, a de todas as avaliações gerais foi 4,5, e a média de todos os itens foi 4,1.

Entre as sugestões cabíveis, trabalhar a comunicação relacionada ou o próprio sistema de trocas, que aparenta não ser conhecido e/ou compreendido pelos consumidores, se ater e buscar continuamente por soluções relacionadas ao estoque, visto que a pesquisa expôs o quão impactante pode ser quando clientes têm dificuldades para conseguir o produto depois de já terem decidido pela compra. Todos os itens estudados restantes apresentaram resultados de aceitáveis a satisfatórios, mas com grande espaço de melhorias, portanto, recomenda-se trabalhá-los com atenção no feedback de cada venda, se aproveitando dos pontos mais fortes, solucionando problemas do cliente e sempre observando oportunidades de reinvenção e inovação.

## REFERÊNCIAS

ABIHPEC. **Panorama do Setor 2019**. Disponível em: <<https://abihpec.org.br/publicacao/panorama-do-setor-2019/>> Acesso em: 31 de maio de 2019

ALMEIDA, Hamilton. Perspectivas 2017 - **Cosméticos**: Inovação e diversificação de produtos estimulam vendas no país e também no exterior. Disponível em: <<https://www.quimica.com.br/perspectivas-2017-cosmeticos-inovacao-e-diversificacao-de-produtos-estimulam-vendas-no-pais-e-tambem-no-exterior/>> Acesso em: 20 de agosto de 2018



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução da diretoria colegiada- RDC nº 211, de 14/07/2005.** Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/legislacao/?inheritRedirect=true#/visualizar/27564>> Acesso em: 31 de maio de 2019

BORTOLOZI, Tatiana. **Venda de produtos para cabelo deve crescer 5% ao ano até 2021. 2017.** Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/5010938/venda-de-produtos-para-cabelos-deve-crescer-5-ao-ano-ate-2021>> Acesso em: 20 de agosto de 2018

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CHENG, Diana. **Faturamento no e-commerce pode crescer 16% em 2019, diz ABComm.** Disponível em: <<https://moneytimes.com.br/fast/faturamento-no-e-commerce-pode-crescer-16-em-2019-diz-abcomm/>> Acesso em: 31 de maio de 2019

ESTADO DE MINAS. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/02/19/internas\\_economia,1031885/faturamento-do-e-commerce-soma-r-53-2-bilhoes-em-2018-alta-de-12.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/02/19/internas_economia,1031885/faturamento-do-e-commerce-soma-r-53-2-bilhoes-em-2018-alta-de-12.shtml)> Acesso em: Acesso em: 31 de maio de 2019

E-COMMERCE NEWS. Disponível em: <<https://ecommercenews.com.br/noticias/pesquisas-noticias/crescimento-de-39-e-esperado-para-ecommerce-no-brasil-ate-2022-chegando-a-quase-r150-bilhoes/>> Acesso em: Acesso em: 31 de maio de 2019

GALEMBECK, Fernando; CSORDAS, Yara. **Cosméticos: a química da beleza. Sala de Leitura,** Rio de Janeiro, n., p.1-38, 2009. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. <<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/br/legalcode>> Disponível em: <[http://web.ccead.puc-rio.br/condigital/mvsl/Sala%20de%20Leitura/conteudos/SL\\_cosmeticos.pdf](http://web.ccead.puc-rio.br/condigital/mvsl/Sala%20de%20Leitura/conteudos/SL_cosmeticos.pdf)>. Acesso em: 21 de junho de 2019.

GOLDENBERG, Mirian. **Nu & vestido:** Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KALAKOTA, R.; WHINSTON, A. **Electronic commerce:** a manager's guide. Reading, MA: Addison-Wesley, 1997.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing.** 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

\_\_\_\_\_. **Princípios de Marketing.** 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

KOTLER, P. **Administração de marketing:** análise, planejamento, implementação e controle. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Administração de marketing:** a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Administração de Marketing.** 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000b.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LAS CASAS, A. L. **Administração de marketing**: conceitos, planejamento, e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2008.

MASCARO, J.M. **The future of Dermatology**: conjectures about the technical horizon in the 21st century. Clin Dermatol, Barcelona, v.19, n.1, p.27-30, 2001.

McKENNA, Regis. **Marketing de Relacionamento**: Estratégias bem-sucedidas para a era do cliente. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

OLIVEIRA, Bruno. **Os 10 Maiores Mercados do E-commerce no Brasil**. 2018a. Disponível em: <<https://ecommercenapratica.com/10-maiores-mercados-e-commerce/>> Acesso em: 20 de agosto de 2018

\_\_\_\_\_. **12 Ideias para empreender no Ecommerce em 2019**. 2018b. Disponível em: <<https://ecommercenapratica.com/12-ideias-empreender-ecommerce/>> Acesso em: 20 de agosto de 2018

PEROVANO, Dalton G. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

## O USO DA ALIANÇA ESTRATÉGICA COMO VANTAGEM COMPETITIVA PARA UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM CASCAVEL - PR

Amanda Blem da Silva<sup>1</sup>  
Oswaldo Mesquita Junior<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo está concentrado na área de administração estratégica e teve o objetivo principal analisar a aliança estratégica entre a Fundação Getúlio Vargas e o Centro Universitário Univel para o oferecimento de pós-graduações, designadas MBA's. O intuito do artigo é identificar se as empresas conseguiram obter vantagem competitiva com essa estratégia. Para o arcabouço teórico foi utilizados os conceitos de: Estratégia, vantagem competitiva, aliança estratégica e o mercado de pós-graduação no Brasil. Para a coleta das informações foi realizado um estudo de caso com o gestor responsável pela gestão das pós-graduações na instituição Univel. A análise foi feita de forma qualitativa e descritiva, através das informações recolhidas pode-se concluir que essa parceria agregou valor e gerou grande vantagem competitiva para as empresas. A Univel é atualmente uma das mais conceituadas Instituições de Cascavel, contém 32 turmas de pós-graduações com 1500 alunos matriculados, sendo desses 200, nas MBA's da FGV, instituição que já possui além da Univel, aproximadamente mais 42 conveniadas por todo o Brasil. Em 2019, a aliança estratégica completou 20 anos, concedendo desde o início até os dias atuais bons resultados para as duas IES.

**Palavras-chave:** Aliança Estratégica 1. Vantagem Competitiva 2. Mercado de Pós-Graduação 3.

### 1. INTRODUÇÃO

Com o mercado em constante transformação nos tempos atuais, se a empresa não souber se adaptar e adquirir novos métodos para se manter em alta nos negócios, suas chances de continuar em crescimento ou ao menos estáveis podem diminuir, a busca por uma vantagem competitiva costuma ser o foco principal de qualquer *empresa*, a aliança estratégica é uma boa opção para as aquelas que buscam fortalecimento no mercado.

Se a estratégia de unir as empresas for realizada de forma bem sucedida, segundo Lorange e Roos (1996), pode resultar na prevenção de concorrentes, acesso a novas tendências tecnológicas, superar barreiras, atingir novos patamares

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Administração no Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e professor do Centro Universitário Univel.

econômicos, além de promover para as empresas um nível de competitividade que sozinhas talvez não tivessem a mesma probabilidade de sucesso.

De acordo com Eiriz (2001), a aliança estratégica é um método que tem por ação associar esforços em um objetivo comum realizado por duas ou mais organizações, a fim de conquistar uma vantagem competitiva, que tenha efeitos positivos, em decorrência dos esforços individuais e coletivos entre as empresas. Sendo assim, o presente estudo teve o objetivo de identificar em duas Instituições de Ensino Superior, se conseguiram conquistar vantagem competitiva através de uma aliança estratégica dentro no mercado de pós-graduação na cidade de Cascavel e região, além de também entender qual o tipo de aliança é utilizado, como foi na prática a aplicação da estratégia, quais foram os desafios, os resultados, entre outras questões.

Este artigo está organizado da seguinte forma: Na primeira seção a introdução onde é possível identificar o problema de pesquisa, na segunda seção o referencial teórico que será utilizado para a interpretação dos dados, na terceira seção a metodologia na qual esse artigo foi feito, *na quarta seção a análise e a interpretação dos dados e na quinta seção a conclusão com base nos resultados adquiridos com a pesquisa.*

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Estratégia**

Diante da perspectiva de Oliveira (1997), estratégia é um percurso, ou ação estabelecida para atingir os resultados desejados, onde a empresa interliga e analisa fatores externos (mercado inserido, concorrência, avanço tecnológico, estruturação de preço) e internos (capacidade instalada, tecnologia presente, estruturação de custos, comercialização), para posteriormente determinar diretrizes e regras que deva seguir à risca com objetivo de adquirir um melhor comportamento no mercado, alcançar suas metas estabelecidas, orientando o posicionamento da empresa, usufruindo de suas oportunidades e se precavendo de possíveis ameaças que possa aparecer ao longo do trajeto. A estratégia é o que move a empresa, Mintzberg (2004),

aponta algumas variáveis que define formas diferentes de estratégias como mostra no quadro 1, a seguir:

<b>Quadro 1 – Variáveis de Estratégia</b>	
Estratégia Pretendida	O caminho formulado para atingir o objetivo.
Estratégia Realizada	Vista ao longo prazo, após todo o caminho percorrido.
Estratégia Deliberada	Obteve-se sucesso em todo percurso traçado sem a necessidade de intervenção.
Estratégia não Realizada	Sofreram-se algum tipo de falha no caminho.
Estratégia Emergente	Providências que foram necessárias tomar no para obter o alcance da estratégia realizada.
Estratégia de Posição	Determina o mercado e o produto.
Estratégia de Perspectiva	Determina a maneira que a organização deve realizar as ações.

**Fonte:** Adaptado de Mintzberg (2004).

Mintzberg e Quinn (2001), explica que para formular uma estratégia, é preciso decidir que será feito, identificando oportunidades, riscos e determinando os recursos (matérias, técnicos e gerenciais) que serão utilizados. Antes da implantação é identificado se é necessário de uma reestruturação na organização, reformulação dos processos organizacionais e comportamentais (mão de obra, programas motivacionais, sistema de controle, recrutando e formando gerentes).

## 2.2 Vantagem Competitiva

Segundo Porter (1997), maximizar os recursos, eliminar as ineficiências, melhorar a produtividade, implantar novas e modernas formas de administração, são ações primordiais para a obtenção de uma vantagem competitiva. Seu setor de atuação e posicionamento também precisam estar bem estruturado, para assim, a empresa formular uma base estratégica sólida de acordo com a concorrência.

Para Barney (1991), os recursos estratégicos são fundamentais para a implantação, e podem ser classificados como: Recursos humanos, o grau de conhecimento e experiência que os gerentes e funcionários demonstram ter; Recursos físicos, sua localização, porte de maquinários, tecnologia e insumos disponíveis; e Recursos organizacionais onde incluem toda a estruturação, planejamento e controle da empresa.

Barney e Hesterly (2017) completa que nem todos os recursos que a empresa obtém podem ser considerados relevantes, somente aqueles que possuem frente à



concorrência um grau de maior destaque estrategicamente, para analisar esses recursos é necessário enquadrá-los em quatro critérios denominados VRIO, apresentados no quadro 2, a seguir:

**Quadro 2 – Análise VRIO**

Valor	O recurso responde as oportunidades e ameaças?
Raridade	Quantas empresas tem acesso ao recurso?
Imitabilidade	Qual a dificuldade de tentar obter tal recurso?
Organização	A empresa está apta para explorar o potencial dele?

**Fonte:** Adaptado de Barney e Hesterly (2017).

Segundo Oliveira (2018), uma empresa é definida com vantagem competitiva a partir do resultado de três aspectos: No ambiente inserido, através do nível de seus concorrentes, recursos financeiros, humanos e tecnológicos e sua boa imagem institucional; No aspecto geral, através de sua alta liquidez, poucas dívidas, capacitação profissional agilidade, flexibilidade, boa relação com os mercados, boa imagem dos serviços oferecidos; E na postura administrativa, que seria como lidar com os riscos, abraçar novas oportunidades, saber liderar, motivar, formular estratégias inovadoras, cumprir as políticas da empresa, estabelecer objetivos e metas orientando sempre seu alcance.

Ainda para Oliveira (2018) a vantagem competitiva é muito relativa, ela difere de uma empresa para outra e com o tempo se alteram, o importante é a empresa estar ciente é que só será definida como uma empresa que se encontra em vantagem competitiva quando for comparada com outras empresas, em algum aspecto ela se encontrar em um nível melhor.

### **2.3 Alianças Estratégicas**

De acordo com Moreira, Moutinho e Pereira (2013), o desenvolvimento de uma aliança estratégica é necessário haver duas ou mais empresas que ambas estejam dispostas a trabalhar em conjunto, dividindo metas, responsabilidades, objetivos e conhecimentos, essa aliança não precisa necessariamente acontecer em empresas do mesmo nível e/ou segmento, basta haver um objetivo em comum a ser alcançado, com base nessas circunstâncias as empresas aliadas precisam estar conscientes que

com o uso dessa estratégia haverá a partilha dos mesmos riscos mas também oportunidades, onde talvez sozinha não obteriam mesmo atributo.

Ainda para Moreira, Moutinho e Pereira (2013), os conflitos mais encontrados em uma aliança estratégica são geralmente em empresas que formaram uma estrutura de união inadequada, falta de comunicação e compartilhamento das informações, os interesses que com o tempo podem se alterar e tornarem distintos entre as empresas aliadas, a necessidade de constantes mudanças no gerenciamento interno e a pressão que o mercado faz em busca de respostas. Eiriz (2001) classifica a aliança estratégica tendo três domínios e dentro cada uma suas tipologias existentes, conforme apresenta a quadro 3, a seguir:

**Quadro 3 – Classificações e definições da Aliança Estratégica:**

	Consórcio	Desenvolvimento de projetos grandiosos e de longo prazo.
<b>Técnico/produção:</b> Orientadas para a gestão de pessoas.	Subcontratação	Uma empresa contrata outra para a divisão de um determinado processo de produção.
	Formação ou Assistência Técnica	Formação de mão de obra a fim de qualificar o desempenho.
	Acordo de Produção Conjunta	Onde as ações das empresas são as mesmas para desenvolver um produto ou serviço.
	Acordo de Investigação e Desenvolvimento	Repartir os custos fixos e desenvolver novas competências para atender as necessidades dos consumidores.
	Licenciamento de Patentes	Uma empresa concede a outra a autoria de uma patente, por meio de uma recompensa financeira.
<b>Comercial:</b> Para área de vendas, marketing, distribuição dos produtos acabados e serviços de pós-vendas.	Grupo de Exportadores	Empresas do mesmo setor que se aliam para desenvolver em mercados externos.
	Acordos e Distribuição	Empresa de bens finais e empresa com domínio em canais de distribuição se aliam para troca de favores.
	Acordo de Representação	Empresa que representa o produto e marca de outra empresa sem a obrigação da exclusividade da marca.
	Central de Compras	União de empresas do mesmo segmento para maior poder de negociação na compra de insumos.
	Franquia	Quando uma empresa concede o direito de utilizar a marca, mediante as ações contratuais.
<b>Financeiro:</b> Envolvimento de capital e reestruturação societária.	Assistência Comercial	Empresas que estabelecem um acordo para uma lidar com as questões de políticas de marketing enquanto a outra foca suas competências em outras atividades.
	Aquisição	Quando uma empresa adquire grande parte de outra empresa.
	Participação Minoritária	Quando uma empresa adquire menos que 50% de outra empresa.
	<i>Joint Venture</i>	A união de duas ou mais empresas para a formulação de uma nova entidade, também utilizado para fins comerciais e produção/técnicos.

Fusão Maximização de integração entre as empresas fundindo toda sua estruturação em uma única entidade.

Fonte: Adaptado de Eiriz (2001).

## 2.4 Mercado de Pós-graduação no Brasil

De acordo com Vergara e Afonso (2005), o surgimento da pós-graduação está diretamente ligado com os planos governamentais desenvolvidos na década de 50 e as ideias nacionalistas do período militar da década de 60, com objetivo central de desenvolvimento da ciência e a tecnologia nacional. Em 1951 a República criou um método de capacitação de pessoas de nível superior chamado de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, onde era responsabilizada pela formação de políticas de pós-graduação no país, em 1975 foi criado o Plano Nacional de Pós-graduação/PNPG para estabilizar os cursos já existentes, propondo maior qualidade no ensino.

Ainda para Vergara e Afonso (2005), no Brasil os primeiros cursos voltados para a área de especialização administrativa foram denominados MBA executivo (*Master Business Administration*), desenvolvido pela COPPEAD (Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Pós-graduação do Rio de Janeiro) no final de 1981, e colocado em prática em 1982. Em 2000 para comemoração dos 50 anos de CAPES, foi realizado um seminário onde se foram discutidas as maiores necessidades de um atendimento educacional na área administrativa, abordando áreas funcionais como marketing e finanças. Atualmente segundo o levantamento de dados da fundação CAPES (2017), o Sistema Nacional da Pós-graduação/SNPG cresce de forma sustentável e contínua, em torno de 25% e um aumento relativo de programas de pós-graduações entre os anos 2013 e 2016.

## 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi constituído quanto ao objetivo, do tipo descritiva, para então, expor as características do determinado fato estudado, Beuren (2013), destaca que a pesquisa descritiva encontra-se no meio intermediário entre a exploratória e

explicativa, tendo como principal função delinear as características de determinada população ou fenômeno.

Enquanto aos procedimentos, a pesquisa foi abordada através de um estudo de caso que de acordo com Gil (2010), essa modalidade consiste em ser estudo que permite um conhecimento mais detalhado, no intuito de se concentrar em uma única situação, coletando o máximo de informações necessárias para a resolução do problema. A pesquisa teve sua abordagem qualitativa, que de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006), trata-se de um estudo que se aponta detalhadamente condutas e situações, buscando compreender os fatos somente em seu ambiente de habitual, sem a necessidade de amostras representativas.

Devido estudo ter aspecto qualitativo, a técnica escolhida para a coleta de informações foi a entrevista, que segundo Marconi e Lakatos (2007), consiste em ser um encontro entre duas pessoas, onde o alcance dos dados é mediante a uma conversação, proporcionando verbalmente, frente a frente as informações necessárias sobre o determinado assunto.

A técnica de entrevista utilizada para a coleta das informações, foi a semiestruturada, que para (MARCONI E LAKATOS, 2007, p.199), “o entrevistador tem a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada”. A extração das informações foi realizada com o gestor responsável pelas pós-graduações de uma das instituições envolvidas no presente estudo.

## **4. APRESENTAÇÃO DE DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **4.1 Conhecendo as instituições**

Fundada em 10 de fevereiro de 1995, o Centro Universitário Univel na época atuava em um colégio estadual local e disponibiliza somente quatro cursos de graduação sendo eles: Administração, Direito, Processamento de Dados e Economia, em 01 de fevereiro de 1997 iniciou as atividades em sua própria instituição. Atualmente oferece mais de 20 cursos de graduação e pós-graduação na modalidade presencial e a distância - EAD, possui um corpo docente formado por 60% de doutores e mestres. Reconhecida pelo conceito do Ministério da Educação e Cultura - MEC e

contendo a melhor avaliação do Exame Nacional de Curso - ENADE, entre as demais instituições de ensino superior do oeste do Paraná.

Já a Fundação Getúlio Vargas surgiu em 20 de dezembro de 1944, com objetivo de qualificação para as áreas específicas de Administração pública e privada, criando e aperfeiçoando ideias contribuintes para o desenvolvimento do país e resultando em reconhecimento nacional e internacional. Sendo assim, única instituição Brasileira a estar entre as 10 melhores da América Latina no Qs Global 200 MBA *Rankings* e ocupante do pódio nacional do índice geral de cursos do Ministério da Educação.

## **4.2 Entendendo a aliança**

De acordo com os dados extraídos, a Univel logo após o início de suas atividades preocupou-se em trazer a pós-graduação, no começo a Instituição era composta por um corpo docente pequeno de mestres e doutores que davam conta somente de suas graduações, a partir de então surgiu à necessidade de buscar uma parceria para poder ofertar essa nova modalidade. Para que isso ocorresse o professor Nilton Nicolau Ferreira, diretor da Univel até os dias atuais fez uma visita para a sede da FGV, onde propôs para a Instituição uma aliança, na época ela já trabalhava com essas parcerias e a ideia de levar suas MBA's para o interior do Paraná com o mesmo nível de qualidade das grandes capitais foi muito bem aceita.

Diante da perspectiva de Moreira, Moutinho e Perreira (2013), um dos maiores conflitos gerados entre uma aliança é quando se formam estruturas inadequadas por informação insuficiente entre as empresas, portanto conforme o protocolo da FGV, a Univel se candidatou, sua documentação passou por uma avaliação e então após obterem conhecimento sobre a seriedade da Univel aceitaram a proposta de uma aliança. No dia 15 de setembro de 1999, foi realizado e assinado um contrato formal de convênio, e a partir de então, dado início as atividades em conjunto entre ambas as Instituições na cidade de Cascavel, Paraná. A aliança entre a Univel com a FGV é para o oferecimento de especializações *Lato Senso* na modalidade MBA's, que são pós-graduações destinadas a administradores e executivos das áreas de gestão de empresas e projetos.

### **4.2.1 Desafios enfrentados**

Qualidade requer custo, os cursos da FGV não são exatamente acessíveis a todos, seus cursos são mais caros do que os outros MBA's disponibilizados na IES, sendo esse o maior desafio da Univel em relação a essa aliança, atrair o máximo de alunos para os cursos da FGV dentro de sua realidade de preços. Muitas pessoas já tentaram descontos, bolsas, mais sem muito sucesso, com a FGV não existe nenhum tipo de negociação, o que posteriormente é compreendido pelas pessoas, pois o nível de qualidade que a FGV oferece em seus cursos, seu preço acaba se tornando considerável. Outro aspecto sobre essa aliança, é que a Univel não precisa participar de nenhuma etapa dos processos burocráticos referente ao oferecimento das MBA's da FGV, sendo eles, contratos, emissão boletos, certificações, o envio dos professores para a Instituição, entre outros, porém, também não é autorizada fazer nenhum tipo de propaganda da FGV, linkando sua marca à ela, até por que os cursos da Univel e da FGV são distintos. As obrigações que a Univel tem com essa parceria é somente a disponibilização de sua estrutura e a captação dos alunos.

#### 4.2.2 Tipo de aliança estratégica utilizada

Apesar de serem duas instituições com estrutura e reconhecimento divergentes, se assemelham na seriedade e competência, são duas Instituições independentes que colaboram entre si e ambas possuem um objetivo em comum, que é trazer para a população de Cascavel e região cursos diferenciado e com qualidade. Portanto, diante da perspectiva de Eiriz (2001), pode-se distinguir essa parceria como sendo de domínio Comercial, voltada para fornecimento e venda e pós-vendas de seus cursos, e entre as tipologias existentes nessa classificação, a aliança estratégica utilizada entre as duas Instituições é o Acordo de Representação, onde a Univel se responsabiliza em representar os serviços da FGV no mercado de pós-graduação de Cascavel e região, sem a necessidade de exclusividade e obrigatoriedade com a marca.

#### 4.2.3 Fatores da vantagem competitiva

Com base nas informações obtidas com a coleta de dados pode-se compreender que a Univel é hoje uma das maiores instituições de pós-graduação do Paraná, possui mais de 32 turmas e cerca de 1500 alunos, educação com qualidade



### Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

é seu lema, a Univel investe nisso nas graduações, porém, com maior intensidade nas pós-graduações, 46% dos alunos de pós-graduação são os regressos da Univel e os outros 54% de outras instituições.

A FGV conta com mais de 42 conveniados espalhados pelo Brasil, na Univel atualmente ela tem mais de 200 alunos matriculados em suas pós-graduações, em um raio de 300 km entre a Instituição, alunos por todo o oeste e sudoeste do Paraná, até mesmo no Paraguai e Mato Grosso. Qualquer Instituição corre o risco de se tornarem ociosas, mais a Univel tem uma estratégia em relação a esse problema, como ela também tem seus próprios cursos de MBA's além dos da FGV, sua gestão teve a ideia de trazer utilidade aos sábados, sendo assim a Univel obtém um maior faturamento por incluir mais um dia acadêmico em seu calendário.

Além de, a Univel faturar parte do percentual das vendas desses cursos da FGV em sua Instituição, ela também se beneficia indiretamente com ela, convidando seus melhores professores para fazerem palestras, aulas magnas, entre outros. Essa parceria acarreta um ganho financeiro mais também de imagem, uma marca forte como a FGV ao seu lado, a torna mais conceituada do que já seria sozinha.

Outra estratégia muito bem definida da Univel, é que enquanto outras IES costumam ofertar os mesmos professores para graduações e pós-graduações, ela busca professores de fora da Instituição para as suas pós-graduações próprias, procurando atender o que os alunos mais exigem de uma Instituição, inovação, tanto no conteúdo como no corpo docente. Portanto, conforme a perspectiva de Oliveira (2018), pode-se identificar a Univel como uma empresa que certamente possui vantagem competitiva, pois contém vários aspectos que a classifica como uma empresa estando à frente em comparação com o restante do mercado.

### 4.3 Univel em novas alianças

Sempre disposta a novas oportunidades de parcerias, um dos critérios que a Univel segue, é aliar-se a Instituições que sejam maiores e mais reconhecidas que ela. Em 2019, a Instituição se uniu com a PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, situada na cidade de Curitiba, para oferecer mestrado em Administração, também as Instituições abriram uma turma de doutorado em Administração, onde parte do corpo docente da Univel está matriculada, além disso e pretendem



disponibilizar turmas de doutorado nas áreas de Engenharia e Direito. Antes de fechar uma parceria a Univel procura assegurar se a aliança será próspera para ambas as partes, ela acredita que só assim a aliança tende a ser estável e duradoura. Em 15 de setembro de 2019, a aliança estratégica entre a Univel e a FGV completou 20 anos, desde o início até os dias atuais, concedendo bons resultados para as duas IES.

## 5. CONCLUSÃO

O artigo teve como objetivo, analisar a aliança estratégica que o Centro Universitário Univel e a instituição de Ensino Superior Fundação Getulio Vargas, têm para o oferecimento de cursos de pós-graduação, designadas MBA's, que consiste em a Univel disponibilizar sua estrutura e fazer a captação dos alunos para os cursos da FGV. Mediante o estudo de caso realizado com o gestor responsável pelas pós-graduações da Instituição Univel, pode-se concluir que a aliança estratégica agregou valor para ambas a instituição, através dela, a Univel é hoje a única IES de Cascavel e região que possui parceria com a FGV, com isso a torna em vantagem competitiva em relação às outras instituições locais, além de que, com essa parceria, a Univel obteve um aumento nos seus lucros, por faturar parte do percentual das vendas dos cursos da FGV e conseqüentemente um ganho maior de conceito por estar aliada a uma das mais importantes IES da América Latina. Pode-se evidenciar também por meio do estudo, que com essa aliança a FGV também foi beneficiária, através dela a instituição obteve acesso ao público do oeste do Paraná, oferecendo á eles a oportunidade de realizar seus cursos com a mesma qualidade já existente em seus grandes polos de ensino nas capitais do Brasil afora.

## REFERÊNCIAS

**Fundação CAPES:** Avaliação da CAPES aponta crescimento da pós-graduação brasileira. Disponível em: 19 de Setembro de 2011. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/8558-avaliacao-da-capes-aponta-crescimento-da-pos-graduacao-brasileira>. Acesso em: 20 de Mai de 2019.

BARNEY, Jay B. Firm Resources and Sustained Competitive Advantage. **Journal of Management**. Texas, v. 17, n. 1, p. 99- 120, 1991. Disponível em: <[https://www.business.illinois.edu/josephm/BA545\\_Fall%202015/Barney%20\(1991\).pdf](https://www.business.illinois.edu/josephm/BA545_Fall%202015/Barney%20(1991).pdf)>. Acesso em: 29 de Mai. 2019.

BARNEY, Jay B; HESTERLY, William S. **Administração Estratégica e Vantagem Competitiva: Conceitos e Casos**. São Paulo: Pearson, 2017.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas S.A, 2013.

EIRIZ, Vasco. Proposta de tipologia sobre alianças estratégicas. **Rev. Adm. Contemp**. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 65-90, Aug. 2011. Disponível em: <[http:// www.scielo.br/scielo.php?Script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552001000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S1415-65552001000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 24 Mai 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

Institucional. **FGV**, 2019. Disponível em: <https://portal.fgv.br/institucional>. Acesso em: 20 de Mai de 2019.

Institucional. **Univel Centro Universitário**, 2015. Disponível em: <https://www.univel.br/institucional/univel-20-anos>. Acesso em: 20 de Mai de 2019.

LORANGE, Peter; ROOS, Johan. **Alianças Estratégicas: Formação, Implementação e Evolução**. São Paulo: Atlas S.A, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas S.A, 2007.

MINTZBERG, Henry. **Ascensão e Queda do Planejamento do Planejamento Estratégico**. Porto Alegre: Boonkman, 2004.

MINTZBERG, Henry; QUINN, James Brian. **O Processo da Estratégia**. Porto Alegre: Boonkman, 2001.

MOREIRA, Antônio Carrizo; MOUTINHO, Victor Ferreira; PEREIRA, José da Costa. Avaliação de uma estratégia colaborativa: um estudo de caso no setor do vinho do Porto. **Revisão de Gestão Empresarial**, v.15, n. 47, p. 221-240, 2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Excelência na Administração Estratégica: A competitividade para Administrar o Futuro das Empresas**. São Paulo: Atlas S.A, 1997.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologias, Práticas**. São Paulo: Atlas: 2018.

PORTER, Michael E. Os caminhos da lucratividade: como implementar uma verdadeira vantagem competitiva. **HSM Management**, v.1, p. 88-94, 1997.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

VERGARA, Sylvia Constant; AFONSO, Carla Winter. MBA e MPA: diferenças e similaridades. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6, p. 1283 a 1302, jan. 2005. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6798>>. Acesso em: 20 Mai. 2019.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## ARTIGOS DE AGRONOMIA

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## AVALIAÇÃO DE DIFERENTES FORMULAÇÕES DE SUBSTRATOS NA PRODUÇÃO DE MUDAS DE BALSAMINA DOBRADA SORTIDA

Tatiane Barbosa dos Santos<sup>1</sup>  
João Paulo Brazão Gianini<sup>2</sup>  
Cristina Fernanda Schneider<sup>3</sup>

**RESUMO:** A utilização de um substrato para cada tipo de planta é um fato importante que determina condições adequadas para a germinação e bom desenvolvimento das mudas. Com o objetivo de avaliar diferentes substratos na produção de mudas de balsamina dobrada sortida (*Impatiens balsamina*), foi realizado um experimento no laboratório de Solos e conduzido na casa de vegetação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, campus Toledo – PR. A semeadura foi realizada em células de bandeja de isopor com substrato de 5 tratamentos e 4 repetições de cada tratamento (T1 – 1/3 esterco bovino, 1/3 vermiculita e 1/3 substrato; T2 – ¼ esterco bovino, ¼ vermiculita, ¼ substrato comercial e ¼ areia; T3 – ¼ esterco bovino, ½ vermiculita, ¼ substrato comercial e ¼ areia; T4 – 1/5 esterco bovino, 1/5 vermiculita, 1/5 substrato comercial, 1/5 esterco de frango e 1/5 areia e T5 – Testemunha - Substrato comercial). Pelos resultados obtidos, verificou-se que, nas condições em que foi desenvolvido este trabalho os maiores valores para as variáveis analisadas foram obtidos no tratamento 4 com quantidades superiores de folhas, conseqüentemente propiciando maior matéria verde e matéria seca, com exceção do comprimento de parte aérea que não apresentou diferença significativa em comparação aos tratamentos 1, 2 e 3.

**Palavras-chave:** Desempenho. Germinação. Bandejas.

### 1. Introdução

Balsamina é uma planta asiática conhecida por vários nomes populares, incluindo beijo-de-frade, não-me-toques é uma planta anual que atinge de 20 a 75 cm de altura, possuindo flores de 2 a 5 cm de diâmetro que podem ser de cor rosa, violeta, roxa, vermelha, laranja ou branca. O fruto que contém as sementes é uma cápsula que, quando madura, estoura lançando as sementes longe da planta. Podendo ser cultivadas formando grupos no jardim ou ser cultivadas em vasos grandes e jardineiras. A propagação é muito fácil, podendo se tornar invasiva.

O uso de recipientes com substratos na formação de mudas, em substituição ao plantio direto no solo, começou no Brasil a partir de 1984 (GOMES et al., 2008) e

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Agronomia - Escola de Ciências da Vida - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Agronomia - Escola de Ciências da Vida - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Professora Doutora Cristina Fernanda Schneider do Professor do Curso de Agronomia – Escola de Ciências da Vida - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



tem proporcionado aumentos substanciais na qualidade e produtividade das mesmas. O uso de bandejas proporciona economia em relação a substrato e espaço dentro da casa de vegetação, além de permitir a obtenção de mudas com maior uniformidade e sanidade.

O objetivo do presente trabalho foi avaliar o efeito das diferentes formulações de substratos na porcentagem de germinação, emergência e desenvolvimento de plântulas de *Balsamina dobrada* sortida.

## **2. Desenvolvimento**

### **2.1 Substrato**

Atualmente, o sistema utilizado no cultivo de flores de vaso tem se caracterizado pela substituição do solo por substratos como a fibra de coco e a casca de pinus (Ludwig et al., 2010), com adição de fertilizantes solúveis afim de atender as demandas nutricionais das espécies cultivadas, visto que tais substratos não são capazes de sustentar o crescimento das mesmas por si só (Oliveira et al., 2014)

O substrato influencia diretamente na qualidade das mudas, sendo as características físicas e químicas determinantes na qualidade do mesmo, devendo estas permanecer por um longo período (FONTENO; CASSEL; LARSON, 1981). Há má composição implica na irregularidade de germinação, na má formação das plantas e no aparecimento de sintomas de deficiências ou excessos de alguns nutrientes (MINAMI, 1995).

Os melhores substratos devem apresentar, entre outras importantes características, fácil disponibilidade de aquisição e transporte, ausência de patógenos, riqueza em nutrientes essenciais, pH adequado, boa textura e estrutura (Silva et al., 2001).

Os diversos substratos existentes constituem-se de formas comerciais de pronto uso, podendo ser acrescidos de fertilizantes e outros materiais, como areia, esterco de animais, vermiculita e a casca de arroz carbonizada, que visam maior aeração e maximizar o seu rendimento no enchimento das células das bandejas (PUCHALSKI; KÄMPF, 2000), além de minimização custos, por serem de fácil aquisição.

## **2.2 Produção de mudas**

Na composição do substrato para o crescimento de plântulas, a fonte orgânica é responsável pela retenção de umidade e fornecimento de parte dos nutrientes. Tradicionalmente, o esterco bovino é utilizado como fonte orgânica na composição de substratos para viveiros de mudas de café, de plantas hortícolas e de plantas arbóreas (FONSECA, 1988; SANTOS et al., 1994b; ANDRADE NETO et al., 1999).

As estruturas de proteção, as casas de vegetação permitem alterar o microclima de um determinado ambiente, viabilizando o cultivo de hortaliças em épocas desfavoráveis do ano (Martins et al., 1994), bem como ampliar o período de produção (Makishima e Carrijo, 1998), proporcionando maior produtividade e melhor qualidade de frutos (Loures et al., 1998). A busca de práticas que concentrem a produção sob estruturas de proteção na entressafra é importante para regularizar o abastecimento e obter preços mais elevados (Streck et al., 1998).

O tamanho do recipiente tem influência direta no custo final, pois resulta na quantidade do substrato a ser utilizado, no espaço que irá ocupar no viveiro, na mão-de-obra utilizada no transporte, remoção para aclimação e retirada para entrega ao produtor, além da influência na quantidade de insumos demandada (Queiroz et al., 2001)

## **3. METODOLOGIA**

O experimento foi realizado no laboratório de Solos e conduzido na casa de vegetação da Pontifícia Universidade Católica do ParANÁ – PUCPR, CAMPUS TOLEDO – PR .A semeadura foi realizada no dia 17 de setembro de 2018, foi realizada em células de bandeja de isopor com substrato de 5 tratamentos (T1 – 1/3 esterco bovino, 1/3 vermiculita e 1/3 substrato; T2 – ¼ esterco bovino, ¼ vermiculita, ¼ substrato comercial e ¼ areia; T3 – ¼ esterco bovino, ½ vermiculita, ¼ substrato comercial e ¼ areia; T4 – 1/5 esterco bovino, 1/5 vermiculita, 1/5 substrato comercial, 1/5 esterco de frango e 1/5 areia e T5 – Testemunha - Substrato comercial) com 4 repetições de cada tratamento.



Em cada célula da bandeja de isopor foi semeada três sementes por célula, sendo realizada o raleio 7 dias após o plantio deixando uma planta por célula para evitar a competição entre plantas. Para a irrigação foi utilizado o método de aspersão sendo realizada uma vez por dia durante o período do experimento.

Após 30 dias da semeadura foi realizada as avaliações de emergência de plântulas (%), altura de plântulas (cm), matéria verde (g) e matéria seca (g) e quantidade de folhas totalmente expandida.

Para as avaliações foram utilizados as seguintes metodologias: para emergência de plântulas, altura de plântulas e quantidade de folhas totalmente expandida foi contabilizada as plantas emergidas, tamanho da parte aérea e quantidade de folhas 30 dias após a semeadura.

Para a avaliação de matéria verde as plantas foram pesadas em balança de precisão e após o procedimento foi realizado a matéria seca onde as plântulas foram colocadas em sacos de papel e conduzidas à estufa com circulação de ar forçado, a 65°C durante 24 horas, sendo após este procedimento, pesadas em balança de precisão.

Os dados foram submetidos à análise de variância e as médias comparadas pelo Teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade. As análises foram realizadas pelo programa computacional Sistema para Análise de Variância - SISVAR (FERREIRA, 2000).

#### **4. Resultados**

Pela análise de variância observou-se efeito significativo dos substratos em todas as variáveis analisadas. De acordo com a Tabela 1, maiores valores para as variáveis analisadas foram obtidos no tratamento 4, com exceção do comprimento de parte aérea que não apresentou diferença significativa em comparação aos tratamentos 1,2 e 3. Contudo, o menor valor analisado foi no tratamento 5, onde o tamanho das plântulas no substrato comercial ficou reduzido.

**Tabela 1** – Parte aérea (PA), matéria verde (MV), matéria seca (MS) e número de folhas (NF) de sementes de Balsamina dobrada sortida, em cinco diferentes formulações de substratos.

Tratamento	AF	MV	MS	NF
T1	14.6a	7.8b	0.5775b	3b
T2	13.675a	6.5b	0.4675b	4b
T3	14.325a	7.7b	0.575b	4b
T4	14.25a	14.7a	0.95a	7a
T5	7.725b	2.4c	0.175c	2c
CV (%)	14.77	10.62	10.1	20.41

**Fonte:** Autores (2019).

Larcher (2000) descreve que grande parte da matéria seca acumulada pelas plantas é resultado da atividade fotossintética, e o resto depende da absorção de nutrientes do meio. Em relação às variáveis massa da matéria fresca da parte aérea e massa da matéria seca da parte aérea foram obtidos os melhores resultados com o tratamento 4, no qual, refere-se ao substrato formulado de esterco bovino, vermiculita, substrato comercial, esterco de frango e areia.

Com relação à porcentagem de germinação o presente trabalho não apresentou diferenças, ocorrendo 100% de germinação em todas as diferentes formulações de substratos utilizados. Com relação à melhor estrutura das células o tratamento 4 se apresentou superior aos outros, apresentando ótima composição, aeração e principalmente estruturação sendo considerado de excelente para o transplântio, mantendo-se estruturado como apresentado na figura 4.

Resultados semelhantes do efeito do esterco adicionado ao solo e areia no crescimento de plântulas foram obtidos por CAVALCANTI et al. (2001; 2005) com mudas de imbuzeiro. NEGREIROS et al. (2004), estudando a influência de substratos na formação de porta-enxerto de gravioleira (*annona muricata* L.), obtiveram os maiores crescimentos em altura e diâmetro do caule para o substrato composto com esterco de curral, solo e areia.

**Figura 1** – Representação da Balsamina dobrada sortida nos tratamentos: tratamento 1 (1), tratamento 2 (2), tratamento 3 (3), tratamento 4 (4), tratamento 5 (5).



Fonte: Autores (2019).

## 5. Considerações Finais

A combinação do esterco animal com vermiculita, substrato comercial e areia favoreceram a germinação e desenvolvimento das sementes de Balsamina dobrada sortida, sendo essa composição de fundamental importância para o desenvolvimento inicial das plântulas. Essa combinação promoveu uma maior quantidade de folhas, propiciando maior matéria verde e matéria seca.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE NETO, A.; MENDES, A.N.G.; GUIMARÃES, P.T.G. Avaliação de substratos alternativos e tipo de adubação para a produção de mudas de cafeeiro em tubetes. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 23, n. 2, p.270-280, 1999.

CAVALCANTI, N. B.; RESENDE, G. M. Influência de diferentes substratos na emergência de plântulas de imbuzeiro. **Caatinga**, Mossoró-RN, v.18, n.1, p.22-27, jan./mar. 2005;

CAVALCANTI, N. B.; RESENDE, G. M.; BRITO, L. T. L. Emergência e crescimento de plântulas de umbuzeiro (*Spondias tuberosa* Arr. Cam.) em diferentes substratos. Petrolina, PE: **Embrapa Semi-Árido**, 2001. 21 p.: il.; 22 cm. (Embrapa Semi-Árido. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento; 58);

FERREIRA, D. F. Análise estatística por meio do SISVAR (Sistema para Análise de Variância) para Windows versão 4.0. In: reunião anual da região brasileira da sociedade internacional de biometria, 45., 2000, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2000. p. 255-258;

FONSECA, E.P. **Efeito de diferentes substratos na produção de mudas de Eucalyptus grandis W. Hill ex Maiden em “Win-strip”**. 1988. 81f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1988.

FONTENO, W. C.; CASSEL, D. K.; LARSON, R. A. Physical properties of three container media and their effect on poinsettia growth. **Journal of the American Society for Horticultural Science**, Alexandria, v. 106, n. 6, p. 736-741, 1981;

GOMES, L. A. A.; RODRIGUES, A. C.; COLLIER, L. S.; FEITOSA, S. S. F. Produção de mudas de alface em substrato alternativo com adubação. **Horticultura Brasileira**, Brasília v.26 n.3, 2008;

JARDIM.INFO. INFORMAÇÕES SOBRE AS PLANTAS DE JARDIM. **Balsamina**, 2018. Disponível em: <https://jardim.info/balsamina>. Acesso em: 26 out. 2018;

LARCHER, W. *Ecofisiologia vegetal*. São Carlos: Rima, 2000. 531 p;

LOURES, J.L.; FONTES, P.C.R.; SEDIYAMA, M.A.N.; CASALI, V.W.D.; CARDOSO, A.A. Produção e teores de nutrientes no tomateiro cultivado em substrato contendo esterco de suínos. **Horticultura Brasileira**, Brasília, v.16, n.1, p.50- 55, 1998.

LUDWIG, F., GUERRERO, A. C., FERNANDES, D. M., BOAS, R. L. V., 2010. Análise de crescimento de gérbera de vaso conduzida em diferentes substratos. **Horticultura Brasileira**, vol. 28, no. 1, pp. 70- 74. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-05362010000100013>

MAKISHIMA, N.; CARRIJO, O.A. Cultivo protegido do tomateiro. **Circular Técnica da Embrapa Hortaliças** 13, Brasília, 1998.

MARTINS, G.; CASTELLANE, P.D.; VOLPE, C.A. Influência da casa de vegetação nos aspectos climáticos e em época de verão chuvoso. **Horticultura brasileira**, Brasília, v.12, n.2, p.131- 135, 1994.

MINAMI, K. Produção de mudas de alta qualidade em horticultura. **Horticultura Brasileira** São Paulo: T.A. Queiroz, 1995;

NEGREIROS, J. R. S.; BRAGA, L. R.; ÁLVARES, V. S.; BRUCKNER, C. H. Influência de substratos na formação de porta-enxerto de gravioleira (*annona muricata* L.) **Ciência e agrotecnologia**. Lavras, v. 28, n. 3, p. 530-536, maio/jun., 2004;

OLIVEIRA, F. A., MEDEIROS, J. F., LINHARES, P. S. F., ALVES, R. C., MEDEIROS, A. M. A., OLIVEIRA, M. K. T., 2014. Produção de mudas de pimentas fertirrigadas com diferentes soluções nutritivas. **Horticultura Brasileira**, vol. 32, no. 4, pp. 458-463. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-053620140000400014>.

PUCHALSKI, L. E. A.; KÄMPF, A. N. Efeito da altura do recipiente sobre a produção de mudas de *Hibiscus rosasinensis* L. em plugs. In: KÄMPF, A. N.; FERMINO, M. H. (Ed.). Substratos para plantas: a base da produção vegetal em recipientes. Porto Alegre: **Genesis**, 2000. p. 209-215;

QUEIROZ, J. A.; MELÉM JÚNIOR, N. J. Efeito do tamanho do recipiente sobre o desenvolvimento de mudas de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.). **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 21, n. 1, p. 460- 462, agosto, 2001.

SANTOS, L.P.; CARVALHO, M.M.; CARVALHO, J.G. Efeitos de doses de nitrato de potássio e esterco de curral na composição do substrato para a formação de cafeeiro. **Ciência e Prática**, v. 18, n. 1, p. 42-48, 1994b.

SILVA, R. P. da.; PEIXOTO, J. R.; JUNQUEIRA, N. T. V. Influência de diversos substratos no desenvolvimento de mudas de maracujazeiro-azedo (*Passiflora edulis* Sims f. *flavicarpa* DEG). **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal-SP , v.23, n.2, p.377-381, agosto 2001.

STRECK, N.A.; BURIOL, G.A.; ANDRIOLO, J.L.; SANDRI, M.A. Influência da densidade de plantas e da poda apical drástica na produtividade do tomateiro em estufa de plástico. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v.33, n.7, p.1105-1112, 1998.

## QUALIDADE DA ÁGUA PARA FINS DE IRRIGAÇÃO: UMA ABORDAGEM ACERCA DOS PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS E MICROBIOLÓGICOS

Marciéle Tasca<sup>1</sup>  
Iverson Grassi<sup>2</sup>  
Suzana Costa Wrublack<sup>3</sup>

**RESUMO:** O reconhecimento dos parâmetros físicos, químicos e microbiológicos da água e a disponibilização deste recurso em conformidade aos padrões de qualidade previstos para o seu uso é de fundamental importância para a manutenção da saúde e da boa qualidade de vida de toda população. Este estudo objetivou avaliar parâmetros de qualidade da água com ênfase a qualidade da água para produção vegetal sob o aspecto da segurança alimentar. Na Fazenda Escola da Univel foram coletadas amostras de água de 01 nascente e 06 açudes. Em laboratório foram conduzidas análises de pH; turbidez; condutividade elétrica e coliformes (totais e termotolerantes). Na nascente, a qualidade da água demonstrou ser melhor (menor turbidez, melhor condutividade e menores valores para contagem de microrganismos) quando comparado aos demais pontos de monitoramento. Estes resultados evidenciam a importância das Áreas de Preservação Permanente. A presença de animais (capivaras) que vem em busca de alimentos na área de estudo, justifica a presença de dejetos que possam ter atingido as áreas dos açudes e contribuído para esta fonte de poluição nas águas dos açudes. O teste confirmativo para coliformes totais e termotolerantes estiveram dentro dos limites previstos pela legislação para utilização das águas para irrigação de pastagens e culturas agrícolas. O reconhecimento dos parâmetros físico-químicos e microbiológicos foram essenciais para o entendimento dos padrões de qualidade disponíveis nestes locais e assim, identificar em quais açudes a água poderia também ser utilizada para irrigação de hortaliças, além da prática de irrigação de culturas e pastagens.

**Palavras-chave:** Água de irrigação. Qualidade microbiológica. Monitoramento físico-químico.

### 1. Introdução

O acesso a água de qualidade e nas quantidades necessárias aos seus múltiplos usos tem sido um desafio cada vez maior. Admite-se ainda, uma crescente preocupação com a deterioração da água em função das atividades antrópicas e também da necessidade de adoção das práticas de reúso nas atividades industriais,

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Agronomia - Agronomia da UNIVEL – Centro Universitário Univel. Bolsista de Iniciação Científica no Projeto de Pesquisa: Qualidade da água: uma abordagem acerca da produção vegetal e da segurança alimentar.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Agronomia - Agronomia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Pós-Doutora em Gestão e Desenvolvimento Regional. Doutora em Engenharia Agrícola. Professora do Curso de Agronomia – Centro Universitário Univel.



bem como a otimização do uso da água em atividades agrícolas e demais estratégias para gerenciamento do recurso água tem sido um desafio para os gestores.

Embora o ciclo hidrológico demonstre se renovar indefinidamente, sabe-se que o recurso água tem se tornado um bem cada vez mais escasso em algumas regiões (WRUBLACK et. al., 2016). Fato esse, intrinsecamente relacionado com os efeitos de impermeabilização do solo. Soma-se a isto, a diminuição de sua qualidade, principalmente das águas superficiais (AMBROSIO et al., 2017).

A água por ser considerada importante meio para veiculação de doenças, especialmente as causadas por microrganismos patogênicos de origem entérica animal ou humana, requer o acompanhamento constante dos padrões de potabilidade para abastecimento humano; dessedentação animal; produção vegetal e demais usos. No meio rural, as principais fontes de abastecimento de água são poços rasos e nascentes, considerados fontes susceptíveis à contaminação e as doenças de veiculação hídrica são causadas principalmente por microrganismos patogênicos de origem entérica animal ou humana (AMBROSIO et al., 2017).

Em nascentes a qualidade microbiológica das águas pode ser afetada pela ausência de proteção vegetal e de barreiras no seu entorno, ou seja, das áreas de Preservação Permanente (APP's), o que permite o acesso das enxurradas de água que podem carregar fezes de animais ou mesmo humana, além do aporte de defensivos agrícolas que quando em excesso podem atingir os corpos d'água (BORTOLOTTI et al., 2018). Padovan (2019) ressalta ainda o cuidado adequado com as nascentes e rios próximos das propriedades rurais visando minimizar a ocorrência de doenças. O autor destaca também que os componentes físicos da água são capazes de torna-la mais ácida ou básica, isso pode afetar a planta na absorção e no solo, tornando-o mais ácido e posteriormente sendo necessária uma correção desse solo.

Avanços na produtividade agrícola, continuam sendo um desafio e a produção mundial de alimentos está intimamente relacionada ao uso da água, no qual a agricultura constitui-se como maior usuário. Não somente a quantificação dos volumes de água requeridos para as práticas agropecuárias, mas também os estudos dos padrões de qualidade da água também devem ser levados em consideração, visto que em ambientes com uma qualidade melhor de água e um manejo adequado nas



proximidades de riachos e minas oferecem uma melhor produção, redução de gastos com fertilizantes químicos e ainda oferecem um aumento na relação custo x benefícios (SAATH; FACHINELLO, 2019).

Por meio de análises físicas, químicas e biológicas da água podem ser mensurados os níveis de qualidade e compará-los com os padrões previstos na Política Nacional dos Recursos Hídricos, instituída pela lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997 (BRASIL, 1997). Para análises de água podemos realizar vários métodos, como o uso do turbidímetro, que mede a turbidez da água; o condutivímetro que mede a condutividade elétrica da água; o pH-metro, que expressa a concentração de íons H<sup>+</sup> em solução, indicando a acidez ou basicidade da água; a análise da temperatura da água, dentre outros parâmetros e ainda, a realização de ensaios microbiológicos mediante o uso de meios de culturas que possam servir para identificação de presença ou ausência de microrganismos (BETTEGA et al., 2006; WRUBLACK, et. al., 2013).

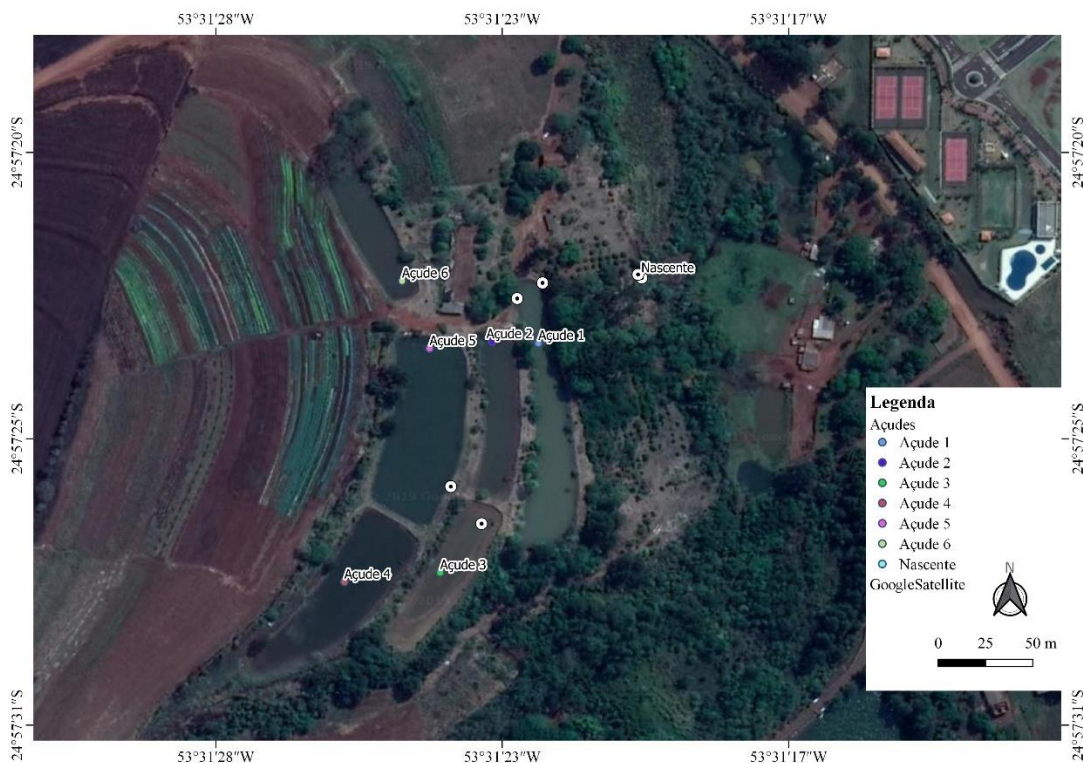
A compreensão destes parâmetros de qualidade, que caracterizam a água como de boa qualidade ou não é essencial sob o ponto de vista da segurança alimentar. Também o reconhecimento da quantidade de água disponível e que atenda às necessidades das culturas é imprescindível sob o aspecto da produção vegetal. Assim, o fornecimento de água em quantidade e em qualidade é de grande relevância, sobretudo, pela otimização do potencial de desenvolvimento vegetal associado à seguridade dos alimentos produzidos.

Nesta perspectiva, o presente estudo buscou contribuir com informações acerca dos parâmetros de qualidade físico-químico e microbiológico da água para produção vegetal sob o aspecto da segurança alimentar.

## **2. Material e Métodos**

A pesquisa foi conduzida na Fazenda Escola da Univel, numa área de 17,24 hectares e onde se localiza 01 nascente e 06 açudes. A figura 1 mostra a localização da Fazenda Escola e também a identificação dos pontos de monitoramento dos parâmetros de qualidade da água.

**Figura 1** – Mapa de localização da Fazenda Escola da Univel e pontos de monitoramento da qualidade da água



**Fonte:** Dados da pesquisa. Imagem: Google Satellite

Em cada um dos pontos de monitoramento foram coletadas três amostras em locais distintos, sendo todas acondicionadas em frascos estéreis, transportados com caixa isotérmica e analisadas em um período de, no máximo, 3 horas. Para análise microbiológica cada uma das amostras foi submetida a três repetições em tubos de ensaio contendo caldo Lauril Sulfato Triptose (LST) e inoculados em séries de diluições (10 mL; 1 mL e 0,1 mL) com tubo de Durham. As amostras foram incubadas a 37°C por cerca de 48h, onde a turvação da água indica teste presuntivo positivo.

Ao final desse período, foi observado a presença de turvação do meio de cultura, em todas as amostras. Em seguida realizado o teste confirmativo, transferindo uma alíquota com o auxílio de uma alça platinada flambada de cada tubo positivo no Caldo Lauril Triptose para tubos com caldo Verde Brilhante (VB) e tubos com Caldo Escherichia coli (EC). Os tubos de VB foram incubados a 35°C por 24 a 48h e o EC a 44,5°C por 48h. Ao final do período, novamente os tubos foram analisados quanto a formação de gás no tubo de Durham.

A determinação dos parâmetros físicos e químicos, expressos pelo potencial hidrogeniônico (pH), condutividade elétrica e turbidez, foram realizados em laboratório com a utilização de equipamentos digitais de bancada, devidamente calibrados e as análises realizadas em triplicatas.

#### 4. Resultados e Discussões

A tabela 1 mostra os valores obtidos para os parâmetros de turbidez, condutividade elétrica e potencial hidrogeniônico nos pontos de coleta da água (nascente e açudes) na Fazenda Escola da Univel. Os limites propostos foram embasados na Resolução Conama 357/2005 para as águas doces de Classe 2, considerando a utilização da água para fins de irrigação.

**Tabela 1** – Pontos de monitoramento e os parâmetros físico-químicos, turbidez, condutividade elétrica (C.E.), potencial hidrogeniônico (pH) de qualidade da água

Ponto de coleta / Parâmetros e limites		Turbidez (NTU)	C. E.	pH
		100 NTU	0 a 3,0 dS/cm	6,0 - 9,0
Nascente	Amostra 1	0,21	0,76	<b>5,18</b>
	Amostra 2	0,03	0,74	<b>5,00</b>
	Amostra 3	0,04	0,77	<b>5,01</b>
Açude 1	Amostra 1	10,40	0,95	6,36
	Amostra 2	11,20	0,95	6,46
	Amostra 3	10,60	0,96	6,49
Açude 2	Amostra 1	4,80	1,06	6,58
	Amostra 2	4,50	1,09	6,65
	Amostra 3	4,40	1,01	6,64
Açude 3	Amostra 1	17,60	0,75	6,42
	Amostra 2	22,00	0,76	6,48
	Amostra 3	15,20	0,73	6,59
Açude 4	Amostra 1	9,50	0,94	6,75
	Amostra 2	7,40	0,93	6,87
	Amostra 3	11,90	0,94	6,64
Açude 5	Amostra 1	6,50	0,99	6,87
	Amostra 2	8,90	0,97	6,89
	Amostra 3	5,30	0,98	6,86
Açude 6	Amostra 1	22,00	0,81	6,65
	Amostra 2	31,00	0,76	6,52
	Amostra 3	26,00	0,76	6,56

**Fonte:** Dados da pesquisa.

A quantificação de Unidades Nefalométricas de Turbidez (NTU) estiveram de acordo com os limites propostos pela Resolução CONAMA (357/2005). Este parâmetro reflete a quantidade de material suspenso e o aumento dos valores de turbidez numa escala crescente da nascente até o açude 6 (mais próximo às áreas sob cultivo agrícola) se explica em função de que na área da nascente protegida o assoreamento do solo está menos sujeito. Já nas áreas dos açudes a medida que estiveram mais próximos as áreas de cultivos, maior foi a contribuição, possivelmente, pela lixiviação do solo.

Os valores obtidos para o parâmetro químico de pH para as amostras de água na nascente tiveram concentração de íons H<sup>+</sup> em predominância, caracterizando-a como ligeiramente ácida. Nos demais pontos, a água esteve em intervalos de pH compatível com os limites preconizados para a classe de água doce. O intervalo de pH de 6,0 a 9,0 é considerado compatível com a maioria dos organismos aquáticos e bruscas alterações de pH podem ser limitantes aos processos biológicos (FRANÇA, 2009).

Os resultados expressos para o parâmetro condutividade elétrica estiveram de acordo para o uso da água de irrigação nos pontos monitorados. Esse parâmetro merece especial atenção por refletir a concentração de partículas positivamente ou negativamente carregadas e que possam ser provenientes do uso excessivo de fertilizantes associada à compactação do solo (REZENDE et al., 2011).

A tabela 2 mostra os resultados obtidos para o parâmetro biológico dos coliformes totais e termotolerantes, nos distintos pontos de monitoramento e sob diferentes diluições.

**Tabela 2** – Teste presuntivo (Coliformes Totais) e teste confirmativo para Coliformes Termotolerantes (*Escherichia coli*) e Coliformes Totais.

Pontos de coleta e diluições	Teste Presuntivo		Teste Confirmativo	
	Coliformes Totais	Coliformes Termotolerantes ( <i>Escherichia coli</i> )	Coliformes Totais	Coliformes Totais
Nascente	(+)	(+)	(+)	(+)
Amostra 1	(+)	(-)	(-)	(-)
	(+)	(-)	(-)	(-)

Nascente	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 2	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Nascente	10 mL	(+)	(+)	(-)
Amostra 3	1 mL	(+)	(-)	(-)
	0,1 mL	(+)	(-)	(-)
Açude 1	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 1	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
				Continua...
Continua...				
Açude 1	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 2	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Açude 1	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 3	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Açude 2	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 1	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Açude 2	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 2	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Açude 2	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 3	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Açude 3	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 1	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Açude 3	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 2	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Açude 3	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 3	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Açude 4	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 1	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Açude 4	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 2	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
	10 mL	(+)	(+)	(+)

Açude 4	1 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 3	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Açude 5	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 1	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Açude 5	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 2	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Açude 5	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 3	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)

Continua...

Continua...

Açude 6	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 1	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Açude 6	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 2	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)
Açude 6	10 mL	(+)	(+)	(+)
Amostra 3	1 mL	(+)	(+)	(+)
	0,1 mL	(+)	(+)	(+)

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Os resultados das análises físico-químicas e microbiológicas da água nos pontos coletados (nascente e seis açudes) incluíram teste presuntivo e positivo para coliformes em todas as amostras. Ao final, tanto Verde Brilhante (VB) quanto Escherichia Coli (EC) foram avaliados quanto ao desenvolvimento bacteriano mediante a turvação do meio de cultura e formação de gás no tubo de Durham. O teste presuntivo para Coliformes Totais foi considerado positivo para todas amostras e explica-se em partes, pela presença de capivaras na área de estudo que vem em busca de alimento na área da Fazenda Escola da Univel. Após o teste presuntivo, realizou-se o teste confirmativo para Coliformes Termotolerantes (E. Coli) e Coliformes Totais. Coliformes Termotolerantes ocorrem em solos, plantas e outros ambientes que tenham sido contaminados por material fecal (humana e de animais homeotérmicos). O teste confirmativo baseia-se na atividade da enzima Beta-



galactosidase, quando submetido nas temperaturas de 44 a 45 graus Célsius em meio contendo agentes tensoativos, fermentam a lactose. E. Coli é a única espécie do grupo dos coliformes termotolerantes que habita exclusivamente o intestino humano e de animais homeotérmicos (BRASIL, 2005).

O monitoramento dos parâmetros físicos, químicos e microbiológicos da qualidade da água utilizada para prática de irrigação é de fundamental importância, em especial, quando destinada a irrigação de hortaliças que possam ser consumidas cruas. Isto está previsto na Política Nacional dos Recursos Hídricos. A ausência de Coliformes Totais e Termotolerantes em 100 mL de amostra de água para consumo está prevista na Portaria n. 518/2004 do Ministério da Saúde/ANVISA, que considera a água potável, sob o ponto de vista microbiológico (SIQUEIRA et al., 2010).

O reconhecimento dos parâmetros de turbidez, condutividade elétrica, pH e coliformes possibilitou a identificação das concentrações dentro dos limites para utilização da água para as atividades agrícolas e pecuárias, não havendo, portanto, restrição ao uso da água para irrigação e dessedentação animal. Caso fosse utilizada para consumo humano, haveria a necessidade de tratamento convencional considerando a qualidade da água destes açudes.

## **5. Considerações Finais**

A qualidade físico-química e microbiológica da água presente na nascente e nos 06 açudes da Fazenda Escola da Univel, nas condições deste estudo, estiveram em conformidade com o uso previsto para as atividades de irrigação de culturas agrícolas e pastagens.

O monitoramento dos parâmetros de qualidade em escala espaço-temporal ampliará as chances de entendimento acerca da oportunidade de utilização para uso da água para irrigação de hortaliças e frutas que possam ser consumidas cruas. Em especial, o fornecimento adequado de água de acordo com as quantidades necessárias ao desenvolvimento vegetal pela prática de irrigação pode contribuir significativamente para a produção vegetal e em conformidade aos padrões de qualidade microbiológico, é essencial este reconhecimento, sob a óptica da segurança alimentar.



## REFERÊNCIAS

- AMBROSIO, L. A. S.; REZENDE-LAGO, N. C. M.; MARCHI, P. G. F. Qualidade microbiológica da água tratada e não tratada da região de Ribeirão Preto, SP. **Higiene Alimentar**, v. 31, n. 268/289, 2017. P. 139-144.
- BETTEGA, J. M. P.; MACHADO, M. R.; PRESIBELLA, M.; BANISKI, G.; BARBOSA, C. A. Métodos analíticos no controle microbiológico da água para consumo humano. **Ciência Agrotec.**, v. 30, n. 5, 2006. P. 950-954.
- BORTOLOTTI, K. C. S.; MELLONI, R.; MARQUES, P. S.; CARVALHO, B. M. F.; ANDRADE, M. C. Qualidade microbiológica de águas naturais quanto ao perfil de resistência de bactérias heterotróficas a antimicrobianos. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 23, n. 4, 2018. P. 717-725.
- BRASIL. Portaria n. 518/2004 do Ministério da Saúde/ANVISA (Revogada). PORTARIA Nº 2.914 12 DEZEMBRO 2011. Disponível em: [http://www.saude.mg.gov.br/index.php?option=com\\_gmg&controller=document&id=8014](http://www.saude.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=8014).
- BRASIL. **LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm)
- SIQUEIRA, L. P.; SHINOHARA, N. K. S.; LIMA, R. M. T.; PAIVA, J. E.; LIMA FILHO, J. L.; CARVALHO, I. T. Avaliação microbiológica da água de consumo empregada em unidades de alimentação. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, 2010.
- SAATH, Kleverton Clovis de Oliveira; FACHINELLO, Arlei Luis. **Crescimento da demanda mundial e restrições do fator terra no Brasil**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032018000200195](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032018000200195)>. Acesso em: 16 ago. 2019.
- WRUBLACK, S. C., MERCANTE, E.; VILAS BOAS, M. A. **Mapping of use and occupation of the soil and irrigation water quality in the city of Salto do Lontra-Paraná, Brazil**. *Engenharia Agrícola*, 33(5), 2013, p. 1024-1037.
- WRUBLACK, S. C. **Aplicação conjunta das técnicas de sensoriamento remoto orbital e sistemas de informações geográficas na gestão dos recursos hídricos**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 88 p. 2016.

## SEMEADURA DA SOJA EM DIFERENTES DENSIDADES POPULACIONAIS

Lucas Feroldi Martins<sup>1</sup>  
Alexandre Tiago Acco Pauletto<sup>1</sup>  
João Paulo Brazão Gianini<sup>1</sup>  
Tatiane Barbosa dos Santos<sup>1</sup>  
Martios Ecco<sup>2</sup>

**Resumo:** A soja é a mais importante oleaginosa cultivada no Brasil e no mundo, em função da grande importância da soja, o objetivo desse trabalho foi realizar implantação da cultura da soja em diferentes densidades populacionais baseados no número de plantas por metro linear, com intuito em avaliar os componentes de produção. O delineamento foi em blocos ao acaso, em 6 tratamentos, com 4 repetições, em 24 parcelas experimentais distribuídas ao acaso. A quantidade de plantas por metro linear na linha de semeadura determinam os diferentes tratamentos com 7, 9, 11, 13, 15 e 17 sementes de soja distribuídas de forma mecânica por metro de sulco. As variáveis avaliadas foram a altura de planta, o número de vagens por planta, o número de grãos por planta, número de ramos por planta, massa de mil grãos e produtividade. As maiores densidades de plantas expressaram maiores incrementos em altura de plantas. O número de vagens por planta e o número de grãos por planta variou significativamente, havendo redução linear em relação ao aumento do número de plantas na linha de semeadura, devido a maior competitividade entre as plantas. O número de ramos e a massa de mil grãos não obtiveram diferenças significativas. A densidade de 12,5 sementes m<sup>-1</sup> foi superior em produtividade.

**Palavras-chave:** *Glycine max* L. População de plantas. Adensamento.

### 1. Introdução

A soja [*Glycine max* (L.) Merrill] é a mais importante oleaginosa cultivada no Brasil e no mundo, devido ao seu alto teor proteico (MEDEIROS, 2016), que garante o comércio para os grãos, farelo e óleo. Esses fatores influenciam para que a sojicultora esteja passando por um intenso processo de expansão no decorrer do tempo, fazendo com que a busca por produtividade, eficiência, lucratividade e a sustentabilidade econômica e ambiental sejam aspectos de grande relevância na cultura da soja (ANDRADE et al., 2016).

Diversos são os fatores que influenciam a produtividade final da cultura no campo, dentre eles a população de plantas dispostas por hectare. A densidade

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Agronomia – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Doutor Martios Ecco do Curso de Agronomia da PUCPR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

populacional da semeadura está relacionada ao número de plantas por metro linear, sendo que, para a semeadura da soja, o arranjo das plantas são espaçadas em linhas paralelas, com distância entre linhas que variam de 45 a 60 cm (KUSS et al., 2008), variando a população de plantas com a quantidade de sementes dispostas na linha de semeadura.

A densidade de plantas pode alterar o crescimento da cultura, a incidência de estresses bióticos (plantas daninhas, insetos-praga e doenças) e abióticos (déficit hídrico entre outros), a qualidade das pulverizações, o acamamento e, conseqüentemente, a produtividade e qualidade dos grãos (BALBINOT JUNIOR, 2016).

Várias características genéticas e o arranjo de plantas na semeadura proporcionam competitividade da cultura da soja com plantas daninhas, a influenciando a supressão de espécies competidoras quando se reduz o espaçamento entre plantas justificado pelo maior sombreamento, favorecendo a rápida cobertura do solo (BIANCHI et al., 2010).

Entretanto, por outro lado, a maior densidade populacional de plantas, pode ocasionar impacto na relação artrópode-planta, em um número superior de plantas por área modifica o ambiente com mudanças na intensidade dos raios solares sobre o terço médio e inferior da soja, influenciando o microclima (umidade e temperatura), que é um fator importante para o desenvolvimento de uma população de pragas (RODRIGUES et al., 2011).

A alteração do microclima com a variação do espaçamento e consecutivamente em um maior sombreamento proporcionado por maior adensamento, favorece condições adequadas para o desenvolvimento e severidade de doenças no terço inferior da cultura da soja, em específico a ferrugem asiática (*Phakopsora pachyrhizi*), fator observado por Madalosso et al. (2010), na qual os autores relatam que a redução do espaçamento entrelinhas permitiu melhores condições para o estabelecimento e progresso da ferrugem asiática e menor eficácia de controle. Esta doença têm melhor desenvolvimento no dossel inferior, causado pela dificuldade de penetração da luz solar, pois a luminosidade é um elicitador de processos fisiológicos de resistência da doença, como o acúmulo de fitoalexina (DIAS et al., 2011).

Contudo, o adensamento de plantas pode permitir melhor captação de luz, permitindo maior interceptação da radiação nas folhas da parte inferior da planta na fase inicial de desenvolvimento. Com isso, ocorrerá maior aproveitamento da luz para o processamento de fotossíntese com aumento significativo de fotoassimilados e, conseqüentemente, a obtenção de maiores produtividades de grãos (CARMO et al., 2015). Outras vantagens podemos associar ao adensamento de plantas, tais como: otimização dos fatores da terra, máquinas, implementos e insumos, menos degradação das áreas exploradas, melhor controle de plantas daninhas e maiores eficiência do uso da água.

No entanto, altas densidades populacionais de plantas reduz a qualidade da luz, a ser percebida pelos fotorreceptores de membranas, estimulando maior crescimento em altura e menor diâmetro da haste, podendo ocasionar autossombreamento e acamamento na cultura (BALBINOT JUNIOR, 2012). Entre outros riscos, que podem ocorrer como: dificuldade de proteção química em todo o dossel da planta, maior possibilidade de incidência de pragas e doenças e menor número de frutos por planta e de massa de 1000 grãos (CHIAVEGATO et al., 2010).

Tendo em vista a importância em aumentar a produtividade da soja em um mesmo espaço cultivado pela cultura, o objetivo desse trabalho foi realizar implantação da cultura da soja em diferentes densidades populacionais baseados no número de plantas por metro linear, com intuito em avaliar os componentes de produção.

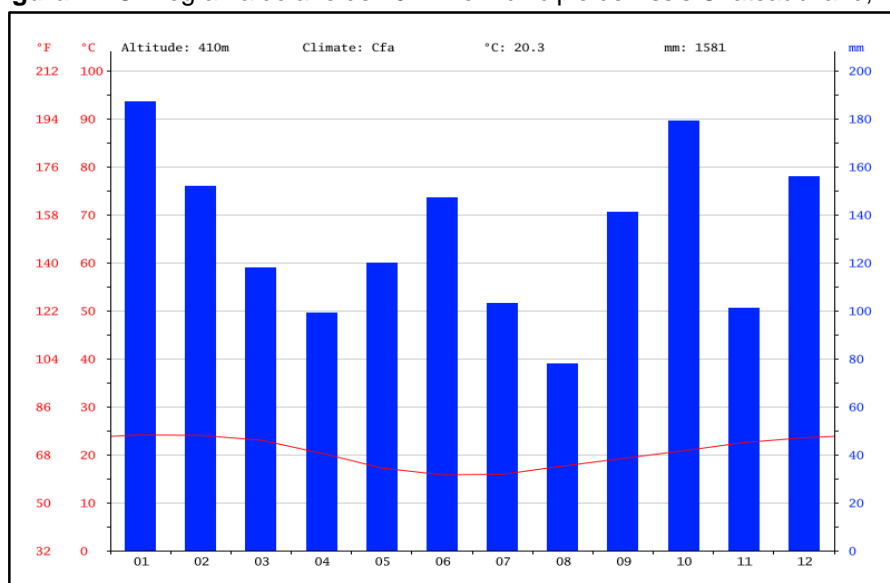
## **2. Material e Métodos**

O trabalho experimental foi realizado na cidade de Assis Chateaubriand, PR em propriedade particular (24°29'14.09"S; 53°25'34.10"O), na safra 2017/2018. A altitude local é de 378 m, com clima quente e temperado, sendo que as temperaturas médias apresentada em janeiro é de 24,1 °C e em junho 15.8 °C. A pluviosidade média anual é de 1581 mm (Figura 1), apresentando no mês de agosto (78 mm) mais seco e mês de janeiro (187 mm) maiores precipitações (CLIMATE DATA, 2018).

O solo da área experimental é classificado como Latossolo Vermelho distroférico típico, com textura muito argilosa (EMBRAPA, 2013). Na área

experimental foi realizada a coleta de solo na profundidade de 0 – 20 cm, a amostra foi encaminhada para análise e apresentou os seguintes resultados: pH (CaCl<sub>2</sub>) 4,56; 6,44 cmol<sub>c</sub>dm<sup>-3</sup> de H<sup>+</sup> Al<sup>3+</sup>; 3,24 cmol<sub>c</sub>dm<sup>-3</sup> de Ca<sup>2+</sup>; 0,84 cmol<sub>c</sub>dm<sup>-3</sup> de Mg<sup>2+</sup>; 0,25 cmol<sub>c</sub>dm<sup>-3</sup> de K<sup>+</sup>; 12,80 mg dm<sup>-3</sup> de P (mehlich 1); e 40,20 de saturação por bases. O delineamento foi em blocos ao acaso, em 6 tratamentos (T), com 4 repetições, em 24 parcelas experimentais distribuídas ao acaso. Sendo os tratamentos: T1 – 7 sementes por metro linear (m<sup>-1</sup>) na linha de semeadura; T2 – 9 sementes m<sup>-1</sup>; T3 – 11 sementes m<sup>-1</sup>; T4 – 13 sementes m<sup>-1</sup>; T5 – 15 sementes m<sup>-1</sup>; T6 – 17 sementes m<sup>-1</sup>. Delimitou-se para cada parcela 9,0 m de comprimento e 4,5 de largura, com espaçamento entre linhas de 0,45 m, a área de cada parcela foi de 40,5 m<sup>2</sup>.

**Figura 1** - Climograma do ano de 2017 No município de Assis Chateaubriand, PR.



Fonte: Clima data, 2018.

A área do experimento recebeu dessecação 20 dias antes da semeadura com herbicida sistêmico (glifosato) de ação total, ou seja, não seletivo em pós-emergência das plantas daninhas, na dose de 1,5 kg ha<sup>-1</sup>.

A cultivar de soja para o experimento foi SYN 1359S. Utilizou-se para adubação 292 Kg ha<sup>-1</sup> de NPK (2-20-18). A semeadura foi realizada no dia 08 de outubro safra 2017/2018, de forma mecanicamente com semeadora de 9 linhas, com sementes espaçadas conforme os tratamentos.

Os tratos culturais seguiram conforme necessidade da cultura sendo, uma aplicação de herbicida, no estágio fisiológico V3 com 1,5 kg ha<sup>-1</sup>. Foram também realizadas duas aplicações de inseticida para controle do percevejo (*Euschistus heros*, *Nezara viridula*), utilizou-se Tiametoxam (14,1%) + Lambda-Cialotrina (10,6%) na dose de 200 mL ha<sup>-1</sup>.

Foram também realizadas duas aplicações de fungicidas sendo a primeira em R2 e a segunda realizou-se em R5, utilizando 200 g ha<sup>-1</sup> de Piraclostrobina (13,3%) + Epoxiconazol (5%). Para lagartas não foi necessário controle, pois não houve infestações. Todas as aplicações foram realizadas nos horários mais frescos do dia, até as dez horas ou depois das dezessete da tarde, com pulverizador manual costal com ponta de pulverização da TeeJet amarelo com ângulo de aplicação 110° e vazão de 0,46 a 0,91 L por minuto.

A avaliação foi realizada na maturidade fisiológica da cultura. Foram colhidas manualmente as três linhas centrais por 3 m de comprimento em cada parcela, ou seja, 5,40 m<sup>2</sup> de área útil, tendo-se desprezado 3 m de cada extremidade. O material foi então trilhado, passado por uma pré limpeza e a umidade determinada em aparelho eletrônico digital. Após ser pesado, o resultado de cada parcela foi corrigido para 13% de umidade para determinar a produtividade. Para as variáveis morfológicas e que compreendem a produtividade avaliou-se 5 plantas aleatoriamente em cada parcela do experimento, observando altura de planta, o número de vagens por planta, o número de grãos por planta, o número de ramos por planta e, a massa de mil grãos. Para avaliar a massa de mil grãos utilizou-se contador de 50 grãos e auxílio de balança de precisão.

Os dados obtidos foram submetidos ao teste F para obtenção da (ANOVA) e sequencialmente analisados pelo teste de regressão, a um nível de 5% de probabilidade para detecção do comportamento das variáveis conforme os tratamentos aplicados, utilizando o programa computacional estatístico SISVAR 5.6 - Sistema para análise de variância (FERREIRA, 2011).

### **3. Resultados e Discussão**

As diferentes densidades utilizadas e avaliadas para esse trabalho, foram influenciadas pelos tratamentos, havendo efeito significativo das densidades populacionais para as variáveis altura de planta (AP), número de vagem por planta (NVP) e número de grãos por planta (NGP) (Tabela 1).

**Tabela 1** - Média geral, valores de F e coeficiente de variação (CV), para Altura de Planta (AP), número de vagens por planta (NVP) e número de grãos por planta (NGP), em função das diferentes densidades por metro linear utilizada na semeadura da soja no Oeste do Paraná safra 2017/2018.

Fontes de variação	AP (cm)	NVP	NGP
		Media geral	
	76,29	35,35	115,13
		Valor de F	
Densidade	2,94*	4,28*	4,33*
CV (%)	10,12	23,87	23,61

\*Significativo e ns não significativo ao nível de 5% de probabilidade pelo teste F

Ao avaliar as diferentes densidades de plantas por  $m^{-1}$ , observou-se maior desenvolvimento em altura de planta (AP), devido as maiores densidades de plantas por  $ha^{-1}$ . Efeito esse descrito como estiolamento das plantas, possivelmente, devido a maior competição entre plantas por luz (ORMOND et al., 2016). Houve um ajuste linear da regressão, na qual a cada 2 plantas a mais por metro linear, houve um incremento de 3,24 cm em AP. Esse aumento nesta variável devido ao aumento da densidade, se deve ao efeito de estiolamento das plantas, causado por uma maior competição entre as plantas por luminosidade, em razão da menor quantidade de energia luminosa e radiação fotossinteticamente ativa presente no dossel. A quantidade da luz recebida pelas plantas por meio dos fotoreceptores afeta o padrão de crescimento das plantas, portanto em baixa quantidade da luz as plantas de soja tendem a exibir alto crescimento em altura (ANDRADE et al., 2016).

O resultado obtido nesse trabalho (Figura 2), corroboram a trabalhos elaborados por Cruz et al. (2016), que observaram um crescimento linear para AP conforme o aumento da densidade de semeadura e também para Rodrigues et al.

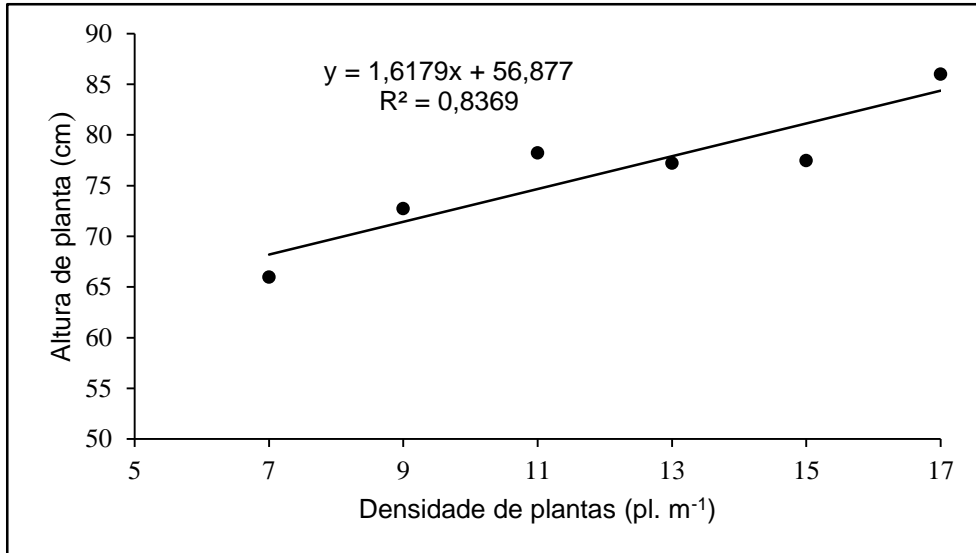


(2017), observando em seu trabalho que na medida que se eleva a população de plantas, verifica-se o aumento da AP. Os autores afirmam que esta característica pode ser influenciada pelo fato de que quando há aumento da população de plantas há competição entre as mesmas, tanto por radiação quanto água e nutrientes é maior, desta forma ocorre estiolamento das plantas. Balbinot Junior (2012) afirma que, alta densidade de plantas de soja, reduz a qualidade da luz recebida pela planta, através de fotorreceptores de membranas, diferenciando a quantidade de luz recebida nas diferentes partes da planta entre dossel superior e inferior, estimulando o crescimento em altura. O que pode ser explicado pela capacidade de estiolamento das plantas por haver competição intraespecífica pela radiação (RODRIGUES et al., 2017).

Contrariamente aos resultados observados por esse trabalho, Balbinot Junior et al. (2015) obtiveram resultados diferentes em AP até aos 63 dias após semeadura e na maturidade não observaram diferenças para a variável.

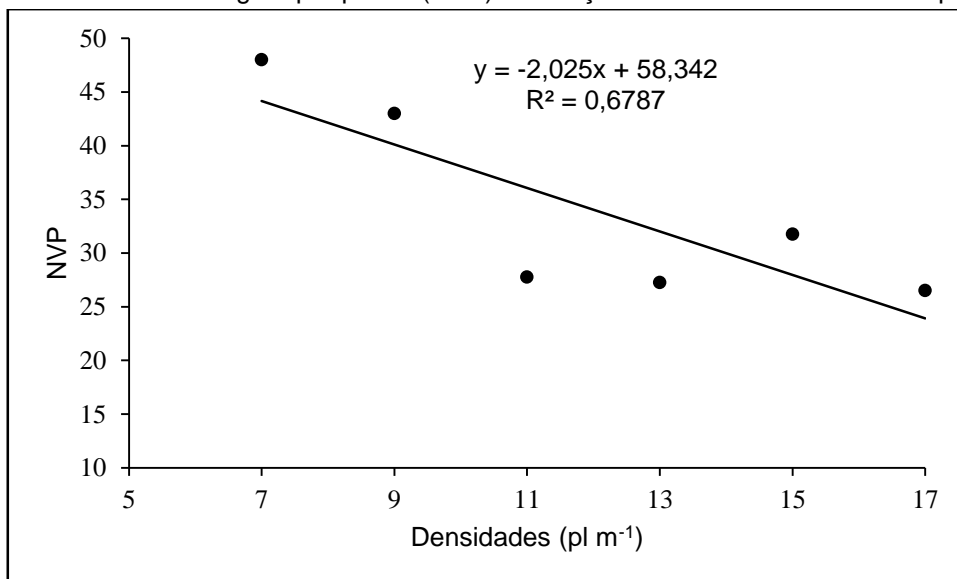
Para as variáveis NVP e NGP, essas variáveis estão diretamente relacionadas aos componentes de produtividade na cultura da soja que são altamente afetadas com as densidades populacionais de plantas por hectare. Como observado nesse trabalho (Figura 2 e 3). Houve um ajuste linear da regressão, na qual a cada 2 plantas a mais por metro linear, houve uma redução de 3,4 vagens por planta conforme a equação linear (Figura 3) e uma redução de 10,2 grãos (Figura 4). Estas reduções destas variáveis devido ao aumento da densidade, se devem a competição intra-específica pelos fatores do ambiente (Luz, Radiação), fazendo com que a planta direcione a maior parte dos fotoassimilados para o crescimento do ramo principal aumentando a altura da planta, diminuindo ramos laterais, que desenvolvem nós com gemas reprodutivas (MAUAD et al., 2011).

**Figura 2.** Altura de plantas (AP) em função das diferentes densidade plantas.



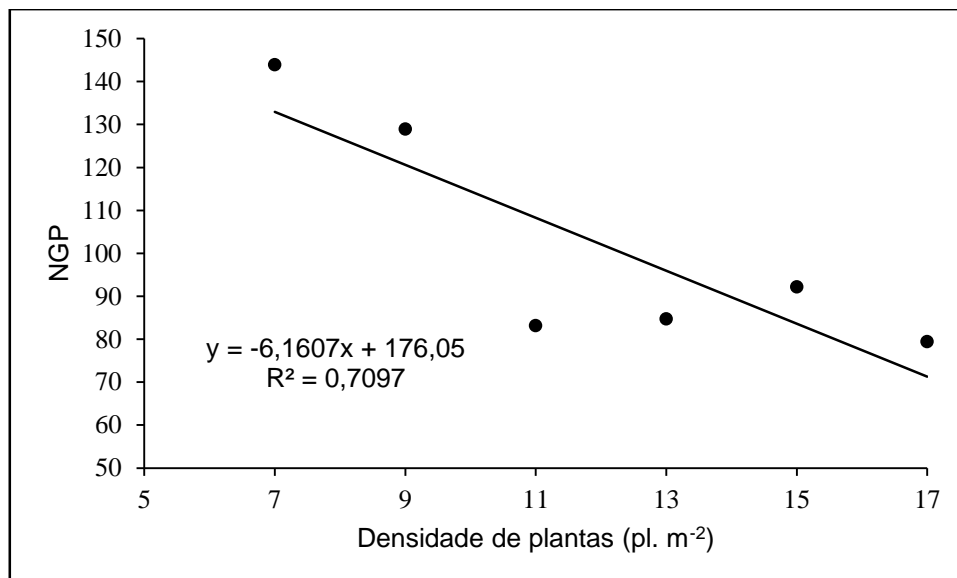
Fonte: Dos autores.

**Figura 3.** Número de vagem por planta (NVP) em função das diferentes densidade plantas



Fonte: Dos autores.

**Figura 4.** Número de grãos por planta (NGP) em função das diferentes densidade plantas.



Fonte: Dos autores.

Entretanto, Busanello et al. (2013) observaram que o resultado de número de grãos formados por metro<sup>2</sup> não diferiu estatisticamente entre as densidades populacionais testadas, resultados que não corroboram com Rodrigues et al. (2017), na qual os autores observaram decréscimo no número de grãos por planta, na medida que aumentou-se a população de plantas, os autores afirmam que a variedade de soja utilizada para o experimento tem hábito de engalhar, o engalhamento ocorria conforme as condições de espaços disponíveis, alterando assim os componentes produtivos, corroborando com o atual trabalho.

A variável NRP não apresentou diferenças significativa para densidades avaliadas (Tabela 2). De acordo com Mauad et al. (2011), a competição intra-específica das plantas de soja pelos fatores do ambiente, especialmente luz, determina a maior ou menor número de ramificações, ou seja, em maiores densidades de plantas, ocorre menor disponibilidade de fotoassimilados para o crescimento vegetativo das plantas na forma de ramificações. De acordo com estes mesmos autores são nos nós que se desenvolvem as gemas reprodutivas; dessa forma a redução no número de ramificações reduz o número de nós potenciais e, conseqüentemente, o número de vagens e números de grãos por planta.

**Tabela 2** - Média geral, valores de F e coeficiente de variação (CV), para número de ramos por planta (NRP), massa de mil grãos (MMG) e produtividade (PROD), em função das diferentes densidades por metro linear utilizada na semeadura da soja no Oeste do Paraná safra 2017/2018

Fontes de variação	NRP	MMG (g)	PROD Kg ha <sup>-1</sup>
	Media geral		
	1,71	145,45	2140,75
	Valor de F		
Densidade	1,52 <sup>ns</sup>	1,44 <sup>ns</sup>	7,81*
CV (%)	43,52	3,60	23,39

\*Significativo e ns não significativo ao nível de 5% de probabilidade pelo teste F

Correlacionado ao NVP e NGP como componentes de produção na cultura, o NRP é um fator compensatório para baixas densidades em semeaduras de soja, sendo o principal mecanismo de compensação da menor quantidade de plantas por área é a emissão de maior quantidade de ramos, conforme resultados de Procópio et al. (2013). Essa variável tem participação íntegra no incremento da produtividade de grãos, com maiores números de ramos por planta observa-se maior quantidade também de vagens por plantas. Balbinot Junior et al. (2015) afirmam que o principal mecanismo de compensação da baixa quantidade de plantas por área é o incremento da quantidade de vagens por planta oriundas nos ramos e na haste. Conseqüentemente, o maior NRP interfere positivamente em maior NVP e maior NGP.

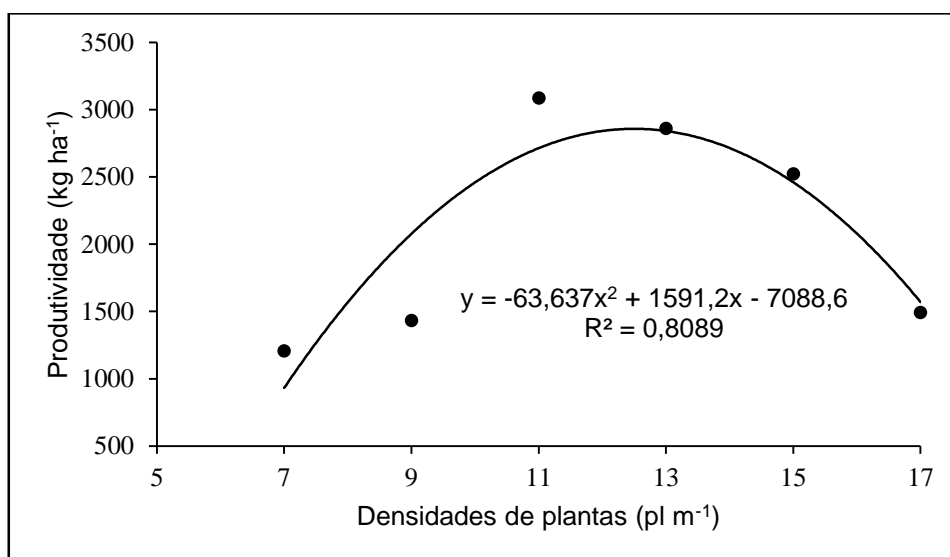
Para a massa de mil grãos (MMG), essa variável não apresentou diferenças significativas na avaliação desse trabalho (Tabela 2). Esse resultado corrobora com o trabalho de Balbinot Junior et al. (2015), que observaram que a massa do grão não foi afetada pela densidade, afirmando que a MMG é uma variável fortemente determinada pelas características genéticas das plantas, pelas precipitações no período de enchimento de grãos e pelo controle de doenças foliares.

Contrariamente aos resultados desse trabalho para a variável MMG, Kuss et al. (2008), observaram aumento na massa de mil grãos em densidade de 400 mil plantas ha<sup>-1</sup>, em relação a 250 mil plantas ha<sup>-1</sup>, sobretudo em condições de lavoura não

irrigada, conseqüentemente, melhor rendimento de grãos para a maior densidade de plantas. Os autores afirmam que com o aumento da densidade de plantas há tendência de haver maior aprofundamento das raízes e, por isso, há maior capacidade de absorção de água na camada subsuperficial do solo, permitindo suprimento hídrico mais adequado às plantas na fase de enchimento de grãos.

Para a produtividade de grãos da soja (PROD) houve efeito significativo da interação da densidade de plantas  $m^{-1}$  (Tabela 2). Verificando aumento da produtividade à medida que aumenta o adensamento populacional até 13 plantas  $m^{-1}$ . Esse incremento está relacionado ao número de vagens por planta e a massa de grãos. Embora o número de vagens diminuiu com o adensamento, o número maior de plantas proporcionou as medias superiores. Houve um ajuste polinomial quadrático da regressão, na qual a maior produtividade de 2855  $kg\ há^{-1}$  foi obtido por uma densidade de 12,5 sementes  $m^{-1}$  de acordo com a equação (Figura 5). Menores densidades a planta de soja não conseguiu compensar de forma significativa os espaços entre as plantas, enquanto que em maiores densidades acima de 13 sementes  $m^{-1}$  pode ter proporcionado competição entre as plantas de soja pelos elementos essenciais de crescimento e desenvolvimento de plantas.

**Figura 5.** Produtividade de grãos de soja (PROD) em função das diferentes densidade de plantas.



Fonte: Dos autores.

Esse resultado para produtividade está conforme recomendações do fabricante de sementes (SYNGENTA, 2018), obtendo melhores respostas para o ambiente de produção do experimento.

#### 4. Considerações Finais

Maior adensamento de plantas na linha de semeadura obtém-se incremento em altura de plantas, porém não é proporcional a maiores produtividades.

De acordo com o ajuste quadrático da regressão, a densidade de 12,5 sementes m<sup>-1</sup> proporcionou maior produtividade.

#### REFERÊNCIAS

- ANDRADE, F. R. et al. Características agronômicas e produtivas da soja cultivada em plantio convencional e cruzado. **Revista de Agricultura**, v. 91, n. 1, p. 81-91, 2016.
- BALBINOT JUNIOR, A. A. 2012. Acamamento de plantas na cultura da soja. **Revista Agorpecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 25, n.1, p. 40-42, mar. 2012.
- BALBINOT JÚNIOR, A. A. Redução do espaçamento na cultura da soja. In: **BLOG DA EMBRAPA SOJA**. 2016. Disponível em: <<http://blogs.canalrural.com.br/embrapasoja/2016/11/09/reducao-do-espacamento-na-cultura-da-soja/>>, acesso em 31 de março de 2018.
- BALBINOT JUNIOR, A. A.; PROCOPIO, S. D. O.; DEBIASI, H.; RANCHINI, J. **Densidade de plantas na cultura da soja**. Embrapa Soja. Londrina, PR. 2015. ISSN 2176-2937.
- BALBINOT JUNIOR, A. A.; PROCOPIO, S. de O.; DEBIASI, H.; FRANCHINI, J. C. **Semeadura cruzada na cultura da soja**. Londrina: Embrapa soja, 2013. 8p. (Embrapa soja. Circular Técnica, 98).
- BIANCHI, M. A.; FLECK, N. G.; LAMEGO, F. P.; AGOSTINETTO, D. Papéis do arranjo de plantas e do cultivar de soja no resultado da interferência com plantas competidoras. **Planta Daninha**, v.28, p.979-991, 2010.
- CARMO, E. L. **Desempenho agrônômico e riscos fitossanitários associados a arranjos de plantas de soja no cerrado**. 2015. 68f. Tese (Doutorado em Agronomia: Fitossanidade) - Escola de Agronomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- CHIAVEGATO, E. J. SILVA, A. V.; GOTTARDO, L. C. B. Densidade e arranjo de plantas em sistema adensado. In: BELOT, J. L.; VILELA, P. A. **O sistema de cultivo do algodoeiro**

**adensado em Mato Grosso: Embasamento e Primeiros Resultados.** Atas do Workshop de Cuiabá/ Instituto Matogrossense do Algodão. Cuiabá: IMA MT, 2010.

CLIMATE DATA, 2018. **Clima Assis Chateaubriand Climograma, Temperatura e Tabela climática Assis Chateaubriand** - Climate-Data.org. Disponível em: <<https://pt.climate-data.org/location/43679/>>, acesso em 12 de março de 2018.

CRUZ, Simério Carlos Silva et al. Cultivo de soja sob diferentes densidades de semeadura e arranjos espaciais. **Revista de Agricultura Neotropical**, v. 3, n. 1, p. 1-6, 2016.

DIAS, A. P. S.; LI, X.; YANG, X. B. Modeling the effects of cloudy weather on regional epidemics of soybean rust. **Plant Disease**, v. 98, n. 6, p. 811-816, 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 3.ed. Brasília, 2013. 353p.

FERREIRA, D. F. Sisvar: a computer statistic analysis system. **Ciência e Agrotencologia (UFLA)**, v. 35, n. 6, p. 1039-1042, 2011.

KUSS, R. C. R.; KÖNIG, O.; DUTRA, L.M.C.; BELLÉ, R.A.; ROGGIA, S.; STURNER, G.R. Populações de plantas e estratégias de manejo da irrigação na cultura da soja. **Ciência Rural**, v.38, p.1133-1137, 2008.

LIMA, S. F.; ALVAREZ, R. C. F.; THEODORO, G. F.; BAVARESCO, M.; SILVA, K. S. Efeito da semeadura em linhas cruzadas sobre a produtividade de grãos e severidade da ferrugem asiática da soja. **Bioscience Journal**, Uberlândia, v. 28, n. 6, p. 954-962, 2012.

MADALOSSO, M. G.; DOMINGUES, L. S.; DEBORTOLI, M. P.; LENZ, G.; BALARDIN, R. S. Cultivares, espaçamento entrelinhas e programas de aplicação de fungicidas no controle de *Phakopsora pachyrhizi* Sidow em soja. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 40, n. 11, p. 2256-2261, 2010.

MAUAD, M. et al. Influência da densidade de semeadura sobre características agronômicas na cultura da soja. **Agrarian**, v. 3, n. 9, p. 175-181, 2011.

MEDEIROS, P. O.; NÄÄS, I. de A. Cadeia produtiva da soja no Piauí: uma análise de perdas de grãos em função de distâncias percorridas. **Revista Brasileira de Engenharia de Biosistemas**, v. 10, n. 4, p. 368-374, 2016.

ORMOND, A. T. S.; VOLTARELLI, M. A.; PAIXÃO, C. S. S.; DA SILVA GÍRIO, L. A., ZERBATO, C.; DA SILVA, R. P. Características agronômicas da soja em semeadura convencional e cruzada. **Revista Agro@mbiente On-line**, 9(4), 414-422, 2016.

PROCOPIO, S. A.; BALBINOT, J.A.A.; DEBIASI, H.; FRANCHINI, J.C.; PANISON, F. Plantio cruzado na cultura da soja utilizando uma cultivar de hábito de crescimento indeterminado. **Revista de Ciências Agrárias**, v.56, p.319-325, 2013.

RODRIGUES, A. R.; ABREU, M. L.; OLIVEIRA, E. S. Cultivo da soja em sistemas de semeadura em linhas cruzadas e convencional. **Energia na Agricultura**, v. 32, n. 1, p. 17-23, 2017.





**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

RODRIGUES, S. M. M. Flutuação populacional das pragas do algodoeiro no sistema de plantio convencional versus sistema de plantio adensado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ALGODÃO & I COTTON EXPO, 8, 2011, São Paulo. **Anais**. Campina Grande, PB, Embrapa algodão, 2011, p. 191-195.

SYNGENTA, **Portal Syngenta – Sementes de soja SYN 1359S IPRO**. 2018. Disponível em: <http://www.portalsyngenta.com.br/sementes-soja-syn1359S-ipro>, acesso em 15 de abril de 2018.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## ARTIGOS DE ARTES

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## A CONTRIBUIÇÃO DA ARTE, ESPECIFICAMENTE A LINGUAGEM POÉTICA, PARA O DESENVOLVIMENTO DO AUTOCONHECIMENTO E PARA A CATARSE EMOCIONAL EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Daniela Soares dos Santos<sup>1</sup>  
Lademir Renato Petrich<sup>2</sup>

**RESUMO:** A pesquisa aborda sobre a contribuição da arte, especificamente a linguagem poética, para o desenvolvimento do autoconhecimento e para catarse emocional. Para tanto, foi preciso fundamentar conceitos relativos à arte, à poesia, à inteligência emocional, ao autoconhecimento, à catarse, à liberação de medo e ao trauma. O problema motivador da pesquisa é pensado através da seguinte questão: De que forma a poesia em sua essência particularmente simbólica, metafórica e sinestésica pode contribuir para o desenvolvimento do autoconhecimento e possibilitar a catarse emocional em mulheres vítimas de violência doméstica? Por estar engajado em questões sociais, este trabalho pode contribuir para estudos futuros no que tange à importância da arte em questões comunitárias. O estudo se desenvolveu por meio de pesquisas bibliográficas, exploratória bem como pesquisa de campo realizada no abrigo de mulheres Vanuzza Covatti. O trabalho conta também com o aporte teórico pautado em Gombrich (2015), Armstrong (2014), Sartre (2006), Hollis (2010), Quinodoz (2019) e Griscom (1991). Em uma abordagem qualitativa utilizou-se como instrumento de coleta de dados, um questionário e apostila aplicados em formato de oficina, obtendo como resultado a contribuição emocional manifestada através da escrita expressiva. Conclui-se com esse trabalho que a poesia auxilia no processo do autoconhecimento, alterando a visão de mundo através da fruição, contribuindo também para o desenvolvimento da catarse emocional através da exteriorização dos sentimentos e emoções.

**Palavras-chave:** Arte. Autoconhecimento. Catarse emocional. Violência doméstica. Poesia.

### 1 Introdução

A arte e a literatura sempre permearam a existência da humanidade. Antes da poesia se tornar escritural, ela era utilizada para contar histórias, propagar acontecimentos, narrar o passado e expressar sentimentos, logo, a poesia pode ser considerada incitadora da imaginação e criatividade. No entanto, ao longo dos anos inevitavelmente a inocência, o encantamento e a criatividade acabam em parte adormecendo nas profundezas do inconsciente, pois a ciência e a sociedade de modo

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Artes Visuais Licenciatura da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Doutor Lademir Renato Petrich do Professor do Curso de Artes Visuais Licenciatura da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

geral acabam de certa forma condicionando a todos a valorizar e considerar apenas o que é tangível.

A partir do exposto, justifica-se mediante uma análise pessoal da pesquisadora no decorrer do seu percurso acadêmico, que pessoas com o hábito de escrever ou ler poesia possuem um perfil onírico e que este as diferenciam das demais. O fato de os poetas possuírem uma maneira particular de perceber o mundo a sua volta, de certa forma possibilita que seu universo interior seja rebuscado diariamente e isso pode ser observado por todos a sua volta.

Para tanto pretendeu-se verificar de que forma a poesia em sua essência particularmente simbólica, pode contribuir para o desenvolvimento do autoconhecimento e possibilitar a catarse emocional em mulheres vítimas de violência. A partir do olhar para a poesia e o universo poético do sujeito que a consome, o projeto foi planejado para atender mulheres vítima de violência doméstica e que se encontram em abrigos temporários. Considerando a fragilidade que pode acometer as essas mulheres percebe-se a necessidade de encontrar mecanismos que favoreçam o sentimento de segurança, para que as mesmas se sintam capazes de expressar seus sentimentos, medos e desejos mais profundos. Desse modo buscou-se com este projeto, levar para dentro da realidade dessas mulheres uma arte que ofereça conforto e aprendizado.

Para isso, o objetivo foi analisar as contribuições da poesia no processo do autoconhecimento, intencionando a busca de indícios de que a escrita literária com sua linguagem poética pode vir a gerar catarse emocional. Além disso, buscou-se conceituar a poesia em sua especificidade dentro do universo artístico, verificar como a utilização simbólica e metafórica da poesia propicia o autoconhecimento e investigar se de fato a poesia possibilita a catarse emocional.

## **2 Desenvolvimento**

### **2.1 Arte e poesia**

Originada a partir das raízes do homem primitivo, a arte apresenta uma transição na forma como este identificava o mundo e o representava. Fischer (1987),

considera que a arte apresenta um sentido geral que a aproxima do trabalho, embora trabalho e arte estejam situados no mesmo arcabouço de objetivos, o aspecto mágico das pinturas se destaca. Gombrich (2015) reitera que entre os chamados povos “primitivos” não havia diferença entre edificar construções e fazer imagens, no que se refere à utilidade. Assim como suas cabanas existiam para abrigá-los da chuva, sol e vento, e para os espíritos que geram tais eventos, as imagens eram feitas para protegê-los, contra outros poderes.

Para Botton e Armstrong (2014), a arte se origina da tentativa de controle sobre o entorno que cercava o homem primitivo e também de seus anseios psíquicos originados da consciência, o *homo sapiens*<sup>3</sup> não é apenas consciente, mas consciente da própria consciência e dos limites, oportunidades e perigos inerentes à própria existência. Para Silva (2009), além do desejo ritualístico<sup>4</sup> escondido na representação das imagens expostas em cavernas, observa-se que o homem primitivo reproduz cenas cotidianas. Essa narrativa denota a primeira expressão do que viria ser o mito poético.

Segundo Sartre (2006), há no homem uma necessidade de se sentir importante, de saber que ele é capaz de influenciar o mundo e as coisas, para que tal necessidade seja atendida é preciso que haja um objeto criado, somente quando o ato de criar vier do mais profundo desejo do seu coração e tal habilidade estiver livre de técnica e regras estipuladas por outrem. Há uma busca pela liberdade e esta é sem dúvida esclarecida pelo escritor e reconhecida e apreciada pelo leitor, condicionados a buscar liberdade a tudo que nos escapa ou nos aprisiona.

## 2.2 Inteligência emocional e autoconhecimento

O homem evolui a partir de suas experiências com o mundo, muitas vezes forças externas abalam o mundo interior gerando ansiedade e incomodo. Conforme Pinheiro (2003), a lei da evolução é sábia, visto que ela compreende que para sair do

---

<sup>3</sup> Homo sapiens foi o primeiro ancestral da humanidade originado na África há cerca de 200 mil anos (NEVES, 2006).

<sup>4</sup> Ritual de esfera religiosa e mágica utilizada pelos povos primitivos, onde acreditava-se que ao representar o animal sua essência era capturada (GOMBRICH, 2015).

comodismo o indivíduo precisa sentir a necessidade de se mover e os momentos difíceis acabam sendo um gatilho para conduzir o ser ao progresso.

Segundo Cotrim (2000), o homem se ampara no pensamento dualista do bem e mal, do justo e do não justo, para melhor fazer suas escolhas. Suas ações nunca são indiferentes ao mundo definindo-se como um ser moral que se comporta mediante seus valores. Vale lembrar que sendo o mundo dividido em comunidades e que estas são distintas, os valores podem ser divergentes de uma população a outra.

Segundo Hollis (2010), diz que a *psique*<sup>5</sup> do homem não é singular, ao contrário é diferente e fragmentada, composta por vários eus (sombras) autônomos que agem sobre nós, porém nem sempre estamos conscientes de suas manobras e por fim somos os responsáveis pelas consequências que suas ações nos trazem. Condicionados a seguir padrão de comportamento no qual pela sociedade é visto como correto, passamos da infância a fase adulta acreditando na errônea existência de dualidade.

### 2.3 Papel da poesia na Catarse e Autoconhecimento

A palavra catarse é de origem grega, sendo usada para designar um processo de limpeza ou purificação. Freud usava o termo catarse para designar a anamnese de um fato traumático que liberaria o afeto omitido, devolvendo ao sujeito à condição de mudar suas emoções (QUEIROZ, 2019).

O termo catarse adquiriu ao longo da história várias nuances, para Platão dá à catarse duas definições: a primeira denotação metafísica fala da emancipação da alma, enquanto a segunda de caráter moral, diz sobre a libertação conectada aos prazeres da alma (FERREIRA, 2010). Para Almeida (2010), no campo da psicologia, catarse designa a libertação das tensões e emoções e sentimentos. Já para psicanálise significa dizer que é a intervenção capaz de resgatar do inconsciente pensamentos recalçados.

Através da arte é possível transformar a realidade e a si mesmo promovendo o despertar da percepção, estruturação de seus pensamentos e emoções

---

<sup>5</sup> A psicologia analítica define Psique como sendo todos os comportamentos, pensamentos e sentimento do sujeito, sejam eles consciente ou inconscientes (NASSER, 2019).



(URRUTIGARAY, 2011). Segundo Almeida (2010), o leitor ao apreciar uma obra literária, busca se identificar com o texto, esse processo favorece que venha à tona sentimentos e emoções se encontravam retraídos. A pessoa só tem condição de ser ela mesma quando tem o direito de usufruir de sua liberdade, tanto o ato de ler e escrever um texto literário é em suma uma catarse, pois exerce em si a catarse da liberdade sendo ela sinônimo de saúde psicológica.

De acordo com Griscom (1991), é muito comum os adultos utilizarem o medo para educar e se comunicar com as crianças, dessa forma, o corpo emocional ficou condicionando a sentir e gostar do medo desde muito cedo. Tal mecanismo, levou a criança a estimular seu corpo emocional a ter experiências que a levassem a sentir a descarga elétrica causada por ele. Isso perpassa a infância, e acaba por acompanhar o sujeito por toda sua vida, muitas vezes estas experiências com o medo, levam seu organismo a se viciar na adrenalina.

### **3 Metodologia**

Em uma abordagem qualitativa, a escolha se deu pelo fato de obter informações de aspectos discursivos de forma alcançar conhecimento sobre o tema trabalhado. O trabalho apoiou-se em uma pesquisa exploratória, pois segundo Gil (2002), procura trazer ao pesquisador proximidade com o problema tornando-o mais explícito favorecendo na construção de hipóteses, ocasionando ao pesquisador o aperfeiçoamento de ideias.

Quanto aos procedimentos técnicos, foram abordados por meio de pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo objetivou a observação. Por conseguinte, o estudo de campo apresenta um planejamento com maior flexibilidade o que permite sua continuidade mesmo que os objetivos da pesquisa se alterem. Para a concretização dos objetivos apresentados, primeiramente foi utilizada como elemento de coleta pesquisas bibliográficas que fundamentem o projeto. Secundário a isto, foi realizado levantamento de dados gerados a partir de questionário que foram preenchidos pelas participantes e entregue uma apostila que convidou as integrantes a se empresarem, utilizando a linguagem poética.



O presente trabalho de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Univel, número 056/2019.

#### 4 Resultados

Foram elaboradas oficinas com carga horária diária de três horas, aplicadas durante sete dias e realizadas no Abrigo de Mulheres Vanuzza Covatti na cidade de Cascavel, Paraná. O abrigo exerce serviço de acolhimento institucional para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A fundação está associada ao sistema Municipal de Assistência Social e seu trabalho vinculado ao sistema de justiça e políticas públicas, sua finalidade é acolher provisoriamente vítimas de violências doméstica e seus dependentes de modo sigiloso e seguro (CASCAVEL, 2016).

##### 4.1 Atividades realizadas nas oficinas

Na tabela 1 é apresentado o primeiro dia de oficina, na atividade 2 houve relato das participantes Gisele e Camila, cujos nomes são fictícios para preservar a identidade das mesmas. Gisele, 28 anos de idade, foi encaminhada para o abrigo juntamente com os seus 02 filhos, por motivo de agressão física pelo seu companheiro. Natural do Paraguai, mora no Brasil desde o ocorrido, não possui nenhum tipo de documento de identificação, legalmente Gisele não existe no território brasileiro. Camila, 47 anos de idade, vítima de agressão física e tentativa de homicídio por parte do seu companheiro. Permanecerá no abrigo até conseguir outro lugar seguro, pois, a mesma sofreu por parte do seu agressor ameaça de morte. Camila chorou o tempo todo das oficinas, deixando evidente a sua fragilidade emocional, num bate-papo ela relata “*Preciso falar, tenho muito a dizer, mas não consigo*”.

**Tabela 1** – Primeiro dia de oficina.

Atividade 1	Apresentação do projeto para as participantes.
Atividade 2	Apresentação das participantes e relatos de vida.
Atividade 3	Entrega de material de apoio (apostila, lápis, borracha, caneta, água e lenço de papel) e solicitado para que escrevessem uma palavra que as definissem.
Atividade 4	Prática de relaxamento.
Atividade 5	Encerramento do primeiro dia de oficina.

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Na tabela 2 apresenta atividades realizadas no segundo dia de oficina. Na atividade 2, foi reproduzido o vídeo<sup>6</sup> que aborda sobre a importância do controle das emoções e para destacar a importância da expressividade no contexto de limpeza emocional, no curso foi exibido um poema<sup>7</sup> enfatizando a linguagem poética como aliada nesse processo.

**Tabela 2 – Segundo dia de oficina.**

Atividade 1	Prática de relaxamento e meditação.
Atividade 2	Uso de multimídias para fomentar momentos de fruição e reflexão.
Atividade 3	Abertura de espaço para que grafassem uma história pessoal, e ocorrendo lembranças dolorosas foram orientadas a confiarem ao papel.
Atividade 4	Encerramento do segundo dia de oficina.

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Na tabela 3 é apresentado o terceiro dia de oficina, na atividade 3 houve muita comoção entre as participantes, verificando assim que o vídeo atingiu o objetivo: a reflexão do si mesmo.

**Tabela 3 – Terceiro dia de oficina.**

Atividade 1	Prática de relaxamento e meditação.
Atividade 2	Solicitado <i>feedback</i> <sup>8</sup> , para verificar se as emoções que vinham à tona estavam contribuindo para desenvolver o autoconhecimento e propiciar a catarse das emoções.
Atividade 3	Uso de mídia poema <sup>9</sup> de Clarice Lispector reforçando a questão do eu, a fim de trazer reflexão para posterior expressão de seus sentimentos.
Atividade 4	Entregue espelho e solicitado que cada participante olhasse fixamente para o mesmo, mantendo a atenção em seu íntimo. Após foi reproduzido uma poesia <sup>10</sup> em multimídia e ao término solicitado que refletissem sobre a frase, se eu fosse eu, e descrever sobre os sentimentos referente a reflexão;
Atividade 5	Encerramento do terceiro dia de oficina.

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Na tabela 4 apresenta o quarto dia de oficina, na atividade 2 o exercício exigia que anotassem na apostila o nome de pessoas que elas julgavam ter deixado marcas em suas vidas. Foi exibido um clipe<sup>11</sup>, a poesia contida na letra da música trouxe

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TwEtS9JIXac>

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ew2bekDAyMQ>

<sup>8</sup> Feedback é o retorno de informações relevantes para determinado assunto trabalhado, com a finalidade de provocar um novo olhar e trazer entendimento sobre o tema abordado (FONSECA et al, 2015),

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wIjY7YBB97g;>

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9ZfEm3mzUGc;>

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hVrld4PydAs>

reflexão para ajudar no processo de exteriorização de seus sentimentos e memórias. Através da palavra que a pessoa consegue trazer a luz da consciência lembranças traumáticas que estavam alojados em seu inconsciente. Esse mecanismo faz com que o sujeito desperte os sentimentos ligado a tal memória trazendo efeito catártico capaz de curar o trauma (QUINODOZ, 2017).

**Tabela 4 – Quarto dia de oficina.**

Atividade 1	Prática de respiração e meditação.
Atividade 2	Aplicado exercício <i>brainstorm</i> <sup>12</sup> .
Atividade 3	Uso da apostila para expressarem os sentimentos que vieram à tona.
Atividade 4	Encerramento do quarto dia de oficina.

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Na tabela 5, 6 e 7 é apresentado as atividades do quinto, sexto e sétimo dia de oficina, respectivamente.

**Tabela 5 – Quinto dia de oficina.**

Atividade 1	Dinâmica com bate-papo sobre o uso da poesia.
Atividade 2	Uso de multimídia com a mensagem de que para a mesma situação existem duas atitudes distintas.
Atividade 3	Reprodução do vídeo <sup>13</sup> com a temática de empoderamento feminino <sup>14</sup> .
Atividade 4	Uso de multimídia com o poema <sup>15</sup> de Antônio Cicero, para ajudar a fixar sobre o auxílio da poesia na expressividade de suas emoções.
Atividade 5	Entrega de material e tempo para produção.
Atividade 6	Encerramento do quarto dia de oficina.

**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Tabela 6 – Sexto dia de oficina.**

Atividade 1	Prática de relaxamento e meditação.
Atividade 2	Dinâmica de automassagem enfatizando a necessidade de adquirir, autossuficiência. E mensagem sobre a importância de se auto valorizarem, foi disponibilizado um vídeo motivacional <sup>16</sup> .
Atividade 3	Espaço para se expressarem deixando a critério das participantes a escolha da página para expressão, em comum acordo elas decidiram pela página 22 onde trata sobre fé.
Atividade 4	Encerramento do quinto dia de oficina.

<sup>12</sup> Ferramenta utilizada para dar vazão a ideia e criatividade. (BRAIA, CURAL e GOMES, 2014)

<sup>13</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=6RSc\\_XYeziq](https://www.youtube.com/watch?v=6RSc_XYeziq)

<sup>14</sup> Empoderamento feminino é necessidade de a mulher lutar por igualdade social e da sua inserção em cargos de poder. Garantindo sua visibilidade, favorecendo sua autonomia ou ainda possibilitando o mesmo a outrem (CORTEZ e SOUZA, 2019).

<sup>15</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=G1ZpEiMqfLs>

<sup>16</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=b7onTjELL4Y>

**Fonte:** Fonte: Dados da pesquisa.

**Tabela 7** – Sétimo dia de oficina.

Atividade 1	Preenchimento do questionário.
Atividade 2	Confraternização e convidadas a produzir uma poesia. Assim que concluíram as poesias, a acadêmica realizou a leitura.
Atividade 3	Mensagem midiática <sup>17</sup> , que tratou do tema perdão, pois sem perdoar o passado não há possibilidade de trabalhar o autoconhecimento;
Atividade 4	A oficina foi concluída com a explicação da frase da apostila: A metade que faltava em mim. A frase traz a mensagem de que não se deve buscar no outro a metade que lhe falta e sim alcança-la através do autoconhecimento.

**Fonte:** Fonte: Dados da pesquisa.

#### 4.2 Relato das experiências da oficina

As participantes, em sua maioria possui baixa escolaridade, não trabalham fora, não estudam, não fazem curso, e são submissas aos seus companheiros. Além da agressão física, sofrem diariamente agressão moral, patrimonial e econômico, e em alguns casos advêm ameaças de morte. As mulheres vêm de um histórico de família desestruturada, onde vícios e violência faziam parte do seu cotidiano. Além da bagagem emocional muitas vêm acompanhadas de seus filhos, demonstrando que a violência não se restringe apenas a elas, mas sim, a toda sua família.

No primeiro encontro foi possível perceber a força e o poder que a linguagem literária possui. Assim que as mulheres entraram em contato com os textos poético começaram a revirar seu lixo emocional e este facilmente veio à tona. Como se estivessem encontrados o bálsamo necessário para retirar de dentro da caixa preta de suas emoções tudo que não suportavam mais segurar sozinhas, elas se expressam e deixaram desprender de seu âmago suas dores, seus desejos e anseios mais profundos.

Há um universo secreto dentro de cada ser humano e ao trabalhar a linguagem metafórica da poesia com essas mulheres percebeu-se que ocorre um mecanismo quase que místico entre o ser e a linguagem literária. Como se as palavras fossem se soltando da poesia, como se elas adquirissem vida própria e seu contexto semântico penetrasse no íntimo do ser e ganhasse nova roupagem quando tocavam suas

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M5QnKolPnlk>

emoções. Percebeu-se que a poesia contribui para que essas mulheres olhassem para si mesmas de outro prisma, muitas nunca tinham feito isso de forma individual.

Em uma das dinâmicas levantou-se o questionamento do eu, no qual observou-se um estranhamento e inevitavelmente as emoções vieram à tona e naquele momento pode-se observar que a poesia tem capacidade de trabalhar o autoconhecimento. A poesia trouxe à tona suas histórias de vida com suas emoções entrelaçadas, foi um momento de forte comoção onde a presença de lágrimas demonstrou o caráter catártico da poesia.

A violência na qual essas mulheres estão inseridas pode ser observada não somente através das marcas deixadas fisicamente por seus agressores em seu corpo, mas as marcas mais evidentes podem ser percebidas em seu semblante, no ofuscamento de seu olhar, na forma do seu caminhar, na forma de falar, pois elas estão impregnadas em suas almas. E foi exatamente lá que foram tocadas pela linguagem metafórica da poesia.

Após a aplicação da oficina percebeu-se mudanças no comportamento e olhar, o que por si só não justifica que seu resultado foi oriundo apenas da poesia. Mesmo no meio de assuntos tão urgentes de necessidades tão básicas como a garantia pela própria sobrevivência e estando tão envolta a aflições essas mulheres se permitiram não somente ser tocada pela poesia, mas principalmente aceitaram o convite subliminar de sair do casulo do sofrimento onde a insegurança e o medo andam de mãos dadas para que a poesia pudesse de forma segura mostrar para essas mulheres que elas podem e devem estar no eixo de suas próprias vidas.

## **5 Considerações Finais**

Diante dos relatos apresentados nos resultados da presente pesquisa, foi possível perceber que a arte possui um poder inexorável de tocar no mais íntimo do ser. E seu contato acontece de uma forma tão sutil que o sujeito não consegue evitar ser arrebatado por ela. Observou-se ainda que a essência da linguagem metafórica da poesia contém subsídios necessários para guiar a pessoa até o seu repertório emocional. Uma vez que a pessoa se coloca no centro de suas emoções ela tem a

possibilidade de analisar seus sentimentos, conflitos e emoções, de forma que venha perceber que todos esses elementos têm influência direta sobre as ações e o comportamento que eles exercem sobre sua vida.

Analisando o contexto onde a violência se faz presente, percebe-se que a poesia é capaz de servir de consolo para que esta mulher venha extrair de dentro de si suas dores, aliviando sua alma do sofrimento imposto muitas vezes pelo silêncio no qual é obrigada se manter. Percebe-se também que ao relatar suas histórias essas mulheres conseguiram através da poesia se ver do lado de fora da situação, como se elas tivessem maior amplitude e assim tivesse maior capacidade de discernir sobre qual atitude tomar a partir de um novo olhar.

Isto por que a arte carrega em si um poder de ligar o sujeito consigo mesmo. Ela proporciona a pessoa uma ligação entre a natureza do homem e a natureza de suas emoções fazendo com que o sujeito tenha capacidade de não somente se analisar, mas equilibrar sua existência. Uma vez que as mulheres explicitaram que pretendem continuar se autoanalisando e se autoconhecendo, percebe-se que sim, a linguagem literária foi de grande valia no processo do autoconhecimento possibilitando que estas mulheres desenvolva a catarse de suas emoções.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wilson Castello. Além da catarse, além da integração, a catarse de integração. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 75-95, 2010.

BOTTON, Alain de; ARMSTRONG, John. **Arte como terapia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

BRAIA, Filipa; CURRAL, Luís; GOMES, Catarina. Criatividade em contexto organizacional: o impacto de recompensas extrínsecas e do feedback negativo no desempenho criativo. **Psicologia**, Lisboa, v.28, n.2, p. 45-62, 2014.

CASCADEL. **Abrigo de Mulheres Vanuza Covatti**. Cascavel: Portal do município de Cascavel, 2016. Disponível em: <[http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/06062016\\_apresentacao\\_abrigo\\_de\\_mulheres.pdf](http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/06062016_apresentacao_abrigo_de_mulheres.pdf)>. Acesso em: 26 Setembro 2019.

CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio de. Mulheres (in)Subordinadas: o Empoderamento Feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência Conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v.24, n.2, p. 171-180, 2008.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**. 15. ed. São Paulo, Saraiva, 2000.

FERREIRA, Nathalia Botura de Paula. A arte e a formação humana: implicações para o ensino de literatura. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**, São Paulo, v.1, n.1, p.122-138, 2010.

FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 1987.

FONSECA, Jesuína; CARVALHOII, Carolina; CONBOYII, Joseph; SALEMAIV, Helena; VALENTEV, Maria Odete. **Feedback na prática letiva: Uma oficina de formação de professores**. Portugal: Universidade Lisboa, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMBRICH, Wassily. **A História da Arte**. 16. ed. Rio de Janeiro. Ltc, 2015.

GRISCOM, Chris. **O Ego Sem Medo**. A Cura Pela Emoção. São Paulo. Siciliano, 1991.

HOLLIS, James. **Porque as pessoas boas fazem coisas ruins: entendendo o nosso lado sombrio**. São Paulo. Novo Século, 2010.

NASSER, Yone Buonaparte d`Arcanach Nobrega. A identidade corpo-psique na psicologia analítica. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 325-338, 2010.

NEVES, Walter A. E no princípio... era o macaco! **Estudos Avançados**, São Paulo, v.20, n. 58, p. 249-285, 2006.

PINHEIRO, Santos Robson. **Serenidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Casa dos Espíritos, 2003.

QUEIROZ, Álvaro. **Sobre o conceito de catarse na poética de Aristóteles**. Maceió: CESMAC. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Wf0fqr22GvEJ:https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/entrelinhas/article/view/214/160+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Disponível em: 15 maio 2019.

QUINODOZ, Jean-Michel. **Ler Freud: guia de estudo da obra de S. Freud**. Porto Alegre: Artemed, 2017. Disponível em: <<https://viewer.biblioteca.binpar.com/viewer/9788536312699/22>>. **Disponível em: 14 Setembro 2019.**

SARTRE, Jean Paul. **Que é a Literatura?** 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.

SILVA, Terezinha Azevedo. **Poesia Como Fonte de Imaginação**. 2009. 59 f. UFRN: Natal, 2009. Monografia (Bacharel em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

URRUTIGARAY, Maria Cristina. **Arteterapia: a transformação pessoal pelas imagens**. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.



## **A REPRODUTIBILIDADE DA ARTE NA CONTEMPORANEIDADE POR MEIO DO INSTAGRAM**

Jean Cristian Conti <sup>1</sup>  
Luiz Carlos Machado<sup>2</sup>

**Resumo:** A natureza do presente artigo traz uma análise sobre a utilização do Instagram e suas formas de consumir e divulgar arte, bem como as convergências entre arte e meios de comunicação pós-massivos, como trata Santaella (2005). Levando isso em conta, a pesquisa traz o Instagram como objeto de pesquisa, considerando a sua alta popularidade, bem como essa rede vem propiciando a divulgação de trabalhos artísticos de artistas não conhecidos pelas grandes mídias, aproximando, dessa maneira, o artista do público e o público do artista. Nesse cenário, o Instagram tem sido um veículo de desterritorialização da arte, seja ela original ou a reprodução de uma obra conhecida, para demonstração do primor da técnica e da reprodutibilidade da mesma, como afirma Beijamin (1937), abordando, dessa forma, uma perspectiva diferente para a utilização de uma rede social. Dentro desse contexto, o Instagram e a nossa contemporaneidade como um todo, são altamente conectados, e as informações não se limitam mais às linhas geográficas, como aborda Lemos (2002) com a cibercultura. Para essa pesquisa, foram utilizadas as metodologias: análise bibliográfica, pesquisa de campo realizadas com artistas locais de Cascavel/PR, a análise quantitativa e qualitativa. Os resultados revelam que grande parte dos participantes da coleta de dados utilizam o Instagram, no entanto, nem sempre para postar sua arte, ou compartilhar arte, mas todos têm o consenso, de que o Instagram tem propiciado essa aproximação do público com as produções artísticas, e se tornado um intermediador para futuros negócios referentes ao conteúdo postados por esses artistas.

**Palavras-chave:** Instagram. Contemporaneidade. Reprodutibilidade. Arte. Cibercultura.

### **1. Introdução**

A reprodutibilidade técnica da arte sempre foi possível. A arte, assim como os demais processos criativos sempre foi reproduzida, como afirma Beijamin (1937). Hodiernamente, as formas de reprodutibilidade da informação e da arte são inúmeras, visto que estamos vivenciado a cibercultura (Lemos 2002) os meios de informação pós-massivos estão presentes em nosso cotidiano, seja de forma direta ou indireta. As redes sociais tão populares em nossos dias são até o dado momento o ápice dessa reprodução de informações, em um mundo globalizado e hiper conectado. As informações não se limitam a região de origem, nem demandam tempo para que

---

<sup>1</sup> Acadêmico Jean Cristian Conti do Curso Superior de Artes Visuais – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Especialista em Arte Cultura e Licenciatura. Professor Luiz Carlos Machado do Curso Superior de Artes Visuais – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

cheguem ao outro lado do mundo, nesse cenário, a arte tem se apropriado desses meios para se reproduzir e expandir seu alcance.

Presentemente temos um encadeamento extraordinário de acesso a conhecimentos em todas as áreas possíveis. A descentralização da informação, a conectividade massiva, proporciona o fenômeno da convergência, (Santaella 2005) entre arte e meios pós-massivos de informação. Dessa forma, a fotografia que se faz tão presente nos dias atuais, paulatinamente tem veiculado a arte por meio das redes sociais, possibilitando dessa forma uma interação entre produção de arte e consumo.

As redes sociais estão presentes em nosso meio, quando acessamos mídias como Instagram somos expostos a inúmeras informações imagéticas. Nesse aspecto o Instagram se destaca pelo seu objetivo, que está voltado a compartilhamento de imagens, tendo isso em vista, as possibilidades de se apropriar dessa rede social para divulgação de arte é uma forma de convergência axiomática, existente e coerente com a atualidade.

Considerando esse cenário, o presente trabalho traz uma análise sobre como o Instagram tem influenciado na divulgação de trabalhos de artistas locais de Cascavel/PR, além de como os artistas locais têm se inspirado de alguma forma para criação de novas obras, com referencial observado no Instagram.

## **2. A reprodutibilidade da imagem e a convergência entre arte e comunicação**

A apógrafa técnica da arte sempre foi possível, a arte sempre foi reproduzida tecnicamente, nesse contexto o que o homem produzia sempre reproduzido tecnicamente.

Segundo Benjamin:

Ela pode, principalmente, aproximar do indivíduo a obra, seja sob a forma da fotografia, seja do disco. A catedral abandona seu lugar para instalar-se no estúdio de um amador; o coro, executado numa sala ao ar livre, pode ser ouvido num quarto. (BENJAMIN,1955,p.2.)

Nessa perspectiva, a reprodutibilidade da arte, e sua desterritorialização, seja por qual for o processo dessa reprodução, tem um valor social que democratiza o acesso a arte e a cultura. Não é difícil encontrarmos essa reprodução massiva,

acessamos a internet ao menos uma vez por dia, e nos deparamos com uma grande quantidade de conteúdo publicado na rede. Santaella (2005) chama esse fenômeno de convergência entre arte e comunicação, nesse ponto vale esclarecer que uma não se sobressai sobre a outra, mas sim andam paralelamente. Entretanto nem todos apoiam essa convergência, muitas vezes é tratado como uma apropriação indevida da essência da arte, tratam ela como algo nocivo à arte. Para esse questionamento Santaella explica que:

Alimentar o separatismo conduz a severas perdas tanto para o lado da arte quanto para o da comunicação. Por que perde a arte? Porque fica militada pelo olhar conservador que vela em consideração exclusivamente a tradição de sua face artesanal. Por que perde a comunicação? Porque fica confinada aos estereótipos da comunicação de massa. (SANTAELLA,2005,p.7)

O avanço das tecnologias é fundamental para as reproduções massivas através dos meios de comunicação, o advento da fotografia, por exemplo caracterizou essa importância, desde sua criação em 1826 por Niépce, hoje dispomos de smartphones com câmeras de alta resolução, e conexão à internet. Temos acesso a galerias de imagens de todos as vertentes simbólicas, e podemos publicar nossas próprias imagens nos meios de comunicação, sendo assim, o avanço da tecnologia não limita a informação ao local em que se disponha. Sobre o avanço da tecnologia Santaella comenta que:

Gradualmente, as tecnologias foram tomando a linha de frente do experimentalismo nas artes até o ponto de muitos curadores terem abandonado as formas tradicionais de arte, pintura e escultura, por não considera-las contemporâneas. A fotografia, as imagens digitalizadas, os vídeos, os filmes e, principalmente, as várias formas de instalação e arte ambiental midiática passaram a ocupar um espaço legitimado em museus e galerias. Ao fazer uso das novas tecnologias midiáticas, os artistas expandiram o campo das artes para as interfaces com o desenho industrial, a publicidade, o cinema, a televisão a moda, as subculturas jovens, o vídeo, a computação gráfica (SANTAELLA,2005,p.14)

Amparando-se nessa citação, as convergências, trazem ao conhecimento do público o que está sendo produzido, e temos uma democratização da produção de arte.

## **2.2 A cibercultura e o impacto na cultura de massa**

Sobre as convergências e o surgimento da internet. Lemos (2002,p.101) inteira “A cibercultura tem origem nesse mundo hiper quantificado, hiper racionalista, que tenta integrar, ou melhor, traduzir, e não mais representar a natureza através das tecnologias digitais.” Nesse contexto um dos primeiros passos para a era pós-massiva da comunicação foi o surgimento da microinformática na metade dos anos 70, nesse período iniciava-se a cibercultura através da popularização do computador.

Para Breton (1975,p.206) “O advento de tecnologia do computador pode ser explicado por três condições históricas: as condições técnicas, social e ideológica”.

Dos anos 70 até os dias atuais os avanços relacionados a tecnologia da informação foram enormes, os computadores pessoais, o surgimento de celulares, em meados dos anos 90, a globalização da internet, os smartphones que hoje vem substituindo o espaço dos computadores de mesa. Podemos dividir esses avanços tecnológicos em fases segundo Lemos (2002)

Poderíamos, para diferenciar a informatização da sociedade em 70 desta que estamos vivendo em 2000, propor uma quarta fase. Esta seria a que aparece na metade dos anos 80, caracterizada pela popularização do ciberespaço e sua inserção na cultura contemporânea. (LEMOS,2002,p.102).

Essa revolução tecnológica da comunicação tem um impacto direto na cultura de massa, na forma em que os indivíduos estão se comunicando, e tendo acesso a cultura, logo a evolução das comunicações e das tecnologias influenciam diretamente todo o contexto sociocultural contemporâneo, segundo Santaella (2005) “as misturas já bastante intrincadas entre comunicações e arte, engajadas pela cultura”, nesse cenário as comunicações e meios de reprodução já foram apropriados tanto pelo meio de massa quanto pela cultura.

Segundo Lemos (2002), o autor explica que “a internet age como potencial descentralizadora do poder technoindustrial” nesse sentido a internet na atual realidade é um meio democrático de acesso a cultura e informação, onde os indivíduos podem buscar temáticas que são relevantes ao seu interesse, tendo interatividade com a interface, o indivíduo passa a ser não apenas consumidor de conteúdo, mas também produtor de conteúdo. Para essa questão o autor explica que:

A interação homem- tecnologia tem evoluído a cada ano no sentido de uma relação mais ágil e confortável. Vivemos hoje a época da comunicação planetária fortemente marcada por uma interação com as informações, cujo ápice é a realidade virtual. A evolução das mídias digitais e das perspectivas interfaces, proporcionando a febre de interatividade informativa, pode nos ajudar a melhorar compreender a influência das novas tecnologias e a importância da noção de interatividade para a cibercultura contemporânea. (LEMOS,p,115)

### **2.3 A dimensão da utilização da internet na contemporaneidade**

Estamos em um mundo hiper conectado, e essa conexão não pode ser ignorada pelos artistas. O que vem ocorrendo nessa perspectiva, da produção de arte, é o crescimento exponencial da utilização da rede para divulgação de trabalhos artísticos, pois se torna quase impossível na atualidade estar totalmente fora da rede, pois em um nível sistemático e burocrático tudo está conectado.

O ciberespaço. Uma alucinação consensual vivida quotidianamente por dezenas de milhares de operadores em todos os países... Uma representação gráfica de dados extraídos das memórias de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Traços de luz dispostos no não-espaço do espírito. (GIBSON,p.279)

Nesse contexto as redes sociais não fogem do conhecimento do grande público. Em uma sociedade altamente conectada, as convergências ocorrendo a todo o momento, a era das reproduções pós-massivas, abram possibilidades não somente para uma era de comunicação e informação, mas também para uma expansão do acesso a cultura e arte para grande o público.

### **3. Metodologia**

A presente pesquisa amparou-se na pesquisa quantitativa, pois objetivou-se quantificar o percentual de artistas participantes da pesquisa, que utilizam o Instaram para divulgar sua arte, Em relação a pesquisa quantitativa, “[...] a pesquisa quantitativa se caracteriza, tanto na coleta de dados quanto no seu tratamento, pela utilização de técnicas estatísticas.” (BAPTISTA; CUNHA, 2007, p. 170). Amparou-se na pesquisa qualitativa pois analisou o fenômeno social da convergência entre Instagram e arte, e seu papel de inspiração para novas produções de artistas locais de Cascavel/PR.

Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p.32) “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” Tendo como objetivo explicar como esse fenômeno social e cultural de convergências entre Instagram e arte ocorrem no ciberespaço, essa pesquisa amparou-se também na pesquisa explicativa, que segundo Gil (2010) “As pesquisas explicativas têm como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômeno.”

Quanto aos dados teóricos utilizados, a pesquisa bibliográfica foi a base referencial para o trabalho realizado, quanto a pesquisa bibliográfica Lakatos e Marconi (2003, p. 158) argumentam “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema” para firmar a importância da base teórica sobre o tema, segundo GIL (2002, p. 44) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

O presente estudo também se utilizou da pesquisa de campo afim de levantar dados referente ao tema tratado na presente pesquisa, que para Lakatos e Marconi (2003, p. 186) “[...] conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos, ou as relações entre eles”.

A pesquisa teórica, científica, juntamente com os dados levantados durante a pesquisa de campo, embasaram os resultados apresentados no presente artigo. Quanto ao local da pesquisa de campo, o pesquisador se utilizou de e-mail para enviar o questionário aos indivíduos que participaram da coleta de dados dessa pesquisa, dados que fundamentaram os resultados da pesquisa de campo, contribuindo para os resultados apresentados nesse artigo.

#### **4. Resultados**

A natureza desse estudo analisou as respostas referentes ao questionário aplicado a artistas de Cascavel/PR, traremos em primeiro momento das perguntas e respostas do questionário dos participantes.

1. Você utiliza o Instagram? Se sim com que frequência?

- JN.S** “ Uso sim, todos os dias, nem sempre para divulgar o meu trabalho.  
**C.L** “ Sim, várias vezes ao dia.”  
**A.K** “ Sim, várias vezes ao dia, sempre que tenho uma folga.”  
**L.N** “Sim, uso sem muita frequência, uso mais para publicar meu trabalho e buscar inspiração.”  
**M.P** “Sim, todos os dias.”  
**JS.S** “Sim, utilizo o Instagram diariamente”

Percebe-se que o Instagram é uma rede social muito utilizada pelos participantes na pesquisa, seu índice de utilização é mais frequente em alguns casos, afirmando desse modo a expansão da conectividade com a cibercultura como menciona (LEMOS 2002).

2. Em sua opinião, o Instagram se faz presente no cotidiano de grande parte da população?

- JN.S** “Sim, assim como as outras redes sociais. A internet mudou o mundo e vivemos uma vida que nem sempre é real.”  
**C.L** “Acredito que sim, quase todas as pessoas que conheço usam.”  
**A.K** “Sim, maior parte das pessoas que conheço e convivo usam o aplicativo.”  
**L.N** “Acho que sim, muitas pessoas hoje em nosso meio, tem um grande acesso a esse mundo virtual, porém muitas pessoas ainda vem o Instagram como uma coisa desnecessária, já que outros aplicativos suprem a necessidade e suas expectativas.”  
**M.P** “boa parte da população 90% dos jovens sim, as pessoas com maior idade alguns tem outros ainda não aderiram a isso.”  
**JS.S** “Sim. Imagino que dificilmente se encontra alguém atualmente que não utilize o Instagram, que não o tenha baixado algum dia ou que não saiba o que é.”

Em relação ao entendimento dos participantes sobre a dimensão da utilização do Instagram, subentende-se que o ciclo social dos mesmos é cingido de indivíduos que utilizam o Instagram, confirmando desse modo que a cibercultura é presente na sociedade, assim como a adesão a sua utilização, e que o Instagram é uma das redes sociais mais populares do mundo com mais de 1 bilhão de contas ativas como traz (AGRELA, 2019)

3.você costuma compartilhar publicações voltadas a arte no Instagram?

- JN.S** “Sim, acho importante divulgar arte para todos os públicos.”



- C.L** “Algumas vezes repostei nas stories artes que eu gostei, mas não foram muitas”  
**A.K** “Sim, principalmente via direct com pessoas mais ligadas e quando gosto muito compartilho nas histórias.”  
**L.N** “Sim, acho que é um ótimo meio de divulgar meu trabalho e buscar outros artistas como inspiração.”  
**M.P** “sim, pessoal não tanto”  
**JS.S** “sim”

Tratando-se do compartilhamento de conteúdo especificamente de arte por meio do Instagram, o assentimento foi unanime, sendo ressaltado a importância do papel social propiciado pela rede social de divulgar arte para todos os públicos, o Instagram nesse sentido tem aproximando arte do público sem a necessidade de deslocamento geográfico, como mencionado no decorrer desse trabalho, amparando-se em Santaella (2005) e Benjamin (1937).

4      você publica suas produções de arte no Instagram?

- JN.S** “Costumava fazer isso, mas parei por um tempo”  
**C.L** “Sim, eu tenho um instagram só pra postar meus desenhos/tattoos”  
**A.K** “Sim no meu perfil pessoal mesmo.”  
**L.N** “Sim”  
**M.P** “Sim”  
**JS.S** “Sim”

Constata-se a convergência entre arte e comunicação pós-massiva, como afirma Santaella 2005, sendo esse resultado do crescimento da cibercultura e da hiper conexão como citado por Lemos 2002, o fenômeno da convergência é um caminho a ser seguido, e que a segregação das duas não geram benefícios em nossa atualidade.

5      em sua opinião, o Instagram proporciona uma aproximação da produção artística com o público?

6

- JN.S** Aproxima sim, as redes sociais facilitam o acesso às informações e quem busca por arte, terá arte.  
**C.L** “Sim, sempre consegui muitos contatos de trabalho pelo instagram”.  
**A.K** “Com certeza já consegui vários trabalhos e indicações por meio do mesmo.”  
**L.N** “De certa forma sim, mas acredito que o número de interessados não seja tão grande assim.”  
**M.P** – “sim, com o passar do tempo os artistas viram que no insta eles tem uma visualização do seu público alvo”  
**JS.S** “Acredito que sim, há algumas funções as quais permitem que as pessoas (digamos artistas) podem estar compartilhando processos das produções por meio de vídeos e podem também ter uma comunicação rápida e direta com o público.”

Pode-se considerar que estamos vivendo uma desterritorialização da obra, podemos trazer nesse ponto a fala de Benjamin (1937) sobre a reprodução técnica da arte, sobre a forma de fotografia, que com o avanço da tecnologia, o surgimento da internet, e da cibercultura e os meios de comunicação pós-massivos, propiciam essas convergências e aproximações entre arte, tecnologia.

7      você se baseia ou já se inspirou de alguma forma em alguma publicação do Instagram para elaborar uma obra?

8

**JN.S** “Já sim, porque o visual é extremamente necessário. Busco analisar as imagens como se fossem desenhos.”

**C.L** “Diversas vezes, tenho várias artes salvas de outros artistas em pastas”

**A.K** “Tenho muitas ideias salvas de outros artistas, são infinitos trabalhos diferentes de vários locais do mundo que a gente pode acessar estando em casa e tirar sim muitas ideias e inspirações, é ótimo.”

**L.N** “Já sim, sigo muitos artistas que servem de inspiração para mim.”

**M.P** “as vezes”

**JS.S** “Possivelmente, no momento não me recordo. Mas no meu *feed*, particularmente, há muita informação útil seja notícias, conteúdos de aprendizado e dicas voltados à arte, além de várias fotos.”

A convergência e desterritorialização da arte, e da produção artística, tem caráter social inclusivo para o público, e para o artista, se tem o ganho de referencial imagético, onde o artista tem a possibilidade de ver qual tipo de arte esta sendo produzida em qualquer parte do mundo, como mencionada por um dos participantes da coleta de dados, propiciando assim uma grandiosa fonte de inspirações e referências para elaboração de novos trabalhos, misturando os estilos, formando nossas linguagens estéticas, apoiando assim a fala de Santaella 2005 sobre os benefícios da convergência entre arte e tecnologia.

9      na sua opinião, o Instagram tem interferido na forma que você consome arte?

**JN.S** “Sim, sigo alguns museus por lá e fico informada dos eventos e exposições que ocorrem neles.”

**C.L** “Sim, estou o tempo todo quando tenho algum tempo livre no instagram e acabo vendo arte o tempo inteiro, sem precisar pesquisar especificamente por isso”

**A.K** “Sim é muito mais simples e fácil do que ter de procurar em uma página específica, de acordo com suas pesquisas e curtidas ele mesmo te dá sugestões.”

**N.L** “Não muito, é um bom meio para buscar novos artistas, mas a outros meios de comunicação, como as páginas no Facebook e amigos.”

**M.P** “não, pois o insta não coloca uma arte no seu feed se você não curtiu a página, então você escolhe o que vê”

**JS.S** “Sem dúvidas, o Instagram possibilita um acesso rápido ao que está sendo produzido pelo mundo, algo que pode ser bom e ruim ao mesmo tempo. É bom pelo acesso e ruim por acabar se tornando efêmero por haver muita informação. Além de que não é como visualizar obras de arte pessoalmente, vemos a fotografia da obra. Apesar disso, pode-se dedicar o tempo que for necessário para a apreciação, seria um ponto positivo se os usuários da rede social não passassem tão rapidamente pelas publicações, sem questionar o que estão vendo ou dar a devida atenção que o cérebro precisa ao se deparar com algo.”

Nesse ponto ocorreu algumas divergências entre as respostas obtidas, no entanto, nenhuma delas contraria o andamento dos resultados levantados. Atentamos a resposta de um dos participantes que questiona sobre o conteúdo que aparece no em seu feed no Instagram, alegando que se deve buscar o conteúdo para se ter arte, e de fato isso ocorre, visto que o conteúdo de visualização está relacionado aos perfis que o usuário segue na rede, como já mencionado em outra resposta obtida nessa pesquisa, “[...] quem busca arte, terá arte”, essa questão também se encaixa no cunho democrático de conteúdo disponível e compartilhado no ciberespaço como um todo. Outro participante comenta sobre o Facebook, e convivência com amigos, considerando que o Facebook também é pertencente aos meios pós-massivos de comunicação e ao ciberespaço, lucubra-se que se faz convergência com os meios pós-massivos, mesmo que seja em outra rede social. Já outra participante, apesar de concordar que o Instagram interfere em como ela consome arte, comenta sobre até que ponto esse acesso frenético a informação e a arte são boas, trata da forma em que os usuários passam pelas publicações de arte, que em muitas vezes não dão o devido tempo para assimilação da mesma, essa observação entra em um aspecto filosófico sobre a contemplação da arte, e é algo particular de cada indivíduo.

## 5. Considerações Finais

Depreende-se que o Instagram é de ciência de grande parte do público, assim como pleiteia-se que os artistas locais de Cascavel se utilizam dessa rede para postar

o seu trabalho. Tomando os resultados obtidos como base, pode-se confirmar que o Instagram mudou a forma que os artistas estão produzindo e divulgando seus trabalhos, a convergência entre meios de comunicação pós-massiva e arte estão ocorrendo como afirma Santaella (2005) e a globalização da informação, aliadas a desterritorialização da obra tem aproximado o artista do público, tornando assim o Instagram uma ferramenta de democratização da arte, do mesmo modo que essa aproximação do artista com o público tem gerado frutos no sentido de encomenda de trabalhos desses artistas, graças a essa visibilidade propiciada pelo Instagram, a cibercultura (Lemos 2002) e as convergências nesses contexto, vão além do fator social de democratizar a arte, e passa a ser uma ferramenta de trabalho para o artista.

Referente aos conteúdos que o Instagram mostra, assim como toda rede e todo o hiperespaço, não podemos afirmar que a arte no sentido literal da palavra esta em todos os perfis dos usuários, nesse ponto trazemos a questão da democratização do conteúdo, ou seja, todo usuário, seja ele artista ou não, tem total liberdade para buscar o conteúdo que ele deseja ver, outra forma que podemos analisar essa questão, é sobre o entendimento do que seria arte para o público, considerando que a fotografia em si já é uma linguagem da arte, aliada as onze linguagem da arte, a arte esta presente em todos os meios, mesmo que fuja da noção do usuário que o conteúdo que ele consome é arte. Além da questão filosófica de compreensão do que é ou não arte, em nossa contemporaneidade, é muito complexo limitar essa compreensão, ou rotular algo como arte “verdadeira”, para além do mais, o trabalho não busca esse tipo de resposta.

Os objetivos esperados dessa pesquisa foram alcançados, confirma-se a utilização do Instagram, assim como suas influências na forma de produzir, consumir e divulgar arte por parte dos envolvidos na pesquisa. Podemos ressaltar também, que apesar dos artistas publicaram seu trabalho no Instagram, eles se utilizam de outros redes sociais para o mesmo, não se distanciando da convergência, proposta pela pesquisa, por conseguinte as convergências fomentam a cultura de massa, desengessando tanto a produção de conteúdo, quanto o sua divulgação e consumo.

O Instagram, como difusor de cultura e instrumento de divulgação de trabalhos artísticos, além de aproximar o público da arte, também tem caráter educativo, visto que muito dos perfis voltados para arte encontrados no Instagram, funcionam como um “passo a passo”



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz  
85806-080 – Cascavel – PR  
Fone: (45) 3036-3636  
<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

de produção de alguma obra, ou mesmo como uma aula de desenho, modelagem, pintura e artesanato, na qual as fotos e vídeos são dispostos em sequência, pode ser acompanhada e utilizada em um ambiente de ensino, formal e não formal

## REFERÊNCIAS

AGRELA, Lucas. **O Instagram superou 1 Bilhão de usuários**. EXAME. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/instagram-superou-1-bilhao-de-usuarios-ativos/>  
Acesso em: 28 Julho 2019.

BEIJAMIM, Walter. **A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica**. São Paulo: Brasiliense, 1955.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Editora Atlas. 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

LEMOS, Andre. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina. 2005.

SANTAELLA, Lucia. **Por que as comunicações e as artes estão convergindo?** São Paulo: Paulus. 2014.

## O TEATRO COMO JOGOS TEATRAIS, NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO CORPORAL DO FISSURADO LABIOPALATAL

Nianky Plens Souza<sup>1</sup>  
Sandra Mara Martins Ribeiro<sup>2</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa promove a articulação do Teatro com a Educação Inclusiva, tendo o foco voltado a pessoas com Fissura Labiopalatal. Visa-se responder como o Teatro, no caso os Jogos Teatrais, podem auxiliar no desenvolvimento da expressão corporal de uma pessoa com Fissura Labiopalatal, se existir essa contribuição, como ela pode vir influenciar na alta ou baixa autoestima de um fissurado. A pesquisa foi realizada através de uma entrevista feita com um acadêmico fissurado. O artigo tem sua metodologia voltada para o caráter qualitativo e documental, com o aporte teórico no aprofundamento bibliográfico no que diz Cória (2012) sobre o Teatro, Jogos Teatrais de Spolin (2015), tendo ainda, as Diretrizes Comuns Curriculares que falam sobre a Educação Especial, Montagnoli *et al* (2005), Freitas e Silva *et al* (2008) e o Ministério da Saúde (2017) que falam sobre a Fissura Labiopalatal, na articulação do Teatro com a Fissura Labiopalatal, tem-se Gasparoto *et al* (2009). Este estudo proporciona novas experiências de trabalho, pois muitos ainda não têm conhecimento o suficiente na área da articulação da Fissura Labiopalatal e o Teatro. Como resultados, o artigo traz o quanto o Teatro como Jogos Teatrais tornou a vida de um acadêmico fissurado mais proativa e dinâmica, mudando seu posicionamento como cidadão na sociedade, e no desenvolvimento de sua alta autoestima.

**Palavras-chave:** Jogos Teatrais . Expressão Corporal . Fissura Labiopalatal .

### 1. Introdução

Levando em conta a amplitude e o valor do Teatro como linguagem artística, como forma de expressão e benefícios nele encontrados, surgiu o anseio do desenvolvimento de uma pesquisa mais aprofundada nesta linguagem da Arte. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), o fazer teatral possibilita a troca de experiências entre os alunos e aprimora, assim, a percepção estética, a imaginação, a consciência corporal, a intuição, a memória, a reflexão e a emoção. Partindo disso, esta pesquisa promoveu a articulação do Teatro com a Educação Inclusiva, com o foco voltado a pessoas com Fissura Labiopalatal.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> ORIENTADORA: Professora Mestre em Educação dos Cursos Superiores de Artes Visuais e Pedagogia do Centro Universitário UNIVEL.

Dessa forma, verificou-se a necessidade de estudar, na Educação Inclusiva, a articulação do Teatro com a qualificação da expressão corporal das pessoas com Fissura Labiopalatal. Esses campos, aparentemente distintos, são desenvolvidos, então, de forma unida. Assim, objetivou-se responder como os Jogos Teatrais, mais especificamente, poderiam auxiliar no desenvolvimento da expressão corporal de uma pessoa com Fissura Labiopalatal, caso essa contribuição, e como ela pode influenciar na alta ou baixa autoestima de um fissurado.

A pesquisa contou com uma entrevista direcionada ao acadêmico do curso superior em Artes Visuais que apresenta a Fissura Labiopalatal e a uma paciente/estagiária de um centro de pesquisa para pessoas com anomalias craniofaciais.

O estudo justificou-se na aproximação da pesquisadora de um colega de turma com Fissura Labiopalatal, ao presenciar e observar seus desafios, medos e dificuldades com a expressão corporal. Vivenciando esse cotidiano, deparou-se com o anseio no aprofundamento de um tema ainda pouco pesquisado, articulando o Teatro com a Fissura Labiopalatal dentro da Educação Inclusiva, algo que parece uma questão clínica, mas que pode ser abordado pela Arte Educação.

Justificou-se ainda, na possibilidade de futuras contribuições da presença da Fissura Labiopalatal na Universidade, como um novo alvo para discussões no processo inclusivo, podendo servir de referencial bibliográfico para outras pesquisas e aprofundamento do tema.

A partir dessa justificativa, teve-se como objetivo geral identificar como os Jogos Teatrais poderiam desenvolver a expressão da corporeidade de uma pessoa com Fissura Labiopalatal, podendo influenciar ou não na alta ou baixa autoestima do cidadão fissurado. Os objetivos específicos são voltados para análises bibliográficas e a visão de fissurados frente ao Teatro como Jogos Teatrais, como ser importante e membro da sociedade.

Pesquisou-se em bibliografias que abordassem a articulação entre o Teatro, especificamente no contexto de Jogos Teatrais, para contribuir na expressão corporal de uma pessoa com Fissura Labiopalatal. A partir de pesquisas já realizadas, em fontes bibliográficas, observou-se, por meio da aplicação de atividade artística, como a articulação do Teatro com a Fissura Labiopalatal poderia influenciar na visão do



fissurado como ser importante e membro da sociedade, evidenciando o autorreconhecimento do ser como cidadão.

A metodologia do artigo foi de caráter qualitativo, sendo uma pesquisa bibliográfica e documental, pautada em um aporte teórico, além de um estudo de caso, aproximando-se das vivências do acadêmico com os Jogos Teatrais e uma paciente/estagiária de um centro de pesquisa com crianças, adolescentes e jovens com anomalias craniofaciais.

Esta pesquisa apresenta, primeiramente, o referencial teórico, que sustenta a pesquisa, na sequência, será apresentada a metodologia para coleta e geração de dados, para então serem apresentados os resultados que a pesquisa gerou, e, por fim, suas considerações.

## **2. Teatro como Arte na Educação**

Segundo Spolin (2015, p. 21), “O jogo instiga e faz emergir uma energia do coletivo quase esquecida, pouco utilizada e compreendida, muitas vezes depreciada”. Sendo assim, logo de início, os jogos mostram-se importantes para um coletivo.

Vale destacar que não se pode gerar uma confusão com o que são jogos teatrais. Para melhor entendimento, destaca-se que “As oficinas de jogos teatrais não são designadas como passatempos do currículo, mas sim como complementos para a aprendizagem escolar, ampliando a consciência de problemas e ideias fundamental para o desenvolvimento intelectual dos alunos” (SPOLIN, 2015, p. 29). Assim, subentende-se que os jogos teatrais não são feitos apenas por fazer, já que não são passatempos do currículo. Por isso, Spolin (2015) aponta:

As oficinas de jogos teatrais são úteis ao desenvolver a habilidade dos alunos em comunicar-se por meio do discurso e da escrita, e de formas não verbais. São fontes de energia que ajudam os alunos a aprimorar habilidades de concentração, resolução de problemas e interação em grupo (SPOLIN, 2015, p. 29).

Os jogos teatrais são conhecidos pela qualidade de desenvolver, por meio do ato de brincar, habilidades e estratégias necessárias. Com a inventividade e engenhosidade, enfrentam todas as crises apresentadas pelo jogo, já que os

participantes são livres, à sua maneira, para atingir o objetivo do jogo. Os jogadores podem voar pelo espaço e ficar de ponta cabeça, desde que respeitem as regras (SPOLIN, 1986), mostrando, assim, a liberdade oferecida aos participantes dos referidos jogos.

“O jogo é democrático! Todos podem aprender jogando! O jogo estimula vitalidade, despertando a pessoa como um todo – mente e corpo, inteligência e criatividade, espontaneidade e intuição [...]” (SPOLIN, 2015, p. 30).

Logo, qualquer pessoa pode aprender, já que o jogo incita mente e corpo, parecendo instigante utilizá-lo como instrumento.

### **3. Educação Especial e a Fissura Labiopalatal**

Para melhor articular os jogos teatrais na Educação Especial, é necessário atentar à educação inclusiva. Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), Título VIII, da Ordem Social do artigo 208 V, é garantido o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Sendo assim, é direito legal, na educação inclusiva, o acesso à criação artística.

Faz-se indispensável, portanto, o aprofundamento na educação inclusiva, visto que, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001),

Os indivíduos com deficiência vistos como “doentes” e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando, no imaginário coletivo, a posição de alvos da caridade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à educação. Ainda hoje, contata-se a dificuldade de aceitação do diferente ao seio familiar e social [...] (BRASIL, 2001, p. 19).

Pensando historicamente, entendendo essa dificuldade da aceitação familiar e social pelo cidadão com deficiência, compreende-se o motivo da luta pela inclusão.

Entende-se que, sem o entendimento da Fissura Labiopalatal nesta pesquisa, ainda que prévio, perde-se em fundamentos, em qualidade no aprofundamento. Sendo assim, por meio da referência da pesquisa de Armbruster (2002), verificou-se que, na literatura, encontram-se várias grafias para “fissuras labiopalatais”, como:

labiopalatais, lábio-palatinas, lábio-palatalinas e labiopalatinas. Como forma de padronização, neste trabalho, utiliza-se a grafia Fissura Labiopalatal.

Em estudos realizados por Montagnoli *et al.* (2005),

As fissuras labial e palatina são defeitos congênitos que podem ser definidos com base em suas manifestações, caracterizadas pela descontinuidade das estruturas do lábio, palato, ou ambos, com essas lesões ocorrendo em diferentes locais e com extensão variável (MONTAGNOLI *et al.*, 2005, p. 461).

As deformidades craniofaciais, acarretam uma séria de dificuldades e problemas enfrentados tanto pelos fissurados, quanto pelo seu entorno, como destacam Freitas e Silva *et al.* (2008):

Dentre as malformações presentes ao nascimento, as fissuras congênitas de lábio e/ou palato ocupam lugar de destaque, sendo as deformidades craniofaciais mais comuns e uma importante categoria dentre os defeitos congênitos que a criança pode apresentar, por afetarem funções e interferirem no desenvolvimento psicológico, fisiológico e na adaptação social. Requerem atuação multiprofissional especializada e integrada. Clinicamente, as fissuras lábio-palatinas, que surgem na vida pré natal, são observadas pela falta de fusão do lábio e/ou palato, ou seja, pela falta de fusão dos processos nasais mediais entre si, e destes com os processos maxilares laterais. A formação da face representa um dos complexos eventos do desenvolvimento embrionário (FREITAS e SILVA *et al.*, 2008, p. 388).

Por isso, é de suma importância compreender que a fissura labiopalatal influencia na questão psicológica, fisiológica e na adaptação social, a convivência no coletivo.

No Ministério da Saúde (2017), encontram-se dados essenciais no que diz respeito à fissura labiopalatal, principalmente o Ministério da Saúde no Brasil, que se refere a direitos, à atenção especializada e hospitalar, contendo as seguintes informações:

Estima-se que a incidência no Brasil é de um fissurado para cada 650 nascimentos (1: 650). Essa incidência cresce com a presença de familiares fissurados, e quando na presença de predisposição hereditária, acredita-se que a conjugação de fatores ambientais pode precipitar o aparecimento da anomalia. As fissuras afetam os aspectos estético, funcional e emocional do paciente. Esteticamente, ela deforma o semblante do indivíduo. Quanto ao aspecto funcional, ela acarreta dificuldades para sucção, deglutição,

mastigação, respiração, fonação e audição. Emocionalmente, o ajustamento pessoal e social do indivíduo é comprometido. Os distúrbios de fala do paciente com fissura surgem na infância, durante o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem e podem permanecer após a correção cirúrgica da insuficiência velofaríngea, necessitando de aprendizagem específica dos padrões corretos pela terapia fonoaudiológica [...] (BRASIL, 2017, p. 2).

As pesquisas encontradas sobre a fissura labiopalatal são bem clínicas, com pouquíssimos estudos de tratamentos da arte da recuperação dos pacientes fissurados, tanto que, como o próprio Ministério da Saúde (BRASIL, 2017, p. 3) destaca, as formas de tratamento estão ligadas a “uma equipe multidisciplinar especializada, composta por médicos - pediatras, otorrinolaringologistas e cirurgiões plásticos, ortodontistas, fonoaudiólogos, psicólogos, geneticistas, radiologistas e protéticos, visando a uma reabilitação morfológica, funcional e psicossocial”.

A partir disso, destaca-se a busca pela arte como forma de encontrar ou não outras possibilidades da recuperação corporal para pacientes com anomalias craniofaciais, especificamente os com Fissura Labiopalatal.

## **5. Jogos Teatrais na busca pela articulação do desenvolvimento corporal da Fissura Labiopalatal**

O Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), juntamente com a Universidade de São Paulo- Bauru, uniram-se, no ano de 2004, para o desenvolvimento do grupo “To na Arte”- a Convivência na Diversidade Humana para pacientes com fissura labiopalatal e/ou síndromes, sem comprometimentos cognitivos e transtornos mentais, irmãos desses pacientes e outras pessoas, com idades de nove a quinze anos .

Com o passar dos anos, foi desenvolvendo-se no hospital, o serviço de Recreação que em 1989 passa-se a constituir uma Secção de Educação e Recreação dentro do hospital (SER), desta forma, as atividades desenvolvidas e oferecidas aos pacientes e seus familiares foram reorganizadas (SER, 1989),

dramatização de histórias, teatro de palco, entre outras. Expressão Plástica: Técnicas de pintura, recorte, colagem, modelagens, trabalho com materiais reaproveitáveis, confecção de jogos e brinquedos. Dinâmicas de Grupo: Técnicas de integração, descontração e relaxamento; - Recreação: Jogos e brinquedos em geral. (SER, 1989)

Como podemos observar, o que eles pensaram e desenvolveram foi exatamente a união da arte com seus tratamentos. Não se utilizaram de Jogos Teatrais especificamente, mas utilizaram-se de arte, inclusive, o teatro.

Com este trabalho realizado no HRAC, com o nascimento oficial em 2004, é interessante colocar as reflexões obtidas pelo “To na arte”, o projeto resultou na peça teatral “ Grupo TO na Arte”, a qual foi apresentada nas escolas, no segundo semestre de 2009, objetivando a levar o conhecimento às escolas à respeito da diversidade humana. Gasparoto *et al* (2009) colocam como resultados deste trabalho que,

[...] verificou-se com o desenvolvimento do grupo, o quão rico é trabalhar a diversidade humana como vem sendo realizado com o “Grupo TO na Arte”, utilizando como instrumento de comunicação o teatro. Durante os anos de experiência com o grupo “To na Arte” verificam-se os benefícios obtidos na comunicação, na descoberta de habilidades, na interação grupal e socialização. Os pacientes que hoje fazem cursos profissionalizantes, graduação e são inseridos no mercado de trabalho. (GASPAROTO *et al*, 2009, p.1866)

Contudo, entende-se que, ao basear-se em algo que foi realizado por anos e deu certo, como no caso dos projetos do HRAC, a probabilidade de essa articulação dos Jogos Teatrais com a Fissura Labiopalatal se efetivar é bem maior.

## 6. Metodologia

O presente artigo, o Teatro como Jogos Teatrais, na busca do desenvolvimento da expressão corporal do Fissurado Labiopalatal, quanto à abordagem, sustentou-se ao caráter qualitativo, a abordagem que mais se encaixou nesta necessidade. Sendo assim, Gil (2002) coloca:

A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação [...] envolve a redução

dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório. (GIL, 2002, p.133)

Por isso, o valor qualitativo, tendo em vista que foram coletados dados, havendo instrumentos de pesquisa e a presunção teórica de variadas fontes.

Quanto aos objetivos, a pesquisa teve caráter exploratório, partindo da ideia que houve “[...] uma leitura do material bibliográfico que tem por objetivo verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa.” (GIL, 2010, p. 59). Partirá ainda, do caráter descritivo e explicativo, sustentando-se em Gil (2002, p. 42) “[...] as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.” Contemplando-se assim, métodos que satisfizeram a pesquisa.

Com relação aos procedimentos técnicos utilizados, em primeira instância, não diferente de outras pesquisas acadêmicas já feitas, a pesquisa tem cunho bibliográfico, com a ótica de que seu suporte foi referenciais bibliográficos, para Gil (2010) “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado”. Além disso, é documental, Gil (2010) coloca que “a pesquisa documental se vale de toda fonte de documentos elaborados com finalidades diversas [...]”.

Em segunda instância, quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa sustenta-se em um estudo de caso, como Gil (2010, p.38) coloca em seu livro que o estudo de caso tem como propósito “explorar situações da vida real cujo limites não estão claramente definidos;” parte-se então, do acadêmico fissurado labiopalatal de Artes Visuais do Centro universitário Univel.

Foi realizado então, uma entrevista, como afirma Gil (2010, p. 105) “[...] a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas.” A entrevista foram perguntas e respostas a respeito do desenvolvimento da expressão corporal no decorrer do curso, em específico, nas aulas de teatro presentes na grade curricular.

Destaca-se ainda, que todo este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Univel de acordo com o parecer número 051/2019.

## 7. Resultados

A pesquisa resulta do estudo de caso, que provém da entrevista direcionada ao acadêmico do curso superior em Artes Visuais, que não foi escolhido de forma aleatória, e sim por apresentar a Fissura Labiopalatal.

Dado o início do estudo, perguntou-se para o acadêmico, tendo em vista que o mesmo cursa o último ano da faculdade, como ele analisa que era sua desenvoltura nos espaços, assim o acadêmico respondeu: *“Bem, a minha evolução na comunicação e até mesmo eu permitir-me a frequentar novos espaços, quase não tem como comparar o que eu era no início do curso, com o eu atual, porque eu era uma pessoa muito reprimida, com vários traumas, ainda estou trabalhando com isso, mas a faculdade de Artes, o que me favoreceu muito, foi a questão do teatro e da dança, me ajudou tremendamente na questão da comunicação, onde permiti-me a frequentar os espaços”*.

Com relação ao entendimento do estudante, frente a evolução de sua comunicação, o teatro como arte na educação, em uma de suas reflexões, Cória (2012) ressalta,

A arte traz para o indivíduo uma experiência sensorial, emocional e plástica que é única e fundamental. “Para quê?” — poderiam perguntar algumas pessoas. A arte não tem que responder a questões como essa, porque o que está na essência da arte é o prazer de jogar, de criar, de contemplar. A contemplação estética é primordial para o ser humano, não porque tenha uma utilidade, mas sim porque precisamos de arte para nos sentirmos mais livres e sonharmos. (CÓRIA, 2012, p. 166)

Exatamente pensando nesta liberdade artística, no teatro como arte na educação, na arte como exploração do prazer de jogar, que se faz necessário colocar os Jogos Teatrais na dada pesquisa, já que possibilita ao indivíduo o encontro com outras maneiras em expressar suas emoções, para além da comunicação oral.

Sobre a expressão, perguntou-se então, se o acadêmico sentia-se incluso nas atividades no início do curso, o mesmo coloca que: *“No começo eu não me sentia incluso, conforme o tempo passou, os professores e colegas me propiciaram e me oportunizaram a participação, então fui me permitindo, é justamente essas participações de inclusão dentro da academia que me fizeram criar essa desenvoltura na faculdade.”* Por isso, precisa-se atentar à educação inclusiva, segundo a



Constituição Federal (BRASIL, 1988), Título VIII, da Ordem Social do artigo 208 V, é garantido o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Sendo assim, é direito legal na educação inclusiva o acesso à criação artística.

A grade curricular do curso de Artes Visuais disponível pelo Centro Universitário- Univel, apresenta disciplinas voltadas ao teatro, tendo em vista que o acadêmico teve contato com o teatro no decorrer dos seus estudos, com especificidade da teoria da Viola Spolin, indaga-se ao estudante, se o mesmo acredita que isso ajudou-o em algo, assim respondeu: *“Nossa, ajudou tremendamente, o teatro na minha opinião, na experiência e vivência, ele possibilita o autoconhecimento, Spolin te coloca em posições que soa tão simples, mas tão complexo ao mesmo tempo, que o que parece ser lúdico, na realidade tem uma profundidade tremenda, pois o simples fato do ato de fazer movimentos que para muitos não tem sentido, ou se permitir a realizar atividades, vai quebrando toda aquela casca de repressão. Hoje em dia, não tem como comparar o que eu era e o que sou agora. Criei essa desenvoltura de chegar em qualquer ambiente, me comunico de forma muito boa, cumprimento as pessoas, coisas que não fazia anteriormente, creio então que o teatro é uma ferramenta de humanização e autoconhecimento excelente para você reconhecer-se como cidadão na sociedade”*

No que diz respeito ao depoimento do acadêmico sobre seu contato com Viola Spolin no curso, em que o estudante se refere aos movimentos que para muitos não faz sentido, resultam no que Spolin (2015, p. 69) afirma: *“lembre-se, é preciso coragem para aventurar-se no novo, o desconhecido”*.

Indagou-se então ao estudante, sobre sua percepção com relação a um suposto desenvolvimento ou não de sua expressão corporal fruto dos Jogos Teatrais, o mesmo respondeu: *“Com relação a expressividade do corpo, antes eu costumava chegar pra conversar com as pessoas com os braços cruzados ou pra baixo, num aspecto introvertido, quase como que com medo, depois dos Jogos Teatrais, das aulas de teatro, isso mudou, agora me coloco pra fora. Isso é uma coisa que ouvimos no centro de reabilitação, que a Pessoa com Fissura Labiopalatal tem costume, devido ao bullying e ao medo de falar, falar pra dentro, o que acaba prejudicando a comunicação, tanto corporal, quanto fonética. Agora falo pra fora, não tenho mais*

*medo de me comunicar, se a pessoa não entendeu o que falo, eu repito sem irritações, eu simplesmente falo [...] todas essas melhoras que percebo em mim, ou que nem percebo, mas as pessoas comentam, em grande deram-se pelas aulas de teatro e convivência na academia”*

Contudo, as vivências positivas do acadêmico, resultam no que Spolin (2015, p. 31) coloca que “a pessoa transcende os limites daquilo que é familiar, corajosamente entra na área do desconhecido e libera por alguns momentos o gênio que tem dentro de si”, levando assim, ao autoconhecimento.

Ao pensar no Jogos Teatrais da Viola Spolin, convida-se ao leitor com Spolin (2015, p. 33) “Aprenda fazendo. Os conceitos que estão por detrás dos jogos teatrais ficarão mais claros quando você começar a jogar”, logo, faz-se necessário a experiência nos Jogos Teatrais, da mesma forma que o acadêmico se permitiu nessa vivência.

## **8. Considerações Finais**

No término do presente artigo, destaca-se a importância que a pesquisa bibliográfica e documental traz para a consolidação da investigação da acadêmica ou de qualquer estudo realizado frente a uma academia, tendo em vista a validade que uma pesquisa proporciona para a evolução de uma sociedade.

Além da contribuição para a sociedade, podemos concluir que a pesquisa abriu alas no que se diz respeito ao conhecimento artístico, conhecimentos na Educação Inclusiva e educacional, servindo de estímulo para futuros estudos na vasta área do Teatro, Jogos Teatrais, ou o próprio aprofundamento da Fissura Labiopalatal.

Para fim de discussão, a problemática referente ao Teatro como Jogos Teatrais, na busca do desenvolvimento da expressão corporal do Fissurado Labiopalatal, pode ser sanada, em conformidade com os resultados obtidos através do estudo de caso, por meio de uma entrevista, realizada com o acadêmico do curso superior em Artes Visuais da Univel.

Com os resultados pode-se perceber, que os Jogos Teatrais de Viola Spolin, podem proporcionar o desenvolvimento da expressão corporal de uma pessoa com

Fissura Labiopalatal, partindo do estudo de caso e vivências que acadêmico entrevistado relatou sobre seu contato com o Teatro na faculdade.

Assim sendo, salienta-se que, na articulação do Teatro com a Educação Inclusiva, na especificidade da Fissura Labiopalatal, os Jogos Teatrais contribuem no desenvolvimento da expressão corporal da pessoa com Fissura Labiopalatal, atingindo assim, o autoconhecimento e a melhora da comunicação, e ainda, o reconhecimento do ser como cidadão na sociedade, resultados adquiridos pelo instrumento da pesquisa, o estudo de caso com o acadêmico.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Educação Básica. Diretrizes Curriculares**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 01 maio 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 30 abr. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação**. Brasília, DF, 17 ago. 2001. Seção 1, p. 46. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Audiência Pública- As dificuldades enfrentadas pelas pessoas com fissuras labiopalatais Comissão de Defesa do Direitos das Pessoas com Deficiência – Câmara do Deputados. **Fissura Labiopalatal no Sistema Único de Saúde**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/Acer/Downloads/Ministerio%20da%20Saude%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/Ministerio%20da%20Saude%20(1).pdf). Acesso em: 5 maio 2019.

DÓRIA, Lilian Maria Fleury Teixeira. **Linguagem do Teatro**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

FREITAS e SILVA *et al.* **Estudo descritivo de fissuras lábio-palatinas relacionadas a fatores individuais, sistêmicos e sociais**. RGO, Porto Alegre, v. 56, n.4, p. 387-391, out./dez. 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/Acer/Downloads/RGO-2008-1444%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/RGO-2008-1444%20(1).pdf). Acesso em: 4 maio 2019.

GASPAROTO *et al.* Grupo “To na Arte”- A convivência na diversidade humana. **VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Bauru, SP, 2011. Disponível em: [http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/CONTEXTO\\_HOSPITALAR/174-2011.pdf](http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/CONTEXTO_HOSPITALAR/174-2011.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo, Editora Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo, Editora Atlas, 2010.

MONTAGNOLI *et al.* Prejuízo no crescimento de crianças com diferentes tipos de fissura lábio-palatina nos 2 primeiros anos de idade. Um estudo transversal. **Jornal de Pediatria**, Ribeirão Preto, SP, 2005, v. 81. p. 461. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n6/v81n6a09.pdf>. Acesso em: 02 maio 2019.

SER. Grupo “To na Arte”- A convivência na diversidade humana. **VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Bauru, SP, 2004.

Disponível em: [http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/CONTEXTO\\_HOSPITALAR/174-2011.pdf](http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/CONTEXTO_HOSPITALAR/174-2011.pdf). Acesso em: 4 maio 2019.

SPOLIN, Viola. **Jogos Teatrais na Sala de Aula**. 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

ARTIGOS DE CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO



## **ANALISE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO DO PARANÁ**

Bruna Fernanda da Silva Casagrande Cardoso<sup>1</sup>  
João Marcos Vicente da Silva<sup>2</sup>  
Ruy Fernandes da Silva Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo analisar a condição financeira do Estado do Paraná através dos dados constantes nas demonstrações Balanço Patrimonial e Balanço Orçamentário no período de 2015 a 2018. Utilizou-se uma metodologia descritiva, documental e quantitativa por meio das demonstrações contábeis Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e alcançou o resultado através de 10 indicadores utilizados para medir a saúde financeira do Estado do Paraná, conforme modelo de Brown (1993). Os resultados revelaram uma condição financeira estável, pois manteve seus índices sem mudança significativa ao longo dos anos, e revelou a tratativa que o Estado adquiriu para manter a geração de receitas próprias, demonstrando ser seu pontos positivos e os pontos falhos a cerca da falta de geração de reserva de arrecadação e ainda controle das despesas com pessoal.

**Palavras Chaves:** Governo, Condição Financeira, Receita, Planejamento.

### **Introdução**

A transparência quanto à gestão dos gastos públicos, tem se tornado ponto principal em discussões acerca da administração dos recursos e eficiência da resolução das demandas básicas da população devido crises financeiras que os Estados vêm passando por falta de destinação correta dos recursos.

De acordo com a Secretaria da Fazenda (2019), no Paraná, o próprio Estado busca detectar incoerências financeiras, visando reduzir vulnerabilidades e medir riscos, com trabalhos de força tarefa, que permitem demonstrar a situação financeira atual.

Com tratativas e decisões tomadas pela gestão, junto com a capacidade de obter receitas e controlar gastos existe um impacto direto na situação econômica, financeira e orçamentária do Governo do Estado do Paraná, com isso verifica-se uma lacuna, da divulgação de informações claras sobre a posição financeira.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Contábeis (UNIVEL, 2019)  
<sup>2</sup> Graduando em Ciências Contábeis (UNIVEL, 2019)  
<sup>3</sup> Mestre em Contabilidade (UNIVEL, 2019)

Diante do exposto, nota-se que a qualidade dos serviços prestados a população é o reflexo direto da condição financeira apresentada pelos estados e municípios, que está ligada a gestão do governo sobre os orçamentos públicos e a tratativa tomada por eles para o controle dos gastos e a capacidade da arrecadação de recursos, diante disto, o presente trabalho esclarecerá a real situação econômica do estado, para assim justificar a aplicação dos recursos e facilitar a interpretação para pessoas leigas a respeito dos demonstrativos contábeis, possibilitando acesso à situação financeira, com intuito de demonstrar a aplicação os recursos arrecadados..

Diante do exposto, tem-se como pergunta para o presente estudo: Qual a condição financeira do Estado do Paraná no período de 2015 a 2018? Para tal, tem-se como objetivo analisar a condição financeira do Estado do Paraná através dos dados constantes nas demonstrações Balanço Patrimonial e Balanço Orçamentário no período de 2015 a 2018.

## **2. Referencial Teórico**

Nesta seção será apresentado para compreensão a cerca de condição financeira a base teorica e os indices utilizados para analisar a saúde financeira do ente público e ainda os principais estudos que envolvem esta tematica.

### **2.1 Finanças Públicas**

O objetivo do Estado é o bem comum, o qual é elevar a qualidade de vida, estimular a geração de emprego, reduzir a pobreza, redistribuir renda e corrigir desequilibrios para manter a economia no controle, e essas atribuições passam por uma adequada gestão das Finanças públicas, a qual é designada ao controle do volume de dinheiro e crédito que o governo opera no país (PEREIRA, 2017).

Da mesma forma define que finanças públicas são os métodos financeiros que os governos em gerais desempenham suas funções alocativas (divide os recursos em publico ou privado), distributivas (distribuição de rendas e riquezas adequada conforme a sociedade acha justo) e estabilizadoras (aplicação de politicas economica, a fim de promover desenvolvimento), ou seja, é o ramo da economia com foco na gestão de recursos públicos com enfoque na gestão financeira.



## **2.2 Condição Financeira**

A condição financeira de uma organização pública diz respeito à saúde financeira daquela e através de sua análise, tem-se a real situação financeira de um determinado período, como estão sendo administrado o orçamento público, qual o controle do governo para com as despesas, e se os investimentos feitos por eles estão trazendo melhorias e retornos aos cofres públicos, diante disso, manter a condição financeira é uma das maiores preocupações, senão o maior objetivo almejado pelo governo, cumprindo as obrigações financeiras e suprindo as necessidades da população como educação, segurança, assistência social, saúde e saneamento básico (LIMA;DINIZ, 2016).

Para Miller (2001) a qualidade dos serviços prestados a população pelo governo, tem ligação direta com a condição financeira que se encontra a organização naquele determinado período, sendo assim, é necessário uma boa condição financeira com recursos para satisfazer as necessidades da população. Beauregard (1998) constatou que a condição financeira trata-se da eficiência pela qual o governo tem em adquirir receitas capazes de suprir as obrigações presentes, e que irão surgir futuramente (apud Diniz, Macedo e Corrar, 2011, p. 8). Seguindo esse entendimento ela estará preparada conforme afirma Lima e Diniz (2016) para determinadas pressões, crises, recessões como uma diminuição na arrecadação de receitas, ou até mesmo um crescimento nos gastos público em função de algumas melhorias ou situações extraordinárias que certamente o governo terá que enfrentar.

## **2.3 Componentes da Condição Financeira**

A Condição financeira do Estado depende dos níveis de receitas, despesas, endividamento e solvência. Conforme Brown (1993), 10 formula são consideradas chave (apud DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2011). Esses componentes serão discutidos a seguir.

O índice renda Per Capita traz a relação entre a receita tributária e as mudanças no nível da população. Quanto maior a população, mais serviços destinado a atender a necessidade da comunidade e maior recolhimento de receitas.

Se diante da análise do índice, ele se apresentar crescente ao longo dos anos, pode ser resultado do crescimento na obtenção das receitas ou declínio na população. No caso de decréscimo, significa que o governo apresenta dificuldade em manter os níveis de serviços, ou ainda, maior possibilidade do governo estar obtendo receitas adicionais (LIMA; DINIZ, 2016).

Através do Índice Participação de Receitas Próprias verifica-se o grau de independência do estado em relação às fontes externas, ou seja, o quanto é arrecado internamente em relação a sua receita total. Quanto maior este índice, melhor será a saúde financeira do estado. (LIMA; DINIZ, 2016).

Para o estudo da Importância do Excedente Acumulado usa-se o índice que relata a amplitude das reservas orçamentárias do Estado, aonde não compromete o orçamento inicial com despesas não previstas no orçamento, diante disto, quanto maior este índice melhor é a situação financeira do órgão, pois maior é a reserva da arrecadação (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2011).

O Componente das despesas refere-se aos gastos necessários para atender a necessidade da comunidade, custear os serviços públicos e realizar investimentos (LIMA; DINIZ, 2016).

Com estudo do índice despesas fixas verifica-se que uma boa saúde financeira deve apresentar um baixo índice de despesas fixas, e este indicador busca demonstrar o quando da receita corrente líquida já esta comprometida com as despesas fixas do Estado, pois somente a margem de recursos pode ser usada para investimentos futuros (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2011).

A Posição Operacional avalia a posição operacional (solvência orçamentária) da entidade por meio da análise da execução orçamentária.

O índice Operacionalização de Receitas e Despesas Totais avalia o equilíbrio entre receitas e despesas, visando compreender se as receitas são suficientes para cobrir as despesas. Segundo Kohama (2000) se a soma das receitas forem inferiores a soma das despesas estará em frente ao “déficit” orçamentário, porem se a soma das receitas forem superiores a soma das despesas, significará “superávit” orçamentário.

Com intuito de compreender o percentual que se destina com as despesas com pessoal o índice Operacionalização das Despesas com Pessoal demonstra a representatividade deste gasto.

Em todos os entes públicos as despesas com pessoal é elevada e isso chama atenção da população, sendo foi necessário criar regras de restrições orçamentárias para firmar um limite de gastos, consolidada assim através da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 19, aonde traz que o ente da federação Estado não poderá exceder o limite de 60% da receita corrente líquida com despesas totais de pessoal (LC nº 101, 2000).

A Operacionalização de Investimento revela o quanto das receitas é aplicado em investimentos, quando positivo traz benefícios ao estado (SOUZA; ANDRADE; SILVA, 2015).

Investimento engloba atividades de aquisição e alienação de ativos não circulantes, quanto a Estrutura da Dívida os índices buscam demonstrar o tamanho da dívida e o nível do endividamento do Estado.

Através do índice que calcula a dívida consolidada é demonstrado o grau de endividamento, pela participação da receita operacional arrecadada que se destinara para o pagamento da dívida que já esta pendente, apresentando o quanto da receita será necessário para o cumprimento dos pagamentos da dívida (Kohama, 2000).

Segundo Kohama (2000) se o índice for igual a 01 o total da dívida consolidada é igual a da receita corrente líquida, já se o índice for maior que 1 a soma da dívida consolidada é maior que a soma da receita líquida arrecadada e ainda se for menor que 1 a soma da dívida consolidada é menor que a soma da receita corrente líquida. O índice que demonstra a dívida de curto prazo compreende valores contraídos pelo Estado para prover necessidades que não foram planejadas ou ainda decorrentes de atrasos no recebimento de receitas, as quais devem ser pagas até o final do exercício fiscal. Esta dívida pode ser débitos de tesouraria, restos a pagar, depósitos, entre outros. (LIMA; DINIZ, 2016).

O índice busca mostrar o quando de dívida de curto prazo o Estado tem em relação ao Ativo Total, diante disto quando menor for o índice, melhor a saúde financeira.

Para analisar a necessidade de recursos o índice irá demonstrar a parcela atual de recursos de caixa utilizada para cobrir o endividamento é necessário relacionar o passivo financeiro descoberto com a receita corrente líquida, aonde quando menor o índice, melhor a saúde financeira, onde se estará utilizando uma parcela menor das receitas para honrar com o endividamento (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2011).

## **2.4 Estudos Anteriores**

Dentre os principais estudos que envolvem a temática deste trabalho, alguns se relacionam diretamente quanto à problemática a respeito da condição financeira de entes federativos.

A fim de responder a respeito da condição financeira Diniz, Macedo e Corrar (2011) buscaram qual foi a eficiência financeira dos municípios brasileiros e qual sua relação com a estrutura de gastos nas funções do governo, através do estudo de indicadores econômico-financeiros para municípios brasileiros que possuíam mais de 20.000, com intuito de compreender os avanços da administração pública focada na gestão de recursos.

Visando a verificação alocação de recursos públicos destinados ao ensino fundamental e sua relação com a condição financeira em municípios brasileiros, Souza, Andrade e Silva (2015) definiram um período temporal, para assim contribuir aos gestores públicos com dados sobre a gestão de recursos públicos, através da conciliação de receitas e gastos eficientes.

Miranda (2016) visou verificar situação da Gestão Fiscal dos Estados Brasileiros com intuito de contribuir para o aprimoramento da Gestão Pública e apontar os principais fatores afetam o equilíbrio das contas públicas e consequentemente a condição financeira dos Estados.

Com intuito de realizar a pesquisa Filho *et al.* (2018) verificaram as mudanças no nível da receita tributária, através do estudo da receita operacional e indicadores da condição financeira governamental em um período específico no Município de Quixadá-CE, devido a cidade ter grande influência socioeconômica na região.

Os trabalhos tomaram como base apontar a gestão de recursos do governo, com intuito de verificar se o governo está cumprindo seu objetivo básico que é: satisfazer as necessidades sociais e econômicas da população, fornecendo bens e

serviços públicos a um nível satisfatório de qualidade nas diversas funções de governo: saúde, saneamento, lazer, educação, assistência social, segurança, dentre outras (LIMA;DINIZ, 2016).

### **3. Procedimentos Metodológicos**

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritiva, segundo Gil (2009) tem como finalidade descrever as características e a relação entre as variáveis do fenômeno estudado com objetivo de proporcionar uma visão do problema.

Devido ao método de coleta dos dados a presente pesquisa é denominada documental, devido à coleta de informações dos documentos que registram informações sobre o tema serem diversificadas e dispersas. Divide-se em documentos de primeira mão, os quais nunca receberão nenhum tratamento e ainda documentos de segunda mão, que já foram analisados (GIL, 2009).

Define-se como pesquisa quantitativa por se caracterizar devido à forma da coleta estatística dos dados que serão posteriormente tratados e ainda devido sua precisão dos resultados que trarão certeza das informações obtidas. (MASCARENHAS, 2012; BEUREN, 2013)

A presente pesquisa coletou dados do Estado do Paraná através dos demonstrativos contábeis, denominados Balanço Patrimonial e Balanço Orçamentário, retirados no portal da transparência do Estado do Paraná.

O período temporal é estimado em 4 anos, sendo 2015, 2016, 2017 e 2018, priorizando a transparência que os resultados fornecerão.

Os dados coletados foram demonstrados em planilhas, utilizando cálculos e diversas técnicas de análise para fornecer indicadores contábeis das demonstrações analisadas, bem como textos explicativos sobre cada índice em individual.

### **4. Resultados**

Conforme anteriormente citado, a realização da análise da condição financeira se deu através do uso de 10 indicadores de Brown (1993), para então demonstrar a real situação financeira do Estado do Paraná, dentro do período de 2015 a 2018.

Apresenta-se a seguir a tabela contendo o resultado da análise da condição financeira do Estado.

**Quadro 1- Análise dos Índices.**

Fórmulas	2015	2016	2017	2018
Receita Total /População	3484,33	3885,19	4096,7	4527,5
Receita Própria/Receita Total	0,7753	0,7398	0,8129	0,801
Desempenho Orçamentário + Reservas/Receita Total	-0,1722	-0,1235	-0,121	-0,1531
Despesas Fixas / Receita Corrente Líquida	0,066	0,1323	0,1173	0,1134
Receita Total / Despesa Total	1,0681	1,0194	0,9953	1,0029
Despesa com Pessoal / Receita Corrente Líquida	0,4848	0,5124	0,5106	0,7205
Despesa com Investimento/Receita Total	0,0265	0,0377	0,0789	0,0639
Dívida Consolidada / Receita Corrente Líquida	0,6719	0,6251	0,6737	0,6352
Dívida Curto Prazo/ Ativo Total	0,1184	0,095	0,1143	0,1126
Passivo Financeiro- Ativo Financeiro/ Receita Corrente Líquida	0,6544	-0,1661	-0,1219	-0,2888

**Fonte: Elaborado pelos autores (2019).**

Através do índice renda per capita, consegue-se verificar qual a receita pública por habitante no Estado. No Estado do Paraná observa-se que ao longo dos anos há um considerável crescimento no índice, demonstrando a capacidade do governo de aumentar suas receitas mesmo diante do crescimento da população. A população se mostrou em crescimento e mesmo assim o Estado conseguiu superar em todos os anos sua receita total, para assim elevar o índice, mostrando um bom resultado financeiro.

O índice participação das receitas próprias demonstra o grau das receitas próprias em relação à receita total. Conforme os índices calculados são possíveis perceber que o Estado do Paraná, possuiu mais receitas próprias do que transferências de capital, ao longo dos anos o índice variou, sendo o ano de 2017 o

melhor, visto que 81% da receita total arrecadada são provenientes de receitas próprias e nos outros anos não deixaram de demonstrar um bom resultado, pois mesmo caminhando para o fim da candidatura do governador do Estado os índices foram melhorando ao longo dos três últimos anos analisados.

Com intuito de verificar o impacto do desempenho orçamentário, o índice importância do excedente acumulado visa verificar se houve excesso de arrecadação para gerar reserva acumuladas. A análise no Estado do Paraná mostra que em nenhum dos anos analisados o Estado possuiu excesso de arrecadação, ou seja, o montante de receitas realizadas é inferior ao inicialmente previsto, diante deste fato, não houve um desempenho orçamentário para que assim pudesse movimentar a conta de reservas, e assim gerar uma margem para contingências, diante do analisado o Estado se mostrou negativo em relação a capacidade de se arrecadar receitas suficientes para que pudesse lidar com fatos não previstos

O índice Despesas Fixas retrata o quanto da receita corrente líquida do estado já comprometida com as despesas fixas. O Estado do Paraná representa baixos índices de despesa fixas em todos os anos, considerando que as despesas fixas incluem valores de inversões financeiras e amortização da dívida, sendo que no ano de 2015 somente 6% da receita corrente líquida estava comprometida, com essas despesas, e isso demonstra que existe uma maior porcentagem disponível para investimentos necessários em outras áreas.

Através da Operacionalização das receitas totais é possível averiguar o equilíbrio entre receitas e despesas. Os índices demonstram que o Estado durante o ano de 2015, 2016 e 2018 possuíam um superávit, ou seja, mais receitas do que despesas, porém os valores são muito próximos, demonstrando que praticamente toda a receita realizada já possuía uma despesa empenhada. No ano de 2017 houve um déficit orçamentário, pois possuía mais despesas do que receitas, não conseguindo assim cumprir com todas as suas obrigações. Através da análise foi possível verificar que ao longo dos anos o índice vem caindo, sendo os dois últimos os que demonstram pior resultado e ainda conciliados com o fim do mandato do governador.

O índice operacionalização das despesas com pessoal demonstra o quanto da receita corrente líquida é destinada para cobrir as despesas com pessoal. No Estado



do Paraná é possível averiguar que o índice está alto, pois praticamente em todos os anos mais de 50% da receita corrente líquida é destinada ao pagamento do pessoal, é notável esse excesso no ano de 2018 onde 72% da receita corrente líquida foi utilizada para esse fim, excedendo o limite de 60%, fixado através da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 19, aonde traz que o ente da federação Estado não poderá exceder o limite de 60% da receita corrente líquida com despesas totais de pessoal (LC nº 101, 2000). Diante disto, é possível confirmar que no último ano de mandato do governador houve esse excesso de destinação de recursos para as despesas com pessoal.

Através da análise do índice Operacionalização do investimento é possível verificar o quanto da receita total é utilizada em investimentos. No estado do Paraná, é possível verificar que ao longo dos anos houve um crescimento do percentual a ser destinado a investimentos, e quanto maior, melhor a saúde financeira traz ao Estado. O melhor ano analisado foi 2017, que destinou 7% da receita total para investimentos. Através do índice dívida consolidada é possível verificar o quanto da receita corrente líquida é necessária para o pagamento do endividamento público. No estado do Paraná todos os anos a receita corrente líquida é superior ao endividamento, desta forma houve uma margem para outros investimentos, e é possível analisar que o índice variou em torno de 5% de um ano para o outro, sendo o melhor ano 2016 visto que 62% da receita corrente líquida já estava comprometida com o dívida consolidada, e nos outros anos o percentual era um pouco superior.

A dívida de curto prazo busca demonstrar o quanto de dívida de curto prazo o Estado contém em relação ao ativo total. O índice demonstra valores a serem pagos até o final do exercício, podendo conter valores não programados. O índice demonstrou uma oscilação no ano de 2016 em relação aos outros que se mantiveram em 11%, em 2016 houve uma queda para 9%, sendo um ponto positivo, pois demonstrou que o Estado possuía montante de valor menor a ser pago até o fim do exercício, em relação aos outros anos, demonstrando um eficaz planejamento para postergar os pagamentos.

O índice que demonstra a necessidade de recursos tem intuito de averiguar a capacidade de geração de recursos para cobrir o endividamento financeiro. O Estado do Paraná teve necessidade de recursos no ano de 2015, onde o passivo financeiro

descoberto ficou maior que o ativo financeiro, não conseguindo assim, recursos suficientes para cobrir essas divida, com isso foi necessário obter recursos oriundos de empréstimos, financiamentos, entre outros. Nos anos a seguir o Estado não precisou de recursos, pois as fontes de recursos disponíveis foram suficientes para sanar o passivo financeiro, sendo o melhor ano o de 2018 com percentual de -2%.

## **5. Considerações Finais**

Com intuito de analisar a condição financeira através da proposta relatada de verificar a saúde financeira do Estado do Paraná, foi possível constatar a deficiência do governo devido seu alto endividamento e ainda pontos positivos devido a alta capacidade de geração de receitas internamente.

Diante do exposto o Estado se mostrou estagnado quando a situação da época, não existindo margem para um pensamento no futuro paranaense, pois em todos os anos analisados o Estado possuía um total de recolhimento de receitas paralelo ao pagamento de despesas, o que proporcionou ao longo dos 4 anos falta de um considerável montante para investimentos ou reservas que se encontravam zeradas. Visto os índices, é também verificado que o Estado possui alta capacidade de geração de receitas próprias, o que demonstra uma independência financeira e menor captação de recursos da União e ainda auxiliou em índices positivos quanto a necessidade recursos, pois o Estado possuiu um ativo financeiro suficiente para suprir a necessidade financeira.

Por fim, pode-se concluir que o governo se manteve mediano quanto ao planejamento de curto e longo prazo, devido existir índices que se mostraram favoráveis e outros desfavoráveis, ainda não havendo nenhuma discrepância ao longo dos anos, tornando-se estável, não mostrando melhora ou piora significativa em nenhum índice durante os 4 anos analisados e diante disto o se mostra importante a sociedade, pois é a principal interessada na condição financeira devido aos serviços públicos fornecidos pelo Estado.

BEUREN, Ilse Maria. LONGARAY, André Andrade. RAUPP, Fabiano Maury. SOUSA, Marco Aurélio Batista de. COLAUTO, Romualdo Douglas. PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3º Edição. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de Maio de 2000. Dispõe normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da república Federativa do Brasil. Brasília, GO. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11248018/artigo-19-ic-n-101-de-04-de-maio-de-2000>. Acesso em: 14/05/2019.

COSTA, Leonardo de Andrade. **Finanças públicas**. FGV Direito Rio, 2016.

DINIZ, Josedilton Alves. MACEDO, Alvaro da Silva Macedo. CORRAR, Luiz João. **Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções do governo**. XVII Congresso Brasileiro de Custos- Rio de Janeiro, 2011.

FAZENDA, Secretaria da. Governo Cria força-tarefa para avaliar real situação financeira do Estado. Disponível em: <http://www.fazenda.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=932>. Acesso em: 10/05/2019.

FILHO, Antonio Roberto de Castro. SILVA, Francisca Ramília Rafael de. GOMES, Douglas Willyam Rodrigues. OLIVEIRA, Oderlene Vieira de. **Orçamento Público: Análise Financeira Governamental de Indicadores da Receita Operacional em um Município do Sertão Central**. Revista Expressão Católica, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º Edição. São Paulo: Altas, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Residente Estimada**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>. Acesso em: 28/09/2019.

KOHAMA, Heilio. **Balancos Públicos: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2º Edição, 2000.

LIMA, Severino Cesário de. DINIZ, Josedilton Alves. **Contabilidade Pública, Análise Financeira Governamental**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MIRANDA, Walter Luis Leite Carvalho de Miranda. **Avaliação da Gestão Fiscal nos Estados Brasileiros**. Monografia (graduação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

NOBRE, Carla Janaina Ferreira. **A condição Financeira Governamental e sua Influência na Transparência da Gestão Pública Municipal**, João Pessoa: 2017. Dissertação (mestrado), Universidade Federal da Paraíba.

PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

SOUZA, Fábica Jaiany Viana de. ANDRADE, Ana Paula Ferreira de. SILVA, Mauricio Corrêa da. **Eficiência na Alocação de Recursos Públicos destinados ao ensino fundamental: Um estudo da sua relação com a condição financeira de municípios brasileiros**, 2015.

## **ANALISE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR**

Graziele Silva dos Santos<sup>1</sup>  
Ruy Fernandes da Silva Costa<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo vincula-se a teoria da condição financeira, teve como base uma análise dos demonstrativos financeiros dos anos de 2015 a 2018 da prefeitura de Cascavel - PR, tendo como objetivo analisar a condição financeira em que o município se encontra. Este artigo trata-se de uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa. Partindo para a coleta de dados, foi realizada no site do TCE-PR, utilizando os demonstrativos financeiros da prefeitura de Cascavel-PR. A parte prática foi desenvolvida através da análise da condição financeira da prefeitura de Cascavel-PR no período de 2015 a 2018, por meio de dez indicadores financeiros trabalhados na planilha de Excel com intuito de apresentar uma revisão da questão levantada, sendo organizado da seguinte forma: o conceito de finanças públicas e da condição financeira governamental e os indicadores a serem utilizados. Os resultados apontam que a condição financeira analisada por meio de indicadores da prefeitura de Cascavel-PR está favorável. Conclui-se que a prefeitura tem uma boa condição financeira pois a sua arrecadação tributária é boa, entretanto há pouco investimento no município e não está preparada para os imprevistos no orçamento.

**Palavras-chave:** Condição financeira 1. Finanças públicas 2. Prefeitura 3.

### **Introdução**

A sociedade está cada vez mais exigente com a administração pública, ressalta Naime (2019) ao verificar se os recursos do município estão sendo aplicados corretamente conforme a forma em que foram previstos. Segundo a federação nacional de municípios no ano de 2007 haviam 33,5% prefeituras com insuficiência de caixa, em 2017 a FIRJAN de gestão fiscal apontou que 86% dos municípios estão em situação fiscal difícil ou crítica, e que 81,7% ficaram com conceito “D” no IFGF receita própria não geraram nem 20% de suas receitas.

A condição financeira é influenciada por fatores do ambiente político e fiscal, que visa minimizar o desperdício, evitar o uso de recursos com dependência financeira; sua definição consiste na capacidade em que o governo executa suas obrigações financeiras em uma base contínua, mantém o nível de serviços exigentes,

---

<sup>1</sup>Graduanda em Ciências Contábeis (UNIVEL, 2019)

<sup>2</sup>Mestre em Contabilidade (UNIVEL, 2019)

resisti as rupturas na economia e atende à demanda do crescimento natural (LIMA; DINIZ, 2016).

A cidade de Cascavel é um dos maiores municípios do Paraná, localizado na região Oeste, com 324.476 habitantes segundo dados do IBGE (2018). A administração pública vem mostrando os reflexos financeiros para a cidade, com isso a realização desta pesquisa está situada, a necessidade financeira em que as prefeituras se encontram (CONTI, 2016) no momento há muitos municípios em estado de calamidade.

Com isso, uma análise da condição financeira da prefeitura de Cascavel - PR no período de 2015 a 2018, é importante para que o município tenha maior controle financeiro sobre suas receitas e despesas, utilizando como auxílio na tomada de decisão, tendo como constatar a sua real condição. A contribuição desta pesquisa reside no melhor entendimento sobre a condição financeira para os gestores da prefeitura e a sociedade, por sua forma de expor as informações com clareza e dando maior transparência nas aplicações realizadas.

Dessa forma busca responder a seguinte questão: qual a condição financeira da prefeitura de Cascavel - PR no período de 2015 a 2018? Com isto tem-se como objetivo analisar a condição financeira da prefeitura municipal de Cascavel - Pr entre os períodos de 2015 a 2018.

Quanto a organização, este estudo, sem ter a pretensão de esgotar assunto, se apresenta da seguinte forma: se faz uma síntese dos principais resultados encontrados na literatura sobre finanças públicas e condição financeira governamental, logo descreve-se a metodologia utilizada para obtenção dos resultados, realizam-se a análise da condição financeira da prefeitura de Cascavel-Pr dos anos de 2015 a 2018, tecem-se as considerações finais, bem como se apresentam uma proposição de definição constitutiva e sugestões para futuras pesquisas.

## **2. Desenvolvimento**

Esta sessão tem como finalidade, apresentar uma revisão da questão levantada, sendo organizado da seguinte forma: o conceito de finanças públicas e da condição financeira governamental e os indicadores a serem utilizados para realizar a análise da condição financeira da prefeitura de Cascavel - PR.

## **2.1 Finanças públicas municipais**

As finanças públicas tem um papel importante para a sociedade, pois é a disciplina que procura explicar fenômenos ligados na obtenção de receitas necessárias na obtenção de serviços e cargos do estado, com resultados e efeitos da atividade governamental, sendo assim estão orientadas para a gestão das operações relacionadas com as receitas, despesas, orçamentos e o crédito público (PEREIRA, 2017).

O equilíbrio das finanças públicas é de extrema preocupação, demonstra a maturidade política dos indivíduos no funcionamento apropriado da economia, pois o país está com as finanças públicas mal-assombradas, são despesas executadas que desaparecem, gastos feitos de maneira informal sem registro no orçamento e servidores que são fictícios (CONTI, 2017).

Os gestores do município devem cumprir com suas obrigações que é promover o bem-estar da população, mantendo sempre os gastos em equilíbrio com as receitas, gerando mais serviço de qualidade. Segundo Pereira (2017) as finanças públicas são classificadas como: Finanças Normativas se referem ao estudo das regras e normas que o estado deve subordinar -se para melhor atingir seus fins. Finanças positivas é o estudo que trata das finanças dentro da teoria da realidade observando e explicando as uniformidades do comportamento do município ou estado.

O Paraná lidera o ranking da saúde financeira das contas públicas, atingindo 289 pontos na soma de 10 indicadores, segundo a secretaria da fazenda é considerado o estado muito bem gerenciado, isto é para haver o crescimento econômico sustentável depende do controle das finanças públicas com o propósito de não haver dívidas soberanas, e retomar a confiança da população com a administração pública.

Por tanto a administração pública deve exercer seu papel de administrar as finanças públicas, com o intuito de promover a economia financeira municipal



adequada para a população, com implantação de medidas para melhorar o bem-estar, melhorando nos investimentos e evitando gastos desnecessários (PEREIRA, 2017).

## 2.2 Condição financeira governamental

A definição de condição financeira consiste na capacidade em que o governo executa suas obrigações financeiras para com a população, logo sejam exigidas, devendo assim ser responsável da combinação de recursos entre as receitas, despesas e gastos dos municípios (SOUZA; ANDRADE; SILVA, 2015).

A condição financeira é influenciada por fatores do ambiente político e fiscal, que visa minimizar o desperdício, evitar o uso de recursos com dependência financeira, e fornecer informações de boa qualidade para tomada de decisão, busca uma economia que produz receita suficiente para atender ao custo dos serviços públicos do município (LIMA; DINIZ, 2016).

As características da condição financeira consistem, conforme o quadro 1:

**Quadro 1** - Características da condição financeira

Dimensão temporal	Avalia a condição financeira a curto e a longo prazo.
Ambiente Econômico	Depende do ambiente econômico em que a organização governamental está inserida.
Multidimensionalidade de conceito	E mensurada pelas obrigações correntes, levando em conta grandes fontes e uso de recursos.
Obrigações financeiras implícitas e explícitas	Implícitas são mudanças nos recursos e fluxo de serviços não revelados explicitamente no fluxo de caixa ou nos contratos.
Mensuração por uma composição de variáveis	Formada por uma composição de variáveis, abrangendo tanto má quanto boa condição financeira.

**Fonte:** Adaptado de Lima e Alves (2016)

O crescimento da população é um fator determinante da condição financeira assim entre outros fatores como financeiros, ambientais organizacionais, que geram um efeito desastroso ocasionando no alto imposto, pobreza e o desemprego (LIMA; DINIZ, 2016).

A manutenção dos serviços públicos é necessária para uma boa qualidade de prestação do serviço para a população, contudo há uma importante quantia de receitas arrecadas que devem ser designadas para este propósito, o que demanda uma boa condição financeira do município (LIMA; DINIZ, 2016).

O município que apresenta uma boa condição financeira, suporta as crises financeiras locais e regionais, mantêm o equilíbrio financeiro. Diante disso se houver queda nas arrecadações, a qualidade dos serviços prestados continua de categoria. Para isto, os gestores devem ser competentes, com o propósito de manter a boa saúde financeira do município, (FERREIRA, 2017).

Todavia, diante a uma estabilidade financeira, pode ter ocorrências que abalem a saúde financeira do município, obrigando o aumento de gastos públicos, tendo como exemplo os desastres naturais, que no sul do Brasil é afetado constantemente por chuvas, ventos, granizos, tornados e ciclones tropicais, eventos não previstos, que por sua vez se tornam um desafio para os governos (PEDROSO, 2017).

Destarte, as finanças dos municípios devem estar alinhadas constantemente para atenderem as demandas e imprevistos que eventualmente possam ocorrer, com isto sustentar as reservas financeiras, e examinar adequadamente sua capacidade de arrecadação (LIMA; DINIZ, 2016).

### 2.3 Indicadores financeiros

A análise da condição financeira governamental deve se basear em informações financeiras presentes nas demonstrações contábeis e em outras informações relevantes do município. Assim os elementos estabelecidos, são quatro fatores financeiros básicos para um município, com base no estudo de Brown (1993): receita, despesa, estrutura operacional e estrutura da dívida, conforme quadro 2.

**Quadro 2** - Indicadores financeiros

<b>RECEITAS</b>	Receita per capita	<u>Receita total</u>  População
	Participação de receitas próprias	<u>Receita própria</u>  Receita total

	Importância do excedente acumulado	<u>Desempenho Orçamentário + Reservas</u> <i>Receita total</i>
<b>DESPESA</b>	Despesas fixas	<u>Despesas fixas</u> <i>Receita corrente liquida</i>
	Operacionalização de receitas e despesas totais	<u>Receita total</u> <i>Despesa total</i>
<b>POSIÇÃO OPERACIONAL</b>	Operacionalização das despesas com pessoal	<u>Despesa com pessoal</u> <i>Receita corrente liquida</i>
	Operacionalização de investimento	<u>Despesa com investimento</u> <i>Receita corrente liquida</i>
	Dívida consolidada	<u>Dívida consolidada</u> <i>Receita corrente liquida</i>
<b>ESTRUTURA DA DIVIDA</b>	Divida a curto prazo	<u>Divida a curto Prazo</u> <i>Ativo total</i>
	Necessidade de recursos	<u>Passivo Financeiro - Ativo Financeiro</u> <i>Receita corrente liquida</i>

**Fonte:** Adaptado de Diniz, Macedo e Corrar (2011)

O indicador de análise de receita per capita é relacionado a receita total com a população do município, quanto maior for o valor, melhor será a condição financeira, uma relação alta deste índice promove maior competência de adquirir rendimentos adicionais (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2011).

A participação de receitas próprias, divulga se há recursos disponíveis, e a quantia de renda que a cidade controla; quando este índice for baixo significa que o município tem grande dependência de outros elementos governamentais, quanto maior for este índice melhor será a saúde financeira (LIMA; DINIZ, 2016).

A importância do excedente acumulado se refere a margem orçamentaria atual e anterior, definidas a partir das reservas acumuladas, sendo assim quanto maior o índice mais favorável será a condição financeira do município.

As despesas fixas evidenciam o quanto da receita corrente líquida está comprometida com as despesas. O índice elevado revela que o município tem uma margem pequena para ampliar os serviços prestados à população, quanto menor for mais será favorável a condição financeira do município (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2011).

A operacionalização de receitas e despesas totais tem como objetivo verificar se as receitas estão cobrindo as despesas, se a posição do equilíbrio orçamentário do município apresenta maior valor tem um bom desempenho financeiro. O índice de operacionalização das despesas com pessoal quanto menor for mais favorável para o município, e a operacionalização de investimento quanto mais elevado for favorece a saúde financeira do município (LIMA; DINIZ, 2016).

A dívida consolidada indica o quanto a receita corrente líquida está comprometida com a dívida consolidada. As dívidas a curto prazo podem influenciar o fluxo de disponibilidades e de certa forma comprometer a eficácia orçamentária. Para a necessidade de recursos evidencia a parcela de capacidade de geração atual de recursos de caixa que é utilizado para cobrir o endividamento. Quanto menor forem estes índices mais favorável é a situação financeira (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2011).

### **Estudos anteriores**

Diniz et al., (2011) avaliaram a partir de uma métrica contábil, a eficiência financeira na gestão dos recursos públicos de municípios brasileiros e mensuraram sua relação com os gastos nas funções de governo definidas na estrutura orçamentária brasileira para municípios que possuíam uma população de 200.000 habitantes em 2007. Para tanto, desenvolveram indicadores da condição financeira. As conclusões evidenciaram que dentre as 28 funções de governo dispostas na organização orçamentária, apenas os gastos per capita com saúde, urbanismo e saneamento se correlacionaram eficientes.

Conforme Souza et al., (2015), analisou a eficiência na alocação de recursos públicos destinados ao ensino fundamental e a sua relação com a condição financeira em municípios brasileiros no ano de 2012. Conclui que dentre 75 cidades 12 foram

considerados eficientes, e os indicadores utilizados não tiveram um forte poder de explicação dos escores de eficiência.

O estudo feito por Ferreira (2017) verificou a relação entre a condição financeira e o nível de transparência fiscal dos municípios paraibanos. Os resultados da pesquisa apontaram que quanto melhor for a condição financeira, melhores serão os índices de transparência dos municípios.

## **Metodologia**

Este artigo se constitui em duas etapas: uma teórica e outra prática. A teórica é apresentada de forma descritiva, documental e quantitativa, desenvolvida através de livros, artigos científicos e sites relacionados à condição financeira atual do Brasil, estado do Paraná e município de Cascavel-PR.

A pesquisa é descritiva, segundo Beuren (2006), tem o objetivo de comparar, descrever e relatar entre outros aspectos, as características ou estabelecimento de relações entre as variáveis geradas. A característica está na utilização de técnica padronizada de coleta de dados.

A pesquisa se desenvolve de forma documental, para Lakatos e Marconi (2003), a característica pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, constituindo o que se denomina de fonte primária, baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico.

O método da pesquisa é quantitativa, conforme Beuren (2006), menciona que os estudos que empregam uma metodologia quantitativa, tem o tratamento por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio - padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação.

A parte prática foi desenvolvida através da análise da condição financeira da prefeitura de cascavel-PR no período de 2015 a 2018, com a coleta de dados extraídos do site do TCE-PR dos demonstrativos financeiros, para cálculo na planilha de Excel dos dez indicadores que Lima e Alves (2016) estabeleceram para uma boa análise da condição financeira governamental.

## Resultados

A seguir serão apresentados os resultados da análise quantitativa a respeito da condição financeira da prefeitura de Cascavel - PR calculada com base nos anos de 2015 a 2018. De acordo com o estudo de Brown (1993): são quatro fatores financeiros básicos para um município, sendo receita, despesa, estrutura operacional e estrutura da dívida, demonstrados os seus resultados conforme Quadro 3, a seguir.

**Quadro 3** - Indicadores de receita

<b>RECEITAS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
Receita per capita (quanto maior melhor)	2565,51	2823,55	2607,91	2248,18	FAVORÁVEL
Participação de receitas próprias (quanto maior melhor)	0,34	0,26	0,25	0,26	FAVORÁVEL
Importância do excedente acumulado (quanto maior melhor)	-0,33	-0,17	-0,23	-0,27	DESAVORÁVEL

**Fonte:** Dados Pesquisa (2019)

O indicador de receita per capita conforme segue o quadro 3, é relacionado a receita total com a população do município, quanto maior for o valor, melhor será a condição financeira. No ano de 2015 este índice é favorável com 2248,18. O índice cresce no ano de 2016 para 2607,91. Seguindo esta análise no ano de 2017 apresentou o índice maior comparado aos outros anos com 2823,55. Contudo decaiu no ano de 2018 com 2565,51 mesmo estando com este saldo ele é excelente promove assim maior competência de adquirir rendimentos adicionais (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2011).

A participação de receitas próprias de acordo com o quadro 3, pressupõe-se a quantia de renda que a cidade controla que há recursos disponíveis; porém o município tem dependência de outros elementos governamentais, quanto maior for este índice melhor será a saúde financeira. No ano de 2015 e 2017 evidencia um índice de 0,26 sendo favorável sua condição financeira. O índice caiu no ano de 2016

para 0,25 ou seja sofreu uma queda na sua arrecadação tributária. No entanto no ano de 2018 o indicador se eleva ficando com 0,34 sendo o índice maior dos quatro anos (LIMA; DINIZ, 2016).

A importância do excedente acumulado conforme o quadro 3, refere-se a margem orçamentaria atual e anterior, definidas a partir das reservas acumuladas. O índice no ano de 2015 se encontra desfavorável, está com -0,27. Todavia no ano 2016 melhora para -0,23 más ainda e desfavorável por estar negativo. Para o ano de 2017 o saldo vai para -0,17 apresentando melhora porem se mantém desfavorável. No ano de 2018 o índice piora para -0,33 sendo o índice mais ruim dos anos. Sendo assim quanto maior o índice mais favorável será a condição financeira, pois se ocorrer fatos não previstos no orçamento poderá comprometer as dotações da proposta orçamentaria inicial (LIMA; DINIZ, 2016).

**Quadro 4 - Indicadores de despesa**

<b>DESPESA</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
Despesas fixas (quanto menor melhor)	0,15	0,12	0,22	0,13	FAVORÁVEL

**Fonte:** Dados Pesquisa (2019)

As despesas fixas conforme quadro 4 está favorável, evidenciam o quanto da receita corrente líquida está comprometida com as despesas, ou seja, quanto menor for mais será favorável a condição financeira do município. O índice está com 0,13 em 2015 demonstra-se favorável. No ano de 2016 o índice é de 0,22 sendo o ano com o maior valor. Contudo no ano de 2017 apresenta uma melhora no índice caindo para 0,12. O ano de 2018 evidencia um saldo de 0,15 apesar do aumento está favorável, revelando assim que o município tem uma margem grande para ampliar os serviços prestados à população (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2011).

**Quadro 5 - Indicadores de posição operacional**

<b>POSIÇÃO OPERACIONAL</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
----------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-----------------



Operacionalização de receitas e despesas totais	1,01	1,12	0,94	1,00	FAVORÁVEL
(quanto maior melhor)					
Operacionalização das despesas com pessoal	0,55	0,58	0,58	0,57	FAVORÁVEL
(quanto menor melhor)					
Operacionalização de investimento	0,14	0,11	0,17	0,12	DESAVORÁVEL
(quanto maior melhor)					

**Fonte:** Dados Pesquisa (2019)

A operacionalização de receitas e despesas totais com base no quadro 5, quanto maior for o valor melhor será a saúde financeira. No ano de 2015 estava com 1, apresentando uma condição financeira favorável. Entretanto no ano de 2016 apresenta o menor índice ficando com o saldo de 0,94 mas o índice continua favorável. Já no ano de 2017 o índice demonstra o maior valor comparado aos outros anos de 1,12. No ano de 2018 o índice é de 1,01 demonstrando assim que as receitas estão cobrindo as despesas do município.

O índice de operacionalização das despesas com pessoal conforme quadro 5, diminui ao decorrer dos anos. No ano de 2015 demonstrou um índice de 0,57 sendo favorável a condição financeira. No entanto nos anos de 2016 e 2017 o índice apresentou o maior valor sendo de 0,58. O ano de 2018 está com 0,55 melhorando a saúde financeira, ou seja, quanto menor for o índice mais favorável para o município (LIMA; DINIZ, 2016).

A operacionalização de investimento com base no quadro 5 está desfavorável. O índice se encontra em 2015 com 0,12 sendo um dos índices mais ruins encontrados. No ano de 2016 é o maior saldo encontrado de 0,17 possuindo mais investimentos variando. Contudo no ano de 2017 apresenta o menor índice de investimento com 0,11. O ano de 2018 houve um aumento do índice indicando um saldo de 0,14 mas é desfavorável. A melhor maneira para melhorar a saúde financeira e aumentar os investimentos com o uso da sua receita corrente líquida.

**Quadro 6** - Indicadores de estrutura da dívida

<b>ESTRUTURA DA DIVIDA</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
Dívida consolidada (quanto menor melhor)	0,18	0,15	0,12	0,11	FAVORÁVEL
Divida a curto prazo (quanto menor melhor)	0,01	0,003	0,004	0,002	FAVORÁVEL
Necessidade de recursos (quanto menor melhor)	-0,11	-0,12	-0,03	-0,10	FAVORÁVEL

**Fonte:** Dados Pesquisa (2019)

A dívida consolidada com base no quadro 6, indica que está favorável, pois os valores dos índices não estão elevados, mas estão crescendo no decorrer dos anos. No ano de 2015 apresenta o índice menor comparado aos outros anos de 0,11. O ano 2016 houve um aumento no índice apresentando um saldo de 0,12. O índice no ano de 2017 está com 0,15 sendo favorável. Entretanto o ano 2018 apresentou o maior valor de 0,18 ou seja a receita corrente líquida está se comprometendo cada vez mais com a dívida consolidada.

As dívidas a curto prazo, conforme o quadro 6, pois quanto menor melhor. Os índices apresentaram nos anos de 2016 a 2017 um saldo muito baixo denotando-se favorável para a condição financeira. O ano de 2018 demonstrou o maior índice com um saldo de 0,01 apesar disso se mantém favorável se o índice for alto pode influenciar o fluxo de disponibilidades e de certa forma comprometer a eficácia orçamentaria.

A necessidade de recursos evidencia a parcela de capacidade de geração atual de recursos de caixa que é utilizado para cobrir o endividamento, quanto menor melhor, sendo negativo nos quatro anos. O índice em 2015 é de -0,10 apresentando favorável para a saúde financeira do município. O ano de 2016 demonstrou -0,03 um aumento pouco significativo. Contudo no ano de 2017 volta a aumentar o índice possuindo um valor de -0,12. Denota-se que no ano de 2018 o índice cresceu para -0,11 sendo favorável (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2011).

## CONCLUSÃO

A realidade da administração pública ao decorrer dos anos tem se por meio de um diagnóstico de índices, levantando um relatório sobre a condição financeira. Desta forma o estudo vincula - se a teoria da condição financeira. Com isto buscou-se analisar a condição financeira da prefeitura municipal de Cascavel - Pr no período de 2015 a 2018.

Diante do que foi exposto neste estudo, os resultados da condição financeira segundo os indicadores de receita foram favoráveis nos índices de receita per capita e participação de receitas próprias; destacando que a receita per capita no ano de 2017 foi o índice maior com 2823,55 promovendo assim maior competência de adquirir rendimentos adicionais e a participação de receitas próprias teve o auge em 2018 com 0,34 indicando que teve maior arrecadação tributária. Entretanto o índice de excedente acumulado apresentou-se desfavorável sendo negativo nos quatro anos, apresentou em 2018 o saldo de -0,33 indicando que a prefeitura não está preparada para imprevistos.

Observou-se também que segundo os índices da despesa a prefeitura apresenta uma condição financeira favorável nos quatro anos, destacando no ano de 2017 um índice de 0,12 revelando assim que o município tem uma margem grande para ampliar os serviços prestados à população.

Por outro lado, os índices dos resultados operacionais apresentaram da seguinte forma, favorável na operacionalização de receitas e despesas totais e operacionalização das despesas com pessoal. O índice de operacionalização de receitas e despesas totais apresentou maior valor no ano de 2017 de 1,12 denota-se que as receitas estão cobrindo as despesas do município. Logo no índice operacionalização das despesas com pessoal no ano de 2018 está com 0,55 é o menor valor dos quatro anos. Entretanto na operacionalização de investimento está desfavorável nos quatro anos. O índice se encontra em 2017 com o menor índice de investimento com 0,11. O ano de 2018 houve um aumento do índice indicando um saldo de 0,14 mas é desfavorável. A melhor maneira para melhorar a saúde financeira e aumenta os investimentos com o uso da sua receita corrente líquida.

Verificou-se que na estrutura da dívida apresenta favorável os índices de dívida consolidada, dívidas a curto prazo e necessidade de recursos. A dívida consolidada no ano 2018 apresentou o maior valor de 0,18 ou seja a receita corrente líquida está se comprometendo cada vez mais com a dívida consolidada. As dívidas a curto prazo no ano de 2018 demonstrou o maior índice com um saldo de 0,01 apesar disso se mantém favorável se o índice for alto pode influenciar o fluxo de disponibilidades e de certa forma comprometer a eficácia orçamentaria. A necessidade de recursos evidencia negativo nos quatro anos, destaca-se no ano de 2017 o índice de -0,12.

A pesquisa apresentou como resultado que a prefeitura possui uma boa condição financeira de adquirir rendimentos adicionais nos quatro anos, porém, notou-se que ainda há dependência de entes governamentais. O índice de despesas fixas apresentou baixo valor, ou seja, a receita corrente não está tão comprometida com as despesas nos quatro anos. Através dos indicadores de necessidade de recursos observou que a prefeitura está com a condição financeira favorável evidenciando o indicador negativo nos quatro anos.

Sugere-se que a prefeitura busque criar planos para aumentar os investimentos no município, conforme mostra os indicadores de despesa fixa e operacionalização de investimento, se tem uma margem grande para ampliar os serviços prestados à população, e seria conveniente continuar diminuindo as despesas com pessoal, a prefeitura obteve nos quatro anos o índice negativo no excedente acumulado indicando que não está preparada para imprevistos.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3ª edição, São Paulo atlas, 2006.

BROWN, K. W. **O teste de 10 pontos da condição financeira: em direção a uma ferramenta de avaliação fácil de usar para cidades menores**. Revisão de finanças do governo, 1993

CABERLON, Cléa. **Busca de qualidade na prestação do serviço público: utilização do modelo de excelência em gestão pública**. Rio Grande do Sul, 2012.

CERÁRIO, Severino de Lima; DINIZ, Josedilton Alves. **Contabilidade pública analise financeira governamental**. 1ª edição, São Paulo, Atlas 2016.

CONTI, José. **Crise leva as finanças ao “estado de calamidade”**. São Paulo, 2016.

CONTI, José. **Vivemos no país das finanças mal assombradas**. São Paulo, 2017.

CROZATTI, Jaime; MENDONÇA, Guilherme; MUGNAINI, Rogerio; PEDRUCCI, Sheyla. **Endividamento Municipal no Brasil Antes e Depois da Lei de Responsabilidade Fiscal: Uma Análise Por Região Geográfica e Por Faixa da População**. Vitória, ES.2010

DINIZ, Josediton Alves; SILVA, Marcelo Alvaro; CORRAR, Luiz João. **Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo**. Rio de Janeiro: 2011. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de São Paulo.

FERREIRA, Carla Janaina Nobre. **A Condição financeira governamental e sua influência na transparência na gestão pública municipal**. João Pessoa. 2017. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. Ed: Atlas; São Paulo, 2003.

NAIME, Laura. Desemprego sobe para 12,4% em fevereiro, diz IBGE. **G1 Globo**, Rio de Janeiro, 29/03/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/29/desemprego-sobe-para-124percent-em-fevereiro-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 24/04/2019

NEVES, Glaucio; GUIMARÃES, Alúcio; JUNIOR, avilton. **As bases para um novo modelo de administração pública orientada para resultados: evolução dos paradigmas, novos princípios e dimensões operacionais de funcionamento**. Brasília, DF. 2017

OLIVEIRA, Suzana. Serviço público: **exigência de qualidade e eficiência “versus” adversidade do sistema**. São Paulo, 2004.

PEDROSO, Fedrerico. **Desastres naturais no Brasil: Um ciclo de tragédias anunciadas**. Rio de Janeiro, 2017.

PEREIRA, José Matias. **Finanças Públicas**. 7º edição. São paulo, 2017

REVISTA CONHECIMENTO CONTABIL. Dados. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/ccontabil/article/view/3299/1800>>. Acesso em: 05 abril. 2019.

Secretaria da fazenda. Dados disponíveis em <<http://www.fazenda.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=946&tit=Parana-lidera-ranking-de-saude-financeira-das-contas-publicas>>. Acesso em 26 Maio, 2019.

SISTEMA FIRJAN. Dados disponíveis em: < [www.firjan.com.br](http://www.firjan.com.br) > . Acesso em 20 abril, 2019.

SOUZA,Fábian Jaiany; ANDRADE, Ana Paula; SILVA, Maurício Corrêa.**Eficiência na alocação de recursos públicos destinados ao ensino fundamental: Um estudo da sua relação com a condição financeira de municípios brasileiros**. Porto Alegre, 2015.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

TCE-PR. Dados disponíveis em:  
<[https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Municipal/SIMAM/Paginas/Rel\\_LRF.aspx?relTipo=1](https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Municipal/SIMAM/Paginas/Rel_LRF.aspx?relTipo=1)>.  
Acesso em 20 Julho, 2019.

TEIXEIRA, Alice; TIBURCIO, Isabella. **Orçamento Público: entenda como é definido.** Minas Gerais, 2016

TURQUETTO, Cristiano; FABRIZIO, Cleomar. **A participação da sociedade na elaboração do orçamento público municipal.** Rio de Janeiro, 2013.

## ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA EMPRESA ESTATAL PETROBRÁS S.A DURANTE A OPERAÇÃO LAVA JATO ENTRE 2014 A 2018.

Andressa Caroline da Silva Pereira<sup>1</sup>  
Kely Cristina de Paula Anders<sup>2</sup>  
Ruy Fernandes da Silva Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** A análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta de grande importância para os gestores, pois desde que analisada de forma correta os indicadores, é possível auxiliar na tomada de decisão mais segura. O presente estudo objetiva-se realizar uma análise da situação financeira-econômica da empresa Petrobras S.A entre os anos de 2014 a 2018, analisando os indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade, apresentando os resultados durante o esquema de corrupção que ficou titulado como operação lava-jato. O estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa documental descritiva, com coleta de dados do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício extraídos do site da Petrobras. A empresa Petrobras S.A é uma estatal de grande importância para o cenário econômico, por este motivo é possível analisar que os resultados obtidos entre os anos de 2014 e 2016 estão desfavoráveis, pois durante estes três anos a empresa demonstrou prejuízo, o motivo pode ser notado devido a grandes investimentos e financiamentos, porém no ano de 2017 a empresa voltou a demonstrar crescimento trazendo novamente lucro para a empresa.

**Palavras-chave:** Petrobras S.A 1. Operação Lava - Jato 2. Demonstrações contábeis  
3. Resultado.

### 1. Introdução

Segundo Neto (2010), através da análise das demonstrações contábeis é possível evidenciar por meio da demonstração do resultado de exercício e balanço patrimonial os índices financeiros-econômicos, podendo realizar uma comparação quanto ao comportamento destas, em relação a períodos passados, confrontando com os atuais. Portanto, o conhecimento dos índices para tomada de decisões é fundamental.

A Petróleo Brasileira S.A conhecida como Petrobras, possui monopólio sobre a exploração e produção de petróleo, gás, energia elétrica, transporte e comércio e é

---

<sup>1</sup>Acadêmicos do curso Ciências Contábeis – Contabilidade UNIVEL- Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup>Acadêmicos do curso Ciências Contábeis – Contabilidade UNIVEL- Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup>Orientador: Professor Mestre em Contabilidade – Contabilidade UNIVEL - Centro Universitário UNIVEL.



uma das responsáveis por grande parte da economia brasileira, movimentando cerca de R\$ 25,8 bilhões de lucro líquido e R\$ 1,98 por ações, no ano de 2018 conforme o site da Petrobras (2019).

De acordo com Olímpia (2012) desde março do ano de 2014 a empresa Petrobras vem sendo investigada pelo Ministério Público Federal com o apoio da polícia federal na operação lava jato, que é um conjunto de investigações de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, obstrução da justiça e recebimento de vantagem indevida. Dentre os envolvidos neste esquema estavam às empreiteiras que realizavam cartel, ex-funcionários, políticos, e operadores financeiros.

Dessa forma, o presente estudo procura responder a seguinte pergunta: Como tem se comportado a situação econômico-financeira da empresa Petrobras S.A durante a operação lava jato entre 2014 a 2018? Desta maneira, tem - se o objetivo de analisar a situação econômico-financeira da empresa Petrobras S.A no período de 2014 a 2018.

## **2. Desenvolvimento**

Essa sessão abordará sobre o surgimento da empresa estatal Petrobras S.A, discutindo sobre as demonstrações contábeis, índices de liquidez, endividamento, e rentabilidade da empresa.

### **2.1 Petrobras S.A**

De acordo com Pires (2012), a busca pelo petróleo surgiu em tempos coloniais por volta de 1930, que se confirmou no ano de 1939 em Salvador - Bahia pelo então engenheiro Manoel Inácio Basto.

A empresa Petrobras S.A é uma empresa brasileira, fundada em 3 de outubro de 1953 pelo presidente Getúlio Vargas, sobre o lema “o petróleo é nosso” que durou cerca de sete anos, atualmente a sede da empresa fica localizada no rio de janeiro. A empresa Brasileira de Petróleo S.A, é considerada a maior empresa Brasileira estatal de economia mista, cuja, o acionista majoritário é o Brasil.

Segundo a Petrobras S.A (2019) a empresa registrou um lucro líquido no

período de 2018 equivalente a R\$ 25,8 bilhões considerando um resultado positivo em relação aos últimos 5 anos quando foi deflagrada a operação lava jato em 2014, refletindo maiores saldos com o lucro nas vendas de derivados de petróleo para exportações.

## **2.2 Operação Lava Jato**

De acordo com o site da Petrobras S.A (2017) “Em 2009, a Polícia Federal brasileira deflagrou uma investigação para apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados do país, denominada Operação Lava Jato”. Um esquema criminoso que envolvia políticos do alto escalão do país, empresas terceirizadas que realizavam contratos ilícitos com a entidade Petrobras S.A, entre outros que buscavam desviar o dinheiro para pagamentos indevidos aos envolvidos.

De acordo com o Ministério Público Federal – MPF (2019) no ano de 2014 deu-se início a primeira etapa da operação lava jato, que cumpriu oitenta mandados de busca e apreensão nas empresas e nas próprias residências de cada envolvido, logo após o desdobramento do esquema de corrupção dentro da organização, no mesmo ano a lava jato iniciou a segunda etapa da operação, durante esta segunda etapa foi possível identificar que o então ex - diretor da empresa Paulo Roberto Costa e seus familiares estavam envolvidos na lavagem de dinheiro que vinha da Petrobras S.A.

## **2.3 Análise das Demonstrações Contábeis**

A análise dos relatórios financeiros de uma empresa é considerado um item importante a ser utilizado, pois através desse, é possível avaliar a situação geral de uma empresa, mostrando os problemas existentes.

Para identificar os problemas e dificuldades obtidos pela empresa por meio da análise, são utilizados índices de liquidez, endividamento e rentabilidade de pelo menos dois períodos consecutivos, através de valores retirados do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, juntamente com os cálculos dos índices, obtendo os resultados financeiros-econômicos da empresa.

(CREPALDI, 2008).

## **2.4 Índices**

Os índices têm por objetivo fornecer em um aspecto mais amplo sobre a real situação econômica e financeira da entidade. Logo, estes servem como indicadores de desempenho de uma empresa, os quais possibilitam avaliar como encontra-se a saúde dessa entidade.

### **2.4.1 Índice de Liquidez**

Como cita Matarazzo (2010, p.99) “Uma empresa com bons índices de liquidez, tem condições de ter uma boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como prazo, renovação de dívidas, etc.”

O índice de liquidez imediata mede a capacidade de pagamento da empresa com os recursos disponíveis imediatamente, ou seja, a capacidade em pagar as dívidas de curto prazo, utilizando-se de recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa (NETO, 2009).

O índice de liquidez corrente com o cita Ludícibus (2013, p.94) “É um índice muito divulgado e frequentemente considerado como o melhor indicador da situação de liquidez da empresa”. Esse vai mostrar se os recursos que a empresa possui no curto prazo, sejam eles os disponíveis ou os conversíveis em curto prazo em dinheiro, são maiores ou menores que as dívidas de curto prazo.

O índice de liquidez seca analisa a situação financeira da empresa no curto prazo, sem contar com os estoques, confrontando com as dívidas a pagar também no curto prazo. Ao analisar este índice chega-se a conclusões mais seguras, pois os estoques estão sujeitos a perdas como roubos e desvalorização, sem contar com alguma dificuldade na sua venda (SAPORITO, 2015).

O índice de liquidez geral mede a capacidade financeira da empresa tanto no curto quanto no longo prazo. Vem revelar para cada R\$1,00 que a empresa tem de dívida, o quanto ela tem de valores disponíveis e a receber no ativo, no curto e longo prazo.

#### **2.4.2 Índice de Endividamento (Estrutura de Capital)**

A estrutura de capital de uma empresa está diretamente ligada ao passivo pois, é composta pelo capital próprio (capital social e lucro), e pelo total de capital de terceiros (dívidas da empresa) que está sendo utilizado para financiar os ativos da empresa, ou seja, com a composição das obrigações, é possível perceber se a empresa possui um alto índice de endividamento ou se está relativamente estável (BAZZI, 2016).

O grau do endividamento mostra o posicionamento da empresa em relação ao capital de terceiros. Segundo Ludícibus (2013, p.98) “Grande parte das empresas que vão à falência apresenta, durante um período relativamente longo, altos quocientes de Capitais de Terceiros/Capitais Próprios”.

A composição do endividamento mostra o quanto das dívidas totais que a empresa possui, deverá ser paga no curto prazo. Através desse quociente podemos verificar se a empresa possui mais dívidas a pagar no curto ou no longo prazo (BAZZI, 2016).

A imobilização do patrimônio líquido tem por objetivo demonstrar a quantidade de ativo não circulante, sem contar com o realizável a longo prazo, que se encontra concentrada no patrimônio líquido da empresa (SAPORITO, 2015).

A imobilização de recursos não correntes possibilita a empresa perceber como anda a sua situação financeira, considerando que caso haja um alto índice de imobilizado, poderia comprometer a sua situação financeira (SAPORITO, 2015).

#### **2.4.3 Índice de Rentabilidade**

Os índices de rentabilidade vão demonstrar como está a situação econômica da empresa. Através desses, é possível identificar quais os retornos obtidos pela empresa em relação aos montantes investidos nela (MARION, 2009).

Segundo Ribeiro (2009), a margem líquida pode revelar quanto a entidade está obtendo de lucro líquida em razão de suas vendas, isto é, o quanto sobra de suas vendas para os acionistas, é importante considerar que quanto maior for seu faturamento maiores serão os lucros obtidos pela empresa.

A rentabilidade do ativo segundo Ribeiro (2009, p. 171) “Evidencia o potencial de geração de lucro por parte da empresa, isso é, quanto a empresa obteve de lucro para cada \$1,00 de investimento total”.

A rentabilidade do patrimônio líquido está relacionada ao total aplicado pelos acionistas da empresa, ou seja, este quociente demonstra o quanto os proprietários estão obtendo de retorno do valor investido na empresa (SILVA, 2013).

O giro do ativo está relacionado diretamente com o total das vendas produzidas pela empresa, ele demonstra a capacidade da empresa em utilizar seus ativos para gerar vendas, pois é comparado o quanto a empresa vendeu para cada real investido (MARTINS, MIRANDA, DINIZ, 2014).

### **3. Procedimentos metodológicos**

O presente estudo baseia-se em uma pesquisa descritiva, quantitativa, e documental, realizado na empresa Petrobrás S.A, dentre as quais serão utilizados os dados do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício dos anos de 2014 a 2018 da empresa.

Segundo Gil (2010, p.27) “As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. Ou seja, na pesquisa descritiva realizamos uma análise mais detalhada sobre o assunto, sem adulteração.

Conforme Beuren (2006, p.93) “A abordagem quantitativa é frequentemente aplicada nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos”. Essa abordagem está relacionada com números, ligado a estatística, e na precisão nos resultados.

A pesquisa documental é semelhante a pesquisa bibliográfica em alguns aspectos, porém, o que as diferencia é o propósito que a pesquisa bibliográfica tem de atingir um público específico, já a documental tem finalidades diversas e utiliza vários documentos.

Quanto a coleta dos dados, realizou-se baseada nas demonstrações contábeis do site da Petrobras, dos anos de 2014 a 2018, através dos cálculos realizados em

uma planilha de Excel, foram feitas análises dos índices, chegando ao resultado pretendido.

#### 4. Resultados

Com base nos demonstrativos contábeis, para a realização dos cálculos dos índices da situação financeira e econômica da empresa Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras), foram extraídos os dados conforme os quadros a seguir.

##### 4.1 Situação Financeira

A situação Financeira exibe a capacidade da empresa em realizar seus pagamentos, e como se encontra seu endividamento no curto e longo prazo. Para isso, serão utilizados índices de liquidez e endividamento.

##### 4.1.1 Índice de Liquidez

**Tabela 1 – Índice de Liquidez**

Índice	2014	2015	2016	2017	2018
Liquidez Imediata	0,54	0,88	0,85	0,90	0,55
Liquidez Corrente	1,63	1,52	1,80	1,89	1,48
Liquidez Seca	1,27	1,26	1,46	1,55	1,12
Liquidez Geral	0,38	0,38	0,38	0,40	0,40

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2019).

A Liquidez Imediata demonstra oscilação durante os cinco anos, sendo que no ano de 2014 foi registrado o seu menor índice com 0,54, já durante o ano de 2015 a 2017 ocorreu um aumento chegando a 0,90, e no ano de 2018 voltou novamente a cair para 0,55.

Observa-se que na Liquidez Corrente a empresa consegue trabalhar com o índice maior que 1,00 significa que ela consegue pagar as suas dívidas no curto prazo, ou seja, o que ela tem no ativo circulante supre o que ela tem no passivo circulante,

esse índice se apresentou mais alto no ano de 2017, e o mais baixo foi no ano de 2018.

Na Liquidez Seca é possível verificar que mesmo sem o ativo circulante contar com o que a empresa possuía de saldo de estoque, ela ainda conseguiu pagar as suas obrigações de curto prazo, e ainda sobrava no ativo circulante, o que é positivo para a empresa. Houveram oscilações durante os anos, porém em todos eles os índices permaneceram bons, sendo registrado no ano de 2017 o seu maior indicador com 1,55, e no ano de 2018 o menor com 1,12.

A Liquidez Geral foi a que registrou os índices mais baixos, entre as demais, pois entre os anos de 2014 a 2018 ela registrou entre 0,38 a 0,40, mostrando que o que ela possuía de obrigações a pagar tanto no curto, quanto no longo prazo, eram maiores do que os valores que ela possuía a receber e de disponível, também no curto e longo prazo. Sendo assim, não possui capacidade de saldar as suas dívidas.

#### 4.1.2 Índice de Endividamento

**Tabela 2 - Índice de Endividamento.**

Índice	2014	2015	2016	2017	2018
Grau do Endividamento	1,55	2,49	2,18	2,08	2,03
Composição do Endividamento	0,17	0,17	0,15	0,15	0,17
Imobilização do Patrimônio Líquido	1,96	2,54	2,34	2,24	2,23
Imobilização de Recursos Não Correntes	0,86	0,83	0,82	0,81	0,83

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2019).

Em relação ao Grau de Endividamento, constata-se que a empresa está mantendo grande parte de seus recursos em mãos de terceiros, o que não representa uma boa situação, já que o esperado para este índice é que seja menor que 1,00, notamos que no ano de 2014 ainda representa um dos menores valores 1,55 em consideração aos quatro anos seguintes que chega a 2,49. Ou seja, o que ela possui de patrimônio líquido, não cobre o capital de terceiros.

A Composição do Endividamento nos mostra que em relação as suas dívidas



totais, a Petrobras conseguiu manter mais dívidas no longo prazo, para cada R\$ 1,00 de dívidas totais para com terceiros, a empresa possuía entre R\$ 0,15 a R\$ 0,17 de valores a pagar no curto prazo nos cinco anos.

O índice de Imobilização do Patrimônio Líquido apresenta oscilação ao longo dos anos, sendo registrado no ano de 2014 o seu menor valor com 1,96, e o maior índice registrado foi no ano de 2015 com 2,54, o considerável bom nesse caso é quanto menor, melhor, ou seja, o ideal é que a empresa tenha mais patrimônio líquido, do que de investimentos, imobilizados, e intangíveis, pois assim teria dinheiro no patrimônio líquido para ser investido no ativo circulante por exemplo, o que não foi constatado na empresa.

Na Imobilização de Recursos Não Correntes onde é comparado o que a empresa possui de ativo não circulante sem contar com o realizável a longo prazo, equivalente ao o que ela possui de obrigações no longo prazo para com terceiros, juntamente com o patrimônio líquido, mostra que a empresa se manteve constante nesse quesito, seu índice mais alto foi em 2014 com 0,86 veio diminuído, em 2017 registrou 0,81, isso mostra que a empresa não está utilizando-se de todo o seu patrimônio líquido e dos recursos a longo prazo, para investir em imobilizado, investimentos e intangível.

É possível verificar que desde o início da operação lava jato que foi desencadeado no ano de 2014 a empresa Petrobras S.A vem registrando prejuízo, os resultados foram divulgados após o balanço da empresa ser auditado, em seguida nota-se que até o ano de 2016 a empresa não havia se recuperado demonstrando perdas, porém percebe-se que a empresa ainda está solvente, ou seja, ela possui uma folga financeira em caso de liquidação das obrigações no curto prazo. Entre os anos de 2017 a 2018 a empresa registrou lucro, porém como observa-se nos últimos quatro anos a empresa possui um endividamento muito grande, ou seja, no caso de uma liquidação das obrigações no longo prazo ela não possuiria recursos suficientes para arcar com suas obrigações.

#### **4.2 Situação Econômica**

A situação econômica demonstra como está a rentabilidade do capital investido na empresa, e como está a proporção do lucro em função do faturamento. Para isso,

serão utilizados índices de rentabilidade.

#### 4.2.1 Índices de Rentabilidade

**Tabela 3 - Índice de Rentabilidade.**

Índice	2014	2015	2016	2017	2018
Margem líquida	-0,07	-0,109	-0,046	0,001	0,076
Rentabilidade do Ativo	-0,03	-0,039	-0,016	0,00045	0,031
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	-0,07	-0,14	-0,05	0,00139	0,09
Giro do Ativo	0,43	0,36	0,35	0,34	0,41

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2019).

Na margem líquida entre os anos de 2014 a 2016 nota-se que a empresa manteve seus saldos negativos, devido ao prejuízo apresentado, no ano de 2017 e 2018 a empresa conseguiu se recuperar tornando seu lucro novamente positivo, e no ano de 2018 para cada R\$ 1,00 de vendas a empresa gerou R\$ 0,076 de lucro, pois quanto maior for este índice mais satisfatório ele será para a empresa.

Em relação a rentabilidade do ativo, esse indicador demonstra a capacidade da empresa em gerar lucros sobre o seu ativo, ou seja, qual foi o retorno desse capital investido para a empresa, nota-se que entre o ano de 2014 a 2016 a empresa teve um retorno insatisfatório com índices negativos, e a partir de 2017 começou a dar retorno novamente.

Na rentabilidade do patrimônio líquido, percebe-se que entre os anos de 2014 a 2016 novamente a empresa teve um declínio por conta do prejuízo registrado nestes anos, ou seja, os sócios e acionistas não obtiveram retorno, já no ano de 2017 e 2018 como verifica-se a empresa passou a registrar um retorno positivo, ainda que baixo. O giro do ativo entre 2014 a 2018 representou uma oscilação, obtendo um resultado considerável em 2014 com 0,43, pois este índice determina o quanto a empresa está vendendo para cada um real investido, ou seja, para ser considerável um bom resultado a empresa precisa apresentar este índice maior que um.

A partir de 2014 quando a operação lava jato foi deflagrada é possível identificar que a empresa Petrobras S.A, demonstra uma situação econômica negativa pelo fato

da empresa registrar prejuízo, já em 2017 e 2018 a empresa volta a se recuperar demonstrando índices positivos, devido a empresa ter voltado a obter lucro.

## **5.Considerações Finais**

Em virtude dos resultados obtidos através da análise das demonstrações contábeis, é possível mensurar a relevância dos indicadores financeiros-econômicos para a empresa, extraindo informações importantes, e auxiliando na tomada de decisões.

Nesta pesquisa, objetivou-se analisar como se comportou a situação econômico-financeira da empresa Petrobrás S.A durante a operação lava-jato entre os anos de 2014 a 2018. Os dados foram coletados do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, através do site da Petrobras S.A.

Os resultados encontrados mostraram que em relação a situação financeira da Petrobrás S.A, a liquidez imediata, corrente e seca permaneceram solvente em todos os anos no curto prazo, ou seja, apesar de suas dívidas e obrigações de curto prazo ela possuía aplicações e valores a receber superiores a suas dívidas. Já na liquidez geral, que se utiliza de dados de curto e longo prazo, os resultados não foram tão satisfatórios assim, pois a empresa não apresentou índices que comprovassem a sua capacidade de pagamento juntando o curto com o longo prazo, talvez esse índice tenha sido baixo, devido aos grandes valores de empréstimos a longo prazo adquiridos até então.

Ainda em relação a situação financeira, o endividamento da empresa revelou que possui valores relativamente altos de capital de terceiros, e bem mais do que de capital próprio, o que não é considerado satisfatório para a empresa, porém essa composição do endividamento que ela possui é boa, pois ela possui mais valores a serem pagos no longo prazo, o que é satisfatório, pois ela consegue ter mais prazo para conseguir recursos e quitar as suas dívidas. Na imobilização do patrimônio líquido foi apresentado que a empresa imobiliza todo o seu patrimônio líquido e ainda se utiliza de capital de terceiros para cobrir o restante, impossibilitando a geração de investimento na empresa.

Os resultados encontrados da situação econômica da Petrobrás S.A, verificou-se que tanto na margem líquida, quanto na rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido, a empresa não estava gerando lucro suficiente para dar o retorno aos sócios/acionistas, e nem para a empresa até o ano de 2016. Os resultados começaram a ficar positivos a partir do ano de 2017, mas ainda não foram capazes de gerar um retorno significativo. Esses índices negativos ocorreram devido aos resultados negativos da Petrobrás S.A nos anos de 2014 a 2016, pois foi quando a operação lava jato deu início. A partir de 2017 a empresa volta a gerar lucro novamente, ainda que pouco relevante, já em 2018 seu resultado econômico volta a subir na casa dos milhões positivo.

Conclui-se que os resultados obtidos entre 2014 a 2018 não foram bons para a Petrobras, pois entre 2014 a 2016 a empresa registrou prejuízo, perdendo valor no mercado, tal fator pode ter sido desencadeado pelas ações fraudulentas que estão sendo investigadas até então, e somente no ano de 2017 a empresa voltou a se recuperar trazendo resultados positivos.

## REFERÊNCIAS

- BAZZI, Samir. **Análise das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas,

2010.

Ministério Público Federal -MPF. **Atuação na 1ª Instância. Brasília**, 2019. Disponível em: <[www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/parana/investigacao/historico/por-onde-comecou](http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/parana/investigacao/historico/por-onde-comecou)>. Acesso em: 06. Abril. 2019

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

**PETROBRAS tem faturamento de R\$ 25, 8 bilhões em 2018**. Petrobras, 28 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/en/news/petrobras-posts-r-25-8-billion-net-income-in-2018.htm>>. Acesso em: 12. Maio. 2019.

PIRES, Fátima. **Primeira descoberta de petróleo no Brasil**, RankBrasil 08 de setembro de 2012. Disponível em: <[http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/06cF/Primeira\\_Descoberta\\_De\\_Petroleo\\_No\\_Brasil](http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/06cF/Primeira_Descoberta_De_Petroleo_No_Brasil)>. Acesso em: 11. Maio 2019.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanço: Fácil**. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SAPORITO, Antonio. **Análise e Estrutura das Demonstrações Contábeis**. 1.ed. São Paulo: Intersaberes, 2015.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Thamires Olímpia. **Operação Lava Jato**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/operacao-lava-jato.htm>>. Acesso em: 11. Maio. 2019.

## **Análise das Demonstrações contábeis: Comparativo dos indicadores econômicos e financeiros de empresas do ramo de calçados no Brasil**

Wendrio Torres Martins<sup>1</sup>  
José Roberto Domingues da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo realizou uma análise dos demonstrativos contábeis balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício das empresas Alpargatas S.A, Grendene S.A e Vulcabras S.A, coletado no instituto Assaf. O estudo foi descritivo com corte no período de 2016 a 2018, sem evolução dos dados no tempo. O instrumento de coleta de dados foram os demonstrativos contábeis: balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício-DRE das empresas Alpargatas S.A, Grendene S.A e Vulcabras S.A. os procedimentos foram os cálculos dos indicadores de liquidez, estrutura de capital, rentabilidade, giros e prazos, e indicadores dinâmicos. Os resultados apontaram que as empresas possuem uma boa capacidade de pagamento, em média 24% de retorno sobre o capital investido na empresa e que de acordo com seus prazos elas precisam financiar suas atividades por mais de meio ano, pois não possuem recursos suficientes. A empresa que apresentou a melhor situação econômica e financeira em 2018 foi a Grendene S.A, onde alcançou 16 índices acima da média entre as três empresas, já as empresas Alpargatas S.A e Vulcabras S.A apresentaram uma equidade nos resultados.

**Palavras-chave:** Indicadores. Resultados. Demonstrativos Contábeis

### **1. Introdução**

Com o decorrer dos anos ocorreram várias mudanças no meio organizacional das empresas, onde atualmente isto é cada vez mais comum, com isso empresas que desejam alcançar melhores resultados precisam conhecer mais sobre o setor onde atuam como o cenário econômico do mercado e especialmente sua situação financeira e econômica. Por esta razão a contabilidade está cada vez mais presente no auxílio à tomada de decisão, pois através dos seus demonstrativos contábeis consegue-se realizar a análise das demonstrações contábeis, produzindo outras informações relevantes para o processo decisório (SALVADOR, 2011).

Hoje em dia a análise de balanços é uma das formas mais utilizadas para conhecer a situação econômica e financeira em que a empresa se encontra, com ela

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Mestre José Roberto Domingues da Silva do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

é possível identificar o crescimento e relevância das contas patrimoniais e de resultado ao decorrer dos exercícios através da análise horizontal e vertical, verificar como está o estado financeiro da empresa através dos índices de liquidez e endividamento e o quadro econômico mediante os índices de rentabilidade (IUDÍCIBUS, 2017).

De acordo com o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC 26, 2011, p.5) as demonstrações contábeis são informações elaboradas por empresas onde apresentam a situação patrimonial e financeira de um determinado exercício, com um objetivo de fornecer informações adequadas para todos os usuários interessados. Por esse motivo toda demonstração elaborada por empresas de pequeno, médio ou grande porte apresentará índices diferentes e importantes para a análise, sendo que a demonstração elaborada pela empresa deverá ser precisa não podendo apresentar nenhuma falha. (IUDÍCIBUS, 2017).

Recentemente a SERASA *experian* realizou um estudo utilizando informações das demonstrações financeiras dos balanços de vários setores da economia – setor primário, indústria, comércio e serviço, onde o objetivo foi identificar a evolução do endividamento apresentado pelas empresas entre os anos de 2008 a 2017, onde constatou que em 2017 o endividamento das empresas brasileiras voltou a crescer.

O presente artigo buscou responder a seguinte questão por meio dos índices de liquidez, endividamento, rentabilidade e rotatividade qual empresa considerando Alpargatas S.A, Grendene S.A e Vulcabras S.A apresentou a melhor situação econômica e financeira no período de 2016 a 2018? Para tanto delineou o seguinte objetivo realizar análise dos demonstrativos contábeis balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício das empresas Alpargatas S.A, Grendene S.A e Vulcabras S.A entre os anos de 2016 a 2018.

## **2. Desenvolvimento**

As demonstrações contábeis são estruturas que apresentam a situação patrimonial e financeira de uma empresa em um determinado exercício. De acordo com a lei nº 11.638 de 2007, lei das Sociedades por ações ao fim de cada exercício social as empresas são obrigadas a apresentar a situação patrimonial da companhia,



e as mutações ocorridas com as seguintes demonstrações:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados
- Demonstração do resultado do exercício
- Demonstrações do fluxo de caixa
- Se a companhia for aberta, demonstração do valor adicionado.

Após a apresentação, as demonstrações proporcionam aos gestores informações suficientes sobre o ativo, passivo, despesas e receitas do exercício auxiliando assim a tomada de decisão.

## **2.2 Análise das demonstrações contábeis**

A análise das demonstrações contábeis é tão antiga quanto à contabilidade, surgiu no final do século XIX, onde banqueiros americanos começaram a pedir as demonstrações contábeis das empresas tomadoras de crédito para analisarem a capacidade de pagamento das empresas (ESPIDOLA 2016). A análise de balanços surgiu no Brasil após a quebra do mercado acionário em 1971, porém a primeira iniciativa no estudo da análise foi realizada em 1968, onde as instituições financeiras criaram a Serasa (Centralização de Serviços dos Bancos) para que os serviços fossem realizados de maneira única, após cinco anos em 1976 foi criada a lei n. 6404/1976 para as sociedades de responsabilidade limitadas que foi responsável por criar uma uniformização na apresentação das demonstrações contábeis (SAPORITO 2015).

A análise de balanços é uma das ferramentas mais utilizadas para identificar a situação econômica/financeira da empresa, pois com ela os gestores conseguem verificar a capacidade de pagamento da empresa, se é rentável para o investidor comprar ações da entidade, o retorno do capital investido, a porcentagem utilizada de capital de terceiros entre outros. Begalli e Junior (2009) ressaltam que o objetivo geral da análise de balanços é a transformação de dados em informações úteis, confiáveis e objetivas para a tomada de decisão.

Existem inúmeros usuários da análise das demonstrações contábeis que são divididos entre internos e externos no qual os internos são usuários com ligação

permanente a empresa e, os externos são outros usuários interessados na análise de balanços da empresa. Segundo Junior, Kühl e Marques (2015) os principais interessados na análise das demonstrações contábeis são:

**Quadro 1** – Usuários da análise de balanço e principais interesses

Administradores	Procuram medir o desempenho da entidade no intuito de planejar seu crescimento.
Instituição financeira	Analisa a capacidade de pagamento e endividamento da instituição.
Entidades Governamentais de fomento	Avalia o crescimento da organização, principalmente o setor estratégico para desenvolvimento econômico.
Autoridades tributárias e órgãos públicos de arrecadação	Estudam a capacidade arrecadatória das empresas na quitação dos impostos, taxas e contribuições de melhoria.
Fornecedores	Analizam a solidez para a manutenção de fornecimento regular de bens ou serviços a seus clientes.
Empregados	Avaliam a capacidade de pagamento, melhorias salariais e condições de trabalho.
Investidores	Avaliam seus potenciais a longo prazo, para identificar se é rentável o investimento na empresa.

**Fonte:** Adaptado de Junior, Kühl e Marques (2015, p. 3); Diniz (2015)

Hoje a análise é considerada uma das atividades mais complexas desenvolvidas pelo profissional contábil, pois todo o planejamento que a empresa poderá realizar está sendo executado com o auxílio da análise feita por ele.

### 2.3 Indicadores

Para realizar a análise das demonstrações contábeis por indicadores é preciso realizar o confronto entre contas do mesmo grupo ou entre grupos diferentes geralmente retiradas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício. O uso dos índices tem como objetivo permitir ao analista extrair tendências e comparar os quocientes com padrões preestabelecidos, com a finalidade de apresentar o que aconteceu no passado, mas também identificar um caminho para a empresa seguir no futuro (IUDÍCIBUS, 2017).

Os indicadores econômicos e financeiros são divididos em três categorias sendo indicadores financeiros os índices de liquidez e endividamento, e os indicadores econômicos representados pelos índices de rentabilidade, existe uma quarta categoria chamada de índices de atividade que servem como auxílio para os índices de liquidez

e rentabilidade (SAPORITO, 2015).

## **2.4 Indicadores de liquidez**

A Liquidez representa a transformação de um ativo em dinheiro. Os índices de liquidez confrontam grupos patrimoniais do balanço para identificar a capacidade da empresa em liquidar suas dívidas existentes (JUNIOR, KÜHL e MARQUES, 2015, p. 117). Com o auxílio dos índices de liquidez é possível verificar a eficácia que a empresa possui para pagar suas obrigações a curto/longo prazo ou imediatamente. Existem os seguintes índices de liquidez: Liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata, sua interpretação é a seguinte quanto de recursos a empresa possui para o pagamento de cada real de dívida logo os resultados quanto maior melhor.

## **2.5 Indicadores de estrutura de capital**

Os indicadores de estrutura de capital demonstram através do capital próprio e do capital de terceiros como a empresa está estruturada, ou seja, identifica quais recursos e como a entidade utiliza para financiar sua atividade (DINIZ, 2015 p. 111). Existem os seguintes indicadores de estrutura de capital: participação de capitais de terceiros, alavancagem de recursos próprios, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido, imobilização de recursos não correntes, custo aparente das dívidas, a interpretação dos índices apresentados é a seguinte quanto de recursos próprios e/ou de terceiros a empresa utiliza para financiar e investir em sua atividade logo quanto menor melhor. Os índices de alavancagem também fazem parte dos indicadores de estrutura de capital sendo: grau de alavancagem financeira, grau de alavancagem operacional e grau de alavancagem combinada, sua interpretação é a seguinte, qual a melhor maneira de financiar sua atividade e qual o efeito no lucro se aumentar as vendas da empresa, logo quanto maior melhor.

## **2.6 Indicadores de rentabilidade**

A rentabilidade é responsável por identificar o retorno alcançado pela entidade no período, analisando através de suas vendas, lucros, investimentos e patrimônio

líquido (DINIZ, 2015 p. 108). Existem os seguintes índices de rentabilidade: margem bruta, margem operacional, margem líquida, margem ebitda, rentabilidade do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido, sua interpretação é a seguinte quanto de retorno a empresa obteve em relação ao capital investido por ela e investidores, logo quanto maior melhor.

Toda empresa visa lucro no final do exercício, além de uma atividade segura e líquida é importante ser rentável, com isso os indicadores de rentabilidade são caracterizados como os índices mais importantes de uma análise de balanços (BLATT, 2001, p. 82).

## **2.6 Indicadores de giros e prazos**

Os indicadores de giros e prazos são obtidos através do confronto de contas patrimoniais e de resultado geralmente são utilizadas contas a receber, estoques, fornecedores, obrigações fiscais e vendas líquidas, podem ser apresentados em dias, meses ou períodos em geral de um ano (JUNIOR, KÜHL e MARQUES, 2015, p. 123).

Os indicadores de giros são: giro dos ativos, giro dos estoques, giro dos clientes e giro dos fornecedores que indicam a rotatividade desses ativos cuja a interpretação é quanto maior melhor, por sua vez os giros de obrigações fiscais quanto menor melhor. Com relação aos prazos médios o ideal é pagar em um prazo mais longo e receber em prazos menores, fazendo com que o ciclo operacional seja menor e se possível que não exista ciclo financeiro, pois isso exige da empresa recursos para bancar suas operações até o recebimento dos clientes.

## **2.7 Indicadores dinâmicos**

Os indicadores dinâmicos buscam identificar a situação financeira da empresa e como ela está sendo financiada. Os índices são obtidos a partir do confronto entre as contas patrimoniais como, por exemplo, ativo e passivo circulante, operacional e financeiro. Existem os seguintes indicadores dinâmicos: capital circulante líquido, e saldo de tesouraria, sua interpretação é a seguinte quanto de recursos a empresa possui para liquidar suas obrigações a curto prazo, desta forma quanto maior melhor, existe também a necessidade de capital de giro, que busca identificar se a empresa

necessita de capital de giro para financiar sua atividade, logo quanto menor melhor. (BEGALLI e JUNIOR 2009).

## **2.4 Ramo de calçados no Brasil**

Nos últimos anos o ramo de calçados foi um dos setores que mais passaram dificuldades no país por conta da queda no consumo interno e baixa exportação, porém a partir do ano de 2017 as indústrias voltaram a ter um crescimento em sua produção de aproximadamente 2,7% comparado com 2016, o segmento voltou a crescer em 2018, mas com uma queda no volume de exportação (DINO, 2018). De acordo com a associação brasileira das indústrias de calçados em 2018 o ramo de calçados brasileiro apresentou em 2018 os seguintes números: 944 milhões de pares produzidos, 113 milhões de pares exportados e um consumo de 857,1 milhões de pares. (ABINFOMRA, nº 330, maio 2019).

## **3. METODOLOGIA**

Este estudo é de caráter descritivo, que segundo Gil (2008) a pesquisa descritiva tem como objetivo apresentar as características de um fenômeno, população ou estabelecimento de relações variáveis, um estudo de casos múltiplos que de acordo com Yin (2010) afirma que os estudos de casos múltiplos possuem vantagens e desvantagem em relação ao estudo de caso clássico, onde os estudos de caso múltiplos são apontados como mais convincentes, porém exige maior tempo e recursos para a realização do trabalho. O corte foi transversal, sendo realizada a análise entre os meses de junho e agosto de 2019, sem considerar a evolução dos dados no tempo. A pesquisa caracterizou-se como quantitativa, pela aplicação de instrumentos estatísticos na coleta e tratamento dos dados, tem como objetivo garantir que a análise seja precisa, segura e correta (BEUREN 2006).

Os dados para a realização do estudo foram obtidos através das demonstrações contábeis, balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, no período de 2016, á 2018, das empresas Alpargatas S.A, Grandene S.A e Vulcabras S.A, obtidos no instituto Assaf.

#### 4. Resultados

A análise das demonstrações financeiras possibilita diversas informações de cunho gerencial para fundamentar o processo decisório, seja ele de expansão ou redução. O presente estudo coletou e analisou dados de três empresas de calçados do Brasil, cujas características principais constam do quadro 8.

**Quadro 2 – Características das Empresas pesquisadas**

Características	Alpargatas	Grendene	Vulcabras
Início	3 de abril de 1907	25 de fevereiro de 1971	Julho de 1952
Principais marcas	Havaianas, Mizuno e Osklen	Ipanema, Rider e Melissa	Olympikus, Azaléia e Under Armour
Funcionários	+10.000	24.000	15.000
Faturamento (2018)	R\$ 324 milhões	R\$ 585 Milhões	R\$ 152 Milhões

**Fonte:** adaptado de [www.alpargatas.com.br](http://www.alpargatas.com.br), [www.grendene.com.br](http://www.grendene.com.br) e [www.vulcabrasazaleia.com.br](http://www.vulcabrasazaleia.com.br) (2019)

De acordo com o quadro 2, as empresas possuem entre suas principais marcas a Havaianas, a Ipanema e a Azaleia que possuem características semelhantes no mercado, a Alpargatas é a empresa mais antiga tendo 45 anos a mais que a Vulcabras e 64 da Grendene, porém a empresa Grendene foi a empresa que mais gerou empregos desde sua criação, e também a que mais faturou em 2018, cerca de R\$ 585 milhões, 80% a mais que a Alpargatas e 284% em relação a Vulcabras. Os demonstrativos contábeis, balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício oportunizaram os cálculos de indicadores que permitiram elaborar a análise que segue.

#### 4.1 Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez buscam identificar a capacidade de pagamento que a empresa possui. Sua interpretação parte de para cada R\$ 1,00 de obrigações a curto/longo prazo a empresa possui R\$ x de recursos a curto/longo prazo para efetuar o pagamento. Os indicadores de liquidez das empresas analisadas constam na tabela nº 1.

**Tabela 1 - Indicadores de Liquidez**

Empresas	Alpargatas			Grendene			Vulcabras			Média
	Ano	2018	2017	2016	2018	2017	2016	2018	2017	

LG	<b>1,82</b>	1,66	1,40	8,61	<b>8,72</b>	8,55	<b>2,22</b>	2,15	0,67	3,98
LC	2,06	2,18	<b>2,27</b>	7,99	8,84	<b>9,05</b>	<b>2,91</b>	2,51	1,40	4,36
LS	1,43	1,55	<b>1,62</b>	7,20	7,97	<b>8,11</b>	<b>2,07</b>	1,79	0,97	3,63
LI	0,45	<b>0,56</b>	0,39	0,05	<b>0,09</b>	0,08	0,25	<b>0,38</b>	0,04	0,25

**Fonte:** Balanços Patrimoniais das empresas pesquisadas (2016 a 2018)

A empresa Alpargatas apresentou uma queda no decorrer dos anos em seus índices de liquidez corrente, seca e imediata sendo que em 2018, a empresa apresentou um aumento na liquidez geral onde ela consegue liquidar suas obrigações a curto e longo prazo utilizando seus recursos a curto e longo prazo, comparando com a média entre as três empresas somente sua liquidez imediata está boa. A empresa Grendene é considerada a empresa com os melhores índices de liquidez entre as três empresas, sendo que sua liquidez geral sofreu variações no decorrer dos três anos, sua liquidez corrente reduziu nos últimos anos, sua liquidez seca também diminuiu nos últimos anos porém continua um bom índice, sua liquidez imediata apresentou variação nos últimos anos, comparando com a média entre as três empresas somente sua liquidez imediata está abaixo. A empresa Vulcabras apresentou aumentos nos principais índices de liquidez nos três anos, onde em 2018 somente sua liquidez imediata ficou acima da média entre as três.

#### 4.2 Indicadores de estrutura de capital

Os indicadores de estrutura de capital apresentam como a empresa está financiando sua atividade, quanto ela utiliza de capital de terceiros equanto ela investe no ativo imobilizado. Os indicadores de estrutura de capital das empresas analisadas constam na tabela nº 2.

**Tabela 2 – Indicadores de Estrutura de Capital**

Empresas	Alpargatas (porcentagem)			Grendene (porcentagem)			Vulcabras (Porcentagem)			Média
	2018	2017	2016	2018	2017	2016	2018	2017	2016	
PCT	<b>61</b>	70	83	<b>11</b>	11	11	<b>41</b>	43	1.978	257
ARP	<b>161</b>	170	183	<b>111</b>	111	111	<b>141</b>	143	2.080	357
CE	77	71	<b>58</b>	93	90	<b>83</b>	70	79	<b>43</b>	74
IPL	<b>31</b>	32	35	<b>12</b>	13	13	21	<b>19</b>	303	89
IRNC	27	<b>26</b>	26	<b>12</b>	13	13	19	<b>18</b>	25	20
KA	34	<b>18</b>	33	116	<b>60</b>	102	45	103	<b>24</b>	59

**Fonte:** Balanços Patrimoniais e demonstração do resultado do exercício das empresas pesquisadas (2016 a 2018)



A empresa alpargatas apresentou uma variação em seus índices sendo que somente os índices de composição do endividamento e imobilização de recursos não correntes estão abaixo da média. A empresa Grendene no ano de 2018 apresentou índices caracterizados satisfatórios em relação a média das empresas, porem seus índices de composição do endividamento, e custo aparente da dívida estão abaixo da média. A empresa Vulcabras em 2018 apresentou uma queda em seus principais indicadores, porem apenas o índice de custo aparente da dívida está abaixo da média.

**Tabela 3 – Indicadores de alavancagem financeira e operacional**

Empresas	Alpargatas			Grendene			Vulcabras		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016	2018	2017	2016
GAO	<b>4,22</b>	2,40	-16,13	-0,51	<b>1,63</b>	0,04	<b>30,02</b>	9,02	12,24
GAF	1,06	1,19	<b>1,21</b>	0,87	<b>1,01</b>	0,93	1,20	0,95	<b>4,55</b>
GAC	<b>4,47</b>	2,86	-19,52	-0,44	<b>1,65</b>	0,04	36,02	8,57	<b>55,69</b>

**Fonte:** Balanços Patrimoniais e demonstração do resultado do exercício das empresas pesquisadas (2016 a 2018)

A empresa Alpargatas apresentou um aumento em seu grau de alavancagem operacional e de alavancagem combinada no decorrer dos três anos, e uma diminuição em seu grau de alavancagem financeira. A empresa Grendene nos últimos três anos apresentou variações em todos os índices de alavancagem, assim como a empresa Vulcabras.

### 4.3 Indicadores de Rentabilidade

Os indicadores de rentabilidade buscam identificar o retorno que a empresa obteve no período analisado, quanto maior o índice melhor para a empresa. Os indicadores de rentabilidade das empresas analisadas constam na tabela nº 4.

**Tabela 4 – Indicadores de rentabilidade**

Empresas	Alpargatas			Grendene			Vulcabras			Média
	2018	2017	2016	2018	2017	2016	2018	2017	2016	
MB	<b>44%</b>	44%	44%	47%	<b>49%</b>	49%	36%	<b>38%</b>	35%	43%
MO	<b>12%</b>	10%	12%	20%	<b>21%</b>	20%	13%	<b>19%</b>	10%	15%
ML	8%	<b>9%</b>	9%	25%	29%	<b>31%</b>	12%	<b>15%</b>	3%	16%
ME	<b>14%</b>	13%	14%	22%	<b>23%</b>	22%	18%	<b>23%</b>	16%	18%
ROI	8%	<b>9%</b>	9%	15%	18%	<b>19%</b>	11%	<b>17%</b>	3%	12%
ROE	13%	15%	<b>17%</b>	17%	21%	<b>22%</b>	16%	24%	<b>69%</b>	24%

Fonte: Balanços Patrimoniais e demonstração do resultado do exercício das empresas pesquisadas (2016 a 2018)

A empresa Alpargatas manteve sua margem bruta nos três anos, aumentou sua margem operacional no último ano e diminuiu sua margem líquida no último ano, sua margem ebitda aumentou em relação a 2017 e o retorno da empresa e dos sócios decaiu nos últimos anos, em relação à média somente a margem bruta está boa. A empresa Grendene apresentou uma queda em seus índices no último ano, sendo que somente sua rentabilidade do patrimônio líquido ficou abaixo da média. A empresa Vulcabras S.A sofreu variações em seus índices no qual apenas a sua margem de ebitda ficou acima da média entre as três empresas.

#### 4.4 Indicadores de giros e prazos

Os indicadores de giros buscam identificar quantas vezes o estoque foi renovado, quantas vezes o ativo, os clientes os fornecedores e as obrigações fiscais giraram no período em relação às vendas, compras e recebimentos. Os indicadores de giros das empresas analisadas constam na tabela nº 5.

**Tabela 5 – Indicadores de giros**

Empresas	Alpargatas			Grendene			Vulcabras			Média
	2018	2017	2016	2018	2017	2016	2018	2017	2016	
GA	1,00	0,97	<b>1,07</b>	0,63	<b>0,66</b>	0,65	1,02	<b>1,15</b>	0,98	0,90
GE	3,07	3,08	<b>3,51</b>	<b>4,33</b>	4,26	4,02	3,82	<b>4,12</b>	3,50	3,75
GC	4,14	4,04	<b>4,47</b>	2,42	<b>2,54</b>	2,28	3,15	<b>3,61</b>	2,96	3,29
GF	<b>5,31</b>	5,22	5,26	<b>31,38</b>	29,97	24,29	<b>13,15</b>	11,47	10,87	15,21
GOF	17,56	<b>12,35</b>	13,44	12,98	11,79	<b>10,65</b>	29,44	33,44	<b>26,56</b>	18,69

Fonte: Balanços Patrimoniais e demonstração do resultado do exercício das empresas pesquisadas (2016 a 2018)

A empresa Alpargatas apresentou uma variação em seus índices exceto em seu giro dos estoques que apresentou uma queda nos últimos anos, comparando com a média entre as três empresas apenas seus índices de giro do estoque e giro de fornecedores ficaram abaixo da média. A empresa Grendene em 2018 apresentou um aumento em seus principais índices sendo que somente seus índices de giro dos ativos e giro de clientes ficaram abaixo da média. A empresa Vulcabras obteve uma variação nos últimos anos em relação aos seus índices exceto em seu giro de fornecedores que aumentou em todos os anos, comparando com a média entre as

três empresas somente seu giro dos ativos e giro dos estoques ficaram acima da média.

Os indicadores de prazos buscam identificar o tempo que a empresa leva para vender seus estoques, receber de seus clientes, pagar seus fornecedores, e identificar quantos dias a empresa precisa ser financiada por capital de terceiros. Os indicadores de Prazos das empresas analisadas constam na tabela nº 6.

**Tabela 6 – Indicadores de Prazos**

Empresas	Alpargatas			Grendene			Vulcabras			Média	
	Ano	2018	2017	2016	2018	2017	2016	2018	2017		2016
PMRE		117	117	<b>103</b>	<b>83</b>	84	90	94	<b>87</b>	103	98
PMRV		87	89	<b>81</b>	149	<b>142</b>	158	114	<b>100</b>	122	116
PMPC		68	<b>69</b>	68	11	12	<b>15</b>	27	31	<b>33</b>	37
PR		1,28	1,29	<b>1,18</b>	12,98	11,79	<b>10,65</b>	4,18	<b>3,18</b>	3,68	5,58
CF		136	137	<b>115</b>	221	<b>214</b>	233	181	<b>156</b>	192	176
COP		204	206	<b>183</b>	232	<b>226</b>	247	209	<b>187</b>	225	213

**Fonte:** Balanços Patrimoniais e demonstração do resultado do exercício das empresas pesquisadas (2016 a 2018)

A empresa alpargatas apresentou algumas variações em seus índices nos últimos anos, sendo que em 2018 a empresa apresentou apenas seu índice de prazo médio de estocagem em dias abaixo da média. A empresa Grendene apresentou uma variação em seus principais índices sendo que no último ano apenas seu prazo médio de estocagem em dias ficou acima da média. A empresa Vulcabras apresentou variações nos três anos sendo que em 2018 apenas seus índices de prazo médio de pagamento em dias e seu ciclo financeiro ficaram abaixo da média entre as três empresas.

#### 4.5 Indicadores dinâmicos

Os indicadores dinâmicos buscam identificar se a empresa possui mais recursos do que obrigações, se ela precisa necessita de capital de terceiros para financiar sua atividade e se ativo circulante financeiro é superior asdo passivo circulante financeiro. Os indicadores dinâmicos das empresas analisadas constam na tabela nº 7.

**Tabela 7 - indicadores dinâmicos**

Empresas	Alpargatas (R\$ 1.000,00)			Grendene (R\$1.000,00)			Vulcabras (R\$ 1.000,00)			
	Ano	2018	2017	2016	2018	2017	2016	2018	2017	2016
CCL		1.229	<b>1.318</b>	1.267	<b>2.563</b>	2.524	2.217	<b>525</b>	401	175

NCG	1.209	1.189	<b>1.087</b>	1.209	1.125	<b>1.018</b>	<b>631</b>	440	491
ST	167	198	<b>257</b>	(119)	(77)	<b>(35)</b>	(19)	<b>47</b>	(247)

**Fonte:** Balanços Patrimoniais das empresas pesquisadas (2016 a 2018)

A empresa Alpargatas apresentou uma variação nos três anos em relação ao seu capital circulante líquido, sendo que ela necessita de capital de giro nos três anos, e mesmo havendo uma diminuição no seu saldo de tesouraria ele ainda é considerado bom. A empresa Grendene obteve um aumento no decorrer dos últimos anos em seu capital circulante líquido, a empresa necessita de capital de giro nos três anos sendo que em 2018 foi o ano que ela apresentou a maior necessidade e, seu saldo de tesouraria é negativo isso significa que ela não possui recursos financeiros a curto prazo suficientes para liquidar suas obrigações financeiras a curto prazo, já os índices dinâmicos da empresa Vulcabras sofreram variações nos últimos anos, sendo que ela necessita de capital de giro e não possui ativo circulante financeiro suficientes para cobrir seu passivo circulante financeiro.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresentou uma análise das demonstrações contábeis, balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício das empresas Alpargatas S.A, Grendene S.A e Vulcabras S.A, no período de 2016 a 2018, buscando identificar a empresa que apresentou a melhor situação financeira e econômica. Com a realização da análise foi possível identificar as variações nos indicadores de liquidez, sendo que no último ano todas as empresas apresentaram uma boa capacidade de pagamento.

O principal problema encontrado nas três empresas foi a composição do endividamento, pois todas elas concentram suas obrigações no curto prazo, exigindo caixa para fazer frente a essas demandas num período de tempo.

As empresas analisadas apresentaram equivalência nos seguintes indicadores: participação de capitais de terceiros, alavancagem dos recursos próprios e imobilização do patrimônio líquido, entretanto em 2018 a Grendene também se destacou nos indicadores de liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca, imobilização de recursos não correntes, margem bruta, margem operacional, margem

liquida, margem ebitda, rentabilidade dos investimentos ou ativos, giro dos estoques, prazo médio de estocagem em dias, giro de fornecedores e giro de obrigações fiscais, onde alcançou 16 índices acima da média entre as três empresas, já as empresas Alpargatas e Vulcabras apresentaram uma equidade nos valores acima da média, no qual cada uma obteve 14 índices. Com os resultados apresentados recomenda-se que as empresas busquem renegociar os prazos de pagamento com seus fornecedores atuais ou realizem uma cotação orçamentária para encontrar novos fornecedores que ofertem maior prazo.

## REFERÊNCIAS

ABINFORMA, nº 330, maio 2019. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br/>>. Acesso em: 19/05/2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br/>>. Acesso em: 19/05/2019.

BEGALLI, Glaucos Antonio; JUNIOR, José Hernandez Perez. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade teoria e prática**. 3º Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BLATT, Adriano. **Análise de balanços – estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Makron books, 2001.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 26 – apresentação das demonstrações contábeis**. 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 18/04/2019.

DINIZ, Natália. **Análise das demonstrações financeiras**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Sesses, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º Ed. São Paulo Atlas, 2008.

Instituto Assaf Neto. Disponível em: <<http://institutoassaf.com.br/>>. Acesso em: 10/03/2019

IUDÍCIBUS, Sergio. **Análise de balanços**. 11º Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JÚNIOR, João Bosco Arbués Carneiro; KÜHL, Carlos Alberto; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Análise financeira das empresas**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

Revista exame. **O desenvolvimento da indústria de calçados**. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/o-desenvolvimento-da-industria-de-calçados/>>. Acesso em: 19/05/2019.

SALVADOR, Caroline Stuani. **A análise das demonstrações contábeis como ferramenta auxiliar para o gestor no momento da tomada de decisões em uma empresa do setor vinícola de Flores da Cunha – RS**. 2011. 72 f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Curso Ciências Contábeis, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011.

SAPORITO, Antonio. **Análise e estrutura das demonstrações contábeis**. 1º Ed. Curitiba: Intersaberes, 2015.

SERASA Experian. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br>>. Acesso em: 18/04/2019.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 11º Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso planejamento e métodos**. 4º Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA KROTON EDUCACIONAL S.A

Andriely Mendes Caus<sup>1</sup>  
Roberta Amanda Batista Nascimento<sup>2</sup>  
Ruy Fernandes Da Silva Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** Por meio das análises é possível evidenciar a situação de uma empresa e obter informações sobre a sua condição financeira e econômica, e assim auxiliar nas tomadas de decisões para possíveis aquisições e fusões. O objetivo do estudo é analisar a situação econômica e financeira da empresa Kroton Educacional S.A após as sucessivas fusões e aquisições ocorridas no período de 2010 a 2014. Para atingir tal objetivo, foram feitas pesquisas bibliográficas, informações retiradas do próprio site da empresa, informações extraídas de sites destinados à divulgação de informações pertinentes ao setor de economia e investimentos, balanços patrimoniais e demonstrações de resultados. O trabalho caracteriza-se como pesquisa descritiva, documental e quantitativa. Após a coleta de dados, foram feitas as análises econômicas e financeiras. Para a elaboração das análises foram utilizados quadros para a melhor interpretação dos índices. Diante disso, após as análises foi possível observar a real situação econômica e financeira da empresa, evidenciando que a mesma conseguiu permanecer estável e solvente em todos os anos analisados, conseguindo alavancar os seus índices de liquidez, endividamento e rentabilidade após as fusões e aquisições. Em virtude disso, foi constatado que a Kroton Educacional S.A continuará crescendo e se mantendo solvente, podendo assim, fazer novas aquisições e fusões futuramente.

**Palavras-chave:** Análise das demonstrações Contábeis. Índice financeiro e econômico. Fusão e aquisição.

### 1. Introdução

No cenário atual, a contabilidade vem se mostrando uma forte aliada nas tomadas de decisões gerenciais das empresas, sejam elas de grande, médio ou pequeno porte. Com a concorrência cada vez mais acirrada no mercado, é fundamental que as empresas estejam sempre a frente de seus concorrentes buscando expandir seu mercado e conquistar novos clientes (MORAES, GUARDA E FRANÇA, 2012; BARRETO 2012).

A reorganização societária é uma forma de agregar valor a uma empresa e um método de adquirir recursos para expansão. Borges (2016, p.16) destaca que “a necessidade mercadológica faz com que as multinacionais e os grupos econômicos absorvam as empresas menores. Sua finalidade é a integração dos patrimônios societários.” A reestruturação é inevitável para uma sociedade, assim “no correr da

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis (UNIVEL).

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis (UNIVEL).

<sup>3</sup> Mestre em Contabilidade (UNIVEL).



vida de uma sociedade, ela pode sofrer inúmeras mudanças na sua estrutura, mudanças estas que podem lhe alterar a disciplina legal (transformação), ou até dissolvê-la (fusão, incorporação e cisão)” (TOMAZETTE, 2017, p. 752).

A análise das demonstrações contábeis tem como propósito, possibilitar aos seus usuários um controle efetivo dos recursos, melhorias no processo produtivo e relacionamento com internos e externos da empresa. É por meio da análise das demonstrações contábeis que os gestores conseguem obter segurança na tomada de decisões quanto a companhia e na formação de estratégia para o mercado de atuação (BAZZI, Samir. 2016). Dessa forma o presente estudo tem como tema a análise das demonstrações contábeis. Para realização do estudo utilizou-se os demonstrativos contábeis Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, da rede de instituições de ensino, Kroton Educacional S.A., no período de 2010 a 2014.

O presente estudo tem como justificativa evidenciar as Análises de Demonstrações Contábeis para a verificação da situação da empresa Kroton Educacional S.A, após as suas aquisições e fusões. E assim trazer para o campo de discussão contábil, a importância dessa ferramenta nas empresas. A pesquisa é voltada aos acadêmicos e professores do curso de ciências contábeis, pesquisadores e gestores que desejam obter conhecimento sobre as demonstrações dos índices de análise econômico-financeiro.

Diante do contexto exposto, a questão de pesquisa deste estudo indaga: Qual a situação econômica e financeira da Kroton Educacional S. A. após as sucessivas fusões e aquisições? Portanto, tem-se o objetivo de analisar por meio das demonstrações contábeis, a influência das fusões e aquisições nos índices econômicos e financeiros da empresa Kroton Educacional S. A, no período de 2010 a 2014.

Quanto à organização, este estudo, se apresenta da seguinte forma: se faz a apresentação de uma síntese dos principais temas abordados no estudo; descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados para obtenção dos resultados; realizam-se a apresentação de dados e análise dos resultados; e, por fim, denotam-se as considerações finais.

## 2. Desenvolvimento

Será abordada a evolução da rede de instituições de ensino Kroton S.A. no período estudado. Discorre-se sobre as combinações de negócios mais comuns aplicadas por empresas sendo estas a incorporação, fusão, cisão e aquisição de controle acionário, bem como, será abordado a análise das demonstrações contábeis através dos índices econômicos e financeiros e sua importância na tomada de decisão das empresas.

No ano de 2010, a empresa efetuou a aquisição da IUNI Educacional. Em 2011, houve um maior número de aquisições. Neste ano foram adquiridas: a Ceama (Centro de Ensino Atenas Maranhense), a Fais (Faculdade do Sorriso) e a Unopar. Já em 2012, ocorreu a aquisição do Grupo Uniasselvi e a Unirondon. A Kroton se tornou a maior companhia de educação do mundo quando ocorreu a fusão com a Anhanguera em 2013.

A aquisição de uma empresa ocorre quando um comprador adquire todas as ações ou quotas de capital com o objetivo de assumir controle total sobre a empresa adquirida (FABRETTI, 2005). Na incorporação, a sociedade incorporada extingue-se e seus bens, direitos e obrigações são acrescidos ao patrimônio da empresa incorporadora, que irá prosseguir a atividade econômica. (FABRETTI, 2005; SANTOS et al., 2012).

A fusão se assemelha à incorporação quanto ao ato constitutivo e desconstitutivo ao mesmo tempo, pois as empresas fusionadas deixam de existir, o que difere as duas operações, é o surgimento de uma nova sociedade após a fusão de duas ou mais sociedades. Nesta forma de reestruturação o patrimônio das empresas fusionadas é somado para compor o patrimônio da empresa nova (FABRETTI, 2005; SANTOS et al., 2012).

A cisão pode ocorrer de forma total, quando a empresa cindida é extinta, ou pode ocorrer de forma parcial, quando a empresa continua sua atividade com redução dos valores que foram cindidos para outra empresa. Essa operação de combinação de negócios tem o objetivo de aumentar o capital da empresa que receberá as parcelas de capital da empresa cindida, é uma estratégia de expansão do negócio (FABRETTI, 2005; SANTOS et al., 2012).

## **Análise das Demonstrações Contábeis**

De acordo com a deliberação CVM 488 (2005) as análises de demonstrações apresentam os seguintes conceitos e objetivos:

As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

Segundo Santos (2013) O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações financeiras e patrimoniais, do desempenho do fluxo de caixa da entidade, para a tomada de decisões econômicas por parte dos usuários.

A situação econômica e a financeira devem ser analisadas separadamente para posteriormente juntar as conclusões. A situação econômica é evidenciada através dos índices de estrutura e liquidez, enquanto a situação financeira é evidenciada pelos índices de rentabilidade (MATARAZZO, 2010).

Segundo Marion (2012, p. 75) o índice de liquidez corrente “demonstra a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, por meio da fórmula:  $\text{Ativo circulante} / \text{Passivo Circulante}$ ”. A liquidez seca é considerado um índice conservador, pois ele confronta o ativo circulante com o passivo circulante, porém, diferente da liquidez corrente, na liquidez seca os estoques são subtraídos, essa subtração dos estoques é uma forma de eliminar todos os riscos de realização do ativo (LISBOA, 2014).

O índice de Liquidez Geral tem como objetivo, mostrar a capacidade da entidade em pagar seus compromissos em longo prazo, mostrando quanto que a empresa tem de recursos não imobilizados em ativo permanente (SOUZA, 2010). Segundo Marion (2012) a liquidez imediata é um índice sem muita importância para efeitos de análises, pois a mesma relaciona dinheiro disponível com contas e despesas que vencerão em diversas datas, mesmo em curto prazo.

Os índices de endividamento mostram o quando a empresa se encontra endividada, e se seu ativo está sendo financiado com recursos próprios ou de terceiros

(LISBOA, 2014). Segundo Marion (2012) uma entidade com participações elevadas de capital de terceiros, torna a mais vulnerável a catástrofes econômicas. As instituições financeiras normalmente não se dispõem a conceder financiamentos a empresas cuja o seu cenário econômico se encontra desfavorável.

O Índice de endividamento geral mostra a participação do capital de terceiros em relação ao total do passivo. Quanto maior for esse índice, maior é o montante de capital de terceiros que vem sendo utilizado para gerar lucros (SOUZA, 2010). A composição do endividamento indica quanto de recursos de terceiros está sendo utilizado no curto prazo, ou seja, passivo circulante confronta o total de capital de terceiros (LISBOA, 2014).

A Participação de Capital de Terceiros mostra o quanto a empresa deve a terceiros, e os recursos que foram investidos pelos sócios decorrentes de capital próprio (LISBOA, 2014). O índice de Imobilização do Patrimônio Líquido indica o quanto que o Patrimônio Líquido de uma empresa está aplicado em seu Ativo Permanente, ou seja, quanto maior for seu Ativo Permanente financiado pelo seu Patrimônio Líquido, maior será a sua dependência de recursos de terceiros (TÉLES, 2003).

Por meio da análise econômica que se calcula a sua rentabilidade e lucratividade da empresa. Demonstrando o retorno sobre os investimentos realizados pela empresa e a sua lucratividade sobre as vendas do período (SILVA, 2013). Segundo Perez Junior e Begalli (2009 p. 262) “Esse grupo de índices permite analisar as taxas de retorno obtidas pela empresa sob diversos aspectos. De modo geral, quanto maior, melhor”.

O indicador de Rentabilidade do Patrimônio Líquido demonstra o retorno do capital investido pelos sócios acionistas, cotistas e proprietários (PEREZ JUNIOR, BEGALLI 2009). O índice de Rentabilidade do Ativo Total indica a lucratividade do seu Ativo Total, independente da sua fonte, ou seja, capital próprio ou capital de terceiros (LISBOA, 2014).

O índice Giro do Ativo Total indica quantas vezes o ativo se renovou ao longo dos anos. Indica também que para cada um R\$1,00 de ativos a empresa produziu em receitas. Esse índice junto ao índice de margem líquida, permite o gestor a analisar o resultado da empresa (PEREZ JUNIOR, BEGALLI 2009).

A Margem Líquida indica a capacidade da empresa em gerar lucros em comparativo a receita líquida de vendas (PEREZ JUNIOR, BEGALLI 2009). O índice de Margem Líquida Indica também quanto restou de receita gerada pela entidade após a dedução de todos os custos, gastos e despesas incorridas pelas empresas (LISBOA, 2014).

### **3. Metodologia**

Para atingir o objetivo proposto, optou-se pela realização de uma pesquisa descritiva, com procedimento de pesquisa documental e abordagem do problema de forma quantitativa com base em livros, artigos científicos e sites relacionados ao tema do estudo.

Beuren (2013) afirma que a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo uso de dados estatísticos, com intenção de garantir precisão dos resultados, evitarem distorções de análise e interpretação. A pesquisa descritiva tem a função de registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (CERVO, BERVIAN, DA SILVA, 2007). A pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática, por meio dos estudos dos documentos produzidos pelo homem, revelando seu modo de ser, viver e compreender um fato social (SILVA *et al.*, 2009).

Quanto à coleta de dados, foram utilizadas as demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Período, referentes aos anos de 2010 a 2014, através das informações divulgadas no site da organização e sites destinados à divulgação de informações pertinentes ao setor de economia e investimentos. Os dados que foram coletados serão expostos em planilha do Excel para a realização dos cálculos e para a obtenção das informações necessárias para a desenvoltura das análises.

### **4. Resultados**

Nesta seção, realizam-se as análises das demonstrações contábeis da Kroton S.A. após as aquisições e fusões ocorridas de 2010 a 2014.

#### 4.1 Análise da Liquidez

**Quadro 1 – Análise Índices de Liquidez**

ÍNDICES	FÓRMULA	2014	2013	2012	2011	2010
Liquidez Corrente	Ativo circulante / Passivo Circulante	1,53	1,74	1,47	0,78	1,50
Liquidez Seca	(Ativo Circulante – Estoque) / Passivo Circulante	1,50	1,71	1,42	0,75	1,36
Liquidez Geral	(Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	0,53	0,69	0,49	0,42	0,98
Liquidez Imediata	(Ativo Circulante – Estoque) / Passivo Circulante	0,48	0,05	0,36	0,08	0,20

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

O índice de liquidez corrente oscilou ao longo dos anos. No ano de sua segunda aquisição onde ocorreu um maior número de aquisições, em 2011, a empresa apresentou um índice abaixo de R\$ 1,00, ou seja, para cada R\$ 1,00 devido a empresa tinha R\$ 0,78 disponível. Em contrapartida, ao longo dos demais anos, a sua liquidez corrente se manteve acima de R\$ 1,00, significando que a empresa estava preparada para arcar com as suas obrigações a terceiros. E em 2014 o seu índice fechou em R\$ 1,53 mantendo a sua capacidade de pagamento sobre as suas atividades de curto prazo.

Em decorrer dos cinco anos, o seu índice de liquidez seca oscilou. Em 2010 apresentou uma solvência de R\$ 1,36, porém, no ano de sua segunda aquisição em 2011, o seu índice fica abaixo de R\$ 1,00, estando com R\$ 0,75, demonstrando insolvência, o seja, a empresa não conseguiu saldar as duas dívidas a curto prazo sem a venda de seu estoque. Nos anos seguintes esse índice se recupera e no ano de 2014 apresentou um índice de R\$ 1,50, recuperando a sua solvência e assim, a mesma conseguirá saldar as duas dívidas a curto prazo sem precisar vender todo seu estoque.

Entre o ano de 2010 a 2014 o seu índice de liquidez geral se manteve estável. No ano de sua segunda aquisição, em 2011 houve o menor índice, tendo para cada R\$ 1,00 de dívida total R\$ 0,42 a realizável a curto prazo, ou seja, não conseguia cumprir com as suas obrigações a curto e longo prazo, apresentando assim um índice insolvente. Apesar dos próximos anos o seu índice ter obtido uma melhora, em 2014

ainda continua abaixo de R\$ 1,00 continuando insolvente, ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida a mesma tem R\$ 0,53 para as suas obrigações, faltando R\$ 0,47 para cobrir totalmente as suas despesas. Essa queda na Liquidez Geral refere-se ao aumento das dívidas a longo prazo.

Nos anos de 2010 a 2014 o seu índice de liquidez imediata teve grandes oscilações. Em seu ano de segunda aquisição 2011, o seu índice é o menor dos cinco anos, para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo, a empresa possuía R\$ 0,08 para bancar as suas urgências. O ano de 2014 foi o ano que mais cresceu o índice, estando com R\$0,48, porém, ainda continua insolvente, estando abaixo de R\$ 1,00. Para cada R\$ 1,00 a empresa possuía R\$ 0,48 para bancar as suas urgências de recursos disponíveis no caixa/banco para cobrir suas obrigações a curto prazo.

#### 4.2 Análise de Endividamento

**Quadro 2 – Análise Índices de Endividamento**

ÍNDICES	FÓRMULA	2014	2013	2012	2011	2010
Endividamento Geral	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$	0,26	0,35	0,40	0,50	0,25
Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}}$	0,23	0,33	0,24	0,39	0,48
Participação do Capital de Terceiros	$\frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	0,35	0,56	0,68	1,01	0,34
Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	1,17	1,18	1,35	1,59	1,01

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Após as aquisições ocorridas em 2011 e 2012, verifica-se o aumento do índice de Endividamento Geral em relação ao ano de 2010. Observa-se que o ano de 2011 foi o período que teve uma maior participação de capital de terceiros e a segunda aquisição aumentou o endividamento da empresa em 2011 e 2012. Os índices de 0,50 e 0,40, de 2011 e 2012, respectivamente, embora tenham sofrido um aumento, não influenciaram negativamente na situação da empresa. Já em 2014, a empresa apresenta um índice de 0,26, indicando que para cada real de ativo total 0,26 estão financiando o passivo exigível da empresa.



A Composição do Endividamento demonstrou uma melhora após as aquisições ocorridas, visto que em 2010, praticamente metade da obrigação com terceiros estava alocada em curto prazo, com 48% de passivo circulante. Já em 2014 a porcentagem passa a ser de 23%. Em todos os anos a maior participação de capital de terceiros é a longo prazo, o que é bom para empresa. Porém, o ano em que apresentou uma maior participação de capital de terceiros a longo prazo foi 2014.

Em 2011, evidencia-se uma elevação do índice de Participação de Capital de Terceiros na empresa, pois para cada R\$ 1,00 de capital próprio a empresa utilizou R\$ 1,01 de recursos de terceiros, o que representa dependência externa e menor liberdade de decisões financeiras por parte da empresa. O ano de 2011 é que apresentou uma participação do capital de terceiro maior que o capital próprio e isso se dá pelo fato de que para a empresa efetuar as aquisições utilizou maior captação de capital de terceiros a longo prazo nesse período. Nos anos posteriores, o índice apresenta melhores resultados devido a uma menor representação de recursos de terceiros na empresa. O menor ano dessa participação foi em 2010.

Referente à Imobilização do Patrimônio Líquido, os índices estão elevados, evidenciando que a Kroton Educacional S.A. aplicou seus recursos próprios no Ativo Permanente, sobrando menos recursos para investir no Ativo Circulante, o que pode ocasionar dependência de recursos de terceiros. Os anos de maior expressividade deste índice são 2011 e 2012, quando ocorreu maior fluxo de aquisições.

#### 4.3 Análise da Rentabilidade

**Quadro 3 – Análise Índices de Rentabilidade**

ÍNDICES	FÓRMULA	2014	2013	2012	2011	2010
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Exercício / Patrimônio Líquido	9%	20%	9%	3%	-4%
Rentabilidade do Ativo Total	Resultado Líquido do Exercício / Média do Ativo Total	6%	13%	5%	1%	-3%
Giro do Ativo Total	Receita Líquida das Vendas / Média do Ativo Total	0,24	0,49	0,37	0,25	0,55
Margem Líquida	Resultado líquido do Exercício / Receita Líquida de Vendas	27%	26%	14%	5%	-5%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

No ano de sua primeira aquisição, em 2010, o retorno do capital próprio investido pelos sócios, apresentou prejuízo de -4%. No ano de sua segunda aquisição, em 2011 a sua rentabilidade teve um aumento, chegando a 3%, voltando a ter lucros. Em comparação aos cinco anos, em 2013 ano esse de sua primeira fusão, a empresa apresentou a sua maior porcentagem com relação ao seu capital investido, chegando a 20%, e em 2014 a mesma apresentou uma queda chegando a 9%, porém, ainda continua gerando retorno aos seus acionistas.

Em 2010 a empresa apresentou um índice de Rentabilidade do Ativo Total de -3%, significando um prejuízo no período. No ano de 2011 na sua primeira aquisição, o índice volta a subir e chega a 1% de lucro líquido. O ano de 2013 houve um destaque em seus índices em comparação aos demais anos, chegando a 13% da sua geração de lucros. Embora no ano de 2014 ter obtido uma queda em seu índice estando com 6%, a empresa continua obtendo lucro líquido com relação ao total do ativo.

A empresa apresenta índices favoráveis de Giro do Ativo Total nos quatro anos analisados, o que indica maiores retornos sobre o capital investido. Os anos de melhores resultados foram 2010 e 2013 com 0,55 e 0,49, respectivamente, indicando quanto de receita a empresa produziu para cada R\$ 1,00 de ativos. Indica também quantas vezes o ativo total girou no período.

A empresa apresentou um baixo índice de Margem Líquida em 2010, antes das aquisições. De 2011 a 2014, o índice demonstrou uma evolução satisfatória indicando a capacidade da empresa de gerar bons resultados operacionais, sendo as melhores margens analisadas as de 2013 e 2014 com a capacidade da empresa de gerar lucro de 26% e 27%, respectivamente.

## **5. Considerações Finais**

O presente estudo se justifica pela importância de analisar por meio das demonstrações contábeis, a influência das aquisições e fusões por meio dos índices financeiros e econômicos da empresa Kroton Educacional S.A, no período de 2010 a 2014, e ressaltar a notoriedade dos índices nas tomadas de decisões por parte dos gestores e a quem possa interessar. Para tanto, foi possível observar que as

aquisições e fusões ocorridas nos períodos de 2010 a 2014, resultaram em índices favoráveis de um modo geral.

Com relação à situação financeira, os resultados dos índices de liquidez da empresa no ano de 2010, o ano de sua primeira aquisição, de um modo geral estavam muito bons, podendo arcar com as suas dívidas a curto e longo prazo. Porém, o ano de 2011, ocorrida sua segunda aquisição, os seus índices caem e a sua liquidez corrente e seca ficam insolventes, ou seja, sem capacidade de pagamento. Em 2012 na sua terceira aquisição, os seus índices voltam a subir e assim a sua liquidez corrente e seca ficam favoráveis. No ano de 2013 ano de sua primeira fusão, os resultados se mantiveram positivos e em 2014 os seus índices permanecem solventes. De um modo geral, o grau de liquidez nos períodos de aquisições e fusões foram muito bons.

Verifica-se que os seus índices de endividamento nos anos de maiores aquisições, 2011, 2012 e 2013, apresentaram uma elevação, mas já em 2014 demonstraram melhores resultados. A elevação do endividamento nos anos de aquisições se dá pelo fato de que a empresa recorreu ao aumento da dívida com terceiros a curto prazo para expansão e evolução da rede de ensino. Este endividamento é sadio para a empresa e não é tão elevado ao ponto de torná-la insolvente, assim, podendo arcar com a dívida sem prejudicar a situação da empresa.

Com relação a situação econômica da empresa, observa-se que a rentabilidade em 2010, na sua primeira aquisição, demonstrou índices muito abaixo do normal, chegando a apresentar prejuízo. Porém, no ano de 2011 a mesma já demonstra resultados mais atraentes, reflexo da aquisição ocorrida em 2010, e assim, nos anos de 2013, ano esse de sua fusão e 2014, a Rentabilidade do Patrimônio Líquido e Rentabilidade do Ativo Circulante, se demonstraram instáveis e solventes. A Receita Líquida de Vendas após as aquisições proporcionou bons retornos aos investimentos feitos pela empresa, demonstrados no Giro do Ativo total e na Margem de Lucro Líquida. O ano de 2013 se destacou em praticamente todos os índices de rentabilidade.

Diante disso, constata-se que a pergunta foi respondida, com a evidenciação da situação da empresa em cada ano estudado e também no decorrer dos anos de modo geral. Em virtude disto, considera-se que os índices econômicos e financeiros

foram influenciados pelas aquisições e fusões. O objetivo foi atingido através do levantamento de índices que evidenciaram os resultados econômicos e financeiros analisados em cada ano estudado.

## REFERÊNCIAS

**As 6 aquisições que tornaram a Kroton a maior empresa de educação do mundo.** InfoMoney, 2013. Disponível em <<https://www.infomoney.com.br/kroton/noticia/2742805/aquisicoes-que-tornaram-kroton-maior-empresa-educacao-mundo>> Acesso em: 22 de agosto de 2019.

BARRETO, Angélica. **Análise das demonstrações financeiras da empresa Farmácia Farmautil LTDA através as demonstrações contábeis.** Univel, 2012.

BAZZI, Samir. **Análise das demonstrações contábeis.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BORGES, Vanessa Anelli. **Contabilidade societária.** Rio de Janeiro: SESES, 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

CVM nº488. Comissões de valores imobiliários, 03 de outubro de 2005.

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Fusões, Aquisições, Participações E Outros Instrumentos De Gestão De Negócios: Tratamento Jurídico, Tributário E Contábil.** São Paulo: Editora Atlas, 2005.

**HISTÓRICO kroton.** Kroton, 2015. Disponível em: < <http://www.kroton.com.br/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2019.

JUNIOR, José Hernandez Peses; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LISBOA, Jacques Carravieri. **A importância da Análise das Demonstrações Contábeis para suporte as decisões gerenciais das organizações.** Unicuritiba, 2014.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

MORAES, Luciana da silva; GUARDA, Moisés Araújo; FRANÇA, Sara Alexssandra Gusmão. **Análise das demonstrações contábeis:** estudo de caso da empresa MA promotora de eventos.

SANTOS, Cleônimo dos. **Análise Financeira e Orçamentária.** 1. ed. São Paulo: IOB - informações objetivas publicações jurídicas, 2013.

SANTOS, José Luiz dos Santos; SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade Avançada:** Aspectos societários e tributários. 3. ed. são paulo: Atlas, 2012.

SILVA, José Adriano Francisco da. **A importância da Análise Financeira de Balanços para o gestor financeiro.** Faculdades Integradas de Três Lagoas, 2013.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: Congresso Nacional de Educação. 2009.

SOUZA, Lisandréa de. **Análise financeira e econômica de uma empresa automotiva.** Universidade de Caxias do Sul, 2010.

TÉLES, Cristhiane Carvalho. **Análise dos demonstrativos contábeis:** índices de endividamento. Universidade Federal do Pará, 2003.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

## ANÁLISE DO PERFIL EMPREENDEDOR EM ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UM CENTRO UNIVERSITARIO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Érica Ariane de Oliveira Costa<sup>1</sup>  
Priscila Oliveira Dobrovolski<sup>2</sup>  
Nilson dos Santos Dias<sup>3</sup>

**Resumo:** Ser empreendedor é estar sempre motivado pela independência, ter a iniciativa de assumir riscos e novas oportunidades agregando valor a sociedade, ter comprometimento, persistência, planejamento e autoconfiança. Para o início de um empreendimento, e que ele cresça seguro um fator fundamental é ter um contador, com isso este estudo tem como determinação identificar o perfil empreendedor de ingressantes e concluintes do curso de ciências contábeis em um centro universitário na região oeste do Paraná, visto que o objetivo é analisar de fato qual realmente é o potencial empreendedor de alunos em um curso superior, em dois momentos, durante a formação acadêmica e no término do curso. Para isso foi realizada uma pesquisa descritiva e quantitativa no qual foi aplicado um questionário para 110 acadêmicos, sendo alunos do primeiro ano que são do segundo semestre e alunos do quarto ano que estão no oitavo semestre do curso de ciências contábeis. O questionário apresentou perguntas quantitativas relacionadas ao perfil empreendedor dos mesmos. Após realização da análise notou-se que os acadêmicos possuem uma visão positiva ao se tornar empreendedores, com resultado de 80% demonstram que já possuíram vontade em empreender, visando atingir o objetivo desejado e integrando-se sobre a análise realizada.

**Palavras-chave:** Empreendedor 1. Empreender2. Ciências contábeis3.

### 1. Introdução

Por volta dos anos 90, durante a abertura da economia Brasileira, a entrada de novos fornecedores estrangeiros e uma vasta diversidade de produtos importados, começou um envolvimento maior do Brasil com o empreendedorismo, para competir com a grande entrada de produtos diferentes do exterior.

Ser um empreendedor está acima de apenas criar algo novo, e sim de criar algo diferente, criativo, aquele que sempre está em busca das melhores soluções, de formas ágeis e inovadoras. Segundo Andrade (2012) “O empreendedor deve estar preparado, ter ideias criativas, saber planejar e principalmente ter uma mínima noção de contabilidade”.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Professor Mestre em Administração Nilson dos Santos Dias do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

A profissão do contador também tem recebido evolução em razão da nova realidade empresarial. O contador sempre foi visto como um grande aliado do governo, mas a contabilidade tem um papel fundamental para o empreendedorismo e os empresários, ela auxilia desde a constituição da empresa, até sua administração, todos os processos fiscais e de planejamento, verificar também a carga tributária e todas as declarações que devem ser feitas a receita. Para o início de um empreendimento, e que ele cresça seguro um fator fundamental é ter um contador. Com isso a contabilidade deve ser vista como uma ferramenta de gestão para possibilitar ver os resultados com base nos objetivos.

Considerando essa importância, exige-se deste profissional que o mesmo possua características empreendedoras além de possuir um bom entendimento sobre todas as áreas afins da contabilidade, aumentando o seu campo de atuação e assim ficando a frente desta realidade.

O empreendedorismo no Brasil vem crescendo cada vez mais, isso se deve a vontade das pessoas de migrar para novas oportunidades, como também pelo início do conhecimento sobre empreendedorismo.

Com o aumento do empreendedorismo, isso fortalece o desenvolvimento econômico de uma determinada comunidade. Para Dolabela (1999) a formação de empreendedores nas escolas enseja uma oportunidade única de abordar os conteúdos éticos que envolvem a atividade econômica e profissional. Por sua grande influência na sociedade e na economia, é fundamental que os empreendedores, como qualquer cidadão, seja guiado por princípios e valores nobres.

Desde o ano 2.000 já é lecionado sobre empreendedorismo, com isso abrindo portas para a geração mais jovem, que demonstram ter interesse sobre a área de empreender, tanto na empresa que estão inseridos como abrindo seu próprio negócio.

As instituições de ensino superior buscam trazer o melhor para seus alunos afins de que se obtenha uma formação completa em sua área de atuação. Muitos cursos ciências contábeis em sua grade extracurricular possuem a disciplina de empreendedorismo, onde os alunos têm contato com elementos essenciais de é formando um perfil empreendedor, do processo de empreender e de crescimento. No entanto, necessário se faz compreender se os mesmos estão absorvendo os



conhecimentos e atitudes inerentes ao comportamento empreendedor para aplicar em sua profissão.

Desta forma, busca-se compreender com este estudo: Qual o perfil empreendedor de um ingressante e concluinte do curso de ciências contábeis em um centro universitário no oeste do Paraná?

A justificativa para este estudo foi analisar de fato qual é o potencial empreendedor de alunos em um curso superior, em dois momentos, durante a formação acadêmica no término do curso.

Compreender qual o entendimento do aluno sobre o empreendedorismo, o que estão absorvendo através do curso, ações sociais, palestras e formações fora da instituição, como isso proporcionado uma melhora na sua formação pessoal e acadêmica, agrando experiências em seu currículo.

## **2. Desenvolvimento**

Para ter um maior entendimento, o referencial teórico foi feito buscando ampliar o conhecimento sobre a contabilidade em geral, o empreendedorismo em seu contexto histórico, e a importância da atuação em conjuntos dessas duas áreas.

### **2.1 Contabilidade ligada ao Empreendedorismo**

Segundo Dornelas (2005) o empreendedorismo esta relacionado pessoas capazes de desenvolver um processo empreendedor. Este processo diz respeito capacidade de transformar simples ideias e sonhos em oportunidades e capacidade de implantar e fazer essas ideias darem certo. Sendo que, para que o Empreendedorismo ocorra realmente, é necessário que haja não somente boas ideias, mas sim o conjunto: pessoas com boas ideias dispostas a desenvolver processos empreendedores e capazes de implantar e manter o sucesso empreendedor.

Para Marion (1998) o contador está no centro e na liderança do processo, pois do contrário, seu lugar vai ser ocupado por outro profissional. O contador deve saber comunicar-se com as outras áreas da empresa. Para tanto, não pode ficar com os conhecimentos restritos aos temas contábeis e fiscais. O contador deve ter formação

cultural acima da média, inteirando-se do que acontece ao seu redor, na sua comunidade, no seu Estado, no seu País e no mundo.

### **2.3 Perfil Empreendedor**

Para Kirzner (1973) o empreendedor é aquele que cria um equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência, ou seja, identificar oportunidade na ordem presente. Já Dornelas (2005) acredita que o empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados.

Segundo Dolabela (1999) vê o empreendedor sendo alguém capaz de desenvolver uma visão, mas não só. Deve saber persuadir terceiros, sócios, colaboradores, investidores, convence-los de que sua visão poderá levar todos a uma situação confortável no futuro. Além de energia e perseverança, uma grande dose de paixão é necessária para construir algo a partir do nada e continuar em frente, apesar de obstáculos, armadilhas e da solidão. O empreendedor é alguém que acredita que pode colocar a sorte a seu favor, por entender que ela é produto do trabalho duro. Porém para Filion (1999) traz o empreendedor como uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém um alto nível de consciência do ambiente em que vive usando-a para detectar oportunidades de negócios.

### **3. Metodologia**

A presente pesquisa teve caráter descritivo, que procurou descrever determinadas características de uma população em específico. Bervian, Cervo e Da Silva (2007) apresentam que a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos e fenômenos sem manipula-los, procura descobrir com a maior precisão possível.

Foi realizado em forma de levantamento, segundo Gil (2010) pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

A população alvo foram 130 pessoas sendo 50 alunos ingressantes e 80 de alunos concluintes do curso de ciências contábeis. A amostragem feita foi de forma Aleatória e simples.

Pesquisa feita de forma quantitativa, e a coleta de dados através de questionários de múltipla escolha.

Os dados foram alinhados primeiramente em tabelas para melhor visualização das respostas e logo em seguida calculado a média de cada informação contida no questionário.

O questionário aplicado foi adaptado de Dornelas (2003) retirado da Escola de Empreendedores Unitecne (2004), um questionário que procura medir o perfil empreendedor das pessoas.

O questionário está formatado em um quadro, e em cada coluna se encontram características do perfil empreendedor. O aluno atribuiu uma nota de 1 a 5 conforme sua relevância e assim seu perfil foi formado, calculado e analisado se está enquadrado no perfil de um empreendedor.

Após o questionário já respondido, primeiramente foi separado conforme o curso e o período de graduação, após isso foi calculado a nota obtida em cada questionário e anexado a uma tabela com as separações de curso e período e assim facilitou a visualização das informações. Encontramos uma média conforme os resultados da pesquisa e assim conseguimos chegar a uma conclusão que respondesse nossa pergunta inicial.

#### **4. Resultados**

A análise foi desenvolvida através do questionário adaptado de Dornelas (2003), com escala de 1 a 5, no qual 1 significa insuficiente e 5 excelente, visto que o meio termo ou ponto neutro é 3 regular.

Os questionários foram aplicados para acadêmicos ingressos e concluintes, ou seja, alunos do primeiro ano e quarto ano, do curso de ciências contábeis.

#### **INTERESSE EMPREENDEDOR**

Para identificar o perfil empreendedor dos acadêmicos foram pesquisadas as seguintes características:

**Tabela 01:** Identificação dos Participantes

Perguntas	Descrição	Alunos	(%)
<b>Gênero</b>	Masculino	46	42
	Feminino	60	55
	Não responderam	4	4
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
<b>Faixa Etária</b>	Até 18 anos	7	6
	Entre 18 e 23 anos	75	68
	Entre 24 e 30 anos	18	16
	Entre 31 e 40 anos	8	7
	Entre 41 e 54 anos	1	1
	Não responderam	1	1
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
<b>Curso de Graduação</b>	Ciências Contábeis.	110	100
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
<b>Período da Graduação</b>	1º a 2º Semestre;	43	39
	3º a 4º Semestre;	1	1
	7º a 8º Semestre:	66	60
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019).

A identificação dos participantes foi feita através de quatro perguntas, onde estas se tratavam de gênero, idade, curso e o período em que se encontra. Observa-se que o número maior de participantes pertence ao 7º e 8º semestre e possuem idade entre 18 a 23 anos.

Segundo a pesquisa GEM 2017 do Sebrae, o percentual de pessoas de 18 a 34 anos que têm negócios em fase inicial em 2017 atingiu a marca de 57%, o que representa mais de 15 milhões de jovens. Este mesmo estudo mostrou que a taxa de

empreendedorismo total atingiu a marca de 36,4% o que representa quase 50 milhões de pessoas.

**Tabela 02: Influencia a empreender**

Perguntas	Descrição	Alunos	(%)
<b>Em algum momento da sua educação já teve matérias relacionadas ao empreendedorismo?</b>	Sim	74	67
	Não	35	32
	Não responderam	1	1
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
<b>Em sua família tem alguém que empreenda?</b>	Sim	63	57
	Não	45	41
	Não responderam	2	2
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
<b>Em algum momento sentiu vontade de empreender?</b>	Sim	88	80
	Não	18	16
	Não responderam	4	4
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019).

A influencia a empreender foi calculada através de três perguntas que são; contato com o empreendedorismo durante a graduação, algum familiar empreendedor e se já sentiu vontade empreender. Segundo os acadêmicos 67% teve contato com o empreendedorismo na graduação, 57% responderam que tem familiares que empreendam e 80% dos entrevistados já sentiram vontade de empreender, isso demonstra que existem pessoas que realmente já pensou em abrir seu próprio negocio.

**Tabela 03: Comprometimento e determinação**

Perguntas	Descrição	Alunos	(%)
<b>Pro-atividade na tomada de decisão.</b>	Excelente	28	25
	Bom	52	47
	Regular	25	23

	Fraco	3	3
	Insuficiente	1	1
	Não responderam	1	1
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
<b>Tenacidade, obstinação.</b>	Excelente	15	14
	Bom	51	46
	Regular	36	33
	Fraco	3	3
	Insuficiente	1	1
	Não responderam	4	4
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
<b>Disciplina, dedicação.</b>	Excelente	39	35
	Bom	55	50
	Regular	13	12
	Fraco	1	1
	Insuficiente	2	2
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
<b>Persistência em resolver problemas.</b>	Excelente	37	34
	Bom	59	54
	Regular	9	8
	Fraco	3	3
	Insuficiente	1	1
	Não responderam	1	1
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
<b>Disposição ao sacrifício para atingir metas.</b>	Excelente	36	33
	Bom	49	45
	Regular	19	17
	Fraco	2	2
	Insuficiente	1	1

	Não responderam	3	3
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
<b>Imersão total nas atividades que desenvolve.</b>	Excelente	35	32
	Bom	43	39
	Regular	22	20
	Fraco	3	3
	Insuficiente	3	3
	Não responderam	4	4
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019).

Comprometimento e determinação são fundamentais para a construção de um empreendimento, é um processo que exige dedicação do indivíduo. Segundo Bandura (1986) O empreendedor procura a auto eficácia: controle da ação humana através de convicções que cada indivíduo tem. Para prosseguir autonomamente na procura de influenciar a sua envolvente para produzir os resultados desejados.

Conforme tabela acima para medição do comprometimento e determinação dos alunos foi aplicado sete questões como, pro-atividade na tomada de decisão que atingiu 47% no índice bom significa um ponto positivo na tomada de decisões.

A pergunta que teve uma porcentagem regular foi tenacidade e obstinação com 33%, que está relacionada a perseverança e uniformidade, deixando em um ponto neutro. As demais perguntas possuíram uma variação de porcentagem de 26% a 54% no item quatro que significa o índice bom, isto é os acadêmicos possuem comprometimento e determinação referente as situações citadas acima.

**Tabela 04:** Criatividade, autoconfiança e habilidade de adaptação

<b>Perguntas</b>	<b>Descrição</b>	<b>Frequência</b>	<b>(%)</b>
<b>Não-convencional, cabeça aberta, pensador.</b>	Excelente	30	27
	Bom	38	35
	Regular	36	33
	Fraco	2	2



	Insuficiente	2	2
	Não responderam	2	2
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
<b>Não se conforma com o status quo.</b>	Excelente	19	17
	Bom	40	36
	Regular	44	40
	Fraco	5	5
	Não responderam	2	2
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
<b>Hábil em se adaptar a novas situações.</b>	Excelente	38	35
	Bom	49	45
	Regular	17	15
	Fraco	3	3
	Insuficiente	1	1
	Não responderam	2	2
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
<b>Não tem medo de falhar.</b>	Excelente	16	15
	Bom	32	29
	Regular	39	35
	Fraco	16	15
	Insuficiente	7	6
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
<b>Hábil em definir conceitos e detalhar ideias.</b>	Excelente	22	20
	Bom	47	43
	Regular	34	31
	Fraco	6	5
	Insuficiente	1	1
	<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A Criatividade, autoconfiança e habilidade de adaptação foram analisadas através de cinco questões. Não-convencional, cabeça aberta, pensador, apresentou 27% para excelente que é media cinco e 35% para bom que é media quatro, isto significa que estão abertos para tentar algo novo. Hábil em se adaptar a novas situações apresentou 35% para excelente e 45% para bom, segundo os alunos, conseguem se adaptar a novos ambientes e menor tempo. Não tem medo de falhar, uma das perguntas que teve um destaque com 35% na media três, esta que é regular. Hábil em definir conceitos e detalhar ideias, significa que os acadêmicos podem ser rápidos na busca de conceitos e podem fazer um desdobramento das ideias apresentadas, atingiu 43% da média quatro do índice bom.

**Tabela 07:** Analise de cada ano

<b>Turma</b>	<b>Quantidade alunos</b>	<b>Somatório questionário</b>	<b>Media</b>
1ª Ano	43	2388	<b>55,53</b>
2ª Ano	1	48	<b>48</b>
4ª Ano	66	3801	<b>57,59</b>
<b>Somatória</b>	<b>110</b>	<b>6237</b>	<b>56,7</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019).

Apesar dos bons resultados apresentados anteriormente, ao fazermos a analise com base nos dados disponibilizados junto ao questionário de Dornellas, os resultados não foram muito satisfatórios. Junto ao questionário haviam as seguintes analises:

**108 a 135 pontos:** Você provavelmente já é um empreendedor, possui as características comuns aos empreendedores e tem tudo para se diferenciar em sua organização.

**81 a 107 pontos:** Você possui muitas características empreendedoras e às vezes se comporta como um, porém pode melhorar ainda mais se equilibrar os pontos ainda fracos com os pontos já fortes.

**54 a 80 pontos:** Você ainda não é muito empreendedor e provavelmente se comporta, na maior parte do tempo, como um administrador tradicional e não um

“fazedor”. Para se diferenciar e começar a praticar atitudes empreendedoras, procure analisar os seus principais pontos fracos e definir estratégias pessoais para eliminá-los.

**Menos de 53 pontos:** Você não é empreendedor e, se continuar a agir como age dificilmente será um. Isso não significa que você não tenha qualidades, apenas que prefere seguir a ser seguido. Se sua posição na empresa exigir um perfil mais empreendedor, reavalie sua carreira e seus objetivos pessoais.

Com isso podemos verificar que em todos os anos pesquisados, o 1º e 4º ano se encontram no terceiro ponto, onde eles não têm as atitudes necessários para se tornar um sua estratégia pessoal para alcançar as características necessários para se aproximar do perfil desejado.

Já o aluno pesquisado do 2º ano se encontra no quarto ponto, onde não tem as características desejadas para ser um empreendedor, e se desejar ser um deverá fazer mudanças bem relevantes em suas ações.

## 5. Considerações Finais

Através da pesquisa realizada com os acadêmicos do primeiro e último ano do curso de ciências contábeis, de 1 a 5 obteve-se uma média de 4 em relação ao interesse em empreender e concordam que para se tornar um empreendedor de sucesso deve haver o conhecimento sobre esta área, das respostas obtidas pode se notar que 80% já sentiram vontade de empreender, isto é, se dedicar ao seu próprio negócio, são capazes de tomar decisões, possuindo persistência em resolver os problemas e estão dispostos a atingir metas.

Com isso podemos responder nossa pergunta inicial, qual o perfil empreendedor de um ingressante e concluinte do curso de ciências contábeis em um centro universitário no oeste do Paraná?

A análise dos dados de forma percentual do total de respostas foi bastante satisfatória porém ao obter os resultados conforme a análise de Dornellas foi apresentado que os alunos não possuem os comportamentos necessários para se obter um perfil empreendedor, provavelmente se comportam como um administrador tradicional e para se diferenciar e começar a praticar atitudes empreendedoras, é

necessário analisar os seus principais pontos fracos e definir estratégias pessoais para eliminá-los.

Isso não significa que os mesmos não possam vir a ter, pois conforme os resultados, de 43 alunos do 1º ano 58% não tiveram nenhum contato com matérias relacionadas ao empreendedorismo, já os alunos do 4º ano 15% não tiveram esse mesmo contato, a falta de conhecimento sobre a área de empreendedorismo dificulta o entendimento do aluno e os impede de ter contato com elementos essenciais que forma um perfil empreendedor, do processo de empreender e de crescimento. Dolabela (1999) afirma que o início da disseminação da cultura empreendedora deve iniciar nas instituições de ensino por ter uma força de propagação melhor e reconhecer o empreendedorismo como um conhecimento.

Não podemos descartar a hipótese que os resultados obtidos podem não apresentar a realidade dos alunos, pois houve um percentual relevante de alunos que deixou várias perguntas do questionário sem respostas e isso influencia diretamente na fidedignidade dos resultados, como também a dificuldade da obtenção dos resultados corretos.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A. DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4ª. Barueri, São Paulo: Manole, 2012.

DANTAS, E. B. **“Empreendedorismo e Intra-Empreendedorismo. É preciso aprender a voar com os pés no chão”**. 2009 ver em [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt).

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**. 6ª ed. São Paulo: Editora de Cultura, 1999.

DOLABELA, Fernando. **Empreendedorismo uma Forma de Ser**. 1ª ed. Brasília: Aed, 2003.

DORNELAS, J. C. A. **Transformando ideias em negócios**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

IUDICIBUS, Sergio. MARION, José Carlos. Faria, Ana Cristina. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KOCHE, Jose Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas 2010.

McCLELLAND, D. C. **A sociedade competitiva: realização & progresso social**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

Robert D. Hisrich, “ **Entrepreneurship: methods for Creating New Companies Tht Have na Impacto n the Enconomic Renaissance of na Area**”. In Entrepreneurship, and Venture Capital. ed. Robert D. Hisrich (lexington, MA: Lexington Books, 1986), p.90.

## AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS: Conselho Deliberativo São Francisco de Assis – CDESFA e INSTITUTO IMPULSO

Cleber Antonio Modesto da Silva<sup>1</sup>  
Roberto Carlos Geremia<sup>2</sup>  
Lidiane Fernanda Rocha Daradda<sup>3</sup>

**Resumo:** O “Terceiro setor” é formado por entidades caracterizadas por não ter finalidade lucrativa, classificadas em ONG’s, OSCIP’s, Entidades filantrópicas, organizações sem fins lucrativos, fundações e outras formas de associações. Essas entidades atuam de forma a fomentar ações e programas que muitas vezes o governo por si só não consegue suprir. O presente estudo teve como objetivo analisar as demonstrações contábeis na entidade do terceiro setor “Conselho Deliberativo São Francisco de Assis (CDESFA)” de Cascavel-PR, identificando quais as principais normas e características componentes das demonstrações contábeis. O estudo se caracterizou como uma pesquisa descritiva e qualitativa, utilizando-se de estudo de caso, no ano de 2018. Os dados coletados foram obtidos através das demonstrações contábeis disponibilizadas pelos diretores. O estudo apontou que as entidades analisadas apresentam suas demonstrações contábeis conforme a legislação vigente aplicada ao terceiro setor, porém existe a necessidade de corrigir alguns procedimentos contábeis para a correta evidenciação de seus resultados, também constatou se que as mesmas não têm utilizado as demonstrações contábeis como ferramenta para a tomada de decisões.

**Palavras-chave:** Terceiro setor. Entidades sem Fins Lucrativo. Contabilidade. Demonstrações Contábeis.

### 1. Introdução

A ciência contábil e suas aplicações são essenciais para a geração de resultados dentro de organizações. A contabilidade tem grande relevância para o Terceiro setor que se diferencia dos demais por apresentar objetivos não ligados a lucratividade, classificadas como organizações não governamentais (ONG), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), entidades filantrópicas, organizações sem fins lucrativos e outras formas de associações civis sem fins lucrativos. Diante disso o governo, juntamente com os órgãos competentes analisam e fundamentam normas específicas para que as suas atividades e seus demonstrativos estejam de acordo com as normas brasileiras de contabilidade.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de ciências contábeis do centro universitário UNIVEL (2019)

<sup>2</sup> Graduando do curso de ciências contábeis do centro universitário UNIVEL (2019)

<sup>3</sup> Profa. Orientadora do curso de ciências contábeis do centro universitário UNIVEL. Mestre em administração (2012).

Diante disso se faz necessário observar as normas que regulamentam a atividade da contabilidade atuante no terceiro setor e através desta relevância, a problemática a ser abordada é a seguinte: Quais são as características das demonstrações contábeis voltadas para entidades sem fins lucrativos?

O objetivo consistiu-se em analisar as demonstrações contábeis nas entidades nas entidades sem fins lucrativos, denominadas “Conselho deliberativo São Francisco de Assis – CDESFA” e “Instituto Impulso”, na cidade de Cascavel-PR.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de ter o conhecimento das demonstrações contábeis nas entidades do terceiro setor e sua influência no processo de tomada de decisões.

## **2. Desenvolvimento**

O Terceiro Setor é essencial para a comunidade em geral, é composto por entidades privadas que buscam atender as demandas da população em áreas que o governo por si só não consegue atender, como por exemplo a educação, saúde, transporte, lazer, segurança e outras que são direitos constitucionais.

### **2.1 Terceiro Setor**

O Terceiro setor é formado por entidades privadas que não visam a finalidade lucrativa, destinando seus recursos para o exercício de atividades beneficentes e de interesse público.

Dentro do modelo trissetorial, o terceiro setor diferencia se entre os demais por apresentar iniciativa privada voltada para as finalidades de caráter público, pois o principal objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade. Buscando suprir a demanda da população através de áreas estratégicas, principalmente objetivando áreas beneficentes, recreativas, filantrópicas, religiosas, educacionais, científicas e várias outras que permitem a interação direta com a sociedade mais carente.

Diante disso, o terceiro setor ganha notoriedade, não com a finalidade de concorrer ou competir com o Governo mas sim unir forças e trabalhar conjuntamente em pontos onde este tem a dificuldade e incapacidade de agir, como por exemplo na educação, no lazer, no esporte, na cultura e na arte, ou seja, cumprir com os direitos



dos indivíduos inseridos na sociedade conforme (TAVARES NETO; FERNANDES, 2010).

A contabilidade exerce um papel necessário para que as entidades do terceiro setor possam cumprir com a legislação e evidenciar demonstrativos que sejam condizentes com os princípios e doutrinas contábeis aplicadas ao terceiro setor.

Essa preocupação em se manter idônea e ética no mercado, automaticamente acaba atraindo relações não somente com organizações não governamentais, mas também com órgãos governamentais que procuram essas entidades adquirindo auxílio e parceira para a manutenção e desenvolvimento dos projetos sociais. Outro fator de relevância é a atenção das entidades sem fins lucrativos quanto as certificações que são necessárias para estarem devidamente qualificadas a participar dos programas de assistência do governo federal. (Alexandre de Freitas Carneiro, Deyvison de Lima Oliveira e Luciene Cristina Torres, 2011)

## **2.2 Demonstrações Contábeis**

Assim como outras organizações e empresas regidas por regimes de tributação como Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real, as entidades qualificadas como Imunes e Isentas, ou seja, as entidades sem fins lucrativos também aderem a prática de elaborar as demonstrações contábeis, isto se deve a diversos fatores. Conforme SLOWSKI et al. (2012) a finalidade da elaboração e evidenciação das demonstrações contábeis está na representação da situação patrimonial, bem como o desempenho financeiro da mesma. Sendo assim precisam ser informações úteis que permitam possibilidade de previsão e prospecção sobre seus recursos patrimoniais para que as utilizem como uma ferramenta de auxílio para a tomada de decisões.

As peculiaridades e normas aplicadas diretamente as demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos são previstas e elaboras pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), explicitamente dadas pela RESOLUÇÃO ITG 2002 anteriormente publicada no D.O.U em 27/09/2012 e logo após pela ITG 2002 (R1) onde a letra R identifica sua alteração, logo está em sua primeira alteração publicada no D.O.U em 02/09/2015.

Essa norma é imprescindível para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas entidades sem fins lucrativos tenham padronização e sejam uniformes, de modo que sua evidenciação de maneira adequada facilite o entendimento dos usuários internos compreendidos em seu contexto operacional e gerencial, assim como os externos, destacados por beneficiários e investidores que tem visões pautadas na responsabilidade sócio ambiental.

Com relação as demonstrações contábeis obrigatórias, conforme Item 22 da ITG 2002 (R1) as entidades sem fins lucrativos têm o dever de elaborar o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Período (DRP), a Demonstração dos Fluxo de Caixa (DFC), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas (NE), em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

O Balanço Patrimonial segundo Luz (2015) é um dos relatórios contábeis obrigatórios compreendidos pela Lei das Sociedades por Ações, esse relatório em tese demonstra a situação financeira e econômica de um patrimônio em determinado período, evidenciando seus bens, direitos e obrigações possibilitando ao usuário analisar a composição desse patrimônio e suas mutações.

De grande valia, o item 23 dado pela ITG 2002 (R1) disserta sobre a denominação do Capital onde sua aplicação as entidades sem fins lucrativos devem ter a substituição pela denominação Patrimônio Social, integrante do Patrimônio Líquido.

Em conformidade com o pensamento de Slomski et al (2012) a Demonstração do Resultado do Exercício é o relatório que evidencia todas as operações econômicas da entidade, onde são evidenciadas as receitas e despesas, os ganhos e perdas e o resultado do período provenientes das atividades necessárias para o alcance de seus objetivos estatutários.

A NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa discorre e prevê as relações da contabilidade aplicadas aos fluxos decorrentes do caixa e equivalentes, portanto a DFC se faz necessária para os usuários terem compreensão da capacidade da geração de caixa e equivalentes de caixa, assim como a demanda do uso desses recursos.

Conforme LUZ (2015) a DMPL – Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido é um relatório abrangente e dinâmica que comprova todas operações envolvendo o patrimônio líquido durante o período analisado. Nesse demonstrativo pode se analisar quais foram os impactos decorrentes das atividades prestadas, o patrimônio social, o resultado obtido (superávit ou déficit) e a aplicação de cada um em reservas.

As entidades sem fins lucrativos devem evidenciar através de notas explicativas, informações que objetivem explicar a situação da organização no período compreendido pelas demonstrações contábeis. De maneira a facilitar o entendimento e compreensão das suas operações e resultados para os seus usuários, mostrando transparência e ética na elaboração de suas demonstrações conforme os princípios contábeis e normas brasileiras de contabilidade.

### **3 Metodologia**

Quanto aos objetivos do estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva. Para Gil (2008, p. 42) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

No pensamento de Prodanov (2013) os estudos descritivos ocorrem quando o pesquisador registra os fatos sem interferir nos fenômenos utilizando-se de técnicas de coleta de dados como a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação a fim de fazer o levantamento dos dados e interpretá-los para expor seus impactos no processo.

Em relação aos procedimentos de pesquisa adotou-se um estudo de caso analisando as demonstrações contábeis de uma entidade do terceiro setor.

De acordo com Gil:

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados. (GIL, 2008, p. 54).

Conforme Yin corrobora (2001, p.32): “o estudo de caso é uma investigação

empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

O presente adoutou uma pesquisa qualitativa. Conforme relatado por Gerhardt e Silveira, (2009, p. 32):

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

O período da coleta de dados ocorreram no mês de agosto e setembro de 2019 e análise ocorreu em outubro de 2019 referente as demonstrações contábeis do período de 2018.

## **4 RESULTADOS**

### **4.1 As entidades**

Com o objetivo de analisar as demonstrações contábeis aplicadas as entidades sem fins lucrativos, o presente estudo de caso analisou por meio de análise documental as entidades “Conselho deliberativo São Francisco de Assis – CDESFA”, pessoa jurídica de direito privado, associação civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Cascavel, estado do Paraná, com sua constituição e fundação aprovada em 23/08/2006 tendo como objeto, atividades de associações de defesa a direitos sociais e atividades associativas ligadas à cultura e à arte; e “INSTITUTO IMPULSO”, pessoa jurídica de direito privado, associação sem fins lucrativos, com sede e foro jurídico na cidade de Cascavel, estado do Paraná, com sua instituição e fundação aprovada em 16/02/2017 tendo como objeto atividades de associações de defesa a direitos sociais e atividades associativas ligadas à cultura e à arte.

### **4.2 Comparativo das demonstrações contábeis da entidade x legislação contábil**

As entidades sem fins lucrativos conforme disponibilizado na ITG 2002 (R1) e outras normas aplicadas a Pequenas e Médias Empresas, devem apresentar demonstrações contábeis não somente para atender ao fisco, mas também para os seus associados, a comunidade em geral e demais interessados. São fundamentais

para que os gestores dessas entidades possam ter influência sobre sua real situação e poder fazer a tomada de decisões com maior precisão. Tendo como embasamento a normatização, foi feito o quadro abaixo para identificar se as entidades analisadas apresentam todas as demonstrações contábeis aplicadas as entidades sem fins lucrativos, desta forma identificamos com o termo “apresentou” para as demonstrações que foram realizadas e apresentadas, e com o termo “não apresentou” para declarações que estão pendentes de evidenciação e apresentação.

**Quadro 1** - Identificação das demonstrações contábeis

<b>Demonstração Contábeis</b>	<b>CDESFA</b>	<b>INSTITUTO IMPULSO</b>
Balço Patrimonial	Apresentou	Apresentou
Demonstração do Resultado do Período	Apresentou	Apresentou
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Apresentou	Apresentou
Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido	Não Apresentou	Não Apresentou
Notas Explicativas	Apresentou	Apresentou

**Fonte:** Os autores (2019).

No quadro apresentado acima, foi observado que a entidade CDESFA assim como o Instituto Impulso não apresentaram a DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), a justificativa é que as mesmas não tiveram movimentação que influenciou na mutação do patrimônio social. Diante disso, orientamos que seja realizada a demonstração mesmo sem a movimentação, sendo evidenciada com os valores originais e fidedignos.

#### **4.2.1 Balço Patrimonial**

A Análise do Balço Patrimonial teve o objetivo de verificar se as contas patrimoniais estavam de acordo com os princípios e normas brasileiras de contabilidade. As contas de Caixas e equivalentes de caixas devem estar separadas por recursos “Com restrição” e recursos “sem restrição”; A depreciação dos ativos imobilizados devem ser aplicadas conforme a norma geral de contabilidade; Deve haver separação entre Ativo Circulante e Não Circulante, assim como Passivo Circulante e Não Circulante.

CDESFA: A entidade está separando as contas com restrição e sem restrição, contudo esta não recebeu no período analisado recursos advindos da esfera governamental, por esse motivo não tem movimento em conta de recursos “com restrição”. Os ativos imobilizados estão evidenciados de maneira correta, porém constatou-se que não houve depreciação em um dos meses analisados. Também identificamos que a estrutura está separada entre Circulante para recursos até 12 meses, e não circulante para recursos que sejam superiores a 12 meses.

INSTITUTO IMPULSO: A organização de igual forma está segregando as contas com restrição e sem restrição, porém não recebeu no período analisado recursos advindos da esfera governamental, por esse motivo não tem movimento em conta de recursos “com restrição”. A entidade não possui bens em seu ativo imobilizado. A estrutura está separada entre Circulante para recursos até 12 meses, e não circulante para recursos que sejam superiores a 12 meses.

#### **4.2.2 Demonstração do Resultado do Período/Exercício**

A Demonstração do Resultado do Período foi analisada com bastante motivação, pois esta é uma das principais ferramentas que evidenciam quais são as receitas e despesas que as entidades estão tendo para fazer suas atividades permanecerem ativas. E, com isso a DRP no terceiro setor tem regras diferenciadas para que todos os fatos sejam corretamente alocados e evidenciados no período. No CDESFA assim como no Instituto Impulso não estão sendo contabilizadas as horas de voluntariado em seu DRE, conforme o item 19 da ITG 2002 (R1) o trabalho voluntário seja por pessoas da comunidade ou pelos próprios administradores deve ser registrado e reconhecido pelo valor justo dos serviços prestados, como se de fato tivesse ocorrido o desembolso de valores. Diante disso, sugerimos aos administradores de ambas as entidades, para que a contabilização seja efetuada de forma coerente e correta, de forma a demonstrar informações que anteriormente não eram vistas com relevância. Ainda, sendo realizado e assinado um termo de trabalho voluntariado para cada indivíduo envolvido com os trabalhos das organizações.

O reconhecimento conforme item 8 da ITG 2002 (R1) dentro das entidades analisadas seguiu o princípio da Competência, ou seja, o registro contábil aconteceu

independente de seu recebimento ou pagamento, tendo em vista a provisão dos recursos e o gerenciamento para planejamento das atividades.

As entidades analisadas não possuem benefícios advindos de órgão governamentais, nem possuem certificados de assistência social, porém caso venham a ter esses benefícios deverão fazer a segregação dos demais recursos.

O resultado de ambas as entidades foi positivo no ano de 2018, os superávits alcançados foram incorporados ao patrimônio Social.

Abaixo um quadro evidenciando a conformidade ou não dos principais itens que são analisados na demonstração do resultado do exercício nas entidades CDESFA e Instituto Impulso.

**Quadro 2 - Demonstração do Resultado do Período**

Orientação	CDESFA	Instituto Impulso
Receitas e despesas devem ser reconhecidas pelo princípio da Competência. (Item 8 ITG 2002 (R1))	m conformidade	m conformidade
As doações e as subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. (Item 9 ITG 2002 (R1))	m conformidade	m conformidade
Segregação das receitas e despesas por atividade. (Item 10 ITG 2002 (R1))	Em conformidade	m conformidade
Receitas com aplicações específicas, segregadas das demais (Item 12 ITG 2002 (R1))	m conformidade	m conformidade
Benefícios concedidos devem ser segregados. (Item 13 ITG 2002 (R1))	m conformidade	m conformidade
Constituir provisão para perdas sobre créditos. (Item 14 ITG 2002 (R1))	m conformidade	m conformidade
O valor do Superávit ou Déficit deverá ser incorporado ao Patrimônio Social. (Item 15 ITG 2002 (R1))	m conformidade	m conformidade
Os registros contábeis devem ser segregados, permitindo a apuração das informações em prestações de contas. (Item 17 ITG 2002 (R1))	m conformidade	m conformidade



Fonte: Os autores (2019).

#### **4.2.3 Demonstração dos fluxos de Caixa**

As demonstrações de fluxos de caixas foram analisadas e estas estão sendo realizadas com vistas a atender a prerrogativa de quais são as atividades que estão tendo maior fluxo dentro das entidades, ou seja, esta ferramenta possibilita identificar as informações relevantes sobre recebimentos e pagamentos em dinheiro. Para melhor desempenho ambas organizações optaram pela sistemática pelo método direto, fazendo a segregação dos fluxos Operacionais, Investimentos e Financiamentos.

Conforme Item 25 da ITG 2002 (R1), as doações devem ser classificadas dentro da DFC como atividades operacionais, as entidades analisadas estão fazendo a correta evidenciação desses recursos recebidos de pessoas físicas, empresas, outras entidades, etc.

CDESFA: Optou pelo Método Direto.

INSTITUTO IMPULSO: Optou pelo Método Direto.

#### **4.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

As demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido foram requisitadas, porém as entidades não fazem a utilização e evidenciação destas, pois foi justificado pelas entidades que não existe movimentação influenciadora na mutação do patrimônio líquido. Contudo, foi orientado aos gestores que façam o uso, e utilizem desta demonstração para que a entidade esteja em conformidade com a legislação vigente. Até mesmo, que o resultado obtido no final do exercício já é fato gerador para influenciar no Superávit ou Déficit acumulados constantes na DMPL.

#### **4.3 Nomenclaturas específicas ao Terceiro Setor**

Embora as entidades sem fins lucrativos atendam o mesmo disposto em relação a contabilidade geral tendo uma estrutura padrão, isto devido a padronização

da contabilidade, não somente no Brasil, mas também em todo mundo por meio da IFRS (Internacional Financial Reporting Standards) que significa Normas Internacionais de Informação Financeira, se diferenciam das empresas que visão lucro, por algumas nomenclaturas específicas e formas de evidenciação aplicadas ao terceiro setor. O principal objetivo foi analisar se as demonstrações contábeis estão atendendo essas normas, através disto, foi realizado o quadro abaixo que demonstra se a entidade está de acordo em relação a suas nomenclaturas específicas.

**Quadro 3** - Análise das nomenclaturas específicas ao terceiro setor.

Padrão	Nomenclatura específica	CDESFA	Instituto Impulso
Capital	Patrimônio Social	Em conformidade	Em conformidade
Lucros e Prejuízos Acumulados	Superávit ou Déficit Acumulados	Em conformidade	Em conformidade
Demonstração de resultado	Demonstração de Superávit ou Déficit	Não conformidade	Não conformidade
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	Não conformidade	Não conformidade
Lucro	Superávit	Em conformidade	Em conformidade
Prejuízo	Déficit	Em conformidade	Em conformidade

**Fonte:** Os autores (2019).

Conforme exposto no quadro acima, as entidades analisadas fazem o uso parcial de algumas nomenclaturas específicas ao terceiro setor em suas demonstrações contábeis, porém existem algumas demonstrações que precisam fazer a alteração completa de nomenclaturas para que estejam em conformidade com as exigências previstas para estas entidades.

## 5 Considerações Finais

O presente trabalho científico teve como objetivo analisar as demonstrações contábeis aplicadas a entidade sem fins lucrativos, pois o número de entidades pertencentes a esse grupo é significativo e se deriva da grande carência que a

população demanda nas diversas áreas sociais, portanto se fez necessário identificar se a entidade analisada estava realizando suas atividades contábeis embasadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes e aplicadas ao terceiro setor regidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Contatou-se que as entidades do terceiro setor analisadas, estão evidenciando suas demonstrações contábeis exigidas por lei, porém ambas não tinham a DMPL, diante disso foi orientado sobre como é fundamental ter essa demonstração para averiguar quais são os resultados influenciadores nas contas do patrimônio líquido. Ainda, foi identificado que a maioria das nomenclaturas estão de acordo e em conformidade com o padrão das normas contábeis exigidas pela ITG 2002 (R1), porém existem algumas nomenclaturas a serem corrigidas.

Para trabalhos futuros, damos como sugestão a realização de uma pesquisa com maior profundidade nos benefícios fiscais e outros concedidos a entidades sem fins lucrativos, buscando observar a relevância e o impacto causado, pelo motivo de muitas destas terem dificuldade de manterem suas atividades devido a pouca entrada de recursos e investimentos por terceiros, assim tendo maior oportunidade de trabalhar e gerir suas atividades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **NBC-ITG-2002-(R1) Entidade sem finalidade de lucro**. Disponível em: < [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002(R1).pdf) > Acesso em: 10 de abril de 2019.

BRASIL. **NBC-TG-03 (R3) Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Disponível em: < [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG03\(R3\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG03(R3).pdf) > Acesso em: 10 de abril de 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUZ, ÉRICO ELEUTÉRIO DA. **Teoria da contabilidade** – Curitiba: InterSaberes, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SLOMSKI, Valmor; OLAK, Paulo Arnaldo; REZENDE, Amaury Jose; CRUZ, Cassia Vanessa Olak Alves. **Contabilidade do Terceiro Setor**. São Paulo, SP: Ed. Atlas, 2012.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

TAVARES NETO , J. Q.; FERNANDE S, A. O. **Terceiro setor e interesses coletivos: as alternativas sociais na busca da cidadania** - 2010.

## **AUDITORIA INTERNA: UMA FERRAMENTA PARA A GESTÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**

Marcia Angela de Barros<sup>1</sup>  
Valéria de Oliveira Fabri Leite<sup>2</sup>  
José Roberto Domingues da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** Este estudo teve como objetivo apresentar a importância da Auditoria Interna como uma ferramenta relevante para a gestão das pequenas e médias empresas. A metodologia consistiu por uma pesquisa do tipo levantamento ou *survey*, como instrumento técnico de coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado por perguntas objetivas, aplicados aos contadores dos escritórios de contabilidade da cidade de Cascavel-PR. A maneira de abordar o problema utilizado neste trabalho se caracteriza como quantitativa. A auditoria Interna vem se tornando uma ferramenta indispensável para o sucesso e crescimento das empresas, auxiliando não somente na identificação dos erros e fraudes, mas também por meios de relatórios analisam as informações que são repassadas de forma que estejam em tempo real e fidedigno. Ao analisar a opinião dos contadores com relação a necessidade da auditoria Interna para as pequenas e médias empresas, observou-se que por meio das respostas obtidas, muitas PMEs não possuem o departamento de auditoria interna, mas consideram relevantes as técnicas de auditoria na gestão dos negócios de seus clientes.

**Palavras-chave:** Auditoria Interna. Ferramenta. Pequenas e médias empresas. Gestão.

### **1. INTRODUÇÃO**

A Auditoria é uma técnica contábil que consiste na verificação da exatidão e fidedignidade, revisar as demonstrações contábeis por meio de relatórios, transações e operações de uma entidade, para garantir a veracidade das informações (RIBEIRO, 2017).

A Auditoria Interna se caracteriza como uma ferramenta que auxilia as empresas a alcançar seus objetivos, ou seja, avaliar e prestar ajuda a alta administração, sendo assim ajudando a adicionar valor e melhorar as operações e resultados de uma organização. Observa-se que atualmente a Auditoria vem buscando aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários, utilizando-se dos serviços do auditor. Sendo o Auditor Interno um

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL (2019)

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL (2019).

<sup>3</sup> Professor Orientador. Mestre em Administração – Centro Universitário UNIVEL. (2019)

profissional que faz parte do quadro de funcionários da empresa, na qual busca elaborar e se responsabilizar pelos procedimentos técnicos da organização para evitar erros e fraudes. (SENA, 2016)

Dessa maneira o presente estudo buscou responder a seguinte questão: qual a visão dos contadores dos Escritórios de Contabilidade de Cascavel, Pr, com relação a necessidade de aplicar as técnicas de auditoria nas PMEs (Pequenas e Médias Empresas)? Para tanto elaborou-se o objetivo de analisar a opinião dos contadores dos escritórios de contabilidade da cidade de Cascavel-PR com relação a importância de se ter um Auditor Interno nas PMEs (Pequenas e Médias Empresas). Tal tema oportunizou aprofundar os conhecimentos teóricos adquiridos no decorrer do curso, além de disponibilizar material para futuras pesquisas.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A auditoria de acordo com Attie, (1998). “A auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”. Existem diversos tipos de auditoria a saber

### 2.1 Tipos de Auditoria

A auditoria possui diversas áreas de atuação como, a) **Auditoria Externa:** Realizado pelo profissional independente que não possui vínculo com a empresa, tem como finalidade analisar a situação financeira e patrimonial, registros contábeis, adoção das normas, avaliar o grau de confiança da empresa com relação ao mercado, com o intuito de prevenção de fraudes, e emitir a partir do relatório um parecer sobre a situação da empresa. (BÔAS, SANTOS 2017); b) **Auditoria Interna:** Faz parte do quadro de funcionário da empresa, subordinado pela administração. Tem como finalidade auxiliar, analisar, verificar e revisão do controle interno, contábil e financeiros, ou seja, todos os setores da empresa. O auditor interno analisa e investiga as informações dentro da empresa, se esta sendo seguindo corretamente de acordo com as normas, evitando as situações que pode comprometer a empresa como erros e fraudes. (BONFANTI, MAILAN 2017); Existem outro tipos de auditoria que não são

objeto deste estudo a exemplo de Auditoria Governamental; Auditoria Fiscal e Tributaria; Auditoria de Sistema: Auditoria de Qualidade: Auditoria Ambiental:

## **2.2 Auditoria Interna**

A auditoria Interna, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TI 01, aprovada pela Resolução do CFC nº. 986/03 é o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade. Dessa forma, o enfoque da NBC TI 01 está nas demonstrações contábeis, que refletem as operações praticadas pela organização, a fim de identificar e apresentar reforços que possam aperfeiçoar os processos, a gestão e os controles internos da mesma.

Por sua vez, a auditoria interna é aquela exercida pelo profissional que faz parte do quadro de funcionários da empresa, ou seja, o profissional que possui vínculo empregatício com a mesma. O auditor interno é aquele profissional especializado para analisar os processos internos da empresa com objetivo de atender as necessidades da administração, evitando até mesmo possíveis fraudes e erros. (SENA, 2016)

## **2.3. Objetivos da Auditoria Interna**

Segundo Sena (2016), a auditoria interna tem como principais objetivos: a) Verificar se a empresa auditada está seguindo corretamente as normas e procedimentos. A auditoria interna avalia a necessidade adotar novas normas ou modificação da existente; b) Verificar se as demonstrações contábeis condizem com os valores apresentados sobre a situação financeira, econômica e patrimonial da entidade; c) Analisar as informações e dados contábeis, repassadas aos usuários, se está em tempo real e tempestiva. Determinar o grau de confiança das informações; d) Detecção de erros e fraudes, que possam gerar algum impacto dentro da entidade; e) Emitir opinião e propor melhorias.

Além desses objetivos citados, vale constatar que a auditoria interna, é executada por um profissional ligado a empresa, e o mesmo tem que estar habilitado ao CRC (Conselho Regional de Contabilidade) para exercer o papel de auditoria. O



auditor deve ser independente aos assuntos relacionados ao seu trabalho, aplicando o máximo de cuidado e zelo em sua opinião, e na exposição de seu trabalho. (SENA, 2016)

#### **2.4 Importância da Auditoria Interna**

Devido ao avanço tecnológico e a competitividade no mercado, é necessário que as empresas busquem diversificar suas atividades, reduzindo os possíveis riscos de negócios, ou seja, com a presença do auditor interno o mesmo irá assessorar a administração da empresa, com o intuito de direcionar as pequenas e médias empresas para a competitividade do mercado. (RAQUEL, 2016)

A auditoria interna é importante para a entidade principalmente com relação à aplicabilidade e adequação de controles internos, financeiros e operacionais, como também avaliação da qualidade e desempenho na execução das responsabilidades das tarefas determinando a fidelidade dos dados administrativos originados na empresa, com o intuito de recomendação de melhorias operacionais. (CREPALDI, 2013)

#### **2.5 Normas do profissional de auditoria interna**

Existem normas que regem o desempenho das atribuições dos auditores internos ou independente, dentro das organizações que são regulamentadas nas NBCs (Normas Brasileiras de Contabilidade).

A NBC PI 01 foi aprovada pela Resolução do CFC n.º 781/95, no dia 10/04/1995 e foi revogada pela Resolução NBC PG 100 no ano de 2014 (Aplicação Geral dos Profissionais de Contabilidade) que converge as Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais.

Devido a sua alteração, a nova norma tem por base as seções 100, 110, 120, 130, 140 e 150 que estão alinhadas ao Código de Ética da Federação Internacional de Contadores, o IFAC (*International Federation of Accountants*) e tratam: a) Seção 100 – Introdução e princípios éticos; b) Seção 110 – Integridade ; c) Seção 120 – Objetividade; d) Seção 130 – Competência e zelo profissional; e) Seção 140 – Sigilo profissional; f) Seção 150 – Comportamento profissional

## **2.6 O papel e o perfil do Auditor Interno**

Alguns anos atrás o auditor era visto como autoritário, uma forma de exercer pressão, um julgamento, crítica, era aquele que apontava os erros e denunciava o que causava certo desconforto às empresas, tanto que atualmente ainda existem pessoas que evidenciam essa imagem do auditor. Porém com as mudanças que vem ocorrendo no cenário da auditoria, uma nova visão do auditor vem sendo construído, pois ela possui um papel muito abrangente e importante dentro da empresa, auxiliando a encontrar o melhor caminho e a melhor forma de atingir seus objetivos. (FLORIZINO, SILVÉRIO 2014)

## **2.7 Vantagens da Auditoria Interna**

Crepaldi (2013) ciita vantagens que a auditoria interna traz para os investidores (titulares do capital) e para o Fisco: contribuição para maior exatidão das demonstrações contábeis; melhores informações sobre situação econômica, patrimonial e financeira das empresas; maior exatidão das demonstrações e resultados contábeis; maior observância das leis fiscais; Uma auditoria interna eficaz ajuda as empresas a atingir metas e objetivos, protegendo-as de distorções financeiras e apresentando uma imagem confiável da empresa para o mercado. A principal vantagem da auditoria interna é proporcionar e oferecer informações fidedignas a respeito da real situação da entidade e o seu desempenho diante do mercado empresarial (RAQUEL, 2016).

## **2.8 Controle Interno**

O conceito de controle interno esta relacionado, como sendo um conjunto de medidas adotadas pela empresa com o intuito de proteger seu patrimônio, tendo como foco principal proteger os ativos da empresa para evitar falhas, dessa forma temo papel de acompanhar e fiscalizar a mesma.

No entanto para (Attie, 1998) o Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados, AICPA, afirma que o

controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotadas pela empresa, para proteger seu patrimônio. Diante desse contexto, o auditor interno deve sentir-se à vontade para examinar a integridade, a adequação e eficácia dos controles internos e demais estruturas dentro da empresa. A credibilidade da auditoria interna configura-se na independência, esse fato é essencial para a eficiência do serviço do auditor interno (RAQUEL, 2016).

## **2.9 Fraude e Erro**

De acordo com a resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1.329/11 alterou a sigla e a numeração desta Norma de NBC T 12 para NBC TI 01, o termo “fraude” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.

O termo “erro” aplica-se a ato não intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.

Cordeiro (2013, pág.117) define erro referindo-se a equívocos não intencionais nas demonstrações financeiras, como equívocos matemáticos ou de escrituração nos registros subjacentes e dados contábeis; Omissão ou má interpretação de saldos; Má aplicação de políticas contábeis. por outro lado Gonçalves (1968), acrescenta sobre a diferença básica entre erro e fraude, no erro há um conceito de inexatidão, de oposição à verdade, ou afastamento desta. Na fraude há sempre um conceito de má fé, de intencionalidade imoral. O erro é o fenômeno geral, sem causação compulsória de ordem moral. A fraude é sempre fenômeno ou plano moral, com repercussões na ordem criminal. (GONÇALVES, 1968)

## **2.11 Pequenas e Médias Empresas – PMES**

Pequenas e Médias Empresas também chamadas de PME, trata se de uma sigla que é utilizada para classificar o porte de uma empresa em relação ao número de trabalhadores empregados dentro da empresa e sobre o seu faturamento anual.

De acordo com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) microempresa: até 9 empregados para comércio e prestação de serviços e até 19 empregados para indústrias: e pequena empresa de 10 a 49 empregados no comércio e serviços e de 20 a 99 empregados para indústria (SEBRAE, 2013)

As Pequenas e Médias Empresas possui uma relevância sócia econômica, e vêm crescendo consideravelmente nos cenários atuais, com uma tecnologia mais avançada, contribuindo para a geração de empregos. Apesar deste crescimento surgem os fatores de riscos, onde os empreendedores acreditam que a sua empresa não necessita da atenção de um especialista e acabam por elaborar as informações e demonstrações contábeis por conta própria, sem o auxílio e opinião deste profissional. (SENA, 2016).

### **3. METODOLOGIA**

O presente estudo adotou a pesquisa descritiva, que de acordo com Gil(2008, p. 28) “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” Desta forma buscou descrever a partir de pesquisa bibliográfica, compreensão da percepção dos contadores a respeito da necessidade das técnicas de auditoria interna nas micro e pequenas empresas de Cascavel, Pr .o corte foi transversal no período de julho e agosto de 2019, sem evolução dos dados no tempo.

Para o presente estudo lançou-se mão do procedimento levantamento ou *survey*, esse tipo de procedimento busca coletar informações de uma amostra de determinada população escolhida, contudo é fato que nenhuma amostra é perfeita, portanto a margem de erro pode variar (BEUREN, 2006). De acordo com Gil (2008, p. 55) “As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário, que Gil (2008, p. 121) define como “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, etc.” A amostra do presente

estudo foram 10 escritórios de contabilidade de Cascavel, Pr, selecionados aleatoriamente. Os questionários foram enviados por *email*. Os dados foram tratados numericamente, por meio de estatística simples e analisados descritivamente.

#### 4. RESULTADOS

O questionário oportunizou a elaboração de um perfil sobre os respondentes, bem como a análise de suas percepções a acerca das questões apresentadas sobre a relevância da auditoria interna nas pequenas e microempresas de Cascavel, PR. Identificou-se que 60% dos respondentes possuem mais de 36 anos; 30% de 21 a 25 anos e 10% entre 26 e 30 anos; com relação a formação acadêmica evidenciou-se que 100% dos profissionais são formados em Ciências Contábeis. Também buscou identificar a área de atuação dos respondentes, cujas respostas constam do quadro 1.

**Quadro 01-** ramo de atuação dos respondentes

Escritório	Industrial	Comercial	Prestação de Serviços
Escritório 01	X	X	X
Escritório 02		X	
Escritório 03			X
Escritório 04		X	
Escritório 05			X
Escritório 06		X	
Escritório 07		X	X
Escritório 08			X
Escritório 09		X	
Escritório 10			X

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2019)

O quadro 1 permitiu identificar que os clientes dos escritórios estão vinculados tanto a indústria, comércio e prestação de serviço e 90% dos escritórios pesquisados atendem empresa do ramo comercial e prestação do serviço, onde enquadram a grande maioria das micro e pequenas empresas.

#### 4.1 DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS UTILIZADA NA GESTÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

As informações contábeis são produzidas através dos demonstrativos contábeis que tem como finalidade preparar, levantar e, apresentar os resultados da

gestão do patrimônio da empresa, indagou-se aos respondentes sobre a disponibilização dos relatórios contábeis para os seus clientes, as respostas constam do quadro 2, utilizando os seguintes indicadores: S - Sim; e NR - não respondeu.

**Quadro 02:** Demonstrativos contábeis disponibilizados aos clientes para gestão das PMEs.

Escritório	DRE	BP	DFC	DMPL	BM	DVA	Notas explicativas
Escritório 01	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR
Escritório 02	S	S	S	S	S	N	S
Escritório 03	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR
Escritório 04	S	S	S	S	S	N	S
Escritório 05	S	S	S	N	S	N	N
Escritório 06	S	S	S	S	S	N	S
Escritório 07	S	S	S	S	S	N	S
Escritório 08	S	S	S	N	S	N	N
Escritório 09	S	S	N	N	N	N	N
Escritório 10	S	S	S	S	S	S	S

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2019)

O quadro 2 demonstra os demonstrativos contábeis que são disponibilizados ao cliente, verificou-se que 70% dos escritórios disponibilizam ao cliente, Demonstração do Resultado Exercido (DRE), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), e Balancete Mensal (BM), 30% Demonstração do patrimônio Líquido e 10% disponibiliza o Demonstrativo do Valor Adicionado (DVA), além dessas opções descritas no quadro 02, os escritórios abordaram alguns exemplos como acompanhamento do faturamento e compra, análise de impostos, e resumo de folha de pagamento.

#### 4.2 AVALIAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna tem a finalidade de desenvolver um plano de ação que ajude os gestores a atingir seus objetivos na empresa, o auditor interno deve avaliar os controles contábeis, financeiros e operacionais da empresa, avaliar os riscos e atestar se está ocorrendo de maneira correta o cumprimento das normas e políticas definidas pela empresa. Buscou-se identificar junto aos contadores respondentes o grau de importância de alguns dos objetivos da auditoria interna para os clientes. A tabela 1 demonstra as respostas, classificadas da seguinte forma grau 5 - extremamente importante; 4 - importante; 3 média importância; 2 - pouca e 1 nenhuma importância .

**Tabela 1:** Importância da auditoria interna para a gestão da empresa.

Objetivos	5	4	3	2	1	Total
Prevenção e detecção de fraudes	<b>60%</b>	20%	10%	10%	0%	100%
Avaliação de risco do negócio	<b>50%</b>	20%	20%	10%	0%	100%
Confiança na informação contábil	<b>80%</b>	20%	0%	0%	0%	100%
Cumprimento das normas e leis	<b>40%</b>	30%	30%	0%	0%	100%
Empresa mais competitiva	30%	20%	<b>50%</b>	0%	0%	100%
Maior controle dos processos	<b>50%</b>	30%	20%	0%	0%	100%
Maior probabilidade financiamento e investidores externos	<b>40%</b>	30%	10%	20%	0%	100%
Maior confiabilidade das informações	<b>60%</b>	20%	20%	0%	0%	100%
Menor probabilidade de penalizações judiciais	<b>50%</b>	20%	10%	10%	10%	100%

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2019)

Diante das informações constantes na tabela 1, pode se observar que os respondentes relacionam a auditoria interna como atividade que detecta e previne fraudes, sendo assim 60% concordam que ela é de extrema importância, visto que a eliminação dos erros e fraudes, auxilia na veracidade e credibilidade das informações apresentadas. Outros 80% consideram que a confiança nas demonstrações contábeis é muito relevante pois o auditor interno analisa, interpreta, e documenta as informações que são obtidas, sejam elas físicas, contábeis, financeira ou operacional, visando maior segurança nos relatórios patrimonial e confiança nos relatórios contábeis para tomada de decisões. também foi possível identificar que para as questões de avaliação de risco do negócio, empresa mais competitiva, maior controle dos processos, são relevantes na gestão das empresas, e também das PMEs. Elencou-se alguns procedimentos de auditoria interna para verificar a concordância dos respondentes, classificando as respostas em 1- discordo totalmente, 2- discordo, 3- não tenho opinião, 4 – concordo, e 5- concordo totalmente.

**Tabela 2:** relevância dos procedimentos de auditoria nas PMES

Procedimentos	1	2	3	4	5	Total
Melhoria dos controles internos nas pequenas e médias empresas.	0%	0%	0%	30%	70%	100%
O relatório de auditoria interna é importante, no processo de gestão da empresa.	0%	0%	0%	60%	40%	100%
A auditoria interna é importante para alcance dos objetivos das empresas.	0%	0%	30%	20%	50%	100%
A auditoria deve ser independente em relação as pessoas, cujo trabalho é examinar, verificar os processos da empresa.	0%	0%	30%	40%	30%	100%



A auditoria interna deve verificar se as normas internas estão sendo seguidas.	0 %	0%	0%	10 %	90 %	100 %
A auditoria interna possibilita o maior número de teste em relação a auditoria externa.	0 %	30 %	10 %	20 %	40 %	100 %
A auditoria interna também pode identificar responsáveis por erros e fraudes.	0 %	0%	0%	30 %	70 %	100 %
A auditoria interna agrega valor à empresa.	0 %	0%	0%	50 %	50 %	100 %
As evidências encontradas pela auditoria interna devem ser analisadas e tratadas tempestivamente.	0 %	0%	20 %	20 %	60 %	100 %

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2019)

A tabela 2 relaciona a concordância dos respondentes com relação à auditoria interna, observou-se que 90% dos respondentes concordam totalmente, que a auditoria deve verificar se as normas internas estão sendo seguidas, ou seja, o auditor interno avalia se a empresa está seguindo corretamente o que foi definido nas normas e procedimentos, como também avalia a necessidade de adotar novas normas ou modificar as já existentes. Outro ponto com 70% que os respondentes avaliam como sendo importante, é que a auditoria contribui para a melhoria do controle interno, pois o mesmo, é a peça fundamental para o funcionamento das empresas, é uma ferramenta que auxilia a melhor condução de que seu negócio esteja no rumo e objetivos traçados. Outros 70% dos respondentes concordam totalmente que a auditoria interna também pode identificar os erros ou fraudes, ou seja, o auditor ao detectar esses possíveis sinais, ele comunica a administração da empresa, apontando os reflexos nas demonstrações contábeis e instruindo a correção. Verificou-se que todos os procedimentos de auditoria foram validados como necessários a gestão das PMEs.

Por outro lado buscou-se a informação sobre os motivos positivos para implantação do uso da auditoria interna em PMEs, verificou-se que para 70% dos respondentes é o controle interno das atividades da empresa relacionado a um conjunto de medidas adotadas pela empresa, com o intuito de proteger o patrimônio, tendo como foco principal a proteção dos ativos da empresa para evitar falhas, dessa forma o auditor tem o papel de acompanhar e fiscalizar os controles internos.; e 30% identificou a relevância para auxílio aos gestores no conhecimento da empresa, onde pode avaliar o uso da informação apresentadas, e evidenciar os pontos fortes e fracos da organização, a fim de atingir seus objetivos e auxiliar na tomada de decisões. Outra

questão levantado foi se todos concordam que é importante a auditoria interna, porque não é utilizada ou ofertada aos clientes, as respostas indicaram que 70% dos respondentes acreditam que o custo da auditoria interna é muito alto para este tipo de empresa, entretanto o custo possa trazer outros ganhos não mensuráveis além de proporcionar auxílio para tomadas de decisões. 20% não ofertam uso da auditoria interna, por que não veem necessidade, pelo tamanho e tipo de atividade dos clientes, embora reconheçam sua importância na gestão, e outros 10% informaram que não possuem profissional qualificado e precisariam contratar profissionais com experiência e atuantes na área auditoria interna.

Observou-se que os respondentes reconhecem a importância da auditoria interna, pois além de contribuir para melhoria dos controles internos, ela contribuem para o crescimento da empresa, auxiliam não somente na identificação dos erros e fraudes, mas também por meios de relatórios analisam as informações que são repassadas de forma que estejam em tempo real e fidedigno, e com base nesse resultado propõem melhorias e, soluções para o problema.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo procurou-se demonstrar a percepção dos contadores dos escritórios de Contabilidade de Cascavel, Pr, com relação a necessidade de aplicar as técnicas de auditoria nas PMEs (Pequenas e Médias Empresas), onde foi possível identificar que os mesmos reconhecem a importância das técnicas ou procedimentos de auditoria nas PMES. A análise também demonstrou que os procedimentos podem trazer diversos benefícios aos clientes, tais como auxílio na gestão e no processo de tomada de decisão, avaliando os controles internos, verificando as conformidades legais e operacionais, identificar erros e fraudes e tomar as providências cabíveis. O profissional desta área deve estar sempre preparado e atualizado, através de estudos, e se adaptar as exigências do mercado, pois a auditoria interna encontra se em constante evolução e mudanças.

Como sugestão para outros estudos sobre o mesmo tema sugere-se fazer a mesma pesquisa junto aos empresários de PMES sobre a necessidade das práticas de auditoria interna.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti, **Auditoria: Um moderno Curso e Completo**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1996.
- BEUREN, Ilse Maria Ilse. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. Editora Atlas SA, 2013.
- DIEESE, 2013. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2013. 6. ed. / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas, gráficos e mapas]. – Brasília, DF.
- FERREIRA, Marco Antônio. **Auditoria Interna Normas, Procedimentos e Relações com a Auditoria Independente**. Rio de Janeiro: UCM, 2004.
- FLOZINO, Angélica Verônica Boranga; SILVÉRIO, Fábio Henrique. **Auditoria interna e sua importância para micro e pequenas empresas**. Revista Interatividade, v. 2, n. 2, p. 131-141, 2014.
- GONÇALVES, Reynaldo de Souza. **Peritagem contábil**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- JUNIOR, Jose Hernandez Perez. **Auditoria das demonstrações contábeis**. Editora FGV, 2015.
- MARQUES, Wagner Luiz. **Auditoria**. Clube de Autores (managed), 2010.
- MOTTA, João Maurício. **Auditoria: princípios e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1988.
- RAQUEL, Jose Mária Iris de Medeiros. **Auditoria interna: um instrumento fundamental para a entidade e uma ferramenta importante para a tomada de decisão**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- RIBEIRO, Juliana Moura, RIBEIRO, Osni Moura. **Auditoria Fácil**. Editora Saraiva, 2017.
- SANTOS, Franklin. **Auditoria contábil**. Clube de Autores (managed), 2004.
- SANTOS, Jacira Alves dos; BUESA, Natasha Young. **Auditoria interna: estudo de caso na empresa São Roque Supermercados Ltda**. Revista Eletrônica Gestão e Negócios, v. 5, n. 1, 2014.
- SENA, Tamiris Aparecida Pereira. **Auditoria Interna como Ferramenta de Auxílio para as Pequenas e Médias Empresas**. 2016.
- PIVA, Ana Luiza. Auditoria ambiental: **um enfoque sobre a auditoria ambiental compulsória e a aplicação dos princípios Ambientais**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, p. 4154-4174, 2007.
- Conselho Federal de Contabilidade.º 781/95 - **NBC PG 100 - Aplicação Geral dos Profissionais de Contabilidade**. <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de->



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

contabilidade/nbc-pg-geral/. Acesso em 17/04/2019

Conselho Federal de Contabilidade Nº 986/03, DE 21 de Novembro de 2003. **NBC TI – Da Auditoria Interna.** <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ti-de-auditoria-interna/>. Acesso em 16/05/2019.

Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.255/09 - **NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.**

<http://eduardobarbosa.com/institucional/sitedata/filesdt/legislacao/356/nbctg1000-contabilidadeparapequenasemediasempresas.pdf> Acesso em 17/04/2019.

## **CUSTO DA ATIVIDADE LEITEIRA EM UMA PEQUENA PROPRIEDADE NO INTERIOR DE CATANDUVAS-PR**

Crezio Garcia Santiago Junior<sup>1</sup>  
Joyce Lunardi<sup>2</sup>  
Prof. Everton Jaime Gugel<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente estudo teve por objetivo identificar o resultado da produção de leite de uma pequena propriedade durante as estações de inverno e verão, através da análise dos custos, despesas e receitas, em uma pequena propriedade rural localizada no do município de Catanduvas, no estado do Paraná, durante as estações do verão e inverno 2018/2019, com a finalidade de auxiliar o produtor no gerenciamento dos resultados de sua produção da atividade leiteira. Foi apresentado a contabilidade geral, abordando a contabilidade gerencial, a contabilidade rural, e a contabilidade de custos. A metodologia utilizada foi a descritiva, com a interpretação das análises dos eventos da propriedade específica, por se tratar de um estudo de caso e houve abordagem quantitativa, pois foram analisados as notas fiscais e recibos fornecidas pelo produtor. Foi apresentado ao produtor a importância de comparar os períodos e se planejar para os momentos difíceis, devido as oscilações dos custos e despesas.

**Palavras-chave:** Contabilidade Rural. Atividade Leiteira. Agronegócio.

### **1. Introdução**

A contabilidade rural controla o patrimônio e ajuda nas análises dos investimentos realizados pelos produtores. Uma das atividades rurais mais comum para o pequeno produtor é a produção de leite, e é cada vez mais necessário o uso de ferramentas para o gerenciamento e controle financeiro, para que seja possível um controle mais eficiente de suas receitas e despesas, deste modo o pequeno produtor desta área não tem um controle eficaz para um melhor desempenho da empresa, onde vários não guardam informações que facilitem o controle de sua gestão.

Esses produtores sempre buscam recursos em tecnologia, buscando comprar as melhores sementes, máquinas para o plantio, assim ganhará melhor produtividade na sua área, afim de atingir seu objetivo que é a obtenção de lucro, esquecendo da parte contábil que os auxiliam melhor no desempenho. Mesmo com a evolução da contabilidade rural, ainda há produtores que não utilizam um controle eficiente de seus custos e despesas.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciências Contábeis do centro universitário UNIVEL (2019)

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Ciências Contábeis do centro universitário UNIVEL (2019)

<sup>3</sup> Professor orientador do curso Ciências Contábeis do centro universitário UNIVEL. Especialista em Direito e Planejamento Tributário UNIVEL (2008).

É extremamente importante que os produtores rurais utilizem a contabilidade rural para saber se está tendo um retorno da sua atividade, e assim conseguirem minimizar ao máximo os seus custos, poderão buscar recursos necessários para aumentar a sua lucratividade e conseguir tomar uma melhor decisão sem seus negócios. Diante deste contexto tem-se como problema de pesquisa: Qual o resultado da produção de leite de uma pequena propriedade do município de Catanduvas – Pr nas estações de inverno e verão?

Foi analisado o resultado da produção de leite de uma pequena propriedade durante as estações de inverno e verão. O presente estudo fornecerá um melhor conhecimento sobre custos e despesas da produção leiteira de uma pequena propriedade, apresentando como o estudo em relação aos custos e despesas podem auxiliar o pequeno produtor na tomada de decisão em relação aos seus investimentos e seu faturamento. Para o meio acadêmico, este estudo é importante para que eles possam por meio dessa pesquisa aprimorar seus conhecimentos na área rural e que possa ajuda-los a decidir o ramo de atividade para seguirem profissionalmente.

A relevância deste trabalho para a sociedade é de modo geral contribuir para o conhecimento deles em relação a atividade leiteira e mostrar a eles a importância da contabilidade rural para o produtor. Apresentando também a importância dessa atividade no Brasil.

## **2. Desenvolvimento**

A contabilidade surgiu devido a necessidade que o homem tinha em poder avaliar suas riquezas. A origem da contabilidade também está ligada com a necessidade de obter informações nas transações comerciais de antigamente, assim compreendesse que a contabilidade rural estuda o patrimônio rural.

A contabilidade rural é o ramo da contabilidade que estuda o patrimônio rural, analisa os bens e direitos (ativo) tais como: caixa, banco, máquinas e equipamentos agrícolas, terras, etc. Obrigações (passivo) como: custeio agrícola, empréstimos, fornecedores, etc. E o patrimônio mais especificadamente como: capital inicial investido, lucros ou prejuízos acumulados. Crepaldi (2005) comenta que a agricultura vem diminuindo o número de atividades em seu estabelecimento rural, dedicando-se

apenas a uma ou duas espécies, especializando-se para melhorar a qualidade de seus produtos visando a um mercado no qual recebeu melhor preço.

Apesar de todos esses benefícios que a contabilidade rural proporciona, ainda é pouco utilizada pelos produtores rurais, a contabilidade é vista por eles como sendo uma técnica complexa e é conhecida apenas para declaração do imposto de renda, os produtores não demonstram interesse para utilizar a contabilidade em suas aplicações gerenciais.

## **2.1 Agronegócio e Pecuária**

O agronegócio é a união de diversas atividades que por sua vez está diretamente ligada à produção de produtos que são derivados da pecuária e da agropecuária, e muitas vezes comparamos de forma equivocada o significado de agronegócio. Segundo Buranello (2018) o agronegócio não se limita apenas a plantação de commodities agrícolas (cana, milho, soja e outros) e produção de sementes. Também integra a comercialização de adubos, venenos, distribuição, armazenamento, logística, transporte, financiamento e outros.

No Brasil a pecuária é considerada uma das mais produtivas de todo o mundo e é dividida em dois tipos, corte e leite. Nepomuceno (2004) descreve que gado de corte significa o conjunto de animais que se encontram prontos para o abate, para a produção de carne e seus derivados, o gado leiteiro e um plantel de gado que se destina a produção de leite, tendo diversas vacas, onde pode ocorrer também a inseminação artificial. “O período adequado para o encerramento do exercício social, assim como da atividade agrícola, não é o ano civil. O ideal é realiza-lo logo após o nascimento dos bezerros ou do desmame” (MARION 2009, p.6).

Em geral, o nascimento dos bezerros pode ser concentrado em um determinado período do ano. O produtor rural pode realizar uma programação que seja adequada para o nascimento e também da desmama dos bezerros, assim poderá visar uma produção mais saudável e lucrativa.

## **2.2 Atividade Leiteira**

A atividade leiteira, gera renda para os produtores rurais, no geral o leite vem se destacando como sendo um dos principais produtos agropecuários e é de suma



importância para a alimentação humana, por possuir importante fonte de nutrientes. As propriedades que se dedicam a atividade leiteira, necessitam de um plantel de vacas próprias e geralmente são de raça para garantir uma boa produção. Geralmente, o plantel é renovado com os próprios produtos da produção, ou seja, são crias que crescem e se desenvolvem na propriedade e que depois transforma-se em matriz e reprodutores, os produtores também contam com aquisições complementares que possam ampliar ou melhorar o negócio (NEPOMUCENO 2004).

Segundo o portal Noticias Agrícolas (2019) os preços do leite para o produtor tiveram aumento no pagamento de janeiro de 2019, isso referente a produção do mês de dezembro de 2018. Essa alta teve como reflexo na queda da produção de leite nas grandes e principais bacias leiteiras do país e conseqüentemente pela maior concorrência das indústrias em busca pela matéria-prima. Para o produtor o preço do leite teve um aumento de 10,2% em fevereiro de 2019 em relação ao mês anterior. Com base nas pesquisas do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), a média líquida em fevereiro no Brasil, referente a captação de janeiro foi de R\$ 1,4146 por litro, sendo R\$ 0,13 a mais que no mês anterior e com 33,85 acima do valor registrado no mesmo período de 2018.

O ano de 2019 começou com uma captação menor, isso deu-se por diversos fatores, entre eles a estiagem na região Sudeste e Centro-Oeste, e ao excesso de chuvas na região Sul do país, prejudicando a produtividade. Outro fator que levou a queda da captação foi o desestímulo dos produtores no final do ano de 2018, com relação a queda da receita e a alta dos custos de produção. Segundo o Cepea, no segundo semestre de 2018 o preço que o produtor recebeu pela comercialização do leite teve um aumento de 19,6% em relação ao trimestre anterior. E comparando ao mesmo trimestre do ano de 2017, houve queda de 2,1%.

### **2.3 Empresa e Empresário Rural**

Pode-se definir Empresa Rural como sendo a constituição jurídica e legal, e tem como finalidade a exploração econômica das atividades agrícolas, pecuárias, agroindústrias e extrativas e seu objetivo é produzir bens e serviços. A empresa rural pode ser classificada como sendo familiar ou patronal. Crepaldi (2012, p.3) define empresa rural como sendo o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou

privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, publica e previamente, pelo Poder Executivo.

Empresário rural pode ser definido como sendo uma pessoa física ou jurídica que investe na exploração econômica das atividades agrícolas, pecuárias, agroindustriais e extrativas e que assume as funções de coordenar e organizar a empresa, unindo os fatores terra, capital, trabalho e tecnologia. Segundo Crepaldi (2012) considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica para a produção ou circulação de bens ou de serviços (art. 966, Código Civil).

#### **2.4 Contabilidade de Custo e Métodos de Custeio.**

A contabilidade de custos é um ramo da contabilidade que foca em delimitar e especificar os custos envolvidos na fabricação de um produto. Segundo Martins (2010), a contabilidade de custos tem duas funções relevantes, auxílio no controle e ajuda nas tomadas de decisões. Controle refere-se a fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsões e posteriormente comparar com valores anteriormente definidos. No que tange à decisão, seu papel é alimentar as informações de valores referente a preços de vendas e auxiliar nas opções de compras ou produção. A contabilidade de custos é de suma importância, pois ela produz informações que poderá ser utilizada em todos os níveis de empresas, e consegue auxiliar a empresa no desempenho, controle e planejamento, e também na tomada de decisão.

Os métodos de custeio são as maneiras que as empresas incluem os custos de fabricação ao preço de vendas dos benefícios e serviços, os métodos mais utilizados para custeio são custeio por absorção, custeio variável e custeio padrão. Segundo Viceconti e Silverio (2013), o custeio por absorção consiste na apropriação de todos os custos (diretos e indiretos, fixos e variáveis) à produção do período, os gastos não utilizados na produção (despesas) são excluídos. Já no custeio variável só é apropriado à produção os custos variáveis, os fixos são lançados diretamente na conta de resultado junto com as despesas, esse método parte do princípio de que os custos fixos independem do volume de produção da empresa. E no custeio padrão os

custos são apropriados à produção não pelo seu valor efetivo, mas sim por uma estimativa do que deveriam ser, indica o “custo ideal”.

### **3. Metodologia**

A Metodologia é a explicação detalhada e adequada de todos os atos desenvolvidos no trabalho acadêmico, Beuren *et al.* (2006) afirma de modo específico que metodologia demonstra os delineamentos ou tipos de pesquisa pelos quais o estudante pode optar ao escrever o trabalho. Apresenta o gênero da pesquisa, o rumo que foi seguido e evidencia tudo o que foi utilizado no projeto.

A tipologia da pesquisa quanto ao objetivo foi utilizada a descritiva, Gil (2002) destaca que a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma das características mais essenciais é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto ao procedimento de pesquisa foi um estudo de caso pois é caracterizado por estudar um único caso, Para Gil (2002) o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais, consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, essa tarefa é praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

Quanto a abordagem do problema foi utilizada o método quantitativo devido as coletas de dados das notas fiscais e recibos, para Beuren *et al.* (2006) difere da pesquisa qualitativa, pois caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. A pesquisa quantitativa é tudo que se pode analisar, classificar e demonstrar através de números.

Para a realização da presente pesquisa adotou-se o estudo de caso como metodologia, a mesma foi desenvolvida nos períodos compreendidos entre dez/2018 a mar/2019 e jun/2019 a set/2019.

### **4. Resultados**

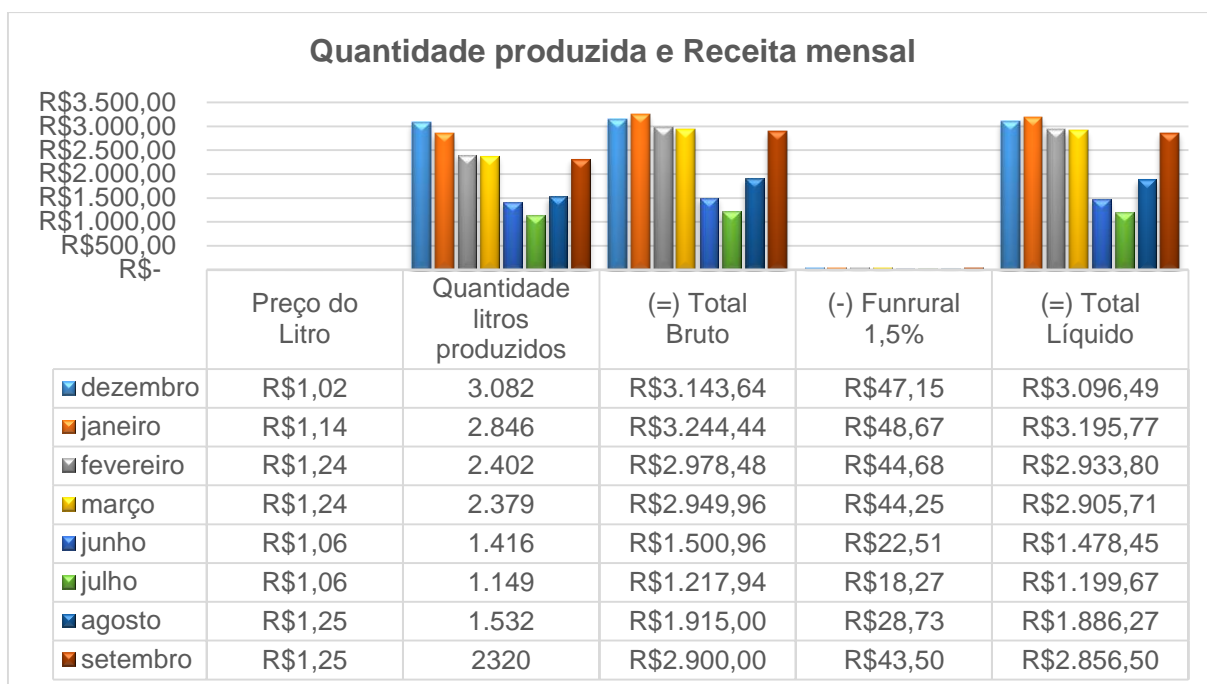
Este capítulo apresenta o estudo praticado em uma pequena propriedade familiar localizada no interior do município de Catanduvas-Pr, descrevendo os dados coletados e utilizando-os de forma apropriada para apurar as receitas, os custos e despesas para que seja demonstrado o resultado total alcançado com atividade leiteira durante os períodos analisados.

O estudo de caso foi feito na propriedade que está localizada no distrito de Ibiracema, no município de Catanduvas-Pr, definida como uma propriedade familiar, pois utiliza apenas a mão de obra dos membros da família (pai, mãe e um filho). A propriedade possui uma área total de 6 alqueires, sendo dividido em 1,5 alqueires para plantio, 0,5 alqueire de reserva legal, 4 alqueires de pastagem. A propriedade possui um plantel de 19 animais, e são classificadas como: 13 vacas em lactação, 1 vaca seca, 5 bezerras de até 3 meses. Em agosto de 2019 nasceu 4 bezerras, e no mês de setembro nasceu 1 bezerra, não houve bezerros e nem novilhas no período analisado.

Na propriedade se utiliza da mão de obra familiar (pai, mãe e um filho), recorrendo às vezes à mão de obra terceirizada apenas para cuidar da propriedade quando os donos vão viajar. O custo dessa mão de obra varia conforme acordo entre as partes.

O produtor recebe a receita da venda do leite todo dia 10 do mês subsequente em que é entregue, a forma de pagamento do laticínio é feita através de cheque. Todo leite produzido é vendido apenas para o laticínio. No Gráfico 01 é demonstrado os valores recebidos, o preço por litro, a quantidade mensal entregue ao laticínio, o total bruto, o valor da dedução do Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) e o líquido que será pago conforme as notas fiscais fornecidas pelo produtor. Com base nas NF-e foi possível verificarmos que no mês de dezembro/2018 o preço de venda do leite era de R\$ 1,02 por litro e no mês de setembro/2019 que foi o último mês analisado é de R\$ 1,25 por litro.

**Gráfico 01-** Quantidade produzida e Receita mensal, em reais.



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Com a apuração dos custos e receitas, foi possível determinar como ocorreu a produção do leite durante as estações do verão e do inverno, descobrindo-se o lucro líquido de cada período analisado e demonstrando ao produtor se houve lucro ou prejuízo. O Quadro 01 a seguir demonstra o resultado da estação do verão 2018/2019.

**Quadro 01 - D.R.E. Verão, em reais.**

D.R.E.	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Total Verão
(+) Receita Bruta Leite	R\$ 3.143,64	R\$ 3.244,44	R\$ 2.978,48	R\$ 2.949,96	<b>R\$ 12.316,52</b>
(-) Dedução Funrural	R\$ 47,15	R\$ 48,67	R\$ 44,68	R\$ 44,25	<b>R\$ 184,75</b>
(-) Total dos Custos	R\$ 974,56	R\$ 664,08	R\$ 944,15	R\$ 1.567,87	<b>R\$ 4.150,66</b>
(-) Deprec. Maq. e Equip.	R\$ 197,50	R\$ 197,50	R\$ 197,50	R\$ 197,50	<b>R\$ 790,00</b>
(-) Deprec. Matrizes	R\$ 399,96	R\$ 399,96	R\$ 399,96	R\$ 399,96	<b>R\$ 1.599,84</b>

(=) Lucro Líquido	<b>R\$ 1.524,47</b>	<b>R\$ 1.934,23</b>	<b>R\$ 1.392,19</b>	<b>R\$ 740,38</b>	<b>R\$ 5.591,27</b>
-------------------	---------------------	---------------------	---------------------	-------------------	---------------------

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Na estação do verão total dos custos foi composto por R\$ 606,00 de gastos com veterinário e medicamentos, os custos com energia elétrica somaram R\$ 434,16 e houve R\$ 3.110,50 de custos de plantio, compra de farelo de soja, rações, sal comum e sal mineral.

De acordo com o DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) da estação do verão, o período gerou um lucro líquido total de R\$ 5.591,27 devido ao baixo custo que o proprietário teve com alimentação, e outras despesas. Segundo o proprietário a estação do verão favorece uma pastagem de boa qualidade, aumentando a produção do leite, no entanto o preço do leite nessa estação não era tão atrativo nos dois primeiros meses da estação.

**Quadro 02 - D.R.E. Inverno, em reais.**

<b>D.R.E.</b>	<b>Junho</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>	<b>Setembro</b>	<b>Total Inverno</b>
(+) Receita Bruta Leite	R\$ 1.500,96	R\$ 1.217,94	R\$ 1.915,00	R\$ 2.900,00	<b>R\$ 7.533,90</b>
(-) Dedução Funrural	R\$ 22,51	R\$ 18,27	R\$ 28,73	R\$ 43,50	<b>R\$ 113,01</b>
(-) Total dos Custos	R\$ 1.724,05	R\$ 1.354,53	R\$ 886,62	R\$ 996,53	<b>R\$ 4.961,73</b>
(-) Deprec. Maq. e Equip.	R\$ 197,50	R\$ 197,50	R\$ 197,50	R\$ 197,50	<b>R\$ 790,00</b>
(-) Deprec. Matrizes	R\$ 399,96	R\$ 399,96	R\$ 433,29	R\$ 433,29	<b>R\$ 1.666,50</b>
(=) Lucro Líquido	<b>-R\$ 843,06</b>	<b>-R\$ 752,32</b>	<b>R\$ 368,86</b>	<b>R\$ 1.229,18</b>	<b>R\$ 2,66</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Na estação do inverno total dos custos foi composto por R\$ 399,00 de gastos com veterinário e medicamentos, os custos com energia elétrica somaram R\$ 489,38

e houve R\$ 4.073,35 de custos de plantio, compra de farelo de soja, rações, sal comum e sal mineral.

Com base no DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) da estação do inverno, identificamos que o proprietário obteve um lucro líquido total de R\$ 2,66 durante o período analisado, houve prejuízos nos meses de junho e julho, conforme mostra o Quadro 02 acima. De acordo com as análises feitas na propriedade foi constatado que no período do inverno o proprietário necessita investir mais em alimentação como ração, sal, e outros alimentos, pois a pastagem com a ocorrência de geadas nessa estação acaba sendo prejudicada e não é suficiente para uma boa alimentação dos animais.

Com isso a quantidade de leite produzida acaba diminuindo, porém o preço por litro de leite é considerado bom, mesmo nos dois primeiros meses da estação mantendo-se estável em R\$ 1,06 valor baixo para a época, nos meses de agosto e setembro o preço subiu para R\$ 1,25 por litro vendido. Segundo o proprietário em anos anteriores o preço por litro de leite vendido mantia-se em um valor considerável alto e estável, o que não ocorreu no ano vigente.

## **5. Considerações Finais**

O estudo teve como finalidade comparar e informar ao produtor qual período é mais vantajoso trabalhar com a produção de leite, através de análises dos custos, despesas e receitas da produção de leite da propriedade analisada. Para que fosse possível chegar ao objetivo proposto, foi dividido o trabalho em duas estações: verão e inverno, conforme descrito abaixo.

Primeiramente foi feito um estudo da propriedade, no qual foi conversando com o proprietário e solucionado algumas dúvidas sobre a produção do leite. Em seguida, houve a coleta de dados, utilizando-se de notas fiscais e recibos das receitas e despesas fornecidas pelo proprietário, onde demonstramos os custos com alimentação, energia elétrica, sanidade em forma de quadros.

Com a análise das notas fiscais, foi possível identificar as receitas, os custos, as despesas, e também a dedução do FUNRURAL referente as estações do verão de



2018/2019 e inverno de 2019, foi possível identificar a quantidade de leite produzida e vendida mensalmente, juntamente com o seu preço de venda por litro de leite.

Por meio dos cálculos realizados e do resultado obtido, foi possível demonstrar para o produtor o que está gerando mais custos e despesas na sua produção. Demonstramos ao produtor que ele não está tendo lucro no período do inverno devido aos custos com a alimentação como a ração, seria viável para o período o produtor investir antecipadamente em outros tipos de alimentação como a cana de açúcar, pois ela tem um custo baixo, respondendo assim o problema desta pesquisa. Conclui-se que, no período analisado, a atividade leiteira sofreu oscilações, tanto no preço, quanto na quantidade produzida, afetando conseqüentemente os custos e as receitas, levando o produtor a ter prejuízo em dois meses do inverno.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006.

BURANELLO, Renato. **Manual do direito do agronegócio**. 2. ed. São Paulo: Saraiva educação, 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisória**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/cotacoes/leite/leite-precos-ao-produtor-cepea-rs-litro>>. Acesso em 27 abr. 2019.

Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/leite-cepea-preco-sobe-mais-de-10-em-fev-19-e-atinge-recorde-para-o-mes.aspx>>. Acesso em 27 abr. 2019.

GIL, A. Carlos. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade, imposto de renda – pessoa jurídica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEPOMUCENO, Fernando. **Contabilidade rural e seus custos de produção**. São Paulo: IOB-Thomson, 2004.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos um enfoque direto e objetivo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2013.

## EDUCAÇÃO FINANCEIRA E GERENCIAMENTO DAS FINANÇAS PESSOAIS: UM DESAFIO ATUAL PARA ACADÊMICOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONTÁBEIS DO ANO DE 2019

Hana Claudia Silveira<sup>1</sup>  
Mateus Leonel de Souza<sup>2</sup>  
José Roberto Domingues da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo buscou avaliar o entendimento dos acadêmicos ingressantes e concluintes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis do ano de 2019, do Centro Universitário UNIVEL, sobre educação financeira, o estudo caracterizou-se como uma pesquisa descritiva, o procedimento adotado foi levantamento ou *survey*, a coleta de dados foi através de questionário, composto por 20 questões objetivas, sobre o perfil dos respondentes, custo de vida, renda, despesa e investimentos. O questionário foi aplicado a 201 acadêmicos dos cursos mencionados. Os resultados apontaram que existe um avanço no entendimento sobre investimentos e controle de custos e despesas para a manutenção pessoal; também foi possível verificar que alguns tipos de investimentos são mais conhecidos que outros, a exemplo da poupança.

**Palavras-chave:** Educação. Finanças. Entendimento.

### 1. Introdução

Percebe-se na atualidade o consumo desenfreado da sociedade sem antes mesmo planejar e economizar, o alto consumo e facilidade que as pessoas encontram hoje para adquirir um bem ou crédito, tornam-se um ciclo vicioso, contudo o futuro é incerto, pois quando chega à data de cumprir com as obrigações adquiridas é possível não haver condições para pagá-las. (MARTINS, 2004)

O planejamento das finanças pessoais vem como um estudo para que as pessoas possam gastar, mas com sabedoria e para adquirir bens e realizar sonhos sem que precisem de “auxílio” de terceiros, como empréstimos para realizar esses objetivos. A educação financeira é simples, mas nem todos têm essa preocupação.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis UNIVEL (2019) – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis UNIVEL (2019) – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Professor orientador do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL. Mestre em Administração. PUC PR (2015).

Mesmo sabendo que o planejamento da vida financeira é importante, percebe-se que não existe uma preocupação em sistematizar as receitas e despesas em planilhas para gerar um controle efetivo das finanças.

Com uma boa educação financeira e colocando em prática é possível além da redução de gastos, investir e aplicar o dinheiro que antes era gasto sem perceber. Com a atual crise na previdência um dos investimentos interessantes é a previdência privada. A educação financeira começa desde a infância, pois é a fase em que se aprende o que é certo e errado, adquirindo uma boa base de educação na infância se torna mais fácil desenvolver esses hábitos durante a vida. Dessa forma o presente estudo buscou responder a seguinte questão: Qual o nível de entendimento sobre educação financeira dos acadêmicos ingressantes e concluintes de 2019 dos cursos de administração e ciências contábeis da UNIVEL? dessa maneira delineou o objetivo de identificar o nível de entendimento sobre educação financeira dos acadêmicos dos cursos de administração e ciências contábeis.

Cada pessoa deve procurar o método e a motivação mais apropriada para suas necessidades pessoais. Nem sempre o modo que um utiliza para gerir suas finanças é o mesmo que servirá para outro. Não pode ser um sacrifício fazer a gestão de seus gastos e ganhos, mas sim algo prazeroso que traga equilíbrio e resultados positivos, podendo assim poupar para um futuro imprevisível, estando preparado para quaisquer situações que venham a surgir. (LUQUET, 2007).

## **2. Desenvolvimento**

Educação financeira é a base para controle das finanças pessoais. Muitas pessoas possuem conhecimento básico sobre o assunto, mas poucas o utilizam para se reorganizar, planejar ou construir algo. Quem utiliza essa ferramenta possui mais chances no âmbito financeiro, além disso, ajuda bastante em outros aspectos também, como por exemplo, possibilitar a realização de sonhos, pois todas as pessoas desejam ter dinheiro no bolso. (LUQUET, 2007). Neto, Falcetta, Rassier e Marchionatti (2014), tratam em seu livro sobre o índice de felicidade, que é o bem-estar estritamente ligado com a renda per capita dos países seguido do acesso à

educação básica, portanto, pessoas com rendas condizentes possuem acesso à educação, saúde e investem em seu bem estar, sendo mais felizes. Segundo Luquet (2007) primeiro é necessário descobrir para onde a receita está indo e descobrirá que certamente tem mais dinheiro do que pensava. Para o orçamento se enquadrar no salário é recomendável que foque nas despesas variáveis, que são as mais fáceis de economizar, pois não afetam o cotidiano de forma drástica e no futuro quando as finanças estiverem organizadas é possível inseri-los novamente aos poucos de forma que não afete os resultados obtidos.

### **2.1. Receitas, Renda, Despesas e Custo de Vida**

Quando se fala de finanças pessoais pensa-se em receitas e despesas. Receitas são os ganhos provenientes de prestações de serviços ou vendas e despesas que são todos os gastos para obter as receitas. As receitas de pessoas físicas ou famílias chama-se de renda. (MARTINS, 2004). As despesas ou custo de vida, por sua vez, são todos os gastos com alimentação, habitação, equipamento doméstico, transporte, vestuário, educação, saúde, recreação, despesas pessoais e despesas diversas, ou seja, custo de vida é o valor necessário para suprir todas essas necessidades. O índice dos custos de vida vem aumentando com o passar dos anos, sendo assim, cada ano fica mais caro para se manter um padrão de vida confortável. (WWW.DIEESE.ORG.BR, 2018)

### **2.2. Orçamento Familiar**

Antes se pensar em investir é importante verificar o orçamento familiar, pois como afirma Silva (2004) “um orçamento pessoal bem administrado é o ponto de partida para a boa administração” das finanças pessoais e familiares, e ainda que o melhor investimento em “tempos de juros altos é quitar as dívidas pendentes”, pois não é um bom investimento ter dinheiro em poupança ou aplicado, se precisa utilizar o cheque especial ou parcelar o cartão de crédito para conseguir honrar suas dívidas. Segundo Wohleberg, Braum e Rojo (2011) “os métodos de gestão patrimonial das diversas famílias são relativos a múltiplos fatores, além de obviamente a sua renda e o padrão de vida, que levam a diferentes graus de economia familiar”.

### 2.3. Investimentos

Investimento é a aplicação de dinheiro a fim de receber um retorno monetário, ou seja, ao invés de consumir no momento é ter mais recurso para gastar no futuro. Dentre as opções de investimentos existem os de renda fixa que é de risco moderado e o público alvo são os investidores mais conservadores; também existe os de renda variável que são investimentos com maior risco, pois o investidor estará sujeito a variação das taxas de rendimento, e diferente da renda fixa as taxas podem ser negativas, ou seja, pode interferir no valor inicial da aplicação podendo no momento do resgate o valor ser menor do que o aplicado. (LUQUET, 2007). Os tipos mais comuns de investimentos de renda fixa são:

#### Quadro 1 - Investimentos de renda fixa

Fundos de investimentos	É um investimento coletivo, onde investidores reúne dinheiro e um gestor especialista em investimentos investe da melhor forma. Diversificam-se os investimentos para atender as preferências de todos os investidores desde os conservadores até os mais arrojados. (SILVA, 2004)
Caderneta de poupança	É o investimento mais tradicional, destinado para poupadores de baixa renda, sua liquidez é imediata em casos de imprevisto, portanto não é uma opção para os grandes investidores por sua taxa de rendimento ser mensal. (OLIVEIRA & PACHECO, 2011)
LCI (Letra de Crédito Imobiliário)	São letras de créditos que angariam recursos para as instituições de crédito para manterem suas linhas de créditos imobiliários. É um investimento a longo prazo com maior rentabilidade, e há garantia, pois os que tomam o crédito imobiliário hipotecam ou fazem alienação fiduciária o imóvel. (OLIVEIRA & PACHECO, 2011)
CDB (Certificado de Depósito Bancário)	É o título de captação mais utilizado pelas instituições financeiras, nesse caso o investidor aplica seu dinheiro com taxas de juros pré-fixadas, no caso, o investidor no momento da aplicação já sabe quanto irá receber no momento de resgate. (SILVA, 2004)
Títulos públicos de renda fixa	É um tipo de investimento onde o investidor empresta o dinheiro para o governo pagar as dívidas públicas em troca de taxas de juros. (MARTINS, 2004)
Títulos privados de renda fixa	Já os títulos privados de renda fixa assim como o governo capta recursos a fim de financiar os gastos e dívidas, as empresas privadas e estatais também o fazem e em troca oferecem juros, um exemplo de títulos privados são as debêntures. (MARTINS, 2004)

CDI (Certificado de Depósito Interbancário) São operações financeiras atreladas a variação de taxas do CDI, que são os empréstimos que os bancos fazem entre si para manterem os seus caixas positivos. (WWW.EXAME.ABRIL.COM.BR, 2019)

**Fonte:** Adaptado de Silva, (2004); Oliveira & Pacheco, (2011); Martins, (2004); [www.exame.abril.com.br](http://www.exame.abril.com.br), (2019).

E os tipos mais comuns de investimentos de renda variável são:

**Quadro 2 - Investimentos de renda variável**

Compra e venda de ações	É um investimento onde o investidor compra uma parte da empresa, se tornando sócio do negócio e participando dos lucros, é um investimento a longo prazo, porém há possibilidade de vender a qualquer momento. (SILVA, 2004)
Fundo cambial	É um investimento recomendado para quem tem obrigações no exterior ou tem movimentações financeiras fora, os rendimentos variam de acordo com a taxa de câmbio da moeda nacional frente a americana. (SILVA, 2004)
Derivativos	Segundo Martins (2004) derivativos são “operações de compra e venda de contratos futuros de ativos mercantis, como soja e café, ou ativos financeiros, como dólar e ações.”

Esse investimento que requer estudos das variações do mercado.

**Fonte:** Adaptado de Silva, (2004); Oliveira & Pacheco, (2011); Martins, (2004).

Uma opção de longo prazo é investir em imóveis, de acordo com Martins (2004) “O investimento em imóveis é um dos mais tradicionais e sempre foi o porto seguro daqueles que não acreditam muito no governo e nem gostam de ativos financeiros”. Para o investidor que possui o imóvel o benefício é receber o aluguel, e o imóvel ao longo do tempo no geral irá valorizar, pois segundo Martins (2004) “o crescimento urbano nas cidades, com melhorias localizadas haverá a valorização. De qualquer forma, imóveis representa sempre uma opção de longo prazo”. O importante é investir em algo que realmente irá trazer rendimentos e não algo que trará mais gastos, como por exemplo é melhor aplicar o dinheiro sobrando em uma aplicação de renda fixa do que comprar um bem que para mantê-lo valendo o que gastou para adquiri-lo, terá que gastar periodicamente com manutenção para não depreciar e desvalorizar.(MARTINS, 2004).



#### **2.4. Riscos em Investimentos**

Risco é a incerteza quanto ao resultado futuro de um investimento. (MARTINS, 2004; HALFELD, 2001). Os tipos são: a) Risco de crédito está relacionado à possibilidade de os títulos adquiridos pelo investidor não serem pagos; b) Risco legal está relacionado a erros ou má formulação em contratos, documentos inadequados ou descumprimento de legislação vigente; c) Risco de liquidez está relacionado à dificuldade de comprar ou vender um ativo; d) Risco de mercado está relacionado às oscilações de preços dos ativos que são ocasionadas por mudanças no mercado; e) Risco de negócio está relacionado a fatores externos como, por exemplo, a abertura de um negócio em frente ao seu imóvel que desvalorize os bens próximos; f) Risco Operacional está relacionado à possibilidade de ocorrências de perdas ocasionadas por falhas em sistemas, equipamentos ou falhas humanas; g) Risco de perda do poder de compra – Inflação está relacionado as aplicações de renda fixa a longo prazo onde o investidor que aplica o dinheiro em uma taxa fixa por certo período, porém no decorrer desse período a taxa de inflação ultrapassa a esta, ou seja, o investidor perde o poder de compra;

#### **2.5. Mercado Financeiro**

Mercado financeiro é onde acontece as operações relacionadas a movimentações de dinheiro, onde se define as taxas de juros que serão utilizadas nas operações e também se define as políticas econômicas que engloba cada operação efetuada.(OLIVEIRA e PACHECO, 2011); No mercado financeiro vendedores e compradores analisam suas alternativas e efetuam as transações que melhor atendem as necessidades, estabelecendo um equilíbrio de preços, esses processos são conhecidos como a lei de oferta e demanda e é aplicado a qualquer mercado, desde imóveis a um comércio de alimentos. O Banco Central do Brasil (BACEN) é órgão regularizador responsável por fiscalizar o mercado financeiro e representar o Brasil, junto as instituições financeiras estrangeiras e internacionais. Quando o mercado financeiro funciona de forma eficiente torna os juros mais baixos e estimula o consumo, já quando não opera de forma eficiente dificulta os investimentos e isso afeta o crescimento econômico, por isso a necessidade de órgãos regulamentadores como o Bacen. (OLIVEIRA e PACHECO, 2011).

## **2.6. Empréstimo e Financiamento**

Quando não se tem recursos necessários para comprar um bem ou contratar um serviço as instituições financeiras oferecem opções de créditos com taxas de juros que variam de acordo com o tipo de necessidade. Os dois mais conhecidos são os empréstimos, que é quando a instituição financeira ou de crédito empresta o recurso sem necessidade de vincular o objeto de aquisição; e o financiamento que por sua vez necessita vincular o bem ou o serviço que irá adquirir. Ao adquirir um financiamento ou mesmo um empréstimo pode se deparar com taxas, uma delas seria a taxa de administração que é umas das mais utilizadas, trata-se da remuneração do serviço prestado pela instituição, o percentual dessa taxa fica a critério da instituição estabelecer. (SILVA, 2004) As empresas de venda de consórcios são a que mais utilizam essa taxa como forma de lucro para a empresa.

## **3. Metodologia**

Este estudo investigou qual o nível de entendimento sobre educação financeira dos acadêmicos dos cursos de administração e ciências contábeis, considerando as turmas de ingressos e os formandos de 2019. O estudo adotou uma pesquisa descritiva, que de acordo com Gil (2008, p. 28) “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” Desta forma buscou-se descrever os resultados encontrados nas opiniões dos respondentes sobre questões financeiras. O presente estudo lançou-se mão do procedimento levantamento ou *survey*. Com corte no mês de agosto sem evolução dos dados no tempo. O instrumento de coleta de dados foi questionário, com 20 perguntas objetivas, sendo 7 questões com escala avaliativa de concordo plenamente, concordo parcialmente, sem opinião, discordo parcialmente, discordo totalmente, 3 questões com opção de sim ou não e outras 10 com opções relacionadas especificamente para o assunto de cada questão.

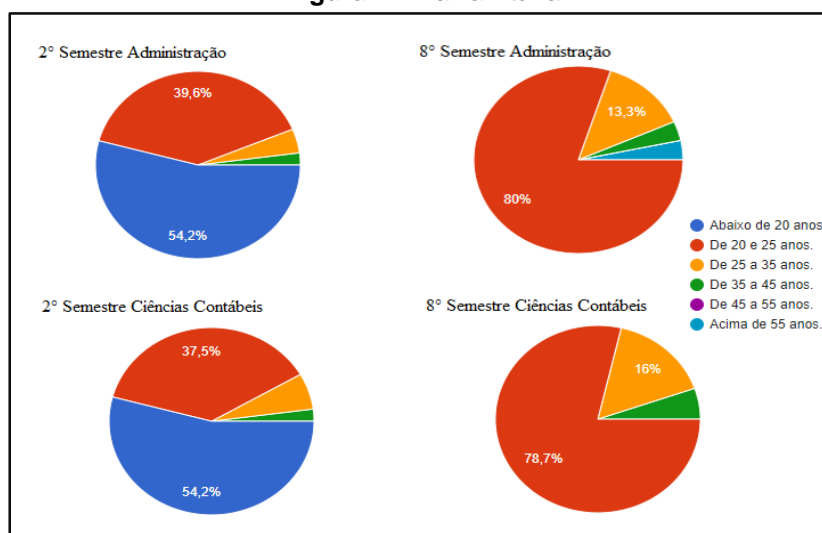
A população da pesquisa foi 48 estudantes do segundo período e 30 do oitavo período do curso de administração e 48 estudantes do segundo período e 75 do oitavo

período do curso de ciências contábeis do Centro Universitário Univel. Os dados foram tratados inicialmente pelo Google Docs.

#### 4. Resultados

O presente estudo buscou informações junto aos acadêmicos de Administração e Ciências Contábeis, turmas ingressantes e concluintes do ano de 2019 do Centro Universitário Univel. As respostas permitiram elaborar os seguintes dados do perfil a idade dos respondentes consta na figura 1.

**Figura 1 – Faixa Etária**



Fonte: Dados da pesquisa. (2019)

Os respondentes ingressantes do curso de administração e ciências contábeis representam 54,2% abaixo de 20 anos de idade e aproximadamente 38% de 20 a 25 anos. Os respondentes concluintes do curso de administração representam 80% de 20 a 25 anos e 13,3% de 25 a 35 anos. Já no curso de ciências contábeis representam 78,7% de 20 a 25 anos e 16% de 25 a 35 anos. Observou-se nos dois cursos uma predominância do gênero feminino. Maioria é solteiro. Nível de escolaridade também em sua maioria absoluta estão iniciando e concluindo o curso escolhido, com raros casos em que estão na segunda graduação. Com relação a atuação no mercado de trabalho percebeu-se uma evolução positiva em administração dos iniciantes para os concluintes de 81,3% para 96,7% e Ciências contábeis de 81,3% para 92%, indicando

que à medida que vão evoluindo na realização do curso, avançam no mercado de trabalho.

Com relação a educação financeira, apresentou-se uma frase conceitual aliando a utilização no dia a dia das pessoas. As respostas permitiram a elaboração das tabelas a seguir de 1 a 7, com os seguintes indicativos: CT - Concordo totalmente; CP - Concordo parcialmente; SO - Sem opinião; DP - Discordo parcialmente e DT - Discordo totalmente.

**Tabela 1 - Entendimento sobre Educação Financeira**

Curso	CT	CP	SO	DP	DT	TOTAL
<b>Administração - Ingressantes</b>	<b>72,9%</b>	25,0%	0%	2,1%	0%	100%
<b>Administração - Concluintes</b>	<b>73,4%</b>	20,0%	3,3%	3,3%	0%	100%
<b>Ciências Contábeis - Ingressos</b>	<b>68,8%</b>	25,0%	4,2%	2,0%	0%	100%
<b>Ciências Contábeis - Concluintes</b>	<b>78,7%</b>	17,3%	2,7%	1,3%	0%	100%

**Fonte:** dados da pesquisa (2019)

Com base na tabela 1, percebeu-se que os 4 grupos concordam totalmente em mais de 68% dos respondentes, sendo os concluintes de ciência contábeis o maior percentual de 78,7% de concordância. Observou-se uma variação positiva de 0,5% entre os ingressantes e concluintes de Administração, ao passo que em Contábeis essa evolução representou 9,9%, permitindo inferir que à medida que o curso avança os acadêmicos vão se apropriando de conceitos vinculadas a questões de educação financeira. Passo seguinte foi buscar a visão sobre Receitas, Renda, Despesas e Custo de Vida e sua composição no custo de vida das pessoas. As respostas permitiram a elaboração da tabela 2.

**Tabela 2 - Relação entre Custo e Padrão de Vida**

Curso	CT	CP	SO	DP	DT	TOTAL
<b>Administração - Ingressantes</b>	<b>70,8%</b>	27,1%	0%	2,1%	0%	100%
<b>Administração - Concluintes</b>	<b>70,0%</b>	26,7%	3,3%	0%	0%	100%
<b>Ciências Contábeis - Ingressantes</b>	<b>62,5%</b>	35,4%	2,1%	0%	0%	100%

<b>Ciências Contábeis - Concluintes</b>	<b>70,7%</b>	29,3%	0%	0%	0%	100%
---	--------------	-------	----	----	----	------

Fonte: dados da pesquisa (2019)

A relação existente entre custo de vida que advêm das receitas recebidas e os gastos para a sobrevivência é direta, quanto maior o custo de vida, menor o padrão, isso é traduzido no interesse das pessoas em buscar permanente uma melhor posição financeira, seja através do trabalho ou investimentos, por meio dos dados coletados os respondentes apresentaram indicadores maiores na concordância total, variando para os acadêmicos de Administração de 70,8% para 70,0% entre os concluintes; em Ciências Contábeis variação positiva de 62,5% para 70,7%, permitindo entender que os conceitos e vivências tais como: trabalhar, pagar estudos, transporte, alimentação aumentou o entendimento dessa relação entre custo e padrão de vida. Para que essa questão de custo e padrão de vida seja melhor controlado um instrumento utilizado é o Orçamento Familiar, então buscou-se saber se os respondentes entendem que a utilização desta ferramenta é importante para a boa administração de suas finanças. As respostas possibilitaram a elaboração da tabela 3.

**Tabela 3 – Orçamento Familiar e sua Utilização**

<b>Curso</b>	<b>CT</b>	<b>CP</b>	<b>SO</b>	<b>DP</b>	<b>DT</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Administração - Ingressantes</b>	<b>47,9%</b>	41,7%	2,0%	4,2%	4,2%	100%
<b>Administração - Concluintes</b>	<b>63,3%</b>	30,0%	0%	6,7%	0%	100%
<b>Ciências Contábeis - Ingressantes</b>	<b>37,5%</b>	39,6%	16,7%	4,2%	2,0%	100%
<b>Ciências Contábeis - Concluintes</b>	<b>52,0%</b>	38,7%	6,7%	1,3%	1,3%	100%

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Com relação a tabela 3 de conceito e aplicação do orçamento familiar foi possível verificar uma evolução positiva dos respondentes do curso de Administração ingressantes de 47,9% para 63,3% entre os concluintes; e em Ciência Contábeis os índices também evoluíram de 37,5% pra 52,0% entre os concluintes. É possível inferir que com a evolução acadêmica os estudantes conseguem relacionar o conceito com a vivencia pessoal familiar. Verificou-se o nível de entendimento quanto aos riscos existentes nos investimentos. Com os dados coletados elaborou-se a tabela 4.

**Tabela 4 – Riscos de investimentos**

Curso	CT	CP	SO	DP	DT	TOTAL
<b>Administração - Ingressantes</b>	37,5%	<b>27,1%</b>	33,3%	0%	2,1%	100%
<b>Administração - Concluintes</b>	36,7%	<b>46,7%</b>	16,6%	0%	0%	100%
<b>Ciências Contábeis - Ingressos</b>	25,0%	<b>31,3%</b>	39,6%	2,1%	2,0%	100%
<b>Ciências Contábeis - Concluintes</b>	29,3%	<b>49,4%</b>	21,3%	0%	0%	100%

**Fonte:** dados da pesquisa (2019)

Com base na tabela 4, os maiores índices foram concordância parcial e houve evolução dos índices dos ingressantes para os concluintes de Administração de 27,1% para 46,7%; e em Ciências contábeis foi de 31,3% para 49,4%. Com a maioria dos respondentes concordando parcialmente é permitindo entender que tais conceitos de riscos não são totalmente entendidos, talvez por não estudar essa matéria em seus cursos ou por não terem entrado no mercado de investimentos. O questionamento seguinte foi sobre o conceito de Mercado Financeiro cujos resultados constam da tabela 5.

**Tabela 5 – Mercado Financeiro**

Curso	CT	CP	SO	DP	DT	TOTAL
<b>Administração - Ingressantes</b>	<b>41,7%</b>	35,4%	16,7%	4,2%	2,0%	100%
<b>Administração - Concluintes</b>	<b>46,7%</b>	46,7%	6,6%	0%	0%	100%
<b>Ciências Contábeis - Ingressos</b>	<b>31,3%</b>	47,9%	18,8%	0%	2,0%	100%
<b>Ciências Contábeis - Concluintes</b>	<b>57,3%</b>	36,0%	6,7%	0%	0%	100%

**Fonte:** dados da pesquisa (2019)

Com base na tabela 5 percebeu-se uma evolução positiva dos índices no curso de Administração de 41,7% para 46,7% para os concluintes; já em Ciências Contábeis o índice dos ingressantes foi 31,3% para 57,3% dos concluintes. É notável que conforme o curso avança o entendimento dos respondentes aumenta. A questão seguinte foi acerca do conceito de Mercado Imobiliário, que é o setor onde ocorre a

compra e venda de imóveis. As respostas possibilitaram a elaboração da seguinte tabela.

**Tabela 6- Entendimento sobre Mercado Imobiliário**

Curso	CT	CP	SO	DP	DT	TOTAL
<b>Administração - Ingressantes</b>	<b>58,3%</b>	31,3%	6,3%	2,1%	2,0%	100%
<b>Administração - Concluintes</b>	<b>46,7%</b>	36,7%	16,6%	0%	0%	100%
<b>Ciências Contábeis - Ingressantes</b>	<b>33,3%</b>	45,9%	20,8%	0%	0%	100%
<b>Ciências Contábeis - Concluintes</b>	<b>65,3%</b>	24,0%	10,7%	0%	0%	100%

**Fonte:** dados da pesquisa (2019)

Com base na tabela 6 verificou-se os índices de concordância total dos respondentes do curso de Administração ingressantes com 58,3% para 46,7% dos concluintes, portanto, houve uma evolução negativa de 11,6%; já os respondentes do curso de Ciências Contábeis ingressantes 33,3% para 65,3% dos concluintes, uma evolução de 32%. O próximo tópico buscou identificar o entendimento sobre o conceito e diferença entre Empréstimo e Financiamento. Com os dados coletados elaborou-se a seguinte tabela.

**Tabela 7 – Diferença entre Empréstimo e Financiamento**

Curso	CT	CP	SO	DP	DT	TOTAL
<b>Administração - Ingressantes</b>	<b>54,2%</b>	33,3%	10,4%	2,1%	0%	100%
<b>Administração - Concluintes</b>	<b>56,7%</b>	36,7%	6,6%	0%	0%	100%
<b>Ciências Contábeis – Ingressantes</b>	<b>33,3%</b>	43,8%	20,8%	2,1%	0%	100%
<b>Ciências Contábeis - Concluintes</b>	<b>70,7%</b>	24,0%	5,3%	0%	0%	100%

**Fonte:** dados da pesquisa (2019)

Com base na tabela 7 os respondentes do curso de Administração Ingressantes concordam totalmente em 54,2%, já os concluintes 56,7%, portanto houve uma evolução de 2,5%; no curso de Ciências contábeis os ingressantes apresentaram o índice de 33,3% e os concluintes 70,7%, tendo uma evolução de 37,4%. Os resultados permitem inferir que os estudantes do curso de Ciências contábeis possuem maior contato com conceitos de empréstimo e financiamentos durante a sua graduação.



O próximo passo foi apresentar os principais tipos de investimentos de renda fixa e variável com seus conceitos. As respostas permitiram a elaboração da tabela 8, com os seguintes indicativos: 1 para pouco entendimento e 5 para muito entendimento.

**Tabela 8 – Entendimento sobre Tipos de Investimentos**

<b>Investimentos de renda fixa</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Fundos de investimentos	22,5%	18,5%	<b>27,9%</b>	19,0%	12,1%
Caderneta de poupança	11,4%	17,1%	24,7%	20,4%	<b>26,4%</b>
LCI (Letra de Crédito Imobiliário)	<b>44,5%</b>	16,3%	21,1%	11,2%	6,9%
CDB (Certificado de Depósito Bancário)	<b>26,2%</b>	17,2%	22,4%	21,4%	12,9%
Títulos públicos de renda fixa	<b>33,2%</b>	14,6%	27,9%	12,7%	11,7%
Títulos privados de renda fixa	<b>36,7%</b>	12,9%	23,6%	16,5%	10,4%
CDI (Certificado de Depósito Interbancário)	<b>39,8%</b>	17,0%	18,0%	14,5%	10,6%
<b>Investimentos de renda variável</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Compra e venda de ações	12,7%	13,1%	<b>27,5%</b>	26,6%	20,2%
Fundo cambial	<b>35,3%</b>	22,6%	20,2%	14,7%	7,2%
Derivativos	<b>41,0%</b>	19,4%	22,7%	11,8%	5,2%
Previdência privada	11,6%	10,9%	23,6%	<b>30,5%</b>	23,4%

**Fonte:** dados da pesquisa (2019)

Para fazer a análise da tabela foi feito a média das 4 turmas respondentes. Sobre os investimentos de Renda Fixa percebeu-se que somente na caderneta de poupança os respondentes possuem o maior índice no nível 5 de muito entendimento, seguido de fundos de investimento que teve o maior índice no nível 3, os restantes dos investimentos de renda fixa tiveram o maior índice no nível 1 de pouco entendimento; já para os investimentos de renda variável o maior índice foi em previdência privada no nível 4 de entendimento, seguido ela compra e venda de ações e fundo de ações na BOVESPA no nível 3 de entendimento e o restante dos investimentos no nível 1 de pouco entendimento. No geral é possível analisar que os respondentes possuem pouco entendimento acerca dos tipos de investimentos.

## 5. Considerações Finais

Apesar não haver uma matéria específica de educação financeira nos cursos de Administração e Ciências Contábeis, identificou-se um avanço no entendimento dos ingressantes para os concluintes. Verificou-se que apesar de conhecerem a importância de economizar, também entendem que a forma de obter renda advém do trabalho ou investimentos no mercado financeiro ou imóveis por exemplo. Por outro lado, confirmou-se que o nível de entendimento de educação é mediano, embora percebeu-se uma evolução entre os ingressantes e os concluintes, indicando que mesmo sem uma disciplina específica sobre o tema, existem outras que aos poucos vão apresentando esses conceitos; Além dos eventos promovidos pela Instituição educacional,

Atualmente existem diversos sites que proporcionam esses conhecimentos, até mesmo cursos gratuitos na BOVESPA e sites que trabalham com o mercado financeiro. A sugestão que estão envolvidos diretamente com finanças sejam empresariais ou pessoais os acadêmicos busquem se aprimorar neste conteúdo.

## REFERÊNCIAS

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Dados**. Disponível em:<[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)>, Acesso em 13 e 19 mai. 2019.

EXAME - NEGÓCIOS, ECONOMIA, TECNOLOGIA E CARREIRA. **Dados**. Disponível em:<[www.exame.abril.com.br](http://www.exame.abril.com.br)>, Acesso em 13 e 19 mai. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo editora atlas S.A., ed. 6, 2008.

HALFELD, Mauro. **Investimentos Como Administrar Melhor Seu Dinheiro**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, ed. 1, 2001.

LUQUET, Mara. **Guia Econômico Valor de Finanças Pessoais**. São Paulo: Globo, ed. 2, p. 14-15, 2007.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

MARTINS, José Pio. **Educação financeira ao Alcance de todos**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2004.

NETO, FALCETTA, RASSIER E MARCHIONATTI, Alfredo Meneghetti, Flavio Paim, Leandro Hirt e Wilson. **Educação Financeira**. Porto Alegre, Editora Universitária da PUCRS, 2014.

OLIVEIRA & PACHECO, Gilson & Marcelo. **Mercado Financeiro Objetivo e Profissional**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, ed. 2, 2011.

SILVA, Eduardo D. **Gestão em Finanças Pessoais Uma Metodologia para se Adquirir Educação e Saúde Financeira**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

WOHLEMBERG, BRAUM E ROJO, Tiago Ramos, Loreni Maria dos Santos e Claudio Antonio. **Finanças Pessoais: Uma Pesquisa com os Acadêmicos da Unioeste Campus de Marechal Cândido Rondon**. UNIOESTE/MCR - v. 11 - n. 21 - 2º sem. 2011.

## ESOCIAL E SEUS REFLEXOS NA CULTURA ORGANIZACIONAL DAS PARTES ENVOLVIDAS: CONTADORES, EMPRESÁRIOS E RECURSOS HUMANOS

Karine da Silva Bianki<sup>1</sup>  
Larissa Juliane Bianki<sup>2</sup>  
José Roberto Domingues da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** O eSocial, Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias, foi implantado com o intuito de diminuir a burocracia enfrentada pelas empresas na prestação de informações ao fisco. Buscou-se, no presente estudo, identificar as mudanças organizacionais e culturais que a utilização do eSocial trouxe na visão de contadores, empresários e acadêmicos concluintes do curso de RH do Centro universitário UNIVEL 2019. Para identificar essas mudanças foi aplicado um questionário com 20 afirmativas, sendo dividido em três partes: conceitos do eSocial, argumentos de mudança organizacional e observações a respeito de mudanças culturais. O estudo constitui-se numa pesquisa aplicada, descritiva, quantitativa, bibliográfica tendo utilizado como procedimento o levantamento ou *survey*. Este estudo sobre o eSocial, justifica-se pelo fato dessa nova plataforma digital atingir a todos, havendo a necessidade de saber em que estágio de aprovação o mesmo se encontra em relação aos seus usuários. Os resultados obtidos demonstram que ambos os respondentes concordam que por ser um processo novo, há uma grande necessidade de mudança em diversas áreas dentro das organizações. Essas mudanças trarão um grande avanço nas relações de trabalho, nos processos e procedimentos operacionais existentes, alterando demasiadamente as rotinas, os hábitos e a cultura enraizada através do tempo nas empresas e empregadores.

**Palavras-chave:** Mudança cultural. eSocial. Organizações.

### 1. Introdução

Informações são importantes para o desenvolvimento de qualquer área do conhecimento humano. A administração pública bem como a privada, precisa conhecer ao máximo os dados da população e a partir do Sistema eSocial, os empregadores, por meio da comunicação eletrônica enviarão ao governo de forma unificada as informações relativas aos trabalhadores, tais como: os vínculos, as contribuições previdenciárias, a folha de pagamento, as comunicações de acidente de trabalho, o aviso prévio e as informações sobre FGTS.

O sistema surgiu com o intuito de simplificar a prestação das informações

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL (2019)

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL (2019)

<sup>3</sup> Professor orientador do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL (2019), Mestre em Administração. PUC – PR (2015).

referentes a obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, para reduzir a burocracia para as empresas, uma vez que agora, todas as informações serão transmitidas em conjunto e não mais separadas como era antes de sua implantação, eliminando com isso a redundância das informações prestadas.

Todas as empresas são obrigadas a adesão do eSocial, em caso de descumprimentos dos prazos estabelecidos deverá implicar em multas. Lembrando que o eSocial não veio para mudar a legislação e sim para se fazer cumprir os prazos já estabelecidos em tempo hábil. Dessa forma o presente estudo vincula-se a área de Sistemas de Informações. O não conhecimento da utilização do eSocial acarreta em algumas dificuldades na sua utilização, como a quantidade de informações exigidas, a inconsistência e dados duplicados, e as diversas mudanças que o governo vem fazendo periodicamente,

Dessa forma o presente estudo buscou responder a seguinte questão: Quais as mudanças organizacionais e culturais que a utilização do eSocial trouxe na visão de Contadores, empresários e acadêmicos concluintes do curso de RH do Centro Universitário UNIVEL 2019? vinculada ao objetivo de evidenciar as mudanças organizacionais e culturais que o eSocial trouxe na visão de contadores, empresários e acadêmicos concluintes do curso de RH do Centro Universitário UNIVEL 2019.

O presente trabalho é relevante pois o eSocial é algo que atinge a todos. É uma plataforma digital em que ambas as partes envolvidas obtêm algum tipo de resultado. É necessário saber em que estágio esta de aprovação em relação aos seus usuários. É importante falar sobre a nova plataforma digital do governo, pois muitas pessoas estão envolvidas e algumas sem orientações sobre o assunto, sem saberem que as mesmas dificuldades que estão passando, ou as dúvidas que possuem, também são dúvidas de outros usuários. O governo precisa conhecer o que deve ser melhorado para sua melhor implantação.

## **2. Desenvolvimento**

Por meio do Decreto nº8373/2014 instituiu-se o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias (eSocial). A burocracia enfrentada pelas empresas na prestação de informações, foi o que impulsionou sua

implantação, por uma iniciativa dos órgãos e entidades do Governo Federal: Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Ministério do Trabalho – MTB.

Cada órgão terá acesso a um número maior de dados, tendo como objetivo, simplificar o cumprimento das obrigações principais e acessórias exigidas pela fiscalização do trabalho, melhorar a maneira como as empresas repassam suas informações para o governo, e permitir uma maior integração entre esses órgãos. O eSocial é totalmente digitalizado, é o documento hábil para o recolhimento das contribuições sociais sendo projetado para uso diário, com a alimentação constante da plataforma em tempo real, contendo informações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Devido à abrangência do eSocial, diversas áreas das empresas serão afetadas por isso, tem sido motivo de atenção. Essa grande mudança fará com que empresas e empregadores alterem completamente seus métodos e a forma de prestação de contas ao governo.

Para as empresas, além de simplificar processos, a implantação do eSocial diminuirá erros nos cálculos que, hoje, ainda ocorrem na geração desses documentos, irá proporcionar mais agilidade à prestação de contas, eliminará a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas, e garantirá maior segurança jurídica. Segundo Gabriel *et al.* (2016), O impacto será visto na simplificação dos processos de cumprimento das obrigações, mas, ao mesmo tempo, exigirá que o empregador tenha um ambiente bem homogêneo, com uma comunicação interna rápida, padronizada, transparente e integrada. (GABRIEL, SILVA, REZENDE, 2016, p. 23)

Diante desse cenário de novidade e atualizações é importante que haja a comunicação entre seus usuários, é preciso entender que há uma enorme necessidade de mudança, seja ela organizacional ou operacional, para que todas as exigências sejam seguidas na sua totalidade.

## **2.1 Mudança Organizacional e Operacional**

Heráclito de Éfeso, filósofo da antiguidade, já afirmava que a única constante é a mudança (CHIAVENATO, 1996), então mudar é inerente ao ser humano. Porém a

tecnologia acelerou de modo excessivo os processos de mudança, e os indivíduos não conseguem responder na mesma velocidade essa novidade. A sociedade não reage muito bem as mudanças, essa resistência em processos de mudança ocorre, pois, os indivíduos têm que sair de uma situação conhecida, para algo desconhecido, onde são levados a sair de sua zona de conforto para se adaptar a um novo cenário.

As mudanças acarretam uma grande volatilidade, incertezas, complexidades e ambiguidade a seus usuários. É necessária uma gestão da mudança, pois ela envolve um conjunto de processos, técnicas, estruturas e ferramentas que auxiliarão os indivíduos a se adaptarem ao novo. Para que haja o interesse de todos no processo faz-se necessário métodos que estejam focados em pessoas. Para acompanhar a mudança cultural das forças de trabalho, as constantes atualizações das tecnologias e as obrigações impostas pelo fisco, as empresas devem reagir de forma estratégica. Esta necessidade de reação vem acompanhada do indispensável comprometimento coletivo para receptividade das mudanças.

Mais para que isso saia conforme o planejado, é preciso que todas as partes envolvidas estejam engajadas e instruídas a respeito da inovação no sistema de informação tributária imposta pelo fisco nacional, para tanto, é preciso que haja uma mudança de cultura tanto nos processos, quanto nas ações de seus usuários.

## **2.2 Mudança Cultural nas Organizações**

A mudança cultural é condição obrigatória para que as organizações possam liderar nessa nova era de revolução e inovação. Para Paz e Tamayo (2004), cultura é a forma de pensar, agir e sentir compartilhadas nas organizações. Ela é muito presente no comportamento tanto de contadores, empresários e até mesmo dos acadêmicos, e qualquer interferência que venha mudar o ambiente em que eles atuam, se apresenta como algo difícil de se colocar em prática.

Nesse sentido, Freitas (1991) afirma que a cultura organizacional é difícil de ser mudada, além de provocar reações nas pessoas, que, ou agarram-se ao passado, ou envolvem-se com o presente, numa atitude de negação da perda. Assim, “o que se entende por mudança cultural é a definição de um novo rumo, uma nova maneira de fazer as coisas, alicerçadas em novos valores, símbolos e rituais” (FREITAS, 1991, p. 81). A grande dificuldade é que a cultura não se instala, se desenvolve. Schein (1982)



afirma que a cultura é um processo em formação, já que é preciso existir uma aprendizagem contínua para se adaptar ao ambiente externo e para uma melhor administração das questões internas. A reestruturação de práticas é fundamental, pois é preciso se atualizar e estar atento as mudanças, deixando de lado velhos hábitos. Se faz necessário conduzir novos valores e comportamentos para que haja uma mudança coletiva na mentalidade de todos os envolvidos. Trazendo com isso uma aceitação do novo, partindo do princípio que o mesmo pode trazer benefícios para toda a sociedade

Para isso é necessário tempo, pois mudanças de peso em um curto espaço temporal, sem tempo disponível para uma consolidação de todo o processo de mudança cultural, não trará uma transformação substancial. É preciso que haja o interesse e comprometimento de todos, desde o contador, o empresário e os futuros profissionais da área, para que no período de adaptação possam adquirir um melhor entendimento sobre o tema.

### **3. Metodologia**

O presente estudo adotou a pesquisa descritiva que segundo Silva & Menezes (2000, p.21), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento”. Elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos periódicos, e material disponibilizado na internet através do qual foi feita uma abordagem do eSocial.

O procedimento utilizado foi o levantamento ou *survey*, que Gil (1991), definiu como um tipo de pesquisa quantitativa, pois apresenta característica de abordagem direta das pessoas, no qual deseja conhecer suas opiniões ou percepções a respeito de um tema. Basicamente, realiza-se o levantamento das informações de um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado, mediante análise quantitativa.

Os dados foram coletados por meio de questionário com perguntas objetivas visando colher a opinião dos respondentes sobre o objeto da pesquisa. O

questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, etc. O questionário contou com 20 questões objetivas. A pesquisa ocorreu no período de agosto a setembro de 2019, aplicado a 10 contadores, 10 empresários selecionados aleatoriamente, e com os acadêmicos concluintes do curso de Recursos Humanos do Centro Universitário UNIVEL 2019 em sua totalidade, objetivando identificar as mudanças organizacionais e culturais que a utilização do eSocial trouxe na visão dos respondentes.

O tratamento ao problema foi realizado de forma quantitativa, que de acordo com Richardson (1999, p.70), “é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”. Sendo assim esse estudo traduziu em números as opiniões e informações dos entrevistados, analisadas descritivamente.

#### **4. Resultados**

O questionário foi aplicado a três categorias: Acadêmicos do Curso de Recursos Humanos, Contadores e Empresários, e as informações permitiram identificar o perfil dos respondentes por meio de informações relativas a idade, gênero, estado civil e nível escolar. Com relação a faixa etária, 50% dos empresários estão na faixa etária de 35 e 45 anos, com relação aos contadores 70% identificam-se na mesma faixa etária, já os acadêmicos de RH apresentaram 32% abaixo de 20 anos e 54% de 20 a 25 anos. Com relação ao gênero dos respondentes, verificou-se a predominância feminina entre empresários e acadêmicos de RH, sendo que 60% dos empresários e 86% dos acadêmicos de RH pertencem ao gênero feminino, com relação aos contadores a predominância foi masculina com 60%. Já o estado civil em sua maioria os contadores e empresários com 80% e 70% respectivamente são casados, e os acadêmicos de RH em 89% são solteiros, fato comprovado pela juventude da faixa etária dos respondentes. Com relação a formação acadêmica dos respondentes, verificou-se que os acadêmicos de RH em 96% ainda estão concluindo a sua graduação, já com relação aos contadores o nível acadêmico aumenta, sendo

que 70% possuem ensino superior completo até para exercer a profissão e 30% já estão em especialização completa, os empresários apresentam um nível de 80% com ensino superior completo, embora 10% ainda não possuem essa formação, e 10% já buscaram uma especialização.

O questionário foi dividido em três partes: conceitos do eSocial, argumentos de mudança organizacional e observações a respeito de mudanças culturais, sendo que tanto a mudança organizacional quanto a cultural foram observadas do ponto de vista dos reflexos do eSocial objeto desse estudo.

#### 4.1. Entendimento do Conceito de eSocial

Selecionou-se seis afirmativas elaboradas a partir de conceitos do eSocial extraídos da literatura especializada bem como da legislação, os respondentes optaram por uma escala de concordância com a seguinte codificação; 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo; 3 - Não tenho opinião; 4 - Concordo e 5 - Concordo totalmente. O retorno dos questionários permitiu a elaboração da tabela 1 sendo que adotou-se as seguintes abreviaturas: Cont para contadores, Emp para empresários, e RH para acadêmicos de Recursos Humanos.

**Tabela 1.** Conceito de eSocial

QUESTÕES	CONT.	EMP.	RH.
1. O ESOCIAL É UMA MEDIDA DE DESBUROCRATIZAÇÃO. O OBJETIVO DO GOVERNO FEDERAL, AO CRIÁ-LO, FOI SIMPLIFICAR A PRESTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS, REDUZINDO A BUROCRACIA PARA AS EMPRESAS	50% 4	40% 3 - 4	64% 4
2. A MAIOR TRANSPARÊNCIA NO REPASSE DOS DADOS PARA A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL RESULTARÁ NA REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE SONEGAÇÃO, CONSEQUENTEMENTE MAIOR ARRECADAÇÃO POR PARTE DO GOVERNO.	40% 4 - 5	60% 4	46% 4
3. AS MUDANÇAS DO ESOCIAL TÊM SIDO VISTA POSITIVAMENTE PELOS USUÁRIOS, POIS OS DESENVOLVEDORES SE PREOCUPARAM EM DEIXAR SOMENTE AS INFORMAÇÕES QUE DE FATO SÃO IMPORTANTES.	50% 4	40% 2 - 3	39% 4

4. PARA QUE UMA EMPRESA SEJA BEM-SUCEDIDA NO ESOCIAL, PRIMEIRAMENTE PRECISA ACREDITAR NO PROJETO E ACEITÁ-LO, COM ISSO O SUCESSO É CERTO.	70%	60%	50%
	4	4	4
5. AS EMPRESAS PRECISAM FICAR ATENTAS PARA EVITAR PROBLEMAS COM O FISCO, BUSCANDO DESDE JÁ PROFISSIONAIS QUE ESTEJAM ACOMPANHANDO AS MUDANÇAS	50%	60%	50%
	4	4	4
6. O CONHECIMENTO EM RELAÇÃO AO ESOCIAL É A “CHAVE” PARA QUEM BUSCA CRESCIMENTO PROFISSIONAL, RECOLOCAÇÃO OU NOVAS OPORTUNIDADES.	60%	60%	39%
	4	4	4

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019)

Com relação ao conceito básico do item 1, tanto contadores quanto empresários, apresentaram um indicador de concordância inferior aos acadêmicos de RH que totalizou 64%, percebeu-se com isso, que contadores e empresários estão mais voltados a prática do eSocial e não ao conceito, ao passo que os estudantes estão mais voltados para a área conceitual do que a prática, até porque muitos não estão atuando profissionalmente. Em relação a transparência das informações que o eSocial fornece para a administração federal, reduzindo os índices de sonegação e aumentando a arrecadação, houve concordância maior entre os empresários em 60% ao passo que contadores e RH ficaram divididos entre 40% e 46%. A questão da positividade que o eSocial trouxe para os usuários, permitiu observar que contadores concordam em 50% com esta afirmativa, ao passo que os empresários ficaram em torno de 40%, e os acadêmicos de RH em 39%, justifica-se a maior concordância entre os contadores pois, são os mesmos que efetivamente executam o programa eSocial. Já sobre a aceitação do eSocial pelas empresas, tanto contadores e empresários, apresentaram concordância de 70% e 60% respectivamente, quanto os acadêmicos de RH resultou em 50%. Novamente aqueles que estão mais próximos dos procedimentos do programa concordaram em maior grau. A busca de profissionais que estejam acompanhando as mudanças do eSocial, 50% dos contadores e 50% dos acadêmicos concordam com a afirmativa, ao passo que os empresários apresentaram 60% de concordância justificada pelo fato da necessidade que os empresários sentem de profissionais que dominem o assunto. Em relação ao conhecimento do eSocial como sendo uma oportunidade para quem busca crescimento profissional e novas oportunidades, os empresários e contadores concordam com essa afirmativa, ambos com 60%. Já os acadêmicos de RH

apresentaram um índice de concordância menor, com 39%, pelo fato dos acadêmicos acreditarem em outros fatores mais relevantes para o seu crescimento profissional.

#### 4.2. Mudança organizacional

A mudança organizacional é entendida como uma adequação às exigências do mercado, causada pela influência do ambiente externo ou do ambiente interno. As afirmativas selecionadas para análise dos respondentes foram coletadas por meio de pesquisas em artigos já publicados a respeito do assunto; Neste caso os respondentes disponham da seguinte escala de concordância 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo; 3 - Não tenho opinião; 4 - Concordo e 5 - Concordo totalmente. O resultado, permitiu a elaboração da tabela 2.

**Tabela 2 - Mudança organizacional**

QUESTÕES	CON	EMP.	RH
<b>1. OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DEVEM ESTAR CAPACITADOS, TER CONHECIMENTO DE LEGISLAÇÃO E SUA APLICABILIDADE, SEUS REFLEXOS, O USO DO SISTEMA, OS PROCESSOS INTERNOS, MAIS PRINCIPALMENTE ESTAREM APTOS A SEREM AGENTE DE MUDANÇA NA ORGANIZAÇÃO.</b>	50% 5	<b>60%</b> 5	57% 5
<b>2. O ESOCIAL IMPACTA TODOS OS COLABORADORES, POR ISSO É IMPORTANTE REALIZAR TREINAMENTOS QUANTO AOS PROCESSOS, PRAZOS E NOVAS REGRAS DE NEGÓCIO, ALÉM DE CONSCIENTIZÁ-LOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DE MANTER SEUS DADOS CADASTRAIS ATUALIZADOS.</b>	60% 4	<b>80%</b> 4	53% 5
<b>3. AS EMPRESAS/CONTADORES DEVEM REUNIR SEUS CLIENTES INTERNOS E EXTERNOS EXPLICANDO O QUE É O ESOCIAL E APRESENTANDO NA PRÁTICA OS POSSÍVEIS PROBLEMAS QUE PODEM OCORRER E AS MULTAS DECORRENTES.</b>	50% 5	<b>60%</b> 5	46% 5
<b>4. EMBORA O SISTEMA TRAGA FACILIDADE ÀS ORGANIZAÇÕES NO ENVIO DAS INFORMAÇÕES, SUA IMPLANTAÇÃO ESTÁ GERANDO INSEGURANÇA NAS EMPRESAS, POIS TRARÁ PROFUNDAS MUDANÇAS NO COMPORTAMENTO E NA GESTÃO DA ÁREA DE PESSOAL DAS EMPRESAS, DESDE A SUA IMPLANTAÇÃO ATÉ A OPERACIONALIZAÇÃO.</b>	40% 4	<b>60%</b> 4	53% 4
<b>5. O ESOCIAL ENVOLVE A REUNIÃO E A ORGANIZAÇÃO DE VÁRIOS SETORES, COMO O RH, FINANCEIRO E SEGURANÇA DO TRABALHO, É PRECISO QUE HAJA UMA INTEGRAÇÃO E UMA MELHORIA NA COMUNICAÇÃO ENTRE ESSAS ÁREAS.</b>	60% 5	<b>70%</b> 4	53% 5

<b>6. ESSA NOVA ERA DIGITAL VEIO PARA FICAR, E ESSAS ETAPAS SERÃO DE GRANDE APRENDIZADO PARA AS EMPRESAS, ESPECIALMENTE NAS ÁREAS DE RH, DEPARTAMENTO PESSOAL, JURÍDICA E FINANCEIRA.</b>	<b>60%</b>  5	<b>60%</b>  4	<b>53%</b>  4
<b>7. SITES DE BUSCA DE EMPREGO MOSTRAM QUE O ESOCIAL, JÁ ESTÁ SENDO EXIGIDO COMO REQUISITO ESSENCIAL. AS EMPRESAS ESTÃO BUSCANDO PROFISSIONAIS QUE TENHAM CONHECIMENTO DO ASSUNTO</b>	<b>80%</b>  4	<b>80%</b>  4	<b>61%</b>  4

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019)

Das afirmativas conceituais sobre a mudança organizacional, escolheu-se algumas palavras que se vinculam a mudança organizacional como capacitação, conhecimento de legislação, sistemas, treinamento, conscientização, reunião entre as partes envolvidas, comportamento, gestão, trabalho em equipe, comunicação eficaz, era digital, essencial para o mercado de trabalho e buscou-se a concordância dos respondentes. Em todos os grupos as respostas variaram de concordo a concordo totalmente, destacando-se as seguintes: a) Capacitação dos profissionais para que se tornem agentes de mudança na organização, contadores, empresários e acadêmicos são unânimes nas respostas, apresentando 50% 60% e 57% de concordância, uma vez que todos os profissionais para se manterem no mercado e garantirem sucesso devem estar aptos para essas demandas. b) Treinamentos e conscientização sobre essa nova realidade, contadores e empresários concordam com essa necessidade em 60% E 80% respectivamente, os acadêmicos de RH concordam totalmente com 53%, evidenciando dessa forma que o eSocial trouxe uma mudança organizacional grande na maneira de tratar as informações sobre os recursos humanos das empresas exigindo atualizações constantes por meio de Manuais, Leiautes, Tabelas e Regras de Validação. c) Socialização das mudanças entre clientes internos e externos, os respondentes concordaram totalmente, contadores e empresários apresentaram 50% e 60% respectivamente, os acadêmicos de RH em 46%, afirmando que os comportamentos mudaram, mesmo num clima de insegurança onde o novo sempre traz e neste caso os indicadores variaram de 60% na visão dos empresários, seguido da percepção dos acadêmicos de RH com 53% e dos contadores com 40% de concordância.

As respostas as demais afirmativas no tocante a trabalho em equipe, comunicação eficaz e a nova era digital que se apresenta em todos os segmentos sociais envolve um aprendizado constante dos novos instrumentos da tecnologia da informação, fazendo com que as informações ocorram de maneira correta mudando inclusive o mercado de trabalho que cada vez mais exigente, busca profissionais que já dominem o eSocial. As percepções de concordância variaram de 53% a 80%. As mudanças organizacionais mudam a cultura das empresas, buscou se verificar como foi a percepção dos respondentes nos quesitos que envolveram as mudanças culturais nas empresas com o advento do eSocial.

### 4.3. Mudança cultural nas organizações com o advento do eSocial

Várias definições tratam a mudança cultural nas empresas como sendo o conjunto de hábitos e crenças estabelecidos através de normas, valores, atitudes expectativas compartilhados por todos os membros da organização. Para complementar este estudo, aliando-o aos conceitos do eSocial e mudança organizacional buscou-se verificar por meio de frases a percepção dos respondentes a acerca do tema mudança da cultura por ocasião do eSocial, utilizando o mesmo critério de concordância das anteriores, ou seja 1 - Discordo totalmente; até 5 - Concordo totalmente. As respostas permitiram a elaboração da tabela 3.

**Tabela 3 - Mudanças Culturais nas organizações**

QUESTÕES	CON.	EMP.	RH
1. INVESTIMENTO EM IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE PARA ENVIAR OS DADOS NÃO DEVE SER O ÚNICO PLANO DE AÇÃO A SER TOMADO. <u>MUDANÇAS CULTURAIS</u> DEVERÃO ACONTECER, POIS OS VÁRIOS SETORES ENVOLVIDOS PRECISARÃO TRABALHAR EM CONJUNTO PARA EVITAREM DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES.	80% 5	60% 4	43% 4
2 . O TREINAMENTO NÃO DEVERÁ SER CONSIDERADO COMO UM GASTO, MAS SIM UM <u>INVESTIMENTO COM SEUS FUNCIONÁRIOS</u> E PARA A EMPRESA, JÁ QUE ESTES AUXILIARÃO NA MUDANÇA DE CULTURA, E NOS IMPACTOS QUE A MESMA PROVOCARÁ DENTRO E FORA DA ORGANIZAÇÃO.	70% 5	80% 4	53% 5
3. JUNTO AS ALTERAÇÕES DO ESOCIAL HOUE, A NECESSIDADE DE <u>MUDANÇAS – ADAPTAÇÃO CULTURAL E TECNOLÓGICA PARA AS EMPRESAS.</u> SABEMOS QUE TUDO QUE É NOVO ASSUSTA, E DE	60% 4	80% 4	64% 4



FATO O ESOCIAL POR SUA GRANDE ABRANGÊNCIA E COMPLEXIDADE TEM SIDO UMA GRANDE PREOCUPAÇÃO.			
4 . O PROCESSO DE MUDANÇA DE CULTURA PARA OS COLABORADORES QUE ESTÃO HÁ MUITOS ANOS NA EMPRESA, TENDE A SER MAIS DIFÍCIL DO QUE PARA OS COLABORADORES COM MENOS TEMPO NA MESMA EMPRESA.	50%	70%	61%
	4	4	4
5. CULTURALMENTE AS EMPRESAS DEIXAM OS AJUSTES DE NOVAS OBRIGAÇÕES PARA A ÚLTIMA HORA, MAS, NO CASO DO ESOCIAL, ISSO PODE SIGNIFICAR UM GRANDE PROBLEMA, JÁ QUE A SUA ADAPTAÇÃO DEMANDA TEMPO.	60%	50%	46%
	4	5	4
6. O PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELO ESOCIAL, DEVE DESENVOLVER CARACTERÍSTICAS DE GESTOR E MEDIAR REUNIÕES EDUCATIVAS PARA PROMOVER UMA MUDANÇA CULTURAL DOS COLABORADORES E ORGANIZAÇÃO.	60%	90%	46%
	4	5	4
7 . OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DEVEM TER UMA VISÃO SISTÊMICA DE TUDO, ESTAR ATENTOS, APRENDER A DESAPEGAR DOS MÉTODOS E PRÁTICAS PARA ATUALIZAR SEU TRABALHO À MEDIDA QUE ALGO NOVO ACONTECE.	70%	60%	50%
	4	4	4

**Fonte:** dados da pesquisa (2019)

A Tabela 3 sintetizou as respostas dos respondentes em relação a mudança cultural nas organizações por ocasião da implantação do eSocial. Tal acontecimento levou a alguns questionamentos que envolveram as seguintes palavras: mudanças culturais, investimento em vez de gastos com treinamento; adaptação tecnológica; agilidade da mudança cultural dependendo do tempo de empresa; prática de ajustes de última hora não é mais possível; mudança da ação do gestor fazendo reuniões educativas e a constante atualização profissional. O que se verificou foi concordância em todas as afirmativas, com índices variando de 60% a 90%, embora nas questões propostas os empresários totalizaram a maior quantidade 4, seguidos dos contadores com 3, os acadêmicos de RH também concordaram com as afirmativas, mas indicadores menores, permitindo inferir que a mudança cultural ocorreu e ainda ocorre a medida que novidades acontecem, exigindo uma postura diferente da praticada antes do eSocial.

## 5. Considerações Finais

A escolha deste tema se deu pelo interesse de conhecer e se aprofundar na obrigação do Governo Federal, o eSocial. Buscou-se identificar as mudanças organizacionais e culturais que a utilização do eSocial trouxe na visão de Contadores, empresários e acadêmicos concluintes do curso de RH do Centro Universitário UNIVEL 2019. O que se observou é que um programa dessa envergadura traz muitas mudanças organizacionais e culturais nas entidades, passando pelo entendimento da nova forma de enviar as informações aos órgãos governamentais, investimentos em softwares e pessoal por meio de treinamentos, reuniões, conscientizações e sensibilizações de empresários, contadores e todos que de uma forma ou outra envolva-se com gestão de RH.

As mudanças organizacionais ficaram evidenciadas pelas questões voltadas a temática, confirmadas por meio de percentuais superiores a 50% dos respondentes, por meio de processos de capacitação, aquisição de conhecimento de legislação, entender os novos sistemas, cargas horárias de treinamento por meio de cursos, palestras, reuniões, ensaios, e finalmente execução da transmissão das informações; As equipes precisaram ser conscientizadas da importância dessa nova maneira de fazer, provocando mudanças no ambiente de trabalho, alterando comportamentos, maneira de gerenciar e finalmente adaptando-se a nova era digital.

As mudanças culturais ficaram vinculadas aos conceitos do eSocial e as mudanças organizacionais, mas exemplificadas na nova forma de tratar gastos com pessoas em investimentos; Adaptação quase que diária as novas formas de fazer o trabalho e acompanhamento das inovações tecnológicas; Cuidado com a internalização pelas pessoas dependendo do tempo de empresa, considerando neste caso seu histórico pessoal; Uma mudança para a prática de planejamento e execução com tempo, abandonando os ajustes de última hora; E o gestor tornou-se um agente de transformação, mudando suas equipes por meio de reuniões educativas e constante atualização profissional.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Samuel Alves. **Impacto da eSocial nas Organizações Empresariais e Contábeis**. Disponível em: <https://samuelalvesbatista.jusbrasil.com.br/artigos>

/316718721/o-impacto-da-esocial-nas-organizacoes-empresariais-e-contabeis. Acesso em: 18 de mai. 2019

ESocial. **Sped**. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1507>. Acesso em: 12 de abr. 2019.

FREITAS, M. E. de. **Cultura Organizacional: grandes temas em debate**. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 73-82, jul./set. 1991. Notas e comentários. Disponível em: S0034-75901991000300007.pdf. Acesso em: 11 mai. 2019.

GABRIEL, Ricardo Alexander; SILVA, Marilene da; REZENDE, Mardele Teixeira. **eSocial – Prático Para Gestores**. São Paulo: Érica, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Manual de orientação do eSocial. **eSocial**, versão 2.52018. Disponível em: [http:// portal.esocial.gov.br/manuais/mos-2-5.pdf](http://portal.esocial.gov.br/manuais/mos-2-5.pdf). Acesso em: 30 de mar. 2019.

MARTINS, Rogério costa Beber (2017), **Mudanças na Cultura Organizacional com a Implantação do eSocial**. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/4671>. Acesso em: 26 Mai,2019.

Paz, M. G. T., & Tamayo, A. (2004). **Perfil cultural das organizações**. In A. Tamayo (Ed.). *Cultura e saúde nas organizações*. Porto Alegre: Artmed.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHEIN, Edgar. **Psicologia Organizacional**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 3.ed., 1982. 208p.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. (2000) **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000, 118p.

## **ESTOQUES: AUDITORIA INTERNA DE UMA EMPRESA DE REVENDA DE MOVÉIS PARA ESCRITÓRIO DA CIDADE DE CASCAVEL PARANÁ**

Jaqueline Aparecida Kuhlkamp Amado<sup>1</sup>  
Sabrina Fátima Burigo<sup>2</sup>  
José Roberto Domingues da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente estudo investigou como as informações obtidas através das técnicas de auditoria interna para estoques, podem auxiliar a gestão de uma empresa do comércio varejista de equipamentos para escritório de Cascavel –PR. Esta pesquisa teve como objetivo geral auditar a conta estoque da empresa. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva, através do estudo de caso e de abordagem qualitativa. Apresentou como resultado que os procedimentos adotados hoje que se refere a gestão e controle interno dos estoques são inábeis para o gerenciamento do mesmo, não sendo compatível com a necessidade da empresa, pois apresentaram várias irregularidades, conforme constatado através da análise dos dados apresentados. Isto posto se faz necessário a revisão dos procedimentos do controle interno, definindo-se um Manual de Rotinas Internas, delimitando atribuições, segregação de funções, responsabilidades e limitações de cada funcionário, realizarem conferência periódica do estoque, realizar o controle das saídas. Dessa forma é possível que a empresa melhore o controle interno tornando as informações prestadas mais confiáveis.

**Palavras-chave:** Auditoria. Controle Interno. Estoque.

### **1. INTRODUÇÃO**

A contabilidade surgiu com a necessidade de controlar o patrimônio e suas mutações e foi evoluindo com o passar dos anos e conforme a necessidade do mercado. Existem várias áreas de atuação, e uma área importante é a auditoria.

A auditoria de estoques tem o objetivo de demonstrar exatas quantidades dos bens declarados e se eles realmente constam em estoque, visando perdas e fraudes. Os estoques são de relevantes para as empresas, influenciando diretamente no resultado do ativo circulante da empresa. Além de desempenharem um papel importante dentro do sistema operacional das empresas, pois são as entradas e saídas de produtos no processo de comercialização. É através deles que são desenvolvidas as atividades nas empresas, e é, a área de fundamental importância

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL (2019)

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL (2019)

<sup>3</sup> Professor orientador. Mestre em Administração. Professor do Curso Ciências Contábeis –Centro Universitário UNIVEL. (2019)

para obtenção de lucros. Para Attie (2011) a auditoria de estoque visa determinar se os princípios contábeis foram aplicados aos estoques, se esses são pertences às empresas se estão classificados de forma correta, entre outras finalidades. Atualmente os gestores buscam melhorar o desempenho e a qualidade do controle interno nas empresas, para assim, poderem alcançar altos índices de retorno. A forma em que custos e estoques são gerenciados e controlados pode apresentar tanto crescimento quanto a falência da empresa, isso acontece devido nem sempre ser dada a relevância para o adequado registro, controle e gerenciamento dos custos e estoques. Sendo assim utilizam de ferramentas oferecidas pelos profissionais de contabilidade, sendo uma delas a Auditoria interna. Ela analisa se os registros de entradas, saídas, estão de acordo com o inventário físico, podendo assim, identificar possíveis falhas, fraudes no controle interno de estoque. Como o estoque é um capital financeiro circulante importante em uma empresa, ele deve ser gerenciado de maneira correta para evitar possíveis perdas, subavaliação e superavaliação, tendo em vista um bom retorno financeiro, podendo assim, permanecer no mercado em constante crescimento.

Dessa forma o presente estudo buscou responder a seguinte questão: Como as informações obtidas por meio das técnicas de auditoria sobre estoques podem auxiliar a gestão de uma empresa do ramo de móveis para escritório, localizada no município de Cascavel – PR, no período de junho a agosto de 2019? para tanto delineou o objetivo de auditar os estoques de uma empresa do ramo de móveis para escritório, localizada no município de Cascavel – PR, no período de junho a agosto de 2019.

Para obter um controle mais exato e eficaz da situação da empresa, os gestores devem aplicar missões, estabelecendo objetivos e estratégias. Esse trabalho teve o intuito de melhorar o sistema de controle interno, auxiliando a administração nas tomadas de decisões. Auxiliar também os proprietários no dia a dia sabendo exatamente o seu estoque, facilitando suas próximas compras seja de matéria primas ou móveis. Neste contexto a presente pesquisa se justificou pela necessidade de melhorias continuadas no controle interno, aprimorando o desenvolvimento de suas atividades operacionais. Manter os estoques atualizados, pois de nada adianta fazer uma auditoria verificando a situação atual da empresa e não manter o mesmo.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

A contabilidade vem a muitos anos sendo uma das principais ferramentas de trabalho, utilizada nas empresas pelos gestores, a contabilidade vem evoluindo e abrangendo cada vez mais os campos e informações do patrimônio das empresas auxiliando e facilitando cada vez mais as tomadas de decisões.

Segundo Szuster *et al.*(2013, p. 15) “A contabilidade é a ciência social que tem por objetivo medir para poder informar os aspectos quantitativos e qualitativos do patrimônio de quaisquer entidades”. A contabilidade é também um método de gestão e controle de informações nas entidades, ao longo dos anos também foi crescendo gradativamente abrangendo cada vez mais áreas e informações úteis.

### **2.1 Controle Interno**

Nos últimos anos despertou-se a necessidade de implantação de um sistema de controle interno nas organizações. A magnitude do sistema de controle interno é definida por uma série e procedimentos, métodos e medidas que assegurem a proteção do patrimônio, exatidão e fidedignidade dos dados, eficiência operacional, cumprimento de objetivos definidos e organização das políticas administrativas. O Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA, *apud*Attie,1998, p. 110) define:

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

Os sistemas de controle interno envolvem uma colossal gama de informações de procedimentos. Sendo assim, para compreender este universo existe a necessidade de serem estudados os princípios básicos referentes a ele, pois correspondem a medidas que devem ser adotadas e termos de política, sistemas e organização. a) Existência de um plano de organização com uma adequada distribuição de responsabilidades; b) Regime de autorização e de registros capazes

de assegurar um controle contábil sobre os investimentos, financiamentos e sistemas de resultados da empresa (custo e receitas), ou de metas das instituições (orçamentos). c) Zelo do elemento humano no desempenho das funções a ele atribuídas. d) Qualidade e responsabilidade do pessoal, em nível adequado.

A auditoria é responsável pela credibilidade dos controles internos, pois as normas de auditoria estabelecem que o auditor deverá avaliar o método de controle interno da empresa. Mesmo que haja um excelente controle interno existe a necessidade de realizar a verificação, para se obter a certeza de que as normas estão sendo realmente seguidas e se há a necessidade de implantação de novas normas.

## **2.2 Auditoria**

A Auditoria é uma extensão da Contabilidade, é uma técnica utilizada como ferramenta, para examinar, inspecionar e confrontar se os registros e as informações contábeis estão seguindo a aplicação do conjunto de princípios, normas técnicas e procedimentos próprios da contabilidade (CREPALDI, 2007).

A auditoria é uma especialização do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado. O exame da auditoria engloba a verificação documental, os livros e registros com características controladas, a obtenção de evidências de informações de caráter interno ou externo. (ATTIE, 1998 p,25).

Sendo assim, esta técnica almeja testar a eficácia e a eficiência do controle sobre o patrimônio da empresa. Para isso, a auditoria analisa os documentos da empresa como os livros, registros e demonstrações contábeis, para poder emitir um parecer, expressando se as demonstrações representam ou não a verdadeira situação patrimonial econômica e financeira da empresa, na data em que os registros foram elaborados. Seu conceito vincula-se necessariamente na observação sistemática para obtenção de elementos probantes para emitir parecer sobre evidências relacionadas com os fenômenos da riqueza patrimonial.

A auditoria pode ser realizada com a finalidade de verificar erros e fraudes, apurar o valor do real patrimônio da entidade, melhorar o controle interno, entre outros. A relação do auditor com a entidade auditada se divide em auditoria interna e externa. A auditoria externa é realizada por profissional independente, ou seja, sem ligação ou



vínculo com a empresa a ser auditada. Dada a credibilidade que o auditor externo oferece ao mercado, ao final da auditoria ele deve emitir um parecer sobre os resultados obtidos, agindo de forma moral e dentro das técnicas e princípios de auditoria. Conforme Crepaldi (2012, p.42).

Constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação com que estes representam à posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido a demonstração dos fluxos de caixa e as demonstrações do valor adicionado da entidade auditada consoante s normas brasileiras de contabilidade. (CREPALDI 2012, p. 42)

A auditoria interna é a conferência e o acompanhamento minucioso de tudo o que ocorre nos setores contábil, operacional e administrativo da empresa. Ela é realizada por um profissional com vínculo empregatício com a entidade, a fim de auxiliar a administração a atingir seus objetivos, o auditor é uma pessoa que deve trabalhar com total independência, sempre fundamentada nas normas de auditoria. Segundo Franco e Marra (2013, p. 219) “O vínculo empregatício do auditor interno com a empresa deve ser meramente circunstancial, em virtude de seus serviços serem prestados exclusivamente para a empresa, em tempo integral”.

Os estoques desempenham um papel importante dentro do sistema operacional das empresas, pois são todos os bens matérias mantidos pela mesma a fim de satisfazer uma demanda futura. Como elemento regulador, seja do fluxo de produção, venda ou no processo comercial, os mesmos sempre foram o alvo de atenção dos gerentes. Arnold (1999) ressalta que os estoques são de muita importância nas empresas, chegando a representar de 20% a 60% dos ativos totais. Conforme os estoques são utilizados, se convertem em dinheiro, melhorando o fluxo de caixa da empresa, assim sendo é de fundamental importância que as empresas comerciais direcionem sua atenção para o gerenciamento, controle de estoques e o atendimento, pois o crescimento e a permanência da mesma no mercado dependem da eficácia destes setores. O principal objetivo do estoque é a otimização do seu investimento.

A auditoria de estoque tem como objetivo principal verificar se os estoques existem fisicamente e se pertencem á empresa auditada, determinar a existência de

ônus sobre os estoques e qual a natureza desses, verificar se os estoques são apropriados para sua finalidade, se existem obsolescências (...) e analisar os critérios de avaliação e sua adequação, verificando os princípios fundamentais da contabilidade e a correção de cálculos (FRANCO; MARRA, 2013). Sendo assim o auditor deve realizar uma revisão do controle interno do estoque, que tem por finalidade municiar ao auditor uma base para que ele determine o escopo de seu trabalho. Cada empresa possui suas particularidades, portanto, o controle interno deve ser estabelecido conforme a necessidade de cada entidade (ATTIE, 1998).

Attie (1998, p.294) exemplifica alguns modelos de controle interno que devem ser utilizados pelas empresas:

- [...] Utilização de coleta de preços de compras;
- Utilização de requisição de materiais para produção;
- Apontamento das horas trabalhadas na produção;
- Registro perpetuo do estoque;
- Determinação do ponto mínimo de estoque [...]

Portanto, cabe à gestão das empresas determinarem qual o controle interno deve ser adotado, para se obter controle e segurança na gestão, e cabe ao auditor confirmar ou não a exatidão dos dados auferidos dos controles realizados.

Segundo Almeida (2010, p 191) os principais objetivos da auditoria de estoque são os seguintes:

- Verificar se as quantidades de bens declarados realmente existem.
- Verificar se os bens foram custeados e avaliados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e a consistência dos procedimentos em relação ao exercício social anterior; e
- Verificar se as informações referentes aos estoques foram divulgadas nas demonstrações financeiras sob exame.

O estoque é considerado um dos ativos mais importantes da entidade por isso merece uma atenção especial do auditor, ele deve planejar seu programa de auditoria, porém, deve manter uma mente aberta e observar informações importantes não previstas no programa e se necessário alterá-las, já que é uma área que oferece oportunidades de desenvolver ótimas recomendações, no intuito de diminuir custos e melhorar os controles internos. Para o desempenho da técnica de auditoria, devem ser

utilizadas ferramentas na execução do trabalho, a fim de que o auditor possa emitir sua opinião, pois o objetivo dessa técnica é a fundamentação de uma conclusão por meio de fatos, informações possíveis e evidências (CREPALDI, 2010).

Segundo ATTIE (2011, p.404) entre outros cuidados que o auditor deve tomar em relação à área de estoques, existem alguns itens que merecem particular atenção:

- contagem física de estoque;
- avaliação dos estoques;
- realização dos estoques; e
- cut-off de contabilização.

### **3. METODOLOGIA**

Existem três tipos de pesquisa referente aos objetivos, sendo: Pesquisas exploratórias, Explicativas e Descritivas. O presente trabalho se enquadra na pesquisa descritiva. De acordo com Gil (2010, p. 27) “As pesquisas descritivas tem como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. Nessa pesquisa os dados são analisados, registrados e interpretados sem a interferência do pesquisador. Para desenvolver essa pesquisa, utilizou-se do procedimento estudo de caso, que busca investigar os fatos. Para Gil (2010), esse tipo de estudo proporciona um vasto conhecimento na área analisada, sendo que o estudo caso vem proporcionado ao pesquisador um profundo e exaustivo estudo do seus objetivos, de maneira que seu conhecimento seja mais amplo e detalhado. A pesquisa se enquadrou nesse procedimento, pois irá se aprofundar em determinado assunto, permitindo uma análise melhor do tema, e conseqüentemente obter conclusões existentes. O trabalho foi realizado em uma empresa do ramo comercial situada na cidade de Cascavel-PR no período de junho a Agosto do ano de 2019, onde foram analisados documentos internos, controle interno do estoque, inventário físico, avaliando e verificando se as entradas e saídas do período foram registradas adequadamente, identificando falhas caso existam e apontando possíveis melhorias no processo de registro e controle de estoque.

Quanto à abordagem do problema, pode ser: qualitativa ou quantitativa. A pesquisa qualitativa analisa e descreve determinado problema, de forma mais detalhada e sempre aprofundando o assunto. Já a pesquisa quantitativa aplica na coleta e também na interpretação dos dados, focando mais em números. Segundo Roesch (1999, p. 155) “...A pesquisa qualitativa é apropriada para a avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa.” Sendo assim, define-se como abordagem do problema uma pesquisa qualitativa, pois haverá um aprofundamento no tema em questão. Os resultados obtidos não podem ser utilizados em outras empresas, já que Beuren *et al.* (2006) afirma que, pelo fato de o estudo de caso se relacionar a um único objeto de estudo, há uma limitação, em que muitas vezes os resultados não podem ser aplicados a outros objetos ou fenômenos.

#### 4. RESULTADOS

De acordo com as normas de auditoria, os testes visam a obtenção de evidências quanto a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema **contábil** da entidade (NBC TI 01). Assim sendo, foram realizados alguns testes de auditoria a fim de inspecionar o estoque da empresa. A fim de verificar se as informações registradas no sistema utilizado pela empresa estão de acordo com a quantidade existente no estoque, evidenciando falhas, foi realizada em 31 de agosto de 2019 uma contagem física do estoque. A empresa possui mais de 1000 (um mil) itens em seu mix de mercadorias, e para viabilizar a coleta de dados foi utilizada a técnica de amostragem. Foram selecionados um total de 20 itens, representando 2% da totalidade, sendo eles, cadeiras, poltronas, armários, mesas, gaveteiros e arquivos, foram selecionados os móveis de maior custo. A tabela 1 apresenta a diferença entre o relatório gerencial e o estoque físico, após a aplicação das técnicas de auditoria, verificou-se que dos 20 (vinte) itens selecionados 04 (quatro) apresentaram divergência, o que corresponde a 20% (vinte por cento) de divergência na totalidade dos itens selecionados.

**Tabela 01-** Contagem física dos estoques.

Produto	Cod.	Custo R\$	Qtde . 08/19	Compra 08/19	Venda 08/19	Estoque Final 31/19	OK/ Falta Un.	Valor R\$
Cadeira Diretor Cavaletti	- 4103	543,00	19	10	12	17	<b>01</b>	<b>543,00</b>
Cadeira Secretaria-Cavaletti	4064	419,00	14	20	17	17	✓	0,00
Cadeira Secretaria Qualita	- 185	176,00	31	25	42	14	<b>03</b>	<b>528,00</b>
Cadeira Presidente Pelegin	- PEL-8009	390,00	62	-	37	24	<b>01</b>	<b>390,00</b>
Cadeira Secretaria Executiva Qualita	- 140E	320,00	9	10	7	12	✓	0,00
Poltrona Presidente-Cavaletti	1600 1	1.350,00	3	-	2	1	✓	0,00
Poltrona Interlocutor Cavaletti	- 1600 1F	975,00	4	2	4	2	✓	0,00
Poltrona Presidente Blumeimport	- BLM-720	899,00	5	2	1	6	✓	0,00
Poltrona Interlocutor Blumeimport	- BLM7 20F	720,00	2	4	2	4	✓	0,00
Poltrona Presidente Qualta	- 710	450,00	8	5	4	9	✓	0,00
Mesa Murano Kit	MU30 001	625,00	07	10	13	04	✓	0,00
Mesa Reta	IM40 124	699,00	05	05	07	03	✓	0,00

Mesa Estação de trabalho	TR25 1618	849,00	03	12	09	06	✓	0,00
Mesa de Reunião	IM40 205	602,00	02	02	03	01	✓	0,00
Armário Alto Fechado	TR25 500	739,00	06	04	05	05	✓	0,00
Balcão Baixo	TR25 502	410,00	12	05	11	05	01	410,00
Balcão Credenza	TR25 503	639,00	04	-	01	03	✓	0,00
Gaveteiro Fixo	SL15 301	106,00	17	-	08	09	✓	0,00
Gaveteiro Volante	SL15 501	335,00	04	02	03	02	✓	0,00
Arquivo para Pasta Suspensa	SL15 400	535,00	06	-	03	03	✓	0,00

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019)

A tabela 1 trabalhou somente com 20 itens do estoque auditado e detectou-se 20% de divergências no procedimento contagem física, gerando um prejuízo operacional de R\$ 1.871,00; Se estendido para a totalidade dos estoques existe a possibilidade desse valor ser maior, demonstrando a necessidade de um controle maior dos estoques, mesmo que de maneira simples, pois trata dos ativos necessários aos resultados das empresas.

Identificou-s também que não existe segregação de função entre os empregados; não há controle nas saídas dos estoques; é necessário um manual de rotinas internas; não é feita conferência do estoque regularmente; não é realizado Cotação de preço; e divergência entre o estoque físico e o lançado no sistema;

## 5. Considerações Finais

O presente estudo buscou por meio das técnicas de auditoria sobre estoques, mais especificamente do procedimento contagem física, informações que podem

auxiliar a gestão de uma empresa do ramo de móveis para escritório, localizada no município de Cascavel – PR, e durante a realização da pesquisa foi possível identificar que, a auditoria interna é uma aliada da gestão, pois reforça os controles internos, onde com a aplicação de uma das técnicas de auditoria, foi possível identificar as falhas de controle existentes. Tornou-se significativo para a organização, pois as informações obtidas por meio das técnicas de auditoria sobre os estoques permitiram identificar outras necessidades de controle da empresa tais como: Aperfeiçoamento do controle de estoques; que busque separar as funções de que compra, paga e controla estoques; elaborar um procedimento de controle de estoques; que as conferências tanto física como dos registros, sejam realizadas em datas incertas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um Curso Moderno e Completo**. São Paulo: Atlas, 2003.
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um Curso Moderno e Completo**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1999.
- ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. São Paulo: Atlas, 1998.
- ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2007.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e pratica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade: teoria e pratica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FRANCO, Hilário. MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FRANCO, Hilário. MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz  
85806-080 – Cascavel – PR  
Fone: (45) 3036-3636  
<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

FLEURY, Paulo Fernando. FIGUEIREDO, Peter Wanke. Kleber Fossati **Logística Empresarial: a perspectiva Brasileira**. Atlas 2006

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOSS, Osni. CASAGRANDE, Luiz Fernande. VESCO, DelciGrapegia Dal. **Contabilidade: ensino e decisão**. São Paulo: Atlas, 2008.

JUNIOR, José Hernandez Perez. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010,

MARION. José Carlos. **Normas e práticas Contábeis: Uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Luís Martins de. FILHO, André Diniz. **Curso Básico de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2001.

ROESCH, S. M. Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração: guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antonio Lopes de. **Curso de Auditoria** – São Paulo: Atlas, 2002.

SZUZTER *et al*, Natan. **Contabilidade geral: Introdução à contabilidade societária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## **ESTUDO DE CASO: PIS/COFINS – CRÉDITO SOBRE PEÇAS DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS**

Diego Cataneo<sup>1</sup>

Fernanda Foresto Silva de Medeiros<sup>2</sup>

Everton Jaime Gugel<sup>3</sup>

**Resumo:** Atualmente a carga tributária está cada vez mais elevada e as empresas buscam juntamente ao planejamento tributário formas de se conseguir diminuir o pagamento desses tributos. A legislação da PIS/Pasep e COFINS possibilita diversas interpretações sobre quais são os insumos que geram crédito ao tributo, desta forma, como a legislação não traz qual a definição específica de insumo, fica a cargo do contribuinte analisar as despesas e classificá-las como insumo ou não. Partindo desta premissa o presente estudo tem o objetivo de identificar o montante de créditos das contribuições para a PIS/Pasep e COFINS, referente as compras de peças de manutenção de máquinas industriais, ligadas diretamente a linha de produção em frigoríficos de aves em uma cooperativa, referente ao primeiro trimestre de 2019, onde as aquisições desse tipo de insumos foram expressivamente relevantes. Seguindo nesse contexto com o intuito de embasar as conclusões obtidas o estudo também conta com uma sucinta caracterização acerca das sociedades cooperativas e frigoríficos de aves bem como análise da legislação aplicada as contribuições de PIS/Pasep e COFINS no emaranhado sistema tributário nacional. A partir disso fica claro que a cooperativa analisada ao adotar um perfil mais conservador e avaliando criteriosamente as possibilidades de créditos que lhes são cabíveis, garante amparo legal que lhe permita o crédito das referidas contribuições.

**Palavras-chave:** Créditos de PIS/COFINS. frigorífico de aves. processo produtivo.

### **1. INTRODUÇÃO**

A estrutura tributária nacional é dotada de enorme complexidade na compreensão das limitações impostas pela Constituição sobre o direito de instituir novos tributos, sendo alvo constante de críticas e análises, por pesquisadores das mais diversas áreas, do direito à economia.

Na visão econômica o interesse é com distorções criadas pelo sistema tributário que geram ineficiência na economia. O excesso burocrático tributário aparece como um dos principais motivos que impedem o empreendedorismo nacional de alavancar

---

<sup>1</sup> Diego Cataneo – Especialista em Gestão Estratégica e Planejamento de Tributos para Cooperativas (Faculdade ISAE BRASIL/FGV) (2017).

<sup>2</sup> Fernanda Foresto Silva de Medeiros – Ciências Contábeis (UNIVEL) (2019).

<sup>3</sup> Everton Jaime Gugel – Especialista em direito e planejamento tributário (UNIVEL) (2008).

suas atividades, nesse cenário o empresário se vê desestimulado pela alta carga tributária a continuar investindo.

As contribuições para o PIS/Pasep e a para a COFINS são espécies de tributos, estão regulamentadas por meio das leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, respectivamente. Nas cooperativas de produção agropecuária, são apuradas na modalidade da não cumulatividade, isto é, a receita federal permite o acúmulo de créditos sobre o valor das compras de insumos, para que haja o pagamento do tributo apenas sobre a margem de lucro da venda. Sua apuração é extremamente complexa, principalmente quando da apuração dos créditos.

Tem-se como tema definido para o trabalho realizado a área de Contabilidade Tributária. A pesquisa limitou-se a um estudo, de interpretação da legislação vigente das contribuições sociais PIS/Pasep e a COFINS sobre os insumos (peças de reposição) utilizadas em máquinas industriais no abate de aves no primeiro trimestre de 2019 por uma cooperativa agroindustrial na região oeste no estado do Paraná. Entre as dificuldades verificadas para a correta apuração das contribuições para o PIS/Pasep e COFINS destacam-se: as excessivas limitações ao direito de apuração de créditos; a enorme quantidade de regimes especiais de tributação; inúmeras modalidades de recolhimento, monofásico, substituição tributária, alíquotas diferenciadas.

Determinar o conceito de insumo para a apuração dos créditos das contribuições é de fundamental importância, pois da determinação da abrangência do termo é que se determinam quais as despesas incorridas pelas empresas no desenvolvimento de suas atividades que poderão ser creditadas. Tal apuração de créditos pode inclusive, em muitos casos, resultar em uma significativa economia tributária para o contribuinte. Sendo assim, o estudo teve por finalidade encontrar respostas ao problema da pesquisa: Quais as peças de manutenção de máquinas industriais, ligadas diretamente a linha de produção em frigoríficos de aves, que efetivamente geram créditos de PIS/Pasep e COFINS para as agroindústrias (cooperativas) de aves?

Este trabalho teve por objetivo geral identificar o montante de créditos das contribuições para o PIS/Pasep e COFINS, referente as compras de peças de manutenção de máquinas industriais, ligadas diretamente a linha de produção em

frigoríficos de aves em uma cooperativa localizada na cidade de Cafelândia, Paraná no primeiro trimestre de 2019.

Entende-se que a legislação do PIS/Pasep e COFINS possibilita várias interpretações sobre quais são os insumos que dão direito ao crédito do tributo, assim com a elevada carga tributária as empresas buscam cada vez mais se planejar para conseguir diminuir o pagamento de seus tributos.

A legislação específica do PIS/Pasep e da COFINS não traz claramente qual seria a definição de insumo, acabando por deixar a cargo do contribuinte a análise de quais despesas poderiam ser consideradas como insumos para este fim. Tal fato tornou a sistemática das contribuições bastante subjetiva, razão pela qual há uma total insegurança jurídica por parte das pessoas jurídicas tributadas pelo PIS/Pasep e pela COFINS, à medida que estão permanentemente sujeitas a uma contradição de posições com a Administração Tributária.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

Para compreensão dos objetivos se faz necessário a inserção do leitor no cenário enfrentado pelas empresas, mais especificamente neste caso as cooperativas de produção agropecuária. Para isso serão abordados alguns pontos fundamentais.

### **2.1 Contribuições Sociais Pis/Pasep e Cofins**

Com a criação da Lei número 10.637, em 30 de dezembro de 2002, instituiu-se o regime da não cumulatividade para a contribuição do PIS/Pasep, onde a alíquota incidente sobre o faturamento da empresa passou a ser de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento), sendo que para apuração do valor a recolher a mesma poderá descontar os créditos de suas compras, bem como excluir algumas receitas de vendas previstas na respectiva lei.

Em se tratando do regime não cumulativo da COFINS, este foi instituído pela Lei número 10833, de 29 de dezembro de 2003, e sua alíquota está fixada em 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), possuindo os mesmos moldes de apuração que o PIS/Pasep.

Em uma breve análise comparativa entre as legislações do PIS/Pasep e da COFINS é possível evidenciar uma grande similaridade existente, tendo em vista que

ambas apresentam os mesmos fatos geradores do tributo, existindo inclusive propostas em tramitação no congresso nacional para sua unificação.

O crédito de PIS/Pasep e COFINS utilizado na indústria é ligado aos insumos necessários para a produção fabril, sendo os componentes que entram em contato com o produto da industrialização, os quais podem ser analisados pela contabilidade de custos, conforme a descrição da Lei 10.833 de 2003:

(...) II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art. 2o da Lei no 10.485, de 3 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da Tipi; (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004) (...)

O conceito de insumo para fins de creditamento do PIS/Pasep e da COFINS é atualmente uma das maiores controvérsias envolvendo o regime não cumulativo destas contribuições. Apesar desta discussão ter tomado grandes proporções, especialmente no contencioso administrativo, a solução para este problema não envolveria grandes mudanças legislativas, a restrição do conceito de insumos está relacionada ao debate sobre créditos físicos *versus* créditos financeiros, iniciado especialmente na edição de normas infralegais que orientaram a prática do fisco federal. O conceito de insumos não foi totalmente definido na Lei, por este motivo trazemos o entendimento de Cavallo (2005, pag. 127): “Insumo, em sentido amplo, é todo e qualquer produto ou serviço necessário a produção de outro bem ou serviço, nele se agregando de forma plena e inseparável, sem o qual esse novo produto ou serviço não existiria. Em outras palavras, tudo aquilo que se faz necessário para que o novo bem ou serviço atinjam o seu objetivo final deve ser considerado como insumo.”

Muita discussão se dá a respeito do conceito de insumos utilizados na produção, pois a Secretaria da Receita Federal por meio de Instrução Normativa vem delimitando cada vez mais essa definição, impondo aos contribuintes e intérpretes da lei uma inovação, se valendo de uma possível omissão do diploma legal, inclusive se

apropriando do conceito de insumo definido pelo Regulamento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o que segundo muitos estudiosos seria inconstitucional. Outra fonte de embasamento se dá pela jurisprudência, sejam elas discussões pelo âmbito administrativo, Receita Federal e Conselho de Administração dos Recursos Fiscais (Carf), ou no âmbito jurídico, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Nessa vertente, o conceito de insumos é ampliado, levando em conta que estas trazem uma posição diferenciada daquela pregada até então, despreendendo-se da definição constante na lei do IPI, na qual permitem-se créditos apenas sobre aquisições de matéria-prima, produto intermediário e materiais de embalagem.

## **2.2 Sociedades Cooperativas**

As sociedades cooperativas ou o cooperativismo propriamente dito, fundaram-se entre trabalhadores ingleses, os quais buscavam na cooperação solidária a solução para os problemas econômicos causados pela concentração do capital. Embasados em teorias de pensadores e filósofos, estabeleceram princípios básicos do cooperativismo baseados nos valores de: autoajuda, que significa que cada indivíduo pode e deve tentar controlar sua vida e, através de ação conjunta com outras pessoas, alcançar seus objetivos; auto responsabilidade, no sentido de todos os cooperados assumirem compromissos com a cooperativa; igualdade, pois cada cooperado tem o mesmo direito a voto; equidade, isto é, os cooperados que participam da cooperativa de modo idêntico devem ter retorno econômico equivalente; e solidariedade, que é a ação coletiva para satisfazer as necessidades individuais de cada cooperado desde que coincidente com as necessidades de todos os cooperados.

As cooperativas são sociedades de natureza civil e, devido sua forma societária, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, sem fins lucrativos. Nesse aspecto, Sehn (2011, p. 245) versa que: “Ao contrário dos demais tipos societários, não buscam o lucro; como entidade de intermediação ou apoio, existem apenas para prestar serviços aos seus associados (cooperados), que, por isso, assumem a condição de usuários-clientes: praticam negócios jurídicos

através da cooperativa que, embora dotada de personalidade jurídica, não atua em benefício próprio”.

Em face dos argumentos apresentados, têm-se resumidamente as cooperativas como organizações societárias civis, constituídas pela união de pessoas que almejam objetivos similares, proporcionando maior facilidade na execução das atividades operacionais de seus cooperados e sem visar resultado econômico próprio, mas nesse âmbito apenas distribuição coletiva e igualitária da renda.

### **2.3 Atividade Industrial**

A industrialização teve início no Brasil em meados do século XIX, apresentando várias fases de declínio e crescimento da atividade industrial. Nesse ambiente empresas estadunidenses, japonesas e europeias, implantaram-se no Brasil, muitas dessas implantações deram-se às ações de Estados que impulsionaram a formação e consolidação da industrialização brasileira.

De acordo com Cara e França (2009), o fenômeno industrial brasileiro começou na segunda metade do século XIX e evoluiu e se retraiu ao longo da história. E há de se destacar que foi a partir de 1930 que o fenômeno se intensificou, transformando a estrutura socioeconômica e constituindo-se num estabelecimento para as relações capitalistas de produção e formação de um centro capitalista no país.

O Estado do Paraná dispõe uma posição destacada no cenário nacional, ultrapassando por momento de expansão e reformulação de sua capacidade produtiva, onde mudanças tecnológicas e a reestruturação produtiva proporcionaram um dinamismo nas novas áreas industriais.

O segmento avícola brasileiro se consolidou e transformou-se em importante alternativa de investimentos e de geração de empregos. Os índices de avaliação dentro do setor são os melhores se comparados com os maiores produtores mundiais. As empresas lutam entre elas na conquista de novos clientes tanto no mercado interno como no externo, deixando expectativas que as inovações tecnológicas continuarão em ritmo crescente conforme as novas exigências do mercado.

### **2.4 Frigoríficos de Aves**



O processo de modernização e de produção em grande escala da avicultura no país começou na década de 30, em razão da necessidade de abastecer os mercados que já eram gigantescos na época. O Brasil se posiciona no cenário mundial como um dos países mais influentes, segundo a EMPRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), em 2018 o Brasil ficou em segundo lugar no ranking mundial dos maiores produtores mundiais de carne de frango que teve um atingimento de 13,355 milhões, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América que atingiu 19,361 milhões de toneladas. A carne de frango está entre as alternativas mais saudáveis e econômicas para a alimentação humana, além de ter uma maior aceitação mundial ligada a questões religiosas e culturais.

Com relação ao cenário do estado do Paraná, as estatísticas apuradas junto a EMPRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), demonstra que o Paraná foi o maior produtor e exportador avícola do Brasil no ano de 2018, sendo responsável por 31,92% da produção total de frangos produzidos no país, já na exportação o estado atingiu um volume de aproximadamente 1,502 milhões de toneladas, 37,05 % do total brasileiro.

No processo industrial da produção de frango de corte possui várias fases, sendo o abatedouro ou frigorífico, unidade industrial, o local onde é obtido o produto final. Neste ambiente é preciso monitorar a gestão de processos, avaliando e revisando, sempre com foco na melhoria e no objetivo da organização.

Segundo Martins (1999) o fato de praticamente não haver formação de estoques de carne de frango na indústria nem no varejo é um indicador da eficiência do planejamento nestas unidades. Portanto, cabe aos frigoríficos grande parte da coordenação do funcionamento desta cadeia produtiva.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A classificação tipológica de pesquisa se enquadra como descritiva, pois tem como objetivo analisar, identificar e demonstrar as características de uma determinada situação, que vai ao encontro da ideia de Figueiredo (2004, p.104) “Este tipo de

pesquisa tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno”.

Ainda nesse sentido Gil (2009, p. 81), comenta que a pesquisa descritiva tem como objetivo principal “descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados”.

Assim o estudo teve o propósito de descrever, identificar e analisar por meio da legislação do PIS/Pasep e COFINS, quais as peças de manutenção em máquinas industriais ligadas diretamente à linha de produção em frigoríficos de aves são geradoras de créditos.

De acordo Andrade (2002 apud Beuren e Raupp 2008), a pesquisa descritiva também consiste em observar os fatos, registrar, analisar, classificar e interpretar sem interferir nos resultados obtidos.

O estudo de caso que, segundo Lüdke e André (1986, p. 17) vai estudar um único caso. Essa metodologia deve ser aplicada quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular. As autoras ainda elucidam que “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo”. A preocupação desse tipo de pesquisa é retratar a complexidade de uma situação particular, focalizando o problema em seu aspecto total.

A coleta e o registro de dados, porém com toda sua significação, não constituem, por si só, uma pesquisa, mas sim técnicas e específicas para a consecução dos objetivos da pesquisa. Seja qual for seu tipo, resulta da execução de inúmeras tarefas, desde a escolha do assunto até o relatório final, o que também implica a adoção simultânea e consecutiva de variadas técnicas em uma mesma pesquisa. (CERVO E BERVIAN, 2006).

A abordagem quantitativa é importante para garantir a precisão dos resultados, evitando assim, distorções de análise e interpretação, permitindo uma margem de segurança com relação a possíveis interferências, buscando analisar o comportamento de uma população através da amostra.

O autor Richardson (1999, p. 70) menciona que “a abordagem quantitativa caracteriza-se: pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficientes de correlação, análise de regressão, etc”.

O trabalho realizado foi uma pesquisa quantitativa, consistiu em analisar a legislação do PIS/Pasep e da COFINS por meio do exame detalhado das informações contidas no texto, limitando-se as informações obtidas em uma cooperativa localizada na cidade de Cafelândia, Paraná. O trabalho limitou-se a analisar as compras de peças e partes para manutenção das máquinas utilizadas no processo industrial de abate de aves referentes ao primeiro trimestre de 2019.

#### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para elaboração do trabalho, efetuou-se levantamento do valor das compras de peças de reposição para manutenção das máquinas utilizadas no processo industrial de abate de aves de uma cooperativa, no primeiro trimestre de 2019, conforme o Quadro 01.

**Quadro 01** – Reposição de peças e partes de máquinas industriais.

<b>INSUMO</b>	<b>VALOR AQUISIÇÃO</b>
<b>SENSOR LINHA LX-GA 4075 CAD.000112258403</b>	50.422,60
<b>CORREIA KEVLAR 650X9.800MM</b>	29.820,00
<b>PLACA DA CAÇAMBA MAREL MULTICABECA</b>	27.599,75
<b>PLACA DA CAÇAMBA MAREL MULTICABECA</b>	25.837,72
<b>CORREIA ELEVADORA 4L 12,5" LARG 317,5MM</b>	25.502,40
<b>CORREIA DESNERVADEIRA BAADER MOD 607</b>	23.311,87
<b>TROCADOR DE CALOR</b>	22.659,80
<b>3970414 FACA PARA CLOACAS 28/6/R</b>	21.555,00
<b>CORREIA TRANSP.E30 BR23137 400x55.000</b>	20.219,71
<b>3970414 FACA PARA CLOACAS 28/6/R</b>	17.956,49
<b>FACA DE RETENCAO 4128403</b>	17.842,31
<b>CORRENTE TRANSP.AEREO 635999</b>	14.589,14
<b>CORRENTE TRANSP.AEREO 635999</b>	14.379,00
<b>EIXOS DO CAME TIPPER TIE TA286517</b>	14.277,00
<b>171083-MR ENGRENAGEM MAURER-ATMOS</b>	14.265,30

<b>9116334421 TUBO D320 X 6000 ESP 3,00</b>	13.359,67
<b>157160 BRAÇO DO SEPARADOR CPL</b>	13.304,39
<b>PLACA MATRIZ 679 1,6MM ANDRITZ 300974581</b>	12.580,49
<b>CORREIA DESNERVADEIRA BAADER MOD 607</b>	11.655,93
<b>LÂMINA CORTE ESQUERDA 11925900012</b>	11.549,64
<b>LÂMINA CORTE ESQUERDA 11925900012</b>	10.637,83
<b>DEMAIS PEÇAS E PARTES PARA MANUTENÇÃO E REPARO</b>	1.931.048,35
<b>TOTAL</b>	<b>2.344.374,39</b>

Fonte: autores (2019).

Devido ao número expressivo de itens adquiridos para manutenção da atividade industrial, no Quadro 01 listamos individualmente aqueles com valor de aquisição superior a R\$ 10.000,00 e os demais foram agrupados como “demais peças e partes para manutenção e reparo”.

A possibilidade de créditos de PIS/Pasep e COFINS está prevista no artigo 3º, inciso II das Leis 10.637/02 e 10.833/03, quando a pessoa jurídica estiver sujeita ao regime não cumulativo, que é o caso da cooperativa analisada.

Até o período analisado a cooperativa adota um perfil conservador e efetua o crédito das contribuições para o PIS/Pasep e COFINS somente do insumo que poderá ser comprovado sua efetiva ligação com a manutenção da referida linha de produção. Os profissionais da área de planejamento tributário e contabilidade da cooperativa com auxílio de uma consultoria tributária externa, realizam uma análise robusta da legislação, buscando embasamentos suficientes que lhes assegurem a correta apuração dos créditos, assim agindo com prudência principalmente pela dificuldade de comprovação da aplicação das peças nas referidas máquinas do processo produtivo, conforme dita o entendimento da Receita Federal.

Conforme os dados já apresentados o valor gasto com aquisições de materiais destinados a manutenção das máquinas e equipamentos do setor produtivo é relevante para qualquer empresa, no caso específico da cooperativa os valores apresentados no período estudado chegaram próximos a 2,3 milhões de reais.

Levando em conta que até o presente momento a cooperativa está efetuando o aproveitamento dos créditos das contribuições para o PIS/Pasep e COFINS sobre os insumos já percorridos, ressalta-se que essa situação influencia positivamente no valor do custo de produção de carnes.

**Tabela 01** – Valores de créditos apropriados no período.

TOTAL DAS AQUISIÇÕES DO PERÍODO	R\$2.344.374,39
PIS/PASEP - 1,65%	R\$38.682,18
COFINS - 7,60%	R\$178.172,45
TOTAL DE CRÉDITOS ACUMULADOS	<b>R\$216.854,63</b>

**Fonte:** Autores (2019).

Baseado na análise da legislação feita criteriosamente pela equipe interna e a consultoria contratada pela cooperativa, permite-se o acúmulo de crédito referente ao total das aquisições dos referidos insumos do trimestre, a cooperativa se apropria do montante de R\$ 216.854,63 sendo R\$ 38.682,18 referente ao PIS/Pasep e R\$ 178.172,45 referente a COFINS.

Os valores apresentados na Tabela 01 não serão iguais em todos os períodos, poderão sofrer variações para mais ou para menos conforme se apresentarem as necessidades de manutenção dos equipamentos da unidade industrial.

## **5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Levando em conta as Leis 10.637/02, 10.833/03, legislações complementares e demais jurisprudências sobre contribuições para o PIS/Pasep e COFINS, se torna nítida a complexidade de se efetuar créditos sobre as aquisições de insumos, bem como definir corretamente a tributação para os produtos vendidos, dessa forma gerando passivos tributários ao setor empresarial em ambos os momentos.

No presente estudo, constatou-se que o volume de créditos de PIS/Pasep e COFINS que são apropriados pela cooperativa no período de um único trimestre são relevantes. A partir de estudos sobre a legislação, embasamento nas jurisprudências e fundamentação teórica deste artigo, foi possível alcançar o objetivo geral do trabalho e assim, identificou-se o montante de créditos das contribuições para o PIS/Pasep e COFINS, referente as compras de peças de manutenção de máquinas industriais, ligadas diretamente a linha de produção em frigoríficos de aves em uma cooperativa localizada na cidade de Cafelândia, Paraná.

Apesar de não ser assunto pacificado na legislação, a cooperativa pode valer-se de jurisprudências para interpretação e análise das possibilidades de créditos,

desprendendo-se do conceito tradicional de insumo definido na legislação do IPI. Considerando-se decisões já favoráveis nesse sentido, comparou-se a legislação vigente com os dados extraídos do frigorífico de aves e identificou-se o montante de crédito aproveitado no primeiro trimestre de 2019, referente às peças e partes das máquinas industriais, foi de R\$ 216.854,63, somados os valores de PIS/Pasep e a COFINS.

O presente estudo teve por finalidade encontrar respostas ao problema da pesquisa: Quais as peças de manutenção de máquinas industriais, ligadas diretamente a linha de produção em frigoríficos de aves, que efetivamente geram créditos de PIS/Pasep e COFINS para as agroindústrias (cooperativas) de aves?, para responder o problema inicial desta pesquisa foi realizada a interpretação da legislação vigente das contribuições sociais PIS/Pasep e a COFINS sobre os insumos (peças de reposição) utilizadas em máquinas industriais no abate de aves no primeiro trimestre de 2019.

Diante dos dados expostos sugere-se para que a cooperativa continue acompanhando as atualizações da legislação e jurisprudências afim de garantir amparo legal que lhe permita o crédito das referidas contribuições.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução a Metodologia do Trabalho Científico**. 3º Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ANDRIGHI, Fátima Nancy. **A Autonomia do Direito Cooperativo**. In: KRUEGER, Guilherme (Coord.). **Cooperativismo e o Novo Código Civil**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

BRASIL. Art, 195 da Constituição Federal de 88. Dados. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/654265/artigo-195-da-constituicao-federal-de-1988>> Acesso em: 12 Maio 2019.

BRASIL. Art, 239 da Constituição Federal de 88. Dados. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/901343/artigo-239-da-constituicao-federal-de-1988>> Acesso em: 12 Maio 2019.

BRASIL. Lei nº 10.637, de 30 de dezembro 2002. Dados. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=3CF5BE33DC8CBB814FFACDC878722289.proposicoesWebExterno2?codteor=258709&filename=LegislacaoCitada+-PLV+63/2004+%253D%253E+MPV+219/2004](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3CF5BE33DC8CBB814FFACDC878722289.proposicoesWebExterno2?codteor=258709&filename=LegislacaoCitada+-PLV+63/2004+%253D%253E+MPV+219/2004)> Acesso em: 12 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Dados. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.833.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.833.htm)>. Acesso em: 12 maio 2019.

CARA, Cláudia Aparecida; FRANÇA, Francieli Mezzomo. **Aspectos do processo da industrialização brasileira**. IV – EPCT – Encontro de Produção Científica e Tecnológica – Fecilcam – Campo Mourão, 20 a 23 de outubro de 2009.

CAVALLO, Achilles Augustus, **Comentários a Legislação da COFINS**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Dados. Disponível em: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias> Acesso em: 12/05/2019.

FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida de. **Método e metodologia na pesquisa científica**. Editora: Difusão, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MARTINS, R. A. **Sistemas de medição de desempenho: um modelo para estruturação do uso**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Escola Politécnica da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALES, Marcia Regina. **Planejamento Tributário: Uma abordagem a questão do Crédito de PIS e COFINS no Regime da não-cumulatividade**. 2012. 77f. Cascavel Pr. Programa de Pós-graduação Lato Sensu da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, UNIVEL.

SEHN, Solon. **PIS-COFINS: Não Cumulatividade e Regimes de Incidência**. São Paulo: Quartier Latin, 2011.



## **Exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e da COFINS em uma empresa de industrialização de biscoitos, massas e refrescos em Cascavel – PR**

Lucas Matheus da Silva<sup>1</sup>  
Paulo Henrique Dalastra<sup>2</sup>  
Everton Jaime Gugel<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como intuito analisar o impacto financeiro da exclusão do Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) da base de cálculo das contribuições do programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para financiamento da Seguridade Social (COFINS), tomando como base dados contábeis e fiscais de uma indústria de biscoitos, massas e refrescos da cidade de Cascavel-PR. O grande problema que vem à tona é com a publicação da Lei 12.973/14 §5º no qual diz que na receita bruta incluem-se os tributos sobre ela incidentes, e vem causando várias polêmicas ao longo dos anos deixando a dúvida se seria viável ou não a exclusão do ICMS do faturamento para a base de cálculo. O presente trabalho busca trazer a economia gerada na exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e da COFINS através de uma comparação entre o resultado atual da indústria pesquisada, ou seja, com o valor incluso de ICMS, e o resultado após a exclusão da mesma. Após realizado o estudo através de informações obtidas na EFD Contribuições da empresa de industrialização de biscoitos, massas e refrescos em Cascavel – PR, foi identificado um benefício econômico, obtido pela exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), definindo como base o ano de 2018.

**Palavras-chave:** ICMS. PIS. COFINS. Base de cálculo. Faturamento.

### **1. Introdução**

O Brasil nos dias atuais é considerado um país com uma das cargas tributárias mais altas do mundo, e o sistema tributário nacional é muito complexo por conter normas que se desdobram em diferentes entendimentos, por esse motivo muitas vezes o contribuinte se vê obrigado a declarar a falência do seu empreendimento. Dentro desse cenário muitas empresas buscam benefícios econômicos, dentro desses benefícios entrou a tese de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS que vem sendo julgado há anos onde o ICMS não se caracteriza como faturamento, portanto tendo que ser excluído da base de cálculo das contribuições sociais PIS e COFINS. A exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS que

---

<sup>1</sup> Ciências Contábeis (UNIVEL) (2019)

<sup>2</sup> Ciências Contábeis (UNIVEL) (2019)

<sup>3</sup> Especialista (Direito e Planejamento Tributário UNIVEL 2009)

foi decidida pelo STF teve um impacto financeiro muito grande para o governo, e para as empresas. As contribuições destacadas foram a do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para financiamento da Seguridade Social – COFINS, sendo contribuições federais, ou seja, possui a mesma regra para todos estados e quem realiza alteração e arrecadação é o governo federal, e o ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual), sendo um imposto estadual onde cada estado tem sua alíquota e realiza a alteração e arrecadação junto ao governo do estado.

O presente artigo tem como tema a identificação da economia tributária gerada para uma empresa em relação ao novo modelo de base de cálculo das contribuições sociais de PIS e da COFINS, enquadrando o presente estudo dentro da contabilidade tributária. Com base no contexto apresentado até o momento muitos contribuintes ingressaram com ações no poder judiciário visando fazer à exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS.

Dentro desse cenário como a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições sociais PIS/COFINS podem impactar financeiramente em uma empresa? E quanto ao objetivo foi demonstrar o impacto financeiro da economia tributária gerada pela exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS. Esta pesquisa serviu para ampliar nossos conhecimentos na área tributária e expor conhecimentos referentes ao imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS), e as contribuições sociais PIS e COFINS.

Ainda hoje em 2019 muitos empresários não tem um conhecimento abrangente na área tributária, não tendo conhecimento dos benefícios de uma boa gestão de tributos, essa realidade vem diminuindo com o trabalho de consultorias tributárias e com o trabalho dos contadores envolvidos. A pesquisa vem trazer uma área que não é muito explorada, pois o trabalho tem o objetivo de atrair a atenção para o tema e demonstrar os benefícios de uma boa gestão tributária para a empresa.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA**

A contabilidade tributária é o ramo da contabilidade cujo objetivo é o controle e planejamento dos tributos gerados pelas operações e resultados empresariais. Dentro da contabilidade tributária pode existir impostos, taxas, contribuições e são administradas pela União, Estados, Distrito federal e Municípios, cada um exerce o seu poder por determinado tributo.

Segundo Pohlmann, a contabilidade tributária “tem como objeto de estudo as regras de apuração dos tributos empresarias, as normas fiscais que estabelecem práticas contábeis, os registros e outras formalidades exigidas pela legislação fiscal das empresas.” Ou seja, sempre baseada em leis, a contabilidade tributária busca apurar e conciliar tributos de uma entidade.

A contabilidade tributária pode ser definida como um conjunto de informações das obrigações fiscais de uma empresa permitindo o processamento de dados, baseados em uma legislação própria que varia de uma empresa para outra e a apuração e conciliação dos tributos.

## **2.2 Programa de integração Social (PIS) e a Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)**

O PIS e a COFINS são tributos e são consideradas contribuições previdenciárias, segundo CTN Lei 5.172/1966 “O tributo é toda prestação pecuniária compulsória em moeda ou cujo o valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. Ou seja, é uma obrigação de pagamento, envolvendo um sujeito ativo e passivo, paga em dinheiro, sempre sendo constituída por uma lei ordinária.

As contribuições sociais chamadas de parafiscais são espécies tributárias que assumem relevada importância no financiamento de setores importantes, se prestam ao custeio da seguridade social e dos serviços sociais (SESC, SENAI, SENAC, SENAT, SESI entre outros). O programa de integração social (PIS) é uma contribuição que tem por finalidade a manutenção do estado e conseguir fundos para a utilização em prol da sociedade. Segundo a Lei 10.833/2003 em vigor que dispõe sobre o PIS:

Destinado a promover a integração do empregado na vida e no



### **Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

desenvolvimento das empresas. Possui o objetivo de financiar o seguro desemprego e o abono a empregados específicos que recebam de empregadores contribuintes do programa.

O PIS é apurado e recolhido com base no faturamento da empresa, dividido em 3 alíquotas, sobre o faturamento mensal com alíquota de 1,65% para empresas tributadas pelo lucro real. Empresas do lucro presumido utilizam com base no faturamento mensal com alíquota de 0,65%.

Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) é uma contribuição social que tem como objetivo financiar a Seguridade Social, em suas áreas fundamentais, incluindo entre elas a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde Pública. Regida pela Lei 9.718/1998. Conforme o art. 1º da Lei Complementar nº 70/91, O sujeito passivo da mencionada obrigação tributária é a pessoa jurídica em geral e a ela equiparada pela legislação do Imposto de Renda, incluindo as instituições financeiras, construtoras e incorporadora de imóveis. A união também fica encarregada da cobrança e arrecadação da contribuição citada acima e devem ser calculadas com base no faturamento mensal na venda e revenda de bens e serviços, também são tributadas as receitas financeiras e em relação ao ganho de capital na venda de ativos imobilizados. As duas contribuições, apesar de originarem-se de diferentes legislações tem uma relativa semelhança na base de cálculo, pois em sua formação são somadas todas as receitas auferidas no período com as exceções de exclusões previstas em lei, porém para cada contribuição existe uma legislação própria de tributação.

#### **2.4 ICMS – Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços**

Em regra geral, segundo Fabretti (2013) “O ICMS é, por determinação constitucional, um imposto não cumulativo. Do imposto devido em cada operação será abatido o valor pago na operação anterior”. Ou seja, se a empresa realizou uma compra, fez crédito de ICMS a recuperar, e tem um valor em “haver” com o estado, e no momento que realizar uma venda e gerar ICMS a recolher, será abatido o valor que já possuía de crédito.

Todas as etapas de circulação de mercadorias e as prestações de serviços estão sujeitas ao ICMS, devendo haver emissão da nota fiscal. A cobrança do ICMS

é de responsabilidade de cada estado, os mesmos instituem a alíquota que será cobrada em seu território por isso os valores são diferentes de um estado para outro. O contribuinte do ICMS segundo o art 4º da Lei Complementar nº 87/96:

É qualquer pessoa que realize com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

O ICMS tem como fato gerador ou incide na operação quando ocorrer: A circulação de mercadorias, prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, fornecimento de mercadorias como prestação de serviços, os produtos importados do exterior também estão sujeitos à cobrança do imposto.

O art. 13 da lei complementar nº 87/96 determina que a base de cálculo de ICMS é em regra geral o preço de venda da mercadoria, mas existem várias possibilidades de transações e variáveis fiscais como: transferências de mercadorias, substituição tributária, inclusão de fretes, seguros, juros e despesas do adquirente, adição do preço do serviço prestado em algumas situações entre outras situações que alteram os valores de base de cálculo.

## 2.5 Faturamento

Faturamento é de fato quanto uma empresa vendeu de produtos e serviços, no qual o faturamento bruto é o total que a empresa vendeu durante o período e o faturamento líquido será o valor total que a empresa vendeu descontado das deduções de impostos, mercadorias devolvidas entre outros.

De acordo com a lei nº 9.718/98 Art 3º que cita que o faturamento será a base de cálculo para PIS e COFINS, no qual o faturamento seria a receita bruta, onde no artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77 traz o seguinte:

Art. 12. A receita bruta compreende: I - o produto da venda de bens nas operações de conta própria; II - o preço da prestação de serviços em geral; III - o resultado auferido nas operações de conta alheia; e IV - as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica não compreendidas nos incisos I a III.

Considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas

operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Em normas contábeis, as quais são o verdadeiro suporte para a alimentação das informações em memória de cálculo dos tributos, por meio do pronunciamento da comissão de pronunciamentos contábeis, CPC nº 30, em seu item 7, dar-se-á a seguinte definição para as receitas:

Receita é o ingresso bruto de benefícios econômicos durante o período observado no curso das atividades ordinárias da entidade que resultam no aumento do seu patrimônio líquido, exceto os aumentos de patrimônio líquido relacionados às contribuições dos proprietários.

A receita é somente o ingresso de valores que gerarão benefícios a empresa, que há aumento patrimonial para a mesma, não considerando valores de terceiros, tais como tributos sobre a venda, entre outros. Não se considerando algumas situações como receitas financeiras, vendas de ativo imobilizado e outras operações geradoras de receitas para a empresa.

## **2.6 Discussões sobre a exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS**

O assunto que vem à tona é referente a base de cálculo do PIS e da COFINS, no qual incide sobre o faturamento da empresa, ou na receita bruta por assim dizer, que seria o ganho na venda de bens e serviços. Mas o grande problema que vem sendo discutido, no qual a Lei 12.973/14 §5º diz que na receita bruta incluem-se os tributos sobre ela incidentes e os valores decorrentes do ajuste a valor presente.

Anteriormente a essa lei criada, já existia a lei Art 9.718 de 27/11/1998, que cita que “Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas”. E foi revogada solicitando alargamento da base de cálculo, mas como a constituição proibiu em primeira instância, foi criada a Lei 12.973/14 já citada.

O Supremo Tribunal federal após julgado o recurso extraordinário 574.706 em março de 2017 com repercussão geral, ou seja, vinculando todas as esferas do poder judiciário, decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS

e da COFINS. O mesmo acontece com o ISS e IPI por exemplo, pois esse valor de tributos é pago para o fisco e não compõe o faturamento.

Mas a Fazenda publicou a solução de consulta 6.012/2017 onde afirma que não pode publicar a decisão pois depende de um ato declaratório do procurador geral que não foi realizado.

O que vem sendo muito discutido em relação a esse detalhe é se haverá restituição dos valores já pagos, pois há quem diga que esse valor está sendo cobrado indevidamente, pois como já citado esses tributos deveriam incidir apenas sobre a receita bruta, e não sobre o valor pago ao fisco.

Segundo a Receita federal na sua solução de consulta Nº 13 de 2018 da coordenação-geral de tributação (COSIT) “O montante a ser excluído da base de cálculo mensal da contribuição é o valor mensal do ICMS a recolher”, ou seja os valores a serem excluídos da base de cálculo das contribuições é o valor efetivamente estipulado de ICMS a recolher.

Em outro questionamento feitos a RFB é referente aos créditos apurados no regime não cumulativo de mercadorias para revenda, insumos, matéria prima, frete, energia elétrica entre outros, se o valor do ICMS também deve ser excluído da base de cálculo de PIS e COFINS.

O PIS COFINS, diferentemente do ICMS e do IPI, possui um mecanismo de não cumulatividade conhecido como “base contra base”. Segundo tal sistemática, os créditos de PIS COFINS não correspondem ao valor efetivamente pago na etapa anterior, tanto é que sequer há destaque de PIS COFINS.

A legislação de PIS COFINS decidiu por criar uma base de cálculo específica para os créditos. Tanto é assim que há situações em que a legislação expressamente prevê deduções da base de cálculo das contribuições de PIS COFINS e isso não implica qualquer tipo de dedução na base de cálculo sobre a qual serão calculados os créditos pelos adquirentes dos bens e/ou serviços. Ora, se, pelo entendimento da RFB, o ICMS a ser excluído é aquele efetivamente recolhido (pago apenas em dinheiro, excluindo a parcela compensada com créditos), fica evidente que o crédito não foi em nada modificado, pois, do contrário, um adquirente, para conseguir aproveitar corretamente seus créditos de PIS COFINS, deveria ter acesso a toda a apuração de ICMS de seu fornecedor.



Pegando como bases as leis citadas, por exemplo de uma empresa que possui uma receita bruta de R\$ 1.000.000,00 e paga R\$ 180.000,00 de ICMS, a receita líquida que é gerada é de R\$ 820.000,00, mas é nesse ponto que nos deparamos com o grande problema citado, a base de PIS e da COFINS está incidindo sobre a receita bruta, que seria a receita líquida, mais os tributos que é de receita do fisco, ou seja, sobre o valor de R\$ 1.000.000,00 e está sendo cobrado tributos em cima de tributos.

Na expectativa de um desfecho positivo, várias empresas já estão efetuando procedimentos de recálculos com o intuito de conhecer os valores aos quais teriam o direito de ressarcimento e a possível economia para os exercícios futuros. Caso isto aconteça, estima-se que a União perderá uma receita anual de aproximadamente R\$ 12 bilhões que estendida aos anos anteriores, ainda não prescritos, representam um impacto ainda maior. Sobre o julgamento e os possíveis prejuízos para a União, Ribeiro (2008, p.1) escreve:

Trata-se de discussão complexa, pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal, de alta repercussão aos cofres da Fazenda Nacional. Caso o STF entenda pela inconstitucionalidade da inclusão dos valores destinados ao recolhimento de ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, a União poderá tomar um prejuízo estimado em cerca de R\$ 76 bilhões, contando com o que terá de devolver aos contribuintes pelos pagamentos ocorridos nos últimos cinco anos. A perda anual na arrecadação de COFINS e PIS é calculada pela Receita Federal em aproximadamente R\$ 12 bilhões.

Dentro do contexto aqui exposto, no qual cada contribuinte busca conhecer os valores envolvidos nesta discussão do ponto vista de sua realidade, este artigo aborda os procedimentos que devem ser efetuados para que as empresas possam quantificar o impacto causado pela incidência do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS nos regimes cumulativo e não cumulativo.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo, de acordo com os objetivos propostos caracteriza-se como descritivo e de natureza aplicada. A pesquisa descritiva se classifica como:

A pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever

significa identificar, relatar, comparar entre outros aspectos. (BEUREN et al. 2006, p.81).

Na pesquisa descritiva para a melhor avaliação de resultados e de efetividade de planos e programas destaca-se em observar os registros, fazer as análises e interpretações e compará-los sendo que os dados originais não podem ser manipulados pelo pesquisador. A tipo de pesquisa quanto à abordagem do problema expressa uma análise dos resultados em relação ao fenômeno abordado, ou seja, conhecer natureza do problema e entendê-lo para melhor solucioná-lo.

Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último. (BEUREN et al. 2006, p.92).

É predominante uma pesquisa aprofundada, pois só assim há formas de delimitar corretamente as diferenças impostas por diferentes métodos.

Predominantemente, uma abordagem qualitativa em função da questão-problema a investigar. Essa tipologia de pesquisa é primordial no aprofundamento de questões relacionadas ao desenvolvimento da Contabilidade, seja no âmbito teórico ou prático. (Beuren et al. pág. 92, 2006).

Desse modo, essa pesquisa fora feita de forma qualitativa, buscando identificar os mínimos detalhes e apresentar os resultados de forma detalhada e completa. O presente estudo se desenvolveu como um estudo de caso para auxiliar as empresas sujeitas ao regime tributário do lucro real, através de dados extraídos de uma empresa de industrialização de biscoitos, massas e refrescos, no período de 01 de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018.

Percebe-se que esse tipo de pesquisa é realizado de maneira mais intensiva, em decorrência de os esforços dos pesquisadores concentrarem-se em determinado objeto de estudo. No entanto, o fato de relacionar-se a um único objeto ou fenômeno constitui-se em uma limitação, uma vez que seus resultados não podem ser generalizáveis a outros objetos ou fenômenos. (Beuren et al. Pág. 85, 2013).

O objetivo principal é explorar a problemática, compreender o evento estudado, descrever avaliar e aplicar novas teses mais genéricas aos fatos ocorridos.

### 3.1 APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo segue as normas que foram impostas pela Receita Federal do Brasil. Que expos em sua solução de consulta nº 13 de 2018 que os valores a serem excluídos da base de cálculo de PIS e da COFINS são os valores relativamente registrados na conta ICMS a recolher. Para chegar na antiga base de cálculo das contribuições PIS e COFINS eram consideradas todos os registros de saída da empresa, ou seja, seu faturamento, sendo desconsideradas as vendas canceladas, devoluções, descontos incondicionais concedidos, imposto sobre produtos industrializados (IPI), ICMS substituição tributária e receitas financeiras bem como outros tipos de receitas chegando à base de cálculo.

**Quadro 1: Base de Cálculo PIS e COFINS sem exclusão do ICMS**  
**RECEITA BRUTA DAS VENDAS OU SERVIÇOS PRESTADOS**

- (-) VENDAS CANCELADAS
- (-) DEVOLUÇÕES
- (-) DESCONTOS INCONDICIONAIS CONCEDIDOS
- (-) IPI
- (-) ICMS ST
- (=) VALOR DA BASE DE CÁLCULO PIS E COFINS**

**Fonte:** Dados dos Autores (2019)

Esse era o formato da antiga formação da base de cálculo, considerando-se apenas o ICMS ST como dedução, pois o mesmo como o IPI agrega o valor da nota fiscal. Nesse modelo o ICMS de operações próprias mais conhecido como ICMS a Recolher não era deduzido. A nova base de cálculo permite a inclusão do ICMS de operações próprias.

**Quadro 2: Base de Cálculo PIS e COFINS com exclusão do ICMS**  
**RECEITA BRUTA DAS VENDAS OU SERVIÇOS PRESTADOS**

- (-) VENDAS CANCELADAS
- (-) DEVOLUÇÕES
- (-) DESCONTOS INCONDICIONAIS CONCEDIDOS

(-) IPI

**(-) ICMS de operações próprias**

(-) ICMS ST

**(=) VALOR DA BASE DE CÁLCULO PIS E COFINS**

Fonte: Dados dos Autores (2019)

Desta maneira foi verificado que além do ICMS ST temos também o valor de ICMS de operações próprias para a dedução da base de cálculo. Como o objetivo do estudo é demonstrar a economia tributária gerada pela exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, nesse sentido foram geradas as apurações das contribuições sociais de uma empresa que segue o regime da não cumulatividade (Lucro Real) no ramo de venda de biscoitos, massas e refrescos.

Foi observado que a exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e da COFINS geraria uma melhor economia nas saídas da empresa pois eles têm o ICMS próprio de industrialização de produtos com alíquota de 12%.

**Tabela 1:** Cálculo do PIS e da COFINS sobre faturamento total de 2018.

Ano 2018	Base de cálculo	Valor a pagar de PIS – 1,65%	Valor a pagar de COFINS – 7,6%
JANEIRO	4.690.390,58	77.391,63	356.469,97
FEVEREIRO	4.604.090,16	75.964,75	349.910,12
MARÇO	5.630.832,69	92.907,05	427.942,40
SETEMBRO	6.322.337,48	104.319,55	480.495,73
MAIO	5.055.286,94	83.411,46	384.201,64
JUNHO	6.738.012,38	111.175,53	512.090,33
JULHO	6.968.714,90	114.984,14	529.622,38
AGOSTO	5.717.383,02	94.337,04	434.521,82
SETEMBRO	6.467.765,38	106.720,85	491.551,95
OUTUBRO	4.942.305,43	81.548,12	375.615,45
NOVEMBRO	6.163.355,21	101.694,31	468.414,67
DEZEMBRO	3.989.201,67	65.821,72	303.179,24
<b>Total</b>	<b>67.289.675,84</b>	<b>1.110.276,15</b>	<b>5.114.015,70</b>

Fonte: Dados dos Autores (2019)

Observa-se que como já mencionado anteriormente os valores da base de cálculo já inclui o valor do ICMS das operações próprias de 12%. Considerando as

decisões tomadas ao decorrer dos anos a base de cálculo para PIS e COFINS seria então o valor da receita bruta menos o valor a pagar de ICMS.

Com base nessa metodologia, os novos valores das bases de cálculo serão mencionados no quadro abaixo:

**Tabela 2:** Formação da base de cálculo sem a inclusão do ICMS ano 2018.

Ano 2018	Base de cálculo	Valor de ICMS – 12%	Nova base de cálculo
JANEIRO	4.690.390,58	562.836,84	4.127.553,74
FEVEREIRO	4.604.090,16	627.822,70	3.976.267,46
MARÇO	5.630.832,69	767.840,89	4.862.991,80
ABRIL	6.322.337,48	862.125,60	5.460.211,88
MAIO	5.055.286,94	689.357,39	4.365.929,55
JUNHO	6.738.012,38	918.819,81	5.819.192,57
JULHO	6.968.714,90	836.245,88	6.132.469,02
AGOSTO	5.717.383,02	779.643,10	4.937.739,92
SETEMBRO	6.467.765,38	881.967,80	5.585.797,58
OUTUBRO	4.942.305,43	673.950,76	4.268.354,67
NOVEMBRO	6.163.355,21	840.457,50	5.322.897,71
DEZEMBRO	3.989.201,67	478.704,11	3.510.497,56
<b>Total</b>	<b>67.289.675,84</b>	<b>8.919.772,38</b>	<b>58.369.903,46</b>

Fonte: Dados dos Autores (2019)

Analisando os valores notar que a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS totaliza R\$ 8.919.772,38 (Oito milhões novecentos e dezenove, setecentos e setenta e dois reais e trinta e oito centavos)

Trazendo uma nova apuração dos valores devidos das contribuições PIS 1,65% e COFINS 7,60% chegamos aos seguintes valores:

**Tabela 3:** Apuração das contribuições com a exclusão do ICMS 2018.

Ano 2018	Nova base de cálculo	Novo valor a pagar de PIS 1,65%	Novo valor a pagar de COFINS 7,6%
JANEIRO	4.127.553,74	68.104,64	313.694,08
FEVEREIRO	3.976.267,46	65.608,41	302.196,33
MARÇO	4.862.991,80	80.239,36	369.587,38
ABRIL	5.460.211,88	90.093,50	414.976,10
MAIO	4.365.929,55	72.037,84	331.810,65
JUNHO	5.819.192,57	96.016,68	442.258,64
JULHO	6.132.469,02	101.185,74	466.067,65

AGOSTO	4.937.739,92	81.472,71	375.268,23
SETEMBRO	5.585.797,58	92.165,66	424.520,62
OUTUBRO	4.268.354,67	70.427,85	324.394,95
NOVEMBRO	5.322.897,71	87.827,81	404.540,23
DEZEMBRO	3.510.497,56	57.923,21	266.797,81
<b>Total</b>	<b>58.369.903,46</b>	<b>963.103,41</b>	<b>4.436.112,66</b>

Fonte: Dados dos Autores (2019)

Após a nova apuração excluindo-se o ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS repara-se um valor relativamente menor do que o da apuração original feita pela empresa. Então fica definida a economia tributária através de uma comparação dos valores antigos a pagar e os novos valores apurados com a respectiva exclusão:

**Tabela 4:** Comparativo de valores do PIS e COFINS com e sem o ICMS.

Ano 2018	Valor a pagar de PIS e COFINS Antigo 1,65% e 7,6%	Valor a pagar de PIS e COFINS Novo 1,65% e 7,6%	Diferença
JANEIRO	433.861,60	381.798,72	52.062,88
FEVEREIRO	425.874,87	367.804,74	58.070,13
MARÇO	520.849,45	449.826,74	71.022,71
ABRIL	584.815,28	505.069,60	79.745,68
MAIO	467.613,10	403.848,48	63.764,62
JUNHO	623.265,86	538.275,31	84.990,55
JULHO	644.606,52	567.253,38	77.353,14
AGOSTO	528.858,86	456.740,94	72.117,92
SETEMBRO	598.272,80	516.686,28	81.586,52
OUTUBRO	457.163,57	394.822,81	62.340,76
NOVEMBRO	570.108,98	492.368,04	77.740,94
DEZEMBRO	369.000,96	324.721,02	44.279,94
<b>Total</b>	<b>6.224.291,85</b>	<b>5.399.216,07</b>	<b>825.075,78</b>

Fonte: Dados dos Autores (2019)

Após a apuração final, e o quadro comparativo do valor antigo e do novo verificou-se que a economia gerada para a empresa foi de R\$ 825.075,78 (Oitocentos e vinte e cinco mil, setenta e cinco reais e setenta e oito centavos).

#### 4. Considerações Finais

Dentro da pesquisa realizada foi demonstrado via quadros demonstrativos a economia tributária gerada pela exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS de uma empresa de industrialização de biscoitos, massas e refrescos no período de 01 de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018 em Cascavel, Paraná. No qual a empresa disponibilizou os arquivos digitais do EFD Contribuições e foram identificados os valores das bases de cálculo das contribuições PIS e COFINS e os respectivos valores a pagar das contribuições e juntamente com a conferência dos valores afim de identificar se estavam corretos, o mesmo procedimento foi feito com relação aos valores devidos de ICMS nas operações próprias, e realizado o cálculo da exclusão onde foi subtraído o valor efetivamente pago de ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS chegando a uma nova base onde foram aplicadas as alíquotas da não cumulatividade de PIS 1,65% e COFINS de 7,60%.

Foi apresentado até o momento que muitos contribuintes ingressaram com ações no poder judiciário visando fazer à exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS. Dentro do exposto o nosso estudo se embasou com o problema de como a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições sociais PIS/COFINS podem impactar financeiramente em uma empresa? O impacto com essa modificação na base de cálculo sem o ICMS teve uma economia significativa em torno de R\$ 825 mil no ano, podendo ser utilizada em eventuais aumentos das disponibilidades e novos investimentos em produtos ou expansões de mercado. Outro fato que deve ser salientado com essa decisão é de que ainda não foi de fato promulgada, ainda não sabemos quais serão os efeitos que resultarão dessa decisão. Porém muitos contribuintes já entraram com ações judiciais para obterem esse direito caso se confirme a inconstitucionalidade do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Planalto, **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172Compilado.htm)>  
Acesso em: 03 de abril de 2019.

Fabretti, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 13 Ed. São Paulo: Atlas, 2013





**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

MELO, José Eduardo Soares de. LIPPO, Luiz Francisco. **A não-cumulatividade tributária**. 2a ed. São Paulo: Dialética, 2004.

Oliveira, Luis Martins. Chieregato, Renato. Perez Junior, José Hernandez. Gomes, Marliete Bezerra. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas**. 12 Ed. São Paulo, Atlas, 2013

Pohlmann, Marcelo Coletto. Contabilidade Tributária. IESDE Brasil S.A. 2012

RIBEIRO, Pedro Melo Pouchain. **A incidência do PIS/COFINS sobre o ICMS**.

Disponível em <<http://jus.com.br/revista/texto/20690/a-incidencia-do-PIS-COFINS-sobre-o-icms>>. Acesso em 02 de abril de 2019.

## GESTÃO DE CUSTOS APLICADA NA SUINOCULTURA NAS ATIVIDADES INTEGRADAS: CRIA E ENGORDA

Aline Daniele Baggio Gonçalves<sup>1</sup>  
Júlio Cesar Ortiz De Freitas<sup>2</sup>  
Everton Gugel<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho apresenta uma análise dos custos de diferentes sistemas de produção na suinocultura de uma propriedade paranaense. Para tanto, foram utilizados dados sobre os custos da suinocultura referentes ao ano de 2018. Conforme relatado pelo proprietário da Granja, a forma de produzir suínos tem mudado e passado da produção independente para a integrada, da criação do ciclo produtivo no mesmo local para a divisão em fases, as unidades de produção de leitões e as unidades de engorda são realizadas em locais e produtores diferentes, assim um possibilitando um aumento na produção de suínos. A integração funciona na modalidade da parceria onde a empresa integradora assume maiores responsabilidades, coordenando as operações e fornecendo os insumos. Foram identificados os custos de produção da suinocultura, considerando as etapas e sistemas de produção e calculados em cada um desses sistemas. Foi realizada uma análise mensal para o período. As simulações dos cenários indicam custos mais elevados no sistema do ciclo da maternidade, mesmo com período menor para desenvolvimento e com menor peso final dos suínos. Portanto, identificado os custos na diferentes atividades de produção, é importante avaliar o retorno como reflexo dos diferentes sistemas de produção.

**Palavras-chave:** Custos. Suinocultura. Resultados.

### 1. INTRODUÇÃO

A falta de ferramentas da área contábil dificulta a gestão nas propriedades rural, pois as decisões são tomadas baseando-se nas experiências adquiridas com o passar dos anos e não com informações tecnicamente corretas.

Sendo assim este estudo enfatiza a importância sobre as ferramentas contábeis, e busca sugestões sobre possíveis modificações para a melhora do lucro e otimização da produtividade na propriedade.

A propriedade estudada não faz a utilização de ferramentas contábeis, além disso, na primeira visita à empresa observou-se que necessita das ferramentas, entre elas, custos, gerencial e conhecimento sobre as teorias da contabilidade rural.

O presente trabalho foi realizado através de um estudo de caso que se realizou

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Centro Universitário Univel 2019.  
<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Centro Universitário Univel 2019  
<sup>3</sup> Especialista em Direito e Planejamento Tributário, Univel 2008.

em uma propriedade rural situada na Linha Roncador do município de Catanduvas, o qual se localiza na região Oeste do Paraná, sendo que o trabalho foi realizado com dados do primeiro semestre do ano de 2018, o qual utilizou-se de informações do mesmo período e de ferramentas contábeis, que demonstraram através dos processos técnicos da área suinícola, processos estes, de cria e engorda mostrando como o produtor rural pode estar melhorando suas receitas e reduzindo as despesas, e para isso a contabilidade rural é apta a desempenhar seu papel de forma responsável, propiciando informações úteis e precisas.

Esta pesquisa buscou responder o seguinte problema:

Qual resultado da atividade de suinocultura de uma pequena propriedade do município de Catanduvas, no período de fevereiro até maio do ano de 2018?

O presente trabalho se justifica a partir do momento em que se busca encontrar uma justificativa para a diminuição do lucro de uma propriedade rural no ramo da suinocultura, onde tange mostrar para a comunidade a importância e os benefícios das ferramentas da contabilidade rural.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Contabilidade de Custo**

A contabilidade de custo surgiu com a revolução industrial. Até então, existia somente a contabilidade financeira, a qual servia as empresas comerciais e industriais. (VICECONTI, 2013).

Segundo Silva (2010), os métodos de apuração de custos são critérios utilizados para facilitar o controle e o processo de tomada de decisões, os métodos mais estudados são os que se aplicam às empresas industriais. Os custos podem ser classificados de duas formas, relacionados às unidades produzidas (custos diretos e indiretos) e ao volume produzido (custos fixos e variáveis).

Para Izidoro (2016, p. 12), “custos diretos são aqueles que identificamos de forma bem clara e fácil com os produtos, não aplicando qualquer critério de rateio”.

Segundo Izidoro (2016, p. 13), “custos indiretos são aqueles que não se relacionam com uma área específica da empresa e, por isso, devem ser distribuídos de acordo com o processo ou produto a que se associa”.

Para Izidoro (2016, p. 13), “custos fixos são aqueles que não se alteram em relação a quantidade produzida”. Analisando este estudo dentro da atividade rural, se destaca como custos fixos, a energia elétrica, a água, folhas de pagamento entre outros.

Os custos variáveis, ao contrario dos custos fixos, mudam de acordo com o volume de produção. Silva (2010, p. 14) acredita que “são classificados como custos variáveis aqueles que mantêm uma relação direta ao volume de produção.

Um fator importante a ser trabalhado na análise custos é o relacionamento entre o volume de produção, os custos e a receita, essa relação conduz a importantes conceitos como a margem de contribuição e o ponto de equilíbrio.

A margem de contribuição é essencial para a composição do preço de venda do produto, ela servirá como avaliação dos resultados da empresa. Para Izidoro (2016, p. 22), “a margem de contribuição é a receita das vendas da empresa menos seus custo direto e as despesas variáveis”. O resultado obtido dessa relação será à margem de contribuição da empresa. Se o resultado for positivo significa que a empresa apresentou uma lucratividade satisfatória, caso esse resultado seja negativo, indica que a empresa não esta conseguindo gerar um resultado operacional para cobrir suas despesas fixas.

Segundo, Silva (2010), o ponto de equilíbrio é obtido quando determinada quantidade é vendida de maneira que permiti a obtenção de uma receita suficiente para cobrir todos os custos e despesas, que nessa conformidade o resultado seja igual à zero. O ponto de equilíbrio classifica-se em: contábil, financeiro e econômico.

## **2.2 Contabilidade Gerencial**

Para Padoveze (2012, p. 11), descreve que a caracterização de contabilidade gerencial é “o segmento da ciência contábil que congrega o conjunto de informações necessárias à administração que complementa as informações já existentes na contabilidade Financeira”.

De acordo com Bazzi (2015), busca identificar que a contabilidade gerencial advém de outras ciências e aplicações. Bazzi (2015, p. 41), relata que “a implantação de um sistema de informação gerencial é de suma importância para todo o processo de controle e planejamento organizacional”. No entanto, essas informações contábeis deverão ser administradas de tal forma que cada segmento tenha seus próprios dados e que essas informações sejam úteis para os administradores da empresa.

Segundo Padoveze (2012), o sistema de informação contábil é fundamental a integração com os demais sistemas de informação da empresa, pois a contabilidade gerencial utiliza-se de muitos dados e informações de outros sistemas, para a realização do processo de tomada de decisão.

Para que o gestor possa gerenciar sua organização de forma que seja organizada, necessita-se gerar uma estrutura organizacional a fim de satisfazer os requisitos estabelecidos, sendo assim para isso se concretizar, precisam-se informações que são repassadas através de controles e planejamentos para possíveis tomadas de decisões, no sentido de solucionar problemas e concretização das metas.

### **2.3 Contabilidade Rural**

Com o surgimento da tecnologia, é indispensável que o produtor rural aprofunda seus conhecimentos, é necessário que ele obtenha informações sobre o mercado atual e isso o ajudará a desenvolver melhor suas atividades.

Segundo Crepaldi (2009) a contabilidade rural é a ferramenta administrativa menos usada pelos produtores brasileiros, vista, geralmente como uma técnica complexa, com baixo retorno na prática, à maioria dos produtores, acabam direcionando a contabilidade á profissionais da área contábil e não mostrando interesse pela contabilidade gerencial. Muitos empresários vêm sentindo a necessidade de melhorar os conhecimentos administrativos para a sobrevivência da empresa, com o êxito, não somente em elevar o nível da produtividade, mas com o intuito de saber como gerenciar a propriedade, para a concretização das metas e a contínua maximização do lucro.

Conforme o autor acima, a contabilidade rural é desenvolvida dentro de um ciclo de coleta e processamento de dados, que vai de encontro com a produção e a

distribuição de informações da saída, gerando assim relatórios, que devem garantir a diretoria os dados sobre os mais variados aspectos econômicos e financeiros do empreendimento rural, permitindo a avaliação de sua situação atual e comparações com o que foram planejados, tais controles buscam identificar os desvios e auxilia nos planejamentos futuros. Quando, assim, um sistema contábil eficiente, aliado a um bom administrador, proporciona diagnósticos realista, podendo localizar os pontos fracos e fortes de cada atividade produzida e da empresa como um todo, podendo assim tirar inúmeras conclusões para futuros planejamentos.

A contabilidade rural também tem a finalidade de fornecer informações sobre a necessidade de reduzir custos ou despesas, buscar recursos e planejamento futuro. As informações contábeis são de grande interesse dos investidores e para administradores rurais comercialmente, buscando se há possibilidade de retorno rápido, fornecedores, bancos, financeiras e clientes.

Segundo Crepaldi (2009). A finalidade da contabilidade rural é controlar o patrimônio da empresa rural através dos demonstrativos contábeis, por exemplo, balanço patrimonial, DRE-demonstração do resultado do exercício entre outros demonstrativos que auxiliam no controle da empresa.

### **3. METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada no período de fevereiro até maio do ano de 2018, onde os dados foram coletados em duas granjas, a primeira chamada de granja “A”, ciclo inicial de cria e a segunda de granja “B”, ciclo final de engorda, estes dados foram coletados por meio de visitas, com entrevistas ao proprietário, analisando notas fiscais, relatórios e controles mantido pelo mesmo. Os resultados foram analisados de forma quantitativa, que segundo Beuren (2013), a pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados, tendo a importância de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança.

### **4. RESULTADOS**

#### 4.1 Custo de produção na Granja A

A Granja A, tem como atividade a criação de suínos no ciclo inicial, esta creche tem capacidade para 495 leitões ao mês, sendo composta por um plantel de 500 matrizes. O sistema utilizado na granja estudada controla os estoques de matérias primas e seus custos de aquisição.

Para a formação do lote contendo 843 leitões, foram necessárias 80 matrizes, sendo a sua maioria por inseminações e uma pequena parcela por um reprodutor. Neste período foram elaborados os custos das matrizes durante o período de pré-gestação, gestação, e lactação, assim como o custo do reprodutor alocando desta forma os valores devidos ao lote analisado.

O ciclo inicial compreende um total de 148 dias, desde a pré-gestação da matriz até a comercialização dos leitões.

A partir do momento do desmame dos leitões do lote anterior, se inicia a atribuição dos custos de alimentação da matriz para o novo lote. Este período de pré-gestação dura 7 dias, e se encerra com a cobertura do animal, iniciando então o período de gestação que dura cerca de 113 dias, a partir do parto se inicia o período de lactação, o qual dura mais 28 dias.

**Quadro 3** - Demonstrativo do custo de produção da Granja A

	<b>Reprodutor</b>	<b>Matrizes</b>	<b>Leitões</b>
Período (dias)	148	148	28
Quantidade	01	80	843
Custo R\$	R\$ 14,40	-	-
Custo R\$ Pré Gestação	-	R\$ 1.276,80	-
Custo R\$ Gestação	-	R\$ 21.015,20	-
Custo R\$ Lactação	-	R\$ 9.426,40	-
Custo R\$	-	-	R\$ 2.647,02
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 914,40</b>	<b>R\$ 31.718,40</b>	<b>R\$ 2.647,02</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores



Observa-se no Quadro 3, que o lote em questão possui 80 matrizes, as quais consumiram nos períodos de Pré-Gestação (7 dias), Gestação (113 dias) e Lactação (28 dias), o total de 1.276,80 kg, 21.015,20 kg e 9.426,40 kg de ração respectivamente. O número de leitões do lote analisado é composto de 843 animais, gerados a partir de 80 matrizes, portanto uma média de 10,53 leitões/matriz. O custo por matriz durante os 148 dias de Pré Gestação, Gestação e Lactação, foi de R\$ 396,48, totalizando R\$ 31.718,40 para as 80 matrizes. O consumo de ração na fase de maternidade é inferior que em outras fases, isso se deve ao fato de que nos primeiros 12 dias de vida o consumo de ração é mínimo, devido à amamentação. Porém por volta dos 17 dias o consumo já passa para volumes maiores. O ciclo inicial compreende um total de 148 dias, desde a pré-gestação da matriz até a comercialização dos leitões.

No Quadro 3, apresentam-se as fases que compõem a produção dos leitões: Maternidade, composta por 28 dias respectivamente, e é no final desse período que o leitão está pronto para a venda, onde irá para uma creche e depois de aproximadamente 40 dias é destinando-o ao ciclo final, a engorda. Para fins de cálculos do custo total do lote em estudo, somou-se o valor dos ingredientes que foram consumidos pelos 843 leitões, totalizando um montante de, R\$ 2.647,02.

Todos os custos e despesas foram calculados para serem atribuídos ao lote estudado. Ao final do período de 28 dias, os leitões foram comercializados, apresentando uma receita, conforme quadro 4.

**Quadro 4** - Receita com venda de leitões

<b>Itens</b>	<b>Valores ou Quantidades</b>
Quantidade (und)	843
Valor Unitário (R\$)	106,61
Valor / kg (R\$)	15,23
Peso Total (kg)	5901
<b>Receita Total</b>	<b>89.872,23</b>

Fonte: Granja A

Foram comercializados 843 leitões, cada qual vendido por R\$ 106,61, totalizando uma receita de R\$ 89.872,23. O peso médio de cada leitão foi 7 kg.

A receita líquida utilizada para o cálculo da margem de contribuição é decorrente da comercialização dos 843 leitões (R\$ 89.872,23), menos 1,5 % referente ao fundo cota capital deduzido da nota fiscal. No Quadro 5, apresenta-se o cálculo da margem de contribuição, a mesma foi obtida a partir do valor da receita líquida (R\$ 88.524,15), deduzido o valor dos custos e despesas variáveis, referentes aos gastos com alimentação do reprodutor, das matrizes, dos leitões e também com a inseminação (R\$ 2.100,00). A inseminação tem valor unitário de R\$ 12,00, sendo que se precisa de duas a três doses para cada matriz, neste lote foi utilizada a inseminação artificial para 63 matrizes, uma média de R\$ 33,33 por matriz. Desta forma, a margem de contribuição totaliza R\$ 14.828,33 que divididos pela quantidade total de leitões produzidos no lote (843), permite a apuração da margem de contribuição unitária de R\$ 17,59.

**Quadro 5 - Margem de contribuição - Granja A**

Receita Líquida	R\$88.524,15
(-) Custos e Despesas Variáveis Totais	R\$ 73.695,82
Margem de Contribuição	R\$ 14.828,33
Produção total (leitões)	843
<b>Margem de Contribuição Unitária (leitões)</b>	<b>R\$17,59</b>
Margem de Contribuição %	16,75

**Fonte:** Dados da pesquisa

A margem de contribuição unitária, calculada no Quadro 5, significa que cada leitão produzido no lote em análise, contribui com R\$ 17,59 para o pagamento dos custos e despesas fixas e formação do lucro

A seguir ilustra-se o cálculo do ponto de equilíbrio contábil na granja em estudo, onde utilizou-se para o cálculo o valor dos custos e despesas fixas, divididos pela margem de contribuição unitária, apurando-se assim, o ponto de equilíbrio contábil de

410 leitões. Isso significa que no momento em que a granja comercializar essa quantidade de leitões estará cobrindo todos os seus custos fixos.

**Quadro 6 - Ponto de equilíbrio contábil - Granja A**

Custo e despesa Fixa	R\$ 7.200,00
Margem de Contribuição Unitária /leitão	R\$17,59
Ponto de equilíbrio Contábil (leitão) %	409,32
Custo variável unitário	R\$87,42
Custo variável total	R\$33.958,30
Custo e despesas fixas totais	R\$ 7.200,00
<b>Ponto de equilíbrio Contábil (R\$)</b>	<b>R\$41.158,30</b>

Fonte: Dados da pesquisa

No Quadro 6 calculou-se também, o ponto de equilíbrio contábil em reais, que representa R\$ 41.158,30. O lote em questão apresentou um faturamento de R\$ 88.524,15, ou seja, este se encontra a 48,56% acima do ponto de equilíbrio contábil. Apesar da crise enfrentada na suinocultura, esta atividade apresentou lucro. Cada leitão comercializado obteve uma receita média de R\$ 106,61, que corresponde a um percentual de 36,73% de lucro líquido em relação à receita operacional, conforme pode ser observado no Quadro 7, a seguir.

**Quadro 7 - Demonstrativo de resultado do período**

<b>Receita Operacional</b>	<b>R\$89.872,23</b>
(-)Deduções da Receita	R\$ 1.348,08
Fundo Cota Capital (1,5%)	R\$ 1.348,08
<b>Receita Líquida</b>	<b>R\$88.524,15</b>
(-) Custos e despesas Operacionais	R\$53.679,82
Custo c/ alimentação (reprodutor)	R\$ 914,40
Custo c/ alimentação (matrizes)	R\$31718,40
Custo c/ alimentação (leitões)	R\$ 2.647,02
Outros custos	R\$11.200,00
Encargos e salários	R\$ 7.200,00
Despesas	-
<b>(=) Resultado Operacional Financeiro</b>	<b>R\$ 34.844,33</b>
Depreciação dos Reprodutores	R\$ 33,33
Depreciação das Matrizes	R\$ 1.800,00
<b>(=) Resultado Operacional Econômico/Financeiro</b>	<b>R\$ 33.011,11</b>
<b>(=) Resultado líquido da atividade suinícola</b>	<b>R\$ 33.011,11</b>
<b>Percentual de Lucro em relação a receita bruta %</b>	<b>36,73</b>

Fonte: Dados da pesquisa

A receita operacional consiste no valor bruto decorrente da comercialização de leitões produzidos na propriedade. É deduzida da nota fiscal de venda dos leitões, 1,5% correspondentes ao Fundo Cota Capital, restrito a cooperativas. Pelo fato do suinocultor entregar sua produção em uma cooperativa não houve outros descontos.

#### 4.2 Custo de produção da Granja B – Ciclo Final

O estudo realizado na Granja B, a qual atua na atividade de ciclo final, atividade de engorda, foi avaliado o custo/benefício e posteriormente a sua viabilidade no ambiente atual onde está inserida, no qual tem capacidade para 1.350 suínos em cada período. Nesta propriedade os suínos são adquiridos de uma granja com atividade de ciclo inicial. Desta forma, foi avaliado o valor de compra do lote estudado e o custo deste até seu término.

A Granja B em sua atividade, adquiri os leitões com 70 dias de vida, vindos de outras granjas de ciclo inicial. A fase de engorda é aquela que compreende a aquisição do leitão com um peso em torno de 22 kg até a venda dos animais para o abate, em torno de 117 kg, permanecendo assim nesta granja em torno de 124 dias.

O Quadro 8, apresenta a venda do lote estudado e a respectiva receita decorrente da venda. Como mencionado anteriormente o lote estudado teve seu início com 1.402 suínos, no entanto, foram comercializados apenas 1.372, sendo que os demais morreram no decorrer do período de engorda.

**Quadro 8 - Receita com venda de suínos**

Período	121 dias
Quantidade	1.372
Valor unitário (R\$)	17,59
Valor / kg	0,14185
Kg Totais	170.128
<b>Receita Total da Venda</b>	<b>24.133,48</b>

Fonte: Granja B

Os dados apresentados acima foram fornecidos pelo suinocultor, o qual relatou que o período de engorda foi de 121 dias, com média de 124 kg cada suíno e seu valor unitário foi de R\$ 17,59, totalizando assim uma receita de R\$ 24.133,48.

O demonstrativo a seguir, evidencia todas as despesas e custos no período de 141 dias, que compreende os 20 dias de limpeza dos chiqueiros para o recebimento do lote, e mais 121 dias referente ao período de engorda dos suínos. O valor das despesas fixas e custos fixos foram repassados pelo produtor considerando uma média mensal dos gastos. Porém, o valor atribuído ao lote deverá considerar 141 dias.

E para o cálculo do valor unitário, divide-se o resultado da operação anterior pelos 1.372 suínos, correspondentes ao lote. Estes dados são apresentados no Quadro 9.

**Quadro 9 - Demonstrativo geral de Custos e Despesas**

<b>Custos Variáveis</b>	<b>20,26 %</b>	<b>R\$2.200,00</b>
Manutenção	15,65 %	R\$1.700,00
Outros custos	4,60 %	R\$ 500,00
<b>Custos Fixos</b>	<b>76,71 %</b>	<b>R\$8.331,06</b>
Energia Elétrica	11,05 %	R\$1.200,00
Salários	65,66 %	R\$7.131,06
<b>Despesas Fixas</b>	<b>3,04 %</b>	<b>R\$ 329,80</b>
Telefone	1,66 %	R\$ 179,80
Honorários Contábeis	1,38 %	R\$ 150,00
<b>Total de Custos e despesas</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$10.860,86</b>

Fonte: Granja B

Os custos variáveis contribuíram com 20,26% do custo total. Em situações com Margem de Contribuição com valor positivo, ela nos mostra o quanto cada produto (no caso deste trabalho diga-se leitão) contribui para absorver os custos fixos. E no caso da Granja B, com Margem de Contribuição menor que a Granja A ainda assim consegue cobrir os custos fixos.

**Quadro 10 - Margem de contribuição - Granja B**

Receita Líquida	R\$23.770,37
(-) Custos e Despesas Variáveis Totais	R\$ 10.860,86
Margem de Contribuição	R\$ 12.909,51
Produção total	1.372
<b>Margem de Contribuição Unitária</b>	<b>R\$ 9,41</b>
Margem de Contribuição %	54,31

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o demonstrativo de resultado apresentado no Quadro 11, pode-se verificar que a atividade de engorda de suínos proporcionou 53,5% de lucro líquido em relação à receita bruta.

As perdas que constam no Quadro referem-se, à morte de cinco suínos no transcorrer do período estudado, onde 10 suínos morreram com média de 17 dias de permanência na granja, 7 com média de 28 dias, 7 com média de 77 dias e 6 com média de 115 dias. Sendo assim, foi calculado o custo da alimentação até na data da morte de cada um deles.

**Quadro 11 - Demonstrativo de resultado do período**

<b>Receita Operacional</b>	<b>R\$24.133,48</b>
(-)Deduções da Receita	R\$ 362,00
Fundo Cota Capital (1,5%)	R\$ 362,00
<b>Receita Líquida</b>	<b>R\$23.771,48</b>
Outros custos	R\$ 3.400,00
Encargos e salários	R\$ 7.131,06
Despesas	R\$ 329,80
<b>(=) Resultado Operacional Financeiro</b>	<b>R\$12.910,62</b>
<b>(=) Resultado Oper. Econômico/Financeiro</b>	<b>R\$12.910,62</b>
<b>(=) Resultado líquido da atividade suinícola</b>	<b>R\$12.910,62</b>
<b>Percentual de Lucro em relação a receita bruta%</b>	<b>53,50</b>

Fonte: Dados da pesquisa

**Quadro 12 -Comparativo entre Granja A e B**

	<b>Granja A</b>	<b>Granja B</b>
<b>Receita Operacional</b>	<b>R\$89.872,23</b>	<b>R\$24.133,48</b>
(-) Deduções da Receita	R\$ 1.348,08	R\$ 362,00
Fundo Cota Capital	R\$ 1.348,08	R\$ 362,00
<b>Receita Líquida</b>	<b>R\$88.524,15</b>	<b>R\$23.771,48</b>
(-) Custos e despesas Operacionais	R\$53.679,82	R\$10.860,86
Custo com alimentação	R\$35.279,82	-
Outros custos	R\$11.200,00	R\$ 3.400,00
Encargos e salários	R\$ 7.200,00	R\$ 7.131,06
Despesas	-	R\$ 329,80
<b>(=) Resultado Operacional Financeiro</b>	<b>R\$34.844,33</b>	<b>R\$12.910,62</b>
Depreciação dos Reprodutores	R\$ 33,33	-
Depreciação das Matrizes	R\$ 1.800,00	-
<b>(=) Resultado Operacional Econômico/Financeiro</b>	<b>R\$33.011,00</b>	<b>R\$12.910,62</b>
<b>(=) Resultado Líquido da atividade suinícola</b>	<b>R\$33.011,00</b>	<b>R\$12.910,62</b>
<b>Percentual de Lucro em relação à receita bruta %</b>	<b>36,73</b>	<b>53,50</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Quando realizada a comparação entre a granja A e B é possível verificar qual das atividades apresentam mais lucro, possibilitando uma tomada de decisão baseada em informações coerentes, diferentemente da forma como era realizada essa análise, na granja B não é calculada a depreciação dos suínos, pois os mesmos não se enquadram como imobilizado diferente do que acontece com as matrizes na granja A que são utilizadas para a geração dos leitões, na Granja A e B já foram depreciadas integralmente as instalações e equipamentos, portanto foi realizado e considerado apenas o cálculo de depreciação dos reprodutores e das matrizes.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível diagnosticar através das análises realizadas que as granjas A e B apresentaram lucro, porém pelo ponto de vista do suinocultor a atividade final que é

realizada na granja B não estava sendo vantajoso, o que nos impulsionou a demonstrar ao proprietário a importância da contabilidade para real compreensão da sua lucratividade, e este ao fim compreendeu que na verdade a granja B é vantajosa do ponto de vista financeiro.

Assim, é possível chegar à conclusão que Contabilidade de Custos é uma ferramenta importante para a tomada de decisões, no entanto, nas atividades rurais brasileiras, ainda é pouco utilizada. Isto se deve principalmente à falta de conhecimento desta forma de controle por parte dos proprietários. Portanto, para que a Contabilidade de Custos se difunda na atividade rural, é necessário que se desenvolvam trabalhos com o intuito de difundir a sua utilidade, papel este, que cabe aos profissionais da área contábil.

## REFERÊNCIAS

- BAZZI, Samir. **Contabilidade gerencial: conceitos básicos e aplicações** - Curitiba: InterSaberes, 2015.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática** – 3. ed. – 8. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2013.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória** – 5 ed. Revista, atualizada e aplicada – São Paulo: Atlas, 2009.
- IZIDORO, Cleyton. **Contabilidade de custos** - São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.
- PADOVEZE, Clovis Luís. **Contabilidade Gerencial** – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.
- SILVA, Raimundo Nonato Sousa. **Gestão de custos: contabilidade, controle e análise** – São Paulo: Atlas, 2010.
- VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade de Custos** – 11. Ed., ver. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2013.



## GOVERNANÇA CORPORATIVA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO PARANÁ

GRITTEN, Elisiane<sup>1</sup>

SILVA, José Roberto Domingues da<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo investigou o nível de adequação das práticas de governança corporativa na gestão de uma cooperativa agroindustrial na região oeste do Paraná, cujo objetivo foi identificar o nível de adequação das práticas de governança corporativa na gestão de uma cooperativa agroindustrial na região oeste do Paraná. O estudo foi descritivo com corte transversal realizado no mês de agosto de 2019, sem evolução dos dados no tempo. O instrumento de coleta de dados foi questionário e entrevista. O qual foi aplicado em 10 gestores da cooperativa agroindustrial do Paraná, tendo como retorno 08 questionários. Cada questionário continha 12 perguntas objetivas e estas continham questões sobre as boas práticas da organização, regidas pela governança corporativa. Foi abordada a relação com os associados, o quadro social e a educação financeira. Os dados foram tratados de forma numérica onde foram elencados os questionários e os resultados apresentados através de tabelas e gráficos. A entrevista foi transcrita e analisada. Os resultados apontaram que a organização está aplicando as boas práticas de governança corporativa, e se preocupa em manter uma transparência com os seus associados e seus colaboradores, para que os gestores possam tomar as melhores decisões no desenvolvimento de suas atividades diárias.

**Palavras-chave:** Governança corporativa. Cooperativismo. Sociedade cooperativa. Boas práticas.

### INTRODUÇÃO

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle de demais partes. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão (CRUVINEL, RUBENS E SOARES, 2016.)

Esta metodologia de controles e informações, desenvolveu-se em decorrência da necessidade de melhores e mais fidedignas informações sem garantia para os

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL (2019).

<sup>2</sup> Professor orientador do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL. Mestre em Administração. PUC Paraná (2015).

investidores, pois essas informações sociais por parte das empresas, traz segurança aos investidores. Um sistema de governança efetivo tende a otimizar as decisões aumentando a probabilidade de cumprimento das regras e melhores perspectivas de geração de fluxo de caixa, o aperfeiçoamento do funcionamento da alta gestão que melhora a interface entre os órgãos e aprimora o processo decisório, bem como maior transparência e credibilidade aos acionistas cooperados (SILVA, 2006).

A expressão governança corporativa é compreendida como o sistema de estudo e justifica-se pela contribuição do caso sobre a percepção dos colaboradores com relação às boas práticas da governança corporativa nas cooperativas. Elas são o foco da presente pesquisa pela representatividade na participação da geração de riqueza e no cenário econômico. O trabalho está estruturado inicialmente com a introdução, na sequência vem o referencial teórico com uma discussão em aspecto conceituais e contextuais de governança corporativa na cooperativa e em seguida a descrição e a análise dos dados coletados através de um questionário aplicado aos gestores da cooperativa.

O estudo desenvolvido por Lima, Oliveira, Cabral, Santos e Pessoa (2015), atesta que a um melhor desempenho econômico por parte das empresas listadas nos estratos diferenciados de níveis, de governança da BM&FBOVESPA. Nesse mesmo sentido, o estudo de Barros, Silva e Voese (2015), mostra que o custo de endividamento é menor em empresas com elevado grau de presença dos atributos de governança corporativa. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), representa o órgão de maior referência em nível nacional sobre o tema governança. Em maio de 1999, elaborou um código intitulado de Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, que em sua primeira edição, concentrava-se principalmente no Conselho de Administração. Esse código passaria ainda por uma primeira revisão em abril de 2001, e uma terceira versão revisada e ampliada em 30 de março de 2004 (ANDRADE; ROSSETTI, 2007).

Com atuação diversificada no mercado altamente competitivo, a cooperativa tem seus serviços diversificados em distribuição de insumos, até a comercialização e industrialização de grãos de soja, milho e trigo. Participa também na integração e industrialização de carnes de frango e suíno. Esta diversificação na produção e industrialização dá aos associados, e a cooperativa, equilíbrio econômico mais

sustentável. Cooperativas são sociedades de pessoas constituídas com um objetivo em comum, desempenharem uma determinada atividade econômica, conforme a Lei nº 5.764/71, que rege as cooperativas. O cooperativismo é um sistema democrático, onde os associados são os responsáveis pelo negócio, e ao mesmo tempo em que são beneficiados pelos resultados, cada sócio assume o papel de patrão e empregado, dentro de um convívio social.

O presente estudo utilizará a governança da cooperativa para a pesquisa sobre a gestão em uma cooperativa agroindustrial do Paraná, e assim analisar as consequências de boas práticas de governança no segundo semestre do ano de 2019. Buscando entender como a boa prática de governança corporativa ajudará na gestão da cooperativa, no que isso influenciou na melhoria e desempenho da gestão, esclarecendo e dando mais confiança nas tomadas de decisões para gestores, diretores e aos cooperados associados.

Dessa forma o presente estudo buscou esclarecer: Qual o nível de adequação das práticas de governança corporativa na gestão de uma cooperativa agroindustrial na região oeste do Paraná? Para tanto teve como objetivo identificar o nível de adequação das práticas de governança corporativa, na gestão de uma cooperativa agroindustrial na região oeste do Paraná.

Justifica-se pela contribuição do caso sobre a percepção dos colaboradores com relação às boas práticas da governança corporativa nas cooperativas, que é o foco da presente pesquisa pela representatividade na participação da geração, riqueza e no cenário econômico, com isso o presente estudo busca esclarecer qual o nível de adequação das práticas de governança corporativa na gestão de uma cooperativa agroindustrial na região oeste do Paraná. Esse assunto é atual e servirá de material de consulta para os próprios, e demais gestores de outras cooperativas e entidades distintas, auxiliando na consulta a outros colegas e demais interessados nesse tema (ORO et. al., 2008).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A fundamentação teórica permite dizer algo sobre o objeto do estudo, apresenta e embasa os fatos a serem abordados e explicados. Neste estudo, o

referencial teórico contextualiza a governança corporativa e seus aspectos essenciais. A presente pesquisa desenvolve-se com um levantamento teórico sobre as cooperativas agropecuárias no Brasil.

## **CONCEITO E HISTÓRIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização, controle e demais partes interessadas, entendido como regras que governam a estrutura e o exercício de poder e controle de uma companhia (SILVA, 2006).

O conceito de governança corporativa - GC - não é recente. De forma difusa, existe há mais de 50 anos. Contudo, na década de 1960 é que a expressão “*corporate governance*” passou a designar os diversos mecanismos que norteiam o processo decisório de uma organização (VILHENA e CAMARGOS, 2015).

O termo governança corporativa foi criado no início da década de 1990 nos países desenvolvidos, mais especificamente na Grã-Bretanha, para definir as regras que regem o relacionamento dentro de uma companhia dos interesses de acionistas controladores, minoritários e administradores; entendido como regras que governam a estrutura e o exercício de poder e controle de uma companhia (SILVA, 2006). A governança corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas (IBGC, 2015).

Esta metodologia de controles e informações desenvolveu-se em decorrência da necessidade de melhores e mais fidedignas informações em garantia dos investidores, são obrigações de informações sociais por parte das empresas. Segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), a Governança Corporativa é o sistema segundo o qual as corporações de negócio são dirigidas e controladas.

São várias as razões simultâneas para o desenvolvimento da governança corporativa nos últimos anos. Os conflitos de agência, seja eles oriundos do oportunismo de gestores diante da dispersão ou ausência dos acionistas, ou ainda os conflitos associáveis a estruturas de propriedade acionária, que ensejam a expropriação dos direitos de minoritários por ações oportunistas de majoritários, podem ser consideradas as razões fundamentais deste avanço (ANDRADE e ROSSETI, 2007).

Além das razões históricas para o despertar da governança corporativa, outras forças externas e internas, nos anos recentes, têm conduzido a governança corporativa a uma condição de alta relevância entre as práticas mais modernas e avançadas de alta gestão. Andrade e Rosseti (2007), apresenta como razões externas, as mudanças no microambiente. Caracterizado pelo processo de desfronterização de mercados reais e financeiros e a constituição de blocos econômicos, quebrando as barreiras de entrada de quase todos os negócios e estimulando a competitividade e produtividade.

As mudanças no ambiente de negócios, tornando-os mais complexos em meio à descontinuidade, a incerteza e a turbulência, também caracterizam uma força externa estimuladora da governança corporativa, ainda segundo os autores, as revisões institucionais, por meio de investidores mais ativos, assumindo posturas mais fortes e intervencionistas e as reações das entidades reguladoras e das instituições de mercados de capitais, nesse contexto, o resultado desse conjunto de razões externas e internas, tem sido a assimilação e a internalização de boas práticas de governança corporativa em todos ambientes de negócios.

### **Cooperativismo**

As cooperativas são organizações complexas, porque são estruturadas de forma hierárquica e atuantes em variadas atividades econômicas. Além disso, tem 10 estruturas de capital difusa e vaga especificação dos direitos do proprietário (COSTA, CHADDAD & AZEVEDO, 2013). As mesmas são associações voluntárias e autônomas de pessoas que desejam atender as suas necessidades e os anseios comuns socioeconômicos e culturais. Um modelo de negócio pautado pelo

empreendedorismo e pela participação democrática que uni pessoas e compartilha resultado.

Esta é a proposta do movimento cooperativista, o que se busca é a prosperidade conjunta, o atendimento às necessidades do grupo, e não o individualismo. De forma particular, a prática cooperativista promove, simultaneamente, crescimento econômico e inclusão social. As cooperativas surgem da associação de pessoas, em prol da comercialização de seus produtos e serviços. Essas associações se estabelecem para que a operação ocorra em condições mais vantajosas do que seria possível se obter individualmente (SEBRAE, 2014).

Logo, ser a intermediária entre o mercado e os cooperados é o papel principal das cooperativas (MACHADO, 2011). Esse tipo de organização é regido pelo preceito de liberdade humana e por princípios, acordados internacionalmente, que visam orientar a relação da cooperativa com o cooperado e o mercado, possibilitando o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida por meio do cooperativismo (OCERGS, n.d.; SEBRAE, 2014).

Esses princípios são baseados nos valores de ajuda mútua, auto responsabilidade, igualdade, democracia, solidariedade e equidade. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômica ([OCDE], 2004), os princípios da governança são: garantir a base de uma estrutura efetiva de governança; direito dos acionistas; tratamento equitativo dos acionistas; papel dos *stakeholders*; divulgação e transparência; responsabilidades dos conselhos. No Brasil, esses princípios foram adaptados pelo IBGC (2015), e disseminados conforme.

## **PRINCÍPIOS BÁSICOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Os princípios básicos de governança corporativa permeiam, em maior ou menor grau, todas as práticas do código e sua adequada adoção resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações com terceiros. A transparência consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. (Governança corporativa: o caso da cooperativa Copacol Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 23-40, Set./Dez., 2016).

Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro contemplando também os demais fatores, (inclusive intangíveis), que norteiam a ação gerencial e que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização. Equidade: caracterizam-se pelo tratamento justo e isonômico, de todos os sócios e demais partes interessadas, (*stakeholders*), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas; Prestação de contas (*accountability*): os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis (COSTA, CHADDAD, & AZEVEDO, 2013).

Quanto à responsabilidade corporativa: os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional), no curto, médio e longo prazo. Existem sete princípios do cooperativismo que constituem a linha orientadora que rege as cooperativas e formam a base filosófica da doutrina: os princípios da governança são: garantir a base de uma estrutura efetiva de governança; direito dos acionistas; tratamento equitativo dos acionistas; papel dos stakeholders; divulgação e transparência; responsabilidades dos conselhos. É por meio dela que os cooperados levam os seus valores à prática.

Estes princípios, derivados das normas criadas pela primeira cooperativa de Rochdale, são mantidos atualmente pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços, sem discriminações de raça, gênero, religião e política. A gestão democrática é controlada por seus membros, que têm participação ativa na formulação das suas políticas e tomadas de decisões, além de participação econômica dos membros que contribuem igualmente para o capital social.

A distribuição das sobras é limitada ao capital integralizado e o excedente é direcionado a outros fins relativos à cooperativa autonomia e independência são organizações autônomas, de ajuda mútua, e controladas pelos seus membros. Educação, formação e informação: Promovem a educação e a formação de seus





**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

membros, representantes eleitos, e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir para o desenvolvimento da cooperativa.

Interoperação servem de modo mais eficaz aos seus membros, se trabalham em conjunto com outras estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. Trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros da Estrutura de Governança da Cooperativa que são organizações complexas, estruturadas de forma hierárquica e atuantes em variadas atividades econômicas, além disso, tem estrutura de capital difusa e vaga. As mesmas são associações voluntárias e autônomas de pessoas que desejam atender as suas necessidades e os anseios comuns socioeconômicos, (COSTA, CHADDAD, & AZEVEDO, 2013).

A Assembleia Geral através das tomadas de decisões da cooperativa, pode ser convocada pelo presidente, conselho fiscal ou por 1/5 dos cooperados, que estão em dia com os seus direitos sociais. Reúne-se para tratar de qualquer assunto desde que o mesmo tenha sido anunciado no edital de convocação, e tenha 2/3 dos cooperados presentes para que as decisões tomadas sejam válidas. O Conselho Fiscal é formado por três membros titulares e três suplentes e a cada ano é eleito um novo conselheiro fiscal, ficando restrita a participação de parentes até segundo grau dos diretores. Para fazer parte desse conselho, o associado não pode participar do conselho administrativo. Devem se reunir mensalmente para verificar saldo de caixa, examinar as despesas e verificar se as contas estão de acordo com as decisões tomadas no conselho administrativo.

A Auditoria Independente ou auditoria externa é realizada por uma empresa independente da cooperativa. São analisados as demonstrações financeiras e o balanço social. O parecer é apresentado aos cooperados durante a assembleia geral ordinária, já pela Auditoria Interna que acontece no decorrer do ano, são realizados alguns procedimentos: Auditorias de processos, controles e especiais.

No que diz respeito às Auditorias de Sistemas de Gestão, elas ocorrem em um ou mais processos que compõe uma determinada área ou setor, havendo rodízios realizados nos setores da cooperativa, visando à avaliação dos controles internos e a eficácia dos procedimentos administrativos e operacionais. São feitas com o objetivo de verificar fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou

extraordinária, para atender à solicitação de autoridades competentes podendo dispensar a existência prévia de programa de auditoria em todos os processos de uma determinada área da cooperativa, em um período curto de dias, não podendo ultrapassar 30 (COSTA, CHADDAD, & AZEVEDO, 2013).

Auditoria é desenvolvida por dois auditores líderes. Mas, para a realização da auditoria de sistemas de gestão e de processos, foram capacitados outros funcionários da própria cooperativa para auxiliar os auditores na verificação dos processos realizados em todas as suas unidades. O Conselho de Administração elege apenas membros que representem as unidades de atuação da cooperativa. São inelegíveis os cooperados que não possuírem a cota-capital integralizada, não tenha entregado toda a sua produção na cooperativa ou tenham dívidas vencidas com ela, os que são funcionários e os que, no exercício anterior à eleição, tenham sido candidatos às eleições municipais, estaduais ou federais. De acordo com o estatuto social, o conselho de administração deve ser formado por 12 cooperados, representando cada unidade da cooperativa.

Já a Diretoria Executiva é formada por diretor presidente, vice-presidente, secretário, diretor de infra-estrutura e gestão e diretor de negócios. Todos oriundos do corpo de associados da cooperativa. As admissões de Sócios/Cooperados são ingressadas na cooperativa. Os associados deverão desenvolver alguma atividade agrícola, pecuária ou extrativa por conta própria. A inclusão de um novo cooperado se dá através de um parecer elaborado pelo conselho da unidade, que deverá ser aprovado pelo conselho de administração. Uma vez aprovado, o candidato terá que subscrever, no mínimo, cinco cotas-partes do capital, e a primeira parte deve ser integralizada no ato. (COSTA, CHADDAD, & AZEVEDO, 2013).

## **PRÁTICAS DE GOVERNANÇA EM COOPERATIVAS**

Surgiu a partir da separação entre propriedade e controle, proporcionada pelo crescimento das organizações na década de 30, a discussão sobre as boas práticas de governança e seus mecanismos, têm se difundido como forma estratégica para: minimizar os conflitos de interesses entre o agente e o principal; reduzir os riscos da assimetria de informação; garantir a vantagem competitiva das organizações; e levá-las à sustentabilidade em longo prazo (IBGC, 2015).

Atualmente, a governança, com suas boas práticas e seus mecanismos de controle, não se limita às grandes corporações, podendo ser adotada e adaptada às necessidades de qualquer tipo de organização (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA [IBGC], 2015). As práticas adotadas na cooperativa estão registradas no estatuto social, que prevê, dentre outras coisas, a participação da cooperativa e a boas práticas não cooperativistas filiadas a outra cooperativa singular; compra de produtos agropecuários de não cooperados para cumprir contratos ou suprir sua capacidade de armazenamento; promover cursos e aprimoramento profissional de seus cooperados e empregados, estando estes voltados às atividades desenvolvidas pela cooperativa.

As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum pelo comprometimento mantém o compromisso feito com os *stakeholders*, o bom relacionamento tem a confiança, o respeito e a harmonia entre as pessoas e associados, gerando credibilidade transmitindo confiança, inovação, criando melhorias, e modificando algo existente; e por último a justiça que ajuda a respeitar todos de igual forma e mantém a ordem e as boas práticas .

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo foi de caráter descritivo com levantamento de dados. Gil (2010) aborda que, “a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno e/ou então o estabelecimento de relações entre variáveis”. Com isto buscou identificar qual o nível de adequação das práticas de governança corporativa na gestão de uma cooperativa agroindustrial na região oeste do Paraná. O corte foi transversal, realizado no mês de agosto de 2019, sem considerar a evolução dos dados no tempo.

Os dados de fonte primária foram coletados por um questionário a amostra selecionada da população a ser estudada, e os de fonte secundária foram à entrevista registrada com o gestor da organização. O instrumento de coleta de dados foi um questionário sendo que nele continham 12 perguntas objetivas, elencadas da

seguinte forma: sobre educação financeira; sobre as práticas de governança corporativa; estímulos aos cooperados para vivenciarem tais práticas; envolvimento de novas lideranças visando a renovação dos órgãos administrativos e fiscalização; sobre a prestação de contas para os seus cooperados; se as diretrizes definidas pelo conselho fiscal complementam o estatuto social da organização; se é disponibilizado aos cooperados informações que impactam na cooperativa, sobre a responsabilidade socioambiental; se as expectativas dos cooperados são conhecidas; se são divulgados aos cooperados as informações sobre os produtos e serviços prestados; se as sugestões e reclamações dos cooperados são registradas e tratadas e; se a satisfação dos cooperados é analisada. E tendo como sugestão de respostas alternativas objetivas. A questão 12 abordando se a prática de governança corporativa é aplicada na cooperativa, sendo avaliada de 01 a 05, sendo 01 não pratica e 05 se praticam.

A população da pesquisa foi de 100% dos gestores da cooperativa agroindustrial na região oeste do Paraná, tendo como técnica a amostragem para a seleção da cooperativa. Essa pesquisa se caracterizou como quantitativa, segundo Lakatos e Marconi (2001), consiste em uma investigação empírica e o delineamento ou análise da característica dos fenômenos, desta forma a pesquisa qualitativa. Os dados foram tratados de forma numérica e descritiva, sendo aplicados 10 questionários, com retorno de 08, onde foram analisados e descritos, sendo também abordada a entrevista com o gestor, descrita e analisada.

## **APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A entrevista foi realizada no dia 29 de setembro, sendo entrevistado um gestor da empresa, cujas respostas permitiram a seguinte análise: a cooperativa promove a governança corporativa desde sua fundação em 15 de dezembro 1970, com a intenção de sempre proporcionar a participação dos associados e visando o desenvolvimento; o benefício é que a cooperativa tem mais facilidade na negociação tanto para a compra como venda, com a governança corporativa a cooperativa pode financiar a lavoura para os produtores desde a semente até a colheita, e o agricultor poderá pagá-la com a colheita.

Com relação aos princípios da governança corporativa verificou-se que os mesmos são aplicados diariamente pelos gestores da cooperativa, de acordo com as normas do Banco Central e também tem uma cooperativa chamada OCEPAR, que é a gestora das cooperativas onde todas as cooperativas do estado do Paraná são filiadas e é ela que negocia por preços melhores e juros mais baixos e rege as normas internas. Os valores da cooperativa são baseados numa boa governança, e ela não tem muita vantagem em relação às outras empresas. O agricultor é financiado desde o plantio, os juros giram em torno de 5 a 6% ao ano a atualmente com uma boa governança ainda consegue-se alguns benefícios.

Sobre a votação para eleger um novo conselheiro, convoca-se uma assembleia todo ano para prestação de conta, e de quatro em quatro anos troca a diretoria e o conselho. O conselho administrativo interno troca somente 50% e o presidente e o vice-presidente estão no cargo há mais de 20 anos. As práticas de governança corporativa são as mesmas que o estatuto do Banco Central estabeleceu, ou são aprimoradas conforme as necessidades internas da cooperativa que tem suas próprias normas internas, mas os bancos impõem exigências também.

As questões foram abordadas, com perguntas objetivas, tendo como principal visão as boas práticas na organização, sendo estas aplicadas aos gestores da cooperativa. Os resultados obtidos foram os seguintes conforme a tabela 01.

**Tabela 1-** pode-se verificar Tabela-01: Boas práticas aplicadas na cooperativa.

Questão	A	%	B	%	C	%	D	%	TOTAL	
1	1	12,50%	0	0%	4	50%	3	37,50%	8	100%
2	0	0%	1	12,50%	2	25%	5	62,50%	8	100%
3	1	12,50%	0	0%	0	0%	7	87,50%	8	100%
4	0	0%	0	0%	4	50%	4	50%	8	100%
5	0	0%	0	0%	3	37,50%	5	62,50%	8	100%
6	0	0%	0	0%	1	12,50%	7	87,50%	8	100%
7	0	0%	0	0%	2	25%	6	75%	8	100%
8	0	0%	0	0%	5	62,50%	3	37,50%	8	100%
9	0	0%	0	0%	0	0%	8	100%	8	100%
10	0	0%	1	12,50%	1	12,50%	6	75%	8	100%
11	1	12,50%	1	12,50%	0	0%	6	75%	8	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os resultados obtidos através do questionário aplicado aos gestores da cooperativa. A pergunta 01 abordou o assunto sobre a educação cooperativista, se ela é promovida para o quadro social, e os gestores responderam que sim com um total de 37,50% das respostas positivas. Na pergunta 02 foi questionado sobre as práticas para estimular a participação dos cooperados na cooperativa e, 62,50% dos gestores afirmaram que sim, existem e é praticada e incentivada a participação de todos os cooperados; já no que se refere às práticas para desenvolver novos líderes para a renovação do quadro administrativo e fiscal não houve muito sucesso com um percentual de 87,50% das respostas dos gestores de forma negativa.

A questão 04 indagou sobre a prestação de contas, cujo retorno foi positivo com um percentual de 50% dos gestores afirmando que a cooperativa presta conta de tudo nas assembleias gerais e no conselho fiscal, e quando solicitado por qualquer membro da cooperativa (cooperados). Na pergunta 05, foi solicitado informações sobre as diretrizes aos gestores e se são contempladas as atribuições descritas no estatuto social e, 62,50% afirmaram que as diretrizes são contempladas juntamente com o órgão administrativo.

Na questão 06 buscou-se averiguar sobre as informações e seus reflexos na condução dos negócios, e se são disponibilizadas para os associados. Pode-se observar que a organização disponibiliza para os associados às informações abrangentes referentes ao desempenho da cooperativa, com 87,50%, assim observou que a organização se preocupa em manter seus associados atualizados sobre a mesma.

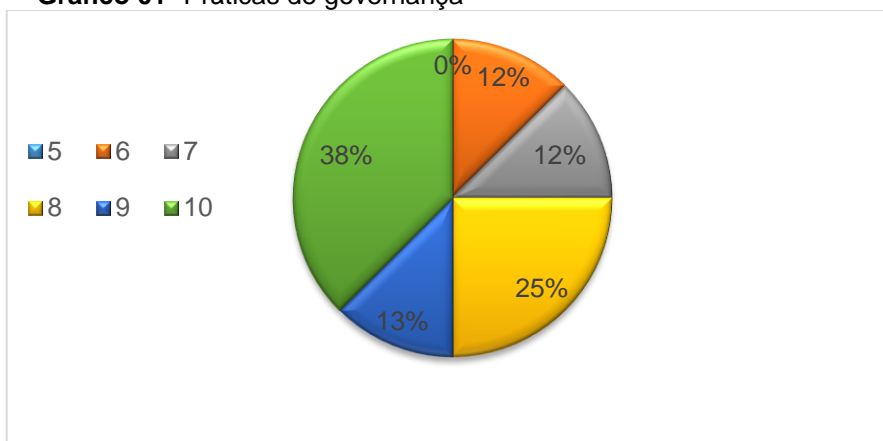
A questão 07 abordou sobre a responsabilidade socioambiental, considerada como uma visão estratégica de negócios, e para 75% a organização utiliza da responsabilidade socioambiental como estratégia de negócio. A questão 08 abordou se os associados são agrupados de acordo com suas necessidades e expectativas, e observou-se que a organização agrupa os associados por meio de métodos formais, para 62,50% dos respondentes, por meio de cadastros, visitas e outras operações efetuadas com a cooperativa.

A pergunta 09 questionou se a cooperativa divulga aos seus associados os produtos e os serviços que são prestados, e para 100% a organização divulga aos seus associados considerando os diversos grupos. A pergunta 10 tratou sobre aceitar

sugestões e reclamações dos cooperados e se são registradas e tratadas. Foi observado que a cooperativa as aceita e informa aos associados, as medidas que foram tomadas. A questão 11 abordou se a satisfação dos cooperados é analisada perante o resultado da organização, e foi observado que 75% dos respondentes avaliam de forma periódica, e entendem que os resultados impactam no andamento da organização.

A questão 12 abordou a visão dos gestores perante as práticas de governanças aplicadas na cooperativa em que atuam. Os resultados foram os seguintes conforme gráfico 01.

**Gráfico 01**- Práticas de governança



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ao pedir para os gestores atribuírem uma nota de cinco a dez para as práticas de governança da cooperativa obteve-se os seguintes resultados: 13% dos gestores atribuíram nota 5, 12% atribuíram nota 6, 12% nota 7, 25% nota 8, 13% nota 9 e 38% dos gestores atribuíram nota 10, demonstrando que a governança corporativa é praticada com frequência e traz muitos benefícios a cooperativa.

## CONCLUSÃO

A governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e as organizações são organizadas e dirigidas, buscando manter um relacionamento melhor entre os associados. O conselho da administração e a diretoria além da governança



corporativa também devem observar todos os órgãos de fiscalização e controle entre eles; as boas práticas da governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses da cooperativa com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico da organização, facilitando o acesso a recursos e contribuindo para a qualidade de uma boa gestão.

A governança corporativa está interligada a várias áreas, que devem estar em constante sincronia. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário aplicado para os gestores de uma cooperativa agroindustrial da região Oeste do Paraná, num total de 10 questionários, com 8 retornos.

Verificou-se que a cooperativa utiliza as boas práticas de governança para a gestão administrativa e comercial, buscando manter uma boa relação com seus associados, por meio de registros, controles das interações entre as partes, identificando o nível de satisfação dos mesmos. Também foi percebido pelos respondentes que as boas práticas de governança corporativa são adotadas pela cooperativa. Ficou evidente que para os respondentes existe um bom nível de adequação das boas práticas de governança. Sugere como investigações futuras buscar se as demais cooperativas da região também praticam governança corporativa e como isso é percebido pelos cooperados.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A., & ROSSETTI, J. P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P.. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BARROS, C. M. E.; SILVA, P. Y. C.; & VOESE, S. B. **Relação entre o custo da dívida de financiamentos e governança corporativa no Brasil**. Contabilidade, Gestão e Governança, 18 (2), 07-26. 2015.
- BERLE, A. A., & MEANS, G. C. **A moderna sociedade anônima e a propriedade privada**. 02ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** Ilse Maria Beuren organizadora e colaboradora; colaboradores Andre Andrade Longaray, Fabiano Maury Raupp, Marco Aurélio Batista de Souza, Romualdo Douglas Colauto, Rosimere Alves de Bona Porton. 3º Ed.- São Paulo: Atlas, 2006.

BORTOLUZZI, F.; LEISMANN, E. L.; JOHANN, J. A. **Governança corporativa: o caso da cooperativa copacol.** Diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. Brasília Fevereiro/2009.

FILHO, J. R. F.; VENTURA, E. C. F.. **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismo para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito.** Brasília, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. \_\_\_\_\_.  
Projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social.** 2 ed. São Paulo. Ed. Nacional, 1968

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA; **códigos Das melhores práticas de governança corporativa**, 2004: IBGC, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Código de **boas práticas de governança corporativa**. Disponível em: <<http://ibgc.org.br>>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Guia das melhores práticas de governança corporativa**. Recuperado em 10 Outubro 2015. Acesso em: [http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/Publicacoes/GUIA\\_DAS\\_MELHORES\\_PRATICAS\\_D\\_E\\_GOVERNANCA\\_PARA\\_COOPERATIVAS.pdf](http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/Publicacoes/GUIA_DAS_MELHORES_PRATICAS_D_E_GOVERNANCA_PARA_COOPERATIVAS.pdf).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. - São Paulo, SP: IBGC, 2015. 108p. ISBN 978-85-99645-38-3 1. Governança corporativa - código. I. Título

LAKATOS, Eva M., MARCONI, Marina de A.. **Fundamentos de metodologia científica.** 4. Ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2001.

LIMA, S. H. de O, OLIVEIRA, F. D., CABRAL, A. C. de A., SANTOS, S. M. Dos, & PESSOA, M. N. M. **Governança corporativa e desempenho econômico: uma análise dos indicadores de desempenho entre os três níveis do mercado diferenciado da bm&fbovespa.** Revista de Gestão, 22 (2), ano 2015.

MACHADO, C. P., Filho. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações.** São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MACIEL, A. P. B.; SEIBERT, R. M.; SILVA, R. C. F. da;

WBATUBA, B. B.z R.; SALLA, N. M. da C.. **Governança em cooperativas: aplicação em uma cooperativa agropecuária.** Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Departamento de Ciências Sociais Aplicada, Santo Ângelo, RS, Brasil. Disponível

em <http://www.anpad.org.br/rac> RAC, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, pp. 600-619, julho/agosto, 2018, <http://dx.doi.org/10.1590/1982-849rac2018170228>. Acesso em: 15/maio/2019.

MENDES, G. de M.; RODRIGUES, J. A.; **Governança corporativa: estratégia para geração de valor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

OCB - **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Disponível em <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em: 10 abril 2019.

QUELHAS, F. C. **Governança corporativa: uma análise do Comportamento organizacional das cooperativas**. Anais do IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2013.

SILVA, A. L. C. **Governança corporativa e sucesso empresarial: melhores práticas para aumentar o valor da firma**. São Paulo: Saraiva, 2006.

STEINBERG, H. *et al*; **a dimensão humana da governança corporativa**: São Paulo: Gente, 2003.

VILHENA, F. A. C., & CAMARGOS, M. A. **Governança corporativa, criação de valor e desempenho econômico-financeiro: evidências do mercado brasileiro com dados em painel, 2005-2011**. REGE, 22 (1), 57-76, 2015.

## INSTRUMENTOS CONTÁBEIS GERENCIAIS: UMA OPÇÃO PARA A GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA CIDADE DE BOA VISTA DA APARECIDA-PR

Andressa Gabriela Harms <sup>1</sup>  
Lucas Adriano Gelinski <sup>2</sup>  
José Roberto Domingues da Silva <sup>3</sup>

**Resumo:** Este estudo investigou o nível de conhecimento relevância e utilização dos instrumentos da contabilidade gerencial na gestão das empresas de micro e pequeno porte da cidade de Boa Vista da Aparecida-PR, O estudo foi descritivo com técnicas de levantamento ou *survey*, com corte transversal no mês de agosto de 2019, sem considerar a evolução dos dados no tempo. Como instrumentos de coleta de dados utilizou-se questionários, para 27 respondentes, contendo 13 questões objetivas, abordando ramo, quantidade de colaboradores, faturamento, enquadramento tributário e os instrumentos gerenciais considerados relevantes para a gestão de uma empresa, avaliados por uma escala de concordância, também por meio de relevância. Os resultados apontaram que os gestores da cidade de Boa Vista da Aparecida-PR, têm um bom conhecimento dos instrumentos gerenciais e reconhecem sua relevância para a gestão, embora alguns não são utilizados com frequência, mas grande parte estão presentes no cotidiano empresarial mesmo que esporadicamente, os que não utilizam tem interesse na implantação em suas empresas, os contadores das empresa auxiliam os gestores a utilizarem os instrumentos no processo administrativo, sendo que os gestores compreendem que os instrumentos gerenciais são importantes para a uma boa gestão, conhecimento da empresa e continuar no mercado competitivo.

**Palavras-chave:** Contabilidade Gerencial. SEBRAE. Instrumentos gerenciais.

### 1. Introdução

As empresas de micro e pequeno porte vem crescendo a cada dia, dessa forma o crescimento de pessoas investindo em seu próprio negócio vem sendo bem expressivo, o mercado de micro e pequeno porte vem sendo um grande gerador de empregos no Brasil (SEBRAE,2015). Para que esse crescimento seja sustentável é necessário gerenciamento.

A Contabilidade por meio de parte gerencial disponibiliza diversas ferramentas necessárias a gestão das micros e pequenas empresas, pois elas auxiliam os gestores em suas decisões, questões de planejamento, execução e controle, além de demonstrar a sua missão, visão e valores. A contabilidade gerencial por meio de seus instrumentos oportuniza a pratica da gestão de forma mais profissional. É importante para a gestão de uma empresa a utilização dos processos gerenciais, pois as técnicas

de controles internos, conhecimento dos custos, controle de estoques e fluxo de caixa oportunizam uma visão geral da empresa.

Esse conhecimento só é possível quando as informações são tempestivas, úteis e possíveis de serem utilizadas, permitindo outros estudos e análises que podem levar os negócios a outros patamares. Desta forma o presente estudo buscou responder a seguinte questão: qual o nível de conhecimento, relevância e utilização dos instrumentos da contabilidade gerencial na gestão das empresas de micro e pequeno porte da cidade de Boa Vista da Aparecida-PR?, para tanto teve como objetivo identificar, o nível de conhecimento, relevância e utilização dos instrumentos da contabilidade gerencial na gestão das empresas de micro e pequeno porte da cidade de Boa Vista da Aparecida-PR, justificando o presente estudo pela oportunidade da revisão dos conceitos gerenciais, fornecendo uma visão dos instrumentos gerenciais para as empresas respondentes e também a apresentação dos instrumentos gerenciais aos gestores das organizações pesquisadas.

## **2. Desenvolvimento**

A contabilidade gerencial é uma ramificação da contabilidade que tem como principal intuito fornecer informações relevantes aos gestores e administradores das empresas, utilizando suas técnicas, através das demonstrações contábeis e financeiras, onde estas irão contribuir para um melhor desenvolvimento da empresa. Segundo Crepaldi (2006, p.20) “Contabilidade Gerencial e o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais”. Coronado (2012, p.29) afirma que “A contabilidade gerencial é uma das áreas da organização com as funções específicas de gestão, decisão, mensuração e informação”.

### **2.1 Instrumentos de gestão**

A contabilidade gerencial tem diversos instrumentos gerenciais, que auxiliam os gestores das empresas em suas decisões diárias, e o planejamento da empresa, sendo que os instrumento de gestão na contabilidade gerencial deve atender todos os segmentos hierárquicos de uma organização, através das utilizações dos dados que

provenientes da informação contábil, e das ferramentas ou elementos que a contabilidade gerencial proporciona para os gestores, assegurando que o processo decisório seja o melhor possível para a entidade como um todo. (PADOVEZE, 2010). A seguir serão listadas algumas ferramentas que são proporcionadas pela contabilidade gerencial. Planejamento, execução e controle. Conforme Parisi (2011) o planejamento é a fase em que a empresa irá definir qual é a sua visão e a missão da instituição, assegurando a sua continuidade definindo quais serão os seus objetivos e como serão alcançados.

O orçamento é uma ferramenta fundamental para o procedimento de qualquer entidade, onde este, auxilia na coordenação e implementação do plano de ação de uma instituição. A realização desses processos, incorporando os dados submetidos para o próximo exercício, outro ponto bastante fundamental do orçamento e que além de evidenciar previsões para futuro, é controlar os objetivos de todas as áreas da instituição, de forma que todos trabalhem de maneira que os objetivem a otimização dos resultados da instituição (PADOVEZE, 2010). De acordo com Crepaldi (2012) ele vem afirmando que, logo após a finalização da elaboração do orçamento todos os elementos do orçamento devem ser analisados, com o intuito de melhorar os resultados alcançados e detectar algumas distorções que possam ter sido formadas pelas premissas orçamentárias.

A análise das demonstrações contábeis, é a avaliação que permite os valores dos aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros das instituições, tendo como principal finalidade indicar os pontos fortes e os pontos fracos dos processos operacionais e financeiros, possibilitando aos gestores escolher alternativas para as decisões que buscam melhores desempenhos e resultados para as instituições. O processo é feito através de uma série de cálculos matemáticos, que vem demonstrando, por meio de indicadores de análises de balanços, pelos seus resultados obtidos. Esses indicadores permitem as instituições fazerem comparações com os períodos anteriores e com os valores orçados, e até mesmo com os padrões setoriais, internacionais, com os padrões internos da empresa e com os de outras instituições do mesmo ramo de atividade (PADOVEZE 2010).

A gestão de custo de uma instituição tem como finalidade o auxílio dos processos decisórios. A realização das análises mais detalhadas é realizada através

das técnicas de análises, controle e acompanhamento, conforme o sistema de custeio que foi adotado pela instituição. De modo geral a gestão de custos busca a redução dos custos e como os seus resultados finais, o aumento da competitividade entre as empresas no mercado, utilizando todos os recursos disponíveis, podendo ser materiais, financeiros, humanos ou tecnológicos, (IZIDORO, 2016). Para Crepaldi (2004, p. 223) “Custear significa acumular, determinar custos. Custeio ou custeamento são métodos de apuração de custos, maneiras segundo as quais procederemos à acumulação e apuração dos custos”.

A análise proporciona aos gestores as informações mais úteis que auxiliam na tomada de decisões, sendo capaz de serem usadas para os ajustes no preço de venda, selecionando um mix de produtos para a venda, e analisar os resultados dos custos sobre o lucro, e ainda determinar os pontos mais relevantes para amparar futuras decisões a de aumento ou diminuição dos volumes que serão produzidos. A construção do preço é calculada, iniciando dos dados dos mais diversos tipos dos custos. Um fator significativo para a definição do preço para a venda é o preço do mercado, isto é, os preços dos outros concorrentes. Para tanto é fundamental definir um custo-meta, onde é determinado uma margem mínima de lucro, que desejável para a empresa. (PADOVEZE, 2010).

Segundo Irie (2018, p.20) “O fluxo de caixa é uma ferramenta muito importante para tomada de decisão dentro de uma organização, a qual não envolve só a área financeira, mas todos os departamentos de uma empresa”. Conforme Padoveze (2010, p.83) “[...] o fluxo de caixa pode ser elaborado por consulta e acumulação de dados das contas representativas das disponibilidades e aplicação financeiras”.

Segundo Padoveze (2010) argumenta que o fluxo de caixa é de competência específica do setor financeiro de uma instituição e que o contador não tem condições para fazer a sua elaboração, dificilmente pode ser visto um fluxo de caixa sendo elaborado pelo setor contábil das instituições, é inclusive ele e considerado a peça-chave na administração financeiras das instituições. O fluxo de caixa pode ser compreendido por método direto e indireto, onde o método direto e de fácil compreensão da contabilidade financeira e o método indireto aborda em seu início o lucro líquido e reconcilia as operações realizadas no período CHING (2003).



Segundo o SEBRAE (2005, p. 25) “Controlando os estoques existentes na sua empresa, evita desvios, fornece informações para reposição dos produtos vendidos, e ainda facilita a tomada de providências para redução dos produtos parados no estoque”. O estoque pode ser controlado diversas formas, sendo elas, PEPS - Primeiro que Entra Primeiro que Sai, este método as vendas são feitas dando-se baixa nas mercadorias que entraram em seus estoques primeiro, UEPS- Último que Entra, Primeiro que sai diferente do método PEPS esse método a última compra vai sair antes, assim as vendas sempre sairão pelas unidades que foram compradas. Média ponderada,este método trata de uma média entre os primeiros e o ultimo estoque que entrou.Preço Específico, sempre que for necessário o estoque deverá ser baixado pelo valor específico de cada mercadoria, deste modo o estoque final será a soma de todos os preços unitários e próprios dos bens e também os que eles possuem com o valo real IUDÍCIBUS (2006).

## **2.2 Microempresas e pequenas empresas, e utilização dos instrumentos na gestão.**

No Brasil 98% das entidades existente são de micro, pequeno ou médio porte, também elas geram mais fontes de rendas para muitas famílias. Os gestores das micros e pequenas empresas muitas vezes são os próprios donos, essas empresas são as que mais demandam o mercado no setor brasileiro, empregando várias pessoas. Segundo o SEBRAE (Serviços de Apoio as Pequenas e Médias Empresas) no Brasil 98% das empresas existente são micro ou pequeno porte, mas se ocorrer falta de informações gerenciais essas empresas acabaram fechando as suas portas.

Segundo o SEBRAE para uma empresa se encaixar no ramo de microempresas ela deve obter uma receita bruta anual igual ou inferior ao valor de R\$360.000,00 sendo que ela não pode ultrapassar a este valor, ele também aborda o valor para o enquadramento de empresas de pequeno porte sendo esta tenha uma receita bruta anual superior ao valor de R\$360.000,00 sendo igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, de forma que não ultrapasse este valor. SEBRAE ainda vem abordando que este segmento empresarial vem correspondendo a 25% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que estes geram cerca de 14 milhões de empregos, desta forma cerca

de 60% dos empregos em nosso país são constituídos por micro e pequenas empresas, onde vão constituir 99% dos 6 milhões de empresas formais existentes no Brasil, também correspondem 99,8% das empresas são criadas a cada ano. Só 6% do micro e 14% das pequenas empresas investem mais de 5% do seu faturamento em inovação, atividade vital para a manutenção da competitividade, para ser considerada uma empresa, é preciso ter pessoas jurídicas ou físicas.

### **3. Metodologia**

Adotou-se para este estudo a pesquisa descritiva com as técnicas de levantamento ou *survey*, que segundo Gil (2010) “a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis”. A pesquisa descritiva segundo Andrade (2002) se destaca como uma pesquisa que se preocupa em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, interpretá-los e classificá-los de forma que o observador não pode interferir neles. Buscou identificar e descrever os dados sobre o nível de conhecimento e utilização dos instrumentos da contabilidade gerencial na gestão das empresas de micro e pequeno porte da cidade de Boa Vista da Aparecida-PR. O corte foi transversal no mês de agosto de 2019, sem considerar a evolução dos dados no tempo.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário com 13 questões com escala avaliativa numérica, sendo que as questões de número 1 a 07 foram relativas ao perfil da empresa, tais como ramo, quantidade de funcionários, quantidade de proprietários, formação acadêmica do dono da empresa, tempo no mercado, faturamento mensal e enquadramento tributário, as demais questões abordaram conceito de contabilidade gerencial instrumentos da contabilidade gerencial, sendo eles: Fluxo de caixa, controle de saldos bancários, controle de estoques, controle de perdas, planejamento e execução, análise das demonstrações, orçamento, controle de custo, controle de despesas, imobilizado, gestão tributaria, livro caixa, DVA (Demonstração do valor Adicionado), sistema da informação, DRE ( Demonstração do Resultado do Exercício) e balanço patrimonial, com seus conceitos, onde foi dado

as opções de 01 para pouco relevante, 02 para médio relevante, 3 para meio relevante, 4 para relevante e 5 para muito relevante.

Outras questões buscaram a opinião dos respondentes quanto auxílio do contador na interpretação/utilização dos instrumentos de gerenciais, interesse em implantar os instrumentos gerenciais e utilização do Fluxo de caixa: Recebimentos, pagamento, despesas e pagamentos de fornecedores; Orçamento: Cadastro de Fornecedores, cotação; Análise das demonstrações: Análise de índices de liquidez, rentabilidade, endividamento; controle de despesas: Redução de valores, necessidades de compra; Imobilizado: Aquisição de Moveis e utensílios, aquisição de veículos, depreciação, reavaliação de terrenos e ganho/ perda de capita; DRE (Demonstração de Resultado do Exercício): Receitas vendas, Receitas de serviços, custos, despesas;

A população pesquisada foi de 93%, num total de 27 questionários, das micros e pequenas empresas filiadas a associação comercial da cidade de Boa Vista da Aparecida-PR. A pesquisa se caracterizou como quantitativa, conforme Beuren (2006) estas pesquisas não são tão profundas com relação ao fenômeno estudado, pois visa mais as características do grupo estudado, este tipo de pesquisa utiliza instrumentos estatísticos para análise dos dados. Os dados foram tratados numericamente e porcentagens e analisados descritivamente.

#### **4. Resultados**

Para este estudo foram aplicados questionários a 27 empresas enquadradas como micro e pequeno porte, sendo que destas 11% são do ramo de prestação de serviço e comércio, 67% de comércio e 22% somente prestadoras de serviços. A maior parte das empresas pesquisadas tem em seu quadro societário uma pessoa, desses 45% possuem ensino médio, e 65% fundamental e superiores caracterizados em diversas áreas de ensino como: contadores, farmacêuticos, e administradores entre outros, mesmo não possuindo uma formação acadêmica superior ou na área de gestão de empresas cerca de 60% das empresas existem a mais de 10 anos, em relação ao faturamento mensal cerca de 41% se enquadra entre R\$10.000,00 a R\$20.000,00 mensalmente. Essas empresas estão enquadradas no simples nacional e 80% empregam até 5 colaboradores A respeito da

opinião dos gestores sobre os instrumentos gerenciais e a sua necessidade para a gestão, cerca de 63% das empresas pesquisadas concordam com a necessidade dos instrumentos gerenciais. Para tanto solicitou-se que avaliassem a relevância dos instrumentos gerenciais propostos para a gestão da empresa, as respostas permitiram a elaboração da tabela 1.

**Tabela 01-** instrumentos de contabilidade gerencial e seu grau de relevância para os gestores.

Instrumento/Grau de relevância	1	2	3	4	5	TOTAL
Fluxo de Caixa	4,00%	0,00%	12,00%	8,00%	76,00%	100,00%
Controle bancários	3,85%	0,00%	11,54%	11,54%	73,08%	100,00%
Controle de estoques	4,00%	4,00%	20,00%	8,00%	64,00%	100,00%
Controle de perdas	4,17%	16,67%	12,50%	8,33%	58,33%	100,00%
Planejamento execução	8,33%	8,33%	12,50%	20,83%	50,00%	100,00%
Análise demonstrações	0,00%	20,00%	16,00%	16,00%	48,00%	100,00%
Orçamento	3,85%	7,69%	19,23%	11,54%	57,69%	100,00%
Controle de custo	3,85%	0,00%	7,69%	15,38%	73,08%	100,00%
Controle de despesas	3,85%	0,00%	7,69%	26,92%	61,54%	100,00%
Imobilizado	3,85%	19,23%	23,08%	26,92%	26,92%	100,00%
Gestão tributária	3,85%	7,69%	15,38%	26,92%	46,15%	100,00%
Livro Caixa	4,00%	4,00%	4,00%	16,00%	72,00%	100,00%
DVA (Demonstração Valor Adicionado)	4,00%	16,00%	16,00%	36,00%	28,00%	100,00%
Sistema de Informação	8,00%	16,00%	8,00%	20,00%	48,00%	100,00%
DRE- (Demonstração Resultado do Exercício)	8,00%	8,00%	20,00%	12,00%	52,00%	100,00%
Balço patrimonial	3,85%	3,85%	15,38%	23,08%	53,85%	100,00%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019)

Conforme tabela 1 notou-se que de todos os instrumentos elencados pode-se observar que o fluxo de caixa, controle de saldos bancários e controle de custos foram mais indicados com relevância máxima para a gestão. Todos em diferentes escalas tem percepção da importância das informações constantes nos demonstrativos contábeis, com exceção do controle do imobilizado e o DVA- Demonstração do Valor Adicionado, pouco utilizados ou não necessário para o tipo de empresas pesquisadas, como o DVA. Quanto aos instrumentos gerenciais, 50% das organizações pesquisadas apontam que o profissional contábil auxilia na utilização e na interpretação dos mesmos facilitando o entendimento das informações neles contidas. 90% dos empresários consideram os instrumentos gerenciais relevantes para a continuidade no mercado, e 64% tem interesse

em implantar os instrumentos gerenciais em suas organizações. Também buscou-se identificar o nível de utilização dos instrumentos gerenciais na gestão das empresas, cujos retornos constam da tabela 2.

**Tabela 02-** Utilização dos instrumentos contábeis na gestão das empresas.

Informações	Instrumentos Gerenciais	01 sempre utilizo	2 utilizo	03 as vezes utilizo	04 nunca utiliza	05 não se aplica	TOTAL
Fluxo caixa- Recebimento		100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Fluxo caixa- Pagamentos		61,54%	26,92%	7,69%	3,85%	0,00%	100,00%
Fluxo caixa- Despesas		61,54%	15,38%	19,23%	3,85%	0,00%	100,00%
Fluxo caixa- Fornecedores		53,85%	19,23%	7,69%	11,54%	7,69%	100,00%
Orçamento- Fornecedores		34,62%	30,77%	3,85%	23,08%	7,69%	100,00%
Orçamento- Cotação		50,00%	23,08%	3,85%	15,38%	7,69%	100,00%
Análise Demonstrações-liquidez		40,74%	18,52%	7,41%	25,93%	7,41%	100,00%
Análise Demonstrações-Rentabilidade		46,15%	19,23%	11,54%	23,08%	0,00%	100,00%
Análise Demonstrações-Endividamento		42,31%	19,23%	7,69%	26,92%	3,85%	100,00%
Controle Despesas- Redução de Valores		57,69%	15,38%	11,54%	7,69%	7,69%	100,00%
Controle Despesas-Necessidade de compra		50,00%	19,23%	15,38%	11,54%	3,85%	100,00%
Imobilizado- Móveis		20,00%	16,00%	32,00%	20,00%	12,00%	100,00%
Imobilizado- Veículos		16,00%	12,00%	20,00%	32,00%	20,00%	100,00%
Imobilizado- Depreciação		24,00%	8,00%	24,00%	32,00%	12,00%	100,00%
Imobilizado- Reavaliação.ganho/perda de capital		16,00%	16,00%	28,00%	24,00%	16,00%	100,00%
DRE - Receita de vendas		28,00%	28,00%	16,00%	16,00%	12,00%	100,00%
DRE - Receita de serviços		24,00%	20,00%	16,00%	12,00%	28,00%	100,00%
DRE - Custos		32,00%	24,00%	24,00%	12,00%	8,00%	100,00%
DRE - Desp. operacionais		32,00%	28,00%	20,00%	12,00%	8,00%	100,00%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019)

Analisando os dados da tabela 2, notou-se que as micro e pequenas empresas da cidade de Boa Vista da Aparecida, utilizam os instrumentos fluxo de caixa em todas as suas opções 100% para recebimentos, 61,64% para pagamentos e despesas; orçamento para as questões de cotações em 50% e controle de despesas visando sua redução em 57,69%, com relação aos demais instrumentos ou informações contábeis percebeu a necessidade de uma preparação técnica sobre conhecimentos básicos de contabilidade gerencial,

viabilizando um melhor análise dos fatos geradores de recursos para as empresas, independente do ramo de trabalho, pois melhora a interpretação dos dados que constam dos relatórios, oportunizando subsídios para a tomada de decisões.

## 5. Considerações Finais

A contabilidade gerencial e o ramo da contabilidade que fornece informações relevantes para os gestores tomarem suas decisões, através de seus instrumentos gerenciais, esses instrumentos são relevantes para a gestão de uma empresa de forma que ela continue no mercado. Assim buscou-se identificar o nível de conhecimento e utilização dos instrumentos da contabilidade gerencial na gestão das empresas de micro e pequeno porte da cidade de Boa Vista da Aparecida- Pr.

Observou-se que os gestores das empresas apresentaram conhecimento da existência e reconhecem a relevância dos instrumentos gerenciais básicos tais como fluxo de caixa, controle bancários, controle de estoques, controle de perdas planejamento execução, análise demonstrações, orçamento, custos, controle de despesas, imobilizado, gestão tributaria, DVA (Demonstração Valor Adicionado), sistema de informação, DRE (demonstração resultado do exercício) e balanço patrimonial e também entendem que para administrar suas empresas essas informações são necessárias.

Deste modo sugere-se um processo de educação contínua junto ao SEBRAE, que fornece cursos, palestras e assessorias em diversas áreas, profissionalizando cada vez mais os gestores.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: Noções práticas**. 5. Ed. São Paulo: Atlas 2002.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monograficos em contabilidade: teoria e pratica**/ Ilse Maria Beuren organizadora e colaboradora; colaboradores Andre Andrade Longaray, Fabiano Maury Raupp, Marco Aurélio Batista de Souza, Romualdo Douglas Colauto, Rosimere Alves de Bona Porton. – 3º Ed.- São Paulo: Atlas, 2006.

CHING, Hong Yuh. **Contabilidade e finanças para não especialistas**/ Hong Yuh Ching. - São Paulo: Prentice Hall 2003.

CORONADO, O. **Contabilidade Gerencial Básica**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido – **Curso Básico de Contabilidade de Custos** – São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e pratica/** Silvio Aparecido Crepaldi. 03. ed. -3. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antonio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 4º ed. – 12 reimpr. – São Paulo: Atlas 2009

IRIE, Liliane. **Contabilidade gerencial como instrumento de tomada de decisão: um estudo de caso em uma microempresa de Mogi Guaçu – sp\***. Revista de publicação: Universitas publicado em: Recebido em 26-12-2017 • Aceito em 25-07-2018

IUDICÍBUS, Sérgio de, **Contabilidade Introdutória**. 10. ed., São Paulo: Atlas, 2006.

IZIDORO, C.. **Contabilidade de Custos**. Pearson: São Paulo, 2016. 112p.

PADOVEZE, C. L.. **Contabilidade gerencial: Um enfoque em sistema**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil/** Clóvis Luís Padoveze. -07 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

PARISI, C.. **Planejamento e Controle**. In: PARISI, C; MEGLIRIONI, E. (Org.). **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2011.

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**, disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>> acesso em: 16 de agosto de 2019.

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/lei-geral-completa-10-anos-e-beneficia-milhoes-de-empresas,baebd455e8d08410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 14 de setembro de 2019

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira REGIÃO Sul** Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Relat%C3%B3rio%20Sul.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2019.



## INVESTIMENTOS NO MERCADO ABERTO: UMA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM COMPARAÇÃO COM OS INDICADORES FINANCEIROS DE INVESTIMENTOS

Marcelo Augusto Wisentheimer<sup>1</sup>  
William Portolan<sup>2</sup>  
Jose Roberto Domingues da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** Este estudo buscou comparar os indicadores obtidos por meio das demonstrações contábeis e indicadores do mercado financeiro, com enfoque no mercado de ações. O estudo foi descritivo, com corte de 2016 a 2018, sem evolução dos dados no tempo. A partir de uma análise discriminante, cinco indicadores fundamentalistas foram selecionados por possuírem maior capacidade de transparência de informações acerca dos requisitos buscados em adquirir ações no mercado financeiro: Lucro por Ação, Rendimento de Dividendos, Preço / Lucro, Valor Patrimonial por Ação e Retorno sobre o Patrimônio Líquido. O instrumento de coleta de dados foi as demonstrações contábeis divulgadas pelas entidades, disponibilizadas no site da Bolsa de Valores B3 S.A e nos respectivos endereços eletrônicos das mesmas, sendo do Grupo Bradesco, Grupo Itaú e Grupo Santander. Os resultados apontaram que para obter uma decisão mais assertiva, os resultados obtidos com os indicadores devem ser utilizados em conjunto, diante disso o Grupo Itaú apresentou melhores indicadores, sendo que obteve o maior Lucro por Ação, tendo uma distribuição de lucro maior aos acionistas e o indicador de Retorno sobre o Patrimônio Líquido, demonstrando uma maior rentabilidade de seu Patrimônio Líquido.

**Palavras-chave:** Mercado de ações. Análise Fundamentalista. Demonstrações Contábeis. Bolsa de Valores B3 S.A.

### 1. Introdução

O mercado financeiro está crescendo constantemente, isto devido aos vários anos de uma economia precária. Um dos produtos que mais movimentam o mercado financeiro, são as ações no mercado de capitais, devido sua rentabilidade, entretanto, é necessário que se conheça o mercado deste produto, devido ao risco que corre ao investir sem que seja analisada as opções presentes.

Tal conhecimento de mecanismos, indicadores e interpretação de dados se torna indispensável, pois uma má análise pode acarretar em um prejuízo financeiro para o qual ninguém está preparado. Por ser um investimento volátil e que demanda um bom conhecimento, boa parte da população busca outros tipos de investimentos,

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL (2019).

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL (2019).

<sup>3</sup> Professor orientador do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIVEL. Mestre em Administração. PUC-PR (2015).

dos quais o risco é menor, entretanto, sua rentabilidade também será menor.

Devido à dificuldade financeira enfrentada pela sociedade brasileira nos dias atuais, o cidadão tem buscado cada vez mais por métodos que tragam soluções a curto e longo prazo para tais dificuldades. Uma das possíveis soluções é a aquisição de títulos em geral de instituições de capital aberto. Desta forma, o fato de ter-se confiabilidade sobre suas ações no ato de aquisição de títulos é advindo de análises previamente realizadas para com a entidade detentora da quota, esta análise deve ser criteriosa e bem preparada, pois o risco com este mercado é a mesma proporção de seu possível rendimento. Diante deste cenário, quais indicadores da análise financeira podem auxiliar os investidores no processo de tomada de decisão de uma operação com ações no mercado financeiro?

Com isso, o objetivo deste estudo foi comparar os indicadores obtidos por meio das demonstrações contábeis e indicadores do mercado financeiro. O mercado de capitais reflete a ideia de que as empresas abram portas para novos investidores, afim de financiar a atividade para uma maior geração de lucros. Observou-se que as empresas dispõem de ações na bolsa com o intuito de captar investidores sem a necessidade de adquirir empréstimos ou financiamentos com instituições financeiras devido aos juros nestas operações.

## **2. Desenvolvimento**

O mercado financeiro brasileiro é composto por órgãos que regulamentam e norteiam toda sua movimentação, para isso, é relevante compreender seu funcionamento, bem como sua constituição. Assim segundo Braga (2018) dentre as principais funções do Sistema Financeiro Nacional (SFN), observa-se que duas possuem destaques, sendo a prestação de serviços de gerenciamento de recursos e a intermediação financeira. A prestação de serviços de gerenciamento de recursos busca trazer comodidade ao cidadão, tendo criado um sistema de arrecadação de tributos, transferência de recursos, disponibilização de produtos como cartão de crédito e cheques, dentre outras facilidades. Já a intermediação financeira Braga (2018) descreve como uma atividade de acolher recursos de agentes superavitários, beneficiando-os com algum rendimento, e disponibilizando estes recursos a agentes

deficitários, tendo a cobrança de juros. Agentes superavitários referem-se à população que possui recursos investidos, neste sentido, os agentes deficitários referem-se à população que necessita de recursos de terceiros. A estrutura do SFN possui dois subsistemas, sendo um normativo e outro de intermediação, estes subsistemas são representados tanto por órgãos públicos, quanto empresas privadas, afim de garantir um mercado financeiro regular. O subsistema normativo apresenta órgãos de regulação, autorregulação e fiscalização, sendo que a regulação é dividida em heterorregulação e autorregulação, onde heterorregulação é realizada por agentes externos a entidade e autorregulação refere-se ao agente que está inserido no ambiente regulado (BRAGA, 2018). O SFN é composto pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

## **2.1 Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

A CVM é o órgão que decreta e fiscaliza as atividades do mercado de capital no Brasil. Este órgão foi criado pela Lei 6.385/1976, sendo uma autarquia federal e mesmo que ligado ao Ministério da Economia, este não detém poder sobre a CVM. Embora o CMN seja o órgão deliberativo máximo do SFN, grande parte da atividade da CVM não decorre da execução das determinações dele, mas de atribuições legais próprias, decorrentes sobre tudo da Lei 6.385/1976 e da Lei 6.404/1976 (Lei das S/A). Conforme os Art. 1º e 8º da Lei 6.385/1976 compete a CVM: A emissão e distribuição de valores mobiliários no mercado; A negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários; A organização, o funcionamento e as operações das Bolsas de Valores; - A auditoria das companhias abertas, entre outras.

## **2.2 Bolsa de Valores: B3 S.A – Brasil, Bolsa e Balcão**

O mercado financeiro oferta diversas oportunidades de investimentos, seja em rendimentos prefixados (Letra do Tesouro Nacional), pós-fixados (Certificado de Depósito Bancários, Letra de Crédito Imobiliário e Agronegócio), e também de investimentos voláteis (ações) que podem trazer uma maior rentabilidade, mas também um maior risco de perder tal investimento. É necessário conhecer a Bolsa de valores, Braga (2018) afirma que é uma entidade onde mantém uma área de

negociação eletrônica onde empresas habilitadas podem negociar títulos, valores mobiliários e derivativos de mercadorias, sendo estas empresas responsáveis por listar os emissores cujos os ativos são negociados no mercado secundário. Esta negociação ambientada na bolsa, proporciona melhor formação de preços, tendo transparência uma vez que a bolsa divulga em tempo real as ofertas de compra e venda inseridas em seu sistema e até mesmo operações já realizadas.

### 2.3 Mercado Primário e Secundário

Mercado primário refere-se a emissão de novos títulos, sendo estes valores mobiliários negociados diretamente entre a companhia e investidores, contudo, alguns desses valores mobiliários, como ações, representam fração do patrimônio da própria companhia, não tendo um resgate pré-definido. Igualmente para os demais que possuem vencimentos de longo prazo, sendo um motivo para que houvesse menores investidores do mercado de capitais, caso não fosse possível negociar com terceiros. Para isso, tem-se a existência do mercado secundário, do qual cumpre o papel de que investidores possam negociar entre si, sendo apenas a transferência de propriedade e recurso entre eles, sem interferência da companhia. Com isso, o mercado secundário oferece liquidez aos títulos emitidos no mercado primário (WWW.INVESTIDOR.GOV.BR, 2019).

### 2.4 Produtos da Bolsa de Valores

A bolsa de valores B3 S.A – Brasil, Bolsa e Balcão opera com vários produtos relacionados a investimentos, conforme quadro abaixo:

**Quadro 1** - produtos que compõem a bolsa de valores B3 S.A.

<b>Produto</b>	<b>Descrição</b>
Commodities (Açúcar Cristal, Boi Gordo, Café, Etanol, Milho, Ouro, Petróleo e Soja).	Palavra em inglês para mercadoria. No mercado financeiro e de capitais, geralmente refere-se a matérias-primas e produtos agrícolas.
Juros (Cupom de IPCA, Taxa DI, Taxa Selic e Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA, dentre outros).	Ao contrário dos juros prefixados, os juros nominais dos títulos pós-fixados não são informados na hora da aplicação. Ou seja, você só saberá o retorno do investimento no futuro, e essa rentabilidade costuma estar atrelada a algum índice de preço ou taxa de juros.

Moeda (Dólar dos Estados Unidos, Euro, Libra Esterlina, Peso Argentino, dentro outros).	Mercado de câmbio compreende as operações de compra e venda de moeda estrangeira e as operações com outro instrumento cambial.
Renda Fixa (ETF de Renda Fixa, Fundos de Investimentos, Títulos Privados e Títulos da Dívida Externa).	Os juros prefixados são aqueles que você conhece o rendimento no momento em que faz a aplicação financeira. Ao optar por um investimento prefixado, você acerta de antemão quanto o dinheiro vai render ao longo de determinado período.
Renda Variável (Ações, BDRs, Índice Bovespa, Fundos de Investimentos, dentre outros).	Classe de ativos que inclui ações preferenciais e ações ordinárias (ver ações) e tipicamente composta por instrumentos que oferecem a seus detentores uma participação no capital social de companhias.

**Fonte:** Braga e Calado (2018).

Entre estes produtos, destacam-se as ações, que de acordo com Braga e Calado (2018) ações são valores mobiliários emitidos propriamente por sociedades anônimas (S.A), isto é, empresas de capital aberto, sendo uma parcela do seu capital social. As ações podem ser divididas em duas formas, ordinárias e preferenciais, onde a diferença consiste em que as ordinárias dão o direito a voto nas assembleias de acionistas, já as preferenciais permitem o recebimento dos dividendos em valor superior ao das ações ordinárias e ainda assim permitem que estas sejam prioridade no recebimento de reembolso de capital. Assim as ações entram no mercado primário, onde a empresa capta recursos e efetivamente seu capital sobe, já o mercado secundário faz com que tenha liquidez nestes títulos, sendo um processo que o capital da empresa permanece o mesmo, entretanto, a base de sócios aumenta (BRAGA E CALADO, 2018).

## 2.5 Dividendos e valorização de mercado

Pode-se dizer que, ao adquirir uma ação o investidor busca por naturalidade obter rendimentos sobre a mesma, esses rendimentos podem ser por meio de valorização do título no mercado ou via distribuição de dividendos respectivos a quota. De acordo com Neto (2014), os dividendos são a partilha do lucro que uma empresa auferiu para seus acionistas, normalmente pagos em dinheiro. Além disso, vale ressaltar que o dividendo pode não ser distribuído nos exercícios sociais nos quais a situação financeira da empresa impeça que o ato seja realizado. Para Neto (2014), a valorização do preço de mercado de uma ação é derivada de como o mercado age e a situação em que a empresa se encontra naquele período.

## 2.6 Tipos de Investidor

Todo investidor tem um perfil que está aliado a estratégia para investimentos, esta determinará o perfil do mesmo, a saber: Conservador: aquele que busca segurança acima de tudo em seus investimentos. Perfil voltado para aplicações de renda fixa; Moderado: Disposto a correr um pouco de risco para obter ganhos maiores que a inflação. Este perfil sugere aplicações em fundos de renda fixa, multimercados, podendo aplicar uma pequena parte em fundos de ações; Agressivo: Disposto a correr risco para obter ganhos no médio e longo prazo. Este perfil sugere que o cliente pode disponibilizar a maior parte de seus recursos em fundos multimercados e fundos de ações. (NETO, 2014).

## 2.7 Riscos

Tratando-se de investimentos, em qualquer área do mercado, seja em renda fixa ou variável, o investidor deve levar em consideração que o risco de uma aplicação é real.

A partir desse princípio, Neto (2014) relata que, o risco deve ser assumido principalmente quando a oscilação desempenhada pelo papel é elevada. Neste sentido, é importante o conhecimento de alguns outros riscos que venham a impactar o mercado de investimentos, mais precisamente, de ações: a) Risco de crédito - Risco de o investidor registrar uma perda em seu investimento por conta do aumento do *spread* de crédito requerido por investidores nesse investimento. b) Risco de liquidez - Risco de ocorrência de perdas para o investidor por conta da negociação de um ativo por um preço distante do seu preço justo. c) Risco não sistemático - específico de cada empresa, que pode ser reduzido por meio de diversificação da carteira de investimentos. d) Risco do mercado de ações - Possibilidade de perda advinda das flutuações observadas nos preços dos ativos negociados no mercado acionário. (BRAGA E CALADO, 2018).

Vale ressaltar que, segundo Metzner (2019), o principal risco ao se adquirir ações de uma determinada empresa é o risco do mercado de ações, uma vez que o adquirente pode não efetuar vendas de um título ao valor que o mesmo almeja devido a flutuações do mercado, atrelando esse risco ao de liquidez.

## 2.8 Análise das Ações

De acordo com Neto (2014), a decisão de investir em ações deve embasar-se em uma análise das expectativas dos rendimentos buscados, assim sendo a principal tarefa de um investidor avaliar o retorno esperado de seu capital aplicado. Dentre as análises ligadas as tomadas de decisões para aquisição de ações duas se destacam: 1) Análise técnica: estabelece projeções sobre o comportamento das ações, baseada no seu desempenho passado; e 2) análise fundamentalista: supõe um valor próprio para cada ação, baseado nos resultados na empresa emitente. Para analisar fundamentos, comprar ações de empresas boas, deve-se usar a contabilidade, então, entender de contabilidade é uma vantagem enorme (METZNER, 2019).

## 2.9 Indicadores

Para analisar determinado investimento, é necessário a aplicação de indicadores das demonstrações financeiras disponibilizadas pela empresa a qual se tem interesse, sendo:

**Quadro 4 – Indicadores para análise**

Indicador	Fórmula	Descrição
Lucro por ação (LPA).	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Número de Ações emitidas}}$	O índice demonstra o lucro destinado por ação por parte da empresa, levando em consideração seu lucro líquido em determinado período, sendo dividido pela quantia de quotas da empresa.
<i>Dividend Yield</i> (Rendimento de Dividendos).	$\frac{\text{Dividendos}}{\text{Preço de mercado da ação}}$	Pode-se expressar pelo rendimento gerado para o dono da ação pelo pagamento de dividendos.
Preço / Lucro (P/L).	$\frac{\text{Preço de Mercado da Ação}}{\text{LPA}}$	É um indicador muito utilizado, demonstra quanto o investidor está disposto a pagar pelos lucros ofertados por ação, tomando por base o preço de mercado da ação, dividindo-se pelo LPA.
Valor Patrimonial por Ação (V/PA).	$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Número total de ações}}$	Representa a parcela do capital próprio (Patrimônio Líquido) da empresa que compete a cada ação emitida.
Retorno sobre o Patrimônio Líquido, ou <i>Return On Equity</i> (ROE).	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido médio}}$	Indica quanto de prêmio os acionistas da empresa estão obtendo em relação a seus investimentos no empreendedorismo.

**Fonte:** Adaptado de Silva (2012) e Neto (2012).

Tratando-se de análises para tomada de decisões baseadas em indicadores de resultados, existem diversas fórmulas analíticas que podem ser instrumentos para



tomadas de decisões perante uma possível aquisição de ações, porém, estão descritas aqui as mais relevantes das quais serão utilizadas para se determinar o resultado deste artigo.

.  
]

### **3. Metodologia**

Este estudo caracterizou-se como pesquisa descritiva, uma vez que esta pretende utilizar-se da análise dos resultados obtidos mediante aplicação de fórmulas sobre os indicadores financeiros econômicos de três instituições financeiras, buscando avaliá-las para tomar decisões baseadas em seus índices. De acordo com Cervo *et. al.* (2010), a pesquisa descritiva, observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Gil (2009), explicou que as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. O corte foi transversal no período de 2016 a 2018, sem considerar a evolução dos dados no tempo.

Com relação aos procedimentos, esse artigo definiu-se como multicase, devido a abordagem quanto a análise de dados por meio de funções matemáticas aplicadas aos indicadores econômicos das instituições estabelecidas no mercado de capitais atualmente. Segundo Yin (2001), qualquer utilização de projetos multicase, é necessário existir uma lógica de replicação e não amostragem, tendo o pesquisador o cuidado com as escolhas. Os casos necessitam ter ligações, isto é, trazer resultados similares (replicação literal) ou contraditórios (replicação teórica).

Os dados econômicos foram coletados a partir das demonstrações contábeis divulgadas pelas entidades, disponibilizadas no site da B3 e nos respectivos endereços eletrônicos das mesmas. Após a coleta de dados, realizou-se uma análise, com intuito de comparar as instituições financeiras apontando os resultados obtidos analisando-os descritivamente.

### **4. Resultados**

O mercado financeiro é composto por vários produtos para investimentos,

dentre eles para este estudo, selecionou-se os seguintes: Renda Fixa, Ouro, Bolsa, Título Público, Inflação e taxa Selic para proporcionar comparações com os resultados obtidos nos cálculos das empresas pesquisadas. A tabela 1 apresenta os rendimentos dos produtos acima selecionados no período de 2016 a 2018.

**Tabela 1 - Rendimentos de Produtos Financeiros de 2016 a 2018**

Ano	Renda Fixa	Ouro	Bolsa	Título Público	Inflação	Selic
2018	6,42%	12,21%	14,03%	7,31%	3,75%	6,58%
2017	9,93%	13,89%	26,86%	11,41%	2,95%	10,11%
2016	14,00%	-12,33%	38,94%	26,97%	6,58%	14,18%

**Fonte:** Instituto Assaf Neto (2019).

Analisando a tabela 1, notou-se a variedade de investimentos que proporcionam rendimentos financeiros, nesta seleção por opção dos autores, os investimentos em bolsa de valores superaram todos os demais no período analisado, mesmo apresentando uma redução significativa, de 38,94% em 2016 para 14,03% em 2018. O segundo investimento mais rentável foram os títulos públicos, seguidos pela renda fixa, investimentos lastreados na rentabilidade do ouro. Tais informações permitiram as comparações e análises com os indicadores obtidos nos demonstrativos das empresas pesquisadas.

#### 4.1 Empresas pesquisadas

Os dados relacionados na tabela 2 trazem algumas informações sobre as empresas pesquisadas e foram coletados nos sites Bradesco([www.bradesco.com.br](http://www.bradesco.com.br)); Itaú - ([www.itaubank.com.br](http://www.itaubank.com.br)) e Santander - ([www.santander.com.br](http://www.santander.com.br)).

**Tabela 2 - Dados das empresas**

Instituições	Lucro Líquido do período (em milhões)		
	2016	2017	2018
Bradesco	R\$ 17.992,70	R\$ 17.314,60	R\$ 16.748,40
Itaú	R\$ 23.582,00	R\$ 24.268,00	R\$ 25.639,00
Santander	R\$ 7.464,90	R\$ 9.138,00	R\$ 12.799,90
Instituições	Quantidade de Ações (em milhões)		
	2016	2017	2018
Bradesco	5.553,6	6.108,9	6.719,8
Itaú	6.567,9	6.503,9	9.718,1
Santander	7.518,2	7.505,2	7.475,9

Valor por Ações			
Instituições	2016	2017	2018
Bradesco	R\$ 3,24	R\$ 2,83	R\$ 2,49
Itaú	R\$ 3,59	R\$ 3,73	R\$ 2,64
Santander	R\$ 0,99	R\$ 1,22	R\$ 1,71

**Fonte:** site das empresas pesquisadas (2019).

De acordo com a tabela 2, constatou-se a redução do lucro líquido do Grupo Bradesco durante os exercícios analisados, com uma queda de aproximadamente 6,92% no resultado. Contrário a esse movimento, o Grupo Itaú obteve um aumento de 8,72% em seu lucro líquido ao decorrer dos períodos e o Grupo Santander demonstrou crescimento de 71,47% referente ao mesmo intervalo de tempo no seu lucro líquido. Por sua vez, a quantidade de ações dos grupos Bradesco e Santander tiveram uma baixa oscilação de volume, enquanto o Itaú no período de 2018, apresentou um aumento acima de 3,2 bilhões de títulos. Quanto ao valor por ações nos períodos analisados, constatou-se que os grupos Bradesco e Itaú decresceram nesse aspecto em 23,15% e 26,46% respectivamente, por outro modo o Grupo Santander teve um crescimento de 72,73% considerando o valor das ações.

#### 4.2 Indicadores escolhidos para as empresas pesquisadas

Selecionou-se para esse estudo os seguintes indicadores: LPA (Lucro por Ações), Rendimento de Dividendos (*Dividend Yield*), P/L (Preço/Lucro), V/PA (Valor por Ação) e ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) permeando a análise, as informações colhidas com Cláudio Marcos Metzner (2019) por meio de entrevista, permitindo a construção da tabela 3.

**Tabela 3**–Indicadores das empresas pesquisadas.

BRADESCO					
Ano	LPA	REND. DIV.	P/L	V/PA	ROE
2018	R\$ 2,49	7,90%	R\$ 12,66	<b>R\$ 20,49</b>	13,43%
2017	R\$ 2,83	<b>10,71%</b>	R\$ 9,34	<b>R\$ 19,34</b>	14,71%
2016	R\$ 3,24	<b>13,18%</b>	R\$ 7,59	<b>R\$ 17,33</b>	17,06%
ITAU					
Ano	LPA	REND. DIV.	P/L	V/PA	ROE
2018	<b>R\$ 2,64</b>	<b>8,36%</b>	R\$ 11,96	R\$ 15,48	<b>20,50%</b>
2017	<b>R\$ 3,73</b>	10,66%	R\$ 9,38	R\$ 15,17	<b>20,00%</b>
2016	<b>R\$ 3,59</b>	12,42%	R\$ 8,05	R\$ 13,78	<b>20,10%</b>
SANTANDER					
Ano	LPA	REND. DIV.	P/L	V/PA	ROE
2018	R\$ 1,71	4,65%	<b>R\$ 21,52</b>	R\$ 12,25	13,97%

<b>2017</b>	R\$ 1,22	4,18%	<b>R\$ 23,92</b>	R\$ 11,60	1,05%
<b>2016</b>	R\$ 0,99	4,90%	<b>R\$ 20,42</b>	R\$ 11,28	8,80%

Fonte: site das empresas pesquisadas (2019).

Observou-se na tabela 3 que utilizando a análise fundamentalista, mais precisamente alguns de seus indicadores, pode-se encontrar resultados base para uma análise passível na tomada de decisões referente a compra de ações da instituição que apresentou informações mais indicadas ao retorno do possível investimento. Dentre os 5 indicadores calculados e apresentados na tabela 3, notou-se que o Grupo Itaú obteve melhores resultados tratando-se do Lucro por Ação nos três períodos analisados, contudo, observou-se que de 2016 a 2018, os indicadores apresentam queda, exceto os do grupo Santander que aumentou a cada ano.

Quanto aos Rendimentos de Dividendos, o grupo Bradesco foi superior nos anos de 2016 e 2017, em 2018 o grupo Itaú obteve 8,36%, sendo 0,46% maior que o grupo Bradesco, segundo melhor resultado. Tratando-se do indicador Preço/Lucro, o Grupo Santander destacou-se nos três anos analisados, obtendo o melhor resultado em 2017, de R\$ 23,92. Quanto ao indicador Valor por Ação, foi notado que o grupo Bradesco esteve acima das demais instituições, mesmo que as mesmas tenham apresentado melhora neste indicador, em 2018 o grupo Bradesco fechou com R\$ 20,49, sendo R\$ 5,01 superior ao grupo Itaú e R\$ 8,24 superior ao grupo Santander. Referente ao indicador de Retorno sobre o Patrimônio Líquido destacou-se o Grupo Itaú, onde apresentou os melhores resultados nos três anos pesquisados, sendo em 2018 o resultado de 20,50%, que comparado com o Grupo Santander onde obteve o maior resultado também em 2018, foi 6,53% superior.

## 5. Considerações Finais

Este estudo buscou identificar alguns dos indicadores ou índices da análise financeira que podem auxiliar os investidores no processo de tomada de decisão em investimentos com ações no mercado financeiro, para tanto selecionou-se os seguintes: Lucro por Ação, Rendimento de Dividendos (*DividendYield*), Preço sobre o Lucro, Valor Patrimonial por Ação e Retorno sobre o Patrimônio Líquido, efetuando os cálculos necessários para montar um panorama de comparação entre três instituições

financeiras: Bradesco, Itaú e Santander no período de 2016 a 2018. Após tal feito foi possível comparar os resultados obtidos, que subsidiados pela experiência de um profissional da área de investimentos, oportunizou um maior entendimento da dinâmica do mercado financeiro.

Com os resultados obtidos, baseando-se nas demonstrações contábeis divulgadas de cada instituição, permitiu a análise que possibilitou destacar aspectos positivos e as causas que deram origem aos mesmos, revelando por meio de números o grupo mais indicado para investimentos em ações. Deve-se destacar que para uma decisão mais assertiva, tais resultados não devem ser utilizados de forma individual.

Dentre as instituições estudadas o grupo Itaú foi apresentou melhores indicadores em comparação com as demais aqui comparadas, nos períodos analisados e obteve o maior Lucro por Ação, distribuindo um volume maior de lucro aos acionistas, por fim, o indicador de Retorno sobre o Patrimônio Líquido que demonstrou diferenças em relação aos concorrentes.

Como sugestão para pesquisas futuras, é possível acrescentar mais indicadores com intuito de refinamento de resultados, um deles citado pelo investidor profissional entrevistado é o *Valuation*, para estimar o valor da ação dentro do mercado, expressando se o valor está acima ou abaixo do valor de mercado.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.); COLAUTO, Romualdo Douglas; LONGARAY, André Andrade; PORTON, Rosimere Alves de Bona; RAUPP, Fabiano Maury; SOUSA, Marco Aurélio Batista de. São Paulo: Atlas, 2006. p. 84.

BRADESCO. **Relação com Investidores - Relatórios e Planilhas**. Disponível em: <[https://www.bradesco.com.br/siteBradescoRI/Paginas/informacoesaomercado/191\\_relatorioseplanilhas.aspx?AbaSelecionada=1](https://www.bradesco.com.br/siteBradescoRI/Paginas/informacoesaomercado/191_relatorioseplanilhas.aspx?AbaSelecionada=1)>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BRAGA, Vicente Piccoli M. **Sistema Financeiro Nacional e Participantes do Mercado**. ANBIMA. Disponível em: <<http://materiais.anbima.com.br/material-estudos/cpa10/sistema-financeiro>>, p. 02-20. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL, Lei n. ° 6.404, de 15 de dezembro de 1964. Lei das Sociedades Anônimas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm)>. Acesso em: 19 mai. 2019.

BRASIL, Lei n. ° 6.385, de 07 de dezembro de 1976. **Lei da Comissão de Valores**

**Mobiliários.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6385.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6385.htm)>. Acesso em: 19 mai. 2019.

BRASIL, Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964. **Lei da Política e Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias e do Conselho Monetário Nacional e Outras Providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4595.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm)>. Acesso em: 19 mai. 2019.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Pearson, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

INSTITUTO ASSAF. **Indicadores e Demonstrações Financeiras, Rendimentos Financeiros.** Disponível em: <<http://institutoassaf.com.br/indicadores-e-demonstracoes-financeiras/rendimentos-financeiros/>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

ITÁU UNIBANCO. **Relação com Investidores – Resultados.** Disponível em: <<https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/listresultados.aspx?idCanal=lyyjtVJ4BExsF2fi1Kfy0Q==>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

METZNER, Cláudio Marcos. **Entrevista concedida a Marcelo Augusto Wisentheimer e William Portolan.** Cascavel, 04 set. 2019.

NETO, Alexandre Assaf. **Mercado Financeiro.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PORTAL DO INVESTIDOR. **Mercado Primário x Mercado Secundário.** Disponível em: <[http://www.investidor.gov.br/menu/Menu\\_Investidor/funcionamento\\_mercado/mercado\\_primario.html](http://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/funcionamento_mercado/mercado_primario.html)>. Acesso em: 10 mai. 2019.

SANTANDER. **Relação com Investidores – Central de Resultados.** Disponível em: <<https://www.ri.santander.com.br/listresultados.aspx?idCanal=bRc1sVDk55/7BwESoTZ1sg=>>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## O SETOR DE *COMPLIANCE* NA PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COOPERATIVAS

Diessica Gilinski Martins<sup>1</sup>  
Tania Franciele Campos Gonçalves<sup>2</sup>  
José Roberto Domingues da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo buscou demonstrar os reflexos do setor de *compliance* na prevenção à lavagem de dinheiro nas instituições financeiras cooperativas, pois estão diariamente expostas a operações ilícitas. Este tema foi escolhido devido a sua importância frente às frequentes notícias divulgadas, de casos relacionados às diversas formas de erros, fraudes e corrupções que estão expostas às instituições financeiras, assim de forma a evitar e minimizar os efeitos destes atos. Este estudo é de caráter descritivo, os meios de investigação utilizados foi o *survey*, mediante a análise quantitativa, que através do questionário aplicado às cinco cooperativas foi possível constatar que todas as entidades possuem um sistema de *compliance* e que estas atendem boa parte do exigido pela Lei, entretanto, ressalta-se que nenhuma das Instituições Financeiras analisadas obteve 100% de aderência ou cumprimento aos itens e quesitos analisados. Diante disso foi possível identificar os reflexos positivos da implantação de um sistema de *compliance* e do contrário os reflexos negativos quanto a resistência a sua implantação.

**Palavras-chave:** *Compliance* 1. Lavagem de Dinheiro 2. Instituição Financeira 3.

### 1. Introdução

O termo *compliance* tem origem no verbo em inglês, *to comply*, que significa cumprir, agir de acordo com um conjunto de regras estabelecidas, ou seja, estar em *compliance* é estar em conformidade com leis e regulamentos internos e externos (LIRA, 2014). O objetivo é agregar valores, aprofundar conhecimentos sobre a empresa, avaliar riscos, analisar equivalências com as leis, as normas e os regulamentos, minimizar os impactos e identificar oportunidade de expansão e melhorias (KOMPUTER, 2016).

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - Contabilidade da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - Contabilidade da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Mestre em Administração. Professor do Curso de Ciências Contábeis – Contabilidade da Univel – Centro Universitário UNIVEL. (2019)



Quando se aplicam as práticas de compliance, obtém-se a garantia de que casos fortuitos em relação à política interna da instituição possam ser identificados, ou até mesmo evitados, de maneira a assegurar aos *stakeholders* (pessoas impactadas pela economia da empresa: clientes, acionistas, colaboradores, entre outros) a garantia de que todas as diretrizes estabelecidas pela a organização estão sendo cumpridas de acordo com processos de controle e gestão bem fundamentados (COPEL, 2018).

O presente estudo buscou responder a seguinte questão: quais os reflexos do setor de *compliance* no sistema de prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro nas Instituições Financeiras Cooperativas?

Nesse contexto, este trabalho teve o intuito de realizar um levantamento em cinco instituições financeiras cooperativas que possuam um modelo de gestão baseado na metodologia estabelecida pelo *compliance*. As instituições financeiras são especialmente expostas à metodologias de blindagem contra fraudes que possam comprometê-la perante o mercado financeiro, especialmente pela aplicação da Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e também a prevenção da utilização do sistema financeiro para atos ilícitos.

## **2. Desenvolvimento**

A lavagem dinheiro surge com intuito de dar aparência lícita ao patrimônio constituído de bens e capitais obtidos, mediante ação delituosa. A lavagem dinheiro foi e tem sido arquitetada em todas as partes do mundo (BARROS, 2004). A Lei nº 9.613, de março 1998, dispôs sobre o crimes de "Lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, a exemplo de outras legislações estrangeiras, como um dos instrumentos jurídicos utilizados contra a criminalidade organizada no combate à Lavagem de dinheiro (COSTA E QUEIJO, 2002; MACHADO, 2002, p.197).

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras é o órgão criado no âmbito do Ministério da Fazenda, foi instituído pela Lei nº 9.613/98, e atua eminentemente na prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Esta lei foi modificada pela Lei nº 12.683, de 9 de Julho de 2012, para tornar mais eficiente

a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. No artigo primeiro cita que lavagem de dinheiro é ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal (LEI 12.683, 2012). As penalidades previstas com a lei 12.683/2012 é a pena de 3 (três) a 10 (dez) anos de reclusão. E o valor da multa aplicada aos condenados foi elevado, em que o teto máximo é o valor de R\$ 20 milhões de reais e não mais de apenas R\$ 200 mil reais, como previa a legislação anterior.

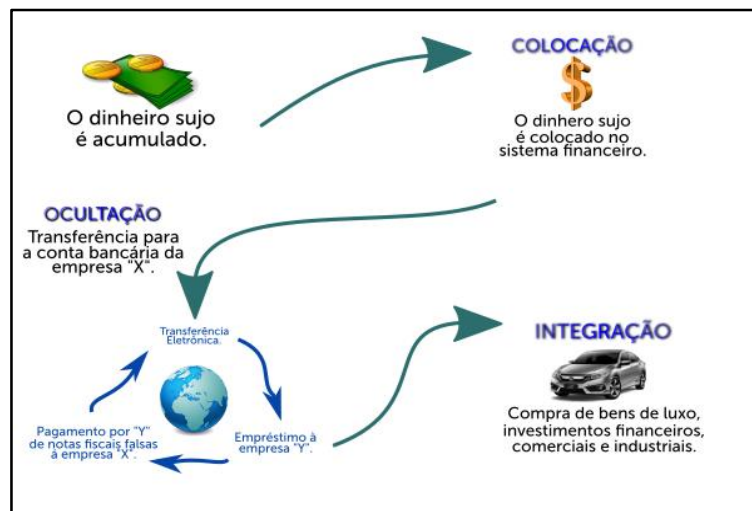
As competências do Coaf estão definidas na referida lei, quais sejam receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas; comunicar às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis. A lavagem de dinheiro consiste em conjunto de operações comerciais ou financeiras que têm como objetivo a incorporação, na economia, de bens, direitos ou valores originados direta ou indiretamente de qualquer infração penal. (BANCO DO BRASIL, 2019).

Esta prática envolve diversas transações que visam ocultar a origem dos ativos financeiros e permite que sejam utilizados novamente sem comprometer os criminosos. E como destacado anteriormente, há um sistema previsto e regulamentado em forma de lei, para combater e minimizar tais práticas ilícitas.

## **2.1 Fases da Lavagem de Dinheiro**

Um dos mecanismos utilizados no processo de lavagem de dinheiro envolvem três fases que ocorrem a colocação a ocultação e conversão, estratificação ou dissimulação e integração, da lavagem de dinheiro utilizado as instituições financeiras como. A Figura 2 demonstra como funciona as três fases da lavagem de dinheiro.

**Figura 1** –Fluxograma Banco Central do Brasil 1



Fonte: Banco Central do Brasil, (2019)

A **colocação** é a primeira etapa, que consiste no ingresso dos recursos ilícitos no sistema econômico. Na segunda etapa ocorre a **ocultação**, que são as operações com o objetivo de quebrar a cadeia de evidências sobre a origem do dinheiro, dificultando o rastreamento dos recursos ilícitos. Na terceira e última etapa acontece a **Integração**, consiste na incorporação formal dos recursos no sistema econômico (BANCO DO BRASIL, 2019).

E o financiamento do terrorismo consiste na destinação de recursos a terroristas, organizações terroristas ou atos terroristas. Os recursos podem ser originados de forma lícita ou ilícita.

## 2.2 Governança Corporativa

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controles. As práticas de governança corporativa que servem para alinhar os interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, e a durabilidade do bem comum. De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), os princípios básicos de Governança Corporativa são transparência, equidade, prestação de contas e

responsabilidade corporativa (IBGC, 2015).

O projeto governança cooperativa, instituído pelo Banco Central do Brasil com o objetivo de estimular e induzir as cooperativas de crédito brasileiras a adotarem boas práticas de governança (VENTURA *et. al.*, 2009). Utilizando a governança corporativa e os controles internos como métodos de prevenção no combate à lavagem de dinheiro.

### **2.3 Auditoria Interna**

Algumas das responsabilidades da auditoria interna são realizar auditorias com metodologia aderente aos padrões reconhecidos nacional e internacionalmente, conforme cronograma do plano anual, bem como analisar a efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de *compliance* e controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, considerando os riscos atuais e potenciais riscos futuros, da mesma forma avaliar a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais, assim como assegurar a observância ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da Instituição, também salvaguardar os ativos e as atividades relacionadas à função financeira da Instituição, bem como atender às demandas específicas de órgãos reguladores e autorreguladores, conselho de administração, alta administração e comitês (FEBRABAN, 2018).

Os trabalhos de auditoria interna são realizados mediante abordagem sistemática, efetuada de maneira aleatória e temporal, por meio de amostragens, já *Compliance* efetua essa abordagem de forma rotineira e permanente.

### **2.4 Compliance**

Com relação à prevenção à lavagem de dinheiro, *compliance* insere-se como mais uma ferramenta de extrema relevância, que evidenciase a Instituição está em observância com os normativos vigentes, assegurando o bom funcionamento dos regulamentos, e conseqüentemente, a aplicação dos mesmos.

É importante como um primeiro passo, para que aconteça o *compliance*, que

a instituição tenha consciência do desejo em agir sempre com honestidade e integridade, desta forma garante se que mais alta instância hierárquica executiva da organização irá apoiar e engajar-se na implementação e manutenção desses Mecanismos de Integridade e Sistemas de *compliance*. Como um segundo e terceiro passo: entender a natureza de atuação da empresa, seus riscos, as legislações aplicáveis, o ambiente interno, o relacionamento comercial, entre outros. Assim, com base nos riscos identificados, são estabelecidos os processos, controles, atividades e demais parâmetros; escolher a pessoa certa para a função merece consideração especial, pois ela terá a missão de engajar os demais membros da organização em todo o processo de implementação e, em seguida, na sua manutenção.

A função do *compliance* é monitorar a exposição aos riscos de não conformidade e testar os controles internos, desta forma instituir os critérios e metodologia para monitoramento acompanhamento periódico (FEBRABAN, 2018).

Os estudos efetuados sobre o assunto conseguiram demonstrar que as instituições financeiras são foco dos criminosos para a prática da lavagem de dinheiro, para coibir essa ação dos criminosos é de extrema relevância instituir o setor de *compliance* dentro das instituições financeiras tornando-se necessário que as mesmas cumpram com todas as exigências contidas nos normativos para prevenção e combate à lavagem de dinheiro, como procedimentos relativos a governança corporativa, controles internos, auditoria e *compliance*.

### **3. Metodologia**

Este estudo é de caráter descritivo, demonstrando como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, assim como preocupando em identificar os fatos, analisar, classificar e interpretar, destacando aspectos determinados pela população analisada (GIL, 1999; ANDRADE, 2002 *apud* BEUREN, 2006). Desta forma, descrever os reflexos do setor de *compliance* no processo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, nas instituições financeiras cooperativas. Demonstrou características de determinado fenômeno e estabeleceu uma correlação entre os reflexos que o setor de *compliance* possui na prevenção e combate da lavagem de dinheiro.

Quanto aos meios de investigação o procedimento de coleta utilizado foi o *Survey*, que originou-se da solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante a análise quantitativa, com o intuito de obter as conclusões correspondentes aos dados coletados da população (GIL, 1999 *apud* BEUREN 2006).

A base utilizada para formular o questionário foi a circular que consolida as regras sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei 9.613/98 e o Manual de Guia de boas Práticas de *Compliance* - Febraban. O questionário foi elaborado e encaminhado via e-mail, para as cinco cooperativas de crédito, a coleta dos dados ocorreu durante o segundo semestre do ano de 2019, os dados coletados foram analisados segundo o conceito de 1- para nunca, 2- raramente, 3- sem opinar, 4- às vezes e 5- sempre, desta forma obtendo a média das conformidades das instituições financeiras cooperativas.

O universo da pesquisa caracterizou-se por uma amostra, que compreende as cinco instituições financeiras cooperativas do Oeste do Paraná, que contam em sua estrutura organizacional, com unidades de controles internos, desta forma demonstramos a necessidade do setor de *compliance* como suporte para prevenção e combate das não conformidades.

#### **4. Resultados**

Através de um questionário junto a profissionais de *compliance* a fim de apontar o resultado da implantação do programa nas cooperativas, onde para cada pergunta, o entrevistado deveria atribuir uma nota de um a cinco, sendo um a resposta mais negativa e cinco a mais positiva. Assim, este questionário foi enviado por e-mail a cinco instituições financeiras cooperativas, (1-Credicoopavel; 2- CredisisEucred; 3- Sicoob; 4- Sicredi; 5- Uniprime) do Oeste do Paraná, onde todas retornaram e-mail, devidamente respondidos, no prazo estabelecido. fixando ainda que devido à clareza das questões apresentadas e ao fato dos sujeitos serem especialistas na matéria abordada, que os participantes do questionário não tiveram nenhuma dificuldade em responder as perguntas apresentadas.

**Quadro 1 – História das cooperativas analisadas**

QTD	Cooperativa	Historia
Coop. 1	<b>Credicoopavel</b>	Cooperativa de Credito Rural Coopavel (Credicoopavel) foi fundada por 52 sócios, em 24 de novembro de 1981, com objetivo de prestar serviços de natureza bancária aos produtores rurais locais. Sendo a terceira maior cooperativa de crédito rural, possuem seis mil associados e mais de 214 milhões em ativos de crédito.
Coop. 2	<b>Credisis Eucred</b>	O Sistema CrediSIS foi criado há cerca de 16 anos, por um grupo de 25 empresários do ramo da agricultura e pecuária do Estado de Rondônia. A Credisis Eucred Cooperativa de Credito Clássica dos Funcionários e Prestadores de Serviços das Empresas Ligadas ao Grupo Eucatur, foi fundada em 03 de Outubro de 2017.
Coop. 3	<b>Sicoob</b>	Sistema de Cooperativas de Credito do Brasil (Sicoob), possui 4,4 milhões de cooperados em todo o país e está presente em todo o estado brasileiros e no Distrito Federal. Provedora de serviços de natureza bancária sendo o Sicoob a 5º maior entre as instituições financeiras que atuam no país.
Coop. 4	<b>Sicredi</b>	Sicredi: Possui mais de 4 milhões de cooperados em todo país e está presente em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal, distribuídas em 114 cooperativas, estando entre as melhores empresas para se trabalhar.
Coop. 5	<b>Uniprime</b>	Uniprime Alliance foi fundada por 34 sócios, em 12 de maio de 1997, com objetivo de oferecer crédito e serviços de forma mais simples e vantajosa, através de um atendimento personalizado, moldado às necessidades dos profissionais e empresários da área de saúde. A Uniprime Alliance possui R\$ 195 milhões em ativos.

Fonte: Coleta de Dados (2019)

A seguir, a tabela 1 ilustra as questões referente a cultura de *compliance* adotadas pelas cooperativas, que atribuíram as seguintes notas referente ao cumprimento, sendo 1- Nunca; 2- Raramente; 3 Sem opinar; 4 - Às vezes; 5- Sempre.

**Tabela 1 – Entendimento e percepção da cultura**

QUESTÕES	Coop. 1	Coop.2	Coop. 3	Coop 4	Coop. 5	édia
A Cultura de Compliance tem se tornado uma atividade consultiva, dando suporte aos objetivos estratégicos e fazendo parte da missão, visão, valores, cultura e gerenciamento das instituições, além da atuação preventiva e detectiva.	5	5	4	4	4	4,4



A visão de organização é, em geral, favorável ao programa <i>compliance</i> implantado.	4	5	4	5	4	4,4
A adoção do programa de <i>compliance</i> contribui para que transações no dia a dia estejam revestidas de maior segurança.	5	5	5	5	5	5
É importante que a execução de <i>compliance</i> exista em todas as áreas da cooperativa.	5	5	5	5	5	5
Através dos programas executados que adotam as práticas de <i>compliance</i> e percebível baixa margem de erro e uma demanda menor de retrabalho.	5	4	4	5	4	4,4
A instituição desenvolve proativamente programas para temas específicos adequados a natureza, complexidade, estrutura, perfil de risco e modelo de negócio como exemplo “Programa de Integridade, Ética e Prevenção à Corrupção” e ou “Programa de Relacionamento com Clientes”.	5	4	4	5	2	4

**Fonte:** Coleta de Dados (2019)

O primeiro item analisado foi sobre a cultura de *Compliance*, apresentado na tabela 1, composta por 06 perguntas, as instituições analisadas atingiram uma média 90,67% ao grau de conformidade, observando que: 3 questões obtiveram a media 4,4 demonstrando que nem sempre a organização possui uma visão favorável ao programa de *compliance*, portanto as vezes a instituição consegue obter um bom gerenciamento, adotando práticas de prevenção para alcançar uma baixa margem de erro e evitar o retrabalho. Outras Duas questões obtiveram media 5 demonstrando a importância dada ao programa de *compliance*, onde todas as transações sejam feitas com maior segurança, isso também demonstrou que todas cooperativas consideram que os procedimentos de *compliance* precisa existir em todas as áreas das mesmas. Com relação a parte de desenvolvimentos de programas proativos de gestão e relacionamentos com clientes obtiveram a media 4 consideram que as vezes são praticados e uma informou que raramente isso é feito.

A seguir, a tabela 2 ilustra as questões referente a pratica de *compliance* adotadas pelas cooperativas, que atribuíram as seguintes notas referente ao cumprimento, sendo 1- Nunca; 2- Raramente; 3 Sem opinar; 4 - Às vezes; 5- Sempre.

Tabela 2 – Prática do Compliance

QUESTÕES	Coop.1	Coop.2	Coop.3	Coop.4	Coop.5	Média
A Cooperativa oferece curso de qualificação de prevenção a lavagem de dinheiro- PLD para todos os colaboradores.	5	5	5	5	5	5
No seu entendimento, qual a periodicidade que os cadastros de Cooperados ou associados devem ser atualizados.	5	5	5	5	5	5
Todos os registros das transações exigidas pelo sistema de comunicação dos órgãos reguladores são efetuados conforme as determinações.	5	5	5	5	5	5
O registro e comunicação aos órgãos reguladores de toda transação, operações ou serviços prestados, cujo valor seja igual ou superior a R\$10.000,00 em moeda nacional ou estrangeira são efetivados.	5	5	5	5	5	5
Os procedimentos avaliativos para detectar operações ou situações suspeitas de Lavagem de dinheiro são registrados nos sistemas internos da Cooperativa.	5	5	5	5	5	5
Todas as operações determinadas pelos órgãos reguladores são controladas com a finalidade de comprovar o cumprimento das normas e regulamentos de governança e <i>Compliance</i> .	5	5	5	5	5	5
A auditoria interna tem o papel de fornecer aos órgãos de						

governança e a alta administração, avaliações abrangentes independentes e objetivas relativas ao risco da instituição.	5	4	5	5	4	4,6
--	---	---	---	---	---	-----

**Fonte:** Coleta de Dados (2019)

O segundo item analisado foi sobre a prática de *Compliance*, apresentado na tabela 2, composta por 07 perguntas que foram analisadas e atingiram uma média 98,86% ao grau de conformidade das cooperativas, observando que 6 perguntas foram pontuadas com média 5 estando sempre em conformidade, demonstrando que as cooperativas disponibilizam cursos aos colaboradores para prevenção da lavagem de dinheiro, assim mantendo atualizado os cadastros dos cooperados, efetuando todos os registros de transações exigidas pelos órgãos fiscalizadores e situações suspeitas. dada a importância dos programas de *Compliance*, onde houve uma média de 4,6 apenas no que tange a organização da auditoria interna que eventualmente fornece informações relativas ao risco das cooperativas.

A implementação de um programa de análise dos riscos de conformidade assegura de forma eficiente a alocação de recursos de *compliance* em áreas de maior risco. Analisando que o quadro de colaboradores da Credicoopavel é formado por 40 pessoas que buscam juntos o crescimento e progresso social. A instituição possui uma política institucional, estrutura organizacional com um setor de *Compliance*, ligado a auditoria interna e externa, sendo 2 pessoas responsáveis pelo setor de controle de risco. A CredisisEucred é formada por 27 colaboradores, a instituição possui uma política institucional, estrutura organizacional com um setor de *Compliance*, a auditoria é elaborada via central, sendo 2 pessoas responsáveis pelo setor de controle de risco e não é feita análise da situação econômica dos colaboradores.

Instituição financeira Sicoob destaca que mantém programa específico de treinamento de funcionários sobre prevenção ao combate à lavagem de dinheiro, no processo de gestão empresarial, destacando que possui 281 colaboradores e são 7 colaboradores responsáveis pela atividade *Compliance*, e que existe programas de auditoria interna e externa. No caso da instituição financeira Sicredi,

é formada por 270 colaboradores, mantém uma análise da situação econômica e dispõe 4 colaboradores responsáveis pelo controle de riscos. A Uniprime destaca que é formada por 70 colaboradores na instituição voltados para atividade de *Compliance*, possui uma auditoria interna e externa, onde 3 colaboradores são responsáveis pelo controle de riscos. E não é feita análise da situação econômica dos colaboradores.

## 5. Considerações Finais

Após as análises e verificações efetuadas junto as Instituições financeiras cooperativas, foi possível constatar que todas as entidades possuem um sistema de *compliance* e que estas atendem boa parte do exigido pela Lei, entretanto, ressalta-se que nenhuma das Instituições Financeiras analisadas obteve 100% de aderência ou cumprimento aos itens e quesitos analisados.

Através da pesquisa realizada observou-se que as cooperativas de crédito conseguem por meio do sistema de *compliance* atingir seus objetivos, estabelecendo políticas, procedimentos, monitoramento e teste de aderência às políticas e programas de treinamentos. Desta forma buscando atender a Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e também a prevenção da utilização do sistema financeiro para atos ilícitos.

A implementação do sistema de *Compliance* nessas entidades apresentam seguintes reflexos: contribui para a prevenção de erros, fraudes e crimes através de atos ilícitos. Além disso, estas otimizam seus procedimentos de controle interno, prevenindo demandas judiciais, obtendo transparência na condução dos negócios, evitando perdas financeiras e não sujeitando a imagem da instituição, pois a falta da implantação de políticas de prevenção sujeita as instituições a receberem recursos advindos do crime, o que causa danos à sua reputação. Uma imagem institucional comprometida pode trazer perdas financeiras, imposição de multas por órgãos reguladores, penalidades administrativas, legais e até perda de licença para operar.

No entanto, o *compliance*, por ser um dos pilares da Governança Corporativa, à medida que esta evolui fortalece o sistema de controle das empresas, nesse contexto é fundamental que a cooperativa tenha a percepção da importância da

contratação de profissionais especializados na área de *compliance*, mesmo que seu custo inicial possa parecer alto, os benefícios que esta trás são relevantes e significativos para toda empresa. Com isso, deixa-se como sugestão para trabalhos futuros, analisar a melhor forma de executar o trabalho de *compliance* em cada setor das Instituições Financeiras. Entretanto, para que um programa de *compliance* funcione, devera receber o apoio da Alta Administração para que a cultura organizacional aceite a mudança.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO, Financiamento e Investimento. **Guia Anticorrupção**. 1a ed. São Paulo: ACREFI, 2016.

BEUREN, Ilse Maria, **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

BCB CIRCULAR Nº 3.461. Dados disponíveis em:  
<[www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2009/pdf/circ\\_3461\\_v4\\_p.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2009/pdf/circ_3461_v4_p.pdf)> Acesso em 14 abril 2019.

BANCO DO BRASIL. Dados disponíveis em:  
<<https://www.bb.com.br/portalbb/page251,105,5269,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=2970&codigoMenu=580>> Acesso em 15 maio 2019.

CANDELORO, Ana Paula P.; RIZZO, Maria Balbina Martins de; PINHO, Vinícius. *Compliance 360o: riscos, estratégias, conflitos e vaidades no mundo corporativo*. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2012.

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS. Dados Disponível em:  
<[www.fazenda.gov.br/orgaos/coaf](http://www.fazenda.gov.br/orgaos/coaf)> Acesso em 14 abril 2019.

COSTA JR, Paulo José da.; QUEIJO, Maria Elizabeth.; MACHADO, Charles MARCILDES. *Crimes do Colarinho Branco*, 2a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

COOPERATIVA CREDICOOPAVEL. Disponível em:  
<<https://credicoopavel.com.br/institucional/quem-somos>> Acesso em 13 Setembro 2019.

COOPERATIVA CREDISIS EUCRED. Disponível em:  
<<https://credisis.com.br/historia>> Acesso em 13 Setembro 2019.

COOPERATIVA SICOOB. Disponível em: <<https://www.sicoob.com.br/o-sicoob/apresentacao>> Acesso em 13 Setembro 2019.

COOPERATIVA SICREDI. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/site/quem-somos>>



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

Acesso em 13 Setembro 2019.

COOPERATIVA UNIPRIME ALLIANCE. Disponível em:

<<https://www.uniprimealliance.com.br/cooperativa/historico>> Acesso em 13 Setembro 2019.

DAS NEVES, Míriam ASMAR. Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro em Instituições Financeiras - A Importância da Atuação da Auditoria Interna. FGV.2003.

Dados disponíveis em:

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4040/000333007.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 18 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. Dados disponíveis em:

<<https://www.ibccrim.org.br/noticia/14060-Lei-1268312-torna-mais-rigorosos-os-crimes-de-lavagem-de-dinheiro>> Acesso em 13 maio 2019.

INSTITUTO FEBRABAN DE EDUCAÇÃO, FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Guia Boas Práticas de Compliance**. Edição e atualizada; FEBRABAN, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4a ed. São Paulo: IBCG, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 5a ed. São Paulo, SP: IBCG, 2015.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA DA FAZENDA. Dados disponíveis em:

<<http://www.fazenda.gov.br/assuntos/prevencao-lavagem-dinheiro/inteligencia-financeira#wrapper>> Acesso em 14 maio 2019.

O QUE É COMPLIANCE E COMO O PROFISSIONAL DA ÁREA DEVE ATUAR? Dados disponíveis em:

<<https://michaellira.jusbrasil.com.br/artigos/112396364/o-que-e-compliance-e-como-o-profissional-da-area-deve-atuar>> Acesso em 14 abril 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. Dados disponíveis em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112683.htm)> Acesso em 13 maio 2019.

PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO.

Dados Disponíveis em:

<[www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/lavagemdinheiro](http://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/lavagemdinheiro)> Acesso em 13 abril 2019.

SAIBA COMO FUNCIONA A AUDITORIA DE COMPLIANCE. Dados disponíveis em:

<<http://www.komputer.com.br/blog/saiba-como-funciona-a-auditoria-de-compliance/>> Acesso em 14 abril 2019.

VENTURA et al. Governança Corporativa, Diretrizes e mecanismos para fortalecimento da Governança em cooperativas de crédito, Brasília, p 13, 2009.

## **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO REALIZADO EM UMA EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO E REVENDA DE GÁS NO OESTE DO PARANÁ**

Aryane Ayme Zonta<sup>1</sup>  
Williann Malaquias da Silva<sup>2</sup>  
Everton Jaime Gugel<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente estudo procurou demonstrar a importância do planejamento tributário para as pequenas e microempresas, a procura dos administradores por um planejamento tributário acabou sendo fundamental para prosseguir com as atividades realizadas em suas empresas, e com isso, realizar um bom planejamento, visando diminuir o pagamento de tributos. O planejamento tributário consiste em uma forma legal de reduzir os impostos pagos por uma empresa, optando pela melhor tributação, levando possíveis mudanças no seu ganho financeiro. Diante disso, o objetivo principal foi identificar a melhor forma, por meio de planejamento tributário, para a minimização de tributos, que pode refletir positivamente nos resultados da empresa. Em termos de metodologia, realizou-se um estudo de caso, o qual analisa os dados da empresa em questão e os procedimentos gerenciais utilizados através da contabilidade da empresa. Consiste em uma pesquisa descritiva onde se estudou os registros, análises e os balanços fornecido pela empresa, utilizando o método quantitativo. Assim, se constatou além da importância da realização do planejamento tributário, os resultados encontrados nesse estudo apontaram como melhor opção tributária. Diante dos fatos analisados no período, o regime a ser adotado pela empresa deve ser o Lucro Real Anual, regime este, que apresentou a menor carga tributária. Atualmente, a empresa optou pelo Lucro Presumido. Assim é possível verificar a importância de um planejamento tributário eficaz para as empresas.

**Palavras-chave:** Planejamento Tributário. Lucro Real Anual. Lucro Presumido.

### **1. Introdução**

O planejamento tributário é importante para as micros e pequenas empresas no Estado do Paraná, pois atualmente não somente o Estado em si, mas o Brasil como um todo, apresenta uma carga tributária elevada, dificultando muito a existência das pequenas empresas neste contexto.

O planejamento tributário é um conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos. O contribuinte tem o direito de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça, procurando a diminuição dos custos de seu empreendimento, inclusive dos impostos. Se a forma celebrada é jurídica e lícita, a

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre/Doutor Nome do Professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Univel – Centro Universitário UNIVEL.



fazenda pública deve respeitá-la, no Brasil, em média, 33% do faturamento empresarial é dirigido ao pagamento de tributos.

A presente pesquisa sobre Planejamento Tributário foi realizada através de um estudo dos dados de uma empresa que atua na distribuição e venda de gás, no período de Janeiro a dezembro de 2018, localizado na cidade de Cafelândia- PR.

O objetivo principal foi identificar a melhor forma por meio de planejamento tributário a minimização de tributos, onde pode refletir positivamente nos resultados da empresa. O estudo irá tratar sobre a seguinte questão: Quanto um planejamento tributário efetuado de forma correta poderá diminuir a carga tributária de uma determinada empresa?

O presente estudo foi escolhido devido ao grande número de micro e pequenas empresas que param com as suas atividades por falta de orientação na hora de montar um planejamento tributário, ou por não saber do que se trata esse assunto e sua importância para a empresa, que se aplicado, de forma correta e lícita, pode diminuir uma quantia considerável da carga tributária.

O intuito, então, foi mostrar para os administradores o quanto pode influenciar o planejamento tributário para a continuidade das atividades da sua empresa, escolhendo qual a melhor forma de se realizar as tributações nela exigida.

## **2. Referencial Teórico**

Para as empresas brasileiras, as deduções dos custos vêm sendo uma forte aliada para se manter com forças com relação ao aumento da competitividade que gira em nosso meio, e um desses custos que vem aumentando de uma forma bem relevantes são os custos tributários.

### **2.1. IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica):**

O IRPJ é determinado com base no lucro real, presumido ou arbitrado, sendo apurado trimestralmente. A pessoa jurídica enquadrada no lucro real tem a opção de pagar o imposto mensalmente, quando fizer esta opção, deve efetuar o pagamento do imposto referente ao mês de janeiro. É importante salientar que a adoção da forma

de pagamento, tanto a apuração mensal ou trimestral, será irretratável para todo o ano calendário. (RECEITA FEDERAL, 2017).

## **2.2 CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido):**

A CSLL foi instituída pela Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988 e recebeu importantes alterações pelas Leis 7.988/1989 e 8.034/1990. Esse imposto segue as mesmas disposições legais do IRPJ, mantendo as normas para a apuração e pagamento do imposto, o qual uma vez estabelecido à forma de apuração e pagamento do IRPJ, automaticamente a CSLL seguirá as mesmas regras.

A alíquota para apuração da CSLL é de 15% para pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e outras conforme a lei complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e para as demais pessoas jurídicas a alíquota é de 9% (RECEITA FEDERAL, 2017).

## **2.3 COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social), PIS (Programa de integração social), PASEP (Programa de formação do patrimônio do servidor público):**

Esse tributo apresenta duas formas de calculado, como regime cumulativo e regime não cumulativo. O PIS e COFINS incide sobre o faturamento mensal, ou seja, sobre a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para essas receitas, observada as exclusões admitidas em lei específica (Brasil, 1998). Entretanto há alíquotas específicas para determinados segmentos e produtos, bem como particularidades para a formação da base de cálculo.

## **2.4 ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços):**

Imposto de competência dos Estados e Distrito Federal, podendo ser de forma cumulativa e não cumulativa. O ICMS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, é um imposto indireto e não cumulativo, cujos fatos geradores para a incidência são: i) circulação de mercadorias dentro de um mesmo estado ou entre estados; ii) prestação de serviço de comunicação, urbanos, interurbanos e

internacionais e, iii) prestação de serviços de transporte intermunicipal ou interestadual.

## 2.5 Simples Nacional

O Simples Nacional é um regime criado pela Lei Geral das micros empresas (Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 já alterada pela Lei Complementar nº 155, de outubro de 2016. Esse método corresponde a um regime de tributação diferenciado - para esse tipo de empresa - são os oito tributos federais com o pagamento por via unificada e uma única alíquota. Destaca-se também o artigo 3º da Lei Complementar nº 155 de 14 de dezembro de 2006, empresas que são consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte da seguinte forma: A forma com que será definido o valor a ser arrecadado mensalmente pelas empresas optante pelo Simples Nacional é definido perante o Art. 18 da Lei complementar, a aplicação de uma alíquota efetiva aplicadas perante a alíquotas nominais divididas em 5 anexos diferenciados pelo ramo de atividade a qual a empresa se encaixa.

## 2.6 Lucro Presumido

A base de cálculo do IRPJ e CSLL é a margem de lucro pré-fixada pela legislação e depende da atividade da empresa. PIS e COFINS são calculados de modo cumulativo e não há direito de abatimento de créditos. O lucro deve ser distribuído aos sócios na proporção de sua participação no capital social.

**Quadro 1:** Percentual da Presunção por Atividade.

Atividade	Percentual IRPJ	Percentual CSLL
Revenda e varejo de combustíveis e gás natural.	1,60%	12%
Venda de mercadoria/produtos; Transporte de Carga; Atividades imobiliárias; Serviços Hospitalares; Atividade Rural; Industrialização com matérias do encomendam-te.	8%	12%
Serviço de transporte (exceto de cargas); Serviços com receita Bruta de até R\$ 120.000,00 por ano.	16%	32%
Demais Serviços dos quais não haja percentual específico (médicos...).	32%	32%

**Fonte:** Adaptação conforme a lei nº 9.249/1995, artigo 15, §1º.

A forma de se chegar à base de cálculo e assim aplicar a alíquota efetiva da presunção para os cálculos do devido em IRPJ e CSLL o Art. 25 da Lei N° 9.430, de 27 de dezembro de 1996. O período de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e a contribuição social neste regime não se faz de forma mensal como no regime do Simples Nacional, mas de forma trimestral com o encerramento de cada período nos respectivos dias: 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, aplicado na Lei N° 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

## **2.7 Lucro Real**

Pode se concluir que o Lucro Real é quanto realmente será apurado pela contabilidade com base na escrituração contábil, observando os princípios fundamentais e as demais normas fiscais e comerciais.

O cálculo do imposto de renda sobre pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) é sobre o lucro efetivamente auferido (com os ajustes de adições e exclusões previstas na legislação). Enquanto PIS e COFINS são calculados de modo não cumulativo (alíquota pré-determinada de 9,25% sobre o faturamento e a empresa poderá abater créditos como consumo de energia elétrica e montante da depreciação de ativos). Empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões só podem usar esse modelo de tributação.

## **3 METODOLOGIA**

O presente estudo será realizado por uma pesquisa descritiva que pretende estudar, registrar, analisar e interpretar os balanços e dados que serão fornecidos pela empresa. Será utilizado o método quantitativo feito por um estudo de caso para analisar os dados da empresa em questão, os procedimentos gerenciais utilizados através da contabilidade da empresa, e conseqüentemente analisar se o método de tributação utilizado em questão é o mais viável para a mesma.

Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) afirmam que o estudo de caso justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas com vista a apreender a totalidade de uma situação. A riqueza das informações detalhadas auxilia

num maior conhecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado.

#### **4 APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Para a realização do trabalho foi buscado informações da empresa que há três anos fez a opção pelo Lucro Presumido. Atua na distribuição e venda de gás, localizada em Cafelândia, Paraná, em prédio próprio. Foi efetuado a busca das demonstrações contábeis da empresa, juntamente com o sócio proprietário e o escritório de contabilidade, para assim conseguir realizar todos os cálculos necessário e atingir o objetivo do trabalho. Os valores utilizados para realização do trabalho, foi de dados próximos aos reais da empresa.

Por se tratar de uma empresa revendedora, o produto para ela repassado, o gás, chega à empresa como substituição tributária, sendo assim isento do recolhimento de ICMS, de acordo com convênio ICMS nº 110, de 28 de setembro de 2007.

##### **4.1 SIMPLES NACIONAL**

Segundo a Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Art. 3º inciso II, em empresas de pequeno porte, apenas as que aufera no ano calendário receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 poderão optar pelo regime do simples nacional. Sendo assim, a empresa escolhida para a realização da pesquisa, não está enquadrada neste regime perante a respectiva Lei, por ultrapassar a receita bruta estipulada, chegando, no ano calendário de 2018, a um valor de R\$ 6.273.580,82 desta receita.

##### **4.2 LUCRO REAL ANUAL**

Um das opções da empresa na escolha do melhor regime tributário temos o regime do Lucro Real Anual, onde a apuração do IRPJ e CSLL é realizada mensalmente, juntamente com o recolhimento. A empresa pode optar pelo recolhimento antecipado do valor devido em 31 de dezembro, utilizando dos mesmos

métodos de contabilização do Lucro Presumido, ou recolhendo sobre a base levantada dos dados do balancete. Ao fim do ano calendário, caso a empresa tenha recolhido valores maiores ao valor devido, pode pedir restituição do valor ou compensação, e se recolhido menor, deverá recolher a diferença no montante de recolhimento de janeiro do exercício subsequente.

**Quadro 2: Apuração Lucro Real Anual**

Lucro Real	R\$ 260.000,00
IRPJ 15%	39.000,00
Adicional 10%	2.000,00
Contribuição Social 9%	23.400,00
<b>Total de IRPJ e Adicional</b>	<b>41.000,00</b>
<b>Total de Contribuição Social</b>	<b>23.400,00</b>

Fonte: Autores (2019)

No quadro 2, foi realizado o cálculo da apuração pelo Lucro Real Anual, com um lucro de R\$ 260.000,00. Foi aplicado a alíquota de 15% de IRPJ resultando no valor de R\$ 39.000,00, calculando também um adicional de 10% sobre a diferença por ter ultrapassado o limite de R\$ 240.000,00 anual, chegando na base de R\$ 20.000,00 aplicado a alíquota. O valor devido de adicional é de R\$ 2.000,00 com um total de IRPJ de R\$ 41.000,00. Já o CSLL chegamos em um montante de recolhimento aplicando a alíquota de 9% sobre o lucro real de R\$ 23.400,00. Ficando assim com um total de IRPJ e CSLL de R\$ 64.000,00.

O cálculo de PIS e COFINS é efetuado mensalmente como o IRPJ e CSLL, a diferença se dá, com possibilidade de fazer o crédito sobre as compras realizadas, ou seja, na venda das mercadorias se gera PIS e COFINS a recolher, e na compra PIS e COFINS a recuperar, chegando assim no valor a recolher, ou recuperar do respectivo imposto, deduções estas com documentos comprovando a veracidade dos valores informados.

**Quadro 3: Apuração do PIS**

Meses	Receita mensal	PIS sobre Receita	COMPRAS	PIS sobre compras	PIS Recolher/ Recuperar
Janeiro	R\$ 395.640,00	R\$ 6.528,06	R\$ 343.317,10	R\$ 5.664,73	R\$ 863,33
Fevereiro	R\$ 435.204,00	R\$ 7.180,87	R\$ 377.648,81	R\$ 6.231,21	R\$ 949,66
Março	R\$ 487.956,00	R\$ 8.051,27	R\$ 423.424,43	R\$ 6.986,50	R\$ 1.064,77

Abril	R\$ 433.320,00	R\$ 7.149,78	R\$ 376.013,97	R\$ 6.204,23	R\$ 945,55
Maio	R\$ 476.652,00	R\$ 7.864,76	R\$ 413.615,37	R\$ 6.824,65	R\$ 1.040,10
Junho	R\$ 534.428,00	R\$ 8.818,06	R\$ 463.750,56	R\$ 7.651,88	R\$ 1.166,18
Julho	R\$ 489.840,00	R\$ 8.082,36	R\$ 425.059,27	R\$ 7.013,48	R\$ 1.068,88
Agosto	R\$ 538.824,00	R\$ 8.890,60	R\$ 467.565,20	R\$ 7.714,83	R\$ 1.175,77
Setembro	R\$ 604.136,00	R\$ 9.968,24	R\$ 524.239,77	R\$ 8.649,96	R\$ 1.318,29
Outubro	R\$ 565.200,00	R\$ 9.325,80	R\$ 490.453,00	R\$ 8.092,47	R\$ 1.233,33
Novembro	R\$ 621.720,00	R\$ 10.258,38	R\$ 539.498,31	R\$ 8.901,72	R\$ 1.356,66
Dezembro	R\$ 697.080,00	R\$ 11.501,82	R\$ 604.892,04	R\$ 9.980,72	R\$ 1.521,10
<b>Total de PIS a Recolher</b>					<b>R\$ 13.703,62</b>

Fonte: Autores (2019)

Neste quadro, podemos observar o cálculo de apuração do PIS, calculado mensalmente, aplicando nas vendas de mercadorias, na tabela, demonstrado como receita mensal, a alíquota de 1,65% e no montante das compras de mercadorias uma alíquota de 1,65%. Os valores de venda e compras de mercadoria foram retidos das demonstração contábeis, chegando assim ao total de PIS a recolher no valor de R\$ 13.703,62.

**Quadro 4: Apuração do COFINS**

Meses	Receita mensal	COFINS sobre Receita	COMPRAS	COFINS sobre compras	CONFINS Recolher/ Recuperar
Janeiro	R\$ 395.640,00	R\$ 30.068,64	R\$ 343.317,10	R\$ 26.092,10	R\$ 3.976,54
Fevereiro	R\$ 435.204,00	R\$ 33.075,50	R\$ 377.648,81	R\$ 28.701,31	R\$ 4.374,19
Março	R\$ 487.956,00	R\$ 37.084,66	R\$ 423.424,43	R\$ 32.180,26	R\$ 4.904,40
Abril	R\$ 433.320,00	R\$ 32.932,32	R\$ 376.013,97	R\$ 28.577,06	R\$ 4.355,26
Maio	R\$ 476.652,00	R\$ 36.225,55	R\$ 413.615,37	R\$ 31.434,77	R\$ 4.790,78
Junho	R\$ 534.428,00	R\$ 40.616,53	R\$ 463.750,56	R\$ 35.245,04	R\$ 5.371,49
Julho	R\$ 489.840,00	R\$ 37.227,84	R\$ 425.059,27	R\$ 32.304,50	R\$ 4.923,34
Agosto	R\$ 538.824,00	R\$ 40.950,62	R\$ 467.565,20	R\$ 35.534,96	R\$ 5.415,67
Setembro	R\$ 604.136,00	R\$ 45.914,34	R\$ 524.239,77	R\$ 39.842,22	R\$ 6.072,11
Outubro	R\$ 565.200,00	R\$ 42.955,20	R\$ 490.453,00	R\$ 37.274,43	R\$ 5.680,77
Novembro	R\$ 621.720,00	R\$ 47.250,72	R\$ 539.498,31	R\$ 41.001,87	R\$ 6.248,85
Dezembro	R\$ 697.080,00	R\$ 52.978,08	R\$ 604.892,04	R\$ 45.971,79	R\$ 7.006,29
<b>Total de COFINS a Recolher</b>					<b>R\$ 63.119,68</b>

Fonte: Autores (2019)

O cálculo do COFINS se utiliza do mesmo método do PIS alterando apenas a alíquota aplicada, que para compra se utiliza 7,6% e nas vendas 7,6%. Efetuando



então os débitos menos os créditos das transações realizadas nos meses, chegamos ao valor de R\$ 63.119,68 de COFINS a recolher.

### 4.3 LUCRO REAL TRIMESTRAL

Levando em consideração todos os regimes, a empresa tem a opção pelo Lucro Real Trimestral, a mesma terá que apurar a base de cálculo do imposto de renda (IRPJ) e contribuição Social (CSLL) sobre o lucro líquido dos resultados apurados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano calendário. Para os cálculos realizados foi utilizado como base o levantamento de dados do balanço patrimonial de 2018, pode também ser utilizado o balancete de verificação. A empresa deverá ainda que trimestralmente escriturar o livro de registro de inventário, livro de registro permanente de estoque, até o vencimento dos devidos impostos, estes impostos terão que ser recolhidos trimestralmente.

**Quadro 5:** Apuração por Trimestral IRPJ e CSLL

Descrição	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Lucro Contábil	54.600,00	59.800,00	67.600,00	78.000,00
Compensações	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) Lucro Real	54.600,00	59.800,00	67.600,00	78.000,00
IRPJ 15%	8.190,00	8.970,00	10.140,00	11.700,00
Adicional 10%	0,00	0,00	760,00	1.800,00
Contribuição Social 9%	4.914,00	5.382,00	6.084,00	7.020,00
(=) Total apurado IRPJ e Adicional	8.190,00	8.970,00	10.900,00	13.500,00
(=) Total apurado Contribuição Social	4.914,00	5.382,00	6.084,00	7.020,00

**Fonte:** Autores (2019)

No quadro 2, apresenta-se o cálculo no 1º trimestral do IRPJ e CSLL, trazendo o lucro real no trimestre no valor de R\$ 54.600,00, pois, as compensações não obtiveram adições ou deduções no período, valores dos impostos a recolher, contabilizando um total de IRPJ com a alíquota de 15% de R\$ 8.190,00. Não houve adicional, pois o lucro real não chegou ao seu teto de R\$ 60.000,00 no trimestre, assim não será necessário aplicar 10% sobre o excedente, obtendo também CSLL aplicando a alíquota de 9% sobre o lucro real, chegando ao valor de R\$ 4.914,00 a recolher. Se repetindo estas resoluções aos demais trimestres chegando a um valor agregado do ano de IRPJ e adicional um montante de R\$ 41.560,00 e CSLL R\$ 23.400,00.

Os cálculos para se chegar aos valores devido do PIS e COFINS são os mesmos, tanto para Lucro Real Trimestral, como para o Lucro Real Anual.

#### 4.5 LUCRO PRESUMIDO

Para a realização dos cálculos do lucro presumido foi utilizado as informações disponibilizadas pela empresa, retirando as receitas necessárias para efetuar os cálculos da DRE. No Lucro Presumido é feita uma presunção, ou seja, é presumido que a empresa irá ter um determinado valor de lucro líquido, para assim, se realizar o cálculo do IRPJ e CSLL devido da empresa, observando o ramo da empresa, para identificar a alíquota de presunção. Esta presunção é realizada a cada trimestre, pegando a receita líquida acumulada dos meses do trimestre como base de cálculo.

**Quadro 6:** Apuração Lucro Presumido

Descrição	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Receita Líquida	R\$ 1.318.800,00	R\$ 1.444.400,00	R\$ 1.632.800,00	R\$ 1.884.000,00
Base IRPJ 1,6%	R\$ 21.100,80	R\$ 23.110,40	R\$ 26.124,80	R\$ 30.144,00
IRPJ 15%	R\$ 3.165,12	R\$ 3.466,56	R\$ 3.918,72	R\$ 4.521,60
Adicional 10%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
IRPJ Total	R\$ 3.165,12	R\$ 3.466,56	R\$ 3.918,72	R\$ 4.521,60
Base CSLL 12%	R\$ 158.256,00	R\$ 173.328,00	R\$ 195.936,00	R\$ 226.080,00
CSLL 9%	R\$ 14.243,04	R\$ 15.599,52	R\$ 17.634,24	R\$ 20.347,20
Total de IRPJ a recolher				R\$ 15.072,00
Total de CSLL a recolher				R\$ 67.824,00

**Fonte:** Autores (2019)

O quadro 6 nos traz o cálculo realizado com os valores retirado do DRE da empresa. Observamos então que no 1º trimestre houve um lucro líquido de R\$ 1.318.800,00. Por se tratar de uma empresa no ramo de revenda de gás, a sua alíquota de presunção para o IRPJ é de 1,6%, aplicado sobre o lucro líquido, chegamos na base de cálculo de R\$ 21.100,80. Sobre essa presunção do lucro, foi aplicado a alíquota do IRPJ chegando em um valor devido de IRPJ no trimestre de R\$ 3.165,12. Neste semestre não precisou recolher IRPJ adicional, pois a presunção de lucro não ultrapassou os R\$ 60.000,00.

Já para se chegar na base de cálculo do CSLL foi aplicado sobre a receita líquida uma alíquota de presunção de 12%, chegando no montante de R\$ 158.256,00

de base para se aplicar a alíquota de 9% da CSLL, chegando ao valor a recolher de R\$ 14.243,04. Para os demais trimestres foi realizado a mesma metodologia de cálculos da CSLL e IRPJ. Portanto o montante total apurado a recolher nos 4 trimestres somados de CSLL foi de R\$ 67.824,00 e de IRPJ um montante de R\$ 15.072,00. No lucro presumido, utiliza-se para calcular PIS e COFINS as alíquotas de 0,65% ao PIS e 3% ao COFINS sobre a receita bruta da empresa, como explicado do referencial teórico não se pode efetuar crédito oriundos das compras de mercadoria neste regime.

**Quadro 7:** Apuração PIS e COFINS Lucro Presumido.

Meses	Receita mensal	PIS a Recolher	COFINS a recolher
Janeiro	R\$ 395.640,00	R\$ 2.571,66	R\$ 11.869,20
Fevereiro	R\$ 435.204,00	R\$ 2.828,83	R\$ 13.056,12
Março	R\$ 487.956,00	R\$ 3.171,71	R\$ 14.638,68
Abril	R\$ 433.320,00	R\$ 2.816,58	R\$ 12.999,60
Mai	R\$ 476.652,00	R\$ 3.098,24	R\$ 14.299,56
Junho	R\$ 534.428,00	R\$ 3.473,78	R\$ 16.032,84
Julho	R\$ 489.840,00	R\$ 3.183,96	R\$ 14.695,20
Agosto	R\$ 538.824,00	R\$ 3.502,36	R\$ 16.164,72
Setembro	R\$ 604.136,00	R\$ 3.926,88	R\$ 18.124,08
Outubro	R\$ 565.200,00	R\$ 3.673,80	R\$ 16.956,00
Novembro	R\$ 621.720,00	R\$ 4.041,18	R\$ 18.651,60
Dezembro	R\$ 697.080,00	R\$ 4.531,02	R\$ 20.912,40
<b>Total de COFINS a Recolher</b>			<b>R\$ 188.400,00</b>
<b>Total de PIS a Recolher</b>			<b>R\$ 40.820,00</b>

Fonte: Autores (2019)

No quadro 7, demonstra-se a apuração do PIS e COFINS, trazendo a receita bruta de cada mês, aplicando juntamente a alíquota dos respectivos imposta sobre a receita, chegando no valor devido de PIS acumulado no ano de R\$ 40.820,00 e COFINS de 188.400,00.

## 5 CONCLUSÃO

O presente estudo para conclusão do curso foi realizado através de cálculos e análises dos resultados de uma empresa localizada no oeste do Paraná, no ramo de distribuição e revenda de gás, com o objetivo principal de identificar a melhor forma,

por meio de planejamento tributário, para minimização de tributos, que reflete positivamente nos resultados da empresa. O estudo tratou sobre a questão de que com um bom planejamento tributário, efetuado de forma correta, é possível diminuir a carga tributária de uma determinada empresa, chegando assim aos resultados demonstrados no quadro 8.

**Quadro 8:** Resultados Apurados

TRIBUTO	LUCRO REAL ANUAL	LUCRO REAL TRIMESTRAL	LUCRO PRESUMIDO
IRPJ	R\$ 41.000,00	R\$ 41.560,00	R\$ 15.072,00
CSLL	R\$ 23.400,00	R\$ 23.400,00	R\$ 67.824,00
PIS	R\$ 13.703,62	R\$ 13.703,62	R\$ 40.820,00
COFINS	R\$ 63.119,68	R\$ 63.119,68	R\$ 188.400,00
Total a Pagar	R\$ 141.223,30	R\$ 141.783,30	R\$ 312.116,00

**Fonte:** Autores (2019)

Para a realização do presente trabalho foram feitas pesquisas, analisando se o regime tributário adotado hoje pela empresa era realmente a menos onerosa perante a carga tributária, buscando com o fisco a forma correta de se realizar os cálculos.

Diante dos fatos levantamos no período analisado, chegamos a conclusão que o regime a ser adotado pela empresa deve ser o Lucro Real Anual, regime este que apresentou a menor carga tributária. Portanto, o regime utilizado no período pela empresa não é a menos onerosa, podendo assim no próximo ano calendário, efetuar a devida correção para o Lucro Real Anual. Efetuando a correção estará possibilitando a empresa uma carga tributária menor, gerando maior lucro nos períodos. Este estudo apresentou a importância do planejamento tributário, que é a melhor forma lícita de se reduzir carga tributária. Todavia, perante a complexidade da legislação brasileira e sua mudança constante, dificulta muito o entendimento do planejamento, fazendo que os empresários acabem sonhando impostos, ou não realizando os recolhimentos.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL.** LEI Nº 5.172 DE 25 DE OUTUBRO DE 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

Brasília, 25 de outubro de 1966. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm)>. Acesso em: 10 maio 2019.

**BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 10 maio 2019.

**BRASIL.** Lei 9.249, de 26 de Dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Brasília, 26 de dezembro de 1995. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9249.htm)>. Acesso em: 17 maio 2019.

**BRASIL.** Lei 7.689, 15 de dezembro de 1988. Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências. Brasília, 15 de Dezembro de 1988. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7689.htm)>. Acesso em: 17 maio 2019.

**BRASIL.** Lei N° 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências. Brasília, 30 de dezembro de 2002. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10637.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10637.htm)>. Acesso em: 02 junho 2019.

**BRASIL.** Lei N° 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. Brasília, 29 de dezembro de 2003. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.833.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.833.htm)>. Acesso em: 02 junho 2019.

**BRASIL.** Lei Complementar N° 87, de 13 de Setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Brasília, 13 de setembro de 1996. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp87.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp87.htm)>. Acesso em 20 maio 2019.

**BRASIL.** Lei N° 9.430, de 27 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Brasília, 27 de dezembro de 1996. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9430.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9430.htm)>. Acesso em: 19 maio 2019.

BEUREN. Ilce Maria. Et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade 3ª ED.** São Paulo, Atlas, 2006.

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ENTIDADES RELIGIOSAS: DEMONSTRATIVOS E INFORMAÇÕES DIVULGADAS AOS COLABORADORES DA DIOCESE DE CASCAVEL - PR

Mayara Folador<sup>1</sup>  
José Roberto Domingues da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo investigou quais e como são evidenciadas as informações nos demonstrativos na prestação de contas de uma paróquia da diocese de Cascavel-PR. O estudo foi levantamento ou *survey* com corte transversal no mês de julho de 2019 sem ou com a evolução dos dados no tempo. O instrumento de coleta de dados foi questionário com 12 perguntas, das quais 7 perguntas obtiveram-se como respostas a escala avaliativa utilizada foi concordo, concordo parcialmente, neutro discordo e discordo totalmente, e foi realizada uma entrevista com o gestor da paróquia que é o atual pároco. A população pesquisa foram os fiéis de apenas uma paróquia da diocese Cascavel-PR, num total de 65 amostras. As respostas dos fiéis foram comparadas com as respostas do gestor que foram coletadas durante a entrevista. Os resultados apontaram que os fiéis sabem a importância da prestação de contas para a paróquia pois é através dela que conseguem sensibilizar os contribuintes que os valores arrecadados estão sendo empregados pelos conselhos da paróquia.

**Palavras-chave:** Igreja Católica. Contabilidade. Contribuintes.

### 1. Introdução

As organizações religiosas estão entre as entidades de terceiro setor, sendo denominadas ONGS (Organizações não governamentais), sendo assim não há lucros, mas o resultado é chamado de superávit ou o prejuízo de déficit.

Assim como as demais empresas a organização religiosa também tem a obrigatoriedade de entregar declarações e de apresentar todos os registros contábeis como o livro caixa, o livro diário/razão, se a entidade tem venda de produtos é importante que se tenha um controle de estoques.

A pesquisa foi aplicada no mês de julho de 2019. Por meio de um questionário estruturado endereçado aos fiéis e ao pároco visando colher informações a respeito do conhecimento e entendimento da situação financeira de uma paróquia da cidade de Cascavel-PR. O presente estudo centrou-se na transparência das demonstrações

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Mestre José Roberto Domingues da Silva do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

financeiras de uma paróquia.

Como as entidades religiosas sobrevivem de doações, dízimos, promoções é necessário fazer uma prestação de contas para a sociedade que a mantém. Esta prestação de contas deve apresentar no mínimo os valores das entradas bem como os respectivos pagamentos de dívidas e despesas feitos pela entidade.

Tal movimentação modifica as reservas financeiras das instituições, dessa forma essa pesquisa buscou responder a seguinte questão: Quais e como são evidenciadas as informações nos demonstrativos na prestação de contas de uma Paróquia da Diocese de Cascavel-PR?

Subsidiando tal temática, elaborou-se o objetivo de evidenciar as informações e o entendimento dos demonstrativos da prestação de contas de uma Paróquia da Diocese de Cascavel-PR do trimestre abril, maio e junho de 2019.

Justificou-se pela necessidade da comunidade saber onde está sendo aplicado os recursos que foram arrecadados por meio de doações, dízimo, festas e demais entradas e a importância que a transparência financeira possui nesta entidade. Também contribui para os acadêmicos que se interessarem pelas entidades de terceiro setor e como um material para pesquisas futuras.

## **2. Desenvolvimento**

A igreja católica faz parte do terceiro setor, já que é denominada como entidade sem fins lucrativos e visando o bem comum, partindo do pressuposto que deve apresentar mensalmente os recursos arrecadados e prestar conta a comunidade, sendo esses dados apresentados de forma transparente e de acordo com a legislação vigente.

### **2.1 Contabilidade de Terceiro Setor**

Pode-se descrever o terceiro setor como aquele que se preocupa com questões sociais, esse setor vem sendo mais conhecido a cada dia, pois as pessoas conhecem mais o Primeiro Setor que é caracterizado pelo estado e o Segundo Setor que são as entidades privadas. “Uma característica fundamental das organizações do Terceiro



Setor é que não são homogêneas, ou seja, englobam todo tipo de organização sem fins lucrativos.” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 29)

Com isso tem-se no terceiro setor um espaço essencial de atuação social, que cresce cada vez mais o voluntariado, fortalecendo as ações sociais uma vez que isso influencia aos cidadãos a realizarem mais projetos e ações em dedicação ao próximo, atuando de forma a pensar e zelar pelo bem do próximo e minimizar o pensamento individualista das pessoas.

Segundo Ludícibus (2000), A contabilidade tem como objetivo fornecer informações para os usuários, proporcionando aos mesmos que com essas informações tomem decisões sensatas. As entidades sem fins lucrativos como descreve na lei, tem a obrigatoriedade da “observância dos Princípios de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade” (Art. 4º, VII, “a”), assim como realizar a elaboração do “Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício” (Art. 5º, III). O regulamento (Decreto n.º3.100/1999, Art. 11, § 2º, IV, V e VI) acrescentou a esses demonstrativos a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas. Porém, de acordo com a Lei n.º 11.638, de 2007, a Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos foi substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, CFC(2015). As entidades que fazem parte do terceiro setor, utilizam da expressão superávit e déficit, para demonstrar se a empresa apresentou lucro ou prejuízo.

## ***2.2 Instrumentos contábeis utilizados para a prestação de contas***

Para elaboração das demonstrações contábeis, o gestor da entidade necessita de alguns instrumentos que irão auxiliá-lo na prestação de contas, geralmente as empresas contratam um programa para lançamentos e controles que facilitem na procura de dados ou até mesmo para as declarações. Esse sistema de informações é disponibilizado na maioria das vezes por um terceiro.

Marion (p. 119, 2009), cita a importância de se elaborar um fluxo de caixa, escreve que, “sem fluxo de caixa fica quase impossível projetar, planejar financeiramente. Sem orçamento (planejamento financeiro) é impossível ter uma

administração sadia”. As Notas Explicativas são utilizadas para evidenciar tudo o que aconteceu no período contábil, sendo utilizada não apenas pelo gestor, mas também pelo poder público fazendo o cruzamento das informações ali descritas, com as que estão nas demonstrações verificando a fidedignidade das informações declaradas.

Todos os instrumentos juntos fazem com que a entidade permaneça em continuidade com sua atividade atendendo a legislação, e fornecendo informações uteis e corretas para os interessados.

De acordo com Campos (2003), a transparência é utilizada como uma ferramenta de auxílio da entidade, as informações bem elaboradas geram bons resultados, pois com isso os usuários notam aonde está sendo aplicado os recursos arrecadados e acabam ajudando mais, fazendo com que o volume de recurso aumente, beneficiando cada vez mais a entidade. A sociedade busca resultados satisfatórios dos recursos arrecadados, conseguindo isso se chega a profissionalização, que é uma forma de transparência, já que assim a entidade é vista como responsável por elaborar todas as demonstrações dentro das normas contábeis e aplicar os recursos conseguidos de forma honesta, e para provar isso a transparência serve de instrumento para alcançar a perfeição.

De acordo com essa necessidade de elaborar um conjunto de regras para o terceiro setor, o CFC (2015), descreve a importância de os processos serem transparentes e atualizados, que os controles a pagar estejam organizados de acordo com o devido pagamento, para que não aconteça de um título vencer e a entidade ter que pagar juros.

Pode-se destacar a necessidade de uma legislação específica para as entidades do terceiro setor, a apresentação das informações de forma correta, traz credibilidade a entidade já que sua prestação de contas fornecerá informações confiáveis, que serão utilizadas para uma boa transparência.

## **2.5 A Hierarquia e Formação da Igreja Católica Apostólica Romana**

Denominadas como entidades do terceiro setor, as organizações que se enquadram na Lei Federal 10.825/03 de acordo com o “Art. 44. São pessoas jurídicas

de direito privado: {...}IV - as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)." (<http://www.planalto.gov.br>)

Paes (2006), escreve sobre o fato de a igreja ser constituída por pessoas que se unem para professar uma única fé, merecendo uma constituição específica, preservando o direito à liberdade de expressão.

Segundo Panceri (2001), até os finais do século XIX, a igreja católica com o mandato do estado era responsável por boa parte de instituições ou projetos ligados à área social, depois de muitos anos além da igreja católica, outras entidades começaram a serem mais ativas nas questões sociais, já que com a separação da igreja e do estado foi mais fácil o envolvimento.

Pode-se assim descrever as organizações religiosas, como entidades sem fins lucrativos, que adquirem seus recursos por meio de doações dos fiéis da comunidade a que está inserida, esta comunidade é composta por um grupo de pessoas que se unem para professar a mesma fé, boa parte das doações são advindas do dizimo que é expresso como a décima parte dos recursos adquiridos pelas pessoas através de seu trabalho.

A igreja Católica, mantém sua sede no Vaticano, em Roma, na Itália. O Vaticano é considerado o menor país do mundo, e é o responsável por gerenciar a igreja católica do mundo todo. A hierarquia se inicia pelo Papa que é o representante dos católicos, após o Papa têm-se os Cardeais, os Bispos, os Padres, os consagrados, e os leigos.

Partindo do pressuposto que na igreja católica têm-se basicamente três maneiras de viver a vida, cada qual segundo a vocação que escolheu para se viver, pode-se dizer que é o laicato, a vida consagrada e as ordens sagradas. Deste modo é formada a hierarquia da igreja católica, o laicato são as pessoas leigas geralmente formam suas famílias, porém sem uma consagração total a Deus, já a vida consagrada pertence as pessoas que se consagraram e que optaram por anunciar a boa nova de Cristo, as ordens sagradas por sua vez são aqueles que também escolheram por anunciar o evangelho de Cristo, esses são aqueles que recebem o sacramento da ordem em um dos três graus: os presbíteros, diáconos e episcopado.

A Arquidiocese de Cascavel limita-se com as Dioceses de Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Palmas - Francisco Beltrão e Guarapuava. Todas no estado do Paraná. A

Diocese de Cascavel conta com 38 paróquias sendo distribuídas nas cidades de: Cascavel, Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Lindoeste, Santa Tereza, Corbélia, Cafelândia, Iguatu, Braganey, Guaraniaçu, Ibema, Campo Bonito, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Santa Lúcia, Anahí e Diamante do Sul. Assim como em uma empresa as entidades sem fins lucrativos contam com pessoas que estarão a frente, serão qualificados de acordo com a atividade exercida, assim como em qualquer empresa do mercado.

### **3. Metodologia**

Seguindo este rumo tem-se uma pesquisa de levantamento ou *survey* que de acordo com Gil (1999, p.70) a pesquisa de levantamento “se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. Ou seja, procede-se pela coleta de informações que posteriormente serão analisadas quantitativamente, para assim obter conclusões coerentes aos dados coletados.

A coleta de dados será feita com questionário aos dizimistas com 12 questões com escala de concordância: concordo, concordo parcialmente, neutro, discordo e discordo totalmente. Cervo (2007, p. 53) diz que o “questionário se refere a um meio de obter respostas às questões por uma formula que o próprio informante preenche” sendo que ele pode ser enviado de variadas formas como por exemplo pelo correio.

Para se obter respostas mais coerentes também será utilizado o método de entrevista aos gestores da Paróquia sendo que a entrevista “é uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio do interrogatório do informante, dados para a pesquisa.” (CERVO, p. 51, 2007).

Os dados primários serão coletados por meio de questionários aos fiéis e entrevista aos gestores. A quantidade de dizimistas da Paróquia dispostos a responder o questionário foram 65 pessoas, considerando aquelas mais ligadas aos destinos da entidade.

A pesquisa foi quantitativa por apresentar uma coleta de dados que tem por finalidade se preocupar com os acontecimentos da comunidade pesquisada. Beuren (2013, p.91) “A abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estáticos, tanto na coleta quanto no tratamento”.

Limitou-se a essa pesquisa os fiéis de apenas uma paróquia da diocese de Cascavel- PR, não estão inseridas as demais pela dificuldade de se extrair todos os dados de todas as Paróquias

#### 4. Resultados

De acordo com os dados coletados observou-se que a maior parte da população dessa amostra são do sexo feminino com 64,6% e o restante foram respondidas pelo sexo masculino, desses 50,8% da população apresenta uma idade de 41 a 50 anos de idade, sendo a maioria, em segundo lugar são aqueles que tem entre 31 e 40 anos com 24,6% dos participantes, com 16,9% tem-se a população que tem entre 20 e 30 anos de idade, acima de 60 anos são apenas 4,6% e com menos de 20 anos são 3,1% que fazem parte dessa amostra, sendo a menor participação.

A pesquisa teve o interesse de responder sobre a prestação de contas da paróquia, para isso a primeira pergunta que os fiéis responderam foi sobre a forma que eles contribuem para a manutenção para a manutenção financeira da paróquia, sendo que os respondentes poderiam optar por mais de uma opção. Os retornos permitiram a elaboração da tabela 1.

**Tabela 1-** Contribuintes para manutenção financeira da paróquia

Questão	Dízimo	Contribuinte Eventual	Somente Campanhas	Participando das festas	Ofertas
<b>Contribuintes</b>	53	7	2	43	42
<b>Percentuais</b>	81,50%	10,80%	3,10%	66,20%	64,60%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Ao determinar qual a doação mais realizada, se determina qual é a fonte de recursos da entidade. São com esses recursos que se espera fazer melhorias na paróquia bem como a compra de bens que auxiliem na promoção do bem comum.

Pode-se verificar que a maior parte das contribuições feitas a paróquia são por meio do dízimo em 81,50%, sendo esse à base de sustento da entidade, em segundo com 66,20% a participação das festas, as festas são realizadas com o intuito de unir a comunidade e não como uma fonte de recursos primária assim como o dízimo, em

terceiro as ofertas, como essas são realizadas em todas as missas acaba se arrecadando um valor que ajuda a instituição. Sendo assim as respostas estão de acordo com as respostas da entrevista feita com o gestor que disse que a renda mais importante da paróquia se dá por meio do dizimo, depois vem as ofertas com 64,60% e outras doações, essas foram determinadas como as maiores rendas da paróquia, as festas e as campanhas realizadas são consideradas apenas como uma forma de confraternização entre os fiéis.

Nesse contexto os paroquianos responderam diversas perguntas sobre a prestação de contas da paróquia, que são elaboradas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, e o fator que mantém uma entidade em funcionamento. As respostas foram sintetizadas na tabela 2 que para melhor entendimento foi considerado uma escala de concordância da seguinte forma: apresenta a pergunta e codificou-se as respostas sendo 1- Concordo; 2- Concordo parcialmente; 3- Sem opinião; 4- Discordo e 5- Discordo totalmente.

**Tabela 2-** Entendimento sobre prestação de contas da entidade.

Questão	1	2	3	4	5	Total
Na sua opinião é importante para os participantes da paróquia conhecer a realidade financeira da mesma?	86,2%	4,6%	9,2%	-	-	100%
Na sua percepção existe prestação de contas dos valores arrecadados e gastos pela paróquia?	75,4%	13,9%	9,2%	1,5%	-	100%
Na sua posição prestar contas da situação financeira da paróquia é uma forma de sensibilizar os colaboradores para a manutenção da mesma?	72,3%	16,9%	6,2%	3,1%	1,5%	100%
Na sua percepção as doações e contribuições estão sendo empregadas no objetivo principal da paróquia?	70,8%	18,5%	10,7%	-	-	100%
Para você todas as informações da prestação de contas são de fácil entendimento dos contribuintes, não gerando dúvidas da administração dos recursos?	64,6%	23,1%	12,3%	-	-	100%
Você percebe que as doações e contribuições estão sendo bem administradas pelos responsáveis da paróquia?	75,4%	13,8%	10,8%	-	-	100%
Caso houvesse denúncias ou indícios de má aplicação dos recursos arrecadados, você entende que as pessoas deveriam deixar de contribuir?	12,3%	7,7%	12,3%	47,7%	20%	100%

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2019)

Conhecendo a realidade financeira de uma instituição, espera-se que ela apresente bons resultados, a questão de número 4 buscou a opinião do respondente sobre a importância para os participantes da paróquia conhecer a realidade financeira da mesma. As respostas de acordo com a prestação de contas foram relevantes já que mais de 86,2% concordam que a prestação de contas é importante para o bom andamento das atividades da entidade, 9,2% preferiram não emitir uma opinião e 4,6% responderam que concordam parcialmente.

O gestor durante a entrevista explicou a importância de manter uma boa transparência na paróquia, pois como o dinheiro é confiado a ele e aos conselhos paroquiais que são o Conselho Pastoral Paroquial-CPP e o Conselho Econômico Paroquial-CEP, tem-se a obrigatoriedade de demonstrar aos contribuintes como está sendo empregado o valor arrecadado.

A pergunta sobre se os valores arrecadados e gastos estão tendo uma prestação de contas, 75,4% dos respondentes concordaram, 13,8% concordaram parcialmente, 9,2% ficaram neutros em suas respostas, e apenas 1,5% respondeu que discorda, dessa forma torna-se um ponto positivo para a entidade, o gestor explicou como se dá essa prestação de contas, ela é construída diariamente, todos os dias é feito o fechamento de caixa e arquivado no próprio sistema da paróquia, e mensalmente essas informações são enviadas para a cúria diocesana.

Segundo os respondentes prestar contas é sim uma forma de sensibilizar os colaboradores para a manutenção da mesma, 72,3% concordam, 16,9% concordam parcialmente, 6,2% são neutros em relação a sensibilização, ao prestar contas as pessoas confiam mais, pois como se trata de uma entidade sem fins lucrativos, o dinheiro arrecadado é do povo, o gestor da entidade tem ciência disso já que ele concorda que ao se prestar as contas tira-se os doadores do escuro.

O gestor informou que é realizada a prestação de contas porem os paroquianos não tem a informação de quanto em valores monetários tem na paróquia, pois disse ele que essa é uma informação que se caso a entidade tiver um valor significativo, guardado na casa paroquial pode acontecer um assalto, por isso essa informação não é fornecida aos paroquianos.



Quando questionado aos fiéis se em suas percepções as doações e contribuições estão sendo empregadas no objetivo principal da paróquia, 70,8% concordaram, 18,5% concordaram parcialmente e 10,8% se apresentaram neutros nessa resposta, a paróquia apresenta uma boa gestão e aplica os valores arrecadados com o que for necessário para a entidade e que no cenário atual não se tem uma má gestão. Esta questão se assemelha com a pergunta número 10 que questionou os fiéis se eles percebem que as doações e contribuições estão sendo bem administradas pelos responsáveis da paróquia, 75,4% concordaram, 13,8% concordaram parcialmente e 10,8% respostas foram neutras.

Os fiéis concordam em sua maioria que a prestação de contas é de fácil entendimento, ninguém respondeu que discorda, 64,6% das repostas concordam que não gera dúvidas da administração dos recursos da paróquia, 23,1% concordaram parcialmente e 12,3% responderam que são neutros, considerando que todos se interessam com a prestação de contas a paróquia está bem-conceituada pelos seus contribuintes.

Em relação a questão 11 as respostas oscilaram bastante porém a de maior relevância foi a que os fiéis discordam que se a paróquia estiver administrando os recursos de maneira indevida, mesmo assim continuariam com as doações, ao entrevistar o gestor o mesmo disse que a paróquia já havia tido um gestor anterior que não obteve uma boa gestão dos recursos arrecadados, mesmo assim as pessoas continuaram a ajudar o desenvolvimento da paróquia.

Obteve-se uma resposta positiva em relação ao acesso das pessoas aos demonstrativos elaborados pela paróquia, 20 pessoas disseram que tem a informação por meio dos demonstrativos fixados nos murais, 54 pessoas responderam que o pároco presta contas verbalmente durante as celebrações e apenas 2 pessoas responderam que a paróquia não presta contas.

Também buscou-se identificar o grau de conhecimento sobre os demonstrativos em formações contábeis que a paróquia utiliza para seus controles econômicos e financeiros. Os respondentes indicaram os percentuais apresentados na tabela 3.

Questão	Balço Patrimonial	DRE	Livro Caixa	Conta Corrente	Receitas e Despesas
<b>Contribuintes</b>	31	12	23	13	47
<b>Percentuais</b>	47,70%	18,50%	35,40%	20,00%	72,30%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Levando em consideração que as entidades do terceiro setor devem apresentar as demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade assim como as empresas do segundo setor, a mesma deve apresentar as demonstrações de forma correta e fidedigna. Ao questionar os fiéis sobre as demonstrações financeiras da Paróquia se as mesmas estão sendo feitas, obteve-se uma resposta consideravelmente boa pois ao realizar essa pergunta pode-se perceber que os respondentes conhecem as demonstrações e sabem que a paróquia mantém em dia suas obrigações.

O demonstrativo que mais se obteve respostas sobre a forma de prestação de contas foram as receitas e despesas, com 72,30% esse demonstrativo é colocado à disposição dos fiéis em nos murais, a conta corrente o gestor explicou que todos os dias o responsável pelo caixa vai ao banco fazer o depósito pois dentro da paróquia não se deve ficar mais R\$ 500,00 reais em caixa, pois acaba se tornando perigoso, o saldo em conta corrente também está nos murais.

## 5. Considerações Finais

Nesta pesquisa buscou-se conhecer a realidade da prestação de contas de uma empresa pertencente ao terceiro setor, mais especificamente em uma paróquia da arquidiocese de Cascavel-PR, onde por meio de um questionário aplicado aos fiéis e de entrevista com o pároco que é o gestor da paróquia, foi realizada uma comparação das respostas para saber se a paróquia mantém a prestação de contas e se a mesma é de fácil entendimento.

De acordo com os respondentes a paróquia apresenta a prestação de contas, ela é divulgada pelo pároco durante as celebrações e por meio dos relatórios impressos e fixados nos murais da paróquia. A paróquia elabora todas as demonstrações contábeis conforme informa a lei. É fixado nos murais as receitas e despesas da paróquia bem como os saldos nas contas correntes.

Pode-se perceber que não existe uma diferenciação da prestação de contas das pessoas da comunidade, todos tem acesso as mesmas informações, os concelhos da paróquia elaboram um orçamento para ter o controle de quanto podem gastar para não deixar a paróquia no vermelho.

A pesquisa limitou-se na realização da pesquisa em apenas uma paróquia da arquidiocese, pelo fato da dificuldade de obter os dados das demais paróquias. Para estudos futuros é aconselhável que se faça essa pesquisa em outra paróquia podendo ser da mesma arquidiocese como também de outras dioceses.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. Summus Editorial, 2006.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. Editora Atlas SA, 2013.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17/03/1964. **Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm)>. Acesso em: 05 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15/02/1976. **Dispõe sobre as sociedades por ações**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm)> Acesso em: 05 abr. 2019.

CAMPOS, Gabriel Moreira. **A realidade contábil-gerencial de uma organização do terceiro setor: o caso da Fundação Otacílio Coser**. São Paulo, 2003. 162p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social**. Brasília: CFC: FBC: Profs, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Básica**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações, associações e entidades de interesse social**:



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

**aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários.** 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

PANCIERI, Regina. **Terceiro setor: a identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos.** Tese de Doutorado – PPGE/UFSC. Florianópolis, 2001.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## ARTIGOS DE DESIGN GRÁFICO

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## **EFEITO DA MARCA SOBRE O CONSUMIDOR DE BAIXA RENDA<sup>1</sup>**

Claudia Rosa Rocha<sup>2</sup>  
Tatiana Marceda Bach<sup>3</sup>  
Rodrigo Silvério Cardoso<sup>4</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa foi realizada com o intuito de verificar o efeito da marca sobre o consumidor de baixa renda, visando entender quais são os pontos positivo e negativos que levam um consumidor adquirir um produto de uma marca de valor mais elevado ou de uma marca de menor valor e quais são os efeitos que ao se consumir uma marca pode causar tanto na vida pessoal como na vida social de uma pessoa. A pesquisa foi aplicada por meio da plataforma online *googleforms*, de forma quantitativa e qualitativa as técnicas de coleta de dados utiliza um questionário composto por perguntas de Escala Likert e perguntas abertas. Os resultados demonstraram que parte da preocupação por parte dos respondentes mesmo comprando produtos de uma marca de valor mais elevado é saber que o a marca traz certo conforto e confiança sobre a qualidade do produto e o tempo de vida que o mesmo possui. Já em relação aos produtos de marcas que não são tão renomadas a preocupação é com a qualidade e o tempo de vida e os transtornos que podem lhes causar ao se consumir essa marca

**Palavras-chave:** Marca. Comportamento. Sociedade.

### **1. Introdução**

Devido à variedade de marcas presentes na atualidade e a quantidade de informações que elas transmitem visualmente, muitas pessoas se deixam levar pelo desejo de se adquirir um produto, satisfazendo uma necessidade de compra. Ademais, estes consumidores podem até deixar de comprar algum produto de maior importância, para conseguir satisfazer o seu desejo de ter um produto que muitas vezes pode se considerar supérfluo.

Por outro lado as empresas atuam buscando cada vez mais alcançar o desejo dos consumidores, ou despertar uma futura necessidade, para isso investem para que seus produtos adquiram visibilidade e sejam significativos em termos de vendas.

---

<sup>1</sup>Artigo vinculado ao Projeto de Pesquisa “A Imagem da Marca na Mente do Consumidor” desenvolvido no Centro Universitário Univel (UNIVEL)

<sup>2</sup> Bolsista de Iniciação Científica e acadêmica do Curso de Design Gráfico do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup>Orientadora. Doutora em Administração e Professora dos Cursos de Comunicação do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>4</sup> Mestre em Administração. Professor e Coordenador dos Cursos de Comunicação do Centro Universitário UNIVEL.



Na atualidade o poder de compra de uma marca cujo valor financeiro é elevado não se restringe apenas as pessoas de classe social mais elevada, fato que culminou principalmente por hoje serem oferecidas diferentes formas de aquisição deste produto. Assim, consumidores de baixa renda também podem ter acesso à produtos que antes eram restritos, para isso, muitas vezes deixam de adquirir determinados produtos de maior necessidade para comprar produtos de marca. Segundo Cobra (1997) cada consumidor reage de maneira diferente sob os estímulos iguais, isso ocorre porque cada um possui uma caixa preta diferente, o que faz com que cada um opte por algum produto conforme suas concepções e necessidades.

Este artigo objetiva verificar de que forma os consumidores de baixa renda são afetados pelo poder de compra de certas marcas. Esta pesquisa foi realizada com setenta pessoas que responderam uma pesquisa cujas perguntas foram elaboradas a partir da literatura sobre o consumo demarcas por indivíduos de baixa renda.

A estrutura deste artigo é composta por esta introdução, na sequência é apresentado o desenvolvimento cujo teor se baseia na literatura sobre marcas e consumo. Posteriormente a metodologia destaca os procedimentos adotados para realização deste estudo, os resultados enfatizam os principais achados da pesquisa e as considerações finais evidenciam a conclusão desta pesquisa.

## **2. Desenvolvimento**

### **2.1 Marcas e o Consumo**

Ao longo do tempo as marcas tem sido representativas, e seu surgimento se deu como forma de chamar a atenção dos clientes entre diversos estabelecimentos físicos constituídos em determinado local, mas também em um ambiente de concorrência (RUÃO, 2017). A literatura de marketing moderno defende que a principal atribuição das marcas, principalmente a partir da década de 1950, é a diferenciação (AAKER, 1991).

Aaker (1998) destaca que uma marca é um ativo estratégico fundamental e agrega um valor muito importante, como a imagem e a aspiração que ela passa e a concentração nas características relacionadas aos produtos.



Ruão (2017) argumenta que atualmente o mercado é superpovoado, indicando que atualmente as empresas buscam sinais de distinção e que procuram a todo o custo, atingir a memória dos consumidores (p. 2). Tal distinção está associada a criar uma conexão entre o consumidor e a marca, de tal modo que esta seja sedimentada, representando memórias positivas e agradáveis ao consumidor.

A criação de valor tem sido o elemento chave na busca de criar associações positivas na mente do consumidor. Segundo Aaker (1998) e Ruão (2017) a criação de valor está vinculada a diferenciar a marca em relação aos seus clientes, buscando o apelo ao consumo.

Para Baudrillard (2011) a sociedade de consumo (contemporânea) impõem regras, costumes e necessidades que não conseguimos se livrar, pois somos constantemente bombardeados com campanhas que nos levam a pensar de acordo com o que os ‘mass medias’ pretendem, nos obrigando a consumir produtos que algumas vezes nem precisamos, criando uma espécie de círculo ou cadeia interdependente onde o produto bem ou serviço é criado, utilizado por um período de tempo e excluído rapidamente para que outro produto bem ou serviço seja criado em seu lugar.

## **2.2 Pessoas de baixa renda consumindo marcas**

A Associação Brasileira de Empresas e Pesquisa (ABEP) destaca que a divisão das classes sociais segue o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) que divide a população em cinco classes sociais A, B, C e D, cuja representação ocorre conforme características como: posse de bens, nível de instrução do chefe de família, a existência de membros da família empregados, entre outros. Com base nestes indicadores, é estabelecido um padrão de compra (CHAUVEL; MATTOS, 2008).

Uma subdivisão ainda ocorre para as classes mais elevadas, de modo que a Classe A é segmentada em A1 e A2, e por sua vez, a Classe B é dividida em B1 e B2. Esta classificação é estritamente direcionada para enaltecer características econômicas, cujo teor é direcionado para segmentar as classes para atender as necessidades das empresas (CHAUVEL; MATTOS, 2008).

Empresas que pretendem trabalhar com consumidor de baixa renda precisam entender seu comportamento, hábitos, cultura e valores pois para conseguir atingir

esse público, é preciso que as estratégias de marketing sejam um pouco mais elaboradas, por se tratar de um público onde uma grande maioria não concluiu o ensino médio, sendo assim empresas que possuem o foco em consumidores de baixa renda precisam ser claros e objetivos assim conseguiriam alcançar um maior número de consumidores.

Barbosa e Campbell (2007) destacam que todos os membros da sociedade são consumidores, independente destes serem produtivos por meio de um trabalho. Embora desempregados, estudantes em tempo integral, crianças, adolescentes, aposentados, doentes não produzam riqueza sob o aspecto da economia, estes consomem bens ou serviços. Os autores destacam que há uma divisão entre o valor do trabalho, visualizado como moral, e o consumo, associado ao ponto de vista alienatório (BARBOSA; CAMPBELL, 2007). A palavra consumo é originária do latim *consumére* cujo significado é esgotar, utilizar tudo, no entanto também é associado ao termo inglês *consummation*, que significa somar, fazer uso ou usufruir (2007).

O consumidor é definido por Slater (2002) significa saber suas reais necessidades e formas de satisfazê-las, ocasionada pela escolha, compra e uso de modo que esta necessidade seja satisfeita. De acordo com o autor, mudanças culturais nas últimas décadas tem modificado a ênfase no consumo, considerada um aspecto da vida social presente no indivíduo, agregando elementos de identidade e status. “A cultura do consumo é um meio privilegiado para negociar a identidade e o status numa sociedade pós-tradicional” (SLATER, 2002, p. 37).

### **3. Metodologia**

Para a elaboração da presente pesquisa, que objetiva verificar o consumo de marcas de valor elevado por consumidores de baixa renda, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema de estudo, o qual serviu de base para a fase empírica deste artigo. A classificação metodológica é baseada em Raupp e Beuren (2006) e se divide em três principais agrupamentos: i) quanto à abordagem este estudo é quantitativo e qualitativo; ii) quanto aos procedimentos este estudo é um *survey* e iii) quanto às técnicas de coleta de dados utiliza um questionário composto por perguntas de Escala Likert e perguntas abertas.

O questionário foi adaptado de elementos teóricos investigados no estudo de Ruão (2017), sendo composto de um total de dez perguntas que levantaram características gerais dos respondentes, assim como perguntas sobre o consumo de marcas. O questionário foi aplicado por meio da plataforma online *googleforms*, o questionário foi aplicado entre o mês de agosto e setembro de 2019, com um total de setenta respostas consideradas válidas.

A análise quantitativa empregou a estatística descritiva, avaliando a distribuição de frequência, média, mediana e desvio-padrão, que foi realizada com auxílio de planilha eletrônica. No que tange à análise de conteúdo, esta foi realizada a partir dos pressupostos de Bardin (2010), avaliando as palavras mais representativas mencionadas pelos respondentes nas perguntas do tipo abertas. Para esta análise recorreu-se ao auxílio da nuvem de palavras, bem como, de análise individual de cada resposta, realizada pelos pesquisadores deste estudo.

#### 4. Resultados

A seguir são apresentados os resultados referentes às características gerais da amostra investigada por meio de sua estatística descritiva. A Tabela 1 apresenta os resultados.

**Tabela1** – Estatística descritiva da amostra

Variáveis	Frequência absoluta	frequência Relativa	Idade	
<b>Homens</b>	32	46%	<b>Média(<math>\mu</math>)</b>	24,5
<b>Mulheres</b>	38	54%	<b>Mediana</b>	22
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>100%</b>	<b>Desvio padrão</b>	5,6
<b>Você deseja ou já desejou comprar algum produto de Marca, porém não o comprou por ser muito cara para o seu orçamento?</b>				
-	<b>Frequência absoluta</b>	<b>frequência Relativa</b>		
	Sim (62)	89%		
	Não (8)	11%		

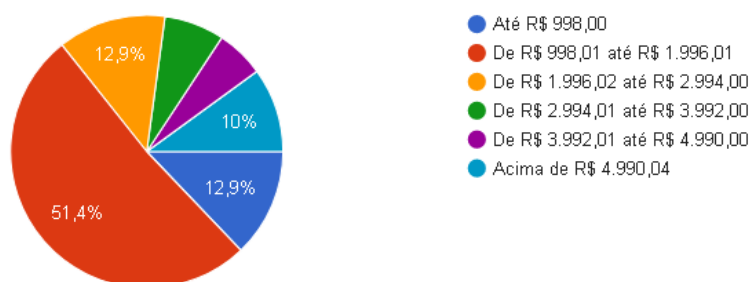
**Fonte:** Dados da pesquisa (2019)

Conforme apresenta a Tabela 1, 46% dos respondentes são homens e 54% são mulheres, sendo a idade representada pela mediana é de 22 anos, o desvio padrão é baixo, de 5,6 anos. Destes respondentes 89% já desejaram comprar algum

produto de marca, porém não compram por não caber dentro do seu orçamento e 8% nunca desejaram ou não deixou de adquirir um produto de marca por ser mais caro.

O Gráfico 1 apresenta renda mensal dos respondentes.

**Gráfico 1** -Renda mensal dos respondentes



**Fonte:** dados da pesquisa (2019)

De acordo com o Gráfico 1, 51% dos respondentes são pessoas que recebem até dois salários mínimo, 12,9% que recebem um salário mínimo e 12,9% recebem de dois a três salários mínimos enquanto apenas 10% dos respondentes recebem acima de cinco salários mínimos, mostrando que a maioria dos consumidores são pessoas que recebem até dois salários mínimos.

Com o propósito de analisar as características associadas ao consumo de marcas de valor elevado, são apresentados a seguir os resultados qualitativos e quantitativos. A Figura 1 ilustra a nuvem de palavras resultante da análise de conteúdo realizada sobre os produtos de marcas mais comprados pelos respondentes.

**Figura 1** – Nuvem de palavras e análise de conteúdo sobre os produtos de marcas mais comprados pelos respondentes

Frequência	Marca	Frequência	Marca
13	Adidas	3	Colcci
11	Apple	2	Balenciaga
10	Nike	2	Vuitton
7	iPhone	2	adidas
4	Vans	2	Chanel
4	IMac	2	Louis



**Fonte:** dados da pesquisa (2019)

A Figura 1 representa as marcas mais consumidas pelos respondentes, entre as mais citadas estão Adidas, Apple, Nike, iPhone, Vans entre outras. Segundo a pesquisa ainda que as pessoas não tenha uma renda elevada, praticamente todos os respondentes compraram ou possuem produtos de marcas renomadas. Marcas como Adidas e Nike que possuem linhas com vários tipos de produtos, que são de qualidade e prestígio faz com que os consumidores sintam o desejo de comprá-los seja para uso pessoal ou para se dar presente. A Tabela 2 apresenta os resultados por meio de uma análise estatística da percepção a respeito do valor elevado da marca.

**Tabela 2 – Estatística descritiva sobre o valor elevado da marca**

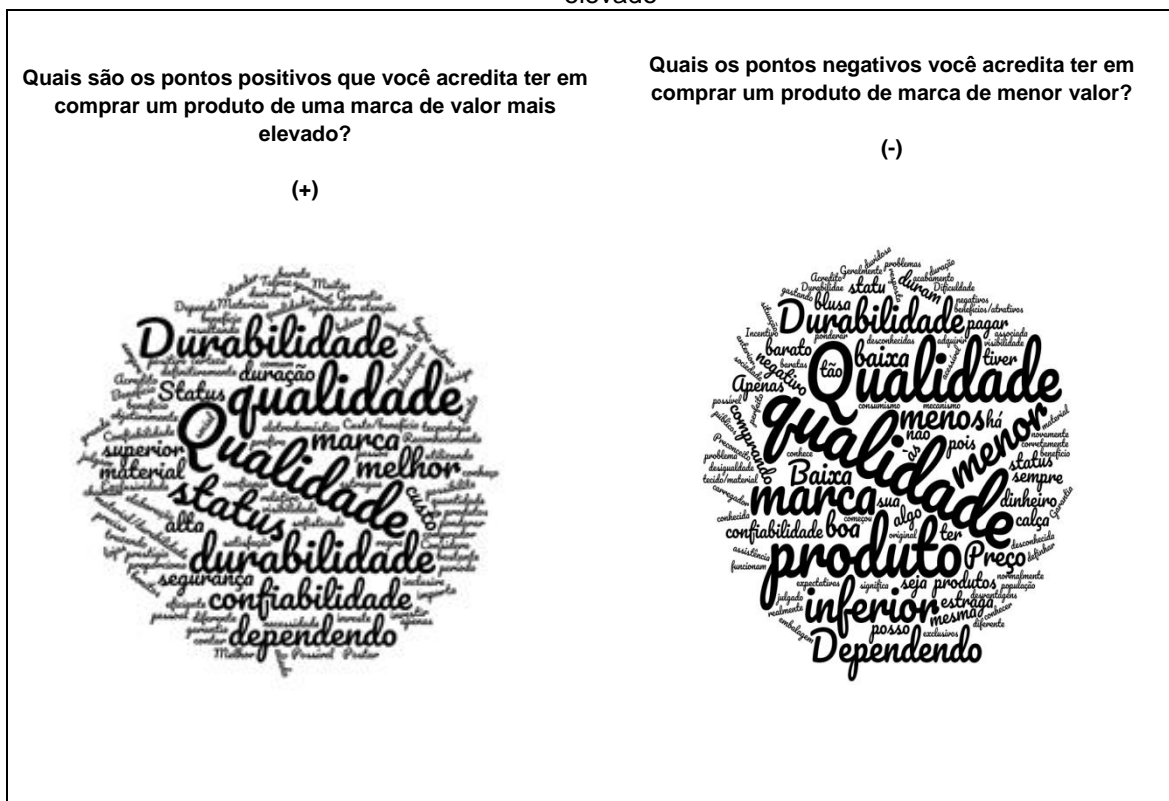
<b>Sobre os produtos das Marcas de Valor financeiro elevado</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio</b>
Já comprei de uma marca por ela representar prestígio	2,9	3	1,2
Independente da minha condição financeira opto por um produto de marca	1,9	2	0,8
Entre marca e preço, opto pela marca, independente do preço	1,9	2	0,8
Gosto de comprar produtos de marcas conhecidas	3,3	3	1,0
Sinto a liberdade de comprar o que eu desejar	3,1	3	1,2
Compro produtos em geral de marcas <i>premium</i>	2,0	2	0,8
Compro de Marcas aprovadas pela família	2,4	2	1,2
Compro de Marcas desconhecidas	3,1	3	1,1
Já comprei produtos de marca de luxo	2,8	3	1,4
Compro produtos de marca de luxo porque minha renda aumentou	1,9	1	1,0
Gasto meu dinheiro eu quiser, por isso compro produtos de marca de luxo	1,9	1	0,9
Acredito que os produtos de marca de luxo são de acesso à todos,	1,6	1	0,8
Eu compro produtos de marcas de luxo pela alta qualidade	2,8	3	1,2
Eu compro produtos de marcas de luxo pelo <i>status</i>	1,9	1	1,1

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019)

Em relação a percepção do valor elevado da marca, apresentado na Tabela 2, percebe-se que pelos valores próximos de três, a opinião é neutra quando se trata de comprar um produto de marca mais elevada, por representar segurança, confiabilidade e prestígio. Enquanto outra parte prefere comprar de marcas desconhecidas, o qual o preço do produto não é tão elevado e por caber dentro do orçamento. Há uma maior quantidade de indivíduos que preferem e gostam comprar produtos de marcas conhecidas ( $\mu=3,3$  e  $\mu=3,1$ ), isso também fica evidente quando afirmam comprar produtos com marcas de prestígio ( $md=3$ ). Os baixos valores do desvio-padrão indicaram que as respostas apresentaram pouca variabilidade, indicando uma coerência na opinião dos respondentes.

A Figura 2 apresenta os pontos positivos e negativos elencados pelos respondentes quando questionados.

**Figura 2** – Pontos positivos e pontos negativos associados à comprar produtos de marca de valor elevado



Fonte: dados da pesquisa (2019)

Conforme a Figura 2 ela apresenta a frequência das palavras as quais são as maiores preocupações do respondente quando vão adquirir algum tipo de produto seja ela de uma marca renomada ou não, de acordo com os respondentes os pontos positivos por se adquirir um produto de marca renomada é o tempo de vida de um produto é qualidade e a confiança que as marcas possuem. Muitas pessoas na hora de adquirir um determinado produto leva em consideração a marca, pois isso lhe trás segurança e a certeza da qualidade do produto e de que ela também pode lhe trazer status.

Já ao se adquirir um produto de menor valor o qual a sua marca não é tão conhecida, muitas pessoas ficam na insegurança sobre a sua qualidade e ao desempenho do produto.

O Quadro 1 apresenta os resultados da análise de conteúdo temática do que foi mencionado pelos respondentes a respeito dos aspectos positivos e negativos vinculados à marca de valor mais elevado e de valor menor.

**Quadro 1** – Pontos negativos e positivos associados à comprar produtos de marca de valor mais elevado e menos elevado

Quais são os pontos positivos que você acredita ter em comprar um produto de uma marca de valor mais elevado?	Quais os pontos negativos você acredita ter em comprar um produto de marca de menor valor?
Qualidade, durabilidade, visual do produto, conforto, segurança, <i>status</i> , destaque, reconhecimento, sabor, confiança, confiabilidade, garantia, exclusividade, visibilidade, eficiência, maior vida útil, “valor da marca”, beleza, luxo, investimento das empresas na marca, satisfação pessoal, prestígio, pesquisa e desenvolvimento do produto e poder	Pouca qualidade, desconfiança, insegurança, durabilidade menor, e muitas vezes pelo designer do produto, não exclusividade, falta de garantia, “ser visto como metido”, custo <i>versus</i> benefício inferior, preço elevado, matéria-prima ruim, pouca assistência técnica, “incentivo ao mecanismo de desigualdade”, “preconceito da sociedade”, consumismo, menos atrativos, duvidoso, “não ter dinheiro para pagar depois”, não oferecem <i>status</i> , não atende as expectativas, “ser julgado como esnobe às vezes”, a marca ser desconhecida,

**Fonte:** dados da pesquisa (2019)

O Quadro 1 apresenta os resultados sobre a análise de conteúdo temática das setenta pessoas que responderam, destas emergiram 24 categorias associadas aos pontos positivos de marca de valor mais elevado e, 22 relacionadas aos pontos



negativos. Verificou-se que no geral os respondentes informaram os mesmos itens para ambas as questões, porém com pontos de vista diferentes, ressaltados nesta análise.

Parte das pessoas destacou que comprando um produto de Marca renomada vão se sentir mais seguros por saber que além de se ter qualidade também se pode trazer *status*.

Já ao comprar um produto a qual a marca não seja tão renomada elas podem se sentir inseguras sobre a qualidade do produto e o tempo de vida e outros problemas que se pode ter ao consumir produto de uma marca desconhecida.

Um ponto peculiar se refere à dois respondentes terem afirmado que em relação ao ponto negativo da marca de valor mais elevado, estes podem “*ser visto como metido*” e “*não ter dinheiro para pagar depois*”. Estas respostas estavam associadas aos aspectos negativos de um produto de marca mais elevado.

Alguns dos pontos positivos citados pelos respondentes são de que ao comprar um item de marca, se tem segurança sobre o produto e que a imagem do produto da marca também influencia na decisão final, e que uma maioria prefere comprar de marcas conhecidas.

Já como ponto negativo ao se adquirir um item de marca desconhecida fica a desconfiança da qualidade, design e tempo de vida que o produto possuiu e que por se tratar de um produto que muitas vezes pode não se ter uma assistência caso ocorra algum tipo de dano.

## **5. Considerações Finais**

Este artigo teve como objetivo verificar o efeito da marca sobre o consumidor de baixa renda. Esta pesquisa mostra que a grande parte dos respondentes são pessoas que recebem até dois salários mínimos e que também consomem produtos de marcas de um valor mais elevado, alguns chegam comprar produtos com valores que estão fora do seu orçamento não só para o seu bem estar, mas também pelo status que a marca pode lhe trazer.

Uma das preocupações por parte dos respondentes mesmo comprando produtos de uma marca de valor mais elevado é saber que o a marca lhe traz certo conforto e

confiança sobre qualidade do produto e o tempo de vida que o mesmo possui. Já em relação aos produtos de marcas que não são tão renomadas, as preocupações são com a qualidade o tempo de vida e os transtornos que podem lhes causar ao se consumir essa marca.

Quanto maior o reconhecimento que uma marca possui perante a sociedade, maior será a confiança e segurança na hora em que o consumidor final for tomar a sua decisão de compra.

## REFERÊNCIAS

- AAKER, D. A. **Marcas Brand Equity**. tradução André Andrade. São Paulo: Negócio Editora, 1998
- BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.
- BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo: A logica social do consumo a ideologia igualitária do bem-estar p.42-52
- CHAUVEL, M. A.; MATTOS, M. P. de A. Z. de. Consumidores de baixa renda: uma revisão dos achados de estudos feitos no Brasil. **Cadernos EBAPE**, v. 6, n. 2, p. 1-17.
- RAUPP, F.M.; BEUREN, I.M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In. BEUREN, I.M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap.3, p.76-97.
- SANTOS, Tarcyane Cajueiro. A sociedade de consumo os media e a comunicação nas obras iniciais de Jean Baudrillard. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 21, p. 125-136, jun. 2011
- SLATER, Don. **Cultura do consumo & modernidade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nobel, 2002.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## ARTIGOS DE DIREITO

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## **A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL, COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL**

Vinícius Hansen de Freitas<sup>1</sup>  
Lucas Jose Costa<sup>2</sup>  
Lademir Renato Petrich<sup>3</sup>

**Resumo:** As fontes de ensinios preparam as gerações para um futuro incerto, com aptidões para fazerem parte de uma vida em sociedade capaz de enfrentar o dia a dia como uma linha de produção objetiva perante um todo, mas não os capacitam com a relação de entendimento pessoal subjetivo. A inteligência Emocional pode aprimorar e trazer respostas para lidar com as situações adversas da vida, para tanto, sua aplicação simples, porém, progressiva, faz-se necessária para poder atingir o sucesso profissional e a busca pessoal da própria felicidade. Para tanto buscou-se entender aprofundadamente a questão em si, buscando respostas entre adolescentes, para poder comprovar efetivamente que o estudo apresentado é de grande relevância social.

**Palavras-chave:** 1. Inteligência Emocional. 2. Inteligência Social. 3. Desenvolvimento Emocional. 4. Controle Emocional. 5. Crescimento Pessoal

### **Introdução**

No decurso de muito tempo, o ser humano apontou sua perspectiva de sucesso a partir dos seus dotes intelectuais, sendo exemplo destes, os conhecimentos e habilidades no raciocínio lógico e nas ciências exatas, mas conhecido como QI (Quoeficiente Intelectual). Este era avaliado com parâmetros baseados para a intuição de saber se a pessoa seria inteligente o suficiente para ser bem-sucedida profissionalmente. Com uma forte objetivação a isso, alguns psicólogos e estudiosos do comportamento humano, como Gardner e Goleman, iniciaram uma nova perspectiva com relação ao assunto, reverenciando a Inteligência Emocional como a maior responsável para obter sucesso na vida pessoal e profissional.

Conforme nos aponta Soto (2002), tais estudos eram baseados no fato de como o trato interpessoal é necessário e constante com o mundo social, sendo as qualidades do relacionamento humano como empatia, gentileza, simpatia e a

---

<sup>1</sup> Acadêmico de Direito do 4º período – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> Acadêmico de Direito do 4º período – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Professor Doutor Lademir Renato Pietrich do Curso de Direito – Centro Universitário UNIVEL.

compreensão, os fatores que determinam os impactos fundamentais para obter sucesso.

O presente artigo destaca a Inteligência Emocional como o fator essencial para lidar com os acontecimentos e problemas diários, fazendo com que nossas capacidades sejam atingidas de forma que não nos prejudiquem, e sim, nos ensinem como a superá-las.

### **A inteligência emocional**

De acordo com Oliveira (2011), a partir da década de oitenta, deu-se início aos primeiros estudos de uma nova forma de inteligência, a qual não era obtida através de meros testes de QI, esta derivaria das emoções do ser humano, dando origem então, ao que conhecemos hoje como Inteligência Emocional.

[...] no princípio da década de 80, Reuven Bar-On, psicólogo israelense, foi o pioneiro na proposição de um modelo de inteligência emocional em 15 habilidades chaves situadas em cinco conjuntos gerais; em 1983, Howard Gardner, psicólogo de Harvard, propôs um modelo de inteligência múltipla que apontava a distinção entre capacidades intelectuais e emocionais; já em 1990, dois psicólogos, John Mayer e Peter Salovey formularam um novo conceito em um artigo publicado em uma pequena revista acadêmica denominada “*Emotional Intelligence*” (OLIVEIRA 2011 p.7).

Oliveira (2011) explana a partir deste ponto, que a Inteligência Emocional passa a ser objeto amplo de discussão, surgindo inúmeros autores sobre o tema, cada qual contribuindo com um ponto de vista peculiar sobre este inovador assunto, tendo como principal importância, o esclarecimento sobre este tema e qual seria sua importância na vida do ser humano.

Com relação à Fulanetto (2012), para ele a Inteligência Emocional estaria ligada intimamente com as habilidades do ser humano, da maneira em como ele se automotiva, lida com as dificuldades diárias, o seu autocontrole em relação as suas emoções com o fim de apresentar o melhor de sua personalidade mediante a empatia.

Fulanetto (2012) enumera a importância das emoções, vejamos:

**1. Comunicação:** a linguagem corporal é um fator natural do nosso ser, e com ele nossas expressões, as quais demonstram nossos sentimentos, facilitado assim a nossa socialização.

**2. União:** nossas emoções são universais, embora e isso pode unir os



membros da espécie humana, embora haja uma diversidade de diferenças relacionadas as crenças e pensamentos.

**3. Tomadas de decisão:** há estudos que apontam que, quando as conexões emocionais estão danificadas, até a mais simples decisão pode estar comprometida, sendo que não é possível sentir nada sobre o escolhido, sendo então as emoções uma grande aliada na tomada de decisões.

**4. Sobrevivência:** a nossa evolução emocional se deu durante milhões de anos, estas, desenvolveram-se de maneira natural resultando em um dispositivo de orientação e alerta das nossas necessidades a serem atingidas.

**5. Ajuste de limites:** nossas emoções dão a possibilidade da imposição de limites necessários para a proteção da saúde tanto física como mental. Por isso é possível aprender a confiar em nossas emoções e sentidos para manter uma vida em sociedade.

Conceituando, ainda, a inteligência emocional, Gardenswartz nos explica:

Inteligência Emocional é a capacidade de avaliar e compreender sentimentos e usar a energia deles de maneira produtiva. Além da compreensão, envolve ações específicas para reconhecer sentimentos, compreende-los, expressá-los verbalmente e depois aplicar sua energia eficazmente. As emoções não são tão dóceis de lidar. (GARDENSWARTZ 2012, p. 27),

Lauer (2012), por outro lado, nos explica que a Inteligência Emocional deve ser vista como “a capacidade de administrar as emoções para alcançar os objetivos” (LAUER 2012, p.103). Para ele, as pessoas que entenderem o assunto, poderão ter uma melhor relação perante seus medos, insatisfações e inseguranças, desta maneira conseguirão alcançar o sucesso pessoal.

Segundo Lauer (2012), o homem sempre agirá por emoção, sendo que, a Inteligência Emocional está vinculada com pessoas intuitivas e prudentes, permitindo de tal forma um equilíbrio sensato ao se buscar solucionar um problema.

Sob outro prisma, Soto (2012) nos diz que a Inteligência Emocional pode ser explicada como “uma descrição das funções cerebrais e mentais que diz respeito às emoções, é um apelo ao descobrir e ao explorar” (SOTO 2002 p. 2). Sobre esta mesma linha de raciocínio, complementa que a mente emocional é a mesma que

esteve sempre desde os primórdios, nas filosofias e poesias, sendo o fator determinante para alcançar o pleno da personalidade humana como um todo. A Inteligência Emocional é um assunto que desafia psicólogos, cientistas, educadores e até mesmo indivíduos, pois, quem tem a capacidade de dominar o seu cérebro emocional, tem a capacidade de ir além do comum, tornando-se assim mais feliz.

### **A inteligência emocional segundo Daniel Goleman**

Conforme aponta Oliveira (2011), a propalação do termo “Inteligência Emocional” ocorreu no ano de 1995, uma vez que o psicólogo Daniel Goleman lançou seu livro sobre o assunto, tendo até os dias atuais sua obra como referência para quem deseja saber mais sobre o tema.

Através do seu livro, o qual tem como título “Inteligência Emocional”, Goleman (1995), faz a introdução das emoções como uma fonte primordial de influência para o desenvolvimento do ser humano, o qual, com a incapacidade de controlá-las devidamente, acarretam uma vida complicada e difícil.

Goleman (1995) afirmou que a maior parte dos problemas que a humanidade enfrentou e enfrenta ainda, deve-se ao fato de que, a sociedade por muito tempo, considerou unicamente o intelecto como fundamento, deixando de lado as emoções, sendo estas essenciais para o homem, criando assim humanos infelizes e sem empatia.

Goleman (1995), conseguiu perceber como o ser humano compreende, tem a devida consciência e, junto a isso, há uma espécie de impulsividade, as quais em sua grande parte são ilógicas, resultando assim de sua mente emocional. Às duas mentes na maior parte do tempo, trabalham em harmonia, proporcionando assim, a orientação da pessoa perante suas atitudes.

Afirma Goleman (1995) em sua obra, que todo ser humano possui duas mentes, uma pensante e a outra a que sente, e estas se comunicam e se fundem para alcançar o raciocínio e que no geral, às duas mentes se equilibram, desta forma as emoções informam e alimentam as operações feitas pela mente racional, e estas, refletem e filtram os impulsos das emoções. Goleman afirmou que para que o intelecto alcance o seu maior nível, este, deve estar totalmente aliado à Inteligência Emocional, sendo que estas duas inteligências interagem entre elas, havendo, portanto, um



aumento na capacidade intelectual para a obtenção de resultados favoráveis a partir desta combinação, sendo necessário descobrir como usar de maneira inteligente, as nossas emoções.

Ainda segundo Goleman (1995), a inteligência como cientificamente se conhece, não tem uma relação direta com a vida emocional do indivíduo, sendo que até mesmo a pessoa de destaque acadêmico, pode ter certas atitudes, entre elas passionais que poderão levá-la a um colapso total. Conforme suas palavras, “esse é o problema, a inteligência acadêmica não oferece praticamente nenhum preparo para o torvelinho – ou oportunidade – que trazem as vicissitudes de vida” (GOLEMAN 1995, p. 48). Embora, isso se saiba, nossa sociedade, em geral, escolas e até mesmo a própria cultura, está unicamente voltada para a inteligência intelectual, ignorando quase por completo a importância do emocional, ocasionando assim, um comprometimento significativo para que haja prosperação e felicidade do ser humano.

Goleman (1995) nos afirma que a nossa vida emocional deve ser esculpida e trabalhada, como matérias acadêmicas de matemática ou literatura, sendo que pode-se alcançar maior ou menor talento para isso, sendo exigidas tais aptidões para tanto. Este fator é determinante e decisivo para que haja compreensão de pôr que as pessoas com o mesmo intelecto alcançam resultados totalmente diferentes em suas vidas, sendo que, umas prosperam e outras não. Por conseguinte, a aptidão emocional é uma “meta-capacidade”, a qual determina a proporção em que o ser humano pode usar qualquer outra aptidão que disponha, incluindo o seu intelecto bruto.

Goleman (1995) referencia o ser humano como emocionalmente competente, sendo capaz de conviver bem com os seus próprios sentimentos, e, por outro lado, com os sentimentos alheios. De tal forma, será bem mais sucedido tanto no âmbito profissional, como em suas relações afetivas, em comparação à aquele que não considera as emoções. Comenta-nos ainda:

As pessoas com prática emocional bem desenvolvida têm mais probabilidade de sentirem-se satisfeitas e serem eficientes em suas vidas, dominando os hábitos mentais que fomentam sua produtividade; as que não conseguem exercer algum controle sobre a vida emocional travam batalhas internas que sabotam sua capacidade de se concentrar no trabalho e pensar com clareza. (GOLEMAN 1995, p. 48).

Sob o mesmo raciocínio, Goleman (1995), disse que quando se toma plena consciência das emoções em nossas vidas, é possível atingir enormes benefícios, tanto para si próprio, como em relação ao próximo, podendo de tal forma desenvolver aptidões que serão úteis para qualquer momento e situação. Para ele os principais fundamentos são:

- **Autoconsciência Emocional:** Reconhecer nossas próprias emoções e as possíveis causas destes sentimentos.
- **Controle das Emoções:** Trabalhar com uma maior tolerância perante a frustração, controlando a raiva de modo que seja possível a diminuição de possíveis comportamentos agressivos, aumentando o sentimento positivo sobre si mesmo com o fim de diminuir a solidão com menos ansiedade social.
- **Canalizar Produtivamente as Emoções:** Reduzir a impulsividade, trabalhando com a comunicação, desenvolvendo assim o autocontrole.
- **Empatia:** Visualizar a perspectiva do outro, aperfeiçoando sua forma de ouvir e fortalecendo a sensibilidade com relação aos sentimentos do próximo.
- **Lidar com Relacionamentos:** Analisar concretamente como ocorre cada relacionamento, buscando ser mais aberto e amistoso em sua forma de se relacionar, visando a harmonia e a atenção.

Goleman (1995) salienta que o caráter é a palavra capaz de definir da melhor forma, o conjunto de aptidões que a Inteligência Emocional apresenta. Vejamos:

Se o desenvolvimento do caráter é uma das bases das sociedades democráticas, pensem em algumas das maneiras como a inteligência emocional reforça essa base. O princípio fundamental do caráter é a autodisciplina; a vida virtuosa, como têm observado os filósofos desde Aristóteles, se baseia no autocontrole. Uma pedra de toque afim do caráter é a capacidade de motivar-se e orientar-se, seja no fazer um dever de casa, concluir um trabalho ou levantar-se pela manhã. Precisamos estar no controle de nós mesmos, para agir direito com o outro. (GOLEMAN, 1995 p. 302).

Por fim, Goleman (1995) defende a Inteligência Emocional sendo algo muito importante e positivo, trazendo benefícios e conseguindo elevar a todos, desta forma,

deve ser inserida na sociedade como uma espécie de vacina, que dure para a vida toda.

### **A inteligência social**

De acordo com Goleman (2006), durante a evolução humana, a inteligência foi a principal habilidade que deu a possibilidade de sobrevivência da nossa espécie. Desde os primórdios, vivemos em grupo, com isso, nossas habilidades sociais foram fortemente desenvolvidas e, desta maneira, nosso cérebro socialmente inteligente pode ser considerado o fator que deu a possibilidade de nos destacarmos dentre os outros animais. Segundo ele, tanto a Inteligência Emocional como a social foram ignoradas nos últimos anos pelos estudiosos da inteligência. Nos dias atuais, depois após a publicação de vários estudos, sabemos que ambas são de extrema importância do cotidiano.

Goleman (2006) afirmou que a Inteligência Social é considerada pé de igualdade com a Inteligência Emocional, possibilitando o acréscimo ao rol de interesse em nossas atitudes e decisões, as quais são ignoradas por diversas vezes e que são fundamentais para nossos relacionamentos interpessoais.

Gardner (1985) sob o mesmo enfoque expande também o leque sobre a Inteligência Emocional com a sua Teoria das Inteligências Múltiplas, onde reconheceu que o ser humano é provido de não somente uma, mas de múltiplas formas de inteligência, e dentre essas, destaca-se a Inteligência Social. Tendo em conta tal fato, Gama (2012) explanou que a “Inteligência Interpessoal ou Social pode ser descrita como uma habilidade para entender e responder adequadamente a humores, temperamentos, motivações e desejos de outras pessoas”. (GAMA 2012, p. 151).

Gardner (1985) classificou e identificou quatro aptidões distintas que compõem a Inteligência Social, sendo elas: organizar grupos, negociar soluções, ligação pessoal, análise social.

Goleman (2001) afirmou que unidas essas aptidões, estas dão forma à Inteligência Social e são peças primordiais para se obter sucesso nas relações interpessoais. Quem tem o controle sobre estas habilidades, consegue de forma fácil uma ligação com o próximo, sendo analíticos na observância dos seus sentimentos e

reações, conduzindo e mantendo sob controle, as adversidades que possam vir acontecer.

[...] são os líderes naturais, as pessoas que expressam o inexpresso sentimento coletivo e o articula de modo a orientar o grupo para suas metas. São aquelas pessoas com as quais os outros gostam de estar por serem emocionalmente renovadoras – deixam os outros num estado de espírito bom, e despertam o comentário de “que prazer estar com uma pessoa assim. (GOLEMAN 2001, p. 132).

Mas uma vez, Goleman (2001) afirmou que tais dons interpessoais têm como base outras inteligências emocionais. Conforme explica, as pessoas que conseguem controlar suas expressões de emoção tendem a causar uma excelente impressão social, porque elas entram em total sintonia e harmonia com a forma que o próximo reage, desta forma, estas pessoas tem a capacidade conseguem se ajustar de modo que suas próprias atitudes emitam o efeito desejado e esperado no próximo, sendo ótimos atuadores.

Goleman (2001) cogita que ademais de haver a preocupação relacionada com o equilíbrio dessas aptidões, no que tange as suas próprias necessidades e na forma de como satisfazê-las, para que o indivíduo não crie um carisma forçado em face da sua própria satisfação pessoal. Quando o ser humano se preocupa apenas com a opinião alheia, este se torna infeliz e vazio, sendo que a mudança de valores pessoais fará com que o indivíduo use diversas máscaras sociais.

Conforme Goleman (2001) o indício de que a pessoa está agindo de tal forma, é que mesmo ao aparentar ser agradável ao próximo, ele não consegue manter quaisquer tipos de relações sólidas e estáveis, sendo estes, sempre superficiais e insatisfatórios. Devido a isso, o certo é haver um equilíbrio entre o desejado e o que o próximo espera, pois, somente desta maneira, aquele indivíduo se sentirá completo. O autor diz ainda que, em contrapartida, existe também aquele indivíduo chamado de incompetente social, sendo que para este, faltam-lhe as mais simples aptidões sociais e, é um ser desagradável para se conviver. Estes indivíduos carecem de sutilezas sociais, ignorando as emoções alheias e de maneira inevitável, provocam certas perturbações desagradáveis por onde passam.

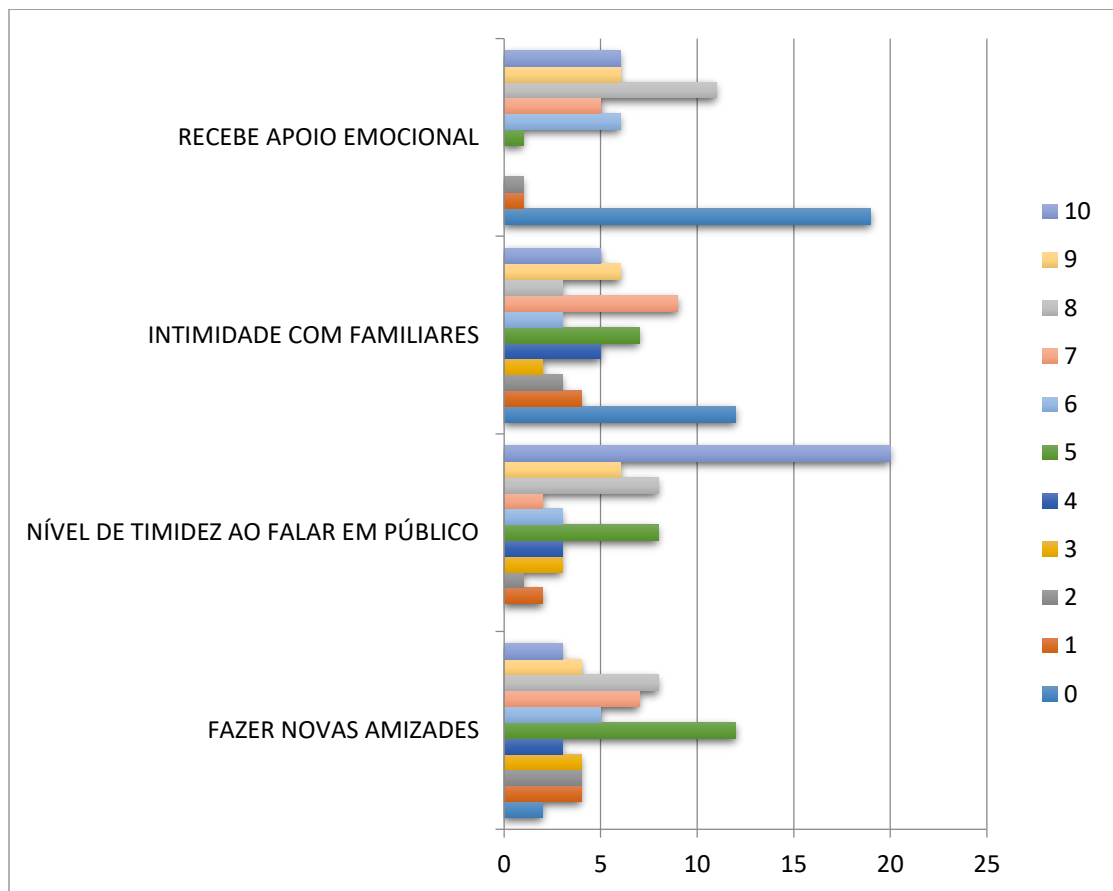
Para finalizar, Goleman (2001) afirmou que para este tipo de indivíduo, estudos revelam este comportamento como um problema neurológico, seria um dano na região ventromedial do córtex pré-frontal. A devida região cerebral é a responsável pelas integrações de memória, sentimento e das emoções, se ela estiver danificada, causará comprometimento nas decisões sociais. Para ele, ademais de fazer com que estes indivíduos sejam naturalmente isolados da sociedade, a devida falta de Inteligência Social prejudica tanto nas relações pessoais como nas relações interpessoais.

## **METODOLOGIA**

Para obter os resultados desejados, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o fim de aprofundar-se sobre o tema estudado, para obter mais conhecimento sobre os autores e especialistas da área. Após o uso de livros, artigos e documentos, idealizou-se uma pesquisa de campo para obter uma conclusão sobre o tema, realizada a partir de perguntas objetivas e subjetivas com adolescentes entre 14 a 16 anos em uma escola situada na cidade de Campo Bonito, no Estado do Paraná, sendo 8 delas, respondidas de 1 ao 10, para facilitar a forma de expressão das devidas emoções, e 2 perguntas com possibilidade de resposta aberta, com o fim de demonstrar suas capacidades perante as adversidades emocionais e sociais.

## **RESULTADOS DA PESQUISA**

A seguir apresentamos os resultados obtidos com a pesquisa entre os adolescentes, o qual aponta resultados interessantes e divergentes, vejamos:

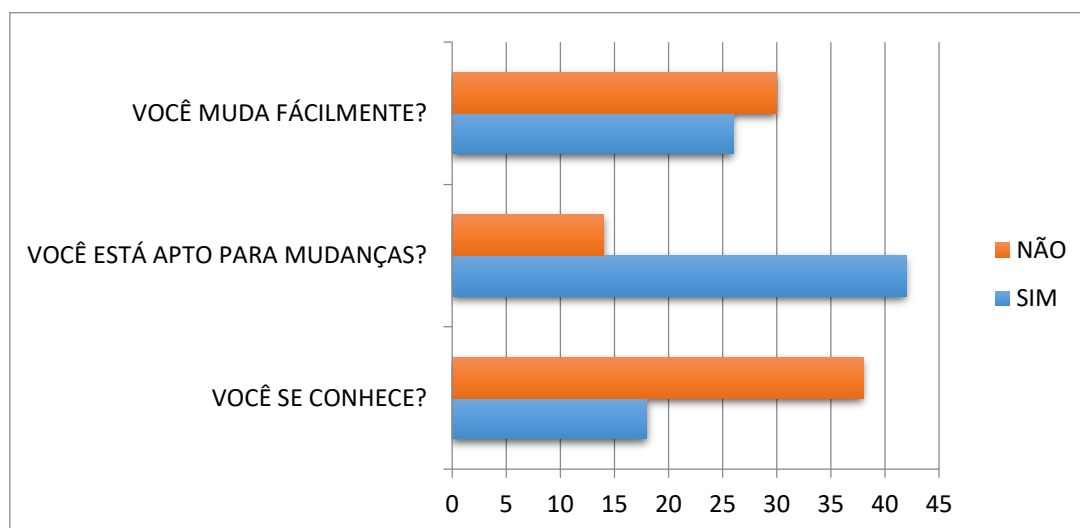


E visível como os adolescentes sentem uma enorme falta de incentivo e apoio diante do núcleo familiar e em relação à própria sociedade. Os responsáveis pelo molde e porto seguro destes, não aportam o suficiente em relação às adversidades, sendo assim, deixando uma incógnita de onde buscar ajuda quando necessário para suprir a falta de carência em relação ao coquetel de incertezas os envolvem.

Tais fatos afetam de maneira direta ao desenvolvimento psicológico para lidar com adversidades, ao se tratar do crescimento interior e aprendizado do mais intrínseco do seu ser, a ajuda dos pais e pessoas próximas podem incrementar a capacidade de compreensão e aprendizado, para assim poder identificar as causas reais do que deve realmente ficar aferrado nos pensamentos e o que deva ser filtrado para que estes, possam ser dissipados.

Conforme afirma Goleman (1995), continuaremos negando nossas emoções, e a cada vez mais nos tornaremos seres emocionalmente perturbados, deprimidos, apáticos e solitários. Embora isso esteja acontecendo, há uma solução para reverter

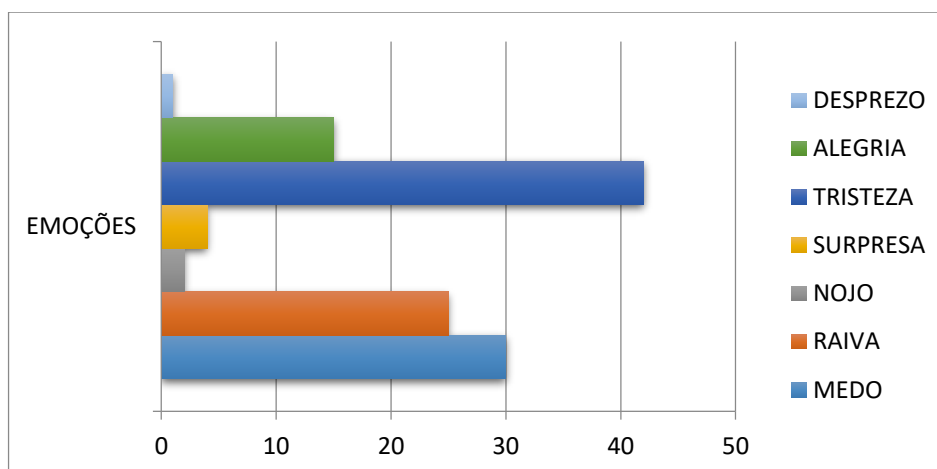
a situação, ou seja, a busca de um novo conhecimento, trabalhando e explorando a educação emocional, relacionando os sentimentos à razão, desta forma, alcançando uma forma legítima de inteligência.



Percebemos aqui uma grande controvérsia, entre pessoas que mudam facilmente e as que não o fazem, sendo que a relação entre estas não deveriam modo algum prejudicar o desenvolvimento, porém, isto de fato não ocorre, a evolução e aperfeiçoamento pessoal das técnicas supracitadas pelos autores, concretizam suas observações e estudos, deixando visível a falta de Inteligência Emocional perante o medo de mudanças para consigo e perante os demais.

Goleman (1995) para escrever sua obra, fez o uso de embasamento científico a partir de diversos estudos feitos com crianças, os quais ajudam a entender e compreender como saber controlar as emoções são realmente importantes para nossas vidas. Ressaltou também que, em um desses estudos, constataram-se como crianças que tiveram um contato com um programa de alfabetização emocional, progrediram e melhoraram seu desempenho, bem como, tornaram-se melhores filhos, alunos e amigos, tendendo também, a se tornarem adultos melhores como um todo.





Além dos gráficos apresentados, os adolescentes responderam duas perguntas mais. A primeira dizia o seguinte: A quem você culpa pelos erros e diversidades diárias? As respostas foram positivas, e em grande parte delas, os adolescentes se culpavam a si mesmos, e uma pequena quantidade deles, culpavam terceiros por tais fatos. A segunda pergunta foi mais específica: você revida uma agressão verbal ou física? E mais uma vez, as respostas realmente nos mostraram uma perspectiva divergente, a maior parte delas dizia que sim, que ao se tratar de um momento espontâneo, a necessidade de revidar se faz presente, independente do prejuízo futuro que possa causar. Tais reações fazem com que a pré-disposição do indivíduo em suas fases de crescimento apresente uma forte hipótese de entrar para o mundo do crime e realizar práticas violentas.

Goleman (1995) nos afirma que “os mais briguentos e que habitualmente apelavam para a força física para impor suas vontades, eram os que provavelmente teriam de abandonar a escola e, aos 30 anos, tinham folha corrida pela prática de crimes violentos.”

## CONCLUSÃO

O presente estudo mostrou que, até pouco tempo atrás, acreditava-se que o quociente intelectual era o único responsável pela busca do sucesso pessoal e profissional, e com a inovação deste entendimento com relação a este assunto, a

Inteligência Emocional mudou a forma em como deve-se lidar no dia a dia, sendo na forma de como se relacionar pessoalmente com o próximo.

A aplicação deste ensino em escolas e empresas, onde se faz necessário uma forte relação com indivíduos de distintos âmbitos e áreas, mudaria completamente a perspectiva de interpretação e convívio, beneficiando não somente o próximo, como o próprio ser, sendo uma forma de manter uma boa saúde mental e física para assim estar disposto a buscar a evolução e crescimento pessoal.

Como observado, nossos adolescentes sofrem com a falta deste ensino, proporcionando-lhes um grande vazio com relação às aptidões para encarar as adversidades diárias, bem como os problemas em relação à família e a falta de apoio por parte de seus familiares, amigos, escola e deveres a eles impostos.

O ensino da Inteligência Emocional a temprana idade, fará com que a perspectiva das futuras gerações sejam alteradas em relação a um todo, e não somente com uma perspectiva subjetiva de vida. Ao saber lidar com as suas emoções e a do próximo, altera-se o contexto formando uma visão ampla e buscando o bem comum na maior parte dos casos. E isto pode também, aplicar-se a adultos, para assim, ademais de suas qualidades já conquistadas, modifiquem a perspectiva e visão do mundo social que os envolve.

## REFERÊNCIAS

FULANETTO, TEREZINHA CASTILHO. Inteligência emocional. **Escola de Educação**. Disponível em <http://www.din.uem.br/ia/emocional/>. Acesso 12/05/2013.

GARDENSWARTZ, LEE. **Inteligência emocional na gestão de resultados**. São Paulo: Clio Editora, 2008.

GARDNER, HOWARD. **A Teoria das Inteligências Múltiplas**. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

GOLEMAN DANIEL. **Trabalhando com a Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GOLEMAN, DANIEL. **Inteligência Social: o poder das relações humanas**. São Paulo: Campus, 2006.

GOLEMAN, DANIEL. **Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.



**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – [cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br)

OLIVEIRA, MARCIO BOTELHO DE. Inteligência emocional como estratégia de liderança. **Universidade Candido Mendes.** Disponível em [https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/K219449.pdf](https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K219449.pdf). Acesso em 13/09/2019.

LAUER, CAIO. O que é inteligência emocional. **Carreira & Sucesso.** Disponível em <http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/dicas-emprego/o-que-e-inteligencia-emocional>. Acesso 31/08/2019.

SOTO, EDUARDO. **Comportamento Organizacional:** o impacto das emoções. São Paulo: Thomson, 2002.

## A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NA UNIÃO HOMOAFETIVA ENTRE HOMENS

Milena Frederico<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo dedica-se a analisar a viabilidade da aplicação da Lei Maria da Penha (lei 11.340/2006) às circunstâncias de violência doméstica ocorridas na família homoafetiva, especificamente quando incidem entre casais do gênero masculino. Atualmente, existe um conflito entre o entendimento doutrinário em face da legislação pátria, nos julgados dos tribunais de justiça encontra-se a divergência de serem alguns favoráveis e outros contrários. Uma vez que a doutrina entende ser possível a expansão da interpretação da referida lei, utilizando a analogia e os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade. Ante tal antagonismo, pretende-se realizar a análise dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade, e, por intermédio da pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, defender a eficaz aplicação da Lei Maria da Penha às entidades familiares contemporâneas, as quais nem sempre são formadas pela união de homem e mulher.

**PALAVRAS-CHAVE:** Família homoafetiva. Lei Maria da Penha. Medidas Protetivas. Princípios Constitucionais.

### 1. INTRODUÇÃO

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, inúmeras foram as mudanças sociais ocorridas na sociedade brasileira, que produziram seus reflexos nas relações jurídicas familiares. Inicialmente, tinha-se no texto constitucional expressamente o entendimento como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, e o mesmo texto repetia-se no código civil. A luta dos casais homoafetivos pelo reconhecimento como uma entidade familiar foi grande, o reconhecimento veio somente em 2011, com a ação direta de inconstitucionalidade n.º 2.477/2011, que reconheceu a isonomia entre os casais héteros e homoafetivos.

Entre as evoluções normativas que ocorreram no Brasil, temos a criação da Lei Maria da Penha, lei 11.340 de 2006, e veio com o objetivo de diminuir a violência doméstica, e amparar as mulheres vítimas.

Diante dos princípios constitucionais, das novas entidades de família e da aplicabilidade da Lei Maria da Penha, o presente estudo versa analisar a possibilidade de aplicação daquela, amparando as novas entidades familiares pós-contemporâneas, precisamente as famílias homoafetivas onde a vítima pode não ser necessariamente mulher.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 10º semestre do curso bacharelado em direito do Centro Universitário Univel.

De tal modo, empregar-se-á o procedimento bibliográfico para discorrer sobre os princípios basilares do Direito das Famílias, tais como Isonomia, Dignidade da Pessoa Humana e Afetividade, abordando ainda o conceito de família e sua evolução - patriarcalismo à afetividade – respaldando-se na Magna Carta de 1988.

Deste modo, tem-se por objetivo analisar a incidência da Lei Maria da Penha, nas configurações contemporâneas de família, observada a vulnerabilidade e embasado nos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

## **2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DA FAMÍLIA**

### **2.1 DO PATRIARCALISMO À AFETIVIDADE**

Inicialmente, faz-se mister uma breve explanação do conceito de família na história. Instituição, essa que desde a antiguidade manifesta-se como a primeira forma de organização social, segundo Hironaka é “uma entidade histórica, ancestral, mutável na exata medida em que mudam as estruturas e a arquitetura da própria história, assim sendo a história da família se confunde com a história da própria humanidade” (HIRONAKA, 1999, p. 16).

Na Roma antiga, o *pater* como hierarquicamente superior a todos os membros pertencentes a este sistema familiar. (DIAS, 2015, p. 17). Assim, por um longo período da história, a entidade familiar mantinha-se subordinada ao *pater*, o chefe de família como autoridade patriarcal e econômica, ‘não existia o predomínio do afeto nas relações, tanto paterno-filiais como matrimoniais e não interessava a felicidade ou a satisfação dos familiares’. (REHBEIN; SCHIRMER, 2015).

No Brasil a evolução familiar foi lenta e gradativa, passando somente a partir de meados do século XX, “a povoar as cidades, abrindo oportunidade para o trabalho externo e, em consequência, mais liberdade e independência para a mulher, enfraquecendo a estrutura patriarcal”. (DIAS, 2015, p. 23)

O contemporâneo cenário familiar brasileiro é delineado pela perspectiva da Constituição Federal de 1988, gozando em seu núcleo um pluralismo nos formatos de família, com embasamento no princípio da afetividade. Conforme sabiamente Calderón retrata em sua obra:

A sociedade passou a adotar gradativamente o aspecto afetivo como suficiente e relevante nessas escolhas pessoais. Com o paralelo decréscimo da importância que era conferida a outros vínculos (biológico, matrimonial, registral), restou possível perceber a centralidade que a afetividade assumiu em grande parte dos relacionamentos. Foi de tal ordem a alteração que resta possível afirmar que houve uma verdadeira transição paragnômica na família brasileira contemporânea, pela qual a afetividade assumiu o papel vetor destas relações. (2013, p. 211)

Contudo, na contemporaneidade, vê-se a evolução do patriarcalismo à afetividade, pois atualmente o que define uma família não é a união de pessoas de sexos opostos ou ainda a submissão patriarcal. O fundamento constitutivo da família, que a reconhece socialmente e juridicamente como tal, é a presença de um vínculo afetivo a unir diferentes pessoas com o intuito de comunhão de suas vidas.

Exposto a evolução do patriarcalismo a afetividade e a pluraidade familiar no presente, faz-se mister a apresentação, de maneira sucinta da família homoafetiva.

### **2.1.3 Família Homoafetiva e seu Reconhecimento Legal**

O relacionamento homoafetivo reproduz uma quebra de padrão dos relacionamentos héteros, perante uma sociedade inflexível e contrária a qualquer configuração familiar que foge do padronizado “homem e mulher”.

Verifica-se que, por muito tempo as relações homoafetivas foram ignoradas e desamparadas pelo Estado, omitindo a eficácia de seus direitos individuais. Somente após a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132/RJ e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.277/DF, houve o reconhecimento da união estável aos homossexuais. Conforme trecho da Ementa da ADI n.º 4.277/DF:

A Constituição de 1988, ao utilizar-se da expressão “família”, não limita sua formação a casais heteroafetivos nem a formalidade cartorária, celebração civil ou liturgia religiosa. Família como instituição privada que, voluntariamente constituída entre pessoas adultas, mantém com o Estado e a sociedade civil uma necessária relação tricotômica. Núcleo familiar que é o principal locus institucional de concreção dos direitos fundamentais que a própria Constituição designa por “intimidade e vida privada” (inciso X do art. 5º). Isonomia entre casais heteroafetivos e pares homoafetivos que somente ganha plenitude de sentido se desembocar no igual direito subjetivo à formação de uma autonomizada família.(...) A *Constituição* não interdita a formação de família por pessoas do mesmo sexo. Consagração do juízo de que não se proíbe nada a ninguém senão em face de um direito ou de proteção de um legítimo interesse de outrem, ou de toda a sociedade, o que não se dá na hipótese sub judice.

O julgado destacado, trouxe para a sociedade brasileira um progresso significativo na luta contra o preconceito, ao assegurar a laicidade do Estado e os direitos fundamentais aos cidadãos, permitindo a liberdade de orientação sexual. Encontrou-se embasamento no Princípio da Afetividade para subsistir o reconhecimento da relação homoafetiva como uma família.

De fato, o que procurou-se foi a verdadeira isonomia de direitos e deveres constitucionais, de maneira a cumprir a dignidade da pessoa humana, não somente pela exigência legal mas também a respeitar a liberdade de escolha familiar.

### **3 LEI MARIA DA PENHA**

#### **3.1 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E A CRIAÇÃO DA LEI 11.340/2006.**

Historicamente, a mulher atuou um papel coadjuvante, sendo submissa ao seu esposo, e por meio da omissão dos legisladores e administradores públicos (pela falta de políticas públicas), por anos a violência doméstica esteve presente diariamente nos lares brasileiros, e estas como principais vítimas. (VIEGAS; SOARES, 2017).

Embora a Constituição Federal de 1988 representa um grande avanço a conquista da igualdade formal entre homens e mulheres, sabe-se que a desigualdade material entre os gêneros na família continua-se e junto a crença que a mulher é subjugada ao marido, e o conseqüentemente a violência doméstica.

Diante isso, as autoridades internacionais, a exigência da Organização dos Estados Americanos apresentou uma diligência frente à omissão do Poder Público, no ano de 2006, foi gerada a lei n.º 11.340/06, a qual trouxe evolução significativa para o meio jurídico e social.

A referida lei é embasada e nomeada em homenagem a história da farmacêutica, Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher, que como tantas outras, foi vítima de violência doméstica por anos pelo seu ex-marido, sofrendo duas tentativas de homicídio, com emprego de arma de fogo e eletrocussão, o que conseqüentemente a deixou paraplégica (OLIVEIRA, 2011). Tais crimes ocorreram na década de 80 por seu ex-marido, que durante quase vinte anos continuou impune.



A legislação especial, “cujo objetivo é criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (artigo 1º, lei 11.340/2006), veio a assegurar proteção as mulheres que viam dignidade atentada. Englobando e reconhecendo todas as formas de violência.

### **2.2.3 Das Medidas de Proteção**

Uma das inovações trazida pela lei 11.340/06 são as medidas protetivas de urgência, que obrigam o agressor a determinados comportamentos e constituem-se como um amparo às vítimas, auxiliando a conter a violência e respeitar a liberdade daquela. Estão elencadas no art. 22 da referida lei:

I – suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei 10.826, de 22.12.2003; II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; III – proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV – restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; V – prestação de alimentos provisionais ou provisórios (BRASIL, Lei 11.340/2006)

Busca-se pela implementação das medidas protetivas um acatamento contra a violência doméstica. No ano de 2011, por meio da lei nº 12.403, houve uma extensão das medidas protetivas, abrangendo um número maior de vítimas a fim de assegurar a segurança, nessa conjuntura Streck e Lima salientam:

os reflexos da Lei 12.403/2011, a qual estendeu a possibilidade de concessão de medidas protetivas de urgência para crianças, adolescentes, idosos, enfermos e pessoas com deficiência, nos termos do inc. III do art. 312 do CPP, em atenção ao princípio da igualdade material e ao princípio da proibição da proteção insuficiente. O diálogo de fontes entre a Lei 12.403/2011 e a Lei Maria da Penha ampliou o espectro de proteção aos hipossuficientes, em face do reconhecimento recíproco e à igual consideração e respeito entre os cidadãos. (2014, s/p)

Assim, no presente artigo, questiona-se a possibilidade de aplica-las de modo ainda mais amplo, abrangendo qualquer caso de violência doméstica, inclusive as ocorridas entre casais homoafetivos. Uma vez que, a própria Lei Maria da Penha

reconhece a união homoafetiva ao trazer em seu artigo 5º, inciso III, pela a expressão “independem de orientação sexual”.

## **4 A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES**

### **4.1 OS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO ÂMBITO DO DIREITO DE FAMÍLIA FRENTE A POSSIBILIDADE DE EXTENSÃO POR ANALOGIA DA LEI MARIA DA PENHA À UNIÃO HOMOAFETIVA**

Conforme explanado anteriormente, com o reconhecimento da União Homoafetiva, concedeu-se isonomia entre os casais héteros e homoafetivos, esse implicitamente embasado nos princípios da Igualdade, disposto nos artigo 3º, inciso IV, e 5º *caput* da Constituição Federal Brasileira.

O princípio da Igualdade em sua influência formal tem como meta a superação das desigualdades entre os indivíduos. Somente com a adoção da Igualdade em face de todos os sujeitos, possuidores de direitos sem distinções, acarreta ao respeito a Dignidade da Pessoa Humana, princípio fundante do Estado Democrático de Direito, pois encontra-se já enraizado no primeiro artigo da Constituição Federal:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:  
(...) III - a dignidade da pessoa humana; (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

Deste modo, a ordem constitucional promoveu a dignidade da pessoa humana a fundamento do Estado como alicerce estrutural dos direitos fundamentais, "trata-se da afirmação da posição especial da pessoa humana no mundo, que a distingue dos outros seres vivos e das coisas." (BARROSO, 2015, p. 142).

No âmbito do Direito de Família, o princípio da Dignidade da Pessoa Humana resulta na preferência significativa pelo indivíduo, associando a todos os institutos à consumação de sua personalidade, colocando a pessoa humana centralizada na proteção do direito. Conforme apresenta Dias, o princípio realçado:

significa em última análise, igual dignidade para todas as entidades familiares. Assim, é indigno dar tratamento diferenciado às várias formas de filiação ou aos vários tipos de constituição de família, com o que se consegue visualizar a dimensão do espectro desse princípio, que tem contornos cada vez mais amplos. (2015, p. 67)

Assim, num Estado que possui a dignidade da pessoa como encargo mais importante a ser assegurado, não pode haver nenhuma restrição a quaisquer direitos individuais em face de escolha sexual, pois “ao indivíduo deve ser assegurada a liberdade de escolha, inseparável das próprias ideias de pessoa e de democracia, o indivíduo há de ser livre para ser e fazer o que bem lhe aprouver” conforme salienta Santos e Silva (2013, s/p).

Dessarte o reconhecimento da união homoafetiva, pautou-se na igualdade atribuindo o mesmo tratamento que casais héteros, na autonomia a livre formação familiar e na dignidade da pessoa humana o respeito de seus direitos personalíssimos, uma vez que é indigno o tratamento diferenciado aos diferentes moldes de família.

Sobrevém que é suscetível a ocorrência de violência doméstica também nas uniões homoafetivas, constituída por dois homens, problemática essa que enseja na análise da possibilidade da aplicabilidade da Lei Maria da Penha, especialmente no que tange às medidas protetivas.

Por conseguinte, há a defesa que por analogia é possível a utilização da Lei Maria da Penha, uma vez que no artigo 5º, parágrafo único (Lei 11.340/2006), há expressamente a proteção às relações entre pessoas do mesmo sexo.

#### **4.2 DA VULNERABILIDADE NA UNIÃO HOMOAFETIVA**

Em sua obras, Eudes Quintino de Oliveira, traz o conceito de vulnerável como aquele “que pode ser fisicamente ferido; sujeito a ser atacado, derrotado, prejudicado ou ofendido. Demonstra sempre a incapacidade ou a fragilidade de alguém, motivada por circunstâncias especiais.” (2011, s/p).

É notório que, inicialmente o objetivo da Lei 11.340/2006, foi coibir a violência contra a mulher, tendo em vista que em muitos lares brasileiros, essa ainda é a parte vulnerável. Entretanto, questiona-se sobre o casal formado por dois homens, sem a presença de uma mulher, qual das partes pode ser considerado como a vulnerável.

Nessa circunstância, observada a relação de afetividade, com que um homem mantém com outro, isto, por si só, propicia a vulnerabilidade, visto que não há expectativa de que em um relacionamento vigore agressões, sejam físicas ou psicológicas, e sim uma relação de intimidade, confiança e sentimentos recíprocos.

#### **4.3 ANÁLISES DE JURISPRUDÊNCIAS**

Por um lado, a maioria da Jurisdição entende ser inviável. Conforme, os julgados apresentados a seguir:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. VARA CRIMINAL E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. VÍTIMA DO GÊNERO MASCULINO. NÃO INCIDÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA. A mens legis da Lei nº 11.340/06 foi coibir e reprimir toda ação ou omissão contra o gênero mulher capaz de causar morte, lesão, sofrimento físico, sexual e psicológico. 2- A criação das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher objetiva facilitar a aplicação das medidas de assistência e proteção da Lei 11.340/2006, que protege exclusivamente a vítima de sexo feminino, não abrangendo as agressões contra pessoas do sexo masculino, mesmo quando originadas no ambiente doméstico ou familiar. (...) (TJDF, 20070020030790ccp, Relator George Lopes Leite, Câmara Criminal, julgado em 02.07.2007, DJ 09.08.2007 p.106)

CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO - LESÃO CORPORAL NO ÂMBITO DOMÉSTICO - HOMEM COMO VÍTIMA DE AGRESSÃO EM RELAÇÃO HOMOAFETIVA - APLICAÇÃO DA LEI N. 11.340/2006 - IMPOSSIBILIDADE - LEGISLAÇÃO PARA COMBATE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER - INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA, SOCIOLÓGICA E SISTEMÁTICA DO DIPLOMA LEGAL - COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESPECIAL CRIMINAL - PELA COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO. - Sendo o homem vítima de lesão corporal em relação homoafetiva e não estando evidenciada sua situação de vulnerabilidade é inaplicável a Lei n. 11.340/2006, Lei Maria da Penha. - A Lei Maria da Penha é uma legislação especial que se destina ao combate e à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, por um histórico de opressão e violência contra a mulher, não podendo ser aplicada genericamente a qualquer situação familiar e doméstica. V.V.: CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO - LESÃO CORPORAL NO ÂMBITO DOMÉSTICO - HOMEM COMO VÍTIMA DE AGRESSÃO EM RELAÇÃO HOMOAFETIVA - APLICAÇÃO DA LEI N. 11.340/2006 - POSSIBILIDADE - DEMONSTRAÇÃO DE VULNERABILIDADE - PRINCÍPIO DA ISONOMIA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESPECIALIZADA - PELA COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE. (TJ-MG - CJ: 10000150020691000 MG, Relator: Jaubert Carneiro Jaques, Data de Julgamento: 02/06/2015, Câmaras Criminais / 6ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 17/06/2015)

Percebe-se a partir julgados proferidos nos Tribunais de Justiça do Distrito Federal e do Estado de Minas Gerais, a defesa dos magistrados que a lei 11.340/2006 foi criada com o intuito de proteger exclusivamente a mulher como vítima de violência doméstica, pelo conteúdo histórico daquela. Alegando a incompetência dos Juizados/Vara especializadas em violência doméstica, devendo o homem da relação homoafetiva buscar a justiça comum para a resolução das lides.

Por outro lado, há a alegação da incidência do princípio constitucional da igualdade entre os sexos, como observa-se trecho de um julgamento:

Se a norma constitucional garante não apenas a igualdade de direitos entre homens e mulheres (art. 5.º, I), cria a necessidade de o Estado coibir a violência no âmbito de relações familiares (art. 226, § 8.º) e confere competência legislativa à União para legislar sobre direito penal e processual penal (no art. 22, I), não há dúvida de que a Lei Federal 11.340/2006 deve ser interpretada afastando-se a discriminação criada e não negando vigência à norma por inconstitucionalidade que é facilmente superada pelo afastamento da condição pessoal de mulher nela existente. Basta ao intérprete afastar a condição pessoal de mulher em situação de risco doméstico, suscitada na sua criação, para que não haja qualquer inconstitucionalidade possível, estendendo-se os efeitos da norma em questão a quaisquer indivíduos que estejam em idêntica situação de violência familiar, ou doméstica, sejam eles homens, mulheres ou crianças. [...] (TJMG, ApCrim 1.0672.07.249317-0, j. 06.11.2007, rel. Judimar Biber, data da publicação 21.11.2007)

Na mesma perspectiva o juiz Alcides da Fonseca Neto, da 11ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, ao analisar um caso de violência doméstica entre homens entendeu necessário a utilização da medida protetiva, no caso do agressor manter distância mínima de 250 metros da vítima, nas palavras:

A especial proteção destinada à mulher pode e deve ser estendida ao homem naqueles casos em que ele também é vítima de violência doméstica e familiar, eis que no caso em exame a relação homoafetiva entre o réu e o ofendido, isto é, entre dois homens, também requer a imposição de medidas protetivas de urgência.

É evidente que a Justiça não pode negligenciar-se ao negar proteção urgente, mediante por exemplo, a aplicação de medidas de urgência previstas de forma expressa na Lei 11.340/06 a um homem que esteja sendo vítima de ameaças decorrentes do inconformismo com o fim de relacionamento amoroso, estando evidente o caráter doméstico e íntimo de aludida ocorrência, tudo a ensejar a pretendida proteção legal (CAVALCANTI, 2008).

## 5 CONCLUSÃO

O presente artigo teve como intuito analisar a viabilidade de aplicação da Lei Maria da Penha, inicialmente criada para amparar as demandas de violência doméstica contra a mulher, às uniões homoafetivas entre homens.

Foi-se demonstrado que a instituição família evoluiu, de tal modo que no texto da Constituição Federal de 1988 inseriu-se a igualdade entre os cônjuges, as garantias à dignidade da pessoa humana e a igualdade, a liberdade ao instituir-se a família, resultando na pluralidade familiar, baseadas na afetividade, moldes esses vivenciados na contemporaneidade.

Sobre o princípio da afetividade, esse que rege as relações familiares atuais, vê-se que houve uma evolução no objetivo da formação familiar, abandonando o aspecto da família, apenas como reprodutivo e devendo total submissão ao *pater*, partindo para uma concepção de família baseados no amor, voltada para a felicidade, o amparo e respeito mútuo entre os conviventes.

Somente com a interpretação conforme a constituição baseado na igualdade, constatou-se que pessoas do mesmo sexo possuem capacidade para formar-se como família, e de tal modo devem ser respeitadas.

Logo, a opção sexual de um indivíduo não pode ser motivo de diferenciá-la das demais, nem negar-lhes direitos personalíssimos, devendo haver amparo estatal para todas as circunstâncias de violência doméstica, somente assim haverá obediência ao princípio máximo da dignidade da pessoa humana.

Verifica-se que a Lei Maria da Penha, em seu art. 5º, inciso I e parágrafo único, reconhece a família decorrente de um vínculo afetivo entre os integrantes daquela, independentemente de orientação sexual, bem como, ao serem integrantes de uma instituição familiar, desfrutam de proteção estatal para constranger a violência no ambiente de suas relações.

Contudo, pela análise sistemática da interpretação da Lei 11.340/2006, atribui-se o dever de reconhecer a viabilidade de aplicação aos casais homoafetivos masculinos, ao ser configurada a violência doméstica, observada a vulnerabilidade do indivíduo. Aguarda-se que por intermédio das considerações doutrinárias e algumas



jurisprudências, a evolução no reconhecimento de direitos, o que tem diminuindo a omissão legal em determinados assuntos.

## 6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 13/05/2018.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União**. Brasília, 7 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm). Acesso em: 13/05/2018.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência Doméstica: Análise artigo por artigo da lei Maria da penha, n. 11.340/06**. 2. ed. Salvador: Podivm, 2008.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 9º edição rev. Atual e ampl. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2013.

\_\_\_\_\_, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 11º edição rev. Atual e ampl. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DISTRITO FEDERAL, Tribunal de Justiça, **CONFLITO DE COMPETÊNCIA, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILAR**, Relator George Lopes Leite, Câmara Criminal, julgado em 02.07.2007, DJ 09.08.2007 p.106. Disponível em: <https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6756688/ccp.>> Acesso em: 13/05/2018.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Família e Casamento em evolução**. Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre, v.1, n. 1, abr/jul 1999.

MINAS GERAIS, Tribunal de Justiça – CJ: 10000150020691000 MG, Relator: Jaubert Carneiro Jaques, Data de Julgamento: 02/06/2015, Câmaras Criminais / 6ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 17/06/2015. Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/conflito-de-jurisdicacao>>. Acesso em: 13/05/2018.

MINAS GERAIS, Tribunal de Justiça. Apelação Criminal, 1.0672.07.249317-0, j. 06.11.2007, rel. Judimar Biber, data da publicação 21.11.2007. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/57704297/djpa-13-08-2013-pg-502>> Acesso em: 18/08/2018.

OLIVEIRA, Andréa Karla Cavalcanti da Mota Cabral de. **Histórico, produção e aplicabilidade da Lei Maria da Penha** : Lei nº 11.340/2006. Câmara dos Deputados, Centro de Formação Treinamento e aperfeiçoamento- 2011.

OLIVEIRA JUNIOR, Eudes Quintino. O conceito de vulnerabilidade no Direito Penal. Disponível em: [http://www.unorp.br/downloads\\_blogs/o\\_conceito\\_de\\_vulnerabilidade.pdf](http://www.unorp.br/downloads_blogs/o_conceito_de_vulnerabilidade.pdf)> Acesso em 20/09/2019.



REHBEIN, Milene Schlosser; SCHIRMER, Candisse; **O Princípio Da Afetividade No Estado Democrático De Direito**, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/download/7052/4265>>. Acesso em: 19/08/2019.

RIO DE JANEIRO, Tribunal de Justiça. 10000280630681000 RJ, Relator: Magistrado: Alcides da Fonseca Neto, Data de Julgamento: 28/02/2007 , Câmaras Criminais / 11ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 03/03/2007. Disponível em: <<https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/2654239/lei-maria-da-penha-e-aplicada-em-acao-envolvendo-casal-gay>>. Acesso em: 18/08/2018.

SANTOS, Valdemir Ferreira; SILVA, Danila Dantas. A Lei Maria da Penha 11.340/2006: aplicabilidade aos casais homoafetivos. Revista Ideias&Inovações. 2013. Disponível em: <[https://periodicos.set.edu.br/index.php/ideias\\_einovacao/article/download/1246/634](https://periodicos.set.edu.br/index.php/ideias_einovacao/article/download/1246/634)> Acesso em: 20/08/2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, **ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE** – ADI 4277, Distrito Federal, Relator: AYRES BRITO. Data de Julgamento: 05/05/2011. Tribunal pleno. Data de publicação: Dje – 198 DIVULG 13-10-2011 Publicação 14-10-2011; Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/urisprudencia/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-4277-df-stf>>. Acesso em: 13/05/2018.

STRECK, Lenio Luiz; LIMA, Vinicius de Melo. **Lei Maria da Penha: uma concretização de direitos**. Revista Brasileira de Ciência Criminais, vol. 111/2014 | p. 333 - 357 | Nov - Dez / 2014.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. SOARES, Thiago de Guerreiro. **A aplicabilidade da lei maria da penha as novas modalidade de família**. Revista de Direito Privado | vol. 77/2017 | p. 139 - 170 | Maio / 2017 | DTR\2017\1105.

## DIREITO À CRECHE: ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Biatriz Montegutti Mendes França<sup>1</sup>  
Felipe Rubinatto Rosolem<sup>2</sup>  
Isabelle Lopes de Oliveira Zanolli<sup>3</sup>  
Lygia Maria Copi<sup>4</sup>

**Resumo:** O Estado deve assegurar dos 0 aos 5 anos de idade uma educação infantil de qualidade, esta que tem caráter universal, sendo possível também sua judicialização quando ele se abster. Constitucionalmente prevista desde a carta imperial o direito a educação sofreu algumas variações com o passar dos anos, mas é na constituição de 1988 que o direito a educação infantil é garantido de forma objetiva. Alguns limites podem ser analisados em relação a esse direito como por exemplo a reserva do possível. De todo modo, o Estado não pode utilizá-los como argumento para a não efetivação do mesmo. Se tratando do município de Cascavel é previsto em lei diretrizes a serem seguidas como forma de garantir a educação infantil para todos. Porém a realidade é outra e muitas crianças ainda aguardam uma vaga para creche, existindo imensas listas de espera. Com base nos dados coletados fica claro que a educação necessita de um maior investimento do poder público para que assim possa atender a todas as crianças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Direito à creche. Cascavel.

### 1 INTRODUÇÃO

Quando se disserta sobre o específico direito à creche é preciso compreender que há uma grande profundidade no que tange ao ser humano e sua dignidade e, de forma especial, à criança e sua infância, que deve ser sempre resguardada e protegida. O direito à educação deve ser inclusivo e possibilitar, a partir de uma unidade, a geração de igualdade social e possibilitar um engajamento que permite ser incluído na sociedade e no mercado de trabalho de forma livre. Apesar das diferenças regionais e heterogeneidades culturais, característicos do país, é preciso que todos tenham o acesso à digna educação, sendo o início desse processo na infância.

As creches, popularmente conhecidas como CMEI (Centros Municipais de Educação Infantil), são responsáveis pela materialização do direito à educação infantil ou seja, desse direito subjetivo propriamente dito. A cidade de Cascavel, no oeste do Paraná, tem 53 CMEIs, para uma população estimada de 324.000 habitantes, e é

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Direito no Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Direito no Centro Universitário UNIVEL. Bacharelado em Ciências Econômicas na Unioeste.

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Direito no Centro Universitário UNIVEL.

<sup>4</sup> Professora do curso de Direito na UNIVEL. Mestre em Direito das relações sociais na UFPR. Doutoranda em direito das relações sociais na UFPR.

conhecida como uma capital regional, com notório protagonismo na mesorregião, servindo como apoio estrutural em áreas como a saúde, o comércio, a agricultura e também a educação, em diversos níveis, especialmente no superior com a presença de respeitadas e elogiáveis instituições de ensino.

## **2 DIREITO À CRECHE**

### **2.1 Conceito e previsão constitucional**

O direito à educação infantil se trata de um direito fundamental social e universal, que deve ser assegurado pelo Estado dos 0 aos 5 anos, tendo por objetivo o pleno desenvolvimento da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. De acordo com o Ministério da Educação

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2009, p. 1).

No tocante à dimensão objetiva do direito, este é destinado a todos sem que haja qualquer distinção, desde que obedecida a faixa etária pré-estabelecida, conforme o disposto na Constituição Federal. Entretanto, uma característica muito importante deste direito é sua dimensão subjetiva, reconhecida pelo STF no ano de 2007, podendo assim ser exigido individualmente através de ação judicial quando se fizer necessário, acarretando a imposição da realização deste direito (MARINONI; MITIDIERO. SARLET, 2017).

Após extensa sequência de promulgações de Constituições Federais, a de 1988 é promulgada, representando um marco para o início de uma legítima democracia no Brasil. No que tange à educação, cabe especial destaque ao direito, estabelecendo também a educação infantil para crianças até 5 anos, de forma objetiva e realizável com o Estado como responsável irrenunciável, apesar de ser possível a iniciativa privada atender esse mercado (MARINONI; MITIDIERO; SARLET, 2017).

O artigo 205 da Constituição resume os objetivos educacionais, que tem seu processo iniciado na infância, estabelecendo o Estado e a família como destinatários desse dever, em colaboração com a sociedade, objetivando o preparo para o exercício da cidadania, pleno desenvolvimento e qualificação para o trabalho. Em seguida, o art. 206 prevê os princípios a serem seguidos, sendo eles

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar [...];
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988, s/p).

A educação é um direito fundamental social, amplamente resguardado pela Carta Magna, configurando uma dimensão subjetiva no que toca a educação infantil. A garantia da aplicação de um direito líquido e certo, como o da educação, ou pelo menos sua expectativa bastante próxima de uma real materialização em todo o complexo e heterodoxo nacional, nada mais é que algo justo e merecido a toda e qualquer criança brasileira, sem qualquer distinção (MARINONI; MITIDIERO, SARLET, 2017).

## 2.2 Limites

Apesar de a educação infantil em creches não ser obrigatória, isso não significa que o Poder Público pode se abster de assegurá-la, uma vez que o art. 208, IV, da Constituição prevê como dever do Estado a garantia da “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 anos de idade”, sendo de competência prioritária dos municípios, conforme o estabelecido no art. 211 §2º (BRASIL, 1988, s/p).

No tocante aos limites do direito à educação, comumente alega-se falta de recursos do Poder Público para assegurar esse direito a todos que necessitam, utilizando-se também do argumento das escolhas trágicas, ou seja, alocar a verba orçamentária onde há mais necessidade. De acordo com a Constituição, artigo 212, o

Estado deve aplicar no mínimo 18% do arrecadado com impostos para a manutenção do ensino e as unidades federativas, bem como os municípios, devem destinar ao menos 25% deste valor. Além disso, artigo prevê a prioridade de recursos ao ensino fundamental, contando também com arrecadações do salário-educação recolhidas pelas empresas. Com isso, nota-se a garantia constitucional no que se refere à destinação de verbas e prioridade de aplicação, não sendo possível usar a reserva do possível como objeção ao reconhecimento do direito subjetivo ao ensino fundamental (BRASIL, 1988; MARINONI; MITIDIERO; SARLET, 2017).

Além disso, o Supremo Tribunal Federal já consolidou o entendimento de que não é possível retroceder a proteção já consolidada, a fim de garantir, sobretudo, a segurança jurídica. A vedação ao retrocesso abrange não a supressão do direito, mas redução das prestações que já são ofertadas. Emerson Gabardo, citado por Sarlet; Zockun (2016, p. 132), corrobora neste sentido quando afirma que “ao Estado de bem-estar, como atividade que lhe é própria, responsabilizar-se pelo incremento civilizatório da sociedade, protegendo os indivíduos em face da possibilidade de retrocesso sociocultural, socioeconômico e socioambiental”.

Quando de fato há a comprovação da falta de recursos materiais, tais como vagas, escolas ou professores, o Poder Público pode ser condenado a construir novas escolas ou matricular a criança, às custas do governo, em uma escola particular, embora essa prática não seja a melhor. Para o ministro Celso de Mello, a reserva do possível não pode ser alegada pelo Estado a fim de evadir-se dolosamente dos seus deveres constitucionais, especialmente quando destes resulta na violação de outros direitos individuais e coletivos (STF, 2016).

A garantia do mínimo existencial não se limita apenas à manutenção da vida, mas abrange também uma dimensão sociocultural. Esse conceito, muitas vezes associado à dignidade da pessoa, deve ser analisado conforme a realidade na qual o indivíduo está inserido, uma vez que não há um padrão que englobe todas as situações e levando em conta que cada direito possui seu próprio caráter existencial. Sua importância se dá na interpretação dos direitos sociais, auxiliando também nas decisões em que há necessidade de assegurá-los mesmo contra as opções do Poder Público, órgão responsável pela concretização e aplicabilidade desses direitos, que,

mesmo com previsão expressa na Constituição, dependem da prestação de outrem (MARINONI; MITIDIERO; SARLET, 2017; SARLET; ZOCKUN, 2016).

### **3 ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO DE CASCAVEL – PARANÁ**

#### **3.1 Lei municipal**

A educação infantil no referido município vigora de acordo com o estabelecido na Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, a qual estabelece as diretrizes curriculares e prevê em seu artigo 5º que “as vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças” (BRASIL, 2009).

No tocante à legislação municipal, o Plano de Educação, com vigência até 2025, estabelece as diretrizes e planejamento para assegurar o direito aos cidadãos. A Lei Ordinária 6.869/2018, estabeleceu a alteração do art. 1º do anexo I, Meta I, estabelecendo, dentre outros,

Art. 1º Universalizar, até 2016, [...] a Educação Infantil em creches de forma a atender 80% (oitenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos, até o final da vigência deste PME.

II – Assegurar, em regime de colaboração com a União, a oferta gradativa da Educação Infantil para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, de forma a atender 60% (sessenta por cento) até o terceiro ano e chegar ao atendimento de 80% (oitenta por cento), garantindo a equidade da oferta para as instituições urbanas e do campo, até o nono ano do PME - CVEL.

VIII - Estabelecer e firmar parceria voluntária com Instituições de Ensino de Educação Infantil [...] para a oferta da Educação Infantil de 0 (zero) a 3 (três) anos, [...], a partir de 2016.

XV - Assegurar ações em parceria com os órgãos de assistência social, saúde e proteção à infância para a busca ativa de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, preservando o direito de opção da família e/ou de responsáveis legais, a fim de planejar o atendimento, a partir de 2021 (CASCAVEL, 2018a, p. 1).

Além disso, estabelece a garantia do acesso à educação infantil aos moradores da zona rural, bem como às crianças com deficiência ou transtornos do desenvolvimento, resguardando a eles atendimento especial, com material adequado e professor de apoio. Para acompanhar o andamento deste planejamento, a Lei estipulou, também, a divulgação semestral dos dados referentes às creches, a fim de verificar o atendimento a pelo menos 80% da demanda (CASCAVEL, 2018a).

A prioridade das vagas, regida pela Lei Ordinária 6.769/2017, art. 7, deve seguir os seguintes critérios: criança com deficiência, situação de vulnerabilidade, cujos pais ou responsáveis legais trabalhem, transferência e ordem cronológica, obedecendo a ordem disposta. Ademais, em 2008 foi estabelecido a quantidade de crianças em cada sala, bem como o número de alunos para cada professor. Dessa forma, a Lei 4958/2008 dispõe em seu art. 3º a limitação de 20 alunos na educação infantil, sendo que para cada 5 crianças, com idade de 0 a 3 anos, deve haver um professor. Em seu art. 5º, inciso III, é determinado a adequação gradativa desses limites, que, após o ano de 2010 deveria atingir 100% da rede municipal de ensino, fato que, em 2019, comprova-se não ter sido alcançada, conforme o disposto nos tópicos a seguir. Isso se deve principalmente às ações judiciais requerendo vagas devido ao alto índice de crianças aguardado nas listas de espera e à demora para serem chamadas para matrícula (CASCAVEL, 2008; CASCAVEL, 2017).

### **3.2 Dados em relação aos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI)**

Atualmente, o município de Cascavel conta com 53 Centros Municipais de Educação Infantil somados a 9 Centro de Educação Infantil ONG, os quais atendem cerca de 300 crianças até 3 anos. No total, a capacidade de atendimento do município no que se refere à creche (berçário, maternal I e II) é de 4.462 alunos, divididos em 245 turmas. Em tese, esses números estariam de acordo com a legislação vigente que estabelece a limitação de 20 alunos por sala. Entretanto, devido, principalmente aos casos judicializados, o número real de crianças matriculadas subiu para 4.687, excedendo a capacidade em 225 vagas, número que aumenta a cada ano (CASCAVEL, 2019b).

Em comparação com o mesmo período do ano passado, nota-se um aumento de 380 vagas realocadas nos CMEI's existentes, sendo que, naquela data, o excedente de alunos era de 174, totalizando 4.256 crianças. As tabelas a seguir ilustram a situação do município em relação aos dados de julho-agosto de 2018 e 2019 (CASCAVEL, 2018b; CASCAVEL, 2019b).

**Tabela 1** – Capacidade do CMEI e total de alunos em julho-agosto de 2018



TOTAL							
Centros Municipais de Educação Infantil	Nº Turmas por		Capacidade de atendimento dos CMEIS	Nº de Matrículas p/ Turno			TOTAL
		INTEGR		Manhã	Tarde	Integral	
TOTAL GERAL DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	BERÇÁRIO:	56	927	26	27	891	944
	MATERNAL I	68	1289	36	37	1253	1326
	MATERNAL II	99	1866	135	118	1733	1986
	PRÉ I	93	1868	214	266	1442	1922
	PRÉ II	5	114	40	58	0	98
	<b>TOTAL</b>	<b>316</b>	<b>5950</b>	<b>451</b>	<b>506</b>	<b>5319</b>	<b>6276</b>

Fonte: CASCAVEL, 2018b.

**Tabela 2** - Capacidade do CMEI e total de alunos em julho-agosto de 2019

Total de alunos matriculados nos Cmeis - Educação Infantil							
Centros Municipais de Educação Infantil	Nº Turmas por modalidade		Capac. de atend. CMEIS	Nº de Matrículas p/ Turno			TOTAL
				Manhã	Tarde	Integral	
TOTAL GERAL DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	BERÇÁRIO:	61	1003	71	68	957	1096
	MATERNAL I	79	1472	81	85	1347	1513
	MATERNAL II	105	1987	129	131	1818	2078
	PRÉ I	69	1421	69	121	1206	1396
	PRÉ II	3	68	15	38	0	53
	<b>TOTAL</b>	<b>314</b>	<b>5883</b>	<b>365</b>	<b>443</b>	<b>5328</b>	<b>6136</b>

Fonte: CASCAVEL, 2019b.

Com base nos documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação (CASCAVEL, 2019b), o CMEI com maior número excedente de alunos matriculados é o Espaço e Vida, com cerca de 13 crianças a mais, seguido pelo CMEI Pedro Dambros e o Profª Stanislava B. Bartinik, cada qual com 12 alunos acima da capacidade.

Esses dados fomentam a preocupação em relação à quantidade de profissionais contratados para cuidar e auxiliar tantos alunos, principalmente no que se refere aos números excedentes. Em 2018, o total de docentes era de 496, sendo que, diante disso, em média cada um deveria atender 8 alunos, o que se mostra em desconformidade com a Lei Municipal 4958/2008, sendo necessária a contratação de aproximadamente mais 355 professores para atender corretamente a demanda sem sobrecarregar os docentes (CASCAVEL, 2008).

No tocante à lista de espera, os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação demonstram números alarmantes, totalizando em torno de 4 mil crianças aguardando por uma vaga. As instituições mais requisitadas são a Profª Stanislava Boiarski Bartinik, com pouco mais de 400 nomes na lista, Doutora Zilda Arns

Neumann, com aproximadamente 380 crianças, e Professor Miguel Liba, com mais de 370 nomes. A procura maior é para matrícula em berçário, abrangendo bebês de até 1 ano de idade, fato que se deve, principalmente, à necessidade de trabalhar dos pais. Além disso, verifica-se a existência de diversas inscrições realizadas em 2017, ficando evidente a morosidade na realização e oferta de novas matrículas, obrigando muitos pais a inscreverem seus filhos na lista de espera logo após o nascimento (CASCAVEL, 2019a).

#### 4 JURISPRUDÊNCIA

Os problemas envolvendo vagas em creche não é atual, visto que a capacidade do município de Cascavel, é muito inferior ao número de crianças que necessitam. Além disso, a dificuldade em relação à distância do CMEI e a demora na lista de espera acabam motivando o requerimento da vaga via judicial. Sobre o tema, o entendimento do Supremo Tribunal Federal reconhece a dimensão subjetiva desse direito, assegurando que é um direito fundamental da criança e, portanto “não se expõe, em seu processo de concretização, a avaliações meramente discricionárias da Administração Pública nem se subordina a razões de puro pragmatismo governamental” (STF, 2012, p. 5), não sendo possível que o município se abstenha dessa obrigação imposta constitucionalmente, pois é uma prerrogativa indisponível.

Apesar dos processos tramitarem em segredo de justiça devido ao envolvimento de menores de idade, é possível verificar que um dos argumentos mais utilizados pelo município para rebater a ausência de vagas é a reserva do possível, alegando a falta de verbas para a construção de novas unidades e ampliação das existentes, bem como para a contratação de profissionais para atender tamanha demanda. Ademais, alegam que a concessão de vaga por meio de medida judicial acaba por ferir o princípio da isonomia, haja vista que há uma ordem de preferência na lista de espera, na qual aguardam milhares de crianças, sendo que isso também acarreta a desorganização na estrutura educacional (STJ, 2018).

Entretanto, em contrapartida, observa-se que a utilização da reserva do possível como forma de esquivar-se de uma obrigação não é cabível, pois a omissão estatal afeta a garantia do mínimo existencial, além de atingir diretamente normas

jurídicas que definem o dever estatal de assegurar a educação infantil. Neste sentido, o relator D'artangnan Serpa Sa, citado pelo ministro Og Fernandes, afirma

Direito a educação que se configura como direito social e necessário ao mínimo básico e existencial ao ser humano. O serviço de educação é dever fundamental do estado, e ante o descumprimento do dever constitucional pelo município, deve o judiciário, quando provocado, determinar que se cumpra a ordem fundamental, sob pena de aplicação de multa diária (STJ, 2018, p. 1).

A requisição reiterada de vagas em creches acarretou entendimento jurisprudencial majoritário em face de determinar provimento ao pedido, culminado na condenação do município a cumprir o que se pede. Nestes casos, a imposição de astreintes é vista como forma de obrigar o cumprimento da decisão judicial, seguindo critérios de razoabilidade de valores, mesmo em casos em que o único obstáculo para o cumprimento seja o descaso do devedor (STJ, 2018).

## 5 METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica e coleta de dados por meio de contato com a Secretaria Municipal de Educação a fim de analisar a situação acerca da educação infantil na cidade.

## 6 RESULTADOS

Com base nos dados coletados e nas pesquisas realizadas, é possível notar que, apesar de a educação infantil ser um direito das crianças, o poder público não consegue assegurá-lo às todos que necessitam. Em relação ao município de Cascavel, no Paraná, os dados em relação ao período de julho e agosto de 2019 demonstram um montante de aproximadamente 4 mil crianças aguardando por uma vaga, sendo que o tempo de espera pode ultrapassar dois anos. Além disso, verifica-se o excedente de alunos em diversas turmas e a ausência de professores em quantidade suficiente para atender a demanda, sobrecarregando esses profissionais e comprometendo o pleno desenvolvimento dos alunos, que necessitam de atenção específica e direcionada. Para solucionar essa problemática seria preciso a

construção de mais Centros Municipais de Educação Infantil, bem como a contratação de mais profissionais para conseguir atender a demanda do município.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É dever do Estado assegurar educação infantil em creches e pré-escola para crianças até 5 anos, sendo este um direito subjetivo ao indivíduo que pode por sua vez requerê-lo juntamente ao poder judiciário. Nestes casos, o argumento da reserva do possível não pode ser utilizado para a não efetivação do direito, porém, quando comprovada a falta de recursos, pode ser aplicadas outras sanções ao poder público como por exemplo a construção de novas instituições de ensino.

No tocante ao município de Cascavel, a educação infantil é determinada por lei, que define diretrizes a serem seguidas como forma de garantir este direito aos cidadãos. A legislação municipal estabelece o acesso à educação infantil a todos, assim como o número de alunos por sala e quantidade de professores por criança. Em relação aos centros municipais de educação infantil (CMEI) é notório a enorme quantidade de crianças que ainda aguardam uma vaga, não havendo a total efetividade do direito. Além disso, muitos CMEI's têm matrículas excedentes a sua capacidade, levando à sobrecarga dos professores, que são insuficientes para atender tamanha demanda. Devido a morosidade das listas de espera, muitos processos são ajuizados requerendo vaga em creche, onde majoritariamente se dá provimento ao pedido. A falta de vagas é um problema antigo, não somente no município de Cascavel, mas em muitos outros. A educação infantil está diretamente ligada ao desenvolvimento da criança e por isso merece mais investimentos e uma maior atenção do poder público.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009. Disponível em:

[http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005\\_2009.pdf](http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf). Acesso em: 31 de agosto de 2019.

CASCADEL. **Lei Municipal nº 4958, de 02 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da rede municipal de ensino e dá outras providências. Cascavel, 2008. Disponível em: [https://www.camaracascavel.pr.gov.br/leis-municipais.html?sdetail=1&leis\\_id=5065](https://www.camaracascavel.pr.gov.br/leis-municipais.html?sdetail=1&leis_id=5065). Acesso em: 01 de setembro de 2019.

CASCADEL. **Lei Municipal nº 6769, de 30 de outubro de 2017**. Dispõe sobre a lista de espera por vagas nos centros municipais de educação infantil (cmei's) e suas prioridades. Cascavel, 2017. Disponível em: [http://www.camaracascavel.pr.gov.br/images/stories/leis/files/6\\_769.pdf](http://www.camaracascavel.pr.gov.br/images/stories/leis/files/6_769.pdf). Acesso em: 31 de agosto de 2019.

CASCADEL. **Lei Municipal nº 6869, de 04 de julho de 2018**. Altera dispositivos do anexo I da lei n. 6.496, de 24 de junho de 2015, que aprova o plano municipal de educação do município de Cascavel-PR para a vigência 2015 – 2025, conforme especifica. Cascavel, 2018a. Disponível em: [http://www.camaracascavel.pr.gov.br/images/stories/leis/files/6\\_869.pdf](http://www.camaracascavel.pr.gov.br/images/stories/leis/files/6_869.pdf). Acesso em: 31 de agosto de 2019.

CASCADEL. **Secretaria Municipal de Educação**. Divisão de Estatística, Documentação Escolar e SERE. Estatística julho - agosto 2018. Cascavel, 2018b. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=571&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1552919569702&file=BA8CA7EFE7F99F1266A0858E668635B6B1879D33&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 02 de setembro de 2019.

CASCADEL. **Secretaria Municipal de Educação**. Lista de Espera – Classificação por Ordem de Chegada – Lista de 2019. Cascavel, 2019a. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1565002095965&file=703FD962163A90FCD704D9C9C5F46DFB723C5A03&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 01 de setembro de 2019.

CASCADEL. **Secretaria Municipal de Educação**. Divisão de Estatística, Documentação Escolar e SERE. Estatística julho - agosto 2019. Cascavel, 2019b. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1565702888474&file=44762ABC3E4D552FB6BD2C3F0EB2D9F2493222FC&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 02 de setembro de 2019.

MARINONI, L. G.; MITIDIERO, D.; SARLET, I. W. **Curso de Direito Constitucional**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SARLET, I. W.; ZOCKUN, C. Z. Notas sobre o mínimo existencial e sua interpretação pelo STF no âmbito do controle judicial das políticas públicas com base nos direitos sociais. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 3, n. 2, p. 115-141, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rinc/v3n2/2359-5639-rinc-03-02-0115.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2019.

STF. **Agravo em Recurso Extraordinário**: 3157876. Relatora Ministra Carmen Lúcia. DJ: 17/05/2012. Supremo Tribunal Federal, 2012. Disponível em:



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoTexto.asp?id=3157876&tipoApp=RTF>.  
Acesso em: 16 de setembro de 2019.

STF. **Recurso Extraordinário**: RE 956.475. Relator Ministro Celso de Mello. DJ: 12/05/2016.  
Supremo Tribunal Federal, 2016. Disponível em:  
<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE956475RJDeciso.pdf>. Acesso  
em: 31 de agosto de 2019.

STJ. **Agravo em Recurso Especial**: AgRE 1.288.571 - PR (2018/0105584-1). Relator:  
Ministro Og Fernandes. D: 04/06/2018. Superior Tribunal de Justiça, 2018. Disponível em:  
<https://ww2.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/MON?seq=83224026&tipo=0&nreg=201801055841&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20180606&formato=PDF&salvar=false>.  
Acesso em: 01 de setembro de 2019.



## **DIREITOS HUMANOS: O RELATO DE UMA PRÁTICA COM TEATRO DE FANTOCHES DOS ANOS DE 2014 E 2015**

Kátia Salomão<sup>1</sup>  
Brenda de Oliveira Moraes<sup>2</sup>  
William Lucas Alves<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como foco apresentar os resultados do projeto de 'Direitos Humanos: uma prática com teatro de fantoches', além de realizar um breve estudo sobre os Direitos Humanos e sobre os Direitos das crianças e adolescentes. Por isso, serão analisados os resultados práticos referentes a 2014 e 2015 sobre esta prática de Teatro de Fantoches, que teve o objetivo de resgatar valores éticos e morais, intrínsecos a primeira infância. A principal problemática enfrentada nas oficinas deste relato foi o enfrentamento com o estudo da mitologia e dos direitos humanos, no sentido de enlaçar as ideias, transpondo os valores e princípios da mitologia e das fábulas para os dias atuais a fim de tratar dos Direitos Humanos e da Dignidade da criança e do adolescente. A partir destas ações pode-se constatar a influência do uso da ludicidade pelo uso dos fantoches e a realização da Contação de Histórias, mas também nota-se o fato da discussão sobre os princípios e valores éticos pelo seu impacto ao público. Este projeto teve impacto tanto para os acadêmicos envolvidos nesta extensão universitária como para a comunidade, já que sua intenção crucial centrou-se no resgate de princípios e valores éticos relevantes para o meio social, promovendo a igualdade entre os sujeitos e ressaltando a importância da dignidade humana.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Contação de Histórias, Teatro de Fantoches.

### **1. Introdução**

Apesar do crescimento modernização provocada pelo desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, percebe-se que a prática de Teatro de Fantoches associada aos Direitos Humanos e a contação de histórias, quanto inseridas no contexto das escolas de educação infantil corrobora com a valorização das atividades lúdicas e tem sido cada vez mais discutida, principalmente na educação infantil.

Nesse sentido, as oficinas realizadas pelo projeto 'Direitos Humanos: uma prática com teatro de fantoches' teve como foco principal o estudo da mitologia grega,

---

<sup>1</sup> Professora associada do Centro Universitário Univel, onde atua no ensino de Filosofia Geral e Jurídica, Filosofia da Educação, Hermenêutica jurídica e áreas a fins. Possui especialização em Filosofia Política e Jurídica (UEL-2006), Mestrado na área de Filosofia (UNESP-2008), com ênfase em ética e filosofia política. Doutora em Filosofia (UNIOESTE-2019) com ênfase nos aspectos éticos e políticos. Coordenadora do projeto institucional Direitos Humanos: uma prática com teatro de fantoches.

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Direito no Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmico do curso de Direito no Centro Universitário Univel.



o estudo de nosso folclore e suas fábulas, no sentido de entender os valores humanos fomentados nestes contextos. Mas, também aliando aos roteiros do teatro, a transposição dos Direitos Humanos chancelados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para tais abordagens lúdicas.

Por sua vez, o presente artigo aborda os valores éticos, assim como a presença dos Direitos Humanos, Dignidade da Pessoa Humana, direitos e deveres do cidadão, estimulando estes a partir do lúdico na educação. O aprender brincando, abordado no artigo por meio da metodologia descritiva do projeto de extensão ‘Direitos Humanos: uma prática com teatro de fantoches’, sem dúvidas expressa a prática do lúdico na educação e sua relevância.

## **2. Uma breve Discussão sobre Direitos Humanos e Ludicidade**

A violação de direitos é toda e qualquer situação que ameace ou viole direitos da pessoa humana. Neste artigo em específico será abordado a violação dos direitos da criança e do adolescente como também os valores éticos de nossa sociedade e a ludicidade na educação da criança e do adolescente, além de tratar dos direitos humanos e o respeito social.

A violação de direitos da criança ou do adolescente se dá pela ação ou omissão dos pais ou responsáveis, da sociedade e até mesmo do Estado. Essa violação ocorre através da exploração do trabalho infantil, violência sexual, uso de álcool e drogas por parte dessas crianças e adolescentes, que estão em situação de rua e até mesmo perdidos e desaparecidos.

No Brasil vigora o ECA, isto é, O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990) é uma norma brasileira reconhecida internacionalmente como um modelo de legislação para a infância e adolescência. Neste documento aponta-se que respeitar, proteger e garantir os direitos das crianças e do adolescente é de responsabilidade do Estado, da família, da comunidade e da sociedade como um todo.

Segundo o ECA (1990) o trabalho infantil é caracterizado como um trabalho

realizado por crianças e adolescentes menores de 14 anos sob qualquer condição e atividades laborais exercidas por adolescentes de 16 à 18 anos em horário noturno, das 22h às 5h, ou em condições insalubres, perigosas ou degradantes. Crianças menores a esta idade são expressamente proibidas de atuar laboralmente, cabendo a elas a educação nas fases iniciais.

O ECA (1990) ainda expressa que a violência sexual é a submissão da criança ou do adolescente a atos ou jogos sexuais, sendo expressamente entendida como crime de grave lesão. O consumo de álcool e outros é previsto nos arts. 81 e 243 do ECA, sendo crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar de qualquer forma bebida alcoólica ou outros à criança ou adolescente.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2016) considera que a situação de rua da criança ou adolescente se dá de diversas formas: uma das formas é com a família; mas também pode ser com aqueles que não tem vínculo familiar mas vivem na rua. Ainda estas crianças e adolescentes em situação e rua são submetidos ao trabalho infantil, violência sexual, física, moral e psíquica, e até em situações gravíssimas obrigadas ao estupro e vícios em álcool e outras drogas. Segundo pesquisa referente ao ano de 2016 realizada pelo Conanda verificou-se:

Pesquisa censitária nacional identificou 23.973 crianças e adolescentes em situação de rua. Dessas, 59,1% dormem na casa de sua família (pais, parentes ou amigos) e trabalham na rua; 23,2% dormem em locais de rua (calçadas, viadutos, praças, rodoviárias, etc.), 2,9% dormem temporariamente em instituições de acolhimento e 14,8% circulam entre esses espaços. (CONANDA, 2016, s/p).

Por isso, caso seja presenciado algum dos casos abordados acima deve-se comunicar o Conselho Tutelar ou fazer a ligação para o número 100 que tem o funcionamento de 24h, ou até mesmo com os meios tecnológicos avançados, através do aplicativo Proteja Brasil.

Os Direitos da Criança e do Adolescente são direitos previstos para pessoas até 18 anos de idade. A Organização das Nações Unidas (ONU, 1990) em 1989 adotou a Convenção sobre Direitos da Criança, sendo um tratado internacional que reconhece direitos específicos para as crianças e adolescentes. Tais direitos são de

fundamental importância e todas as crianças e adolescentes usufruem destes, sendo também 196 países de acordo com a Convenção.

Segundo a ONU (1990) a criança e o adolescente têm direito previsto pela Convenção à proteção, participação e provisão. Sendo está guiada por princípios como a não discriminação (art. 2º), o melhor interesse da criança (art. 3º), o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (art. 6º) e o direito a ser ouvida e levada a sério (art. 12), sendo esses direitos previstos em 54 artigos e protocolos facultativos que são direitos adicionais. A ONU possui também o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), tendo como objetivo a assistência e assessoria especializada à criança e o adolescente. Todos os direitos são de suma importância e andam conectados entre si, sendo esses direitos inerentes à pessoa humana desde o seu nascimento, sem que outrem possa tirar de si.

A Constituição Federal de 1988 é caracterizada por ser a lei suprema em nosso país, com isso, também é conhecida por ser uma Constituição Cidadã. No seu art. 5º ela prevê que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de cor, sexo, raça, etnia, ou até mesmo idade. Logo Direitos Humanos confluem com os direitos fundamentais, ou seja, são de extrema importância para que se viva com dignidade, valor intrínseco também as crianças e adolescentes.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) ressalta tais direitos como o direito à liberdade, respeito, educação e segurança, ou seja, são alguns dos direitos fundamentais. Esses direitos foram compreendidos e concedidos à toda a sociedade, não só no Brasil, através de um processo e construção história, contudo, foi através de lutas e conquistas que se conseguiu alcançar tais direitos.

Em relação ao processo histórico, um dos marcos do reconhecimento desses direitos a liberdade foi em 1789 na França, durante a Revolução Francesa que ficou marcada pela luta de “liberdade, igualdade e fraternidade”, logo após outro grande marco foi a após as duas grandes guerras no século XX, no qual, diante deste cenário após 1948 surgiu a Organização das Nações Unidas, junto com a ONU veio a Declaração Universal dos Direitos do Humanos, que tem em seu corpo textual a previsão de direitos fundamentais para o ser humano.

Os direitos humanos estabelece uma rede de proteção para a pessoa, sendo

esses direitos os direitos fundamentais previstos tanto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), quanto pela nossa Constituição Federal (1988). Nestes documentos são previstos os direitos à saúde, educação, trabalho, moradia, lazer, à segurança, entre outros que devem ser assegurados pelos países signatários desta declaração, inclusive pelo Brasil.

Todavia, o Estado tem o papel fundamental na criação de Leis que garantam direitos e tratem todos em uma posição de igualdade, inclusive crianças e adolescentes. Assim, o Estado tem que garantir o mínimo existencial para o ser humano através de serviços públicos como a educação, saúde e assistência social. Ao não garantir esse mínimo existencial, o Estado está sendo deficitário naquilo que é essencial para o ser humano, desrespeitando a sua dignidade. Logo, o Estado ignorando crianças e adolescentes em situação de risco, acaba por negligenciar Direitos inalienáveis e tangíveis aos mesmos.

Mas, a problemática que se implanta gira em torno da abordagem dos Direitos e Deveres das crianças e dos adolescentes, e na condição de torna-los sujeitos de direitos conscientes de seus direitos e deveres diante o Estado. Isto é, qual seria o melhor caminho para esclarecer tais sujeitos de direitos, que apesar de ainda não terem contemplado a idade adulta, tem preferência sobre Direitos Humanos e direitos fundamentais.

É neste escopo que se sobressai a principal ideia que envolve o projeto de Direitos Humanos: uma prática com teatro de fantoches, onde uniu-se a ludicidade da contação de histórias como metodologia para disseminar valores, direitos e princípios inerentes a primeira infância. Neste sentido, sobressai a ludicidade como principal forma de aprendizagem e ensino na infância.

## **2.1 O Lúdico da Educação**

O lúdico na educação é promover a aprendizagem da criança através da brincadeira, jogos e brinquedos, prevendo a participação maior da criança na aprendizagem através daquilo que mais interessa ela. Segundo Rau (2013) Platão defendia que educar as crianças era de suma importância para a busca da felicidade e a sociedade como garantidora da educação.

Para Rau (2013) Platão é um dos grandes nomes da filosofia que fundamentam a base da pedagogia atual. O mesmo visava que a educação era um processo de busca por respostas durante o aprendizado das crianças, e defendia a liberdade destas na medida de suas inquietações para despertar esse questionamento. Ele defendia que a cidadania se constrói na infância na medida que valores e princípios são ensinados na infância. Nesse sentido, o melhor caminho para o aprendizado é na brincadeira. Na *República* de Platão toda criança até os 12 anos deveria brincar e aprender pela competição e através da ludicidade.

Para Rau (2013) é notório o prazer das crianças de todas as gerações no ato de brincar. Uma das grandes dificuldades dos educadores até os dias de hoje em diferentes países, é a relação da metodologia lúdica com o contexto educacional, onde não se encontra uma maneira de educar as crianças através da brincadeira, apesar de terem a noção de que a brincadeira é de suma importância e desperta a atenção e vontade dos pequenos.

Segundo Piaget (*apud* RAU, 2013, p. 15) “o jogo é a construção do conhecimento agindo sobre os objetivos, as crianças desde pequenas estruturam seu espaço e o seu tempo, desenvolve a noção de causalidade a representação e finalmente a lógica”.

O alemão Froebel (*apud* RAU, 2013, p. 15) fundou o jardim de infância, sendo um dos primeiros a estimular a ideia de ensino lúdico, onde as crianças aprendem mais brincando e jogando, pois se há uma estimulação não só física, mas também mental. Ele também elaborou canções e brincadeiras que pudessem ser inseridas no meio pedagógico.

A educação deve sair do ambiente fechado que é a sala de aula, e dar ao aluno uma sensação de liberdade, para adquirir conhecimento através do contato com a natureza e sociedade, através de atividades livres. Assim, ao mesmo tempo em que a criança aprende ela satisfaz os seus prazeres.

No brinquedo o pensamento está separado dos objetos a ação surge das ideias e não das coisas: um pedaço da madeira torna-se um boneco e um cabo de vassoura torna-se um cavalo. A ação regida por regras começa a ser determinada pelas ideias e não pelos objetos. Isso representa uma tamanha inversão da relação da criança a situação concreta, real e imediata, que é

diffícil subestimar seu pleno significado. (VYGOTSKY, 2007, p. 122).

Dessa forma, deve-se valorizar o ato de brincar, ou seja, tanto os educadores como a própria família devem resgatar esse ato e ver que o jogo é uma necessidade que caminha com a criança. Logo, através dos jogos e do estímulo a imaginação a criança tem a oportunidade de se expressar, socializar e extravasar, devendo-se valorizar a brincadeira no processo de aprendizagem. Assim sendo, o brincar é uma maneira até mesmo da criança ter uma facilidade na comunicação, redução na agressividade ao conviver em sociedade e atingir uma certa autonomia.

Por isso, nos anos de 2014 e 2015, foi realizado pela UNIVEL (Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel) o projeto “Direitos Humanos: uma prática com teatro de Fantoques”, o qual teve a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr. Kátia Salomão, com o objetivo de unir a prática do teatro de fantoches que é essencialmente lúdica com a discussão sobre os Direitos Humanos na Infância e adolescência.

### **3 Metodologia**

O projeto Direitos Humanos uma prática com teatro de fantoches é de caráter institucional e por isso como primeiro passo, em ambos os anos, se a seleção de alunos de varias áreas de conhecimento. Pois, prioriza-se a interdisciplinaridade do projeto como sua principal característica.

Inicialmente, foi realizada uma reunião para elencar como se daria o desenvolvimento do projeto e também sobre técnicas de elaboração dos fantoches que seriam utilizados nas ações, além da confecção dos roteiros utilizados que precisarão ser adaptados para a discussão sobre os direitos humanos.

As histórias foram roteirizadas para o teatro de fantoches, e ainda inseriu-se a tais roteiros os valores e Direitos Humanos essenciais para o esclarecimento das crianças e adolescentes. Dentre essas histórias, foram adaptadas: Menina Bonita do laço de Fita, O mito de Pandora, O mito do Minotauro; Uma boa ação; A estrela do Amanhã; A menina do colar de pérolas; Vetuno e Pomona, as quais continham uma abordagem sobre valores. Durante os anos de 2014 e 2015 várias escolas do



município de Cascavel receberam a visita do projeto Direitos Humanos: uma prática com teatro de fantoches. Segue o relato destas práticas.

#### 4. Resultados

A primeira apresentação ocorreu no “Dia da Responsabilidade Social”, que aconteceu dia 20 de setembro de 2014, no Centro de Artes e Esportes Unificados de Cascavel – CEU, do bairro Santa Cruz em Cascavel. A festa contou com a participação de acadêmicos, professores e da direção da Univel que participaram junto da comunidade, de atividades culturais e prestação de serviços para a população carente.

Nesse íterim se inserem os alunos de Artes e Pedagogia com a Teatro de Fantoches, que fez a diferença ao oferecer as crianças a oportunidade de uma atividade lúdica, contanto que envolve a possibilidade de aprender brincando.

**Imagem 1:** Auditório do CEU no dia 20/09/2014



**Fonte:** UNIVEL, 2014.



No dia 19 de setembro de 2015 novamente no 'Dia da Responsabilidade Social', juntamente com outros cursos dessa IES (Instituição de Ensino Superior) o projeto de extensão em Teatro de Fantoches: resgatando valores éticos se dedicou a um evento muito gratificante e especial: a responsabilidade social anualmente realizada pela UNIVEL (União Educacional de Cascavel).

O evento foi realizado na Paróquia Santa Rita de Cassia e contou com a presença de professores, colaboradores e Alunos, que fizeram dessa atividade um dia cheio de atividades para os moradores do bairro Morumbi. Esse evento de responsabilidade social é um mecanismo onde os projetos de extensão em conjunto podem cumprir seu papel atingindo o público e a comunidade externa, para além das fronteiras dessa IES.

**Imagem 2:** Contadores interagindo com as crianças do Morumbi



**Fonte:** UNIVEL, 2015.

Em 2014, ocorreu um projeto no Colégio Estadual Duque de Caxias, o qual há 10 anos tem a atividade de Teatro de Fantoches na semana do dia das crianças. O projeto se desenvolve em formato de concurso, onde cada ano do 6º ao 8º ano do

ensino fundamental, fica responsável por um tipo de Teatro de Fantoques, as que são apresentadas no evento, passaram por um processo de seleção anterior. Os acadêmicos da UNIVEL, foram ao evento transmitir o conhecimento das técnicas de Teatro de Fantoques, permitindo a troca de conhecimentos.

Em 2015, ocorreu no centro de artes e esportes unificados de Cascavel, em comemoração ao dia das crianças, integrantes do projeto foram até o local desenvolvê-lo. O Projeto de Direitos Humanos com Teatro de Fantoques esteve presente no evento “Vem Brincar” realizado pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e o Núcleo ODM/CPCE Cascavel. A ação foi realizada em parceria de 10 instituições, onde foi oportunizado aos alunos da Escola Municipal Prof.<sup>a</sup> Arminda Tereza Villvock. Foi realizado Teatro de Fantoques com objetivo de estimular a leitura e vários gibis coletados foram distribuídos.

A apresentação do projeto, se deu juntamente ao Grupo Geração, o qual é um grupo de apoio voltado a terceira idade na cidade de Cascavel. De início, foi exposto pela coordenadora a importância do projeto, em seguida se expôs o modo de elaboração dos fantoches em espuma para as alunas e alunos do grupo geração. Além disso, os acadêmicos da UNIVEL apresentaram histórias aos idosos.

Os alunos do projeto participaram da abertura do evento. Foram apresentadas três histórias, as quais tratavam sobre preconceito, ética e educação. Após a apresentação, os alunos acompanharam o evento com os temas de administração e recursos humanos.

O grupo de Teatro de Fantoques, fez sua participação com as histórias “Surrão” e “Uma boa ação”. O público se mostrou animado, houve relatos sobre o fato que as histórias passavam boas mensagens resgatando valores éticos e morais.

A partir da aplicação do projeto pelo comparecimento às realidades educacionais e comunitárias, tendo como público não somente crianças e adolescentes pôde-se notar a influência do uso lúdico do Teatro de Fantoques e também a aproximação dos contadores ao público, disseminando direitos humanos e sua conscientização.

Ademais, como fator principal, obteve-se a compreensão do público quanto ao cunho principiológico e moral de cada história apresentada, trazendo alegria e

resgatando valores éticos aos ouvintes. Neste sentido, a extensão aqui relatada se concretizou utilizando diversas técnicas de Teatro de Fantoches, tornou-se um processo diferenciado de difundir conhecimentos e capaz de criar valores e pensamentos críticos a respeito de cada moral e direitos relatados nas histórias e fábulas.

Como consequência das atividades, nos contextos nos quais o projeto era aplicado, foram distribuídos gibis, arrecadados anteriormente pelos acadêmicos, às crianças e aos adultos, livros de literatura, como forma de incentivo a todos à leitura, pois a partir dela se desenvolve também os valores.

## **5. Considerações Finais**

Por todos esses aspectos notou-se que os valores éticos presentes em nossa sociedade é de suma importância para o desenvolvimento da mesma. Vale ressaltar que os Direitos Humanos, Dignidade da Pessoa Humana, valores da pessoa humana e direitos e deveres devem ser assegurados e protegidos de forma eficaz pelo Estado de uma forma vertical e também particulares de uma forma diagonal.

O projeto mencionado no artigo teve e tem como objetivo promover e levar o lúdico da educação para as crianças e mostrar que brincando se aprende mais. A ludicidade presente no teatro tem o foco em despertar nas crianças o seu interesse e o esclarecimento sobre seus direitos e deveres, mas sem criar o estigma de que aprender sobre Direitos Humanos é algo enfadonho e cansativo.

A partir da compreensão desses valores principiológicos morais e éticos intrínsecos nas histórias mitológicas e nas histórias folclóricas, elas foram transformadas numa linguagem metodologicamente didática e efusivamente lúdica (foram roteirizadas), utilizando-se de técnicas específicas de contação e cenários alternativos, isto é, através das técnicas de cotação de histórias: pois se sabe que através do brincar a criança constrói valores para toda vida.

## REFERÊNCIAS

**A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).** Disponível em:  
<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 27 de set. 2019.

CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). **Pesquisa do CONANDA aborda crianças em situação de rua.** 2016. Disponível em:  
<https://www.direitosdacrianca.gov.br/migrados/pesquisa-do-conanda-revela-as-condicoes-de-vida-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 27 de set. 2019.

COELHO, Betty. **Contar histórias – Uma arte sem idade.** São Paulo: Ática, 1986.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **A lucidade na educação: uma atitude pedagógica.** 1º. Ed. Curitiba: Editora IBPEX Dialógica, 2013.

SALOMÃO, Kátia R. **Construindo valores éticos a partir da Contação de Histórias.** Relatório conclusivo apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel UNIVEL, 2014.

SALOMÃO, Kátia R. **Contação de Histórias: Resgatando valores éticos.** Relatório conclusivo apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel UNIVEL, 2015.

ONU (Organização das Nações Unidas, 1990). **A Convenção sobre os Direitos da Criança.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 27 de set. 2019.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

## **DIREITOS HUMANOS: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS PRÁTICAS COM TEATRO DE FANTOCHES DOS ANOS DE 2016 E 2017**

Kátia Salomão <sup>1</sup>  
Daiane Vidal <sup>2</sup>  
Leticia Klabunde <sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo trata dos resultados do projeto de extensão realizado pelos alunos do Centro Universitário-Univel referente aos anos de 2016 e 2017, além de uma breve análise sobre como as crianças aprendem seus Direitos Humanos, seus valores e princípios através da ludicidade do teatro. Assim, a problemática enfrentada pelo projeto foi transportar para os roteiros do teatro os Direitos Humanos e os valores e princípios que sustentam a dignidade humana e os direitos fundamentais da criança e do adolescente previstos pela ONU (Organização das Nações Unidas) e pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Foi utilizada a metodologia de análise dedutiva na organização dos dados bibliográficos e descritiva na análise dos resultados do projeto de Direitos Humanos. Tal projeto teve importância tanto para os acadêmicos, professores quanto para a comunidade envolvida, já que resgatou valores éticos importantes para a convivência social, ou seja, princípios intrínsecos à construção de sujeitos autônomos e ativos, como fomentador da Dignidade Humana a fim de rejeitar qualquer diferenciação entre raça, cor, gênero. Além disso, as técnicas utilizadas são ferramentas interdisciplinares na busca pela ação pedagógica efetiva.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Contação de História. Ação Pedagógica. Teatro de Fantoques.

### **1. Introdução**

O artigo tem como objetivo demonstrar o funcionamento do projeto 'Direitos Humanos: uma prática com teatro de fantoches' e discutir a utilização do lúdico como ferramenta de fomento dos Direitos Humanos e da Dignidade ainda na infância. O artigo ainda apresenta os resultados das oficinas realizadas nas escolas no município de Cascavel-PR nos anos de 2016 e 2017.

O ponto de partida desta discussão foi a disseminação dos Direitos Humanos através da contação de história com uso das técnicas de teatro de fantoches

---

<sup>1</sup> Professora associada do Centro Universitário Univel, onde atua no ensino de Filosofia Geral e Jurídica, Filosofia da Educação, Hermenêutica jurídica e áreas a fins. Possui especialização em Filosofia Política e Jurídica (UEL-2006), Mestrado na área de Filosofia (UNESP-2008), com ênfase em ética e filosofia política. Doutora em Filosofia (UNIOESTE-2019) com ênfase nos aspectos éticos e políticos. Coordenadora do projeto institucional Direitos Humanos: uma prática com teatro de fantoches.

<sup>2</sup> Acadêmica do 4º período do Curso de Direito - Centro Universitário UNIVEL

<sup>3</sup> Acadêmica do 4º período Curso de Direito - Centro Universitário UNIVEL.



fantoches, no sentido de entender os valores humanos fomentados no contexto da educação das séries iniciais. Logo, o principal objetivo é buscar uma compreensão dos valores humanos, principiológicos, morais e éticos, intrínsecos aos direitos humanos e inerentes ao desenvolvimento da cultura do homem.

Por isso, através da realização de visitas em escolas, buscou-se por meio das práticas com teatro de fantoches uma discussão direta sobre direitos humanos com jovens e crianças, com o objetivo voltado em construir valores para a vida, promovendo a responsabilidade social e ampliação dos direitos humanos.

Este projeto de extensão universitária teve caráter interdisciplinar na IES (Instituição de Ensino Superior) e foi direcionado a alunos dos cursos de Direito, artes e Pedagogia, os quais foram treinados, orientados e reunidos em diversas atividades antes das efetivas visitas. Assim, com o auxílio da coordenadora do projeto, os mesmos ajudaram a produzir os fantoches, confeccionaram e revisaram os roteiros a fim de simplificá-los cada vez mais, além de participarem de ensaios antes de realmente apresentarem nas escolas.

Cada história narrada tem enlaçada a si valores ético e principiológico tangíveis aos Direitos Humanos, com intuito de deixar uma mensagem de reflexão para as crianças. O teatro é um meio lúdico de realizar o processo de ensino e aprendizagem de maneira metodologicamente didática, o qual utiliza técnicas para chamar atenção do lúdico nas crianças, construindo assim um imaginário que será indubitavelmente levado para toda sua vida.

## **2. Lúdico e Educação**

A aprendizagem baseada no lúdico é conduzida com a prática de jogos, brincadeiras, tendo como objetivo de ajudar no desenvolvimento da criança ou adolescente. A adequação ao uso de recursos lúdicos, auxilia na aprendizagem do educando, sendo possível notar a evolução no processo de aprendizagem das criança contempladas com tal método de ensino, com base em suas interações sociais, culturais e motoras.

Segundo Kishimoto (1999) acredita-se que os docentes tem conhecimento sobre a importância do lúdico, das dinâmicas e brincadeiras e até mesmo das representações por meio do teatro de fantoches ou outros instrumentos e técnicas, embora, muitos manifestem tendências e recusar o uso da ludicidade, até mesmo por dificuldades em desenvolver uma metodologia lúdica adequada.

Vigotski (2007, p. 111) afirma que através do brincar, a criança é capaz de satisfazer as necessidades e estruturar-se na medida em que ocorrem transformações em sua consciência. Para o autor: "(...) um boneco e um cabo de vassoura torna-se um cavalo. A ação regida por regras começa a ser determinada pelas ideias e não pelas ideias e não pelos objetos". Tais aspectos da teoria de Vigotski representa como o brinquedo atua como principal promotor na capacidade do desenvolvimento da capacidade representativa na infância.

Atualmente, fala-se em gamificação da educação, mas desde Platão sabe-se que o jogo é uma necessidade para a criança em seu processo de aprendizado. Para Platão (*apud*, RAU 2013) é na competição, na disputa, e nas brincadeiras que se desenvolvem as virtudes e os valores na infância. Isto porque, somente a teoria em sala de aula, não é o suficiente, pois as crianças tem atenção limitada e o lúdico entra para tentar prender ao máximo a capacidade de concentração e até mesmo desenvolvê-la melhor.

De acordo com Piaget (1975) quando os educadores refletem sobre as possibilidades de intervenção e de ensino com a utilização do lúdico, por vezes relatam muitas experiências em que esse método fez com que aproximasse a relação entre professores e aluno e até pais e filhos. Sob esse aspecto, se o educador souber interpretar os questionamentos que seus alunos fazem, a maneira como exploram objetos, como se comportam, ele irá perceber que existem inúmeras possibilidades de intervenção durante as atividades pedagógicas desenvolvidas na sala de aula. Mas, a ludicidade como prática pedagógica requer muito estudo, conhecimento e pesquisa por parte do educador.

Para Rau (2013) Os profissionais que buscam metodologias criativas para desenvolver seu trabalho na educação infantil tem observado que as crianças



aprendem quando brincam, pois a ludicidade envolve as habilidades de memória, atenção e concentração, além do prazer da criança em participar.

A infância está longe de ser um tempo apenas de brincadeira, de liberdade de movimento, de descobertas e de identificação de um mundo voltado às necessidades e interesses das crianças. Isto porque, a brincadeira na maioria das vezes expressa a versão que o adulto passa à criança. Nesse sentido, a criança ao expressar gestos, pensamentos do mundo adulto de forma indistinta, mesmo inconscientemente está em um processo de aprendizagem. É o que se percebe na maneira como os pequenos gesticulam, dançam, imitam papéis e relações masculinas e femininas, vestem-se, entre outros.

Platão (*apud*, RAU 2013) defendia que educar as crianças era de suma importância para a busca da felicidade e a sociedade como garantidora da educação. Platão já no século IV a. C. entendia que a educação era um processo de busca por respostas durante o aprendizado das crianças e defendia a liberdade destas para brincar e competir.

É evidente o sentimento de felicidade que as crianças de todas as gerações sentem no ato de brincar. Todavia, uma das maiores dificuldades dos educadores até os dias de hoje, em diferentes países, é a relação da metodologia lúdica com o contexto educacional disciplinador, onde não se encontra uma maneira de educar as crianças através da brincadeira, apesar de terem a noção de que a brincadeira é de suma importância.

Segundo Piaget (1975) “(...) o jogo é a construção do conhecimento agindo sobre os objetivos, as crianças desde pequenas estruturam seu espaço e o seu tempo, desenvolve a noção de causalidade a representação e finalmente a lógica”. O jardim de infância é uma manifestação da tentativa de estimular a ideia de ensino lúdico realizada primeiramente por Froebel, onde as crianças aprendem mais brincando e jogando, pois se há uma estimulação não só física, mas também mental.

Logo, para Friedmann (1996) a educação deve sair do ambiente fechado que é a sala de aula, e dar ao aluno uma sensação de liberdade para adquirir conhecimento por meio do contato com a natureza e sociedade, através de atividades

livres. Assim, ao mesmo tempo em que a criança aprende ela satisfaz os seus prazeres, fato este que o teatro de fantoches é capaz de fomentar.

Por isso, o brincar é uma maneira da criança ter uma facilidade na comunicação, redução na agressividade ao conviver em sociedade e atingir uma certa autonomia, além de aprender de forma facilitada. Desta forma, o Teatro de Fantoches quer por meio de uma brincadeira esclarecer acerca dos Direitos Humanos que são essenciais na infância.

## 2.2 Direitos Humanos na Infância

Os Direitos Humanos foram construídos com base na ideia de dignidade da pessoa humana, ou seja, que todo ser humano sem distinção de raça, sexo e cor, sem importar sua condição financeira, todos sem nenhuma exclusividade deve ser reconhecido e respeitado. Muitas foram as lutas para se alcançar esse conceito. O reconhecimento internacional dos direitos humanos representou um passo histórico decisivo. Um dos documentos que trás essa abordagem é a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, além do ECA.

Acredita-se, assim, que de forma lúdica toda criança deve aprender já na primeira infância princípios os quais um ser humano não pode abdicar devendo adquirir conhecimentos sobre Liberdade, respeito, educação, segurança seus Direitos e deveres.

Educar para os Direitos Humanos, é ensinar para a alteridade, ou seja, para saber que existem também “os outros” tão legítimos quanto nós, aos quais devemos respeitar a pluralidade cultural (FRIEDMANN, 1996). A educação em matéria de Direitos Humanos ajuda a desenvolver as capacidades de comunicação, aliás, um pensamento crítico e lúcido essencial para o desenvolvimento da democracia. Além disso, tem um enfoque multicultural e histórico promovendo a luta universal pela justiça e Dignidade Humana.

O projeto de extensão universitária desta IES, ‘Direitos Humanos: uma prática com teatro de fantoches’, surge justamente para concretizar o intento de disseminar os Direitos Humanos, pois não existe melhor maneira para aprender direitos humanos na infância se não por meio do lúdico.

A violação de direitos é toda e qualquer situação que ameace ou viole Direitos da pessoa humana, o que inclui as crianças e os adolescentes. A violação de direitos da criança ou do adolescente se dá pela ação ou omissão dos pais ou responsáveis, da sociedade e até mesmo do Estado. Essa violação ocorre por meio da exploração do trabalho infantil, violência sexual, uso de álcool e drogas por parte dessas crianças e adolescentes, e até mesmo em relação aos que estão submetidos em situação de rua ou perdidos e desaparecidos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990) é uma norma brasileira reconhecida internacionalmente como um modelo de legislação para a infância e adolescência, apontando que respeitar, proteger e garantir os direitos das crianças e do adolescente é de responsabilidade do Estado, da família, da comunidade e da sociedade como um todo.

A situação de rua da criança ou adolescente se dá de diversas formas, sendo com a família ou aqueles que não tem vínculo familiar mas vivem na rua e estão submetidos ao trabalho infantil, violência sexual, física, moral e psíquica, e até mesmo submetidos a estupro e vícios em álcool e outras drogas. E por fim, o desaparecimento de crianças e adolescentes devem ser comunicados à autoridade policial mais próxima, para que os mesmos tomem as providências necessárias.

Caso seja presenciado algum dos casos abordados acima deve-se comunicar o Conselho Tutelar ou fazer a ligação para o número 100 que tem o funcionamento de 24h, ou até mesmo com os meios tecnológicos avançados, através do aplicativo Proteja Brasil.

Os Direitos da Criança e do Adolescente são direitos previstos para pessoas até 18 anos de idade A Organização das Nações Unidas (ONU, 1989) adotou a Convenção sobre Direitos da Criança, sendo um tratado internacional que reconhece direitos específicos para as crianças e adolescentes. Tais direitos são de fundamental importância e todas as crianças e adolescentes usufruem destes, sendo que 196 países conferem validade para o documento resultante desta Convenção.

A criança e o adolescente tem direito previsto pela Convenção à proteção, participação e provisão. Sendo está guiada por princípios como a não discriminação (art. 2º), o melhor interesse da criança (art. 3º), o direito à vida, à sobrevivência e ao

desenvolvimento (art. 6º) e o direito a ser ouvida e levada a sério (art. 12), sendo esses direitos previstos em 54 artigos e protocolos facultativos que são direitos adicionais. A ONU possui também o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), tendo como objetivo a assistência e assessoria especializada à criança e o adolescente.

Todos os direitos são de suma importância e andam conectados entre si, sendo esses direitos inerentes à pessoa humana desde o seu nascimento, sem que outrem possa tirar de si.

A Constituição Federal de 1988 é caracterizada por ser a lei suprema em nosso país. No seu art. 5º ela prevê que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de cor, sexo, raça, etnia, ou até mesmo idade. Neste artigo também está previsto os direitos fundamentais, ou seja, que são de extrema importância para que se viva com Dignidade.

Alguns direitos são inerentes ao ser humano, e a Constituição ressalta tais direitos como o direito à liberdade, respeito, educação e segurança, ou seja, são os direitos fundamentais. Esses direitos foram compreendidos e concedidos à toda a sociedade, não só no Brasil, através de um processo e construção histórica, através de lutas e conquistas.

Em relação ao processo histórico, um dos marcos do reconhecimento desses direitos à liberdade foi em 1789 na França. Durante a Revolução Francesa que ficou marcada pela luta de “liberdade, igualdade e fraternidade”. Outro grande marco foi a após as duas grandes guerras no século XX. Diante deste cenário no pós-guerra em 1948 surgiu a Organização das Nações Unidas e junto com a ONU, firmou-se a ‘*Declaração Universal dos Direitos do Humanos*’, que prevê direitos fundamentais para o ser humano.

Os direitos humanos estabelece uma rede de proteção para a pessoa, sendo esses direitos os direitos fundamentais previstos tanto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, quanto pela nossa Constituição Federal de 1988, que são previstos os direitos à saúde, educação, trabalho, moradia, lazer, à segurança, entre outros que devem ser assegurados pelos países signatários desta declaração, inclusive pelo Brasil.

Além disso, o ser humano, tem que cumprir o seu papel de cidadão dentro de uma nação e sociedade, sabendo seus direitos, cobrando os mesmo e também cumprindo seus deveres. Devem esses cidadãos respeitar o direito do próximo. Tendo o Estado também um papel fundamental na criação de Leis que garantam esses direitos e tratam todos em uma posição de igualdade. O projeto Direitos Humanos: uma prática com teatro de fantoches tem o foco em fomentar o conhecimento das práticas de Direitos Humanos e Dignidade Humana nas infância, isto porque, sabe-se que tais direitos são inalienáveis à todos.

### **3. Metodologia**

O projeto Direitos Humanos: uma prática com teatro de fantoches é desenvolvido foi desenvolvida pela IES nos anos de 2016 e 2017 (ainda é vigente e tem caráter institucional), no qual priorizou-se a interdisciplinaridade como sua principal característica.

Inicialmente, foi realizada uma reunião para elencar como se daria o desenvolvimento do projeto e também sobre técnicas de elaboração dos fantoches que seriam utilizados nas ações, além da confecção dos roteiros utilizados que precisarão ser adaptados para a discussão sobre os direitos humanos.

Pois sabe-se a leitura desenvolve na criança uma atitude positiva para com a aprendizagem. Desta forma mesmo aqueles que não sabem ler, é no ato de escutar, contando e imaginando as histórias, que as crianças vão se inserindo aos poucos no mundo da leitura e aprendendo vagarosamente sobre os valores e Direitos Humanos.

Durante o período Teatro de Fantoches, procurou-se maneiras de fazer com que os alunos interagissem com os personagens, e após organizava-se um momento de conversa a respeito da história para que as crianças pudessem falar qual foi a parte que elas gostaram ou não na história, para expressar o que compreenderam e ainda perguntar o que tivessem duvidas.

### **4. Resultados**

Além de tais atividades, nos encontros foram trabalhados os principais tópicos sobre direitos humanos e dignidade humana na infância. Tratou-se ainda sobre direitos, obrigações e deveres das crianças de acordo com o ECA. Pois, o projeto tem o enfoque em através do Teatro de Fantoques os Direitos Humanos, com o fim de corroborar com uma sociedade justa e baseada na construção de valores para uma vida melhor.

Foi realizada a efetivação do projeto com uma apresentação pratica com as crianças do ensino fundamental do CMEI Sol nascente no bairro Guarujá em Cascavel PR. Foram realizadas contações com teatro de fantoches e na sequência, foi tratado das temáticas relacionadas aos direitos humanos e cuidados éticos com o meio ambiente em geral.

Ainda foram compartilhados inúmeros vídeos e imagens no *Facebook* a fim de divulgar o trabalho de responsabilidade social do grupo de teatro de fantoches da UNIVEL.

**Imagem 3:** Teatro de fantoches com aluno pedagogia



**Fonte:** CMEI, Cascavel, 2017.

No dia 19 de setembro de 2017 juntamente com outros cursos dessa IES (Instituição de Ensino Superior) o projeto de extensão Direitos Humanos: uma prática com teatro de fantoches se dedicou a um evento muito gratificante e especial: a responsabilidade social anualmente realizada pela UNIVEL (União Educacional de Cascavel).



O evento foi realizado na Paróquia do bairro Santa Cruz em Cascavel Paraná e contou com a presença de professores, colaboradores e Alunos, que fizeram dessa atividade um dia cheio de atividades para os moradores do bairro Santa Cruz. Esse evento de responsabilidade social é um mecanismo onde os projetos de extensão em conjunto podem cumprir seu papel atingindo o público e a comunidade externa, para além das fronteiras dessa IES.

**Imagem 4:** Dia da Responsabilidade Social



**Fonte:** Dados coletados, Bairro Santa Cruz, 2017.

Foram realizadas a apresentação das histórias do Surrão, Uma boa ação. O minotauro, O mito de Pandora, Menina do laço de fica, A estrela do Amanhã, A menina do colar de pérolas, Vetuno e Pomona, etc. Segue mais uma imagem da contação. Além disso, o teatro também distribuiu balas e doces para as crianças do bairro após cada apresentação. E ainda foram todos muito incentivados e esclarecidos sobre a importância da leitura para a formação.

Além disso, ocorreu uma apresentação anterior no dia 12 de novembro de 2016, Dia da Criança Univel O Projeto Geração da Univel com auxílio dos cursos de graduação da faculdade, desenvolveu uma ação social em comemoração ao dia das crianças, proporcionando um dia incrível para mais de 320 alunos da escola Professor Ademir Correia. O projeto de Teatro de Fantoques foi um dos projetos que foram escolhidos para homenagear as crianças nesse respectivo dia. O momento acima relatado foi quando percebeu-se a necessidade de uma maior interação com as



crianças, por isso abandonou-se o cenário com a casinha e o teatro passou a ser realizado bem de pertinho com as crianças da escola.

Todos ficaram encantados com as histórias e com os bonecos. Além disso, se faz necessário frisar que os roteiros de histórias foram todos revisados pelos alunos, ficando mais leves e rápidos, com fácil compreensão. Pois, crianças de faixa etária entre 5 e 12 anos, ao qual o projeto destina-se continuamente, tem a capacidade de atenção limitada por poucos minutos, o que requer uma linguagem simples e acessível. Por isso, grande parte do esforço do grupo ao longo do ano foi voltado em agilizar as histórias e lapidar o produto que foi ofertado nas apresentações.

Ainda, contou-se com a parceria do grupo de teatro de fantoches que gravou um vídeo multimídia para redes sociais, com o foco em divulgar a campanha de coleta de resíduos eletrônicos, que ocorre há muitos anos na UNIVEL. A parceria entre os grupos iniciou-se em 2015 e novamente segue o mesmo modelo.

## **5. Considerações Finais**

É evidente o resultado positivo trazido pela prática do lúdico e o mesmo vem ganhando espaço como recurso pedagógico, buscando sempre atender aos interesses no processo de aprendizagem, surgindo como um parceiro do educador no grande desafio de ensinar. O projeto utilizou o lúdico tangível ao teatro de fantoches como instrumento motivador dos Direitos Humanos.

Desta forma, o objetivo do uso do lúdico em questões de Direitos Humanos e Direitos da Criança e do Adolescente, é disseminar positivamente conhecimentos de situações cotidianas onde se insere tais Direitos, princípios e valores.

Através da contação de histórias com fantoches quer se construir nas crianças a curiosidade em ouvir, aprender, envolvendo seu corpo, suas ideias, sua linguagem, seus sentimentos, sua memória e sua imaginação. As histórias roteirizadas para o teatro foram relacionadas com os Direitos Humanos e com a Dignidade da Pessoa Humana, sendo o enfoque possibilitar através das histórias o acesso das crianças aos mesmos, sempre em uma linguagem simples e acessível, com o objetivo de atingir a todos.

Em suma, ao se fazer uso de dinâmicas e jogos o aluno se interessa, pergunta e busca entendimento dos assuntos tratados, tornando-se sujeito ativo no processo para busca do conhecimento. Destes fatos ressalta-se que a principal forma de aprendizado e desenvolvimento é na infância através das brincadeiras.

## REFERÊNCIAS

**A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).** Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 27 de set. 2019.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação.** São Paulo: editora 34,2002.

CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). **Pesquisa do CONANDA aborda crianças em situação de rua.** 2016. Disponível em: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/migrados/pesquisa-do-conanda-revela-as-condicoes-de-vida-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 27 de set. 2019.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar: crescer e aprender – O resgate do jogo infantil.** São Paulo: Moderna, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchica. **O jogo, brinquedo, brincaderia e a educação.** São Paulo, Cortez, 1999.

ONU (Organização das Nações Unidas, 1990). **A Convenção sobre os Direitos da Criança.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 27 de set. 2019.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **A lucidade na educação: uma atitude pedagógica.** 1º. Ed. Curitiba: Editora IBPEX Dialógica, 2013.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança.** São Paulo: Zahar,1975.

SALOMÃO, Kátia R. **Direitos Humanos: uma prática com teatro de fantoches.** Relatório conclusivo apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel UNIVEL, 2016.

SALOMÃO, Kátia R. **Direitos Humanos: uma prática com teatro de fantoches.** Relatório conclusivo apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel UNIVEL, 2017.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



WINNICOTT, D.W. **O brincar & a realidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1975.

## O HABEAS DATA E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Daiane Vidal <sup>1</sup>  
Willian Lucas <sup>2</sup>  
Lygia Copi <sup>3</sup>

**Resumo:** O tema em pauta, que será analisado, trata sobre Habeas Data, um remédio constitucional previsto pela nossa Constituição de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXII. Iremos analisar seu conceito e alguns elementos como histórico, seus limites e a jurisprudência sobre o assunto abordado.

**Palavras-chave:** Habeas Data. Direito Constitucional. Direitos Fundamentais. Remédio Constitucional.

### 1. Introdução

Após um passado turbulento onde um estado totalitário e opressor reinava, enquanto as liberdades e garantias dos cidadãos existiam apenas de forma teórica, surge o processo de redemocratização do país, com um estado democrático de direito, dando grande importância aos direitos e garantias fundamentais, entre eles o direito de acesso a informação e o habeas data como garantia fundamental. Considerando os fatos, o seguinte estudo refere-se a um remédio constitucional que visa a tutela dos direitos e garantias a informação, muito importante nos dias atuais devido as grandes inovações tecnológicas e os efeitos que podem causar. Tal remédio está relacionado a coleta e armazenamento de dados pessoais dos cidadãos, que devem ser preservados de utilizações irregulares ou até mesmo criminosas, garantindo assim a intimidade da pessoa. O Habeas data garante o conhecimento da possível existência e matéria de dados pessoais por parte da pessoa a quem se refere, assim como o direito a retificá-los em casos de falsificação ou incorreção nos registros ou bancos de dados de caráter público.

### 6. O Habeas Data

---

<sup>1</sup>Acadêmica do 4º período Curso de Direito - Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup>Acadêmico do 4º período do Curso de Direito - Centro Universitário UNIVEL

<sup>3</sup> ORIENTADORA: Professora doutoranda Lygia Maria Copi Professora do Curso de Direito da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

O Habeas Data está previsto no art. 5º, LXXII da Constituição Federal de 1988, e é uma garantia fundamental. Muito conhecido como um remédio constitucional, age como uma forma de proteção dos nossos dados. Ele é o meio constitucional posto à disposição de pessoa física ou jurídica, para lhe assegurar o conhecimento de registros referentes a si, presentes em repartições públicas ou particulares, e que possibilita a retificação de seus dados pessoais.

Ele tem por finalidade a garantia dos direitos fundamentais de informação, privacidade e intimidade do indivíduo, possibilitando ao mesmo tempo o conhecimento, modificação ou complementação das informações relativas à sua pessoa presente em bancos de dados públicos ou de instituições privadas abertas ao público em geral.

A doutrina de José Afonso da Silva o define como:

[...] um remédio constitucional que tem por objetivo proteger a esfera íntima dos indivíduos contra: (a) usos abusivos de registros de dados pessoais coletados por meios fraudulentos, desleais ou ilícitos; (b) introdução nesses registros de dados sensíveis (assim chamados os de origem racial, opinião política, filosófica ou religiosa, filiação partidária e sindical, orientação sexual, etc.); (c) conservação de dados falsos ou com fins diversos dos autorizados em Lei.

Para explicar melhor o processo, o objetivo e a possibilidade de utilização desta ação, foi sancionada, no dia 12 de novembro de 1997, a Lei nº 9.507 que regula o direito de acesso a informações e que conduz a maneira processual do habeas data, dispondo, em seu art. 7º:

Art. 7º. Conceder-se-á habeas data: I - Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público;  
II – Para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo; III – Para a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro, mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em seu livro, relata que o habeas data trata-se de uma garantia constitucional que procura prevenir que ações dos órgãos públicos

sejam baseados em informações sigilosas, ignoradas pelo interessado, o que lhe diminui significativamente as possibilidades de defesa. Afirma que o Habeas Data tem duas finalidades, sendo elas o conhecimento de dados e retificação de informações.

O interessado em conhecer os seus dados pessoais presentes em registros ou bancos de dados governamentais ou de caráter privado, quando não os consegue obter de maneira administrativa, tem a possibilidade de impetrar o habeas data para que lhe seja assegurado tal conhecimento.

Os dados falsos ou com erros presentes em registros oficiais poderão ser retificados através de três possíveis procedimentos, que é escolhido pelo interessado, sendo eles: o próprio habeas data, o processo administrativo de forma sigilosa ou o processo judicial.

Marcelo Novelino, em sua doutrina, afirma que não é preciso, necessariamente, um motivo específico para o acesso a informações, sendo suficiente a simples vontade de ter conhecimento a respeito das mesmas que, afinal, se referem a própria pessoa. A impetração do habeas data não pode ser realizada por terceiros, sendo o habeas data uma ação personalíssima, ou seja, a tutela de proteção se restringe a informações relativas à pessoa do impetrante.

Já George Marmelstein aborda em sua doutrina a teoria de que dados pessoais são documentos que dizem respeito à vida particular das pessoas, como por exemplo movimentações bancárias, declaração de imposto de renda, registros de ligações telefônica, entre outros, e que a princípio, o poder público não pode ter acesso a esses dados pessoais sem o consentimento do indivíduo, mas que essa é uma regra questionável na prática.

Essa garantia não é uma garantia absoluta, e pode sofrer limitações em algumas hipóteses. Também não se pode confundir o sigilo de dados previsto no art. 5º, X com o sigilo das comunicações, este previsto no art. 5º, XII. Desse modo a proteção às comunicações trata de dados fiscais, bancários, telefônicos, ou seja, é a proteção da comunicação 'de dados' e não de 'dados de si mesmos'.

O STF entende que " a quebra do sigilo de dados, por ser uma forte restrição à privacidade, não pode ser feita por quem não tem o dever de imparcialidade, como as autoridades judiciárias, e que a quebra do sigilo de dados somente pode ser

autorizada por ordem judicial fundamentada, bem como pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, inclusive as estaduais, que também estão autorizadas a decretar a quebra de sigilo de dados, já que possuem o status de ‘autoridade judiciária’.

Os requisitos para a quebra do sigilo de dados pessoais é “que em tese seria possível a quebra sem ordem judicial, pois a Constituição não faz qualquer exigência nesse sentido. Contudo, o STF tem entendido que apenas as autoridades judiciárias, inclusive as CPIs, podem autorizar a quebra. É possível, contudo, utilizar as informações obtidas mediante a quebra do sigilo de dados mesmo para fins não criminais”.

Cabe ressaltar, que o art.5º, XII protege o sigilo do diálogo. Os diálogos e as comunicações se dividem em dois grupos, no qual as comunicações escritas gozam de proteção mais fraca, enquanto as comunicações faladas gozam de uma proteção mais forte. Desse modo, a interceptação telefônica só pode ser autorizada pelo poder judiciário, em decisão fundamentada para fins criminais. Mas, o STF entende como válida a violação do sigilo de correspondência de um preso, pelo seu próprio diretor, apenas para averiguação.

Os doutrinadores Ingo Wolfgang Sarlet, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero afirmam: O art. 7º da Lei 9.507/1997 abrange além dos incisos do art. 5º, LXXII da CF o inciso III que diz “a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro, mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.” Fica claro que o habeas data tem inquestionável ligação com o habeas corpus e com o mandado de segurança, pois viabiliza a prestação de tutela jurisdicional e está subordinada à produção de prova pré-constituída.

É necessário entender que a petição inicial do habeas data tem de ser constituída com prova de recusa administrativa ao acesso à informação, sua ratificação ou complementação.

Nesse caso, o legitimado passivo é a PJ que se encontra vinculado o registro ou banco de dados, pouco importando se é PJ de direito público ou de direito privado,



sendo que o que interessa é que o registro ou banco de dados tenha caráter público. A autoridade coautora é fonte de prova no processo de habeas data.

A sentença que julgar o habeas data só fará coisa julgada se a prova documental for suficiente para permitir um juízo sobre a existência ou inexistência do direito material afirmado em juízo. Do contrário, o pedido de habeas data poderá ser renovado ou poderá ser proposta ação pelo procedimento comum ordinário para obtenção da providência negada.

Os autores Ricardo Cunha Chimanti, Fernando Capez, Márcio F. Elias Rosa e Marisa F. Santos afirmam que:

‘No artº 5 da CF encontra-se em seus incisos dispositivos que correlacionam direitos, garantias, direitos e garantias e os remédios constitucionais, o qual o Habeas Data faz parte. A relação entre direitos, garantias e remédios é meramente exemplificativa.

Art. 5º, LXXII – Conceder-se á “habeas data”:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

O conceito de habeas data segundo o livro dos mesmos é: “um remédio constitucional que tem por finalidade proteger a esfera íntima dos indivíduos, possibilitando-lhes a obtenção e retificação de dados e informações constantes de entidades governamentais ou de caráter público. Para José Afonso da Silva, o habeas data visa coibir o uso abusivo de registro de dados pessoais coletados por meios fraudulentos, desleais ou ilícitos. Objetiva também a exclusão de dados sensíveis em registro, ou seja, dados relativos à origem racial, política, ideológica, filosófica, religiosa, à filiação partidária ou sindical, à orientação sexual, e outros. E, finalmente, o cancelamento de dados falsos ou colhidos para fins ilícitos”.

Por fim, é necessário deixar claro que não se tem a necessidade de dois habeas datas, e se as partes estiverem de acordo, o processo é extinto e arquivado. Caso contrário, fará a retificação e o requerido será citado para contestar o pedido. É de escolha do requerente se deseja um processo sigiloso ou o habeas data.

## 2.1 Histórico

O Habeas Data, ação que garante as pessoas o livre acesso e retificação de seus próprios dados, teve seu surgimento primordialmente na Europa, no período da década de 1970, tendo como os primeiros estatutos a definir esse direito a Lei francesa de proteção à intimidade, de 17/07/1970, e a Lei do Land de Hesse (Alemanha Ocidental), de 07/10/1970. Posteriormente, surgiram a Datalag sueca, Data Protection Act inglês, a lei italiana nº 98 de 1974 e as leis portuguesas nº 2 e nº 3 de 1973. Também na Europa, foi garantido ao indivíduo pela primeira vez em um Constituição, a possibilidade de conhecer as suas informações pessoais presentes em registros informáticos, com o advento da Constituição de Portugal de 1976 (art. 35) e da Constituição da Espanha de 1978 (art. 105, alínea 'b')[1]. Entretanto, nenhuma destas Cartas criou o chamado remédio jurídico processual para que se pusesse em prática esse direito então reconhecido.

Na Alemanha, há também uma Lei de proteção de dados (chamada Bundesdatenschutzgesetz), de 27/01/1977, com pequenas alterações tardiamente. Após a reunificação do país, foi aprovada a chamada “Lei sobre os Documentos do Serviço Secreto da ex-República Democrática Alemã”. Por meio desta lei, que passou a ter efeitos no dia 29/12/1991, várias pessoas puderam ter acesso aos arquivos da instituição chamada de Stasi, uma temida polícia secreta da Alemanha Oriental. Consoante com dados oficiais, “desde 1990, mais de 1,6 milhão de pessoas encaminharam pedidos para conhecer o conteúdo de seus arquivos. Também já foram feitas 1,75 milhão de consultas descobrir se determinados cidadãos alemães trabalharam para a Stasi”[2].

Após a instalação desse sistema nos países europeus, rapidamente esse direito se expandiu para os países americanos. Inicialmente foi instalado nos Estados Unidos, onde em 1974 cria-se o Freedom of Informations Act, com alterações posteriores pelo Freedom of Information Reform Act, em 1978. Na América Latina, a proteção de dados pessoais teve seu início e ganhou publicidade na década de 1980, com o processo de redemocratização e a abertura política de diversos países que recentemente tinham se livrado de regimes autoritários.

Outrossim, cabe destacar que, atualmente, a França possui normas avançadas sobre o direito de conhecer e retificar seus dados pessoais presentes em fichários e registros informáticos, sendo prevista em suas leis inclusive algumas sanções penais rigorosas para os casos de violação (a Lei nº 78-17, relativa à informática, aos fichários e às liberdades, de 06/01/1978, deve receber atenção).

O habeas data no sistema jurídico brasileiro teve seu início ligado a situações políticas estabelecidas após o golpe militar, ocorrido em 1964, quando o Serviço Nacional de Informação (SNI) armazenava dados pessoais obtidos de maneira questionável e os usava como argumentação para estabelecer medidas punitivas e com viés discriminatório, as quais eram insuscetíveis a questionamentos, inclusive pelo próprio acusado. Ou seja, nem mesmo os interessados tinham acesso às informações, devendo aceitar de forma incontestável o que lhes era apresentado.

Após o fim da ditadura e com a volta da democracia, o habeas data surge trazendo à tona a possibilidade de que erros e confusões fossem apontadas, sofrendo alterações nos anos de 1987 e 1988 e então, surgindo de forma clara na Constituição de 1988. São inexistentes informações teóricas referente a esse programa anteriores a essas datas. Cabe ressaltar também, que apesar de previsto na Constituição de 1988, o habeas data ainda sofre alterações e adaptações no direito moderno brasileiro, pois ainda existem fatores políticos ligados ao caso concreto que necessitam de superação.

### **3 Limites**

O art. 5º, X diz que “São invioláveis a intimidade, a vida privada e assegurado o direito a indenização pela sua violação”. Assim sendo, o direito à vida privada tem como referência a vedação do acesso de estranhos a informações sobre sua vida privada, ou seja, direito de que ninguém divulgue informações mais íntimas, tendo garantido a proteção dados pessoais, fiscais e bancários, inviolabilidade de correspondência e ligação telefônica.

Entretanto, este direito não é absoluto e apresenta muitos limites, como a AUTOLIMITAÇÃO, no qual o próprio titular espalha suas informações privadas, na

maior parte das vezes em redes sociais. Do mesmo modo, pode ocorrer uma limitação quando dois direitos fundamentais se afrontam ou na condição em que possua destaque público da informação, quando a mídia torna público algo com grande relevância para a sociedade.

O Art 5º, XII da Constituição Federal também prevê a inviolabilidade das comunicações gerais, abrangendo ligações telefônicas, comunicação telegráficas, comunicação via carta, comunicação através de aplicativos, sms e email. A partir deste, existem também restrições, sendo elas através da Lei nº 9.296/96 que restringe o direito referente a comunicação telefônica, a Lei e Execução Penal art. 41 PÚ sobre a abertura de correspondência de reclusos em presídios e a CF art. 136 e 139 sobre a Suspensão do sigilo das comunicações durante o Estado de Defesa e de Sítio. A quebra do sigilo traz como consequência o direito a responsabilidade civil ou criminal e a ilicitude de prova obtida.

Porém, com o grande avanço tecnológico também temos o surgimento do chamado Big Data, que é um grande banco de dados que armazena informações e dados pessoais de todos, onde grande parte da vida íntima das pessoas fica exposta, impondo, assim, um outro tipo de restrição ao direito.

#### **4. Competência**

Os juízos competentes para o processo e julgamento do habeas data estão indicados na Constituição, sendo assim, originalmente, cabe ao STF processar e julgar o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio STF (LEI Nº 9.507, art. 20, I, “a”); ao STJ contra atos de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal (LEI Nº 9.507, art. 20, I, “b”); aos TRF contra atos do próprio Tribunal ou de juiz federal (LEI Nº 9.507, art. 20, I, “c”); a juiz federal contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais (LEI Nº 9.507, art. 20, I, “d”); a tribunais estaduais, segundo o disposto na Constituição do Estado (LEI Nº 9.507, art. 20, I, “e”, e a juiz estadual, nos demais casos (LEI Nº 9.507, art. 20, I, “f”). Em grau de recurso, cabe ao STF, quando

a decisão denegatória for proferida em única instância pelos TS (LEI Nº 9.507, art. 20, II, “a”); ao STJ quando a decisão for proferida em única instância pelos TRF (LEI Nº 9.507, art. 20, II, “B”); aos TRF quando a decisão for proferida por juiz federal (LEI Nº 9.507, art. 20, II, “c”), e aos TE e ao do Distrito Federal e Territórios, conforme dispuserem a respectiva Constituição e a lei que organizar a Justiça do Distrito Federal (LEI Nº 9.507, art. 20, II, “d”). Enquanto a recurso extraordinário, cabe ao STF, nos casos previstos na Constituição.

## **5. Análise Jurisprudencial**

STJ em 25/08/2009 manteve a decisão que julgou procedente a ação de Habeas datas que solicitava documentos que provassem a reintegração do réu no grupo de funcionários da Petrobrás durante a ditadura militar. Em primeiro grau, a ação foi proferida, e assim sendo, o STJ continuou com o mesmo entendimento, relatando que todos os cidadãos possuem direito ao acesso de suas informações contidas no Regime Militar.

Uma das decisões mais famosas sobre o tema foi um entendimento que o STF publicou admitindo o uso da habeas datas, após o Tribunal Regional Federal da 1ª Região de Brasília, rejeitar ao contribuinte o acesso a suas informações.

O autor do processo solicitava informações sobre situação fiscal, a Receita Federal foi muito resistente em atender o pedido. No dia 17 de junho de 2015, o STF julgou procedente o uso do Habeas datas para que pessoas físicas e jurídicas possuam seus dados sobre pagamentos de tributos incluídos em sistemas de entes estatais.

A decisão (673.707/MG) teve uma repercussão geral e coincidente, considerada pelos próprios ministros, como histórica.

"Não lembro de ter julgado habeas data em 25 anos de Supremo", afirmou o ministro Marco Aurélio. "Este julgamento será o marco inicial da vitalização do habeas data como direito fundamental da autodeterminação informativa, não no campo processual, mas no direito material", afirmou o ministro.

A decisão foi fundamentada nos princípios da publicidade e transparência dos atos públicos, além da lei da transparência (Lei Complementar 131/2009) e de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). "O caráter público é a regra, sigilo é exceção". "O contribuinte não é objeto de tributação e sim sujeito de direitos", disse o ministro Luiz Fux, relator do processo.

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO TRIBUTÁRIO. HABEAS DATA. ARTIGO 5º, LXXII, CRFB/88. LEI Nº 9.507/97. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONSTANTES DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE CONTROLE DE PAGAMENTOS DE TRIBUTOS. SISTEMA DE CONTA CORRENTE DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL-SINCOR. DIREITO SUBJETIVO DO CONTRIBUINTE. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

O juiz deu provimento ao recurso extraordinário firmando a tese de que o habeas data é a garantia constitucional adequada para a obtenção, pelo próprio contribuinte, dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio a arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais. Afirmando também o fato de que as informações fiscais conexas ao próprio contribuinte, se forem sigilosas, devem ser protegidas da sociedade em geral, mas não de quem a elas se referem.

Ainda, um caso em que o Habeas Data foi recusado envolvendo os exs presidentes Lula e Dilma: " Trata-se de habeas data impetrado por Marcos Cleiton Leite Barba em face do Presidente da República. Alega que requereu, via formulário eletrônico disponibilizado no sítio da Presidência da República, que lhe fossem disponibilizadas informações/dados/registros relativos à sua pessoa que estivessem em poder da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN".

Porém, embora a administração pública tenha demorado dez dias, forneceu as informações requeridas, noticiando não haver nada nos bancos de dados da ABIN. Não cabe, portanto, o pedido de habeas data.

## 6. Considerações Finais

Com o estudo e pesquisa em doutrinas, pode se afirmar que o Habeas Data é uma ação, ou seja, um pedido de tutela jurisdicional, que tem como objetivo garantir o acesso e conhecimento de informações ao requerente e o direito da retificação destes dados, tendo necessariamente um motivo específico para o acesso a tal informação, que se referem a própria pessoa, onde a impetração do habeas data pode ser feita por qualquer pessoa física ou jurídica.

Cabe destacar que esse procedimento tem enorme importância historicamente, e é um tema novo no direito brasileiro. Apesar de pouco utilizado, representa um marco no âmbito da liberdade de informação, quando se refere a particulares e suas próprias informações.

## REFERÊNCIAS

**Artigo: O Habeas Data no Sistema Jurídico Brasileiro. Habeas data: origem histórica e trajetória no direito brasileiro.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23105/habeas-data-origem-historica-e-trajetoria-no-direitobrasileiro>>. Acesso em: 02 de jun. 2019.

BARROSSO, Luís. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 8<sup>o</sup>. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019. 576 p.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988; SARLET, Ingo;

CAPEZ, Fernando; ROSA, Márcio; SANTOS, Marisa. **Curso de Direito Constitucional**. 3<sup>o</sup>. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006. Revistas USP.

FILHO, Manoel. **Curso de Direito Constitucional**. 35<sup>o</sup>. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009. CHIMENTI, Ricardo;

MARINONI, Luiz; MITIDIERO, Luiz. **Curso de Direito Constitucional**. 8<sup>o</sup>. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019. 1519 p.

[file:///C:/Users/emanu/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge\\_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/6-27.pdf](file:///C:/Users/emanu/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/6-27.pdf) Acesso em: 02 de Jun. 2019.

[file:///C:/Users/emanu/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge\\_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/216\\_EricaAkamine.pdf](file:///C:/Users/emanu/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/216_EricaAkamine.pdf) Acesso em: 03 de Jun. 2019.



# O USO DE APLICATIVOS DE VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO EM RELAÇÕES AFETIVAS E O DIREITO À INVIOABILIDADE DA VIDA PRIVADA

Helena Mocellin Martins<sup>1</sup>  
Milena Dartora Bof<sup>2</sup>  
Mônica Andréia Carvalho Guimarães<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como desígnio analisar o desenvolvimento de aplicativos das plataformas *Play Store* e *iOS App Store* que provocam o controle, a vigilância e o monitoramento nas relações afetivas ou sexuais. A metodologia desenvolvida neste trabalho buscou entender, por meio do método dedutivo, o ponto de vista das pessoas que utilizam os programas e, de modo consequente, ofendem o direito à inviolabilidade da vida privada. Em suma, este estudo coadjuva para a compreensão dos danos causados na vítima e pela lesão aos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal.

**Palavras-chave:** Avanços Tecnológicos. Softwares. Invasão da Privacidade.

## 1. Introdução

A comunicação digital tornou-se quase que inevitável com o advento da internet e com o acesso a esta ferramenta cada vez mais democratizada. Os *gadgets*, ferramentas eletrônicas - smartphones, tablets, GPS, notebooks, entre outros -, proporcionam experiências de correspondência instantânea entre os usuários. Chamadas de vídeo e o compartilhamento de localização em tempo real são exemplos

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito, pelo Centro Universitário UNIVEL. E-mail: [helenammocelin@gmail.com](mailto:helenammocelin@gmail.com).

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Direito pelo Centro Universitário Univel. Discente do Curso de Letras (Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Respectivas Literaturas) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Participa como bolsista do PIBIS (Programa Institucional de Apoio a Inclusão Social - Pesquisa e Extensão) no projeto "Western Paraná Herald" (Jornal em Língua Inglesa de divulgação da área internacional da Unioeste). Atua como Redatora voluntária no Politize. Também, é Integrante do I Grupo de Estudos e Pesquisa da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (ABRACRIM).

<sup>3</sup> Graduada em Direito pela Faculdade Assis Gurgacz (2008). Pós-Graduada em Direito e Planejamento Tributário pela União Educacional de Cascavel - Centro Universitário UNIVEL (2009). Advogada, inscrita na OAB/PR sob nº 62.632, atuante na Comarca de Cascavel/PR, tendo como ênfase as áreas de Direito Processual Civil, Direito Civil, Direito de Família, Direito Penal e Direito Processual Penal. Coordenadora de Preventivo e Paralegal na Empresa Funcional Consultoria Ltda em Cascavel/PR. Professora das Disciplinas de Prática de Processo Penal e Introdução ao Estudo do Direito junto a UNIVEL.

de como, através da tecnologia, uma pessoa pode se fazer presente na vida e, conseqüentemente, na intimidade de outro indivíduo.

Para tanto, presume-se que os partícipes dessa relação eletrônica estejam cientes de sua existência e de quais informações estão sendo prestadas. Porém, não é sempre este o cenário. Por vezes, através de programas de rastreamento, facilmente encontrados nas lojas virtuais de aplicativos, é possível que pessoas tenham sua vida privada violada por alguém que, por motivos diversos, mas, principalmente, por conta de relações afetivas/sexuais tenham interesse em espioná-las.

Desta forma, mensagens, arquivos de mídia, ligações e localização são enviadas ao celular do “espião”, tirando, completamente, o controle das mãos do vigiado a respeito do que deve ou não ser de conhecimento de terceiros. Neste seguimento, os direitos referentes à vida privada:

São inextinguíveis, salvo por morte da pessoa. Não podem ser adquiridos por outrem, não estando sujeitos à execução forçada. As pretensões e ações que se irradiam deles não prescrevem, nem precluem as exceções. [...] respeitam ao sujeito pelo simples e único fato de sua qualidade de pessoa, adquirida com o nascimento, continuando todos a ser-lhe inerentes durante toda a vida, mesmo contra a sua vontade, que não tem eficácia jurídica. (FREGADOLLI, 1997).

Essa atividade vai contra os preceitos da Constituição Federal Brasileira que protege a intimidade e garante o direito à vida privada. Tais direitos da personalidade são abarcados pela CF/88 através do princípio da dignidade da pessoa humana, o qual, além de princípio, ocupa também o posto de fundamento da República.

## **2. Abuso Digital e o Direito à Privacidade**

O presente estudo busca analisar de forma crítica os aplicativos que possuem o intuito de vigiar e monitorar as relações afetivas e sexuais entre filhos, funcionários, idosos, cônjuges, parceiros sexuais, parentes ou amigos. Do mesmo modo, tem como fito identificar quando um software pode corroborar para a invasão da vida privada desses sujeitos.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 considerou em seu artigo 5º, X, a vida privada como um direito individual em companhia com a intimidade, a honra e a imagem das pessoas. Nesse sentido, trata-se de um direito que garante a capacidade de viver sem ser contundido pelo Estado ou por terceiros, no que tange a vida pessoal. Segundo Ingo Wolfgang Sarlet:

O direito à privacidade consiste num direito a ser deixado em paz, ou seja, na proteção de uma esfera autônoma da vida privada, na qual o indivíduo pode desenvolver a sua individualidade, inclusive e especialmente no sentido de garantia de um espaço para seu recolhimento e reflexão, sem que ele seja compelido a determinados comportamentos socialmente esperados. [...] A privacidade cobre os aspectos da vida pessoal que, de acordo com as pautas sociais vigentes, costuma ser tido como reservado e indisponível ao legítimo interesse do Estado e de terceiros, especialmente tudo que tiver de ficar oculto para assegurar ao indivíduo uma vida com um mínimo de qualidade. (SARLET, 2018).

Dessa maneira, a cultura digital permitiu a potencialização das comunicações e compartilhamentos de sentimentos, valores e, até mesmo, de segregações e violências. Os sujeitos estão a cada dia mais submetidos ao “exibicionismo” na internet e propícios a divulgar espontaneamente os aspectos referentes à vida privada. Em outras palavras, “estamos vivendo o “fim da privacidade”, [...] com a utilização de aplicativos diversos por meio dos quais permitimos o acesso a um conjunto de dados” (SARLET, 2018).

A exposição da imagem nas comunidades virtuais, tais como, Facebook, Instagram e WhatsApp, permitem o compartilhamento e exibição de dados que podem ser usados de forma positiva ou negativa. Logo, esses atos fomentam o abuso digital, caracterizado de diversas maneiras, sendo: o *sexting*, o *revenge porn* e a vigilância/monitoramento.

O *sexting* é a expressão ligada a união de duas palavras em inglês, *sex* (sexo) e *texting* (envio de mensagens). Consiste em enviar mensagens com conteúdos de caráter sexual. Ocorre em um primeiro momento com a concordância das partes e, posteriormente, faz-se a divulgação para terceiros.

Já o *revenge porn* (pornografia de vingança), “é geralmente definido como o ato de um ex-parceiro tornar imagens ou vídeos íntimos de teor sexual, públicos”

(NERIS et al, 2017). Em contraste, a presente análise busca enfatizar o uso inadequado dos diversos modos e meios de vigilância.

Dessarte, as práticas de monitoramento, controle e vigilância, por intermédio de aplicativos, podem ser empregados pela verificação de mensagens eletrônicas do parceiro(a), criação de perfis falsos em redes sociais e mediante apps de rastreamento de localização em tempo real.

Nessa lógica, tais comandos, segundo Flach e Deslandes (2019), são capazes de provocar danos à identidade, à autoestima, à integridade, à privacidade e à imagem pública, deixando marcas psíquicas. Na maior parte dos casos são utilizados sem consentimento do vigiado e por conseguinte invadem a vida privada.

### **3. Avanços Tecnológicos e a Vigilância nas Relações Afetivas ou Sexuais**

Há cerca de vinte anos, o emprego de softwares vem se tornando uma ferramenta importante para o desenvolvimento de aplicações e, de modo consequente, um mecanismo para invasão de privacidade. Nesse prisma, a ampliação do uso da internet favorece uma visão iludida e temerária de proteção ou segurança.

Com os avanços tecnológicos a *Apple* introduziu facilidades para seus usuários ampliando o acesso do público leigo no que diz respeito ao uso de computadores e celulares. Agora, basta guiar-se somente por ícones que conduzem à execução da tarefa desejada, modelo adotado posteriormente pela *Microsoft*. Assim, os indivíduos não precisam ter conhecimento prévio em informática ou programação para instalar e utilizar diversos aplicativos, por exemplo: os de rastreamento.

O controle, o monitoramento e a vigilância nas relações afetivas ou sexuais, sem consentimento do vigiado, geram sequelas referentes ao convívio social, como também a lesão ao direito à privacidade. De acordo com a autora Flach et al. (2018), uma pesquisa feita, no ano de 2017, constatou quarenta aplicativos na *Play Store* (sistema Android) e um aplicativo na *App Store* (sistema iOS). No entanto, esses dados estão aumentando celeremente.

O estudo feito neste artigo encontrou, aproximadamente, 60 aplicativos no sistema Android e 30 no sistema iOS que tratam de rastreamentos, além dos inúmeros

sites disponíveis na internet para uso online. As palavras-chaves utilizadas para localizar esses apps são: rastreador de namorado(a); rastreador de amigos(as); rastreador de família; espião de marido; espião de esposa; rastreador de bebês ou espião de filhos. Sendo assim, na maior parte torna-se necessário instalar o aplicativo no celular de quem será monitorado e na minoria precisa-se somente do número de telefone do vigiado.

Nesse sentido, os fornecedores dos aplicativos buscam utilizar verbos no imperativo como “acompanhe”, “controle” ou “espione” e, também, enaltecem a ideia de “segurança”, “harmonia” e “paz mental” aos adquirentes. Desse modo, proporcionam uma visão pura e sem danos aos compradores que acabam infringindo, sem conhecimento, o direito à vida privada. Isto é, quando os consumidores se utilizam do motivo “proteção” ou “controle” do outro, como meio de espionagem, principiam a invasão dos direitos indisponíveis da vida alheia.

A corroborar com o exposto acima o aplicativo (*app*) *iLocateMobile*, disponível na *App Store* e *Play Store* (sistema iOS e sistema Android), é usufruído para rastrear familiares, namorados e amigos. O *app* apresenta os seguintes objetivos em sua descrição:

Você é pai e está preocupado com a segurança de seus filhos? [...] Você como um namorado(a) está preocupado com a segurança de sua namorada(o)? Quer localizá-la quando ela está em perigo? [...] Você, como adolescente, precisa saber como rastrear um telefone celular? [...] Veja a localização em tempo real ao vivo de sua família ou amigos em um mapa particular, sem ligar ou incomodar. Veja o histórico de localização de telefones celulares de hoje, ontem e até 30 dias. Receba atualizações oportunas e em tempo real quando amigos ou familiares saem ou chegam à escola, faculdade, casa ou trabalho. Receba alertas SOS de emergência em tempo real. Rastreie facilmente o telefone perdido ou roubado. (COEFFICIENT, Software Systems Private Limited, 2019).

Conforme José Afonso da Silva (1999) a intimidade é uma esfera secreta na vida do indivíduo na qual esse tem o poder de evitar os demais. Na prisma de tal raciocínio, a vida privada deve ser encarada como um modo de ser do indivíduo, sem interferências ou perturbações, de maneira que o sujeito possa construir a sua personalidade.

Sem embargo, o fato dos aplicativos existirem não é ilegal, bem como não há problemas em localizar um amigo(a), namorado(a), ou familiar. O que torna essa prática um poderoso instrumento de violação dos direitos fundamentais, inclusive tema de estudo do artigo, é o uso sem a concordância do vigiado nas relações afetivas ou sexuais. Nesse aspecto, o desrespeito à intimidade e à vida privada são passíveis de indenização por danos morais, consoante com o art. 5º, X, nos termos da Constituição Federal.

#### **4. Metodologia**

O método de abordagem utilizado na presente pesquisa é o dedutivo, o qual a partir de algumas questões gerais parte-se posteriormente para questões mais particularizadas. A presente pesquisa tem como base o procedimento científico, em que se busca analisar a realidade, por meio de observações. Tal método é responsável pela transparência e objetividade nas pesquisas. Os instrumentos utilizados no desenvolvimento deste trabalho caracterizam-se pela técnica de pesquisas de documentação indireta, envolvendo pesquisa bibliográfica e documental.

#### **5. Considerações Finais**

Através deste trabalho foi possível perceber a banalização dos abusos existentes nos relacionamentos afetivos e como isso muitas vezes é disfarçado em um ato de amor e cuidado. Assim, a Constituição Federal e o Código Civil possuem o fito de proteger os indivíduos de pessoas que possam invadir sua vida privada e, por conseguinte, a intimidade.

Nesse aspecto, todas as pessoas desde o seu nascimento dispõem do direito à privacidade. Porém, adentrar no “mundo particular” de cada indivíduo, sem o seu livre consentimento, não é apenas imoral, mas também uma demonstração de como a insegurança e a instabilidade nas relações refletem diretamente nas atitudes e comportamentos humanos.

Concluimos, portanto, que a vida privada e a proteção à intimidade são oriundas de um princípio-mor, a dignidade da pessoa humana. A espionagem de terceiros, praticada por intermédio dos aplicativos de celulares, notebooks ou tablets, é sem dúvidas uma violação aos princípios estabelecidos na Magna Carta.

## REFERÊNCIAS

APUBLICA. **Como Num Sonho Ruim.** 2013. Disponível em: <<http://apublica.org/2013/12/6191/>> Acesso em: 15.05.2019

COEFFICIENT, Software Systems Private Limited. **iLocateMobile - Rastreador de Celular.** 2019 Disponível em: App Store (sistema iOS) Acesso em: 22.05.2019

FLACH, Roberta Matassoli Duran; DESLANDES, Suely Ferreira. **Abuso Digital ou Prova de Amor? O Uso de Aplicativos de Controle/Monitoramento nos Relacionamentos Afetivo-sexuais.** Cadernos de Saúde Pública. 2019.

FREGADOLLI, Luciana. **O Direito à Intimidade.** Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 5, n.19, p. 196-247, abr-jun. 1997.

MACHADO, Cynthia Semíramis Figueiredo. **Software e Privacidade: Uma Defesa do Código-fonte Aberto na Preservação do Direito Constitucional à Vida Privada.** Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena, v. 6, n. 1, 2001.

NERIS, Natália; RUIZ, Juliana Pacetta; VALENTE, Mariana Giorgetti. **Análise Comparada de Estratégias de Enfrentamento a Revenge Porn pelo Mundo.** Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 7, n. 3

**QUEIROZ, Iranilda Ulisses Parente; Proteção à intimidade e à vida privada a luz da Constituição Federal de 1988. Disponível em : <[www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2662/Protecao-a-intimidade-e-a-vida-privada-a-luz-da-Constituicao-Federal-de-1988](http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2662/Protecao-a-intimidade-e-a-vida-privada-a-luz-da-Constituicao-Federal-de-1988)> Acesso em 23.05.2019**

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Malheiros, 1999.

SOUZA, Camila Maria Brito de; **Considerações a Respeito do Direito à Privacidade.** Disponível em: <[https://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao\\_outubro2001/corpodiscente/graduacao/privacidade.htm](https://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao_outubro2001/corpodiscente/graduacao/privacidade.htm)> Acesso em 23.05.2019

TARTUCE, Flávio. **A indenização por Revenge Porn no Direito de Família Brasileiro - Família e Sucessões.** 2018. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI282544,81042->





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



A+indenizacao+por+revenge+porn+no+Direito+de+Familia+brasileiro> Acesso em 15.05.2019

VIEGAS, Alessandra Depieri; DA COSTA LEÃO, Luana. **Vida Privada, Intimidade e Dados Pessoais Veiculados na Internet.** Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias. 2016.

WANZINACK, Clóvis; SCREMIN, Sanderson Freitas. **Sexting comportamento e imagem do corpo.** Divers@!. 2014.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



## **PENA DE MORTE: DESMITIFICANDO O SENSO COMUM**

Biatriz Montegutti Mendes França<sup>1</sup>  
Felipe Rubinatto Rosolem<sup>2</sup>  
Isabelle Lopes de Oliveira Zanolla<sup>3</sup>  
Lygia Maria Copi<sup>4</sup>

**Resumo:** A pena capital, que era muito comum na antiguidade, não se torna tão presente na atualidade, deixando de ser utilizada como forma de punição na maioria dos países do mundo, sendo no Brasil aplicada apenas em um único caso. As pesquisas realizadas demonstraram que a pena de morte não possui efetividade ou vantagens para a sociedade, uma vez que não coíbe a prática de novos delitos. Além disso, há outros argumentos que embasam e comprovam tal afirmação, sendo necessário considerar a proteção aos direitos humanos, ao direito à vida, à dignidade da pessoa humana e o resguardo à integridade física e moral do indivíduo. Dessa forma, com base nos dados coletados, fica evidenciado que crimes bárbaros não podem ser aceitos e o indivíduo certamente deve ser punido, mas a penalidade deve ser proporcional ao delito praticado e a pena de morte seria um excesso injustificado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pena de morte. Direito à vida. Integridade.

### **1 INTRODUÇÃO**

Antigamente a pena de morte era amplamente utilizada e somente após a II Guerra Mundial o direito à vida e à dignidade da pessoa ganharam mais notoriedade, devido aos documentos e tratados internacionais que debatiam a garantia deles e visavam a extinção da pena capital. No Brasil, a pena de morte é prevista na Constituição apenas em um caso, na hipótese de guerra declarada. Apesar de diversas pesquisas comprovarem a ineficácia dessa forma de punição, principalmente no quesito de redução da criminalidade, alguns países ainda adotam a penalidade, entretanto, o número de execuções vem diminuindo com o passar dos anos.

Um questionamento recorrente é acerca dos limites da punição aplicadas ao indivíduo, indagando até que ponto este pode pagar pelos seus atos. A punição serve não somente como uma forma de chegar à justiça, mas como uma resposta à própria sociedade, mostrando que as atitudes lesivas e criminosas serão efetivamente

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Direito no Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Direito no Centro Universitário UNIVEL. Bacharelado em Ciências Econômicas na Unioeste.

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Direito no Centro Universitário UNIVEL

<sup>4</sup> Professora do curso de Direito na UNIVEL. Mestra em Direito das relações sociais na UFPR. Doutoranda em Direito das relações sociais na UFPR.

combatidas. Ainda que o Estado possua o direito de punir, a pena de morte é uma clara violação aos preceitos básicos dos Direitos Humanos, destacando o direito à vida, inerente a cada cidadão, cujo dever de garantir e proteger fica a cargo do poder estatal. Assim, se estabelece uma relação de incoerência entre a aplicação da pena capital e o direito à vida, pois ocorre uma grave violação deste, ferindo também a dignidade e integridade física e mental do indivíduo.

## **2 A PENA DE MORTE NO BRASIL**

A primeira Constituição, outorgada por Dom Pedro I, em 1824, não previa expressamente o direito à vida e a pena de morte por enforcamento era utilizada em alguns casos. As constituições de 1934 e 1937 aboliram esta conduta com a ressalva dos crimes cometidos em período de guerra por militares e, a segunda, também ampliou para casos de homicídio fútil ou atentado contra a vida do presidente (MARINONI; MITIDIERO; SARLET, 2017).

Somente em 1946, a Constituição garantiu a proteção do direito à vida. Durante a Ditadura Militar, o ato institucional de número 14 editou o § 11 do artigo 150 da Constituição, prevendo que “não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar” (BRASIL, 1969a, s/p). O mesmo tema também era tratado na lei de segurança nacional de 1969. Estes foram revogados em 1978 (BALAN, 2018).

A Constituição Federal de 1988 traz como um princípio da República a dignidade da pessoa humana, previsto em seu art. 1º, III. A partir dele, se originaram vários direitos com o objetivo de protegê-lo e assegurá-lo. O direito à vida, previsto no artigo 5º, caput, é inviolável e um bem tutelado pelo o Estado e pressupõe todos os demais direitos fundamentais. Além disso, pode ser entendido como uma forma de garantir a dignidade da pessoa, pois traz nos incisos III e XLIX, respectivamente, as garantias de que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” e “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral” (BRASIL, 1988, s/p).

Entretanto, a Constituição traz a possibilidade para a aplicação da pena de morte em caso de guerra declarada, descrita no art. 5º, XLVII e complementada pelo art. 84, XIX, o qual prevê a competência do Presidente para declarar guerra em “caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional” (BRASIL, 1988, s/p). O Código Penal Militar, regulamenta esta penalidade e determina que a execução será por meio de fuzilamento. Além disso, ainda define que sentença condenatória só poderá ser executada após sete dias da comunicação ao Presidente, salvo quando imposta em local de operação de guerra que exija o interesse da disciplina e ordem dos militares (BRASIL, 1969b).

### **3 CONTRA-ARGUMENTOS**

Não se pode desmoralizar a sociedade e toda sua grandeza com qualquer menosprezo, por menor que seja, frente aos crimes cometidos por indivíduos. Um crime bárbaro e com requintes de crueldade não é e nem pode ser, em qualquer hipótese, visto como aceitável e justo. A vítima precisa ser considerada com toda a sua virtude e o criminoso precisa ser punido (BOBBIO, 2004).

Entretanto, conforme elucida Beccaria (2001), apesar de o Estado possuir legitimação histórica e social para punir os cidadãos, sua atuação não tem caráter ilimitado, sendo esta restringida por diversos fatores. As punições servem como forma de intimidar e castigar os infratores da lei, entretanto, devem ser proporcionais ao delito cometido e objetivar a reeducação social do criminoso. Ainda de acordo com o autor, para que não seja “um ato de violência contra o cidadão, a pena deve ser essencialmente pública, pronta, necessária, a menor das penas aplicáveis nas circunstâncias dadas, proporcionada ao delito e determinada pela lei” (BECCARIA, 2001, p. 67).

#### **3.1 Não extingue o crime**

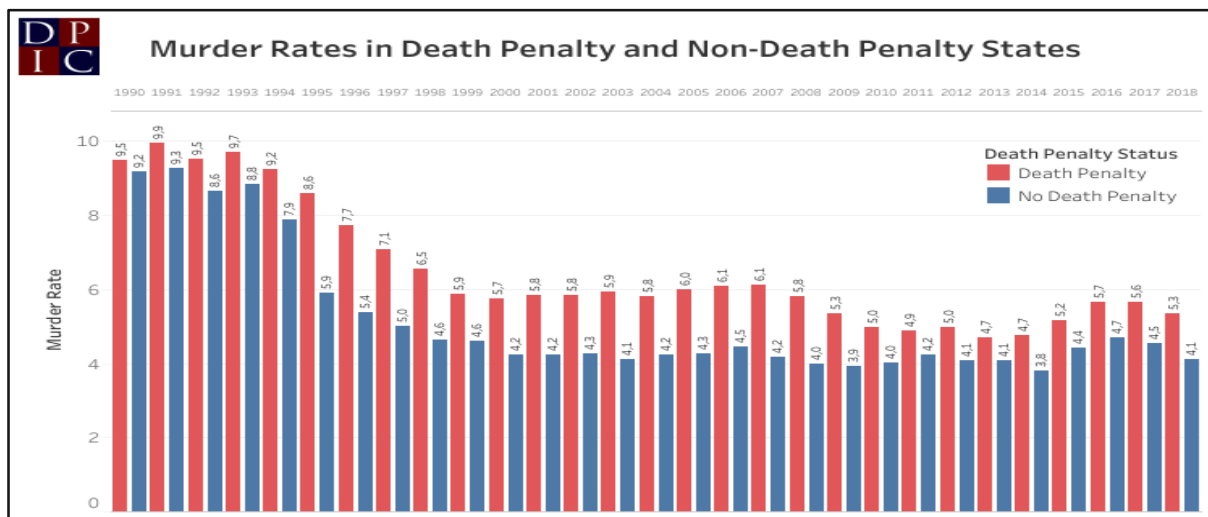
Muitos creem que a pena de morte seria a solução para a criminalidade, acreditando que o endurecimento da punição acarretaria diminuição da incidência criminal. Contudo, essa punição não pode ser usada como argumento para a extinção do crime, pois, caso fosse verdade, sua aplicação culminaria em uma sociedade livre de infrações penais. Mesmo quando aplicada em casos restritos, não tem efetividade na eliminação do delito e, para muitos estudiosos, também não interferem no índice de criminalidade uma vez que o infrator age por fortes motivações pessoais, geralmente não se preocupando com a penalidade atribuída, pois está acostumado a conviver com a iminência da morte, seja pela polícia ou por algum desafeto (DOLBROWLSKI, 2012; SOUZA, 2007).

Beccaria (2001, p. 23) elucida a questão afirmando que

Os homens são sempre os mesmos: vêem as coisas presentes sem preocupar-se com as conseqüências. Não há homem que, elevando suas idéias além das primeiras necessidades da vida, não tenha ouvido a voz interior da natureza chamá-lo a si e não tenha sido tentado a se lançar de novo nos braços dela. Mas, o uso, esse tirano das almas vulgares, o comprime e o retém no erro.

Para embasar esse argumento, o gráfico 1 demonstra a diferença entre as taxas de homicídio dos estados norte-americanos que possuem pena de morte e os que não a possuem, evidenciando a inexistência de uma relação direta e efetiva na redução da criminalidade.

**Gráfico 1** – Taxas de homicídio em estados com e sem pena de morte



Fonte: DEATH PENALTY INFORMATION CENTER, 2018.

Além disso, cabe ressaltar a ideia de que a pena de morte seria uma guerra entre o Estado e o indivíduo, não legitimada em nenhum direito e que só teria validade caso fosse o único modo de extinguir novos crimes. Ademais, a legitimidade do poder de aplicação dessa pena é questionável, visto que seria resultado do conjunto de vontades particulares, que refletem a vontade geral, e da soma da liberdade que cada indivíduo cedeu em prol da manutenção da ordem. Dessa forma, nenhum cidadão consentiria em dar a outro o poder de lhe tirar a vida. Assim, a pena capital não dispõe da mesma efetividade de prevenção quanto a prisão perpétua, pois esta, por possuir caráter vitalício, acarreta sentimento de punição aos indivíduos, uma vez que a eterna privação de liberdade seria o pior dos castigos existentes (BECCARIA, 2001).

### 3.2 Custos elevados

O custo com a manutenção dos presos é comumente um dos argumentos utilizados para embasar a ideia da aplicação da pena capital, porém, vale lembrar que esse processo de execução não é barato. Apesar do que pensam a maioria das pessoas, uma matéria produzida pela Gazeta do Povo (BALAN, 2017) evidenciou que os custos com um presidiário sentenciado à morte são muito superiores aos de um preso comum, devido, principalmente, às despesas do processo em si, honorários dos advogados, dispêndio médico e de materiais apropriados, sem contar o tempo gasto, que acaba sendo muito mais elevado devido à produção de recursos. Além disso, o

encarceramento desses presos ocorre em alas especiais ou, até mesmo, em celas isoladas, necessitando de reforço na segurança e aumentando ainda mais os custos aos cofres públicos. O Conselho Judiciário do Kansas, no Estados Unidos da América, afirmou que em média um processo para condenação à pena de morte leva vinte vezes mais tempo que um processo comum e que, por necessitarem de uma cela exclusiva, “se estima um gasto de 49,380 dólares por preso ao ano [...] sendo o dobro da média de custos anuais de 24,690 dólares para manter um prisioneiro na população geral” (CONSELHO JUDICIÁRIO, 2014, p.1, tradução nossa)<sup>5</sup>.

### 3.3 Erro judiciário

Apesar da existência do princípio da igualdade, o sentimento social é o de injustiça e desigualdade no julgamento entre as diferentes classes sociais, principalmente devido à limitação de recursos por parte dos menos favorecidos para a contratação de bons advogados. Quando é analisada a possibilidade de erro, juridicamente se tem um constrangimento social. A possibilidade de alguém ser condenado de maneira injusta e excessiva, causa um dano não somente pontual, mas em todo o sistema. Para Bobbio (2004, p. 83), “no terreno jurídico, o argumento mais forte dos abolicionistas é aquele que diz que a execução da pena de morte torna irremediável o erro judiciário”.

Caso um desses indivíduos condenados injustamente fosse executado, acabariam perdendo o que possuem de mais valioso que é a vida, não havendo qualquer chance de reparar o dano sofrido, pois além de irreversível, ela tem valor inestimável. Diante disso, poderia o Estado se arriscar a condenar um inocente à morte? Sobre essa questão, Koestler, citado por Dobrowolski (2012, p. 5), afirma que

A irrevocabilidade da pena de morte transforma o erro humano em erro desumano. Não podemos evitar equívocos; porém podemos evitar suas consequências fatais. Uma punição irreversível, mesmo que pudesse ser lógica e moralmente justificada, pressupõe um tribunal infalível e uma lei onisciente.

---

<sup>5</sup> “is estimated to cost \$49,380 per inmate per year [...] this is double the average annual cost of \$24,690 to house a prisoner in general population.”



Ao invés de questionar o endurecimento das penas, deveriam discutir a melhora do sistema judiciário, que se encontra abarrotado de processos; aprimorar e reformar o sistema penitenciário; formular projetos de reeducação e recuperação do criminoso, visando sua reinserção no convívio social, e discutir as causas que levam à criminalidade, procurando meios de amenizá-las e combatê-las, pois a melhor alternativa para proteger a sociedade é a correção dos criminosos e não sua eliminação (DOBROWOLSKI, 2012).

De acordo com Jardim (2017, p.1), o “recrudescimento de uma perspectiva mais ‘punitivista’ que reina, atualmente, em nossa sociedade, é muito influenciada por uma mídia despreparada e perversa”. De acordo com ele, muitos que defendem a aplicação da pena de morte no Brasil são contagiados por esse sentimento insensível e incapaz de observar soluções para o problema tão grave que é a criminalidade, em um país com histórico de exploração, cultura de violência, ódio e de dominação.

#### **4 DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS**

A Declaração Universal dos Direitos dos Homens (ONU, 1948) foi a primeira a decretar a proteção dos direitos humanos em caráter universal, reconhecendo a dignidade da pessoa como algo inerente a todos, assegurando o direito à vida, a impossibilidade de tratamentos desumanos e vedando a tortura. Em 1966, a Assembleia geral da ONU adotou o Pacto Internacional do Direitos civis e políticos, formulando, em 1989, o segundo protocolo facultativo sobre a abolição da pena de morte, ambos ratificados pelo Brasil. Em 1992, o país também adotou o Pacto de São José da Costa Rica. Nesses documentos o direito e o respeito à vida são reforçados, vedando a pena de morte, exceto em casos de guerra, e definindo um tratamento humano e digno aos encarcerados, bem como reforçando a garantia da integridade física, psíquica e moral do indivíduo. Além disso, também prevê a possibilidade de solicitar comutação, anistia ou indulto da pena, considerando que sua finalidade deve ser a readaptação e reforma dos condenados (BRASIL, 1992).

##### **4.1 Direito à vida**

A ideia de direito à vida é entendida como algo inato e inalienável da pessoa, remontando à perspectiva do direito natural. A Declaração de Direitos da Virgínia, de 1776, pode ser considerada o primeiro documento a assegurar o direito à vida em uma dimensão semelhante à dos direitos humanos e fundamentais, mas foi somente após a II Guerra Mundial que ele ganhou mais destaque na ordem constitucional. Neste contexto, vale ressaltar que a Lei Fundamental da Alemanha, de 1949, foi a primeira a proibir integralmente a aplicação da pena capital, além de garantir a vida como direito fundamental. Nesse período surgiram diversos outros documentos que corroboraram com a positivação desse direito, além de fomentar a discussão e estimular a vedação da pena de morte (MARINONI; MITIDIERO; SARLET, 2017).

Esse direito é o que dá origem aos demais, ficando a cargo do Estado o dever de garanti-lo e protegê-lo a qualquer custo. Desse modo, se estabelece um paradoxo entre o direito à vida e a pena de morte, pois como pode o responsável pela garantia da vida retirá-la de uma pessoa? Assim, fica claro a impossibilidade de concomitância entre ambos. Ao visualizar o Estado como aplicador da pena e o criminoso recebedor da punição, vê-se a necessidade de agir com lucidez e temperança para lidar com a situação (SOUZA, 2007).

O Estado não pode colocar-se no mesmo plano do indivíduo singular. O indivíduo age por raiva, por paixão, por interesse, em defesa própria. O Estado responde de modo mediato, reflexivo, racional. Também ele tem o dever de se defender. Mas é muito mais forte do que o indivíduo singular e, por isso, não tem necessidade de tirar a vida desse indivíduo para se defender. O Estado tem o privilégio e o benefício do monopólio da força. Deve sentir toda a responsabilidade desse privilégio e desse benefício (BOBBIO, 2004, p 74).

Muitos acreditam que retirar a vida de quem matou outra pessoa é certo e justo, porém, o Estado não pode agir de forma impulsiva e irracional. Também não pode querer dar a cada indivíduo uma punição igual ou semelhante ao crime praticado, fazendo alusão à Lei de Talião. Assim, entende-se que o Estado não possui legitimidade para tirar a vida de ninguém, seja aplicando uma pena ou mesmo agindo indiscriminadamente, pois isso acarreta, inclusive, violação aos Direitos Humanos (BOBBIO, 2004).

Apesar do crime cometido e toda sua infeliz extensão, o Estado possui outras formas de punir, tais como a privação da liberdade, principalmente quando o indivíduo expõe perigo real e grave ameaça à sociedade, aplicação de multa, prestação de serviços comunitários, entre outras. Atentar contra a vida de um indivíduo seria como cometer um novo crime em detrimento daquele cometido pelo sujeito, culminando na existência de dois crimes. Ao analisar os objetivos almejados da nação, que são, entre outros, a busca pela educação, reintegração e ressocialização, busca pela paz e temperança, nota-se que a pena de morte não se harmoniza com eles, sendo, também, incoerente e antagônica (BOBBIO, 2004).

#### **4.2 Dignidade da pessoa humana**

Após a II Guerra Mundial, a proteção da dignidade da pessoa teve mais ênfase no plano de discussão de vários documentos internacionais e ganhou grande importância no direito contemporâneo, sendo que a primeira Constituição que incluiu sua proteção foi a alemã, em 1949. Atualmente, esse princípio tem sido cada vez mais utilizado em debates judiciais (MARINONI; MITIDIERO; SARLET, 2017).

Seu conceito é amplo e aberto, sofrendo variações históricas, culturais, ideológicas e políticas. É um valor que ganhou *status* de princípio jurídico de forma constitucional, sendo que nos Estados democráticos é considerada um de seus maiores fundamentos. Para Barroso (2010, p. 9) se torna “a justificção moral dos direitos humanos e direitos fundamentais”, verificando, assim, sua ligação quase indissociável com esses direitos, que são legitimados em âmbito internacional. É importante considerar a grandeza desse princípio no que se refere à comparação com outros direitos fundamentais, visto que em um possível conflito, prevalece a dignidade da pessoa humana. Ainda de acordo com Barroso (2010, p. 18), “consolidou-se o consenso de ser ela o grande fundamento dos direitos humanos, ideia-símbolo do valor inerente da pessoa humana e da igualdade de todos”.

#### **4.3 Integridade física e moral**

A Constituição Federal Brasileira tem em uma de suas características fundamentais um caráter humanista e de proteção ao ser humano, universalmente.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



Não necessariamente uma visão antropocêntrica, mas o cidadão não pode ter seu corpo físico violado por quem quer que seja, pois isto faz parte da dignidade da pessoa. Este direito precisa estar resguardado pelas leis e mais ainda pela própria população, na consciência da preservação do próprio povo. Juntamente com o direito à vida, a integridade física é considerada a razão existencial do Estado e sua finalidade essencial. Suas formações históricas são parecidas e a violação do direito à vida implica, obrigatoriamente, na interferência na integridade física, pois muitas vezes geram risco de morte ao indivíduo. Além disso, este direito também está intimamente atrelado à dignidade da pessoa (BARROSO, 2015; MARINONI; MITIDIERO; SARLET, 2017).

Se a pena de morte fere a integridade física e moral do sujeito, assim como atenta contra sua vida e sua dignidade, tentativas de defesa a seu favor devem ser sumariamente consideradas incoerentes e inadequadas, pois é impossível conciliar todas essas questões. A pena capital, além de possuir caráter cruel e transgressor por violar os preceitos básicos dos direitos humanos e fundamentais do indivíduo, também produz efeitos psicológicos, gerados pela iminência da morte e, ao mesmo tempo, pela sua incerteza, pois muitos presos esperam anos no corredor da morte sem saber ao certo o dia de sua execução. Ademais, a consumação da pena não é isenta de sofrimento, o que também fere a integridade física e moral do preso (MARINONI; MITIDIERO; SARLET, 2017; SOUZA, 2007).

## **5 METODOLOGIA**

Este trabalho foi desenvolvido por meio pesquisa bibliográfica, considerando autores respeitados no meio acadêmico com mister científico e embasamento técnico, sobretudo acerca do direito à vida e a proteção dos demais direitos fundamentais.

## **6 RESULTADOS**

A análise das sanções impostas ao redor do mundo deixa evidente a ineficácia da aplicação da pena capital, uma vez que esta não atinge à expectativa de reduzir a criminalidade e, nem tampouco, serve como exemplo aos que desejam cometer um

crime. Com base nos dados expostos, essa penalidade acarreta gastos milionários ao Estado e viola uma série de direitos do indivíduo, pois o poder de punir não deve estar acima do direito à vida. Devido a esses fatores, verifica-se a crescente diminuição nos países que adotam este tipo de sanção, pois a ideia da privação da liberdade acarreta, de modo geral, mais efeitos que a expectativa da morte.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da humanização do direito penal, a pena capital ainda é aplicada em diversos países, principalmente na Ásia e na África. Entretanto, esse índice vem diminuindo a cada ano e em muitos casos, apesar de prevista em lei, na prática tal penalidade não é aplicada. Os tratados e documentos internacionais, apesar da adesão ser voluntária, são os principais contribuintes para essa diminuição, pois estabelecem os direitos fundamentais de cada indivíduo, sendo estes de suma importância para a proteção da pessoa contra abusos estatais. Conforme o entendimento das sociedades vai mudando, essa prática vai se tornando cada vez menos utilizada, prevalecendo a ideia do direito à vida e à dignidade da pessoa.

Além disso, a aplicação da pena de morte não traz benefícios para a comunidade, visto que sua eficácia não é comprovada, pois não diminui efetivamente a incidência criminal, além de possuir altos custos para o Estado. Com isso, fica claro que o debate acerca da punição mais severa do indivíduo acaba sendo, de certa forma, frívolo, uma vez que deveriam discutir as causas que levam o indivíduo à criminalidade e encontrar formas de amenizá-las.

## REFERÊNCIAS

BALAN, M. Pena de morte: por que os Estados Unidos têm repensado a prática? **Gazeta do Povo**, 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/pena-de-morte-por-que-os-estados-unidos-tem-repensado-a-pratica-6vi83i5hvms76mvyey6yzizmq/> Acesso em: 24 de março de 2019.

BALAN, M. Pena de morte no Brasil: quando pode ser aplicada? **Gazeta do Povo**, 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/lei-brasileira-ainda-preve-pena-de-morte-saiba-quando-pode-ser-aplicada-13bt76fhhhaj6uj0efofd9pfi/>. Acesso em: 08 de abril de 2019.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



BARROSO, L. R. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo**: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação. Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010. Disponível em: [https://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade\\_texto-base\\_11dez2010.pdf](https://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf). Acesso em: 07 de abril de 2019.

BARROSO, L. R. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. 5 Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. Edição eletrônica Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em: [https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/Dos\\_Delitos\\_e\\_das\\_Penas.pdf](https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/Dos_Delitos_e_das_Penas.pdf) Acesso em: 25 de março de 2019.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 7 tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Ato institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969**. Brasília, 1969a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/AIT/ait-14-69.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-14-69.htm). Acesso em: 09 de abril de 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969**. Brasília, 1969b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001.htm). Acesso em: 09 de abril de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Brasília, 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm). Acesso em: 26 de março de 2019.

CONSELHO JUDICIÁRIO. **Report of the judicial council death penalty advisory committee**. Kansas, 2014. Disponível em: <https://deathpenaltyinfo.org/documents/KSCost2014.pdf>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

DEATH PENALTY INFORMATION CENTER. Murder Rate of Death Penalty States Compared to Non-Death Penalty States. **Washington, 2018**. Disponível em: <https://deathpenaltyinfo.org/facts-and-research/murder-rates/murder-rate-of-death-penalty-states-compared-to-non-death-penalty-states>. Acesso em: 05 de novembro de 2019.

DOBROWOLSKI, S. A pena de morte considerações acerca de propostas pela sua reintrodução no país. **Revista dos Tribunais online**. Doutrinas Essenciais Processo Penal, vol. 6, p. 1251 – 1270, jun., 2012.

JARDIM, A. S. **Porque estou me afastando do Ministério Público**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://emporiododireito.com.br/leitura/porque-estou-me-afastando-do-ministerio-publico-por-afranio-silva-jardim-1508433216>. Acesso em: 11 de abril de 2019.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



MARINONI, L. G.; MITIDIERO, D.; SARLET, I. W. **Curso de Direito Constitucional**. 6 ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2017.

SOUZA, J. F. S. Pena de morte: solução da violência ou violação do direito à vida? **Revista de Direito e Liberdade**. Mossoró, v. 7, n. 3, p. 161-178, jul/dez, 2007. Disponível em: [https://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista\\_direito\\_e\\_liberdade/article/view/83/74](https://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/view/83/74) Acesso em: 26 de março de 2019.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 26 de março de 2019.





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](http://cpeprojetos@univel.br)



## **PLEA BARGAINING NO PROJETO ANTICRIME: UMA AVENTURA POLÍTICO-CRIMINAL**

Guilherme Moreira Pires<sup>1</sup>  
Patrícia Cordeiro da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** No tema do Projeto Anticrime, objetivou-se analisar nas denominadas “Medidas para introduzir soluções negociadas no Código de Processo Penal e na Lei de Improbidade” suas conexões com o instituto do *plea bargaining*, problematizando ressonâncias jurídicas e criminológicas da importação, atreladas às especificidades do Brasil e sua política criminal. Verificou-se pontos sobremaneira negativos, cujo compromisso dos pesquisadores é assinalar.

**Palavras-chave:** Plea bargaining. Projeto Anticrime. Discurso jurídico. Política Criminal.

### **1. Introdução**

Entre tantos pontos extremamente problemáticos no Projeto Anticrime<sup>3</sup>, opta-se pela análise do apresentado como “Medidas para introduzir soluções negociadas no Código de Processo Penal e na Lei de Improbidade” de inspiração estadunidense acerca do instituto denominado *plea bargaining*<sup>4</sup>, que vincula-se à continuação e consolidação de um novo salto na política criminal, tendente a impulsionar a população carcerária do Brasil.

---

<sup>1</sup> Doutor em Direito Penal pela Universidad de Buenos Aires. Mestrando em Letras (Análise de Discurso) na Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE). Bolsista da CAPES.

<sup>2</sup> Mestranda em Letras (Análise de Discurso) na Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE). Graduada em Direito e Comunicação Social pelo Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Nacionalmente rechaçado por juristas filiados às mais distintas tradições, com distintas intensidades de crença no sistema de justiça criminal (doravante, SJC). Desse modo, conseguiu desagradar mesmo os penalistas e processualistas penais que legitimam/acreditam no SJC, e que nele buscam “bons incrementos” contra a (sensação de) “impunidade”.

<sup>4</sup> Instituto criticado desde uma perspectiva abolicionista em Pires (2018), expondo-o como instituto aprofundador de injustiças sociais nos EUA (utilizado em cerca de 95% dos casos), inscrito em grandes assimetrias de poder que desencadeiam coerção, ameaças e terror, experimentados sobretudo pelos mais vulneráveis, compelidos a sacrificarem suas defesas em prol de consequências menos pesadas em caso de condenação. Logo, trata-se de uma ferramenta de terror que apenas simula benefícios mútuos; a máscara contratual do instituto atíça e mobiliza o que há de pior nos discursos penais, com formações ideológicas e discursivas intrincadas nos efeitos do mito contratual, que colocam o SJC como justiça imprescindível em favor de uma coletividade. O instituto recobre a assimetria de posições no SJC, acobertando o exercício pernicioso do poder que explora o princípio da autoridade e o princípio da punição, à luz dos castigos e recompensas.

Isso, direcionando o país, em um futuro próximo, ao posto de país detentor da maior população carcerária do planeta, superando os EUA no ranking prisional de tortura institucionalizada, assim ampliando injustiças estruturais, respaldadas pelo senso comum teórico dos juristas apontado por Warat (1985).

Não se pode olvidar, na esteira do explicitado com Santos (2018), a discrepância entre funções declaradas e funções reais do SJC, sem perder de vista o que esse sistema efetivamente realiza, e o que é recalçado pelo discurso jurídico-penal, explorado por Zaffaroni (2013) como falso. Não há prisão sem corrupção e tortura, e na esteira do instituto estadunidense, se geraria ainda mais gastos com o aumento do SJC (gastos “evitados” apenas a curto prazo nessa aventura político-criminal).

Embora este artigo não se incumba de ativar a imagem dos intelectuais profetas, aqueles supostamente iluminados, incumbidos de anunciar um futuro, é um compromisso assinalar direcionamentos criminológicos previsíveis ante a história do poder punitivo e suas condições de produção, condições essas observadas por Anitua (2010) quanto ao emergir histórico do poder punitivo.

Isso dito, uma análise da importação – sem ignorar as ressonâncias e direcionamentos no aumento da população carcerária brasileira – deve, necessariamente, considerar a dinâmica e funcionamento do Direito Penal e sua relação com o poder punitivo, atento a relações de poder que não funcionam como exploradas nas formações discursivas e ideológicas que legitimam a política prisional. No caso da aventura negocial presente no “Pacote Moro”, devem ser apontados seus efeitos perniciosos analisados (enquanto direcionamentos estruturalmente conectados a lógicas maiores), inclusive por uma questão de compromisso ético dos pesquisadores, ante a percepção das nefastas consequências de política criminal envolvidas.

Assim, concernente à questão criminal, (infelizmente) não corresponde a uma previsão messiânica o fato do Brasil, em passos largos, galgar de modo ascendente

no ranking dos países com a maior população carcerária do planeta<sup>5</sup>. E assume-se nesse artigo a premissa de que esse rumo não merece ser acelerado, mas interceptado e dissolvido.

O instituto jurídico estadunidense que se pretende importar, embora apresentado como uma *saída* na contenção dos gastos estatais (operando de modo populista e com efeitos de sentido de prometer resolução e extinção de punibilidade em situações menos delicadas), se inscreve em uma nova *entrada* à ampliação da população carcerária nacional, e conseqüentemente em novo salto nos gastos atrelados a esse redimensionamento. Essa importação, portanto, inscreve-se nas simulações de saídas eficientistas, que em verdade são novas entradas autoritárias nas sociedades de controle.

Isso dito, considerando que a importação do referido instituto acelerará ainda mais a trajetória expansiva na política prisional, ampliando injustiças, optou-se por abordar discursivamente seu caráter aventureiro e ludibrioso.

## 2. Desenvolvimento

### 2.1. Redação das “soluções negociadas” no Projeto Anticrime: considerações jurídico-penais e criminológicas

O tema foi tratado no projeto em “XII) Medidas para introduzir soluções negociadas no Código de Processo Penal e na Lei de Improbidade”, com mudanças no CPP que supostamente beneficiariam a todos, vejamos:

Art. 28-A. Não sendo o caso de arquivamento e tendo o investigado confessado circunstanciadamente a prática de infração penal, sem violência ou grave ameaça, e com pena máxima não superior a quatro anos, o Ministério Público poderá propor **acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime**

---

<sup>5</sup> Dos quatro países que lideram o referido ranking (EUA, China, Brasil e Rússia), todos oscilaram e retrocederam na taxa de aprisionamento entre 2008 e 2014, menos o Brasil, que seguiu acelerando. Nesse rumo, e com importações desastrosas como a do dispositivo tratado nesse artigo, o Brasil caminha para ocupar, em um futuro não tão distante, o topo desse ranking, sendo imprescindível demolir, interceptar, as aventuras de política-crime atreladas à materialização desse futuro deplorável de tortura em que a política prisional é vendida.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



[grifo nosso], mediante as seguintes condições, ajustadas cumulativa ou alternativamente:

I - reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - renunciar voluntariamente a bens e direitos, indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime;

III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo Ministério Público;

IV - pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Código Penal, a entidade pública ou de interesse social a ser indicada pelo Ministério Público, devendo a prestação ser destinada preferencialmente àquelas entidades que tenham como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; e

V - cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada.

O § 1º desse artigo destaca consideração das causas de aumento e diminuição da pena verificadas no caso concreto, para fins de aferição da pena máxima; dispendo o § 2º sobre contextos em que não será admitida a proposta, alguns bastante maleáveis, como o final do inciso II, sobre a verificação de “conduta criminal habitual, reiterada ou profissional” mesmo na ausência da hipótese de reincidência (sendo que na cultura autoritária brasileira, como exemplificativamente comprovado a partir do contexto da “guerra às drogas”, a percepção pelos atores do SJC do que seria uma conduta criminal profissional é tecnicamente frágil, sendo atribuído a usuários de certas substâncias proibidas, em quantidade ínfima, precisamente esse caráter profissional, habitual, reiterado).

O § 3º preconiza que o acordo será formalizado por escrito e firmado pelo representante do MP, bem como pelo investigado e seu defensor; o § 4º versa sobre homologação do acordo; e no § 5º, hipótese do juiz, se considerar inadequadas ou insuficientes as condições estabelecidas, devolver os autos ao MP para reformulação. E consoante o § 7º, o juiz pode recusar a homologação fora dos requisitos legais ou quando ausente a adequação do § 5º apontado.

Conforme o § 10º, descumpridas quaisquer das condições, o MP deverá comunicar o juízo, para a rescisão e oferecimento de denúncia, sendo que ante o § 11º, o descumprimento pode ser utilizado pelo MP para não oferecer a suspensão condicional do processo. Se cumprido integralmente o acordo, conforme o § 13º será decretada extinta a punibilidade, o que pode soar positivo quando se ignora, por

exemplo, a quantidade de inocentes prejudicados e compelidos a firmar esse acordo de não-persecução, sendo que conforme o § 14º, a prescrição não corre enquanto vigente o acordo firmado.

Ainda nas mudanças no CPP atreladas a essas “soluções negociadas”, tem-se o apresentado no artigo 395-A, que inclui entre os requisitos tanto a confissão do sujeito quanto o sacrifício de suas possibilidades de defesa, afastando até o direito de recurso, senão vejamos:

"Art. 395-A. Após o recebimento da denúncia ou da queixa e até o início da instrução, o Ministério Público ou o querelante e o acusado, assistido por seu defensor, poderão requerer mediante acordo penal a aplicação imediata das penas.

§ 1º São requisitos do acordo de que trata o caput deste artigo: I - **a confissão circunstanciada da prática da infração penal** [grifo nosso]; II - o requerimento de que a pena privativa de liberdade seja aplicada dentro dos parâmetros legais e considerando as circunstâncias do caso penal, com a sugestão de penas em concreto ao juiz; e III - **a expressa manifestação das partes no sentido de dispensar a produção de provas por elas indicadas e de renunciar ao direito de recurso** [grifo nosso].

Esses requisitos do acordo expressos em lei, sobre a confissão e afastamento dos direitos, são escandalosos em suas violações, sendo absurdo validar essas perdas a partir de práticas discursivas que invocam o “interesse da Justiça”, hipertrofiando ainda mais a figura do “Promotor de Justiça”. A palavra “Justiça”, como de praxe, é tanto mais tensionada no SJC quanto mais frágil a fundamentação jurídico-penal. Os defensores do instituto ignoram e/ou relativizam a questão das falsas confissões verificadas nos EUA, como ignoram os reflexos em jogo ao se simplesmente tentar imprimir velocidade em um sistema profundamente lesivo, acreditando ser bom para “todos”, e especialmente para o Estado (o que também não é bem assim).

Inscrevem-se esses requisitos em um devaneio utilitarista de imprimir velocidade e eficiência, assim sacrificando os já na prática extremamente raros direitos observados no país. E na prática, grande parte desses acordos envolverá nomeação de defensor para o ato, muitas vezes sem nem conseguir analisar verdadeiramente o processo em razão desse ritmo utilitarista e expectativas estatais

depositadas no acordo, sendo absurdo que, à luz do acordo, ainda seja extirpada a possibilidade de recurso.

Ademais, a escandalosa receptividade dessa proposta se deve, em parte, às metas que juízes e promotores têm, sendo cobrados pela “produtividade”, mostrando-se então essa ampliação e aventura dos acordos, como a abertura de um extraordinário horizonte de produtividade para esses atores, que ascenderão ainda mais em suas carreiras, enquanto milhares são esmagados no devaneio utilitarista. Além disso, os acordos validam práticas policiais e legitimam mais a existência das prisões, apreensões, invasões de casas sem autorização etc. Tudo ganha a chancela da “legalidade”, engolindo todas as arbitrariedades que carregam consigo aqueles processos.

Assim, esses atores do SJC podem tranquilamente se livrar dos processos, de forma mais rápida, atingindo metas e novas posições, demonstrando uma produtividade fabricada, forjada para, inclusive, melhorar os desastrosos dados da justiça brasileira quanto a processos pendentes de julgamento e altíssimo percentual de presos provisórios, a longo prazo expandindo a população carcerária<sup>6</sup>.

Embora o § 7º destaque que o juiz não irá homologar acordo quando a proposta não observar a adequação, prevista no § 5º, é bom lembrar que, nessa hipótese, tratar-se-ia da percepção advinda de um referencial que não considera manifestamente ilegal nem mesmo sacrificar direitos e dispensar um julgamento frente a representantes do Estado muito mais poderosos do que os sujeitos compelidos a aceitar; pequenos sujeitos contra grandes instituições e poderes estabelecidos, dessa forma, as contenções dos arbítrios em tese construídas na redação legal, são pouco críveis.

A importação do instituto como um todo é absurda no Brasil, e assim como ocorrido nos EUA, abarcará muitos acordos firmados por inocentes preocupados em

---

<sup>6</sup> Vale frisar que a crítica à supressão do julgamento e dos direitos no presente artigo, não se dá por se acreditar em seu “bom funcionamento” no país, mas ante o entendimento de que a importação pretendida torna ainda mais perniciosa a máquina de tortura prisional em vigor, que o instituto atualiza com maior sofisticação, naturalizando o “criminoso confesso”. Nessa esteira, autoridades assinalam um grande interesse em selecionar e recortar fragmentos desatados de seu contexto, explorados com ilusões eficientistas de baixo nível teórico, moldando um território autoritário ainda mais perigoso na realidade brasileira.



estancar o arbítrio estatal, presente nos exercícios de poderes desses mesmos representantes e suas práticas de coerção. Como lembra Foucault (2014), “o discurso nada mais é do que um jogo (...)”. E ocorre que para a Acusação, a sinergia do jogo repousa na coerção e no terror implícitos ou explícitos, associados à tortura prisional e ao dispositivo “crime” (ainda, ocorrerão mais ameaças e blefes do MP para forçar acordos).

As instituições dos poderes estabelecidos possuem filiações discursivas conectadas a diferentes saberes, sendo que na prática ministerial e dos juízes, prevalece ainda a defasada lógica do combate à criminalidade, orbitando uma ontologia do crime à luz de uma cruzada moral, em que o advogado é apenas um empecilho à justiça, o que ficou extremamente evidente nas mensagens divulgadas pelo *Intercept*, conforme matéria divulgada pelo CONJUR (2019), em que o Ministro Sérgio Moro, autor do projeto, afirma: “*Por que a Defesa já fez o showzinho dela*”<sup>7</sup>, explicitando a imagem que tem da advocacia criminal. As Defensorias Públicas, que mobilizam majoritariamente outros discursos, em regra são interpretadas como obstáculos institucionais à “Justiça”, recebendo menos investimentos. Assim, inexistente simetria entre instituições, e mais especificamente entre Acusação e Defesa, sendo cristalino que esse abismo se associa a condições pré-existentes que inviabilizam ainda mais o devaneio de um acordo sem coerção e sem mobilização de terror institucionalizado nas práticas discursivas de atores do sistema.

Prosseguindo, conforme o § 8º, esse acordo é considerado sentença condenatória. E um ponto mais pernicioso: no § 10º, que se conecta ao explicitado anteriormente sobre a (péssima) aferição do que seria uma conduta criminal de fato “habitual, reiterada ou profissional” no Brasil: em caso dessa interpretação, ainda que não sendo reincidente o sujeito, o acordo abrangerá cumprimento de parcela da pena em regime fechado. É preciso ignorar completamente os funcionamentos reais de nossa realidade operacional para acreditar que isso desaguará em boa coisa, e não em ampliação de injustiças.

---

<sup>7</sup> CONJUR, Consultor Jurídico. **Moro pediu que MPF fizesse nota para rebater depoimento de Lula**. Publicado em 14/06/2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-jun-14/moro-mpf-fizesse-nota-rebater-depoimento-lula>>.



Existe no final desse § 10º um antídoto ludibrioso: “salvo se insignificantes as infrações penais pretéritas”, o que se converte numa verdadeira piada no contexto brasileiro, em que, como exposto, quantidades ínfimas de substâncias proibidas para consumo próprio são interpretadas como provas contundentes de traficância<sup>8</sup>, o que é retomado para não se perder de vista que o referencial de “insignificante” do SJC não é sério e nem confiável.

Se prosperar o uso do referido instituto jurídico no Brasil, para “otimizá-lo”, em breve existirá ainda mais pressão no sentido de produção de penas estratosféricamente longas com ainda maior naturalidade, posto que a possibilidade dessas penas enormes é um dos fatores que estimula o acordo firmado. Assim, é possível a exploração de terror sistemicamente mesmo sem práticas discursivas específicas dos atores envolvidos nos casos concretos, e que quando existem, funcionam como um *extra coercitivo*, sobremaneira poderoso, conduzindo a confissões ultrarrápidas de quem não deseja enfrentar tamanho aparato, seja culpado ou inocente.

A naturalização do presente acordo redimensionará o nível de violações do Estado, institucionalizando um instituto supressor de direitos que se mostrará ainda mais assimétrico no país acerca da Defesa e Acusação, eis que já existe no país um abismo de poder entre eles, tendo o MP acesso a muito mais coisas que a Defesa. A disparidade no Brasil entre MP quando comparado com as Defensorias Públicas é monstruosa, sendo o MP uma instituição extremamente influente<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> O modo como o aparato estatal age na famigerada guerra às drogas pode ser tomado como ótimo exemplo do quão insignificante no país são, nos funcionamentos reais, a retórica dos direitos e garantias fundamentais. O referido projeto joga, brinca, com o sacrifício de um mínimo de garantias dos sujeitos, reféns, por exemplo, da interpretação das autoridades sobre esse caráter “profissional”, não se olvidando que o instituto que se pretende importar é responsável pela condenação massificada de milhares de inocentes nos EUA, que admitiram crimes que não cometeram, não merecendo prosperar a crença do senso comum de que “quem não deve não teme”. Os referenciais do SJC possuem sua própria produção de verdades, remetendo a decisões (sempre políticas) de autoridades, em que pese todo o fascínio de alguns pelas “contenções” (do poder) que supostamente regulam essas decisões.

<sup>9</sup> Note-se que o Promotor é “Promotor de Justiça” e o representante da Defensoria Pública apenas “Defensor”, há submissão até nas palavras que dão nome a cada cargo. Ademais, o Brasil caminha para a criminalização e desmoralização da advocacia, e fortalecimento da Acusação, o que agrava ainda mais a assimetria de poder dos que firmariam o acordo.

O “XII) Medidas para introduzir soluções negociadas no Código de Processo Penal e na Lei de Improbidade” do projeto anticrime encerra ainda com esta mudança na Lei n.º 8.429/1992:

"Art. 17. § 1º A transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata este artigo poderão ser celebradas por meio de acordo de colaboração ou de leniência, de termo de ajustamento de conduta ou de termo de cessação de conduta, com aplicação, no que couber, das regras previstas na Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013." (NR)

Agora, cabe tecer alguns apontamentos sobre a importação desse instituto jurídico (globalmente criticado) no Brasil, abordado, por exemplo, pelo jurista Serrano (2019) em entrevista<sup>10</sup>, como uma “salada”, em que a tradição europeia, continental, do *civil law* é afetada de forma seletivamente autoritária com o direito anglo-saxão mobilizado de modo a suprimir direitos fundamentais; nessa esteira, confirma que se discute nos EUA sobre rever o instituto (muito criticado no país). O Brasil, assim como na insustentável questão do aumento de sua taxa de aprisionamento, flerta com o desejo de copiar e importar (de modo ainda pior) objetos já defasados e questionados em suas próprias realidades-operacionais; flerta com mecanismos de injustiça social ligados ao aumento da população carcerária, e isso quando até os EUA passam a gradativamente movimentar-se contra essa expansão prisional.

## 2.2. Da importação do Instituto Jurídico

Nas práticas discursivas legitimantes da importação pretendida, são subestimadas confusões teóricas que atravessam o processo penal, forçando-se uma tentativa de costurar produção similar no Brasil, ainda que ante incompatibilidades sistêmicas. A importação desse instituto de outro sistema foi ressaltada por Coutinho (2018) como uma quimera e um desastre.

Reconhecendo a influência estadunidense, Langer (2017) adverte para problemas dessa importação e assevera:

---

<sup>10</sup> SERRANO, Pedro Estevam. Para especialista, PL Anticrime de Moro deve aumentar as injustiças. Carta Capital, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/na-verdade-o-plea-bargain-vai-ser-usado-para-producao-de-injusticas/amp/>. Acesso em: 05/05/2019.

“(…) é necessário questionar e reavaliar como nós pensamos a circulação de ideias jurídicas entre sistemas jurídicos. A metáfora do “transplante legal” (*legal transplant*) tem sido o principal dispositivo usado por pesquisadores (…) A metáfora, contudo, possui deficiências. O seu principal problema é que transmite a noção de que ideias e instituições podem ser simplesmente “recortadas e coladas” entre os sistemas jurídicos. Dessa maneira, a metáfora falha na explicação da transformação que ideias e instituições jurídicas podem sofrer quando transferidas entre sistemas jurídicos. (…) Os sistemas adversarial e inquisitorial, compreendidos como duas diferentes culturas processuais, podem ser entendidos como dois diversos sistemas de produção de significado.” (LANGER, 2017, p. 27-28).

Assim, é destacado que:

“Apesar da influência do *plea bargaining* americano nas jurisdições *civil law*, as diferenças culturais entre os sistemas adversarial e inquisitorial são muito profundas para serem sobrepujadas por uma simples reforma inspirada no modelo americano (…)” (LANGER, 2017, p. 28).

Nas práticas discursivas dos que defendem a importação desse obscuro instituto de injustiça social, é de se destacar a nada transparente promessa de benefícios para todos ao imprimir velocidade e eficiência, supostamente evitando altos gastos do Estado, e também evitando que o réu pague esse custo, o que não procede. Sobre evitar gastos estatais, considerando a tendência de expansão da população carcerária, o Estado em breve pagará mais, sendo a ilusão de eficiência dessa importação extremamente frágil, além de sistemicamente incompatível com o Brasil; ainda por cima, atropela direitos e garantias fundamentais, expandindo o prejuízo de inocentes (supostamente protegidos pelo SJC) pressionados a “colaborarem” frente ao Estado

A importação aventureira desse instituto (decerto negligenciando condições diferentes), tenderá a promover uma experiência ainda pior que a estadunidense com o instituto, se processualmente lançado no funcionamento brasileiro, sendo que mesmo o bônus para o Estado é em certos pontos ilusórios, como sobre a redução de gastos esperada. Isso, energizando ainda novas gambiarras jurídicas para conferir sinergia ao instituto que se pretende explorar, com movimentações no sentido de produzir penas mais elevadas tendentes a sistemicamente instigar o acordo.

Para forçar o crescimento dos acordos, os atores do SJC e políticos tendem a legitimar novas aventuras e gambiarras, prometendo sinergia e eficiência ao instituto,

até chegarem nos percentuais desejados, e como a ideia é imitar os EUA, não se pode esquecer que suas incidências ultrapassam 95% no país tomado como modelo. Destarte, enquanto a crença na manutenção de uma enorme população carcerária como fato benéfico ao país começou a ruir na política prisional estadunidense, o Brasil se esforça para replicar de forma aventureira mecanismos de péssimas ressonâncias nos EUA, ampliando o próprio histórico nacional de violências, com erros cada vez maiores, costurados pelos poderes estabelecidos e suas autoridades.

### 3. Considerações Finais

Sintetiza-se acerca do Pacote Anticrime (ou Pacote Moro), que o preconizado acerca das “soluções negociadas” é mesmo uma aventura de política-criminal, e uma gambiarra jurídica de pouca transparência, com ressonâncias muito perigosas, concentrando ainda mais poder no MP, embora a aventura seja apresentada como uma empreitada necessária e benéfica a todos.

A importação do instituto jurídico abordado, já desastroso nos EUA, não é compatível com o modelo brasileiro<sup>11</sup>, onde tenderá a se mostrar um desastre ainda maior, considerando não apenas o acréscimo perniciosamente seletivo de elementos lançados noutro sistema sem contrapontos significativos na contenção do poder, mas ainda as próprias peculiaridades atreladas ao autoritarismo local, latinoamericano, como entendido desde a perspectiva de Zaffaroni (2012), que admite ser o poder punitivo responsável por massacres que supostamente estaria evitando<sup>12</sup>, produzindo uma montanha de mortos desde a periferia do poder planetário.

A importação do instituto analisado é uma aposta tendente a produzir e alimentar cada vez mais o poder penal, sua manutenção e reprodução de injustiças. Mais que um *continuum*, essas “inovações” funcionarão assegurando um grande salto

---

<sup>11</sup> E, se os processualistas destacam não ser compatível com o modelo brasileiro, vale lembrar que no abolicionismo penal libertário existem razões de outra ordem, contra o SJC.

<sup>12</sup> Reconhecimento árduo, sobretudo para os que acreditam na proteção das contenções jurídico-penais e constitucionais, limitadíssimas, e que agora, na aventura comercial explorada, esmagará ainda mais os resquícios de direitos e garantias dos mais vulneráveis, inclinados a firmarem acordos ante poderes muito maiores e suas autoridades.

na institucionalização da violação de direitos e garantias fundamentais no país, um grande salto na expansão das práticas coercitivas dispensando provas, e uma grande influência de esforços no sentido de costurar ainda mais (outras) gambiarras que consigam dar conta de instigar as “soluções negociadas”, até se conseguir alcançar o percentual desejado.

Verifica-se a edificação e exploração de um *território negocial*. Após o tempo das delações dos VIPs, se insiste agora nas bases, na consolidação desse território, oficialmente dispensando a necessidade de provas e dissolvendo direitos que “atrapalhariam”, como entende boa parte da sociedade brasileira, no embalo da (extremamente cínica) promessa de democratização do sistema. A aposta também confere energia aos discursos que se inspiram na política prisional estadunidense, e que muito admiram seu posto como país com o maior número de presos do planeta, no limite cobiçando esse posto. Isso constitui um desastre objetivamente e subjetivamente, aventura que assinala que os rumos escolhidos na política prisional são o do país com a maior tortura institucionalizada do planeta<sup>13</sup>.

O Projeto Moro, quanto ao instituto abordado, acelera o futuro no qual o Brasil se tornará o país com a maior população carcerária do planeta, com o selo de “produtividade” e “eficiência”. Mas é imprescindível mover-se contra esse futuro, questionando esses acordos, a quem interessam, de que forma interessam, quais efeitos produzem, e a que demandas atendem.

## REFERÊNCIAS

ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias de los pensamientos criminológicos**. Prólogo de E. Raúl Zaffaroni. 1ª ed. 2ª reimp. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Puerto, 2010.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Plea bargaining no projeto anticrime**: crônica de um desastre anunciado. IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Boletim - 318 - Maio/2019. Disponível em: [https://www.ibccrim.org.br/boletim\\_artigo/6311-Plea-bargaining-no-projeto-anticrime-cronica-de-um-desastre-anunciado](https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/6311-Plea-bargaining-no-projeto-anticrime-cronica-de-um-desastre-anunciado). Acesso em: 15/05/2019.

---

<sup>13</sup> Dos efeitos de sentido possíveis ativados entre pesquisadores que consideram as histórias dos pensamentos criminológicos e a dinâmica do SJC, bem se poderia ilustrar que, para as autoridades legitimantes do instituto no Brasil, o mínimo de direitos esperado em um processo já configura um excesso insustentável que pretendem capturar e dissolver.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LANGER, Máximo. **Dos Transplantes Jurídicos às traduções jurídicas:** A Globalização do *Plea Bargaining* e a tese da Americanização do Processo Penal. *DELICTAE: Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito*, [S.l.], v. 2, n. 3, edição: jul-dez/2017. Disponível em: <http://delictae.com.br/index.php/revista/article/view/41>. Acesso em: 10/05/2019.

PIRES, Guilherme Moreira. **Criminologia Libertária ante a democracia representativa.** Canal Ciências Criminais, 2019. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/criminologia-libertaria-democracia/>. ISSN 2446-8150. Acesso em: 05/05/2019.

SANTOS, Juez Cirino dos (1981). **A Criminologia Radical.** Florianópolis, SC: Tirant Lo Blanch, 2018.

SERRANO, Pedro Estevam. **Para especialista, PL Anticrime de Moro deve aumentar as injustiças.** Carta Capital, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/naverdade-o-plea-bargain-vai-ser-usado-para-producao-de-injusticias/amp/>. Acesso em: 05/05/2019.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La Palabra de los Muertos:** Conferencias de Criminología Cautelar. Prólogo de Juan Gelman. Buenos Aires: Ediar, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **En busca de las penas perdidas.** Deslegitimación y Dogmática Jurídico-Penal. Buenos Aires: Ediar, 2013.

WARAT, Luis Alberto. **A ciência jurídica e seus dois maridos.** Santa Cruz do Sul: Faculdade Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985.

## REAÇÕES ADVERSAS AOS MEDICAMENTOS E A RESPONSABILIDADE CIVIL DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Priscila Ibanez Simplicio<sup>1</sup>  
Antonella Marques Neves<sup>2</sup>

**Resumo:** A responsabilidade do fornecedor pelos produtos, no Código de Defesa do Consumidor é objetiva, ou seja, não depende de culpa. Todavia, a responsabilidade civil é integral pelo prejuízo gerado devido ao defeito do produto. Conquanto o usuário não necessite provar a falha do produto, deve comprovar os prejuízos suportados e a relação de causa e efeito com o produto fornecido. Assim, para incorrer a responsabilidade ao fabricante, é indispensável que o dano seja ocasionado por um defeito do produto. Com isso, faz-se importante analisar o instituto da responsabilidade civil da Indústria Farmacêutica, em virtude das reações adversas (efeitos colaterais) aos medicamentos previstos em bula, avaliando se esta deve responder objetivamente pelos danos causados ao paciente referente às reações adversas mencionadas na bula do medicamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Responsabilidade civil objetiva. Medicamento. Reação adversa. Código de Defesa do Consumidor.

### 1 INTRODUÇÃO

Todos os medicamentos distribuídos no Brasil devem vir acompanhados de informações que possibilite o uso apropriado ao consumidor, de forma que este o consuma com segurança e eficácia desejadas a fim de alcançar o objetivo que se almeja, ou seja, a cura (GONÇALVES, 2013). O principal instrumento utilizado com o fim de transmitir as informações que acompanham os medicamentos são as bulas.

Assegurando o acesso à informação nos termos do artigo 5º, XIV, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e outras normas, como a já referida, compete à Indústria Farmacêutica disponibilizar de forma clara as reações adversas que o uso de um medicamento pode ocasionar ao consumidor.

Em conteúdo de responsabilidade civil, o Código de Defesa do Consumidor (CDC), estabelece – em duas seções próprias – responsabilidade pelo fato e vício do produto e do serviço. Não obstante, previamente, estabelece no artigo 6º, VI, que é

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de direito do Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Mestre em Educação. Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Univel.



direito do consumidor a “efetiva prevenção e reparação de danos morais e materiais” (BRASIL, 1990, s/p).

Nos termos do artigo 10 do Código de Defesa do Consumidor, não é devido ao fornecedor, colocar à disposição do consumidor produto ou serviço que tem o conhecimento ou deveria tê-lo por ostentar alto grau de perigo ou nocividade. (BRASIL, 1990, s/p).

Dessa forma, o presente artigo busca analisar a responsabilidade civil objetiva da indústria farmacêutica referente aos efeitos colaterais que os medicamentos, por ela produzidos, possam causar ao consumidor.

## **2 MEDICAMENTO**

De acordo com a Resolução Diretiva Colegiada (RDC) Nº 301, de 21 de agosto de 2019, a qual dispõe sobre as Diretrizes Gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos (BPF), “medicamento é o produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico” (BRASIL, 2019, s/p).

Um medicamento, por sua essência, possui princípios ativos puros ou associados, de maneira que pode causar-lhe efeitos colaterais por intervir tanto na funcionalidade e sistema fisiológico do indivíduo quanto em sua estrutura corporal (SOARES, 2017).

Infelizmente, o problema não é novo, sendo que foram os próprios males ocasionados por alguns fármacos, que provocaram a necessidade de uma norma com maior eficácia em defesa do consumidor, suscitando o raciocínio jurídico para este âmbito do direito à qual é tão decrépita quanto o próprio contexto dos medicamentos (CAVALIERI FILHO, 2011).

## **3 REAÇÃO ADVERSA A MEDICAMENTOS (RAM)**

Qualquer resposta indesejável ou prejudicial, sem intenção a um determinado medicamento, a qual se revela após a administração de doses comumente utilizadas no homem para tratamento, ou diagnóstico de doença, profilaxia ou para modificação de função fisiológica é uma reação adversa a medicamento (RAM), também chamada de efeito colateral (FUCHS; WANNMACHER; 2010).

De sorte que todos fármacos têm potencialidade para causar efeitos colaterais ao paciente, para toda a prescrição é imprescindível a avaliação (risco de reações adversas a medicamentos versus a análise da probabilidade de benefício). A circunstância e a intensidade das reações adversas a medicamentos matizam conforme as particularidades do fármaco e os fatores dos pacientes (MARSH, 2019).

#### **4 A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E A ELABORAÇÃO DE BULAS**

Um medicamento, só pode ser assim denominado, quando estiver somado às informações que devem identifica-lo, de forma que seu consumo seja adequado e possa ocorrer de forma segura e eficaz pelo paciente. Tais informações devem ser imparciais, atualizadas, de fácil compreensão e acesso aos consumidores. (GONÇALVES, 2013).

O principal instrumento utilizado com o fim de transmitir as informações que acompanham os medicamentos são as bulas. Sua configuração e sua matéria são regulamentados através da Resolução Diretiva Colegiada (RDC) nº 47/2009 publicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Dentre suas informações, deve impreterivelmente, abranger as reações adversas, além de advertências e precauções quanto ao seu uso.

Com o propósito das informações contidas nas bulas acharem-se fundamentais e efetivas, para a finalidade a que se aplicam, devem ser expostas, de forma objetiva e atualizada pelo fabricante, em consonância com a legislação e a compreensão técnico-científico contemporânea. De acordo com ao artigo 6º, III, do CDC:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem (BRASIL, 1990, s/p).

Ainda, assegurando o acesso à informação nos termos do artigo 5º, XIV, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, s/p) e demais legislações já citadas, cabe à Indústria Farmacêutica disponibilizar de forma clara as reações adversas que o emprego de um medicamento pode resultar ao consumidor.

Todavia, mesmo após a outorga da RDC 47/2009, que, entre as melhorias propostas, tinha como objetivo ampliar a acessibilidade à leitura de uma bula, verificase em seu texto uma linguagem ainda muito técnica, dificultando por vezes o entendimento do cidadão médio. É o que se conclui da apelação cível nº 2009 0710088248 (DISTRITO FEDERAL, Tribunal de Justiça, 2012), quanto à argumentação da indústria cuja bula do medicamento contém a informação de que o uso do medicamento pode vir a desencadear a síndrome de Stevens Johnson, o Revisor salvaguardou que os produtores são obrigados a prestar as informações adequadas e necessárias sobre serviços e produtos inseridos no mercado de consumo, ainda se posicionou à favor do consumidor, uma vez que a ré assumiu o risco de colocar no mercado um produto que pode ocasionar em grande dano ao consumidor, veja:

INDENIZAÇÃO. SÍNDROME DESENCADEADA POR REMÉDIO. RESPONSABILIDADE DO FABRICANTE. RISCO DO NEGÓCIO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. OCORRÊNCIA. PENSÃO MENSAL. TERMO INICIAL. 13º SALÁRIO. INCLUSÃO. 1. O desencadeamento de doença grave, por ingestão de remédio (dipirona) livremente vendido e consumido, caracteriza risco do negócio, por fugir à razoabilidade e segurança do risco inerente do produto medicamentoso. 2. O causador do acidente deve indenizar a vítima pelo tratamento da saúde, até o fim de sua convalescença (CC 949). 3. É devido o pagamento de pensão mensal à consumidora que está incapacitada para o trabalho, sem prejuízo da percepção de pensão do INSS, por possuírem fato gerador distintos. 4. O termo inicial da pensão é a data do evento danoso. 5. É devido o pagamento da pensão relativa ao 13º salário porque comprovado que a autora exercia atividade remunerada. 6. Para o arbitramento do valor da indenização por danos morais devem ser levados em consideração o grau de lesividade da conduta ofensiva e a

capacidade econômica da parte pagadora, a fim de se fixar uma quantia moderada, que não resulte inexpressiva para o causador do dano. 7. Negou-se provimento ao apelo da ré. 8. Deu-se parcial provimento ao apelo dos autores, para majorar a indenização por danos morais à primeira autora de R\$ 400.000,00 para R\$ 700.000,00 e majorar os honorários advocatícios de 10% para 15% do valor da condenação. Apelação Cível nº 2009 07 1 0088248 (DISTRITO FEDERAL, Tribunal de Justiça, 2012).

A ANVISA através de normas e inspeções, busca abrandar esta lacuna entre o entendimento do consumidor e a redação da bula, com a intenção de melhorar a compreensão do consumidor (GONÇALVES, 2013).

## **5 RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA NOS CASOS DE REAÇÕES ADVERSAS PREVISTAS NA BULA DO MEDICAMENTO**

A responsabilidade civil, sem dúvidas, é um dos temas mais problemáticos do direito moderno, frente ao seu súbito crescimento e suas reações nas atividades humanas, contratuais e extracontratuais, e no surpreendente avanço tecnológico, que promove a prosperidade material, gerador de bens de consumo e de ameaças à vida humana (DINIZ, 2014).

O fundamento da responsabilidade civil objetiva é a teoria do risco o qual posiciona o agente em uma posição vantajosa. Em virtude do risco da atividade ou de uma situação favorável para o agente, as normas determinam, o dever de reparar, independentemente da culpa, não havendo necessidade de comprovação desta pela vítima (PUCCINELLI JÚNIOR, 2015).

A inovação trazida pelo Código Civil de 2002 é a cláusula geral de responsabilidade civil objetiva pelo risco da atividade, prevista no artigo 927, parágrafo único, do Código Civil:

Art. 927. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem (BRASIL, 2002).

O conteúdo aberto do artigo, traz um conceito jurídico indeterminado, o qual possibilita, nos mais variados exemplos de caso concreto, atribuir o dever reparatório por força do exercício de uma operação comumente concebida pelo fabricante e que por força de sua natureza, implica riscos para o direito do consumidor (PUCCINELLI JÚNIOR, 2015).

Segundo Soares (2017), independentemente de a responsabilidade do fabricante ser objetiva, este tem a obrigação de aumentar a cautela, precipuamente quando se trata de pacientes mais suscetíveis às reações adversas.

Logo, por se tratar de produto de periculosidade intrínseca, cujas as ameaças são comuns à sua natureza e prováveis, porquanto devidamente advertido o consumidor, eventual dano não possibilita a responsabilidade do fabricante, uma vez ausente defeito do produto.

A relevância do medicamento deve ser avaliada, verificando se há vantagem em sua utilização, quando esta é comparada com suas reações adversas e o risco à saúde do paciente (SOARES, 2017). A exemplo, o fármaco que atua como um placebo frustrando sua finalidade; ou o anti-inflamatório que visa aliviar a dor e baixar a febre, mas cujo uso pode causar síndrome de Steven Jhonson, o qual ameaça a segurança do paciente, podendo levar este a óbito.

## 5.1 O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) é o mais recente exemplo referente a responsabilidade civil objetiva no nosso ordenamento jurídico. Destarte, em diversos segmentos sociais, percebe-se um aumento no âmbito da responsabilidade civil sem culpa (VENOSA, 2019).

A proteção do consumidor presume a responsabilidade de cautela, estabelecido como um preceito jurídico, o qual determina a obrigação de proteção e cuidado admitida como referência para o código de defesa do consumidor, que estabelece uma pronta submissão do fornecedor, em um campo em que se afere o verdadeiro anseio de que esse zelo tenha sido avaliado em cada produto inserido no

mercado e em cada serviço ofertado, por ser imprescindível à defesa dos interesses existentes do consumidor (SOARES, 2017).

Em matéria de responsabilidade civil, o Código de Defesa do Consumidor, estabelece – em duas seções próprias – responsabilidade pelo fato e vício do serviço e do produto. Não obstante, previamente, indica no artigo 6º, VI, que é direito básico do consumidor a “efetiva prevenção e reparação de danos morais e materiais” (BRASIL, 1990, s/p).

A responsabilidade civil decorrente à luz do divulgado na cláusula geral do Código de Defesa do Consumidor (artigo 6º, VI) é objetiva, pois o preceito em momento algum alude à culpa (imprudência, negligência ou imperícia) como requisito ou pressuposto para motivar o dever de compensar. Além da falta de qualquer menção à culpa, o dispositivo utiliza o atributo verdadeiro para salientar a importância compensação para o consumidor/vítima (BESSA, 2018).

## 5.2 RESPONSABILIDADE DA INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS

A responsabilidade da indústria de medicamentos abarca a responsabilidade pelo fato do produto contida no artigo 12 do CDC:

Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos. (BRASIL, 1990, s/p).

De acordo com a legislação vigente, o defeito do produto é o fato gerador da responsabilidade da indústria de medicamentos, não sendo mais a conduta culposa, nem ainda o liame jurídico do contrato. Refere-se, em último recurso, de uma garantia de confiabilidade, um dever característico de segurança do produto, verdadeiramente esperada (CAVALIERI FILHO, 2011).

De acordo com o artigo 10 do CDC: “O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança” (BRASIL, 1990, s/p).

Ainda, no mesmo sentido o artigo 24: “A garantia legal de adequação do produto ou serviço, independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor” (BRASIL, 1990, s/p).

Assim, para a indústria farmacêutica há o dever indenizatório pela presunção pura e simples da culpabilidade, ou seja, pela mera ocorrência de um risco em virtude de sua conduta, não sendo essencial a confirmação de negligência, imprudência ou imperícia do agente. Vale ressaltar que, quando se trata de produto farmacêutico, há sempre a existência de um risco interligado ao funcionamento do organismo de cada ser humano, que pode comprometer o resultado o qual é desejado do medicamento obtido. Em certas circunstâncias, todavia, pune-se o fabricante pela consequência danosa causada pela estrutura do organismo do indivíduo (CHAIB, 2005).

### 5.3 AFERIÇÃO DA CULPA E O NEXO DE CAUSALIDADE

O ponto controvertido é a responsabilidade da indústria farmacêutica quanto à reação adversa experimentada pelo paciente, após a ingestão de fármaco fabricado pelo laboratório, cuja bula traz indicação dos riscos e efeitos colaterais do remédio.

No entanto, para a figura do consumidor, defende-se, em síntese, que a indústria farmacêutica responde objetivamente pelos danos previstos na bula do medicamento, sendo irrelevante, para esse efeito, que os riscos estivessem explicitados na bula do medicamento em comento. Assim, entendeu o Tribunal de Justiça de Tocantins, na apelação cível n. 0001627-85.2018.827.0000 rejeitando a defesa da indústria farmacêutica e condenando-a ao pagamento de indenização:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUTOR QUE SOFREU FORTE REAÇÃO ALÉRGICA A MEDICAMENTO FORNECIDO POR UMA DAS EMPRESAS RÉIS E VENDIDO PELA OUTRA DEMANDADA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO AUTURAL. PRETENDIDA MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. POSSIBILIDADE. ATENDIMENTO DA TRÍPLICE FUNÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. 1. 1. A indenização por dano moral tem tríplice função: a compensatória (reparatória, ressarcitória ou indenizatória), isto é, a de mitigar o sofrimento da vítima; a punitiva, qual seja, a de sancionar o infrator pelo ilícito que ele cometeu; e, por fim, a preventiva, vale dizer, para dissuadir o cometimento de novos atos ilícitos. Doutrina. Jurisprudência. 2. Para a fixação de indenização por danos morais são levadas em consideração as peculiaridades da causa, em montante que desestime o





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



ofensor a repetir o ilícito, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido. 3. É ínfimo e, portanto, não atende à tríplex finalidade da indenização por danos morais, o quantum indenizatório fixado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), notadamente quando se é levado em consideração todo o sofrimento suportado pelo autor/apelante, que sofreu forte reação alérgica com lesões/ulcerações por todo o corpo, em razão da ingestão de medicamento fabricado por uma das empresas ré/s/apeladas e ministrado pela outra empresa. Assim, deve ser majorada para R\$ 12.000,00 (doze mil reais) a indenização fixada, como forma de se atender à tríplex função da indenização por danos morais (compensatória, punitiva e preventiva). 4. Apelação cível conhecida e provida. Indenização por danos morais majorada para R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com a incidência de correção monetária e juros de mora nos termos fixados na sentença, mantidas, no mais, as demais disposições da sentença impugnada. Apelação Cível n. 0001627-85.2018.827.0000. (TOCANTINS, Tribunal de Justiça, 2018).

Entretanto, como é consabido, a responsabilidade do fornecedor não é irrestrita, pois pressupõe requisitos próprios, sobretudo, o vício do produto como agente do prejuízo provado pelo consumidor.

Estes são os termos do artigo 8º do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 8º - Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito (BRASIL, 1990, s/p).

E em consonância com tal artigo, é importante citar a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, apelação cível n. 0000862-18.2014.8.19.0020 a qual contrapõe decisão referente à apelação supracitada do Tribunal de Justiça de Tocantins:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. REAÇÃO ADVERSA SOFRIDA APÓS O USO DE MEDICAMENTO PRESCRITO POR NEUROLOGISTA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. 1. Ausência de demonstração do nexo de causalidade entre o dano e o suposto defeito no produto. 2. Art. 8º do CDC. 3. O defeito do produto apto a ensejar a responsabilidade do fornecedor é o de concepção técnica, de fabricação ou de informação, que não se confunde com o produto de periculosidade inerente, como remédios. 4. Os riscos previsíveis são



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



absolutamente admissíveis e não tornam o produto defeituoso, uma vez cumprida a obrigação do fornecedor de prestar as informações adequadas a seu respeito, como no caso dos autos, em que o laboratório fez constar da bula a advertência do risco do uso a ser suportado pelo consumidor. Apelação Cível n. 0000862-18.2014.8.19.0020. (RIO DE JANEIRO, Tribunal de Justiça, 2019).

Nesta mesma ordem, Zelmo Denardi (1999), em sua obra, traz o conceito de que o perigo intrínseco não é um defeito, e nem deve, portanto, desvalorizar o produto pois, assim, praticamente todos os medicamentos, em virtude de sua origem, apresentam perigo, mas que se presentes nas bulas, não deve ser atribuído tal risco ao fornecedor.

Em virtude da inclusão de uma lei que visa a proteção ao consumidor, somada à contrariedade entre jurisprudências, constata-se que o tema gera discussão. Se por um lado, temos a indústria, que em sua atividade de risco, disponibiliza no mercado, produtos que podem curar, mas que também podem causar danos ao consumidor, e pelas informações prestadas em bula, entende que o consumidor assume o risco do uso. Por outro lado, temos o consumidor, que mesmo em posse da informação em bula, por vezes, não é capaz de avaliar o risco e sente-se lesado, quando ocorre uma reação adversa.

## **6 METODOLOGIA**

A presente pesquisa tem como estrutura o método de abordagem hipotético-dedutivo, pesquisando-se a legislação, a doutrina e artigos, efetuando-se após, um exame comparativo e dialético, dos entendimentos dos diversos estudiosos sobre a temática.

As ferramentas utilizadas no desenvolvimento deste trabalho representam-se pelas pesquisas bibliográfica, documental e legislativa, e ainda, abrangem os artigos de internet e revista, e também vários outros meios e técnicas de pesquisa direta e indireta.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade civil do fabricante de medicamento é um campo complexo que deve ser analisado sob uma ótica ampla e não simplificada quando aplicada ao caso concreto.

Se por um lado tem-se a proteção do consumidor, por outro lado tem-se a Indústria Farmacêutica, atuando em uma atividade de fabricação de produtos que podem ocasionar em algum risco para o consumidor, não por defeito de fabricação, mas sim, pela própria natureza do produto.

Deve-se considerar que, por vezes, a informação contida na bula do medicamento não é clara para o consumidor médio, devido a própria falta de conhecimento técnico exigida, como exemplo, pode-se citar a Síndrome de Steven Johnson, que apesar de ser uma reação rara, é considerada gravíssima, podendo levar o paciente até mesmo a óbito devido à extensão das lesões por ela provocada.

Ainda, neste mérito, tratando-se de produtos dotados de inerente periculosidade, os riscos são considerados normais e por estarem informados e advertidos, são previsíveis, não devendo ensejar em responsabilização da indústria de medicamento, uma vez que, não há defeito no produto. Para que haja responsabilidade civil objetiva, faz-se necessário que o produto apresente vício e não uma reação proveniente de sua concepção.

Embora, como demonstrado ao longo do texto, há tribunais, como o de Tocantins em 2018 e do Distrito Federal em 2012 que atribuíram a responsabilidade à indústria farmacêutica, meu ponto de vista sobre a temática em questão, está em concordância com o determinado pela decisão proferida pelo Tribunal do Rio de Janeiro, em 2019, o qual defendeu que a responsabilidade civil não deve ser atribuída à indústria, uma vez que o produto não apresenta vícios de fabricação e suas reações decorrem de mecanismos de ação que podem variar em cada indivíduo, sendo estes, advertidos em bula.

Considerando-se que a reação adversa ao medicamento não se trata de um defeito e sim de uma reação do corpo humano à droga, e estando esta prevista na

bula do medicamento, a indústria não deve responder pelo risco do produto em circulação, uma vez que o produto é de periculosidade inerente, não possui vício, tratando-se assim de uma excludente da ilicitude.

De toda forma, o assunto deste estudo é amplo e não se esgota aqui, é necessário maiores pesquisas e debates para, principalmente esclarecer as pessoas sobre os perigos que alguns produtos apresentam ou possa vir a apresentar, causando danos ao usuário.

## REFERÊNCIAS

BESSA, Leonardo Roscoe. **Responsabilidade objetiva no Código de Defesa do Consumidor**. Revista Jurídica da Presidência Brasília v. 20 n. 120 Fev/Maio 2018.

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. I Jornada de Direito Civil. Coordenador Geral. Ministro Ruy Rosado de Aguiar. 2007. Disponível em:<<https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/699>>. Acesso em 11/08/2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10/04/2019.

BRASIL. Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Código de Defesa do Consumidor**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm)>. Acesso em 08/08/2019.

BRASIL. Lei n.10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm)>. Acesso em 08/08/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 47, de 8 de setembro de 2009. **Estabelece regras para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 jan. 2010. Seção I.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 301, de 21 de agosto de 2019. **Boas Práticas de Fabricação**. Disponível em: <[http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/5389382/RDC\\_301\\_2019\\_.pdf/2e049461-1e8a-4bbb-8e09-8d3c04dea07d](http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/5389382/RDC_301_2019_.pdf/2e049461-1e8a-4bbb-8e09-8d3c04dea07d) |>. Acesso em 01/09/2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Informativo de Jurisprudência número 603. Disponível em:<<http://www.stj.jus.br/docsinternet/informativos/PDF/Inf0603.pdf>> Acesso em: 01/09/2019.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



CAVALIERI FILHO, Sergio. **Responsabilidade Civil por danos causados por remédios.** Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor | vol. 5| Abr / 2011. Disponível em: <<https://www.revistadoatribunais.com.br/maf/app/widgetshomepage/resultListdocument&src=rl&srqid=30378e647487c&docquid=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk>>. Acesso em 10/08/2019.

CHAIB, Laila Ferreira. **A responsabilidade civil dos fabricantes e fornecedores de produtos farmacêuticos.** Publicado em 01/2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/6207/a-responsabilidade-civil-dos-fabricantes-efornecedo-res-de-produtos-farmaceuticos/1>>. Acesso em 10/08/2019.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, volume: 7. responsabilidade civil. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FUCHS, Flávio Danni; WANNMACHER, Lenita. **Farmacologia Clínica: fundamentos da terapêutica racional.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

GONÇALVES, Silmara de Almeida. **Análise das bulas de medicamentos e percepção da sua importância pelos idosos.** Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Brasília, 2013. Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dra. Gislaíne Ferreira de Melo. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/1190/1/Silmara%20de%20Almeida%20Goncalves.pdf>>. Acesso em 10/08/2019.

MARSH, Daphne Smith. **Reações Medicamentosas Adversas.** Disponível em: <<https://www.msdmanuals.com/pt-br/profissional/farmacologia-cl%C3%ADnica/rea%C3%A7%C3%B5es-medicamentosas-adversas/rea%C3%A7%C3%B5es-medicamentosas-adversas>>. Acesso em 11/08/2019.

PUCCINELLI JÚNIOR, André. **Manual de direito civil, volume único.** São Paulo. Editora Saraiva, 2015.

RIO DE JANEIRO, Tribunal de Justiça, 2019. **Apelação Cível- Ação Indenizatória por Danos Materiais e Morais.** AC 0000862-18.2014.8.19.0020. Apelante: Rodrigo Clement De Lima. Apelado: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda. Rel. Des. Fernando Cerqueira Chagas. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/719100332/apelacao-apl-8621820148190020/inteiro-teor-719100341?ref=juris-tabs>>. Acesso em 10/08/2019.

SOARES, Flaviana Rampazzo. **O dever de cuidado e a responsabilidade por defeitos.** Revista de Direito Civil Contemporâneo. vol. 13. ano 4. p. 139-170. São Paulo: Ed. RT, out.-dez. 2017.

DISTRITO FEDERAL, Tribunal de Justiça, 2012. **APELAÇÃO CÍVEL - INDENIZAÇÃO.** AC nº 20090710088248. Apelante: Sanofi- Aventis Farmacêutica Ltda e Magnólia de Souza de Almeida e outro. Apelado: Os mesmos. Rel. Desembargador: J. J. Costa Carvalho e Desembargador Sérgio Rocha. Distrito Federal – Brasília. Julgamento em 16.05.2012. Disponível em: <<https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>>. Acesso em 23/08/2019.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



TOCANTINS, Tribunal de Justiça, 2018. **APELAÇÃO CÍVEL - INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AC 0001627-85.2018.827.0000.** Apelante: Jurimar Ferreira Lima. Apelado: Prati, Donaduzzi & Cia Ltda e Curcino & França Ltda - Me. Rel. Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe. Palmas – Tocantins- Julgamento 23.10.2018. Disponível em: <<http://jurisprudencia.tjto.jus.br/documento?uuid=b679af22f313e2ce6aa03339bba8564e&options=%23page%3D1>>. Acesso em 10/08/2019.

VENOSA, Silvio de Salvo. **A responsabilidade objetiva no novo Código Civil.** Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI916,11049-A+responsabilidade+objetiva+no+novo+Codigo+Civil>>. Acesso em 11/08/2019.

WALD, Arnaldo. **Direito Civil: responsabilidade civil, vol 7.** 3 ed. Sao Paulo: Saraiva, 2015.





CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## ARTIGOS DE GESTÃO FINANCEIRA

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



## **GESTÃO FINANCEIRA: ESTUDO DA APLICAÇÃO DE INDICADORES FINANCEIROS EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO MUNICÍPIO DE PALOTINA - PR**

Cassiane Gris Basso<sup>1</sup>  
Dimas José Detoni<sup>2</sup>

**Resumo:** A gestão financeira orienta para a tomada de decisão pelo gestor e os resultados de suas ações serão medidos através dos indicadores financeiros que representaram o grau de afinidade entre os resultados alcançados e os esperados. O presente artigo teve como objetivo geral auferir a utilização dos indicadores financeiros e sua relevância no cotidiano dos gestores de empresas de pequeno porte, por meio da aplicação de questionário. Os questionários foram aplicados a 13 empresas do município de Palotina – PR, escolhidas por conveniência, a quantidade de respondentes representa 10% das empresas de pequeno porte atuantes no município. Evidencia-se que 92% das empresas consultadas realizam planejamento para curto, médio e longo prazo e que mantém controle financeiro contínuo, pois afirmam conhecer a necessidade de capital de giro e a capacidade de pagamento da empresa, apesar da baixa adesão a análise das demonstrações financeiras. Por fim, os resultados demonstram que os gestores reconhecem a importância da gestão financeira na administração das empresas e sua contribuição para a tomada de decisões assertivas, entretanto aplicação dos indicadores financeiros ainda é deficitária nas empresas analisadas.

**Palavras-chave:** Gestão Financeira. Indicadores Financeiros. Pequenas Empresas.

### **1. Introdução**

No contexto atual de mercado os gestores buscam ações para a geração de lucros nas atividades empresariais e os indicadores financeiros revelam o grau de efetividade de suas decisões através dos resultados apurados.

A gestão financeira aplicada no controle das atividades da empresa traz mais segurança para o gestor na tomada de decisões, culminando na geração de riqueza, que é o principal objetivo em uma empresa, garantindo retorno aos proprietários e cumprindo com suas obrigações. (CHENG E MENDES, 1989).

O controle do fluxo de caixa, como uma das atividades da gestão financeira, permite conhecer as entradas e saídas do caixa, como esclarece Cheng e Mendes

---

<sup>1</sup> Especialista em Finanças Empresariais (UNIVEL, 2019).

<sup>2</sup> Mestre em Engenharia de Produção (UFSC, 2001).

(1989): “Gestão Financeira pode ser definida como a gestão dos fluxos monetários derivados da atividade operacional [...]”.

Dessa forma, a gestão financeira é utilizada para proporcionar o melhor resultado possível, fortalecendo os lucros, cumprindo com suas obrigações financeiras, impulsionando o crescimento e a solidificação no mercado.

Diante da realidade das empresas pesquisadas, esse estudo pretendeu responder ao seguinte questionamento: qual o índice de aplicação dos indicadores financeiros e sua relevância no cotidiano dos gestores de empresas de pequeno porte?

Objetivou-se com a pesquisa caracterizar as empresas respondentes, quantificar com a utilização de um questionário a aplicação dos indicadores financeiros e sua relevância no cotidiano dos gestores de empresas de pequeno porte do município de Palotina - PR.

O estudo tem sua justificativa baseada na relevância da aplicação de indicadores financeiros na avaliação da gestão financeira, buscando averiguar o grau de sintonia da tomada de decisão com os resultados traçados e caracterizar o perfil das responsáveis pelas finanças das empresas delimitadas.

## **2. Desenvolvimento**

Para contextualizar a importância da gestão financeira no cotidiano das empresas, faz-se necessária a apresentação de definições claras a respeito de planejamento estratégico, gestão financeira, demonstração de fluxo de caixa, indicadores de gestão financeira e avaliação de desempenho empresarial.

### **2.1 Planejamento Estratégico**

Planejar significa determinar objetivos que a empresa deseja alcançar e os planos que irão nortear a empresa em sua atividade, ou seja, tomar decisões para o futuro, escolhendo entre as opções existentes.

Segundo Chiavenato (2016) o planejamento estratégico é um conjunto de decisões tomadas sistematicamente em que são determinadas ações que refletem a organização no curto, médio e longo prazo.

Pensar estrategicamente consiste em refletir sobre as opções possíveis para agir e, de acordo as certezas e incertezas do gestor, tomar o caminho que resulte com maior proximidade do resultado esperado. (CHIAVENATO, 2016)

O sucesso na gestão é alcançado quando o gestor estabelece estratégias para curto, médio e longo prazo e realiza o acompanhamento dos indicadores financeiros para obter o controle o desempenho. (MARTINS, 2006)

A geração de riqueza é o principal objetivo em uma empresa, a função do lucro está na sua capacidade de cumprir com as obrigações originadas no processo produtivo, garantir retorno aos proprietários, impulsionar o crescimento, sustentabilidade e autonomia da empresa. (HOJI, 2010).

## 2.2 Gestão Financeira

A administração financeira é a área responsável por gerir os recursos monetários sob domínio da empresa, com o objetivo de maximizar a distribuição de lucros aos proprietários e controlar o fluxo de caixa para manter o equilíbrio nas finanças e garantir seu crescimento. (OLIVEIRA, 2005).

A execução da gestão financeira permite ao administrador conhecer a situação atual da empresa e para qual direção está caminhando, facilitando a tomada de decisões que impactem em resultados satisfatórios.

Gestão financeira pode ser definida como a gestão dos fluxos Monetários derivados da atividade operacional da empresa, em termos de suas respectivas ocorrências no tempo (CHENG, MENDES, 1989, p.01).

Ainda segundo Cheng e Mendes (1989), a gestão financeira tem como objetivo equilibrar a rentabilidade e a liquidez, ou seja, a harmonia entre o retorno aos proprietários e a capacidade da empresa de honrar com seus compromissos financeiros.

Cabe a gestão financeira administrar as entradas e saídas dos recursos na empresa, cumprindo com suas obrigações com terceiros e decidindo sobre o método de aplicação dos excedentes. (CHENG E MENDES, 1989).

### **2.3 Demonstração de Fluxo de Caixa**

A Demonstração de Fluxo de Caixa expressa as movimentações das entradas e saídas no caixa da empresa, resultando nas alterações do giro financeiro, ou seja, o resultado financeiro de determinado período.

De acordo com Marion (2012, p.453) “A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período”.

O gestor financeiro extrai do Fluxo de Caixa informações para a elaboração do planejamento estratégico e do controle das finanças, além de decidir sobre o momento de captar recursos de terceiros ou decidir em qual tipo de investimento direcionar seus excedentes de caixa. (MARION, 2012).

Com a elaboração do fluxo de caixa, o gestor consegue visualizar sua situação presente e fazer projeções para o futuro, conhecer o grau de liquidez da empresa, além de corrigir possíveis falhas. (MATARAZZO, 1998).

### **2.4 Indicadores de Gestão Financeira**

Os relatórios contábeis apresentam dados sobre a situação econômica e financeira da empresa em determinado período, as demonstrações mais utilizadas para análise de dados são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração de Fluxos de Caixa, a primeira demonstra a posição financeira da empresa em um determinado período, a segunda compreende a apuração do resultado de um período, e por último, a terceira indica a origem e retirada do dinheiro do caixa.

A partir das demonstrações financeiras mencionadas anteriormente é possível extrair dados sobre a situação da empresa e, através de indicadores, transformá-los em informações úteis ao gestor na tomada de decisão.

Os indicadores mais utilizados são os de liquidez, endividamento e rentabilidade. Silva (2006) esclarece que os índices de liquidez servem para mensurar a capacidade de pagamento da empresa, ou seja, se existem recursos disponíveis para cumprir com as obrigações assumidas.

Os índices de endividamento, de acordo com Matarazzo (2008), demonstram o percentual de capital próprio quando comparado com capital de terceiros, ou seja, fonte de captação de recursos externa à empresa.

Os índices de rentabilidade objetivam comparar os resultados apresentados pela empresa com critérios determinados para demonstrar sua situação atual e projeção para o futuro. (ASSAF NETO, 2007)

## 2.5 Avaliação de Desempenho Empresarial

A avaliação de desempenho empresarial é uma ferramenta capaz de verificar a efetivação do planejamento estratégico através da comparação dos resultados alcançados com os esperados. (MARTINS, 2006)

Ainda segundo Martins (2006), a excelência na análise das demonstrações pode ser avaliada pela qualidade de informações geradas que devem permitir visualizar sua situação em relação a administração, lucros, evolução, eficiência e continuidade das operações.

Para medir o desempenho empresarial é realizada a comparação entre os objetivos traçados com os resultados alcançados, verificando a aplicação do planejamento estratégico definido pela empresa.

A verificação do conhecimento financeiro do gestor permite identificar os pontos fortes e fracos da empresa determinando se a empresa está preparada para enfrentar possíveis ameaças e aproveitar as oportunidades.

## 3. Metodologia

Segundo GIL (2002), no desenvolvimento da pesquisa é necessária a adoção de procedimentos científicos para extrair informações sobre os dados coletados.

Em relação ao objetivo, a pesquisa é classificada como descritiva com a delimitação da população e amostra a serem analisadas. Segundo Beuren (2008), o pesquisador observa, descreve e analisa os fatos através da coleta de dados, mas sem manipular os dados da pesquisa.

Para a coleta de dados foi aplicado um questionário, Gil (2002) caracteriza o questionário como um conjunto de questões que serão respondidas pelo pesquisado.

Parte da metodologia empregada nesta pesquisa baseou-se na pesquisa do tipo levantamento. Conforme Gil (2002), o levantamento é realizado através da interrogação da população ou de uma amostra sobre a tema pesquisado na busca por informações de determinado comportamento.

Após o levantamento, os dados foram tabulados para facilitar comparações e a formulação de resultados, com base na amostra são considerados para a população como um todo. (GIL, 2002).

Utilizou-se um método não probabilístico para a composição da amostra, a amostragem intencional. De acordo com Beuren (2008), permite ao pesquisador, de acordo com algum critério, escolher intencionalmente os elementos da população que irão compor a amostra.

Por meio do relatório apresentado em 2016 pelo SEBRAE, o município de Palotina conta com 134 empresas de pequeno porte atuantes, a amostra do trabalho será composta por 13 empresas pequenas.

Nesse contexto, a pesquisa fez uma análise de estudo de casos em 13 empresas, correspondendo a 10% do total de empresas de pequeno porte atuantes no município, por meio da aplicação de questionários em empresas escolhidas por conveniência.

Após a realização do contato com 13 empresas de pequeno porte que aceitaram responder perguntas relacionadas à gestão financeira, o questionário foi encaminhado por e-mail para o preenchimento das questões pelos respondentes. Em posse de todos os questionários respondidos, os dados foram tabulados para melhor visualização e análise das informações obtidas.

## 4. Resultados

Nessa etapa do trabalho é demonstrada a tabulação dos dados coletados por meio da aplicação dos questionários às empresas respondentes, que compreendem 10% do espaço amostral presente no município, além da análise das respostas de acordo com a metodologia expressa no artigo.

### 4.1 Caracterização das empresas avaliadas

Para a confecção desse trabalho foram entregues à 13 empresas de pequeno porte atuantes no município de Palotina um questionário com questões relacionadas a gestão financeira e aplicação de seus indicadores.

O questionário conta com sete seções, inicia-se com a caracterização da empresa, segue com utilização e acompanhamento dos indicadores de gestão financeira, sistemas de controle da empresa, e finaliza com a percepção da importância da gestão financeira pelos respondentes.

A primeira seção do questionário compreende a caracterização de empresa em relação aos anos de atuação no mercado e o número de funcionários. Os dados estão presentes na tabela 1 e 2:

**Tabela 1 – Caracterização da Empresa.**

<b>Pergunta 01: Há quantos anos a empresa atua no mercado?</b>		
<b>Opções</b>	<b>Respostas</b>	<b>Percentual (%)</b>
0 a 5	3	23%
6 a 10	3	23%
11 a 15	4	31%
16 ou mais	3	23%
Total de respondentes	13	100%

**Fonte:** dados da pesquisa, ano 2019.

A primeira questão demonstra o tempo de atuação no mercado, é possível notar a diversificação na quantidade de anos em que as empresas são atuantes, existem empresas mais jovens, com até 5 anos de mercado, demais empresas operando entre 6 a 15 anos, e outras mais solidificadas, com 16 ou mais anos de atividades.



**Tabela 2 – Caracterização da Empresa.**

<b>Pergunta 02: Há quantos funcionários na empresa?</b>		
Opções	Respostas	Percentual (%)
0 a 5	5	38%
6 a 10	6	46%
11 a 15	2	15%
16 ou mais	0	0%
Total de respondentes	13	100%

**Fonte:** dados da pesquisa, ano 2019.

A questão seguinte retrata a quantidade de funcionários das empresas, a maioria das empresas apresenta de 6 a 10 colaboradores, entretanto nenhuma das entrevistadas emprega mais do que 16 funcionários, esse fato está ligado diretamente ao pequeno porte das empresas.

#### 4.2 Indicadores de Gestão Financeira

Posteriormente a caracterização da empresa, o questionário prosseguiu com ênfase na percepção de gestão financeira pelos respondentes e sobre o grau de utilização dos indicadores financeiros para a tomada de decisões.

A tabela 3 apresenta o grau de conhecimento sobre a gestão financeira e se a empresa possui em seu quadro de funcionários um responsável específico para o controle financeiro.

**Tabela 3 – Gestão Financeira na Empresa.**

<b>Pergunta</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Tem conhecimento sobre gestão financeira?	92%	8%
A empresa possui um funcionário específico para cuidar das finanças?	46%	54%

**Fonte:** dados da pesquisa, ano 2019.

Relativo ao grau de conhecimento sobre gestão financeira dos respondentes, 92% declara que compreendem sobre como lidar e controlar as finanças da empresa, refletindo nas decisões tomadas.

Em relação ao cuidado com as finanças, 54% dos responsáveis pelo controle financeiro das atividades da empresa são os próprios proprietários, que acumulam

funções no seu dia-a-dia empresarial. Apenas 46% das empresas possuem um funcionário exclusivo para as atividades financeiras.

Algumas questões foram elaboradas para medir o controle financeiro empregado nas empresas respondentes, como é demonstrado na tabela 4.

**Tabela 4 - Sistemas de Controle na Empresa.**

Pergunta	Sim	Não
A empresa realiza controle de vendas?	77%	23%
A empresa realiza controle de compras?	100%	0%
A empresa realiza controle de contas a receber?	100%	0%
A empresa realiza controle de contas a pagar?	100%	0%
A retirada de dinheiro é feita somente por pró-labore?	38%	62%

**Fonte:** dados da pesquisa, ano 2019.

Todas as empresas realizam o controle sobre suas compras, contas a receber e contas a pagar, entretanto 3 das 13 empresas não monitoram suas vendas, o que não permite ao gestor conhecer o comportamento do seu negócio e o grau de demanda por seus produtos e serviços.

O maior desafio para as respondentes está no controle de retiradas de dinheiro, que não são programadas por pró-labore, ao contrário, em 62% das empresas os saques são realizados de acordo com a necessidade financeira do proprietário da empresa.

Com relação à utilização dos indicadores de gestão financeira o questionário buscou identificar o conhecimento dos gestores. Os dados são apresentados na tabela 5.

**Tabela 5 – Utilização dos Indicadores Gestão Financeira.**

Pergunta	Sim	Não
A empresa realiza análise das demonstrações financeiras? (BP, DRE, DFC)	54%	46%
A empresa realiza planejamento para o curto, médio ou longo prazo?	92%	8%
O gestor conhece a necessidade de capital de giro da empresa?	100%	0%
O gestor conhece a capacidade de pagamento da empresa?	100%	0%
O gestor conhece a necessidade de captação de recursos de terceiros?	62%	38%
Há controle do capital investido em relação ao lucro apresentado?	46%	54%
Durante o ano, você precisou recorrer as fontes de crédito para sanar problemas com a gestão do fluxo de caixa?	15%	85%

**Fonte:** dados da pesquisa, ano 2019.

Apenas 54% dos gestores realiza a análise das demonstrações e a respeito da captação de recursos de terceiros, somente 62% tem compreensão No controle do capital investido em relação ao lucro apresentado, o percentual de gestores que entendem sobre a questão está em 46%.

Existe um controle firme no planejamento para curto, médio e longo prazo, com 92% dos respondentes afirmando que fazem esse tipo de controle, e a integralidade dos gestores que têm conhecimento sobre a necessidade de capital de giro e capacidade de pagamento da empresa.

De todas as respondentes 85% conseguiram durante o ano manter o equilíbrio do seu capital de giro, entretanto 15% das empresas necessitaram injetar no seu caixa valores decorrentes de fontes externas.

A tabela 6 apresenta o grau de empresas que acompanham seus indicadores de gestão financeira.

**Tabela 6 – Acompanhamento dos Indicadores Gestão Financeira.**

<b>Pergunta</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
O gestor conhece e acompanha os índices de liquidez?	85%	15%
O gestor conhece e acompanha os índices de endividamento?	77%	23%
O gestor conhece e acompanha os índices de rentabilidade?	38%	62%

**Fonte:** dados da pesquisa, ano 2019.

O índice de liquidez é o mais acompanhado pelas empresas respondentes, 85% dos gestores dizem observar a liquidez de seu negócio, entretanto 15% dos gestores desconhecem a situação financeira da empresa.

Entre as empresas analisadas, 10 conhecem quanto do seu montante de dívida com terceiros representa no seu capital próprio, mas 3 dos gestores não fazem o acompanhamento ou desconhecem seu índice de endividamento.

O ponto mais crítico no acompanhamento dos índices financeiros está no conhecimento dos gestores da rentabilidade do seu negócio. Apenas 38% administram seus ativos procurando gerar maior retorno para a empresa quando comparado com outros investimentos.

Por último, o questionário traz perguntas para conhecer a visão dos gestores em relação a importância do controle financeiro na empresa e utilização dos indicadores de gestão, conforme demonstrado na tabela 7.

**Tabela 7 – A Importância da Gestão Financeira.**

<b>Pergunta</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Considera importante o controle das finanças dentro da empresa?	100%	0%
Considera importantes os indicadores gestão financeira da empresa?	100%	0%

**Fonte:** dados da pesquisa, ano 2019.

A integralidade das empresas consultadas reconhece a importância da gestão financeira e seus indicadores na administração de seus negócios, em razão das informações extraídas dos indicadores financeiros que auxiliam na tomada de decisões e na solidificação empresarial.

Entretanto, ao final da análise das respostas aos questionários aplicados, evidencia-se que embora a totalidade dos respondentes considerem importante a gestão financeira, aplicação dos indicadores financeiros ainda é deficitária no controle empresarial.

## **5. Considerações Finais**

Esse estudo teve como objetivo averiguar a utilização dos indicadores financeiros pelo gestor da empresa no dia a dia de sua administração e sua percepção sobre a importância da gestão financeira. O cenário da pesquisa compreendeu 10% das empresas de pequeno porte, operantes em diversos ramos da economia.

Com o levantamento foi possível notar a diversificação na quantidade de anos de atuação das empresas, desde mais jovens, com até 5 anos de mercado até as mais solidificadas, com mais de 16 anos de exercício. Ademais 46% das empresas apresentam de 6 a 10 colaboradores, fato ligado diretamente ao pequeno porte das empresas.

Em relação ao conhecimento de gestão financeira e a utilização dos indicadores financeiros, o estudo demonstrou que as empresas sabem como lidar e controlar suas

finanças. Entretanto poucas dispõem de um funcionário específico para gerir as finanças, já que em pequenas empresas existe a tendência de os proprietários assumirem diversas funções.

O controle financeiro empresarial busca o alcance do equilíbrio financeiro e é praticado por grande parcela das empresas analisadas. Porém a maior dificuldade está em controlar as retiradas de dinheiro, que não são programadas por pró-labore, ao contrário, os saques são realizados de acordo com a necessidade financeira do proprietário da empresa.

Percebe-se que as empresas realizam planejamento para curto, médio e longo prazo, e a integralidade dos gestores que têm conhecimento sobre a necessidade de capital de giro e capacidade de pagamento da empresa. O resultado demonstrou que 85% conseguiram durante o ano manter o equilíbrio do seu capital de giro, ou seja, sem precisar recorrer a fontes externas.

Os índices de liquidez e endividamento que retratam a situação econômica e financeira das empresas foram os mais acompanhados pelos gestores. Entretanto o índice de rentabilidade recebeu pouca atenção dos gestores, desconhecendo o retorno gerado pela empresa quando comparado com outros investimentos.

Apesar de os gestores considerarem a gestão financeira importante para a administração de seus negócios, conclui-se que a utilização de indicadores financeiros é deficitária nas empresas e nota-se a carência de um funcionário específico para gerir as finanças, já que muitas vezes o controle financeiro é realizado pelo proprietário, que acumula outras funções dentro da empresa.

Como sugestão para pesquisas futuras cita-se a comparação entre os resultados obtidos pelas empresas apresentados em suas demonstrações financeiras e o conhecimento da gestão financeira e aplicação de suas ferramentas pelos gestores.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



BEUREN, Ilse M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Fundamentos de Administração**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

CHENG, Ângela: MENDES, Márcia M. **A importância e a responsabilidade da gestão financeira na empresa**. Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo. Caderno de estudos, n.1, out. 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, M. A. **Avaliação de desempenho empresarial como ferramenta para agregar valor ao negócio**. v. 6, n. 10. Porto Alegre: Contexto, 2006.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de balanços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

OLIVEIRA, Dílson campos. **Manual Como Elaborar Controles Financeiros**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005.

SEBRAE. **As pequenas empresas do Simples Nacional**. Núcleo de Estudos e Pesquisas. Brasília. 2016.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.





CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

# ARTIGOS DE MEDICINA VETERINÁRIA

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO



## A TEMÁTICA DO BEM ESTAR ANIMAL E ABATE HUMANITÁRIO NO CONTEXTO ATUAL

Isabelle Lopes de Oliveira Zanolla<sup>1</sup>  
Samantha Aparecida Freitas Silva<sup>2</sup>  
Paulo Tadeu Figueira<sup>3</sup>

**Resumo:** O abate humanitário de animais de produção vem ganhando mais destaque entre os produtores e consumidores, que estão se preocupando cada vez mais com a origem e qualidade das carnes consumidas. Neste sentido, a garantia do bem-estar animal é imprescindível para reduzir ao máximo as lesões e o sofrimento deles, englobando todos os processos que antecedem o abate, bem como as técnicas utilizadas durante a morte do animal. Com isso, por meio de pesquisa bibliográfica, buscou-se evidenciar os benefícios que a adoção do abate humanitário traz aos produtores e, sobretudo, aos animais, destacando, também, as consequências e prejuízos que as condutas descuidadas podem acarretar. Além disso, salientou-se os meios para assegurar o bem-estar dos animais, focando na capacitação dos profissionais envolvidos nos processos, assim como adequação e aprimoramento de equipamentos e métodos de abate. Devido à diferenciação do abate no caso de aves e à relevância de sua produção e exportação, destacou-se seu processo na linha de abate, assim como outras distinções prevista na legislação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abate Humanitário. Animal. Bem-estar.

### 1 INTRODUÇÃO

O processo de realização deste trabalho teve como designo apresentar uma breve pesquisa acerca da temática do bem-estar animal e conseqüentemente da atividade de abate humanitário de animais de produção demonstrando a importância da mesma bem como as vantagens de aderir ao processo humanitário de abate. O seguinte trabalho ainda demonstrou em seu desenvolvimento as definições e conceitos de cada tópico, os princípios éticos envolvidos, as etapas de manejo desses animais, que propõe evitar o sofrimento desnecessário e as lesões sofridas durante o processo, e englobou também a fração legislativa acerca do tema estudado buscando um embasamento legal nas práticas de bem-estar animal e abate humanitário, que a cada dia tornam-se mais relevantes na sociedade contemporânea.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Direito no Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Medicina Veterinária no Centro Universitário UNIVEL

<sup>3</sup> Professor e coordenador do curso de Medicina Veterinária Do Centro Universitário UNIVEL.

## 2 ABATE HUMANITÁRIO E BEM ESTAR ANIMAL

O abate humanitário pode ser definido como um compilado de procedimentos para garantir o bem-estar do animal em todos os processos que envolvem o abate, se iniciando com o embarque na propriedade rural. Este abate deve ser realizado de modo a evitar qualquer sofrimento desnecessário, promovendo também a qualidade do produto. A partir disso, nota-se a necessidade e a preocupação em oferecer recursos que visem o bem-estar animal e o desenvolvimento de pesquisas a fim de elaborar métodos e técnicas que aprimorem o abate (TRECENI, 2013).

### 2.1 Bem-estar animal

Em relação à animais de produção que tem como destino o abate, geralmente não há uma preocupação a respeito da importância de como esse animal foi criado, manejado, alimentado e conseqüentemente abatido, e essa forma de pensar se apresenta de forma extremamente equivocada (ALMEIDA, 2005).

Para que haja maior aproveitamento e melhor qualidade do produto, é imprescindível a garantia do bem-estar animal em todas as etapas da cadeia de produção. Para que isso seja promovido, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV, s/a) entende ser necessário a adoção do princípio das 5 liberdades, sendo elas:

1. Liberdade nutricional: relacionado à alimentação do animal, considerando a quantidade, a frequência e a qualidade. Caso haja uma dieta e hidratação inadequada, pode ocasionar problemas de saúde devido ao desequilíbrio nutricional.
2. Liberdade de dor e doença: diz respeito à saúde física, evitando a transmissão de doenças, por exemplo, por meio da vacinação realizada em dia.
3. Liberdade de desconforto: o animal deve estar abrigado em um ambiente com estrutura adequada, na qual a temperatura e a superfície sejam adequadas a fim de garantir mais conforto.

4. Liberdade de comportamento natural: visa a livre expressão do comportamento animal, o qual não pode estar em um local que o restrinja, pois isso pode ocasionar condutas anormais.
5. Liberdade de medo e estresse: busca evitar o sofrimento do animal por meio da redução de sentimentos negativos.

## 2.2 Benefícios

A *World Animal Protection* (WAP) é uma organização defensora do bem-estar animal e do abate humanitário, atuando no treinamento e capacitação de profissionais, com o objetivo de abrandar a dor e o sofrimento deles. Com isso, se tornou possível observar algumas mudanças em frigoríficos, dentre elas pode-se destacar o manejo dos animais de forma humanitária, supressão da sensibilidade corporal antes do abate, imobilização dos animais de forma correta e com equipamentos adequados, utilização de iluminação azul para acalmar aves, organização grupal para não estressar os suínos e adaptação dos locais para evitar lesões (WAP, s/a).

O abate humanitário possui diversos benefícios tanto para os produtores e pecuaristas, quanto para o próprio animal. Além de não elevar os custos, essa preocupação com os animais diminui consideravelmente quedas e lesões, proporcionando a redução de dores e sofrimentos desnecessários, bem como de perdas econômicas relacionada com a morte precoce dos animais lesionados. Ademais, essa forma de abate auxilia na melhora da imagem dos produtores e frigoríficos envolvidos frente aos clientes que cada vez mais se mostram criteriosos na avaliação da qualidade do produto consumido (WAP, s/a).

## 3 CAPACITAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

Os funcionários envolvidos no processo de abate desempenham um papel fundamental na cadeia produtiva animal e, por isso, devem ser instruídos, orientados e capacitados para que suas condutas sejam compatíveis com as técnicas do bem-estar animal. De acordo com a Portaria nº62 de 2018, todo estabelecimento destinado

ao abate deve conter um responsável capacitado para zelar pelo bem-estar dos animais e cuidar do manejo para o abate (BARBALHO et al, 2010; BRASIL, 2018).

No entanto, em alguns casos isso se torna difícil, principalmente devido à falta de recursos para treinamentos e condições de trabalho insalubre, gerando assim um impacto negativo, uma vez que os colaboradores submetidos a um ambiente hostil, sem alimentação adequada ou que não se sentem valorizados, dificilmente se dedicarão ao bem-estar animal, podendo até desenvolver um comportamento agressivo em relação a esses animais. Para que isso não ocorra é necessário que eles estejam inseridos em um ambiente agradável, onde se sintam reconhecidos e motivados para desempenhar a função que lhes é concedida, tendo suas necessidades atendidas e aplacadas (BARBALHO et al, 2010).

O processo de treinamento é dividido em etapas diversas, todas visando uma mudança positiva nas condutas dos envolvidos. Dessa forma, o animal deixa de ser apenas um produto qualquer ou meio de se obter lucros e passa a ser visto como uma vida, um ser detentor de sensações, de sentimentos e possuidor de direitos fundamentais (BARBALHO et al, 2010).

#### **4 LEGISLAÇÃO**

No que se refere ao manejo de animais para abate, a legislação vigente regulamenta os métodos de insensibilização a serem utilizados, bem como assegura a vedação a tratamentos cruéis e agressivos. De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 225, é dever do poder público assegurar a proteção dos animais, proibindo qualquer forma de tratamento que os submetam à crueldade. No tocante à legislação infraconstitucional, a Instrução Normativa nº 03 de 2000, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, veda o espancamento ou qualquer tipo de agressão, proibindo também que eles sejam erguidos pelas orelhas, chifres, cauda, patas ou pelos, resultando em dor e sofrimento (BRASIL, 1988; BRASIL, 2000).

Além disso, essa Instrução Normativa regulamenta os métodos de insensibilização para abate em animais de açougue, que são definidos no item 2.2 como “mamíferos (bovídeos, equídeos, suínos, ovinos, caprinos e coelhos) e aves domésticas, bem como os animais silvestres criados em cativeiro, sacrificados em

estabelecimentos sob inspeção veterinária” (BRASIL, 2000, p. 1). Para fins de esclarecimento, a Instrução normativa define como abate o óbito resultante da sangria, método que causa a morte hipovolêmica do animal.

Em relação ao abate com preceitos religiosos, é facultado ao fornecedor e sua adesão deve ser motivada por requerimento do mercado ao qual se destina ou destinada ao consumo por comunidade religiosa. Além disso, a legislação ainda regulamenta as condições acerca dos equipamentos e ambientes utilizados durante esse processo, estabelecendo que as instalações de abate devem ter tamanho adequado de acordo com a espécie animal e de modo que facilite o manuseio e evite condições que causem medo, agitação e dor desnecessária (BRASIL, 2000).

O transporte dos animais também deve ser uma preocupação dos produtores, uma vez que pode resultar em perdas financeiras devido às contusões e ao estresse gerado. Isso pode ocorrer por causa da falta de cuidado no carregamento e descarregamento desses animais, bem como durante a direção, além da condução imprópria até o abatedouro. Com isso, a musculatura dos animais pode aparentar coloração alterada e mole. Dessa forma, deve-se priorizar veículos com instalações que evitem quedas e escorregões, bem como providenciar desembarcador compatível com o tipo e altura do veículo, sendo permitido o uso de instrumentos para auxiliar e facilitar a condução desses animais desde que utilizadas exclusivamente com esta finalidade e por um breve momento. Em casos excepcionais admite-se o uso de dispositivos de choque nos animais que recusem a se movimentar, com voltagem de acordo com as normas técnicas para cada espécie e de modo que não excedam dois segundos (BRASIL, 2000; TRECENTI, 2013).

Além disso, em caso de emergência, os estabelecimentos devem possuir equipamentos adequados e exclusivos para o abate, principalmente no que esse refere aos animais que sofreram algum acidente durante o trajeto. Durante o período que permanecem no abatedouro, os animais devem dispor de água em volume adequado, sendo submetidos a uma dieta hídrica que não deve exceder o limite máximo estipulado pela legislação, pois, caso isso ocorra, deverão ser alimentados e submetidos a um novo jejum. Logo após a realização da contenção, eles devem ser conduzidos à insensibilização, a qual deve assegurar a inconsciência do animal até

sua morte, utilizando-se de métodos humanitários, salvo nos casos que devem estar de acordo com preceitos religiosos (BRASIL, 2000).

Os métodos de insensibilização podem ser realizados de três formas, conforme previsto na Instrução Normativa do MAPA:

1. Mecânica: dividida em método percussivo penetrativo, o qual se utiliza de uma pistola com dardo cativo, posicionada na região frontal de modo que perfure o córtex cerebral; e não penetrativo, utilizando uma pistola que provoque um golpe no crânio do animal.
2. Elétrica: utiliza-se de corrente elétrica para atravessa o cérebro por meio da fixação de eletrodos.
3. Exposição à atmosfera controlada: nesse método o ambiente possui maior concentração de dióxido de carbono, regulada por equipamentos específicos, e que deve ser de 70% em casos de suínos e 30% para aves (BRASIL, 2000).

O uso da insensibilização elétrica deve ser realizado individualmente, exceto no caso das aves em que poderá ser realizado em grupo desde que a corrente seja suficiente para atingir todas. Para fins de averiguação, os animais considerados insensíveis devem ter a musculatura mandibular relaxada e não apresentar reflexo ocular, movimentos coordenados das asas ou com intenção de levantar-se, vocalização e respiração rítmica. A sangria, deve ser realizada de modo a garantir o mais efetivo e rápido escoamento de sangue para que o animal não perca a insensibilidade, realizando o corte deverá ser em ambas as veias jugulares e artérias carótidas (BARBALHO et al, 2010; BRASIL, 2000).

## **5 ETAPAS DO PROCESSO DE ABATE DE AVES**

A pendura é uma atividade presentes nos frigoríficos que permite uma grande quantidade de abate de animais em intervalos de tempo pequenos, devido ao processo maquinal. Esse estágio possui grande importância, visto que é onde ocorrem muitas lesões nos membros inferiores das aves devido à realização inadequada. Muitas são as possíveis causas para causar dor ou desconforto nos animais, entre esses fatores podemos citar a falta de capacitação do colaborador,

posicionamento inadequado das aves, barulhos externos que causem estresse no animal, e até mesmo o tamanho dos membros inferiores, uma vez que pode gerar fadiga. É importante salientar que o intervalo de tempo entre a pendura e o processo de insensibilização não deve ultrapassar um minuto, pois os animais se estressam facilmente, começam a se debater e isso poderá ocasionar ferimento nas mesmas (BARBALHO et al, 2010).

A insensibilização elétrica é a mais comum, pois possui um custo menor se comparado a outros métodos de insensibilização, no entanto se for mal executada pode causar sofrimento ao animal e ainda desvalorizar a carne de responsabilidade do frigorífico. Os animais vêm do processo de pendura e em seguida as aves são mergulhadas em um local com a presença de água energizada que permite que a condutividade elétrica atinja e se dissemine para as aves causando uma inconsciência momentânea suficiente até que o animal venha a óbito, tudo deve ser organizado e coordenado de maneira que o animal não se torne consciente novamente antes do estágio da sangria. É necessário que haja uma averiguação para assegurar que todos os animais estão realmente insensibilizados, antes de prosseguir para o próximo nível do processamento (BARBALHO et al, 2010)

Os ganchos nos quais as aves são penduradas devem estar sempre higienizados e úmidos para a disseminação da corrente elétrica também os percorra, e em hipótese alguma os animais devem ter apenas um dos membros presos, pois isso insensibiliza parcialmente a ave (BARBALHO et al, 2010).

A etapa de eletrocussão garante uma nova insensibilização e também causa o óbito do animal devido à uma arritmia cardíaca causada por um estímulo elétrico que afeta principalmente os ventrículos. É um estágio fundamental, pois como a grande maioria tem sua morte nessa etapa, não há sofrimento no processo de sangria, a qual deve ser realizada o mais rápido possível, para que esses animais não retomem a consciência. O Brasil possui numa legislação específica que determina que o sangramento deve possuir no mínimo três minutos, antes de avançar para o próximo estágio, onde as carcaças serão escaldadas. Uma correta sangria é realizada através de um corte nos grandes vasos na região da garganta, causando extravasamento sanguíneo e assim interrompendo a oxigenação do corpo e



assegurando inconsciência. A sangria pode ser manual, ou mecânica desde que haja um colaborador responsável por corrigir eventuais falhas dos equipamentos. A constatação da morte animal deve ser extremamente rigorosa, para que não aconteça o direcionamento da ave ao tanque de escaldagem com risco de estar consciente (BARBALHO et al, 2010).

## 6 METODOLOGIA

Metodologicamente este trabalho foi produzido por pesquisa bibliográfica, considerando autores respeitados no meio acadêmico com arguição e mister científico e embasamento técnico, principalmente no que se refere ao abate humanitário de animais no contexto atual.

## 7 RESULTADOS

O abate humanitário, apesar de ainda não ser obrigatório por legislação em muitos países, tem sido implementado em diversos abatedouros e esse crescente interesse social vem acarretando maior debate acerca das leis que regem a temática. Um dos motivos deste aumento de implementação também pode ser descrito por legislações internacionais, que regem os países compradores dos produtos de origem animal. Nesse sentido, discute-se o sancionamento de regras e normativas mais abrangentes e rigorosas, que padronizem a produção nacional, a fim de coibir qualquer prática que viole a dignidade do animal, causando-lhe sofrimento desnecessário.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde sempre o ser humano utilizou os animais como uma fonte de alimentação, algo que é totalmente aceitável levando em consideração a cadeia alimentar, no entanto não é necessário fazer esses animais sofrerem sem necessidade, visto que já existem alternativas para isso, como demonstrado por meio do abate humanitário, neste processo os abatedouros seguem regras e normas que visam diminuir o máximo possível a angustia animal. É comprovado cientificamente

que os animais são seres sencientes, ou seja, são capazes de sentir emoções e sentimentos, incluindo dor e sofrimentos, portanto possuem o direito de serem respeitados.

Dessa forma, evidencia-se a relevância da temática abordada, uma vez que é bastante pertinente, visto que cada vez mais a sociedade atual vem demonstrando interesse na questão da proteção animal, de modo a garantir que os direitos assegurados por leis específicas sejam cumpridos e respeitados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A. M. **Manejo no pré-abate de bovinos: aspectos comportamentais e perdas econômicas por contusões**. São Paulo, 2005. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/94578/almeida\\_lam\\_me\\_jabo.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/94578/almeida_lam_me_jabo.pdf?sequence=1).

BARBALHO, P. C.; et al. **Abate humanitário de aves**. Rio de Janeiro: WSPA, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 03, de 17 de janeiro de 2000**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.idaf.ac.gov.br/site/wp-content/uploads/2019/06/INSTRU%C3%87%C3%83O-NORMATIVA-N%C2%BA-3-DE-17-DE-JANEIRO-DE-2000-MAPA.pdf>. Acesso em: 12 de setembro de 2019.

CFMV. Conselho Federal de Medicina Veterinária. **Campanha de bem-estar animal**, s/a. Disponível em: <http://portal.cfmv.gov.br/pagina/index/id/150/secao/9>

TRECENTI, A. S. Abate humanitário: revisão de literatura. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**, ano XI, número 21, julho, 2013. ISSN 1679-7353. Disponível em: [http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/rPx536l69W7dqwh\\_2013-8-13-16-38-27.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/rPx536l69W7dqwh_2013-8-13-16-38-27.pdf)

WAP. Word Animal Protection. Abate humanitário: reduzimos o sofrimento dos animais. São Paulo, s/a. Disponível em: <https://www.worldanimalprotection.org.br/nosso-trabalho/animais-de-producao/abate-humanitario-reduzimos-o-sofrimento-dos-animais>.

## ***Rhipicephalus (Boophilus) microplus*, O CARRAPATO DO BOI**

Joana Cielle<sup>1</sup>  
Millene Osovski<sup>1</sup>  
Carla Carolina Capovilla<sup>1</sup>  
Guilherme do Carmo<sup>2</sup>  
Sheila Spongowski<sup>2</sup>

**Resumo:** *Rhipicephalus (B.) microplus* é o principal ectoparasita hematófago dos bovinos, presente em todas as regiões do país. É causador de perdas econômicas significativas através dos danos causados ao hospedeiro, além de ser transmissor de outras patogenicidades. O principal método de controle utilizado atualmente é o controle químico, mas é crescente o número de relatos que apontam um aumento das populações resistentes de carrapatos a diversos princípios químicos presentes nos acaricidas. O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão bibliográfica sobre o carrapato, e os danos causados à bovinocultura através de buscas de artigos científicos, tese e dissertações sobre o tema, vários estudos foram encontrados e após uma análise dos trabalhos pudemos observar a real importância da ação de *R. microplus* ao gado leiteiro e de corte e o difícil controle por parte dos produtores devido à resistência de *R. microplus* aos acaricidas.

**Palavras chave:** Bovinocultura. Ectoparasitas. Resistência.

### **1. Introdução**

O carrapato *Rhipicephalus (Boophilus) microplus* é o ectoparasito mais frequente em rebanhos no Brasil (MARQUES, 2003), e os prejuízos causados por ele, são estimados por ano, em bilhões de dólares. Esses prejuízos ocorrem de forma direta e indireta. Diretamente, pelo efeito da ação alimentar do carrapato e suas consequências: irritabilidade, perda de sangue, acarretando redução de peso e de produção de leite, pelas miíases secundárias e consequentes danos no couro, prejudicando a sua qualidade, e ainda pela possibilidade de transmissão dos agentes da tristeza parasitária bovina (FURLONG & PRATA, 2004).

Além dos danos diretos, considerados prejudiciais à bovinocultura brasileira, existem aqueles indiretos, que são resultantes da mão-de-obra necessária para o controle desse parasito, assim como as demais despesas com construções, compra de aspersores ou manutenção de banheiro e aquisição de carrapaticidas etc.

O controle do carrapato tem sido estudado intensamente nos países onde a bovinocultura é intensa. Mesmo assim, não há um método revolucionário capaz de

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Univel

<sup>2</sup> Professor (a) Doutor (a) do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Univel

resolver definitivamente o problema do parasitismo dos bovinos por este ácaro, mas sabe-se que uma associação de métodos alternativos de acordo com cada situação permite obter excelentes resultados e até mesmo reduzir o uso e prolongar a vida útil dos carrapaticidas.

Com base nestas informações, esse trabalho teve como objetivo principal realizar um levantamento bibliográfico acerca da situação do carrapato do boi no Brasil, seus danos, prejuízos, métodos de controle e situação da aquisição de resistência entre as populações.

## **2. *Rhipicephalus (Boophilus) microplus***

Carrapatos são artrópodes ectoparasitos hematófagos classificados em três famílias: Argasidae, Ixodidae e Nuttalliellidae (HORAK et al., 2002). No Brasil, estão presentes as famílias Ixodidae e Argasidae com 47 e 26 espécies respectivamente, ambas as famílias apresentando importância médico-veterinária (MICHEL et al., 2017; NAVA et al, 2017).

A família Ixodidae é composta, atualmente, por cinco gêneros, sendo que os gêneros *Amblyoma* e *Rhipicephalus* possuem um maior interesse científico por sua relevância para a saúde pública e pelo notável prejuízo econômico. Podemos citar aqui a espécie *Amblyoma sculptum* com grande importância para a saúde pública e *Rhipicephalus (B.) microplus* sendo agente de grandes perdas econômicas (NAVA, et al., 2017).

O carrapato *Rhipicephalus (B.) microplus* é um ectoparasita hematófago que tem sua incidência, em grandes rebanhos da Ásia, de onde é originário e também na África, Austrália e América do Sul. Possui excelente adaptação nas áreas tropicais e subtropicais, o calor e a umidade asseguraram as condições propícias a sua sobrevivência e reprodução e a conservação da espécie tem se revertido em maior perda econômica principalmente nos rebanhos da América do Sul (GRISI et al., 2014).

*R. microplus* sendo hematófago faz a ingestão de sangue do hospedeiro utilizando este como fonte de nutrientes para que possa manter suas necessidades

fisiológicas. Uma fêmea ingurgitada ingere aproximadamente 1,5 mililitros de sangue e cerca de 50% é para a produção de seus ovos (BRAGA, 2017). Diferentemente das fêmeas os machos se alimentam muito menos e amadurecem antes, para que consigam detectar os feromônios das fêmeas para reprodução (GONZÁLES et al., 2002).

## 2.2 Ciclo Biológico e Dinâmica Populacional de *R. microplus*

Por ser classificado como um monoxeno, o carrapato *R. microplus* tem todo o seu ciclo biológico desenvolvido em um único hospedeiro, preferencialmente nos bovinos, podendo também, infestar diversos animais domésticos e silvestres (FURLONG, 2005). Apresenta duas etapas diferentes no seu ciclo de vida: uma fase não parasitária que ocorre no solo que pode durar de dois a três meses, dependendo principalmente das condições climáticas existentes e uma fase parasitária durante um período médio de 22 dias sobre um único hospedeiro (GONZALES et al., 1974).

A fase não parasitária de *R. microplus* é classificada pelo período em que o carrapato se mantém no ambiente para efetuar a postura e também, o período que se decorre a incubação, eclosão e maturação das larvas. Em média, três dias após sua queda no solo, a fêmea ingurgitada inicia a postura, que permanece em torno de 15 dias, em condições controladas de laboratório (27°C e UR 80%), mas que no ambiente, devido a alterações de temperatura e umidade, pode se estender por períodos maiores (VERÍSSIMO, 2011).

O carrapato em sua fase parasitária apresenta variações morfológicas diferenciadas, as quais são: larva, ninfa e adulto. A larva possui três pares de pernas, para encontrar o hospedeiro e se fixar necessita de agilidade, utilizando a reserva energética armazenada na fase de ovo. Fixa-se em locais específicos utilizando algumas importantes estruturas, como as quelíceras, as quais seccionam a pele para a introdução do hipostômio, órgão responsável pela fixação da larva na pele do bovino (GONZALES et al., 1974).

A fase parasitária começa com a fixação das larvas infestantes no hospedeiro bovino, onde iniciam a alimentação de linfa e, em torno do oitavo dia após a fixação,

ocorre a primeira muda e as larvas tornam-se ninfas, que se alimentam de sangue provocando uma nova muda, liberando as metaninfas (PEREIRA et al., 2008).

Ao final desse processo surge, sexualmente diferenciado, o indivíduo adulto. Isto acontece em torno do décimo segundo dia. A partir dessa fase, ativa-se o processo de maturação dos machos e das fêmeas. Em torno do décimo sétimo dia os machos já estão preparados para a cópula. As fêmeas, depois de serem fecundadas, passam de metaninfa para neógina num período médio de 17 dias. Logo após, em um período de três dias, passam a partenógena (parcialmente ingurgitada) e em mais dois dias, a teleógina (ingurgitamento máximo) (GONZALES et al., 1974).

Cerca de sete dias após a eclosão, as larvas permanecem na base da vegetação, aguardando o endurecimento da cutícula. Após esse período, elas estão aptas para insurgir nas pastagens por geotropismo negativo e aguardarem a passagem do hospedeiro que é encontrado pelo odor, pelas vibrações, pelo sombreamento, pelo estímulo visual e pela concentração de CO<sub>2</sub> (SONENSHINE, 1993).

Após 15 dias, os machos fixados se tornam adultos, são menores que as fêmeas se locomovem por toda a extensão do corpo do hospedeiro, consumindo sangue e fertilizando várias fêmeas. As fêmeas quando apresentam maturidade sexual, são fecundadas, continuam consumindo sangue até ficarem totalmente ingurgitadas, quando passam a ser denominada teleóginas, se liberam do hospedeiro no 21º dia, caindo ao solo para iniciar a postura (ANDREOTTI, 2010).

Estima-se que 95% dos carrapatos estão localizados no ambiente, estando sob a forma de fêmeas ingurgitadas em pré-postura e postura, ovos incubados e 10 larvas esperando um hospedeiro. O restante dos 5% estão em fase parasitária, sobre os bovinos, e são larvas, ninfas e adultos (MURRELL, 2003).

### **2.3 Importância carrapato na bovinocultura**

A principal espécie de carrapato que causa danos a bovinos é *R. microplus* (CAMPOS JÚNIOR & OLIVEIRA, 2005). Está amplamente distribuído nos rebanhos de bovinos da África, América do Sul, Oceania e Ásia. É conhecido popularmente como o carrapato de bovinos e além de provocar espoliação sanguínea por causa do

seu hematofagismo, é transmissor de patogenias e acaba lesando o couro dos bovinos (BITTENCOURT et al., 1999; JOHNSTON et al, 1982).

Na cadeia produtiva do Brasil essa espécie é responsável por causar perdas anuais de mais de três bilhões de dólares (GRISI et al., 2014). E na produção leiteira os valores entre 10 e 15% de queda, conforme o grau de infestação dos animais (GRISI et al., 2002).

O carrapato bovino suga, em média, de 2 a 3mL de sangue do seu hospedeiro, o que reflete em grandes perdas na produção de leite e carne e danos no couro causados por reações inflamatórias nos locais de fixação do carrapato. Após o ingurgitamento uma fêmea de *R. microplus* aumenta em até 100 vezes o seu próprio peso inicial (SONENSHINE, 1991).

Além do ataque direto do carrapato, outros fatores intensificam as patologias adquiridas pelos bovinos como o estresse, idade, resistência ou sensibilidade ao carrapato, estado fisiológico e nutricional. Então os problemas ocasionados por esse carrapato não são apenas pelo grau de infestação, mas também por patologias associadas (GONZALES, 1974; GONZALES, 1995).

## **2.4 Principais métodos de controles de *R. microplus***

No país, não há métodos oficiais de controle estabelecidos, sendo assim, o tratamento mais aderido pelos produtores é o método curativo. Dessa forma, são grandes os casos de insucesso, devido a aplicação baseada apenas na visualização do parasito ou o nível de infestação no rebanho, sem conhecimento prévio sobre o ciclo de vida do carrapato também não se sabe o momento certo de aplicação. (GRISI, et.al, 2002).

Devido à grande resistência adquirida por esses parasitos deve-se lançar mão de pelo menos dois métodos de controle. São eles o manejo correto dos animais e o uso de carrapaticidas eficazes. Estudos demonstram que não foi só o uso de carrapaticidas cada vez mais potentes, mas, também pelo manejo incorreto de produtos químicos que tornou o *R. microplus* cada vez mais resistente. Entre os fatores destaca-se, os intervalos entre os tratamentos, por desconhecimento do ciclo



pelos produtores as aplicações tornam-se mais frequentes e menos eficientes (BIANCHI et al., 2003).

O conhecimento de práticas corretas torna-se muito importante para auxiliar o desenvolvimento de estratégias para prevenir o tão temido aparecimento da resistência, e assim, se o produtor fizer o uso corretos dos carrapaticidas e de técnicas para o controle eficaz terá o objetivo esperado. (MENDES, 2007).

#### **2.4.1 Resistência aos acaricidas**

Apesar de existirem vários estudos, ainda não se conhece quais são os mecanismos de resistência do carrapato do boi a cada classe de acaricida. O que de fato se sabe é que *R. microplus* possui a capacidade de suportar os acaricidas organoclorados, organofosforados e piretroides sintéticos, além de amidinas e lactonas macrocíclicas (ARANTES et al., 1995; ANDREOTTI, 2010). Ressalta-se que também, que ainda não há registros sobre a evolução da resistência ao fluazuron e espinosinas em populações de campo (ANDREOTTI, 2010).

Além do controle direto do carrapato, os produtores também efetuam o controle da mosca-do-chifre (*Haematobia irritans*) com produtos de ação acaricida (piretroides e organofosforados), mas aplicados em doses insuficientes para garantir o controle do carrapato, o que contribui indiretamente para o aumento da resistência do carrapato (MARTINS, 2004, BARROS et al., 2007).

Diante dessas informações, faz-se necessária a detecção precoce da resistência para evitar a seleção de carrapatos resistentes em situações de uso contínuo do mesmo princípio ativo, bem como para atrasar a propagação da resistência (ANDREOTTI, 2010).

Deste modo, é preciso esclarecer que o biocarrapaticidograma é um exame simples de ser realizado e auxilia na verificação de uma possível resistência criada pelo ectoparasita (PEREIRA et al., 2008), o que pode nortear os produtores acerca do uso do acaricida mais eficiente.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nas informações encontradas sobre o assunto durante essa pesquisa, podemos observar que existem muitas informações referentes ao carrapato do boi no Brasil todo. No entanto o clima propício e a falta de conhecimento epidemiológico fazem com que o controle da parasita seja realizado de forma excessiva e sem muitos critérios técnicos.

O uso excessivo de produtos químicos pode afetar diretamente organismos vivos no ambiente, uma vez que são eliminados pela urina, fezes e até mesmo no leite, podendo parar na cadeia alimentar.

Além disso, o uso indiscriminado de acaricidas também leva as populações de carrapato a adquirirem resistência a esses produtos, tornando o controle ineficiente.

Toda a pesquisa nos levou a entender que mais estudos são necessários para se conhecer a realidade da problemática na região de Cascavel, para que possamos ajudar os produtores no controle de carrapatos em bovinos.

## REFERÊNCIAS

- ANDREOTTI, R. **Situação atual da resistência do carrapato-do-boi *Rhipicephalus (Boophilus) microplus* aos acaricidas no Brasil**. Campo Grande: Embrapa Gado de Corte, 2010. 36 p. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/24569/1/DOC180.pdf>> Acesso em 25 set. 2019.
- ARANTES, G. J.; MARQUES, A. O.; HONER, M. R. O carrapato do bovino, *Boophilus microplus*, no município de Uberlândia, MG: análise da sua resistência contra carrapaticidas comerciais. **Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária**, v. 4, n.2, p. 89–93, 1995.
- BARROS, A. T. M.; GOMES, A.; KOLLER, W. W. Insecticide susceptibility of horn flies, *Haematobia irritans* (Diptera: Muscidae), in the State of Mato Grosso do Sul, Brazil. **Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária**, São Paulo, v. 16. n. 3, p. 145-151, jul./set. 2007
- BIANCHI, M.W.; BARRÉ, N.; MESSAD, S. Factores related to cattle level resistance to acaricides in *Boophilus microplus* tick populations in New Caledonia. **Veterinary Parasitology**, v.112, n.1/2, p.75- 89, 2003.
- BITTENCOURT, V. R. E. P.; MASCARENHAS, A. G.; FACCINI, J. L. H. Mecanismo de infecção do fungo *Metarhizium anisopliae* no carrapato *Boophilus microplus* em condições experimentais. **Ciência Rural**, v. 29, n. 2, p. 351-354, 1999.
- BRAGA, A.G.S., et al. Tick *Rhipicephalus microplus* Canestrini: Biological, morphological and biological activity. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental (REGET)**; v.21, nº 1, 2017, p. 88-96, 2017.

CAMPOS JÚNIOR, D.A.; OLIVEIRA, P.R. Avaliação in vitro da eficácia de acaricidas sobre *Boophilus microplus* (Canestrini, 1987) (Acari: Ixodidae) de bovinos no município de Ilhéus, Bahia, Brasil. **Revista Ciência Rural**, v.35, n.6, p.1386- 92, 2005.

FURLONG J. **Carrapato: problemas e soluções**. 1ªed. Juiz de Fora: Embrapa; 2005. 65 p.

FURLONG, J.; PRATA, M. Controle estratégico do carrapato de bovinos de leite. Juiz de Fora, **Circular Técnica** n. 38, 2 p. Marco, 2006.

GONZÁLES, J.C., SILVA, N.R., FRANCO, N., PEREIRA, I.H.O. O Carrapato dos Bovinos *Boophilus microplus* (Canestrini, 1887): Revisão Histórica e Conceitual. **A Hora Veterinária**. 2002, v. 21, n.125, p.23–8.

GONZALES, J. C., SILVA, N. R., FRANCO, N. A vida livre do *Boophilus microplus*. **Arq. Fac. Vet.** UFRGS. v. 3, p. 21-28. 1974

GONZALES, J.C. **O controle do carrapato do boi**. 2ª ed. Porto Alegre, 1995.

GRISI, L. et al. Impacto econômico das principais ectoparasitoses em bovinos no Brasil. **A hora veterinária**, v. 21, n. 125, p. 8-10, 2002.

GRISI, L.; et al. Reassessment of the potential economic impact of cattle parasites in Brazil. **Brazilian Journal of Veterinary Parasitology**, v. 23, n. 2, 2014. 150-156 p. 2014.

HORAK, G. I.; SHAO, R.; BARKER, C. S. The Argasidae, Ixodidae and Nuttalliellidae (Acari: Ixodida) of the world: a list of valid species names. **Zootaxa**, n. 2528, 2010. 1-28 p

JOHNSTON L.A.Y., KEMP D.H. & PEARSON R.D. Immunization of cattle against *Boophilus microplus* using extracts derived from adult female ticks: Effects of induced immunity on tick populations. **International Journal for Parasitology**. v.16, p. 27-34. 1986.

MARQUES, D. C. **Parasitoses**. In: MARQUES, D. C. **Criação de Bovinos**. 7. ed. Belo Horizonte: Consultoria Veterinária e Publicações, 2003. cap. 5.2, p. 361-371

MARTINS, J. R. Manejo da resistência aos carrapaticidas. **Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária**, v.13, 2004. Suplemento 1. Edição dos Resumos do 13 Congresso Brasileiro de Parasitologia Veterinária e Simpósio Latino-Americano de Ricketisioses, Ouro Preto, MG, 2004.

MENDES, M. C.; PEREIRA, J. R.; PRADO, A. P. Sensitivity of *Boophilus microplus* (Acari: Ixodidae) to pyrethroids and organophosphate in farms in the Vale do Paraíba region, São Paulo, Brazil. **Arquivos do Instituto Biológico**, v.74, n.2, p.81-85, 2007.

MICHEL, T et al. *Ixodes* spp. (Acari: Ixodidae) ticks in Rio Grande do Sul State, Brazil. **Systematic and Applied Acarology**, v.22, 2017. 2057-2063 p.

MURRELL A, BARKER SC. Synonymy of *Boophilus* Curtice, 1891 with *Rhipicephalus* Koch, 1844 (Acari: Ixodidae). **Syst Parasitol**. 2003, n.56 v.3, p.169–72.

NAVA, S. et al. **Ticks of the Southern Cone of América: Diagnosis, Distribution, and Hosts With Taxonomy, Ecology and Sanitary Importance**. Academic Press, 2017. 339 p



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



PEREIRA, M.C., et al. *Rhipicephalus (Boophilus) microplus*: Biologia, controle e resistência. MedVet: São Paulo. 2008. 169p.

SONENSHINE, D.E. **Biologic of Ticks**. New York: Oxford University Press; 1993. 316 p.

VERISSIMO, C.J. Biological control of the cattle tick *Rhipicephalus (Boophilus) microplus* in Brazil. **Rev Educ Contin em Med Vet e Zootec do CRMV-SP**. 2013, v. 11, n.1, p.14–23.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## ARTIGOS DE PEDAGOGIA

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO



## **A ATUAÇÃO INTENCIONAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BERÇÁRIO: UM ESTUDO DE CASO EM UM CMEI NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR**

Izabel Cristina Extecoetter<sup>1</sup>  
Gislaine Buraki de Andrade<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho compreende o atendimento educacional da etapa creche que compreende crianças de zero a três anos na Educação Infantil, evidenciando quais os encaminhamentos metodológicos e os recursos utilizados nesta faixa etária que contribuem para a aprendizagem das crianças. A pesquisa consiste em compreender a importância da atuação intencional do professor no berçário, quais são os documentos que orientam a atuação do profissional que atua nesta etapa, apresentar aporte teórico que dialogue sobre a atuação do Professor em relação a rotina escolar, planejamento e atividades intencionais. A Educação Infantil compreende a formação integral da criança de 0-3 anos, pautando suas metodologias e encaminhamentos de forma que de sustentação para a vida e encaminhamentos escolar que virão posteriormente. Foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de livros e documentos oficiais. A pesquisa de campo foi realizada em formato de entrevista, com três professoras de Educação Infantil. Por fim evidenciamos que o profissional com formação que possibilite a atuação na Educação Infantil é essencial para conduzir um trabalho planejado e intencional.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Berçário. Cuidar e Educar.

### **1. Introdução**

A Educação no Brasil passou por significativas transformações ao longo da história, sendo evidente a construção atual do modelo educacional, conforme legislação vigente, distribuído em etapas e organizado, conforme faixa etária dos discentes e finalidades educacionais da assimilação do conhecimento científico historicamente sistematizado e socializado.

Desta forma, foi realizado pesquisa teórica e de campo na Educação Infantil, relacionando a atuação do Pedagogo no atendimento educacional nas turmas de berçário, evidenciando quais os encaminhamentos metodológicos e os recursos utilizados nesta faixa etária que contribuem para a aprendizagem das crianças, compreendendo a atuação como um trabalho organizado e consciente, assegurando a qualidade e a segurança, promovendo a formação integral da criança.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> Professora Mestra do Curso de Pedagogia da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

Este trabalho possui como objetivo geral compreender a importância da atuação intencional do professor no berçário. Para sua realização e coleta de dados, foram utilizados o aporte bibliográfico e documental, a partir de teóricos sobre a temática e documentos oficiais. A pesquisa de campo foi realizada em formato de entrevista com professoras da turma de berçário de um Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel/PR.

Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa de campo realizada, evidenciando a importância do trabalho pedagógico intencional nas turmas de berçário.

## **2. Desenvolvimento**

### **2.1 O Que é a Educação Infantil e Quem é o Profissional da Educação Infantil**

Considerando as transformações da sociedade rural, em especial do período de urbanização do Brasil, ocorre a transformação social no processo manufatureiro, na qual as mulheres adentram ao mercado de trabalho, precisando encontrar meios de cuidados para as crianças durante este período, para não acompanharem a atuação nos espaços insalubres das fábricas. Segundo a autora Cartaxo este período corresponde:

[...] a passagem agrário-mercantil para uma sociedade urbano – manufatureira e teve uma grande influencia no cuidado infantil, pois os pais passaram a trabalhar nas fabricas em quanto as crianças ficavam aos cuidados de instituições filantrópicas e religiosas. (CARTAXO, 2013, p. 33).

Para responder a essa situação ocorrem os movimentos em prol da criação de creches e pré-escolas para o processo de cuidado das crianças, voltado ao assistencialismo, mas como oferta para auxiliar as operárias que atuavam nas empresas. Neste período, a finalidade da Educação Infantil era o atendimento para combater a pobreza e a mortalidade infantil (CARTAXO, 2013, p. 35).

A concepção educacional é marcada pelo caráter assistencialista, sendo este atendimento caracterizado como uma prestação de favores à população menos favorecida. Essa perspectiva persistiu na consciência coletiva e passa a ser superada,



a partir do direcionamento de novas políticas de atendimento, refletindo sobre a importância da educação infantil e sua universalização para atender todas as classes sociais, com o objetivo do desenvolvimento integral humano, pautado no direito público subjetivo da criança. (CARTAXO, 2013, p. 37)

Se torna necessário novos estudos que preconizem a singularidade da educação dentro da etapa creche, assegurando os direitos das crianças de 0-3 anos. Segundo Angotti:

A Educação Infantil será norteadada, então, por um caráter educacional que promova o desenvolvimento integral da criança em suas diferentes e complementares perspectivas. Porém, não se poderá prescindir de uma ação integrada entre diferentes perspectivas advindas de políticas outras, tais como de ação social, de saúde, de cultura. (ANGOTTI, 2014, p. 18).

Atualmente, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica no Brasil, pautada no desenvolvimento integral, conforme preconiza o Artigo 29 da LDB nº 9.394/1996:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, LDB, nº 9.394/1996, alteração pela Lei nº 12.796, de 2013).

A educação é um direito de todos assegurado por lei, desta forma cada criança deve estar inserida nas escolas e a família tem o dever de estar acompanhando o desenvolvimento da mesma.

De acordo com o Artigo 208 da Constituição Federal, inciso IV é regulamentado o dever de existência do atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade, sendo responsabilidade da família realizar a matrícula e do estado prover a vaga em instituição pública. A LDB nº 9.394/1996 apresenta no artigo 30, a subdivisão das crianças na Educação Infantil, considerando a faixa etária, sendo de 0 a 3 anos etapa creche e de 4 a 6 anos etapa pré-escolar.

Sobre o trabalho desenvolvido pelo Professor de Educação Infantil, Arce esclarece que o mesmo é o profissional:

[...] que ensina, que deve possuir competência (que supere a improvisação, o amadorismo e a mediocridade), tenha precisão, rigor filosófico e disciplina metodológica, criatividade e criticidade na forma de entender e trabalhar o conhecimento conforme o contexto em que foi produzido. (ARCE, 2012, p. 54).

Desta forma, estes profissionais precisam de clareza dos pressupostos teóricos e legislações que fundamentam sua atuação, além da organização e planejamento para uma organização que possibilite atingir a finalidade do processo de ensino aprendizagem.

De acordo com a legislação vigente, o profissional de Educação Infantil precisa para estar inserido na área educacional dos anos iniciais da Educação Básica, possuir formação docente ou curso de graduação licenciatura de pedagogia.

É importante destacar que a atuação do Professor deve ser constituída como um ato educacional intencional, sistematizado e organizado, proporcionando ao aluno o desenvolvimento integral humano, a fim de possibilitar novas experiências e vivências sobre os conteúdos científicos historicamente acumulado e socializado.

Segundo Morandi (2008) a intenção pedagógica precede o conhecimento, sendo essencial ao professor possuir domínio conceitual sobre sua área de atuação e conhecimento teórico que possibilite suporte para o direcionamento de sua prática profissional, de forma que a prática e teoria estejam indissociáveis, perfazendo a práxis neste ambiente.

Assim, consideramos que é imprescindível na atuação do professor a intencionalidade, articulando a didática no planejamento.

A articulação das características humanas com as da profissão também é salientada pela perspectiva intencional. Ela representa dois aspectos do processo pedagógico: de um lado, há uma intencionalidade, quer dizer, uma atividade mental que associa nossas representações e nossas ações e, por tanto, uma ação própria do pensamento, organizadora de nossas relações com os outros; de outro, uma intenção, ou seja, uma unidade de compreensão e de atribuição ao estabelecimento de uma relação. (MORANDI, 2008, p. 25)

A atuação nesta faixa etária, precisa considerar o desenvolvimento da criança e novas habilidades e necessidades. “O desenvolvimento ósseo, muscular e neurológico, permite a emergência de novos comportamentos, como sentar, andar, o que propiciará um domínio maior do ambiente” (BOCK *apud* CRUZ, 2012, pág. 8).

Assim, estas questões deverão oportunizar no ambiente escolar a análise e reflexão sobre o ensino, bem como a avaliação das habilidades e competências e seu desenvolvimento ao longo de um determinado período de atuação profissional do professor.

## **2.2 O Trabalho Intencional no Berçário: Rotina e Planejamento**

É necessário explicitar que o trabalho nas turmas de berçário, a atuação pedagógica necessita possuir intencionalidade diretamente ligada aos bebês, pensando na questão do conhecimento científico e cuidados físicos. Desta forma Arce e Martins (2012) afirmam que o trabalho com os bebês vai além de cuidados, tem como eixo o ensino, que tem o objetivo o desenvolvimento integral dos bebês.

Neste sentido é essencial ao professor a atuação sobre o planejamento, compreendendo os documentos oficiais e que normatizam o processo de ensino aprendizagem, como os RCNEIs (1998) e a Proposta Pedagógica Curricular da instituição de ensino, além de conhecer a faixa etária, família e as necessidades do desenvolvimento humano.

A atuação do professor deve partir do planejamento intencional e sistematizado, incluindo o processo de avaliação diagnóstica e auto avaliação, sobre o processo de ensino e aprendizagem. Conforme regulamenta a LDB nº 9.394/1996, sobre a avaliação:

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1996).

Assim, durante a atuação do professor de educação infantil a avaliação deve ser considerada, a avaliação a partir do planejamento do professor e da organização da rotina, levando em consideração o diagnóstico sobre os objetivos elencados para determinada faixa etária. O professor precisa articular suas ações pautadas na mediação e no processo de desenvolvimento integral das crianças, considerando a relação com a organização do espaço e da rotina escolar.

### 3 Metodologia

Como instrumento de coleta de dado foi realizada a pesquisa de campo, por meio de uma entrevista com as professoras regentes da turma de berçário de um CMEI da Rede Pública Municipal de Cascavel.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos da Univel – Parecer consubstanciado nº 69/2019 e autorização da Secretaria Municipal de Educação de Cascavel/ PR.

Desta forma, a pesquisa de campo contemplou a análise do tema e a relação deste com outros fatores, contribuindo para a compreensão do papel do professor nas turmas de berçário, oportunizando a apresentação da práxis docente, sendo que as questões abertas contribuirão para o direcionamento dos conceitos e análise, por meio de quadro referencial.

Assim, a pesquisa contribuirá qualitativamente sobre o assunto abordado e a conceituação dos elementos da práxis profissional na atuação nestas turmas e a importância da atuação intencional na Educação Infantil.

### 4. Resultados

Os dados coletados por meio da pesquisa de campo, foi realizada em um CMEI, localizado na região norte da cidade de Cascavel – PR, participaram três professoras que atuam nas turmas de berçário. A pesquisa foi realizada no dia doze de setembro de dois mil e dezenove, sendo realizada durante a hora atividade das professoras, na sala da direção do CMEI.

Sendo assim, a análise dos resultados irá considerar 3 entrevistas respondidas pelas professoras que serão denominados como P1, P2 e P3, para manter sigilo das participantes, conforme orientações do Comitê de Ética e o Termo de Confiabilidade Livre Esclarecido – TCLE.

Em relação a formação dos professores participantes da pesquisa, organizamos no Quadro 1, as respostas:

**Quadro 1** – Formação dos professores de berçário.

P1	Pedagogia pela UNESP, Pós graduação em neuropsicopedagogia, ludopsicopedagogia, gestão escolar.
P2	Formação docente, Pedagogia, e Pós graduação em psicopedagogia.
P3	Formação docente, bacharel em direito, Especialização em direito educacional.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo, 2019.

De acordo com as respostas, destaca-se a unanimidade que possuem o Curso de Formação Docente no Ensino Médio na Modalidade Normal. As três entrevistadas possuem curso de formação superior, entretanto, apenas a graduação de duas é voltada para a área educacional.

Destacamos, que duas professoras possuem especializações na área educacional, sendo que uma delas possui três especializações *latu sensu* e apenas uma professora que possui graduação e especialização na área do direito. Referente ao tempo de atuação na educação, observamos abaixo a descrição das respostas:

**Quadro 2** – Quanto tempo já está atuando na educação?

P1	Atuação de dez anos, desde 2009.
P2	Servidora pública oito anos, mas são doze anos com atuação na educação.
P3	Três anos de atuação.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo, 2019.

Evidenciamos que apenas uma das professoras três anos de experiência e as demais possuem a média de onze anos, demonstrando que possuem conhecimento no âmbito educacional.

Para compreender a organização do espaço escolar voltado as turmas de berçário, foram questionadas sobre o que deve ser levado em consideração na atuação do professor, conforme explicitado no Quadro 3, abaixo:

**Quadro 3** – O que na sua opinião é mais importante na organização do espaço escolar voltado para os bebês?

P1	Acessibilidade, cuidar com tudo o que tem em volta para não oferecer risco para as crianças, mobiliário para que não caia em cima, cuidar com buracos e escadas por que num piscar de olhos eles correm correndo riscos.
----	--

P2	Espaço limpo, sem muito móveis, um espaço que as crianças possam reconhecer as novas possibilidades que os professores vêm apresentando, como caixas com brinquedos diferentes, materiais proporcionando atividades voltadas a faixa etária, organizar espaços para que as crianças possam viver diferentes momentos durante o dia. Vale ressaltar que nesta faixa etária a criança se desapega facilmente dos objetos, por isso, é necessário sempre inovar, pois se tem muitas coisas como cadeiras e mesas acaba dificultando essa acessibilidade.
P3	Possibilidade de recursos, objetos do dia a dia deles, que levem a compreender a função social desses objetos e que possam explorar, textura, forma tamanho.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo, 2019.

Pensando em um espaço escolar adequado para os bebês, a autora Arce (2012) apresenta que as creches são escolas e como tal necessitam de organização político pedagógica, baseada em preceitos científicos sólidos.

Desta forma duas docentes trazem a ideia da exploração pensando na função social da criança enquanto sujeito social. E uma docente fala sobre o espaço estar voltado para os cuidados com riscos de machucados (cair, bater em algum móvel, entre outros).

Após foram questionadas sobre os documentos que orientam sua metodologia em sala de aula, conforme verificamos no Quadro 4:

**Quadro 4** – Quais os documentos utilizados para pautar sua metodologia?

P1	Paulo Freire, Currículo de Cascavel.
P2	Currículo de Cascavel, livros e leituras para atualização dos professores, cursos de formação, currículo da AMOP, PPP e o regimento escolar.
P3	Currículo, planejamento.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo, 2019.

As três docentes entrevistadas relatam o uso do currículo da cidade em que atuam. Observamos que nenhuma professora faz menção a utilização da legislação ou da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), pois atualmente estão em processo de estudo e realinhamento do Currículo da Rede Municipal, que prevê a aprovação no ano de dois mil e vinte.

Sobre os aspectos pedagógicos mais relevantes para o planejamento educacional, descrevemos as respostas das participantes no Quadro 5:

**Quadro 5** – Quais são os pontos mais importantes para trabalhar com os bebês de zero a dois anos?

P1	Focar no desenvolvimento, a motricidade, desenvolvimento da fala, visão, procurar sempre estimular de forma lúdica, trabalhar através de brincadeira, por que assim as crianças vão assimilando.
P2	Conhecimento do material humano, entender como funciona o trabalhar com crianças pequenas é fundamental. Entender como funciona os choros, por que têm vários tipos, tais como choro de teimosia, de dores e a partir do momento que você entende que elas têm essa dicotomia de choros consegue acompanhar e auxiliar. É importante ter o conhecimento sobre a diversidade dos sentimentos que ocorrem na criança. Ele vai chorar por que quer colo, então é necessário dar esse colo, a criança precisa desse carinho, dessa atenção. A criança principalmente de zero a dois anos tem a necessidade do carinho e do afeto com o professor. Depois em segundo plano deve existir esse amor pela profissão. Se você resolve fazer um concurso para trabalhar com Educação Infantil, a primazia dela é de zero a dois anos. Não pode existir eu só quero trabalhar com os mais grandes, é necessário fazer a higienização como forma de trabalhar com a criança possibilitando a aceitação do processo educacional, neste momento o professor deve estar ali presente atendendo as necessidades das crianças. Nessa hora específica, o professor deve dialogar com a crianças orientando. O profissional que atua ou deseja atuar com esta faixa etária necessita ter este tipo de troca com os pequenos, conversar sobre o corpo deles, orientar sobre as necessidades fisiológicas, procurando sempre desenvolver integralmente o aluno.
P3	Socialização, o berçário é o primeiro contato que eles têm com outras pessoas e crianças, então é necessário orquestrar um agrupamento, para que eles aprendam a dividir brinquedos, ter atenção.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo, 2019.

Observando as respostas das docentes é perceptível a ligação entre as respostas, pois segundo Cesana, Costa “[...] o movimento perceptivo motor, ou simplesmente o movimento, cria bases para o desenvolvimento de todas as estruturas perceptivas, cognitivas e motoras, permitindo ao ser humano tornar-se um animal cultural e social” (CESANA, COSTA, 2014, p. 107). Portanto quando a docente P2 fala em reconhecer seu aluno, seus choros, propiciar momentos de afetividade, está correlacionado com a fala da docente P1, que se preocupa com o desenvolvimento da motricidade, da fala, da visão e da P3 que salienta sobre a importância da atenção e socialização.

Em relação a questão da socialização e do auto reconhecimento da criança como um individuo dentro da sociedade, a autora Martins *apud* Silva apresentam que ao tratar de conteúdos de ensino não se deve esquecer de articular a fundamentos históricos e filosóficos da educação, ligando-os ao desenvolvimento infantil (MARTINS *apud* SILVA, 2012, p. 63).

É importante destacar que os bebês de zero a dois anos tem necessidades que



vão além dos conhecimentos científicos, perpassando toda a relação entre o cuidar e o educar. Eles precisam de um olhar diferenciado, principalmente quando se entende que eles não possuem autonomia para as ações a serem desenvolvidas. Assim, a Educação Infantil na etapa creche demanda de cuidados específicos, sempre visando o desenvolvimento integral de cada aluno.

Em relação ao planejamento e avaliação, foram sintetizadas as respostas no Quadro 6:

**Quadro 6** – Como você organiza o planejamento e realiza a avaliação nesta turma?

P1	Planejamento através do currículo e da experiência, por meio de algumas atividades que vão acontecendo durante o período letivo, mas o embasamento maior é no currículo. Para a avaliação conforme eles vão evoluindo gradativamente, deve ser contínua.
P2	Seguir o que o currículo sugere, tem o planejamento anual que é organizado de seis em seis meses, e o planejamento dia a dia que as professoras fazem. A avaliação é contínua, o professor deve observar como está o andamento da criança, se está se alimentando sozinha, se conseguiu compreender as atividades propostas, se já estão conseguindo fazer as necessidades fisiológicas. As professoras têm um espacinho no livro de planejamento semanal, para que no fim do dia sejam anotados fatos ocorridos, os quais poderão ser utilizados para relatarem o desenvolvimento dos alunos no momento do pré-conselho.
P3	Planejamento é com base no currículo, organização se dá por meio dos objetivos, conteúdo, encaminhamento metodológico e avaliação. A avaliação se faz através do tempo, existem atividades que serão aplicadas aproximadamente quatro vezes para que se possa ver se a criança se apropriou.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo, 2019.

Em relação ao processo avaliativo das crianças de 0-3 anos, observamos que ambas as professoras entrevistadas informaram que possuem a base do Currículo de Cascavel (2008) e a organização de um processo de avaliação contínua e de acordo com as ações desenvolvidas no dia a dia por todos os alunos, observando o desenvolvimento e apropriação dos conteúdos abordados.

Desta forma, conforme prevê o Currículo:

A avaliação é parte fundamental do processo ensino-aprendizagem. É o momento em que se verifica o nível de apropriação dos conteúdos pelo aluno, sendo o ponto de partida de acompanhamento e reorientação permanente da prática docente, como forma de comprovar se os resultados foram alcançados, a partir de objetivos previamente definidos (CASCAVEL, 2008, p. 55).

Analisamos que as participantes da pesquisa possuem conhecimento teórico e

realizam o processo avaliativo em consonância com os documentos orientadores da Rede Pública Municipal, sendo explicitada a importância do fazer docente e do profissional qualificado para atuar nesta etapa da Educação Infantil.

## 5. Considerações Finais

Após o desenvolvimento desse trabalho, verificamos a importância do trabalho pedagógico dos professores de berçário, evidenciando a necessidade da formação inicial e continuada, bem como conhecimento sobre os aspectos do desenvolvimento humano e da educação.

Compreendemos que o processo de ensino e os encaminhamentos metodológicos devem estar pautados nos documentos orientadores e dar suporte para a organização de espaços adequados e do planejamento e ações intencionais para esta faixa etária. Salientamos que o processo de ensino aprendizagem nas turmas de berçário, possuem suas especificidades, e precisam de profissionais que tenham dedicação e conhecimento, atuando de forma integrada entre o educar e cuidar.

A pesquisa de campo não apresentou atribuições, pois a direção da instituição em que se realizou a pesquisa foi grandemente receptiva, as docentes responderam todas as questões da entrevista com bastante empenho e domínio da práxis educacional. Diante dos resultados, percebeu-se que as respostas dos professores entrevistados se deram de maneira semelhantes, de acordo com o esperado para a pesquisa.

É importante destacar a importância que esta etapa da educação tem na vida dos sujeitos, e como os professores de educação infantil devem preocupar-se não apenas com o mero cuidado físico, mas sim com todos os aspectos voltados ao desenvolvimento integral do aluno.

Esta pesquisa poderá contribuir para outros profissionais que atuam com bebês de zero a dois anos, para uma reflexão e redirecionamento das práticas educacionais com os alunos desta faixa etária, buscando e traçando caminhos de modo a desenvolvê-los integralmente.

Por fim, é possível afirmar que por meio dos resultados, seria importante promover uma análise crítica sobre o fortalecimento da rede educacional sobre a etapa creche, tendo em mente que a troca de conhecimentos muda a realidade das instituições e promove a melhoria da qualidade do ensino das crianças de 0-3 anos.

## REFERÊNCIAS

ARCE, A; MARTINS, L, M; SILVA, M, D. **Ensinando aos Pequenos de zero a três anos**. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2012.

ARCE, A; SILVA, J, C. **Interações e Brincadeiras na Educação Infantil**. Campinas, SP: Alínea, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes). Acesso em: 06 abr. 2019.

CARTAXO, S. R. M. **Pressupostos da educação infantil**. Curitiba: Inter Saberes, 2013.

CRUZ, D. S. D. **O berçário como Espaço de Desenvolvimento Infantil**. Campina Grande, 2012.

MORANDI, F. **Introdução a psicologia**. São Paulo: Ática, 2008.

## A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COM A ORALIDADE ATIVA EM TURMAS DE 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Aline Silva Dos Santos<sup>1</sup>  
Sueli Gedoz<sup>2</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa discorre sobre a importância do trabalho com a oralidade ativa em turmas de 2º ano do Ensino Fundamental, problematizando questões relacionadas a como o professor desenvolve a oralidade ativa em sala de aula, de que maneira o professor organiza suas aulas para deixar o aluno expor seus pensamentos, ideias, críticas, sugestões e quais são os encaminhamentos metodológicos que usa para contribuir na ação ativa do aluno como falante. A importância desta análise é fazer compreender que a oralidade ativa é algo essencial na vida dos sujeitos e muitas vezes não é dada a oportunidade de voz ativa para o aluno expor suas ideias em sala de aula. O objetivo desta observação é compreender como professor do Ensino Fundamental de uma turma de 2º ano oferece a oportunidade de deixar seus alunos expressarem-se por meio da oralidade, observando também como o professor elabora seu plano de aula para o desenvolvimento dessas ações. A base teórica nessa estudos são AMOP (2019), BNCC (2018), Cardodo (2012), Chaer e Guimarães (2012) e Del Rio (1996). Foi utilizado para a coleta de dados a abordagem qualitativa, pesquisa explicativa, bibliográfica, de campo e o método comparativo, chegando à conclusão que mesmo a oralidade estando presente em currículos, como eixo de trabalho, com conteúdos e métodos avaliativos pré-definidos, falta a compreensão por parte dos profissionais em reconhecer sua importância e ampliar possibilidades de prática em sala, para assim, permitir que alunos possam desenvolver suas habilidades de comunicação.

**Palavras-chave:** Oralidade Ativa. Ensino Fundamental anos Iniciais. Docência. Linguagem Oral.

### 1. Introdução

Sabemos que a fala, para a maioria das pessoas, é a principal meio de interação desenvolvido desde a infância, é algo essencial para se comunicar. O tema desta análise está voltado para os estudos da oralidade, buscando compreender como essa prática ocorre dentro da sala de aula. Compreende-se que a oralidade tem vários aspectos que podem ser trabalhados como, regionalização, etnia, entre outros. Diante desse tema, a observação delimita-se em uma escola pública no Ensino Fundamental, com alunos do 2º ano, localizada na região Oeste do Paraná, analisando como o docente desenvolveu a oralidade em seus discentes e quais são as ações que

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia-Licenciatura da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> ORIENTADORA: Doutora em Letras, Professora do Curso de Pedagogia-Licenciatura da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL.

contribuíram para o desenvolvimento da oralidade no aluno permitindo-lhe ser um ser ativo que exponha seu ideal por meio dessa prática que deve ser trabalhada em sala.

O objetivo geral foi analisar como o professor do Ensino Fundamental de uma turma de do 2º ano, oferece a oportunidade de deixar seus alunos expressarem-se por meio da oralidade, verificando também como o professor elabora seu plano de aula para o desenvolvimento dessas ações

Foram alcançados os objetivos propostos utilizando como metodologia a abordagem qualitativa e explicativa, também com a coleta de informações através da pesquisa bibliográfica e de campo. O estudo utilizou o método comparativo, pois foi analisado o trabalho de duas professoras regentes de turmas do 2º ano do Ensino Fundamental, sendo observadas as semelhanças e diferenças nas atividades que exploram a oralidade. E para materialização dos objetivos da investigação utilizamos uma análise dos dados gerados através observação participante e entrevistas estruturadas com os professores e com alguns alunos das turmas observadas do Ensino Fundamental da escola pesquisada.

## 2. Desenvolvimento

### 2.1 Contextualização da história da oralidade

Na Grécia Antiga debatia-se filosoficamente sobre o tema linguagem, para alguns havia uma relação intrínseca entre o som e o sentido, entre os nomes e as coisas, para outros não, de forma que não houvesse harmonia entre os nomes e o mundo. Um discípulo de Descartes formulou e debateu esse assunto, considerando a língua como uma representação do pensamento ou mesmo, um instrumento de comunicação. Com as formulações da psicologia (social) do desenvolvimento, toma-se outro rumo, passa-se a acreditar na capacidade de se trabalhar em grupo, produzindo e de modo cooperativo, o sujeito faz isso por meio da linguagem, da interação com o outro.

A oralidade é uma das primeiras formas de comunicação do ser humano, se não a primeira, quando o bebê chora e se expressa corporalmente, e para comunicar o que sente ou o que quer. As primeiras formas de comunicação acontecem no âmbito

familiar. Com a ida à escola, que hoje pode acontecer ainda nos primeiros meses de vida de uma criança, a oralidade se desenvolve e torna-se também um meio de avaliação do professor, para saber quais conteúdos o aluno já se apropriou ou não, enquanto não desenvolve a habilidade da escrita.

Torna-se necessário observar como ocorre na prática o trabalho de professores com a oralidade, principalmente quando é por meio dela que o aluno se apropria dos conceitos explorados pelos professores, sendo a linguagem interação social, transformando a relação da criança com as outras pessoas e com o mundo. Desta forma, podemos compreender que a criança participa ativamente da construção da nossa história e da nossa cultura.

## 2.2 Compreensão da oralidade como prática em sala de aula

A criança é um sujeito que faz parte da construção da sua história e da humanidade, ou seja, é um ser ativo, e também, que a comunicação se inicia por meio da oralidade, a partir dos primeiros balbucios, e com a interação com os outros ela amplia seu repertório verbal e social. E em sala de aula, a aprendizagem tem espaço pela oralidade? Mesmo que seja colocado como conteúdo, eixo ou habilidade no currículo, não há garantia de que o professor irá trabalhar a oralidade de maneira adequada, como colocado por Del Rio “[...] é impossível ensinar e aprender língua oral comunicativa em uma aula tradicionalmente estruturada, pouco participativa, na qual predomina o monólogo da pessoa que assume o papel de ensinante” (DEL RIO, 1996, p. 11).

Alguns alunos poderão demonstrar dificuldades na oralidade, um vocabulário empobrecido, por advirem de um ambiente sociocultural que pouco o estimula, pelo contexto social e familiar, pelos exemplos que encontra como base fora do ambiente escolar. Nestes casos, trabalhar a oralidade em sala de aula, de maneira efetiva, pode compensar essa defasagem. A autora também indica que seria recomendável trabalhar conteúdos de maior utilidade, com foco no processo pós escola, para a vida social e profissional principalmente, de acordo com sua fala, precisa ser um método de ensino que seja “funcional, participativo e interativo” (DEL RIO, 1996, p. 16).

No que se refere à prática do ensino da língua oral na escola, podem ser encontradas dificuldades como salas com um número excessivo de alunos, dificuldade para organizar grupos pequenos para discussões, mobília adequada que favoreça as atividades e interações entre os alunos. Del Rio (1996, p. 25) traz algumas ideias que podem ser adaptadas para sua realidade, como desfazer a organização espacial habitual da sala de aula – filas de carteiras, que dificultam a comunicação entre os alunos, que o professor se proponha a oportunizar um número maior de intervenções dos alunos, propor debates entre os alunos, analisar entrevistas, entre outros e também, que todas as interações verbais que ocorrem na escola, podem ser adaptadas para melhorar as habilidades de comunicação dos alunos.

A mesma autora afirma que “Ademais, a metodologia de trabalho das diferentes matérias deveria ser muito mais “ativa” e permitir que a maioria dos alunos participasse se expressasse, e, por fim interagisse com seus colegas e com o professor” (DEL RIO, 1996, p. 31). Ou seja, não apenas no ensino de Língua Portuguesa, a oralidade deve ser expandida para todas as áreas do conhecimento, para todas as atividades propiciadas na escola.

É importante destacar que os professores devem avaliar suas próprias habilidades de comunicação oral, com outros professores e com alunos, pois quanto à qualidade da sua comunicação, melhores serão suas aulas, e conseqüentemente, os alunos poderão ter mais espaço para se colocarem dentro do processo ensino aprendizagem. E além do falar, o professor deve ter a habilidade de escutar, pois “A medida que escuta, o professor tem uma melhor ideia do nível de seus alunos e, em conseqüência, pode se adaptar com precisão às necessidades apresentadas (DEL RIO, 1996, p. 35).

Assim, os professores de quaisquer matérias, podem e devem trabalhar a oralidade dos alunos, primeiramente sabendo escutar. Pois é através do desenvolvimento da linguagem oral que os alunos poderão evoluir nos processos de ensino e aprendizagem em geral.

#### 4 1 CONTRIBUIÇÕES DA PRÁTICA DA ORALIDADE PARA OS ALUNOS



É através do pensamento, da oralidade, do uso do brinquedo, dos gestos, das brincadeiras, do faz de conta, do jogo e do desenho que a criança conseguirá realizar a apropriação da linguagem escrita e de outros tipos de linguagens. Logo, fará uso de diversas funções psíquicas, com variadas combinações, que irão possibilitar a apropriação do sentido e do significado que cada objeto contém para ela e seu meio. Portanto, o movimento, como ação propriamente dita, e pensamento, são de fundamental importância, em seus diferentes aspectos.

O processo também é importante para que se possa avaliar como a fala da criança está se desenvolvendo, pois é através da prática oral que o professor poderá prover as devidas orientações de forma a sanar possíveis problemas na oralidade da criança escolar, considerando também, situações onde a estimulação oral para com a criança não seja suficiente ou mesmo adequada:

E se ela pronunciar as palavras de forma incorreta, isso não significa que não as ouve bem, mas que não as pode pronunciar corretamente. E quando ouve o adulto falar dessa forma estranha, ela se confunde totalmente e se esforça para que sua fala seja parecida com a do adulto. A maioria de nossas crianças usa uma fala não-natural, desfigurada pelos adultos, e não é possível imaginar nada mais falso que essa fala de meia língua (VIGOTSKI, 2003, p. 241).

Sendo de grande valia o acompanhamento constante do educador avaliando o desenvolvimento da linguagem oral da criança, compreendendo seus avanços, e isso só ocorre quando ele leva em consideração o contexto de onde cada criança veio, respeitando seu jeito de falar e partir das dificuldades verificadas, fazer um trabalho amplo, sem inibir, ridicularizar ou desvalorizar, de modo que a criança precisa se sentir aceita, para que possa e consiga trabalhar suas dificuldades, participando das atividades orais. Quando o ambiente é propício, agradável e a criança sente-se segura, o seu desenvolvimento, não apenas na língua oral, mas de modo geral, acontecerá de modo mais satisfatório.

Reforça-se quanto à importância do trabalho com a oralidade em sala de aula, pois.

Fazendo com que a criança se expresse oralmente, ela amplia seus horizontes de comunicação, exercita o pensar, socializar-se, organiza a sua mente, interpreta o mundo, expõe ideias, debate opiniões, expressa

sentimentos e emoções, desenvolve argumentação, comunica-se com facilidade, além de se preparar para um futuro profissional no qual ela seja capaz de expressar em público seus conhecimentos e ideias. Deste modo, o desenvolvimento da oralidade significa para ela uma habilidade imprescindível para o convívio social nas mais diversas instancias (CHAER; GUIMARÃES, 2012, p. 84).

Por vezes, pessoas relacionam as habilidades de comunicação à personalidade dos indivíduos, neste caso, crianças que não se expressam bem podem ser taxadas como tímidas, introvertidas, ou que não sente a necessidade de se comunicar. Mas personalidade e capacidades expressivas não tem relação necessariamente. Observa-se que pessoas tímidas, quando estão em ambientes ou ocasiões onde se sentem confortáveis, podem demonstrar excelentes habilidades de comunicação. Assim, não se deve generalizar, principalmente quando tratamos de crianças, pois elas estão em fase de experimentação e descoberta.

Quando um professor se depara com um aluno tímido ou pouco motivado, deve questionar a si mesmo, se o aluno é assim, ou se mostra assim em sala de aula, de forma que a timidez pode estar relacionada à aula, então a situação pode ser modificada. Outra situação a se destacar, é no que se refere à habilidade expressiva e inteligência, elas não apresentam relação, ou seja, um aluno com maior nível intelectual não necessariamente terá a habilidade oral bem desenvolvida, e um aluno com excelentes habilidades de comunicação não será o mais inteligente do seu grupo (DEL RIO, 1996). Cabe, novamente, ao professor saber identificar as dificuldades e habilidades, para conseguir intervir de maneira adequada, ampliando as habilidades dos alunos.

Portanto, está claro a importância da oralidade para o aluno, pois é através da estimulação que o mesmo fará sua prática, sendo esta a responsável pela aquisição de grande parte do conteúdo que será apreendido por ela.

### **3. Metodologia**

Para alcançar os objetivos propostos utilizamos a abordagem qualitativa e explicativa, de modo que as informações foram analisadas a partir de um olhar interpretativo das pesquisadoras. As coletas de informações foram através da

pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, sendo esta realizada por meio de anotações sobre a prática da professora do 2º ano referente ao trabalho com a oralidade ativa. Para Lakatos e Marconi (2010, p.169), a pesquisa de campo “Consiste na observação dos fatos e fenômenos tais como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para a análise”.

A pesquisa utilizou o método comparativo, pois foi analisado o trabalho de duas professoras regentes do 2º ano do Ensino Fundamental observando as semelhanças e diferenças nas atividades que exploram a oralidade. Para Lakatos e Marconi, (2010, p.89) “Ocupando-se da explicação dos fenômenos, o método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais”.

A análise ocorreu numa escola pública de um município da região oeste do Paraná, com duas turmas do 2º ano do Ensino Fundamental com aproximadamente vinte e cinco alunos e duas professoras regentes. Por ser desenvolvida em apenas uma escola, a observação se caracteriza como um estudo de caso que é definido como um “[...] estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos” (GIL, 2010, p. 54). Para materialização dos objetivos da pesquisa foram realizadas análise usando os dados gerados através de observação participantes na sala de aula, com o total de 20 horas-aula. Depois foram feitas entrevistas estruturadas com professores e com alguns alunos, com o objetivo de compreender como ocorre o processo da oralidade.

## **4. Resultados**

### **4.1 Entrevista com os docentes e observação**

As entrevistas foram feitas de forma estruturada, as professoras serão aqui identificadas como P1 e P2, garantindo seu sigilo. A partir disto, exploraremos as respostas dadas as próximas perguntas, que são relacionadas ao tema do artigo -

oralidade ativa, relacionando com o que foi observado no período de cinco dias.

A primeira pergunta apresenta à docente relacionou-se com o trabalho da oralidade em sala de aula, conforme informado no quadro:

**Quadro 1:** De que maneira trabalham a oralidade na prática em sala de aula?

<b>P1</b>	Através do diálogo, conversação individual e em grupo.
<b>P2</b>	Textos, conversa sobre textos.

**Fonte:** dados obtidos na pesquisa de campo.

A docente P1 demonstrou trabalhar a oralidade de maneira mais ampla, não relacionando a prática de trabalhar com a oralidade vinculada a uma atividade, a docente P2 apresentou trabalhar a oralidade relacionando às atividades como leitura de textos e interpretação oral sobre os mesmos. O trabalho com a oralidade é primordial para o desenvolvimento do sujeito enquanto ser ativo na sociedade, Sendo assim, cabe aos profissionais da educação “planejarem a ação pedagógica de forma a garantir, na sala de aula, atividades sistemáticas de fala, escuta e reflexão sobre a língua” (CHAER e GUIMARÃES, 2012, p. 73). Na sequência, as docentes foram questionadas sobre a oralidade para o desenvolvimento dos estudantes.

**Quadro 2:** De que modo as aulas ajudam no desenvolvimento da oralidade no estudante?

<b>P1</b>	Não soube responder.
<b>P2</b>	Alimenta a quantidade de vocabulário pois eles lêem bastante.

**Fonte:** dados obtidos na pesquisa de campo.

Observa-se aqui a dificuldade em compreender a importância para a formação do sujeito, e a dificuldade em trabalhar e explorar a oralidade em sala de aula. A professora P1 não soube responder a pergunta, e a professora P2, apesar de ter respondido, limitou seu trabalho com a oralidade à leitura, e conseqüentemente à ampliação do vocabulário dos alunos. Os apontamentos de Chaer e Guimarães (2012) evidenciam como deve ser compreendido o trabalho com a oralidade no desenvolvimento dos estudantes:

Vale ressaltar que o trabalho com a oralidade em sala de aula é primordial pois a fala é parte integrante de nossa vida. Considerando, portanto, que o desenvolvimento da linguagem oral se dá mediante a vivência de experiências diversificadas, ricas, envolvendo os usos possíveis da linguagem oral, cabe aos profissionais atuantes da educação infantil e séries iniciais planejarem a ação pedagógica de forma a garantir, na sala de aula de aula, atividades sistemáticas de fala, escuta e reflexão sobre a língua (CHAER; GUIMARÃES, 2012, p. 73).

O que acontece frequentemente com os docentes, é reduzir a oralidade aos gêneros informais, como a simples troca de ideias, o simples fato de conhecer palavras novas não amplia o vocabulário do aluno, se o mesmo não sabe seu significado e não conhece modos de inseri-la no seu discurso. Outra pergunta lançada refereiu-se à avaliação da prática de oralidade.

**Quadro 3:** Como você avalia a oralidade do aluno?

<b>P1</b>	Faz perguntas para os alunos.
<b>P2</b>	Trabalha mais textos e leitura de vários gêneros, fazendo questionamentos.

**Fonte:** dados obtidos na pesquisa de campo.

A oralidade é avaliada pelas docentes a partir de perguntas realizadas cotidianamente para verificar o que foi assimilado pelo discente a partir do conteúdo trabalhado, e novamente P2 reforça que trabalha oralidade e a avalia através da leitura. A parte de avaliação da oralidade é claramente muito importante, cabendo ao docente acompanhar o desenvolvimento da linguagem oral das crianças. Sabendo o contexto familiar em que o discente está inserido, para compreender seu jeito de falar, e a partir disso, com respeito, trabalhar as dificuldades identificadas, pois

[...] quando ocorre crítica ou risos, além da falta de respeito, isso pode até mesmo traumatizar o falante, dependendo da sua sensibilidade emocional. Portanto, cumpre ao profissional substituir esses maus hábitos por formas linguísticas, convencionalmente aceitas, dando relevância às atividades de linguagem oral. A criança precisa ouvir e usar formas corretas, para que ganhe o hábito da boa linguagem (CHAER; GUIMARÃES, 2012, p. 80).

É importante que a criança sinta-se aceita e acolhida, para sentir-se motivada a participar oralmente das aulas. Assim, é a partir da observação e da avaliação que

se pode detectar os progressos e avanços dos alunos. Pensando nessa situação, foi lançado outro questionamento às docentes, conforme verificado no quadro abaixo:

**Quadro 4:** Como é seu relacionamento de comunicação com os alunos?

<b>P1</b>	Quase nunca dá tempo, pois há conteúdo a ser repassado e finalizado.
<b>P2</b>	Bom, mas não dá tempo de falar sobre conteúdos externos a aula.

**Fonte:** dados obtidos na pesquisa de campo.

De modo geral, existe a preocupação em dar conta do conteúdo, de modo que há muito conteúdo a ser trabalhado no decorrer do ano. Ambas docentes justificaram suas respostas a partir disto, do conteúdo a ser passado, sobrando pouco tempo para trabalhar a comunicação com os discentes. A interação deve ocorrer não somente entre aluno-aluno, mas também professor-aluno e vice-versa, não estando limitado ao papel de professor como detentor de todo saber, ou aquele que somente passa o conhecimento, havendo um grande distanciamento entre docente e discente, mas sempre mantendo coerência na sua fala, evitando falar de forma infantilizada.

#### 4.1 Entrevista com os discentes e observação em sala de aula

As entrevistas foram feitas de forma semi-estruturada com os discentes do 2º ano do Ensino Fundamental, serão aqui denominados como D1, D2, D3 e D4, garantindo seu sigilo. Questionados sobre a participação nas aulas, os alunos responderam conforme apresentado no quadro:

**Quadro 1:** Você participa bastante das aulas?

<b>D1</b>	Um pouco, tenho vergonha
<b>D2</b>	Sim
<b>D3</b>	Sim, porque não falto na aula
<b>D4</b>	Sim

**Fonte:** dados obtidos na pesquisa de campo.

Pelas resposta obtidas percebemos que a participação dos discentes é essencial que ocorra na aprendizagem. D2, D3 e D4 se consideram participativos na

aula, já D1 se considera pouco participante por causa da vergonha. Na observação realizada foi verificado que os discentes não tem uma participação de interação espontânea, ou seja, contradizendo algumas respostas dadas. O Referencial Curricular Nacional para a Educação traz que:

[...]a aprendizagem oral possibilita comunicar ideias, pensamentos e intenções de diversas naturezas, influenciar o outro e estabelecer relações interpessoais. Seu aprendizado acontece dentro de um contexto. Quanto mais as crianças puderem falar em situações diferentes, mais poderão desenvolver suas capacidades comunicativas de maneira significativa (1998, vol. 3, p. 120).

Ou seja, a interação dentro do ambiente escolar é de suma importância pois possibilita aos alunos uma aprendizagem mais significativa. Para dar andamento à atividade com os discente, questionamos:

**Quadro 2:** Você demonstra suas opiniões para a turma em sala de aula?

<b>D1</b>	Não, tenho medo e vergonha
<b>D2</b>	Sim
<b>D3</b>	Só respondo no caderno ou quando a professora pede
<b>D4</b>	As vezes

**Fonte:** dados obtidos na pesquisa de campo.

Percebemos que alguns entrevistados contradizem com a resposta do quadro 1. Sabemos que cabe ao professor oportunizar momentos que favoreçam o desenvolvimento da oralidade. Durante os dias de observação ficou visível que não ocorre uma boa comunicação entre docente e discente. O documento Referencial Curricular Nacional para a Educação considera que “[...] para que o desenvolvimento ocorra é necessário ter oralidade o aluno necessita de um ambiente favorável que respeite sua escolha e sua voz” (BRASIL, 1998, p.49). O quadro na sequência evidencia a pouca participação promovida pela oralidade.

**Quadro 3:** Você sabe dizer se o professor(a) deixa você mostrar seus pensamentos, ideias, críticas entre outros?

<b>D1</b>	Não
-----------	-----



<b>D2</b>	Não
<b>D3</b>	Não tenho vontade de falar para ela
<b>D4</b>	Não soube dizer

**Fonte:** dados obtidos na pesquisa de campo.

Novamente os alunos são contraditórios e reforçam a ideia de que a interação de professor e aluno não ocorre nessa sala. Com a observação realizada notou-se que essa troca de pensamentos não ocorre na prática, de forma que a professora não oportunizava momentos de diálogo e somente de respostas a perguntas feitas por ela.

Nota-se que a linguagem sem interação causa uma aprendizagem com defazagens, tornando o aluno um mero receptor passivo. Para reverter essa situação, a metodologia do professor deve ser relacionada à troca de informações, diálogos, situações comunicativas para os alunos interagirem mais um com o outro. Del Rio (1996), destaca que:

[...] a metodologia de trabalho das diferentes matérias deveria ser muito “ativas” e permitir que a maioria dos alunos participasse, se expressasse, e, por fim interagisse com seus colegas e com o professor (DEL RIO, 1996, p. 31).

A pergunta final lançada aos alunos correspondeu à interação oral com o docente.

**Quadro 5:** Você conversa com mais facilidade sobre qualquer assunto com seu/sua professor(a)?

<b>D1</b>	Não.
<b>D2</b>	Só dos conteúdos.
<b>D3</b>	Não .
<b>D4</b>	Só dos conteúdos.

**Fonte:** dados obtidos na pesquisa de campo.

Com essas respostas ficou evidente que a oralidade, além dos conteúdos, não acontece, sendo assim, dificulta o desenvolvimento do aluno pois a oralidade ativa também desenvolve atenção promovendo assim um ambiente de aprendizagem mais harmonioso. Del Rio (1996), relata que:

Se os alunos devem ser indivíduos completos, livres, independentes e solidários deverão desenvolver, também, um conjunto de habilidades de comunicação efetiva para a realidade que existe fora da escola. (DEL RIO, 1996, p. 29).

Ou seja os alunos também devem aprimorar-se para o desenvolvimento de comunicação fora da sala de aula para desenvolver uma aprendizagem com mais sentidos. E os docentes também precisam aprimorar metodologias que permitam colocar em prática a interação que a oralidade proporciona.

## 5. Considerações Finais

A partir dos dados obtidos, é possível concluir que as professoras entrevistadas tem ciência da concepção de oralidade apresentada nos documentos oficiais, mas tem dificuldade de oportunizar situações que possibilitem um trabalho de forma ativa, que contribua para o desenvolvimento amplo do aluno. Desse modo, respondendo aos questionamentos propostos para a pesquisa, observamos que a exposição de ideias, críticas, sugestões por parte dos alunos ainda é muito limitada e que a prática da oralidade encontra-se muito limitada a responder perguntas feitas pelo docente no decorrer das aulas. Nesse aspecto, não há uma sistematização do trabalho com a oralidade, o que faz com que alguns alunos sintam-se envergonhados de se expor oralmente. Não foram verificados encaminhamentos metodológicos que contribuam na ação ativa do aluno como falante.

Os resultados obtidos foram de grande valia para as pesquisadoras, pois é necessário estabelecer um paralelo entre teoria e prática. Saber o que é a oralidade na teoria e como ela deve ser trabalhada é diferente de poder observar se isso é passível de ser realizada na prática. É importante ressaltar que os resultados obtidos a partir desta pesquisa, não refletem a realidade de todas as escolas, visto que foi observada apenas uma turma de uma escola. Contudo, a análise de campo enriquece o diálogo e reflexões sobre ações futuras com a prática da oralidade.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CARDOSO, B. P. A. **Práticas de linguagem oral e escrita na educação infantil**. São Paulo: Anzol, 2012.

CHAER, M. R., GUIMARÃES, D. G. A. A importância da oralidade: Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. **Pergaminho**. p. 71-88, nov. 2012.

DEL RIO, M. J. del. **Psicopedagogia da língua oral: um enfoque comunicativo**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1996.

GIL, A. C.; **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SAMPIERI, R. H.; COALLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo. McGrawHill, 2006.

## A RELEVÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Deize Motcinski<sup>1</sup>  
Francielle da Luz Casemiro<sup>2</sup>  
Michele Thais Tuon de Campos<sup>3</sup>  
Ricardo Pereira Munhoz<sup>4</sup>  
Lademir Petrich<sup>5</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como tema principal de pesquisa a inteligência emocional no ambiente escolar, buscando demonstrar a importância do trabalho com as emoções no processo de aprendizagem e, a partir disso, entender como essa temática se desenvolve na educação, verificando ainda qual o papel das instituições educadoras no trabalho desta abordagem com os alunos. Para tal objetivo foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema Inteligência Emocional e utilizado um estudo baseado em práticas assertivas sobre o desenvolvimento das competências emocionais fora do Brasil. Ao longo do texto destaca-se a relevância na formação social dos alunos enquanto sujeitos que necessitam de um desenvolvimento pleno a partir do autoconhecimento, constatando-se que nas instituições onde foram realizados os projetos com a temática inteligência emocional, houve uma notável diminuição do número de violência entre os alunos, melhora no convívio familiar e no desenvolvimento cognitivo e pessoal destes.

**Palavras-chave:** inteligência emocional, ambiente escolar, emoção e educação.

### 1 Introdução

Hodiernamente, vive-se em um mundo onde existe uma “necessidade” emergencial para quase tudo. As transformações acontecem rapidamente e a adaptação ao agora é vista como algo quase obrigatório e imediato. Com tantas mudanças frequentes, o ser humano vive com suas emoções a flor da pele e, nem sempre, o sentimento advindo das emoções leva a ações corretas. Isso ocorre porque muitas pessoas não sabem lidar com essa questão.

É evidente que as emoções são intrínsecas ao ser humano. Todavia, percebe-se uma certa dificuldade para explicar o que se sente. Para Possebon (2017, p.62) “[...] a emoção é uma reação intensa e relativamente breve, que ocorre internamente

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura, Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura, Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura, Centro Universitário UNIVEL.

<sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Pedagogia – Licenciatura, Centro Universitário UNIVEL.

<sup>5</sup> ORIENTADOR: Doutor em Ciência da Religião. Professor dos Cursos Superior – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

mediante um estímulo e que coordena um conjunto complexo de respostas neurofisiológicas”. Segundo Goleman (2012, p.303) “[...]emoção se refere a um sentimento e seus pensamentos distintos, estados psicológicos e biológicos, e a uma gama de tendências para agir”, pontuando ainda que

Cada tipo de emoção que vivenciamos nos predispõe para uma ação imediata; cada uma sinaliza para uma direção que, nos recorrentes desafios enfrentados pelo ser humano ao longo da vida, provou ser a mais acertada. À medida que, ao longo da evolução humana, situações desse tipo foram se repetindo, a importância do repertório emocional utilizado para garantir a sobrevivência da nossa espécie foi atestada pelo fato de esse repertório ter ficado gravado no sistema nervoso humano como inclinações inatas e automáticas do coração. (GOLEMAN, 2012, p.30)

Cada dia fica mais visível a relevância que existe em encontrar um método que leve ao autoconhecimento e à busca pela empatia com as emoções próprias e das outras pessoas, para melhor viver no mundo contemporâneo. Partindo desse pressuposto, sabe-se que, a escola e o professor, além do papel transformador, têm uma importante função na formação dos alunos enquanto sujeitos, que devem ser desenvolvidos ao máximo em sua totalidade.

Assim, vê-se a necessidade de trabalhar as relações socioemocionais também no ambiente escolar, visando ampliar o desenvolvimento de pessoas que sejam capazes de reconhecer suas emoções e a dos outros e saibam lidar com essas, já que o sujeito se conhece por completo, quando conhece o outro. Diante disto, o objetivo do presente trabalho é o de abordar a inteligência emocional enquanto prática educacional, destacando seu papel e estudos que demonstram a sua relevância no desenvolvimento do sujeito dentro do contexto escolar.

## **2 Referencial teórico**

Nos dias atuais, muito ouve-se falar sobre inteligência emocional, a qual tem seu conceito e sua abordagem defendidos em sua maioria pelo psicólogo/ jornalista científico americano Daniel Goleman, o qual nomeia esta de QE (Quociente Emocional) ou simplesmente Inteligência Emocional. Goleman mostra a importância de ensinar o sujeito a lidar com suas emoções para que este a utilize como meio de

melhorar e trabalhar a própria inteligência, desde a infância escolar, adquirindo hábitos emocionais saudáveis.

## 2.1 O que é inteligência emocional

O termo Inteligência emocional passou a ser mais conhecido e discutido a partir da década de 90, após Daniel Goleman escrever e divulgar em seu livro intitulado **Inteligência Emocional: A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**, como o conhecimento do sujeito sobre suas emoções poderia contribuir para aperfeiçoar sua inteligência e facilitar o seu modo de viver. Moreira e Petrich (2013, p.18) destacam que “Ainda não há um consenso sobre a definição de inteligência emocional” e citam que

A utilização do termo “inteligência emocional” é atribuído a Wayne Payne no ano de 1985 na sua tese de doutorado intitulada “um estudo da emoção: o desenvolvimento da inteligência emocional, auto integração, relativas ao medo, dor e desejo”. Mas o conceito foi popularizado por Daniel Goleman em 1995 [...] (MOREIRA; PETRICH, 2013, p.18)

Goleman (2012) afirma que “[...] a inteligência emocional determina nosso potencial para aprender os fundamentos do autodomínio e afins” (p.15), ou seja, um ser humano emocionalmente inteligente sofre as emoções como qualquer outra pessoa, porém torna-se capaz de identificar e lidar de uma forma mais simplificada com suas próprias emoções e reconhecer no outro as mesmas (empatia), desenvolvendo o autocontrole e a automotivação.

A inteligência interpessoal (compreender o outro) e a inteligência intrapessoal (compreender si mesmo), são apontadas por Goleman (2012, p.63) como elementos principais da inteligência emocional. Elementos estes que foram apresentados por Howard Gardner ao abordar sua teoria das Múltiplas inteligências, que derruba a exclusividade do QI (Coeficiente de inteligência) como modo de medir quão inteligente uma pessoa é. Para Gardner (1995):

[...] a teoria das inteligências múltiplas diverge dos pontos de vista tradicionais. Numa visão tradicional, a inteligência é definida operacionalmente como a capacidade de responder a itens em testes de inteligência. [...] A teoria das inteligências múltiplas, por outro lado, pluraliza

o conceito tradicional. Uma inteligência implica na capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos que são importantes num determinado ambiente ou comunidade cultural. A capacidade de resolver problemas permite à pessoa abordar uma situação em que um objetivo deve ser atingido e localizar a rota adequada para esse objetivo. A criação de um produto cultural é crucial nessa função, na medida em que captura e transmite o conhecimento ou expressa as opiniões ou os sentimentos da pessoa. Os problemas a serem resolvidos variam desde teorias científicas até composições musicais para campanhas políticas de sucesso. (GARDNER, 1995, p.21)

Daniel Goleman (2012, p. 298-299) traz cinco pontos principais para que o ser humano consiga desenvolver suas habilidades voltadas para o campo das emoções, as quais ele denomina “competências” de cunho social e emocional, sendo estes:

1. “Autoconsciência emocional” (se policiar, se conhecer e ter autocontrole);
2. “Controle das emoções” (ter tolerância as emoções de qualquer cunho);
3. “Canalizar produtivamente as emoções” (foco, entusiasmo e melhor desempenho nas atividades);
4. “Empatia: Ler emoções” (reconhecer e respeitar as emoções dos outros) e
5. “Lidar com os relacionamentos” (autocontrole + empatia).

## **2.2 A inteligência emocional no contexto escolar**

As competências emocionais foram declaradas pelo relatório da Unesco, realizado pela comissão Internacional de Educação para ao Século XXI, como sendo básicas para a vida (DELORS, 1996, apud, CERVANTES e GONZALES, 2018). O processo educacional está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento dessas competências, de forma intelectual, emocional e moral. (BERNAL e SANDOVAL, 2013, apud, CERVANTES e GONZALES, 2018), bem como "as motivações representam os paradigmas dos indivíduos. Isso significa que o modo de conduzir a vida depende, em muito, do interesse em alcançar metas". (PETRICH e MOREIRA, 2013, p. 60).

Moreira e Petrich (2013, p.17) ressaltam ainda que “Charles Darwin (1809-1882), foi um dos primeiros a enfatizar a importância da expressão emocional para a sobrevivência e adaptação do Homem”. Diante disso, discute-se a relevância em abordar e trabalhar o socioemocional na educação formal, já que esta tem o papel de contribuir para a transformação social e cognitiva de seu alunado. Goleman (2012,



p.287) aponta que “[...] uma nova estratégia de educação emocional não é criar uma nova classe, mas fundir lições sobre sentimentos e relacionamentos com as outras matérias”.

Por conseguinte, sabendo como conduzir a aprendizagem dos educandos, partindo do pressuposto de que a emoção influencia diretamente o comportamento, o interesse e o posicionamento do aluno mediante determinada situação, permite ao professor desenvolver suas aulas buscando práticas para utilizar-se desta competência de forma a garantir um aprendizado com melhores resultados e através da experiência do aluno. Assim, Avila (2018) aborda a emoção a partir da experiência, de forma que:

Entende-se que uma emoção surge em uma pessoa quando ela experimenta uma situação que a envolve, ela assume aspectos configurativos que caracterizam essa emoção, principalmente no que diz respeito ao que está acontecendo naquele momento. Por outro lado, entendemos que uma emoção coincide nessa pessoa quando, em uma situação que a envolve, a emoção emerge, mas desta vez, mais entrelaçada ao que ela carrega da herança experiencial. (AVILA, 2018, p. 240)

Desta forma, verifica-se que as emoções estão diretamente ligadas a experiências vividas e que tais experiências irão refletir no aprendizado do aluno, na construção de bons relacionamentos, tanto no ambiente escolar quanto no social. Como exemplo, tem-se o período da pré-adolescência, onde os alunos têm a necessidade de iniciar o processo de tomadas de decisões, passam por alterações corporais e suas emoções estão sendo modificadas a todo momento. Todas estas mudanças associadas as cobranças da família, da escola, e do próprio aluno pode acarretar uma instabilidade das emoções.

Uma pesquisa realizada no Atacama (Chile), com docentes de escolas públicas, buscou interpretar teorias subjetivas sobre aprendizagem e desenvolvimento socioemocional dos alunos. Esta trouxe como resultado que:

Educar sócio-emocionalmente implica ensinar os alunos a reconhecer suas emoções, expressá-las e regulá-las, o que também lhes permite desenvolver um senso de vida e bem-estar subjetivo, tornando-se um requisito para o aprendizado do conteúdo curricular. (MARTINEZ E ROA, et al, 2018)

A mesma investigação aponta que a formação de professores para a educação socioemocional é deficitária pois “nas Universidades a preparação para o desenvolvimento cognitivo é privilegiada, em detrimento da aquisição de habilidades para o treinamento social valorizado e emocional dos alunos” (DIAZ, 2014, LÓPES DE LERIDA, 2009, apud MARTIMEZ e ROA, 2018 et al). Mediante o exposto, fica perceptível o papel importante a ser desenvolvido pelo professor na formação escolar dos alunos, não só ensinando conteúdos curriculares, mas também auxiliando-os a se reconhecerem a partir das suas emoções.

### **2.2.1 O papel da escola na educação emocional**

Ao falar sobre o papel da escola na formação de seres humanos, sabe-se que, numa sociedade capitalista, o principal objetivo é formar para o mercado de trabalho, o que, segundo Cury (2008) finda por desenvolver pessoas que não estarão preparadas para a vida. Assim, “O sistema educacional estressa tanto os mestres quanto os alunos por pautar sua retórica na transmissão de informações e não nos códigos de intuir, criar, filtrar estímulos estressantes, gerenciar pensamentos” (CURY, 2008, p.27).

O socioemocional, quando trabalhado na escola, tem o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de habilidades emocionais. Busca ainda abrir caminhos que levem a compreensão de como essas habilidades podem contribuir com a melhoria do desempenho no processo de ensino e aprendizagem. Essa prática auxilia na construção de caminhos que promovam o desenvolvimento cognitivo, aprimoramento e consolidação de uma educação de qualidade não só para a formação acadêmica mais para a vida em sociedade:

A competência social é considerada um indicador bastante preciso do ajustamento psicossocial e de perspectivas positivas para o desenvolvimento, enquanto que um repertório social empobrecido pode constituir um sintoma ou correlato de problemas psicológicos. (DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2011, p.15)

A partir dessas palavras, é possível refletir sobre a complexidade em trabalhar as habilidades cognitivas e emocionais no ambiente escolar, mas também vê-se a

importância que essas têm ao possibilitar a prevenção de problemas desde a infância, com vistas a promover meios que levem ao exercício do controle em determinadas situações, para que os seres em processo de formação escolar não adquiram distúrbios emocionais.

Em que escolas se treina decifrar o código do Eu como gestor psíquico? Entristece-me, como pesquisador do funcionamento da mente, saber que temos centenas de milhares de escolas no mundo, mas não há escolas que estruturam o Eu para ser líder da psique. Essa situação é tão aberrante quanto desejar que os jovens dirijam um teatro, mas os coloque como meros espectadores na plateia ou que pilotem um avião, mas os coloque como passageiros e não na cabine de comando. (CURY, 2008, p.27)

É relevante enfatizar que o docente, tendo papel fundamental no processo de abordagem da inteligência emocional, deve trabalhar as suas competências emocionais primeiramente, para então dividi-las com seus alunos. Goleman (2012, p.278) propõe que “[...] A ideia é elevar o nível de competência social e emocional nas crianças como parte de sua educação regular” e destaca também que:

Como a vida em família não mais proporciona a crescentes números de crianças uma base segura na vida, as escolas permanecem como o único lugar a que a comunidade pode recorrer em busca de corretivos para as deficiências da garotada em competência emocional e social. Isso não quer dizer que as escolas, sozinhas, possam substituir todas as instituições sociais [...] Mas, como praticamente toda criança vai à escola (pelo menos no início), este é um lugar que pode proporcionar às crianças os ensinamentos básicos para a vida que talvez elas não recebam nunca em outra parte. Alfabetização emocional implica um mandado ampliado para as escolas, entrando no lugar de famílias que falham na socialização das crianças. Essa temerária tarefa exige duas grandes mudanças: que os professores vão além de sua missão tradicional e que as pessoas na comunidade se envolvam mais com as escolas. (GOLEMAN, 2012, p.294).

No Brasil, após a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a proposta de criar um currículo para um ensino que desenvolva as competências e habilidades trazidas por este documento, fica mais evidente a necessidade de os professores desenvolverem sua inteligência emocional para, além de facilitar seu trabalho, buscar desenvolver com seus alunos e modificar hábitos emocionais não saudáveis. Na BNCC, tem-se duas competências que tratam sobre o emocional, sendo elas:

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL,2016, p.10)

Portanto, sendo a escola um espaço onde os alunos constituem e vivenciam a maior parte de suas relações interpessoais e passam parte de suas vidas, cabe as instituições escolares abrirem portas para o trabalho das competências socioemocionais de seu alunado, contribuindo no processo de formação de pessoas que sejam capazes de conhecer e lidar com as emoções próprias e dos demais, encontrando um equilíbrio e transformá-las em motivadores do crescimento de suas aptidões.

### **2.3 A experiência norte americana**

Visando demonstrar que a alfabetização emocional é tão importante quanto os demais conteúdos trabalhados na escola, a fim de desenvolver seres humanos emocionalmente saudáveis, Cury (2008, p. 121), destaca que a escola deve tratar de temas que desenvolvem habilidades sócio emocionais, como pensar para depois agir, trabalhar atividades que tratam de perdas e frustrações, desenvolver a criatividade e tolerância.

Assim, Goleman (2012, p.287) aborda que “uma nova estratégia de educação emocional não é criar uma nova classe, mas fundir lições sobre sentimentos e relacionamentos com as outras matérias”. Assim, o socioemocional pode ser trabalhando amarrado a outras disciplinas, de forma intencional, porém natural. Goleman ainda realizou estudos em seu país voltados a programas que ofertavam cursos que trabalham a alfabetização emocional, e concluiu que estes, também “[...] parecem ajudar as crianças a melhor desempenhar seus papéis na vida [...] e no futuro têm mais probabilidade de serem melhores maridos e esposas, trabalhadores e chefes, pais e cidadãos” (GOLEMAN, 2012, P.299).

Goleman (2012) destaca a importância de a escola incluir auxílio aos alunos para modificarem momentos de crise através do ensino de educação emocional, o que deve apresentar melhores resultados se as lições forem coordenadas aos fatos que ocorrem dentro das casas dos alunos. Visando o desenvolvimento da alfabetização emocional os programas para esta finalidade incluem aulas para pais, com o intuito de ajudar aos pais que buscam lidar de forma efetiva com a vida emocional de seus filhos, desta forma as crianças obtêm mensagens consistentes sobre as competências emocionais em todas as áreas da sua vida.

Sendo a violência um dos maiores problemas sociais, Damásio, (1994) traz a importância em se associar as emoções aos resultados que se esperam para o futuro, partindo da eficácia em evitar que crianças tenham contato com situações de violência, afirmando que:

A função atribuída às emoções na criação da racionalidade tem implicações em algumas das questões com que nossa sociedade se defronta atualmente, entre elas a educação e a violência. Os sistemas educativos poderiam ser melhorados se se insistisse na ligação inequívoca entre as emoções atuais e os cenários de resultados futuros, e que a exposição excessiva das crianças à violência na vida real, nos noticiários e na ficção audiovisual desvirtua o valor das emoções na aquisição e desenvolvimento de comportamentos sociais adaptativos. (DAMASIO, 1994, p.254)

Em pesquisa realizada em Nova York, Goleman destaca que se criou um programa de alfabetização emocional objetivando mediar essa questão, como forma de amenizar conflitos violentos entre os alunos. Um exemplo é o programa de Competência Social desenvolvido nas escolas de New Haven, o diretor Tim Shriver destaca que se ocorresse brigas entre os alunos, um outro colega era enviado como mediador, para resolver o conflito, utilizando-se da técnica aprendida na aula, destacando que as lições emocionais devem ir além da sala de aula.

“O programa mostra aos estudantes que eles têm muitas opções para lidar com conflitos, além da passividade ou agressão. Mostramos a eles a futilidade da violência, substituindo-a por aptidões concretas. As crianças aprendem a garantir seus direitos sem recorrer à violência.” (GOLEMAN, 2012, p.293)

Verificou-se ainda que no decorrer das aulas de educação emocional, ao longo dos anos, houve uma diminuição significativa do número de suspensão oriundo de brigas. No ano anterior a publicação da pesquisa, uma das escolas registrou a queda de suspensões de 106 alunos para apenas 26. Por conseguinte, o psicólogo destaca que a alfabetização emocional tem o poder de aumentar nossa visão sobre a escola “explicitando-a como um agente da sociedade encarregado de constatar se as crianças estão obtendo os ensinamentos essenciais para a vida” (GOLEMAN, 2012, p.295).

Os trabalhos desenvolvidos pelo programa de Competência Social, obtiveram respostas positivas através de relatos de alunos que destacam melhora no relacionamento familiar, evitando também a maternidade na adolescência e segurança ao compartilhar com professores problemas que os afligiam.

### **3 Metodologia**

O presente estudo amparou-se numa pesquisa qualitativa e explicativa, pois teve como meta verificar e analisar historicamente o conceito da inteligência socioemocional na educação escolar. De acordo com Richardson (2007, p.80), as pesquisas qualitativas “Podem descrever a complexidade de determinado problema [...] e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 2007, p .80).

Além dessa abordagem, o estudo também se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, realizada por meio de estudos norte-americanos, com suas práticas e a integração no Brasil. Para atender aos objetivos propostos, o instrumento utilizado para a coleta de informações foram artigos científicos, monografia e livros. Os resultados verificados são os apresentados na sequência deste trabalho.

### **4 Resultados**

A realidade do humano é complexa e para desenvolvê-la de maneira completa, é necessário incorporar estratégias de aprendizagem mais flexíveis e abrangentes. Não basta sequências de exercícios intensos, repetições e testes, mesmo que

possam resultar em uma nota maior, pois não desenvolverá todas as competências que ele necessita para enfrentar os desafios atuais. É necessário preparar o aluno de forma integral.

Enquanto o mundo abre espaço e cobra que os jovens sejam protagonistas de seu próprio desenvolvimento e de suas comunidades, o ensino tradicional ainda responde com modelos criados para atender demandas antigas. Uma das saídas para reconectar o sujeito ao mundo onde vive, passa pelo desenvolvimento de competências socioemocionais. Nesse processo, tanto crianças como adultos aprendem a colocar em prática as melhores atitudes e habilidades para controlar emoções, manter relações sociais positivas, alcançar objetivos, demonstrar empatia e tomar decisões de maneira responsável.

A preocupação com o desenvolvimento dessas características sempre foi objetivo da educação e precisa ser entendido como um processo de formação integral, que não se restringe à transmissão de conteúdos. As competências socioemocionais são habilidades que você pode aprender, praticar e ensinar - a qual trabalha a persistência, o autocontrole, a cordialidade, o respeito, a calma, o otimismo, a autoconfiança, o cuidado, a perseverança e o entusiasmo.

## **5 Considerações Finais**

Pela observação dos aspectos analisados e, considerando que o homem é um ser dotado de emoções e que estas influenciam sua vida, seu modo agir e até mesmo sua inteligência, fica evidente que a educação emocional é de fato tão relevante no contexto escolar quanto a educação científica. Necessita-se formar seres humanos em sua totalidade e não apenas mais futuros trabalhadores doentes que não se reconhecem.

O referencial teórico estudado possibilitou a compreensão sobre o tema, mas para que se efetive na prática precisa-se de políticas públicas, onde o estado entenda a educação emocional como algo revolucionário para a resolução de vários possíveis conflitos e desta forma invista na formação dos professores nesse cunho. É de extrema importância ressaltar que, os professores também precisam de uma



formação dentro desta temática, para então trabalhar com seus alunos de uma forma mais prática e fácil, a partir de sua própria experiência.

Tendo em vista os aspectos observados da experiência norte-americana, percebe-se que a escola pode entrar como um importante componente da educação socioemocional, onde busque abrir espaço e incentivar a participação da comunidade escolar e local nesses assuntos, para que assim, mais pessoas compreendam a necessidade e a importância que existe no autoconhecimento e no reconhecimento das demais pessoas e suas emoções, constituindo de modo formal e informal seres humanos empáticos, motivados, que saibam manter o controle e com aptidões para lidar com as emoções em um mundo que é dominado por estas.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Jorge. Emergência e Concorrência de Emoções no Processo de Formação de Professores de Matemática. **Transformação**, Camaguey, v. 14, n. 2, p. 236-251, 2018. Disponível em: [http://scieloprueba.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=2077-295520180002&lng=en&nrm=iso](http://scieloprueba.sld.cu/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=2077-295520180002&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 31 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 set.2019.

CUADRA MARTINEZ, David Jorge et al . **Teorías subjetivas en docentes sobre el aprendizaje y desarrollo socioemocional: Un estudio de caso**. Educación, San José, San Pedro, Montes de Oca , v. 42, n. 2, p. 250-271, Dec. 2018 . Disponível em: [http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2215-26442018000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-26442018000200014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 30 ago 2019. <http://dx.doi.org/10.15517/reveduc.v42i2.25659> .

CURY, Augusto. **O código da inteligência: a formação de mentes brilhantes e a busca pela excelência emocional e profissional**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil/ Ediouro, 2008.

DAMÁSIO, António R. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

DEL PRETTE, Z. & DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais na infância**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas:** a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional:** a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. 2.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MARQUEZ-CERVANTES, Ma. Concepción; GAETA-GONZALEZ, Martha Letícia. Competências emocionais e tomada de decisão responsável em pré-adolescentes com o apoio de professores, pais e mães: um estudo comparativo em alunos da 4ª à 6ª série do ensino fundamental na Espanha. **Educare**, Heredia, v. 22, n. 1, p. 176-200, abril de 2018. Disponível em: [http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S140942582018000100176&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S140942582018000100176&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.15359/ree.22-1.9>

MOREIRA, Elenira aparecida Cunha; PETRICH, Lademir Renato (org.). **Inteligência espiritual:** A inteligência da alma. Arapongas: Aleluia, 2013.

POSSEBON. Elisa Pereira Gonsalves. **O universo das emoções:** uma introdução. João Pessoa: Libellus, 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

## **AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR; UMA ANÁLISE DE PROFESSORES QUE ATUARAM NA ÉPOCA DE 1.964 A 1.985**

Isabel Cristina Niedermayer<sup>1</sup>  
Tiago Pereira Leite<sup>2</sup>

**Resumo:** A abordagem desta pesquisa emerge a partir de uma análise das estruturas do sistema educacional, com o intuito de analisar as relações instauradas no campo da educação, por meio de uma retomada histórica do período de 1964-1985, onde se instala a Ditadura Militar no Brasil. Diante da instauração da Ditadura Militar, na história do Brasil, busca-se analisar as políticas educacionais que regeram o país naquele período. Nesse sentido a problemática gira em torno de analisar quais foram às influências destas políticas públicas educacionais, mais especificamente das leis n.º 5.540/68 e 5.692/71 e quais foram os avanços e retrocessos no campo educacional? No que se refere ao trabalho pedagógico dos professores que atuaram nesse período, quais impactos foram sentidos e quais estratégias foram desenvolvidas? Para responder a estes questionamentos a pesquisa configura-se como qualitativa, explicativa, bibliográfica, de campo, com o auxílio da entrevista semiestruturada como instrumentos para a coleta dos dados. O aporte teórico fundamenta-se nos estudos de Fonseca (2.003), Ghiraldelli (2.009), Saviani (2.008) e outros teóricos. Os resultados obtidos na pesquisa indicam que alguns professores que atuaram no período da Ditadura Militar defendem este período sendo como produtivo, onde as crianças aprendiam o amor à pátria, a serem bons cidadãos, ensinando a estes a terem uma boa conduta. Outros professores deixam a entender que em sua prática pedagógica, até mesmo a política educacional, impôs alguns métodos onde os professores deveriam seguir, sem mesmo poder questionar, pois os mesmos eram cobrados por inspetores que realizavam visitas nas escolas, acompanhando o processo de ensino aprendizagem.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais. Ditadura Militar. Professores.

### **1. Introdução**

O presente artigo emergiu de uma análise das estruturas do sistema educacional, com o intuito de analisar as relações instauradas no campo da educação, advindas do período da Ditadura Militar. Propõe uma retomada histórica do período de 1964-1985, onde se instala a Ditadura Militar no Brasil, ponderando pontualmente as reformas educacionais. O conteúdo deste projeto se compõe de uma vasta gama de informações, cuja finalidade é verificar o conjunto histórico da educação brasileira no período da Ditadura Militar.

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Pedagogia- UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Doutor em Ciências Sociais Tiago Pereira Leite – Centro Universitário UNIVEL.

Considerando o exposto, este artigo delimita-se a um estudo de análise sobre as implicações dentro do período histórico da Ditadura Militar, de modo particular na adoção de políticas públicas educacionais. Analisando de maneira sucinta, mais especificamente sob as leis n.º 5.540/68 e 5.692/71, buscando identificar como estas reformas refletiram no campo educacional. Aborda-se neste trabalho uma pesquisa no campo educacional, por meio da contribuição de professores que atuaram nesse período histórico.

No que se refere ao trabalho pedagógico dos professores que atuaram nesse período, quais impactos foram sentidos e quais estratégias foram desenvolvidas? Levando em contas as memórias dos professores, quais elementos se destacam nesse período tendo as reformas educacionais como horizonte?

O principal objetivo deste artigo é analisar de que modo às políticas educacionais instauradas durante o Regime Militar, influenciaram no campo educacional brasileiro e de que modo os professores atuaram no processo pedagógico, diante das mudanças instituídas pelo governo militar. Busca-se identificar as políticas educacionais ocorridas no período do Regime Militar, analisando os conteúdos das políticas educacionais, especificamente as leis 5.540/68 e 5.692/71, por meio de entrevistas de professores aposentados que atuaram nas escolas durante o Regime Militar, identificando as memórias do trabalho pedagógico naquele período.

Esta pesquisa amparou-se em procedimentos metodológicos como pesquisa qualitativa, e bibliográfica, em que visou contemplar o aporte teórico e fundamentar as conclusões diante da pesquisa de campo realizada por professores aposentados da cidade de Toledo – PR, que atuaram no período da Ditadura Militar.

## **2. Desenvolvimento**

### **AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO REGIME MILITAR**

A principal marca deixada pelo regime militar foi o autoritarismo em todas as suas ações. O golpe foi consumado no dia 2 de abril de 1964, onde o presidente do senado solicitou uma sessão secreta, este decretou estar vago o cargo de

presidência. Diversas foram as motivações que levaram a consumação do golpe militar, as causas principais estavam ancoradas na desordem política e social e na instabilidade que o país enfrentava (SOARES, 1994; GASPARI, 2003). Onde o poder judiciário, legislativo não representavam mais nada, além de ser simbólico. Somente o executivo impunha sua soberania por meio de Atos Institucionais, num período de 21 anos. Atos estes que influenciaram diversas áreas (legislação, economia, educação).

Quando iniciada a ditadura pelo Golpe Militar, no cenário da política educacional brasileira havia uma disputa permanente entre público e privado, Motta (2014) afirma que a educação privada cresceu muito, havendo desta forma um embate entre aqueles que defendiam a educação como dever do Estado, e a educação no setor privado reivindicando a liberdade de ensinar.

Durante a constituição da Lei 4.024/1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), este embate do setor privado e público tomou fortes contornos. Este embate entre o setor privado e público traz como fim a criação de uma legislação educacional duvidosa, deixando transparecer a ideia de responsabilidade do Estado, permitindo ao mesmo tempo a falta de regulamentação, onde o setor privado foi dotado de grande liberdade para agir (ROMANELLI, 1987).

Mais tarde com a reforma da LDBEN, pela Lei 5.692/1971, o setor privado gozou de liberdade de ação no campo educacional, mesma lei que criou os ensinos de 1º e 2º graus.

A LDB de 1961 veio com o intuito de estruturar as bases da educação, diante das necessidades enfrentadas pelo país no setor educacional. No ano seguinte, houve a criação do primeiro Plano Nacional de Educação, com vista de organizar a educação brasileira. Como ambas as leis foram criadas no período da ditadura militar, esta sem dúvida foi responsável por uma “[...] estrutura organizacional que se consolidou e se encontra em plena vigência” (SAVIANI, 2008, p. 295), uma organização de gestão descentralizada da necessidade da Educação Básica.

É evidente o cenário da gestão descentralizada quando a reforma educacional de 1971, com a lei 5.692/1971, gerou a fusão da escola primária com o ginásio, na

criação do ensino de 1º grau, trazendo a obrigatoriedade. Já o ensino de 2º grau, traz como fins a profissionalização.

Contudo, neste contexto todo de mudança por meio de leis educacionais, pode-se perceber um projeto educacional astuto do governo, aos poucos este plano foi se estruturando. O projeto dos militares para o país era de estruturar teórica e oficialmente pela Escola Superior de Guerra: defesa da integridade e segurança nacional, paz social, preservação da democracia e afirmação da soberania nacional (CLARK *et al*, 2006, p. 126)

Desse modo, com a intervenção do governo militar na educação brasileira, se traduz claramente quais eram seus reais objetivos. Em 1968 o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais da Guanabara (IPES-GB), com a presença de figuras do governo, realizou um seminário de educação.

[...] se traduz pela ênfase nos elementos dispostos pela “teoria do capital humano”; na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino [...] (SAVIANI, 2008, p. 296).

A principal meta da intervenção educacional por meio dos militares foi o de propagar os principais objetivos da hegemonia militar. O objetivo do projeto brasileiro era em vista para o desenvolvimento do país, tendo como planejamento a educação no centro de toda ação política, nos moldes técnicos e econômicos.

[...] outro destaque no seminário é a fala de Roberto Campos. Encarregado de fazer uma conferência sobre o tema “Educação e desenvolvimento econômico”, transforma sua fala em uma defesa da formação de capital humano pelo sistema escolar, como elemento necessário para criar as condições de desenvolvimento econômico do país. (CARVALHO, 2007, p. 378).

A escolarização para o mercado de trabalho foi a meta principal do governo militar, este esforçou-se para que o projeto educacional viesse ao encontro de seus ideias, dentre as ações realizadas pelo governo, algumas se destacam:

A atuação do Estado na área de Educação – coerente com a ideologia da segurança nacional reveste-se assim de um anticomunismo exacerbado, de

um antiintelectualismo que conduzia à misologia, ou seja, à negação da razão, e mesmo ao terrorismo cultural (GERMANO, 2011, p. 105).

Ações como estas mostram o exercício do regime militar, ao longo de seu governo, onde mais tarde aplicam outras ações de organização do projeto educacional, conforme seus moldes ideológicos. As mudanças na legislação educacional atingiram significativamente o Ensino Superior e o Ensino Básico.

### 3. Metodologia

Este projeto estrutura-se em base de uma pesquisa qualitativa, com o intuito de analisar as redes das relações humanas no cenário da temática da Ditadura Militar. Desta maneira a pesquisa qualitativa, se baseou em:

[...] o método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento (MARCONI & LAKATOS, 2008, p. 269).

Ainda conforme Silva (2008, p. 29) a pesquisa qualitativa, “[...] têm-se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as movimentações, crenças, valores, representações sociais e econômicas, que permeiam a rede de relações sociais”.

Em relação aos objetivos propostos neste artigo, o mesmo se deu através da pesquisa exploratória com o objetivo de proporcionar uma aproximação do problema proposto no artigo, almejando construir hipóteses e buscando compreensões (GIL, 2007).

Portanto, no que se refere aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica teve um cunho exploratório, utilizando como subsídios livros, artigos, sites que abordam as políticas educacionais no período da Ditadura Militar.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como



livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

O local em que foi desenvolvida a pesquisa de campo deu-se na cidade de Toledo – PR. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram professores aposentados, que atuaram na educação no período da Ditadura Militar. Nesta pesquisa participaram 5 professores, sendo que atuaram por muitos anos como professores. Estes residem na cidade de Toledo, 2 professores no centro da cidade e os demais professores ao redor da cidade, nos distritos de São Miguel e Vila Ipiranga. A escolha destes professores para a realização da pesquisa se deu pela proximidade com alguns familiares, sendo que alguns destes professores atuaram como professores desses familiares.

#### 4. Resultados

Essa seção tem como propósito apresentar os dados coletados na pesquisa de campo realizada com professores aposentados que atuaram no período da Ditadura Militar, residentes da cidade de Toledo/PR. Sendo assim, foram analisados dados coletados por meio de uma entrevista semiestruturada.

Dessa forma, a análise dos resultados irá considerar 5 questionários respondidos pelas docentes que serão denominados como P1, P2, P3, P4 e P5. Dessa forma, o primeiro questionamento foi referente à idade do entrevistado, período (anos) que atuou como professor e a formação acadêmica, em que se obtiveram as seguintes respostas:

**Quadro 1** – Idade, período (anos) que atuou como professor e a formação acadêmica.

P1	62 anos de idade, atuou oito anos como professora (1971- 1979). Formada em Letras.
P2	79 anos, atuou vinte cinco anos, entre professora, coordenadora pedagógica e diretora (1962-1987). Formada em Magistério.

P3	67 anos de idade, atuou trinta anos como professor (1981-2011). Formado em Ciências, Matemática, pós-graduação em Administração e Gestão Escolar.
P4	60 anos de idade, atuou vinte anos como professora (1971- 1991). Formada em Magistério.
P5	66 anos de idade, atua a quarenta e nove anos como professor (1970-2019). Formado no antigo curso científico, que preparava para o vestibular, e foi através deste curso científico que foi convidado a lecionar no antigo ginásio.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo.

No quadro acima, é possível perceber uma faixa etária de professores em sua maioria aposentados, entre 60 a 80 anos de idade, com atuação média de vinte anos como profissionais da educação. Muitos atuaram como professores alfabetizadores, tendo a maioria formação para atuarem na docência.

**Quadro 2** – No período da Ditadura Militar, você se recorda das políticas públicas educacionais?

P1	Não lembra, era tudo normal.
P2	Lembra-se de um curso, onde alguns professores foram financiados a participar de um curso em Curitiba-PR, neste curso foram apresentadas algumas metodologias de ensino, e que deveriam ser disseminadas no município de Toledo. Ela atuou como inspetora, primeiramente dando formação aos professores da rede municipal, e mais tarde visitando as escolas, para ver se o método estava realmente sendo praticado.
P3	Não se lembra, até mesmo na faculdade os professores não comentavam muito, pois havia uma censura alguns temas. Relatou dos professores de história da FACIVEL (UNIOESTE), onde tinham vontade de expor alguns temas, mas não o fazia por medo de serem denunciados, por pensarem diferente da política implantada pelo governo militar e até mesmo o medo de perderem o emprego.  Quando atuava como professor citou, que existia muita propaganda onde o governo investia na educação, mas sempre na maioria das vezes, era mal investido ou partes dos recursos eram desviados.
P4	Única coisa que se recorda foi um período de reciclagem que fez, onde os professores aprenderam alguns métodos de ensino, onde os professores receberam capacitações e materiais a serem seguidos.
P5	Recorda das matérias específicas do período da Ditadura Militar, de modo especial Moral e Cívica, que segundo o professor não deveria ter sido extinta.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo.

Quando questionados os professores sobre as políticas públicas criadas pelo governo da Ditadura Militar em prol da educação, a maioria dos entrevistados trazia à memória, disciplinas específicas daquele período, com grande ênfase na disciplina de Moral e Cívica, onde os alunos eram ensinados a amar com patriotismo o seu país, e a serem cidadãos que impulsionassem o progresso do Brasil.

Outro ponto em destaque é os professores terem afirmando de terem participado de formações onde estes eram orientados a seguirem alguns modelos de ensino. Foi justamente na época em que no Brasil, houve a implantação do tecnicismo na década de 1960, e com o Regime Militar, o Brasil fez uma aliança com os Estados Unidos, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Acordo que segundo Ghiraldelli (2009, p. 112), trouxe ao nosso país uma política educacional aos moldes de determinações de outro país. Este acordo teve uma cooperação técnica para o planejamento da Educação Primária, onde o USAID fornecia uma quantia para financiar os custos de capacitação de professores, que disseminava os métodos em seus municípios de atuação.

**Quadro 3** – Como era a atuação do processo pedagógico dentro da sala de aula?

P1	Dar aula nessa época era muito bom, tinha-se um bom relacionamento com os alunos, muita disciplina. As matérias de Moral e Cívica eram boas, não deveriam ter deixado de ter hoje, ensinavam os alunos a serem bons cidadãos.
P2	A atuação do processo de ensino era por meio de cartilhas, havia a disciplina de Moral e Cívica, transmitia bons princípios, valores.
P3	Gostava de explicar a matéria, pois a área de atuação era a Matemática. Usava então o método da exposição dos conteúdos, rígido, não admitia bagunça.
P4	Método de exposição de conteúdo, os alunos recebiam as cartilhas onde depois da explicação do professor, deveriam preencher as atividades. Havia muita disciplina em sala de aula. Por conta própria começou a alfabetizar por meio de rótulos, embalagens, o que era de conhecimento da realidade dos alunos. Essa técnica teve mais resultados do que era proposto nas formações.
P5	Primeiramente teve que estudar muito para poder lecionar, pois não tinha formação apropriada para assumir uma turma, mas não mediu esforços, estudou e aceitou o desafio. Era um professor que tinha facilidade em cativar os alunos, levava um violão para sala de aula, jogava bola com seus alunos. Este seu jeito cativou os alunos, facilitando o processo de ensino aprendizagem.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo.

A atuação do processo pedagógico em sala de aula para os professores se dava em sua grande maioria por métodos sistêmicos e tradicionais de ensino, onde a disciplina deveria existir, e existia, sendo louvável pelos professores, o que para estes era um bom espaço para lecionar. Uma professora afirmou que foi buscou outros meios de alfabetização, sendo contra o método imposto pela secretária municipal de educação de Toledo, que segundo ela não surtia tantos resultados.

Sem dúvida, um ponto que chama atenção, quando entrevistados, os professores lembram com nostalgia da disciplina de Moral e Cívica, o que para estes era uma disciplina que ainda deveria continuar existindo nas escolas de hoje. Contudo, esta formação inspira-se em uma filosofia político-social do país, onde pressupõe uma base de formação moral para a cidadania, condições necessárias para a democracia.

A nação, a pátria, a integração nacional, a tradição, a lei, o trabalho, os heróis: esses conceitos passaram a ser o centro dos programas da disciplina Educação Moral e Cívica, como também deviam “marcar” o trabalho de todas as outras áreas específicas e das atividades extraclasse com a participação dos professores e das famílias imbuídas dos mesmos ideais e responsabilidades cívicas. (FONSECA, 1993, p.37, 38).

Estes eram os conceitos que regiam a disciplina de Moral e Cívica nos espaços escolares do país.

**Quadro 4 – Houve dificuldades? Quais ?**

P1	Não houve dificuldades, existia muita disciplina.
P2	A maior dificuldade inicialmente foi o fato de não ter experiência para lecionar e serem turmas multisseriadas. Ela recebeu um convite de um padre, que na época era inspetor de ensino da prefeitura de Toledo, para dar aula em uma escola que estava fechada, ela aceitou. Mais tarde fez o Magistério e em 1964 fez o concurso para professora da cidade de Toledo.
P3	Não teve dificuldades para trabalhar com os alunos.
P4	A única dificuldade era a lotação das salas de aulas, onde havia crianças com necessidades especiais sem suporte algum.

P5	Lembra-se de um período em que os alunos pagavam uma taxa para os professores terem seus salários pagos, mais tarde os professores erma pagos por recursos municipais, mas a escola sempre estava realizando atividades para arrecadar fundos para pagar os demais funcionários da escola.
----	--

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo.

As dificuldades relatadas pelos professores em sua maioria, estão relacionadas a falta de formação inicial para atuarem em sala de aula, sendo inicialmente professores leigos, ocupando cargos vagos por outros professores, mas que durante o processo foram buscando formação.

Outro ponto relevante, também citado por alguns professores, o que acabou dificultando o processo de ensino aprendizagem, é a superlotação das salas de aula, com alunos especiais, sendo que esse professor não tinha apoio em sala.

## 5. Considerações Finais

Este artigo teve como objeto de estudo, realizar uma análise referente à consolidação do golpe militar, em todo seu processo ditatorial e a criação e aplicação das políticas educacionais no Brasil, buscando ter claros os motivos que alçaram a implementação da ditadura. Sob a justificativa da segurança do país, houve então a disputa do poder, onde a partir de 1964 sobre toda repressão, com discurso de ordem, o Brasil seguiu atendendo o interesse de uma determinada elite, a militar.

Nesta perspectiva, foi realizada a pesquisa de campo, estruturada em base de uma pesquisa qualitativa, com o intuito de analisar as redes das relações humanas no cenário da temática da Ditadura Militar, buscando compreender os direcionamentos do ensino no período militar.

A pesquisa obtida pela entrevista qualitativa foi capaz de fornecer uma compreensão das informações sobre o contexto da vivência dos docentes naquele período histórico. No entanto, podendo afirmar que todos os docentes entrevistados, expressaram sem titubear, que o período da Ditadura Militar, foi por eles um momento vivido como bom, e o mesmo deveria perdurar até os dias atuais, fazendo reinar a

ordem. Sem dúvida foi uma surpresa ouvir estas expressões ao longo das entrevistas com os professores.

Pode-se concluir que o objetivo desta pesquisa, o de analisar as políticas educacionais instauradas durante o Regime Militar, com suas influências no campo educacional brasileiro e a atuação dos professores no processo pedagógico foram atingidas. Sendo que esta pesquisa enriquece a área da educação na compreensão da vivência histórica educacional do país, bem como as memórias relatadas pelos docentes que atuaram naquele período.

Portanto, enquanto profissionais da educação, defende-se uma proposta de ensino que proporcione uma leitura crítica da realidade social e dos acontecimentos nela inseridos, numa visão histórica crítica. ¶

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm). Acesso em 21 maio de 2019.

BRASIL. **Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm). Acesso em 21 maio de 2019.

CARVALHO, C. O simpósio “A educação que nos convém: o Ipes e a ação político-ideológica da burguesia na década de 1960”. **Eccos Revista Científica**, vol. 9, n. 2, p. 369-385, jul./dez. 2007.

CLARK, J. U.; NASCIMENTO, M. N. M.; SILVA, R. A. A administração escolar no período do governo militar (1964-1984). **Revista Histedbr On-line**. N. especial, p. 124-139, ago./2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, S. G. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GERMANO, J. W. **Estado militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GHIRALDELLI, J. P. **História da Educação brasileira**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1987.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SILVA, A. C. R. de. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOARES, Gláucio e Maria Celina D'Araújo (org.s). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.



## **AS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA, A ESCOLA E A APRENDIZAGEM: ANÁLISE, IMPORTÂNCIA E DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO DE QUALIDADE**

Isabel Cristina Niedermayer<sup>1</sup>  
Lidiane Maciel Mufatto<sup>2</sup>  
Marileia de Bone<sup>3</sup>

**Resumo:** A relação da compreensão das diversas concepções de aprendizagem e desenvolvimento humano tem em si uma infinidade de teorias, mas esta se encontra interligada ao campo familiar e escolar. Instituições que delineiam o percurso formativo da aprendizagem dos alunos. Neste trabalho são apresentados alguns elementos teóricos de aspectos tanto positivos como negativos que nos proporcionam interrogar a prática relacional de família e escola, na perspectiva de análise qualitativa da formação dos alunos. A presente pesquisa foi desenvolvida na Instituição de Ensino na cidade de Cascavel, tendo como instrumento a coleta de dados, com professores e pais dos aprendizes. O aporte teórico fundamenta-se nos estudos de Cunha (2014), Libanêo (2012), Saviani (2000) e outros teóricos. Os resultados obtidos na pesquisa indicam que tanto os professores e os familiares dos aprendizes compreendem a importância da participação da família e da escola no caminho formativo de qualidade dos aprendizes.

**Palavras-chave:** Família. Escola. Participação. Aprendizagem. Educação. Formação.

### **1. Introdução**

A preocupação com a temática da pesquisa é repercussão de um olhar diante da realidade tão significativa da nossa sociedade, da percepção de um cuidado todo especial nessa relação família-escola na construção do processo formativo dos estudantes. Onde família e escola se destacam como instituições fundamentais para o caminho de formação do ser humano.

Essas duas instituições quando unidas por um único objetivo, o de auxiliar na efetivação da promoção humana, asseguram uma qualidade no processo educativo dos alunos. O artigo 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988, diz que a: “A

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Pedagogia- UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> ORIENTADORA: Mestra em Educação – UNIOESTE. Membro do grupo de pesquisa HISTEDOPR – História, sociedade e educação – Oeste do Paraná.

<sup>3</sup> ORIENTADORA: Pedagoga. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Professora Marileia de Bone – Centro Universitário UNIVEL.

educação, direito de todos e dever do Estado e da família, estas contribuem significativamente no processo educativo dos estudantes” (BRASIL, 2015).

A participação da família no processo de educação de seus filhos é de fundamental importância, algumas destas afirmativas estão amparadas por leis, uma delas pode ser verificada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Esta lei no artigo 53 assegura a criança e o adolescente o direito a educação, contemplando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparando-o para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Pretende-se com este trabalho analisar e trazer maior compreensão sobre a influência da relação entre família e escola na formação dos estudantes, considerando uma educação de qualidade, bem como os seus desafios existentes nessa realidade. Trabalho este que também tem o propósito de levantar um questionamento sobre a real contribuição da relação pais-escola na formação dos aprendizes.

## **2. Abordagem histórica: família e escola**

O ato educativo é especificamente um marco histórico-social, desde a época medieval até a era contemporânea, ela acompanha as mudanças de cada período histórico, a estrutura educacional agrega em si, as características de cada tempo histórico. Sobre tal fenômeno Melo afirma (2011, p. 11); “[...] fenômeno educativo como sendo humano e, portanto, como um fenômeno histórico-social, com repercussões no âmbito político, econômico, antropológico e psicológico. ”

O homem em sua relação com os demais estabelece diversas formas de comunicação, o ato de educar também este presente desde os primórdios. Junto à sociedade é importante compreender que o processo de interação do homem, se faz justamente nesse processo de humanização na troca recíproca de experiências. Melo (2011, p. 12) diz que a família, primeira célula da sociedade é quem primeiro possibilita tais experiências de socialização. O autor nos possibilita compreender esta relação mais específica do ato de educar. Melo afirma:

O processo educativo, portanto, é justamente a ação socialmente construída de transmissão dos conhecimentos de uma geração às demais que surgem

[...]. Educação é o processo humano, essencial para a perpetuação da humanidade e veículo de humanização. (MELO, 2011, p. 14)

E neste processo de humanizar educando os aprendizes, a escola e a família se mostram como agentes primordiais. Ao longo da história a concepção de educação trouxe características distintas daquilo que compreendemos como processo de humanizar, onde podemos analisar de acordo a visão de Nogueira (2006), que por muito tempo, e até hoje um pouco a educação, sendo entendida transmissão de ofício. De acordo com Nogueira (2006, p. 161): “Tendo se tornado quase impossível a transmissão direta dos ofícios dos pais pelos filhos, o processo de profissionalização passa cada vez mais por agências [...], a escola”.

Percebe-se a relação da família e da escola, estas encarregadas de transmitir o conhecimento para a criança mesmo que seja a fim de lhe garantir uma função para o mercado de trabalho, como se preconizava no período tecnicista. A matriz familiar se encontra em todos os períodos sociais, é nela que a criança tem seu contato inicial com o social, sendo uma mediadora dos padrões e influências no espaço em que o aprendiz está inserido.

De acordo com Melo:

Os momentos mais importantes no processo de socialização na sociedade se dão, a partir do nascimento, no seio da família. É ali, na chamada socialização primária que as crianças aprendem os valores básicos da vida social [...]. Outro processo de socialização é a escola, responsável por socializar os conhecimentos construídos pela sociedade que abrange um cabedal diverso e amplo [...], período escolar. (MELO, 2011, p. 73):

Portanto é neste contexto de socialização com o meio, que a família exerce primariamente a função educativa das crianças, sendo possível perceber as funções específicas desta em relação com a da escola. Mas é imprescindível compreender que a ambas se complementam, a escola como filamento de aprimoramento do conhecimento científico da educação recebida no seio familiar.

### **3. A relação família e escola no processo de aprendizagem na formação dos aprendizes**

O processo de aprendizagem de todo e qualquer ser humano, se dá inicialmente sob a influência da família, ela como promotora de incorporar culturalmente modelos de valores morais, crenças, religião e ideias, que estruturam a base da socialização com o meio. Papa Francisco a respeito da tarefa da família na educação diz:

A tarefa dos pais inclui uma educação da vontade e um desenvolvimento de hábitos bons e tendências afetivas para o bem. Implica que se apresentem como desejáveis os comportamentos a aprender e as tendências a fazer maturar. Mas trata-se sempre de um processo que vai da imperfeição para uma plenitude maior. O desejo de se adaptar à sociedade [...] (PAPA FRANCISCO, 2016 p. 218, N 264)

É notável diante das relações interpessoais no meio social perceber a preocupação de uma grande maioria das famílias em formar seus filhos para o bom convívio em sociedade. Estas disposições educativas, devem ser regadas em um ambiente de diálogo no cultivo da escuta e sensibilidade. Sendo a família a primeira escola para seus filhos, estes possuem inclinações maturadas na infância, ou seja a capacidade cognitiva de assimilação dos conceitos transmitidos pelos familiares. Sobre a interação do aprendiz com o meio em que vive, Cunha (2014, p. 51) contribui nessa abordagem afirmando que, “[...] a abordagem interacionista destaca a integração do indivíduo em um determinado meio cultural, abarcando a família, a escola e os grupos sociais”. Tal tarefa educativa deve interpelar o aprendiz a sentir o meio social como um ambiente que o forja paulatinamente a saber se construir por meio do convívio, e este é um ato educativo.

Cunha diante da abordagem interacionista diz:

É necessário que cada aluno insira-se em um determinado ambiente cultural para constituir-se como pessoa. O seu desenvolvimento condiciona-se a essa influência. Quanto maior for a interação, maiores serão as possibilidades de aprendizagem. A escola torna-se mediadora em toda essa caminhada. (CUNHA, 2014, p. 51)

O autor claramente expõem aquilo que é próprio da criança, o acesso a vários direitos fundamentais no desenvolvimento humano, e é garantido pela legislação

brasileira conforme dispõe a Constituição. (BRASIL, 2015), no artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, [...]”.

A educação como bem e direito fundamental na vida da criança é necessária que tenha uma participação direta dos pais na educação escolar dos seus filhos, para que esta se torne efetiva, e sobre tudo de qualidade, formando-o como um cidadão ativo no meio social. Assim, para que esta participação no processo de aprendizagem na vida dos aprendizes ocorra realmente é necessária uma harmonia na relação escola e família, desta forma será possível uma positiva influencia na formação dos aprendizes.

Sobre esta relação conjunta Saviani (2000, p.11) diz que, “consequentemente o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Afirmação que vem a contribuir na efetivação do estreitamento da relação família e escola como promotoras na construção da formação dos aprendizes.

A Lei de Diretrizes da Educação Nacional, nº 9.394/96 (BRASIL, 2017) no art. 1º afirma que a Educação abrange os processos formativos, inicialmente se desenrola na vida familiar, na convivência humana, na escola, etc. Percebe-se que o objetivo da educação é que cada um dos aprendizes no processo formativo se aproprie dos elementos constitutivos da humanidade, estes que são produtos coletivos e históricos.

No entanto sabe-se que nem sempre essa relação entre família e escola possibilita um caminho de formação prospero, e são várias as dificuldades encontradas neste percurso, as vezes demarcadas por confrontos. Patto afirma:

[...] muitas professoras e diretoras tendem a atribuir o baixo rendimento da escola à incapacidade dos alunos e ao desinteresse e desorganização de suas famílias. A principal forma de relação da escola com as famílias é a convocação dos pais [...] (PATTO, 2010, p. 292)

Constata-se que a realidade presente em muitos dos espaços escolares, se dá ao fato de não se ter abertura da equipe pedagógica para a comunidade escolar, onde não rara às vezes a família é vista como intrusa ou empecilho no processo educativo dos aprendizes. Diante dessa realidade é comum nos questionarmos, qual seria a

melhor maneira realizar uma bela parceria entre estas duas instituições educativas, onde o aprendiz possa sim ter uma formação de qualidade. Morin (2007, p.39), compreende “a educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais [...]”. É justamente esta atitude a ser exercida quando as dificuldades assolam o processo educativo, o de resolver os problemas existentes para que haja um bom andamento no caminho formativo dos aprendizes.

A gestão democrática é uma das mais belas possibilidades de atuação em conjunto tanto da escola, bem como da família. Libâneo, Oliveira e Toschi em relação a atuação em conjunto destacam:

Seja como for, o melhor meio de promover a gestão participativa é instaurar a prática da participação em um clima de confiança, transparência e respeito as pessoas. [...] consciência da necessidade da participação, é a prática que possibilita o alargamento dessa consciência e o sentido de a participação na construção [...]. (LIBÂNEO et al, 2012, p. 533)

Portanto o princípio participativo, promovido pelo diálogo entre ambas às partes, escola e família, efetiva significativamente qualidade de ensino na formação dos aprendizes. O desafio e também o objetivo tanto da escola como da família é o de educar os aprendizes, oferecendo possibilidades para o desenvolvimento humano em todos os âmbitos, para que este possa ter condições de se pôr frente às exigências do mundo contemporâneo.

### **3. Metodologia**

Este projeto estrutura-se em base de uma pesquisa qualitativa, com o intuito de analisar as relações entre família, à escola e a aprendizagem. Desta maneira a pesquisa qualitativa, se baseou em:

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento (MARCONI & LAKATOS, 2008, p. 269).

Em relação aos objetivos propostos neste artigo, o mesmo se deu através da pesquisa exploratória com o objetivo de proporcionar uma aproximação do problema proposto no artigo, almejando construir hipóteses e buscando compreensões (GIL, 2007).

No que se refere aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, por meio de um questionário, estruturado em perguntas, sendo estas abertas, fechadas e mistas. A pesquisa bibliográfica teve um cunho exploratório, utilizando como subsídios livros, artigos, sites que abordam as relações entre família, à escola e a aprendizagem: análise, importância e desafios para uma formação de qualidade.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa de campo segundo Fonseca (2002) refere-se às investigações realizadas por meio da coleta de dados, juntamente com as pessoas envolvidas nas investigações.

O questionário foi aplicado em uma escola municipal de Cascavel- PR, com a colaboração de quatro professores e duas famílias de crianças que frequentam a escola. O material coletado tornou possível a análise da relação entre família e escola, e suas influências no processo de aprendizagem dos educandos.

#### **4. Resultados**

Dessa forma, primeiramente foi realizada a análise dos resultados de quatro questionários respondidos por docentes que serão denominados como P1, P2, P3 e P4. Dessa forma, o primeiro questionamento foi referente à importância da participação da família na escola e seus benefícios, em que se obtiveram as seguintes respostas:



**Quadro 1** – Em sua opinião é importante à participação da família na escola? Quais são os principais benefícios ao aproveitamento escolar dos alunos trazidos pela participação dos pais?

P1	Sim. Frequência, cumprir prazos e datas, realização de tarefas, organização coletiva da escola, busca por pensar e resolver questões da instituição.
P2	Sim. Geralmente são alunos assíduos, responsáveis e comprometidos.
P3	Sim. Atenção, respeito com os colegas, desenvolvimento das atividades com concentração e organização.
P4	Sim. Respeito, organização, assiduidade na escola e realizações das tarefas de casa.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo.

Com unanimidade os docentes afirmaram que a relação entre família e escola é importante, e desta relação surgem diversos benefícios, culminando no progresso do processo de aprendizagem dos alunos.

Os mesmos docentes também disseram que existe uma forte relação entre a participação dos pais na escola e o desempenho dos alunos. A escola segundo Saviani (2012, p.133) “deve ser entendida como fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade [...]”, e este processo quando existe colaboração entre família e escola, faz com que os resultados sejam positivos, pois família e escola estão caminhando no mesmo sentido, em consonância. Porém, é necessário ainda por parte da direção e corpo docente, estimular uma maior participação dos pais na escola para o melhor aproveitamento escolar dos alunos.

**Quadro 2** – Em sua opinião, uma criança com pais participativos terá melhores resultados do que outra com pais indiferentes ao processo escola?

Quais são para você as evidencias disso?

P1	Sim. Estimula o aluno na aprendizagem, sabem que os pais se importam, sempre que os pais participam nas reuniões fica mais fácil de garantir os combinados coletivos.
P2	Sim. São alunos mais comprometidos com as atividades e tarefas de casa, comportamentos mais regrados.
P3	Sim. Atenção, concentração, organização, compreensão e desenvolvimento e realização das atividades em sala de aula, respeito e alegria da criança.
P4	Sim. A criança que tem os pais participativos é geralmente mais carinhosa organizada com seus materiais, possui horários de estudo e se dedica, pois sabe que os pais são presentes na escola.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo.

Todos os professores entrevistados relataram que pais participativos no processo escolar de seus filhos, demonstra um melhor resultado na aprendizagem, e é possível perceber que essas crianças sejam estimuladas por seus pais pela sua

postura que tem em sala de aula. E quando esta participa efetivamente os benefícios se tornam visíveis no processo de ensino aprendizagem, sendo que a criança sente-se valorizada, se adapta ao ambiente com mais facilidade, pelo fato de os pais transmitirem segurança.

Em um segundo momento foi realizada a análise dos resultados de dois questionários respondidos pelas famílias de alunos que serão denominados como F1 e F2. Dessa forma, o primeiro questionamento foi referente às atividades oferecidas na escola e em quais costumam participar, em que se obtiveram as seguintes respostas:

**Quadro 1** – Conhece as atividades oferecidas pela escola aos educandos? Em que atividades costumam trabalhar, espetáculos participar?

F1	Sim. Atividades de exposição de e palestras.
F2	Sim. Atividades de exposição de e palestras.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo.

Ambas as famílias entrevistadas afirmaram ter conhecimento das atividades que a escola oferece aos educandos, e que costumam participar dos eventos que ela proporciona a participação da família. Diante das atividades escolares das crianças as famílias participam de maneira direta nos momentos de apresentações (datas ou eventos comemorativos), participação que motiva as crianças vendo que sua família está presente, sendo assim valorizada e motivada. A instituição de ensino quando propõem reuniões informativas ou também de formação para as famílias, a maioria se dispõe a participar, mas existe uma boa parcela que não participa, deixando transparecer a falta de interesse.

As mesmas também responderam que costumam ir à escola semanalmente ou quando convocado para conversar sobre o processo de aprendizagem de seu filho.

**Quadro 2** – Tem conhecimento do Regulamento Interno da Escola? Em sua opinião, quais os motivos que dificultam a participação dos encarregados de educação na escola?

F1	Sim. Falta de interesse pela vida escolar do filho.
----	---

F2	Sim. Falta de interesse pela vida escolar do filho e considera que a escola deva resolver os problemas.
----	---

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo.

Um dado positivo sobre a participação da família com a escola foi o de perceber que as duas famílias entrevistadas têm conhecimento do Regulamento Interno da Escola, o que demonstra um total processo de participação da gestão democrática escolar e das atividades oferecidas pela instituição.

Questionadas sobre o motivo pelos quais as famílias não participam da vida escolar de seus filhos, estes responderam que o motivo maior é a falta de interesse, ou que a escola deva resolver os problemas, sem que estes sejam incomodados, pois é tarefa da escola.

Perguntados ainda sobre como avaliam a relação da escola com a família, afirmaram que esta relação é sem dúvida positiva. Sobre a participação da família na escola, Cunha (2014) destaca que o papel da família na escola é fundamental, mas antes de tudo é necessário haver uma inclusão familiar, onde os gestores permitam a participação efetiva da família na escola.

## 5. Considerações Finais

Conclui-se que ao longo deste trabalho foram apresentadas concepções e análises de um desafio latente do processo educacional, a relação de família e escola no processo de aprendizagem dos educandos. Uma realidade a ser considerada e refletida para que possa compreender os mecanismos que potencializam ou não na colaboração da educação de qualidade

Em relação ao ato de educar sempre esteve presente na vida do ser humano, a primeira etapa desse processo educativo se desenvolve no seio familiar, onde o sujeito traça os primeiros passos de construção de si. Isso se dá por meio da transmissão de valores, normas, atitudes, é possível pela mediação cultural do meio em que se vive.

A família com primeira instituição incumbida na tarefa de educar encontra suporte em outra instituição para o complemento do processo educativo, a escola. A

escola sendo o espaço em que promove no sujeito o desenvolvimento das habilidades cognitivas, por meio da interação e valorização da individualidade.

Diante da realização da pesquisa de campo por intermédio do questionário foi possível perceber a necessidade de que a escola e a família sejam interligadas por um filamento construído na confiança, estabelecendo uma comunicação eficaz. Cunha diante dessa relação família e escola destacam:

[...] abordar o papel da família e da escola na educação. [...] não se pode falar de inclusão escolar se não houver, primeiramente, inclusão familiar. Não há como afirmar a existência de uma inclusão social, se ela, de fato, não ocorrer na família e na escola. (CUNHA, 2014, p.125)

Um dos maiores desafios encontrados na perspectiva de uma educação de qualidade dos educandos é justamente esse diálogo participativo de ambas as instituições educativas. Sendo que, realmente se concretize um caminho de parceria é necessário a efetivação do trabalho conjunto de ambas as partes, onde esta proporcionará resultados positivos no processo de ensino aprendizagem dos educandos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 02 set. 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996

CUNHA, A. Eugênio. **Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade**. 4 ed. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2014

ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ministério da Educação, Brasília, 2005.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica pós-sinodal Amoris Laetitia**. 1 ed. São Paulo. Paulinas, 2016

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



LIBÂNEO, J. J. et al. **Educação Escolar; políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo. Cortez, 2012

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, A. **Fundamentos socioculturais da educação**. 1. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. 12. ed. São Paulo. Cortez, 2007

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e Escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação e Realidade**, p.155-170, jul. 2006. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rer/v31n02/v31n02a10.pdf>>. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

PATTO, M. H. S. **Introdução à psicologia escolar**. 4. ed. São Paulo. Casapsi Livraria e Editora Ltda, 2010

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico – crítica: primeiras aproximações**. 7. ed. Campinas. Autores Associados, 2000.

## **EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA ATUAÇÃO DOCENTE NA PRÉ-ESCOLA I DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CASCAVEL/PR**

Géssica Larissa Carvalho Ribeiro<sup>1</sup>  
Gislaine Buraki de Andrade<sup>2</sup>

**Resumo:** Com a finalidade de investigar a atuação do Professor na pré-escola I, o presente artigo apresenta uma pesquisa realizada sobre a influência da atuação do professor no desenvolvimento dos alunos e quais as metodologias utilizadas por este profissional que contribuem significativamente para o processo de ensino aprendido do aluno. O trabalho apresenta os documentos que orientam esta prática pedagógica, tais como o Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel da Educação: Volume I - Educação Infantil e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil. Para realização do estudo, foi utilizada a abordagem qualitativa, realizada concomitantemente com as pesquisas exploratória, descritiva, bibliográfica, documental e de campo. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas com dois professores que atuam na pré-escola I na Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel. Para amparar teoricamente a pesquisa e análise dos dados, foi realizada a leitura de diversos autores da Educação Infantil, entre eles Cartaxo (2013), Oliveira (2008) e Garms (2005). Os resultados alcançados indicam que os professores fazem uso da ludicidade em suas metodologias, que se orientam pelo Currículo de Cascavel (2008) e que existe certa incompreensão por parte das famílias sobre a função do Professor nas turmas de pré-escola I. O presente artigo oportunizará a pais, professores e demais interessados conhecer como é a atuação docente, em quais documentos está fundamentada e descrever brevemente como é a rotina escolar, salientando a importância deste profissional na regência de turma na pré-escola I.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Pré-escola I. Professor. Atuação Docente.

### **1. Introdução**

A história da educação no Brasil mostra como as influências políticas, econômicas e do modelo de sociedade vigente, interferem na organização no âmbito educacional, interferindo diretamente na atuação docente. Sendo necessário refletir sobre sua atuação, metodologias utilizadas, pois existe a necessidade de mediação do Professor sobre os conteúdos curriculares, científicos e sistematizados.

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, nela existe a relação intrínseca entre cuidar e educar, com a finalidade do desenvolvimento integral do aluno, conforme preconiza a LDB nº 9.394/1996. A atuação do Professor na

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Pedagogia – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> Professora Mestre do Curso de Pedagogia da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

Educação Infantil é importante para o aprendizado e desenvolvimento dos alunos, pois ele atua como mediador, promovendo experiências e aprendizado. Desta forma, questiona-se como a atuação docente influencia no desenvolvimento do aluno da pré-escola I? Quais as metodologias utilizadas que contribuem significativamente para o aprendizado científico da criança da pré-escola I?

O presente artigo busca proporcionar a compreensão da importância da atuação do Professor na Educação Infantil, voltado para o desenvolvimento integral do aluno nas turmas de pré-escola I, as metodologias utilizadas que mais contribuem para o desenvolvimento do aluno, analisando o trabalho docente a partir dos pressupostos da legislação vigente e pesquisadores da educação, buscando identificar quais as dificuldades na atuação do Professor na Educação Infantil.

## **2. Contexto Histórico da Educação Infantil no Brasil**

De acordo com Oliveira (2011) até meados do século XIX praticamente não existia creches ou parques infantis no Brasil, a situação mudou a partir da segunda metade do século XIX, quando houve a abolição da escravidão, a mudança da zona rural para a urbana e a proclamação da República. No final do século XIX o Movimento da Escola Nova passou a influenciar a concepção de educação no Brasil, sendo o jardim de infância recebido por alguns setores sociais para atendimento da educação infantil, a partir da finalidade de desenvolver as linguagens infantis.

Segundo Cartaxo (2013), em 1923 foi criada a primeira regulamentação sobre o trabalho da mulher, as reivindicações das operárias foram atendidas pelo Estado, então passou a criar creches, escolas maternas e parques infantis. Neste sentido, para Belther (2017, p.37) “[...] a existência de creches e demais instituições educacionais está pautada principalmente no caráter assistencialista, uma espécie de favor prestado as famílias sem boas condições econômicas”.

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde (ANDRADE, 2010) e em 1932 surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que defendia a educação como função pública, uma escola única e a coeducação de meninos e meninas, a



necessidade de um ensino ativo nas salas de aula e de o ensino ser laico, gratuito e obrigatório (OLIVEIRA, 2011).

Na década de 1980, o Brasil passou por uma redemocratização, sendo promulgada em 1988 a Constituição da República Federativa do Brasil, que referente a criança, “[...] reconhece o seu direito de ser atendida em creches e pré-escolas, vinculando o atendimento à área educacional e não só à assistencialista” (CARTAXO, 2013, p.47).

Em 1996, foi criada a nova LDB nº 9.394/1996, a qual estabelece formas de atendimento às crianças de até 6 anos, que atualmente está dividido em atendimento de crianças de 0 a 3 anos em creches e de 4 a 6 anos em pré-escolas, este documento considera a criança como um sujeito integral.

Apenas em 1998, foi divulgado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), com objetivo de orientar o trabalho pedagógico das creches e pré-escolas, destacando a importância da roda de histórias; oficinas de pintura e música; atividades que ensinem cuidados com o corpo e atividades variadas de acordo com a escolha das crianças (BELTHER, 2017).

As mudanças no cenário político, interesses capitalistas e lutas sociais que ocorreram até o presente momento, possibilitou à Educação Infantil alcançar a regulamentação, obrigatoriedade e organização vigente atualmente, tais mudanças sobre o conceito de educar as crianças, proporcionaram alterações na concepção de criança e infância, antes as crianças eram vistas como adultos em miniatura e atualmente de acordo com as DCNEIs (2010) a criança é um “Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva [...]” (BRASIL, 2010, p.12).

### **3 O planejamento educacional na Educação Infantil: A ludicidade como metodologia**

O conceito de atividade lúdica é ser uma atuação ou animação que tem como finalidade proporcionar prazer em quem a pratica. Ela pode ser uma brincadeira, um jogo ou qualquer outra atividade que proporcione interação. As atividades lúdicas

apresentam contribuições, tais como: assimilação de valores, aquisição de comportamentos, desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento, aprimoramento de habilidades e socialização.

Contudo, muitas vezes o brincar é utilizado apenas como recreação e não como um processo de aprendizagem, deixando de refletir e atuar com ferramentas lúdicas planejadas e intencionais. De acordo com Lima (2005), o Professor deve conhecer as concepções de criança e educação, e o potencial de desenvolvimento e aprendizagem que está nas brincadeiras. Para ela, o papel do Professor é “[...] estruturar o espaço, o tempo, os conteúdos e os argumentos da atividade lúdica, intervindo **intencionalmente**, oferecendo material adequado, ampliando a cultura lúdica e enriquecendo as competências imaginativas do educando” (LIMA, 2005, p.177, grifo nosso).

Segundo as DCNEIs (2010), a brincadeira é uma prática pedagógica que compõem a proposta curricular da Educação Infantil e a destacam como atividade importante no desenvolvimento nesta fase da vida humana.

No Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel da Educação: Volume I - Educação Infantil (2008) é especificado no tópico 1.3-Concepção e periodização do desenvolvimento infantil (0 a 5 anos), sobre o desenvolvimento infantil, ressaltando que durante a fase entre 3 e 6 anos, a brincadeira de papéis sociais é a atividade principal que mais desenvolve a criança, este sugere que os jogos e brincadeiras devem ser utilizados em todas disciplinas.

#### **4 A atuação do Professor na pré-escola I: planejamento, possibilidades e desafios**

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e sua finalidade é o desenvolvimento integral da criança. É oportuno destacar, que Professor e aluno são sujeitos do processo de ensino aprendizagem, cabendo ao docente a responsabilidade pela orientação, organização, sistematização do ensino e aprendizagem, partindo da definição dos objetivos e ações pedagógicas (GARMS, 2005).

O Manual dos Cargos (CASCAVEL, 2012), apresenta o descritivo das atribuições do cargo do Professor de educação infantil descrevendo que o mesmo deve promover atividades e práticas pedagógicas visando o desenvolvimento cognitivo, entretenimento, interação social e desenvolvimento pessoal das crianças, também deve executar atividades recreativas, promover atividades lúdicas, estimulantes à participação e integração interpessoal do aluno.

Segundo Jesus e Germano (2013) o planejamento na educação infantil é uma atividade contínua, pois o Professor não só escolhe os conteúdos a serem trabalhados, mas também faz um processo de acompanhamento e diagnóstico dos avanços e dificuldades da turma, considerando as especificidades de cada criança.

Ao executar o seu planejamento, o Professor de educação infantil precisa compreender a organização da Proposta Pedagógica Curricular, ou seja, direcionar a organização do planejamento educacional sobre os conteúdos, objetivos, avaliação, método e concepção teórica da Rede Escolar.

Desta forma, destacamos que o trabalho do Professor de educação infantil na Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel deve compreender os descritivos na Lei Municipal nº 6.445/2015 – Plano de Cargos, Carreira e Salários; os documentos nacionais (DCNEIs e RCNEIs), o Currículo para a Rede Pública Municipal (2008), além de alinhar e estudar a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017)<sup>3</sup>.

Segundo Belther (2017) a BNCC apresenta três princípios básicos para possibilitar a didática na educação infantil: a ludicidade; continuidade, que trata a realidade fragmentada da criança, e por último, a significatividade, esta deve surgir das experiências do sujeito, e não de alguma forma de transmissão à ele, apresentando a importância do Professor e de sua mediação sobre o planejamento contemplando, em especial, novas experiências e oportunidades de aprendizagem.

Os desafios enfrentados pelo Professor que atua na educação infantil podem ser muitos, conforme evidencia Santos (2005) a sociedade, muitas vezes, espera que

---

<sup>3</sup> A Base Nacional Comum Curricular é um documento a nível nacional promulgado em 2017, que descreve e orienta as propostas pedagógicas curriculares, em relação a organização dos conteúdos por meio de áreas e campos de conhecimento. Atualmente a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel encontra-se em processo de estudo, análise e alinhamento do Currículo do Município com a BNCC, estando previsto sua finalização e aprovação em 2020.

o desempenho desse profissional seja parecido com o da mãe no espaço familiar, gerando uma grande dificuldade para compreensão da finalidade e do papel deste profissional, sendo essencial desvelar o caráter profissional que reveste o trabalho do Professor de educação infantil.

### 3. Metodologia

Para concretização dos objetivos propostos e análise do problema de pesquisa, foi realizada a pesquisa qualitativa, que é utilizada para descrever com profundidade o objeto de estudo, suas principais características é a organização dos dados que são levantados e analisados a partir da fundamentação teórica sobre a temática pesquisada. Assim, os estudos buscam a compreensão do objeto e a influência do pesquisador é considerada fundamental na organização do trabalho (MASCARENHAS, 2012).

Como instrumento de coleta de dados foi realizada entrevista contou com dez questões abertas. Para analisar os dados, a pesquisadora transcreveu as respostas das participantes, identificando a frequência dos conceitos abordados, buscando responder os problemas e objetivos da pesquisa, que questionam como a atuação docente influencia no desenvolvimento do aluno da pré-escola I e quais metodologias utilizadas contribuem significativamente para o aprendizado científico da criança da pré-escola I.

### 4. Resultados

**Quadro 1** – Quais metodologias você utiliza com maior frequência em suas aulas?

P1	Músicas, histórias para dar introdução ao conteúdo, questões relacionadas ao desenvolvimento com a coordenação motora dos alunos.
P2	Várias metodologias, a prática, teoria. Como as crianças não escrevem ainda, o conteúdo é geralmente passado por meio da oralidade, por forma de histórias, escrevendo o nome, algumas palavras no quadro ou com a massinha.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo.

Desta forma, compreendemos que o trabalho desenvolvido a partir do Currículo (2008) possibilita no planejamento o uso de diferentes metodologias, pois de acordo com este documento o Professor de educação infantil deve planejar encaminhamentos pedagógicos adequados ao conteúdo e ao contexto, organizando sua ação de forma articulada com os conhecimentos acumulados pelos alunos com novos conceitos científicos.

**Quadro 2 – Considera a ludicidade importante no processo de ensino aprendizagem? Justifique.**

P1	Extremamente importante, ainda mais nessa etapa, pois quando se parte do abstrato dificilmente eles conseguiriam entender, então sempre tem que ser a partir do lúdico, as vezes tento levar para a abstração, mas para o desenvolvimento tem que ser com o lúdico mesmo.
P2	Muito importante, pois com o lúdico a criança grava melhor, utilizando músicas, cantigas de roda, até na organização da fila, estou ensinando. Com o lúdico eles vão fixar melhor, do que se fosse só a teoria.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo.

Em relação a metodologia, questionamos sobre a ludicidade no desenvolvimento das aulas, conforme Quadro 2, a P1 apresentou que é essencial para o aluno realizar a abstração dos conteúdos e a P2 pontuou que é muito importante, salientando que com o lúdico “vão fixar melhor”. De acordo com Lima (2005) a espécie humana não fixa biologicamente as aquisições sociais historicamente construídas, é necessário a mediação. O homem adquire capacidades humanas no interior das práticas sociais, em estreita relação e comunicação com as outras pessoas, o que permite a internalização da produção cultural e social.

O autor também destaca que a brincadeira é uma forma de expressão e apropriação do mundo das relações, das atividades e dos papéis dos adultos. A criança, por meio de atividades lúdicas atua nas diferentes esferas humanas, reelaborando sentimentos, conhecimentos, significados e atitudes.

Ao relacionar a fala da P1 e P2 com Currículo (2008), constatamos que a prática pedagógica referente ao lúdico está de acordo com o documento, pois segundo este, o professor deverá estimular, propor e ensinar a representar através do trabalho com exploração de imagens, massinha de modelar, entre outros. Também desenvolverá atividades lúdicas como teatro, cantigas, por meio da brincadeira de papéis sociais, que favorecerá a percepção, apropriação e representação do seu espaço.

Para analisarmos as principais dificuldades encontradas na atuação do Professor de educação infantil, realizamos o questionamento abaixo:

**Quadro 3** – Quais as dificuldades encontradas em sua atuação como Professora regente de uma turma de Pré I?

P1	Na idade dos alunos, eles querem brincar muito, em momentos que o professor quer atenção, muitas vezes não tem. Os resultados não são imediatos, demora mais pra vê-los. Mesmo a escola tendo materiais disponíveis, sempre é necessário comprar algum item para usar na aula.
P2	Manter a ordem, o silêncio, pois eles são muito agitados, é difícil conseguir a atenção deles. Pela idade deles, alguns deles ainda não entendem o porquê estão na escola.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo.

Assim, salientamos que a função social da escola deve ser construída coletivamente entre a família e a escola, de modo a contribuir no processo de ensino aprendizagem e na compreensão do trabalho educacional desenvolvido pelo Professor de educação infantil.

Ressaltamos que a função psicológica superior denominada atenção, é essencial para dar prosseguimento e desenvolvimento nas crianças, como são alunos de 3 a 4 anos, o Professor deve ter cuidado e acompanhar em suas atividades pedagógicas o processo para a disciplina, sem fragmentar ou reproduzir apenas práticas tradicionais<sup>4</sup>, conforme Arce *apud* Cascavel (2008, p. 33) é importante brincadeiras que além da atividade intelectual exige o controle progressivo sobre seus movimentos, sendo um ato intencional do professor. Sobre a importância de sua atuação e contribuições para o desenvolvimento do aluno, observamos as respostas no Quadro 4, abaixo:

**Quadro 4** – Você considera que sua atuação interfere no desenvolvimento do aluno? Qual o seu papel na Educação Infantil?

P1	Sim, pois seu somente der uma peça e não orientá-lo, ele pode desenvolver a coordenação motora, a psicomotricidade, mas não desenvolverá outra área, então a minha interferência pode a desenvolver alguma área específica, aprender determinado conteúdo, então esse direcionamento faz a diferença.
P2	Sim, principalmente a atuação do Professor regente, por causa da rotina estabelecida com a turma.

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa de campo.

<sup>4</sup> Práticas tradicionais referem-se apenas ao ato de manter a disciplina, sem considerar o desenvolvimento do aluno e suas especificidades no processo de ensino aprendizagem.

Em sua prática, o Professor deve ter a intencionalidade de socializar o conhecimento, conforme define o Currículo “O professor da escola de educação infantil objetiva, assim, em sua prática pedagógica, a garantia da socialização dos conhecimentos científicos, artísticos, culturais e filosóficos constituintes do patrimônio humano” (CASCAVEL, 2008, p.35).

Na questão número 10, foram questionados “Como as famílias compreendem a sua atuação na Educação Infantil?”, a P1 respondeu que:

Na minha turma, as famílias acham muito importante, sempre falam que estão vendo o desenvolvimento das crianças na escola, percebem o papel da escola, do Professor. Com a família participando, a criança desenvolve melhor, então a presença deles também é importante. Em relação ao cuidar e educar, no início do ano os pais cobravam muitas coisas, porém com decorrer do semestre, as reuniões, eles entenderam que existe o cuidar, mas que o papel primordial da escola é o ensinar. A criança da educação infantil necessita desse cuidado, mas nem tudo é responsabilidade da escola e aos poucos os pais entenderam o que cabe a escola o que não cabe (P1, dados coletados pela pesquisadora, 2019).

Percebemos que conforme apontou a Professora P1, o cuidar e educar devem estar intrínsecos em sua atuação profissional. Segundo Belther (2017), as crianças pequenas exigem uma prática pedagógica diferenciada, que seja capaz de explorar a diversidade de tarefas, começando nos cuidados e indo até o nível da socialização e do desenvolvimento de práticas lúdicas, que promovam interações.

A P2, em relação ao mesmo questionamento, apontou que:

Algumas famílias acham que o Professor tem que ser babá, exigem apenas o cuidado, alguns pais dizem que nós temos que cuidar do filho deles, e não, nós temos que ensinar e no ensinar nós já estamos cuidando, não temos que fazer assistencialismo. Muitos pais acham que a escola tem que ensinar até os modos, como “por favor, com licença”, coisas que devem ser ensinadas em casa, mas as crianças não vem com esse aprendizado, estão vindo bem difíceis e agora como professores temos que ensinar até os modos básicos, que deveriam ser ensinados pelos pais (P2, dados coletados pela pesquisadora, 2019)

Desta forma, analisamos a resposta da professora P2, e observamos que a mesma apresenta que a família muitas vezes compreende o trabalho do Professor como uma extensão da casa, atribuindo a função apenas ao cuidar, sem respaldar os



ensinamentos dos conteúdos e atribuindo ao professor o papel assistencialista e do ensinamento de valores.

Para Santos (2005, p.91) existe “[...] uma dificuldade de compreensão, no âmbito da instituição de educação infantil na sociedade em geral, do caráter profissional que reveste o trabalho da educadora infantil”. Assim, percebemos a importância de ações a serem desenvolvidas em termos de palestras e divulgação do trabalho desenvolvido pelos professores.

## 5. Considerações Finais

O presente artigo proporcionou à pesquisadora conhecer a prática pedagógica do Professor de Educação Infantil que atua na pré-escola I, destacando que por meio de uma atuação intencionada, organizada e sistematizada, as práticas pedagógicas utilizadas pelo Professor nesta etapa, promovem a aprendizagem e desenvolvimento da criança.

A atuação do Professor de pré-escola I tem como objetivo a formação integral da criança, buscando desenvolver habilidades e ensino de conteúdos científicos. No processo e ensino aprendizagem nessa etapa, é necessário o uso de metodologias lúdicas, como as cantigas, músicas, contos, jogos e brincadeiras. Sendo a ludicidade essencial no processo de ensino aprendizagem, tendo sua importância reconhecida em documentos como as DCNEIs (2010) e Currículo de Cascavel (2008).

Além da preocupação do ensino de conteúdos científicos, o Professor de Educação Infantil possui como atribuição o cuidar articulado ao ensino, conforme os dados coletados apresentaram, muitas vezes a família não compreende o trabalho do Professor nas turmas de pré-escola I, preocupando-se apenas com o cuidado com a criança, sendo importante a realização de reuniões e apresentação do trabalho desenvolvido, para compreenderem a atuação do Professor na Educação Infantil.

Conhecer a atuação do Professor nesta etapa, destaca a importância de profissionais qualificados e com formação adequada, pois iniciar o processo de escolarização da criança na pré-escola vai além do ensino tradicional, não se resume simplesmente ao brincar e ao cuidar, mas sim na atuação de um profissional que

reconhece a relação intrínseca entre o cuidar e o educar, e a necessidade de utilização de metodologias lúdicas em sua prática pedagógica, visando a aprendizagem e desenvolvimento da criança.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, L.B.P. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-08.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

BELTHER, J.M. **Educação Infantil**: Formação e Responsabilidade. *In*: BELTHER (org.). São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional**. Brasília, DF. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_idbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_idbn1.pdf). Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Infantil**. Brasília, DF, 2010. 40 P. Disponível em: <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/diretrizes-curriculares-para-a-e-i.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2019.

CASCABEL. Secretaria Municipal De Educação. **Currículo Para A Rede Pública Municipal De Ensino De Cascavel Da Educação**: Educação Infantil. Cascavel, PR: Ed. Progressiva, 2008.

CASCABEL. **Manual dos Cargos**. Decreto nº 10.521, promulgado em 23 de abril de 2012.

CARTAXO, S.R.M. **Pressupostos Da Educação Infantil**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

GARMS, G.M.Z. Trabalho Diversificado No Cotidiano Da Educação Infantil: algumas reflexões teóricas necessárias à sua aplicação. *In*: GUIMARÃES, C.M (org.). **Perspectiva Para Educação Infantil**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2005.

JESUS, D.A.D; GERMANO, J. **A importância do planejamento educacional na educação infantil**. *In*: II JORNADA DE DIDÁTICA E I SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CEMAD, 2., 2013, Londrina. **Anais...**Londrina: UEL, 2014. p. 29-40. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/II%20Jornada%20de%20Didatica%20e%20I%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD%20Docencia%20na%20educacao%20Superior%20caminhos%20para%20uma%20praxis%20transformadora/A%20IMPORTANCIA%20DO%20PLANEJAMENTO%20E%20DA%20ROTINA%20NA%20EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



LIMA, J.M. A Brincadeira Na Teoria Histórico-Cultural: De Prescindível A Exigência Na Educação Infantil. *In*: GUIMARÃES, C.M (org.). **Perspectivas Para Educação Infantil**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2005.

OLIVEIRA, Z.M.R. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MASCARENHAS, S. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education Do Brasil, 2012.

SANTOS, M.O.V. dos. A identidade da Profissional de Educação Infantil. *In*: GUIMARÃES, C.M (org.). **Perspectiva Para Educação Infantil**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2005.

## **O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR PARA AS METODOLOGIAS DE ENSINO EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE CASCAVEL - PR**

Francielle Boeno Rodrigues Mudri<sup>1</sup>  
Sueli Gedoz<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo refere-se a um estudo sobre o processo de alfabetização e letramento no 2º ano do Ensino Fundamental na Educação do Campo com um olhar para as metodologias de Ensino utilizadas em sala de aula pelo docente. O problema discutido nesta pesquisa questiona qual o conhecimento desses docentes frente ao contexto social em que o educando está inserido. Buscou-se como objetivo analisar quais estratégias metodológicas o docente alfabetizador utiliza em sala de aula frente à realidade educacional e social dos educandos. A pesquisa nessa área justifica-se pela necessidade de entender o processo de alfabetização e letramento na Educação do Campo, por esse motivo buscou-se investigar sobre as metodologias utilizadas pelo docente nessa modalidade de ensino. A metodologia ampara-se em uma pesquisa qualitativa, explicativa, bibliográfica, de campo e estudo de caso em uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais em uma Escola Pública Municipal de Cascavel/PR. O aporte teórico dialoga com Soares (2012-2013), Currículo de Cascavel (2008) Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) Constituição Federal (1988). Os resultados revelam que os professores alfabetizadores da Educação do Campo necessitam de mais respaldo pedagógicos e políticos para assim desenvolverem suas metodologias de ensino com maior qualidade.

**Palavras-chave:** Metodologia. Educação do Campo. Alfabetização.

### **1. Introdução**

O processo de alfabetização e letramento na Educação do Campo está ligado a diversos fatores relacionados ao ambiente escolar um deles é como o professor alfabetizador desenvolve suas metodologias em sala de aula. Há também outros fatores que implicam nesse processo que é o ambiente familiar social e cultural que o educando está inserido. A Educação do Campo é hoje uma modalidade que apresenta especificidades em seu contexto social e, diante dessa realidade, há uma necessidade de melhores políticas públicas direcionadas à Educação do Campo.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura, da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> ORIENTADORA: Professora Doutora Sueli Gedoz, Professora do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

As metodologias utilizadas na Educação do Campo devem ser pautadas no contexto social em que a criança está inserida, assim poderá ocorrer o desenvolvimento integral da criança observando-se as especificidades dessa modalidade e um crescimento no conhecimento sobre o ambiente em que a criança vive.

Diante desse contexto, o presente artigo delimita-se a um estudo sobre o processo de alfabetização e letramento no 2º ano do Ensino Fundamental, lançando uma olhar mais específico às metodologias de ensino utilizadas pelo professor em sala de aula em uma escola Pública Municipal de Cascavel- PR que atende alunos do campo.

O interesse pela referida pesquisa deu-se pela experiência teórica vivenciada no curso de Pedagogia, no Centro Universitário Univel, e também pelo contato com a realidade desses professores e alunos por meio de leituras e aulas relacionadas à Educação do Campo e ao processo de alfabetização e letramento, sendo que todas essas experiências a pesquisadora vivenciou na graduação.

Para organizar a parte metodológica, a pesquisa foi realizada por meio de um trabalho qualitativo e explicativo. No que se refere aos procedimentos técnicos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e o estudo de caso.

Este artigo apresenta em sua primeira a caracterização da Educação do Campo. Em seguida traz brevemente os conceitos de alfabetização e letramento. Logo depois relata sobre a alfabetização e letramento na educação do campo. Na sequência apresenta os encaminhamentos metodológicos condizentes com a educação do campo. Por fim na parte final deste artigo encontra-se a metodologia do trabalho e os resultados obtidos na pesquisa de campo.

## **2. Caracterização da Educação do Campo**

A Educação do Campo passou a ser pensada a partir da Revolução Industrial (a partir de 1760). Com a migração dos camponeses para os centros urbanos e a necessidade da elite agrária da permanência dessas pessoas no meio rural para o desenvolvimento das atividades manuais, a educação rural começou a ser pensada,

mas não com a importância que deveria. Deste modo quando se pensava em educação, não pensava-se no sujeito do campo mas sim no desenvolvimento econômico do país. Assim no Brasil, temos a Constituição Federal de 1988 que regulamenta a educação como direito de todos, conforme o Artigo 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Contudo, a educação era vista no geral pela Constituição Federal e não atendia as especificidades advindas do campo, logo a educação favorecia alguns e desfavorecia outros. Com o passar dos anos e por meio dos movimentos sociais foi que a Educação do Campo volta a ser um tema discutido nas políticas públicas de nosso país, uma vez que esta parcela da população estava ganhando força, conquistando seu espaço, assim a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9394/96, estabeleceu a educação dos sujeitos que vivem na zona rural:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

A Educação do Campo começa a ser vista em seu contexto social, com suas especificidades e começa a ser entendida com naturalidade, assim faz se necessário pensar em ações pedagógicas que contribuam para o entendimento dos professores em relação a identidade da Educação do Campo.

### **3 Alfabetização e letramento: conceitos gerais**

Alfabetização e letramento são dois processos diferentes, com suas especificidades, mas que se complementam sendo inseparáveis e ambos indispensáveis para o processo de decodificação e codificação do sistema de escrita

e leitura, assim o educando deve ser capaz de desenvolver capacidades linguísticas de ler e escrever, falar e ouvir, para Soares (2012):

Sem dúvida, a alfabetização é um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito. Não consideraria “alfabetizada” uma pessoa que fosse apenas capaz de decodificar símbolos visuais e sonoros, “lendo”, por exemplo, sílabas ou palavras isoladas, como também não se considerariam “alfabetizada” uma pessoa incapaz de, por exemplo, usar adequadamente o sistema ortográfico de uma língua, ao expressar-se por exemplo. (SOARES, 2012, p. 16)

O letramento é fruto de dúvidas de muitos sujeitos visto que muitos confundem o ser letrado com o alfabetizado, pois nem sempre ser alfabetizado significa ser letrado e vice e versa, assim Soares define o conceito de letramento. Nesta perspectiva entende-se que ser letrado é quando o sujeito faz o uso das práticas de leitura e escrita e por meio de práticas sociais presentes em todas as esferas sociais. Soares (2012) aponta a diferença entre alfabetização e letramento:

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em um estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente as demandas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 2012, p.39-40)

Neste contexto a autora deixa claro que nem sempre um sujeito letrado deve ser alfabetizado, que essas práticas devem andar juntas para proporcionar ao educando melhor qualidade na educação em seus diversos contextos educacionais seja ela na zona rural ou urbana, a alfabetização e o letramento deve acontecer sempre de acordo com as especificidades de cada local onde a instituição de ensino está inserida.

#### **4 Alfabetização e letramento na Educação do Campo**

É necessário que a criança da zona rural saiba fazer uso da leitura e escrita por meio de práticas sociais, o professor deve trabalhar a alfabetização e letramento de acordo com a realidade do educando por meio de rótulos, livros, TV, celular com materiais que estejam acessíveis a esses sujeitos uma vez que estes também



possuem uma bagagem cultural, a qual não deve ser deixada de lado pelo professor. Assim o Decreto Federal n. 7.352 de 2010 discorre sobre os princípios da Educação do Campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho. (BRASIL, 2010)

Nesta perspectiva infere-se a importância da escola do campo, sendo responsável pelo desenvolvimento social do educando em todos os aspectos, em articulação com o mundo do trabalho, para que esta educação seja de qualidade faz se necessário formações continuadas específicas para as escolas do campo.

## **5 Encaminhamentos metodológicos condizentes com a educação do campo**

Os encaminhamentos metodológicos no processo de alfabetização e letramento da Educação do Campo devem acontecer de acordo com o contexto do campo para isso são necessárias ações pedagógicas voltadas a este público, para que assim possibilite o desenvolvimento da capacidade de utilização da escrita e leitura, a utilização do sistema ortográfico e a compreensão da função social da leitura e da escrita. Assim o documento aponta que:

O processo de alfabetização deve propiciar ao aluno a compreensão, a análise e a reflexão acerca da língua; assimilando-a por intermédio de produções textuais, bem como por meio de exercícios de análise linguística, que promovam o conhecimento dos aspectos gramaticais que a compõem. (CASCAVEL, 2008, p. 336)

É necessário que a criança da zona rural saiba fazer uso da leitura e escrita por meio de práticas sociais, o professor deve trabalhar a alfabetização e letramento de acordo com a realidade do educando por meio de rótulos, livros, TV, celular com materiais que estejam acessíveis a esses sujeitos uma vez que estes também possuem uma bagagem cultural, a qual não deve ser deixada de lado pelo professor.

Assim o Decreto Federal n. 7.352 de 2010 discorre sobre os princípios da Educação do Campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho. (BRASIL, 2010)

Para que o discente consiga desenvolver a oralidade, leitura e escrita, é necessário que o docente faça encaminhamentos metodológicos direcionados a essas práticas para promover possibilidades de aquisição da escrita e leitura, para que assim o educando perceba as possibilidades de representação da língua falada, trabalhando com gêneros textuais e por meio da produção textual.

## 6. Metodologia

O presente trabalho conta, metodologicamente, com uma abordagem qualitativa e explicativa. No que se refere a procedimento técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de campo e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica foi elaborada com base em materiais já publicados. Na visão de Severino (2007), esse tipo de pesquisa:

Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem publicados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 122)

Já na pesquisa de campo e no estudo de caso, houve uma participação na sala de aula observando e participando do cotidiano do professor e dos alunos, durante uma semana, num total de 20 horas-aulas, com o intuito de acompanhar os encaminhamentos metodológicos utilizados pelo professor no processo de alfabetização e letramento da Educação do Campo. Severino (2007) esclarece que:

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (surveys), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos. (SEVERINO, 2007, p. 123)

Além dos dados secundários verificados em livros, artigos, teses e demais materiais bibliográficos disponíveis, a pesquisa também fez uso de dados primários gerados e coletados através da observação participante, na turma do segundo ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais da Educação do Campo, em uma escola pública municipal de Cascavel-PR, coletando dados relacionados ao processo de alfabetização e letramento e aos processos metodológicos utilizados pelo docente. Marconi e Lakatos (2009, p. 196) afirmam que esse tipo de observação, “Consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste”. Assim, por meio desse instrumento de pesquisa, o observador integra-se ao grupo com a finalidade de obter informações.

O trabalho também buscou amparo na aplicação de um questionário para o professor regente da turma do segundo ano do Ensino Fundamental- Anos Iniciais da Educação do Campo. O questionário apresentou perguntas abertas. Marconi e Lakatos (2009) discorrem que o questionário:

[...] é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (MARCONI, LAKATOS, 2009, p. 203)

Fez-se necessário a aplicação do questionário e a observação participante in loco, para obter informações e analisar dados, sobre os encaminhamentos metodológicos que o professor utiliza em sala de aula no processo de alfabetização e letramento da Educação do Campo. Ressalta-se, que todo o trabalho de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Univel, pelo parecer n. 018/2019.

## 7. Resultados

Para a geração de dados primários, foi utilizado um questionário respondido pela professora do 2º, ano do Ensino Fundamental- Anos Iniciais, realizado em uma escola do campo da rede pública Municipal de Cascavel –PR. Também foi realizada a observação participante, sendo que na sala onde foi feita essa observação, há 17 alunos matriculados. Os alunos estudam no período regular e os que apresentam dificuldades de aprendizagem contam com o reforço escolar no contra turno. A escola tem uma estrutura pequena, dentro da sala de aula as cadeiras são dispostas uma atrás da outra de maneira tradicional. Por conta do calor excessivo no verão, a sala conta com um ar condicionado para o melhor desenvolvimento dos educandos no processo de ensino aprendizagem. A análise de dados considera as respostas do questionário respondido pela professora regente da sala e alguns dados coletados por meio da observação participante.

O questionário contém doze perguntas, porém a docente respondeu apenas dez delas. A primeira pergunta apresentada a docente no questionário solicitava informações sobre as metodologias utilizadas por ela em sala de aula. A professora respondeu que *“As metodologias são as mesmas relacionadas ao Currículo de Cascavel. São diversas técnicas de ensino, junto a variadas estratégias, onde os alunos interagem e aprende de acordo com sua realidade. Lembrando que a Rede Municipal de Ensino procura seguir uma linha de aprendizagem igual para todos, pois em nossas escolas do campo á muita rotatividade de crianças, onde ora estão na cidade, ora na Zona rural. Vale ressaltar que a dois anos atrás foi implantado na Educação do Campo livros diferentes dos que são utilizado na Zona urbana. Os mesmo não tiveram êxito, pois fugia muito da nossa realidade de ensino, e também da nossa metodologia do Currículo de Cascavel”*. A partir desse dado é importante lembrar que o Decreto Federal 7.352 de 2010 define metodologias pedagógicas específicas para o campo no Artigo 6º:

Art. 6º.Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com

os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas. (BRASIL, 2010)

Contudo, segundo relato da docente, não houve sucesso na implementação dessas mudanças na educação do campo visto que, como ressaltado, o conteúdo não foi condizente com a realidade de ensino, assim ficou limitado e não houve êxito nesta implementação, mesmo com todas as leis e decretos que dizem que a educação do campo deve acontecer de forma a atender as especificidades dos educandos do campo.

O outro questionamento apresentado a docente foi sobre como ela faz uso das estratégias metodológicas em sala de aula. A professora respondeu que: *“As estratégias são inúmeras: utiliza-se da música relacionando com ensino diferenciado, sonorização e repetição das letras do alfabeto onde todos aprenderão através da repetição, leitura individual e coletiva de literaturas diversas, contação de história com dramatização pelo próprio aluno, jogos e dentre outras formas que surgem de acordo com conteúdo”*.

Assim percebemos que a educação do campo, vem se desenvolvendo e conquistando seu espaço, e para isso os profissionais da educação, mesmo com a pouca formação recebida, também devem estar a par desta realidade social em que o educando está inserido, promovendo a identidade da escola do campo. A Resolução CNE/CEB 001, de Abril de 2002, que definiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, determina em seu parágrafo único do Artigo 2º:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002, p.1)

Assim a Educação do Campo caminha na perspectiva de romper paradigmas e quebrar barreiras criadas ao longo dos anos.

Foi questionado também se a professora alfabetizadora se sente preparada para desenvolver suas atividades pedagógicas na educação do campo e quais estratégias ela utiliza para estimular os discentes. A docente respondeu: *“Eu procuro*

*sempre me especializar e atualizar sempre, pois trabalhamos com seres que a cada dia estão em profunda transformação. Sou uma pessoa muito preocupada em fazer uma educação de qualidade, sempre de acordo com a realidade do aluno. As estratégias são diversas de acordo com o conteúdo. Às vezes começamos mudando o contexto de arrumação das carteiras e cadeiras em sala, saindo do tradicional que são as fileiras e fazendo semicírculos. Também uso de rádios, caixas de som, multimídia, televisão, jogos educativos diversos (bingo)”.*

Com a observação participante, foi possível perceber que a docente faz relação do conteúdo com aquilo que as crianças já conhece; porém, há uma certa dificuldade em envolver os temas trabalhados em sala de aula com exemplos do âmbito rural. A formação continuada para professores do campo deixa a desejar, mas esta realidade está mudando aos poucos visto que, como relatado pela professora, no ano passado aconteceu o primeiro seminário do campo e tem previsão para acontecer novamente este ano.

É importante ressaltar que mesmo com a pouca formação recebida, a docente apresenta um grande esforço em valorizar a produção do aluno e conduzir o processo de alfabetização de maneira sistemática e coerente. A prática de letramento, entretanto, devido à pouca associação com o ambiente rural, à falta de recursos mais apropriados para o trabalho no campo e à insuficiente formação continuada estendida aos docentes, fica comprometida.

## **8. Considerações Finais**

Os resultados da pesquisa apontaram na mesma direção das hipóteses levantadas inicialmente, sendo possível confirmá-las por meio da pesquisa bibliográfica e principalmente a partir da pesquisa de campo que se deu por meio das contribuições da docente, que se dispôs a responder ao questionário sobre o processo de alfabetização e letramento na educação do campo com um olhar para as metodologias de ensino, em uma escola pública municipal do campo.

Por meio da pesquisa de campo, verificou-se que a docente alfabetizadora encontra dificuldades na prática em sala de aula, especialmente na vinculação dos

conteúdos obrigatórios do currículo com o contexto social e cultural dos alunos da área rural, podendo ser considerado, por intermédio dos relatos da docente, que o fato ocorre por conta de ser necessário seguir os conteúdos que estão dispostos no Currículo de Cascavel (2008) e este faz um direcionamento dos conteúdos no geral e não especificadamente para a educação do campo.

Assim sendo, mediante a análise, percebe-se que o município de Cascavel-PR não vinha ofertando formação continuada em específico aos professores alfabetizadores que trabalham na Educação no Campo, porém, conforme relato da docente, já há indícios de uma preocupação com essa fato visto que no ano passado foi realizado o primeiro Seminário do Campo. Este primeiro momento foi apresentado toda a escola do Campo existente na rede. Nesse evento foi exposto um pouco dos trabalhos realizadas em algumas escolas e também foram feitas apresentações por alunos do campo representando o trabalho realizado por sua escola.

A pesquisa também demonstrou que as escolas do campo do estado do Paraná se organizam entre si, com o apoio de movimentos sociais e universidades estaduais, com o objetivo de ofertarem formação continuada para os professores que atuam na Educação no Campo, com o propósito de proporcionar aos docentes experiências que contribuem para uma prática pedagógica e metodológica adequada aos alunos da zona rural. Tal papel é o que o município deveria cumprir, como função básica, ofertando formação continuada em específico aos professores alfabetizadores que trabalham com a Educação no Campo, Para que assim os professores alfabetizadores possam desenvolver seu trabalho com mais qualidade educacional e consigam aliar letramento e alfabetização.

Dessa forma, vale lembrar que a pesquisa de campo nos permitiu uma reflexão a respeito da importância da formação continuada para os professores alfabetizadores que atuam nas escolas do campo, uma vez que esta formação é o que vai possibilitar ao docente uma melhor forma para desenvolver suas metodologias em sala de aula. Afinal, sabe-se que o período do processo de alfabetização é um dos mais importantes para o desenvolvimento da vida escolar dos discentes, e a falta de oferta de formação continuada aos professores pode ocasionar prejuízos no processo metodológico de ensino aprendizagem dos alunos, fomentando a desigualdade entre os direitos das



escolas rurais e escolas urbanas, especialmente no município de Cascavel- PR, ambiente da pesquisa realizada.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados com êxito, sendo que ela trouxe contribuições valiosas para se pensar sobre o processo de alfabetização e letramento da educação do campo com um olhar para as metodologias de ensino utilizadas pelo professor alfabetizador da Educação no Campo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Decreto n. 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília: 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica**. Resolução n. 1, de 3 de abril de 2002. Relator: Francisco Aparecido Cordão. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 abr. 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 25 mar. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 02 maio 2019.

CASCADEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a rede pública de ensino de Cascavel**: CASCADEL. Secretaria: Volume III: Ensino Fundamental-Anos Iniciais. Cascavel/PR, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

## PROMOVER A APRENDIZAGEM POR MEIO DO BRINCAR LIVRE NA PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA

Leila Regina Mohamad Tommalieh<sup>1</sup>  
Marileia de Bone<sup>2</sup>

**Resumo:** O tema deste artigo refere-se às questões ligadas diretamente com a atuação dos professores no berçário, com relação ao estudo do lúdico na primeiríssima infância, buscando compreender o processo de desenvolvimento do brincar livre para a criança, de modo que impacte em seu avanço cognitivo e motor. E desta maneira compreender métodos pedagógicos, brinquedos, brincadeiras e ambientes que se adequem ao contexto da faixa etária, de modo que contemple as múltiplas habilidades da criança, se possa vivenciar sua infância com plenitude. Justifica-se esta pesquisa em verificar se o professor da educação infantil na turma do berçário tem pleno domínio e entendimento das necessidades desta faixa etária. O aporte teórico está fundamentado nos autores Pereira, (2014), Brasil, (2016), Soares, (2017), Falk, (2017), Kálló e Balog, (2017), apóia-se no Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel: Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular. A metodologia baseia-se na abordagem qualitativa e bibliográfica, onde os primeiros dados foram coletados e levantados resultados de uma pesquisa de campo. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário que foram respondidas por escrito pelas professoras do berçário. Os resultados apontam que os educandos que possuem mais tempo de trabalho, não fazem a compreensão da importância da promoção do brincar livre na primeiríssima infância, acabam associando a esta faixa etária, somente o cuidado. No entanto, os momentos de brincar e a oferta de brinquedos acabam sendo para a promoção da distração do bebê, sem muita finalidade da de desenvolvimento cognitivo e motor.

**Palavras-chave:** Palavra Brincar Livre. Primeiríssima Infância. Desenvolvimento cognitivo e motor. Autonomia.

### 1. Introdução

A presente pesquisa se insere no campo e área de estudo do lúdico na primeiríssima infância, buscando compreender o processo de desenvolvimento da criança no brincar livre, de modo que impacte em seu avanço cognitivo e motor.

Houve um tempo em que o mundo infantil se misturava com o mundo dos adultos, na escola e nas brincadeiras isso não era diferente. A criança era uma cópia fiel do adulto e esta condição era visível no vestuário, nos hábitos, nas atitudes e seu comportamento. Entretanto, não havia preocupação com o direito das crianças e deveres que lhes cabiam.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professora Especialista do Curso de Pedagogia da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

Diante deste tema, a pesquisa delimita-se a uma análise sobre como os docentes compreendem o brincar livre na primeiríssima infância e sua importância para o desenvolvimento cognitivo e motor em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) na Rede Pública Municipal de Cascavel/PR.

Enquanto problema de pesquisa procura-se descobrir de que maneira os professores de CMEI compreendem a importância do brincar livre e de que modo são planejados estes momentos para a primeiríssima infância. Além disso, busca-se averiguar se há uma intencionalidade por parte do professor nas brincadeiras e brinquedos, de modo que estimule o desenvolvimento cognitivo e motor da criança.

A relevância da pesquisa consiste em demonstrar a importância do lúdico, o brincar livre e a organização dos espaços que melhor atenda as crianças, desde bem pequenos. E também sempre levando em consideração a cultura infantil, de modo que atenda as crianças nos diferentes espaços e que promova o desenvolvimento cognitivo e motor. Assim sendo Pereira (2014) afirma:

Uma vez que entendemos o brincar como expressão da cultura infantil e direito das crianças – sujeito portadores de direitos, altamente criativos e com potencial para aprender -, é importante avançarmos na perspectiva do entendimento quanto às condições concretas para que elas usufruam efetivamente desse direito (PEREIRA, 2014, p.21).

Sendo assim, é um tema relevante, pois a partir dessa pesquisa compreenderá como trabalhar a ludicidade associada às práticas pedagógicas, de maneira que desenvolva o processo cognitivo e motor na primeiríssima infância nos CMEIs, reconhecendo os direitos que amparam a criança para explorar o brincar livre, de maneira que promova avidez da investigação, curiosidade e aprendizagem.

A metodologia se apresenta com o amparo em uma abordagem qualitativa de caráter explicativa, apresentou com fundamentação teórica na pesquisa bibliográfica e em pesquisa de campo, na modalidade observação não participativa, e se utilizou de instrumento de coleta de dados o questionário, em um CMEI da Rede Municipal de Cascavel / PR. Os resultados se deram mediante aos resultados que foram coletados in loco junto às professoras das turmas do maternal da Educação Infantil. E outros

dados foram coletados de livros, artigos, revistas e legislação, que abordam esta temática.

O artigo está disposto em seções: a primeira relata o que é infância e a primeiríssima infância. Em seguida, relata em relação e conceito de o brincar e a promoção do brincar livre, com ênfase na primeiríssima infância. A seguir, descreve o brincar livre na escola mais especificamente no CMEI. Ao final, do artigo, se encontra a metodologia utilizada na investigação, e os resultados obtidos na pesquisa de campo.

## **2. Desenvolvimento**

### **2.1 A infância e a primeiríssima infância**

A infância é o olhar instantâneo para a criança, que necessita do tempo de brincar, que possibilite amplas descobertas, investigações, interação, criatividade, inventar e reinventar promovendo assim o aprendizado. Para Soares (2017):

O brincar, para a criança, não é apenas como um entretenimento, que equivale ao ócio do adulto, mais representa sua atividade principal. Brincando a criança conhece o mundo, se apropria dele, o internaliza e aprende a conviver com as leis que o regem e o organizam (SOARES, 2017, p. 30).

A primeiríssima infância destaca-se pela criança nos primeiros períodos escolares, é um sujeito que necessita do vínculo afetivo com o adulto. Mediante a isso, Falk (2017) destaca que é necessário para o seu desenvolvimento pleno:

Momentos dos cuidados, para Pikler, representam a melhor oportunidade para a construção de um vínculo afetivo entre a criança e o adulto de referência. [...] como alimentação, banho e troca de fraldas; a considerar as necessidades individuais e a reagir a cada manifestação das crianças (FALK, 2017, p. 18).

O bebê é um sujeito investigativo que realiza o conhecimento do ambiente ao seu redor por meio da utilização de alguns sentidos, principalmente o tato e o paladar. Nesse sentido, aponta Falk (2017):

Com segurança afetiva, o bebê e a criança pequena podem se movimentar livremente por longos períodos, sempre assistidos pelo adulto. O brincar livre em ambiente seguro desenvolve iniciativa e autonomia e provoca flexibilidade, equilíbrio e alegria (FALK, 2017, p. 17).

Assim, fica claro que, ao estimular a criança desde pequena e permitindo o movimento em liberdade, possibilitará o seu desenvolvimento de maneira que promova a harmonia nos gestos e flexibilidade, assim tendo facilidade nos movimentos, aprimorando a coordenação motora fina e grossa e concentração e criatividade, que será necessário para toda sua vida.

## 2.2 O brincar e a promoção do brincar livre

O brincar para a criança é promover a amplitude do seu mundo imaginativo. Desta maneira ela aprende a conviver e entender o mundo à sua volta, promovendo o senso de investigação, instigando novas descobertas por meio do brincar livre e espontâneo. Tardos (2017) a ponta que:

O brincar para a criança, não é apenas um entretenimento, que equivale ao ócio do adulto, mas representa sua atividade principal. Brincando a criança conhece o mundo, se apropria dele, o internaliza e aprende a conviver com as leis que o regem e o organizam (TARDOS, 2017, p. 30).

O brincar é a principal fonte para a promoção da autonomia, interação social, criação de regras, desenvolvimento psicológico e o sensorio motor. De modo que tais brincadeiras impactam positivamente no compromisso e desempenho escolar futuro. Segundo Cruz (2014):

O brincar é considerado a principal atividade para o desenvolvimento psíquico da criança, pois pode promover autonomia, a constituição da identidade e a socialização com os outros, gerando possibilidades para o desenvolvimento da imaginação, da atenção, da imitação, da memória e do cumprimento e da criação de regras (CRUZ, 2014, p. 41).

O brincar livre é quando a criança se apropria do seu eu interior, de modo que possa ser ela mesma, tendo a oportunidade de realizar as investigações que deseja. Pouco a pouco se apropriam de si, as mãos, o corpo, os brinquedos e o espaço ao

seu redor, sem intervenção do adulto, de maneira que possa estabelecer alguma regra e orientação. Sendo assim, o adulto não deve interferir no momento de recriação, brincadeira e a exploração do ambiente da criança. Neste sentido, Pereira (2014) destaca que:

O brincar não está diretamente relacionado ao fato de acontecer em um determinado espaço ou em outro; pode acontecer onde a criança desejar, pois é inerente a seu modo de ser. [...] Esse momento também não está condicionado à presença de brinquedos, uma vez que tudo pode ser brinquedo no imaginário infantil: objetos podem ganhar outro sentido, como uma vassoura que vira um cavalinho ou uma caixa que passa a ser um carrinho; e até seu próprio corpo, pois pode brincar com as mãos para fazer sombras na parede, com a boca para fazer sons e imitações, e com expressões faciais para brincar de fazer caretas (PEREIRA, 2014, p. 21).

O brincar é fundamental para o desenvolvimento psíquico da criança. Brincar pode oferecer e desenvolver a autonomia, a concentração, a criatividade e a imaginação, aprendendo a interagir em sociedade e criando sua identidade.

### **2.3 O brincar livre na escola**

O brincar livre na escola deve ser promovido pelo professor com momentos onde a criança se aproprie do espaço que foi planejado, de maneira que viabilize a investigação, a autonomia, de modo que aguce o senso de exploração.

Sendo assim, os momentos de brincadeira devem ser prazerosos e promover a aprendizagem significativa. Kálló e Balog (2017, p. 13) confirmam os argumentos anteriores ao destacarem que “[...] a possibilidade, através da brincadeira livre e espontânea, de permitir o desenvolvimento de indivíduos criativos, pensantes, autônomos e singulares, enfim verdadeiros protagonistas”.

O brincar deve ser aliado ao processo de aprendizagem para que a criança desenvolva as habilidades psicomotoras e no processo de escolarização. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que orientam quais são as aprendizagens fundamentais a serem trabalhadas nas escolas públicas e particulares do Brasil e tem como objetivo garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento integral de todos os estudantes do país. Segundo este documento:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (BRASIL, 2016).

A criança já possui sua forma única de brincar. A brincadeira direcionada por meio do professor tem por objetivo, proporcionar a autonomia e expandir suas possibilidades de aprimoramento das habilidades das crianças. A brincadeira de alta qualidade é o resultado da intenção do adulto, onde promove a interação social, disponibilizam diversos espaços, manipulação de vários objetos e brinquedos e por meio disso, amplia a qualidade da Educação Infantil na primeiríssima infância.

A brincadeira de alta qualidade faz a diferença na experiência presente e futura, contribuindo de forma única para a formação integral das crianças. As crianças brincam de forma espontânea, em qualquer lugar e com qualquer coisa, mas há uma diferença entre uma postura espontaneísta e outra reveladora da qualidade. A alta qualidade é resultado da intencionalidade do adulto que, ao implementar o eixo das interações de brincadeira, procura oferecer autonomia às crianças, para a exploração dos brinquedos e a recriação da cultura lúdica. É essa interação que resulta na intervenção que se faz no ambiente, na organização do espaço físico, na disposição de mobiliário, na seleção e organização dos brinquedos e materiais e nas interações com as crianças. [...]

É o conjunto desses fatores – as concepções, o planejamento do espaço, do tempo e dos materiais, a liberdade de ação da criança e a intermediação do adulto – que faz a diferença no processo educativo, resultando em uma educação de qualidade para a primeira infância. Não se separa, portanto, a qualidade da brincadeira da qualidade da educação infantil (BRASIL, 2012, p. 8).

A brincadeira e as propostas lúdicas na escola devem ser planejadas de forma que integre a todas as crianças igualmente, e o professor sempre tem que ter em mente a atenção à faixa etária, ritmo de cada criança mediante a proposta oferecida e verificando o interesse das crianças. Pois nem todos realizam da mesma maneira, terá algumas crianças que terminarão a brincadeira mais cedo e outras se dedicarão por mais tempo e interesse a mesma atividade. Ou seja, deve-se respeitar o tempo e interesse de cada criança.

### 3. Metodologia



### 3.1 Metodologia de abordagem e procedimento

O atual projeto de pesquisa tem amparo em uma abordagem qualitativa, pois preocupa-se em analisar e realizar a interpretação de forma mais profunda a complexidade do ser humano e suas atribuições na sociedade. Esse método tem por foco analisar os comportamentos e hábitos. Segundo Deslandes (2015):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. [...] O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto de pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos [...] (DESLANDES, 2015, p. 21).

O estudo também se utiliza da pesquisa bibliográfica, tendo por embasamento materiais já publicadas, como livros, artigos e revistas. Sendo assim Gil (2010) afirma:

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passam a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet (GIL, 2010, p. 29).

Os primeiros dados serão coletados e levantando resultados de uma pesquisa de campo, pois desta forma pode-se coletar as informações e o conhecimento acerca dos problemas levantados, procurando uma resolução. Nesse sentido Marconi e Lakatos (2007) destacam que:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.188).

Será utilizado o instrumento de coleta de dados o questionário, mediante a esta ferramenta contribui com uma série de ordenação de perguntas, que serão respondidas por escrito, o pesquisador não estará presente mediante a resolução do

questionário. Neste sentido, o questionário será enviado para os voluntários da pesquisa, pelo pesquisador e será devolvido do mesmo modo. Nesse sentido Marconi e Lakatos (2007) apontam:

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série de ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.203).

A pesquisa será desenvolvida em um CMEI da rede municipal de Cascavel/PR. Os sujeitos participantes desta pesquisa serão professores que atuam em turmas do berçário da etapa da Educação Infantil.

### **3.2 Instrumentos para coleta de dados da pesquisa**

O projeto, do mesmo modo, busca amparo em uma análise documental, a fim de buscar dados estatísticos, já que este instrumento possui as fontes necessárias e naturais para a promoção destes dados. Logo para Marconi e Lakatos (2007, p.176) “[...] pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.”

O questionário será composto por dez questões, entre estas questões três múltiplas escolhas e sete abertas. Sendo assim, será respondido por duas professoras que trabalham em uma turma do maternal na Educação Infantil do CMEI Selony Bueno Drehmer no bairro Tarumã.

Para melhor atender e dar respaldo a este estudo também será realizado a observação da turma do maternal na Educação Infantil. Gil (2010, p. 121) ressalta que “[...] a observação pode assumir pelo menos três modalidades: espontânea, sistemática e participante.” A observação constitui uma fundamental ferramenta de pesquisa a partir da utilização dos resultados para a coleta de dados. Sendo assim, a partir da observação dos indivíduos em ação podem-se coletar informações para a resolução de problemas da pesquisa. Neste sentido Marconi e Lakatos (2007) apontam:

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais com a realidade. É o ponto de partida da investigação social (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.193).

Tais técnicas têm por objetivo a coleta efetiva e de qualidade dos dados para melhor atender aos objetivos da pesquisa.

#### 4. Resultados

Esta sessão tem por objetivo apresentar os dados coletados no campo de pesquisa no CMEI da rede municipal, localizado em um bairro periférico da cidade de Cascavel/PR. Entende-se tanto foi analisado questionários que foram oferecidos para aos professores das turmas do berçário.

Desta maneira, foram analisados três questionários pelas docentes que serão denominadas por P1, P2 e P3, de modo que foram entregues quatro questionários, um dos questionários não foi devolvido a tempo para a análise. Os questionários foram preparados da mesma forma para todas as professoras, levando em consideração a idade, tempo de profissão e o período de trabalho dos pesquisadas. Verificando o preparo dos professores com relação ao cuidado do preparo de ambientes que promove o brincar livre.

**Tabela 1:** São fornecidos muitos brinquedos para os bebês? São adequados para a faixa etária?

P1	Sim,
P2	Ao longo de cada atividade procuramos sempre trocar os brinquedos e ter uma boa variedade dos mesmos, pois os bebês perdem o interesse pelos brinquedos muito rápido e acabam ficando ociosos. Os brinquedos são de acordo com a faixa etária e material adequado para a manipulação.
P3	Sim, diversos brinquedos e sempre dentro da faixa etária.

**Fonte:** Dados gerados na pesquisa de campo.

Mediante as respostas coletadas verificou-se, que os professores oferecem

brinquedos aleatórios para seus alunos, com intuito de entretenimento, sem objetivos de fato, nem a intenção de promoção de aprendizagem através da exploração diversas do brinquedo. Sendo assim a criação de situações que estimule o desenvolvimento das múltiplas habilidades dos bebês, dentre estas, audição, visão e coordenação motora. De acordo com o Currículo para a Rede Municipal de Ensino de Cascavel:

Deste os primeiros meses, é importante dispor móveis, bichos de pelúcia almofadas, brinquedos sonoros e coloridos para que se desenvolva a percepção auditiva e visual. Concomitantemente se desenvolve também, todos os órgãos dos sentidos, que neste momento que devem ser estimulados.

É necessário que situações, posições, ambientes e brinquedos sejam disponibilizados de forma alternada para que não se tornem rotineiros e enfadonhos para a criança, e se tenha sempre um elemento novo para oferecer, associado a situações inovadoras, causado curiosidade e interesse, pois a criança não se mantém concentrada por muito tempo. (CASCAVEL, 2008, p. 48 – 49).

**Tabela 2:** Quais são os aspectos que você leva em consideração para o planejamento e preparo das propostas para os bebês?

P1	(Não respondeu a questão)
P2	Considerar o que a criança é capaz de fazer em determinada faixa etária, recursos que irei utilizar, o que irei desenvolver através da proposta pedagógica.
P3	A especificidade da idade e o desenvolvimento maturacional de cada (idade) crianças.

**Fonte:** Dados gerados na pesquisa de campo.

Diante das respostas coletadas, foi possível verificar que alguns professores levam em consideração o preparo das propostas a capacidade e a faixa etária que o bebê se encontra, assim, ofertando propostas que serão satisfatoriamente aproveitados pela criança. Também, verificou-se que houve docentes que recusaram a responder a questão. Assim, é necessário que o professor promova momentos e espaços diversos de recreação e, desta maneira, que possibilite a ampliação destas habilidades das crianças, proporcionando assim, o desenvolvimento da criatividade, da imaginação e o senso de investigação.

## 5. Considerações Finais

Após o desdobramento desse trabalho, verificou a importância de estudar o desenvolvimento da criança por meio da promoção de momentos de brincadeiras que promovam o brincar livre do bebê, sendo assim, instigar momentos de investigação e autonomia, proporcionada mediante as propostas que o professor se encarrega em prepara, levando em consideração a faixa etária da criança.

Diante dos resultados obtidos, pode-se verificar que muitos professores ainda encontram dificuldade em entender a faixa etária, deste modo acabam promovendo somente o cuidado, sem se atentar da necessidade de promoção de momentos que o bebê desenvolva suas habilidades motoras e cognitivas, por meio das brincadeiras, brinquedos e o ambiente que incentive as capacidades destas crianças.

É de extrema importância que se discuta a necessidade da viabilização do brincar livre para a esta faixa etária, onde na primeiríssima infância, a criança esta sucessiva a novas descobertas do mundo ao seu redor.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Brinquedos, brincadeiras e materiais para bebês**. Brasília: MEC/SEB, 2012.

BRASIL. Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Cap. II, 23 jul. 1990. Artigo 16, p. 14.

CASCADEL, Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel**: Educação Infantil. Cascavel, PR: Editora Progressiva, 2008.

CRUZ, Shirley Pires da. As múltiplas linguagens e o direito ao brincar. In: POMILHO, Sheila de Souza; SILVA, Viviane Aparecida (org.). **Brincadiquê?**: Pelo direito do brincar. Curitiba: Editora Champagnat, 2014. p. 39 - 44.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

FALK, Judit. **Abordagem Pikler**. São Paulo: Omnisciencia, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KÁLLÓ, Éva; BALOG, Györgyi. **As origens do brincar livre**. São Paulo: Omnisciencia, 2017.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



PAREIRA, Soeli Terezinha. O brincar e as culturas infantis. *In*: POMILHO, Sheila de Souza; SILVA, Viviane Aparecida (org.). **Brincadiquê?**: Pelo direito do brincar. Curitiba: Editora Champagnat, 2014. p.18 - 23.

SILVA, M. Q. S; RAMOS, A. M. Q. P. R; ENEIDA S. F. **Direito de brincar da criança brasileira**: subsídios das políticas públicas. São Paulo, p. 2,2015.

# REPRODUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE ACERCA DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL ETAPA CRECHE

Nathieli Sofia Barbosa Teixeira<sup>1</sup>  
Hélio da Siqueira<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa a existência e a reprodução dos estereótipos de gênero na Educação Infantil – etapa creche, verificando como a escola lida com essas questões a fim de se compreender a importância dos trabalhos com questões referentes a gênero na escola. A Educação Infantil é o primeiro contato da criança fora de sua esfera familiar, onde ela passa a se relacionar de forma mais direta com questões relacionadas a gênero e assim acaba reproduzindo alguns estereótipos de gênero. Encontramo-nos em um ciclo histórico de relações baseadas na desigualdade de gênero que se dá pela reprodução de estereótipos, portanto é indispensável debater essas questões a fim de suspender esse ciclo e dar ao sujeito chances para se desenvolver de forma integral sem impor limitações. Essa pesquisa respalda-se em Bourdieu (2019), Scott (1995) e Louro (2014). Essa é uma pesquisa qualitativa, de caráter explicativo, para realização de tal utilizou-se a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e estudo de caso. Para a coleta de dados utilizou-se a observação sistemática bem como um questionário com questões mistas aplicado aos docentes. Os resultados da pesquisa apontam que apesar do crescente debate acerca dos estereótipos de gênero os docentes tem uma compreensão equivocada acerca de tal, não compreendendo o real significado do termo e suas implicações na formação do sujeito. Todavia, apesar de seu pouco conhecimento sobre o tema a maioria dos docentes tem grande cuidado ao tratar meninos e meninas de maneira igualitária e não reproduzir frases e atitudes sexistas dentro do ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Gênero. Estereótipos de Gênero. Educação Infantil.

## 1. Introdução

A Educação Infantil, é a primeira etapa da Educação Básica, sendo para muitas crianças o primeiro contato fora de sua esfera familiar. É na escola que a criança passa a se relacionar de forma mais direta com questões referentes a gênero e assim, algumas vezes passa a reproduzir alguns estereótipos impostos por tal instituição mesmo que esta o faça de forma inconsciente e imperceptível.

Os padrões e estereótipos de gênero afetam diretamente a criança e essa por sua vez, os carrega por toda vida, assim busca-se por meio da presente pesquisa compreender se de fato há uma reprodução dos estereótipos de gênero na Educação

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel UNIVEL

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia. Professor do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel. .



Infantil – etapa creche – em uma turma de maternal I, em um Centro Municipal de Educação Infantil – CEMEI - da rede pública no município de Vera Cruz do Oeste /PR e de que maneira a escola lida com esses estereótipos de gênero.

A priori, a justificativa para tal pesquisa encontra-se na necessidade imediata de suspender um ciclo histórico de relações baseadas na desigualdade entre os gêneros que se dá pela reprodução de estereótipos nos mais diversos ambientes sociais, especialmente no âmbito escolar. Levando em conta o crescente debate acerca das questões de gênero tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, é de extrema importância esclarecer de que maneira essas questões influenciam na vida do sujeito, em especial das crianças de 0 a 3 anos, público alvo da etapa creche da Educação Infantil.

A presente pesquisa possui como objetivos analisar se de fato existe a reprodução dos estereótipos de gênero na Educação Infantil - etapa creche bem como verificar de que maneira a escola lida com questões referentes a estereótipos de gênero dentro e fora de sala de aula.

Este estudo encontra-se amparada numa pesquisa qualitativa com abordagem de caráter explicativo. Quanto aos procedimentos técnicos, foi indispensável para a investigação a pesquisa bibliográfica, bem como a pesquisa de campo e o estudo de caso, sendo esta desenvolvida a partir de uma observação sistemática bem como a aplicação de um questionário para a docente da turma investigada.

Sendo assim, este artigo apresenta uma revisão teórica na qual se traz uma breve contextualização acerca das discussões de gênero, em seguida o artigo traz algumas considerações a respeito das questões de gênero na Educação Infantil. Posteriormente, indica-se a metodologia utilizada na investigação, os resultados obtidos na pesquisa de campo e a conclusão do estudo.

## **2. Uma breve contextualização acerca das discussões de gênero**

É impossível refletir sobre gênero sem remeter-se ao que traz Beauvoir (1967, p. 9) “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade [...]”, o

que nos leva a analisar que tudo o que somos e fazemos é fruto de uma construção social. Partindo de tal pressuposto, falar sobre gênero nas mais diversas esferas sociais requer uma breve contextualização acerca de tal, enfatizando o percurso das discussões sobre o tema. Segundo Scott (1995, p.3) o termo “gênero” em seu uso mais recente, aparece entre as feministas norte americanas para indicar a rejeição ao determinismo biológico que estava implícito em termos como sexo ou diferença sexual.

De acordo com Braga e Santos (2017 p. 252) o conceito de gênero surgiu em 1960 após anos de lutas do movimento feminista em um momento no qual as mulheres lutavam por uma vida justa e igualitária. O conceito surge dentro desses movimentos com o intuito de responder os mais diversos impasses e possibilitar uma análise acerca das relações sociais em que o sujeito está inserido quanto a uso do corpo e a construção de sua identidade.

Portanto, vê-se que as discussões de gênero surgem dentro de um contexto social e histórico carregado de contrariedades que impediam as mulheres de participarem ativamente da sociedade da mesma forma que homens participavam.

O conceito de gênero e os debates acerca de tal ganham força a partir da década de 1960 com a “segunda onda” do movimento feminista, conforme aponta Louro (2014, p. 19)

Será no desdobramento da assim denominada “Segunda onda” – aquela que se inicia no final da década de 1960 – que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas.

A mulher que até então era um ser invisível e considerada submissa perante uma sociedade inteiramente patriarcal, passa a ganhar visibilidade e ocupar novos lugares, porém o caminho a se percorrer ainda é árduo, pois, segundo Bourdieu (2019, p. 22)

A divisão entre sexos parece estar “na ordem das coisas” como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas [...], em todo o mundo social [...].

No Brasil, as discussões acerca de gênero chegam posteriormente, conforme afirma Louro (2014, p. 27) “[...] no Brasil, será já no final dos anos 80 que, a princípio timidamente, depois mais amplamente, feministas passarão a utilizar o termo “gênero”.” Assim, as questões de gênero no Brasil apesar de se caracterizarem como recentes, ganharam força e passaram a gerar um maior interesse entre os mais diversos membros da sociedade nas últimas décadas conforme ressaltam Barreiro e Martins (2016, p. 96) ao afirmarem que recentemente no Brasil a palavra “gênero” conquistou visibilidade em diversos setores sociais, principalmente no campo político, religioso e educacional, e nesse contexto adultos, jovens e adolescentes passaram a pesquisar sobre a temática aumentando o espaço de visibilidade de tais questões.

De acordo com Barreiro e Martins (2016) as discussões de gênero no contexto educacional também ganharam relevância recentemente

As discussões emergiram do embate político federal e posteriormente estadual e municipal sobre a necessidade de se trabalhar e discutir com as crianças – desde a pré-escola – as maneiras arbitrárias e impositivas de construção das masculinidades e feminilidades [...] (BARREIRO; MARTINS, 2016, p. 96-97)

Vindo ao encontro de tal pressuposto o documento Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Reconhecer Diferenças e Superar Preconceitos afirma que as questões voltadas a gênero bem como orientação sexual na educação brasileira incluíram-se recentemente por meio de uma luta pela valorização da igualdade de gênero e uma cultura baseada em respeito e promoção do bem comum. (BRASIL, 2007, p. 11)

### **3. Considerações a respeito das questões de gênero na educação infantil**

Considera-se que “A escola é um espaço de relações sociais e não somente um espaço cognitivo.” (SILVA; SOARES, 2013, p. 91), assim, refletir sobre as questões de gênero no contexto escolar requer uma análise que nos possibilite compreender de fato, qual é o papel da educação frente às relações de gênero.

Diante disso, Lopes (2017, p. 20333) argumenta que por meio da educação o sujeito se apropria de certos elementos culturais do grupo no qual se insere e,

portanto, internaliza e atribuem significados em torno das questões referentes ao masculino e feminino.

Vindo ao encontro a tais pressupostos Sandini (2017) deixa explícito como a escola contribui para desigualdade de gênero uma vez que “[...] o meio social tem forte influência e, a escola, por sua vez, coopera com essa imposição, quando determina atitudes e comportamentos, que considera adequado para meninos e meninas. [...]” (SANDINI, 2017, p. 14469)

É importante levar em consideração que a criança molda sua personalidade e sua identidade por meio da interação com os demais sujeitos com os quais se relaciona bem como as instituições sociais das quais participa conforme salienta Freire (2012, p. 4) quando nos traz que a criança é constituída por diversos discursos e diversas instituições, dentre elas a família, a escola e os meios de comunicação, são essas instituições que apontam e moldam as formas com as quais os sujeitos se relacionarão com o mundo onde estão inseridos.

É indispensável que os docentes saibam como atuar frente às questões de gênero tanto dentro quanto fora de sala de aula, pois de acordo com Finco (2008, p. 1) a discussão acerca das questões de gênero desde a educação infantil se caracteriza como uma possibilidade de educação mais igualitária, na qual se respeita a criança durante o processo de construção de sua identidade e dessa forma se favorece desde a infância a constituição de pessoas sem práticas sexistas.

Canguçu (2015, p. 21-22) nos traz que o docente deve estar atento quanto a sua atuação para não reproduzir padrões e estereótipos de gênero tendo sempre em mente a necessidade de uma educação igualitária que não transmita a desigualdade entre os gêneros.

Todavia pode-se constatar que por ser uma temática na qual ainda faz-se necessário maior compreensão e que ainda gera certa insegurança tanto para professores e professoras quanto para a família “[...] algumas professoras podem temer a contestação de valores e papéis tradicionalmente consagrados.” (AUAD, 2006, p. 39)

É na escola e principalmente na Educação Infantil que “[...] as crianças acabam reproduzindo na escola o que vêem e ouvem em casa, inclusive com relação à

concepção de gênero, por isso pode-se ouvir dos alunos: Rosa é de menina; carrinho é de menino; meninas não fazem isso; menino não chora; entre outras frases.” (CANGUÇU, 2015, p. 21). E assim “[...] a escola necessita ter consciência de que sua atuação não é neutra.” (BRASIL, 2009, p. 50).

#### 4. Metodologia

A presente pesquisa encontra-se amparada numa pesquisa qualitativa, pois tem como principal objetivo analisar dados que permitam compreender se de fato existe a reprodução dos estereótipos de gênero na Educação Infantil – etapa creche. Esse tipo de pesquisa é definido por Goldenberg (2004, p. 14) como uma pesquisa na qual a preocupação do pesquisador não está na representatividade numérica, mas sim em uma compreensão aprofundada acerca de um grupo social, organização ou instituição.

Quanto a abordagem é de caráter explicativo, pois visa analisar se existe e, caso exista, de que forma são reproduzidos os estereótipos de gênero no ambiente escolar, bem como compreender suas implicações para a formação do sujeito. Segundo Gil (2008, p. 28) as pesquisas explicativas “São aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.”

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados foi indispensável uma pesquisa bibliográfica devido a necessidade de utilização de materiais teóricos já analisados previamente, como livros e artigos científicos. Fez-se necessária também uma pesquisa de campo atender a necessidade de analisar como se dá de fato o trabalho com as questões de gênero dentro do ambiente escolar bem como a reprodução de determinados padrões sociais.

A pesquisa aqui descrita trata-se de um estudo de caso, pois realizou-se na Educação Infantil – etapa creche – especificamente em uma turma de Maternal I, de um CEMEI - da rede pública municipal de Vera Cruz do Oeste/PR, observando a realidade de tal turma no que se refere às questões de gênero.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados para essa pesquisa inicialmente se constituíram em um abrangente levantamento de dados secundários já existentes e que já foram objeto de análise prévia, tais como livros, artigos científicos e dissertações.

Realizou-se também uma observação sistemática foi realizada visando compreender se existe de fato uma reprodução de estereótipos dentro do ambiente escolar e, caso exista, qual é o papel e o posicionamento dos professores frente a tais padrões.

Também foi realizada a aplicação de um questionário composto de questões mistas junto aos docentes que atuam na turma de Maternal I, do local de pesquisa já citado. Tal instrumento possibilitará uma compreensão acerca da visão dos professores sobre as questões de gênero na infância dentro do ambiente escolar, bem como suas implicações no desenvolvimento do sujeito.

## 5. Resultados

A presente seção analisa os resultados coletados em um CEMEI da rede pública do município de Vera Cruz do Oeste/PR. A análise aqui descrita considera 1 questionário respondidos pela docente regente de turma que será denominada P1, nomenclatura usada para não identificação da profissional na pesquisa. A presente análise faz um paralelo entre as respostas dadas pela docente no questionário e o que foi observado em sala de aula

O primeiro questionamento referia-se aos conhecimentos que a docente teve acerca dos estereótipos de gênero no decorrer de sua formação profissional. A profissional respondeu:

*P1: Não tive nenhum conhecimento sobre o tema.*

A partir da resposta elencada fica visível que de forma geral a docente não teve conhecimento em relação aos estereótipos de gênero bem como suas implicações para a formação do sujeito durante sua formação profissional, tal fato vem de encontro ao que aponta Finco (2003, p. 99) ao afirmar que apesar das questões de gênero estarem implícitas no dia-a-dia das escolas, elas ainda estão longe das discussões

em cursos de formações de professores e de reuniões pedagógicas.

Ao ser questionada sobre o que são estereótipos de gênero obteve-se a seguinte resposta:

*P1: Realizar atividades em sala sem fazer atividades diferentes para menino e para menina, como por exemplo dar os mesmos brinquedos tanto para menina quanto para meninos.*

Por meio da análise de tal resposta fica explícito que muitos docentes ainda têm dificuldade em compreender o que são os estereótipos de gênero e isso se dá devido à falta de conhecimento acerca da temática, o que a longo prazo pode vir a comprometer a atuação desse docente no que se refere a uma educação igualitária.

Portanto é indispensável que os estes atualizem seus conhecimentos acerca das mais diversas temáticas, inclusive questões referentes a gênero conforme apontam Braga e Santos (2017, p. 270) ao ressaltarem que o pouco conhecimento que os docentes tem em temáticas relacionadas a gênero e sexualidade pode levar com que estes tenham atitudes sexistas e assim contribuam com o aumento das desigualdades entre homens e mulheres. Assim é preciso que a docente reveja seus conceitos e atualize seus conhecimentos sobre o tema.

Posteriormente, a docente foi questionada quanto à existência de brinquedos, brincadeiras e cores próprios para meninos e brinquedos, brincadeiras e cores próprios para meninas. Nesse questionamento obteve-se a seguinte resposta:

*P1: Não existe.*

A resposta dada por P1 está em consonância com aquilo que foi verificado durante a observação em sala de aula, uma vez que a docente propõe brincadeiras e brinquedos diversos aos educandos sem distinguir os mesmos por conta de seu gênero. Tanto meninos quanto meninas tem a total liberdade para brincar com bonecas, carinhos, panelinhas, bolas, acessórios, ferramentas, entre outros, sendo que nos momentos de brincadeiras livres a grande maioria dos meninos apresenta interesse em brinquedos socialmente considerados de menina, como panelinhas e carrinhos de bonecas e vice-versa.

Diante disso é de suma importância ressaltar aquilo que nos traz Canguçu



(2015, p. 24) ao enfatizar que ao mesmo tempo que grande parte das crianças demonstram diferenciação de gênero, estas também têm interesse em artigos que elas mesmas julgam ser de outro gênero, por exemplo, meninos demonstram curiosidades em bonecas e meninas em super-heróis.

Na questão seguinte a docente foi questionada se existiam traços de personalidade e atitudes que são definidos biologicamente para cada gênero. Por meio desse questionamento obteve-se a seguinte resposta:

*P1: Não.*

A partir da análise dessa resposta ficou visível a docente tem conhecimento que meninos e meninas não possuem traços de personalidade ou atitudes que são definidos de forma puramente biológica, uma vez que esses são frutos de interações e construções sociais e históricas e dessa forma é um equívoco afirmar-se que meninas são delicadas e meninos são agressivos por natureza.

Em relação a isso Auad (2006, p. 39) argumenta que as diferenças entre meninos e meninas não são naturais, meninas que aparentam ser meigas e meninos que falam aos gritos são resultado da forma como as relações de gênero foram construídas na sociedade.

A questão seguinte era se a docente acreditava na necessidade de abordar temáticas referentes a igualdade de gênero dentro de sala de aula mesmo que de forma indireta. Para esse questionamento obteve-se a seguinte resposta

*P1: Sim, é importante abordar desde a educação infantil, tratando meninos e meninas de forma igual e distribuindo os mesmos brinquedos para todos.*

Assim, evidenciou-se que apesar do pouco conhecimento que a profissional têm no que se refere a questões de gênero, a mesma tem a consciência acerca da necessidade de tratar meninos e meninas de forma igualitária dentro e fora de sala de aula desde a Educação Infantil, sem que se faça distinção entre estes nos momentos de brincadeiras, atividades e até mesmo durante a interação com tais, a fim de se propiciar a estes um ambiente não sexista e livre de estereótipos.

Durante a observação da turma ficou visível que a docente busca tratar todos

os educandos de maneira igualitária sem distinção por conta de gênero, inclusive nos momentos de fazer fila, já esta é feita de forma mista. Ao distribuir brinquedos para os alunos, por exemplo, leva-s em conta as atividades que estão sendo propostas, sem fazer nenhuma forma de separação entre os educandos, especialmente no que se está relacionado a questões de gênero, possibilitando assim que os educando explorem as mais diversas possibilidades.

É importante enfatizar que os estereótipos de gênero e tratamentos sexistas estão presentes em diversos lugares de maneiras variadas conforme destacam Braga e Santos (2017, p. 259) ao ressaltarem que a visão sexista de mundo se materializa em diversos lugares sejam eles filas de meninos e meninas, nas salas, materiais didáticos, brinquedos e brincadeiras e até mesmo nas atitudes e posturas dos docentes e pais de alunos.

Assim, é de extrema necessidade que o docente tenha cuidado em todas as ações dentro do ambiente escolar, pois essas influenciam na visão dos educandos sobre os mais diversos assuntos, especialmente acerca das relações de gênero.

A influência das ações e falas dos docente em relação a visão e a atitudes dos educandos no que se refere as relações de gênero tornou-se perceptível ao observar-se que todos os educandos interagem entre si independente do gênero, bem como brincam com todos os tipos de brinquedos e realizam toda as atividades sem resistência alguma, evitando assim que existam conflitos por conta de gênero entre os alunos, propiciando um desenvolvimento completo e integral sem qualquer forma de limitação, o que é impressionante dentro do ambiente escolar nos dias de hoje, pois conforme apontam Braga e Santos (2017, p. 250) a escola se caracteriza como um importante instrumento na construção de valores e atitudes democráticos que fortalecem a igualdade de gênero entre os sujeitos.

## **6. Considerações Finais**

O objetivo principal deste artigo foi analisar a existência da reprodução dos estereótipos de gênero na Educação Infantil - etapa creche – em uma turma de

maternal I e a partir disso verificar de que maneira a escola lida com questões referentes a estereótipos de gênero no ambiente educacional.

A experiência de desenvolver este estudo foi de suma importância para a pesquisadora uma vez que por meio de tal pode-se perceber a necessidade de abordar, mesmo que de maneira indireta, questões referentes a igualdade de gênero desde a Educação Infantil, pois é neste momento que o educando adquire diversos conhecimentos que levará consigo no decorrer de sua vida.

Durante a realização da pesquisa foi possível perceber que apesar do crescente debate acerca das questões de gênero no Brasil, os docentes ainda não têm conhecimento acerca da temática, fato esse que pode vir a comprometer a atuação destes profissionais na busca por uma educação justa e igualitária que promova o desenvolvimento democrático do sujeito. Todavia, apesar da falta de conhecimento acerca da temática, os docentes encontram-se cada vez mais preocupados com a busca por igualdade entre meninos e meninas dentro do ambiente escolar.

Com este estudo é possível concluir que em todos os ambientes sociais, em especial no ambiente educacional, há a necessidade de mais debates acerca dos estereótipos de gênero e suas implicações para a vida do sujeito a fim de esclarecer as dúvidas existentes acerca da temática e assim evitar eventuais equívocos.

Por fim conclui-se que é indispensável que o docente tenha cuidado em sua atuação para não reproduzir falas e atitudes carregadas de estereótipos e assim oportunizar ao educando a possibilidade de desenvolver-se de maneira integral sem impor limitações por conta de seu gênero e desse modo contribuir para a construção de uma sociedade que se baseie na igualdade, principalmente no que diz respeito a questões de gênero.

## REFERÊNCIAS

AUAD, D. **Educar meninos e meninas**: Relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



BARREIRO, A.; MARTINS, F. H. Bases e fundamentos legais para a discussão de gênero e sexualidade em sala de aula. **Leitura: Teoria & Prática**. Campinas, v. 34, n. 68, p. 93-106, 2016.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo Sexo**: A experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRAGA, S. de O.; SANTOS, R. Relações de gênero e educação infantil: alternância de papéis e ludicidade. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, v. 4, n. 1, p. 249-273, abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secad/MEC. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília, 2007.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANGUÇU. T. V. **Construindo a igualdade de gênero na educação infantil**. 2015. Dissertação (Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

FINCO, D. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na Educação Infantil. **Pro-Posições**, Campinas, v.14, n.3, p. 89-101, set.-dez.2003.

FINCO, D. Socialização de Gênero na Educação Infantil. *In*: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. 8., 2008, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 1-6.**

FREIRE, M. A. M. As relações de gênero entre as crianças na educação infantil. *In*: **SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL. 3., 2012, Vitória. Anais [...]. Vitória: UFES, 2012.**

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LOPES, F. A. Menina pode isso, menino pode aquilo: estereótipos de gênero no cenário escolar. *In*: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. 13., 2017, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: PUCPR, 2017. p. 20330-20342.**



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANDINI, S. P. Brinquedos de meninas e brinquedos de meninos: a normatização da questão de gênero na escola. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. 13., 2017, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUCPR, 2017. p. 14461-14471.

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, jul-dez. 1995.

SILVA, R. A. da; SOARES, R. Juventude, escola e mídia. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. *In*: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: Um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 83-95.





CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## ARTIGOS DE PSICOLOGIA

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## A PRIMEIRA INFÂNCIA E A CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA

Taíza Fernanda Ramalhais<sup>1</sup>  
Fabíola Galina Beleia<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica visando compreender como se processa a discussão sobre a importância em trabalhar a estimulação precoce do bebê e/ou da criança quando estão em contexto de institucionalização. Nas áreas de Pedagogia/Psicologia, ressalta-se o quanto é essencial para a saúde mental do recém-nascido e da criança de pouca idade, o calor, a intimidade e a relação constante com a mãe ou quem, em caráter permanente, a substitua. Os resultados apontam que inúmeras são as consequências da carência afetiva e privação cultural sobre o desenvolvimento do ser humano. Uma interação de qualidade no ambiente institucional ou com cuidados substitutos dependerá invariavelmente de alguns fatores, tais como: organização da rotina de cuidados e as normas da instituição; número de cuidadoras que se ocupam de cada criança; as características emocionais e as vivências infantis do próprio cuidador, bem como o apoio psicológico aos cuidadores que se ocupam diretamente das crianças. Além disso, são consideradas influências importantes a história de vida de cada criança, a sua idade e, o motivo do afastamento da família biológica. Contudo, propõe-se que estudos futuros possam reconhecer a importância da estimulação precoce no desenvolvimento infantil em contextos institucionais e assim as propostas de estimulação possam ser incorporadas no cotidiano desses ambientes. Ficou evidenciado a importância de toda a atenção precoce e intervenções que as crianças devem usufruir na instituição, e a necessidade que se trabalhe em prol da execução da nova lei e que as crianças sejam realmente retiradas até o prazo máximo nela definido para o acolhimento, seja por meio da reinserção aos seus familiares ou através da adoção.

**Palavras-chave:** Crianças. Estimulação precoce. Institucionalizadas. Psicologia.

### 1. Introdução

Em meados do século XX, as suposições acerca dos efeitos da institucionalização precoce e prolongada de crianças ganham relevância, principalmente em período inicial da infância em que podem se manifestar de forma intensa e quase irreversível sequelas psicológicas oriundas dessa modalidade de cuidado infantil (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007).

Atualmente, autores como Zeanah, et al (2003) consideram que experiências de separação ou perda de figuras que servem de referência para a criança por motivo de acolhimento, relacionam-se a prejuízos quase irreparáveis no desenvolvimento da linguagem, na capacidade de ligar-se e apegar-se. O tempo que vai da concepção até os 3 anos de idade, é propício à aquisição de habilidades cognitivas e sociais. Desse modo, o afastamento da família e a permanência da criança em instituição que ofereça

<sup>1</sup> Professora Mestre do Curso de Psicologia – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia – Centro Universitário UNIVEL.



pouco estímulo físico e social, podem limitar os notáveis avanços desenvolvimentais nessa etapa da vida.

Meneghini e Carvalho (2003) ressaltam o ambiente pouco estruturado das instituições brasileiras, principalmente as que atendem a população de baixa renda assim como a grande demanda de vagas para crianças menores. Os autores relatam, em estudo realizado em creche, uma ocorrência de 10 a 35 crianças com idade entre 1 a 36 meses, sob a supervisão de um só adulto; e ainda a falta de mobiliário, objetos e equipamentos atrasados, o que impossibilita as interações, seja entre crianças com menos de 3 anos, cujas habilidades verbais e sociais estão em possível desenvolvimento.

Na maioria dos casos, a institucionalização de uma criança ocorre de forma dolorosa, porque significa a ruptura de vínculos familiares, por motivos diversos e, em geral, ameaçadores para o bem-estar da criança, tais como abusos, maus tratos, violência doméstica, miséria.

No entanto as oportunidades restritas de movimento e a privação de experiências têm mostrado repetidamente interferir nas habilidades das crianças para desempenhar tarefas desenvolvimentistas que são características de suas faixas etárias. Os efeitos da privação de experiências motora e sensorial podem, algumas vezes, ser superados quando condições quase ideais são estabelecidas para a criança. A extensão até a qual a criança poderá alcançar seus companheiros etários, entretanto, depende da duração e da severidade da privação, da idade e do potencial genético de crescimento individual da criança. O artigo está organizado em quatro capítulos a saber - Um primeiro capítulo apresenta uma revisão da literatura focando na compreensão de como se processa a discussão sobre a importância em se trabalhar a estimulação precoce do bebê e/ou da criança quando estes estão abrigados, pois estas crianças estão sem os pais.

Nas áreas de Pedagogia/Psicologia, ressalta-se o quanto é essencial para a saúde mental do recém-nascido e da criança de pouca idade, o calor, a intimidade e a relação constante com a mãe ou quem, em caráter permanente, a substitua. No segundo capítulo, busca-se relatar brevemente a metodologia utilizada para desenvolvimento da pesquisa. O terceiro capítulo apresenta os resultados e faz uma

análise e discussão do estudo, e no quarto e último capítulo faz se algumas considerações do trabalho empreendido pesquisa bibliográfica.

## 2. Desenvolvimento

Alguns autores contemporâneos, como Schaffer (1996), Klaus e Kennell (2000), Claussen e Crittenden (2000) e Schermann (2001), salientam que os bebês recém nascidos apresentam uma grande capacidade de responder às interações com a mãe já nos primeiros momentos. Nas interações mãe-bebê, os afetos, sentimentos e emoções de um refletem os do outro por espelhamento, contágio ou reações contingentes dentro de um curto período de tempo.

Desse modo observa-se que o bebê passa a constituir-se a partir do outro, a mãe é o que o bebê vê e se espelha. Ressalta-se a importância do afeto na relação mãe-bebê, observou como é indispensável durante a infância e sugeriu que é a partir desta relação que nasce e desenvolve-se a consciência do bebê. Pois a ternura da mãe proporciona uma vasta gama de experiências vitais ao bebê e sua atitude afetiva favorece a qualidade da experiência. De acordo com Winnicott (2000), a boa evolução dos estágios posteriores do desenvolvimento depende, principalmente, de bons resultados nos primeiros contatos do bebê com a mãe ou cuidadora.

Em pesquisa realizada no Brasil, Seidl-de-Moura et al. (2008), examinaram as características das interações das mães com seus bebês. Um grupo de atividades comuns como parceiros em trocas sociais foi identificado e algumas das características das interações iniciais foram analisadas. Os episódios de interação do tipo face a face predominou, caracterizado pelas atividades de tocar, olhar e mamar. Em relação às atividades predominantes das mães foram: olhar o bebê (99,2%) e tocar o bebê (83,4%). Além disso, visualizaram-se vários momentos de interação através da estimulação por objetos, assim como interações afetivas através do contato corporal. Estes resultados sugerem a importância das atividades de olhar e tocar no processo interacional mãe-bebê, o que reforça a importância da afetividade como construtiva nestas interações e de grande relevância para o desenvolvimento infantil.

Logo, pode-se observar o quão positivo é para o bebê a oportunidade de trocas afetivas e corporais com a mãe e o quão significativo pode ser a falta disto para bebês institucionalizados que não são estimulados.

Acredita-se que o desenvolvimento infantil é visto como um processo com início desde a vida intrauterina que engloba o crescimento físico, a maturação neurológica e a construção de habilidades nas esferas cognitiva, social, comportamental e afetiva da criança, tornando-a competente para responder às suas necessidades e às do seu meio (SANTOS, 2001).

A palavra maturação foi introduzida por Gesell (1925), o qual a definiu como padrões de mudanças sequenciais geneticamente programados. O desdobramento das funções filogeneticamente desenvolvidas surgem no curso embrionário e se desenvolvem após o nascimento. Logo, as alterações observadas no tamanho e nas formas do corpo, as mudanças ósseas, musculares e hormonais, por exemplo, seguem um plano previamente organizado e definido pelo código genético, estruturado pelo relógio biológico.

Contudo, Winnicott (1983) ressalta que a maturidade do ser humano é um termo que implica crescimento pessoal e socialização. Pode-se observar que o desenvolvimento infantil é complexo, pois envolve além das mudanças biológicas, como o aumento do tamanho do corpo, o fortalecimento dos músculos e ossos; incluem também as aquisições percepto-motoras, as habilidades cognitivas e psicossociais.

A presença dessas condições biológicas e/ou ambientais, como distúrbios neurológicos, de comportamento, negligência, violência entre outros, que são desfavoráveis ao potencial desenvolvimento neuropsicomotor, pode colocar em risco o desenvolvimento da criança. Estas condições, denominadas de fatores de risco, aumentam as chances de a criança apresentar atraso e distúrbios do desenvolvimento. Estes, por sua vez, também se referem aos cuidados precários à saúde e/ou educação, fatores socioeconômicos, ambiente familiar e/ou meio desfavorável, acidentes e abandono. Característica multifatorial e efeito cumulativo de risco estão atrelados ao processo de desenvolvimento infantil (NASCIMENTO; PIASSÃO, 2009).

Em um trabalho realizado por Smyke (2007), comparou os cuidados de lactentes e crianças criadas em instituições, com aquelas criadas com a família, na Romênia. O resultado não surpreendeu, pois mostrou que as crianças mais velhas cuidadas em instituições mostraram maior nível de comprometimento cognitivo que as crianças mais jovens. Isto é compatível com a ideia de que a capacidade cognitiva é diminuída com o tempo vivenciado em contextos institucionais. Também, foi descoberto que a internalização e problemas de comportamento exteriorizado não eram mais comuns entre as crianças que vivem em instituições do que as que foram criadas em famílias, mas a internalização e problemas de externalização podem surgir como consequência de uma criação institucional antecipada de bebês. Logo, uma maior exploração sobre as diferenças individuais de crianças e os cuidados dispensados as mesmas, é uma importante direção para pesquisas no futuro.

Algumas pesquisas estabelecem relações comparativas entre diferentes aspectos do desenvolvimento de crianças que em seus primeiros meses ou anos de vida foram cuidadas em instituições e depois em lares adotivos, como investigaram Dozier et al., (2001). Em todas elas, os escores relativos às crianças com histórico de institucionalização precoce e prolongada indicam evidente desvantagem em termos desenvolvimentais em relação àquelas que foram mantidas em casa e no convívio com familiares.

Ainda, referindo-se a esses estudos, Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), relatam sobre pesquisas realizadas no Brasil, que investigam o universo da criança cuidada em instituição e aos poucos se torna mais presente na literatura nacional e dão sinais da vitalidade dessa temática no meio acadêmico.

Em pesquisa realizada no Espaço de Acolhimento Provisório Infantil- EAPI, Barros (2009), relatou em suas conclusões que alguns cuidados oferecidos pelas monitoras às crianças institucionalizadas na faixa etária entre 2 a 4 anos, eram considerados como tarefas sem identificação de afeto, a quantidade de monitoras era inferior a demanda das crianças, o que ocasionava pouca atenção às necessidades individuais de cada criança. Porém, as crianças participantes do estudo encontraram meios particulares de lidar com a situação que fazia parte de sua vida desde os primeiros meses de vida.

Ao analisar-se o que foi abordado neste item, sobre os cuidados sem identidade afetiva, pode-se observar os fatores de risco e proteção que podem estar presentes nas reações das crianças que vivem no contexto institucional, assim como na sua capacidade de se recuperar dos efeitos da institucionalização, diante disso acredita-se na importância do acompanhamento do desenvolvimento das mesmas através de avaliações e atividades interventivas que estimulem habilidades motoras, cognitivas, sociais, afetivas e etc.

Diante dos fatores apontados acima este artigo traz como objetivo o porque é importante estimular o bebê e/ou a criança que está abrigada. Ao investigar-se ecologicamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados significa entendê-los como “pessoas em desenvolvimento” e considerar este desenvolvimento “no contexto” (BRONFENBRENNER, 1996).

Para Bronfenbrenner (1996), os efeitos imediatos da privação dos cuidados maternos após o sexto mês de vida traz seguramente danos ao desenvolvimento infantil, mas enfatiza que as consequências em longo prazo podem ser superadas ou reparadas em razão de vários fatores, como a qualidade do cuidado institucional, o tempo de convivência nesse meio, o ambiente pós-institucionalização, entre outros. Porém, ressalta que, quando a privação ocorre nos primeiros 6 meses, fase em que as interações da criança com a mãe são mais intensas e as ferramentas que possibilitam a aprendizagem e o conhecimento do mundo começam a ser experimentadas, os prejuízos emocionais e cognitivos tendem a ser mais severos e persistentes e, conseqüentemente, a possibilidade de reparação desses déficits pode se tornar menor.

Diante desse quadro de possíveis consequências para o desenvolvimento da criança em acolhimento institucional, tem se observado a importância de programas e atividades que estimulem o desenvolvimento adequado com a aquisição de habilidades motoras, cognitivas e psicossociais. Os programas de estimulação têm sido muito utilizados por vários profissionais de creches e abrigos. Segundo Martins e Moser (1996), a estimulação precoce é um conjunto de processos preventivos e/ou terapêuticos para assegurar à criança um melhor intercâmbio com o meio em que vive durante a primeira infância.

### 3. Metodologia

O presente trabalho caracterizou-se como pesquisa bibliográfica, que é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 1988).

A abordagem do tema de pesquisa foi do modo qualitativo, pois tratou-se da proposição de uma visão sobre a música de forma a incorporá-la ao acervo do ponto de vista informacional, William e Hatt (1973, p. 132) comentam que o modo qualitativo de pesquisa “[...] auxilia a esclarecer ideias e a refundir o conhecimento substantivo”. Quanto aos temas da pesquisa, foram utilizadas fontes bibliográficas das áreas da Psicologia e Pedagogia, incluindo livros e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais.

Foram pesquisados materiais bibliográficos (livros) selecionados a partir da afinidade com o tema de pesquisa, não foi adotado nenhum corte cronológico de edição pois, visto que as áreas pesquisadas são bastante diversificadas, não era conveniente tal limitação. Quanto aos artigos de periódicos científicos, a princípio, estabeleceu-se um corte cronológico a partir do ano de 2000 até 2010, no entanto, no andamento da pesquisa, detectou-se a necessidade de aumentar esse universo, em função da escassa produção de artigos vinculados ao tema dessa pesquisa no período proposto. Para que fosse possível complementar a pesquisa com esse material, estabeleceu-se uma nova determinação cronológica, período em que foi possível localizar mais conteúdos dessa natureza.

Apesar do esforço de pesquisa, o número de artigos encontrados, que tinham relação com os objetivos propostos, foi pequeno. No entanto, esse fato não invalida o estudo e nem diminui sua importância informacional para a formação acadêmica.

No período do levantamento de dados, os materiais coletados – bibliografias e artigos- foram reunidos seguindo os critérios de alinhamento dos sub-temas, e foram registrados através do fichamento individual de cada obra ou artigo. Posteriormente,

realizou-se uma análise desses dados de forma a iniciar a sua inclusão nos resultados da pesquisa.

#### 4. Resultados

Ao nascer uma criança precisa se adaptar a um mundo totalmente novo. Desde o nascimento até pelo sexto mês seu interesse centraliza-se quase que exclusivamente na figura da mãe. Ainda nos primeiros dias de vida, já conhece muito sobre ela, é capaz de reconhecê-la pela voz e pelo olfato. Reconhece os ritmos de seu coração, ao qual se habituou durante os nove meses da gestação (ABERASTURY, 1992).

Elas reconhecem ainda a forma peculiar de comunicação dos bebês, ajustando seu comportamento a esses aspectos. Para Heckhausen (1987), adaptações são também realizados pelo bebê. Tanto a criança age sobre sua mãe através de olhares e mímicas, quanto à mãe age sobre ele por meio de sua fala e movimentação (ROBIN, 1980). No caso da mãe há um ajuste intuitivo e preciso de sua atividade às capacidades do bebê (BRUNER, 1983), um ajuste que pode ser percebido, inclusive, em termos de linguagem.

Esse dado é relevante para observar-se que o bebê já possui a capacidade para interagir, o que viabiliza a constituição da vinculação afetiva entre a criança e o adulto que lhe dispense cuidados. Assim, acredita-se que os bebês possam demonstrar evidências de suas intenções e é capaz de reconhecer a do outro (STERN, 1991).

O bebê tem o mundo limitado às suas necessidades corporais (WINNICOTT, 2000). A mãe que conhece o bebê procura satisfazer tais necessidades, embora incapaz de prover todas as suas demandas, o bebê vai adaptar-se gradativamente por meio do contato, calor corporal, movimento, alimentação, cuidados higiênicos que a mãe favorecerá (WINNICOTT, 2000).

Esses cuidados permitem ao bebê desenvolver-se, o que influenciará na visão de si próprio, nos seus relacionamentos interpessoais, na sua autoestima, pois “o conjunto das interações precoces vividas pelo bebê em seu corpo e em seu



comportamento dão lugar a uma atividade de mentalização e figuração absolutamente essencial na ontogênese do aparelho psíquico da criança” (ARAGÃO, 2004, p. 21). Ou seja, as experiências vivenciadas pelo bebê serão determinantes no desenvolvimento futuro do mesmo.

Os primeiros anos de vida são considerados críticos para o desenvolvimento do bebê, já que existe maior plasticidade cerebral, o que possibilita o desenvolvimento das potencialidades da criança. A plasticidade neuronal é reforçada no cérebro em desenvolvimento e a experiência apropriada neste período é de extrema importância para a adequada função dos sistemas neurais (NASCIMENTO; PIASSÃO, 2009).

Em relação aos fatores de risco ambientais, as instituições de abrigo vêm sendo frequentemente citadas como locais de impacto negativo para o desenvolvimento psicomotor. Dificuldades nas relações sociais, insegurança, ansiedade, problemas de conduta, déficit de atenção e hiperatividade são descritos como possíveis danos para a saúde de crianças em acolhimento institucional. Alterações estruturais no sistema nervoso central também têm sido implicadas no impacto da institucionalização, como atrofia neural e desenvolvimento anormal do cérebro (CASTANHO; BLASCOVI-ASSIS, 2004).

Algumas das causas relacionadas às possíveis influências negativas do ambiente do abrigo para o desenvolvimento são: a pouca qualificação dos funcionários, superlotação, espaço reduzido e com poucas chances de oportunizar estimulação sensorial adequada aos bebês. Nascimento e Piassão (2009) caracterizaram o desenvolvimento motor de crianças acolhidas institucionalmente, com idade entre zero e dezoito meses, mostrou indícios de que o atraso apresentado pela amostra poderia ter relação com a falta de estimulação e com o ambiente institucional, o qual poderia proporcionar poucas oportunidades para as crianças brincarem e interagirem com o meio.

Para diferenciar a estimulação da intervenção precoce, observa-se que a estimulação é o que todo bebê ou criança recém-nascida necessita para desenvolver as suas capacidades. Já a intervenção precoce atua de forma efetiva visando ajudar a criança com alteração em seu desenvolvimento, desde os primeiros momentos de vida (PÉREZ-RAMOS et al., 1990). Entretanto, a estimulação precoce tem sido

substituída por Estimulação Essencial ao Desenvolvimento, definida como uma necessidade humana básica para um crescimento e desenvolvimento harmônico, pois através desta prática, a criança desenvolve o seu potencial genético e atinge a maturidade física, mental e social (CABRAL, 1989).

Mastroianni, Bofi e Carvalho (2007), realizaram um estudo com o propósito de avaliar o desenvolvimento motor e cognitivo de crianças com idade entre zero a um ano, após a estimulação, matriculadas nas creches públicas de Presidente Prudente. Os resultados mostraram que a idade cronológica das crianças foi de 10,08 meses, já a idade motora ficou em 9,69 meses e a cognitiva em 9,10 meses, em média. Esses resultados permitem inferir que as crianças estudadas, estão aproveitando a estimulação recebida. Entretanto, apesar da estrutura atual não estar trazendo prejuízos significativos ao desenvolvimento infantil é fundamental buscarmos a superação de limites e a melhora das condições gerais das creches.

Schobert (2008) investigou a relação entre o desenvolvimento motor de bebês, que frequentavam creches, entre os 6 a 18 meses, e as características ambientais das famílias e das creches de Erechim/RS. Verificou também o desenvolvimento motor dos bebês no contexto familiar, as oportunidades de estimulação do comportamento motor no lar e as características do contexto e cuidados oferecidos nas creches. Os participantes do estudo foram 52 bebês, de 9 creches e os instrumentos utilizados foram a escala Alberta Infant Motor Scale (AIMS) para o desenvolvimento motor e o Affordances in the Home Environment for Motor Development (AHEMD) para o contexto familiar geral, oportunidades de estimulação e ficha de observação da rotina da creche para o contexto e os cuidados oferecidos. Os resultados obtidos apontaram que a análise do desenvolvimento motor revelou que 50% dos bebês participantes apresentaram desempenho motor suspeito de atraso ou atrasado.

As etapas do desenvolvimento da criança devem ser observadas e respeitadas na sua individualidade, para que suas potencialidades possam ser enriquecidas e desenvolvidas com a estimulação, beneficiando assim, o seu desenvolvimento como um todo. Pois a não intervenção precoce poderá causar à criança consequências negativas, pois a aquisição de conhecimentos está ligada diretamente com o

desenvolvimento psicomotor, a criança precisa ser estimulada para que ela possa evoluir aproveitando toda a sua capacidade cognitiva.

Diversas pesquisas relacionam condutas de risco com crianças que vivenciaram a ausência materna ou tiveram um relacionamento perturbado com suas mães nos primeiros anos de vida. Para Bowlby (1981), o desenvolvimento de crianças institucionalizadas desde cedo é causador de danos significativos, tanto fisicamente quanto mentalmente. O autor refere que desde a primeira semana de vida os efeitos da privação dos cuidados maternos podem ser observados nos bebês.

O bebê “pode deixar de sorrir para um rosto humano ou de reagir quando alguém brinca com ele, pode ficar inapetente ou, apesar de bem nutrido, pode não engordar, pode dormir mal e não demonstrar iniciativa” (Bowlby, 1981, p.22). Outros sintomas típicos de crianças que tiveram tais experiências são: relacionamento superficial, nenhum sentimento verdadeiro – nenhuma capacidade de se interessar pelas pessoas ou de fazer amizades profundas; inacessibilidade, exasperante para os que tentam ajudá-la; nenhuma reação emocional em situações em que isto seria normal – uma estranha falta de preocupação; falsidade e evasivas, frequentemente sem motivo; furtos; falta de concentração na escola (BOWLBY, 1981, p. 35).

É inegável, contudo, que mesmo as crianças que apresentam falhas e dificuldades na habilidade de relacionar-se em razão de suas experiências de vida, ainda assim demonstram ter uma capacidade e uma disponibilidade emocional para buscar vínculos alternativos que possam estruturar e processar o mundo ao seu redor, mostrando que, apesar de toda conflitiva do abandono, elas apresentam recursos internos preservados e bastante saudáveis. Isso traz à tona novamente a questão afetiva como o principal déficit da rotina institucional. Como se percebe até então, o cuidado oferecido não substitui o cuidado de uma relação afetiva, tão necessária por gerar bem-estar emocional e o desenvolvimento das relações interpessoais.

Os cuidados substitutos são uma forma de reduzir algum possível dano e por isso a importância de um investimento na formação, seleção e manutenção das mães sociais, afim de que essas possam vincular-se com as crianças e propiciar uma relação afetiva saudável e duradoura, podendo criar um clima de segurança para os menores abandonados.

O que ficou comprovado é que na verdade essas crianças não precisam de “coisas” e o mais importante não são somente as oportunidades, mas sim o sentimento de pertencer, de “sentir-se em casa”, no seio de uma família, mesmo que esta família seja institucional, precisam de afeto e atenção e alguém disposto a escutá-las e lhes dar amor. Partindo desse pressuposto, a importância do serviço de Psicologia no abrigo se faz necessária não somente para as crianças, mas também para dar um suporte aos monitores, visto que o bem-estar das crianças está diretamente relacionado ao cuidado substituto, e neste sentido o serviço de Psicologia se apresentaria então como forma de apoio e aconselhamento.

## 5. Considerações Finais

Uma interação de qualidade no ambiente institucional ou com cuidados substitutos dependerá invariavelmente de alguns fatores, tais como: a organização da rotina de cuidados e as normas da instituição; o número de cuidadoras que se ocupam de cada criança; as características emocionais e as vivências infantis do próprio cuidador, bem como o apoio psicológico aos cuidadores que se ocupam diretamente das crianças. Além disso, são consideradas influências importantes a história de vida de cada criança, a sua idade e, o motivo do afastamento da família biológica.

Através da análise de estudos que evidenciam a estimulação seja precoce e/ou essencial, são poucas publicações que abordam a importância de programas de intervenção para a estimulação de vários aspectos do desenvolvimento infantil no contexto do abrigo. Logo, esta dissertação argumentativa se propôs a compreender o desenvolvimento dos bebês e como a intervenção diante de suas necessidades auxiliou na minimização de possíveis aspectos negativos da institucionalização, assim como auxiliar estudos sobre essa temática de extrema relevância no contexto atual onde o ambiente favorável torna-se indispensável para o desenvolvimento adequado de habilidades na infância.

Nesse sentido, a estimulação precoce é de total relevância, pois, no futuro garantirá a auto-estima da criança, a confiança nas suas próprias possibilidades, o conhecimento das suas dificuldades, a adaptação ao seu meio que compreende não

só as pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento, mas a sociedade, essa adaptação implica na capacidade de atuar, agir, modificar e produzir alterações ao seu redor, possibilitando seu desenvolvimento e crescimento pessoal.

Portanto, o principal é a aceitação da criança, a afetividade, um ambiente variado de estímulos, a participação da família em trabalho conjunto com a equipe multidisciplinar, esses são e sempre serão aspectos fundamentais para o desenvolvimento infantil.

Em síntese, é fundamental considerar a estimulação precoce como um importante aliado na prevenção ou atenuante de possíveis deficiências, para tanto, é necessário que a instituição infantil tenha um espaço e material adequados, professores capacitados para trabalhar na intervenção precoce, buscando as parcerias família/escola e outros setores da sociedade, para que a escola se transforme em um espaço de efetiva aprendizagem e inclusão de todas as crianças independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas.

Pois é preciso considerar que os estudos acerca desta temática são ainda inconclusivos, tanto pela falta de mais estudos empíricos quanto pela superficialidade da maior parte da literatura sobre os efeitos da institucionalização. Sem sombra de dúvidas, este é um tema bastante complexo que carece – e merece! - mais atenção, pois só assim será possível (re)pensar como construir melhores oportunidades de vida para aqueles que tanto necessitam.

## REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. **Psicanálise da Criança: teoria e técnica**, Porto Alegre, Artes Medicas, 1992.
- ARAGÃO, R., (org.). **O bebê, o corpo e a linguagem**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.
- BARROS, A. C. B. G. “**João e Maria**”: uma observação psicanalítica sobre a experiência de crianças em situação de abrigo. 2009. 101f. Dissertação (mestrado em psicologia), Universidade Federal do Para- UFPA. Belém, 2009.
- BOWLBY, J. (1981). **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- BOFF, A. A. **Recortes de Interações entre cuidadoras e crianças institucionalizadas: uma avaliação das funções parentais a luz da psicanálise**. Dissertação de Mestrado. Programa de

Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2002.

BRAZELTON, T. B.; CRAMER, B. G. **As primeiras relações**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRAZELTON, T. B. **O desenvolvimento do apego**: uma família em formação. Artes médicas, Porto Alegre, 1988.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: Experimentos naturais e planejados (M. A. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 1996. (Originalmente publicado em 1994).

BRUNER, J. **In Search of mind**: essays in autobiography. New York: Harps & Row, 1983.

CABRAL, I. E. **Aplicação da estimulação essencial à criança hospitalizada**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, DF, v. 42, n. ¼, p. 90-92, 1989.

CARVALHO, A. M. **Comportamento de cuidado entre crianças**: um estudo longitudinal entre diferentes ambientes institucionais. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CASTANHO, A. A. G; BLASCOVI-ASSIS, S. M. **Caracterização do desenvolvimento motor da criança institucionalizada**. Fisiot. Bras., v. 5, p. 437-42, 2004.

CAVALCANTE, L. I. C., BRITO, R. C. S. E MAGALHAES, C. M. C. **Crianças institucionalizadas**: limites e riscos ao desenvolvimento. Em: Pontes, F. A. R., Magalhães, C. M. C., Brito, R. C. S. e Martin, W. L. B. (Orgs). Temas pertinentes a psicologia contemporânea. Belém: EDUFPA, p. 327-353, 2005.

CAVALCANTE, L. I. C., MAGALHAES, C. M. C E PONTES, F. A. R. **Institucionalização precoce e prolongada de crianças**: discutindo aspectos diários para o desenvolvimento. Aletheia, n. 25, Canoas, jun 2007.

CLAUSSEN, A. H; CRITTENDEN, P. M. **Maternal sensivity**, pp. 115-122. Cambridge University Press, Nova York, 2000.

DOZIER, M., STOVALL, K. C., ALBUS, K., E. E BATES, B., J. M. **Attachment for infants in foster care**: the role of caregiver state mind. Em: child development 72: 1467-1477, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1988.

GESELL, A. L. **The mental growth of the preschool child**. New York: Mac Millan, 1925.

HECKHAUSEN, J. **How do mothers know?** Infants. Chronological age os infants performance as determinants of adaptation in maternal instruction? Journal of experimental child psychology, 43, 212-226, 1989.

KLAUS, M. H; KENNEL, J. **Vínculo**: construindo as bases para um apego seguro e para a independência. Artes Medicas, Porto Alegre, 2000.



MARTINS, P. C. R.; MOSER, M. H. **Desenvolvimento psicomotor de criança no lar e na creche.** Revista medica hospital São Vicente de Paula., v. 8, n. 18, p. 20-28, 1996.

MASTROIANNI, E. C. Q.; BOFI, T. C.; CARVALHO, A. C. **Perfil do desenvolvimento motor e cognitivo de crianças com idade entre zero a um ano matriculadas nas creches públicas da rede municipal de educação de Presidente Prudente.** Revista Ibero Americana de estudos em Educação. V. 2, n. 1, 2007.

MENEGHINI, R.; CAMPOS de CARVALHO, M. **Arranjo espacial na creche: espaços para interagir, brincar isoladamente, dirigir-se socialmente e observar o outro.** Psicologia: reflexão e critica, v. 16, supl. 2, p. 367-378, 2003.

MORAIS, N. A. LEITAO, H. S., KOLLER, S. H. E CAMPOS, H. R. **Notas sobre a experiência de vida num internato: aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento dos internos.** Revista Psicologia em Estudo 3: 379-387, 2004.

NASCIMENTO, R; PIASSÃO. C. **Avaliação e estimulação do desenvolvimento neuropsicomotor em lactantes institucionalizadas.** Revista neurociencias, vol. 18, p. 469-478, 2009.

NOGUEIRA, P. C. **A criança em situação de abrigo: reparação ou re-abandono.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2004.

PARREIRA, S. M. C. P. E JUSTO J. S. **A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação.** Em: Psicologia em Estudo 2: 175-180, 2005.

SANTOS, D. C.C. **Desenvolvimento durante o primeiro ano de vida: uma comparação entre um grupo de lactentes brasileiros e americanos.** Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SANTOS C, C, D.; CAMPOS, D. **Desenvolvimento motor: Fundamentos para Diagnóstico e intervenção.** In: Moura-Ribeiro, M. V. L. & Goncalves, V. M. G. (Orgs.). Neurologia do Desenvolvimento da Criança, 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2000, p. 288-307.

SCHAFFER, H. R. **Social development.** Blackwell Publishers Ltda, Oxford, 1996.

SCHOBERT, L. O. **O desenvolvimento motor de bebês em creches: um olhar sobre diferentes contextos.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porot Alegre: 2008.

SCHERMANN, L. **Considerações sobre a interação mãe-criança e o nascimento prétermo.** Temas em Psicologia da SBP9(1):55-61, 2001.

SEIDL-DE-MOURA, M., RIBAS, A., SEABRA, K., PESSOA, L., NOGUEIRA, S., MENDES, D., ROCHA, S., VICENTE, C. **Interações mãe-bebê de um e cinco meses: aspectos afetivos, complexidade e sistemas parentais predominantes.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 21 (1), 66-73, 2008.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura.** Em: Psicologia e Sociedade 18: 71-80, 2006.





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



SMYKE, A. et al. **The caregiving control in institution-reared and family-reared infants and toddlers in Romania.** Journal of child Psychology and Psychiatry 48:2, pp. 210-218, 2007.

STERN, D. N. **Diário de um bebê:** o que seu filho sente, imagina e deseja. São Paulo: Artes Medicas, 1991.

TRINDADE, J. **Manual de psicologia jurídica para operadores do direito.** Livraria do advogados. Porto Alegre: 2004.

WILLIAM, J. Good; HATT Paul K. **Métodos em pesquisa social.** 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

WINNICOTT, D. W. **O Ambiente e os Processos de Maturação.** Estudos Sobre a Teoria do Desenvolvimento Emocional. Artmed. Porto Alegre: 1983. p.80

WINNICOTT, D. **Da pediatria à Psicanálise.** Imago, Rio de Janeiro, 2000.

ZEANAH, H. C., N, C. A., FOX, N. A. SMYKE, A. T., MARSHALL, P., PARKER, S. W. E KOGA, S. **Designing research to study the effects of institutionalization on brain and behavioral development:** the Bucharest Early Intervention Project. Em: Development and Psychopathology 15: 885-907, 2003.

## OS DESAFIOS DA CONVIVÊNCIA ENTRE AS DIVERSAS GERAÇÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO

Patricia Schervinski Pereira Riedi  
Lademir Renato Petrich

**Resumo:** Com a globalização o cenário organizacional sofreu muitas mudanças econômicas, tecnológicas, culturais e comportamentais, com destaque ao surgimento de diversas gerações no mesmo ambiente organizacional, com seus diferentes perfis e necessidades, causando impactos nas empresas. O presente artigo disserta com o objetivo de identificar a percepção dos colaboradores a respeito dos desafios enfrentados pelas equipes na convivência com indivíduos de diferentes gerações: Veteranos, Baby Boomers, Geração X, Geração Y e Geração Z em um mesmo ambiente de trabalho, enfatizando as vantagens e desvantagens e apontando as causas e as diferenças na forma de pensar e proceder de cada uma delas. Esta pesquisa foi focada em demonstrar que a diversidade de pessoas em uma empresa só aumenta as chances de sucesso da mesma, uma vez que cada indivíduo traz consigo experiências e conhecimentos de vida únicos, e que estas diferenças são muito saudáveis para se atingir os resultados esperados em uma organização, pois como estamos vivendo em ambiental cada vez mais dinâmico e altamente mutável, essa diversidade faz ampliar o campo de visão e troca de experiência. Utilizando referencial bibliográfico sobre gerações, bem como suas divisões em períodos, o estudo compreendeu a comparação das características de cada geração. Após realização da pesquisa de campo em uma Cooperativa, com dados coletados através de entrevistas semiestruturadas com 20 colaboradores da mesma, os resultados encontrados indicam que, em termos gerais, as gerações presentes na organização possuem um bom relacionamento no local de trabalho, contudo, foi identificada a ocorrência de conflitos, com destaque entre as gerações X e Y, que são a maioria nesta Instituição. Os conflitos identificados podem ser classificados como de relacionamento e de processo, sendo os de fatores pessoais os mais frequentes. Ao final do artigo são apresentadas possíveis explicações para os resultados, bem como sugestões de melhorias.

**Palavras Chave:** Conflito, Gerações, Ambiente de Trabalho, Inovação, Diversidade

### INTRODUÇÃO

Muitas organizações já possuem em seu quadro de colaboradores as gerações denominadas de Veteranos, Baby Boomers, Geração X, Geração Y e Geração Z, cada qual com sua maneira de pensar e de trabalhar. As realidades contrastantes de cada geração e os aspectos interpessoais podem interferir nas relações de trabalho e na produtividade, gerando um campo de forças negativas e positivas entre si. Saber lidar com isso pode ser visto tanto como um desafio, quanto como uma oportunidade de se diferenciar diante da concorrência, pois nem sempre pessoas com ideias diferentes querem um conflito, mas, sim, troca de experiências e de conhecimentos.

O segredo está em saber gerenciar e combinar as qualidades naturais de cada geração, onde a junção das mesmas irá resultar em diferentes competências que irão

se completar, mas para que isso ocorra de forma saudável é necessário que o líder conheça as particularidades de cada geração e estas devem estar alinhadas e orientadas a seguir um objetivo comum.

O propósito geral deste artigo é evidenciar as vantagens que a sinergia entre diferentes gerações podem promover no ambiente de trabalho e propor o conhecimento do perfil dessas gerações.

Visando atingir o objetivo principal, alguns objetivos específicos são requeridos, dentre eles destacam-se:

- a) Identificar comportamentos que possam gerar conflito entre as distintas gerações existentes no mesmo ambiente de trabalho;
- b) Erradicar preconceitos e discriminações;
- c) Incentivar a aproximação dos grupos que compõem essa diversidade nas empresas;
- d) Desenvolver estratégias para equilibrar a equipe.

A importância de se pesquisar tal tema é evidenciar que podemos ser diferentes e não desiguais, que pessoas com culturas, vivências, crenças distintas podem trabalhar harmonicamente, compartilhando experiências entre si, contribuindo para ampliação de conhecimentos, proporcionando desenvolvimento de competências e habilidades que irão fortalecer o espírito de equipe e gerar resultados positivos para organização.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### **A diversificação nas equipes de trabalho como fundamento para a inovação.**

Empresas inovadoras buscam diversidade com inserção de diferentes perfis de colaboradores no ambiente de trabalho, obtendo a vantagem de contar com novas perspectivas através de múltiplas visões em determinados assuntos, além de promover a inclusão social harmonizando as diferenças.

Para Wixey et al (2005, p. 17 apud ALVINO-BORBA; MATA-LIMA, 2011,) gerir a diversidade significa:

Valorização das pessoas e grupos independentes de religião, etnia, gênero ou diferença de idade; estruturas que possibilite possibilidades de escolhas; envolvimento nas decisões que afetam a si em qualquer escala; disponibilidade de oportunidades e recursos necessários para que todos possam participar plenamente na sociedade.

A diversidade é um conceito que está ligado ao respeito à variedade de atributos de indivíduos e grupos. Dentro das organizações, a diversidade surge para trazer a minoria para dentro do ambiente que historicamente pertence à maioria (SAJI, 2005).

Mendes (2005) elenca alguns motivos que elevaram a importância da diversidade nas organizações e, conseqüentemente, trouxeram o tema à pauta das estratégias organizacionais, tais quais, legislações decorrentes de mobilizações sociais, globalização das empresas, migrações em busca de emprego em países mais desenvolvidos, estruturas de trabalho multifuncionais e políticas de responsabilidade social corporativa.

A diversidade é um mix de pessoas com identidades diferentes interagindo no mesmo sistema social e possui definições mais amplas tais como:

A diversidade inclui todos, não é algo que seja definido por raça ou gênero. Estende-se a idade, história pessoal e corporativa, formação educacional, função e personalidade. Inclui estilo de vida, preferência sexual, origem geográfica, tempo de serviço na organização, status de privilégio ou de não privilégio e administração ou não administração (THOMAS, apud Nkomo e Cox Jr., 1999, p. 334-335).

Através da utilização de práticas que promovam conhecimento e reflexões sobre a diversidade pode-se diminuir o racismo, a homofobia e outras mazelas sociais, dessa forma as empresas podem assumir um compromisso ético para com toda a sociedade.

### **As diferentes gerações como fonte de diversificação.**

Entende-se geração como indivíduos nascidos em uma mesma época que, por diversos fatos vivenciados como políticos, sociais e tecnológicos, possuam valores,

ideologias e comportamentos semelhantes entre si e distintos de pessoas nascidas em épocas diferentes (LOMBARDIA et al., 2008 apud VASCONCELOS et.al., 2010).

As gerações possuem características distintas, opiniões diversificadas, comportamentos extremamente desiguais, pois cada uma delas nasceu em épocas com situações diferentes, cresceram e se desenvolveram em ambientes onde as mudanças estavam sempre presentes. Portanto, cada geração possui suas prioridades, habilidades, seu potencial e diferencial que agregam valores as organizações. Segundo Erickson (2011, p.3), “O comportamento de um indivíduo diz respeito ao aprendizado que é repassado a partir da adolescência, onde surgem os valores e as conclusões”.

Mesmo estando ligado diretamente à idade de cada indivíduo, não é a maneira mais simples de se identificar a qual geração ele pertence, pois para que essa classificação seja feita, leva-se em consideração inúmeros outros fatores como, cultura, família, educação, poder econômico e a localização. (OLIVEIRA, 2012).

### **Belle Époque (Veteranos)**

De acordo com os estudos de Jacques et.al (2015), os veteranos são aqueles nascidos entre 1922 e 1945. Baseados em teorias anteriores, os autores afirmam que os membros dessa geração nasceram e viveram em períodos de guerra e que, no Brasil, presenciaram a era Vargas, sofrendo com o período de ditadura no país. Dessa forma, um líder veterano numa empresa tende a concentrar o poder em si mesmo, assumindo total responsabilidade pelas decisões estratégicas e suas consequências.

O acesso à saúde e à melhora na qualidade de vida tem favorecido o envelhecimento cada vez mais saudável da população aumentando a expectativa de vida, dessa forma, muitos dessa geração se mantêm na ativa, seja para alcançar algum objetivo ou apenas para manter uma renda a mais para sustentar a família.

O envelhecimento populacional é, sem dúvida, um grande desafio para organizações, governos e universidades no que se refere à atualização dos trabalhadores mais velhos que desejam permanecer no mercado, à criação de novas oportunidades para os mais velhos e os mais jovens, aos preconceitos existentes em relação à idade e a como lidar com equipes Inter geracionais em idades tão extremas. (FRANÇA, 2011, p. 50)

## Baby Boomers

Devido à explosão demográfica após a Segunda Guerra Mundial, os *baby boomers* ganharam esse nome em referência ao grande crescimento populacional, eles tem hoje entre 52 e 70 anos, valorizavam a fidelização ao trabalho, a empresa vinha em primeiro lugar e buscavam uma carreira que os realizasse e não apenas lhes oferece bens materiais.

O próprio rótulo “baby boomers” traz consigo uma riqueza de significados. Em seu nível mais básico demográfico, refere-se a um fenômeno que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, onde muitos países no mundo ocidental experimentou um aumento na taxa de natalidade. Especialistas justificam o fato explicando que o ser humano tem uma característica de aumentar a reprodução quando se sente ameaçado ou sem perigo por determinado período de tempo, como nesse caso (OLIVEIRA, et al, 2011 p.4).

Erickson (2011) classifica os *baby boomers* os nascidos no período de 1946 a 1964, geração voltada à extrema competição que se empenha no trabalho com objetivo de conquistar um cargo hierárquico na empresa.

Essa geração se tornou notável quando começou a contestar a maneira que se vivia, desde o modelo de família imposto, até em relação à maneira de ensino das instituições. Não mostraram medo, foram para rua contestar e impor suas fortes opiniões, desencadeando importantes revoluções políticas (OLIVEIRA, 2012). Foi a partir dessa atitude e do resultado que trouxe que, se colocou em discussão: a diversidade social, a raça, a preferência sexual, no papel da mulher e o próprio modelo familiar.

Para Malafaia (2011), os *baby boomers* valorizam a carreira, são fiéis a organização e possuem valores dominantes tais como: realização, ambição e status. Esta geração passou por fases difíceis na adolescência momentos marcados pelos movimentos civis, pela Guerra no Vietnã e a Ditadura Militar.

## Geração X

Segundo Erickson (2011), a geração X compreende os nascidos entre 1965 a 1979, que passou por diversas situações no momento da adolescência, fatores tais como: economia estagnada aumentando de maneira significativa, o desemprego dos adultos, eventos políticos como a primeira Guerra do Golfo e o Impeachment na presidência. Na ciência, houve a adulteração do medicamento Tylenol em 1982 que resultou em mortes e também presenciaram a clonagem de uma ovelha no ano de 1997. No ambiente familiar, crescimento dos divórcios onde as mães tiveram que ingressar no mercado de trabalho, em consequência, a geração X teve que assumir responsabilidade mais cedo que o esperado, tais como cuidar dos irmãos ou ficar sozinhos em casa.

Essa geração viveu em um momento de revolução e de luta política e social, para eles, as hierarquias são menos rígidas, mas ainda importam. Também apreciam estabilidade e são profissionais comprometidos e consistentes em suas ações. Lombardia (2008, p.4) explicita que as pessoas pertinentes a essa geração:

São conservadores, materialistas e possui aversão a supervisão. Desconfiam de verdades absolutas, são positivistas, autoconfiantes, cumprem objetivos e não os prazos, além de serem os hippies (no singular, hippie) eram parte do que se convencionou chamar movimento de contra cultura dos anos de 1970, muito criativos.

Segundo Oliveira (2008), essa geração teve grande contato com as inovações tecnológicas, assistiu ao surgimento do vídeo cassete, do computador pessoal, da internet, do celular e tantas outras mídias. Esses indivíduos têm estrutura familiar diferente da geração anterior, filhos de pais separados, que trabalham fora, mas buscam equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Após um longo período na carreira, os funcionários da geração X tendem a se sentir desmotivados, cansados e insatisfeitos. É preciso definir quais as prioridades e buscar o encaixe juntamente com a empresa. Para Erickson (2011), não são suficientes apenas os braços e as pernas; os corações e as mentes são essenciais.

## **Geração Y**



Segundo Erickson (2011), a geração Y compreende os que nasceram entre 1980 a 1995, e sempre esteve ligada à tecnologia. Desde muito cedo aprenderam a explorar esta vantagem competitiva, possuem autoconfiança, autossuficiência e cada vez mais buscam aprimorar suas habilidades. Possuem grande facilidade de relacionamento e comunicação tanto na família como na empresa, os pais são dedicados e presentes. Enquanto os X tiveram de ser treinados para colocar em prática a tecnologia no seu dia a dia, os Y já entram no mercado de trabalho com essa realidade.

A geração Y está fazendo com que se reescrevam as políticas de recursos humanos e normas organizacionais, adotando uma postura mais flexível para a utilização de recursos tecnológicos, horários mais flexíveis, lideranças inspiradoras e a criação de ambientes mais desafiadores (APRIGIO, 2013, p.27).

Geração esta que está mais orientada para o mercado global, privilegiando a criatividade ao invés da técnica, o compartilhamento ao invés do segredo e o conhecimento ao invés da tradição. Isso se reflete no perfil profissional, através do qual buscam liberdade e desafio, organizações mais flexíveis e transparentes e onde possam crescer por suas conquistas. Do mesmo modo, não se sentindo bem, buscam novas oportunidades (VELOSO; DUTRA; NAKATA, 2008).

Os jovens da geração Y também são muito habilidosos com tecnologias em geral como o uso de computadores e dispositivos portáteis para todos os tipos de tarefas. Em suma, os integrantes dessa geração não possuem dificuldades diante das tecnologias como as gerações anteriores. (OLIVEIRA, 2012).

## **Geração Z**

Nascidos a partir de 2001, a geração Z tem conectividade espontânea com o mundo virtual. Nasceram com a tecnologia em alta e não conhecem o mundo sem ela, por isso, fazem uso do recurso não apenas para trabalhar, mas para viver. São retratados pela letra “Z” em referência ao título Zapear, dominam as mídias digitais. Seus membros, ligados e fortemente conectados à tecnologia de informação, fator que os diferencia das gerações anteriores, estão sempre sintonizados com o mundo por meio de recursos móveis e não apenas por um computador de mesa, quando o

conceito de grupo passa a ser virtual. São dinâmicos, críticos, precoces e tendem a ser ecologicamente corretos (SERRANO, 2010; WIESEL, 2010).

Essa geração tem grande dificuldade em relação à hierarquia, buscam organizações onde conseguem ter acesso imediato a seus gestores, conforme afirmação:

(...) Essa geração apresenta uma perspectiva diferente de como enxergar e encarar o mundo, porque eles pensam de um modo diferente das gerações anteriores. Não são adeptos de hierarquia verticalizada convencional entre chefes e subalternos. São jovens que conversam com o superior, chefe, do mesmo modo como se fosse com o subordinado. (TIBA (2009) apud MARTINS e FLINK (2013, P.16)

A tendência do meio corporativo verte para as questões de tecnologia e inovações, habilidades predominantes nos jovens. O dinamismo do mercado exige maior flexibilidade no trabalho, possibilitando a execução das tarefas de diversos meios, com foco em resultados e substituindo o conceito tradicional de trabalho vinculado apenas ao espaço físico.

### **Benefícios do trabalho em equipe das diversas gerações.**

Fazer com que todas as pessoas da organização caminhem na mesma direção não é tão difícil quanto parece, mas é necessário muita estratégia, objetivos definidos, comunicação eficaz, feedbacks constantes e lideranças compartilhadas.

Equipes são formadas de pessoas, que têm histórias de vida, conhecimentos e experiências bem diferentes. É papel do líder aceitar e estimular as diferenças, fazendo com que cada um dê o seu melhor, valorizando a contribuição de cada um na construção dos resultados.

Para reforçar a ideia de equipe Fiorelli diz que:

Uma equipe é o conjunto de pessoas com um senso de identidade, manifestado em comportamento desenvolvido e mantido para o bem comum e em busca de resultados de interesse comum a todos os seus integrantes, decorrentes da necessidade mútua de atingir objetivos mais especificados". (FIORELLI, 2004, p. 170)

Na medida em que uma Instituição valoriza as diferenças, o seu público interno se sente mais à vontade para dialogar, aprender e compartilhar suas experiências, abrindo mais espaço para a cooperação, pois os colaboradores se sentem pertencentes a elas e têm prazer em ‘vestir a camisa’ da corporação.

### **Os desafios de trabalhar com diversas gerações.**

A diversidade de gerações em um mesmo ambiente pode causar mal-entendidos, tornando-se conflitos relevantes se não forem bem administrados pelo Gestor. Isso porque elas divergem nas formas de pensar, têm realidades distintas e até mesmo condições físicas e psíquicas em níveis diferentes, por isso é preciso conhecer todas as gerações e atuar de forma a diminuir o impacto das diferenças, fazendo com que os talentos se complementem e se potencializem.

Nas relações interpessoais, são considerados conflitos as divergências de interesses entre partes, desde que sejam perceptíveis por uma das partes envolvidas (ROBBINS, 2005). De acordo com VECCHIO (2008), o conflito é resultado inevitável nas organizações que não é desejável nem indesejável, podendo gerar bons resultados se bem administrados ou afetar o desempenho se tratado de forma errada ou simplesmente ignorado.

O conflito pode ter óbvias consequências negativas no funcionamento do grupo. Desacordos e rivalidades podem prejudicar o grupo quando desviam os esforços dos membros da realização dos seus objetivos para a tentativa de resolver as diferenças. Em casos extremos, o conflito pode gerar descontentamento, dissolver laços comuns e resultar no colapso final do grupo. Mas nem todos os conflitos grupais são ruins! Níveis baixos e moderados de conflito têm evidenciado influências positivas no desempenho dos grupos. (ROBBINS, 2005, p.269).

Existem ações que as empresas podem tomar para fazer uma boa integração entre as gerações, dentre elas três conceitos devem ser observados: desenvolver, potencializar e conectar. (OLIVEIRA, 2011), neste contexto verifica-se que atividades de integração são ótimas para construir conexões e favorecer um trabalho em equipe produtivo.

## **METODOLOGIA**

O estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica e descritiva, a partir da leitura do tema proposto em livros, artigos científicos, monografias e revistas científicas. Espera-se que este trabalho possa contribuir para uma melhor compreensão e reflexão sobre o assunto.

Lakatos e Marconi (1996) apontam que o referencial teórico resultante de uma pesquisa bibliográfica tem por característica realizar um levantamento do material existente em meios físicos e eletrônicos, como é o caso de livros, revistas, publicações ou documentos eletrônicos que tratam do tema em análise.

O presente trabalho também faz uma abordagem através da pesquisa de campo, com dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, como fonte de obtenção de informações primárias, o qual permite relativa flexibilização, não precisando seguir necessariamente a ordem prevista das perguntas, ou seja, o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal (BONI; QUARESMA, 2005). Esse método pode ser realizado pessoalmente ou não, como no caso do uso de videoconferências, Skype, entre outros. A entrevista é um procedimento no qual são feitas perguntas a outra pessoa face a face e oralmente com o intuito de obter informações necessárias ao entrevistador, averiguar fatos e observar opiniões (MARKONI; LAKATOS, 2003).

O instrumento coleta de dados, entrevista, tem como vantagens: atingir pessoas de qualquer nível de instrução devido a sua maior flexibilidade no modo de fazer as perguntas, podendo ser articulada de acordo com a pessoa e o local na qual é realizada a entrevista, além disso, possibilita a captação de expressão corporal do indivíduo durante a entrevista (GIL, 2008). Outra vantagem citada quanto ao uso das entrevistas é a “possibilidade de obter informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato as discordâncias” (MARKONI; LAKATOS, 2003, p.197). As entrevistas ocorreram na própria organização, de maneira presencial, devido algumas limitações como tempo disponível e disponibilidade de horário de alguns participantes, a escolha dos mesmos foi feita por acessibilidade e com pelo menos cinco indivíduos de cada geração existentes no ambiente de trabalho (Baby Boomers,

Geração X, Geração Y e Geração Z), foram realizadas 20 entrevistas no total, com início da coleta no dia 09/09/19 e término no dia 13/09/19.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

**Tabela 1:** Possui algum tipo de problema de relacionamento com superiores de idades diferentes?

Especificação	F	%
Sim	6	30
Não	14	70
Total	20	100%

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2019

Observa-se que neste quesito problemas de relacionamento entre subordinados e superiores quase não ocorre, o bom relacionamento com o líder é fundamental para o bem estar do funcionário e da equipe, elementos essenciais para a qualidade e eficiência ao bom andamento do trabalho.

**Tabela 2:** Diferenças percebidas entre os profissionais mais novos

Especificação	Respostas	%
Convencimento	2	10
Facilidade com novas tecnologias	8	40
Executar várias tarefas simultaneamente	5	25
Falta de comprometimento	2	10
Não percebe nenhuma diferença	2	10
Sem resposta	1	5
Total	20	100%

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2019

Uma parcela significativa dos colaboradores (40%) percebe que a geração mais jovem tende a ter maior facilidade quando se trata de novas tecnologias e também possuem maior agilidade em executar tarefas simultaneamente (25%). Para a organização é fundamental buscar mecanismos gerenciais que proporcionem a utilização dos conhecimentos das novas gerações no sentido de transmiti-los aos profissionais veteranos que não possuem as mesmas habilidades com a tecnologia

**Tabela 3:** Quais as principais diferenças percebidas entre os profissionais mais velhos?

Especificação	Respostas	%
Retenção de conhecimento	3	15
Comprometimento/dedicação	6	30
Resistência à mudança	8	40
Não percebe nenhuma diferença	2	10
Sem resposta	1	5
Total	20	100%

**Fonte:** Dados coletados pelo autor, 2019

A principal diferença percebida nos profissionais mais velhos foi apresentar resistência às mudanças (40%). O jovem da geração Y é mais impaciente, é flexível e aceita mudanças facilmente; uma vez trabalhando em um ambiente burocrático e de natureza conservadora, essas características se potencializam. Ao dividir tarefas e responsabilidades com pessoas mais velhas, estes jovens, muitas vezes não se satisfazem com os modelos tradicionais empregados pelos veteranos.

**Tabela 4:** Em sua opinião a área de Gestão de Pessoas da organização conhece sobre as diferentes gerações?

Especificação	Respostas	%
Sim	6	30
Não	14	70
Sem resposta		0
Total	20	100%

**Fonte:** Dados coletados pelo autor, 2019

Apresentando resultado com elevado índice de opiniões negativas, os entrevistados, em sua maioria, não acreditam que a área de Gestão de Pessoas possa conhecer sobre as gerações e suas peculiaridades. Este é um cenário significativo haja vista que o departamento que lida diretamente com o capital humano, precisa ser

ativo na relação direta, não apenas com os colaboradores, mas também com os líderes, buscando envolvê-los nos assuntos modernos de gestão de pessoas. É necessário que o departamento seja bem estruturado, a fim de proporcionar bom desenvolvimento dos funcionários e da capacidade de trabalho em equipe. (MELLO, 2015).

Os mais velhos (Geração X) foram identificados pelo comprometimento e dedicação ao trabalho, mas os mesmos são muito resistentes às mudanças, sendo que os mais jovens destacam-se pela facilidade com as tecnologias e agilidade em sua execução.

Foi possível observar que existe um bom ambiente de trabalho com poucos conflitos, mas existem algumas falhas de comunicação e na qualidade de distribuição de tarefas. Notou-se também certo desinteresse por parte da área de Gestão de Pessoas em compreender e aplicar conceitos relacionados ao tema de gerações.

## CONCLUSÃO

A escolha do tema mostrou-se oportuna, haja vista que o encontro das diferentes gerações no trabalho é uma realidade inevitável e muito significativa para a qualidade na gestão de pessoas, fatos que têm trazido à tona abundantes estudos dedicados à área.

No decorrer do estudo constatou-se que a geração Y é predominante nos ambientes de trabalho, uma geração muito proativa, ágil, familiarizada com a informática e com total domínio da internet e suas variáveis, possuem um comportamento diferente para as regras tradicionais, são mais individualistas, com opinião própria incisiva e auto estimativa elevada que muitas vezes pode ser confundida com arrogância para as outras gerações, o que pode vir a ocasionar certos conflitos. A probabilidade de ocorrência de embates tende a aumentar quando há pessoas com diferentes valores, personalidades, religiões, estruturas familiares, níveis culturais, objetivos e percepções trabalhando em um mesmo ambiente. Em conformidade com Newstrom (2008, p.254), “o respeito mútuo, a empatia e a cordialidade são os elos que mantêm os grupos juntos, embora muitas



organizações relatem que estão dilaceradas pela grosseria e falta de cortesia 'comuns' (...)".

Foi possível observar que existe um bom ambiente de trabalho, com profissionais favoráveis à troca de experiências e, todavia, existe uma significativa divisão de ideias relacionadas às gerações, indícios de uma comunicação com deficiências e considerável carência de aprofundamento no tema abordado.

As empresas devem entender e perceber que estas diferentes gerações ajudam a compor o quadro ideal para competirem num mercado cada vez mais mutante. O maior desafio dos seus líderes é justamente criarem o ambiente que possibilite às pessoas o espírito de tolerância para conviverem com aqueles que se guiam por outros paradigmas e, por isso, podem completá-los (MOREIRA, 2012).

Conclui-se, a partir desse estudo, que a existência de diferentes gerações no ambiente de trabalho pode ser mais positiva que negativa, além de identificar que os conflitos sempre irão existir, contudo, suas consequências dependerão em grande parte da maturidade dos envolvidos em saberem lidar com esses desentendimentos e buscar resolvê-los para evitar um clima desagradável no ambiente de trabalho.

## REFERÊNCIAS

Alvino-Borba, A.; Mata-Lima, H. **Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia**. São Paulo: Serv. Soc. Soc., n. 106, 2011, p. 219-240.

APRIGIO, B. T. **Gerações no mercado de trabalho: Geração Y**. Revista de Administração do UNISAL, Campinas, v. 3, n. 3, 2013, p. 19-28.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Em Tese, Florianópolis, v.2, n.1, 2005, p.68-80

ERICKSON, T. **E agora geração X? : como se manter no auge profissional e exercer a liderança plena numa época de intensa transformação**. Tradução Bruno Alexander. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FIORELLI, J. O. **Psicologia para administradores: integrando teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p.325.

FRANÇA, Lucia H. F. Pinho, Artigo: **O envelhecimento populacional e seu reflexo nas organizações: A importância da educação ao longo da vida**, B. téc. Senac: a R.Educ. Prof., Rio de Janeiro, v.37, nº 2, mai/ago.2011

JACQUES, T. C., Pereira, G. B., Fernandes, A. L., & Oliveira, D. A. (2015). **Geração Z: Peculiaridades geracionais na cidade de Itabira-MG**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, 9,67-85.

LAKATOS, E.V; MARCONI, M. **A.Técnicas de Pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas,1996.

LOMBARDIA, Pilar Garcia. **Quem é a Geração Y?** HSM Management, n.70, p.1-7. Set/out. 2008.

MALAFAIA, Gabriela Silva, 2011. **Gestão estratégica de pessoas em ambientes multigeracionais**. Rio de Janeiro, 2011

MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Thiago Hamilton; FLINK, Richard. **Competências para gerenciar diferentes gerações**. São Paulo, 2013.

MELLO, M. X. T. **O conflito das gerações no ambiente organizacional**. RH.com.br, São Paulo, 24 fev.2015.

MENDES, R. H. **Diversidade Humana nas Organizações: Entre a Teoria Acadêmica e a Prática Empresarial**. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

MOREIRA, W. **Os conflitos de gerações nas empresas**. RH.com.br, São Paulo, 17 jul. 2012.

NEWSTROM, John W. **Comportamento Organizacional: o comportamento humano no trabalho**; Tradução de Ivan Pedro Ferreira Santos. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

NKOMO, S.M; Cox Jr., T. **Diversidade e identidade nas organizações**. In: CLEGG, S; HARDY, C; NORD, W. W. (Org.). Handbook de Estudos Organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999 v.1

OLIVEIRA, S. **Geração Y – 2: Ser potencial ou ser talento – Faça por merecer**, São Paulo: Editora Integreare, 2011

OLIVEIRA, S. **Geração Y: era das conexões, tempo de relacionamentos**. São Paulo: Clube de Autores, 2008.

OLIVEIRA, S. **Jovens para sempre: como entender os conflitos de gerações**. São Paulo: Integreare, 2012.

ROBBINS, Stephen P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2005.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. 11ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SAJI, Genilda Sandra Madeira. **Gestão da diversidade no Brasil: Apresentação de um modelo brasileiro, 2005**. Tese de Mestrado em Administração, apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2005.

SERRANO, Daniel P. **Geração Z**. 17 jul. 2010. Disponível em: [http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos3/Geraçao\\_Z.htm](http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos3/Geraçao_Z.htm). Acesso em 13 Agosto 2019.

THOMAS, R. R. Beyond race and gender: unleashing the power of your total work force by managing diversity. New York: Amacom, 1991. Citado por NKOMO, S. M.; COX Jr., T. **Diversidade e identidade nas organizações**. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999.

VASCONCELOS, K. C.A., et al, **A Geração Y e suas âncoras de carreira**. Vitória-ES, 2010.

VECCHIO, R. P. **Comportamento Organizacional: conceitos básicos**. Tradução de Roberto Galman. 6ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

VELOSO, E.F.R.; DUTRA, J.S.; NAKATA, L.E. **Percepção sobre carreiras inteligentes: diferenças entre as gerações Y, X e baby boomers**. In: Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Administração: rio de Janeiro, 2008

WIESEL, Gilberto, **Geração Z: sustentáveis, exigentes e seus futuros clientes. Sua empresa está preparada?** 2010. Disponível em: <http://www.administradores.com.br>. Acesso em 13/08/2019

WIXEY, Sarah et al., **Measuring Accessibility as Experienced by Different Socially Disadvantaged Groups, funded by the EPSRC FIT Programme — Transport Studies Group** — Universidade de Westminster, 2005.

## POSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO DO PATRONÍMICO EM RAZÃO DO ABANDONO AFETIVO

Julia Luiza Bresolin<sup>1</sup>  
Lygia Maria Copi<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho visa analisar a possibilidade de suprimir o patronímico de quem foi abandonado afetivamente pelo genitor, uma vez que, não se faz presente no ordenamento jurídico brasileiro tal hipótese. O nome é um dos mais importantes direitos da personalidade, sendo seu papel fundamental na formação da identidade, em razão de ser por meio deste que as pessoas são reconhecidas em sociedade, individualizadas, bem como inseridas em um grupo familiar. A partir do momento em que se caracteriza o abandono afetivo, o patronímico do genitor deixa de ser motivo de orgulho e identificação, passando a gerar constrangimento e desconforto. Justifica-se assim a sua supressão, a fim de refletir o nome pelo qual verdadeiramente a pessoa se reconhece e se apresenta no meio social.

**Palavras-chave:** Nome. Abandono Afetivo. Supressão.

### 1. Introdução

Cada dia mais tornam-se públicos casos de pessoas abandonadas afetivamente por um, ou ambos, os genitores. Essas pessoas, por mais que tenham o sobrenome de quem lhe abandonou, muitas vezes não se identificam e nem são identificadas por ele em sociedade, isto é, não se reconhecem como tal.

Por ser o nome elemento essencial de identificação, obtendo o indivíduo por meio dele o reconhecimento social, é necessária sua preservação, que se efetiva por meio do princípio da imutabilidade.

Em que pese o exposto, por não ser uma das hipóteses que permitem a alteração do nome, busca-se através do presente estudo verificar se poderia ser um direito a quem foi abandonado afetivamente, em decorrência da não identificação e do constrangimento, suprimir o patronímico do genitor que carrega.

Neste trabalho serão abordados os direitos da personalidade, o abandono afetivo, sua caracterização e consequências, e por fim busca-se mostrar que a

---

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

<sup>2</sup> Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

efetivação da dignidade da pessoa humana por meio da proteção dos direitos da personalidade, permitindo ao indivíduo a supressão do patronímico que não lhe identifica e lhe causa constrangimento, é uma possibilidade viável.

## 2. Nome enquanto direito da personalidade

O nome, enquanto um dos direitos da personalidade, é fundamental para o indivíduo devido seu papel na identificação e individualização no meio social. Por essa razão é protegido pelo princípio da imutabilidade, não permitindo sua alteração, excetuados os casos previstos em lei.

### 2.1 Direitos da personalidade

Os direitos da personalidade, não obstante apenas há pouco tempo ganharem destaque nos ordenamentos jurídicos em âmbito global, não são novos. Sua construção vem de décadas, e com o passar do tempo conquistaram exclusividade e afirmaram sua importância. Conforme expõe Monteiro (2015, p. 96), cada vez mais as legislações buscam assegurar e proteger esses direitos.

O respeito à pessoa afirmou-se no mundo na segunda metade do século XX, especialmente nas duas últimas décadas, quando os valores próprios de cada pessoa ganharam força extraordinária e foram incorporados às mais diversas legislações. Nunca se procurou tanto preservá-los e fazê-los valer como exteriorização da dignidade humana, física e moral.

Com a Constituição Federal de 1988, o princípio da dignidade da pessoa humana ganhou destaque ao ser tratado como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Alcançou essa condição devido seu caráter protetor, garantindo ao ser humano uma vida digna e preservando seus direitos.

Ante sua grande importância, o princípio da dignidade da pessoa humana torna-se o alicerce para os demais direitos. No que concerne aos direitos da personalidade, esse princípio é essencial para a afirmação de tais direitos no ordenamento jurídico brasileiro.

O código civil de 2002 dedicou um capítulo próprio aos direitos da personalidade - Capítulo II, do artigo 11 ao 21 - fundamentados na Constituição Federal e em especial na Dignidade da Pessoa Humana.

Pereira (2015, p. 238), complementa ao dizer que: “Pessoa humana, para fins de titularização dos direitos da personalidade, é todo e qualquer indivíduo humano, vivo ou morto, nascido ou nascente, conceito ou concepturo”.

Compreende-se como direitos da personalidade aqueles ínsitos ao indivíduo, que protegem do nascer a morte os bens e valores essenciais para a formação da personalidade.

São características inerentes ao indivíduo, que se intuem facilmente, que até dispensariam menção, dada sua inarredabilidade da condição humana, e que configuram pressuposto da própria existência da pessoa, mas que nem sempre são fáceis de explicar. Ou traduzir em palavras. (MONTEIRO, 2016 p. 96)

O rol exemplificativo do Código Civil não esgota os direitos da personalidade, ao passo que são mais numerosos do que os elencados no dispositivo legal. (TARTUCE, 2015)

Constata-se que, são direitos que afetam a personalidade de cada indivíduo, valores essenciais no aspecto físico, intelectual e moral, tal como a vida, o nome, o corpo e a imagem.

## 2.2 Direito ao nome

O direito ao nome é assegurado no artigo 16 do Código Civil: “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”. E nos artigos subsequentes está garantida sua proteção.

A expressão “nome” tem um significado genérico e é composto de dois elementos, ele engloba tanto o prenome quanto o sobrenome. Comumente o prenome é chamado de nome. (DIAS, 2015)

O nome, no ato do registro civil, deve ser declarado de maneira completa, ou seja, deve ser registrado o prenome e o patronímico.

O prenome é de livre escolha “*ad libitum*”, cabe a ele a função de dar nome ao indivíduo. Ao patronímico cabe a função de identificar a pessoa no seio familiar, portanto não pode ser escolhido livremente.

Pereira (2015, p. 527) aduz que o patronímico é: “[...] o nome adotado pelas famílias, que compõe o nome civil e que se transfere aos filhos, e identifica um núcleo familiar e distingue sua descendência”.

Em suma, o nome é fator de individualização em sociedade, integra a personalidade do indivíduo e indica a sua origem familiar, sendo adquirido antes mesmo do nascimento e perdurando até após a morte.

### 2.2.1 Princípio da imutabilidade do nome

Ante a importância do nome para a formação da personalidade e com o propósito de evitar a descaracterização do ser humano, o princípio da imutabilidade garante que, de regra, o nome se manterá conforme registrado, excetuando-se os casos previstos no ordenamento jurídico.

A imutabilidade garantida ao nome está sendo relativizada. “O prenome será imutável”, assim era a redação do artigo 58 da Lei nº 6.015/73, a qual era categórica ao afirmar que o nome não poderia sofrer alterações.

A Lei nº 9.073/98 revoga o referido artigo, passando o mesmo a contar com a seguinte redação: “Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios”.

Existem hipóteses amparadas no ordenamento jurídico que permitem a alteração do mesmo.

O pedido de alteração do nome deverá ser realizado no período de um ano após atingida a maioridade. Findando o prazo a alteração, será permitida somente por exceção e motivadamente. Consoante a redação conferida aos artigos 56 e 57 da Lei dos Registros Públicos, nº 6.015/73.

Não obstante a relativização que vem sofrendo, o princípio da imutabilidade ainda enfrenta resistência quanto a possibilidade de suprimir o sobrenome. Pode o indivíduo agregar, suprimir, traduzir o nome, porém é obrigado a manter o apelido de



família, por ser, depois do prenome, o elemento mais típico do nome. (MONTEIRO, 2015, p. 113)

Em que pese o princípio da imutabilidade, existem possibilidades de alteração do nome e as mesmas não são estáticas e estão se adequando a realidade social.

Constata-se que, esse princípio não é absoluto, pode-se alterar o prenome e até mesmo o sobrenome, desde que os motivos para alteração dos mesmos sejam justificáveis e plausíveis.

### **3. Família e a configuração do abandono afetivo**

A família, instituto base da sociedade, serve como sustentação da mesma. Sua grande importância está na formação psicossocial do indivíduo, dando-lhe todo o suporte material e moral necessários para o desenvolvimento da personalidade. Quando o suporte não é prestado, ou é prestado de maneira parcial, faltando o afeto do genitor, este pode trazer consequências que perdurarão por toda a vida, caracterizando o abandono afetivo.

#### **3.1 Importância da família**

Todo indivíduo ao nascer torna-se membro integrante de um organismo familiar, permanecendo ligado a ele durante sua existência, mesmo que constitua nova família.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo 16 III) estabelece que: “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado”.

A Constituição Federal reafirma o exposto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, conforme o *caput* do artigo 226 da Constituição Federal de 1988: “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

A família tem no afeto seu alicerce, independentemente da estrutura que assuma e de igual modo as relações nela existentes, sejam de matrimônio ou não, tem o afeto como componente principal. Sem tal sentimento a sustentação da família estaria prejudicada.

Uma união, seja como for, começa e termina em razão da presença ou da falta do afeto e de sua reciprocidade, ao fim do mesmo tem-se simultaneamente a ruptura da base que sustenta a família.

Tartuce (2015, p. 927) refere-se ao afeto nos seguintes termos:

O principal fundamento das relações familiares. Mesmo não constando a expressão *afeto* do Texto Maior como sendo um direito fundamental, pode-se afirmar que ele decorre da valorização constante da dignidade humana e da solidariedade.

A família é essencial na criação de uma criança. É imprescindível que os genitores transmitam a sua prole a assistência moral e material que a mesma necessita.

A Constituição Federal de 1988 e o ECA - artigo 227 e artigos 3º, 4º e 22º, respectivamente – preocuparam-se em positivar os deveres impostos aos pais e os direitos que devem ser garantidos a todas as crianças e adolescentes.

Entre os direitos garantidos as crianças e adolescentes, destacam-se à educação, a convivência familiar, à saúde, à alimentação, à dignidade, à cultura, sendo assegurado ainda a viabilização de seu desenvolvimento físico, mental, moral espiritual e social.

O Código Civil corrobora com a afirmação desses direitos, em seu artigo 1.634, ainda, elenca outros deveres que incumbem aos genitores quanto a seus filhos menores.

O afeto não pode ser imposto aos pais, mas deve ser esperado que a criação e o tratamento conferido aos filhos pautem-se no afeto. É necessário que os genitores acompanhem todas as etapas do desenvolvimento da criança, servindo como referência aos mesmos.

O afeto somente vem com o tempo, por isso faz-se tão necessária a convivência familiar, para que possam nascer os verdadeiros sentimentos de amor, de carinho, de afeto. Desta forma é criado um ambiente acolhedor e confortável para um desenvolvimento saudável, onde a criança se sentirá protegida.

A criança que se desenvolve em um ambiente familiar amoroso e afetivo, segundo Bee (2011, p. 366)

[...] tem autoestima mais alta; tem escores de QI mais altos na pré escola e no ensino fundamental e se saem melhor na escola. Elas também têm menor probabilidade de apresentar níveis altos de agressividade ou comportamento delinquente no final da infância ou na adolescência.

Mesmo com pais separados as crianças necessitam de uma família estruturada que seja capaz de proporcionar um ambiente propício para a formação da sua personalidade.

### 3.2 Abandono afetivo

Dias (2015, p. 97) disserta que: “O conceito atual de família é centrado no afeto como elemento agregador, e exige dos pais o dever de criar e educar os filhos sem lhes omitir o carinho necessário para a formação plena de sua personalidade”.

Não é permitido a uma criança, por exemplo administrar seus bens, pois sabe-se que ela não tem capacidade para exercer tal função, assim também não tem condições de ter um desenvolvimento sadio sozinha, sem auxílio e exemplo dos pais.

Não é somente de assistência material que necessita uma criança. Com a família pautada no afeto, o mesmo torna-se indispensável na convivência familiar.

Quando o genitor falta com o seu dever de educar, assistir e criar seu filho, privando-o de receber o afeto, o carinho, o amor, a atenção, pode prejudicar todo seu crescimento e amadurecimento, caracterizando desta forma o abandono afetivo.

Pereira (2015, p. 31) esclarece o abandono afetivo, como sendo:

Expressão usada pelo Direito de Família para designar o abandono de quem tem a responsabilidade e o dever de cuidado para com um outro parente. É o descuido, a conduta omissiva, especialmente dos pais em relação aos filhos menores [...]. É o não exercício da função de pai ou mãe [...]. São direitos assegurados pelos princípios constitucionais da dignidade humana, da solidariedade, da paternidade responsável e, obviamente, o do melhor interesse da criança e do adolescente.

Quando o genitor se ausenta de forma voluntária e injustificada do seio familiar, causa uma desestruturação e, por conseguinte, deixa o outro genitor desempenhar o papel de ambos.

Bee (2011, p. 366) ao explicar sobre os genitores, fala que:

Um pai afetuoso se preocupa com o filho, expressa amor, frequente e regularmente coloca as necessidades do filho em primeiro lugar, mostra

entusiasmo pelas atividades do filho e responde sensível e empaticamente aos sentimentos dele. No outro extremo desse *continuum* estão pais que abertamente rejeitam seus filhos – dizendo em palavras ou por seu comportamento que não os amam ou querem.

Em razão da falta de um ambiente familiar adequado, com amor e atenção necessários, pode a criança desenvolver traumas emocionais. A carência de afeto pode ainda levar a criança a desenvolver sintomas de rejeição, causando inúmeras consequências e sequelas no desenvolvimento de sua personalidade.

Dias (2015, p. 97) aborda sobre as consequências do abandono:

A falta de convívio dos pais com os filhos, em face do rompimento do elo de afetividade, pode gerar severas sequelas psicológicas e comprometer o seu desenvolvimento saudável. [...]. Se lhe faltar essa referência, o filho estará sendo prejudicado, talvez de forma permanente, para o resto de sua vida. Assim, a ausência da figura do pai desestrutura os filhos, tira-lhes o rumo da vida e debita-lhes a vontade de assumir um projeto de vida. Tornam-se pessoas inseguras, infelizes.

Referindo-se sobre danos mais severos que o abandono pode causar Bee (2011) explica que, crianças que crescem em famílias pouco afetuosas e amorosas podem desenvolver problemas de saúde mental e inclusive pensamentos suicidas.

Não importa a forma como é estruturada a família desde que haja nela o afeto que a criança necessita para formar sua personalidade e crescer dignamente.

#### **4 Possibilidade da supressão do sobrenome diante da constatação do abandono afetivo**

A sociedade está em constantes mudanças e evoluções, e as Leis, por sua vez, nem sempre conseguem acompanhar tamanhas transformações de maneira tão rápida, e desta forma ficam ultrapassadas. Cabe então ao judiciário, por meio de julgados, e a doutrina a missão de suplementar as omissões.

A jurisprudência tem reconhecido o abandono afetivo como uma possibilidade de supressão do patronímico. Leva-se em conta o sofrimento causado pelo abandono, o não reconhecimento do indivíduo com seu sobrenome e as angustias e sofrimentos que o mesmo remete a quem lhe porta.

O intuito do sobrenome é indicar o núcleo e a origem familiar que cada pessoa pertence. Quem é abandonado somente tem um vínculo biológico com o genitor, e não um vínculo familiar e afetivo, logo o mesmo não se identifica com tal grupo familiar, não significando nada para ele essa ligação.

Em verdade, por ser tão importante e fundamental, o patronímico deveria exprimir orgulho a quem o porta, deve remeter a boas lembranças e a momentos alegres. Com o abandono afetivo todo o orgulho decorrente do sobrenome não existe, no lugar dele tem-se a vergonha, o sofrimento, a falta de ligação e reconhecimento, a lembrança de momentos difíceis que deveriam ser esquecidos.

Ao passo que o indivíduo continua portando o sobrenome do genitor não estão sendo respeitados os direitos da personalidade e a dignidade da pessoa humana, submetendo a pessoa a constantes lembranças negativas.

Busca-se a efetivação dos direitos da personalidade e da dignidade da pessoa humana, legitimando nesses direitos a possibilidade de suprimir o patronímico em decorrência do abandono afetivo, garantindo-lhe o direito de portar um nome que corresponda a sua realidade familiar.

Gonçalves expõe sobre o caso em que o filho pleiteou na justiça a exclusão do sobrenome paterno, em decorrência do abandono e pela falta de reconhecimento pessoal e social com o mesmo. A decisão do STJ a respeito desse caso foi fundamentada no entendimento que “a jurisprudência tem sido sensível ao entendimento de que o que se pretende com o nome civil é a real individualização da pessoa perante a família e a sociedade”. (GONÇALVES, 2014, p.161)

Diante da falta de reconhecimento com seu sobrenome o indivíduo não se apresenta em sociedade como tal, por vezes utilizando o sobrenome do outro genitor para ser reconhecido no meio social.

Conforme expõe De Cupis (2004) não é obrigatório o uso do nome preciso e integral na assinatura de documento na vida privada, sendo assim, é válido a pessoa assinar seu nome como entender melhor, e isso não gerará a invalidade dos atos.

Desta forma, a pessoa que não é reconhecida em sociedade pelo patronímico do genitor que lhe abandonou, ao pleitear a supressão do mesmo, não estará causando prejuízos a terceiros.

A respeito das consequências jurídicas que a alteração pode causar, Claudia Telles Desembargadora Relatora da apelação cível do TJRJ registrada sob o nº 0002316-16.2013.8.19.0037, ao proferir seu voto entendeu que: “em tema de dignidade humana, não se pode admitir que o portador do nome leve uma vida de constrangimentos e angústia, quando nenhum prejuízo resultará da alteração pretendida”.

A desembargadora argumenta ainda que “[...] sempre que a alteração pleiteada se mostrar necessária para assegurar a dignidade humana, que deve servir de base para a criação, aplicação e interpretação das normas relacionadas aos direitos da personalidade, a mudança deve ser autorizada.”.

Cumprе ressaltar que a alteração do sobrenome não alterará a filiação e tampouco isentará o genitor de suas responsabilidades decorrentes da filiação, o nome do genitor continuará constando nos registros públicos.

Adiante, transcrevem-se decisões de Tribunais que julgaram procedentes os pedidos pleiteados no sentido de suprimir o patronímico. Em suma entende-se que o abandono afetivo é causa motivada e excepcional de que trata o artigo 57 da Lei nº 6.015/73.

O Tribunal do Estado de Santa Catarina, julgou procedente ação que trata do estudado com as seguintes palavras:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALTERAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. SUPRESSÃO DO SOBRENOME DO GENITOR E INCLUSÃO DO SOBRENOME DO PADRasto. ADMISSIBILIDADE EM CASOS EXCEPCIONAIS. ABANDONO MATERIAL E MORAL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO AFASTADA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO ALEGADA E DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. É cediço que a mudança de sobrenome somente pode ser admitida em casos excepcionais, tendo em vista o princípio da continuidade (ou estabilidade) do nome da família, além do que o patronímico representa o principal elemento de identificação da pessoa no seio da comunidade em que vive e, de uma forma geral, perante toda a sociedade. Conquanto não haja previsão legal para a mudança do sobrenome em casos de abandono moral e material dos filhos, tem-se admitido essa hipótese desde que adequadamente fundamentado o pedido e devidamente comprovada essa situação, o que dá ensejo à providência judicial excepcional. [...]. (TJ-SC - AC: 515010 SC 2009.051501-0, Relator: Joel Figueira Júnior, Data de Julgamento: 31/05/2011, Primeira Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Apelação Cível n. , de Trombudo Central)

O Tribunal do Rio Grande do Sul, decidiu, *in verbis*

APELAÇÃO CÍVIL. REGISTRO CIVIL. SUPRESSÃO DO PATRONÍMICO PATERNO. SITUAÇÃO EXCEPCIONAL CONFIGURADA NO ABANDONO PSICOLÓGICO DO PAI. COMPROVAÇÃO. Por se constituir questão de foro íntimo, de grande subjetividade, mostra-se complexa a produção de prova de abandono psicológico do pai para com o filho. Entretanto, a evidente rejeição do filho em relação a seu genitor, adotando, para efeitos sociais e profissionais, unicamente o patronímico materno, configura situação excepcional e motivada exigida pelo art. 57 da LRP, para a alteração do sobrenome. RECURSO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70020841466, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Raupp Ruschel, Julgado em 24/10/2007)

Não obstante as decisões favoráveis, o Ministério Público manifestou-se contrário a tal possibilidade, ao passo que recorreu da decisão proferida em 1º grau que julgou procedente o pedido de retificação de registro civil. Alegou em seu recurso, conforme relatório da Apelação Cível 105775 SC 2008.010577-5 do TJ-SC:

[...] ser impossível a supressão do patronímico do autor, o qual é imutável e pertence à família, admitindo-se tão-somente a sua alteração para fins de correção de erros ou omissões, o que não sucede no caso. Afirmou, outrossim, que só é possível a alteração do prenome, porém em casos excepcionais que exponham a pessoa ao ridículo. Aduziu, finalmente, que o acolhimento do pedido implicará multiplicação de idênticas demandas, visto a quantidade de pessoas que se encontram em situação de abandono.

O que se pretende com a supressão do patronímico não é a descaracterização do grupo familiar a qual pertence o indivíduo, e sim a adequação de seu nome a sua realidade familiar. Ao passo que não existem laços de afeto que unem o genitor com sua prole, que o nome só causa constrangimentos e angustias e, que não existe o reconhecimento com o mesmo, tanto no âmbito pessoa quanto social.

Schreiber (2013, p. 191) afirma que:

[...] a proteção da dignidade humana impõe urgente inversão na abordagem dos pedidos de modificação do nome: não é o seu acolhimento, mas a sua rejeição, que depende de “motivo suficiente”. Somente assim o direito ao nome pode assumir sua verdadeira vocação de direito da personalidade [...]

A Lei não deve ser engessada ao passo de negar que novas hipóteses de alteração do nome, como a estudada, não sejam admitidas. Permitir a inclusão é assegurar os direitos da personalidade e da dignidade da pessoa humana.



## 5. Considerações Finais

Constata-se que é juridicamente viável a exclusão do sobrenome do genitor diante dos danos decorrentes do abandono afetivo.

Nota-se que a jurisprudência tem se mostrado aberta a aceitar o abandono afetivo como causa motivada para supressão do patronímico, autorizando assim que a pessoa que se sente constrangida em portar tal sobrenome e não se reconheça com ele ou por ele possa modificá-lo a fim de expressar sua realidade familiar.

Ressalta-se que a modificação pleiteada não causará prejuízos a terceiros, apenas trará ao indivíduo benefícios ao permitir que “tire o peso” que carrega ao portar um sobrenome que não lhe identifica.

Em que pese tal entendimento, o Ministério Público mostra-se resistente em admitir tal hipótese de alteração do nome, tendo como argumento que nome de família é imutável, sendo assim o abandono afetivo não pode ser causa de alteração do nome. Contudo, o princípio da imutabilidade não é absoluto, deve ser relativizado, possibilitando ao indivíduo a supressão do patronímico do genitor que o abandonou.

Mediante o uso da analogia na interpretação do art. 57 da Lei 6.015/73 e em observância ao direito ao nome, tem-se admitido novas possibilidades de modificação do mesmo, aproximando o direito da realidade, garantindo, assim, a efetivação dos direitos da personalidade e da dignidade da pessoa humana.

Por fim, conclui-se que, diante do abandono afetivo, da não identificação com o patronímico e buscando a efetivação dos direitos essenciais à pessoa, poderão requerer judicialmente a supressão do patronímico os indivíduos que foram abandonados afetivamente.

O pedido é uma forma de minimizar as consequências que o abandono causa, tentando, de alguma forma, suprimir com o sobrenome parte do sofrimento pelo qual é submetido, adequando-o a realidade do indivíduo.

## REFERÊNCIAS

Bee, Helen. **A criança em desenvolvimento**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Lei de registros públicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015.htm)>. Acesso em 15 ago. 2016

\_\_\_\_\_. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente ECA. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)>. Acesso em 22 ago. 2016

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 21 ago. 2016.

Cupis, Adriano de. **Os Direitos da Personalidade**. 1ª. ed. Campinas: Romana, 2004.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. DUDH. 10 de dez de 1948. Disponível em <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>, acesso em 19 out. 2016

Dias, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: parte geral**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

\_\_\_\_\_, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, vol. 6: direito de família**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Monteiro, Washington de Barros; Pinto, Ana Cristina de Barros Monteiro França. **Curso de Direito Civil: parte geral**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em < <https://central-usuario.editorasaraiva.com.br/biblioteca/main>>. Acesso em 21 ago. 2019

\_\_\_\_\_, Washington de Barros; Silva, Regina Beatriz Tavares. **Curso de Direito Civil 2: direito de família**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em < <https://central-usuario.editorasaraiva.com.br/biblioteca/main>>. Acesso em 21 ago. 2019

Pereira, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de direito de família e sucessões**: ilustrado. São Paulo: Saraiva, 2015.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. Apelação cível nº 000096916.2013.8.19.0079/RJ, Rel. Claudia Telles de Menezes, Segunda Câmara Cível, julgado em: 12/03/2014. Disponível em:< <http://www.tjrj.jus.br/scripts/weblink.mgw>>. Acesso em: 15 ago. 2019

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 70020347563. Relator: Maria Berenice Dias, Bento Gonçalves, 08 ago. 2007. Disponível em: < <http://www.tjrs.jus.br/busca.>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Apelação nº 2008.010577-5. Relator: Des. Eládio Torret Rocha. Joinville, 24 nov. 2011. Disponível em: <[http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/busca.do#resultado\\_ancora](http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/busca.do#resultado_ancora)>. Acesso em: 15 ago. 2019.

Schreiber, Anderson. **Direitos da personalidade**. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



Tartuce, Flávio. **Manual de direito civil**: volume único. 5. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

## PSICOPATIA E IDENTIFICAÇÃO DE EXPRESSÕES FACIAIS EMOCIONAIS

Caio Fernando de Carvalho<sup>1</sup>

Caroline de Cássia Francisco Buosi Velasco<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo buscou investigar as capacidades dos psicopatas no reconhecimento de expressões faciais de emoções básicas (alegria, surpresa, medo, nojo, raiva e tristeza), buscando identificar se há alguma diferença entre eles e os indivíduos que não tem esse diagnóstico. Isso se torna relevante, pois entender como psicopatas reconhecem emoções expressas pela face pode se mostrar uma valiosa ferramenta complementar no diagnóstico desse transtorno, o que poderia tornar mais fácil o acesso a tratamento para psicopatas encarcerados. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em diversas bases indexadoras para levantamento desses estudos. Concluiu-se que a maioria dos estudos revisados aponta um déficit dos psicopatas no reconhecimento do medo e tristeza, além de alguns artigos citarem outras emoções ou até mesmo a ausência de déficits em psicopatas comparados a não psicopatas. Foram levantadas hipóteses sobre a influência de algumas regiões cerebrais, como o córtex pré-frontal ventromedial, na presença de resultados tão distintos nos diferentes estudos. Esses contrastes também foram explicados através das diferenças metodológicas entre as pesquisas.

**Palavras-chave:** Expressões Faciais de Emoções. Psicopatia. Funcionamento Cerebral.

### 1 Introdução

A temática da universalidade das expressões faciais emocionais foi objeto de debate na comunidade científica durante muitas décadas. Um consenso sobre essa questão só foi atingido após a pesquisa de Ekman e Friesen (1971) com os membros da tribo “Fore” de Papua-Nova Guiné, a qual havia tido um contato ínfimo com a cultura ocidental, que conseguiram identificar emoções da mesma forma que pessoas de todo o mundo.

A partir de então, diversos outros estudos foram realizados buscando compreender as capacidades de identificação das expressões faciais das seis emoções básicas (alegria, surpresa, medo, nojo, raiva e tristeza) em indivíduos com

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL. E-mail: [caio\\_fernando.2002@outlook.com](mailto:caio_fernando.2002@outlook.com).

<sup>2</sup> Professora do curso de Direito e de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL. Doutora em Psicologia Experimental PUC/SP e Mestre em Direito pela UFPR. Psicóloga e bacharel em Direito. Email: [carolinebuosi@univel.br](mailto:carolinebuosi@univel.br)

diferentes diagnósticos, como por exemplo, esquizofrenia (MANDAL, PANDEY e PRASAD, 1998), autismo (HARMS, MARTIN e WALLACE, 2010; CASTELLI, 2005) e diferentes lesões cerebrais (ADOLPHS et al., 1996). O mesmo foi feito com indivíduos psicopatas, dando origem a teorias divergentes sobre as capacidades dessa população no reconhecimento das emoções expressas pela face.

De maneira semelhante, o presente artigo visou investigar se indivíduos psicopatas apresentam a mesma capacidade de um indivíduo sem esse diagnóstico na identificação de expressões faciais emocionais.

Esta pesquisa demonstra sua importância científica quando se observa a dificuldade existente no diagnóstico do psicopata, de modo que uma maior compreensão da capacidade de processamento de emoções expressas facialmente pode se mostrar como um complemento para os métodos de diagnósticos já existentes. Essa melhoria no diagnóstico poderia aperfeiçoar o sistema prisional brasileiro, facilitando o acesso do psicopata ao tratamento e a uma possível reabilitação. A nível pessoal, o presente artigo é motivo de extrema satisfação para estes pesquisadores, uma vez que as expressões faciais de emoções foram um dos primeiros contatos de um destes com a psicologia.

A metodologia do presente artigo consistiu em pesquisa bibliográfica em diversas bases indexadoras, bem como pesquisa exploratória, uma vez que esta é ainda uma pesquisa inicial sobre essa temática e que pode ser bastante aprofundada com outros estudos.

## **2 Desenvolvimento**

Os próximos subcapítulos trazem uma revisão bibliográfica a respeito das capacidades de psicopatas no reconhecimento de expressões faciais emocionais. Serão apresentadas algumas estruturas cerebrais responsáveis pelo processamento das informações emocionais expressas pela face, relacionando-as com as alterações cerebrais observadas em psicopatas. Em seguida as informações encontradas nessa etapa da pesquisa serão comparadas às principais teorias sobre esse aspecto da cognição social dos psicopatas.

## **2.1 Estruturas cerebrais envolvidas no reconhecimento de expressões faciais de emoções**

Adolphs et al. (1996) realizaram testes com pacientes portadores de diferentes lesões em ambos os hemisférios cerebrais e concluíram que lesões no hemisfério esquerdo não causavam nenhum prejuízo no reconhecimento das expressões faciais emocionais. Em contrapartida, lesões diversas no hemisfério direito causavam déficits no reconhecimento de diferentes emoções.

Constatou-se que duas regiões corticais estavam fortemente relacionadas a deficiências na identificação de expressões faciais de medo: o córtex parietal inferior direito, e a superfície medial do córtex infracalcarino direito (ADOLPHS et al., 1996). Outra região profundamente associada à detecção do medo é o lobo temporal anterior direito (ADOLPHS et al., 2000).

A amígdala esquerda e os giros temporais inferior e médio apresentam respostas a expressões faciais de tristeza. Estímulos faciais de raiva geram respostas no córtex orbitofrontal direito. Já o córtex cingulado anterior e o polo temporal direito são ativados tanto por faces de raiva quanto de tristeza (BLAIR et al., 1999). Pacientes com lesões na amígdala também têm prejuízos no reconhecimento de expressões faciais de medo (ADOLPHS et al., 1994 *apud* BLAIR et al., 1999; CALDER et al., 1996 *apud* BLAIR et al., 1999; BROKS et al., 1998 *apud* BLAIR et al., 1999).

Segundo Phillips et al. (1997 *apud* ADOLPHS, TRANEL e DAMASIO, 2003), regiões do córtex insular são ativadas quando uma expressão facial de nojo é identificada. Além disso, lesões na ínsula causam deficiências na experiência e na detecção do nojo, o que sugere que essa área esteja fortemente vinculada ao processamento de expressões faciais emocionais de nojo (CALDER et al., 2000 *apud* ADOLPHS, TRANEL e DAMASIO, 2003). Embora os gânglios da base não tenham apresentado ativação em pessoas sendo expostas a expressões faciais de nojo durante exames de imagem por ressonância magnética (PHILLIPS et al., 1997 *apud* BLAIR et al., 1999), pacientes acometidos pela doença de Huntington, que danifica os gânglios da base, também sofrem déficits no reconhecimento do nojo

(SPRENGELMEYER et al., 1996 *apud* BLAIR et al., 1999; GRAY et al., 1997 *apud* BLAIR et al., 1999).

No estudo de Adolphs et al. (1996) nenhum dos pacientes com lesões cerebrais apresentou qualquer deficiência no reconhecimento de expressões faciais de alegria. No entanto, a região do sulco do cíngulo apresenta atividade durante o reconhecimento de expressões de alegria (KESLER-WEST et al., 2001 *apud* BATTY e TAYLOR, 2003; PHILLIPS et al., 1998 *apud* BATTY e TAYLOR, 2003).

Uma última região relevante é o córtex pré-frontal ventromedial. Danos a essa estrutura estão relacionados a prejuízos no reconhecimento de expressões faciais de emoções (HORNAK et al., 2003 *apud* WOLF et al., 2014; HEBERLEIN et al., 2008 *apud* WOLF et al., 2014; TSUCHIDA e FELLOWS, 2012 *apud* WOLF et al., 2014). Constatou-se que pacientes com lesões nessa estrutura apresentam menor fixação nos olhos de pessoas durante o reconhecimento de expressões faciais de emoções em relação a indivíduos saudáveis ou com lesões em outras regiões do cérebro. Essa menor fixação nos olhos foi detectada com maior intensidade principalmente durante reconhecimento de expressões de medo. Resultados semelhantes foram obtidos durante o reconhecimento de faces neutras e de nojo (WOLF et al., 2014).

Apesar de todas as estruturas acima citadas participarem do reconhecimento de expressões faciais emocionais, é importante ressaltar que elas não são as únicas envolvidas no processo. “Reconhecer uma emoção a partir de estímulos envolve múltiplos processos cognitivos, dependendo das demandas e restrições da tarefa utilizada para avaliar esse reconhecimento” (ADOLPHS et al., 2000, p. 2688, tradução nossa), de forma que as interações entre diferentes regiões do cérebro durante a identificação de expressões faciais de emoções são altamente complexas.

## **2.2 Alterações no funcionamento e nas estruturas cerebrais de psicopatas em relação a não psicopatas**

Primeiramente, se faz necessário diferenciar psicopatas “bem sucedidos” de psicopatas “mal sucedidos”: segundo Widom (1978 *apud* YANG et al., 2010), os mal sucedidos são aqueles que possuem um histórico de crimes, enquanto os bem sucedidos não apresentam nenhuma condenação criminal.



De acordo com Raine et al. (2004 *apud* YANG et al., 2010), psicopatas mal sucedidos apresentam uma grande assimetria no hipocampo, o que não acontece com psicopatas bem sucedidos ou não psicopatas. O hipocampo é altamente conectado com o córtex pré-frontal e com a amígdala (LAAKSO et al., *apud* GLENN e RAINE, 2008), estruturas que, como citado anteriormente, são intimamente relacionadas ao reconhecimento de expressões faciais emocionais.

Psicopatas mal sucedidos apresentam uma diminuição na espessura e no volume de substância cinzenta nos córtices orbitofrontal e frontal médio em relação a indivíduos em esse diagnóstico. Eles também possuem uma diminuição bilateral no volume da amígdala em relação a não psicopatas. Nenhuma deficiência no córtex pré-frontal ou na amígdala é apresentada por psicopatas bem sucedidos em relação a indivíduos normais (YANG et al., 2010).

Ademais, o córtex orbitofrontal apresenta uma ativação menor em psicopatas durante condicionamento do medo (VIET et al., 2002 *apud* GLENN e RAINE, 2008; BIRBAUMER et al., 2005 *apud* GLENN e RAINE, 2008). A amígdala também tem uma menor ativação diante de estímulos emocionais em detentos psicopatas do que em indivíduos normais (KIEHL et al., 2001 *apud* GLENN e RAINE, 2008). As disfunções apresentadas na amígdala podem ser responsáveis por uma deficiência no reconhecimento de expressões faciais de tristeza e medo, enquanto as anomalias no córtex orbitofrontal podem causar prejuízos na identificação de expressões de raiva.

No entanto, alguns estudos indicam que, durante a realização de tarefas emocionais, áreas cognitivas superiores do cérebro de psicopatas, como o córtex pré-frontal dorsolateral, apresentam um aumento na ativação (KIEHL et al., 2001 *apud* GLENN e RAINE, 2008; RILLING et al., 2007 *apud* GLENN e RAINE, 2008; GORDON, 2004 *apud* GLENN e RAINE, 2008; INTRATOR et al., 1997 *apud* GLENN e RAINE, 2008), o que sugere a possibilidade de que psicopatas usem mais recursos cognitivos no processamento de informações emocionais do que outros indivíduos (KIEHL et al., 2001 *apud* GLENN e RAINE, 2008). Isso significa que o processamento apropriado desse tipo de informação na psicopatia necessita de um componente racional, não dependendo somente de processos cerebrais involuntários.

Em um estudo com detentos psicopatas e não psicopatas, Motzkin et al. (2011) concluíram que, quanto maior o grau de psicopatia de um sujeito, menor a integridade estrutural de seu fascículo uncinado direito, uma conexão de substância branca existente entre o córtex pré-frontal ventromedial e o lobo temporal anterior. Além disso, foi observada uma menor conectividade entre o córtex pré-frontal ventromedial e a amígdala. Como tanto a amígdala quanto o lobo temporal anterior direito apresentam ativação durante o reconhecimento de expressões faciais de medo, além de o último também atuar na detecção de raiva e tristeza (ADOLPHS et al., 2000; BLAIR et al., 1999), é possível inferir que a psicopatia esteja relacionada a déficits no reconhecimento dessas emoções, devido à fragilidade da conexão entre essas regiões.

É importante destacar que as diferenças nos cérebros de psicopatas e indivíduos sem esse diagnóstico não se limitam às estruturas apresentadas acima.

Está se tornando cada vez mais claro que o entendimento da neurobiologia da psicopatia vai muito além de identificar regiões do cérebro que possam estar envolvidas. Genética, neurotransmissores e hormônios impactam o funcionamento das estruturas cerebrais e a conectividade entre elas. Em pesquisas futuras será importante identificar como esses sistemas trabalham juntos para produzir a compilação única de traços e comportamentos característicos da psicopatia (GLENN e RAINE, 2008, n.p., tradução nossa).

Dessa forma, possíveis diferenças no reconhecimento de expressões faciais emocionais na psicopatia podem estar relacionadas a fatores que não se limitam a diferenças em estruturas cerebrais.

### **2.3 O reconhecimento de expressões faciais emocionais por psicopatas: estudos divergentes e diferenças metodológicas**

Os resultados encontrados em estudos realizados com psicopatas são bastante divergentes. Dolan e Fullam (2006) concluíram, após comparar as performances de presidiários não psicopatas e psicopatas no reconhecimento de expressões faciais das seis emoções básicas, que os últimos apresentam um déficit na detecção de tristeza.

Blair e Coles (2000, *apud* VASCONCELLOS et al., 2014) e Blair et al. (2001) encontraram deficiências no reconhecimento de expressões de tristeza e medo em crianças com tendências psicopáticas. Na pesquisa de Blair et al. (2001), os sujeitos eram expostos à uma espécie de animação composta de 21 fotografias representando uma mesma expressão facial em diferentes intensidades, de forma que uma fotografia era substituída por outra mais intensa a cada três segundos. A primeira fotografia exibia uma expressão neutra, enquanto a última exibia a emoção com 100% de intensidade. Os sujeitos eram instruídos a informar a emoção apresentada assim que a reconhecessem, sem, no entanto, tentarem adivinhar.

A pesquisa Blair et al. (2004 *apud* GLASS e NEWMAN, 2006), que se valeu de uma metodologia semelhante, recebeu algumas críticas.

Pelo fato de a tarefa exigir que os participantes criassem hipóteses e então as modificassem enquanto a face continuava a se transformar, o desempenho pode ter dependido de uma habilidade de avaliar e modificar hipóteses referentes a expressões afetivas particulares (GLASS e NEWMAN, 2006, p. 819, tradução nossa).

Tentando superar esse problema metodológico, Glass e Newman (2006) desenvolveram uma tarefa de duas etapas. Na etapa de identificação, o participante deveria dizer, dentre um conjunto de quatro faces, a emoção representada por uma face designada por um número. Já na etapa de localização, uma palavra relacionada a uma emoção era exibida antes do conjunto de quatro faces, e o indivíduo deveria dizer qual face era relacionada à palavra dada.

Após submeterem presidiários psicopatas a esses testes, Glass e Newman (2006) concluíram que nenhum prejuízo no reconhecimento de expressões faciais emocionais era encontrado em psicopatas em relação ao grupo de controle.

Kosson et al. (2002) também fizeram experimentos com psicopatas encarcerados. Os sujeitos foram expostos a imagens de homens e mulheres apresentando expressões faciais de emoções. As imagens eram exibidas por um segundo. Após isso, os participantes tinham 2,5 segundos para determinar a emoção exibida, apertando teclas de um teclado relacionadas à emoção detectada. Cada indivíduo foi exposto a 30 imagens, cinco de cada emoção básica.

Foram reconhecidos prejuízos na percepção do nojo por psicopatas em relação ao grupo de controle. Além disso, constatou-se que psicopatas haviam se saído melhor do que não psicopatas no reconhecimento da raiva, principalmente quando dispuseram de alguma forma do hemisfério esquerdo do cérebro para realizar a tarefa, como responder com a mão direita, por exemplo. Segundo Kosson et al. (2002), esse resultado indica que a classificação de raiva dos psicopatas utiliza mais recursos do hemisfério esquerdo do que em não psicopatas. Essa conclusão se alinha com estudos que sugerem uma maior ativação do hemisfério esquerdo relacionada à raiva (HARMON-JONES e ALLEN, 1998 *apud* KOSSON et al., 2002; HARMON-JONES e SIGELMAN, 2001 *apud* KOSSON et al., 2002).

Em uma revisão de literatura feita por Vasconcellos et al. (2014), nove dos 17 artigos revisados, incluindo Blair et al. (2001), concluíram que traços antissociais estavam relacionados a deficiências no reconhecimento de medo. Ainda, cinco desses artigos, incluindo Blair et al. (2001), descreveram prejuízos na percepção de tristeza; três apontaram um desempenho pior no reconhecimento geral das emoções, sendo que em um deles não foi encontrada nenhuma diferença entre detentos psicopatas e não psicopatas; dois relataram déficits na detecção de nojo, incluindo Kosson et al. (2002); e um associou traços antissociais à atribuição de raiva a faces neutras. Por fim, um não encontrou diferenças nos desempenhos de psicopatas e não psicopatas (GLASS e NEWMAN, 2006).

Vasconcellos et al. (2014) apontam que resultados tão divergentes podem derivar dos métodos bastante distintos utilizados por cada grupo de pesquisadores. Por exemplo, o tempo de exposição aos estímulos variou em boa parte dos estudos, sendo que, de acordo com Schyns, Petro e Smith (2009), um tempo de 200 ms é necessário e suficiente para a identificação de um estímulo de expressão facial (*apud* VASCONCELLOS et al., 2014).

### 3 Conclusão

Embora a universalidade das expressões faciais emocionais seja um consenso há relativamente pouco tempo, existe uma literatura vasta sobre o tema. Contudo,

segundo Dolan e Fullam (2006), no que tange às capacidades de psicopatas no reconhecimento dessas expressões, apenas alguns grupos de pesquisadores publicam a maioria dos estudos sobre o assunto, o que pode acarretar um viés inconsciente nos resultados.

É possível destacar três problemas relacionados aos métodos utilizados na maioria das pesquisas: o tempo de exposição aos estímulos não é padronizado, sendo que um tempo de 200 ms seria ideal (SCHYNS, PETRO e SMITH, 2009 *apud* VASCONCELLOS et al., 2014); a grande maioria dos estudos conta apenas com psicopatas mal sucedidos, o que pode influenciar na precisão dos resultados, uma vez que psicopatas bem sucedidos e mal sucedidos apresentam diferenças cerebrais entre si; e poucos estudos contam com mulheres psicopatas em suas amostras, o que pode afetar as conclusões, uma vez que mulheres parecem ter uma maior precisão no reconhecimento de expressões faciais de emoções do que homens (EKMAN, 2006 *apud* VASCONCELLOS et al., 2014).

Apesar das ressalvas feitas acima, os estudos atuais indicam que boa parte dos materiais analisados demonstra psicopatas possuem um déficit no reconhecimento de medo e tristeza. Essas conclusões coincidem com as diferenças cerebrais encontradas em psicopatas em relação a indivíduos normais.

Contudo, os estudos de Glass e Newman (2006) e Kosson et al. (2002) trazem resultados inesperados. O primeiro não apresenta diferenças no processamento de expressões faciais emocionais entre psicopatas e indivíduos normais, enquanto o segundo aponta déficits na detecção de nojo. Esses achados podem decorrer da menor conectividade entre o córtex pré-frontal ventromedial, que articula a atenção durante a tarefa do reconhecimento das expressões faciais, e outras regiões cerebrais responsáveis pela detecção de emoções específicas.

Por fim, cabe destacar que é primordial que novas pesquisas acerca desse aspecto da cognição social dos psicopatas sejam realizadas, visto que um consenso sobre esse assunto ainda não foi alcançado. Fatores como maiores amostras de indivíduos e comparação entre psicopatas bem sucedidos e mal sucedidos são imprescindíveis para estudos futuros, bem com um melhor entendimento das

estruturas cerebrais relacionadas ao processamento das expressões faciais de emoções.

## REFERÊNCIAS

ADOLPHS, R. et al. Cortical Systems for the Recognition of Emotion in Facial Expressions. **Journal of Neuroscience**, v. 16, n. 23, p. 7678-7687, 1 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.jneurosci.org/content/16/23/7678>>. Acesso em 10 mai. 2019.

ADOLPHS, R et al. A Role for Somatosensory Cortices in the Visual Recognition of Emotion as Revealed by Three-Dimensional Lesion Mapping. **Journal of Neuroscience**, v. 20, n. 7, p. 2683-2690, 1 de abril de 2002. Disponível em: <<http://www.jneurosci.org/content/20/7/2683>>. Acesso em 21 jun. 2019.

ADOLPHS, R; TRANEL, D.; DAMASIO, A. R. Dissociable neural systems for recognizing emotions. **Brain and Cognition**, v. 52, n. 1, p. 61-69, junho de 2003. Disponível em <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.486.5685&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em 21 jun. 2019.

BATTY, M.; TAYLOR, M. J. Early processing of the six basic facial emotional expressions. **Cognitive Brain Research**, v. 17, n. 3, p. 613-620, outubro de 2003. Disponível em <[https://www.ece.uvic.ca/~bctill/papers/facerec/Batty\\_Taylor\\_2003.pdf](https://www.ece.uvic.ca/~bctill/papers/facerec/Batty_Taylor_2003.pdf)>. Acesso em 22 jun. 2019.

BLAIR, R. J. R. et al. Dissociable neural responses to facial expressions of sadness and anger. **Brain**, v. 122, n. 5, p. 883-893, maio de 1999. Disponível em <<https://www.semanticscholar.org/paper/Dissociable-neural-responses-to-facial-expressions-Blair-Morris/548afed945cfda32052eff51db9a73380bc2c8f7>>. Acesso em 21 jun. 2019.

BLAIR, R. J. R. et al. A Selective Impairment in the Processing of Sad and Fearful Expressions in Children With Psychopathic Tendencies. **Journal of Abnormal Child Psychology**, v. 19, n. 6, p. 491-498, dezembro de 2001. Disponível em <[https://www.researchgate.net/profile/Robert\\_Blair2/publication/225262152\\_A\\_Selective\\_Impairment\\_in\\_the\\_Processing\\_of\\_Sad\\_and\\_Fearful\\_Expressions\\_in\\_Children\\_with\\_Psychopathic\\_Tendencies/links/0deec5183e5953dbec000000.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Robert_Blair2/publication/225262152_A_Selective_Impairment_in_the_Processing_of_Sad_and_Fearful_Expressions_in_Children_with_Psychopathic_Tendencies/links/0deec5183e5953dbec000000.pdf)>. Acesso em 27 mai. 2019.

CASTELLI, F. Understanding emotions from standardized facial expressions in autism and normal development. **Autism**, v. 9, n. 4, p. 428-449, outubro de 2005. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/7607858\\_Understanding\\_emotions\\_from\\_standardized\\_facial\\_expressions\\_in\\_autism\\_and\\_normal\\_development](https://www.researchgate.net/publication/7607858_Understanding_emotions_from_standardized_facial_expressions_in_autism_and_normal_development)>. Acesso em 13 set. 2019.

DOLAN, M.; FULLAM, R. Face affect recognition deficits in personality-disordered offenders: association with psychopathy. **Psychological Medicine**, v. 36, n. 11, p. 1563-1569, novembro de 2006. Disponível em <[https://www.researchgate.net/profile/Rachael\\_Fullam/publication/6894557\\_Face\\_affect\\_recognition\\_deficits\\_in\\_personality-disordered\\_offenders\\_Association\\_with\\_psychopathy/links/5684827608ae051f9af048a9/Fac](https://www.researchgate.net/profile/Rachael_Fullam/publication/6894557_Face_affect_recognition_deficits_in_personality-disordered_offenders_Association_with_psychopathy/links/5684827608ae051f9af048a9/Fac)>



e-affect-recognition-deficits-in-personality-disordered-offenders-Association-with-  
psychopathy.pdf>. Acesso em 27 mai. 2019.

EKMAN, P.; FRIESEN, W. V. Constants across cultures in the face and emotion. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 17, n. 2, p. 124-129, 1971. Disponível em <<https://pdfs.semanticscholar.org/a368/8ebcce02bbafa87e3f644841d7d78172fc08.pdf>>. Acesso em 6 abr. 2019.

GLASS, S. J.; NEWMAN, J. P. Recognition of Facial Affect in Psychopathic Offenders. **Journal of Abnormal Psychology**, v. 115, n. 4, p. 815-820, novembro de 2006. Disponível em <<https://pdfs.semanticscholar.org/4f33/55b3ae32921ee17f552e2164f571fdcf59cd.pdf>>. Acesso em 27 mai. 2019.

GLENN, A. L.; RAINE, A. The neurobiology of psychopathy. **Psychiatric Clinics of North America**, v. 31, n. 3, p. 463-475, setembro de 2008. Disponível em <[http://aglenn.people.ua.edu/uploads/1/4/1/8/14182546/glenn\\_pcna\\_2008.pdf](http://aglenn.people.ua.edu/uploads/1/4/1/8/14182546/glenn_pcna_2008.pdf)>. Acesso em 23 jun. 2019.

HARMS, M. B.; MARTIN, A.; WALLACE, G. L. Facial Emotion Recognition in Autism Spectrum Disorders: A Review of Behavioral and Neuroimaging Studies. **Neuropsychology Review**, v. 20, n. 3, p. 290-322, setembro de 2010. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/46108941\\_Facial\\_Emotion\\_Recognition\\_in\\_Autism\\_Spectrum\\_Disorders\\_A\\_Review\\_of\\_Behavioral\\_and\\_Neuroimaging\\_Studies](https://www.researchgate.net/publication/46108941_Facial_Emotion_Recognition_in_Autism_Spectrum_Disorders_A_Review_of_Behavioral_and_Neuroimaging_Studies)>. Acesso em 13 set. 2019.

KOSSON, D. S. et al. Facial Affect Recognition in Criminal Psychopaths. **Emotion**, v. 2, n. 4, p. 398-411, dezembro de 2002. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/10630050\\_Facial\\_Affect\\_Recognition\\_in\\_Criminal\\_Psychopaths](https://www.researchgate.net/publication/10630050_Facial_Affect_Recognition_in_Criminal_Psychopaths)>. Acesso em 27 mai. 2019.

MANDAL, M. K.; PANDEY, R.; PRASAD, A. B. Facial Expressions of Emotions and Schizophrenia: A Review. **Schizophrenia Bulletin**, v. 24, n. 3, p. 399-412, 1998. Disponível em <<https://academic.oup.com/schizophreniabulletin/article/24/3/399/1839786>>. Acesso em 13 set. 2019.

MOTZKIN, J. C. et al. Reduced Prefrontal Connectivity in Psychopathy. **Journal of Neuroscience**, v. 31, n. 48, p. 17348-17357, novembro de 2011. Disponível em <<http://www.jneurosci.org/content/jneuro/31/48/17348.full.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2019.

VASCONCELLOS, S. J. L. et al. Psicopatia e Reconhecimento de Expressões Faciais de Emoções: Uma Revisão Sistemática. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, Abr-Jun 2014, v. 30, n. 2, p. 125-134. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/17637/17013>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

WOLF, R. C. et al. Ventromedial prefrontal cortex mediates visual attention during facial emotion recognition. **Brain**, v. 137, n. 6, p. 1772-1780, junho de 2014. Disponível em <<https://academic.oup.com/brain/article/137/6/1772/2847736>>. Acesso em 23 jun. 2019.





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



YANG, Y. et al. Morphological Alterations in the Prefrontal Cortex and the Amygdala in Unsuccessful Psychopaths. **Journal of Abnormal Psychology**, v. 119, n. 3, p. 546-554, agosto de 2010. Disponível em <<https://www.semanticscholar.org/paper/Morphological-alterations-in-the-prefrontal-cortex-Yang-Raine/a602c1df5741cfbe628060a2e6e03850e1271204>>. Acesso em 23 jun. 2019.

## **TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE: ASPECTO HISTÓRICO, SINTOMAS E TRATAMENTOS**

Iolanda Froner<sup>1</sup>  
Kátia R. Salomão<sup>2</sup>  
Lademir R. Petrich<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo relata o conceito do Transtorno de Personalidade Borderline desde o surgimento até publicações mais atuais, além de demonstrar critérios de diagnóstico e classificação. O objetivo é pontuar as mudanças ao decorrer dos estudos e informar sobre a patologia. Para tanto, foi utilizado o método de revisão bibliográfica do livro *Mentes que amam demais*, da Dra. Ana Beatriz Barbosa da Silva, além de literaturas complementares. Após a análise, percebeu-se que há ainda um equívoco a respeito do diagnóstico definitivo, além de enganos com diagnósticos diferenciais. Além disso, descreve-se diferentes formas de tratamentos para o transtorno, sendo eles alopático e psicoterapias.

**Palavras Chaves:** Borderline. Diagnóstico. Psicofármacos. Psicoterapias.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo irá contemplar a temática sobre o Transtorno de Personalidade Borderline (TPB). O termo border foi incorporado ao *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM IV, 1994)* e ainda está em vigor desde 1994, e remete à principal característica do distúrbio que é estar sempre na fronteira entre relações instáveis e estáveis.

Portanto, a finalidade deste artigo é analisar a definição, os sintomas e suas alterações desde sua descoberta. Neste sentido, entende-se que para um diagnóstico definitivo devem estar presentes no mínimo cinco atributos específicos no período de um ano em contextos sociais diferentes, só assim é possível determinar a presença do transtorno de fato.

De acordo com a definição atual do *DSM-V (2014)* e *CID-X (2008)* seria “um padrão penetrante de instabilidade dos relacionamentos interpessoais, da autoimagem e dos afetos e uma marcante impulsividade iniciada no começo da vida adulta e presente em vários contextos.” Porém, o primeiro trabalho psicanalítico

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> ORIENTADORA: Mestre Kátia R. Salomão do curso de Psicologia da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Doutor Lademir R. Petrich do curso de Psicologia da Univel – Centro Universitário UNIVEL.

significativo a usar o termo *borderline* foi escrito por Adolf Stern em 1938 num texto intitulado “Terapia e investigação psicanalítica do grupo das neuroses *borderline*”, e na década de 60 e 70 houve uma mudança no conceito do transtorno.

O método a ser utilizado é a revisão bibliográfica, portanto, o artigo irá abordar a teoria discutida pela Dr. Ana Beatriz Barbosa Silva em seu livro *Mentes que amam demais* (2018) e comparar com artigos diversos, revistas, entre outros.

## 2 HISTÓRICO DE APRESENTAÇÃO DO TRANSTORNO BORDERLINE

De acordo com Atux (2007) o termo *borderline* foi utilizado pela primeira vez por Adolph Stern em 1938 para classificar um grupo de pacientes que não se encaixavam no conceito de neurótico e nem psicótico. Portanto, entende-se que surgiu uma nova classificação para tal classe patológica.

Em 1949, Hoch e Polatin descrevem um grupo intermediário de pacientes como “esquizofrenia pseudoneurótica”, que não seriam suficientemente graves para serem diagnosticados como esquizofrênicos nem adequados para o tratamento psicanalítico tradicional. Tais pacientes apresentavam quadro de pan-neurose, pan-ansiedade e pan-sexualidade. Outros autores também relacionaram os quadros *borderline* com aspectos da esquizofrenia, usando os termos de esquizofrenia ambulatorial, pré-esquizofrenia e esquizofrenia latente (apud Kreisman). (ATUX, 2007, p. 16)

Pode-se perceber portanto que apesar dos estados psíquicos já descritos anteriormente, o TPB não se encaixava em nenhuma das categorias, por isso a importância da sua classificação. O estado neurótico, segundo Freud (1923), é “(...) o resultado de um conflito entre o ego e o id, ao passo que a psicose é o desfecho análogo de um distúrbio semelhante nas relações entre o ego e o mundo externo.” Ou seja, o ego é responsável pelo equilíbrio da psique, regularizando o id. Esse, consiste nos desejos e vontades primitivas.

Apesar dos anos de diferença, a definição de personalidade dada pela Dra. Ana Beatriz segue na mesma direção que a descrição patológica de Freud.

De forma bem abrangente, a personalidade é um conjunto de padrões de pensamentos, sentimentos e comportamentos que uma pessoa apresente ao longo de sua existência. É o resultado da interação dinâmica daquilo que

herdamos geneticamente de nossos pais (genética) com as experiências que adquirimos durante toda a vida (caráter). (SILVA, 2018, p. 17)

O termo *borderline*, de origem inglesa, significa fronteira, daí a variação para o português de uma personalidade limítrofe. Nas palavras de Green (2012) “Sabemos pela experiência que a linha entre a normalidade e a insanidade e a linha entre a neurose e a psicose não é uma linha, mas uma terra-de-ninguém.” Torna-se evidente o motivo da escolha do nome: uma personalidade que vive sempre na fronteira entre a sanidade e a insanidade, o normal e o patológico, a calma e a tormenta.

## 2.1 CONCEITO ATUAL DE BORDERLINE

De acordo com Silva (2018), afirma-se que pessoas que sofrem desse transtorno são intensos em todas as suas relações, sempre exageradas em tudo que fazem e dizem, no que pensam e sentem. Portanto, fazendo jus ao nome, esses pacientes vivem sempre no limite das emoções podendo haver o que chamam de hemorragia emocional.

O transtorno de personalidade *borderline* caracteriza-se por um fraco estabelecimento da autoimagem, que depende intensamente dos relacionamentos combinada com uma expectativa de maus tratos ou exploração. De acordo com Sousa (2003), essas pessoas apresentam raiva excessiva, por vezes explosões, e quando relacionado a relacionamentos afetivos, variam entre a extrema idealização do outro ou sua desvalorização. Comumente demonstram necessidade de atenção e intimidade, porém após um curto período rejeitam esta, podendo até colocar um fim a relacionamentos. Sendo sensíveis a mudanças, portanto, observa-se comportamentos suicidas e auto mutilantes, principalmente após a rejeição de uma pessoa íntima, sendo que o suicídio ocorre em 10% destes pacientes (SILVA, 2018).

Nas palavras de Sousa (2003) “visto que os clientes *borderlines* não apresentam uma noção de *self*, ou este é volúvel (...)” tal afirmativa demonstra que os *borderlines* vivem a vida buscando identificar-se com algum estereótipo, e que o ambiente em que estão inseridas as influenciam facilmente.

Outro aspecto que deve ser analisado são as fronteiras que essas pessoas podem ultrapassar, apresentando sintomas de outros quadros psiquiátricos mas sem

necessariamente coexistir. Por exemplo, como citado no livro referencial, sintomas de transtorno de ansiedade, estresse pós-traumático, depressão e bipolaridade são bastante confundidos com o diagnóstico de borderline.

Além disso, borders apresentam disfunções de cunho emocional, cognitivo, comportamental e pessoal apontados por Silva (2018). A disfunção emocional é aquela essencial dessa personalidade e possui características únicas, tais como hiperatividade emocional (sensibilidade aos estímulos principalmente negativos), emoções conflitantes (sempre levadas ao extremismo), instabilidade afetiva, humor em oscilação, ira intensa (desencadeada por frustrações), agitação física e sentimento de vazio e ódio.

A disfunção cognitiva, por sua vez, apresenta características como incapacidade de manter pensamentos, dificuldade de aprender com experiências passadas, autoimagem instável, temor e dificuldade de concentração. A disfunção comportamental apresenta a necessidade de controle externo, aparência oscilante, brigas constantes, comportamento autodestrutivo, relações caóticas, dependência e chantagem.

Por fim, a disfunção pessoal são as sensações de vazio, comparação com os outros, dificuldade em expressar sentimentos, facilidade de serem manipulados e estilo de vida variável.

## 2.2 SINTOMAS E CARACTERÍSTICAS

Como citado anteriormente, para ser diagnóstica com TPB, é necessário uma série de análises de sintomas durante o período de um ano em diferentes contextos (SOARES, 2010), que pôde ser confirmado pela psiquiatra.

O que caracteriza, de fato, o transtorno de personalidade borderline é a presença de um conjunto bem delineado de sintomas e o padrão de frequência, intensidade e temporalidade com que eles estão presentes no cotidianos desses indivíduos. (SILVA, 2018, p 52.)

As principais características que esse transtorno apresenta são impulsividade perigosa em ao menos duas áreas (gastos, promiscuidade, abuso de drogas, compulsão alimentar); ira inapropriada e difícil de controlar; instabilidade afetiva;

ideias paranoides; mudança de identidade; relação interpessoal instável e intensa; tentativa irracional de evitar o abandono; ameaça e comportamento suicida e por fim, sentimento constante de vazio.

Se ouvirmos atentamente a este tipo de pacientes, ouviremos queixas sobre estes estados de vazio e vácuo. Algumas vezes aparecem de forma mínima, como quando dizem que não conseguem concentrar-se nos estudos, ou pensar, ou não conseguem representar coisas vividamente. É quase como se tivessem um buraco na cabeça. Estes são os menores traços que encontramos, o que seria o equivalente de uma alucinação negativa afetiva do self, um sentimento de inexistência, uma sensação de que o mundo não tem colorido. (GREEN, 2012, p. 17)

Acrescentado por Green, nota-se que apesar de alguns sinais serem ínfimos e talvez disfarçados por algumas outras patologias como a transtorno de depressão maior, é necessário a escuta ativa para que o sintoma seja detectado e adequado ao quadro patológico aqui apresentado.

Além disso, a depressão – ou a disforia – pode-se apresentar como uma tristeza abundante, apatia, desejos autopunitivos, perda de libido, insônia ou hipersonia. Acrescentado a isso, a fadiga, perda geral de interesse, dificuldade de concentração, indecisão, choros repentinos e necessidade de atenção (GONGORA, 1981).

Outro sintoma que pode-se somar são as ideações deliróides, de acordo com Pain (apud Guimarães, 2016) é um estado decorrente de outros processos psíquicos, trata-se de equívocos momentâneos provocados por percepções enganosas, sobretudo procedendo de ideias melancólicas. Em virtude dessas características, o paciente apresenta erros na sensopercepção e perturbações nas relações interpessoais.

### **3 TRATAMENTO**

O TPB, diferentemente do que possa parecer, tem tratamento mas não uma cura. A união entre psicofármacos e terapias tem grande capacidade de amenizar, ou até mesmo reverter o quadro. Será exposto, portanto, as duas frentes interdisciplinares para o tratamento desse transtorno, sendo demonstrado medicamentos mais utilizados e o método de terapia mais indicado.

O tratamento medicamentos visa, antes de qualquer outra coisa, amenizar os sintomas causados pelo transtorno, tratando aqueles principais que trazem desconforto ao paciente.

De acordo com Subtil (2018) apesar de surgirem críticas a respeito de medicamentos, principalmente quando utilizados para o tratamento psiquiátrico, devem ser estabelecidos dependendo da gravidade do transtorno, do desconforto causado ao paciente. Além disso, a escolha os medicamento deve ser feita sempre com a participação do paciente, exceto em casos graves nos quais há perigo de vida para o doente e para quem o rodeia.

Em um aspecto amplo, os medicamentos mais utilizados são os antidepressivos, estabilizadores de humor, benzodiazepínicos (em caso de extrema ansiedade), e antipsicóticos. É de suma importância ressaltar que a dose de cada medicamento varia de paciente para paciente, além de depender da gravidade do quadro apresentado. (SUBTIL, 2018).

Em relação aos antidepressivos mais utilizados, destaco os inibidores seletivos da receptação da serotonina (ISRS), como a fluoxetina, a paroxetina, a sertralina (...) não causam dependência, têm baixa toxicidade e são extremamente seguros no caso de superdosagem. (SILVA, 2018, p. 163)

Segundo Carvalho, Stracke e Souza (2004) os principais estabilizadores de humor são o lítio, carbamazepina e ácido valproico, utilizados para a instabilidade afetiva desses pacientes. Além disso, os autores afirmam que esses fármacos apresentam um bom resultado na melhora da impulsividade e da instabilidade do humor. Por fim, os antipsicóticos são indicados somente para pacientes que apresentam alterações cognitivas associadas. Dentre eles os mais utilizados são olanzapina, clozapina, sulpirida.

Para Subtil, a maior eficácia está presente nos estabilizadores de humor e nos antipsicóticos atípicos. Entretanto, em consenso com a literatura base deste artigo, o autor enfatiza que “o tratamento de primeira linha para o TPB continua sendo a psicoterapia.” (SUBTIL, 2018)

De acordo com a psiquiatra (2018), “A psicoterapia busca em primeiro lugar a conscientização do problema, com o objetivo de o paciente aceitar que tem



dificuldades (...) e que pode melhorar.” Ou seja, aquele que nega para si mesmo a existência do transtorno passa por maiores dificuldade e por um caminho mais longo.

Existem dois principais guias, considerados os mais importantes globalmente, no que diz respeito ao tratamento do TPB: o inglês, produzido pelo National Institute for Health and Clinical Excellence (NICE) e o americano, elaborado pela American Psychiatric Association (APA). Ambas instituições concordam na indicação do tratamento psicoterápico (ex.: Terapia Dialética Comportamental (DBT), Terapia Baseada na Mentalização ou Terapia Focada na Transferência) como tratamento de primeira linha. (SUBTIL, 2018, p.12)

Partindo da teoria proposta por Wright (2008), na terapia cognitivo-comportamental (TCC) os terapeutas incentivam o desenvolvimento e a aplicação de processos conscientes adaptativos de pensamento, como o pensamento racional e a solução de problemas. O terapeuta também dedica bastante esforço para ajudar os pacientes a reconhecer e mudar o pensamento patológico em dois níveis de processamento de informações relativamente autônomo.

“Ela ensina os pacientes a “pensar sobre o pensamento” para atingir a meta de trazer as cognições autônomas à atenção e ao controle conscientes.” (WRIGHT, 2008, p. 19). A TCC enfatiza métodos com o objetivo de auxiliar os pacientes a detectar e alterar os pensamentos relacionados a sintomas emocionais, como a depressão e a ansiedade.

Além disso, a perspectiva analítica-funcional tem demonstrado bastante resultado no tratamento deste transtorno. De acordo com Souza (2003) é importante que a terapia caminhe de forma gradativa para a desestruturação da patologia. Como é uma abordagem que se utiliza de tarefa (ou micro passos) para seu desenvolvimento, deve-se ter uma atenção para que essas exijam o mínimo de controle externo possível, sem estimulação pública. Além disso, no início pode-se ajudar o cliente a falar sobre eventos privados, como exemplo listando vários sentimentos e pedindo para que ele escolha, assim haverá uma promoção do *self*, até então variável, sob controle de estímulos próprios.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com os dados então supracitados, nota-se que desde seu primeiro uso em 1938 por Stern, não houve uma alteração significativa a respeito do conceito do transtorno de personalidade borderline, até mesmo na publicação mais recente do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais em 2013 sendo a patologia um transtorno com descargas afetivas impulsivas, na irregularidade e contradição nas relações afetivas, na insegurança a respeito da própria identidade, nas disforias e, ocasionalmente, nas ideações deliróides, apesar de faltar a confusão esquizofrênica.

Por conta de uma descrição detalhada dos sintomas deste transtorno, tais como instabilidade emocional, impulsividade, manifestações inadequadas de raiva, baixa autoestima, tendência ao suicídio, insegurança, não aceitação de críticas e regras, intolerância a frustrações e, como característica principal, medo pelo abandono. É importante ressaltar também que para um diagnóstico pontual, cinco desses sintomas devem aparecer no período de um ano em diferentes contextos.

Quando relacionado ao tratamento, há uma vasta variedade de medicamentos, dentre os mais frequentes e que demonstram mais eficácia, estão os estabilizadores de humor, antipsicóticos, antidepressivos e, em casos de extrema ansiedade, os benzodiazepínicos, comumente chamados de ansiolíticos.

Em contrapartida, foi possível observar também a importância do tratamento psicoterapêutico para um melhor desempenho do tratamento. Dentre as abordagens mais escolhidas para este transtorno está a Terapia Cognitivo Comportamental e a Analítica-funcional. Por se tratarem de abordagens que visam o comportamento, há uma rápida melhora quando comparada com as outras abordagens, mas vale ressaltar que qualquer abordagem psicoterápica é bem vinda para o acompanhamento do paciente. A terapia pode ser entendida como uma ferramenta de reestruturação cognitiva, regulação emocional e também modificação comportamental.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-IV. Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: ARTMED, 2002, 4a. ed.

ATTUX, Cecília. **Personalidade borderline na psiquiatria, psicanálise e análise psicodramática**. Monografia apresentada na Escola Paulista de Psicodrama para obtenção do título de psicodramatista. São Paulo, 2007.

CARVALHO, André F., STRACKE, Cristiane B., SOUZA, Fábio G. de Matos, **Tratamento farmacológico do transtorno de personalidade limítrofe**: revisão crítica da literatura e desenvolvimento de algoritmos. Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul vol.26 no.2 Porto Alegre May/Aug. 2004

CID-X – Classificação de transtornos mentais e de comportamento: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas apud PEREIRA, Mário Eduardo Costa, **A introdução do conceito de “estados-limítrofes” em psicanálise**: o artigo de A. Stern sobre “the borderline group of neuroses”. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., II, 2, 153-158

FREUD, Sigmund. **Neurose e Psicose**: vol. XIX. 1924.

GONGORA, Maura Alves Nunes. **Conceitos de depressão**. Semina, 7(2): 115-120, 1981.

GREEN, André. **Uma conferência borderline**. ALTER – Revista de Estudos Psicanalíticos, v. 30 (2) 19-30, 2012.

GUIMARÃES, Ana Rosa Gonçalves de Paula. **Amor, dor e gozo**: sobre as manifestações culturais da tristeza, da melancolia e da depressão. Revista do Centro de Estudo em Semiótica e Psicanálise, v. 8, n. 1, 2016.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa, **A introdução do conceito de “estados-limítrofes” em psicanálise**: o artigo de A. Stern sobre “the borderline group of neuroses”. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., II, 2, 153-158

SILVA, Ana Beatriz. **Mentes que amam demais**: o jeito borderline de ser. São Paulo: Principium, 2018.

SOARES, Marcos Hirata. **Estudos sobre transtornos de personalidade Antissocial e Borderline**. Acta Paul Enferm; 23(6):852-8, 2010

SOUSA, Ana Carolina Aquino, Transtorno de personalidade borderline sob uma perspectiva analítico-funcional. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva. 2003, Vol. V, nº 2, 121-137.

SUBTIL, Eduardo Mazzetti, **O TRATAMENTO FARMACOLÓGICO NO TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE: REVISÃO DE LITERATURA E EVIDÊNCIAS RECENTES**. 2018.

TAVARES, Juraci de Cássia Araújo. **Paciente Borderline: Revisão Bibliográfica e o Manejo Clínico de Residência em Psicologia**. Psicologado. Edição 01/2014. Disponível em <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-clinica/paciente-borderline-revisao-bibliografica-e-o-manejo-clinico-de-residencia-em-psicologia>>. Acesso em 22 Mai 2019.

WRIGHT, Jesse H. Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental [recurso eletrônico]: um guia ilustrado / Jesse H. Wright, Monica R. Basco, Michael E. Thase ; tradução Mônica Giglio Armando.– Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2008.

## **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: Percurso histórico e psicossocial**

Júlia Chiela Rodrigues<sup>1</sup>  
Marco Antônio Mello<sup>2</sup>  
Caroline Buosi Velasco<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar os impactos psicológicos causados pela violência obstétrica que pode ser definida como danos e violações físicas, psicológicas e verbais na hora do parto. Para isso abordou-se o histórico do parto e suas intervenções, o conceito de violência obstétrica, como também a relação da violência obstétrica com a decorrência de futuros transtornos psicológicos. Para a produção de tal artigo foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica e exploratória. Após a análise dessas pesquisas chegou-se à conclusão da necessidade desse tema estar presente em outras áreas além da saúde, como por exemplo a psicologia, com o psicólogo atuando para fazer diagnósticos, realizar intervenções e ações preventivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher. Parto. Violência obstétrica.

### **1 INTRODUÇÃO**

O termo “violência obstétrica” de acordo com Tesser *et al* (2015) é utilizado para descrever violações e danos causados durante o cuidado obstétrico profissional. Inclui quaisquer tipos de maus tratos físicos, psicológicos e verbais bem como procedimentos sem necessidade e danosos. De acordo com Bowser e Hill (2010) apud Tesser *et al* (2015) existem várias formas de violência obstétrica tais como: abuso físico, cuidado indigno, abuso verbal, imposições de intervenções não consentidas, abandono, recuso de assistência ou negligência.

Ao transcorrer a respeito do assunto violência obstétrica existe uma variedade de contextos a serem analisados. Para o âmbito da psicologia atribuem-se inúmeras questões subsequentes. Diante disto, abordará como problema desta pesquisa a investigação sobre quais seriam os impactos psicológicos causados pela violência obstétrica.

Neste artigo como finalidade serão analisados os impactos psicológicos causados pela violência obstétrica, como também, os conceitos gerais de violência

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Psicologia da Univel, email: [juliachiela@yahoo.com.br](mailto:juliachiela@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Acadêmico de Psicologia da Univel, email: [ma.ello2011@gmail.com](mailto:ma.ello2011@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia. Professora do curso de Psicologia da Univel.

obstétrica, o histórico do parto e suas intervenções bem como a relação de violência obstétrica com futuros transtornos psicológicos.

Ao se pesquisar sobre esse assunto nota-se a importância do mesmo na sociedade, pois se trata de um tema pouco disseminado. E o Brasil se encontra em um momento de empoderamento feminino e de luta pelos direitos do próprio corpo. É também de suma importância para a psicologia, pois ainda não se encontram muitos trabalhos intercalando os problemas subsequentes da violência durante o parto. E por fim, este trabalho também é importante para os pesquisadores, pois assim adquirem mais conhecimento sobre o assunto e conseqüentemente conseguem conscientizar as pessoas à sua volta de que a violência obstétrica existe, e que é um tema que necessita ser discutido.

Para a produção deste artigo foi utilizada a pesquisa bibliográfica visto que para fim deste será utilizado os conceitos e fundamentos de autores, livros e referenciais teóricos no âmbito deste assunto. É exploratória, devido este ser o primeiro contato a fundo dos pesquisadores com o tema em questão.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

A seguir, por meio de revisão bibliográfica será apresentado o assunto em questão que foi subdivido por meio de dois tópicos respectivamente, a hospitalização do parto; Violência obstétrica pluralidade conceitual e as implicações decorrentes de problemas na hora do parto.

### **2.1 A HOSPITALIZAÇÃO DO PARTO**

Antigamente a realização do parto e os cuidados com a parturiente eram realizados por parteiras, aparadeiras ou comadres. Elas eram de total confiança da mulher que iria parir e eram também consultadas sobre vários temas, como: cuidados com o recém-nascido, doenças venéreas, entre outros (BRENES, 1991). Até o século XVII, o parto era um assunto das mulheres, elas resolviam as coisas de forma caseira, sempre com a presença da mãe da parturiente e de uma parteira experiente (MALDONADO, 2002 *apud* VENDRUSCÚLO e KRUEL, 2015).

Historicamente o processo de introdução da medicina nesse cenário se iniciou primeiro na Europa, nos séculos XVII e XVIII e só depois, em 1808 chegou ao Brasil, com as primeiras escolas de cirurgia e medicina no Rio de Janeiro e na Bahia. (TOSI, 1988 *apud* BRENES, 1991).

As mulheres foram perdendo seus lugares como parteiras com o surgimento do cirurgião, mas tal mudança só começou quando os primeiros fórceps, instrumento que fora criado para extrair o feto em partos complicados, surgiram e mais tarde quando as cesáreas já não representavam um alto risco para a gestante (MALDONADO, 2002 *apud* VENDRUSCÚLO, KRUEL, 2015).

“No final do século XIX, inicia-se um processo de mudança por meio das tentativas de controle do evento biológico por parte da obstetrícia, que deixa de ser da esfera do feminino e passa a ser compreendido como uma prática médica” (SANFELICE *et al*, 2014 *apud* ZANARDO *et al*, p.3). Concomitante a isso, o número de procedimentos como: cesáreas eletivas, episiotomia, manobra de Kristeller, uso de ocitocina, entre outros (REDE PARTO DO PRINCÍPIO, 2012.) que são procedimentos desnecessários e inadequados, que podem colocar em risco a saúde do bebê e da mãe se tornaram cada vez mais regulares.

No Brasil, a realidade é marcada por um alto número de intervenções cirúrgicas, com falta de informação as mulheres, muitas vezes humilhantes e negando direitos da mulher, violando os direitos reprodutivos, sexuais e humanos da mulher (TORNQUIST, 2002 *apud* ZANARDO *et al*, 2017).

Visando propor mudanças nesse cenário, surge no final da década de 1980, o movimento social pela humanização do parto, que teve como base as propostas de 1985, realizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Esse movimento estimulava o parto normal, a presença de um acompanhante durante o parto e pós-parto, a instalação da mãe e do recém-nascido juntos e a amamentação logo após o nascimento do bebê, assim como a diminuição do número desses procedimentos desnecessários (TORNQUIST, 2002 *apud* ZANARDO, 2017).

## 2.2 VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA PLURALIDADE CONCEITUAL E AS IMPLICAÇÕES DECORRENTES DE PROBLEMAS NA HORA DO PARTO

Algumas expressões tais como violência na hora do parto, desrespeito e abuso, abuso obstétrico, violência de gênero, violência institucional no parto, foram utilizadas inicialmente para descrever e agrupar diversas formas de violências e danos durante o cuidado obstétrico profissional (TESSER *et al*, 2015).

Quando revisada na literatura não se encontra uma única definição para violência obstétrica. Os autores D'Oliveira, Diniz e Scharaiber (2002) *apud* Tesser *et al* (2015) abordam em maior detalhe quatro tipos de violência: negligência para omissão de atendimento, violência psicológica para quando se há o tratamento hostil, ameaças, gritos e humilhação intencional, violência física no fato de negar o alívio da dor quando há indicação técnica, e violência sexual quando resulta em assédio sexual e estupro. Outros nomes como Sanfelice *et al* (2014) e Wolff e Waldow (2008) *apud* Tesser *et al* (2015) definem a violência obstétrica como violência psicológica, que se caracteriza por meio de ironias, ameaça e coerção, também há a violência física, por meio da manipulação e exposição quando não necessária do corpo da mulher, fomentando uma situação desagradável no momento do parto.

Além disso, a violência obstétrica compreende o uso excessivo de medicamentos e intervenções na hora do parto bem como realizar práticas consideradas desagradáveis e vezes dolorosas, não baseadas em argumentos e comprovações científicas. Como por exemplo, episiotomias de rotina, raspagem dos pelos pubianos, indução do trabalho de parto, proibição do direito de acompanhante escolhido pela mulher na hora do trabalho de parto e realização de enema (Tesser *et al*, 2015).

Para Tesser *et al* (2015) a violência obstétrica seria a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres por um profissional de saúde que se expresse por meio de relações desumanizadoras, de abuso de medicamentos e de patologização dos processos naturais que resulte para a mulher na perda de autonomia e capacidade de decisão sobre seu corpo e sexualidade e traga perda da qualidade de vida.

A violência obstétrica contra a mulher forma que ainda pouco conhecida e debatida, é perpetrada por profissionais que deveriam proteger e cuidar da saúde física e mental das parturientes: médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem.



Segundo o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra as Mulheres do Senado Federal (2013), esta violência é caracterizada por ocorrer em um dos momentos de maior vulnerabilidade da vida de qualquer mulher, essa violência se materializa como negligência, violência verbal (grosserias, ameaças e humilhações intencionais), violência física (incluindo a não utilização de analgesia quando necessário e a realização de cirurgias desnecessárias e indesejadas), além do abuso sexual.

Na relação médico e cliente na obstetrícia, Maldonado (1981) relata que o parto é um período curto, mas longo em vivências e expectativas. A gestante neste momento vive o receio de não conhecer o funcionamento de um trabalho de parto, de não ser capaz de reconhecer o momento de procurar um médico. Mais que isto, a mulher teme todas as consequências futuras deste momento que vai chegar. A dor, o medo de não suportar, perder o controle, o medo de que o bebê a machuque destrua sua feminilidade e genitalidade.

Quando se fala em gestação e do nascimento de um filho deve-se lembrar da extrema potência destes dois fatores e nas intensas mudanças na vida dos familiares e principalmente da mãe. Durante estes períodos ocorrem alterações fisiológicas, hormonais e sociais em grandes proporções para que haja uma adaptação do organismo e da sua relação pessoal como também familiar (COUTINHO, 2014).

Para Estumano (2017) *apud* Maia (2018), o processo de vulgarização das formas de violência vivenciadas pelas mulheres durante o momento do parto pode torná-las reféns do medo da morte, da perda do filho, do silêncio frente ao sentimento de repreensão, razão pela qual, não denunciam, desistindo frente as ameaças ou violências concretas ou mesmo por não terem conhecimento sobre os seus direitos e sobre as formas de violência obstétrica.

Por essa razão e na revisão literária de Barboza (2016) *apud* Maia (2018), é essencial que a mulher se expresse livremente e receba atenção, esclarecimento, respeito e empatia, pois na falta destas atitudes, o resultado desses eventos acaba tornando-se desfavorável, acarretando um adoecimento físico e psíquico.

Segundo Barreto (2017) uma mulher que recebe nenhum ou pouco suporte e que é violentada durante o processo da gestação, corre maior risco de desenvolver

quadros depressivos, bem como, transtornos de ansiedade; fobias; compulsão alimentar; distúrbios do sono e outros tipos de sintomas psicossomáticos. Fica perceptível que na maioria dos casos de violência obstétrica, às mulheres relatam sentimento de frustração, raiva, anseio e impotência diante da experiência negativa do parto, e estas estão suscetíveis a desencadear algum tipo de transtorno. (SILVA, 2017).

De acordo com a colocação de Fortunato (2016) os transtornos psiquiátricos envolvem toda e qualquer situação em que o funcionamento da mente se encontra alterado, situação esta, que pode ser influenciada pelas circunstâncias emocionais e sociais as quais o indivíduo encontra-se submetido. Culminado por situações estressoras, os transtornos depressivos, como a depressão pós-parto e disforia puerperal são episódios que perturbam as mulheres após o parto. Manifestando-se através de diversos sintomas como: choro, alterações de humor, sensibilidade excessiva de rejeição, interferindo assim em relação às atividades rotineiras e interação entre mãe e bebê.

Tratando-se do aporte deste tema vale ressaltar a quantificação de transtornos subsequentes como os transtornos de ansiedade, tais como fobias, Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC) e de estresse pós-traumático que se iniciam após uma situação desagradável e de proeminência negativa, provocando medo, preocupação, obsessões e compulsões (GUIMARÃES, 2015 *apud* MAIA, 2018).

### 3 CONCLUSÃO

A partir de resultados desta investigação foi possível analisar o sofrimento causado a mulher mesmo quando perpassado pela ignorância do não saber, no alto número de intervenções cirúrgicas, com falta de informação, muitas vezes humilhantes e negando direitos da mulher, violando os direitos reprodutivos, sexuais e humanos. (TORNQUIST, 2002 *apud* ZANARDO *et al*, 2017).

Conclui-se sobre as inferências psicológicas e transtornos subsequentes relacionados à violência institucional gerada na hora do parto, do processo histórico cultural que culminou na desqualificação deste momento, que por sua vez não deve

ser intitulado como processo cirúrgico, levando em conta aqui o cenário que tal relação desencadeou e que é ressaltado na percepção de Pereira (2003). Os hospitais contemporâneos se tornaram uma grande máquina complexa, no qual circulam mercadorias e acontecem disputas de poder entre profissionais. Sua organização e administração passaram a ser norteadas por critérios científicos, racionais e econômicos.

Nota-se portanto, a qualidade do tema a ser desenvolvido, da tamanha importância que é perpassá-lo de forma informativa pelas áreas da saúde e educação, visando distanciar o modelo biomédico principalmente no processo de capacitação de profissionais, e instituições, da instrução a mulher para que não seja regida pela falta de ciência dos seus plenos direitos humanos que neste momento é tão importante. E do desenvolvimento de mais trabalhos em prol da atuação da psicologia preventiva, de diagnóstico bem como de intervenção em casos de violência obstétrica.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, G. Violência obstétrica no Brasil. **JUS Navigandi**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/57163/violencia-obstetrica-no-brasil>> Acesso em: 23/06/2019.

BRASIL. Senado Federal. **Dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres: Parirás com dor**. <<https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>> Acesso em: 21/06/2019.

BRENES, A. C História da parturição no Brasil, século XIX. **Análise**. Rio de Janeiro, Junho, 1991. <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v7n2/v7n2a02.pdf>>. Acesso em: 23/06/2019.

COUTINHO, E. C. *et al.* Gravidez e parto: O que muda no estilo de vida das mulheres que se tornam mães? **Rev. Esc. Enferm.** São Paulo, 2014; 48 :17-27. <[http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt\\_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00017.pdf](http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00017.pdf)> Acesso em: 20/06/2019.

ESTUMANO, V.K.C, *et al.* Violência obstétrica no Brasil: casos cada vez mais frequentes. **Revista Recien**. São Paulo, 2017; 7 (19): 83-91. <<https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/185>>. Acesso em: 20/06/2019.

FORTUNATO, E.C, *et al.* Saúde mental e psiquiatria: Classificação das doenças mentais. **Instituto Superior Politécnico Inocêncio Nanga**. São Paulo, 2016. Disponível em:



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



<<https://vieiramiguelmanuel.blogspot.com/2016/04/saude-mental-classificacao-das-doenças.html>> Acesso em: 23/06/2019.

MAIA, J. S, *et al.* A mulher diante da violência obstétrica: Consequências psicossociais. **Núcleo do conhecimento.** São Paulo, novembro, 2018. <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/consequencias-psicossociais>>. Acesso em: 23/06/2019.

SILVA, M.G, *et al.* Violência obstétrica na visão de enfermeira obstetras. **Rev. Rene.** São Paulo, 2014. <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=27499&indexSearch=ID>> Acesso em: 23/06/2019.

TESSER, C. D, *et al.* Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista brasileira de medicina de família e de comunidade.** Santa Catarina, 2015. Disponível em <<https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1013/716>>. Acesso em: 06 de junho de 2019.

VENDRÚSCULO, C. T, *et al.* A HISTÓRIA DO PARTO: DO DOMICÍLIO AO HOSPITAL; DAS PARTEIRAS AO MÉDICO; DE SUJEITO A OBJETO. **Disciplinarum Scientia,** Santa Maria, v. 16, n. 1, p. 95-107, 2015. <<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1842/1731>>. Acesso em: 23/06/2019.

ZANARDO, G. L. P. *et al;* Violência obstétrica no Brasil: Uma revisão narrativa. **Psicologia e sociedade.** Rio Grande do Sul, 2017. <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e155043.pdf>>. Acesso em: 23/06/2019.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

ARTIGOS DE PUBLICIDADE E  
PROPAGANDA

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO



## ANÁLISE DA DESCONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA PRINCESA NA SÉRIE (DES)ENCANTO

Whemily Beatriz da Silva Santana<sup>1</sup>  
Alex Sandro dos Santos<sup>2</sup>  
Fábio Lúcio Zanella<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo teve como objetivo analisar os efeitos de sentido produzidos pelo discurso da personagem Princesa Bean da série animada (Des)encanto disponível na plataforma de streaming Netflix. Com a metodologia baseada em estudos da visão pêcheutiana sobre a Análise do Discurso em sua linha francesa e a contribuição de Eni Orlandi acerca do assunto, foi feita a análise de distintas formações ideológicas no que diz respeito a conceitos encrustados no inconsciente coletivo que promovem a definição do arquétipo da princesa dos contos de fadas, considerando variáveis relacionadas à condição de produção da atualidade.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Série Desencanto. Imaginário de Princesa.

### 1. Introdução

A série de animação (Des)encanto (2018) utiliza temáticas atuais contrapondo ao tradicionalismo que se espera no que diz respeito ao ambiente em que se desenrola a trama – a era medieval. Este artigo busca analisar a quebra de arquétipos que se dá pelo efeito de sentido presente nas ironias escritas pelo autor Matt Groening através da Análise do Discurso em sua linha francesa elaborada por Michel Pêcheux.

O enredo construído pelo autor da série oportuniza diversas situações de crítica, como por exemplo, a condição em que se vivia – a peste e a miséria. A protagonista é apresentada logo de início com um perfil antirregas e, seguindo os discursos que permeiam a sociedade atual, luta para que sua voz – de mulher – seja ouvida e levada em consideração.

Por meio da Análise do Discurso, é possível observar a utilização de representações atreladas aos arquétipos criados em torno da temática dos contos de

---

<sup>1</sup> Autora do artigo. Acadêmica do Curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário UNIVEL. E-mail: [whemilysnt@gmail.com](mailto:whemilysnt@gmail.com).

<sup>2</sup> Coorientador do artigo. Especialista em Estudos Literários, Mestrando em Letras / Linguagem e Sociedade – UNIOESTE. Professor do Curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário UNIVEL. E-mail: [fabio.zanella@univel.br](mailto:fabio.zanella@univel.br).

<sup>3</sup> Orientador do artigo. Especialista em Marketing Propaganda e Vendas. Professor do Curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário UNIVEL. E-mail: [asr.alex@gmail.com](mailto:asr.alex@gmail.com).

fadas a fim de ironizar seus significados, passando assim a atribuir novos significados aos mesmos, de acordo com a condição de produção da atualidade. Groening dispensa os atributos clássicos da princesa tradicional como a submissão e seu caráter indefeso para dar vida à Bean, uma princesa respondona que é dona de suas ações.

## 2. Análise do Discurso de orientação francesa

Surgida na década de 1960 na França, a Análise do Discurso (AD) de linha francesa desenvolvida pelo filósofo Michel Pêcheux busca analisar aquilo que foi exposto pelos sujeitos em seu processo de comunicação e de diálogo, seja verbalmente ou não verbalmente. O não dizer, com tudo, também possui efeito de sentido na relação com o dizer.

A AD é fruto de três vertentes do conhecimento: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise.

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2007, p.20).

Esta ferramenta teórica de interpretação trabalha na junção destas áreas do conhecimento, configurando um novo objeto de estudo: o discurso. Definido por Orlandi (2007) como “palavra em movimento, prática de linguagem”. A AD não se preocupa com o sentido do discurso, mas concentra seu foco nas relações existentes entre a produção de sentidos e o percurso histórico. Ainda, toma o discurso como efeito de sentido entre interlocutores buscando estabelecer relação entre a língua, o sujeito e a condição de produção do discurso, afinal entende-se que não é possível separar linguagem e sociedade.

Desse modo, diremos que [o discurso] não se trata da transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela História, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação (ORLANDI, 2007, p.21).



A Sequência Discursiva (SD) refere-se ao objeto de análise, que é observado através de uma ou mais Formações Discursivas (FD) que é definida por Pêcheux (2014, p.147) como “aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica dada - determina o que pode e o que deve ser dito.” Dessa forma, a FD representa no discurso as Formações Ideológicas (FI) pelas quais são atribuídos os efeitos de sentido. Pêcheux apud Orlandi (2007, p.17) assinala que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. Por tanto, tanto o sujeito quanto os sentidos são inacabados e podem variar de acordo com a condição de produção do discurso (ORLANDI, 2007, p.37).

### 3. O imaginário dos Contos de Fadas

O ato de contar histórias existe desde o início da civilização humana, antes mesmo de a literatura surgir. Inicialmente, a oralidade era a única ferramenta disponível para passar memórias adiante e, com o advento da escrita, muitos detalhes das histórias foram alterados na transposição de uma linguagem para outra, ainda sim mantendo sua função educativa e moralizante. Conhecidas como *folktales* (*folk* = povo e *tale* = conto/história), as histórias eram contadas oralmente e passadas de geração para geração, com o objetivo de civilizar e educar o povo, fazendo com que regras e tradições se perpetuassem.

A linguagem dos contos transpostos em literatura voltados ao público infantil foi sendo construída com o passar dos séculos XVIII e XIX com objetivos claros: entreter e moldar ideologicamente. A infância ganhava uma notoriedade maior e com ela a necessidade de impor modelos sociais a serem seguidos foi apresentada.

De acordo com Ziolkowski (2009), um dos maiores aspectos do gênero é sua interpretabilidade e elasticidade, o que faz com que possam ser readaptados sem perder sua essência. Zipes (2006) aponta que a recepção desses contos clássicos sofreu grande influência de variáveis situacionais ao longo dos anos como aspectos culturais, divergências de tradução e ideologias que influenciaram a maneira como as

peças contam os contos ao longo do tempo. Este é um ponto extremamente relevante para o entendimento da durabilidade de tais histórias, como afirma Marc Soriano (1997, p.70): “pode ser útil estudar os CONTOS não somente como uma obra literária, mas também como a expressão indireta de uma visão política e, além dessa visão, como a expressão de um mundo complexo que se organiza e se questiona”.

Ainda é destacada a customização, os rituais e valores das sociedades às quais os contos são atrelados, mantendo uma relação direta com o meio em que estão inseridos. Desta forma, podem ser vistos como indicadores dos níveis de civilização de determinado povo indicando fatores que possam expressar a cultura e ordem social daquela sociedade. Por tanto, o sucesso na readaptação de histórias depende de diversos fatores relacionados ao meio em que será distribuído. Atualmente, a temática dos contos de fadas ganha destaque de uma forma nova: com narrativas flexíveis, unindo dois ou mais gêneros narrativos e mudando o direcionamento de público-alvo - passando a buscar públicos mais velhos - e, novamente, sendo ressignificados.

#### 4. A Série (Des)encanto

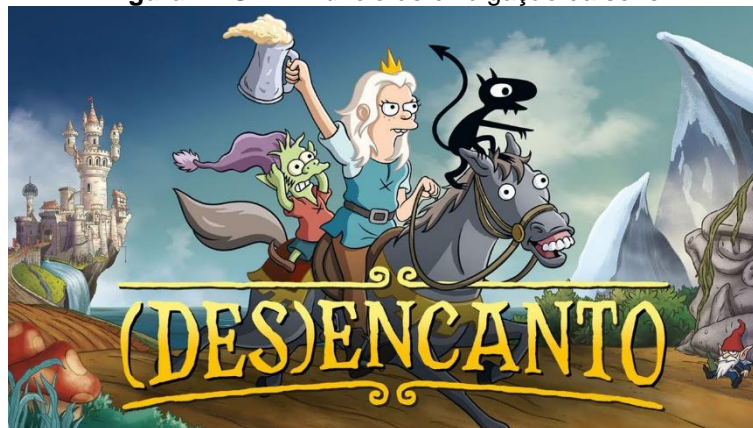
Matt Groening, autor das já consagradas séries Os Simpsons e Futurama, desenvolveu a série animada (Des)encanto por encomenda da gigante do *streaming* Netflix. A história explora a temática medieval com a presença do humor ácido já conhecido do autor. Utilizando um tipo de humor negro, são explorados diversos aspectos do tema como a peste, guerras, fartura no reino, fome, mortandade e decadência, sendo contrapostos em um jogo de utopia e distopia. Foram incorporados ao enredo diversos elementos da cultura pop, entre eles a dublagem brasileira que faz referência a *memes* de internet famosos no país. Tudo acontece no Reino dos Sonhos, onde os protagonistas - princesa Bean, Luci e Elfo - satirizam esse universo utópico.

É notável o ponto de vista feminista dado a Bean, juntamente com seu comportamento antirregas e o consumo desenfreado de álcool. Na sinopse encontrada no site de streaming Netflix, onde a série está disponível, Bean é descrita de forma descolada, representando seus vícios e deslizes como uma fuga dos

deveres de princesa.

Matt Groening busca nortear a trama ironizando o padrão “conto de fadas” que é visto, por exemplo, no já consolidado conto Cinderela, que chegou aos cinemas com uma nova releitura em 2015. Em síntese, a história relata a vida de uma jovem órfã que vive com a madrasta e suas duas filhas. Por inveja à sua beleza, a protagonista é maltratada e sujeita aos serviços da casa, sempre trajada em farrapos. A virada da trama se dá quando o rei local oferece um baile para que seu filho - o príncipe - encontre uma esposa. Todas as jovens do reino foram convidadas, Cinderela, porém, é impedida por sua madrasta e obrigada a assistir de forma solitária aos preparativos das irmãs. Após a saída de sua madrasta e irmãs, surge uma fada madrinha (Perrault) ou um pássaro (Grimm) para ajudá-la a ir ao baile, por meio de um encanto, Cinderela ganha um vestido, sapatos de cristal, carruagem, um cocheiro e cavalos, entretanto é advertida: o feitiço durará até a meia noite. A personagem vai ao baile e dança com o príncipe, que se encanta por ela, mas é obrigada a sair às pressas devido ao horário que encerrava a magia. Ao descer correndo as escadarias do palácio, Cinderela deixa um de seus sapatos de cristal para trás e este é o gancho pelo qual o príncipe - já apaixonado - vai em busca de sua amada por todo o reino. Todas as jovens experimentam o sapato com a pretensão de casar-se com o príncipe, mas apenas no pé da protagonista se encaixa com perfeição. O final do conto resume-se na união dos personagens - feita pelo matrimônio - e sua felicidade eterna.

**Figura 1 - SD1** Anúncio de divulgação da série.



Fonte: Imagem de abertura da série na Netflix (2018).

Observando a Sequência Discursiva SD1 por uma Formação Discursiva (FD)

do discurso da princesa, o efeito de sentido presente é de fuga dos parâmetros tidos como corretos para tal posição. Seus traços e roupas são masculinos, não há delicadeza em sua postura, encontra-se sem um par masculino e, ainda, segura uma caneca de bebida – tipicamente masculina.

Desde o seu surgimento, as princesas dos contos de fadas seguem um padrão tanto comportamental, quanto visual, que é tido como característica essencial das mesmas. A feminilidade é o ponto crucial da construção de uma princesa, podendo ser notada na fisionomia, vestimentas e comportamento das personagens. Outro fator atrelado à princesa tradicional é sua posição indefesa, oportunizando a participação de um herói que tem como missão o salvamento da mesma.

Ao deslocarmos a SD1 para uma FD de gênero, pode-se observar o discurso de masculinidade explícito em Bean. Os traços de seu rosto, feitos por Matt Groening, muito se assemelham aos personagens masculinos do autor – como Homer em Os Simpsons –, o que é contraposto com o aparecimento da mãe de Bean na série, a qual possui traços femininos como o rosto afinado e lábios carnudos. A posição da princesa de liderança e controle apresentada, de acordo com a condição de produção que está inserida a série – o ambiente medieval -, é de um cavaleiro indo ao combate, enfrentando aquilo que o aguarda pela frente.

Pode-se definir gênero como as representações sociais e culturais produzidas através da diferença biológica dos sexos. Divergindo da biologia, a qual diz respeito ao fator anatômico, o gênero refere-se as noções de masculino e feminino como construção social (CARLOTO, 2001). Para Alves e Pitanguy (1985), gênero é uma construção sociocultural que atribui a homem e mulher papéis distintos dentro de uma sociedade, dependendo dos costumes e organização da mesma. A mulher é vista como passiva e lhe são atribuídas qualidades como fragilidade e emoção, enquanto qualidades agressivas como força e dinamismo são características do gênero masculino.

**Figura 2** - SD2a, A princesa com o vestido azul em (Des)encanto (min 11:42).



Fonte: Série desencanto, Episódio 1 (2018).

**Figura 3** - SD2b, A princesa com o vestido azul em Cinderella.



Fonte: Filme Cinderela (2015).

Antes de dar início à análise da sequência discursiva, deve-se pontuar a condição de produção de cada uma das imagens. Em (Des)encanto, Bean está fugindo de um casamento arranjado por seu pai com fins políticos enquanto, em Cinderela, Ella foge do baile real antes que o encanto que lhe foi concedido acabe. Ainda pode-se observar a ironia empregada pelo autor Matt Groening em ilustrar o vestido “a la Cinderela” para o casamento de Bean e ressignificá-lo quando o mesmo é utilizado como ferramenta para a fuga da princesa.

Analisando a Sequência Discursiva SD2 por meio de uma Formação Discursiva (FD) feminista, observa-se a divergência do efeito de sentido provocado por cada uma das imagens. Ao tempo que Bean se liberta de um matrimônio forçoso, Ella tem sua fuga dramática marcada pela vergonha da exposição do seu verdadeiro eu. Na série animada, a personagem afirma seu direito de opinião sobre o próprio destino, buscando o direito de viver aquilo que realmente deseja – a liberdade. O vestido de



casamento usado pela princesa carrega a simbologia, encrustada no inconsciente coletivo, da pureza, delicadeza e feminilidade atreladas à noiva e, por isso, o efeito de sentido causado pelo uso da calda do vestido como fuga pela janela da igreja é tão pujante: usa-se a representação da tradição como ferramenta para fuga da mesma.

O inconsciente coletivo é uma parte da psique que pode distinguir-se de um inconsciente pessoal pelo fato de que não deve sua existência à experiência pessoal [...] os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e, portanto não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade. [...] o conteúdo do inconsciente coletivo é constituído essencialmente de arquétipos. (JUNG, 2000, p.53).

A protagonista de Cinderela vive o sonho de ser aquilo que não é – o que desperta o interesse do príncipe que, por sua vez, irá salvá-la de sua condição de vítima – e quando esse sonho é ameaçado vê-se obrigada a fugir.

No que diz respeito ao conceito de feminismo, Branca Moreira e Jacqueline Pitanguy destacam que:

É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo, pois este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada (MOREIRA; PINTANGUY, 1985, p.07).

Quando a SD2 é deslocada para uma FD patriarcal, o efeito de sentido produzido pela fuga de Bean é de rebeldia e desobediência. O casamento organizado pelo rei reforça laços políticos com reinos vizinhos, por tanto, como princesa e filha, Bean deveria sacrificar-se pelo povo e por seu pai, mesmo que para isso fosse necessário uma vida de infelicidade e insatisfação. Ella também foge, mas o drama de sua fuga desperta a curiosidade do príncipe que a segue e recupera o sapato de cristal deixado para trás, iniciando assim sua jornada em busca da donzela que o abandonou. O abandono, neste caso, incita o homem a buscar a jovem e possuí-la, mesmo que seja salvando-a da realidade que se encontra.

O formato de sociedade patriarcal foi consolidado através da civilização da Roma Antiga, posteriormente se tornando base para a formação de estrutura social. Na família romana o homem é o centro, enquanto a mulher assume papéis secundários. O patriarca – que não se refere ao pai, mas sim a figura masculina -

tinha sob seu poder a mulher, os filhos, os escravos e os vassallos, além do direito de vida e morte sobre todos eles. A autoridade do pater familiar sobre os filhos prevalecia até mesmo sobre a autoridade do Estado e duraria até a morte do patriarca, que poderia, inclusive, transformar seu filho em escravo e vendê-lo (XAVIER, 1998, p.07).

**Figura 4** - SD3a, o Elfo em (Des)encanto.



**Fonte:** Série desencanto, Episódio 2 (2018).

**Figura 5** - SD3b, os Ratos em Cinderella.



**Fonte:** Filme Cinderella (2015).

Devido às condições distintas de produção do discurso, os personagens que dão apoio moral às decisões das protagonistas são de espécies diferentes, mas se assemelham em sua forma inumana.

A Sequência Discursiva SD3 observada por uma Formação Discursiva (FD) psicológica apresenta o efeito de sentido de apoio e amizade em relação à protagonista. Define-se amizade como uma interação íntima, espontânea e recíproca entre duas pessoas, caracterizada por um forte componente afetivo (BUKOWSKI; NEWCOMB; HARTUP, 1996). Esta é uma característica que acompanha as princesas



clássicas e atuais. Em momentos de solidão, a trama apresenta amigos animais que tem participação ativa no enredo. Em (Des)encanto, no entanto, existem pontos peculiares dados aos personagens que acompanham a princesa. Elfo surge como um ser mitológico – posteriormente despertando interesse de outros personagens a respeito de sua magia – que busca uma vida diferente do que aquela que os elfos costumam viver. E Lucy ingressa na trama como um demônio pessoal dado de presente à Bean. Ambos os personagens carregam suas próprias histórias paralelas à trama principal, o que os diferencia dos animais que acompanham Ella, os quais só recebem papel ativo em prol do enredo principal voltado à protagonista.

Se deslocarmos a SD3 para a observação por uma FD de cultura indiana, o rato presente na parte b de nossa Sequência Discursiva apresenta o efeito de sentido de inquietamento, representando a mente humana perdida em seus pensamentos e fantasias. A mente encontra-se faminta e com medo, buscando continuamente novas experiências que satisfaçam seus desejos. Assim como os ratos, que nutrem hábitos noturnos, a mente foge da luz do espírito escolhem caçar nas sombras do desejo. Desta forma, os personagens são construídos como apoio a protagonista mas carregam o efeito de sentido contrário, configurando uma espécie de espelho no que diz respeito aos sentimentos de Ella. Ainda, atrelado ao deus Ganesha, o rato é visto como superação e capacidade de alcançar seus objetivos (DONIGER, 2015). Ao analisar a SD3 por uma FD mitológica, o efeito de sentido que se apresenta na imagem a no que diz respeito ao Elfo é de um pequeno ser mágico que está atrelado à bons presságios. Drury (2002, p.111) define os elfos como “criaturas espirituais consideradas descendentes dos filhos de Eva e que foram ocultadas da visão de Deus por serem impuras”. Ainda, pode-se perceber o efeito de sentido atrelado ao personagem Lucy remetendo ao antigo personagem mitológico Lúcifer. Representando a estrela da manhã, tem seu nome vindo do latim “portador da luz”. Hoje é chamado de Diabo ou Satã, depois de sua queda da ordem dos Querubins (relacionados a adoração à Deus).

Segundo os católicos, Lúcifer era o mais forte e o mais belo de todos os Querubins. Deus lhe deu uma posição de destaque entre todos seus auxiliares, mas ele se tornou orgulhoso de seu poder e se revoltou contra Deus. O Arcanjo Miguel liderou as hostes de Deus na luta contra Lúcifer e os

anhos o derrotaram e o expulsaram do céu. (LAFACE *et al.*, 2006, p.142).

Em (Des)encanto Lucy é irônico e mal-humorado, tal como é visto o próprio Diabo, mas, em contrapartida, nutre uma relação real com a personagem principal configurando certa empatia com o público que acaba por ignorar os indícios de que ele faz parte de um plano que não beneficia a protagonista.

**Figura 6** - SD4a, Princesa independente em (Des)encanto (min 9:44).



**Fonte:** Série desencanto, Episódio 1 (2018).

**Figura 7** - SD4b, Princesa protegida pelo homem em Cinderella.



**Fonte:** Filme Cinderela (2015).

Analisando a Sequência Discursiva SD4 por meio de uma Formação Discursiva (FD) da jornada do herói, em Cinderela apesar de Ella ser a protagonista do enredo, o príncipe é a chave para a virada de sua história tendo papel ativo na transformação da condição da personagem. Já em (Des)encanto, a princesa Bean age como transformadora de suas circunstâncias, buscando não sozinha mas com protagonismo ativo seus objetivos e ideais.

O conceito da jornada do herói, ou monomito, foi desenvolvido por Joseph Campbell em 1949 partindo da observação de vários mitos de diferentes culturas e

épocas possuíam uma estrutura similar. O protagonista que atravessa uma jornada com situações de risco, tomadas importantes de decisões e aprendizados, tem o desfecho de regresso ao seu ambiente mais sábio e poderoso. Campbell (1997) ressalta que “o percurso padrão da aventura mitológica do herói é uma magnificação da fórmula representada nos rituais de passagem: separação-iniciação-retorno que podem ser considerados a unidade nuclear do monomito”.

Ainda, na parte a da SD4 nota-se o efeito de sentido atrelado ao monomito devido à fuga de Bean, assim como os protagonistas buscam fugir de seus destinos – os encontrando em outro período de sua história. Enquanto na parte b, Ella apesar de viver suas adversidades e sonhar com um futuro melhor, somente a partir da ajuda de outros tem sua realidade mudada, o que nos faz questionar se ela é realmente a protagonista da história.

Ao deslocarmos a SD4 para uma FD feminista, nota-se o efeito de sentido de luta feminina travada pela princesa Bean. A personagem representa o discurso proferido pelo movimento da mulher independente que é dona de si e não se dobra à desejos que não são os seus divergindo, então, de Ella que apesar de se encontrar em uma situação de abuso – com a madrasta e as irmãs – não tem papel ativo em sua libertação quando o príncipe a encontra e salva. “A mulher é passiva, espera que o homem, ativo, a “salve”; é passivamente dada em casamento como prêmio, sem que se cogite de sua vontade” (ALVES; PITANGUY, 1985).

## 5. Considerações Finais

Por meio do desenvolvimento do presente artigo pôde-se analisar a desconstrução do arquétipo da princesa na série (Des)encanto por meio da Análise do Discurso em sua linha francesa proposta por Michel Pêcheux e estudos nacionais de Eni Orlandi.

O discurso formado no inconsciente coletivo trata-se de um conjunto de comportamentos que formam uma definição pré-moldada de algo. A definição de princesa foi construída, através da história por meio dos mitos primitivos, com preceitos patriarcais dada a condição de produção em que se inseriam. Ao longo da

história, a mulher foi atribuída a determinados papéis na sociedade e, depois de muita luta, com o movimento feminista por exemplo, hoje as mulheres exercem papéis diferentes e tem voz ativa em sua sociedade, portanto, faz-se necessário readequar o arquétipo da princesa pois, ele não representa a mulher dos dias de hoje.

O enredo de (Des) encanto é carregado de atitudes independentes que, por vezes, causam o efeito de sentido de desordem e desobediência – dada a nossa construção ideológica patriarcal, em que a mulher não é capaz de alcançar seus objetivos sozinha. Porém, a série busca ressignificar o papel da princesa, dando-lhe voz e vez no que diz respeito à construção de sua própria história causando o efeito de sentido de que a mulher pode buscar seus direitos e lugar no mundo.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BUKOWSKI, William M; NEWCOMB, Andrew F; HARTUP, Willard W. **The company they keep: friendship in childhood and adolescence**. Cambridge University Press, 1996.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo, SP: Pensamento, 1997.
- CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.
- DONIGER, Wendy. **“Ganesha.”** 2015. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Ganesha>>. Acesso em: 23 Nov. 2018.
- DRURY, Nevill. **Dicionário de Magia e Esoterismo**. São Paulo: Pensamento, 2002.
- LAFACE, Antonieta. *et al.* **Estudos Linguísticos e Ensino de Línguas**. São Paulo: Arte & Ciência, 2006.
- ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso**. Princípios e Procedimentos. 7.ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: UNICAMP, 2014.
- SORIANO, Marc. **Les contes de Perrault: culture savante et traditions populaires**. Paris: Gallimard, 1977.
- ZIOLKOWSKI, Jan M. **Fairy Tales from before Fairy Tales: The Medieval Latin Past of Wonderful Lies**. USA: The University of Michigan Press, 2007.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



ZIPES, Jack. **Fairy Tales and the Art of Subversion: The Classical Genre for Children and the Process of Civilization.** New York: Routledge, 2006.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



## **CANTINA UNIVERSITÁRIA: REPRESENTAÇÕES DA MARCA AOS CONSUMIDORES<sup>1</sup>**

Daiany Naiara Santiago<sup>2</sup>  
Leonardo Fidelis da Silva<sup>3</sup>  
Lucas Reino de Moura<sup>4</sup>  
Maycon Trainotide Jesus<sup>5</sup>  
Tatiana Marceda Bach<sup>6</sup>

**Resumo:** Entender a percepção do consumidor em relação à marca é uma função essencial para a gestão dos negócios, pois, a partir disso, é possível criar mecanismos que efetivamente atendas as necessidades do cliente. Este artigo tem como objetivo analisar o valor da marca Cantina Universitária localizada na cidade de Cascavel, PR, a partir da percepção dos seus consumidores. A metodologia envolveu o uso da abordagem quantitativa com aplicação de questionário a oitenta e oito clientes; assim como, empregou a abordagem qualitativa com análise de conteúdo de comentários nas páginas oficiais. Os resultados indicaram que a marca apresenta valor sob o ponto de vista de seus clientes, o que gera satisfação e fidelização dos mesmos.

**Palavras-chave:** Marca. Clientes. Imagem Representada.

### **1. Introdução**

É comum instituições, como por exemplo universidades e hospitais, apresentarem serviços terceirizados aos seus clientes, como forma de melhor atendê-los. Como resultado dessas parcerias, pode-se citar as lanchonetes ou universitárias, cujos público alvo passa a ser acadêmicos de determinada instituição de ensino superior.

Embora estes clientes sejam compartilhados, é importante criar meios para que estes percebam o valor da marca e se tornem fidelizados. Para isso, é necessário entender a percepção dos consumidores referente a uma marca, que em seu conceito geral significa nome diferenciado e/ou símbolo destinado a identificar os bens ou

---

<sup>1</sup> Artigo vinculado ao Projeto de Pesquisa “A Imagem da Marca na Mente do Consumidor” desenvolvido no Centro Universitário Univel (UNIVEL)

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Publicidade e Propaganda -UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Publicidade e Propaganda -UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Publicidade e Propaganda -UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>5</sup> Acadêmico do Curso de Publicidade e Propaganda -UNIVEL – Centro Universitário UNIVEL

<sup>6</sup> ORIENTADOR: Professora Doutora do Curso de Publicidade e Propaganda – Centro Universitário UNIVEL.

serviços de um vendedor ou de um grupo de vendedores e a diferenciar esses bens e serviços daqueles dos concorrentes (AAKER, 1998, p. 7).

Uma marca sinaliza ao consumidor a origem do produto e protege, tanto o consumidor quanto o fabricante, dos concorrentes que oferecem produtos que pareçam idênticos. Ainda referente a percepção do consumidor, para passar uma mensagem positiva precisa entender o seu público.

Segundo Kapferer (1992, 2004) a percepção ou leitura que o consumidor faz da identidade de marca pode ser entendida como imagem de marca. Ou seja, à medida que se processa a mensagem, o consumidor formula suas percepções ou a imagem. De acordo com Ruão (2004 - p.19), a imagem da marca “é uma impressão criada ou estimulada por um conjunto de signos resultantes da totalidade das formas de comunicação entre a empresa e os seus públicos”. O mais importante é entender a relação de marca e consumidor, é necessário, segundo Kotler e Keller (2006), criar uma relação com o consumidor, esses elementos são, ser memorável, significativa e desejável.

As marcas no setor de alimentos costumam ter o conceito de qualidade de seus produtos como mais satisfatório, normalmente os produtos comprimem as relações entre empresa e consumidor, segundo Kunsch (2009, p. 274), aumenta cada vez mais o número de empresas que desejam construir relações estreitas e duradoras com seus grupos de relacionamento, pois sabem que assim eles irão contribuir para os resultados da própria organização.

Esse artigo tem como objetivo analisar o valor da marca Cantina Universitária representada pelos seus consumidores. Neste estudo o nome da empresa é fictício, tendo sido preservado. A pesquisa de satisfação da empresa Cantina Universitária inserida dentro de uma faculdade, tem como objetivo entender o que os consumidores percebem em relação a marca, desde a visão da marca, satisfação de produtos e estrutura.

A relevância desse estudo é entender os pontos fortes e fracos da marca, entendendo o potencial dessa empresa e quais pontos devem ser trabalhados para melhor atender ao seu público



## 2. Marca e a Publicidade e Propaganda

Segundo American Marketing Association (2008) define a marca como um nome, termo, design, símbolo, ou qualquer outro aspecto, que identifica um produto ou serviço de um vendedor como diferente dos outros vendedores. Uma marca pode identificar um item, uma família de itens, ou todos os itens daquele vendedor. A evolução do comportamento dos consumidores, que estão mais sensíveis ao preço e mais atentos à equivalência na qualidade dos produtos, foi um importante fator impulsionador da estratégia de marcas próprias (KOTLER; KELLER, 2006).

Kotler (1986) define marca como um nome, termo, sinal, símbolo, ou desenho, ou, ainda, uma combinação deles. Caso tenha interesse em ter vendedores, deve-se identificar também os serviços e bens da concorrência. Keller (1993) e Aaker (1996) trabalham a composição do conhecimento de marca como um conjunto de associações, tangíveis e abstratas, objetivas e subjetivas, que constitui a imagem da marca.

Segundo Kenny (2000), “os consumidores de hoje não reagem aos excessos da propaganda. Eles querem saber o que estão obtendo em troca do dinheiro.” (p. 157). Deve ser sugerida alguma mudança, no posicionamento. Sem recurso, não há como reafirmar a marca. Afirma que o valor estratégico da marca é quase sempre subestimado e muitas vezes existindo a seu favor.

Aaker (1996) afirma que a percepção interna tem ligação estreita com a imagem da marca, existe grande influência das percepções externas. Não se deve analisar a identidade da marca enquanto julgamento interno. As descrições da identidade devem ser acasaladas com a imagem da marca, sendo admissível determinar a tarefa comunicativa no início, na finalização e na renovação do procedimento de construção da marca. Considera um perigo para as organizações e para os publicitários os conceitos idênticos quanto à identidade e à imagem, necessitando ser compreendidos e trabalhados em conjunto.

Nesse sentido, a marca se situa, mais especificamente, na criação de valor para o cliente e geração de vantagem competitiva duradoura para a empresa. Tal afirmação, que destaca a importância da marca para o marketing, é reforçada por Kotler (1999, p. 86), "A arte do marketing, em grande parte, a arte de construir marcas.

Algo que não tenha marca será provavelmente considerado uma commodity, um produto ou serviço genérico. Nesse caso, o preço é que fará a diferença. Quando o preço é a única coisa que conta, o único vencedor é o que produz com baixo custo".

Segundo Nunes e Haigh (2003, p. 52), a marca é resultado do relacionamento com os *stakeholders*, incluindo consumidor, distribuidor, canal de venda, governo, fornecedor, formador de opinião, mídia, entre outros. Assim, marca representa o valor criado para esses públicos após a experiência deles com ela".

De acordo com Kapferer (2006), "marca é um conceito falsamente simples, já que alguns falam em nome conhecido de produto, outros falam em valor agregado, imagem, promessa, valores, e outros ainda declaram ser um símbolo de diferenciação do produto e valorização do consumidor". Segundo esse mesmo autor, todos esses conceitos têm um pouco de razão, pois uma marca pode ser tudo isso ao mesmo tempo.

No estudo de Kreutz (2007), o autor percebeu que existem características de mutação e velocidade neste início de século que atingem todos os setores (cultural, político e econômico). Nessas mudanças as organizações também são atingidas e tentam adequar-se às novas circunstâncias para sobreviverem.

A dificuldade de mensuração das ações de comunicação e variações de valor da imagem corporativa são difíceis de comprovar e justificar, afirmam Cardoso e Polidoro (2011). Os problemas com a imagem da empresa podem provocar paralisação de projetos, suspensão de fornecedores, cancelamento de pedidos, restrições e prejuízos que trarão impactos negativos sobre a empresa, caracterizando a importância de se ter um profissional capacitado para lidar com gestão de crises, fundamentalmente para prevê-las e trabalhá-las, para que não aconteçam (CARDOSO; POLIDORO, 2011).

Mas isso tem um custo que é diferente de gastos com publicidade que, por sua vez, geram retorno visível e até imediato. Porém o que se deixa de perder investindo na imagem e reputação é um preço difícil de estimar e que muitos empresários acabam pagando com a falência de suas empresas, quando não previsto em orçamentos (CARDOSO; POLIDORO, 2011).

Por outro lado, a preocupação dos gestores com os custos envolvidos nos projetos justifica-se pela busca de manter intactas ou ainda ampliar as margens de rentabilidade dos empreendimentos (CARDOSO; POLIDORO, 2001, p. 13). Os gastos com publicidade, propaganda e mídia, no geral, trazem retorno em curto prazo e são fáceis de mensurar, uma vez que aumentam a receita. Porém, pelo fato da difícil mensuração é que as demais atividades de comunicação são difíceis de avaliar; opera-se assim de forma intangível e em longo prazo.

Mas não menos importante que a publicidade, porém de mensuração mais abstrata e complexa, a própria história de construção da reputação e confiança na marca é gradativa e longa e, por isso, a mensuração e retorno neste tipo de investimento se torna mais árduo e prolongado.

### **3. Metodologia**

Para uma empresa é sempre muito importante que se tenha conhecimento de seu público consumidor e saber analisar o que o mesmo tem como opinião em relação a marca. Contudo foi realizada uma pesquisa quantitativa feita por meio de um questionário com treze questões com o público consumidor da marca Cantina Universitária para levantamento de dados em relação a satisfação e visão dos consumidores em respeito a marca.

Em relação as perguntas feitas aos consumidores foram: idade, sexo, estado civil, frequência de consumo, escolaridade, qualidade de produtos oferecidos, variedade e opções de produtos, estrutura, satisfação do atendimento, preços trabalhados, satisfação referente a marca e nível de confiança.

A pesquisa foi realizada com acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior de Cascavel, Paraná, em dois dias de pesquisa no qual o questionário foi aplicado a uma quantidade de 88 pessoas. O mesmo foi realizado em frente ao estabelecimento da marca, com o intuito de reter as informações do público alvo, antes, durante e logo após o consumo dos produtos da marca. Para atrair uma quantidade de mais de resposta, a empresa nos forneceu um de seus produtos para que os respondentes

fossem conscientizados a responder com mais responsabilidade, de modo a obter respostas mais precisas sobre a realidade do estabelecimento.

O procedimento do sorteio será realizado por meio de um vídeo a ser divulgado na rede social da empresa. Segundo Raupp e Beuren (2006) uma pesquisa descritiva tem como base, fazer um levantamento das questões e analisar o conteúdo adquirido.

Após o recolhimento dos questionários, os dados serão contabilizados em uma planilha de Excel para a formação dos gráficos e o levantamento definitivo dos dados da pesquisa, separado por cada questão abordada, que foram elas o total de 13 (treze). Adicionalmente foi realizada uma análise de conteúdo, representada em uma nuvem de palavras, dos comentários em relação a marca Cantina Universitária, os quais foram retirados das plataformas Facebook, Instagram e comentários ouvidos durante a aplicação do questionário.

#### 4. Resultados

A amostra investigada apresenta um total de 88 pesquisados, sendo 57 mulheres que representam a maioria ,65%, com idade média de 22,15 anos e 31 homens, 35%, com idade média de 20,68 anos, cursando o ensino superior.

No intuito de identificar a imagem da marca Cantina Universitária na mente do consumidor são apresentados a seguir os resultados de cada indicador na percepção dos respondentes. Na Tabela 1 observa-se as estatísticas descritivas dos itens avaliados pelos respondentes.

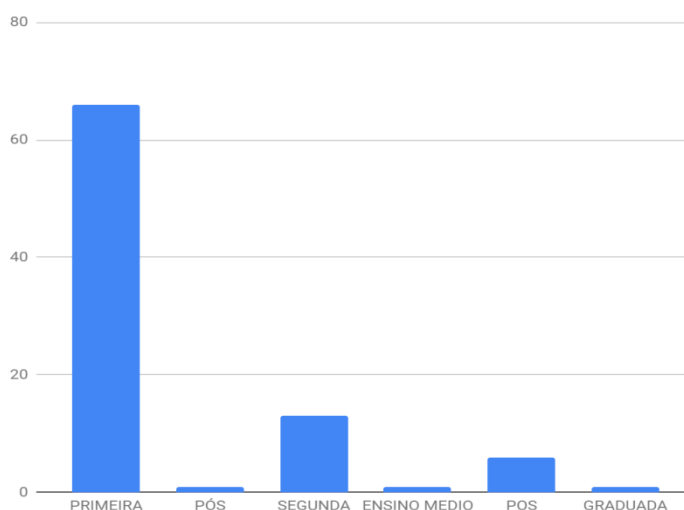
**Tabela 1 – Resultados da estatística descritiva da marca Cantina Universitária**

<b>Itens Avaliados</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio-padrão</b>
QUALIDADE PRODUTOS	4,2	4	0,78
VARIEDADE DOS PRODUTOS	4,1	4	0,85
ESTRUTURA	4,2	4	0,85
ATENDIMENTO	4,4	5	0,69
PREÇOS	3,5	3,5	0,99
MARCA	4,1	4	0,72
CONFIANÇA	4,2	4	0,95

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2019).

Conforme a Tabela 1 apresenta, verifica-se que a pergunta com valor mais alto da mediana foi o atendimento, com valor 5. Esse valor é extremamente alto indicando que o atendimento é a principal potencialidade associada à marca na mente do consumidor. O Gráfico 1 apresenta os resultados da escolaridade, que avaliou se os acadêmicos respondentes cursavam a primeira graduação, pós-graduação ou segunda graduação.

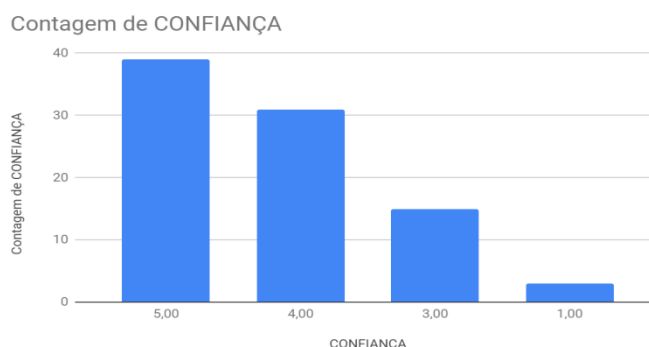
**Gráfico 1-** Resultados das respostas que abordaram a escolaridade dos pesquisados que consomem a marca Cantina Universitária.



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2019).

Ao analisar o perfil das pessoas que participaram da pesquisa, conforme o Gráfico 1, nota-se que a maioria dos consumidores da Cantina Universitária está realizando a primeira graduação, correspondendo a 66 pessoas, de um total de 88 participantes. Seguido por pessoas que estão na segunda graduação (12 pessoas).

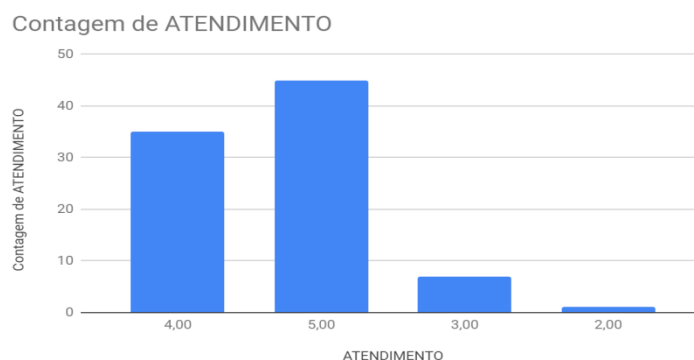
**Gráfico 2-** Resultados das respostas que abordaram a confiança na marca Cantina Universitária.



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2019).

Uma das perguntas realizadas na pesquisa, foi o grau de confiança que os consumidores têm em relação a marca Cantina Universitária, visualizada no Gráfico 2. Para medir os resultados de forma mais assertiva, foi utilizada a escala Likert, a contagem das respostas pode ser vista no gráfico 1, onde nota-se que os resultados foram muito positivos, tendo a maior parcela de respostas (39) atingindo a nota máxima (5), seguidas por nota 4 (31), 3 (15) e apenas 3 pessoas atribuíram nota 1, que corresponde a muito insatisfeito. Com esse resultado, pode-se afirmar que a confiança na marca Cantina Universitária é um dos grandes pontos positivos da empresa.

**Gráfico 3-** Resultados das respostas que abordaram a qualidade de atendimento na marca Cantina Universitária.

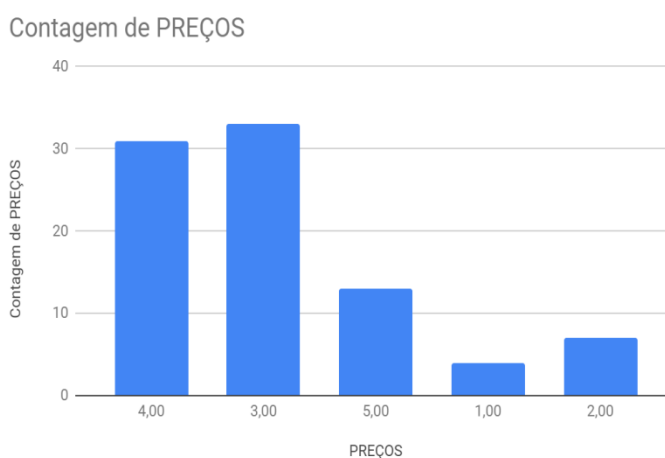


**Fonte:** Dados da Pesquisa (2019).

E esta foi a pergunta em que houve o maior número de respostas máximas, totalizando 45. Deste modo é notável que o atendimento é um dos pontos mais fortes da cantina. Outro resultado importante, é que para essa questão não houve nenhuma resposta 1, que representa “muito insatisfeito”.

Segundo Silva (2002), “a qualidade no atendimento é importante nos processos e procedimentos de planejamento interno de uma organização para a conquista de seus consumidores. A busca para uma perfeição é contínua e árdua”. Visto a importância dessa área organizacional em toda empresa, uma das perguntas feitas na pesquisa foi exatamente a percepção da qualidade no atendimento que os consumidores da Cantina Universitária tinham.

**Gráfico 4-** Resultados das respostas que abordaram os preços na marca Cantina Universitária.



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2019).

Apesar de esse quesito não ter apresentado a mesma média das outras questões, ainda não chega a ser um ponto tão negativo, pois ainda assim, uma grande parcela atribuiu o preço como muito satisfeito (13) e satisfeito (31).

Para Peter (2000), preço é a quantidade de dinheiro, bens ou serviços que deve ser dada pelo cliente/consumidor para adquirir o produto ou serviço. Ao analisar o resultado dessa pergunta, observa-se que o preço é o ponto negativo da marca



Delírio, pois foi a questão que teve as notas mais baixas, onde 33 pessoas atribuíram nota 3, que corresponde a regular, seguidos por nota 4 (satisfeito).

A Figura 1 apresenta o resultado da nuvem de palavras dos comentários em relação a marca Cantina Universitária, os quais foram retirados das plataformas Facebook, Instagram e comentários ouvidos durante a aplicação do questionário.

**Figura 1** – Resultado da nuvem de palavras da Cantina Universitária



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

A Figura representa os resultados coerentes com o que a marca Cantina Universitária visa transmitir aos consumidores. A partir de comentários coletados dos consumidores da marca, a imagem utilizada no software é de uma xícara indicando percepções como bom atendimento e simpatia dos atendentes, horário diferenciado, agilidade, além de comida deliciosa, maravilhosa e palavras que remetem a percepção positiva no ponto de vista dos clientes. A imagem dos objetos acaba por definir bem a marca relacionando com alimentação, café, que é o que os clientes buscam no local.

## 5. Considerações Finais

Esse artigo teve como objetivo analisar a satisfação dos consumidores em relação à marca Cantina Universitária, por isso foi realizada uma pesquisa quantitativa com algumas questões relevantes para a empresa como a qualidade de atendimento, infraestrutura e valor de produtos.

Os dados foram contabilizados e analisados, e assim podemos concluir que a análise da identidade visual de uma marca é muito relevante para seus consumidores e proprietários, já que se pode medir as suas vantagens e desvantagens, e claro a fixação de marca. Deve-se ficar sempre atento para a criação e desenvolvimento de uma marca pois isso traz um grande diferencial.

Os padrões que uma marca estabelece são seguidas por seus consumidores e seria muito complicado a alteração de alguma coisa seja produto ou valor, pois o resultado dessa alteração sem as devidas precauções como pesquisa e análises pode ser a desvalorização da marca na visão do consumidor, o que posteriormente gera vantagens para seus concorrentes, já que os consumidores irão optar por migrar para a concorrência.

Leva-se em conta a infraestrutura do estabelecimento e a qualidade de atendimento, bem como esses fatores iram refletir positivamente ou negativamente da construção e concretização de uma marca. O investimento deve ser pesado para as várias necessidades da construção de uma marca.

Conclui-se que a identidade visual da marca Cantina Universitária passa confiança e credibilidade, além de seus fatores secundários como o atendimento e infraestrutura. A marca é lembrada entre seus consumidores o que gera a fidelidade de seus consumidores, claro que existe algo muito relevante a ser trabalhado para a melhoria e equilíbrio da empresa, os valores de seus produtos. Com a pesquisa foi possível observar que é algo muito relevante e pode ser prejudicial, porém com essa pesquisa este dado pode ser revertido.

## REFERÊNCIAS

AAKER, David A. **Brand Equity**: gerenciando o valor da marca. Trad. André Andrade. São Paulo: Negócio, 1998.

AAKER, D. A. **Building Strong Brands**. New York: The Free Press, 1996.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



AMA. *American Marketing Association.*

CARDOSO, C.; POLIDORO, M. **Gestão do risco da imagem institucional.** Abrapcorp, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2011. KAPFERER, Jean-Noel. **The new strategic brand management: creating and sustaining brand equity long term.** Londres: kogan page. 2004.

KELLER, K. L. **Conceptualizing, measuring and managing customer-based brand equity.** Journal of marketing, Chicago, v. 57, p. 1-22, Jan. 1993.

KENNY, D. **Administração de Marcas: on Brand Management.** Harvard Business Review; tradução Afonso Celso da Cunha Serra. – Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing.** 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER, P. **Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados.** São Paulo: Futura. 1999.

KREUTZ, E. de A. **Identidade Visual Corporativa Mutante: uma estratégia comunicacional contemporânea** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – p.11-15, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

NUNES, Gilson; HAIGH, David. **Marca: valor do intangível, medindo e gerenciando seu valor econômico.** São Paulo: Atlas, 2003.

## ENDOSSO DE CELEBRIDADE EM PROPAGANDA: ANÁLISE DO ENDOSSANTE TONY RAMOS EM RELAÇÃO A MARCA FRIBOI JBS<sup>1</sup>

Jeniffer Monteiro dos Santos<sup>2</sup>  
Tatiana Marceda Bach<sup>3</sup>  
Rodrigo Silvério Cardoso<sup>4</sup>

**Resumo:** Uma das ferramentas usada na propaganda é o endossante, essa ação tem a intenção de influenciar na decisão do consumidor em relação a um produto. Além de transmitir confiança e segurança ao consumidor o endossante torna-se porta-voz. O endossante deve ser figura de identificação da marca, e nele estará atrelada toda a confiança em que se espera do produto ou serviço. Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre o endossante Tony Ramos e a marca Friboi na percepção dos consumidores. A partir de pesquisa quantitativa será avaliada a percepção da influência positiva ou negativa causada pelo endossante em relação a marca, como também a influência positiva ou negativa causada pela marca em relação ao endossante Tony Ramos, avaliado por meio de estatística descritiva e análise de regressão linear. Os resultados indicam que os respondentes identificaram ter ciência dos acontecimentos, apontando que grande parte afirma ter deixado de consumir os produtos devido a esses ocorridos. Verificou-se que a presença do ator Tony Ramos no comercial influencia de forma negativa os consumidores, ressaltando que os dados levantados sofrem a influência de acontecimentos que contestam a confiabilidade representada nos comerciais pelo ator.

**Palavras-chave:** Endosso. Celebridade. Marca Friboi.

### 1. Introdução

Constantemente as marcas buscam criar novas estratégias e ferramentas para conseguir atingir seu consumidor de forma eficaz. Uma das estratégias constantemente utilizadas é o endosso de celebridades para que o consumidor se sinta atraído pelo produto através do endossante.

De acordo com Solomon (2016) o endosso de celebridades é utilizado pelas empresas para convencer os futuros consumidores sobre benefícios de determinado produto, sendo frequentemente associado à músicos, atletas e atores, poderão comprar tal produto ou serviço com mais facilidade. Essa ferramenta alcança sua

---

<sup>1</sup> Artigo vinculado ao Projeto de Pesquisa a Imagem da Marca na Mente do Consumidor desenvolvido no Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Publicidade e Propaganda – Centro Universitário UNIVEL

<sup>3</sup> Professora Doutora do Curso de Publicidade e Propaganda e Coordenadora do Projeto de Pesquisa – Centro Universitário UNIVEL.

<sup>4</sup> Professor Mestre e Coordenador do Curso de Publicidade e Propaganda – Centro Universitário UNIVEL.

objetividade quando o endossante é uma fonte de credibilidade e transmite essa confiança ao consumidor (MCCRACKEN, 2012).

Existem diversas variáveis quando se utiliza do endosso como estratégia de comunicação, encontrar alguém que possa passar a mensagem de forma clara, transmita confiança, e que além de tudo tenha uma conduta considerada pelo público como admirável se torna algo indispensável.

Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre o endossante Tony Ramos e a marca Friboi na percepção dos consumidores. Neste estudo busca-se uma análise voltada a identificar se existe relação de influência entre o endossante e a marca, mas também a influência da marca versus o endossante, a marca a ser abordada no estudo é a Friboi devido aos recorrentes anúncios endossados por celebridades como o ator Tony Ramos também abordado no tema, entre outros.

A partir de pesquisa quantitativa será avaliada a percepção da influência positiva ou negativa causada pelo endossante em relação a marca, como também a influência positiva ou negativa causada pela marca em relação ao endossante.

Este estudo se apresenta estruturado em quatro seções, além desta introdução. O referencial teórico aborda temáticas sobre marketing, publicidade e propaganda e a marca Friboi. A metodologia destaca os passos empregados. Na sequência são apresentados os resultados e as considerações finais.

## **2. Desenvolvimento**

### **2.1 Marketing e Publicidade e Propaganda**

O marketing é considerado um processo estratégico estruturado dentro da empresa para que possa conquistar seu espaço no mercado, observando pontos como público-alvo, estratégias de preço, estratégia de promoção, estratégias voltada a processos internos, criando uma nova experiência aos consumidores trazendo inovação nos produtos e serviços oferecidos (CHURCHILL, 2005).

Com as constantes mudanças no mercado e a grande competitividade existente os clientes tornaram-se mais exigentes, e para garantir a permanência da empresa nesse mercado o marketing vem traçando estratégias para suprir as

necessidades e desejos do consumidor. Com um foco ainda maior na satisfação dos clientes Kotler (1999, p. 155) traz a definição do marketing como, “a ciência e a arte de conquistar e manter clientes e desenvolver relacionamentos lucrativos com eles”. Já para COBRA (1992, p. 373) se trata de um estudo que permitirá à empresa adaptar sua capacidade produtiva em relação as necessidades de desejo do consumidor.

A publicidade é uma estratégia criada para expor um produto ou serviço com o intuito de atingir um público-alvo, essas técnicas utilizadas pela publicidade promovem o produto, serviço ou marca de forma comercial. Para Gonçalves (2009, p. 7) a publicidade “é conceituada como a arte de tornar público, divulgar um fato ou uma ideia, já com objetivos comerciais, uma vez que pode despertar o desejo de compra, levando-o à ação”.

Em quanto a publicidade assume objetivos comerciais a propaganda objetiva estratégias com intuito de promover uma ideia, trabalhando com a emoção, opinião e sentimentos que motivem ações através dessa ideia. Fernandes (apud PINHO, 2012, p. 132) diz que a propaganda é um “ conjunto de técnicas e atividades de informação e persuasão destinadas a influenciar, num determinado sentido, as opiniões, os sentimentos e as atitudes do público receptor”.

Existem milhões de motivos para anunciar, fazer com que o consumidor não só conheça a marca, mas também a consuma. Assim a propaganda apresenta a finalidade de criar uma imagem favorável à empresa no médio e longo prazo, influenciando o consumidor à comprar (COSTA; CRESCITELLI, 2003).

### 2.2.1 Marca

A marca, bem intangível e identidade de uma empresa, para o consumidor pode ser lembrado como símbolo, sinal, emblema ou sigla, conjunto de fatores que passam a identificar a empresa, produto ou serviço. A marca carrega valor emocional, identificação, características que a distingui de tantas outras, tornando tão importante quanto os próprios bens tangíveis da empresa, assim como cita MARTINS (1999) “A marca também é o maior patrimônio que se pode criar e desejar”

Como meio de identificar um produto, a marca precisa carregar um diferencial que se torne importante para os consumidores, fornecer benefícios funcionais, emocionais e arcar com suas promessas (KANAPP, 2002).

Além de criar uma personalidade individual, a marca tem o objetivo de elevar a valorização do produto, serviço em relação a percepção que o consumidor tem sobre ele. Para Martins (1999) o objetivo da empresa com o investimento na marca é aumentar o lucro e tornar os produtos referência no mercado, elevando a percepção de valor que o consumidor terá.

As marcas criam suas identidades, exclusividades e diferenciais que atraem seu público que está aberto a consumir porém ele precisa primeiro saber o que a marca oferece e é aí que entra o processo de comunicação dessa marca, expor todas essas qualidades e atrair a atenção do seu público. Assim como ressaltam Vestergaard e Schroder (2000), não só a propaganda realça essas qualidades como também a estética do produto, cor, aroma, e forma, todas são fontes agradáveis aos olhos do consumidor.

Para conseguir maior acesso aos consumidores a estratégia foi verificar as suas preferências, vinculando-os aos seus consumidores novos ídolos, famosos internacionais, famosos anônimos, celebridades do mundo virtual (VESTERGAARD; SCHRODER, 2000).

A influência desses fenômenos da mídia tornou-se tão grande quanto a causada pela propaganda, elevando o consumo a outro nível. Os próprios usuários das redes puderam gerar informações expor opiniões e críticas, criaram uma nova cultura, e as celebridades off-line ficaram on-line. Esse novo universo de fácil acesso criou novas possibilidades, a confiança da personalidade famosa se atrela ao que usa e fala.

Atrelar uma marca a uma celebridade não garante sucesso se não observar aspectos que o tornem único, assim como cita Dordor (2007)“Para desenvolver uma marca hoje, não basta apenas investir na mídia, é preciso investir na legitimidade da marca”. É onde o diferencial agregado ao uso da celebridade endossante passa a ser peça chave.



## 2.2 Histórico de Fundação da Friboi

Em 1953 José Batista Sobrinho fundou a empresa JBS, nomenclatura associada às iniciais do nome de seu criador, na cidade de Anápolis em Goiás. Em 1957 José Batista Sobrinho que em seu pequeno espaço conseguia abater dois bois ao dia passou a fornecer carne para companhias locais. Aproveitando a construção de Brasília em 1970 decidiu ampliar seus negócios e expandir comprando um abatedouro em Formosa-GO, dessa forma poderia atender a um maior número de clientes. (FRIBOI, 2018.)

A escolha da nomenclatura deste novo abatedouro usou a união das palavras Frigorífico e Boi, dando origem ao nome Friboi. A expansão continuou para todo país quando em 1993 sua capacidade produtiva aumenta de trezentos para mil animais abatidos por dia, consequências da compra da unidade de Anápolis-GO. Quando a Friboi adquiriu essa nova unidade passou a padronizar seus produtos o que possibilitou atender o exigente mercado Comum Europeu. Em 2004 as operações da empresa passam a ser centralizadas na sede corporativa da cidade de São Paulo, em meados de 2007 a JBS abre o capital da empresa na Bolsa de Valores do Brasil. (FRIBOI, 2018.)

Atualmente, com mais de 60 anos de história, o Grupo JBS conta com mais de 235 mil colaboradores, estando presente em mais de 20 países. O portfólio da empresa conta com marcas como Seara, Friboi, Swift, Doriana, Moy Park, Primo, entre outras. (FRIBOI, 2018.)

### 2.2.1 Friboi - campanhas

Em 2011 começam as primeiras campanhas publicitárias da marca. O comercial “Vai Zé” foi lançado apenas em São Paulo, como teste, para avaliar a aceitação dos consumidores, nesse mesmo momento a marca passa por mudanças juntamente com materiais de ativação da nova marca. Com esse processo foram conquistados mais de mil clientes no estado (FRIBOI...,2018)

No fim do mesmo ano uma nova campanha agora estrelada por famosos da música sertaneja lança a promoção “Miniastros Friboi” onde o consumidor acumula selos contidos nos produtos e coleciona as miniaturas. Essa nova ação lançada com

Zezé di Camargo e Luciano, Victor e Léo, Luan Santana rendeu em uma semana a saída de 400 mil miniaturas, já nessa campanha a marca utiliza a figura de um açougueiro com um garantidor de qualidade dos produtos. (FRIBOI...,2018)

A Friboi almejava conquistar a confiança do consumidor abordando temas como qualidade e procedência. Para tornar essa ideia viável era necessário um porta-voz que se conecte com o público e inspire essa confiança a qual a marca queria transmitir. Mas ao mesmo tempo essa celebridade não poderia ser alguém com imagem muito explorada pelo meio publicitário. Surge então o grande fenômeno Tony Ramos como endossante (FRIBOI... 2018).

A Figura 1 apresenta a divulgação da campanha do ator Tony Ramos.

**Figura 1 – Peça das Campanhas do Ator Tony Ramos**



**Fonte:** Friboi (2018).

O primeiro Comercial estrelado por Tony Ramos foi realizado em março de 2013 trazendo imagens internas das fabricas, o segundo em junho de 2013 onde surge a famosa pergunta “É Friboi? ”, em setembro de 2013 as cenas ocorrem em diversas cidades do país onde consumidores juntamente com Tony Ramos dão depoimentos. Tony Ramos retorna com um comercial embalado pelas músicas de Roberto Carlos em cenas descontraídas elogiando amigos pela escolha da Friboi em abril de 2014.

Em julho do mesmo ano as cenas passam-se próximo a churrasqueiras, cozinha e supermercado, cenas cotidianas mescladas com cenas internas da indústria exaltando a qualidade e higiene dos produtos. Em janeiro de 2015, sétima campanha,

pessoas comuns como Chef de restaurante, casais em supermercados são abordados por Tony, comprovando que eles escolheram a melhor carne (FRIBOI...,2018).

Em fevereiro de 2014 a Friboi criou um comercial estrelado por Roberto Carlos com um contrato de 45 milhões, onde Roberto Carlos assumiria que após 30 anos estava abandonado seu lado vegetariano pela Friboi. Cabe destacar que um fato causou polêmica entre os consumidores, no comercial Roberto Carlos que está sentado à mesa tem em seu prato um bife que permanece intocado durante todo o tempo, isso levantou em questão se ele realmente havia abandonado o vegetarianismo ou se era apenas encenação. Bastou isso para que houvesse o cancelamento do contrato (FRIBOI...,2018).

### 3. Metodologia

O artigo é de natureza quantitativa, descritiva e com uso de dados primários para coleta de dados. O questionário aplicado foi estruturado em 24 (vinte e quatro) questões, das quais (4) quatro levantavam as características gerais dos respondentes, e vinte tinham como objetivo avaliar a percepção dos consumidores em relação a marca Friboi e o endossante Tony Ramos, sendo estas perguntas de *Escala Likert* de cinco pontos, variando de 1 para Importantíssimo, 2 para Muito importante, 3, para Importante, 4 para Pouco Importante e 5 para Menos Importante.

questionário foi aplicado no mês de outubro de 2018, atingindo um total de vinte e cinco respondentes que consomem ou já consumiram a marca. Para ter acesso as respostas, utilizou-se a plataforma *online googledocs* para desenvolver o questionário, o qual foi enviado aos respondentes por email. A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva e inferencial.

### 4. Resultados

Foram incluídas perguntas para avaliar o perfil dos respondentes. A Tabela 1 apresenta os resultados da estatística descritiva que avalia as características gerais da amostra deste estudo.

**Tabela 1** – Resultados da Estatística Descritiva da Amostra Investigada

Amostra	Categoria	Frequência	Frequência
Qual o seu grau de escolaridade?	2º grau completo	7	28%
	2º grau incompleto	1	4%
	Ensino fundamental completo	2	8%
	Especialização	2	8%
	Mestrado	1	4%
	Superior Completo	2	8%
	Superior incompleto ou cursando	10	40%
Qual o sua idade?	40 anos ou mais	5	20%
	De 18 a 24	8	32%
	De 25 a 29	2	8%
	De 30 a 34	8	32%
	De 35 a 39	2	8%
Qual o seu estado civil?	Casado	12	48%
	Desquitado/divorciado	3	12%
	Solteiro	10	40%
Qual a renda mensal de sua família?	de R\$ 2.863,00 a R\$ 4.770,00	9	36%
	de R\$ 4.771,00 a R\$ 9.540,00	3	12%
	de R\$ 955,00 a R\$ 2.862,00	13	52%

Conforme apresentado na Tabela 1, observa-se que há uma grande quantidade de respondentes estão cursando o ensino superior, representando 40% da amostra (10 indivíduos). A opinião sobre a relevância no comercial em relação ao que chamou mais atenção foi levantada em questão.

O que mais chamou atenção em relação às campanhas da Friboi foi o ator Tony Ramos, representando 32% da amostra (8 indivíduos). Foram incluídas questões em relação a confiabilidade da marca e o grau da influência em que a propaganda teve em relação a intenção de consumo. Os resultados indicaram que 60% (15 indivíduos) dos respondentes afirmam que a marca Friboi confiável, enquanto 52% (13 indivíduos) das pessoas que participaram da pesquisa passou a consumir os produtos da marca. Quando questionados sobre terem conhecimento em relação aos escândalos políticos envolvendo a JBS grupo dono da Friboi, na questão (Isso fez você deixar de consumir a marca), que 92% informaram conhecimento. Tabela 2 são apresentadas as estatísticas descritivas das perguntas associadas à confiabilidade da marca e do ator.

**Tabela 2.** Estatística descritiva sobre perguntas associadas à confiabilidade

	Perguntas	Média	Mediana
1	Você considera o ator Tony Ramos confiável?	3,04	3

<b>Grau de Importância com as afirmações abaixo na minha decisão de compra</b>			
2	Confiança	1,6	1
3	Qualidade	1,52	1
4	Procedência	1,68	2
5	Indicação de outras pessoas	2,36	2
6	Comercial	2,72	2
7	Celebridade na minha decisão de compra	2,96	2
<b>O que mais chamou atenção no comercial:</b>			
8	A presença do ator Tony Ramos apresenta confiabilidade	2,48	3
9	A procedência da carne apresenta no comercial	2,8	3
10	A qualidade da carne apresenta no comercial	3,04	3
11	A presença do Tony Ramos me induz a comprar produtos desta	2,2	2
12	A opinião do Tony Ramos no comercial	2,4	3
13	A presença do Tony Ramos transmitiu Confiança na carne	2,4	2
<b>Marca Friboi associada a presença do ator Tony Ramos no Comercial da Friboi</b>			
14	A presença do Tony Ramos transmitiu confiança	2,16	2
15	A presença do Tony Ramos transmitiu imagem positiva	2,44	2
16	A presença do Tony Ramos fez com que me identificasse com a	1,96	2
17	A presença do Tony Ramos me associou a memórias positivas	2,32	2
18	A presença do Tony Ramos fez gerar valor positivo para a marca	2,48	3
<b>Sobre a sua percepção com a Mara Friboi</b>			
19	Considero a Marca Friboi confiável	2,48	3
20	Sempre considerei a marca Friboi confiável	2,44	3
21	A marca Friboi é de qualidade	2,56	3
22	A marca Friboi transmite uma imagem positiva	2,44	2
23	Me identifico com a Marca Friboi	2,2	2
24	A marca Friboi me associa a memórias positivas	2,24	2
25	A marca Friboi apresenta valor positivo	2,4	2
26	Passsei a consumir os produtos da Friboi após ver a propaganda	2,28	2
27	Tenho uma boa percepção sobre a marca Friboi	2,36	2

Ao questionar as considerações em relação ao Ator Tony Ramos a mediana das respostas aponta que na opinião dos respondentes a confiança transmitida pelo ator é importante, já em relação a importância em relação a decisão de compra a confiança e qualidade aparecem como importantíssimo nessa decisão, procedência, indicação a celebridade e comercial são apontados como muito importante.

Aos respondentes foram apresentadas as questões de 8 a 12 em que a nota 1 representa a mais baixa e a nota 5 representa a mais alta. Nesses critérios a presença e a opinião do ator, a procedência e qualidade apresentada no comercial, são apontados como nota 3. Já a indução a compra foi pontuado com a nota 2. Para as questões de 13 a 18 é avaliada a associação da marca com o endossante. Segundo dados apurados a Confiança transmitida pelo ator, transmissão de qualidade, imagem positiva, associação a memórias positivas alcançam a pontuação 2 discordo totalmente, enquanto Tony Ramos gerar valor positivo a marca apresenta imparcialidade com nota 3.

Foram avaliadas a confiabilidade da marca, qualidade e sempre considerei confiável, os respondentes apontam imparcialidade nota 3, em quanto a boa percepção em relação a marca, consumo dos produtos a partir da propaganda endossada pelo ator, valor positivo, imagem positiva, memórias positivas, identificação com a marca, foram pontuados com 2 discordo totalmente.

Análise de Regressão Linear Múltipla, apresentada na Tabela 3 apresenta a influência das variáveis decisão de compra na satisfação geral

**Tabela 3** – Regressão Linear Múltipla entre as variáveis de decisão de compra e a satisfação geral com a marca Friboi

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes	t	Sig.
	B	Modelo padrão	Beta		
(Constante)	2,278	,591		3,852	,001
Confiança	-,265	,343	-,249	-,771	,451
Qualidade	-1,081	,479	-,863	-2,258	,037
1 Procedência	,908	,613	,710	1,482	,156
Indicação	-,080	,323	-,082	-,246	,808
Comercial	-,235	,767	-,247	-,307	,763
Celebridade	,491	,723	,609	,678	,506

a. Variável dependente: PercepcaoGeral

A pergunta Qualidade tem um influência significativa (sig > 0,05) negativa (-1,081) na percepção geral com a marca Friboi. A cada variação de 1 ponto na qualidade a percepção geral com a marca Friboi diminui -1,081 pontos. De acordo com os dados levantados, a Qualidade tem um peso negativo quando analisamos fatores que influenciam na decisão pela compra do produto. As demais variáveis não obtiveram significância estatística.

**Tabela 4** – Regressão Linear Múltipla entre as variáveis de atitude do comercial e a satisfação geral com a marca Friboi

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes	t	Sig.
	B	Modelo padrão	Beta		
(Constante)	2,166	,820		2,643	,016
Tony Ramos Confiança	-,467	,250	-,456	-1,869	,077
1 Imagem Positiva	,877	,357	,824	2,455	,024
Identificação Friboi	-,374	,349	-,304	-1,070	,298
Memórias Positivas	,234	,342	,249	,683	,503
Valor Positivo Marca	-,200	,327	-,225	-,612	,547

Variável dependente: PercepcaoGeral



A presença do ator Tony Ramos apresenta confiabilidade tem um influência significativa (sig > 0,05) negativa (-0,467) na percepção geral com a marca Friboi. De acordo com os dados levantados, a presença do ator Tony Ramos no comercial influencia de forma negativa os consumidores, ressaltando que os dados levantados sofrem a influência de acontecimentos que contestam a confiabilidade representada nos comerciais pelo ator.

A variável Imagem positiva também apresentou significância estatística e tem uma influência (sig >0,05) positiva (0,877) na percepção geral com a marca Friboi. De acordo com os dados levantados na percepção dos consumidores a imagem e procedência ilustrada pelos comerciais tornou-se um ponto positivo.

As demais variáveis foram inconclusivas, pois a muita divergência na opinião dos respondentes, tornando as respostas sem peso para análise. A opinião levantada dentre os participantes criou parcialidade quando analisado sobre a percepção da marca em relação a percepção geral.

**Tabela 5** – Regressão Linear Múltipla entre as variáveis de Percepção da marca e a satisfação geral com a marca Friboi

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes	t	Sig.
	B	Modelo padrão	Beta		
(Constante)	-,138	,268		-,515	,613
Marca Confiável	,117	,210	,118	,556	,586
Marca Imagem positiva	,045	,145	,039	,311	,760
Identificação com a marca	,020	,153	,019	,133	,896
1 Marca com memórias positivas	,397	,236	,347	1,681	,112
Marca valor positivo	-,208	,171	-,181	-1,215	,242
Friboi apresenta valor positivo	,595	,156	,603	3,811	<b>,002</b>
Consumo dos produtos marca	,027	,241	,025	,114	,911
Boa percepção	,059	,106	,060	,555	,587

a. Variável dependente: PercepcaoGeral

A pergunta que avaliou a marca Friboi com a presença valor positivo tem influência (sig >0,05) positiva (0,595) na percepção geral com a marca Friboi. De acordo com os dados levantados na percepção dos consumidores a marca Friboi se associa a memórias positivas. Ressaltando que essa associação pode ser relevante quando se trata da imagem repassada pela marca através dos comerciais, quando representa cenas de reunião de amigos e família, simulando um clima agradável e feliz.



## 5. Considerações Finais

Este artigo tem como objetivo identificar se existe relação de influência entre o endossante e a marca, mas também a influência da marca versus o endossante. Foi abordada a marca Friboi devido aos recorrentes anúncios endossados por celebridades, sendo uma delas o ator Tony Ramos.

Sobre a estatística descritiva das perguntas do Ator Tony Ramos e da Marca, os respondentes consumidores da marca opinaram em relação a relevância na decisão de compra, pode ser compreendido que a confiança e a qualidade são fatores importantíssimos na tomada de decisão. Em relação a marca e o conhecimento das investigações envolvendo a mesma por meio da operação realizada pela Polícia Federal, todos os respondentes demonstraram ter ciência dos acontecimentos, apontando que grande parte afirma ter deixado de consumir os produtos devido a esses ocorridos.

Porém em relação ao ator Tony Ramos houve discordância entre as respostas tornando as opiniões imparciais, não podendo afirmar com clareza o descrédito devido ao ocorrido com a marca. Salientando que a pesquisa leva em consideração opiniões posteriores as investigações políticas e a Operação Carne Fraca, o que demonstrara opiniões que consideram esses pontos como negativas em relação a marca e endossante.

O artigo contribui de forma prática para os endossantes e as marcas que buscam endossar suas campanhas. A contribuição teórica está associada a não ter estudos relacionados a influência de um endossante sobre a marca, ou a marca como influenciadora pelo ator Tony Ramos.

## REFERÊNCIAS

CHURCHILL JR., Gilbert A.; PETER, J. Paul. **Marketing**: criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva, 2005.

COBRA, Marcos. **Administração de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

COSTA, Antonio.R. CRESCITELLI, Edson. **Marketing promocional para mercados competitivos**. Planejamento, Implementação, Controle. 1 ed. São Paulo: Editora Atlas 2003.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



DORDOR, Xavier. **Mídia/Mídia Alternativa**. A escolha de uma estratégia global de comunicação para a empresa. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Nobel, 2007.

FG, Marcas & Patentes. Disponível em: <<https://www.fgmarcas.com.br/marca/o-que-e/>> Acesso em 20 outubro, 2018.

FRIBOI. Empresa. Disponível em: <<https://www.friboi.com.br/a-empresa>>. Acesso em 13 de set. 2018. as 11:15hs.

FRIBOI: simplicidade e pioneirismo. **Meio e mensagem**. Marcas. Disponível em: <<http://marcas.meioemensagem.com.br/friboi/>>. Acesso em 13 de set. 2018. as 11:45hs.

GONÇALVEZ. Márcio Carbaca. **Publicidade e propaganda**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

JOBES. John Philip. **A publicidade como negócio**. 1 ed. São Paulo: Editora Nobel, 2002.

KANAPP, Duane E. **Brandmindset**: Fixando a marca. Tradução de Eliane Moller. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. pg 11.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI**: como criar, conquistar e dominar mercados. 14. ed. São Paulo: Futura, 1999.

MARTINS, José. **A natureza emocional da marca**: Como encontrar a imagem que fortalece sua marca. São Paulo: Negocio editora, 1999. ed 2. pg 17.

MCCRACKEN. Grant. **Cultura & Consumo II**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad Editora LTDA, 2012.

PINHO, J. B. **Comunicação em marketing**: Princípios da comunicação mercadológica. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

SCHRODER, Kim. VESTERGAARD, Torben. **A Linguagem da Propaganda**. (2000) 3º edição, pg 7.

SOLOMON, Michael R. **O Comportamento do Consumidor**: Comprando, possuindo e Sendo. 11. Porto Alegre: Editora Bookman, 2016.

## **REDESENHO DA IDENTIDADE VISUAL DA EMPRESA DALL MACEDO ENGENHARIA COMO ESTRATÉGIA DE REPOSICIONAMENTO DE MARCA<sup>1</sup>**

Claudio Macedo<sup>2</sup>  
Tatiana Marceda Bach<sup>3</sup>  
Rodrigo Silvério Cardoso<sup>4</sup>

**Resumo:** Das pinturas rupestres aos dias atuais, as marcas sempre fizeram da sociedade e atualmente na área de marketing ela tem sido a protagonista, uma característica determinante para gerar identidade visual. Este artigo tem como objetivo redesenhar a identidade visual do logotipo da marca da empresa Dall Macedo Engenharia. Este estudo utiliza a pesquisa bibliográfica como fonte no que se refere aos conceitos do design relacionados ao projeto, bem como, à intenção de transmitir sua proposta por meio dessa nova identidade visual aos clientes da empresa. Utilizando uma abordagem qualitativa, o estudo também complementa a pesquisa bibliográfica ao realizar uma entrevista com um cliente da empresa. Os resultados inicialmente envolveram a análise do elemento não verbal ou predominantemente visual: o símbolo. Seguindo a determinação de não se perder a identidade visual já construída da marca, optou-se por manter a estrutura dos elementos. Para retirar a impressão de rigidez e inflexibilidade que era latente até então, foram suavizadas as arestas do desenho, dando mais leveza e proporcionando uma harmonia visual. A subjetividade implícita é a de que a empresa se encontrava em uma nova fase, onde se torna dinâmica e perfeitamente adaptável ao cenário que a conjuntura econômica apresentava na ocasião.

**Palavras-Chave:** Marca; Identidade Visual; Logotipo; Projeto; Estratégia.

### **1. Introdução**

As marcas têm sido cada vez mais representativas no ambiente empresarial. Muitas corporações se apropriaram das formas de expressão e incorporaram elementos do design para tornarem suas marcas mais sólidas. Com assessoria de design especializado, estas empresas buscam uma comunicação concisa, objetiva e que estabeleça uma relação mais próxima com o cliente (STRUNCK, 2003).

---

<sup>1</sup> Artigo vinculado ao projeto de Pesquisa a Imagem da Marca na Mente do Consumidor desenvolvido no Centro Universitário Univel (UNIVEL).

<sup>2</sup> Formando do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Univel (UNIVEL)

<sup>3</sup> Orientadora. Doutora em Administração. Professora do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Univel (UNIVEL)

<sup>4</sup> Co-orientador. Mestre em Administração. Professor e Coordenador do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Univel (UNIVEL).

O design se torna proeminente quando aplicado ao projeto de identidade visual da marca e sua contribuição para agregar valor à marca, mesmo quando esta já existe e é remodelada, tornando-a atualizada e conectada com o público-alvo. Também é relevante que as empresas que se encontram sob a avaliação sumária do mercado consumidor tenham ciência do quanto à apresentação da sua marca é relevante para estabelecer um canal ideal de comunicação com o consumidor.

Este artigo tem como objetivo redesenhar a identidade visual do logotipo da marca da empresa Dall Macedo Engenharia. Para isso, se utiliza de fundamentos teóricos como fonte no que se refere aos conceitos do design relacionados ao projeto, bem como, à intenção de transmitir sua proposta por meio dessa nova identidade visual, buscando uma integração com os clientes da empresa.

É por meio de conceitos e argumentos fundamentados nos princípios do design, que se busca aplicar de forma concisa aos projetos de identidade visual, que agregue valor à marca da empresa.

Dentro da estrutura metodológica que foi adotada, o propósito da pesquisa foi de caráter descritivo e visou compreender a situação e posicionamento da marca Dall Macedo em sua atual conjuntura. No âmbito da coleta de informações, a abordagem teve uma formatação qualitativa. As técnicas utilizadas foram pesquisas bibliográficas e análise documental.

## **2 Desenvolvimento**

### **Marcas**

O homem sempre teve a necessidade de identificar e diferenciar suas posses. Desta forma, surgiram indagações que são consideradas universais, tais como: quem sou? quem precisa saber? por que é preciso saber? como vão descobrir? como quero que respondam? E a partir desses questionamentos os grupos sociais começaram a expressar suas identidades, para tanto, utilizavam-se de simbologias que representavam visualmente a sua identificação pessoal (WHEELER, 2008)

Habitando um mundo hostil, o homem deixava marcas nas paredes das cavernas, na forma de pinturas rupestres, imagens que reproduziam suas experiências diárias. São as primeiras formas registradas historicamente da expressão humana por meio de simbologias.

E o design tem se apropriado desta linguagem para que a percepção seja feita cada vez mais de forma instantânea (STRUNCK, 2003). Muitas corporações se apropriaram dessas formas de expressão e incorporaram princípios da antiguidade às suas marcas. Com assessoria e design especializado, construíram marcas que se tornaram sólidas por manter uma comunicação concisa, objetiva e principalmente por estabelecer uma relação estreita com o seu público alvo, que é o objetivo maior de todas as corporações e empresas (STRUNCK, 2003).

Com a revolução industrial, a produção em larga escala, e os primeiros registros do uso da publicidade na divulgação de produtos e suas respectivas marcas, tornou-se fundamental, criar e manter o domínio e o controle das marcas existentes, cuidando da sua reprodução de forma que mantivesse a sua identidade original. Com o pós-guerra surgiu uma nova era do marketing onde as marcas se constituem em importante manifestação da economia moderna (PINHO, 1996)

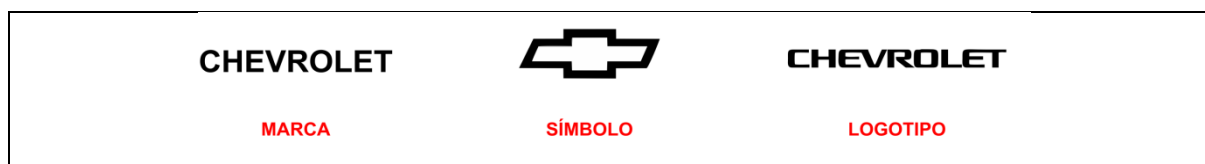
Strunk (2003) define marca como sendo um conjunto de atributos tangíveis e intangíveis associados à um produto ou serviço, que pode ser nome, embalagem, preço, história, reputação, percepção e imagem que os consumidores atribuem à marca. Um complemento é abordado por Wheeler (2012, p12), que destaca que a medida que existe um grande número de marcas no mercado, os atributos das marcas estão associados à buscar um contato emocional, um elo que faça o consumidor estabelecer ligações positivas e prazerosas em relação à marca.

As marcas estabelecem uma relação afetiva com seu público, de tal modo que os consumidores lembrem-se destas e estas lembranças remetam experiências positivas (STRUNCK, 2003), como emoções ligadas ao nosso comportamento em relação às marcas. Com base no exposto as marcas buscam se identificar e diferenciar em relação às concorrentes.

Ao abordar as marcas, se faz necessário também distinguir os conceitos de marca, símbolo e logotipo, segundo Serrano (2011) e a Associação Brasileira de

Designers Gráficos (ADG, 2001). A **marca** refere-se ao nome em si, representado verbal e textualmente que identifica produtos, empresas ou serviços. O **símbolo** diz respeito à representação por meio de uma figura ou forma não verbal, predominantemente visual, que representa a marca. Por sua vez o **logotipo** está associado à forma e o tipo de letra ou fonte utilizada, desenhada e personalizada de alguma forma (SERRANO, 2011). A Figura 1 ilustra as diferenças citadas entre marca, símbolo e logotipo de uma organização.

**Figura 1.** Representação visual da marca, símbolo e logotipo de uma organização.



Fonte: ADG (2000).

A Figura 1 destaca a identidade de uma organização, que pode ser representada de diferentes formas, considerando a marca, o símbolo que a representa e o logotipo. Tais informações são essenciais para representar a organização.

### **Semiótica e Identidade Visual**

A semiótica está associada a palavra grega *semeion* que significa signo ou sinal (FIDALGO, 2019). Nesse sentido a semiótica é conceituada como ciência dos signos, sinais e símbolos.

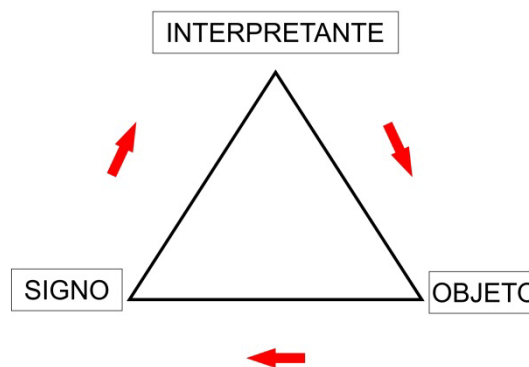
A Análise Semiótica tem suas raízes em Charles Sanders Peirce, sendo considerada uma filosofia científica da linguagem. Em síntese, a semiótica consiste na investigação dos signos e engloba todos os elementos que representam algum significado e sentido para o ser humano, incluindo as linguagens verbais e não verbais (PEIRCE, 1999).

O sentido está em entender como o ser humano consegue interpretar e atribuir significado, nos mais variados meios em que uma imagem é representada. Para Peirce o signo é aquilo que representa alguma coisa para alguém. Santaella (2003) destaca que quando o indivíduo é exposto ao signo, o indivíduo é capaz de criar

interpretações, formações e relações na sua mente associadas ao signo o que, por sua vez, conduz a criação de um objeto que remete ao signo na mente do indivíduo. Esta situação é denominada como a Tríade Semiótica de Peirce, representada pela Figura 2.

**Figura 2** - Tríade de Peirce

**TRÍADE SEMIÓTICA DE  
PIERCE**



**Fonte:** Santaella (2003).

Um signo, portanto, enviado por um emissor, só formará um conceito para seu receptor através da sua história ou emoção inata com aquele signo, acrescida de sua significação lógica (SANTAELLA, 2003).

A marca por si só, na sua forma textual ou verbal, não tem sua longevidade assegurada. Para que isso ocorra é necessário que a mesma adquira uma identidade, que é a expressão visual da marca. Ela proporciona a visualização e sintetiza as manifestações dos sentidos e emoções que serão transmitidas ao público (SANTAELLA, 2003).

Para que uma marca seja memorável é imprescindível que apresente uma identidade visual, cuja aplicação a torne palpável ao público. Faz-se necessário que seja desenvolvido um Projeto de Identidade visual por um profissional especialista. A partir de seu conhecimento teórico-prático, fará uma estruturação fundamentada do projeto de identidade visual (WHEELER, 2008).



Esse especialista pode atuar em casos de empreendimentos que estão nascendo, novos produtos; substituição de nomes de marcas ou ainda no reposicionamento de marca (WHEELER, 2008).

Além dos signos outro aspecto importante é o projeto de identidade visual. A identidade visual envolve o processo de construção que tem por objetivo caracterizar de forma visível ou materializar os significados que uma marca pretende comunicar (MARTINS, 2000).

Ribeiro (1987) destaca que a identidade visual está associada ao conjunto de elementos gráficos que identificam a organização transmitidos em um conjunto de elementos que dão sentido à ela como logotipo, símbolos, tipografias, cores entre outros. Para Strunck (2008) “projeto de identidade visual é um conjunto de elementos gráficos que irão formalizar a personalidade de um nome ideia, projeto ou serviço”.

## **Metodologia**

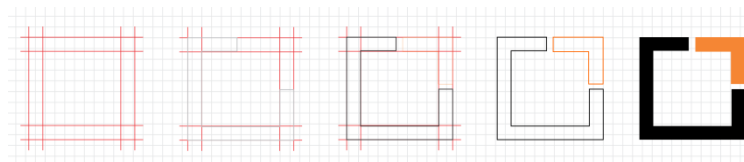
Para atender o objetivo proposto neste estudo foi realizado um levantamento bibliográfico como suporte para o redesenho da identidade visual do logotipo da marca da empresa analisada. A partir de uma abordagem qualitativa, este estudo empregou a pesquisa documental como principal elemento de coleta de dados, cuja análise representada pelo redesenho da marca é apresentada, quando aos procedimentos de maneira descritiva. Tais representações metodológicas seguem a classificação exposta por Raupp e Beuren (2006).

Após a elaboração da proposta de redesenho da marca, a qual foi realizada pelo pesquisador principal cuja formação é na área, o novo modelo foi submetido à aprovação da empresa. A divulgação da identidade da empresa foi autorizada pela sua direção, ao expor o caso de redesenho da marca.

## **O Logotipo e a Significação da Simbologia**

A primeira versão do logotipo apresentava alguns conceitos implícitos em seu símbolo principal. A Figura 3 apresenta a simbologia utilizada.

**Figura 3** - Simbologia do logotipo anterior



**Fonte:** Empresa analisada (2019).

Segundo relato da diretoria da empresa, a intenção da simbologia do logotipo apresentado na Figura 3 era de que este representasse o conceito de uma empresa da área de engenharia num primeiro momento, que se encontrava alicerçada em bases sólidas e concretas. O uso da forma geométrica com faces de dimensões equivalentes e com espessura mais encorpada para transmitir a solidez desses princípios da área de engenharia.

Verifica-se que figura geométrica não está completamente fechada e isso denota que o trabalho em busca da excelência tem que ser realizado de forma constante. E como complemento ao desenho, se tem a figura do canto superior direito que se faz presente, sem que esta esteja completamente fechada. Nesse sentido, a ideia que se pretende transmitir é a de que a empresa se coloca como esse diferencial que vai agregar valor ao projeto e se tornar o elemento que tem as características necessárias para atingir a excelência do mesmo. A Figura 4 apresenta o logotipo da empresa em sua versão anterior finalizada.

**Figura 4** – Logotipo anterior



**Fonte:** Empresa analisada (2019).

## Proposta de Reposicionamento da Marca

Dispondo do logotipo da marca apresentada, buscou-se redesenhá-lo de forma que o mesmo tivesse um aspecto mais atual e dinâmico. Reposicionar uma marca é atribuir uma identidade própria diferente das demais, de tal forma que ela irá ocupar um lugar próprio na mente e no coração do consumidor ou clientes potenciais. Contudo se é definida uma personalidade para determinada marca, a empresa não pode permitir que o consumidor confunda as que pertencem às mesmas categorias de produtos (RIES; TROUT, 2009).

A proposta de reposicionamento consistia em tornar a marca mais sólida forte na percepção do público transmitindo uma imagem corporativa e profissional. Dentro desse contexto e com a proposta já definida de reposicionar a marca Dall Macedo na atual conjuntura de mercado, foi iniciado o processo do redesenho da identidade visual para marcar esse reposicionamento de forma concreta. Por meio de um *briefing* com a diretoria, foram elencadas algumas características que seriam fundamentais e deveriam ser transmitidas para o novo logotipo:

- *Não poderia sofrer uma alteração brusca, para que não existisse o risco da perda de identidade ou conexão da nova proposta com a já construída ao longo do tempo;*
- *O novo desenho deveria transmitir, sem esforço algum de interpretação, uma imagem contemporânea e sofisticada da empresa;*
- *Deveria ser atrativa, elegante e mostrar uma conexão com os valores e visão da empresa.*

De posse das informações repassadas por meio do *briefing* apresentado de maneira objetiva e consistente, que refletia exatamente qual deveria ser o objetivo do projeto, foi iniciado o processo de redesenho da identidade visual, mais precisamente do logotipo.

Inicialmente foi concentrada a atenção sobre o elemento não verbal ou predominantemente visual: o símbolo. Seguindo a determinação de não se perder a identidade visual já construída pelo tempo, optou-se por manter a estrutura dos elementos. Para retirar a impressão de rigidez e inflexibilidade que era latente até

então, foram suavizadas as arestas do desenho, dando mais leveza e proporcionando uma harmonia visual.

A subjetividade implícita é a de que a empresa se encontrava em uma nova fase, onde se torna dinâmica e perfeitamente adaptável ao cenário que a conjuntura econômica apresentava na ocasião. E que estava em consonância com a realidade. Apresentando-se com flexibilidade e agilidade na tomada de decisões, fator que é fundamental para a sobrevivência corporativa.

A Figura 5 apresenta o logotipo na versão aprovada pela empresa, enquanto que a Figura 6 dispõe de um comparativo entre a versão anterior e a nova versão.

**Figura 5 - Logotipo na versão aprovada**



**Fonte:** Dados dos Autores (2019).

**Figura 6 - Comparativa entre versões**



**Fonte:** Dados dos Autores (2019).

Ainda no símbolo, no elemento que na sua versão anterior, observado na Figura 6, não apresentava um encaixe uniforme, foi modificado de forma que a simetria das linhas apresente uma conexão com o conjunto do desenho e ao mesmo tempo forme um gráfico no formato de seta direcionada para o lado superior direito sugerindo um resultado financeiro positivo e em ascendência. Essa mesma simetria simboliza que os princípios éticos que fundamentaram o empreendimento são preservados e reforçados nessa nova fase de expansão.

No tocante a tipografia, optou-se por uma fonte com linhas mais suaves e que proporcionaram uma maior legibilidade, gerando assim um equilíbrio visual no conjunto. E essa alteração contribuiu subjetivamente para demonstrar a unificação societária com relação aos objetivos que se propunham.

Após aprovado pelo cliente na sua versão final, iniciou-se a segunda etapa do projeto, que correspondia em desenvolver a aplicação do logotipo nos mais diversos materiais com o objetivo de se manter uma unidade visual. Dentre os materiais previstos foram destacados os seguintes: cartão de visitas, papel carta formato A4, envelope ofício e A4, pasta, crachá. Como resultado final do projeto foi desenvolvido o Manual de Identidade Visual (vide anexos) que é um referencial para consultas com o objetivo de padronizar a aplicação do logotipo nos mais diversos materiais.

Como dado complementar de avaliação, foi solicitado um relato pela empresa sobre o resultado final da aprovação, que é exposto a seguir:

“Ficamos extremamente satisfeitos com o resultado final desse projeto. Percebemos um visual mais clean, moderno e profissional. Participamos de muitas licitações onde observamos que nossos documentos eram muito mais apresentáveis comparados aos dos concorrentes. E tínhamos um diferencial considerável. Como nosso principal cliente é a COPEL foi fundamental compor uma apresentação visual que refletisse o profissionalismo. E neste ponto crucial obtivemos êxito que contribuiu sobremaneira para, mesmo numa época difícil economicamente falando, manter o contrato existente e ir mais além com o fechamento de novo contrato. Evidente que os fatores que foram determinantes para isso foram de outra natureza, porém a nova identidade com a unidade visual contribuiu com certeza para que obtivéssemos esse resultado”

Observa-se que o redesenho da marca foi essencial para transmitir a essência da empresa que busca modernidade e profissionalismo quando atua com seus clientes. O que a empresa busca é que o cliente consiga associar a marca da empresa analisando estas características, tornando-a diferenciada em relação aos seus concorrentes. A Figura 7 representa a sedimentação do redesenho da marca aplicado aos demais materiais visuais da empresa, com resultados também significativos e positivos à ela.

**Figura 7 - Material padronizado**



**Fonte:** Dados dos Autores (2019).

As empresas fazem um grande esforço para manter uma boa imagem institucional, e daí a importância de se obter uma boa identidade visual que conduza a comunicação da marca de forma coerente até seu público. E a identidade visual deve ser conservada por toda existência da empresa, mesmo que tenha que ser reformulada com o passar do tempo e a representação desta para os demais materiais visuais da empresa.

### **Considerações Finais**

Este artigo tem como objetivo redesenhar a identidade visual do logotipo da marca da empresa Dall Macedo Engenharia. Com base nos aspectos abordados, observou-se que a marca, com a nova identidade visual, foi determinante para a

diferenciação, pois funcionou como uma forma de identificação personalizada diante do consumidor e ainda agrega valores emocionais e psicológicos que acabam levando-o a preferir a marca por motivos de identificação.

Evidentemente sabe-se que isso não é um fator isolado, pois a preferência por uma determinada marca depende de vários fatores como a qualidade do produto, o preço, a distribuição e ainda todas estratégias de marketing.

Concluiu-se que o reposicionamento obteve o resultado esperado, pois contribuiu proporcionando um diferencial competitivo, demonstrando o profissionalismo de forma implícita na nova identidade visual; o que foi corroborado de acordo com as informações apresentadas pelo cliente.

O design quando bem planejado e estruturado proporciona uma valorização intangível para a empresa, pois agrega excelência e profissionalismo. O que efetivamente demonstrou que a mudança de identidade visual foi benéfica para a marca.

E assim deve ser normatizada, pois não havendo uma padronização a organização acabará transmitindo uma ideia de desorganização e ineficiência junto ao seu público tanto interno como externo. E, é justamente isso que as empresas querem evitar, portanto, se a mesma conseguir construir uma imagem, na qual, os resultados finais sejam: qualidade, preço adequado, excelente distribuição e uma boa comunicação com unidade e coerência, essa organização fatalmente obterá sucesso.

## REFERÊNCIAS

ADG ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESIGNERS GRÁFICOS, **Glossário de Verbetes Utilizados em Design Gráfico**, 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos 2000.

AIREY, David. **Design de logotipo que todos amam**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2010.

FIDALGO, A. **Semiótica, a lógica da comunicação**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-logica-comunicacao.html>>. Acesso em: 24 set.

MARTINS, J. R. **Branding**. São Paulo: Negócio Editora, 2000. 348 p.





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 3. Ed. São Paulo: Perspectiva.

PINHO, J. B. **O Poder das Marcas**. 3ª. ed. São Paulo: Summus, 1996.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicada à ciências sociais aplicadas. In: BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: 3.ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 76-97.

RIBEIRO, M. **Planejamento visual gráfico**. Brasília: Linha Gráfica e Editora, 1987.

RIES, Al; & TROUT, Jack. **Posicionamento. A batalha pela sua mente**. São Paulo: Makron Books, 2009.

SANTAELLA, LUCIA. **O que é Semiótica**. 2ª ed. São Paulo : Editora Brasiliense. 2003.

SERRANO, D. P. **Qual é a diferença entre logotipo e logomarca?** Portal do Marketing, 05/11/2011. Disponível em:  
<[http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos3/Qual\\_e\\_a\\_diferenca\\_entre\\_Logotipo\\_e\\_Logo\\_marca.htm](http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos3/Qual_e_a_diferenca_entre_Logotipo_e_Logo_marca.htm)>. Acesso em: 24 set. 2019.

STRUNCK, G. **Como Criar Identidades Visuais para Marcas de Sucesso**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2008.

WHEELER, A. **Design de Identidade da Marca**. Tradução de Joaquim da Fonseca. 2ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



## REPRESENTAÇÕES DA IMAGEM DA MARCA ATELIÊ DO MEL NA MENTE DO CONSUMIDOR<sup>1</sup>

Daiana Adalgisa Silva<sup>2</sup>  
Bruna Lupatini<sup>2</sup>  
Heloisa Todescatt<sup>2</sup>  
Tatiana Marceda Bach<sup>3</sup>  
Rodrigo Silvério Cardoso<sup>4</sup>

**Resumo:** As marcas são identificadas por meio de características visuais expressas em seu símbolo, o logotipo, mas também por outros elementos implícitos, frequentemente associados à preferências e gostos dos seus consumidores. Ao longo do tempo, estas são transmitidas em uma imagem, positiva ou negativa, formada na mente do consumidor. Estudos sobre estes aspectos normalmente são associados às grandes empresas, no entanto, o mercado consumidor atualmente também tem exigido das pequenas empresas. Este artigo tem como objetivo analisar a percepção dos consumidores da marca Ateliê do Mel em relação a imagem que a marca representa. Considerando a importância da imagem e identidade foi utilizada como base a literatura representada por Aaker (1996) e Keller (1993). A metodologia empregada consiste em um estudo de abordagem quantitativa realizando uma *survey* com os clientes da empresa Ateliê do Mel, localizada na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná. Por meio das respostas específicas de opinião e concepção da imagem da marca Ateliê do Mel, averiguou-se que a mesma é muito bem vista e posicionada no mercado. Seus maiores resultados foram relacionados à qualidade e à fidelidade ao produto, demonstrando assim que não só o nome Ateliê do Mel, como também as associações que os consumidores fazem a partir dele, são positivas. Este estudo contribui ao reconhecer mediante os olhos do cliente, o valor da marca e a identificação da mesma em meio a um mercado que cresce a cada dia mais.

**Palavras-chave:** Valor de marca. Marca. Identidade de marca.

### 1. Introdução

Em uma realidade onde os consumidores são, todos os dias, bombardeados com informações na indústria publicitária e no mercado, definir e posicionar sua marca são essenciais. O termo marca é definido como a representação simbólica de uma

---

<sup>1</sup>Artigo vinculado ao Projeto de Pesquisa “A Imagem da Marca na Mente do Consumidor” desenvolvido no Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup>Acadêmico da Graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup>Professora orientadora. Doutora em Administração e professora do Curso de Graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>4</sup>Professor e Coordenador do Curso de Graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda do Centro Universitário UNIVEL. Mestre em Administração.

entidade/empresa, entretanto, analisando o contexto geral, percebe-se que vai além disso.

Segundo Vásquez (2007), atualmente, uma marca é identificada não só por meio de uma característica visual (logotipo), mas também, por outras também implícitas. Para entender a importância e abrangência deste tema, Corté-Real (2007), citou o conceito de Stobart (1994) quanto a necessidade desse tipo de estudo, “Uma marca forte fornece uma maior garantia ao nível da estabilidade dos rendimentos futuros da marca. Mas uma correta avaliação da força da marca requer uma análise detalhada de cada marca”.

Vê-se logo, que apenas a existência de uma marca não a faz valorosa. Este conceito de valor exige, entre muitas etapas, o reconhecimento, identificação, impacto e ainda o nível de envolvimento do cliente com a marca integralmente.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a percepção dos consumidores da marca Ateliê do Mel em relação à imagem que a marca representa. Segundo Keller (1993), os profissionais e pesquisadores devem construir um “mapa” detalhado do conhecimento dos clientes em relação à determinada marca, pois sua força e valor residem na mente dos clientes. Como instrumento, usou-se um questionário estruturado aplicado aos clientes da empresa investigada.

Assim como já observado anteriormente, analisar o posicionamento de uma marca para assim, definir e assim, ampliar seu valor frente ao mercado, é de grande importância. Através desse estudo de caso científico, será possível identificar como os consumidores a marca e ainda, as melhorias a serem feitas na Identidade Visual e posicionamento do Ateliê do Mel como empresa e negócio potencial.

## **2. Desenvolvimento**

Determinar o valor de uma marca pela óptica do consumidor, não depende somente do preço que é atribuído aos seus produtos, ou o público-alvo que atinge, mas também a uma identidade depende do prévio conhecimento da mesma. Para Aaker (1996) e Keller (1993) uma marca, do ponto de vista do consumidor, pode ser definida como um conjunto específico de características que proporcionam ao

consumidor não somente o produto em si, mas também uma série de serviços suplementares constitutivos da diferenciação entre as marcas e influenciadores de preferências, ou seja, a marca não se resume a sua identidade visual, missão, valores e visão. Ela é todo o conjunto integral que é mostrado e entregue ao cliente.

Uma marca para deixar de ser apenas uma dentre as milhares existentes e ter seu valor atribuído, precisa ser identificada pelo cliente. Segundo Keller (1993), o valor da marca com base no cliente é obtido quando os mesmos reagem positivamente aos estímulos de uma marca. Essa reação, que habitualmente espera-se ser positiva, é resultado de associações do consumidor aos aspectos da marca criados pela mesma, para aproximar-se e identificar-se com os clientes.

Para Aaker (1996) “a identidade da marca consiste num conjunto único de associações, que os estrategas aspiram a criar ou manter. Estas associações constituem o que a marca representa e integram uma promessa aos consumidores, por parte dos membros da organização”. Sempre que essas associações são favoráveis e as expectativas são superadas, a marca é relacionada a benefícios, que ajudam a formar sua imagem na mente do consumidor.

Agregada à identidade, a imagem também define a própria marca perante seus consumidores. É por meio dela que a diferenciação dentre os concorrentes é feita. Resumidamente, a identidade quando comunicada ao mercado apresenta ao consumidor a imagem da marca, que vale lembrar, é subjetiva já que é interpretada por cada indivíduo de acordo com suas concepções. Keller (1993) define a imagem de uma marca como as percepções refletidas por associações de marca e contidas na memória do consumidor, quer dizer, o significado que a marca representa para os consumidores.

Portanto a imagem é construída por associações diretas entre o consumidor e a comunicação, associações àquelas relacionadas ao produto em si, aspectos convencionados ao produto, como o preço, a embalagem, como também as atitudes e experiências em relação à marca, como entrega, atendimento, expectativa.

Para trazer tal fundamentação teórica à prática interna de uma empresa, Aaker (1996), sugere uma metodologia para o processo de reafirmação de identidade da marca, primeiramente, através de análise estratégica, que será o foco da pesquisa

deste trabalho, em seguida a definição da identidade e por fim, a implementação da mesma. Essa reafirmação expõe assim, as condições da marca explorada nesta pesquisa na óptica do consumidor.

Aprofundando-se no primeiro ponto, Aaker (1996) descreve que a construção sistemática de uma marca deve começar pelo processo de análise estratégica, o que compreende uma análise ambiental, que pode ser definida como: um estudo do consumidor, da concorrência e uma autoanálise. Portanto, neste estudo, o consumidor assume o papel principal ao expressar sua concepção da marca. Os resultados desta pesquisa quantitativa descrita a seguir, servirão de base para este primeiro ponto ressaltado por Aaker (1996), o estudo do consumidor e sua óptica, pelo próprio consumidor, foco desta pesquisa.

### **3. Metodologia**

Com a finalidade de analisar a percepção dos consumidores da marca Ateliê do Mel em relação a imagem que a marca representa, optou-se por uma pesquisa de abordagem quantitativa, que objetiva avaliar frequências e estabelecer parâmetros entre os respondentes, visando obter um número maior de respostas (RAUPP; BEUREN, 2006).

A pesquisa descritiva foi escolhida pois, segundo a concepção de Raupp e Beuren (2006) preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. O método escolhido foi o questionário, pois possibilita atingir o público em geral. O questionário foi realizado entre os períodos de vinte e nove de maio a cinco de junho de dois mil e dezenove, com o objetivo de obter respostas diretas e de um grande número de clientes para o estudo.

As questões apresentadas foram adaptadas da dissertação de Oliveira (2006): Mensurando o Valor da Marca, a Reputação e a Identidade no Setor Automotivo. Foram adequadas para o fim deste estudo, vinte e sete questões de múltipla escolha de acordo com as necessidades de reconhecimento do público da marca Ateliê do Mel, como questões de perfil, como idade, gênero, escolaridade, renda mensal e

ainda, outras específicas relacionadas ao reconhecimento, como nível de qualidade da marca, nível de lembrança da logo ou símbolo da marca, se a marca atende às necessidades dos clientes, entre outras.

Para a realização de tal, o questionário online foi enviado e disponibilizado aos clientes que mais compram produtos da empresa, tendo obtido um número significativo de respostas, tendo sido aplicado no mês de maio de 2019. Os dados foram analisados por meio de gráficos presentes neste artigo, apresentando os resultados obtidos e também sua análise descritiva. Os pesquisadores obtiveram consentimento positivo em divulgar nesta pesquisa a Marca Ateliê do Mel por meio de autorização.

#### 4. Resultados

O Ateliê do Mel é uma microempresa familiar que trabalha com pães de mel, alfajores e produtos derivados desses ingredientes, preparados artesanalmente. Com quase dez anos de existência, o Ateliê do Mel vende seus produtos à domicílio e também em uma *foodbike* que fica localizada na Avenida de Assis Chateaubriand-PR aos sábados de manhã. Para datas comemorativas e/ou eventos, como aniversários, casamentos e batizados, a empresa realiza a personalização de seus produtos e embalagens, levando aos seus clientes sempre a qualidade e o bom atendimento, sinônimos da marca.

Os resultados inicialmente abordam as características gerais que abordaram o perfil dos respondentes. No Gráfico 01 é apresentado o resultado da pergunta que avaliou o tempo que cada consumidor compra a marca:

**Gráfico 1** – Tempo que o consumidor compra a marca



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2019).

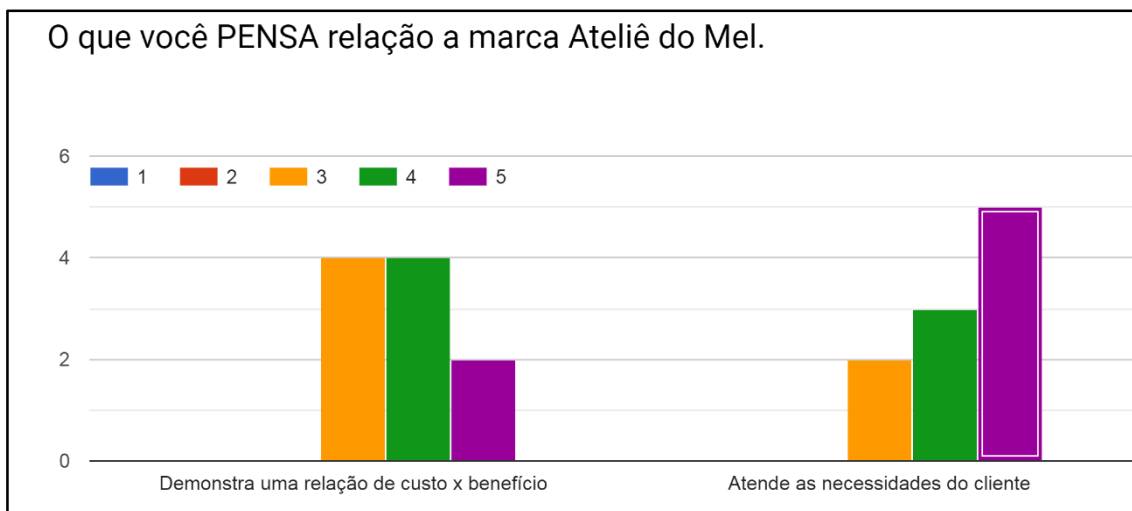
Os resultados do Gráfico 1 indicam que 80% dos consumidores compram desta marca a pelo menos 5 anos, e por outro lado apenas 10% compram a menos de 1 ano. Os números revelam que os participantes já conhecem os produtos, missão, valores, entre outros constituintes da identidade da marca, já tendo para si uma concepção da marca formada, um ponto relevante, levando em conta de que a valoração é acrescida através das experiências, adquiridas com o tempo.

A respeito deste resultado Côrte-Real (2007) destaca que “o valor da marca antes de mais exige tempo. Uma marca quando é criada pouco mais vale do que o seu custo de registro. Ao longo do tempo, é que a marca vai adquirindo significado junto dos consumidores”.

No Gráfico 2 é apresentado o resultado da pergunta que avaliou o que os consumidores pensam em relação a marca Ateliê do Mel.

**Gráfico 2** – O que o consumidor pensa em relação a marca





Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Positivamente, os resultados do Gráfico 2 indicam que 50% dos consumidores concordam que a marca atende as necessidades do cliente. Vale lembrar que para Aaker (1996) uma marca terá alto valor para o consumidor se corresponder ao seu nível de expectativas. Interpreta-se através desse índice, portanto, que o consumidor agrega elevado valor à marca Ateliê do Mel. Já no Gráfico 3 nos é exposto o nível de escolaridade dos consumidores da marca Ateliê do Mel.

**Gráfico 3 – Nível de escolaridade.**



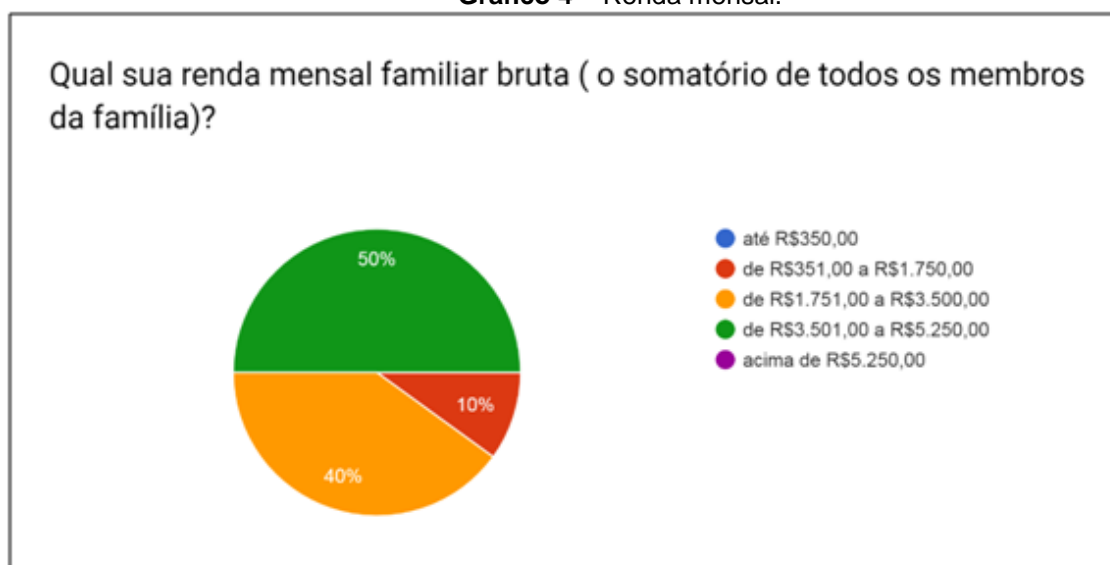
Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Os resultados do Gráfico 3 indicam que 50% dos consumidores da marca possuem ensino superior incompleto, enquanto que os outros 50% dos consumidores

estão distribuídos entre segundo grau completo ou incompleto, superior completo e pós-graduação.

Seguindo o levantamento de definição do público alvo da marca, o Gráfico 04 mostra a média da renda mensal dos consumidores:

**Gráfico 4 – Renda mensal.**



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2019).

Os resultados do gráfico 4 indicam que 50% dos consumidores da marca possuem uma renda mensal de R\$3.501,00 a R\$5.250,00, e por outro lado 10% dos consumidores possuem renda mensal de R\$1.751,00 a R\$3.500,00.

Após os dados sobre as características dos consumidores, a Tabela 1 apresenta os resultados da estatística descritiva, onde os participantes assinalavam de 0 a 5, sua opinião sobre a marca, sendo 0 (zero) discordo totalmente e 5 concordo plenamente:

**Tabela 1.** Estatística descritiva sobre sentimento, pensamento e identificação em relação a marca

Variáveis Analisadas	Média	Mediana	Desvio padrão
Eu me considero leal a marca Ateliê do Mel	3,1	3	1,6
A marca Ateliê do Mel é minha primeira opção	3,6	3,5	1,2
Eu espero alta qualidade dessa marca	4,7	5	0,5
Eu posso identificar o Ateliê do Mel entre as concorrentes	4,3	4,5	0,8

Eu conheço bem o Ateliê do Mel	4	4,5	1,2
Algumas características do Ateliê do Mel vêm à minha cabeça	3,8	4	1,0
Eu rapidamente posso lembrar o símbolo ou logotipo do Ateliê do Mel	3,1	3	1,4
Vale a pena comprar a marca Ateliê do Mel mesmo quando é igual as outras	4,4	4	0,5
Mesmo que a outra marca tenha as mesmas características eu prefiro comprar Ateliê do Mel	4,5	5	0,8
Penso que o Ateliê do Mel demonstra uma boa relação de custo versus benefício	3,8	4	0,8
[Penso que o Ateliê do Mel atende as necessidades do cliente]	4,3	4,5	0,8
Com relação à identidade do Ateliê do Mel, ou seja, o que ela deseja divulgar, ela se mostra: Uma marca tradicional.	3,9	4	1,1
Com relação à identidade do Ateliê do Mel, ou seja, o que ela deseja divulgar, ela se mostra: Uma marca com qualidade incomparável.	4,4	4,5	0,7
Com relação à identidade do Ateliê do Mel, ou seja, o que ela deseja divulgar, ela se mostra: Uma marca de negócios	4,3	4	0,7
Com relação à identidade do Ateliê do Mel, ou seja, o que ela deseja divulgar, ela se mostra: Uma marca prática	4,3	4	0,5
Com relação à identidade do Ateliê do Mel, ou seja, o que ela deseja divulgar, ela se mostra: Uma marca robusta	3,5	4	1,5
Com relação à identidade do Ateliê do Mel, ou seja, o que ela deseja divulgar, ela se mostra: Uma marca confiante	4,5	5	0,7
Com relação à identidade do Ateliê do Mel, ou seja, o que ela deseja divulgar, ela se mostra: Uma marca estável	4,3	5	1,3
Com relação à identidade do Ateliê do Mel, ou seja, o que ela deseja divulgar, ela se mostra: Uma marca de status	3,4	3	1,3
Com relação à identidade do Ateliê do Mel, ou seja, o que ela deseja divulgar, ela se mostra: Uma marca jovem	4,3	4,5	0,8

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2019).

Em relação à Tabela 1, observa-se que há uma grande quantidade de respostas com valores acima de 4,0, indicado como valores altos a escala de concordância indicada pelos clientes. Esse indicativo demonstra que no geral, há uma identificação com a Marca Ateliê do Mel.

O valor de maior média foi representado pela pergunta “espero alta qualidade dessa marca (média=4,7; mediana=5)” e em relação à identidade “uma marca com qualidade incomparável (média 4,4; mediana= 4,5)”, indicam que a experiência vivenciada pelos clientes foi positiva.

Significando também a confiança instaurada em relacionamento cliente-produto, podendo ser destacada também como “uma marca confiante” (média 4,4; mediana= 5)”, segundo os respondentes. Os valores de referência da mediana igual a 5 sugerem

que os clientes atribuíram nota máxima a cada uma das afirmativas realizadas nas perguntas.

A preferência pela marca Ateliê do Mel perante as outras pode ser percebida pelo mínimo desvio padrão nas respostas para as afirmativas “Vale a pena comprar a marca Ateliê do Mel mesmo quando é igual às outras” e ainda, “Mesmo que a outra marca tenha as mesmas características eu prefiro comprar Ateliê do Mel”, isso demonstra que os clientes tiveram poucas divergências nas respostas e apresentaram consistência ao destacar sua opinião em relação à imagem que a marca representa para eles.

Tais resultados podem ser identificados como excelente reputação da marca entre os consumidores fidelizados. Assim como citado por Keller E Machado (2005) “o significado incorporado a uma marca pode ser bastante profundo, e o relacionamento entre ela e o consumidor pode ser visto como um tipo de vínculo ou pacto”, tal vínculo é apercebido nos presentes resultados.

## 5. Considerações Finais

Através do desenvolvimento teórico foi possível explanar as ideias sobre identidade, posicionamento, valor e imagem de marca e ainda, suas correlações e interdependências. Com tais conhecimentos, foi possível fazer a leitura crítica dos resultados da pesquisa quantitativa em forma de questionário traduzido em gráficos neste trabalho.

Por meio das respostas específicas de opinião e concepção da imagem da marca Ateliê do Mel, averiguou-se que a mesma é muito bem vista e posicionada no mercado. Seus maiores resultados foram relacionados à qualidade e à fidelidade ao produto, demonstrando assim que não só o nome Ateliê do Mel, como também as associações que os consumidores fazem a partir dele, são positivas. Vale ressaltar o conhecimento dos participantes sobre a marca, apresentando em mais da metade, consumidores entre um e cinco anos de fidelização.

Conclui-se ainda, que os clientes possuem grandes expectativas quanto aos produtos, serviços e qualidade da marca averiguada, que, como já citado

anteriormente, constituem positivamente a imagem do Ateliê do Mel, resultando em seu bom posicionamento no mercado e na mente do consumidor. Este estudo contribui ao reconhecer mediante os olhos do cliente, o valor da marca e a identificação da mesma em meio a um mercado que cresce a cada dia mais.

## REFERÊNCIAS

AAKER, D. **Building Strong Brands**, New York: The Free Press, 1996.

CÔRTE-REAL, A. valor de marca. **Prisma.Com**, [S. l.], 2007. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2106>. Acesso em: 2 jul. 2019.

KELLER, K. L. Conceptualizing, measuring and managing customer-based brand equity. **Journal of Marketing**, Chicago, Jan. 1993.

KELLER, K. L.; MACHADO, M. **Gestão estratégica de marcas**. Tradução Arlete Simille Marques. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2005.

OLIVEIRA, D. F. de. **Mensurando o valor da marca, a reputação e a identidade no setor automotivo**. 2006. Dissertação (Mestrado) - UFMG, [S. l.], 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/CSPO-6WQQ5D>. Acesso em: 2 jul. 2019.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

STOBART, P. **Brand Power**. Macmillan, London, 1994.

VÁSQUEZ, R. P. **Identidade de marca, gestão e comunicação**. *Organicom*, [S. l.], ano 4, n. 7, p. 201-211, 3 jul. 2019. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6378037-Identidade-de-marca-gestao-e-comunicacao.html>. Acesso em: 3 jul. 2019.





CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

# RESUMOS DE ADMINISTRAÇÃO

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



## **A ATUAÇÃO DO NÚCLEO PEDAGÓGICO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL NO FORTALECIMENTO DOS VALORES ORGANIZACIONAIS**

Viviane da Silva<sup>1</sup>  
Vera Lúcia Paulin<sup>2</sup>  
Tatiana Marceda Bach<sup>3</sup>  
Thais Damaris da Rocha Thomazini<sup>4</sup>  
Nilson dos Santos Dias<sup>5</sup>  
Dayane Cristina da Silva<sup>6</sup>

**Resumo:** Os valores organizacionais se tornam importantes pilares que sustentam as instituições, propiciam o equilíbrio entre o conhecimento técnico e o comportamento das pessoas. Os valores organizacionais permeiam o comportamento, reforçam o espírito de equipe e elucidam aquilo que a instituição acredita como verdadeiro em suas condutas (HERSEY; BLANCHARD; JOHNSON, 1996; OLIVEIRA; TAMAYO, 2004). Resgatar os valores organizacionais é possível quando existe um propósito bem definido entre a equipe gestora e os colaboradores. Isso se torna ainda mais aplicável quando as práticas das instituições são coerentes com o bem-estar comum e à sociedade, como por exemplo, as Instituições de Ensino Superior (IES). Partindo desta visão, este estudo tem como objetivo relatar o resgate e disseminação dos valores organizacionais do Centro Universitário Univel (UNIVEL), mais precisamente pela atuação de seu Núcleo Pedagógico. Busca-se destacar a atuação deste núcleo no processo formativo e de valorização do ser humano, congruente com a missão, visão e princípios orientadores, alinhados nas políticas norteadoras da instituição. Como metodologia para atingir o objetivo, este estudo adota uma abordagem qualitativa, fazendo uso da pesquisa documental e de relatos da experiência vivenciada no Núcleo Pedagógico. Os resultados têm demonstrado que o resgate aos valores organizacionais se torna possível porque a IES mantém preservado princípios éticos pessoais e cultura organizacional dos dirigentes da instituição. Este cuidado tem servido ao longo da história da UNIVEL para valorizar o potencial humano. Partindo da visão de equipe multidisciplinar, o Núcleo pedagógico tem atuado no fortalecimento dos valores organizacionais em diversas ações direcionadas aos docentes, como o Programa de Formação Pedagógica Continuada, Palestras, Projetos de Capacitação, Projetos de Extensão, além da Participação do Núcleo em importantes congressos da área. Tanto para docentes quanto estudantes este trabalho é pautado na humanização, no acolher, no saber ouvir, na humildade, na não exclusão, no

---

<sup>1</sup> Pró-Reitora Acadêmica do Centro Universitário Univel. Doutoranda em Administração.

<sup>2</sup> Coordenadora do Núcleo Pedagógico. Coordenadora Pedagógica do Centro Universitário Univel. Pedagoga.

<sup>3</sup> Membro do Núcleo Pedagógico. Coordenadora Auxiliar do Centro de Pesquisa e Extensão (CPE) e Professora do Centro Universitário Univel. Doutora em Administração.

<sup>4</sup> Membro do Núcleo Pedagógico. Professora do Centro Universitário Univel. Mestre em Ciências Sociais.

<sup>5</sup> Membro do Núcleo Pedagógico. Coordenador do Curso de Ciências Contábeis e Professor do Centro Universitário Univel. Mestre em Administração.

<sup>6</sup> Membro do Núcleo Pedagógico. Coordenadora do Curso de Odontologia e Professora do Centro Universitário Univel. Mestranda em Odontologia.





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



prazer em ensinar, no encanto em aprender, na não exclusão, no apresentar um propósito de vida e, principalmente em despertar o sentimento de pertença. O processo de resgate aos valores institucionais foi materializado através de encontros temáticos com os docentes da instituição que participaram de atividades específicas para este fim. Ademais, o Núcleo Pedagógico realizou trabalhos de refinamento dos resultados obtidos nos encontros que resultou na reconstrução dos valores institucionais atuais: “Justiça; Ética e Responsabilidade Socioambiental; Transparência; Voluntariado; Espírito de Equipe e Inovação”. As percepções dos docentes evidenciaram o compromisso da instituição com alunos e comunidade, praticado nas ações efetivas que valorizam a vida, a empatia, a justiça e a preservação da integridade. A partir deste resgate, os novos valores organizacionais ficaram evidenciados como: Dignidade Humana; Responsabilidade Socioambiental; Ética; Justiça e; Autonomia. A internalização destes valores se baseia na orientação do comportamento de docentes alinhados ao que estes propõem. Este estudo reforça as práticas do Núcleo Pedagógico quando busca resgatar, internalizar e fortalecer os valores organizacionais em docentes, alunos e colaboradores. Sendo assim, acredita-se que o ensino se constrói em conjunto, com integridade, respeito, resiliência, inovação, pesquisa e inovação responsáveis, de modo que seja construído junto aos acadêmicos um olhar diferente para a vida.

## REFERÊNCIAS

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL. **Semana Pedagógica da Univel aborda propósito, inovação e essência da educação.** Institucional. 06 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.univel.br/institucional/imprensa/noticias/semana-pedagogica-da-univel-aborda-proposito-inovacao-e-essencia-da>>. Acesso em: 27 set. 2019.

HERSEY, P.; BLANCHARD, K. H.; JOHNSON, D. E. **Management ornganizational behavior: utilizing human resources.** 7. Ed. Prentice Hall: Upper Saddle River, 1996.

OLIVEIRA, A.; TAMAYO, A. Inventário de perfis de valores organizacionais. Revista de Administração, v. 39, n. 2, p. 129-140, 2004.

## **A REPRESENTATIVIDADE DO CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO (CPE) NA FORMAÇÃO TÉCNICA E HUMANIZADA DO ACADÊMICO DE ENSINO SUPERIOR DA UNIVEL**

Tatiana Marceda Bach<sup>1</sup>

Elaine Aparecida Wilges Kronbauer<sup>2</sup>

Viviane da Silva<sup>3</sup>

Vera Lúcia Paulin<sup>4</sup>

Raíza Gonçalves da Silva<sup>5</sup>

**Resumo:** É sedimentado na literatura e por evidências práticas, que a Educação tem sido um dos meios mais promissores para mudar a realidade, seja ela local, regional ou nacional. As discussões acadêmicas permeiam na necessidade de criar políticas, meios e ações de relevância prática, no entanto ainda ficam presas no campo teórico. Nesse sentido, o papel exercido pelas Instituições de Ensino Superior (IES) deve ser coerente tanto com a formação de profissionais habilitados, quanto de cidadãos que contribuam positivamente para modificar o meio social em que vivem. Acredita-se que esta última, a formação cidadã, deva ser desenvolvida no percurso acadêmico. Por meio de um estudo de caso realizado no Centro Universitário Univel (UNIVEL), este trabalho destaca que a formação técnica e humanizada do acadêmico é facilitada quando gestores institucionalizam as políticas. Diante do que fora exposto, o objetivo deste estudo é analisar a representatividade do Centro de Pesquisa e Extensão (CPE) para a formação técnica e humanizada do acadêmico de ensino superior do Centro Universitário Univel (UNIVEL). Como metodologia, este estudo emprega uma abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa documental de dados históricos, desde a resolução que instituiu o CPE como entidade acadêmica vinculada à Direção Geral, em 2004. Os resultados demonstram que a atuação do CPE foi permeada pelo suporte aos docentes da instituição quando estes desenvolvem atividades de Pesquisa e Extensão, fomentando a troca de conhecimento (entre docentes, acadêmicos e a sociedade). As ações do CPE têm se consolidado, tornando-se mais relevantes e significativas a cada ano. Isso ocorre porque estas ações valorizam uma série de pilares relevantes, como: as diretrizes educacionais vigentes, o bem-estar social, as atividades inovadoras, os temas transversais, as Linhas Institucionais de Pesquisa, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a cultura do empreendedorismo social, a inclusão social, entre outros. A valorização destes pilares, mediada pelos docentes, gera um efeito positivo na formação técnica e humana do acadêmico, que também passa a atuar como agente transformador da sua realidade, conforme consta declarado na missão institucional da Univel. A representatividade do CPE é evidenciada pelo incentivo, criação de meios e articulação institucional, apoiada pela direção, para desenvolvimento de ações efetivas para a sociedade, do qual professor e aluno são considerados atores centrais. A representatividade fica evidenciada pelo volume de projetos

<sup>1</sup> Coordenadora Auxiliar do Centro de Pesquisa e Extensão (CPE) e Professora do Centro Universitário Univel. Doutora em Administração.

<sup>2</sup> Coordenadora Adjunta do Centro de Pesquisa e Extensão (CPE) e Professora do Centro Universitário Univel. Mestre em Biotecnologia.

<sup>3</sup> Pró-Reitora Acadêmica do Centro Universitário Univel. Doutoranda em Administração.

<sup>4</sup> Coordenadora Pedagógica do Centro Universitário Univel. Pedagoga.

<sup>5</sup> Auxiliar Administrativo do Centro de Pesquisa e Extensão (CPE) do Centro Universitário Univel. Graduada em Logística e Pós-Graduada do Centro Universitário Univel (UNIVEL)



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



de Pesquisa e Extensão submetidos, cujo percentual de aumento em 2019 foi de quase 30%, com aproximadamente setenta docentes envolvidos. O destaque também é dado pelo fomento às atividades de Iniciação Científica para alunos, mediante bolsas repassadas pela mantenedora à projetos de Pesquisa e Extensão. Uma ênfase maior é evidenciada pelos projetos de extensão quando o aluno é exposto a uma realidade da qual, em muitos casos, ele desconhece ou pouco ouvir falar. Tal exposição faz com que este se sinta comovido e interessado em contribuir com seus conhecimentos e esforço para melhorar aquela realidade. A adesão dos alunos participantes é alta, indicando o reconhecimento de acadêmicos participantes da relevância em fazer parte, abordando temas e vivenciado uma realidade complementar ao que é estudado em sala de aula, na teoria. Conclui-se que as atividades práticas resultantes dos projetos de Pesquisa e Extensão são consideradas complementares e de extrema relevância na formação, consolidando a representatividade do CPE enquanto agente a UNIVEL.

## REFERÊNCIAS

ANASTACIO, M. R.; CRUZ FILHO, P. R. A.; MARINS, J. **Empreendedorismo social e inovação social no contexto brasileiro**. Curitiba: PUCPRESS, 2018.

MULGAN, G. The Process of Social Innovation. **Innovations-Spring**, v. 1, n. 2, p. 145-162, 2006.

SILVA, V. da; KRONBAUER, E. A. W.; PAULIN, V. L.; BACH, T. M. **Práticas de Inovação Social: uma Análise de uma IES Brasileira**. In: CONFERENCIA INTERNACIONAL RED LATINOAMERICANA DE INNOVACIÓN SOCIAL, 02, 2018, Bogotá, Colômbia. Apresentação de trabalho... Colômbia: LASIN, 2018 (*Anais in press*).



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## RESUMOS DE AGRONOMIA

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO



## CONTROLE DE PLANTAS DANINHAS COM O USO DE DIFERENTES HERBICIDAS NO MILHO SEGUNDA SAFRA

André Felipe Della Colleta Mafra<sup>1</sup>  
Bruno Roberto da Silva<sup>1</sup>  
Carlos Eduardo Mathias<sup>1</sup>  
Euller José Pereira Neves<sup>1</sup>  
Alexandre Luis Muller<sup>2</sup>

**Resumo: Introdução:** O milho pertence à ordem Poales, família Poaceae, tribu Maydeae, gênero *Zea* e espécie *Zea mays* L. A sua grande adaptabilidade, permite o seu cultivo em diversas regiões e altitudes, encontrando-se em climas tropicais, subtropicais e temperados (BARROS; CALADO, 2014). É uma espécie anual, com metabolismo C4 e o grão é um fruto, denominado cariopse (ROSA et al., 2017). De acordo com Grigolli (2017), o Brasil é um dos poucos países em que se realiza mais de um cultivo de grãos por ano na mesma área. Porém, existem vários fatores que podem interferir negativamente na produtividade, sendo que uma das grandes preocupações da agricultura atual está voltada para os prejuízos causados por plantas daninhas na lavoura (SILVA et al., 2012). O presente estudo tem como objetivo avaliar o uso de diferentes herbicidas para o controle de plantas daninhas no milho segunda safra. O trabalho foi realizado na área experimental da fazenda da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Campus Toledo. O solo de textura argilosa foi classificado como Latossolo Vermelho Eutroférico típico (EMBRAPA, 2014), conduzido sob sistema de plantio direto por aproximadamente vinte anos. O experimento foi realizado no período da segunda safra de milho 2018/2018, com delineamento experimental conduzido inteiramente de blocos casualizados, em que na cultura do milho segunda safra foram divididos em 6 tratamentos com 4 repetições. Os tratamentos avaliados foram: T1-Testemunha, T2-Atrazina, T3-Glifosato, T4-Glifosato+Atrazina, T5-Tembotrione e T6-Tembotrione+Atrazina. As avaliações de controle das plantas daninhas foram realizadas utilizando um quadro de ferro (0,25m<sup>2</sup>) sendo verificadas a quantidade e quais foram as espécies remanescentes que se estabeleceram no local após as aplicações dos respectivos herbicidas. Foi avaliado a altura da inserção da espiga e a altura da planta de cada tratamento. Para isso foram utilizadas 10 espigas ao acaso de cada repetição para avaliar o número de fileiras e o número de grãos por fileiras, finalizando com a verificação da massa total e a massa de mil grãos, para a realização das avaliações dos índices de produção e produtividade. Os resultados dos tratamentos demonstraram que a intervenção química e a época de manejo resultam na menor presença da comunidade infestante em pós-emergência. Dos programas de controle, as maiores produtividades foram verificadas para os tratamentos com glifosato+atrazina, para tembotrione isolado e tembotrione combinado com atrazina, respectivamente. A cultura do milho mesmo sendo considerada competitiva, pode ser afetada de forma considerável pela interferência de plantas daninhas, reduzindo sua produção (MONQUERO, 2014), como foi demonstrado na testemunha do presente trabalho, que obteve produtividade de aproximadamente 1000 kg ha<sup>-1</sup> inferior ao tratamento 4 que alcançou o melhor resultado.

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Agronomia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Campus Toledo.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Dr. Alexandre Luis Muller do curso de Agronomia da Escola de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Campus Toledo.

Conclui-se que os tratamentos com Glifosato e Atrazina quando isolados, apresentam baixa eficácia no controle das plantas daninhas, este fato é explicado devido ao modo de ação destes herbicidas e a presença de biótipos resistentes, necessitando a combinação destes princípios ativos. O tratamento com Glifosato + Atrazina numericamente apresentou os melhores resultados sobre o controle de plantas daninhas e obteve uma das melhores produtividades entre os tratamentos, mas estatisticamente os tratamentos com Tembotrione e Tembotrione + Atrazina, também apresentaram excelentes resultados de controle da comunidade infestante e de produtividade, evidenciando que o Tembotrione é uma ótima alternativa de rotação de herbicidas, visando o manejo sustentável.

## REFERÊNCIAS

BARROS, J. F. C.; CALADO, J. G. **A cultura do milho**. Évora: 2014. 52 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Sistema brasileiro de classificação de solo**. 4. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

GRIGOLLI, J. F. J. **Tecnologia e produção milho safrinha**: manejo de plantas daninhas no milho safrinha. Maracaju, MS: Fundação MS, 2017. Disponível em: <<http://www.fundacaoms.org.br/base/www/fundacaoms.org.br/media/attachments/194/194/newarchive-194.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2019.

MONQUERO, P. A. **Manejo de plantas daninhas nas culturas agrícolas**. São Carlos: RiMa, 2014. 306p.

ROSA, A. P. S. A.; EMYGDIO, B. M.; BISPO, N. B. Indicações Técnicas para o Cultivo de Milho e de Sorgo no Rio Grande do Sul Safras 2017/2018 e 2018/2019. In: REUNIÃO TÉCNICA ANUAL DA PESQUISA DO MILHO, 62., 2017, Sertão RS. **Desafios e estratégias para a autossuficiência**. Brasília DF: Embrapa, 2017. v. 1, p. 25-119. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/170532/1/Milho-e-Sorgo-2017-28122017.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SILVA, A. F. A.; et al. Interferência de plantas daninhas sobre plantas cultivadas. **Agropecuária científica no semiárido**, v. 8, n. 1, p. 01-06, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.30969/acsa.v8i1.159>.

## HORTA COMUNITÁRIA: UMA AÇÃO ENTRE O CURSO DE AGRONOMIA – UNIVEL, E A CASA DE ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULA

Anselmo Gabriel Pelози Rodrigues<sup>1</sup>  
Douglas Batista Torres<sup>2</sup>  
Adriano Vítor Azevedo<sup>3</sup>  
Vanessa Taques Batista Josefi<sup>4</sup>

**Resumo:** Mudança nos hábitos alimentares tem apresentado uma transformação na identidade e relações sociais entre o meio rural e o urbano (Suremain; Katz, 2009). De acordo com Ruscheinsky (2002), deve-se caminhar em uma agricultura mais sustentável e menos agressiva a natureza. As casas abrigo desempenham um papel fundamental para crianças que vivem em situação de risco, promovendo segurança e um novo projeto de vida (Coutinho, 2010). O projeto da horta comunitária teve como principal objetivo, proporcionar a troca de conhecimentos entre a comunidade acadêmica através do curso de Agronomia e a casa de abrigo São Vicente de Paula, sobre o manejo e cultivo de hortaliças, assim como, possibilitar uma fonte de alimentos acessível e saudável aos mesmos. A horta foi feita na casa abrigo São Vicente de Paula, Cascavel – Pr. As atividades foram realizadas em etapas. Primeiramente realizou-se uma reunião para a distribuição de tarefas como: definição dos responsáveis pelos materiais que foram utilizados na horta. Ainda na primeira etapa os acadêmicos foram orientados quanto à época do plantio das espécies, importância da matéria orgânica no solo, utilização de plantas repelentes de insetos e possíveis pragas e a retirada do solo de toda cultura já feita no local para evitar a propagação de fungos e bactérias. Na segunda etapa, os alunos foram orientados sobre o uso de sementes de qualidade, estas com alto percentual de pureza e germinação. As sementes foram semeadas em bandejas para posteriormente serem transferidas para a horta. A terceira etapa foi realizada a limpeza e manutenção da área onde já existia uma pequena horta e o desenvolvimento de novos canteiros para serem utilizados. E por fim, na última etapa, realizou-se a preparação do solo e o plantio de: alface lisa, roxa e americana, almeirão, couve, brócolis, rabanete, cebolinha, salsinha, rúcula, couve flor e beterraba. O trabalho coletivo foi de fundamental relevância para que o projeto fosse positivo. Houve integração e participação dos alunos do curso de Agronomia. Percebeu-se que um dependia do outro para que o trabalho tivesse resultado. Por meio da horta, as crianças da casa abrigo e os acadêmicos tiveram um espaço de aprendizado com um laboratório de campo, proporcionando as crianças uma oportunidade de estabelecerem contato com a natureza e conhecimento sobre os alimentos que elas estão ingerindo. As verduras e hortaliças que foram plantadas pelos acadêmicos serão cuidadas e manejadas pelos acadêmicos de Agronomia e pelos moradores e responsáveis da Casa Abrigo, proporcionando uma produção totalmente orgânica, o que trará benefícios para a saúde de todos. O projeto também permitiu a socialização entre os próprios acadêmicos e

<sup>1</sup> Acadêmico (bolsista do Projeto de Extensão –UNIVEL) do Curso de Agronomia - UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2,3</sup> Professores do Curso de Agronomia - UNIVEL –Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> Professor Coordenador. Curso Agronomia - UNIVEL – Centro Universitário Univel.





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



com os moradores da Casa Abrigo. Essa aproximação da Universidade com a comunidade, diminui as desigualdades, contribuindo para uma sociedade mais humanizada.

## REFERÊNCIAS

COUTINHO, J. M. **Casa Abrigo: A Solução ou Problema?** Psicologia: Teoria e Pesquisa. Out-Dez, 2010, vol 26 n. 4, pp 633-641.

RUSCHEINSKY, A. **Educação ambiental: abordagens múltiplas.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

SUREMAIN, C.-É. de; KATZ, E. **Introdução: modelos alimentares e recomposições sociais na América Latina.** Anthropology of Food, n.S6, 2009. Disponível em: <http://aof.revues.org/6433>

## NÍVEIS TECNOLÓGICOS DE ADUBAÇÃO DE COBERTURA E DE CONTROLE DE DOENÇAS NA CULTURA DO MILHO

Sabrina dos Santos Matos<sup>1</sup>

Jean Paulo Konrad<sup>2</sup>

Lucas Ascari<sup>3</sup>

Vanessa Taques Batista Josefi<sup>4</sup>

Alexandre Luis Muller<sup>5</sup>

**Resumo:** O milho pertence à ordem Gramineae, família Poaceae, tribu Maydeae, gênero Zea e espécie Zea mays L. A sua grande adaptabilidade, permite o seu cultivo desde o nível do mar até altitudes superiores a 3600 metros, encontrando-se em climas tropicais, subtropicais e temperados (BARROS & CALADO, 2014). É uma espécie anual, com metabolismo C4 e o grão é um fruto, denominado cariopse (ROSA et al., 2017). Conforme dados da CONAB (2019), a estimativa da produção de grãos, para a safra 2018/19, é de 233,3 milhões de toneladas, sendo o milho, distribuído na primeira e segunda safra, correspondendo com cerca de 92,8 milhões de toneladas, representando um aumento de 15% em relação à temporada passada. Para o milho segunda safra, a perspectiva é de um acréscimo de 4,4% na área cultivada e de 23,6% na produção em comparação a safra 2017/18. A adubação da cultura do milho com nitrogênio (N) tem grande influência na produtividade de grãos, por ser um nutriente constituinte de proteínas, participa de inúmeras rotas metabólicas. A melhor resposta da adubação em cobertura está relacionada com a aplicação de N nos estádios fenológicos da cultura com maior necessidade, mostrando-se com melhor suprimento de N e a maior produtividade quando houve aplicação do fertilizante nos estádios iniciais de desenvolvimento do milho (V4) (DEMARI, 2014). A maioria das doenças acometidas na cultura do milho são causadas por fungos. Para o controle de doenças o uso de fungicidas tornou-se de grande importância, sendo imprescindível o manejo de diferentes grupos químicos para evitar a resistência do fitopatógeno. Os principais fungicidas empregados no controle de doenças na cultura do milho no Brasil são de grupos químicos como triazóis, estrobilurinas e etilenobisditiocarbamatos (UEBEL, 2015). O objetivo do trabalho foi determinar a produtividade da cultura do milho com diferentes momentos de aplicações de adubação de cobertura e de fungicida. O experimento foi realizado na Fazenda Escola do Centro Universitário Univel, localizada no município de Cascavel-PR. A implantação do experimento ocorreu no dia 15 de setembro de 2018 e a cultivar utilizada foi o milho DKB 290 PRO 3. O delineamento utilizado foi em blocos casualizados em um esquema fatorial 3x3, com três repetições para cada tratamento, totalizando 27 parcelas, sendo, o primeiro fator a aplicação de fungicida, 1 - testemunha (sem fungicida); 2 - uma aplicação de fungicida (0,5 L ha<sup>-1</sup>); 3 - duas aplicações de fungicida (0,5 L ha<sup>-1</sup>), o segundo fator avaliado foi a adubação de cobertura, 1 - testemunha (sem adubação em cobertura); 2 - uma aplicação de Sulfato de amônia (80 kg ha<sup>-1</sup>); 3 - duas aplicações de Sulfato de amônia (80 kg ha<sup>-1</sup>). Cada parcela composta por 7 linhas (0,50 m de espaçamento entre linhas) com 5 metros de comprimento.

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Agronomia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Agronomia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Agronomia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup>ORIENTADORA: Mestre em Agronomia. Professora do Curso de Agronomia da Univel – Centro Universitário Univel.

<sup>5</sup>ORIENTADOR: Doutor em Agronomia. Professor do Curso de Agronomia da Univel – Centro Universitário Univel.

A aplicação dos tratamentos fungicidas foi por meio de pulverizador costal de barras, pressurizado por CO<sub>2</sub>, munido de seis pontas de leque duplo TJ60 1102 vs, espaçadas a 0,5 m, à uma pressão de trabalho de 30 psi e vazão de 150 L ha<sup>-1</sup>. O fungicida utilizado foi do grupo químico estrobilurina (Azoxistrobina) e triazol (Flutriafol) e a fonte de Nitrogênio utilizado para aplicação de cobertura foi o Sulfato de Amônio. As aplicações de fungicidas foram realizadas nos estádios V7 e R1 e as aplicações da adubação de cobertura foram realizadas nos estádios V4 e V7. As avaliações foram através da contagem do número de grãos por fileira e número de fileiras por espigas, massa de mil grãos do milho e produtividade final. Para o experimento dos níveis tecnológicos na cultura do milho, pode se observar uma relação positiva entre a adoção de adubações de cobertura na cultura. A cultura do milho é altamente responsiva a utilização de adubação nitrogenada em cobertura. Para a aplicação dos fungicidas em diferentes momentos do desenvolvimento da cultura não se observou uma diferença muito expressiva. Por isso a importância de se realizar o levantamento econômico das aplicações tanto da adubação como das aplicações de fungicida para se obter o melhor nível de custo de produção para o produtor.

## REFERÊNCIAS

BARROS, J. F. C.; CALADO, J. G. **A cultura do milho**. Évora: 2014. 52 p.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira - grãos: Sexto levantamento - SAFRA 2018/19**. 6. ed. Brasília, DF: Conab, 2019. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos>>. Acesso em: 20 abr. 2019

DEMARI, G. H.; **Fontes e Parcelamento do Nitrogênio na Cultura do Milho**. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <[http://coral.ufsm.br/ppgaaa/images/Gustavo\\_Henrique\\_Demari.pdf](http://coral.ufsm.br/ppgaaa/images/Gustavo_Henrique_Demari.pdf)>. Acessado em: 26 set. 2019.

ROSA, A. P. S. A.; EMYGDIO, B. M.; BISPO, N. B. **Indicações Técnicas para o Cultivo de Milho e de Sorgo no Rio Grande do Sul Safras 2017/2018 e 2018/2019**. In: REUNIÃO TÉCNICA ANUAL DA PESQUISA DO MILHO, 62, 2017, Sertão RS. Desafios e estratégias para a autossuficiência. Brasília DF: Embrapa, 2017. v. 1, p. 25-119.

UEBEL, J. D. **Avaliação de fungicidas no controle de doenças foliares, grãos ardidos e efeito no NDVI (Índice de Vegetação por Diferença Normalizada) em híbridos de milho**. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2015, 119 páginas. Dissertação. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19019/1/2015\\_JulianoDanielUebel.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19019/1/2015_JulianoDanielUebel.pdf)>. Acessado em: 24 set. 2019.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## RESUMOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## ESTUDO E ANÁLISE DO MEIO URBANO DE CASCAVEL- PR EM RELAÇÃO AOS PARÂMETROS DO URBANISMO SUSTENTÁVEL

Caroline Liberali<sup>1</sup>  
Gabriel Augusto Colombo<sup>2</sup>  
Jocielli da Silva Santos<sup>3</sup>  
Sílvia S. Almeida Maciel<sup>4</sup>  
Ana Líria da Silva<sup>5</sup>

**Resumo:** Comenta-se, com frequência, a respeito do crescimento exagerado das cidades nos últimos anos, afetando o ambiente urbano, causando problemas ambientais e promovendo dificuldades de assentamento humano adequado. A consequência dos assentamentos humanos que vem eliminando a natureza com a sua despreocupação cotidiana, do não saber ou não ter a ideia de onde vêm a água, a energia e o alimento que consomem e utilizam, sem preocupação com a destinação dos resíduos produzidos por suas atividades, sem ter o conhecimento e a sensibilidade de que suas ações são prejudiciais e danosas ao meio em que vivem, ocasionando vários impactos ambientais irreversíveis. Trazendo com força e renovação, o enorme desafio do desenvolvimento sustentável, especificamente, buscando aliar a economia do desenvolvimento e o não esgotamento dos recursos existentes do planeta. O conceito de desenvolvimento sustentável mais difundido pode ser definido como aquele que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. E o Urbanismo Sustentável pretende conectar as pessoas à natureza e aos sistemas naturais do ambiente urbano, mesmo em densos espaços urbanos, para uma vida ativa na rua, com deslocamentos a pé, atividades do cotidiano ao ar livre, a cobertura vegetal das árvores que são excelentes aliadas da iluminação e ventilação natural. Diante disso, o olhar futuro precisa ser para cenários de crescimento e sustentabilidade, mapeando os espaços abertos, com um vasto e preocupado conhecimento do solo, do clima, da hidrologia, da ecologia e da cultura local, com projetos sólidos para desenvolver perante a sociedade urbana com comprometimento formando uma estrutura ecológica nas cidades e nos seus territórios. Acredita-se que para desenvolver com sustentabilidade deve-se evoluir no conhecimento das técnicas e das tecnologias avançadas na racionalização da gestão de projetos, com adoção de medidas e parâmetros verdes, e da operação das cidades com uma postura estratégica antecipada. Compreende-se então, que com um conjunto de táticas adaptáveis de sustentabilidade urbana, que podem se tornar modelos para que seus efeitos sejam multiplicativos e acumulativos complementando e substituindo esta infraestrutura urbana tradicional, que necessita de reformulação ou ampliação. São intervenções necessárias que podem ser

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Arquitetura e Urbanismo da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Curso de Arquitetura e Urbanismo - Arquitetura e Urbanismo da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Curso de Arquitetura e Urbanismo - Arquitetura e Urbanismo da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Curso de Arquitetura e Urbanismo - Arquitetura e Urbanismo da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>5</sup>ORIENTADORA: Professora Especialista e Mestre Ana Líria da Silva do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Arquitetura e Urbanismo da Univel – Centro Universitário Univel.



adequadas ao planejamento urbano, trazendo a modernização, promovendo a redução de custos de manutenção e renovando a infraestrutura que não atinge mais os objetivos da sociedade urbanizada, buscando atender os três pilares da sustentabilidade: ambientais, econômicos e sociais. De acordo com este cenário e por meio destas afirmativas, este estudo e análise do meio urbano local, na cidade de Cascavel-PR, nos leva a pensar como o desenvolvimento sustentável deve se fazer presente no contexto de uma cidade. Logo, por meio desta pesquisa, busca-se no Plano Diretor de Cascavel, itens, subsídios, indicadores e concretudes que abordem ou direcionem o planejamento urbano para atingir os parâmetros de Urbanismo Sustentável, para melhor atender as expectativas futuras de se tornar uma cidade sustentável. Neste contexto de sustentabilidade o Urbanismo Sustentável no meio urbano local, tem -se o entendimento do urbanismo convencional com o desenvolvimento sustentável. Primeiramente por meio de em embasamento teórico, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, identificando parâmetros de Urbanismo Sustentável e após com estudo e análise do Plano Diretor e leis urbanísticas pertinentes da cidade de Cascavel- PR, detectando itens, concretudes e aspectos pertinentes que seguem os parâmetros de sustentabilidade, no intuito de se fazer um apanhado de constatações, indicações e considerações, do meio urbano. Busca-se analisar o meio urbano local em relação aos parâmetros de Urbanismo Sustentável, enumerando-os, por meio de autores conceituados perante o tema, em um quadro comparativo confeccionado para este estudo. Promovendo assim, o envolvimento dos acadêmicos com os conceitos e parâmetros de Urbanismo Sustentável, por meio de estudo e análise do meio urbano local, estimulando o conhecimento e o contato com questões e reflexões da ocupação urbana, explorando o meio em que vivem e fazem parte, como futuro profissional arquiteto e usuário atual, identificando possíveis hipóteses e contradições com os resultados da pesquisa. As informações e os dados coletados, serão organizados em uma abordagem mista, com utilização de quadros que demonstrem os resultados levantados com eficiência e praticidade de bom entendimento. Os resultados servirão para compor a estrutura do trabalho científico a ser publicado nos eventos científicos e divulgação acadêmica em revistas indexadas científicas relacionadas ao tema.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. **Indicadores de Urbanismo Sustentável para avaliação de loteamentos urbanos**. 2013. 227 f. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia Urbana) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2013.

CIB Conselho Internacional da Construção. **Cidades sustentáveis x impactos ambientais**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/6670-cidades-sustentaveis-reduzem-impactos-ambientais>. Acesso em maio de 2019.

COUTO. A.E. **Aplicação dos indicadores de desenvolvimento sustentável da Norma ABNT NBR ISO 37120:2017 para a cidade do Rio de Janeiro e análise comparativa com cidades da América Latina** (Elisa de Almeida Couto) Rio de Janeiro, RJ – Brasil, março de 2018. Projeto de graduação apresentado ao Curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de engenheiro.

FARR, D. **Urbanismo Sustentável: desenho urbano com a natureza**/ tradução Alexandre Salvaterra. 1ªed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

FLORISSI, Elena. **Desenvolvimento Urbano Sustentável: Um estudo sobre sistemas de indicadores de sustentabilidade urbana**. Recife, 2009.

G1-GLOBO.COM. **Urbanismo sustentável: entenda o conceito que estimula a criação de espaços para o convívio humano**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/falando-de-sustentabilidade/noticia/2019/01/03/urbanismo-sustentavel-entenda-o-conceito-que-estimula-a-criacao-de-espacos-para-o-convivio-humano.ghtml>. Acesso em maio de 2019.

GUILHON, V. V. **Indicadores de sustentabilidade urbana**. 2011. 217 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2011.

INOVAÇÕES SABREA. **Cidade Sustentável**. Disponível em : <http://inovacaosebraeminas.com.br/cidade-sustentavel-o-que-fazer-para-a-sua-se-tornar-uma/>. Acesso em maio de 2019.

JUNIOR, M. A. B. **Sustentabilidade de Bairros: aplicação de indicadores no município de Campo Mourão – PR**: 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia Ambiental) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, Campo Mourão, 2017.

KEELER, M.; BURKE, B. **Fundamentos de Projeto de Edificações Sustentáveis** 1ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

LEITE, C. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**/ Carlos Leite, Juliana di Cesare Marques Awad. 1ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LEITE, C; TELLO, R. **Indicadores de sustentabilidade no desenvolvimento imobiliário urbano: relatório de pesquisa**. São Paulo: Fundação Dom Cabral/Secovi, 2010.

MAGALHÃES, M.R.A. **Arquitetura Paisagista: morfologia e complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

MARICATO, 2000. **“As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”** in: ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia; **“A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos”** - Petrópolis RJ, 2000

MASCARÓ, J.L. (Org.) **Sustentabilidade em urbanizações de pequeno porte**. 1ª ed. Porto Alegre: Masquatro, 2010.

MENDES, J. F. G. **O futuro das cidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Construção Sustentável**, 2019. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/urbanismo-sustentavel/item/8059.html>. Acesso em maio de 2019.

MISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cidade sustentável**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/urbanismo-sustentavel/constru%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel.html>. Acesso em maio de 2019.





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



MOTA, Suetônio. **“Urbanização e meio ambiente”** Rio de Janeiro: ABES 1999. 352p.

PELLEGRINO, P. **Paisagens Temáticas, Ambiente Virtual**. São Paulo, 1995, 160 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

PHILIPPI, A.J. (coord.) **Curso de Gestão Ambiental**. 2ªed. Barueri- SP: Manole, 2015.  
PRIMA - **Projeto de Reflorestamento Integrado da Mata Atlântica**. 2019. Disponível em: <https://prima.org.br/cidades-sustentaveis/>. Acesso em agosto de 2019.

SACHS, J.A **riqueza de todos: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SANTAMOURIS, M. *Group Building Estudos Ambientais*, Seção de Física Aplicada, Departamento de Física, Universidade de Atenas, *Building Physics 5, Panepistimioupolis*, Atenas, Grécia, 1997.

SECOVI-SP – Sindicato da Habitação e Condomínios – São Paulo. **Indicadores de Sustentabilidade no Desenvolvimento Imobiliário Urbano**. São Paulo, 2011.

SILVA, G. J. A. **Cidades Sustentáveis: uma nova condição urbana**. Brasília-DF: 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SOUZA, M. C. S. A.; ALBINO, P. L.; **Cidades Sustentáveis: limites e possibilidades conceituais e regulatórios**. Revista de Direito e Sustentabilidade, Salvador, v. 4, n. 1, p. 95–109, Jan/jun. 2018.

SOUZA, V. O.; MENELAU, A. S. **Cidades Inteligentes e Indicadores: um estudo entre Metrôpoles Brasileiras**. In: XX ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente. Dez. 2018, Pernambuco. ISSN: 2359-1048.

YU, K.; PADUA, M.(org.) **The Art of Survival: recovering landscape architecture**. Victoria: Images Publishing Group, 2006.

## **MODELAGEM FÍSICA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA – FABRICAÇÃO COM AUXÍLIO DE COMPUTAÇÃO E CORTE LASER**

João Maurício Froner Marodin<sup>1</sup>  
Pablo Henrique de Freitas<sup>2</sup>  
Édi C. Waldrich<sup>3</sup>  
Rafael Inácio<sup>4</sup>

**Resumo:** A modelagem física, como método de comunicação de projeto, sempre foi usada apenas durante a fase final de representação. No entanto, um experimento verificou que os modelos físicos também são eficazes durante a fase de criação de parâmetros do projeto conceitual (Ishida, 2003). A experiência reafirma o grande potencial do modelo tridimensional físico, como ferramenta que permite maior facilidade de compreensão do projeto arquitetônico. De acordo com Rozestraten (2009), a maquete física possibilita que o corpo se desloque no espaço, estabelecendo uma relação com seus volumes. O contato e a visualização da maquete física a tornam o meio de representação que em muito se aproxima da realidade. Segundo estudos, 96,39% dos estudantes acreditam que o uso das maquetes físicas tridimensionais em madeira facilitou o aprendizado da disciplina. O uso das maquetes físicas tridimensionais apresentou-se como uma ferramenta facilitadora no ensino/aprendizado das disciplinas de desenho técnico e expressão gráfica. A construção das peças em madeira é uma medida simples que acarreta muitos benefícios tanto aos estudantes quanto aos professores, pois melhora o desempenho dos alunos e diminui os esforços do professor no ensino das projeções ortogonais e perspectivas. BIM é a estrutura de dados inteligentes baseada no modelo 3D do processo que envolve a geração e a gestão de representações digitais das características físicas e funcionais das construções e de seus lugares. Para os profissionais envolvidos no processo, o BIM permite o uso de um modelo virtual de informações gerido e manipulado pela equipe de desenho composta por arquitetos, paisagistas, topógrafos, engenheiros civis, engenheiros estruturais, engenheiros de instalações, empreiteiro principal, subempreiteiros e obviamente pelos investidores imobiliários ou comitentes. Todo profissional adiciona dados específicos da própria disciplina ao modelo único compartilhado. Desta maneira se reduzem as perdas de informações que normalmente ocorrem quando uma nova equipe interatua e altera os dados do projeto, proporcionando assim informações mais amplas as outras pessoas envolvidas na gestão de estruturas complexas. Visando complementar o sistema BIM, o trabalho desenvolve uma plataforma capaz de fazer a leitura de todas as informações do projeto traduzindo-as em mapeamento planejado com precisão para corte a laser das peças de modelo físico. Será possível determinar quais partes do projeto será evidenciado na confecção da maquete, paredes, esquadrias, transparências, determinando material a ser empregado no modelo (plástico, metal, madeira, etc.), sua escala e texturas. A plataforma permitirá comunicação com outras ferramentas de corte ou modelagem tais como CNC ou impressoras 3D. A

<sup>1</sup>Acadêmico João Maurício Froner Marodin – Arquitetura e Urbanismo da Univel – Centro Univesitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmico Pablo Henrique Freitas – Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário Univel

<sup>3</sup>Professor Especialista Édi Waldrich – Arquitetura e Urbanismo da Univel – Centro Univesitário Univel.

<sup>4</sup> Arquiteto Rafael Inácio – Resp. Téc. Lab. Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário Univel



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



complexidade pode ser determinada de acordo com a necessidade: somente paredes, paredes e esquadrias, cortes, detalhes específicos e instalações completas já que todas as informações se encontram no banco de dados BIM.

## REFERÊNCIAS

ISHIDA, Américo et alii. **A maquete física, uma ferramenta a serviço do processo de ensino-aprendizagem de projeto arquitetônico.** In *Projetar- I Seminário sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura*, 2003.

ROZESTRATEN, A. (2009). **Representação do projeto de arquitetura: uma breve revisão crítica. Pós. Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP**, (25), 252-270.

## **NILSON GOMES VIEIRA 50 ANOS DE HISTÓRIA: INVENTÁRIO E CONSERVAÇÃO DE ACERVO PROFISSIONAL, EXPOSIÇÃO PERMANENTE E ITINERÁRIA DA OBRA**

Édi Waldrich<sup>1</sup>  
Camila Nakano Carius<sup>2</sup>  
Michele Vons<sup>3</sup>  
Fúlvio Natércio Feiber<sup>4</sup>  
Rafael Inácio<sup>5</sup>

**Resumo:** Com o intuito de recuperar, conservar e preservar o acervo técnico produzido durante os 52 anos de prática profissional do arquiteto paranaense Nilson Gomes Vieira, esse projeto tem sua justificativa pautada na relevância histórica do objeto de estudo frente à preservação e construção da memória cascavelense além de servir como uma plataforma didática e expositiva ao ensino e estudo da Arquitetura e do Urbanismo nas mais diversas instituições do país. Cumprindo a sequência técnica de trabalho sugerida por Cassares (2000) e Beck (2011), o primeiro momento desse projeto de pesquisa se concentra na inventariação e catalogação do material recolhido no acervo doado pelo arquiteto ao Centro Universitário Univel, seguido da recuperação dos documentos, desenhos, fotografias, estudos, publicações, maquetes e textos produzidos por Nilson Gomes Vieira durante sua trajetória profissional. Na continuação do projeto está prevista a organização didática de todo o conteúdo em dois formatos visando contemplar uma exposição fixa e outra itinerante do acervo com a intenção de ampliar o acesso e o estudo do material em diferentes esferas de ensino e pesquisa. É importante ressaltar que a disponibilidade de Nilson Gomes Vieira em assessorar e acompanhar a organização e exibição do seu acervo garante a esse projeto de pesquisa uma coesão e integridade no que se refere à documentação dos fatos e materiais dispostos. Por este motivo também, está prevista a realização de um documentário audiovisual com entrevistas e relatos do próprio arquiteto sobre sua trajetória profissional, sua história e relação com a cidade de Cascavel bem como detalhes e pormenores de seus desenhos, intenções e a execução de obras uma vez que parte delas têm significação histórica no desenvolvimento da região oeste do Estado do Paraná. A conclusão desse projeto de pesquisa propiciará, além de um rico material pedagógico direcionado a estudantes de arquitetura e urbanismo, a oportunidade de historiadores, geógrafos, urbanistas, sociólogos, e demais pesquisadores e interessados compreenderem melhor a construção da memória e da formação física e política da cidade de Cascavel sob uma nova perspectiva fomentando a produção científica em diferentes áreas do conhecimento contribuindo, entre outros aspectos, para a valorização e preservação das obras projetadas e realizadas por Nilson Gomes Vieira

---

<sup>1</sup> ORIENTADOR: Professor Especialista Édi Waldrich – Arquitetura e Urbanismo da Univel – Centro Univesitário Univel

<sup>2</sup> Professora Especialista Camila Nakano Carius – Arquitetura e Urbanismo da Univel – Centro Univesitário Univel

<sup>3</sup> Professora Especialista Michele Vons – Arquitetura e Urbanismo da Univel – Centro Univesitário Univel

<sup>4</sup> Professor Arquiteto Fúlvio Natércio Feiber – Professor e coordenador do curso de Engenharia Civil UTFPR Toledo

<sup>5</sup> Arquiteto Rafael Inácio – Resp. Téc. de Lab. Arquitetura e Urbanismo da Univel – Centro Univesitário Univel



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



no contexto regional uma vez que boa parte delas contribuiu para o desenvolvimento da cidade e infelizmente encontram-se descaracterizadas ou foram demolidas para a construção de novas edificações sem considerar seu valor histórico contribuindo para a extinção patrimonial e deterioração cultural da região. No âmbito do conhecimento arquitetônico, além das contribuições já citadas, o estudo dos desenhos, dos projetos, das maquetes e textos formulados por Nilson Gomes Vieira também proporcionarão diferentes análises e pesquisas científicas uma vez que seu legado é repleto de experimentações técnicas e diferentes assimilações arquitetônicas fruto de sua postura profissional curiosa, inquieta e em constante produção pautada na busca de uma linguagem e identidade arquitetônica própria. O estudo do trabalho e acervo do arquiteto certamente apresenta-se como uma oportunidade ímpar de resgatar parte da memória cascavelense, de registrar sua história e trajetória profissional, de instigar reflexões e discussões sobre a produção arquitetônica e a importância da preservação patrimonial na formação histórica e cultural de uma cidade.

## REFERÊNCIAS

BECK, Ingrid (Coord.) **Manual de preservação de documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional / The Commission on Preservation & Access, 1991. (Caderno Técnico).

CASSARES, N. C.; MOI, C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2000. 80 p. (Como Fazer, 5).

## **PANORAMA COMPARATIVO E VIABILIDADE ECONÔMICA DA ENERGIA SOLAR NAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS NA CIDADE DE CASCAVEL- PR**

Caroline Liberali<sup>1</sup>  
Jocielli da Silva Santos<sup>2</sup>  
Silvia S. de Almeida Maciel<sup>3</sup>  
Ana Líria da Silva<sup>4</sup>

**Resumo:** Sabe-se que os recursos do planeta podem acabar por meio de hábitos e atitudes que resultam na poluição, no esgotamento e na transformação dos recursos, os quais são utilizados aceleradamente pelas ações do Homem no meio ambiente. Partindo da concepção de sustentabilidade e do pensar nas gerações futuras e manter a vida na Terra, busca-se outras fontes renováveis e não poluidoras, encontrando alternativas por meio de geração de energia e de recursos não esgotáveis, tais como: eólica, biomassa e solar. Verifica-se que a energia solar por meio das placas fotovoltaicas, em muitos países já se solidificaram, fazendo parte do dia a dia de muitas Nações. Contudo, mesmo com inúmeros benefícios da energia solar, o Brasil enfrenta o árduo desafio de implantação desta fonte como matriz energética, estando muito longe do índice de geração de energia solar de países com potência e capacidade energética solar muito mais desenvolvida. O Brasil, mesmo favorecido pela capacidade de radiação solar imensa, tem enorme dificuldade de sensibilizar a população e subsidiá-la de forma atrativa para que as instalações das placas fotovoltaicas ganhem expressivo crescimento. Neste estudo do panorama da situação atual e viabilidade econômica da utilização da energia solar, em experiência local, na cidade de Cascavel-PR, mostra-se subsídios, incentivos, divulgação e sensibilização em que se encontra a utilização de energia solar, em edificações residenciais, objetivando o aumento do uso das placas fotovoltaicas. Para entender e reconhecer a importância do uso desta fonte de energia renovável gratuita, como alternativa sustentável e não poluente. E comparar o uso desta energia renovável com uso da energia tradicional, por meio da viabilidade econômica local, em edificações residenciais e analisar o panorama do uso da energia solar, em termos financeiros, políticos, legais e condicionais. Entende-se então, que a energia solar pode contribuir enormemente com a geração de energia para o meio ambiente sustentável, como energia limpa, renovável podendo integrar o cotidiano das edificações residenciais brasileiras. As tecnologias em torno são inúmeras e animadoras, mas se contrapõem aos preços a serem pagos por esta energia, não somente em termos de custo/benefício, mas de adaptação, sensibilização, planejamento a longo e curto prazo e principalmente incentivos e legislações específicas, que favoreçam a viabilidade econômica do sistema das placas fotovoltaicas. Primeiramente por meio de um panorama nacional e após local, demonstrando os incentivos e a viabilidade econômica com comparativos de valores da energia tradicional e solar, no intuito que com os dados coletados,

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Arquitetura e Urbanismo da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Arquitetura e Urbanismo da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Arquitetura e Urbanismo da UNIVEL – Centro Universitário Univel

<sup>4</sup> ORIENTADORA: Professora Especialista e Mestre Ana Líria da Silva do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Arquitetura e Urbanismo da Univel – Centro Universitário Univel.

se faça uma análise comparativa. Analisando os resultados, hipóteses e considerações da energia solar, sendo dispostos e organizados em uma abordagem mista, com utilização de quadros e gráficos que demonstram os resultados com eficiência e praticidade de bom entendimento, por meio de pesquisa exploratória baseados em procedimentos bibliográficos e documental. Este levantamento de informações ao ser interpretado na temática do uso de energia solar, ao nível municipal, identifica-se a viabilidade econômica e o panorama que se constitui a instalação e utilização das placas fotovoltaicas existentes locais. Adquire-se então, por meio desta pesquisa como estratégias futuras, o incentivo do uso da energia renovável, com divulgação e sensibilização deste recurso renovável e gratuito, despertando o interesse dos pesquisadores e futuros Arquitetos e Urbanistas, para que possam aplicar futuramente na sua área de atuação e sensibilização da comunidade. Em suma, ao instalar um sistema fotovoltaico conectado à rede elétrica em uma residência, será economizado na conta de luz já no primeiro mês de funcionamento. O quanto irá economizar dependerá da potência do sistema FV instalado, porém, não é preciso mais a preocupação com os aumentos da tarifa de energia por, no mínimo, 25 anos, que é o tempo de garantia fornecido por grande parte dos fabricantes de módulos fotovoltaicos, com esta facilidade e atrativo em longo prazo, se torna uma das benfeitorias do sistema fotovoltaico. Ao finalizar a pesquisa espera-se que a sensibilização da importância do uso da energia solar nas edificações residenciais, com preocupação da escassez dos recursos, meio ambiente e desenvolvimento sustentável preserve o meio ambiente e o meio urbano, promovendo a sustentabilidade. Os resultados esperados servirão para compor a estrutura do trabalho científico a ser publicado em eventos e futuras produções acadêmicas em revistas científicas indexadas envolvidas no tema desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **ANEEL amplia possibilidades para micro e minigeração distribuída.** 2015. Disponível em: [http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/noticias/Output\\_Noticias.cfm?Identidade=8955&id\\_area=90](http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/noticias/Output_Noticias.cfm?Identidade=8955&id_area=90). Acesso em agosto de 2019.

ABSOLAR ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA SOLAR. **Campeões de energia, 2019.** Disponível em: <http://www.absolar.org.br/noticia/noticias-externas/campeoes-da-energia-limpa.html>. Acesso em maio de 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Atlas da Energia Elétrica do Brasil.** Brasília – DF, 2005. 2ª Edição Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/Atlas/download.htm>.. Acesso em maio de 2019.

BATISTA, Pollyana. **Energia Solar no Brasil.** Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/energia-solar-no-brasil/>. Acesso em maio de 2019.

BELLINI, E. **O mercado fotovoltaico brasileiro está amadurecendo mais rápido que o esperado.** Empresa de Pesquisa Energética- EPE, abril 6, 2018. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/pt/imprensa/epe-na-midia/o-mercado-fotovoltaico-brasileiro-esta-amadurecendo-mais-rapido-que-o-esperado>. Acesso em maio de 2019.

BITTENCOURT, A. H. **Estratégia para o gerenciamento do balanço da geração fotovoltaica de energia elétrica integrada à edificação e veículos elétricos em rede**



**inteligente**. 2014. Dissertação (Pós-Graduação de Engenharia Civil – Universidade Federal, UFSC, Santa Catarina, 2014.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia (MME). **Boletim mensal de monitoramento do setor elétrico** – dezembro de 2016. Brasília: MME, 2017.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia (MME). **Estudo e propostas de geração fotovoltaica conectada à rede, em particular em edificações urbanas**. Brasília: MME, 2009.

CRESESB - Centro De Referência Para Energia Solar E Eólica Sérgio De Salvo Brito; **Energia Solar: Princípios e Aplicações**. Tutorial Solar, 2006.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). Nota Técnica DEA 19/14 – **Inserção da Geração Fotovoltaica Distribuída no Brasil – Condicionantes e Impactos**. Rio de Janeiro, outubro/2014.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **O compromisso do Brasil no combate às mudanças climáticas: Produção e Uso da Energia**. Rio de Janeiro, junho/2016.

ENGIE SOLAR. **Conheça 7 incentivos governamentais para quem usa energia solar**. 2019. Disponível em: < <https://blog-solar.engie.com.br/incentivos-governamentais-energia-solar/>>. Acesso em agosto de 2019.

FONTES, Ruy. **Casas Sustentáveis e o Desconto do IPTU Verde: Sistemas Fotovoltaicos Também Já Participam do Benefício**. 2018. Disponível em: <https://blog.bluesol.com.br/IPTU-verde-e-energia-solar/>. Acesso em agosto de 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. DANTAS, S. G.; POMPERMAYER, F. M. **Viabilidade Econômica De Sistemas Fotovoltaicos No Brasil E Possíveis Efeitos no Setor Elétrico**. Rio de Janeiro, 2018.

KEMERICH, P. D. C.; FLORES, C. E. B.; BORBA, W. F.; SILVEIRA, R. B.; FRANÇA, J. R.; LEVANDOSKI, N. **Paradigmas da energia solar no Brasil e no mundo**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, Santa Maria, v.20, n. 1, jan.-abr. 2016, p. 241-247.

MONTENEGRO, A. A. **Avaliação do retorno do investimento em sistemas fotovoltaicos integrados a residências unifamiliares urbanas no Brasil**. 2013. p.02. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

NASCIMENTO. L. R. **Energia Solar no Brasil: Situação e Perspectiva**. Consultor Legislativo da Área XII. Estudo Técnico. Março.2017.

PEREIRA, E. B; MARTINS, F.R.; ABREU, S. L. de; RÜTHER, R. **Atlas Brasileiro de Energia Solar**. São José dos Campos: INPE, 2006.

PINHO, J. T. ABENS - Associação Brasileira de Energia Solar. **Panorama da Energia Solar Fotovoltaica no Brasil**. In: I Seminário Nacional CIGRÉ de Energia Solar Fotovoltaica – CIGRÉ-ESF. São Paulo, 2018.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



PROGD – Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica. **Ações de estímulo à geração distribuída, com base em fontes renováveis.** 2015. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/10584/3013891/15.12.2015+Apresenta%C3%A7%C3%A3o+ProGD/bee12bc8-e635-42f2-b66c-fa5cb507fd06?version=1.0>. Acesso em agosto de 2019.

QUALIFICAÇÃO PADRÃO É ESTRATÉGICA. Revista Brasil Energia, Edição n. 438, maio 2017.

REIS, L. B.; FADIGAS, E. A. F. A.; CARVALHO, C. E. **Energia, Recursos Naturais e a Prática do Desenvolvimento Sustentável.** Barueri – SP: Manole, 2012. 2. ed. rev. e atual.

ROAF, S.; CRICHTON, D.; NICOL, F. **A adaptação de edificações às mudanças climáticas.** Porto Alegre: Bookman, 2009, p. 303 – 304.

SAUAIA, R. L. ABSOLAR – Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica. **Energia Solar Fotovoltaica: Panorama, Oportunidades e Desafios.** In: Seminário Desafios da Geração de Energia Elétrica no Brasil. Brasília, 2017.

SILVA, R. M. **Energia Solar no Brasil: dos incentivos aos desafios.** Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, fevereiro/2015 (Texto para Discussão no 166). Disponível em: [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos). Acesso agosto de 2019.

TRIGUEIRO, André. **A espetacular virada energética da Alemanha.** 2013. Disponível em: < <http://www.mundosustentavel.com.br/2013/09/a-espetacular-virada-energetica-da-alemanha/>. Acesso em maio de 2019.

## REALIDADE AUMENTADA: PESQUISA E CONSTRUÇÃO DE CAIXA DE AREIA PARA ESTUDOS DE GEOMORFOLOGIA

Édi C. Waldrich<sup>1</sup>  
Rafael Inácio<sup>2</sup>  
Douglas Guedes Batista Torres<sup>3</sup>

**Resumo:** A representação bidimensional de formas tridimensionais está além da compreensão básica da maioria dos discentes de geomorfologia, criando uma barreira no aprendizado de temas como topografia, bacias hidrográficas, processos geomorfológicos. A utilização de uma caixa de areia com realidade aumentada permite a visualização, em tempo real, das informações topográficas combinadas com projeções de curvas de nível, simulações de fluxos de água que possibilita a avaliação das rotas de fluxos e a interação com as formas de relevo. Estas formas podem ser alteradas e moldadas de acordo com o objetivo proposto produzindo diferentes arranjos que serão imediatamente representados e projetados sob a forma de curvas de nível, mapas hipsométricos ou correntes de água que fluem segundo a topografia do terreno. O presente trabalho tem como objetivo apresentar a sandbox, uma adaptação de um sistema integrado de realidade aumentada capaz de projetar informações topográficas na areia. Uma questão central no sistema de ensino de geomorfologia é a carência de recursos de modelagem em três dimensões em ambiente de software livre, reduzindo o potencial de interesse e compreensão sobre os conteúdos apresentados aos discentes. A caixa de areia é uma ferramenta de ensino muito poderosa, pois através do contato direto, moldando a superfície do terreno, os estudantes podem observar como são representadas as formas geradas e acompanhar a dinâmica geomorfológica (NATIONAL SCIENCE FOUNDATION, 2014). Ela permite aos estudantes moldar a paisagem na areia, enquanto o Kinect rastreia mudanças na elevação da areia enviando os dados para o computador e um projetor exibe uma topografia virtual com correspondente elevação em um gradiente de cores à medida em que o visitante altera a topografia. Ao gerar uma chuva artificial a água flui de forma realista sobre a paisagem e formas em direção aos lagos e mares (Reed et al., 2014). Os resultados exibidos para os primeiros observadores (estudantes, professores e funcionários da Univel), aleatoriamente, como um teste inicial, sinalizarão claramente o potencial de utilização deste recurso, despertando curiosidades e o interesse dos mesmos principalmente no que se refere ao manuseio da areia e seu caráter dinâmico com a mudança instantânea das cores e das curvas de nível, contribuindo seguramente para dinamizar o processo de ensino-aprendizagem, com base em tecnologias modernas aliadas ao ensino de geomorfologia. A Realidade Aumentada vem sendo aplicada nas mais diversas áreas do conhecimento, tais como, na medicina, no entretenimento, na psicologia, no apoio didático (LIMA; CUNHA; HAGUENAUER, 2008), no planejamento urbano (PORTALES; LERMA; NAVARRO, 2010) na construção civil em simulações de catástrofes naturais: terremotos e enchentes (COELHO, 2004); nos levantamentos arqueológicos para a visualização de patrimônios antigos em Sistemas de Informações Geográficas e para

<sup>1</sup> Professor Especialista Édi Waldrich – Arquitetura e Urbanismo da Univel – Centro Univesitário Univel.

<sup>2</sup> Arquiteto Rafael Inácio – Resp. Téc. Lab. Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário Univel

<sup>3</sup> Professor Mestre Douglas Batista Torres – Agronomia – Centro Universitário Univel

visualização de mapas. A cartografia do relevo e dos processos geológicos e geomorfológicos sempre foi encarada como uma tarefa de difícil compreensão. A representação bidimensional de formas tridimensionais está além da compreensão básica da maioria dos estudantes, criando uma barreira no aprendizado de temas como topografia, bacias hidrográficas, processos geomorfológicos, erosão dos solos, inundações e estrutura geológica. A utilização de uma caixa de areia com realidade aumentada permite a visualização, em tempo real, das informações topográficas combinadas com projeções de curvas de nível, simulações de fluxos de água que possibilita a avaliação das rotas de fluxos e a interação com as formas de relevo. Esta ferramenta oferece grande potencial para a pesquisa e ensino da Geomorfologia, particularmente pela observação 3D de paisagens e sua dinâmica ao longo do tempo, possibilitando novas perspectivas de análise além de complementar e melhorar o desempenho dos métodos tradicionais e já consagrados pela academia. A caixa de areia com realidade aumentada representa uma evolução no ensino da representação das formas do relevo e de como os processos geomorfológicos agem para esculpir estas formas. Cardoso e Schmidt (2012) afirmam que a adoção de formas inovadoras que despertam a curiosidade dos estudantes tem crescido muito nos últimos anos e que diversos pesquisadores e educadores têm desenvolvido novas formas de abordar os estudos sobre a cartografia do relevo e os processos geomorfológicos de forma a melhorar a sua compreensão. Um avanço neste sentido é a adoção de maquetes, que avançam para além da representação bidimensional da curvas de nível. Gomes(2005) afirma que o uso de maquete permite a representação dos elementos da paisagem tridimensionalmente, proporcionando um modelo sintético da complexa realidade. Desta forma podemos considerar a maquete como um instrumento ideal para fazer esta representação tridimensional do relevo (FRANCISCHETT, 2004). O presente projeto adota um conceito conhecido como 'computação tangível' em que os objetos no mundo físico podem ser manipulados para alterar ou operar um programa de computador, neste caso, uma visualização de uma paisagem. A câmera utilizada é um 'Microsoft Kinect Câmera', a mesma câmera usada em jogos de vídeo. Ele usa um projetor infravermelho, câmera e um microchip especial para acompanhar o movimento de objetos em 3D (CARDOSO; SCHMIDT, 2012). Um aplicativo de realidade aumentada reconhece a presença de objetos ou eventos no mundo através da aplicação de aprendizado de máquina utilizando algum tipo de sensor. Em seguida, a aplicação gera um conjunto de 'objetos virtuais', anexados aos objetos do mundo real, em tempo real (D'ANTONI et all., 2013). Para desenvolver aplicações voltadas para o estudo do relevo, das formas de representação e o comportamento dos fluxos de água sobre o terreno optou-se por utilizar uma solução de baixo custo desenvolvida a partir de um sensor kinect e um projetor multimídia (datashow). Para a representação da topografia o modelo digital adquirido pelo Kinect montado acima da caixa de areia é interpretado pelo software que projeta as informações de acordo com a aplicação desejada. O próprio software de análise converte os dados brutos digitalizados em um modelo 3D, o qual é então usado para exibir as várias análises para que possam ser projetadas. O espaçamento entre as linhas de contorno e a cor padrão das faixas de altitude foi escolhido para melhorar a compreensão das mudanças de altitude e comportamento do processo hidrológico. O resultado visual permitirá exibir as diferenças de altimetrias do modelado (3D) através da visualização das curvas de nível associadas às diferentes cores (que podem ser ajustadas para transmitirem princípios diferentes e/ou para serem otimizadas para diferentes configurações físicas. Para gerar chuva virtual o programa interpreta que um objeto detectado a uma altura específica (cerca de 60 cm) acima do nível da areia gera uma coloração azul, brilhando sobre a visualização superfície abaixo deste objeto. A água parece fluir para superfícies inferiores seguindo as rotas determinadas pela topografia do terreno. O fluxo da água simulada é baseado em modelos reais de dinâmica de fluidos.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, G.S. E SCHMIDT, A.E.F. - **Biblioteca de Funções para Utilização do Kinect em Jogos Eletrônicos e Aplicações NUI**. XI SBGames – Brasília – DF – Brazil, November 2nd - 4th, 2012.

D'ANTONI, L.; DUNN, A.; JANA, S.; KOHNO, T.; LIVSHITS, B.; MOLNAR, B.; MOSHCHUK, A.; OFEK, E.; ROESNER, F.; SAPONAS, F.; VEANES, M. E WANG, E. **Operating System Support for Augmented Reality Applications**. HotOS'13 Proceedings of the 14th USENIX conference on Hot Topics in Operating Systems. USENIX Association Berkeley, CA, USA, 2013. P. 21.

GOMES, M.F.V.B. **Paraná em relevo: proposta pedagógica para construção de maquetes**. GEOGRAFIA Revista do Departamento de Geociências v. 14, n. 1, jan./jun. 2005. P. 207-216.

National Science Foundation. **Shaping Watersheds Exhibit Facilitation Guide** July 28, 2014 v.1 This material is based upon work supported by the National Science Foundation under Grant No. DRL-1114663- 21p.

REED, S., KREYLOS, O., HSI, S., KELLOGG, L., SCHLADOW, G., YIKILMAZ, M.B., SEGALÉ, H., SILVERMAN, J., YALOWITZ, S., and SATO, E., **SHAPING Watersheds Exhibit: An Interactive, Augmented Reality Sandbox for Advancing Earth Science Education**, American Geophysical Union (AGU) Fall Meeting 2014, Abstract no. ED34A-01

LIMA, Á. J. R. de; CUNHA, G. G.; HAGUENAUER, C. J. **Realidade aumentada no ensino de geometria descritiva**. Virtual Reality and Scientific Visualization Journal, v. 1, n. 2, p. 28–41, 2008.

COELHO, A. H. **Erweiterte Realität zur Visualisierung simulierter Hochwasserereignisse**. Tese (Doutorado) - Karlsruhe, Univ., Diss., 2004, 2004.

BOUGUET, J. **Camera calibration toolbox for matlab**. 2004.

PORTALÉS, C.; LERMA, J. L.; NAVARRO, S. **Augmented reality and photogrammetry: A synergy to visualize physical and virtual city environments**. ISPRS Journal of Photogrammetry and Remote Sensing, Elsevier, v. 65, n. 1, p. 134–142, 2010.

KIRNER, C.; KIRNER, T. G.; JÚNIOR, N. C.; BUK, C. V. **Uso de realidade aumentada em ambientes virtuais de visualização de dados** Proc. of VII Symposium on Virtual Reality, São Paulo, 2004.





CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## RESUMOS DE ARTES VISUAIS

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## A COMPOSIÇÃO ARTÍSTICA COMO FORMA DE PERSUASÃO NAS MÍDIAS, ANALISANDO AS OBRAS SÃO MATEUS E O ANJO DE CARAVAGGIO

Izabela Carolina Oliveira Santos<sup>1</sup>  
Anderson Costa<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisará as duas obras “São Mateus e o Anjo” do pintor italiano Michelangelo Caravaggio, considerando especialmente as alterações estéticas que foram solicitadas para que a obra fosse aceita. Esse processo assemelha-se à comunicação publicitária e essa relação se coloca como foco da pesquisa. A escolha das duas obras surgiu pela história que tiveram na época. A primeira obra não foi aceita, pois foi considerada sombria demais pela igreja de Roma, tendo de ser refeita. A segunda versão da pintura representava mais o que a igreja queria uma imagem que pudesse evocar sentimentos positivos e que se estimula a identificação das pessoas, as aproximando da igreja, ou seja, a pintura deveria engajar e conquistar novos fiéis. Nesse sentido, considerando o aspecto mercadológico das artes e da comunicação publicitária, o presente trabalho tem por objetivo investigar de que forma a composição artística pode influenciar as pessoas, e como é apresentada nas obras de Caravaggio, e também em produções publicitárias atuais. Esta pesquisa é de caráter bibliográfico, utilizando obras que falam sobre a relação entre a arte e a comunicação publicitária. A autora Lúcia Santaella, na obra *Porque as Comunicações e as Artes estão Convergindo* (2005), evidencia como que as mídias, que tem por foco a comunicação de massa, e as artes, que a princípio concentra-se no mundo das “belas artes”, se relacionam na contemporaneidade e passam a seguir uma mesma direção: a busca pela persuasão. Para persuadir, as artes e as mídias se utilizam de técnicas e estratégias em comum. Para compreender melhor esse processo, foram feitas leituras sobre o tema, além de análises das obras citadas. Também foi considerado, como fonte de pesquisa e de reflexão, o documentário lançado em 1972 por John Berger, pela rede de televisão BBC. Na produção, intitulada *Modos de Ver*, o crítico de arte revisita, entre alguns autores, o pensamento do filósofo Walter Benjamin, que discutiu, aos olhos do materialismo histórico, às implicações políticas e estéticas da reprodutibilidade técnica no mundo das artes, ou seja, de que forma a reprodução das obras impacta na singularidade da arte, na sua aura. A partir disso, John Berger começou suas análises que dizem a respeito à tradição da pintura europeia, para nos fazer pensar sobre a maneira como vemos e lidamos com as imagens, e a forma que elas carregam um discurso ideológico para sua interpretação visual. Ao analisar no decorrer do artigo as duas obras “São Mateus e o Anjo” de Caravaggio, os resultados apontam que podemos perceber várias influências dos elementos formais e até das próprias pessoas que frequentavam a igreja em Roma, que viram a primeira obra como algo sombrio e errado para se permanecer na igreja. Esse fato é a porta de entrada para a percepção de que ocorrem coisas semelhantes nos dias atuais, tanto na arte como na publicidade, onde o caráter estético deve estar relacionado ao valor mercadológico. E isso se coloca como algo mais importante do que o valor simbólico de narrativa e de conexão da arte através de suas poéticas.

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso Superior de Artes Visuais – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Especialista em Cinema pela UTP-PR, Mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade pela UEPG. Professor do Curso de Artes Visuais e Publicidade e Propaganda da Univel – Centro Univesitário Univel.





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



## REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

GOMBRICH, E. H. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MODOS de ver. Produção de John Berger. Londres: With British Broadcasting Corporation (bbc), 1972. 4 episódios (30 min.), color. Disponível em: <[https://www.imdb.com/title/tt1302546/episodes?season=1&ref\\_=tt\\_eps\\_sn\\_1](https://www.imdb.com/title/tt1302546/episodes?season=1&ref_=tt_eps_sn_1)>. Acesso em: 06 jan. 1972.

SANTAELLA, Lucia. **Por que as comunicações e as artes estão convergindo?** 3. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

## MÚSICA E EXPRESSÃO ARTÍSTICA: A PRÁTICA MUSICAL NO ENSINO MÉDIO COMO COMPREENSÃO DO SENTIDO DA ARTE

Valéria Meith de Souza<sup>1</sup>  
Simone Frank Fontana<sup>2</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa aborda os benefícios da música para a compreensão do sentido da Arte no Ensino Médio, como uma forma de catarse na qual o artista procura representar um misto de experiências boas e ruins que vivenciou ou aquelas que inquietam em sua psique, apresentando como objetivo investigar como esses alunos podem compreender o que é Arte expressiva, afim de incentivar as práticas musicais na escola, especialmente aquelas desenvolvidas na disciplina de artes, investigando as potencialidades das práticas musicais, bem como discutindo a presença dessa linguagem nas aulas e analisando como é referenciado o ensino da música na escola básica. Se a Arte é então fruto das experiências palpáveis ou não subjetivas e das projetadas pelo espectador ao vê-la, isso significa que o que eu reconheço como arte não necessariamente será facilmente reconhecido como tal por todo mundo. A música está presente no ensino da Arte, portanto é de suma relevância que seja vista como conteúdo, pois proporciona que os alunos sintam seus sentimentos através de sons, movimentos e palavras, possibilitando maior compreensão das sensações singulares que vivenciam. Este estudo tem importância para o curso de Artes Visuais, pois os acadêmicos nem sempre tem aptidão ou conhecimento musical suficiente para acompanhar os conteúdos de música na escola, o que pode dificultar sua abordagem em sala de aula. Também é relevante para que novas pesquisas sobre a importância da música no ensino médio surjam futuramente. Sendo assim, o aporte teórico contou com autores como Ferraz e Fusari (2009), Queiroz (2008), Ferreira (2011), Rodrigues (2016), Bastião (2004), também usando como base documentos como a DCE (2008), BNCC (2017) e LDB (2006). É de suma importância que os estudantes possam ter um o papel de protagonistas no processo artístico, apreciando, sentindo e criando, contudo, para ser um bom protagonista nesse processo o aluno deve aprender a ouvir a música, ressignificando o material sonoro, com um olhar crítico e pensativo. Por conta dessa necessidade de uma escuta mais consciente é que os alunos devem passar por um processo de conhecer os elementos formais que regem a música, afim de ter um melhor desempenho posteriormente na prática musical. A pesquisa é realizada com estudantes de um colégio estadual de Itaipulândia, Paraná, onde os resultados são coletados. O artigo desenvolve-se através de uma pesquisa com abordagem qualitativa, sendo descritiva, contendo pesquisa bibliográfica em conteúdos já escritos anteriormente, juntamente à pesquisa de campo, onde percebe-se através da experimentação, questionário e grupo focal que as aulas de música influenciam na compreensão da Arte na escola. Como resultados da pesquisa observou-se a partir do questionário diagnóstico, que foi aplicado para 44 alunos, os seguintes apontamentos: 42 alunos disseram considerar que música é Arte, outros 02 alunos disseram não considerar. 16 alunos costumam se expressar através da arte, os outros 28 não. 2 alunos estudaram música na escola, 26 estudaram pouco e 16 alunos não estudaram. 2 alunos não acreditam que através da música podemos nos expressar, os outros 42 alunos acreditam que sim. 7 alunos

<sup>1</sup> Valéria Meith de Souza- Artes Visuais- Licenciatura da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Simone Frank Fontana: Professora Especialista em Metodologia do Ensino da Arte – Artes Visuais- Licenciatura da Univel – Centro Univesitário Univel.

praticam música, 11 praticam pouco e 26 nunca praticam. 12 alunos não tem interesse em estudar música na escola, e 32 tem interesse. Seguindo a aula, os alunos tocaram instrumentos de percussão, acompanhando a pesquisadora que estava a tocar violão enquanto explicava os elementos formais, também fizeram grupos e tocaram uma música de sua preferência. Em seguida foi feita apreciação musical, onde a pesquisadora levou várias músicas de gêneros diferentes para os alunos dizerem o que o autor quis expressar através da composição, a aula foi bem participativa e os alunos gostaram de colocar suas opiniões na roda de conversa. Para finalizar, foi feito um grupo focal onde os alunos disseram que gostaram das aulas pois foi diferente, aprenderam sobre música e não desenharam como sempre, também disseram que conseguiram compreender que podem usar a Arte para falar sobre seus sentimentos e inquietações, e é por isso que a pesquisadora defende que a música pode contribuir para que os alunos da 1ª série do ensino médio compreendam a Arte expressiva.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 25 maio 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit\\_e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf). Acesso em: 20 maio 2019.
- FERRAZ, Maria Heloísa C. de T.; FUSARI, Maria F. de Rezende e. **Metodologia do Ensino da Arte fundamentos e proposições**. 2. Ed. São Paula: Cortez, 2009.
- FERREIRA, Aurora. **Arte, Escola e Inclusão: atividades artísticas para trabalhar com diferentes grupos**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes curriculares da educação básica: Arte**. Paraná, 2008. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce\\_arte.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_arte.pdf). Acesso em: 15 maio 2019.
- QUEIROZ, Luis Ricardo Silva; **Música na escola: aspectos históricos da legislação nacional e perspectivas atuais a partir da Lei 11.769/2008**, Londrina, v.20, n.29, p. 23-38, jul. 2008.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



RODRIGUES, Marcia Cristina Pires. Apreciação musical através do gesto corporal. In: BEYER, Ester; KEBACH, Patrícia (org.) **Pedagogia da Música**: experiências de apreciação musical. Porto Alegre: Mediação, 2016, p. 37-50.

STIFFT, Kelly. Apreciação musical: conceito e prática na educação infantil. In: BEYER, Ester; KEBACH, Patrícia (org.) **Pedagogia da Música**: experiências de apreciação musical. Porto Alegre: Mediação, 2016, p. 27-36.

## SEXISMO NO UNIVERSO DOS QUADRINHOS: A FANTASIA DELES SOBRE NÓS

Ana Carla Rodrigues Pastrí<sup>1</sup>  
Luiz Carlos Machado<sup>2</sup>

**Resumo:** O proposto artigo tem como finalidade principal a análise da história em quadrinho da Mulher Maravilha, sua trajetória desde o seu surgimento até a atualidade. Seu objetivo principal é traçar um paralelo entre a representação da Mulher Maravilha e sua época, por meio de análise de histórias em quadrinhos a fim de compreender se há uma hipersexualização em sua construção. O trabalho conta com o aporte teórico pautado em Nogueira(2010), Neis (2010), Palomino (2013), Chanco (2010), Morini (2000), Lima (2016), Daniels (2001), Patati (2006). Para a realização do trabalho fez-se necessário uma pesquisa bibliográfica e documental, a partir da sondagem do assunto em livros, artigos, histórias em quadrinhos. Justificasse pela inquietação da autora sobre a forma com que a Mulher Maravilha é representada, desde a sua criação até os dias atuais e o reflexo desta representação feminina na sociedade, principalmente nos leitores aos quais se destina. Após pesquisa e análise realizadas foi possível comparar os Quadrinhos da Mulher Maravilha com a revista Vogue a partir da década de 1940 até os dias de hoje. Em 1940 temos como padrão de beleza a atriz Marilyn Monroe com seus cabelos loiros e seu corpo escultural. A capa da revista Vogue de 1940, vem estampada uma mulher trajada com blazer e saia comprida, ambos vermelhos, na composição do seu look faz parte também um chapéu e um par de luvas. O traje cuja modelo está vestida transmite a impressão de que está referendando os uniformes dos soldados. Nesta mesma época a forma com que a Mulher Maravilha aparece nas histórias em quadrinhos é com um bustiê vermelho e uma saia que vai até a metade da coxa e com uma bota de cano alto. Como podemos observar na revista temos a representação de uma mulher com as vestes “comportadas”, e nos Quadrinhos a Mulher Maravilha aparece de forma “vulgarizada” e “sensualizada” em relação à modelo da referida revista da época. Segundo Tolentino (2014) “os anos 70 foi inovador. Tudo que as pessoas sabiam sobre moda mudou.” Criando assim um pensamento anti-moda e na capa da revista vogue de 1970 não aparece à modelo de corpo inteiro, somente a parte da cabeça, mas muitos sabem que essa década foi marcada pelo surgimento da minissaia e a naturalidade das formas era mais valorizada. A Mulher Maravilha teve suas roupas alteradas, o bustiê continuou o mesmo já a saia que ela utilizava até então, foi transformada em um tipo de shorts coladinho e um pouco cavado, chegando quase ao auge da objetificação sexual. Na capa da revista Vogue de 1980 está à imagem de Diana, Princesa de Gales. Na capa da revista temos estampada a imagem da realeza. Nessa época nossa personagem não sofre alterações em suas vestes. Em 1990 a moda é considerada algo difícil de classificar, existe vários modos de se vestir o que perdura até os dias de hoje. Na capa da revista vogue de março de 1990 temos a modelo Helena Christensen ao qual a modelo britânica aparece trajada de um vestido branco longo e simples. A única alteração que foi feita nos trajes da Mulher Maravilha foi o shorts que ficou mais cavado, parecendo uma peça íntima, e esse é o modo de como a personagem aparece até os dias de hoje. A história estética da Mulher Maravilha é um expositor sobre a história dos padrões de beleza possíveis. Ao realizar esse trabalho percebesse que os costumes e o jeito de vestir das épocas não com relação com o

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso Superior de Artes Visuais – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Especialista em Arte, Cultura e Licenciatura. Luiz Carlos Machado do Curso Superior de Artes Visuais – Licenciatura do Centro Universitário Univel.

modo de como a Mulher Maravilha é representada, a moda teve uma evolução histórica que parte de longos vestidos e saias até a minissaia, essa evolução aconteceu aos poucos e as vestimentas da Mulher Maravilha foi realizada de uma maneira considerada vulgar para a época de seu surgimento. A pesquisadora percebeu que esse é um campo pouco explorado o que de certa forma dificulta as pesquisas, esse é um tema que devemos falar mais sobre, pois não é algo atual, desde o princípio as mulheres são representadas como um objeto, que deve seguir os bons costumes, a Mulher Maravilha é tida como um símbolo feminista, pois era bem arrojada para a sua época. .

## REFERÊNCIAS

CHANCO, Beatriz da Costa Pan. **A mulher e a mulher maravilha: uma questão de história, discurso e poder**. 2010. 205 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DANIELS, DANIELS, Les; KIDD, Chips. **Wonder Woman: The Complete History**. Editora Titans Books, Londres, 2001

DEL PRIORE, Mary. **Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil**. Editora Planeta, São Paulo, 2011.

FERNANDES, Vivian Campelo. **Mercado Alternativo de Moda / Acessórios em Brasília**. Disponível em: <http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2098/2/20564650.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1995

LIMA, Savio Queiroz. **Batwoman e a Questão das Representações da Homoafetividade nas Histórias em Quadrinhos de Super-heróis**. In: Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio. Rio de Janeiro, 2016.

MORINI, Enrica. **Storia della moda: XVIII – XX secolo**. Editora Skira, Milão, 2000.

NEIS, Josemara. **Mulher Maravilha**. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/>. Acesso em : 05 de maio de 2019

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. **As Representações Femininas Nas Histórias Em Quadrinhos Norte-Americanas: June Tarpé Mills E Sua Miss Fury (1941 – 1952)**. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade, Universidade Salgado de Oliveira, Universo, Niterói, 2015.

PALOMINO, Erika. **A Moda**. 4ª ed. São Paulo: Publifolha, 2013.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



PALOMINO, Erika. **Babado Forte: moda, música e noite na virada do século 21**. São Paulo: Mandarim, 1999.

PATATI, Carlos; BRAGA, Flávio. **Almanaque dos Quadrinhos: 100 anos de uma mídia popular**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 224 p.





CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## RESUMOS DE BIOMEDICINA

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## AGROTÓXICOS E O MEIO AMBIENTE

Caroline Stéfani Plank<sup>1</sup>

Elaine Aparecida Wilges Kronbauer<sup>2</sup>

Raquel Goreti Eckert Dreher<sup>2</sup>

Sheila Spongowski<sup>2</sup>

Guilherme Machado do Carmo<sup>2</sup>

**Resumo:** Os agrotóxicos são produtos químicos, utilizados para controlar insetos pragas de plantas de importância econômica, por isso, são amplamente utilizados na produção agrícola visando preservar sua produtividade. Por outro lado, esses agentes químicos podem ser nocivos, causando impactos negativos expressivos ao meio ambiente e à saúde. O uso intensivo de agrotóxicos está gerando uma crescente preocupação global, pois, o constante uso desses químicos torna-se uma ameaça à segurança alimentar, através da contaminação do solo, da água e da atmosfera, e consequentemente a contaminação dos alimentos. Análises realizadas em todo o genoma de determinadas plantas expostas pelo componente químico identificaram o acúmulo de agrotóxicos. Outro fator relevante e alarmante que ocorre são as modificações epigenéticas no DNA e podem causar até mesmo modificações fenotípicas, isso ocorre devido à exposição a esses produtos, evidenciando portanto a ecotoxicidade dos agrotóxicos. A utilização de pesticidas em locais próximos de bacias hidrográficas evidenciam em seu solo, ar e na água dos rios com sedimentos elevados desses agentes, além de expor a população aos agrotóxicos por meio do consumo de alimentos com esses agentes. Esse trabalho tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica acerca dos impactos causados pelos agrotóxicos ao meio ambiente. Para tanto, foi realizada uma busca textual na internet de artigos científicos em bases de dados, como: Google Acadêmico, Periódicos CAPES, Bibliotecas de Universidades. Foram selecionados artigos científicos de acordo com a temática que foram relevantes ao objetivo deste trabalho. Diante da análise dos artigos, pode-se chegar à conclusão que a ingestão de alimentos com esses compostos químicos tem-se mostrado perigosa e tóxica aos organismos. O consumo de produtos expostos a esses químicos vem causando diversos danos à saúde humana, como problemas cardiovasculares, neurológicos, reprodutivos e podem levar à doenças crônicas devido ao seu caráter genotóxico e citotóxico. A ecotoxicidade é também um problema que atinge o meio ambiente, como a contaminação do solo, de água de lagos e rios, além de prejudicial à peixes e anfíbios expostos. Os principais pesticidas organoclorados (OCPs) foram muito utilizados nos anos 1940 em diversas áreas do mundo em ecossistemas terrestres e aquáticos, sobretudo no Extremo Oriente, Mar do Japão, Mar do Leste e outras regiões próximas como na Rússia. Esses agentes tóxicos impactaram negativamente animais marinhos das regiões citadas, como em moluscos do Mar do Japão e do Mar Leste, peixes destas regiões, em aves marinhas e mamíferos marinhos. Isso ocorre porque resíduos de agrotóxicos permanecem na água mesmo após períodos de tempo e os animais que vivem nela são desta forma afetados pelos químicos presentes. Estudos brasileiros apontam que alguns animais-alvo têm resistência sobre os pesticidas, que têm efeito sobre outros seres que não são o alvo desses químicos, como no caso do mosquito vetor da dengue, na qual inseticidas foram utilizados para o combate desse mosquito, porém a espécie adquiriu

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Professores do Centro Universitário Univel.

resistência, portanto foi necessário o uso de um químico mais potente que se demonstrou extremamente tóxico para alguns minicrustáceos, além da toxicidade que muitos agrotóxicos apresentam para abelhas e outros animais essenciais para a manutenção da biodiversidade. A contaminação do ambiente tem como consequência alterações na saúde humana, sendo elas tema de alerta pela Anvisa, advertindo sobre o consumo prolongado de produtos contaminados por esses químicos, com possíveis efeitos colaterais, tais como dores de cabeça, coceiras, alergias, enquanto uma maior exposição pode levar à malformações fetais, câncer, infertilidade. Por esses motivos, foi feita esta pesquisa, para que quem leia este trabalho, possa atentar-se para a nocividade dos agentes químicos abordados e perceber o quanto se faz necessário que haja mais estudos e consciência sobre a redução no uso desses químicos para que o cenário possa ser revertido.

## REFERÊNCIAS

**Collotta M., et al.** Epigenetics and pesticides. **Toxicology**, 2013, v. 307, p. 35- 41  
**Kakoki S., et al.** Effect of partial pesticide spraying on the number of major pests and damage to new shoots of tea plants. **Journal of Asia- Pacific Entomology**, 2019, v. 22, p. 826- 837.

**Lopez C. V. A., et al.** Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde Debate**, 2018, v. 42, p. 518- 534.

**Panuwet P., et al.** Agricultural pesticide management in Thailand: status and population health risk. **Environmental Science & Policy**, 2012, v. 17, p. 72- 81.

**Quaglia G., et al.** A spatial approach to identify priority areas for pesticide pollution mitigation. **Journal of Environment Management**, 2019, v. 246, p. 583- 593.

**Song B., et al.** Evaluation methods for assessing effectiveness of in situ remediation of soil and sediment contaminated with organic pollutants and heavy metals. **Environment International**, 2017, v. 105, p. 43- 55.

**Xing H., et al.** Effects of atrazine and chlorpyrifos on DNA methylation in the brain and gonad of the common carp. **Comparative Biochemistry and Physiology Part C: Toxicology & Farmacology**, 2015, v. 168, p. 11- 19.

**Zhang J. J., et al.** Identification of transcriptome involved in atrazine detoxification and degradation in alfalfa (*Medicago sativa*) exposed to realistic environmental contamination. **Ecotoxicology and Environment Safety**, 2016, v. 103, p. 103- 112.

## AGROTÓXICOS E SAÚDE MENTAL

Letícia Marques da Silva<sup>1</sup>  
Elaine Aparecida Wilges Kronbauer<sup>2</sup>  
Raquel Goreti Eckert Dreher<sup>2</sup>  
Sheila Spongowski<sup>2</sup>  
Guilherme Machado do Carmo<sup>2</sup>

**Resumo:** Sabe-se que países como o Brasil possuem sua fonte econômica baseada no agronegócio. A partir da década de 70 os pesticidas foram incluídos junto a adubos e fertilizantes químicos. Hoje em dia o termo agrotóxico é utilizado principalmente para a designação de pesticidas, para que as toxicidades desses produtos sejam bem atestadas. Atualmente esta classe é proibida em vários países, contudo, estima-se que entre 500 mil e 2.9 milhões de pessoas são envenenadas anualmente, com uma taxa de 1% de fatalidade. A maioria dos casos envolvem os organoclorados e organofosforados, estes que possuem atividades neurotóxicas. Todavia, desde a década de 70 os organofosforados têm sido a classe de pesticidas mais utilizadas no mundo todo. É de conhecimento que pesticidas são potencialmente tóxicos não somente aos ser humano, mas também aos demais seres vivos e aos ecossistemas. Por isso, para diminuir seus níveis de contaminação são exigidas medidas preventivas. Seus riscos toxicológicos vão depender do produto e da intensidade que este foi exposto. Estudos científicos apontam que a exposição a esses pesticidas podem levar a danos à saúde muitas vezes irreversíveis, como a neuropatia tardia por sobre-exposição de organofosforados. A exposição também está associada ao câncer e diversos déficits do desempenho neurocomportamental e anormalidades na função do sistema nervoso. Com base nesses dados foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica com objetivo de conhecer mais a respeito da ação dos agrotóxicos e seus possíveis danos para a saúde mental do ser humano. Para tanto, foram utilizados três artigos científicos que podem ser encontrados em plataformas online. Resultados apontam que, na cidade de Luz (MG) ocorreram em média 22,6 suicídios por 100.000 habitantes, sendo estes, a grande maioria os trabalhadores rurais. O envenenamento por agrotóxicos foi considerado o mecanismo do suicídio, ou seja, metades dessas pessoas que realizaram o autoextermínio estavam contaminadas por estes químicos. Além disso, outras pesquisas sugerem que o principal índice de suicídio entre trabalhadores rurais é a exposição aos agrotóxicos, estes que levariam os a quadros depressivos e em seguida ao autoextermínio. Os sintomas frequentemente relatados eram: náuseas, vômitos, erupções cutâneas, perda de memória e depressão. Entretanto, houve estudos que reconheceram uma relação entre essas estatísticas com as “doenças dos nervos”, estes que seriam recorrentes na vida de trabalhadores agrícolas. Existem resultados compilados onde mostram que sequelas neurocomportamentais causadas pela exposição ao agrotóxico poderiam evoluir para um caso de depressão, que junto a problemas econômicos e sociais poderiam acarretar o suicídio. Além do mais, pesquisadores apontam uma alta estatística sobre estudos do Manicômio Judiciário de Minas Gerais, onde os trabalhadores rurais apresentaram 5,14% a mais de chances de estarem no manicômio judiciário, comparados a qualquer outro profissional. Para mais, resultados obtidos por pesquisas sobre exposição a agrotóxico apontam que além da depressão, uma pessoa exposta a esses reagentes químicos também

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Professores do Centro Universitário Univel.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



pode desenvolver quadros de ansiedade, nervosismo e irritabilidade. Neste sentido, entende-se que mais estudos devem ser realizados para maiores comprovações científicas dos males causados pela exposição aos agrotóxicos, e no fim, melhorar a qualidade de vida social, física e mental não somente dos trabalhadores rurais, mas também dos consumidores.

## REFERÊNCIAS

Maria Elizabeth Antunes Lima. **A polêmica em torno do nexo causal entre distúrbio mental e trabalho**. Belo Horizonte: Psicologia em Revista, v. 10, n. 14, p. 82-91, 2003.

Neder Meyer, ET AL. **Incidência de suicídios e uso de agrotóxicos por trabalhadores rurais em Luz (MG)**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, vol.32, n.116, pp.24-30, 2007.

Araujo, Alberto José ET AL. **Exposição múltipla a agrotóxicos e efeitos à saúde: estudo transversal em amostra de 102 trabalhadores rurais**. Nova Friburgo, RJ: Ciênc. Saúde coletiva, vol.12, n.1, pp.115-130, 2007.



## DETECÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS EM LEITE DE NUTRIZES

Christyan L. Richetti Santos<sup>1</sup>  
Elaine Aparecida Wilges Kronbauer<sup>2</sup>  
Guilherme Machado do Carmo<sup>2</sup>  
Raquel Goreti Eckert Dreher<sup>2</sup>  
Sheila Spongowski<sup>2</sup>

**Resumo:** Segundo a Organização das Nações Unidas no ano de 2050 a população mundial será de 9 bilhões de pessoas. Com este número surgem algumas preocupações, dentre elas, uma em especial seria como todo este contingente de pessoas irá se alimentar. Para produzir todo este alimento são utilizadas milhares de toneladas de defensivos agrícolas todo ano. De acordo, com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) só no Brasil em 2014 foram mais de 500 mil toneladas. Os defensivos agrícolas, ou, agrotóxicos, surgiram durante a segunda guerra com função de arma química e após foram e são utilizados como um produto para o melhor desempenho da agricultura. Grande parte destas substâncias, como os organofosforados, possuem caráter lipossolúvel, ou seja, se dissolvem em meio lipídico (gorduroso), e por terem essa característica, eles tendem a se acumular nos tecidos adiposos do organismo. Devido a isto, diluem-se mais facilmente em substâncias lipídicas como o leite materno, o qual possui uma grande parcela de sua composição os lipídios. O aleitamento materno é a forma exclusiva de alimentação nos primeiros seis meses de idade, sendo complementado após esse tempo com outros alimentos até os dois anos ou mais de idade e é por ele que o recém-nascido recebe, além dos nutrientes, a sua imunidade inicial, através das imunoglobulinas provenientes da mãe. Porém, estudos indicam que este leite pode não ser totalmente confiável, pois, pesquisadores estão relatando a detecção de resíduos de agrotóxicos em leite humano. Portanto, o objetivo deste estudo foi realizar uma revisão bibliográfica com a busca artigos científicos sobre a detecção de agrotóxicos em leite humano. Como resultado, os pesquisadores estão demonstrando a presença alarmante de resíduos de agrotóxicos no leite humano. No Brasil, em 2011, na cidade de Lucas do Rio Verde - MT, em trabalho desenvolvido na Universidade Federal de Mato Grosso, foi detectado resíduos de agrotóxicos em 100% do leite analisado das nutrizes. Outro estudo realizado em Bangladesh em 2012, no continente asiático, pesquisadores verificaram a presença de organoclorados no leite humano. Da mesma forma, em 2009 cientistas da Croácia, no continente europeu, relataram a presença de resíduos de agrotóxicos em leite humano. Outro estudo realizado no município do Rio de Janeiro em 2001 pela Fiocruz demonstrou a presença de pesticidas organoclorados e seus metabólitos em leite materno. Em 2002 um estudo, conduzido por pesquisadores da Austrália, analisou 157 amostras de leite humano em busca de traços de pesticidas banidos desde 1980, o estudo mostrou que mesmo após 20 anos de desuso destas substâncias ainda eram encontrados resíduos no leite. Com o mesmo propósito, pesquisadores Tailandeses avaliaram o leite de 30 trabalhadoras do campo em busca de 11 compostos químicos presentes em defensivos agrícolas, e como resultado, confirmaram a presença de 5 deles utilizando espectrometria de massa. Neste sentido, mais estudos devem

ser realizados para garantir a segurança do leite materno para alimentação dos recém-nascidos, assim evitando uma exposição vertical de resíduos de agrotóxicos. O objetivo deste resumo é possibilitar uma visualização sobre um assunto que pode passar despercebido, por não ser tão visível no senso comum. Para a pesquisa foram usados cinco artigos e dados fornecidos por uma autarquia brasileira.

## REFERÊNCIAS

DU, J. et al. Pesticides in human milk of Western Australian women and their influence on infant growth outcomes: A cross-sectional study. **Chemosphere**, V. 167, p.247-254, 2017.

IBAMA / Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4.074/2002.  
Dados atualizados 06/04/2016.

KLINCIC, D. et al. Polychlorinated biphenyls and organochlorine pesticides in human milk samples from two regions in Croatia. **Environmental Toxicology and Pharmacology**, V. 37 p. 543-552, 2014.

MUELLER, J. F., et al. Persistent organochlorine pesticides in human milk samples from Australia. **Chemosphere**, v. 70, p. 712-720, 2008.

World Health Organization. Regional Office for Europe & WHO European Centre for Environment and Health (Bilthoven). (2000). Interlaboratory quality assessment of levels of PCBs, PCDDs and PCDFs in human milk and blood plasma: fourth round of WHO-coordinated study. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.

NAKSEN, W., et al. A single method for detecting 11 organophosphate pesticides in human plasma and breastmilk using GC-FPD. **Journal of Chromatography B**, v. 1025, p. 92-104, 2016.



## EXTRAÇÃO DE QUERATINA A PARTIR DE RESÍDUO DE INDÚSTRIA AVIÁRIA PARA PRODUÇÃO DE BIOPOLÍMERO

Ana Carolina Medeiros<sup>1</sup>  
Camila Macarini Cavani<sup>1</sup>  
Emily Gonçalves Santos Bezerra<sup>1</sup>  
Gabriel Martins Zamboni<sup>2</sup>  
Luiz Henrique Santiago Bettega<sup>1</sup>

**Resumo:** Entre os diferentes tipos de polímeros, o plástico é um material essencial para diversas aplicações, resultante da síntese artificial ou transformação de produtos naturais. Certos plásticos se destacam por seu baixo preço e grande facilidade de processamento, o que incentiva seu uso em larga escala. A grande quantidade de produção e consumo destes materiais no Brasil resulta no significativo aumento de resíduos. Os tratamentos mais adequados e menos impactantes são o reuso e a reciclagem. No entanto, por uma questão cultural, a maioria desses resíduos é enviada para aterros ou lixões, ou são irregularmente descartados, contribuindo para o aumento da poluição e apresentando riscos para a saúde humana e para o meio ambiente. Uma alternativa para amenizar o impacto ambiental causado pelo descarte inadequado dos plásticos, é o desenvolvimento e implementação de polímeros menos agressivos ao meio ambiente. Os biopolímeros são produzidos somente a partir de fontes renováveis e com composição química diferente dos provenientes de combustíveis fósseis, tornando-os atraentes para o setor de pesquisa. Devido às suas propriedades funcionais, variedades de fontes disponíveis e o baixo custo de produção, este tipo de polímero é utilizado na produção de biofilmes. Por serem ambientalmente corretos, algumas indústrias já fazem a utilização de filmes a base de proteínas em, por exemplo, produtos farmacêuticos – utilizados em capsulas de gelatina. A utilização desse tipo de material entra como alternativa ao uso de derivados petroquímicos. Uma das proteínas mais empregadas para a produção de biofilmes é a queratina, encontrada em abundância nas penas de frango, que podem ser obtidas como resíduo industrial aviário. Este tipo de aproveitamento, além de apresentar vantagem econômica, tem um forte apelo ambiental. Dessa maneira, este trabalho tem como objetivo a extração de queratina de penas de frango, para sua posterior aplicação em biofilme. Para tal, realizou-se primeiramente uma etapa de lavagem das penas com água quente (50°C) com posterior secagem em estufa a 50 °C por 24 horas. Após a etapa de limpeza, com o auxílio de tesoura, foi realizado a redução do tamanho das penas para melhorar a interação deste material com as soluções aplicadas posteriormente. Em seguida, foi realizado a retirada de gordura das penas, para que a mesma não interferisse no processo de polimerização. Essa etapa foi realizada por extração contínua usando extrator soxhlet e o solvente éter de petróleo, onde o mesmo é recuperado ao final da extração. As penas desengorduradas foram pesadas e mergulhadas em uma solução de sulfeto de sódio (Na<sub>2</sub>S, 0,5 mol.L<sup>-1</sup>), sob agitação contínua, a 50 °C por 6 horas. A mistura heterogênea resultante foi filtrada e centrifugada, possuindo um pH próximo a 12. O filtrado teve seu pH ajustado para 3,5, com ácido clorídrico (HCl, 37%), sob agitação contínua, para completa precipitação da queratina. Após este ajuste, foi realizada a filtração para completa remoção do sólido de queratina. O mesmo foi colocado em estufa, a 30 °C por 24 horas. O

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Biomedicina – UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia de Produção – UNIVEL – Centro Universitário Univel.

resultado deste processo é a obtenção de uma massa granulada branca de queratina, com rendimento próximo a 70%. Este sólido de queratina será usado para o processo de polimerização e produção do biofilme, utilizando como plastificante o glicerol. Este ainda poderá ter sua estrutura modificada por resíduos provenientes da fazenda escola da UNIVEL, como palha de milho, rico em celulose, que proporcionará maior resistência e impermeabilidade ao polímero. Será realizada sua caracterização físico-química e análise da biodegradabilidade. Dessa maneira, o desenvolvimento deste projeto proporcionou aos alunos do curso de Biomedicina e Engenharia de Produção da Univel excelente oportunidade de aprendizado sobre a utilização de resíduos de uma indústria de grande importância econômica da região. Além de promover avanço científico na área de biopolímeros, o desenvolvimento deste trabalho proporcionou excelente oportunidade de aprendizado sobre instrumentação laboratorial, metodologia científica, manejo e entendimento de reações químicas e principalmente responsabilidade socioambiental pelos resíduos gerados de atividades industriais.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. N. **Extração, caracterização e modificação química da queratina extraída das penas de frango**. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado em Bioquímica tecnológica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRITO, G. F. et al. **Biopolímeros, Polímeros Biodegradáveis e Polímeros Verdes**. Campina Grande – PB: Revista Eletrônica de Materiais e Processos, v. 6, n. 2, p. 127-139, 2011.

OLIVEIRA, M. C. B. R. **Gestão de Resíduos Plásticos Pós-Consumo: Perspectivas para a Reciclagem no Brasil**. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2012.

ROCHA, G. O. et al. **Filmes compostos biodegradáveis a base de amido de mandioca e proteína de soja**. São Carlos – SP: Polímeros, v. 24, n. 5, p. 587-595, 2014.

PLÁCIDO, G. R. **Extração, caracterização e uso de queratina de penas de frango para a obtenção de filmes biodegradáveis**. 2007. 128 f. Tese (Doutorado em Engenharia Química) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2007.

RAMAKRISHNAN, N. **Keratin based bioplastic film from chicken feathers and its characterization**. International Journal of Biological Macromolecules, v. 111, p.352-358, 2018.

## GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Juliana R. de Carvalho<sup>1</sup>  
Marcos Henrique Lavoratti <sup>1</sup>  
Caroline Stéfani Plank<sup>1</sup>  
Adrielly C. Marcolla<sup>2</sup>  
Guilherme Machado do Carmo<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão bibliográfica sobre a gravidez na adolescência em artigos científicos na base de dados do google acadêmico e SciELO Brasil e assim avaliar os níveis de incidência de gravidez precoce. A adolescência é um período em que ocorre a transição da passagem da infância para a vida adulta, onde ocorre mudanças físicas, psicológicas e emocionais acompanhada das alterações hormonais. Na gravidez precoce um dos fatores que está relacionada é a falta de conhecimento e de diálogo entre pais e filhos sobre o início da vida sexual e seus métodos de prevenção. A maioria dos adolescentes estão cada vez mais iniciando a vida sexual precocemente. A gravidez na adolescência vem aumentando cada vez mais, estima-se que de 20 a 25% do total de gestantes no Brasil sejam adolescentes. Considerada um sério problema de saúde pública, necessitando de programas para orientação e acompanhamento durante toda a gravidez e o parto. Quando uma adolescente acaba descobrindo uma gravidez indesejada sua vida é colocada em um novo papel e assim surgem novas obrigações, sendo necessário um apoio e orientação sobre a gravidez e o seu pré-natal. A orientação é crucial nesse momento, pois a falta de informações leva muitas vezes ao aborto clandestino. Verifica-se que no Brasil, apesar da proibição, essa prática continua acontecendo, anualmente acontecem até 3,2 milhões de abortos inseguros envolvendo adolescentes entre 15 e 19 anos. O suporte familiar independente da condição social, foi identificado como o principal minimizador das repercussões emocionais negativas durante a gestação na adolescência. O ministério da saúde criou o programa “A Rede Cegonha” lançada em 2011 para criar uma qualidade de vida para as gestantes na gravidez e pós-parto e o desenvolvimento da criança até os seus dois primeiros anos de vida, com o objetivo de reduzir a mortalidade materna e infantil, os serviços são disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para ajudar na divulgação de informações para os jovens, a Lei nº 13.798 foi sancionada em 03 de janeiro de 2019, instituindo novo artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 8º-A) com a criação da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser celebrada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. No Brasil, nasceram 547.564 filhos de mães adolescentes em 2015, sendo: 5.828 de mães com até 13 anos, 20.872 de mães com 14 anos e 520.864 de mães entre 15 e 19 anos. A gravidez na adolescência é sempre considerada uma gravidez de risco, já que a adolescente nem sempre está preparada fisicamente para a gestação, o que pode representar risco tanto para a jovem quanto para o seu bebê. Os principais riscos são: a pré-eclâmpsia, parto prematuro, bebê com baixo peso ao nascimento, complicações no parto, aborto espontâneo, má formação fetal, anemia, maior

<sup>11</sup> Acadêmico do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Professor Doutor Guilherme Machado do Carmo dos Cursos de Biomedicina/Fisioterapia/Nutrição da Univel – Centro Univesitário Univel.

risco de óbito da gestante, depressão pós-parto e rejeição ao bebê. Portanto, para que ocorra a diminuição na incidência de gravidez na adolescência é importante haver a conscientização dos pais em dialogar constantemente desde o início da puberdade sobre as relações sexuais e seus métodos de prevenir uma gravidez, para que assim os jovens tenham uma referência que o uso de preservativos é muito importante não apenas para evitar uma gravidez mas também para que não haja o contato com doenças sexualmente transmissíveis. Também é de extrema importância que meninas antes de começar vida sexual procure um médico ginecologista para receber orientações e ser indicado um melhor método contraceptivo, mas ressaltando, se houver a gravidez é de extrema importância que haja um acompanhamento pré-natal para que assim a saúde da mãe da criança seja preservada.

## REFERÊNCIAS

TABORDA, Joseane Adriana; SILVA, Francisca Cardoso; ULBRICHT, Leandra; NEVES, Eduardo Borba. **CONSEQUÊNCIAS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA PARA AS MENINAS CONSIDERANDO-SE AS DIFERENÇAS SOCIOECONÔMICAS ENTRE ELAS.** Cad. Saúde Colet., 2014, Rio de Janeiro.

MANFRÉ, Camila Cristina; QUEIRÓZ, Sara Gomes; MATTHES, Ângelo do Carmo Silva. **CONSIDERAÇÕES ATUAIS SOBRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.** Florianópolis, v. 5, p. 48-54. 2010.

ARAÚJO, Rayanne Lima Dantas; NÓBREGA, Andressa Lacerda; NÓBREGA, Jéssica Yasmine de Lacerda; SILVA, Gilvânia; SOUSA, Kilmara Melo de Oliveira, COELHO, Débora Cristina; BORGES, Elaine Borges. **GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: CONSEQUÊNCIAS VOLTADAS PARA A MULHER.**

INTESA (Pombal - PB - Brasil) v. 9, n. 1, p. 15-22, 2015.

VIEIRA, Bianca Dargam Gomes; QUEIROZ, Ana Beatriz Azevedo; ALVES, Valdecyr Hendy; RODRIGUES, Diego Pereira; GUERRA, Juliana Vidal Vieira; PINTO, Carina Bulcão. **A PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.** Revista de enfermagem UFPE online, Recife, v.11,p.1504-12, 2017.

## INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA TERCEIRA IDADE

Michael Balestre da Silveira <sup>1</sup>  
Camila Macarini Cavani <sup>1</sup>  
Adrielly Cunha Marcolla<sup>2</sup>  
Guilherme Machado do Carmo<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão bibliográfica sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) na terceira idade em artigos científicos na base de dados do SciELO Brasil e Ministério da Saúde. As ISTs são infecções contagiosas causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos com maior frequência de transmissão através do contato sexual, seja ele sexo oral, vaginal ou anal sem o uso de preservativo (camisinha masculina ou feminina). Outros meios de transmissão são os de contato direto com sangue infectado e também a transmissão vertical ou congênita que é passada da mãe para filho. As ISTs já foram chamadas de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). Esse termo não está sendo utilizado segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), desde o ano de 2001 que passou a adotar a terminologia para Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) em 2001. O objetivo da nova nomenclatura foi enfatizar a inclusão das infecções assintomáticas, com a finalidade de facilitar a identificação dessas síndromes e seu tratamento adequado. As ISTs são motivo de preocupação por parte de pesquisadores e profissionais de saúde. Com os avanços dos estudos relacionados à saúde e de técnicas que favorecem uma longevidade maior à população em geral, houve, nas últimas décadas, uma significativa melhora no processo de envelhecimento humano. Nesse sentido, os idosos não só tiveram importante aumento na perspectiva de vida, mas também, puderam desfrutar de atividades que englobam sua realidade, e que infelizmente, ainda são pouco discutidas, tais como a sexualidade. Segundo a OMS, idoso é todo indivíduo com 60 anos ou mais. Visto que os números de casos de ISTs e Aids são crescentes. Isso se deve principalmente ao tabu da sociedade nesta vertente, pois ainda se acredita que idosos não praticam relações sexuais e que, portanto, tal discussão não é válida. Outra barreira para tal aumento é o pouco acesso ao conhecimento que o idoso adquiriu ao longo de sua vida a respeito das ISTs, visto que boa parte deste conhecimento é relativamente atual. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012, a população com 60 anos ou mais era de 25,4 milhões. Os 4,9 milhões de novos idosos em seis anos correspondem a um crescimento de 18% desse grupo etário, que tem se tornado cada vez mais representativo no Brasil. As mulheres são a maioria expressiva nesse grupo, com 16,9 milhões (56%), enquanto os homens são 13,3 milhões (44% do grupo). No Brasil, a infecção pelo HIV (vírus da imunodeficiência humana, causador da aids que ataca o sistema imunológico, responsável por defender o organismo de doenças é de notificação compulsória, por isso os dados são mais conclusivos. De acordo com dados do Boletim Epidemiológico HIV/Aids de 2018, do Ministério da Saúde, o número de casos de HIV entre pessoas acima dos 60 anos aumentou 81% entre 2006 e 2017, sendo que as taxas aumentaram tanto para homens quanto para mulheres. Diante desse cenário, se torna fundamental o rastreamento de HIV em idosos, bem como a implementação de estratégias de prevenção com ampla abrangência, tal como o estímulo à prática sexual segura, estratégias de acompanhamento e controle, como o diagnóstico precoce, introdução e manutenção das terapias antirretrovirais, capacitação da equipe de saúde envolvida na assistência direcionada à terceira idade e a garantia do acesso ao



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



tratamento em todas as localidades, com vistas a evitar a disseminação dessa e de outras ISTs.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J.E.D. **O Envelhecimento Populacional Segundo as Novas Projeções do IBGE. Revista IHU, 2018.** Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78noticias/582356-oenvelhecimento-populacional-segundo-as-novas-projecoes-do-ibge>>

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde da pessoa idosa: prevenção e promoção à saúde integral.**

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistemas de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Casos de aids identificados no Brasil.**

BRASIL. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim epidemiológico HIV/Aids 2017. 2017.** Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2017>>.

NETO, et al. **Doenças sexualmente transmissíveis em idosos: uma revisão sistemática.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2015, v. 20, n. 12, pp. 3853-3864. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S14138123201501203853&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14138123201501203853&lng=pt&tlng=pt)>.



## LIPOPROTEÍNAS E SUAS AÇÕES NO ORGANISMO

Michael Balestre da Silveira <sup>1</sup>  
Camila Macarini Cavani <sup>1</sup>  
Leticia De Cassia Tavares Thiesen <sup>2</sup>

**Resumo:** Encontrado normalmente em nosso organismo e em alimentos de origem animal, o colesterol é um álcool monoinsaturado gorduroso. Que faz parte do grupo dos esteroides naturais, sendo assim classificado como lipídeo (gordura). A palavra “colesterol” geralmente é associada a doenças cardiovasculares como infarto agudo do miocárdio (IAM) e acidente vascular cerebral (AVC). Mas ao contrário do que se pensa, o colesterol é uma gordura importante para o organismo. Produzido pelo fígado, ele ajuda na estruturação da membrana das células, na digestão, na produção de hormônios e na fabricação de sais biliares. O seu problema é o excesso. O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão bibliográfica sobre a importância do colesterol no nosso organismo e quando seus níveis elevados se tornam prejudiciais à saúde, isso se deu através de pesquisas utilizando as bases de dados de Diretrizes Brasileiras, SciELO Brasil e PubMed. A pesquisas indicam que o colesterol é transportado no sangue através de lipoproteínas, sendo o Colesterol total, a soma das quantidades de todas estas lipoproteínas, que são; HDL (Lipoproteína de Alta Densidade), LDL (Lipoproteína de Baixa Densidade), VLDL (Lipoproteína de muito Baixa Densidade). Ressalta-se que o excesso de colesterol é um fator de risco para diversas doenças cardiovasculares e seus valores devem ser sempre mantidos em equilíbrio para que desempenhe sua função sem prejudicar a saúde. O HDL é conhecido popularmente como o tipo “bom” de colesterol, por ter como função não só no Transporte Reverso do Colesterol (TRC) uma vez que carrega o colesterol dos tecidos, células e macrófagos e direciona para o fígado onde será metabolizado ou excretado, exercendo assim um papel importante ao evitar o acúmulo de colesterol nas artérias, vasos e tecidos, mas também importante função anti-inflamatória. Produzido pelo organismo, é fundamental para o bom funcionamento do corpo, assim, é importante manter seus níveis em concentrações menores que >40 mg/dL sendo que o considerado ideal é >60 mg/dL. O dito Colesterol LDL popularmente conhecido como colesterol “ruim”, tem sua rota metabólica do fígado para as células e artérias, onde pode acabar se acumulando e causar problemas cardiovasculares em consequência do processo inflamatório. Devido a isso é importante manter os níveis de LDL-C <110-129 mg/dL, lembrando que no ano de 2017 o Departamento de Aterosclerose da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC-DA), atualizou a Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose e estabeleceu valores de colesterol LDL >50 mg/dL e <70mg/dL para indivíduos que apresentam doença aterosclerótica significativa em território coronariano, cerebrovascular ou vascular periférico. O Colesterol VLDL também é considerado um colesterol ruim devido à natureza da sua molécula, que faz com que o colesterol permaneça na superfície do sangue e se deposite na parede das artérias, causando uma doença conhecida como aterosclerose (estreitamento de vasos sanguíneos causada pelo depósito de placas de gordura nas artérias, impedindo fornecimento de oxigênio e sangue para o coração), seus valores devem estar baixos, preferencialmente <30 mg/dL. Apesar do principal fator de risco para níveis de colesterol alto ser o fator genético, onde algumas famílias possuem predisposição para hipercolesterolemia (doença genética do metabolismo das lipoproteínas, caracterizada por níveis de LDL-C muito elevados). Existem outros fatores de risco como: obesidade, sobrepeso, sedentarismo e hábitos alimentares com alta ingestão de gorduras açúcares e proteínas. Portanto, indivíduos que tem uma alimentação saudável e praticam atividade física regularmente estão menos propícios a fatores de risco para colesterol alto e consequentemente doenças que o mesmo pode acarretar, uma vez que





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



esses hábitos favorecem o aumento do “bom colesterol” (HDL) e a diminuição do “colesterol ruim” (LDL).

## REFERÊNCIAS

Lewis GF, Rader DJ. **New insights into the regulation of HDL metabolism and reverse cholesterol transport.** Circ Res. 2005; 96: 1221-32.

MAGALHÃES, Maria Eliane Campos. **Novas Metas de Colesterol da Diretriz de Dislipidemia da SBC.** International Journal of Cardiovascular Sciences, v. 30, n. 6, p. 466-468, 2017.

National Cholesterol Education Program (NCEP). **Expert Panel on Detection, Evaluation, and Treatment of High Blood Cholesterol in Adults (Adult Treatment Panel III).** Third Report of the National Cholesterol Education Program (NCEP) final report. Circulation. 2002; 106: 3143-421.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. **Atualização da diretriz brasileira de dislipidemias e prevenção da aterosclerose.** ISSN-0066-782X. V. 109, n. 2, Supl. 1, Agosto 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, **V diretriz brasileira de dislipidemias e prevenção da aterosclerose.** ISSN-0066-782X V. 101, n. 4, Supl. 1, Outubro 2013 – 2016.

## MÉTODOS CONTRACEPTIVOS: OPÇÕES RELEVANTES

Caroline Stéfani Plank<sup>1</sup>  
Jefferson Pichek de Almeida<sup>1</sup>  
Michael Balestre<sup>1</sup>  
Fernanda Grasiella B. Salvador<sup>2</sup>  
Guilherme Machado do Carmo<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão bibliográfica sobre os principais métodos contraceptivos em artigos científicos na base de dados do google acadêmico e SciELO Brasil. Os métodos contraceptivos são meios preventivos utilizados, podendo ser eles a partir de procedimentos, medicamentos ou mesmo por condutas que evitam a ocorrência da gravidez. A gravidez na adolescência é um problema no Brasil e representa cerca de 400 mil casos por ano, sendo mais da metade não planejadas. Esses dados indicam o mau uso destes métodos ou sua falta de uso, mesmo com a variedade e disponibilidade de tais, sendo a maioria deles oferecidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar os principais métodos contraceptivos disponíveis, e assim informar a população com intuito de redução dos índices de gravidez na adolescência. Os métodos contraceptivos disponibilizados pelo SUS são: contracepção hormonal oral (pílula anticoncepcional), contracepção hormonal injetável mensal ou trimestral, DIU (dispositivo intrauterino) de cobre, camisinha masculina e feminina, diafragma, pílula de emergência (também conhecida como 'pílula do dia seguinte'), laqueadura e vasectomia. Segundo uma pesquisa de 2015 feita pela ONU, os métodos contraceptivos mais utilizados no Brasil são ligadura de trompas uterinas (laqueadura), pílula anticoncepcional, camisinha e vasectomia. A vasectomia é um procedimento cirúrgico que impede o fluxo de espermatozoides produzidos pelos testículos para a uretra. Esta cirurgia consiste no corte dos ductos deferentes e bloqueados por fios de sutura, assim impedirá a saída de espermatozoides quando houver ejaculação, impossibilitando a gravidez. A laqueadura é um método contraceptivo definitivo, já que é um procedimento cirúrgico no qual ocorre a interrupção através do corte das trompas uterinas (que geralmente é o local onde a fecundação), impedindo desta forma a gravidez, tendo aproximadamente 99% de eficácia, com exclusão de quando ocorre a reversão. Tal procedimento pode ser realizado por meio do SUS em mulheres com mais de 25 anos ou pelo menos dois filhos vivos, com o consentimento conjugal (ambos os cônjuges). As pílulas anticoncepcionais são medicamentos que devem ser consumidos diariamente, elas contém os hormônios sintéticos, progesterona e estrogênio que alteram as taxas hormonais evitando desta forma a gravidez. Dentre os métodos contraceptivos, é importante a informação que a camisinha impede a contaminação por ISTs (infecções sexualmente transmissíveis) do parceiro sexual contaminado para o não contaminado, desde que seu uso seja feito sem o contato direto entre órgãos genitais ou parte deles não cobertos pela camisinha. Sendo assim, o uso correto da camisinha pode prevenir doenças como: HIV/Aids, Hepatite B e C, gonorréia, sífilis, herpes, clamídia e tricomoníase por exemplo. Além disso, a camisinha masculina e feminina funcionam como um tipo de barreira. A camisinha masculina deve ser desenrolada até a base do pênis (ereto), segurando a ponta da camisinha para retirar o ar, depois de usada deve ser

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso Nutrição da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup>ORIENTADOR: Professor Doutor Guilherme Machado do Carmo dos Cursos de Biomedicina/Fisioterapia/Nutrição da Univel – Centro Univesitário Univel.

retirada com o pênis ainda ereto, deve também ser amarrada e jogada no lixo. Para o uso da camisinha feminina, a argola interna é inserida com o dedo indicador até o fundo da vagina, a argola externa deve ficar fora da vagina e ser segurada durante a penetração, após o uso da mesa: deve-se torcer a argola externa e retirar a camisinha e depois de retirada deve ser descartada no lixo. Por outro lado, esse preservativo tem sido menos utilizado entre adolescentes, sobretudo entre os do sexo masculino e isso dá-se devido ao descuido tomado para com as ISTs, desigualdade de gênero e do acesso às informações, além de crenças de que esse preservativo causará disfunção erétil. Com o aprofundamento do assunto foi possível visualizar a eficácia dos mecanismos anteriormente apresentados, por isso é essencial que estes recursos sejam utilizados cada vez mais para que desta forma seja evitada a gravidez indesejada, cumprindo assim o objetivo da idealização e produção desses dispositivos.

## REFERÊNCIAS

Nelson A. L. **Recent use of condoms and emergency contraception by women who selected condoms as their contraceptive method.** American Journal of Obstetrics and Gynecology, 2006, v. 194, p. 1710-1715.

**ONUBR (Nações Unidas no Brasil).** Cerca de 79% das brasileiras usaram métodos contraceptivos em 2015, informa ONU. [acesso em 12 de setembro de 2019. Disponível em: ( <https://nacoesunidas.org/cerca-de-79-das-brasileiras-usaram-metodos-contraceptivos-em-2015-informa-onu/>).

Osis. M. J. D., et al. **Escolha de métodos contraceptivos entre usuárias de um serviço público de saúde.** Cad. Saúde Pública, 2004, v. 20, p. 1586- 1594.

Sampaio J., et al. **Ele não Quer com Camisinha e eu Quero me Prevenir: exposição de adolescentes do sexo feminino às DST/aids no semi-árido nordestino**<sup>1</sup>. Saúde Soc. São Paulo, 2011, v.20, n.1, p.171-181.

## TÍTULO (PARASITÓSES INTESTINAIS EM ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL - PR)

PAULO RICARDO DE LARA RODRIGUES <sup>1</sup>  
CHRISTYAN LEONARDO RICHETTI SANTOS <sup>2</sup>  
ARMANDO KRUPK DE LARA <sup>3</sup>  
HELOISA DE OLIVEIRA CLARO <sup>4</sup>  
Leticia de Cássia Tavares Thiesen<sup>5</sup>

**Resumo:** As doenças parasitárias estão relacionadas aos altos índices de parasitismo em todo o mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o número de infecções parasitárias no planeta ultrapassa 3,5 bilhões de pessoas, sendo que aproximadamente 450 milhões são crianças estão acometidas pela enfermidade. Uma em cada dez pessoas no mundo está infectada por um dos principais parasitas, que incluem: ascariíase, ancilostomíase, tricuriíase, amebíase, malária, filariíase, tripanossomíase e leishmaníase, dependendo da localização geográfica. No Brasil, o parasitismo é tido como uma endemia, o que constitui um expressivo problema de saúde pública para a nação. As parasitoses intestinais se constituem em um dos principais problemas de saúde pública, em várias regiões do Brasil e apresenta-se de forma endêmica. Podem apresentar-se associadas a fatores sócio-demográficos e ambientais, tais como: precárias condições sócio-econômicas, consumo de água contaminada, estado nutricional dos indivíduos e outros, sendo frequentemente a população infantil a mais atingida. As infecções parasitárias podem ser responsáveis pelo atraso no aprendizado das crianças e no desenvolvimento físico e intelectual dos escolares. Outro fato que chama a atenção é a aglomeração das crianças, pois esta é uma das formas de transmissão que leva à maior prevalência desses parasitas em escolares, sendo o contato oral fecal a forma mais frequente de contágio, por meio de ovos, larvas ou os cistos dos parasitas. Outro fator que influencia as crianças serem mais acometidas por parasitos intestinais é a suscetibilidade decorrente, a imaturidade do sistema imunológico. Com o objetivo de constatar a incidência de infecções parasitárias intestinais em crianças da 2ª e 3ª anos das escolas da rede municipal de Cascavel - PR, foram analisadas 73 amostras de fezes pelo método de Hoffman, Pons e Janer (sedimentação espontânea). Os resultados mostraram a presença de pelo menos uma espécie de parasita em 20,4% das amostras. As infecções causadas por protozoários e helmintos caracterizam-se pelo predomínio monoparasitário em 94% dos casos. Houve maior prevalência no grupo masculino, em torno de 59%. As espécies de maior prevalência foram *Giardia lamblia* (32%), *Entamoeba coli* (18%), *Endolimax nana* (18%) e *Entamoeba histolytica* (10%), *Iodamoeba Buttili* (7%). Concluindo-se que os resultados obtidos apontam para a necessidade maior de políticas públicas em saúde e infra-estrutura sanitária, promovendo assim saúde e prevenção das parasitoses e conseqüentemente melhora na qualidade de vida da população.

### REFERÊNCIAS

- <sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário Univel.
- <sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário Univel.
- <sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário Univel.
- <sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário Univel.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



BEAGLEHOLE, R. BONITA, R. KJELLSTRON, T. **Epidemiologia Básica**. Editora: Santos – SP, 2003.

CIMERMAN, Benjamin, Sérgio. **Parasitologia Humana e Seus Fundamentos Gerais**. Editora: Atheneu – SP, 2ª Edição, 2002.

CIMERMAN, B. FRANCO, Marco A. **Atlas de Parasitologia**. Editora: Atheneu, SP, 2002.

NEVES, David, P. **Parasitologia Humana**. Editora: Atheneu – SP, 10ª Edição, 2003.

CASAVECHIA, M. T. G. **Prevalence and predictors associated with intestinal infections by protozoa and helminths in southern Brazil**. Parasitol Research v.115, n.6, p.321-2329, 2016.

POMAJBÍKOVÁ, K.; OBORNÍK, M.; HORÁK, A.; PETRŽELKOVÁ, K. J.; GRIM, J. N.; LEVECKE, B. et al. **Novel Insights into the Genetic Diversity of Balantidium and Balantidium-like Cyst-forming Ciliates**. PLoS Negl Trop Dis v.7, n.3, p.2140, 2013.

## USO DE AGROTÓXICOS EM PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO

Matheus Ribeiro Moriggi<sup>1</sup>  
Elaine Aparecida Wilges Kronbauer<sup>2</sup>  
Raquel Goreti Eckert Dreher<sup>2</sup>  
Sheila Spingoski<sup>2</sup>  
Guilherme Machado do Carmo<sup>2</sup>

**Resumo:** Agrotóxicos são substâncias químicas consideradas como poluentes ambientais persistentes, pois se acumulam tanto no solo, quanto na água e nos próprios organismos. São amplamente, e cada vez mais, utilizados, visando a destruição de organismos que interferem na produtividade, impedindo que, por exemplo, insetos se alimentem da cultura produzida, ou que outros vegetais, chamados de ervas daninhas, utilizem os nutrientes disponíveis. Os químicos mais utilizados são os herbicidas e os inseticidas, como o glifosato, os clorpirifós e o 2,4-D, por exemplo. Os organofosforados, classe do glifosato e dos clorpirifós foram criados, inicialmente, para serem utilizados como armas químicas durante a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente foi percebido que tais ativos podem causar uma série de injúrias, como inibição da enzima acetilcolinesterase gerando neuropatias. O 2,4-D, abreviação para Ácido 2,4-Diclorofenoxiacético foi criado na década de 40 e, desde a década de 50 já era produzido mundialmente. Tal composto tem uma grande persistência no ambiente e se acumula com mais facilidade em tecidos adiposos, gerando, portanto, uma biomagnificação, ou seja, o aumento de suas concentrações na cadeia alimentar. O uso de agrotóxicos é uma prática majoritária entre os produtores agrícolas do mundo todo. Dentre esses países constam tanto países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento. O objetivo do trabalho foi comparar os dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) de 2016 relativos ao uso, em quilogramas por hectare (kg/ha), de agrotóxicos em 5 países do grupo G7, grupo dos 7 países economicamente mais poderosos do mundo, com o uso em países integrantes do grupo BRICS, grupo de países de economias consideradas emergentes, com a finalidade de verificar se há diferenças consideráveis na utilização dessas substâncias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Sendo, portanto, os países: Estados Unidos da América, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O país que mais utilizou agrotóxicos foi a China com 13,06 kg/ha seguido pela Itália e pelo Brasil, com 6,66 e 4,31 kg/ha, respectivamente. Já dentre os que menos utilizam estão a Rússia, a Índia e a África do Sul, com 0,21, 0,3 e 2,08 kg/ha, respectivamente. Pode-se perceber por tais dados que o grupo de países emergentes utiliza mais agrotóxicos em valores absolutos (511.023,4502t de agrotóxicos, em média) se comparados com os outros analisados (154.466,361t de agrotóxicos, em média), assim como também possuem maior território utilizado para a agricultura, sendo de 115.925,3476 hectares, em média, para os países emergentes e 49.604,873 hectares, em média, para os desenvolvidos. Em valores de kg/ha, o grupo dos BRICS apresentam valores médios menores que os países desenvolvidos em questão, sendo esses valores de 3,992 kg/ha e de 4,02 kg/ha, respectivamente. Visto que a quantidade de agrotóxicos usadas é muito grande, cabe pensar nos custos que essa prática gera, tanto na compra destes, quanto no ônus gerado para a saúde pública, visto que devido às

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Faculdade Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Professores do Centro Universitário Univel.

características desses compostos, eles geram intoxicações tanto agudas quanto crônicas. Pensar, portanto, na redução do uso de tais substâncias ou na sua substituição por outras práticas é extremamente pertinente, visto que poderia diminuir as comorbidades das populações e os gastos públicos em relação ao atendimento e tratamento dos indivíduos que se intoxicam, seja pela exposição direta ou indireta, com agrotóxicos.

## REFERÊNCIAS

GARABRANT, D. H.; PHILBERT, M. A. (2002). **Review of 2,4-Dichlorophenoxyacetic Acid (2,4-D) Epidemiology and Toxicology**. Critical Reviews in Toxicology, v. 32. Ed. 4, pp. 233-257, 2002.

SOARES, W. L.; PORTO, M. F. Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao ambiente: uma avaliação integrada entre a economia, a saúde pública, a ecologia e a agricultura. **Programa de Pós-graduação em Saúde Pública e Meio Ambiente Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca**, v. Doutorado, p. 150, 2010. Disponível em: <[http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/25520\\_tese\\_wagner\\_25\\_03.pdf](http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/25520_tese_wagner_25_03.pdf)>.

ZAPPE, J. A. **Agrotóxicos no contexto químico e social**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado) -Programa de pós-graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6647>>.

SOARES, W. L.; PORTO, M. F. S. **Uso de agrotóxicos e impactos econômicos sobre a saúde**. Revista de Saúde Pública, v. 46, p. 209-217, 2012.

SOBREIRA, A. E. G.; ADISSI, P. J. **Agrotóxicos: falsas premissas e debates**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 8, p. 985-990, 2003.

STOPPELLI, I. M. B. S.; MAGALHÃES, C. P. **Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 10, p. 91-100, 2005.

FAOSTAT. Pesticidas - Use por área de terras cultiváveis (kg/ha), 2016. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data/EP/visualize>>. Acesso em: 15 set. 2019.





CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## RESUMOS DE DIREITO

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## ALIENAÇÃO PARENTAL SOB A ÓTICA DO DIREITO – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA LEI 12.318/10

Gilberto Duarte de Melo<sup>1</sup>  
Edineia Sicbneihler<sup>2</sup>

**Resumo:** A Alienação Parental é um fenômeno apresentado no estudo do Direito de Família e sua positivação efetiva no Direito Brasileiro ocorreu com a publicação da Lei 12.318 de 26 de Agosto de 2010, portanto é recente e demanda de pesquisas e estudos que orientem o avanço e sua aplicação no cotidiano das famílias modernas (DIAS, 2010, p. 61, 62). Dessa forma o presente trabalho objetiva introduzir o estudo da Alienação Parental, especialmente ao estudante de Direito, apresentando a legislação de forma clara. Embora jovem e relativamente curto, pois se apresenta em apenas 11 artigos, o dispositivo legal é denso e tem relevância profunda no desenvolvimento familiar, sendo que a lei se presta a apresentar a definição do que é Alienação Parental como ato que interfere na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este (art.2º). Como visto, a lei deixa claro quais são os atores envolvidos e demonstra por meio de um rol exemplificativo alguns modelos de comportamento típico, tais como realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade; dificultar o exercício da autoridade parental; dificultar contato de criança ou adolescente com genitor; dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar; omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço; apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente; mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós (art.2º, parágrafo único). Respectiva lei trata dos direitos fundamentais da criança e do adolescente no que diz respeito à convivência familiar determinando como abuso moral a prática da alienação, de modo que trata do descumprimento dos deveres típicos de uma guarda ou tutela saudáveis para o menor, segue ainda a lei, em proteção ao menor alienado, disciplinando a investigação quanto à prática da conduta da alienação, trazendo consigo tanto os institutos da avaliação psicológica e biopsicossocial, demonstrando a importância da fundamentação além do direito e seus reflexos no menor alienado, de modo que quando identificado disciplina as medidas que devem ser tomadas em proteção àquele que sofre a influência alienante (FREITAS, 2010 p. 72). Não afasta a responsabilidade civil ou criminal, muito pelo contrário, o artigo 6º possibilita a utilização de todos os dispositivos legais disponíveis para proteção do menor, de forma a afastar qualquer efeito maligno que provenha da alienação, permitindo que o ator mais sensível da relação familiar tenha a melhor atenção e esteja protegido, determinando que a guarda seja exercida pelo genitor que viabilize de forma mais adequada a convivência entre todos os envolvidos (FREITAS, 2010 p.83). É notável que de poucos artigos a referida lei consiga contemplar desde aspectos de fundamentação, passando pela identificação das partes, materialização do direito, disciplinando a conduta impondo sanções, embora a matéria

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Direito no Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> ORIENTADORA: Mestre em Direito Processual e Cidadania. Docente no Curso de Direito do Centro Universitário UNIVEL.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



seja sensível, pois trata de direito de família, a demora na criação do instituto impõe à toda sociedade urgência no conhecimento e entendimento do que é a Alienação Parental e sua repercussão legal, o estudante de direito, nesse viés, deve ser o primeiro a perceber a importância social da aplicação da Lei 12.318/10 e sua repercussão na sociedade em reflexo à materialização do direito positivado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 12.318/2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm). Acesso em 30.09.2019

BUOSI, C. C. F. **Alienação Parental: Uma Interface do Direito e da Psicologia**. Curitiba: Juruá, 2012.

FREITAS, D. P. PELLIZZARO, G. **Alienação Parental: comentários à Lei 12.318/2010**. Rio de Janeiro: FORENSE, 2010.

DIAS, M. B. **Incesto e alienação parental: realidades que a justiça insiste em não ver**. Coordenação Maria Berenice Dias. 2ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

## DIREITO TRIBUTÁRIO E ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA

MICHELETTI, Igor Talarico da Silva<sup>1</sup>  
FRIEDRICH, Natiele Cristina<sup>2</sup>  
GUBERT, Flávia Paz Piccin<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho apresenta um estudo sobre a conexão do direito tributários e a energia solar fotovoltaica no Brasil. Levando em consideração os fatores econômicos, sociais e ambientais, como pilares para a inserção dessa nova tecnologia, e analisando a influência do direito tributário nesse processo, tendo a extrafiscalidade e as políticas públicas que visam a inovação, a ciência e a tecnologia como fomentador do setor fotovoltaico. Utilizou-se do método de pesquisas bibliográficas, consultando a doutrina especializada, a legislação vigente e as normativas técnicas da área, caracterizando uma pesquisa qualitativa e descritiva. A Constituição Brasileira possui um viés ambiental e social de grande força, nesse sentido a busca por inovação está intimamente ligada a essas questões, tendo como fomentador a extrafiscalidade (SOUZA e ARMADA, 2018). A tributação possui duas principais funções, no qual a primeira e mais comum consiste na chamada função fiscal dos tributos com objetivo de abastecer os cofres públicos com o necessário para que o Estado venha custear as despesas e desenvolver seus objetivos, já a segunda função é conhecida como extrafiscal, que ocorre quando a tributação busca outros fins além da arrecadação de recursos para os cofres públicos, mas visa intervir em assuntos específicos que o Estado acredita merecer tal intervenção (CAVALCANTI, 2017). A extrafiscalidade é o emprego de instrumentos tributários que visam a finalidade não arrecadatória, mas de cunho incentivatório ou inibitório de comportamentos, para que se cumpra outros preceitos constitucionais consagrados, como a proteção ao meio ambiente. (CORBETTA, 2017) Na busca pela consolidação do direito fundamental com o desenvolvimento sustentável, há um papel de extrema importância na mão do Estado, pois o Estado é financiado por tributos de cunho arrecadatório, mas também tem como função implementar a tributação com finalidade extrafiscal, os quais devem respeitar os princípios constitucionais, com objetivo de que os tributos ambientais possam cumprir o papel de proteção e conservação ambiental. Nesse sentido, os tributos ambientais pretendem encontrar o equilíbrio entre a proteção e a preservação ambiental (WEDY, 2017). No setor de energia solar fotovoltaica frequentemente se escuta sobre obstáculos que atrapalham o bom desenvolvimento energético no país. Dentre estes, vale destacar a falta de incentivos fiscais diretos para a utilização da tecnologia e a falta de formas atrativas de financiamento, levando em consideração que o investimento inicial tem um cunho pecuniário expressivo para as unidades geradoras de energia. Desde da publicação da RN nº 482/2012, alguns passos foram dados nesse sentido, como a criação de algumas políticas públicas que visam incentivar a utilização da geração distribuída no Brasil. Dentro do Direito Tributário existem várias espécies de tributos, como impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais. Tratando de energia elétrica, há o PIS/PASEP e o imposto de Contribuição para o Financiamento da

<sup>1</sup> Igor Talarico S. MICHELETTI. Graduando em Direito na Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon, PR. Membro do Instituto Brasileiro de Estudos sobre Direito da Energia – IBDE. [igor\\_talarico@hotmail.com](mailto:igor_talarico@hotmail.com).

<sup>2</sup> Natiele Cristina FRIEDRICH. Graduanda em Direito na Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon, PR. [natielefriedrich@hotmail.com](mailto:natielefriedrich@hotmail.com).

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Flávia Piccinin Paz GUBERT. Prof. Me. do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon, PR. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, PR. Graduado e mestre em Direito pela Universidade Paranaense, PR. [flavia@gubertepaz.com](mailto:flavia@gubertepaz.com).



Seguridade Social (COFINS) ambos de cunho federal incidindo sobre a tarifa. Já no âmbito estadual, há o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Estes impostos são considerados grandes barreiras no desenvolvimento do setor fotovoltaico, visto que eles não são totalmente isentos na maioria dos casos e incidem sobre a energia elétrica que é injetada na rede pública que, posteriormente, retorna para a unidade consumidora. (CAVALCANTI, 2017). A tributação ambiental fomentou políticas públicas nacionais, podem ser citados os descontos na Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão (TUST) e na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD), o Convênio nº 16, de 2015, do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) com objetivo de isenção tributária de ICMS, o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS). (SILVA, 2013, p. 46). Conclui-se que em outras palavras, o Estado tem o dever de estimular o mercado interno sempre aliado ao desenvolvimento sustentável. Deste modo, a inserção das energias renováveis na matriz energética nacional se faz de extrema importância para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Desde 2012, o país vem investindo no setor de energia solar e muito das políticas públicas vem fomentando o setor. A isenção de ICMS, PIS e COFINS foi um importante passo no desenvolvimento do setor fotovoltaico, abrindo maior viabilidade econômica ao consumidor final.

## REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, C. C. T. (coord.). **O direito da energia no contexto ibero-brasileiro**. Rio de Janeiro: Synergia, 2017.

CORBETTA, J. M. **Taxa ambiental como instrumento de política pública na defesa do meio ambiente**. In: CAVALCANTE, D. L.; CALIENDO, P. (coord.). Políticas públicas, tributação e energia solar. Curitiba: CRV, 2017. p. 43-66.

SILVA, J. L. S. et al. **Análise do crescimento da geração distribuída: estudo de caso do Brasil com ênfase no estado de Minas Gerais**. Revista de Engenharia e Tecnologia, v. 10, n. 1, p. 169-83, abr., 2018. Disponível em: <<http://revistas2.uepg.br/index.php/ret/article/download/11984/209209209951>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

SOUZA, M. C. S. A.; ARMADA, C. A. S. **Direito e sustentabilidade: Reflexões contemporâneas**. Itajaí: UNIVALI, 2018.

WEDY, G. **Tributação, energias renováveis e desenvolvimento sustentável**. In: CAVALCANTE, D. L.; CALIENDO, P. (coord.). Políticas públicas, tributação e energia solar. Curitiba: CRV, 2017. p. 21-42.

## DOS CONTRATOS DE FRETE REGIDOS PELA LEI 11.442/2007: O PACTA SUNT SERVANDA

Larissa Paula Stachio<sup>1</sup>  
Pedro Henrique Colet Orso<sup>2</sup>

**Resumo:** A datar de pesquisas jurisprudenciais e doutrinários, alicerce-a as críticas acerca de sentenças que analisam a contratação de frete realizados por terceiros, sob a égide da Lei 11.442/2007, que rege sobre o transporte rodoviário de cargas realizado em vias públicas (art. 1º) e os posicionamentos adotados pelos juízes. A metodologia desenvolvida partiu do emprego da pesquisa bibliográfica e documental, igualmente realizando-se estudos de caso em decisões de 1º e 2º grau de jurisdição. Ainda, utilizou do método dedutivo abordando situações gerais para se chegar a uma conclusão. Realizado a diferenciação, tem-se que podem ser realizados os transportes tanto por Transportador Autônomo de Cargas (TAC) ou por Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas (ETC). A lei pretende equilibrar a relação jurídica entabulada pelo contratante e o terceiro contratado, inclusive no que concerne a responsabilidade sobre o pagamento do tempo excedido para carregamento e descarregamento, as chamadas estadias. E, especialmente sobre a estadia, em alguns casos a divergência de valores só tem uma solução quando levadas ao Poder Judiciário, o qual possui uma série de divergências em relação as suas decisões. Em muitos casos, alguns Magistrados acabam por decidir que o contrato realizado entre as partes constitui um contrato de adesão, no qual rechaçam todas as cláusulas contratuais, inclusive as que contém o valor acerca do pagamento em eventuais casos que há estadias. Por outro lado, existem Magistrados que aplicam integralmente o contrato, sob a ótica especialmente do Código Civil. Ocorre que a própria Lei 11.442/2007 traz em seu bojo dois artigos que indicam que os contratos de frete possuem natureza comercial, tais previsões estão inseridas nos caput dos artigos 2º e 5º. Observada a natureza comercial, as ações nas quais se discutem estadias, por exemplo, devem ser pautadas na análise das relações jurídicas entabuladas entre os contratantes e contratados. Resultando em uma inteira coadunação entre o que dispõe a Lei e o Código Civil, no qual em seu artigo 425 descreve que as partes podem celebrar contratos atípicos, ou seja, que não estão elencados dentro desta legislação, não obstante, tem-se que “a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”. Em relação aos contratos, Tartuce (2013, p. 518) descreve que “o contrato é um ato jurídico bilateral, dependente de pelo menos duas declarações de vontade, cujo objetivo é a criação, a alteração ou até mesmo a extinção de direitos e deveres”. Assim, impõe-se em alguns casos a aplicação da máxima pacta sunt servanda, que descreve basicamente que os contratos devem ser cumpridos. Esta expressão revela que o contrato, quando observada a legislação vigente e os limites de sua função social, é o que deve prevalecer. Acerca do pacta sunt servanda, Forgioni (2010, p. 81) descreve que “seria impossível a coibição do descumprimento da palavra empenhada e, conseqüentemente, o desestímulo de comportamentos oportunistas prejudiciais ao tráfico. Assim, o princípio do pacta sunt servanda mostra-se necessário ao giro mercantil da medida que freia o natural oportunismo dos agentes econômicos”. De tal modo, no caso dos contratos de terceiros, ambas as partes

<sup>1</sup> Bacharela em Direito pela UNIVEL – Centro Universitário Univel. Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 90.824.

<sup>2</sup> Bacharel em Direito pela UNIVEL – Centro Universitário Univel. Pós-graduando em Direito Tributário e Empresarial pela UNIVEL – Centro Universitário Univel. Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 92.425.

possuem liberdade para realizar o contrato ou não, pelo qual após ser devidamente formalizado busca-se a aplicação do mesmo as soluções de conflitos. Portanto, a crítica recai no fato de várias decisões afastarem a aplicação do contrato de frete, com a justificativa de o mesmo ser considerado um contrato de adesão. Como já descrito, tais contratos possuem natureza comercial, do qual as aplicações de suas cláusulas em demandas judiciais nada mais traduzem que a vontade das próprias partes, tendo em vista a origem da contratação, revelando os valores econômicos em constante mutação da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11.442/2007. **Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei no 6.813, de 10 de julho de 1980.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11442.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11442.htm) > Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. Lei 10.406/2002. **Institui o Código Civil.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm) > Acesso em: 29 set. 2019.

FORGIONI, Paula A. **Teoria geral dos contratos empresariais.** 2. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 81.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil:** volume único. 3. ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2013.



## **CONHECENDO O PROJETO DE EXTENSÃO: COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER ASPECTOS JURÍDICOS E PSICOLÓGICOS**

Isabela Ferrari<sup>1</sup>  
Gilberto Duarte de Melo<sup>2</sup>  
Caroline de Cássia Francisco Buosi Velasco<sup>3</sup>  
Edinéia Sicbneihler<sup>4</sup>

**Resumo:** A violência contra a mulher pode ser considerada como toda e qualquer conduta baseada no gênero, que seja passível de causar morte, dano ou sofrimento nos âmbitos: físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada. Em 1990, a violência contra a mulher foi reconhecida como um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que considera essa ação um obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico e uma violação dos direitos humanos. Essa espécie de violência é histórica, pois Antigamente a mulher era vista como um ser sem expressão, que não possuía vontade própria dentro do ambiente familiar. Ela não podia expor o seu pensamento e era obrigada a acatar ordens, primeiramente, de seu pai e, quando casada, de seu marido. Atualmente, as questões que envolvem a violência contra a mulher têm sido debatidas e questionadas em nossa sociedade de maneira intensa. Culturalmente, ainda se sabe que isso ocorre frequentemente em nossa população e as consequências jurídicas e psicológicas geram um alto custo à saúde e qualidade de vida de todos os que estão envolvidos nessa situação. Esse trabalho apresenta o Projeto de Extensão realizado no Centro Universitário UNIVEL, desde 2017, no qual os participantes são professores e alunos dos cursos de Direito, Psicologia, Jornalismo e Publicidade e Propaganda, que visa conscientizar homens e mulheres da comunidade local acerca da agressão que é a violência contra a mulher, bem como demonstrar os possíveis efeitos jurídicos que o agressor pode estar arcando com relação a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). A metodologia utilizada é a realização de palestras em escolas estaduais na Cidade de Cascavel-Paraná com o objetivo de esclarecer jovens do ensino médio acerca das consequências jurídicas e psicológicas da violência contra a mulher, buscando a realização de uma construção crítica sobre tal fato e do estímulo à denúncia dessas situações para o rompimento do ciclo da violência que na maioria dos casos ocorre no contexto intrafamiliar. Durante essas palestras, busca-se demonstrar que ainda ocorrem situações preconceituosas que colocam a mulher como a figura mais fraca da relação, e isso faz com que culturalmente o homem passe a acreditar que possa ter um domínio sobre a mulher, facilitando, assim, a ocorrência de situações das mais diversas violências contra ela. Todas as vezes que ocorre o abuso físico, sexual, psicológico ou a negligência, a mulher acaba por ficar com sequelas pelo resto da vida, e se não for tratada adequadamente, pode vir a ter graves problemas psicológicos e um isolamento social que prejudica sua vida como um todo, além do estigma que passa a apresentar em seu convívio interpessoal. Sabe-se que normalmente os atuais abusadores

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito e participante bolsista do Projeto no Centro Universitário UNIVEL

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Direito no Centro Universitário UNIVEL

<sup>3</sup> Professora Orientadora. Doutora em Análise do Comportamento pela PUC-SP, Mestre em Direito pela UFPR, Coordenadora do Curso de Psicologia e Docente no Centro Universitário UNIVEL

<sup>4</sup> Professora Orientadora. Mestre em Direito Processual e Cidadania, Docente no Curso de Direito no Centro Universitário UNIVEL

são aqueles que em sua infância foram abusados e que criaram grandes marcas dessa época em seu psicológico. É importante salientar que nas palestras, além das questões sociais que envolvem a temática, também são abordados aspectos específicos acerca da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) que foi exclusivamente criada para buscar inibir esse tipo de violência. Nas intervenções, se esclarece que após ser detectado o abuso, fazem-se necessários alguns tratamentos para reinserir a vítima no meio social de maneira saudável e efetiva. Dentre estes tratamentos podemos citar os mais comuns usados em Cascavel que são acompanhamento psicológico, médico e de assistentes sociais. No Projeto de Extensão, além dos alunos estarem em permanente aprofundamento teórico, também ouviram estudiosos e juristas que atuam na área específica, como a promotora de justiça responsável pelas ações dessa natureza na cidade e a presidente de uma organização não governamental que é militante no tema. O material para as apresentações das palestras foi desenvolvido pelos integrantes do projeto e é revisado constantemente. Dessa forma, os resultados desse Projeto de Extensão são satisfatórios, vez que os alunos participantes estão aptos para realizar sua parcela de contribuição para a comunidade, discutindo o tema da violência contra a mulher, para que, assim, ocorra um fortalecimento da identidade feminina e um encorajamento de seu papel na nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; BANDEIRA, Lourdes. **A violência contra as mulheres: um problema coletivo e persistente.** In: LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene (Org.). O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência. Brasília: AGENDE. 2006. p.19-43.

BLAY, E. A. **Direitos humanos e homicídio de mulheres.** Projeto de Pesquisa Integrada apoiado pelo CNPq. Concluída em 2003 e ainda não publicada. Resumo dos dados encontra-se na página do NEMGE ([www.usp.br/nemge](http://www.usp.br/nemge)).

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência Doméstica – Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo.** 5ª Ed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2014.

GONÇALVES, H. **Infância e violência doméstica: um tema da modernidade.** Em: TORRACA, Leila Maria. Temas de Psicologia Jurídica. Relume Editora, Rio de Janeiro, 2002.

KOERNER, A. **Posições doutrinárias sobre direito de família no pós-1988.** Uma análise política. Em FUKUI, L. (org.). Segredos de Família. São Paulo, Annablume, 2002.

MASSUNO, E. **Delegacia de Defesa da Mulher: uma resposta à violência de gênero.** Em: BLAY, E. Igualdade de oportunidades para as mulheres. São Paulo, Humanitas, 2002.

## O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O DIREITO A INOVAÇÃO

Igor Talarico da Silva Micheletti<sup>1</sup>  
Natiele Cristina Friedrich<sup>2</sup>  
Flávia Paz Piccin Gubert<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho apresenta um estudo sobre a Emenda Constitucional nº 85 de 2015 e sua efetividade quanto a inovação, ciência e tecnologia. Levando em consideração os fatores históricos, econômicos, sociais e ambientais, como pilares para a inserção da inovação no texto constitucional. Utilizou-se do método de pesquisas bibliográficas, consultando a doutrina especializada, a legislação vigente e as normativas técnicas da área, caracterizando uma pesquisa qualitativa e descritiva. Atualmente muitos setores estão sendo beneficiados através dessa emenda constitucional, em especial os industriais de energias renováveis estão recebendo incentivos por meio de programas e políticas públicas que visam a inovação, a ciência e a tecnologia como fomentador da economia, promoção de empregos e sustentabilidade. (BETTES et al, 2017) A Constituição Brasileira possui um viés ambiental e social de grande força, nesse sentido a busca por inovação está intimamente ligada a essas questões. (SOUZA e ARMADA, 2018). A sustentabilidade pode ser decomposta em 3 pilares essenciais, o ambiental, o social e o econômico, de tal forma que qualquer política que venha atuar em prol da sustentabilidade deve sempre se equilibrar entre esses pilares. A tarefa de equilibrar meio ambiente e economia nem sempre é fácil, afinal o homem sempre buscou, busca e buscará o lucro e sua propriedade. Essa harmonização dos objetivos sociais, econômicos e ambientais visam trazer o bem-estar no presente e no futuro, tratando-se de um princípio constitucional que, independente de regulação legal, possui eficácia direta e imediata. Assim, é guiar a responsabilidade do Estado e da sociedade em prol da concretização do desenvolvimento sustentável material e imaterial, de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro. (ALMEIDA, 2017). Entretanto, o Direito à inovação é inato ao ser humano, que busca desenvolver seus potenciais, e é considerado hoje um alicerce essencial para o desenvolvimento socioeconômico de um Estado. (ALMEIDA, 2017) No Brasil a preocupação com a inovação tecnológica vem sendo debatido a décadas, entretanto o direito vigente muitas vezes é rotulado como inibidor da inovação. Porém, essas discussões levaram ao Projeto de Lei 2.177/2011, que deu origem em 2016 o projeto de criação do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, um marco legal que regula os estímulos destinados ao desenvolvimento científico, à capacitação científica e tecnológica, à pesquisa e à inovação. (MENDES et al, 2016). São três os agentes considerados indispensáveis para o sistema de inovação: o Estado, as instituições de ensino e pesquisa e as instituições privadas. A soma de forças desses agentes possibilita a produção de inovação e de transformá-la em desenvolvimento, resguardando sempre a preocupação com as consequências oriundas desse processo para que o desenvolvimento da inovação seja aliado ao desenvolvimento sustentável (ALMEIDA, 2017). A EC-85 é responsável por incluir expressamente a inovação entre as atividades a serem incentivadas pelo Estado. Conclui-se

<sup>1</sup> Igor Talarico S. MICHELETTI. Graduando em Direito na Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon, PR. Membro do Instituto Brasileiro de Estudos sobre Direito da Energia – IBDE. [igor\\_talarico@hotmail.com](mailto:igor_talarico@hotmail.com).

<sup>2</sup> Natiele Cristina FRIEDRICH. Graduanda em Direito na Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon, PR. [natielefriedrich@hotmail.com](mailto:natielefriedrich@hotmail.com).

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Flávia Piccinin Paz GUBERT. Prof. Me. do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon, PR. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, PR. Graduado e mestre em Direito pela Universidade Paranaense, PR. [flavia@gubertepaz.com](mailto:flavia@gubertepaz.com).



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



que em outras palavras, o Estado tem o dever de estimular o mercado interno sempre aliado ao desenvolvimento sustentável, estimulando a criação e o fortalecimento de empresas inovadoras, seja para fins de extensão da qualidade de vida da humanidade ou para finalidades comerciais e industriais. A atuação do Estado e dessas instituições no desenvolvimento sustentável e inovação tem sido desenvolvida através de pesquisas feitas por várias instituições de ensino, programas sociais, ações de incentivo econômico, isenções e imunidades tributárias.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. C. **Direito, desenvolvimento e meio ambiente: teoria e prática.** Curitiba: CRV, 2017.

BETTES, J. M. et al. (org.). **O direito entre o desenvolvimento e a sustentabilidade.** Curitiba: CRV, 2017.

MENDES, G. F. et al. **Direito, Inovação e Tecnologia.** v. 1. Brasília: Saraiva, 2016.

SOUZA, M. C. S. A.; ARMADA, C. A. S. **Direito e sustentabilidade: Reflexões contemporâneas.** Itajaí: UNIVALI, 2018.

## PLEA BARGAINING NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO RÉU

Milena Dartora Bof<sup>1</sup>

**Resumo:** Os acordos processuais são comuns em países que adotam o sistema *common law*. Em contraste, o Brasil segue a tradição romano-germânica, cujo procedimento ratificado é o *civil law*. Nesse sentido, as possibilidades de barganhas pré-processuais ou ao longo na ação penal são restringidas, pois o direito processual brasileiro conduz-se pelos princípios da obrigatoriedade e da indisponibilidade da ação penal. Restando, somente, as seguintes hipóteses: absolvição ou condenação para com o réu. (ISMAEL; RIBEIRO; AGUIAR, 2017, p. 2). Em entrelinhas, o Brasil enfrenta diversos problemas referentes ao sistema de justiça criminal, os quais decorrem do encarceramento em massa, da morosidade da justiça penal e da inexistência de legitimidade do processo. Segundo o relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicado em 2014, a sociedade brasileira está posicionada na quarta maior população carcerária do mundo. Não obstante, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 2017, relatou que o número de presos está aumentando celeremente, isto é, o sistema penitenciário brasileiro possui, aproximadamente, mais de 720.000 encarcerados. Também, os julgamentos criminais são lentos visto que se considera, no atual procedimento, o sistema de recursos como um prosseguimento do processo penal. Dessa forma, o juiz federal, Marllon Souza (2019, p. 36), fomenta que, no Brasil, os julgamentos criminais perseveram mais tempo do que no sistema legal dos Estados Unidos. Além disso, “a legitimidade dos processos criminais está diretamente relacionada ao nível de correspondência das expectativas dos cidadãos em relação ao resultado e à velocidade dos julgamentos, contudo verifica-se que a sociedade brasileira perdeu a fé em seu sistema de justiça criminal” (SOUZA, 2019, p.33). Neste enfoque, a presente pesquisa cinge-se para seguinte questão: considerando que o anteprojeto do novo código de processo penal busca inspirações no *plea bargaining* estadunidense, há a possibilidade de aplicação de tal instituto, oriundo do *common law*, sendo que o Brasil adota o sistema *civil law*? Ademais, a obtenção de uma justiça célere e eficaz, com a utilização dessa barganha processual, comprometerá, em réplica, os direitos processuais e fundamentais do réu? As possíveis hipóteses referentes ao tema em questão encontram-se respaldo na doutrina, embora haja divergências entre os doutrinadores e os profissionais da área jurídica, apresentam-se àqueles que, no sentido convergente, apoiam a referida barganha processual. Dessa forma, as hipóteses, concernentes ao problema jurídico, são: De acordo com Souza (2019, p. 167), o projeto do novo código de processo penal com a introdução dos acordos processuais penais no Brasil por meio do rito comum. Nessa lógica, a barganha conceberá um rito sumário. Ainda, o autor estabelece que não há dúvidas que o rito sumário condiz com a barganha processual, uma vez que o sistema brasileiro, atualmente, permanece restrito em, apenas, algumas

---

<sup>1</sup> Bacharelada em Direito, pelo Centro Universitário Univel. Discente em Letras (Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Respectivas Literaturas), pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Participa como bolsista do PIBIS (Programa Institucional de Apoio a Inclusão Social - Pesquisa e Extensão) no projeto "Western Paraná Herald" (Jornal em Língua Inglesa de divulgação da área internacional da Unioeste). Atua como Redatora voluntária no Politize. Também, é Integrante do I Grupo de Estudos e Pesquisa da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (ABRACRIM).

possibilidades para o não julgamento criminal, sendo: a transação penal ou suspensão condicional do processo; e a composição civil de danos. Essas formas somente são aceitas quando se trata dos crimes de menor potencial ofensivo. Então, “a colocação da barganha como componente do julgamento criminal no Projeto do novo CPP demonstra obediência ao princípio constitucional da presunção de inocência”. (SOUZA, 2019, p. 170); Em sentido contrário, Souza (2019, p.175) apresenta uma pesquisa feita com juízes federais, juízes estaduais, defensores públicos federais, promotores de justiça, procuradores da república e advogados. Na investigação é possível analisar as críticas latentes ao modelo de acordos no anteprojeto do código de processo penal. Pois, 30% dos entrevistados acreditam que o modelo do *plea bargaining* não poderia ser incorporado sem prejudicar os direitos fundamentais do réu. Portanto, pelo demonstrado, o presente estudo tem como desígnio analisar a inserção do *plea bargaining* no Brasil, sendo esse um sistema legal norte-americano. Em razão disso, tal instituto visa um acordo bilateral entre as partes (promotor e denunciado), ou seja, trata-se de uma negociação que, necessariamente, precisa da confissão do acusado, renunciando seu direito de julgamento no tribunal do júri, para obtenção de um benefício do governo. Destarte, a pesquisa viabilizará um paradigma da barganha processual para o processo penal brasileiro, tendo em mente a simetria entre uma justiça efetiva e célere, sem apartar o condigno respeito aos direitos fundamentais do réu. Conjuntamente, analisará o anteprojeto do novo código de processo penal, inspirado no *plea bargaining* estadunidense.

## REFERÊNCIAS

CNJ. **Diagnósticos de Pessoas Presas no Brasil**. 2014 Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico\\_de\\_pessoas\\_presas\\_correcao.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf) Acesso em: 16.09.2019

DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. 2017 Disponível em: [http://www.justica.gov.br/noticias/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio\\_2016\\_junho.pdf](http://www.justica.gov.br/noticias/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf). Acesso em: 16.09.2019

ISMAEL, André Gomes; RIBEIRO, Diaulas Costa; AGUIAR, Julio Cesar de. **Plea Bargaining: aproximação conceitual e breve histórico**. Revista de Processo vol, v. 263, n. 2017, p. 429-449, 2017.

SOUZA, Marllon. **Plea Bargaining no Brasil: o processo penal por meio do equilíbrio entre o utilitarismo processual e os direitos fundamentais do réu**. Salvador: JusPodivm, 2019.



## PROJETO DE EXTENSÃO “DIREITO NA COMUNIDADE”

Algacir dos Santos Junior<sup>1</sup>  
Bruna Cristina Americano<sup>2</sup>  
Kimberleen Iachiski Miranda<sup>3</sup>  
Bruna Caroline Schultz<sup>4</sup>  
Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji<sup>5</sup>

**Resumo:** Os direitos fundamentais são aqueles considerados essenciais à pessoa humana e indispensáveis para assegurar uma existência digna, livre e igual (ALKIMIM, 2010, p. 168). Todavia, nem toda a comunidade tem tais conhecimentos ou nem sempre sabem como buscar a efetivação de seus direitos. Há, por exemplo, dentre outras dúvidas, a confusão entre tutela e curatela; não se sabe corretamente quando se está falando de direito a alimentos ou de como proceder para que haja o seu cumprimento; com muita frequência mistura-se o conceito de guarda compartilhada com outras modalidades. Daí, a necessidade de se encontrar formas para disseminação de tal conhecimento. Neste viés, é sabido que cabe ao Estado a promoção da assistência jurídica, que foi incorporada no Brasil através da “[...] Constituição de 1934, sendo reconhecida como função social do Estado. No art. 5º, inciso LXXIV, da atual Constituição Federal está previsto que o Estado deve prestar assistência jurídica e integral às pessoas que comprovem insuficiência de recurso.” (CARDOSO, EIK, CASTRO, 2015, p. 68), porém, também é sabido que tal premissa não é cumprida integralmente. Observa-se assim a importância dos Núcleos de Práticas Jurídicas, ofertado pelas faculdades que têm em sua grade curso de Direito, bem como o desenvolvimento de projetos que proporciona a realização de trabalho social ao mesmo tempo em que promovem, não só a aproximação do acadêmico com a prática profissional, mas também instiga a reflexão das necessidades da comunidade em que estão inseridos, fazendo despertar a solidariedade humana. Com este intuito, o trabalho tem por finalidade apresentar o projeto de pesquisa de extensão “Direito na Comunidade”, em andamento, no Centro Universitário Univel, no ano de 2019. O projeto tem como alvo os assistentes sociais e demais técnicos dos CREAS e dos CRAS e as famílias atendidas por estas unidades e tem por objetivo principal orientá-los, através de palestras e reuniões promovidas por acadêmicos, sob a supervisão e orientação das professoras do projeto, sobre direitos relacionados à família, idoso e criança e adolescente. Com o presente projeto, estar-se-á prestando orientação aos técnicos do CREAS e dos CRAS, que mantêm contato direto com as demandas que chegam aos centros, para que eles, inicialmente, possam direcionar a família e perceber se necessitam de maior informação jurídica. Em um segundo momento, a pretensão é que as famílias atendidas também sejam orientadas, através de palestras e reuniões, acerca dos direitos e posteriormente, se for observada a possibilidade/necessidade, a família poderá ser

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Direito do Centro Universitário Univel e integrante do Projeto de Extensão “Direito na Comunidade”.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Direito do Centro Universitário Univel e integrante do Projeto de Extensão “Direito na Comunidade”.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Direito do Centro Universitário Univel e integrante do Projeto de Extensão “Direito na Comunidade”.

<sup>4</sup> Professora Especialista do Curso de Direito do Centro Universitário Univel e integrante do Projeto de Extensão “Direito na Comunidade”.

<sup>5</sup> Professora Mestre do Curso de Direito do Centro Universitário Univel e coordenadora/integrante do Projeto de Extensão “Direito na Comunidade”.



encaminhada para atendimento jurídico no Núcleo de Prática Jurídica da Univel. Ainda, a execução do projeto promove a prática acadêmica a partir do momento em que proporciona a integração de professores e acadêmicos, bem como despertará a reflexão para as demandas da comunidade, que muitas vezes, por falta de informação deixam de buscar direitos. O acadêmico é instigado a perceber que pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade em que atua, posto que estará inserido em um contexto em que dividirá aprendizado e conhecimento, simultaneamente. A metodologia pauta-se na pesquisa bibliográfica para a elaboração de material de capacitação dos acadêmicos para que possam, de forma expositiva (palestras e reuniões), orientar sobre direitos inerentes à família, criança e adolescente e idoso. Para tanto, no primeiro semestre letivo trabalhou-se com a pesquisa de conteúdos e no segundo semestre, finalizou-se a apresentação e estão sendo realizadas as palestras. O conteúdo trabalhado nas palestras e encontros foi delimitado através da aplicação de questionário aos técnicos dos CREAS e decidiu-se trabalhar os seguintes assuntos: Guarda, Direito de Convivência, Alimentos, Mediação/conciliação, Interdição (curatela) e Tutela. Trabalhos dessa natureza beneficiam a população com a informação sobre direitos existentes, bem como meios de concretizá-los, viabiliza aos acadêmicos o envolvimento em atividades que visam à promoção do bem comum ao mesmo tempo em que proporciona a aproximação da instituição com a comunidade.

## REFERÊNCIAS

ALKIMIM, Marcelo. **Direito Constitucional**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

CARDOSO, Cinira Conceição Longo Cardoso; EIK, Renata Romanholi; CASTRO, Tatiana de Cardoso e Mendes. In: BARROS, Luiza Aparecida de, et. al. (organizadores). **Interdisciplinaridade na defensoria pública: contribuições da psicologia e do serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 57-80.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

# RESUMOS DE ENGENHARIA CIVIL

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## COMPARAÇÃO DA ESTIMATIVA DO FATOR DE ATRITO DE COLEBROOK COM DADOS EXPERIMENTAIS DE ESCOAMENTO DE ÁGUA.

Dykenlove Marcelin<sup>1</sup>  
Germano Scarabeli Custódio Assunção<sup>2</sup>

**Resumo:** O cálculo acurado da perda de pressão ao longo de escoamentos de ar, água e demais fluidos tem diversas aplicações na indústria química, nuclear, mecânica e petrolífera. Para esse cálculo ao longo de uma tubulação, pelo menos sete parâmetros devem ser conhecidos: (1) diâmetro interno do escoamento, (2) comprimento da linha, (3) velocidade do fluido, (4) propriedades do fluido, (5) regime de fluxo, (6) fração de vazio, (7) fator de atrito. Os seis primeiros parâmetros podem ser obtidos através de medição direta, entretanto, o último parâmetro, o fator de atrito, é mais complexo de ser avaliado, visto que ele é uma variável e não um parâmetro mensurável. Ele deve sempre ser estimado, levando em consideração o número de Reynolds, rugosidade da tubulação e formato da seção transversal da tubulação. O desenvolvimento de equações para sua estimativa tem sido tema de diversas pesquisas desde o início o século XIX. Hagen (1839) e Poiseuille (1841) desenvolveram trabalhos pioneiros para estimar queda de pressão e conseqüentemente o fator de atrito para fluxos laminares, obtendo bons resultados. Prova disso, suas equações são ainda hoje utilizadas. Entretanto, para fluxos turbulentos essa estimativa ainda continuou um desafio. Weisbach (1845) foi o primeiro a utilizar o número adimensional  $f$  e em seguida, Darcy (1857) desenvolveu uma equação empírica para estimar  $f$ , tendo papel fundamental em identificar que o material circundante influenciava nesse parâmetro. Pelo pioneirismo destes trabalhos, o fator de atrito é comumente conhecido atualmente como fator de atrito de Darcy-Weisbach. Esses trabalhos iniciais para estimava do fator de atrito em fluxos turbulentos serviram de base para diversos outros trabalhos ao longo do século XX, com destaque para os trabalhos de Blasius (1913) e Von Kármán (1930). As equações propostas por ambos autores foram extensivamente utilizadas até o trabalho publicado por Colebrook (1939), que propôs a equação de estimativa do fator de atrito utilizada até hoje, tanto para regimes turbulentos quanto para regimes de transição (cujo número de Reynolds está entre 2300 e 4000). Neste contexto, o presente trabalho visa testar a equação de Colebrook (1939) contra dados experimentais de escoamento de água, afim de medir a acuracidade dessa equação. Para o desenvolvimento desse trabalho, uma bancada experimental foi construída, com um reservatório de água, bomba centrífuga, rotâmetro e manômetro diferencial. Dois tubos de PVC foram usados, um com diâmetro interno de 21,6 mm e outro com diâmetro de 27,8 mm. Interferências do comprimento de entrada foram mitigadas utilizando a equação apresentada em White (2011) para prever o comprimento de entrada do escoamento. A rugosidade da tubulação foi obtida com um rugosímetro. Em termo médios, o erro entre a estimativa do fator de atrito usando a equação de Colebrook (1939) com o fator de atrito obtido experimentalmente foi de  $\pm 12\%$ . Além disso, observou-se que 38,5% dos pontos estimados ficaram dentro de uma faixa de erro de  $\pm 5\%$  em relação aos valores medidos experimentalmente; 92,5% dos pontos ficaram em uma faixa de erro de  $\pm 25\%$  e 100% dos pontos estimados dentro de uma faixa de erro de  $\pm 50\%$ . Desta forma, concluímos que a

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor dos cursos de Engenharia do Centro Universitário Univel.

equação proposta por Colebrook (1939) apresentou excelente acuracidade na previsão do fator de atrito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Blasius, H. **Das Ähnlichkeitsgesetz bei Reibungsvorgängen in Flüssigkeiten**. Arbeit des Ingenieur-Wesens, 1913.

Colebrook, C. F. **Turbulent Flow in Pipes, With Particular Reference to the Transition Region Between the Smooth and Rough Pipe Laws**. Journal of the Institution of Civil Engineers, 1939.

Darcy, H. **Recherches expérimentales relatives au mouvement de l'eau dans les tuyaux**. Mallet-Bachelier, 1857.

Hagen, G. **Über die Bewegung des Wassers in engen zylindrischen Röhren**. Pogg. Ann., 1839.

Van Kármán, T. **Mechanische Aehnlichkeit und Turbulenz**. Proc. Third International Congress for Applied Mechanics, 1930.

Poiseuille, J. L. **Recherches expérimentales sur le mouvement des liquides dans les tubes de très-petits diamètres**. Comptes Rendus, Académie des Sciences, 1841.

Rennels, D. C., e Hudson, H. M. **Pipe Flow: A Practical and Comprehensive Guide**. John Wiley and Sons, 2012.

Weisbach, J. **Lehrbuch der Ingenieur- und Maschinen-Mechanik**. *Theoretische Mechanik, Vieweg und Sohn*, 1845.

White, F. M. **Fluid mechanics**. 7th ed. New York: Mc-Graw Hill, 2011.



## CONCRETO: PRINCIPAIS PROPRIEDADES E SUAS INFLUÊNCIAS

Eduardo Dalla Costa Silva<sup>1</sup>  
Deivid Casarolli Lopes<sup>2</sup>  
Douglas Guedes Batista Torres<sup>3</sup>  
Thiago Guerra<sup>3</sup>

**Resumo:** O concreto ajuda a compor o grupo dos materiais que são mais utilizados na construção civil. Isto decorre do fato de o concreto, além de ter um baixo custo e grande disponibilidade de matéria prima, apresentar grande facilidade em tomar forma e dimensões de diferentes elementos estruturais e não estruturais presentes em uma obra. Um dos motivos pelo qual o concreto apresenta tal vantagem consiste na sua consistência plástica característica de seu estado fresco, o que possibilita a adaptação nas formas (MEHTA, 2014). Portanto, objetiva-se através de revisões teóricas e análises práticas um maior esclarecimento do tema, uma vez que, com tais conhecimentos conceituais e analíticos, se torna mais fácil lidar com tais assuntos durante o dia a dia estudantil e laboral. Ou seja, tanto de maneira teórica como prática, poderá ser expressa uma maior afinidade com o tema em questão. Muito embora a verdadeira função do concreto seja a sustentação da estrutura que nele é apoiada, é necessário que seja perpassado por este material, indagações a respeito de suas demais propriedades, como a trabalhabilidade e a durabilidade. Sendo expressa como a propriedade mais relevante do concreto, a resistência à compressão depende de inúmeros fatores como: relação água/cimento ( $a/c$ ), as condições de cura, as dimensões e características dos agregados, a idade do concreto, entre outros. Geralmente, mensurada em Mpa (Mega Pascal), a delimitação da resistência requerida é regida pela necessidade estrutural com que se trabalha. Por exemplo, muros e edificações de pequeno porte são executadas em média com concretos de 20 a 30Mpa, já por outro lado nos arranha-céus chegam a ser utilizados concretos com resistências superiores a 100Mpa. Em se tratando da durabilidade, Mehta (1994) a explica como sendo a capacidade do concreto em resistir a ações do intemperismo, sejam estes ataques químicos, físicos e demais processos que façam com que o material seja deteriorado. Propriedade esta, em um elemento estrutural, está diretamente relacionada ao cobrimento da armadura, o que evita a corrosão. Desta forma, a resistência do concreto a ambientes agressivos é acentuada na medida em que sua permeabilidade é reduzida (AÏTCIN, 2000). Pode-se evidenciar a necessidade de um concreto com elevada durabilidade em ambientes considerados mais agressivos. Segundo tabela da ABNT-NBR 6118 que diz respeito à classe de agressividade ambiental, esta varia desde fraca, em áreas rurais e locais submersos, a até muito forte, onde se tem a incidência de respingos da maré e em certas zonas industriais. Avaliada pelo ensaio de abatimento do tronco de cone (*Slump Test*), a trabalhabilidade, é definida como sendo o grau de aptidão do concreto em ser utilizado (FREITAS, 2018). Muitos são os fatores que influenciam nesta propriedade do concreto, dentre os principais podemos citar a consistência, traço, proporção entre agregado graúdo e miúdo, formato dos agregados e o uso de aditivos. De acordo com Duran (2011), a trabalhabilidade do concreto fresco resulta da combinação de três características: coesão, consistência e homogeneidade. Por exemplo, segundo Guimaraes (2006) concretos cujo resultado do *Slump Test* seja de  $9 \pm 1$  cm, geralmente são utilizados em operações que necessitem de bombeamento, como pavimentos superiores e certos tipos de estacas. Assim, restringindo o uso de concretos com trabalhabilidades inferiores para

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Civil - Centro Universitário Univel (Bolsista PIBIC).

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Civil - Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> ORIENTADORES: Professores Doutores do Curso de Engenharia Civil Centro Univesitário Univel.

execuções mais simples, como vigas e lajes térreas. Portanto, tendo em vista estas principais propriedades do concreto, bem como suas respectivas influências, destaca-se a devida importância para o controle destas, uma vez que apresentam riscos para a qualidade do concreto e do serviço de concretagem. Desta forma propõem-se uma contínua análise teórica e experimental destas e de outras propriedades, a fim de se obter um melhor domínio do tema, bem como o estabelecimento de critérios que influenciam tais propriedades.

## REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6118**: Projeto de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro, 2014.

AÏTCIN, Pierre-Claude. **Concreto de Alto Desempenho**. Trad. Geraldo G. Serra. São Paulo: Pini, 2000.

DURAN, Ana Paula; FRACARO, Danielly. **Verificação das propriedades básicas do concreto industrializado fornecido em embalagens de 30kg**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2011.

FREITAS, José de Almendra Jr.; DA COSTA, Marianne do Rocio Maron; ARTIGAS, Laila Valduga Artigas. **Propriedades Do Concreto Fresco**, 2018.

GUIMARAES, Cristiano Oliveira. **Avaliação do uso da água Magnetizada na Produção de Concretos em Centrais**. Dissertação De Mestrado. Universidade Federal De Minas Gerais, 2006.

MEHTA, P.K.; MONTEIRO, P.J.M. **Concreto: estrutura, propriedades e materiais**. São Paulo: Pini, 1994.

MEHTA, P.K.; MONTEIRO, P.J.M. **Concreto: Microestrutura, Propriedades e Materiais**. São Paulo: IBRACON, 2ed, 782 p. 2014.

## CONCRETO: PRINCIPAIS PROPRIEDADES E SUAS INFLUÊNCIAS

Eduardo Dalla Costa Silva<sup>1</sup>  
Deivid Casarolli Lopes<sup>2</sup>  
Douglas Guedes Batista Torres<sup>3</sup>  
Thiago Guerra<sup>3</sup>

**Resumo:** O concreto ajuda a compor o grupo dos materiais que são mais utilizados na construção civil. Isto decorre do fato de o concreto, além de ter um baixo custo e grande disponibilidade de matéria prima, apresentar grande facilidade em tomar forma e dimensões de diferentes elementos estruturais e não estruturais presentes em uma obra. Um dos motivos pelo qual o concreto apresenta tal vantagem consiste na sua consistência plástica característica de seu estado fresco, o que possibilita a adaptação nas formas (MEHTA, 2014). Portanto, objetiva-se através de revisões teóricas e análises práticas um maior esclarecimento do tema, uma vez que, com tais conhecimentos conceituais e analíticos, se torna mais fácil lidar com tais assuntos durante o dia a dia estudantil e laboral. Ou seja, tanto de maneira teórica como prática, poderá ser expressa uma maior afinidade com o tema em questão. Muito embora a verdadeira função do concreto seja a sustentação da estrutura que nele é apoiada, é necessário que seja perpassado por este material, indagações a respeito de suas demais propriedades, como a trabalhabilidade e a durabilidade. Sendo expressa como a propriedade mais relevante do concreto, a resistência à compressão depende de inúmeros fatores como: relação água/cimento ( $a/c$ ), as condições de cura, as dimensões e características dos agregados, a idade do concreto, entre outros. Geralmente, mensurada em Mpa (Mega Pascal), a delimitação da resistência requerida é regida pela necessidade estrutural com que se trabalha. Por exemplo, muros e edificações de pequeno porte são executadas em média com concretos de 20 a 30Mpa, já por outro lado nos arranha-céus chegam a ser utilizados concretos com resistências superiores a 100Mpa. Em se tratando da durabilidade, Mehta (1994) a explica como sendo a capacidade do concreto em resistir a ações do intemperismo, sejam estes ataques químicos, físicos e demais processos que façam com que o material seja deteriorado. Propriedade esta, em um elemento estrutural, está diretamente relacionada ao cobrimento da armadura, o que evita a corrosão. Desta forma, a resistência do concreto a ambientes agressivos é acentuada na medida em que sua permeabilidade é reduzida (AÏTCIN, 2000). Pode-se evidenciar a necessidade de um concreto com elevada durabilidade em ambientes considerados mais agressivos. Segundo tabela da ABNT-NBR 6118 que diz respeito à classe de agressividade ambiental, esta varia desde fraca, em áreas rurais e locais submersos, a até muito forte, onde se tem a incidência de respingos da maré e em certas zonas industriais. Avaliada pelo ensaio de abatimento do tronco de cone (*Slump Test*), a trabalhabilidade, é definida como sendo o grau de aptidão do concreto em ser utilizado (FREITAS, 2018). Muitos são os fatores que influenciam nesta propriedade do concreto, dentre os principais podemos citar a consistência, traço, proporção entre agregado graúdo e miúdo, formato dos agregados e o uso de aditivos. De acordo com Duran (2011), a trabalhabilidade do concreto fresco resulta da combinação de três características: coesão, consistência e homogeneidade. Por exemplo, segundo Guimaraes (2006) concretos cujo resultado do *Slump Test* seja de  $9 \pm 1$  cm, geralmente são utilizados em operações que necessitem de bombeamento, como pavimentos superiores e certos tipos de estacas. Assim, restringindo o uso de concretos com trabalhabilidades inferiores para

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Civil - Centro Universitário Univel (Bolsista PIBIC).

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Civil - Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> ORIENTADORES: Professores Doutores do Curso de Engenharia Civil Centro Univesitário Univel.



execuções mais simples, como vigas e lajes térreas. Portanto, tendo em vista estas principais propriedades do concreto, bem como suas respectivas influências, destaca-se a devida importância para o controle destas, uma vez que apresentam riscos para a qualidade do concreto e do serviço de concretagem. Desta forma propõem-se uma contínua análise teórica e experimental destas e de outras propriedades, a fim de se obter um melhor domínio do tema, bem como o estabelecimento de critérios que influenciam tais propriedades.

## REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6118**: Projeto de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro, 2014.

AÏTCIN, Pierre-Claude. **Concreto de Alto Desempenho**. Trad. Geraldo G. Serra. São Paulo: Pini, 2000.

DURAN, Ana Paula; FRACARO, Danielly. **Verificação das propriedades básicas do concreto industrializado fornecido em embalagens de 30kg**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2011.

FREITAS, José de Almendra Jr.; DA COSTA, Marianne do Rocio Maron; ARTIGAS, Laila Valduga Artigas. **Propriedades Do Concreto Fresco**, 2018.

GUIMARAES, Cristiano Oliveira. **Avaliação do uso da água Magnetizada na Produção de Concretos em Centrais**. Dissertação De Mestrado. Universidade Federal De Minas Gerais, 2006.

MEHTA, P.K.; MONTEIRO, P.J.M. **Concreto: estrutura, propriedades e materiais**. São Paulo: Pini, 1994.

MEHTA, P.K.; MONTEIRO, P.J.M. **Concreto: Microestrutura, Propriedades e Materiais**. São Paulo: IBRACON, 2ed, 782 p. 2014.

## INTERVENÇÕES DA ENGENHARIA A FIM DE MINIMIZAR OS EFEITOS NOCIVOS DA OCILAÇÃO FORÇADA POR RESSONÂNCIA EM ESTRUTURAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Alex Leandro da Silva<sup>1</sup>  
Mário José de Rezende<sup>1</sup>  
Rudimar Tondo<sup>1</sup>  
Rodrigo Bruno dos Santos<sup>1</sup>  
Thiago Guerra<sup>2</sup>

**Resumo:** A ressonância consiste na capacidade de um sistema vibratório, ou força externa, conduzir a outro corpo, pulsos energéticos com frequência igual a uma de suas frequências naturais, levando ao surgimento de amplitudes cada vez maiores (WALKER, 2016). Nessas condições, até mesmo forças periódicas de baixa energia podem gerar vibrações de grandes amplitudes, uma vez que, o sistema armazena energia na forma vibracional (YOUNG; FREEDMAN, 2008). É um fenômeno físico presente em nosso cotidiano, seja na produção de sons por instrumentos musicais, no funcionamento de circuitos elétricos de rádios e celulares, na medicina diagnóstica por imagem (ressonância nuclear magnética) e até mesmo como agente de grande interesse na elaboração de projetos de engenharia (ressonância mecânica) (WALKER, 2016). Descoberto por Galileu Galilei (1602), mas, há quem acredite que tenha sido concebido por Pitágoras (570 – 495 a.C.) (YOUNG; FREEDMAN, 2008). O presente estudo tem por objetivo descrever as principais medidas adotadas pela engenharia a fim de evitar o surgimento de falhas estruturais relacionadas à ressonância mecânica das estruturas. A ressonância mecânica é apontada como responsável por diversas catástrofes ao longo dos tempos envolvendo estruturas da construção civil. Entre elas, destaca-se um clássico exemplo histórico, a queda da Ponte de Tacoma nos Estados Unidos. Onde a frequência natural de sua estrutura entrou em ressonância com a frequência do vento local, o que fez com que a mesma balançasse e vibrasse de forma violenta resultando no rompimento das suas estruturas (WALKER, 2016). Tal fenômeno físico pode ter sido uma das causas do desabamento de muitos edifícios na Cidade do México em setembro de 1985, quando um grande abalo sísmico na ordem de 8 graus na escala Richter ocorreu na costa oeste do México. Notadamente apenas os edifícios de médio porte desabaram, uma vez que, a frequência natural dos mesmos era coincidente à frequência apresentada pelo tremor, por conseguinte as frequências apresentadas pelos sistemas estruturais das edificações baixas e altas eram diferentes às denotadas pelo terremoto (WALKER, 2016). Uma das maiores dificuldades enfrentadas pela engenharia é o desenvolvimento de estruturas que sejam capazes de suportar tais vibrações forçadas (ALMEIDA et al., 2018). A correta avaliação das condições ambientais, como temperatura, amplitude térmica, velocidade e direção dos ventos predominantes pontualmente, bem como, o estudo das condições e características do solo de onde será executado o projeto, associado ao desenvolvimento de novas técnicas de modelagem auxiliam o engenheiro nessa tarefa (AZEREDO, 1977). O estudo e o entendimento das relações de causa efeito dos fenômenos naturais como o vento e atividades sísmicas subsidiam o desenvolvimento tecnológico de materiais e técnicas de construções. Permitindo assim, um melhor aproveitamento dos espaços, levando a

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Civil - da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Docente dos cursos de Engenharia – da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

construção de edificações cada vez mais altas (BLESSAMANN, 1986). O aumento no dimensionamento estrutural promovem alterações na frequência natural de vibração das estruturas. Porém, podem inviabilizar sua execução, devido ao excessivo custo adicional (ALMEIDA et al., 2018). Diante disso, faz-se necessário a utilização de recursos físicos de engenharia para aumentar a capacidade de amortecimento das estruturas construídas. Para isso, elementos externos podem ser utilizados, como amortecedores que atuam transformando a energia vibracional em energia de dissipação mecânica (AVILA, 1997). No caso de pontes, também pode ser empregado sistemas de tubulações hidráulicas que são capazes de armazenar uma quantidade considerável de água em condições extremas de tempestades e ventos levando a um aumento da massa total da estrutura o que altera sua frequência natural de vibração evitando assim, que a mesma entre em ressonância com o vento, dificultando o seu colapso (ALMEIDA et al., 2018). A elaboração de projetos pela engenharia deve estar sempre atrelada ao conhecimento dos fenômenos naturais e de suas correlações com a edificação a ser construída. Evita-se dessa forma, que fenômenos como a ressonância promovam efeitos deletérios nas estruturas podendo acarretar o seu colapso. Através de modelagens eficazes, torna-se possível prever as solicitações físicas e mecânicas que as estruturas deverão suportar, subsidiando assim, a escolha de elementos estruturais adequados que funcionarão como dissipadores dessas forças naturais que interferem na integridade estrutural.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L., MOREIRA, B.L.M., CUSTODIO, V.C.M., OLIVEIRA, J.S., SILVA, L.A., GUIMARÃES, L.O.. Causas e Efeitos da ressonância em Edificações Urbanas. **Mostra de Pesquisa em Ciência e Tecnologia**, 2018.

AVILA, S.M.. **Análise Dinâmica de Estruturas Elásticas e Elastoplásticas com Amortecimento não proporcional**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, 1997.

AZEREDO, H.A.. **O Edifício até sua Cobertura**. Ed. Edgard Blucher Ltda, São Paulo, 1977.

BLESSMANN, J. **Acidentes Causados Pelo Vento**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1986.

YOUNG, H.D., FREEDMAN, R.A., **Física II, Termodinâmica e Ondas**. Ed. Person, 2008.

WALKER, J.. **Halliday e Resnick, Fundamentos de Física Gravitação, Ondas e Termodinâmica**. Ed. LTC, Rio de Janeiro, 2016.

## LUZ COMO UMA ONDA

André Felipi Betanin<sup>1</sup>  
Matheus Dalto Montenegro<sup>1</sup>  
Peterson Angelo Barbosa<sup>1</sup>  
Victor Marco de Borba<sup>1</sup>  
Thiago Guerra<sup>2</sup>

**Resumo:** Luz pode ser descrita como uma onda eletromagnética, sendo composta por campos elétricos e magnéticos que periodicamente oscilam no espaço e tempo, perpendiculares entre si. Através desta descrição, evidencia-se a natureza ondulatória da luz, em uma situação em que seu comprimento de onda possa ser comparado às dimensões das aberturas ou obstáculos que existem em seu caminho. A natureza ondulatória se dá pelos fenômenos de interferências ondulatórias (HALLIDAY, 2011). O fenômeno da interferência pode ser comparável ao da difração, tendo um efeito sutilmente semelhante, quando relacionado à coesão da luz que atravessa duas ou mais fendas, resultando na onda acrescentada, que se propagam na mesma frequência e direção. Com isto a interferência relacionada à fendas proporcionalmente menores que o comprimento da luz, na prática, pode-se observar que não é uma realização possível, uma vez que a interferência está diretamente associada à difração. Objetiva-se com esta revisão da literatura, uma explicação acerca da característica ondulatória presente em ondas eletromagnéticas. Assim sendo, a importante característica do fenômeno da interferência é denotar as intensidades mínimas e máximas, de forma a permanecer nestas condições independentemente do tempo decorrido. A interferência ocorre quando duas ondas, provenientes da mesma fonte, percorrem caminhos diferentes, posteriormente se concentram para um mesmo espaço de tempo (HALLIDAY, 2011). Assim sendo, conexo a determinadas condições, onde se formam regiões nas quais, a intensidade da luz pode atingir um máximo intercalando com regiões onde a intensidade atinge valores mínimos. Thomas Young, em 1803 propôs um experimento onde mostrou a interferência de ondas observadas em Luz (BRAUN, 1994). Este produziu um artefato, de papelão, com duas fendas bastante estreitas e de largura equiparável à de um cabelo humano, analisando a forma que a luz passava pelas fendas (Experiência de Thomas Young). Foi observado que em um ponto suficientemente distante das fendas, as ondas que se formaram, através das duas fendas, interferiam entre si, produzindo um padrão alternado de listras e/ou regiões brilhantes e escuras. Onde as ondas se encontravam de maneira a produzir uma interferência construtiva, as mesmas produziam listras brilhantes. De maneira análoga, as ondas que interagiam de modo a produzir interferências destrutivas, produziam listras escuras (BRAUN, 1994). Este experimento foi conhecido como “*Interferência de fenda dupla*” sendo amplamente discutido dentro da academia em dias atuais. O fenômeno descrito pode ser construído utilizando-se mais de duas fendas, de modo semelhante, ocorrendo de forma que uma, ou mais ondas possam sofrer interferências construtivas que produzam mais pontos ou regiões brilhantes, formando “máximos” de intensidade. Assim como o padrão de interferência, realizado com experimento multi fendas, pode produzir o padrão destrutivo das mesmas, possuindo listras escuras. A abertura quando constituída de muitas fendas é conhecida como uma *grade de difração* e tal fenômeno pode ser observado quando olhamos para uma bolha de sabão, onde podemos ver cores diversas (multicoloridas) sendo descrito

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Professor doutor do Curso de Engenharia Civil da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

então como a luz branca difratada. Os efeitos de interferência e difração são observados de pontos muito distantes da abertura, comparando a distância da abertura das fendas e o comprimento da onda da luz. Devido a constância da grade de difração em curtas distâncias, a interferência brilhante resulta na imagem nítida desta grade, o efeito de autoimagem é conhecido como Talbot, homenageando Henry F. Talbot, que observou este fenômeno pela primeira vez em 1836 (TALBOT, 1836). O presente instrumento visa realizar uma sequência didática a fim de promover metodologias sobre o estudo das Interferências com Ondas, através de conceitos deste fenômeno. O conteúdo de interferências de ondas, apresentado neste tema, visa mostrar o comportamento da interferência ondulatória da luz, apresentando o modelo de Young, que por sua vez é um método que apresenta a interferência de elétrons e efeito fotoelétrico.

## REFERÊNCIAS

BRAUN, L. F. M., BRAUN, T.; **A montagem de Young no estudo da interferência, difração e coerência de fontes luminosas**. Caderno Catarinense de Ensino de Física, V. 11, n.3, p. 184 - 195, 1994.

**Experiência de Thomas Young**. Disponível em < [www.cavendishscience.org](http://www.cavendishscience.org) >. Acesso em 14 de Setembro de 2019.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J.; **Fundamentos de Física – vol.2 (Gravitação, Ondas e Termodinâmica)**, 9ª. Edição, Editora LTC, 2011.

TALBOT, H. F.; "Facts relating to optical science", nº. IV, Philos. Mag. 9, 1836.

## O ESTUDO DA DIFRAÇÃO E SUA APLICAÇÃO EM RAIOS X

Flávio Luiz Boldrini<sup>1</sup>  
Diogo Marcelino Ribeiro<sup>1</sup>  
Augusto Luiz de Oliveira<sup>1</sup>  
Thiago Guerra<sup>2</sup>

**Resumo:** O fenômeno da difração pode ser descrito como o desvio ou espalhamento sofrido pela onda (mecânica ou eletromagnética), quando esta contorna ou transpõe obstáculos colocados em seu caminho. A maior ou menor capacidade que uma onda exibe quanto à sofrer difração, está relacionada ao tamanho do obstáculo a ser contornado ou à largura da passagem a ser transposta e o seu próprio comprimento de onda. O fenômeno da difração, assim como a reflexão e a refração de ondas, têm sua explicação baseado no princípio de Huygens. Tal princípio pode ser aplicado a qualquer tipo de onda e é usado para determinar a posição de uma frente de onda em um instante qualquer, desde que se conheça sua posição em um instante anterior (SILVA, 2019). Objetiva-se com esta revisão da literatura, ampliar os conhecimentos acerca do fenômeno da difração de Raios-X e suas devidas aplicações dentro do conceito da engenharia. Christian Huygens foi um matemático, físico e astrônomo holandês, natural de Haia Holanda, nasceu em 14 de abril de 1629, sendo o segundo dos quatro filhos do poeta e diplomata Constantijn Huygens. Era um homem de ampla cultura, dedicando seu tempo e investimento intelectual também à ciência. Aos treze anos Huygens recebeu de seu pai as suas primeiras informações sobre Matemática e Mecânica, e desde cedo despertou interesse e habilidade em ambas as áreas. Com base nas teorias e descobertas - como as de Huygens - cientistas e pesquisadores utilizam dessas descobertas para dar segmento à teoria fundamental e desenvolver equipamentos que são capazes, por exemplo, de identificar um material apenas em detrimento de sua rede cristalina, através da difração de Raio-X (R-X). A difração de Raio-X pode ser descrita como um mecanismo utilizado grandemente para se obter uma determinada caracterização de materiais desconhecidos. Esta é capaz de, com uma amostra de material, identificar por intermeio de sua rede cristalina, quais elementos e características existem naquele material. As redes cristalinas, que compõem cristais nos materiais, são formadas por unidades periódicas de repetição, tornando o material cristalino, quando o material não possui tal estrutura, é conhecido como amorfo. Tal fato, faz com que seja possível obter difração de Raios-X apenas em materiais cristalinos. Experimentos de difração de Raios-X permitiram aos físicos desenvolverem um modelo atômico das estruturas dos materiais, facilitando a compreensão das propriedades físicas de cada classe dos materiais (ERDÓCIA, 2011). A difração de Raio-X em materiais cristalinos é criada pelo processo de interferência causada pelo contato dos feixes de R-X, incidentes na superfície do material, com a estrutura atômica arranjada. A interferência ocorre nas direções de espalhamento dos feixes, a partir do feixe espalhado e da radiação incidente, dispõe-se do mesmo comprimento de onda do raio incidente. Esta inferência é feita à Lei de Bragg, que remete ao instante em que ocorrerá a difração e diferença dos caminhos por onde os dois feixes passaram, sendo ou não múltiplos do comprimento da onda. O estudo referente à mineralogia do comportamento das rochas se faz necessário para a adequada decisão quanto à correta exploração do petróleo em reservas rochosas. São utilizadas diversas técnicas para identificação e determinação de rochas, a difração de Raios-X do pó pode ser apontada como a principal delas, onde se consegue

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Doutor do Curso de Engenharia Civil – Centro Univesitário Univel.





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



identificar e caracterizar tipos de rochas e suas impurezas. Também existe a possibilidade de se determinar, através da mesma técnica, a mudança de fase do cimento utilizado no processo de cimentação de poços (FILHO, 2006). Difração de Raio-X, em um contexto geral, pode ser tomada como sendo uma das principais técnicas a fim de caracterizar materiais, sendo aplicável a diversas áreas, a saber: metalúrgica, química, engenharias civil e mecânica, ciência dos materiais, entre outras. O fenômeno da difração é considerado uma relevante descoberta para as ciências exatas, sendo notável na continuação da compreensão de outras teorias físicas nos dias atuais.

## REFERÊNCIAS

ERDÓCIA, F. A. B.; **Difração de raios x em minerais de bauxita e análise através de refinamento pelo método de rietveld**. Dissertação (mestrado) - Curso de Pós Graduação Física, Universidade Federal do Para, Belém, 93 f., 2011.

SILVA, D. C. M.; "**Difração de ondas**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/fisica/difracao-ondas.htm>. Acesso em 22 de setembro de 2019.

FILHO, E. T.; **Aplicações industriais de difração de raio x**. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia, Puc Rio, Rio, 2006.



## PERSPECTIVA DO EFEITO DA NANOTECNOLOGIA NA PRODUÇÃO DE PASTA CIMENTÍCIA

Samuel Becker da Silva<sup>1</sup>  
Victor Praxedes de Carvalho<sup>1</sup>  
Eduardo Dalla Costa<sup>2</sup>  
Douglas Guedes Batista Torres<sup>3</sup>  
Thiago Guerra<sup>3</sup>

**Resumo:** Os agregados constituem uma elevada porcentagem do concreto, atingindo valores de certa de 75%, dessa forma apresentando grande influência nas propriedades físicas do concreto. Sendo em geral formado por partículas duras, resistentes, inertes e ausentes de produtos insalubres apresentando baixo custo unitário quando comparado ao cimento. (ANDOLFATO, 2002; RIBERIO JÚNIOR, 2015). De acordo com Neville (2013), com o aumento da dimensão do agregado na mistura ocorre um aumento na resistência, porém se elevado excessivamente, a resistência a compressão começa diminuir, sendo afetada ainda condições de trabalhabilidade do material, dificultando sua utilização. Em concretos convencionais, utilizados em estruturas, a dimensão máxima utilizada fica por volta de 19mm ou 40mm, pois deve passar com facilidade pelas seções dos elementos e espaçamento entre as armaduras (WEIZENMANN, 2017). A macroestrutura do concreto, posterior ao endurecimento, envolve partículas de agregado miúdo e graúdo, apresentando também uma zona de transição entre a pasta de cimento e os agregados utilizados (SILVA, 2005). Esta interface de materiais geralmente apresenta uma espessura de 50 µm, podendo apresentar uma grande quantidade de vazios sendo considerado ponto de fragilidade do material principalmente na ocorrência de carregamentos nas idades iniciais do concreto (PAULON. & KIRCHHEIM, 2011; MEHTA & MONTEIRO 2014). Este efeito foi verificado por Monteiro, Maso & Oliver (1985), que relataram que o excesso de água permite a facilidade na difusão iônica, e ao mesmo tempo provocando maior porosidade na zona de transição, permitindo ainda a formação de filmes contínuos de hidróxido de cálcio, quando em contato direto com a face do agregado. Nesse contexto, o refino da estrutura dos materiais ou a incorporação de nano objetos permite o aumento das superfícies de contato e da reatividade da pasta (GLEIZE & ESCADEILLAS, 2007; SANCHEZ e SOBOLEV, 2010). O controle da matéria na escala nanométrica abre enormes perspectivas na possibilidade de criar materiais, dispositivos e sistemas com novas funções e propriedades (GLEIZE, 2007). O avanço da nanotecnologia permite à engenharia civil aperfeiçoamento a evolução tecnológica de suas matérias primas proporcionando melhorias, por exemplo, nos aços estruturais, polímeros, vidros e nos materiais cimentícios (BATISTON, 2007). Utilizando a nanotecnologia, a estrutura fundamental dos materiais pode ser modificada para melhorar as propriedades do produto final elaborado (SINGH, et al., 2013). Melhoria da coesão, diminuição da fluência, redução da fissuração nas primeiras idades, aumento simultâneo da resistência e da ductilidade, aumento da velocidade de ganho de resistência, melhoria do desempenho do cimento, aumento da durabilidade e multifuncionalidade são alguns exemplos que ilustram o papel crítico que a nanotecnologia pode ter em áreas que foram identificadas como limitantes

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Civil - Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Civil - Centro Universitário Univel (Bolsista PIBIC).

<sup>3</sup> ORIENTADORES: Professores Doutores do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Univel.

do uso de materiais cimentícios (GLEIZE, 2007). Nesse contexto, o uso de partículas de nanossílica, composta por pequenas partículas de SiO<sub>2</sub> amorfo tem se destacado na evolução tecnológica do concreto, apresentando partícula de 1 a 500nm, possibilitando sua incorporação na zona de transição. Devido à elevada área superficial específica, a nanossílica constitui um material altamente reativo na pasta de concreto (BJORNSTROM, et al., 2004). A influência importante da nanossílica na matriz cimentícia é seu tamanho e a sua reação com a portlandita formando o C-S-H que melhora o desempenho mecânico da pasta de cimento hidratada (SEFFF, 2009).

## REFERÊNCIAS

- ANDOLFATO, R. P. **Controle tecnológico do concreto**. UNESP. Ilha Solteira, p. 33. 2002.
- BATISTON, E. R. **Estudo exploratório dos efeitos de nanotubos de carbono em matrizes de cimento portland**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007.
- GLEIZE, P. J. P.; ESCADEILLAS, M. **Efeito do metacaulim na reação autógena de pastas de cimento**. Ibracon. Rio de Janeiro. 2007.
- MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. **Concreto: Microestrutura, Propriedades e Materiais**. 2. ed. São Paulo: [s.n.], 2014. 782 p.
- MONTEIRO, P. J. M.; MASO, J. C.; OLLIVER, J. P. **The aggregate-mortar interface**. Cement and concrete research, Berkeley, 15, 1985. 953-958.
- NEVILLE, A. M. **Propriedades do Concreto**. 2ª. ed. São Paulo: Pini, 2013.
- PAULON, V.; KIRCHHEIM, A. P. **Nanoestrutura e microestrutura do concreto endurecido**. Ibracon. São Paulo, p. 585. 2011.
- RIBEIRO JÚNIOR, E. **Propriedades dos materiais constituintes do concreto**. Revista online especialize, Goiania, v. 1, n. 10, dezembro 2015. ISSN 2179-5568.
- SANCHEZ, F.; SOBOLEV, K. **Nanotechnology in concrete - a review**. Construbild master, v. 24, p. 2060-2071, 2010.
- SEFFF, L. et al. **Effect of nano-silica on rheology and fresh proprieties of cement past and mortars**. Construction and building materials, 23, 2009. 2487-2491.
- SILVA, G. J. B. **Estudo do comportamento do concreto de cimento portland produzido com resíduo de polimento do porcelanato**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 107. 2005.
- SINGH, L. P. et al. **Beneficial role of nanosilica in cement based aterials - a review**. Construcion and building materials, 47, 2013. 1069-1077.
- SOBOLEV, K.; GUTIERREZ, M. F. How nanotechnology can changee the concrete world. **American ceramic society bulletin**, 84, Novembro 2005.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



**WEIZNMANN, R. N.** Estudo sobre a influência da variação da dimensão máxima característica do agregado graúdo sobre o módulo de elasticidade do concreto. **Centro Universitário Univates. Lageado, p. 84. 2017.**

## UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA CONFECÇÃO DE CONCRETOS

Eduardo Dalla Costa Silva<sup>1</sup>  
Douglas Guedes Batista Torres<sup>2</sup>  
Thiago Guerra<sup>2</sup>

**Resumo:** Uma crescente problemática sobre o descarte de resíduos acaba por desencadear a busca por soluções que permitam a correta destinação dos rejeitos, bem como a incorporação destes em algum processo produtivo. No Brasil, ao se analisar o total dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), é notória a grande parcela destes pertencentes à construção civil onde segundo Neto (2005), esta se encontra entre 51 e 70% do total. Desta forma, são cada vez mais observadas ocorrências de estudos promovendo a utilização de resíduos da construção e demolição (RCD) para a confecção de materiais, como por exemplo, o concreto. Portanto, em busca de um melhor esclarecimento a respeito do tema, se evidencia a extrema importância da análise desta problemática por meio dos diversos estudos baseados no ponto em questão. Tais estudos e análises podem propiciar a adequada interpretação de dados adquiridos e elaboração de corretas consequências acerca do fenômeno. Assim sendo, objetiva-se estudar o efeito de tais agregados reciclados para com as propriedades do concreto, principalmente no que tange à resistência à compressão axial, absorção de água e trabalhabilidade. Em respeito à resistência a compressão, muitos são os autores que, mediante análises experimentais, discorrem sobre a redução desta propriedade na medida em que se é adicionado material reciclado. Hansen (1992) reúne dados de diversas pesquisas, os quais convergem para uma perda de 5 a 20% desta resistência em concretos confeccionados com a substituição de materiais pelo devido uso dos RCD. Observamos que ao promover o reuso de material de construção na forma de agregado reciclável, qualquer proporção adicionada deve ser verificada quanto à alteração resultante das propriedades mecânicas dos elementos confeccionados, sendo possível atingir valores de redução de resistência de 7% a partir da substituição de 30% do agregado graúdo, reduzindo ainda os custos de matéria prima (DAVIES, 2016). Dessa forma, também é possível verificar a alteração dos módulos de elasticidade resultantes da substituição do agregado graúdo natural, sendo observado na literatura oscilações entre 6 a 12% (SILVA, 2014). Já em relação à taxa de absorção de água, Leite (2001) relata que a influência nesta absorção por parte do agregado reciclado merece especial atenção durante o processo de análise do concreto, onde diferencia-se do agregado natural. Indica-se que quanto menor é a dimensão do agregado, maior é sua propriedade higroscópica (BARRA, 1996). Assim sendo, Levy (2007) traz a estimativa sobre a absorção dos agregados reciclados finos, a qual é de 6 a 10 vezes maior em comparação aos agregados naturais de aproximadas dimensões. Em sequência, a trabalhabilidade também é uma característica bastante afetada, onde diversos trabalhos atestam que esta propriedade acaba por ser drasticamente reduzida, na medida em que agregados reciclados são substituídos pelos naturais. O mesmo autor supracitado, em diferente trabalho, justifica tal efeito por conta da maior porosidade e absorção de água por parte destes agregados, reduzindo assim a quantidade de água livre na mistura e conseqüentemente sua trabalhabilidade (LEVY, 1997). Notadamente, a substituição de agregados naturais pelos devidos correspondentes provenientes de

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Civil - Centro Universitário Univel (Bolsista PIBIC);

<sup>2</sup>ORIENTADORES: Professores Doutores do Curso de Engenharia Civil do Centro Univesitário Univel.

estruturas recicladas, afetam diretamente a fração água/cimento da massa, fator preponderante no desempenho do concreto. Desta forma, nota-se a significativa influência dos agregados reciclados (graúdo e miúdo) nas respectivas propriedades da massa do concreto. Por mais que a incorporação e substituição de resíduos naturais por reciclados acarrete em uma perda de efetividade nas propriedades citadas, ganha-se no quesito da possível solução total ou parcial sobre a crise de detritos regional. Desta forma, busca-se a execução de futuros trabalhos, mediante análises previamente concretizadas, através da execução de ensaios experimentais com corpos de prova moldados a partir da substituição de materiais naturais pelos reciclados. Parcerias já foram firmadas para execução dos procedimentos experimentais, a citar a empresa *FUTURE*, onde o intuito consiste em levantar dados sobre tais incorporações e conseqüentes influências no concreto. Vale ainda citar, como desígnio de tornar o concreto algo mais sustentável, a devida diminuição do uso de cimento, uma vez que a produção deste composto é responsável por ser a principal fonte emissora de CO<sub>2</sub> na indústria. Assim sendo, espera-se que seja possível analisar, com o auxílio do acervo já existente sobre o tema, as características deveras alteradas do material, bem como a investigação de medidas a fim de aperfeiçoá-las.

## REFERÊNCIAS

BARRA, M. **Estudio de la durabilidad del hormigón de árido reciclado en su aplicación como hormigón armado.** Tese (doutorado). Escola técnica Superior d'Enginyers de Camin, Canal i Ports. Universitat Pilotécnica de la Catalunya, Barcelona. 223p, 1996.

DAVIES, F. S.. **Utilização de agregado reciclado na fabricação de tubos de concreto.** Trabalho de Conclusão. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 57p. 2016.

HANSEN, C. **Recycled of demolished concrete and masonry.** London: Chapman & Hall, Part One: Recycled Aggregates and recycled aggregate concrete, p. 1-160. (RILEM TC Report 6). 316p., 1992.

LEITE, M. B.. **Avaliação das propriedades mecânicas de concretos produzidos com agregados reciclados de resíduos da construção e demolição.** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

LEVY, S. M. **Reciclagem do entulho de construção civil, para utilização como agregado de argamassas e concretos.** Dissertação (Mestrado) - Escola Politécnica - Universidade de São Paulo. 147p, 1997.

LEVY, S.; HELÈNE, P.. **Durability of concrete mixed with fine recycled aggregates.** Exacta, v. 5, n. 1, 2007.

NETO, J. C. M. **Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição no Brasil.** São Carlos: Rima. 162 p. 2005.

SILVA, L. C.; FELIX, L. P.; SANTOS, T. M.. **Influência dos agregados reciclados de resíduos da construção nas propriedades mecânicas do concreto.** Trabalho de Conclusão. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 45p. 2014.





CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

# RESUMOS DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## O PAPEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA INDÚSTRIA 4.0

Eric Luan Schmidt<sup>1</sup>  
Luiz Fernando Beneli Marafon<sup>2</sup>  
Ediloy Guilherme Dolinski<sup>3</sup>  
Vinícius Tessele<sup>4</sup>  
Matheus de Lima Goedert<sup>5</sup>

**Resumo:** Devido à grande quantidade de dados gerados por uma organização, seria um grande desperdício não utilizá-los como auxílio nas tomadas de decisões por parte dos gestores, neste contexto a indústria 4.0 lança à mão sistemas computacionais de inteligência artificial (IA) com o propósito de utilizar os dados levantados para maximização da produtividade. Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica e tem como objetivo geral identificar as vantagens da implementação de sistemas de IA autônomos para a operação de unidades fabris à luz da indústria 4.0. A relevância desta pesquisa está firmada na crescente notoriedade do tema, aliada à constante busca por níveis mais elevados de efetividade produtiva. Segundo Bottino e Laurentini (2001), a Inteligência Artificial (IA) pode ser definida como um ramo da ciência da computação que tem como objetivo o desenvolvimento de softwares inteligentes com capacidade de escolha semelhante a do ser humano, enquanto Milington (2006) define IA como a capacidade de um dispositivo realizar tarefas que o cérebro humano realiza naturalmente. Neste sentido, Fernandes (2005) determina que inteligência pode ser considerada a habilidade de adquirir e aplicar conhecimentos, pensar e raciocinar, acumulando assim informação, sendo que artificial é tudo aquilo que for não natural, ou seja, criado pelo homem. Logo, define-se IA como sendo um sistema que busca, por meios artificiais, simular a inteligência humana a fim de resolver problemas complexos e aprender novos procedimentos valendo-se de técnicas de raciocínio. Com isso, a indústria 4.0 vislumbra fábricas mais flexíveis, inteligentes, dinâmicas e ágeis, caracterizando-se pela utilização conjunta de informações, sistemas de sensoriamento e automação, conexão em rede e computação (KUPFER, 2016). Dentre as técnicas e conceitos utilizados pela indústria 4.0, pode-se citar nove como sendo seus pilares tecnológicos, são eles: internet das coisas (internet of things - IoT), computação em nuvem, sistemas integrados, manufatura aditiva, simulação, robôs autônomos, Big Data, realidade aumentada e segurança da informação. Segundo Lee et al. (2015), a indústria 4.0 é um conceito que engloba as principais inovações tecnológicas dos campos de automação, controle e tecnologia da informação, aplicada aos processos de manufatura. Sendo assim, compreendendo que a indústria 4.0 pode ser considerada uma evolução dos sistemas produtivos industriais, e com base em estudos já realizados, é possível listar alguns impactos positivos ocasionados por ela nas organizações, como por exemplo: redução de custos; economia de energia; aumento da segurança; conservação ambiental; redução de erros; fim do desperdício; transparência nos negócios; aumento da qualidade de vida; personalização; e escala sem precedentes, dentre outros (GILCHRIST, 2016; LASI et al., 2014). Neste contexto, o conceito de IA emerge aliado ao

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia de Produção da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia de Produção da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADS da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> Professor Mestre do Curso de Engenharia de Produção da Univel – Centro Universitário Univel.

<sup>5</sup> ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre/Doutor Nome do Professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Univel – Centro Univesitário Univel.



termo Aprendizado de Máquina (Machine Learning), que se referem ao desenvolvimento e utilização de algoritmos aprimorados e capazes de aprender e evoluir por conta própria e que podem realizar tarefas que antes eram de competência somente dos seres humanos, desde tarefas repetitivas e sem dificuldade de raciocínio à tomadas de decisões mais complexas (COELHO, 2016). O princípio de conectividade da indústria 4.0, remete ao conceito de machine-machine (M2M), que tem como princípio a ausência de intervenção humana para execução de tarefas, que na maioria das vezes são simples e repetitivas, com baixa ou nenhuma tomada de decisão, possibilitando desta forma a realização do seu gerenciamento por meio de IA. Tomando como base a constante busca por inovação e aumento de produtividade, aliado ao fato de a mão de obra humana estar cada vez mais onerosa, a aplicação de IA na indústria 4.0 pode maximizar os resultados produtivos dos parques fabris, facilitando seu gerenciamento, além de diminuir custos de produção à médio e longo prazo. Da perspectiva social, a indústria 4.0 não busca substituir a mão de obra humana somente por consequência de seus benefícios supracitados, como por exemplo, menores custos e maior produtividade, mas sim para que o ser humano possa assumir em sua plenitude o papel de ser pensante, única e exclusivamente.

## REFERÊNCIAS

- BOTTINO, A; LAURENTINI. **Experimenting with non instructive motion capture in a virtual environment.** The visual Computer, 2001.
- COELHO, P. M. N. **Rumo à Indústria 4.0.** 2016. 65 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Engenharia e Gestão Industrial, Departamento de Engenharia Mecânica, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016..
- FERNANDES, A. M. da R. **Inteligência Artificial: noções gerais.** Florianópolis: VisualBooks, 2005.
- GILCHRIST, A. **Introducing industry 4.0. in Industry 4.0.** New York: apress, 2016
- KUPFER, D. **Indústria 4.0 Brasil.** Rio de Janeiro: Valor Econômico, 2016. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/ienamidia/arquivo/080820165505\\_080816\\_Industria\\_4.0\\_Brasil.pdf](http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/ienamidia/arquivo/080820165505_080816_Industria_4.0_Brasil.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2019.
- LEE, J., BAGUERI, B.; KAO, H. A. **A cyber-physical systems architecture for industry 4.0-based manufacturing systems.** Manufacturing letters, 2015.
- MILLINGTON, I. **Artificial Intelligence for Games.** California: Elsevier, 2006.

## REDES NEURAIS ARTIFICIAIS E SUAS APLICAÇÕES NA PREVISÃO DE DEMANDA

Gustavo Tatsuro Yatsu<sup>1</sup>  
Marina Moreira Cunha<sup>2</sup>  
Eric Luan Schmidt<sup>3</sup>  
Felyp Henrique Fernandes<sup>4</sup>  
Matheus de Lima Goedert<sup>5</sup>

**Resumo:** Em um contexto mundial de crescente competitividade e de intensas mudanças nos cenários econômicos, faz-se necessária a utilização de técnicas e metodologias que gerenciem as incertezas intrínsecas do mercado. Dessa forma, atualmente as organizações se encontram em uma posição onde é imprescindível desenvolver técnicas para assegurar a responsividade às demandas e, de modo conseqüente, a competitividade (TUBINO, 2017). As previsões de demanda são indispensáveis para o planejamento das atividades de um empreendimento, tendo em vista que possibilitam aos gestores a obtenção de estimativas mais assertivas para evitar tanto o excesso quanto a escassez de estoques (WERNER; LEMOS; DAUDT, 2006). Nesse sentido, métodos de previsão de demanda utilizando Inteligência Artificial (IA), como as Redes Neurais Artificiais (RNA's) e os Algoritmos Genéticos, têm sido bastante difundidos, principalmente pelo fato de que possibilitam a modelagem de dados com características não lineares (ZHANG; XU; ZHOU, 2010; DORNELAS, 2017). As RNA's têm se mostrado como uma importante ferramenta da Indústria 4.0 e utilizam modelos matemáticos que buscam imitar o modo de funcionamento do cérebro humano, motivo pelo qual possuem elevada capacidade de aprendizagem e adaptabilidade, o que as permite compreender as relações entre as entradas e saídas de um sistema e, assim, possibilitam a tomada de decisões, característica inerente aos seres humanos (HAYKIN, 2009; HYNDMAN; ATHANASOPOULOS, 2018). Tal fato se caracteriza como uma das qualidades mais relevantes para a previsão de demanda, pois torna as RNA's uma excelente ferramenta quando se trabalha com diferentes tipos de informações (DORNELAS, 2017). Segundo Haykin (2009), a RNA é estruturada basicamente por unidades de processamento denominadas neurônios, as quais estão conectadas entre si por canais de comunicação (conexões) onde ocorrem as trocas de informações entre as camadas. Cada um deles possui valores associados chamados de pesos (*weight*) que representam a força que a informação carrega. Estas camadas são divididas em três tipos: as de entrada, as intermediárias (ocultas) e as de saída. As camadas de entrada são onde dados, informações e/ou padrões são apresentados à rede, os quais geralmente são valores numéricos e possuem um correspondente na saída. Já as camadas intermediárias são formadas pelos neurônios considerados extratores de características e farão a maior parte do processamento por meio dos pesos sinápticos e limiares de ativação, ou seja, elas associam um peso a cada informação da camada de entrada de acordo com sua relevância para a camada de saída.

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia de Produção da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia de Produção da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADS da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>5</sup> ORIENTADOR: Professor Mestre Matheus de Lima Goedert – Professor do Curso de Engenharia de Produção da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

Por fim, as camadas de saída são responsáveis por gerar as saídas da RNA, no caso da previsão de demanda, as previsões em si (HAYKIN, 2009). Desta forma, o processo de aprendizado da rede consiste em adaptar os pesos para adquirir conhecimento, também chamado de memória. De acordo com Silva, Spatti e Flauzino (2010), o processo de utilização da RNA para previsão de demanda ocorre, essencialmente, em três etapas: treino, validação e teste. O treino consiste em apresentar de 60 a 90% dos dados em estudo para a rede, de forma a garantir que o aprendizado ocorra. A validação faz testes ao fim de cada repetição do treino, de forma a verificar o ajuste da rede durante o treinamento. O teste se utiliza de 10 a 40% dos dados já existentes para verificar a acuracidade da RNA com relação a eles. Verificado um bom resultado, pode-se elaborar a previsão para os períodos futuros. Em suma, as RNA's possibilitam atingir resultados que nem sempre são possíveis através dos métodos preditivos convencionais, devido ao fato de que elas consideram diversas variáveis relacionadas aos dados em sua programação e possibilitam a modelagem de séries temporais que apresentam padrões não-lineares (FLORES; WERNER, 2007). Por fim, vale ressaltar que, além da previsão de demanda, existem muitas aplicações para as RNA's na indústria, nos mais diversos setores e segmentos, podendo influenciar em várias etapas da manufatura. As RNA's conseguem reconhecer uma grande quantidade de elementos, motivo pelo qual podem ser utilizadas, por exemplo, para reconhecimento de peças, controle de qualidade e prevenção de falhas.

## REFERÊNCIAS

DORNELAS, R. C. **Previsão de vendas e gestão da demanda de máquinas agrícolas**: proposta de uma abordagem baseada em redes neurais artificiais. 2017. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Pesquisa Operacional, Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2017.

FLORES, J. H. F.; WERNER, L. Aplicação de Redes Neurais Artificiais à previsão de vendas de máquinas agrícolas. In: XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos do Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Foz do Iguaçu: ABEPRO, 2007. p. 1 - 9. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007\\_TR620466\\_9360.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR620466_9360.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2019.

HAYKIN, Simon. **Neural Networks and Learning Machines**. 3. ed. Saddle River, New Jersey 07458. USA: Pearson Education, Inc., 2009.

HYNDMAN, R. J.; ATHANASOPOULOS, G. **Forecasting: Principles and practices**. 2. ed. Melbourne: Otexts, 2018. Disponível em: <<https://otexts.com/fpp2/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

SILVA, I. N. da; SPATTI, D. H.; FLAUZINO, R. A. **Redes Neurais Artificiais para Engenharia e Ciências Aplicadas**: Fundamentos teóricos e aspectos práticos. 2. ed. São Paulo: Artliber, 2010.

TUBINO, D. F. **Planejamento e controle da produção**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2017.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



WERNER, L.; LEMOS, F. de O.; DAUDT, T. Previsão de demanda e níveis de estoque: Uma abordagem conjunta aplicada no setor siderúrgico. XIII SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2006, Bauru. **Anais eletrônicos do Simpósio de Engenharia de Produção**. Disponível em: [http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais\\_13/artigos/1205.pdf](http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/1205.pdf). Acesso em: 13 set. 2019.

ZHANG, H.-T.; XU, F.-Y.; ZHOU, L. **Artificial neural network for load forecasting in smart grid**. International Conference on Machine Learning and Cybernetics (ICMLC), 2010.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

# RESUMOS DE ENGENHARIA MECÂNICA

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO



## A APLICABILIDADE DO COBALTO E MANGANÊS COMO ELEMENTOS DE LIGA NO AÇO

Joel Aparecido de Souza Junior<sup>1</sup>  
Luan de Souza <sup>1</sup>  
Patrick Carlin Tacca<sup>1</sup>  
Felipe Cristiano Giongo<sup>1</sup>  
Thiago Guerra<sup>2</sup>

**Resumo:** Na indústria metalomecânica, é de extrema importância a otimização e adequação das características dos materiais, tanto para a fabricação como para posterior utilização do mesmo. Para tal, a mistura de novos elementos às matrizes metálicas acaba sendo um dos principais meios para se alcançar esta otimização das propriedades, e nesse caso, justifica-se o estudo sobre os elementos de liga como de suma importância (IFSC, 2009; SILVA, 2011). Esta revisão de literatura tem como objetivo aprimorar conhecimentos e conceber novas alternativas a elementos de liga austenitizantes. Os elementos de liga são elementos que modificam as propriedades de um aço, promovendo mudanças na microestrutura do material, conferindo a este material propriedades especiais para aplicações específicas (IFSC, 2009; INFOMET, 2019; DINIZ, 2005). Em se tratando de elementos de liga presentes no aço-carbono, vale ressaltar quaisquer outros elementos, distintos do ferro e do carbono, sendo estes os constituintes básicos do aço em questão (VENSON, 2017). Os elementos de liga que recebem destaque em sua utilização nas ligas de aço são: cromo, manganês, níquel, molibdênio, cobalto, silício, cobre, vanádio e tungstênio (SILVA, 2011). As particulares características obtidas através destes elementos, geralmente estão atreladas ao fato deles estabilizarem ou evidenciarem uma ou mais fases, sejam químicas ou físicas, na matriz em que são adicionados (IFSC, 2009; VENSON, 2017). Estes elementos podem ser resultantes e/ou inerentes do processo de fabricação do aço, assim como adicionados de maneira intencional afim de se obter características específicas, quando nesta condição nomeiam-se elementos de liga. As características buscadas podem ser tais: mudança no ponto de fusão, aumento da dureza, aumento da capacidade de corte, conferir resistência a corrosão e ao desgaste, aumentar a resistência ao calor, assim como melhorar capacidade elétricas e magnéticas da liga. (IFSC, 2009; INFOMET, 2019; DINIZ, 2005). O níquel por sua vez, quando adicionado como elemento de liga, permite uma transformação de fase química do material, promovendo a formação de austenita. Essa transformação propicia mudanças na microestrutura, ocasionando em alterações nas propriedades mecânicas da liga (SILVA, 2011; GUERRA, 2017). Largamente utilizado em ligas que operam a altas temperaturas, o cobalto torna-se uma ótima opção para substituir o níquel em ligas de aço. Servindo de efeito comparativo, as ligas a base de cobalto possuem ponto de fusão mais alto, permitindo uma absorção de tensões residuais em temperaturas elevadas, propiciam também maior resistência à corrosão a quente, além de resistirem a fadiga térmica e soldabilidade significativamente superior à das ligas de níquel (TAKEYAMA, 2005; MARQUES, 2018). Em aços cementados, ou seja, aços geralmente enriquecidos superficialmente por carbono para produzir dureza e resistência ao desgaste (USP, 2011), o cobalto fornece uma matriz dúctil

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Doutor Thiago Guerra do Curso Engenharia Mecânica da Univel – Centro Universitário Univel.

para carbonetos provenientes do tungstênio que muitas vezes aparecem por decorrência do processo de fabricação. Além disso, o cobalto também promove um aumento na resistência a desmagnetização de diversos materiais magnéticos, devido a sua natureza ferromagnética (FERREIRA, 2012). Já o manganês, assim como o cobalto, pode substituir o níquel na fabricação de aços austeníticos, uma vez que ambos reduzem a temperatura de austenitização, além do manganês possuir um custo inferior ao níquel e o cobalto (INFOMET, 2019; SILVA, 2011). Na produção do aço, o manganês é adicionado para auxiliar na desoxidação do metal líquido e diminuir o impacto do enxofre na liga, combinando-se com o enxofre, formando assim o sulfeto de manganês (MnS). Quando adicionado nesta fase de produção, também auxilia na forjabilidade, temperabilidade, aumento da ductilidade e aumenta o limite elástico do material (IFSC, 2009; SILVA, 2011). A resistência a tração do material, ao se adicionar o manganês como elemento de liga, é maior em comparação com a mesma proporção de níquel, além de ampliar a capacidade de tempera do material (VENSON, 2017). Tanto o cobalto como o manganês, são exímios elementos na substituição do níquel, quando o mesmo não supre as necessidades em uma liga austenítica. Vide os aços inoxidáveis de baixo custo, onde a aplicação do manganês acarreta em um maior custo benéfico. De maneira correlata seu uso se estende à tubulações para a exaustão de gases com alta ação corrosiva, onde vale-se do uso de cobalto como elemento de liga.

## REFERÊNCIAS

**AÇOS-LIGA; EFEITOS DOS ELEMENTOS DE LIGA; PROPRIEDADES MECÂNICAS.** 2019. Disponível em: <https://www.infomet.com.br/site/acos-e-ligas-conteudo-ler.php?codConteudo=8>. Acesso em: 8 set. 2019.

**AÇOS INOXIDÁVEIS AUSTENÍTICAS,** 2019. Disponível em: <https://www.infomet.com.br/site/acos-e-ligas-conteudo-ler.php?codConteudo=205>. Acesso em: 8 set. 2019. 17:34.

Apostila do curso de Engenharia Mecânica do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). **MELHORANDO AS PROPRIEDADES DOS AÇOS.** 2009.

Apostila do curso de Geologia e Metalurgia da Universidade de São Paulo (USP). **AÇOS para cementação e nitretação.** 2011.

DINIZ, Eduardo de Oliveira. **ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO NÍOBIO NA MICROESTRUTURA E PROPRIEDADES MECÂNICAS DA BARRA CHATA TEMPERADA E REVENIDA PARA APLICAÇÃO EM FEIXES DE MOLA.** Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia Metalúrgica e de Minas) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

FERREIRA, L.; GIMENEZ, L. **COBALTO E AS FAMOSAS LIGAS DE STELLITE.** Infosolda, agosto 2012.

GUERRA, T. **MODELAGEM DO CICLO TÉRMICO DO PROCESSO GMAW EM AÇOS INOXIDÁVEIS DUPLEX PELO MÉTODO DE ELEMENTOS FINITOS.** Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Química e dos Materiais, 2017.





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



MARQUES, F. P. **COMPORTAMENTO TRIBOLÓGICO DE TRÊS SUPERLIGAS DE COBALTO EM ENSAIOS DE MICRO ABRASÃO**. 2018. 139 f. Tese (Doutorado) – Engenharia Metalúrgica e de Materiais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, A. C.; AVANZI, C. **MECÂNICA: TECNOLOGIA DOS MATERIAIS E INDUSTRIAL**. 2. ed. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2011. v. 2. ISBN 978-85-8028-040-1.

TAKEYAMA, R. R. **CARACTERIZAÇÃO DE REVESTIMENTOS DE LIGAS À BASE DE CO MODIFICADAS PELA ADIÇÃO DE CARBONETOS DE TUNGSTÊNIO**. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia Mecânica) - Universidade Federal do Paraná, 2005.

VENSON, I. Apostila do Curso de Engenharia Industrial Madeireira da Universidade Federal do Paraná (UFPR). **CONSTITUINTES ESTRUTURAIS DE EQUILÍBRIO DOS AÇOS**. 2017.

# **ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA FERRITA DELTA EM AÇO INOXIDÁVEL SUPERMARTENSÍTICO (AISM): COMPARATIVO ENTRE O PROCESSO DE SOLDAGEM PLASMA CONVENCIONAL E PULSADO**

Bruno Hermes de Luca<sup>1</sup>  
João André Malacarne<sup>1</sup>  
Joel Aparecido de Souza Junior<sup>1</sup>  
Thiago Guerra<sup>2</sup>  
Douglas Guedes Batista Torres<sup>2</sup>

**Resumo:** Os aços inoxidáveis martensíticos (AIM) em geral apresentam alta resistência mecânica, boa resistência à corrosão e podem ser endurecidos por tratamento térmico como a têmpera e o revenimento (CAMILO et al., 2010). Quando ocorre o processo de têmpera, a microestrutura austenítica presente nesses aços transforma-se em martensita, trazendo grandes vantagens quando se trata da resistência mecânica do material (STROBEL FILHO et al., 2007). Por apresentar tais características, os AIM são amplamente utilizados dentro do setor mecânico, a citar: em turbinas hidráulicas, corpos de válvulas e tubos de alta pressão (GASTALDO, 2010; BARLOW, 2011). Objetiva-se com o presente trabalho, através de revisão bibliográfica, o aprofundamento nas competências acerca da análise, quantificação e compreensão sobre a formação da ferrita delta presente na microestrutura da junta soldada dos AIM's. Dentro dos objetivos, se enquadra uma variante entre o processo de soldagem plasma convencional e plasma pulsado, a fim de observar qual processo acarreta na menor alteração das propriedades mecânicas do metal base. Quando o material passa por um processo de soldagem, o tempo que o mesmo fica suscetível a altas temperaturas faz com que a junta soldada esteja sujeita ao aparecimento de trincas e modificações das propriedades do material (MODENESI et al., 2011), bem como mudanças na microestrutura da zona termicamente afetada - ZTA (BALLESTEROS, 2009). Compreende-se por ZTA, a zona entre o metal de solda (ou zona fundida) e o metal base não afetado pelo calor inserido através da solda (GUERRA, 2017). A ferrita delta, apresenta uma longa discussão ao longo da história, quando se trata de um aço martensítico, a mesma permite uma maior precipitação de carbonetos em seu interior em referencia à austenita (LADANOVA et al., 2006). Tal fato se deve à sua microestrutura cúbica de corpo centrado (CCC) apresentar um maior fator de empacotamento atômico quando comparado com à austenita, que se solidifica como cúbica de face centrada (CFC) (MODENESI et al., 2011). Desse modo, a precipitação de carbonetos faz com que o aço inoxidável martensítico seja mais suscetível à corrosão sob tensão, tornando sua presença indesejada devido às aplicações cabíveis ao aço em questão (TURNBULL, 2005). Ao passar por um processo de soldagem a zona fundida atinge temperaturas acima da temperatura Ac<sub>4</sub> (temperatura onde a austenita inicia sua transformação para ferrita delta) (CARROUGE et al., 2002), e a permanência na mesma possibilita que uma maior quantidade de austenita se transforme em ferrita delta (CARROUGE et al., 2002; KOU, 2003). Quando variado o processo de soldagem, alterando

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Doutor do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

entre plasma convencional e pulsado, obtêm-se uma redução na quantidade de ferrita delta formada na ZTA, sendo esta, apresentada sob a forma de bandas (PAREDES, 2013). Ao ser utilizado o plasma pulsado, a região da zona fundida subsiste um tempo menor acima da temperatura Ac4 (temperatura onde ocorre a precipitação da ferrita delta) sendo esse um possível motivo na redução da ferrita delta na ZTA (HENKE, 2010). Analisando os resultados, pode-se concluir que ao realizar um processo de soldagem utilizando plasma pulsado, a quantidade de ferrita delta formada diminuiu, bem como a maneira com que a mesma se formou na ZTA foi alterada. Logo, para futuros estudos, cabe analisar as influências trazidas por essas variações nas propriedades dos materiais, a fim de que seja possível identificar e remediar os devidos problemas presentes nas aplicações do aço em estudo.

## REFERÊNCIAS

BALLESTEROS, A. F.; **Avaliação da Resistência de Juntas Soldadas Circunferenciais de Aço API 5L X-80 à Corrosão sob Tensão na presença de sulfetos e Susceptibilidade à Fragilização por Hidrogênio.** Tese (Doutorado) – Curso de Engenharia de Materiais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 290 f., 2009.

BARLOW, L. D.; DUTOIT, M.; **Effect of Austenitizing Heat Treatment on the Microstructure and Hardness of Martensitic Stainless Steel AISI 420.** *Journal Of Materials Engineering And Performance*, Springer Science and Business Media LLC, [s.l.], v. 21, n. 7, p.1327-1336, 2011.

CALLISTER, W. D.; **Ciência e Engenharia de Materiais: Uma Introdução.** 8ª Edição, Rio de Janeiro, 2013.

CAMILO, A. P. C.; ROVERE, C. A. D.; AQUINO, J. M.; KURI, S. E.; **Efeito do revenido na resistência à corrosão dos aços inoxidáveis supermartensíticos.** REM: R. Esc. Minas, Ouro Preto, 63(1): 117-122, jan. mar. 2010.

CARROUGE, D.; BADESHIA, H.K.D.H.; WOOLLIN, P.; **Microstructural change in high temperature heat-affected zone of low carbon weldable 13 %Cr martensitic stainless steels.** Proceedings of the stainless steel world conference. p.61-67, 2002.

GASTALDO, F. T.; **Efeitos do Tratamento de Superfície a Laser na Microestrutura e na Resistência ao Desgaste do Aço Inoxidável Martensítico.** 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

GUERRA, T.; **MODELAGEM DO CICLO TÉRMICO DO PROCESSO GMAW EM AÇOS INOXIDÁVEIS DUPLEX PELO MÉTODO DE ELEMENTOS FINITOS.** Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Materiais e de Processos Químicos e Metalúrgicos, Puc-rio, Rio de Janeiro, 144 f, 2017.

HENKE, S. L.; **EFEITO DA SOLDAGEM PLASMA PULSADA NA MICROESTRUTURA E RESISTÊNCIA À FADIGA DE UM AÇO INOXIDÁVEL SUPERMARTENSÍTICO.** Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Mecânica, UFPR, Curitiba, 120 f, 2010.

KOU, S.; **Welding metallurgy.** Book, John Wiley & Sons. 2003.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



LADANOVA, E.; SOLBERG, J.K.; ROGNE, T.; **Carbide precipitation in HAZ of multipass welds in titanium containing and titanium free supermartensitic stainless steels Part 1 – proposed precipitation mechanisms.** Corrosion Engineering, Science and Technology Vol. 41, p143-151, 2006.

MODENESI, P. J.; MARQUES, P. V.; SANTOS, D. B.; **Introdução à Metalurgia da Soldagem.** Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais. Belo Horizonte, 2012.

PAREDES, R. S. C.; HENKE, S. L.; **Desenvolvimento da ferrita delta na solda e ZTA resultante de soldagem plasma pulsada em um aço inoxidável supermartensítico.** Soldag. Insp. São Paulo, Vol. 18, Nº. 01, p.057-063, Jan/Mar 2013.

STROBEL FILHO, E.; LIMA, A. P.; MARIANO, N. A.; **Efeito do tratamento térmico na caracterização microestrutural e das propriedades mecânicas de um aço inoxidável martensítico do tipo 13Cr5Ni0,02C.** REM: R. Esc. Minas, Ouro Preto, 60(1): 123-127, jan. mar. 2007.

TURNBULL A.; NIMO B.; **Stress corrosion testing of welded supermartensitic stainless steels for oil and gas pipelines.** Corrosion Engineering, Science and Technology, vol. 40 no.2 p103-109, 2005.

## ANÁLISE E DIMENSIONAMENTO DE UMA GAIOLA TIPO BAJA

Silcio Stocker Junior<sup>1</sup>  
Thomas Anderson Novossadt<sup>1</sup>  
Roberson R. Parizotto<sup>2</sup>

**Resumo:** O programa Baja SAE pode ser definido como um desafio estudantil cujo objetivo é promover aos alunos participantes uma experiência de aplicar na prática seus conhecimentos adquiridos academicamente, sob a forma de um processo integrado de desenvolvimento, garantindo primazia em âmbito internacional (SAE BRASIL, 2019). Para participar da competição, cada equipe tem de projetar e construir um veículo monoposto, esportivo, fora-de-estrada, na qual a estrutura contenha o condutor. Tal veículo deve ser um protótipo para produção em série, sendo confiável e sua manutenção fácil, ergonômico e que atende ao mercado consumidor, com uma produção estimada em 4000 (quatro mil) unidades por ano (SAE BRASIL, 2019). O objetivo deste trabalho é analisar o dimensionamento e construção de uma gaiola tipo baja, através de cálculos e simulações via software (SolidWorks). A gaiola, por sua vez, deve ser projetada e fabricada para prevenir quaisquer falhas em sua integridade, e tem por objetivo manter um espaço mínimo ao redor do piloto (SAE BRASIL, 2019), a gaiola, ou chassi, também tem a função de acomodação do cockpit, suporte para o motor, e aos sistemas de transmissão, suspensão e frenagem do veículo (Andrade, 2017). A gaiola é dividida em membros primários e secundários, nomeados pelo regulamento da competição. Primeiramente deve-se determinar o material a ser utilizado, o regulamento exige que, para os membros primários seja um perfil de aço tubular, com conteúdo de no mínimo 0,18% de carbono, diâmetro externo de 25,4 mm e espessura de parede de 3,05 mm, permite-se a utilização de diferentes matérias e/ou seções desde que possuam superior rigidez à flexão e resistência à flexão ao especificado para o sugerido, a espessura de parede deve ser de, no mínimo 1,57 mm e 0,18% de carbono. Já os membros secundários, devem ser um tubo de aço, com diâmetro externo, ou menor dimensão externa em perfis não circulares maior ou igual a 25,4mm, com espessura mínima de parede de 0,89mm e conteúdo de carbono de ao menos 0,18% (SAE BRASIL, 2019). Neste caso, utilizou-se a segunda opção. O regulamento exige a comprovação das propriedades do material escolhido. Optou-se por utilizar-se o aço SAE 1020, visto que é um material com alta disponibilidade no mercado, possui preço acessível, sendo um aço com boa resistência mecânica e boa ductilidade, permitindo o uso de diferentes processos de fabricação (SOBRAL, 2014), de 1,98mm de espessura de parede, e 38,1 mm de diâmetro. Para determinar se a gaiola atende aos requisitos do regulamento foram feitos cálculos para comprovar a rigidez e resistência à flexão, além de simulações através do software SolidWorks, visando compreender o comportamento da estrutura quando esta sofre esforços. Para a rigidez à flexão, disponível em (SAE BRASIL, 2019), neste material obteve-se um resultado de  $7523,5 \text{ Nm}^2$ . E para a resistência à flexão, disponível em (SAE BRASIL, 2019), neste material obteve-se um resultado de 674,28 MPa. Para determinar a resistência mecânica da estrutura do veículo é realizado o mapeamento dos esforços sofridos pela estrutura do carro ao longo do Enduro de Resistência da Competição Baja SAE Brasil. Para tanto, é determinado os pontos críticos da estrutura, ou seja, os pontos nos quais a estrutura sofrerá os maiores impactos, que nesse caso, será os pontos de apoio da suspensão (SOBRAL, 2014). Foram realizadas simulações estáticas e de queda da estrutura do chassi,

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Mestre Roberson R. Parizotto do curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

onde aplicou-se três pontos de ancoragem, e um ponto de força de 10000 N, verticalmente com sentido para cima. Tais simulações tem por objetivo elucidar o comportamento da estrutura quando esta sofre carregamentos transmitidos pelo sistema de suspensão ao chassi (SOBRAL, 2014). Utilizando a equação da tensão, disponível em (CALLISTER, 2013), obteve-se uma força máxima aceitável pela estrutura, isto é, a maior força que a mesma suportaria receber de uma forma segura. O material tem um limite de escoamento de 350 Mpa, e utilizando um coeficiente de segurança de 1,4, pode-se concluir que a estrutura suporta receber 228,750 N/m, que equivale a 23,318 Kgf/m. O presente trabalho procurou analisar o dimensionamento de uma gaiola tipo baja, através de cálculos e simulações via software, e assim conclui-se que a estrutura estudada atende os requisitos exigidos pelo regulamento do Baja SAE Brasil, sendo confiável e segura para o piloto.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, G. A. M. **Análise Estrutural – Baja Pampa**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pampa, Alegrete, 2017.

CALLISTER, W. D. **Ciência e Engenharia de Materiais: uma introdução**. 8. Ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2013.

SAE BRASIL – **Regulamento Administrativo e Técnico Baja SAE Brasil**, emenda 3. 30/09/2019

SOBRAL, R. S. **Análise Estrutural para Vida à Fadiga de um Chassi Tipo Minibaja**. Monografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.



## CARACTERÍSTICAS E APLICAÇÕES DO AÇO BAIXO CARBONO

Eduardo Felipe Rheinheimer<sup>1</sup>  
Elvio de Souza<sup>1</sup>  
Luiz Ricardo de Oliveira Silva<sup>1</sup>  
Wesley Renato da Silva<sup>1</sup>  
Thiago Guerra<sup>2</sup>

**Resumo:** Os aços carbonos são de longe as ligas mais produzidas, representando cerca de 90% da produção mundial, são classificados em aços, baixo, médio e alto teor de carbono (TSCHIPTSCHIN, 2010). O aço baixo teor de carbono (ABTC), é o mais comum entre os aços, pois fornece propriedades aceitáveis para diversas aplicações, pois é um aço com boa usinabilidade e soldabilidade (Al-QAWABEHA et.al, 2012). Segundo Callister (2015), os aços são ligas de ferro e carbono que podem conter concentrações apreciáveis de outros elementos, devido a tal motivo, as combinações que se podem atingir, são das mais vastas possíveis. As propriedades mecânicas da liga são sensíveis ao teor de carbono incorporado, sendo normalmente inferior a 1% da composição (KRELLING, 2015). Seguindo tal preceito, o presente trabalho tem por objetivo apresentar algumas ligas metálicas comerciais de baixo teor de carbono, demonstrar suas principais características mecânicas e suas aplicações. Oliveira e Hashimoto (2007), afirmam que o aço baixo carbono, normalmente possuem baixa resistência, baixa dureza e bastante tenacidade e ductilidade, apresentam menor custo de produção e não são submetidos a tratamentos térmicos. O ABTC contém geralmente menos que 0,3% de carbono em sua composição e são comumente aplicados em componentes que exigem ductilidade elevada (KRELLING, 2015). Callister (2015), afirma que o aço baixo carbono não responde a tratamentos térmicos realizados para formação da martensita, com isso, um outro método para ganho de resistência seria realizando trabalho a frio (encruamento). Sua microestrutura é constituída por ferrita pró eutetóide e perlita, devido a isso essas ligas possuem propriedades mecânicas de baixa dureza e baixa resistência, mas ductilidade e tenacidade excelentes, além disso são aços com boa soldabilidade e usinabilidade (ASKELAND; WRIGHT, 2014). Callister (2015), apresenta de maneira prática, algumas ligas de aços de baixo carbono comercial, suas características mecânicas e respectivas aplicações. Um dos aços mais utilizados na indústria é o SAE 1010 que possui um limite de resistência a tração de 325 MPa e limite de escoamento de 180 MPa, as principais aplicações são em painéis de automóveis, pregos e arames. O Aço SAE 1020 também é outro aço utilizado em larga escala, com limite de resistência a tração de 380 MPa e limite de escoamento de 210 MPa, sendo utilizado em tubulações, aço estrutural, proteções, escadas, guarda corpos e carcaça de máquinas. O aço A36, possui uma resistência mais elevada, pois sua fabricação passa por processos de laminação, formando vigas U, I, e cantoneiras, esse aço possui um limite de resistência a tração de 400 MPa e limite de escoamento de 260 MPa. O aço A516 Classe 70, de acordo com a Açosorte (2016), é muito utilizado pelas indústrias, pois possui uma excelente conformabilidade e grande resistência a tração, cerca de 490 MPa, além de limite de escoamento de 260 MPa, são amplamente aplicados em caldeiras e vasos de pressões. Até aqui foram citados os aços de baixo teor de carbono do tipo comum, no entanto, existe a outra classificação dos ABTC, que são os de Alta Resistência e Baixa Liga (ARBL) (ASKELAND; WRIGHT, 2014). Callister (2015), afirma

<sup>1</sup> Acadêmicos do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Professor da Matéria Caracterização e Transformação de Fase dos Materiais do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário Univel.



que os ARBL, possuem outros elementos de liga, como vanádio, níquel, e molibdênio, apresentando uma maior resistência que os aços com baixo teor de carbono comum. Um dos aços ARBL, comumente utilizado é o A656 Gr50, possuindo uma resistência a tração de até 650 MPa, pode ser aplicado em estruturas de pontes parafusadas ou rebitadas, e também em máquinas de perfuração (STEEL PLATE, 2014). Deste modo percebe-se que o ABTC de carbono possui diversos tipos de ligas e cada liga possui suas respectivas aplicações, sendo que todas essas aplicações envolvem geralmente serviços como soldagem, usinagem e trabalhos de conformação mecânica.

## REFERÊNCIAS

AÇOSPORTE. **Aço ASTM 516**. Disponível em: <http://www.acosporte.com.br/aco-astm-a516> . Acesso em: 26 set. 2019.

AI-QAWABEHA, Ubeidulla F; ALSHABATAT, Nabbel. **Effect of Annealing Temperature on the Microstructure , Microhardness , Mechanical Behavior and IMPact Toughness of Low Carbon Steel Grade 45**. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/c5cf/1b5725cd9b80c38683d996848b57d0a997ba.pdf?ga=2.211185301.108415455.1569453416-1413382139.1568563707> . Acesso em: 25 set. 2019

ASKELAND, Donald R.; WRIGHT, Wendelin J. **Ciência e engenharia dos materiais**. 2. Ed. Brasil: Trilha, 2014.

CALLISTER, William D. **Ciência e engenharia de materiais: uma introdução**. 8. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

KRELLING, Anael. **Aços e ferros fundidos**. Disponível em: <http://joinville.ifsc.edu.br/~anael.krelling/T%C3%A9cnico%20em%20Mec%C3%A2nica%20Integrado/CIM/5%20-%20A%C3%A7os%20e%20Ferros%20Fundidos.pdf> . Acesso em: 16 set. 2019.

OLIVEIRA, Natalino de Paula. HASHIMOTO, Tomaz Manabu. **Propriedades mecânicas de um aço baixo carbono com estrutura ferrita acicular**. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp034792.pdf> . Acesso em: 09 set. 2019.

STEEL PLATE. **A656 ASTM Grau 50**. Disponível em: <http://m.steel-plate-grade.com/carbon-and-low-alloy-high-strength-steel-plate/asma-sa-656-sa-656m/astm-a656-grade-50-a656qr50-carbon-and-low.html> . Acesso em 26 set. 2019

TSCHIPTSCHIN, André Paulo. **Mundo dos aços especiais – Módulo 1: Processos de fabricação**. Disponível em: <http://www.pmt.usp.br/ACADEMIC/antschip/Modulo-1.pdf> Acesso em: 25 set. 2019.

## EFICIÊNCIA DAS BATERIAS APLICADAS A SISTEMAS FOTVOLTAÍCOS

Luan de Souza<sup>1</sup>  
Thomas Anderson Novossadt<sup>1</sup>  
Gabriel Mesomo Reffatti<sup>1</sup>  
João Figueiredo<sup>2</sup>  
Thiago Guerra<sup>3</sup>

**Resumo:** As baterias podem ser consideradas dispositivos de extrema importância para a sociedade, pois são responsáveis por armazenar energia. Segundo (PINHO, 2014) as baterias são um conjunto de células ou vasos eletroquímicos, conectados em série ou paralelo, capazes de armazenar energia elétrica na forma de energia química por meio de um processo eletroquímico de oxidação e redução que ocorre em seu interior. Essa forma de energia pode ser utilizada para alimentar outros sistemas e/ou dispositivos, a citar: celulares, automóveis, e até mesmo residências por meio dos sistemas fotovoltaicos. Os sistemas fotovoltaicos ganharam evidência no setor energético mundial nos últimos anos em um ritmo acelerado, quando comparados a outros sistemas energéticos. A energia solar fotovoltaica pode ser definida como a energia gerada através da conversão linear da radiação solar em eletricidade (VILLALVA, 2012). Tal conversão se dá, por meio de um dispositivo conhecido como célula solar fotovoltaica, que atua basicamente utilizando o princípio físico do efeito fotoelétrico (IMHOFF, 2007). A energia obtida pelo efeito fotoelétrico por sua vez necessita ser armazenada em um dispositivo, (PEREIRA, 2011) como por exemplo, baterias. Esse tipo de geração se torna altamente interessante pois está entre umas das principais fontes de energias renováveis quando tratamos da matriz energética nacional. Segundo o site da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR, 2019), este tipo de geração representa 1,3% da capacidade total instalada no país que equivale a aproximadamente 2,25 Megawatts. Fontes de energias renováveis podem ser caracterizadas como sendo aquelas disponíveis no meio ambiente, geralmente em abundância, e são capazes de se regenerar ou reaproveitar sem ser diretamente consumida, ou ainda que tenha uma fonte homogênea e contínua, a exemplo da energia solar. Dada a devida introdução, este trabalho foi motivado para se exprimir o resultado de entrevistas feitas com profissionais colaboradores de empresas ligadas ao setor energético. Ao entrevistar o diretor de engenharia da “*empresa A*”, e um supervisor técnico de instalação da “*empresa B*”, houve o consenso que o principal problema dos sistemas supra retratados se refere quanto à forma de se armazenar energia. Segundo o Engenheiro da “*empresa A*”, os dispositivos de armazenamento de energia têm um custo ainda elevado, e uma vida útil relativamente baixa em relação à vida útil do sistema de geração, o que acaba por inviabilizar a instalação de tais sistemas. Com base nos sistemas fotovoltaicos encontrados no mercado nacional, encontramos alguns tipos de dispositivos de armazenamento que são utilizados em grande parte devido ao seu custo benefício. Segundo o site (SOLAR BRASIL, 2019) as baterias estacionárias comuns, que também são conhecidas como baterias de ciclo profundo apresentam uma vida útil de 4 a 5 anos, preços acessíveis de mercado e podem ser usadas, inclusive, em veículos

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Professor Mestre João Figueiredo do curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Professor Doutor Thiago Guerra do curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

recreacionais e sistemas de nobreak. Já as baterias VRLA (Valve Regulated Lead Acid) possuem vida útil de mais de 10 anos, têm uma resistência maior às temperaturas extremas, aos ciclos de descarga, às vibrações e aos choques mecânicos. São totalmente isentas de manutenção, seu valor de investimento é mais alto em relação aos outros. Já as baterias de gel (SOLAR BRASIL, 2019) que também tem uma vida útil superior a 10 anos e são indicadas principalmente, para sistemas solares fotovoltaicos em embarcações já que sua camada de gel dá maior estabilidade e segurança. Segundo o site Portal Solar, baterias de íon lítio se destacam entre as formas de armazenamento devido à sua alta densidade energética, que é a relação de quantidade de energia disponível no sistema. Conforme o site (STA ELETRÔNICA, 2019) a bateria de lítio é uma tecnologia recente que é usada quando se deseja alta densidade de energia armazenada, e uma massa reduzida. Células de Li-Ion causam menos dano quando descartadas do que as de chumbo-ácido ou baterias à base de cádmio. Isso se dá por conta dos materiais que a compõe, não sendo tão agressivos ao meio ambiente em relação às outras baterias citadas. Contudo os entrevistados afirmam que a sua principal desvantagem é o custo. Ao serem questionados quanto a isso, ambos concluíram que os materiais utilizados nesse tipo de dispositivo têm um custo relativamente elevado em relação aos outros componentes dos sistemas.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAÍCA. **Infográfico ABSOLAR**. Disponível em <<http://absolar.org.br/infografico-absolar-.html>>; acesso em 24 de set de 2019.

IMHOFF, J. **Desenvolvimento de Conversores Estáticos para Sistemas Fotovoltaicos Autônomos**. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 146f., 2007.

NEO SOLAR. **Baterias**. Disponível em <<https://www.neosolar.com.br/aprenda/saiba-mais/baterias-estacionarias>> ; acesso em 25 de set de 2019.

PINHO, J.; GALDINO, M. **Manual de engenharia para sistemas fotovoltaicos**. Rio de Janeiro: Cepel-Cresesb, 2014.

PEREIRA, F.; OLIVEIRA, M. **Curso técnico instalador de energia solar fotovoltaica**. Porto: Publindústria, 2011.

PORTAL SOLAR. **Bateria Solar**. Disponível em: <<https://www.portalsolar.com.br/bateria-solar.html>>; acesso em 24 de set de 2019.

SOLAR BRASIL. **Tipos de baterias para sistemas fotovoltaicos**. Disponível em: <<http://www.solarbrasil.com.br/blog-da-energia-solar/100-como-escolher-a-bateria-para-um-sistema-de-energia-fotovoltaica-off-grid>>; acesso em: 01 de ago de 2019.

SOLAR BRASIL. **Energia solar fotovoltaica**. Disponível em <[energielimpa.solarbrasil.com.br/cartilha-da-energia-solar](http://energielimpa.solarbrasil.com.br/cartilha-da-energia-solar)>; acesso em 24 de set de 2019.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



STA (sistemas de tecnologia aplicada). **Vantagens e limitações das baterias ion-lítio.** Disponível em: <<http://www.sta-eletronica.com.br/artigos/baterias-recarregaveis/baterias-de-litio/vantagens-e-limitacoes-das-baterias-de-litio-ion>>; acesso em 05 de ago de 2019.

VILLALVA, M.; GAZOLI, J. **Energia solar fotovoltaica: conceitos e aplicações.** São Paulo: Erica, 2012.

## FORMAÇÃO DA ZTA DURANTE UM CICLO TÉRMICO DE SOLDAGEM NO AÇO CARBONO

João André Malacarne<sup>1</sup>  
Bruno Hermes de Luca<sup>1</sup>  
Joel Aparecido de Souza Junior<sup>1</sup>  
Thiago Guerra<sup>2</sup>  
Douglas Guedes Batista Torres<sup>2</sup>

**Resumo:** De acordo com a crescente demanda exigida pela indústria metal mecânica, o estudo dos processos de fabricação se faz fundamental na mesma. Ambicionando-se constantemente o aprimoramento de métodos para atingir produtos com alto grau de qualidade, economia de matérias primas e energia, bem como, uma apta responsabilidade sócio ambiental. Na indústria em geral, processos de soldagem destacam-se por serem de suma importância como principal técnica de fabricação de peças metálicas (MODENESI, 2012). Dada à sua vasta versatilidade, tais procedimentos podem ser empregados desde peças simples e de pequenas dimensões – chapas e placas, até peças robustas como em engrenagens, motores de navios e foguetes. Durante tal processo, devido ao ciclo térmico imposto sobre a peça, há o aparecimento de uma zona termicamente afetada (ZTA) pelo calor. A ZTA pode ser descrita como a região compreendida entre a zona fundida da solda e o metal de base não afetado pelo calor, que sofreu alterações microestruturais devido às variações de temperatura do processo de soldagem (ATAMERT, 1992; LILJAS, 1996; GUERRA, 2017). A partir de uma visão da metalurgia de soldagem, essa revisão bibliográfica tem por finalidade a ampliação dos conhecimentos acerca da formação da ZTA durante um ciclo térmico de soldagem no aço alto carbono. A microestrutura dessa região nos materiais metálicos pode ser distinta, altamente dependente das variáveis empregadas no processo de soldagem, coexistindo fases como a ferrita, austenita e cementita. Esta zona pode ser subdividida em quatro menores áreas, a saber: Região de granulação grosseira (GGZTA), região de granulação fina (GFZTA), região intercrítica (ICZTA) e região subcrítica (SCZTA) (MODENESI, 2012). A primeira região citada se encontra junto a linha de fusão, com uma temperatura muito próxima a temperatura da zona fundida do material (1200~1500 °C), onde ocorre um crescimento de grão (MODENESI, 2012). Tal crescimento de grão é influenciado pela degradação da fase da ferrita em austenita, durante o aquecimento (WAINER, 2004). A microestrutura final da GGZTA depende de algumas outras variáveis, como a quantidade de carbono da liga e também da taxa de resfriamento. Este aumento de grão acarreta deterioração nas propriedades mecânicas, principalmente na tenacidade dos aços de alto carbono (SILVA, 1988). Devido ao aumento da temperabilidade da região, normalmente há o aparecimento de microconstituintes como a bainita e martensita (MODENESI, 2012). Por conta das características desses microconstituintes, essa microrregião apresenta elevada dureza e baixa tenacidade, sendo esta a região da ZTA que requer maiores cuidados, por estar mais suscetível à formação de trincas. A segunda região abordada é a região de granulação fina, sendo influenciada por temperaturas menores, na faixa de 900~1100°C. A relação entre tempo e temperatura menores influencia de modo que a austenita seja

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Doutor do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

reformada em ferrita e no microconstituente perlita. Portanto, essa região tem resistência e ductilidade elevadas, sendo esse efeito marcante nos aços microligados (WAINER, 2004), tornando-se com isso a região de menor preocupação estrutural da ZTA. Seguindo para a terceira região, ICZTA, é afetada por temperaturas na faixa dos 900~750°C e também apresenta variações na sua microestrutura de acordo com a velocidade de resfriamento. Conforme a porcentagem de carbono e tal velocidade pode haver a transformação de austenita em outras fases. Podemos citar como exemplo a perlita, bainita e martensita maclada (WAINER), sendo estes constituintes de elevada dureza (MODENESI, 2012). A última região apresentada, ocorre numa estreita faixa de temperatura, cerca de 750~700°C, conhecida como subcrítica, não apresentando mudança de fase, já que a mesma não ultrapassa a temperatura do ponto eutetóide. Porém, tal temperatura influencia na perda de propriedades mecânicas, em aços que receberam tratamento térmico. Desta forma, foram apontados diversos parâmetros que influenciam diretamente nas propriedades mecânicas da ZTA, como a composição do material, quantidade de calor utilizada e o tempo de resfriamento. Um grande controle do processo de soldagem empregado no material se faz necessário, tendo em vista que esta pode ser uma região propícia para o aparecimento de trincas e decorrentes abalos estruturais, vindo a causar acidentes, paradas para manutenção e outros fatores indesejáveis.

## REFERÊNCIAS

ATAMERT, S.; KING, J.E. **Super duplex stainless steels - part 1 heat affected zone microstructures.** *Materials Science and Technology*, vol. 8, n. 10, p. 896-911, 1992.

GUERRA, T. **Modelagem do ciclo térmico do processo GMAW em aços inoxidáveis duplex pelo método de elementos finitos.** Rio de Janeiro, p. 44, 2017.

LILJAS, M.; **Welding metallurgy for duplex stainless steels.** I. *Acciaio Inossidabile*, Itália, vol. 63, n. 2, p. 2-10, 1996.

MODENESI, P.; MARQUES, P.; SANTOS, D. **Introdução à Metalurgia da Soldagem.** Belo Horizonte, p. 2;150-152, 2012.

SILVA, A. L. C.; MEI, P.: **Aços e Ligas Especiais.** Eletrometal S.A metais especiais. São Paulo, p. 121, 1988.

WAINER, E.; Brandi, S. D.; Mello F. D. H. **Soldagem: processos e metalurgia.** Editora Edgard Blucher Ltda. São Paulo, p. 427-430, 2004.



## GRAFENO: UMA ALTERNATIVA ÀS BATERIAS DO FUTURO

Thomas Anderson Novossadt<sup>1</sup>  
Gabriel Mesomo Reffatti<sup>1</sup>  
Luan de Souza<sup>1</sup>  
João Figueiredo<sup>2</sup>  
Thiago Guerra<sup>3</sup>

**Resumo:** Uma bateria constitui-se de um dispositivo que converte a energia reacional contida em materiais ativos, diretamente em energia elétrica, através de diversas reações internas (PARFOMAK, 2012). Em qualquer bateria, o processo de armazenamento de energia acarreta na transformação em energia química, através de uma ação eletro-química, e assim pode ser armazenada (FRAGA, 2009). Em relação a densidade de potência e energia, o Lítio (Li) mostra-se como um material promissor nesse quesito, visto que, além de pequeno e leve, devido à sua posição na tabela periódica, possui alta eletropositividade. Tais características são pré-requisitos interessantes para um baixo peso, altas voltagens, transporte rápido e uma fácil acomodação em fases sólidas (FILHO, 2017). Baterias de íon-lítio (LIB) tem em sua composição células que utilizam compostos de lítio como materiais positivos juntamente com materiais negativos. Um eletrólito amplamente utilizado a ser citado é o hexafluorofosfato de lítio ( $\text{LiPF}_6$ ), que tem por característica principal alta condutividade iônica. Já o eletrodo positivo é geralmente um óxido de lítio com estrutura em camadas. E o eletrodo negativo é tipicamente composto por carbono grafite, isto porque além de apresentar uma estrutura do tipo lamelar, é capaz de intercalar reversivelmente os  $\text{Li}^+$ , sem alterar de forma significativa sua estrutura (LINDEN, 2002; PESQUERO, 2008). Tais baterias são amplamente utilizadas atualmente, devido a sua alta tensão, alta densidade de energia e ciclo de vida longo. No entanto, existem excelsas demandas contínuas de mercado para baterias com densidades de energia e potência mais elevadas e maiores ciclos de vida. Por outro lado, a LIB é tida como uma bateria com inserção/excitação de íons  $\text{Li}^+$  nos dois eletrodos durante os processos de carga/descarga. Desta forma, o desempenho de uma LIB acaba se tornando altamente dependente das estruturas e propriedades de seus eletrodos. O presente trabalho tem por objetivo elucidar a compreensão do leitor sobre a atual situação das baterias, e como o grafeno mostra-se uma alternativa às baterias no futuro. O grafite é muito utilizado como material anódico nas LIB's devido ao seu bom ciclo de vida, performance e alta eficiência (SUN, 2011), contudo, apresenta limitações quando trata-se de sua capacidade de armazenamento de  $\text{Li}^+$ . Para contornar esse problema, uma alternativa seria o uso de um material com maior área superficial, resultando em um dispositivo com superior capacidade de armazenamento de íons de lítio. O grafeno atende à tais requisitos, sendo este uma forma alotrópica do carbono, com distintas propriedades físicas. Uma folha de grafeno é formada por carbonos hibridizados  $sp^2$ , ligados covalentemente de forma hexagonal (FIM, 2014). Devido a sua estrutura eletrônica, o mesmo possui propriedades como condutividade térmica mais alta que a do cobre, resistência mecânica maior que a do aço, mobilidade eletrônica mais elevada que a do silício (painéis fotovoltaicos e em circuitos eletrônicos). Possui também uma área superficial maior que a observada no grafite puro, sendo ainda um material relativamente leve (SEGUNDO, 2016). Além de possuir propriedades superiores ao grafite, o

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Mestre João Figueiredo do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Professor Doutor Thiago Guerra do Curso de Engenharia Mecânica – Centro Universitário Univel



uso do grafeno pode ainda ser expandido à outros, como por exemplo, os supercapacitores. Estes podem ser descritos como dispositivos eletroquímicos para armazenamento e liberação de energia rápida e reversivelmente, isto é, através de uma corrente externa, é possível reverter as reações eletroquímicas (SUN, 2011; PESQUERO, 2008). Apesar de geralmente apresentarem uma elevada densidade de potência e poderem descarregar a energia em um curto período de tempo, possuem pouca capacidade de armazenamento de energia em relação às baterias. Devido às particularidades do grafeno, o uso de materiais a base de carbono na fabricação de eletrodos destinados ao armazenamento de energia eletroquímica tem sido relatada em diversos trabalhos (ZHANG, 2010; OAKES, 2013; MORITA, 2014). Eletrodos produzidos a base de grafeno, podem aumentar de 20 a 30% sua capacitância de carga em um mesmo dispositivo (ZANG, 2014.). Através da revisão apresentada, pode-se afirmar que o grafeno está presente como uma excelente opção na fabricação de baterias e supercapacitores, resultando em sistemas mais compactos, leves, com elevada densidade de potência e energia. Evidenciando-se assim a possibilidade de contornar o problema das baterias (alta capacidade de armazenamento com descarga lenta) e dos supercapacitores (rápida descarga de energia e baixa capacidade de armazenamento). De tal forma, é possível produzir baterias menores, com maior capacidade e vida útil, e sem agredir o meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

FILHO, G. J. L.; **Previsão da Autonomia de Baterias de Chumbo-ácido Aplicadas a Sistemas Híbridos de Geração de Energia Utilizando o Método KiBaM**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2017.

FIM, F. C. *et al.* **Comparação Entre Nanotubos de Carbono e Polietileno/Nanolâminas de Grafeno Obtidos por Polimerização In Situ**. Instituto de Química, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 2014.

FRAGA, J. R. C. P.; **Análise do Comportamento da Bateria Utilizada em Sistemas Fotovoltaicos de Pequeno Porte**. Tese de Doutorado, UNESP, Botucatu. 2009.

LINDEN D; REDDY, T. B.; **Handbook of batteries**. 3. Ed. New York: Mcgrawwhill, 2002.

MORITA, M. *et al.* **On the electrochemical activation of alkali-treated soft carbon for advanced electrochemical capacitors**. Journal of Applied Electrochemistry, 44 (4), 447-453, 2014.

OAKES, L. *et al.* **Surface engineered porous silicon for stable, high performance electrochemical supercapacitors**. Scientific Reports, 3, Article number: 3020, 2013.

PARFOMAK, P. W.; **Energy Storage for Power Grids and Electric Transportation: A Technology Assessment**. Congressional Research Service, [S.L], v. 75700, p. 11-15, mar. 2012.

PESQUERO, N. C. *et al.* **Materiais Cerâmicos Aplicados a Baterias de Íons Lítio**. Centro Multidisciplinar para o Desenvolvimento de Materiais Cerâmicos, Instituto de Química – UNESP, 2008.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



SEGUNDO, J. E. D. V; VILLAR, E. O.; **Grafeno: Uma revisão Sobre Propriedades, Mecanismos de Produção e Potencias Aplicações em Sistemas Energéticos.** Revista Eletrônica de Materiais e Processos, v. 11, n. 2 (2016) 54–57, 2017.

SUN, Y., WU, Q., SHI, G.; **Graphene based new energy materials.** *Energy & Environmental Science*, 4, 1113-1132, 2011.

ZHANG, L. L; ZHOU, R; ZHAO, X. S.; **Graphene-based materials as supercapacitor electrodes.** *Journal of Materials Chemistry*, 20, 5983–5992, 2010.

ZANG, X; *et al.* **Evaluation of layer-by-layer graphene structures as supercapacitor electrode materials.** *Journal of Applied Physics*, 115, 024305, 2014.

## INFLUÊNCIA DOS GASES DE PROTEÇÃO NA SOLDAGEM MIG/MAG EM AÇO CARBONO

Joel Aparecido de Souza Junior<sup>1</sup>  
Bruno Hermes de Luca<sup>1</sup>  
João André Malacarne<sup>1</sup>  
Thiago Guerra<sup>2</sup>  
Douglas Torres<sup>2</sup>

**Resumo:** Na indústria, diversos tipos de gases de proteção são utilizados no processo de soldagem MIG/MAG. Os principais critérios utilizados para se definir o gás a ser empregado no processo acabam sendo a obtenção da geometria desejada para o cordão e, por conseguinte, o fator econômico (MORALES et al, 2005). O gás de proteção a ser utilizado no processo de soldagem MIG/MAG não apenas afetará propriedades da solda, como também poderá definir o formato do cordão de solda (FILHO et al, 2005). Na escolha do metal base, ou seja, da peça a ser soldada, o gás a ser utilizado no processo auxilia a controlar o balanço de fases químicas na área onde a solda foi realizada (GUERRA, 2017). Este trabalho tem, como objetivo, através de uma revisão da literatura, esclarecer a influência de diferentes gases aplicados ao processo de soldagem MIG/MAG. Também chamado de GMAW (*Gas Metal Arc Welding*), a soldagem MIG/MAG é associada a um processo de soldagem a arco. Processo este que produz a coalescência dos metais aquecendo-os através de um arco elétrico entre um eletrodo metálico, contínuo e consumível, e uma peça (MODENESI et al, 2012). Os gases de proteção para este processo de soldagem podem ser classificados quanto a alguns fatores, a saber: efeitos sobre as características do arco, transferência metálica e o comportamento da poça de fusão (HIRATA et al, 2014). No processo MAG (*Metal Active Gas*), o argônio (Ar), o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e o oxigênio (O<sub>2</sub>) estão entre os gases de proteção mais utilizados comumente (ALMEIDA et al, 2018). O argônio, sendo da família dos gases inertes, possui baixo potencial de ionização, baixo potencial de oxidação e baixa condutividade térmica. Por possuir uma alta densidade relativa, este gás permite uma grande eficiência em substituir o ar ao redor da solda. Sua inércia química favorece também a não oxidação no cordão de solda uma vez utilizado. O oxigênio, quando misturado ao argônio, suaviza o perfil do cordão, além de reduzir a tensão superficial no contato da poça de fusão com o metal base, resultando em um cordão de solda de qualidade consideravelmente superior ao argônio (FILHO et al, 2005; DILLENBECK et al, 1987; JÖNSSON et al, 1995). Já o dióxido de carbono ao se dissociar no arco, forma o monóxido de carbono (CO) e oxigênio (O<sub>2</sub>), que resulta em uma atmosfera oxidante fazendo com que o gás, outrora inerte em temperatura ambiente, se torne ativo em altas temperaturas (FILHO et al, 2005; LYTTLE et al, 1990). Com isso, a sua alta condutividade térmica permite uma maior eficiência ao transferir calor para o metal base, de forma que, em comparação com o argônio, o perfil de soldagem se torna mais largo e arredondado (FILHO et al, 2005; ALMEIDA et al, 2018). O Hélio (He) possui condutividade térmica superior à do argônio em altas temperaturas, mediante tal fato, o gás ativo, produz um arco de plasma no qual a energia é distribuída de maneira uniforme. Em referência ao argônio, tal arco de plasma é caracterizado por possuir

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia Mecânica da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADORES: Professores Doutores Thiago Guerra e Douglas Torres do Curso de Engenharia Mecânica da Univel – Centro Universitário Univel.

alta energia interna e uma zona de baixa energia externa (MORALES et al, 2005). Sob a posse das informações supracitadas, torna-se possível a adequada escolha e determinação concernente à qual gás ou mistura de gases devem ser empregados, de acordo com a utilização e aplicação do procedimento de soldagem. Cada gás será tomado de acordo com o material a ser soldado e com a qualidade e, principalmente, a velocidade de soldagem. O CO<sub>2</sub>, por exemplo, se mostra muito eficiente para soldas com bom acabamento de cordão, além de possuir um custo reduzido com relação ao argônio.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. T.; PIOVESAN, A. S.; SOUZA, J. H. C.; KUNTZ, M. R. K. **INFLUÊNCIA DO GÁS DE PROTEÇÃO SOBRE A QUANTIDADE DE ESCÓRIA DE SOLDA E PROPRIEDADES MECÂNICAS DE JUNTAS DE AÇO CARBONO SOLDADAS PELO PROCESSO MAG**. *Tecnol. Metal. Mater. Miner.*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 333-340, 2018.

DILLENBECK, V. R.; CASTAGNO, L. **THE EFFECTS OF VARIOUS SHIELDING GASES AND ASSOCIATED MIXTURES IN GMA WELDING OF MILD STEEL**. *Welding Journal*, 1987.

FILHO, D. F.; BÁLSAMO, P. S. S.; FERRARESI, V. A. **INFLUÊNCIA DO TIPO DE GÁS DE PROTEÇÃO DA SOLDAGEM MIG/MAG NA QUALIDADE DO CORDÃO DE AÇO INOXIDÁVEL**. *LAPROSOLDA/UFU*, Uberlândia, p. 1-10, 2005.

GUERRA, T. **MODELAGEM DO CICLO TÉRMICO DO PROCESSO GMAW EM AÇOS INOXIDÁVEIS DUPLEX PELO MÉTODO DE ELEMENTOS FINITOS**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Química e dos Materiais, 2017.

HIRATA, E. K.; BELTZAC, L. F.; OKIMOTO, P. C.; SCOTTI, A. **INFLUENCE OF CURRENT ON THE GROSS FUSION EFFICIENCY IN MIG/MAG WELDING**. *Soldag. insp.* [online]. 2014.

JÖNSSON P. G.; MURPHY A. B.; SZEKELY J. **THE INFLUENCE OF OXYGEN ADDITIONS ON ARGON-SHIELDED GAS METAL ARC WELDING PROCESSES**. *Welding Research Supplement - Welding Journal*; 2:48-s-58-s,1995.

LYTTLE, K. A.; STAPON, F. G.; **SELECT THE BEST SHIELDING GAS BLEND FOR THE APPLICATION**. *Welding Journal*, 1990.

MODENESI, P. J.; MARQUES, P. V.; SANTOS, D. B. **INTRODUÇÃO A METALURGIA DA SOLDAGEM**. Belo Horizonte, 2012.

MORALES, R. F.; RESENDE, A. A.; SCOTTI, A. **INFLUÊNCIA DA ADIÇÃO DE HÉLIO NO GÁS DE PROTEÇÃO SOBRE A GEOMETRIA DO CORDÃO DE SOLDA MIG/MAG DE AÇO AO CARBONO**. *LAPROSOLDA*, Uberlândia, p. 1-9, 2005.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## RESUMOS DE FISIOTERAPIA

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO



## **A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL FISIOTERAPEUTA NA REABILITAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA DE PACIENTES COM DIAGNÓSTICO DE CÂNCER DE PULMÃO**

Vitória Zanella Honório<sup>1</sup>  
Danielly Schaukoski<sup>2</sup>  
Raquel Goreti Eckert Dreher<sup>3</sup>  
Deisi Ferrari<sup>4</sup>

**Resumo:** A qualidade de vida do paciente com diagnóstico de câncer deve ser motivo de preocupação dos membros da equipe multiprofissional, incluindo o fisioterapeuta, durante todo o período do tratamento oncológico. O tabagismo é a principal etiologia relacionada ao câncer de pulmão, sendo responsável por cerca de sete milhões de mortes por ano em todo o mundo. No Brasil foram estimados, para o biênio 2018-2019, a ocorrência de 600 mil novos casos de câncer, para cada ano. Exceto o câncer de pele não melanoma, ocorrerão 420 mil novos casos novos de câncer, sendo que entre o gênero masculino, o câncer de traqueia, brônquio e pulmão é o segundo diagnóstico mais prevalente, sendo estimado a ocorrência de 18740 novos casos para cada ano do biênio. O objetivo deste trabalho foi desenvolver uma revisão bibliográfica sobre a atuação do fisioterapeuta na promoção da qualidade de vida do paciente com diagnóstico de câncer de pulmão em tratamento oncológico. Para a realização deste trabalho, realizou-se uma busca de artigos científicos sobre o tema na base de dados Pubmed e PEDro. Em pacientes cirúrgicos, a atuação do profissional fisioterapeuta é de extrema importância durante todas as fases do tratamento, em especial, no pós-operatório imediato, considerando as alterações fisiopatológicas que acometem os mesmos após a cirurgia de ressecção da massa tumoral. Nesta condição, os exercícios fisioterapêuticos podem contribuir para a melhora da sintomatologia, dentre elas, a fadiga, melhorando a expansão torácica, fraqueza da musculatura respiratória, depuração brônquica e correção postural, além de prevenir complicações em longo prazo como a doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC). Em um estudo realizado com pacientes diagnosticados com câncer de pulmão de células não pequenas, submetidos a uma rotina de reabilitação e sessões de exercícios no pós-operatório, com flexibilidade de horários para a melhor adesão, verificou-se melhora da qualidade de vida, avaliada pela redução dos níveis de ansiedade e do “sentir-se deprimido”. Na reabilitação pós-alta o acompanhamento do fisioterapeuta permaneceu a nível ambulatorial, contribuindo para a redução dos vícios prévios ao diagnóstico, em especial etilismo e tabagismo. Nesta investigação o número de desistências ao tratamento proposto foi baixa e a função física melhorou significativamente durante o período de estudo, evidenciando a importância da atuação e atenção profissional direcionada a estes indivíduos. Tendo em vista os aspectos observados, pacientes submetidos à cirurgia de câncer de pulmão, que em sua maioria passam pela ressecção cirúrgica, que é principal abordagem para este tratamento, possuem melhores índices de recuperação e melhora na qualidade de vida antes, durante e pós cirúrgica quando submetidos a abordagem

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Nutricionista. Docente e Coordenadora do Curso de Nutrição do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>4</sup> ORIENTADOR: Fisioterapeuta. Docente e Coordenadora do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário UNIVEL.

fisioterapêutica. Os tratamentos e intervenções direcionadas a estes pacientes tem sido discutido em estudos randomizados com grupos selecionados a partir de critérios, sendo estes pacientes operáveis ou inoperáveis. De um modo geral, os resultados têm se apresentado promissores, demonstrando a diferença entre pacientes que recebem o atendimento da fisioterapia durante a reabilitação em comparação aos que apenas passam pelo processo cirúrgico e voltam muitas vezes aos hábitos anteriores. A melhora da função, da aptidão física, da resistência e força muscular tato durante o processo do tratamento, após e a longo prazo, fazem uma completa diferença na qualidade de vida dos pacientes que passam por este processo.

## REFERÊNCIAS

SOMMER Maja s, TRIER Karen, VIBE-PETERSEN Jette, CHRISTENSEN Karl b, MISSEL Malene, CHRISTENSEN Merete. **Alterações na qualidade de vida relacionada a saúde durante a reabilitação em pacientes com câncer de pulmão operável: um estudo de viabilidade (PROLUCA)** v.17, ed. 2, p. 388-400, Outubro 2016

GRAVIER Francis-Edouard, BONNEVIE Tristan, BOUJIBAR Fairuz, MÉDRINAL Clément, PRIEUR Guillaume, COMBRE Yann. **Efeito da pré-reabilitação na eficiência ventilatória em pacientes com câncer de pulmão de células não pequenas: um estudo de corte.** v. 157, ed. 6, p. 2504- 2512, Fevereiro 2019

JONSSON Marcus, HURTIG-WENNLOF Anita, AHLSSON Anders, VIDLUND Marten, CAO Yang, WESTERDAHL Elisabeth. **Fisioterapia hospitalar melhora o nível de atividade física após cirurgia de câncer de pulmão: um estudo controlado randomizado.** v. 105, ed. 4, p. 434 – 441, Novembro 2018

EDBROOKE Lara, ARANDA Sanchia, GRANGER Catherine L, MCDONALD Christine F, KRISHNASAMY Mei, MILESHKIN Linda. **Reabilitação domiciliar multidisciplinar em câncer de pulmão inoperável: um estudo controlado randomizado.** v. 74, ed.8, p. 787-796, Maio 2019

JONSSON Marcus, AHLSSON Anders, HURTIG-WENNLOF Anita, VIDLUND Marten, CAO Yang, WESTERDAHL Elisabeth. **Fisioterapia hospitalar e recuperação física 3 meses após a cirurgia do câncer de pulmão: um estudo controlado randomizado.** v. 18, Setembro 2019.



## **ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA NA REABILITAÇÃO DAS LESÕES MUSCULARES DE ISQUIOTIBIAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Enio Augusto Hickmann da Costa<sup>1</sup>

Raquel Kleinhans Pereira<sup>2</sup>

Vinicius Matias Tome dos Santos<sup>3</sup>

Vitoria Pereira Dutra<sup>4</sup>

Daiane Lazzeri de Medeiros<sup>5</sup>

**Resumo:** As lesões musculares representam a maioria dos traumas na prática de esportes, estudos apontam que 37% das lesões musculares em atletas de futebol profissional são nos isquiotibiais e são responsáveis por 25% das ausências dos atletas nos jogos. A recorrência das lesões é influenciada por alguns fatores como tratamento inadequado e o retorno antecipado a prática esportiva. O tratamento fisioterapêutico tem como objetivo devolver o desempenho muscular equivalente ao que se tinha anterior a lesão e reduzir a possibilidade de recidiva quando o jogador voltar a prática esportiva. Investigar as comprovações atuais sobre as abordagens fisioterapêuticas utilizadas na reabilitação das lesões dos isquiotibiais. A pesquisa foi efetuada nos bancos de dados Pub-med, Lilacs e Scielo com as palavras chaves muscle injury, muscle strain, functional rehabilitation, hamstrings injury e physical therapy. Por meio da busca foram encontrados dez estudos, os quais foram lidos por completo e foram incluídos nesse estudo seis artigos. A lesão muscular que mais acomete os isquiotibiais é o estiramento, sendo muito comum na prática de esportes e dividem-se em grau I, equivalente a ruptura estrutural e retorno rápido da função normal; grau II, onde ocorre ruptura parcial com dor e alguma perda de função; grau III, no qual há ruptura tecidual completa, retração muscular e incapacidade funcional. Dentre os fatores de risco de lesão estão os desequilíbrios musculares, histórico de lesões precedentes nos isquiotibiais, fadiga muscular e déficit de flexibilidade dos isquiotibiais. O fisioterapeuta deve conhecer minuciosamente a fisiopatologia das lesões para prescrever um tratamento adequado, a qual é dividida em três fases: fase 1, destruição (três a sete dias); fase 2, reparo (quatro a vinte um dias); fase 3, remodelação (quatorze dias a quatorze semanas). Para as lesões musculares agudas é indicada a crioterapia com compressão e elevação do membro na qual há queda da temperatura tecidual, juntamente da vasoconstrição, resultando em analgesia, diminuição do edema, favorecendo o processo cicatricial pois tem ação anti-inflamatória e redução da taxa metabólica. A crioterapia pode ser realizada em lesões agudas por 20 minutos a cada duas horas. O ultrassom é bastante utilizado na prática clínica com o intuito de estimular a atividade celular e agilizar o processo de reabilitação, no entanto, não se tem um consenso na literatura sobre a eficácia do tratamento. Outra técnica utilizada é o laser de baixa intensidade, que otimiza os fibroblastos e células satélites, beneficiando a angiogênese e tornando a regeneração muscular mais efetiva e preveni a fibrose tecidual. A terapia manual é bastante utilizada, as diversas técnicas proporcionam uma resposta analgésica e melhora a função muscular e articular. Os exercícios terapêuticos são fundamentais para restaurar o controle neuromuscular, promover a melhora da amplitude de movimento e aumentar de força muscular, dentre as técnicas utilizada estão os alongamentos, fortalecimento e exercícios que envolvem agilidade e coordenação O fortalecimento dos isquiotibiais excêntrico por meio do exercício nórdico está associado à prevenção de lesão nos isquiotibiais em até 51% em jogadores de futebol. As lesões nos isquiotibiais são comuns em práticas esportivas e

recorrentes na maioria dos casos, o tratamento fisioterapêutico deve incluir crioterapia em lesões agudas, laser de baixa intensidade para favorecer a regeneração muscular, alongamento, treino de agilidade e fortalecimento excêntrico por meio do exercício nórdico, o qual está relacionado a prevenção de lesões de isquiotibiais em jogadores de futebol.

## REFERÊNCIAS

EKSTRAND, J.; HÄGGLUND, M.; WALDÉN, M. **Epidemiology of muscle injuries in professional football (soccer)**. *The American Journal of Sports Medicine*, v.39, n.6, p.1226–32, 2011.

RAMOS, G. A.; ARLIANI, G. G.; ASTUR, D. C.; POCHINI, A. C.; EJNISSMAN, B.; COHEN, M. **Reabilitação nas lesões musculares dos isquiotibiais: revisão da literatura**. *R B revista Brasileira de Ortopedia*, v. 52, n. 1, p. 11–16.

HEIDERSCHEIT, B. C.; SHERRY, M. A.; SILDER, A.; CHUMANOV, E. S.; THELEN, D. G. **Hamstring strain injuries: recommendations for diagnosis, rehabilitation, and injury prevention**. *Journal of Orthopaedic & Sports Physical Therapy*. 2010;40(2):67–81.7.

AL ATTAR, W. S. A.; SOOMRO, N.; SINCLAIR, P.J.; PAPPAS, E.; SANDERS, R.H. **Effect of injury prevention programs that include the Nordic Hamstring Exercise on Hamstring Injury Rates in Soccer Players: A Systematic Review and Meta-Analysis**. *Sports Medicine* (2017) 47:907-916

JARVINEN, T. A.; KAARIAINEN, M.; JARVINEN, M.; KALIMO, H. **Muscle strain injuries**. *Current opinion in Rheumatology*. 2000;12(2):155–61.16.

ALVARES, R. A. B. J. **Efeitos de um Programa de Treinamento Excêntrico Utilizando o Exercício Nórdico de Isquiotibiais Sobre Fatores de Risco de Lesão Muscular em Indivíduos Saudáveis**. Porto Alegre: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, 2016.

## COMO O ÁLCOOL E AS DROGAS AGEM NO ORGANISMO

Adrielly C. Marcolla<sup>1</sup>  
Guilherme Do Carmo<sup>2</sup>

**Resumo:** Entre as décadas de 70 e 90 o consumo de álcool aumentou em torno de 70%. Além de dados indicarem que 95% dos óbitos estão relacionadas as drogas lícitas como o álcool e o fumo. É de extrema importância para buscar a diminuição do consumo de álcool e drogas entender como estas atuam dentro do organismo. Portanto, o objetivo deste estudo foi descrever como o álcool e as drogas agem no organismo humano pesquisando artigos científicos na base de dados do google acadêmico e SciELO Brasil. Quando o álcool é ingerido, ele é absorvido pelo estômago e o intestino delgado, sua velocidade de absorção irá depender da quantidade ingerida. Após essa absorção o álcool irá para a corrente sanguínea e será destinado a órgãos como o fígado, cérebro e coração. No fígado o álcool será metabolizado por enzimas que irão quebrar o etanol em substâncias como acetaldeído e ácido acético, que são substâncias tóxicas ao nosso organismo. Já quando o etanol chega no cérebro ele age primeiro nos neurotransmissores, que são substâncias responsáveis por levar a mensagem do impulso elétrico entre os neurônios, mais especificamente dois, o Glutamato e o GABA. O etanol age como antagonista ao receptor NMDA (N-Metil-D-Aspartato) de Glutamato (neurotransmissor excitatório) e potencializa os efeitos dos receptores do GABA (neurotransmissor inibitório). A elevada ingestão de álcool leva inicialmente a liberação de opioides endógenos causando euforia, logo em seguida ocorre a ativação de receptores inibitórios GABA tipo A causando relaxamento e muitas vezes estados depressivos, além da inibição de receptores excitatórios de Glutamato tipo NMDA, causando mais efeitos sedativos e intoxicação. No coração o etanol age reduzindo a contratilidade miocárdica e exerce efeitos negativos na insuficiência cardíaca. O etanol exerce sobre o coração efeitos tóxicos diretos, levando ao desacoplamento do sistema excitação-contração, além de diminuir o retorno de cálcio para o retículo sarcoplasmático, inibindo a bomba sódio-potássio dependente de ATP. O uso de etanol pode provocar, primeiramente, uma disfunção ventricular esquerda diastólica, que é devida à fibrose intersticial. Esse problema pode progredir para uma hipertrofia ventricular esquerda, com função ventricular ainda conservada e em seguida levar à descompensação da função ventricular sistólica e por fim evoluir para miocardiopatia dilatada. O álcool é primeira causa de miocardiopatia dilatada não isquêmica. E por último, pode ocorrer insuficiência cardíaca. Vale ressaltar que as mulheres são mais suscetíveis aos efeitos cardiotoxicos do álcool. Existem drogas que são usadas para modificar o estado mental, estas são conhecidas como substâncias psicoativas. São elas: opioides (heroína, morfina e codeína), maconha, cocaína, anfetaminas, tabaco e solventes solúveis. As opioides são capazes de imitar o funcionamento de diversas substâncias naturalmente produzidas pelo organismo, como as endorfinas e encefalinas. A encefalina é um neurotransmissor que é liberado pelo organismo durante a atividade física e produz sensação de euforia e bem-estar. Além da liberação do neurotransmissor encefalina estar associado à sensação de alívio de dor. Já as anfetaminas aumentam a liberação e prolongam o tempo de atuação de alguns neurotransmissores utilizados pelo cérebro, como a noradrenalina (manter a pressão sanguínea em níveis normais) e a dopamina (causa sensação de prazer). As anfetaminas causam aumento dos batimentos cardíacos e hipertensão, além de reduzir a

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Doutor Guilherme Machado do Carmo dos Cursos de Biomedicina/Fisioterapia/Nutrição da Univel – Centro Univesitário Univel.

atividade intestinal, e inibir o apetite. A cocaína atua sobre três neurotransmissores, a serotonina, dopamina e noradrenalina, causando um estado de extrema euforia. Portanto, é notável que tanto o álcool quanto as drogas possuem efeitos maléficos no organismo, sendo assim, seu uso não é recomendado.

## REFERÊNCIAS

Aminoff, M.J. **Neurologia e Medicina Geral**. 4 ed. Churchill Livingstone. 2007.

Batlouni, M. Alcool e Sistema Cardiovascular. Disponível em: <file:///C:/Users/adri\_/Downloads/269-505-1-SM.pdf>. Acesso em 16 de set de 2019.

Costa, R. M. R. **O álcool e seus efeitos no Sistema Nervoso**. 2003. 1-17. Centro Universitario de Brasília, Brasília, 2003.

DROGAS: CLASSIFICAÇÃO E EFEITOS NO ORGANISMO. Disponível em: <[http://www.fai.com.br/portal/pibid/adm/atividades\\_anexo/74df176f30bca479a211a121bfbc6a40.pdf](http://www.fai.com.br/portal/pibid/adm/atividades_anexo/74df176f30bca479a211a121bfbc6a40.pdf)>. Acesso em 15 de set de 2019.

Haes, T. M., Clé, D.V., Nunes, T. F., Roriz-Filho, J. S. & Moriguti, J. C. Alcool e Sistema Nervoso Central. In: Simpósio: Condutas em enfermagem de clínica médica de hospital de média complexidade. 2010, Ribeirão Preto. **Artigo. Medicina**, Ribeirão Preto, 2010. 153-163.

Mualad, I. B. ANFETAMINAS E DROGAS DERIVADAS. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo. São Paulo, 108, 1-28, nov. 2013.

Paton, A. Absorção do álcool pelo organismo. Disponível em: <<http://www.cisa.org.br/artigo/201/-absorcao-alcool-pelo-organismo.php>>. Acesso em 16 de set de 2019.

## DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS: REVISÃO DE LITERATURA

Adrielly C. Marcolla<sup>1</sup>  
Marcos Henrique Lavoratti<sup>2</sup>  
Juliana P. de Almeida<sup>2</sup>  
Fernanda Grasiella B. Salvador<sup>3</sup>  
Guilherme Machado do Carmo<sup>4</sup>

**Resumo:** Drogas são quaisquer substâncias capazes de alterar as funções normais do organismo, existem duas categorias de drogas, as ilícitas e as lícitas. Algumas das drogas ilícitas existentes são a maconha, cocaína, crack, LSD, ecstasy, MDMA, heroína e inalantes, já as drogas lícitas são o álcool e o tabaco. Este estudo visa realizar uma revisão bibliográfica sobre drogas lícitas e ilícitas em artigos científicos na base de dados do google acadêmico e SciELO Brasil, tendo como palavras chaves para pesquisa: bebida alcoólica, drogas lícitas e drogas ilícitas, ademais foi pesquisado em média 15 a 20 artigos para poder escrever este estudo. A bebida alcoólica é hoje a droga lícita mais consumida no Brasil, estando este em primeiro lugar no mundo de maior consumidor de cachaça e o quinto maior produtor de cerveja. Está bebida é extraída a partir da fermentação ou da destilação da glicose presente em alguns alimentos como a cevada e o trigo. Sendo está a droga preferida de 68,7% de brasileiros, contudo a mesma pode trazer inúmeros prejuízos a saúde do indivíduo que a consome e a sociedade. Dentre tais problemas destacam-se, a cirrose, infertilidade, impotência, demência, infarto, violência doméstica, acidentes de trânsito e até 7 tipos de câncer. Segundo o Ministério da Saúde em 2017 ocorreu um total de 32.615 casos de mortes de trânsito devido a ingestão de álcool. Tendo em vista reduzir este número houve a criação da lei seca em 2008, desde então obteve-se como resultado uma diminuição de 14% do número de mortes por acidentes de trânsito. A partir de pesquisas realizadas pela CISA (centro de informações sobre saúde e álcool) foi relatado que a região sul do Brasil é a com mais frequência de consumo, porém as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam maior quantidade de consumo. Além do mais as classes socioeconômicas mais consumidoras são as A, B e C, possuindo como bebida mais consumida pelos brasileiros a cerveja (61%), seguida pelo vinho (25%) e destilados (12%). Em pesquisas é possível observar que os homens consomem mais álcool que as mulheres, devido a menor tolerância, as mulheres iniciam assim o consumo mais tardio que os homens. Outrossim o álcool é a porta para a entrada de diversas drogas como, tabaco, ecstasy, maconha, cocaína, lança-perfume e crack. Foi registrado no país que cerca de 90% das internações hospitalares em hospitais psiquiátricos são devido ao alcoolismo que gerou dependência de drogas. Um grupo britânico de especialistas em drogas realizou estudos e concluiu que o álcool é o mais prejudicial aos estados físicos, psicológicos e sociais do indivíduo, seguido pela heroína e crack, além dos mais estudos apontaram que o álcool é a droga que mais causa danos ao próximo. Deste modo pode-se destacar como consequências do uso de drogas lícitas e ilícitas no organismo diminuição dos reflexos, aumento da pressão e frequência cardíaca, perda da noção da realidade, alucinações, menor capacidade de raciocínio, perda da

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Faculdade Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Faculdade Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Nutrição da UNIVEL – Faculdade Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> ORIENTADOR: Professor Doutor Guilherme Machado do Carmo dos Cursos de Biomedicina/Fisioterapia/Nutrição da Univel – Centro Univesitário Univel.

capacidade de dirigir, diminuição da capacidade de aprendizado, descontrole emocional, sensação de medo constante, delírios, facilidade de entrar em pânico, diminuição de sono e apetite, sensação alterada de tempo e espaço, noção exagerada de grandiosidade, desenvolvimento de doenças psiquiátricas entre outros. Por conseguinte, após a análise dos artigos científicos foi percebido que as drogas devido possuir substâncias viciantes, fazem com que o indivíduo sempre busque por mais, levando a muitos a adquirir a dependência e causando vários riscos a sua saúde e aos que estão a sua volta. Todavia a mesma pode ser tratada a partir de internamentos em casas de recuperação e indicação de grupos de apoios para indivíduos dependentes de tais, visando a melhor condição de saúde para a população que faz uso de tais drogas.

## REFERÊNCIAS

I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de álcool na População Brasileira. Disponível em: <<http://www.cisa.org.br/artigo/155/i-levantamento-nacional-sobre-os-padroes.php>>. Acesso em 07 set. 2019.

Brasil. Lei nº 11.705, 19 de junho de 2008. Proíbe o consumo de bebidas alcoólicas por condutor de veículos automotivos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

Marquesa ACPR, Cruz MS. O adolescente e o uso de drogas. **Rev Bras Psiquiatr.** 2000 dez; 22(2): 32-6.

Neves, E.A.S. & Segatto, M.L. DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS: UMA TEMÁTICA CONTEMPORÂNEA. Disponível em: <file:///C:/Users/adri\_/Downloads/34-pos-grad.pdf>. Acesso em: 22 de set. de 2019.

Ponce, J. & Leyton, V. Drogas ilegais e tráfico: um problema raramente discutido no Brasil. **Archives of Clinical Psychiatry** , 35 (supl.1), 65-69. Janeiro 2008.

What is the most dangerous drug? Disponível em: <<https://www.economist.com/graphic-detail/2019/06/25/what-is-the-most-dangerous-drug>>. Acesso em 07 set 2019.



## ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA NERVOSA TRANSCUTÂNEA E OS EFEITOS ANALGÉSICOS NA DOR ONCOLÓGICA

Ana Paula Del Cielo<sup>1</sup>  
Cristyellen Freitas de Araújo<sup>2</sup>  
Raquel Goreti Eckert Dreher<sup>3</sup>  
Deisi Ferrari<sup>4</sup>

**Resumo:** Durante o tratamento do câncer o paciente apresenta diversos efeitos colaterais oriundos da terapia antineoplásica e do próprio tumor, como por exemplo a dor, relatada em cerca de 80% dos pacientes, levando a grande incapacidade e sofrimento. Este sintoma pode estar ligado direta ou indiretamente ao tumor e suas metástases, ou com os procedimentos terapêuticos aplicados ou ainda com condições não relacionadas ao câncer. Tais dores não relacionadas com o câncer estão diretamente ligadas ao imobilismo, levando a diminuição da amplitude de movimento, fraqueza muscular, úlceras e anormalidades musculoesqueléticas ou metabólicas. A dor oncológica ocorre, pois, o câncer lesa os receptores da dor (nociceptores), provocando dor somática, visceral, neuropática ou por lesão do sistema nervoso central e periférico. A partir disso, os nociceptores são ativados por diversos estímulos, causando dores somáticas que levam a dores até mesmo em repouso. A avaliação da dor é essencial para o conhecimento da sua causa e o tratamento. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi apresentar a utilização da TENS (estimulação elétrica nervosa transcutânea) como uma opção terapêutica para o tratamento da dor oncológica. Para a realização deste trabalho, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o tema na base de dados Pubmed e PEDro. Os profissionais da saúde atuam diretamente intervindo para a qualidade de vida do paciente, sendo o controle e manejo da dor, um trabalho multidisciplinar que inclui a atuação do fisioterapeuta. A fisioterapia atua não somente na reabilitação do paciente oncológico, mas também no estado paliativo, no qual os sintomas de dor são mais prevalentes e alegados pelos pacientes. O alívio da dor vem diretamente relacionado com medicamentos impostos pela indústria farmacêutica, que muitas das vezes trazem consigo diversos efeitos colaterais e piora em outros aspectos do paciente. Com isso, a fisioterapia pode intervir promovendo analgesia por meio da estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS). O TENS, surge como uma forma não invasiva de analgesia que permite a condução de corrente elétrica através de eletrodos posicionados na pele, por meio disso, a corrente permite a excitação de células nervosas periféricas que fazem a liberação de determinadas substâncias como endorfina, encefalina e serotonina, e com isso tem sido usada para controlar a dor aguda e crônica de pacientes oncológicos. Além disso, observou-se que o TENS aplicado no local da dor, ativa fibras aferentes primárias que transmite a informação para a medula espinal gerando inibição no local e nas vias descendentes inibitórias da dor. Dentro do TENS, encontramos duas modalidades que podem ser realizadas em pacientes oncológicos, o TENS com pulsos modulados (*bursts*) e o TENS com intensidade e frequência variável (*vif*). Dentre os estudos avaliados nas bases de dados, o trabalho com resultados mais satisfatórios comparou o TENS *vif* e o TENS *bursts*, incluindo 25 e 28 pacientes

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Nutricionista. Docente e Coordenadora do Curso de Nutrição do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>4</sup> ORIENTADOR: Fisioterapeuta. Docente e Coordenadora do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário UNIVEL.



avaliados, respectivamente, sendo que, os avaliados apresentaram queixa de dor durante o tratamento do câncer. Os parâmetros usados foram equivalentes, sendo aplicado a corrente durante 40 minutos, variando a frequência e o pulso por conta do *vif* apresentar variações constantes em tais parâmetros, sendo ainda reavaliados nos quesitos de dor de hora em hora até completar seis horas. Logo, conclui-se que o TENS possibilitou a redução da dor oncológica de forma eficaz em até três horas e dentre as modalidades, a mais satisfatória foi o TENS *vif* com relação à duração da analgesia. O fisioterapeuta responsável pela aplicação do TENS deve ter conhecimento para o correto posicionamento dos eletrodos, para que haja eficácia da analgesia no local referido com dor e quais parâmetros de corrente usar. Outros estudos apontam que o TENS pode diminuir os efeitos da radiação e melhorar a qualidade de vida dos pacientes, além de promover a redução significativa da fadiga. Concluiu-se que a técnica parece promissora para o tratamento da dor oncológica, porém, os dados da literatura sobre TENS na dor oncológica são limitados fazendo-se necessário o incentivo de novas pesquisas sobre o referido assunto, avaliando a sua aplicação e resultados em diferentes populações oncológicas.

## REFERÊNCIAS

GROND, S. et al. Assessment of cancer pain: A prospective evaluation in 2266 cancer patients referred to a pain service. **Pain**, v. 64, n. 1, p. 107–114, 1996.

LEE, J. E. et al. Transcutaneous electrical nerve stimulation reduces resting pain in head and neck cancer patients: A randomized and placebo-controlled double-blind pilot study. **Cancer Nursing**, v. 42, n. 3, p. 218–228, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Instituto Nacional de Câncer. **Cuidados paliativos oncológicos: controle da dor**. Rio de Janeiro: INCA, 2001.

MORGAN, C. R.; SANTOS, F. S. Estudo da estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS) nível sensorio para efeito de analgesia em pacientes com osteoartrose de joelho. **Fisioterapia em Movimento**, v. 24, n. 4, p. 637–646, 2011.

SAMPAIO, L. R. et al. Recursos fisioterapêuticos no controle da dor oncológica: revisão da literatura. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 51, n. 4, p. 339–346, 2005.

SCHLEDER, J. C. et al. The transcutaneous electrical nerve stimulation of variable frequency intensity has a longer-lasting analgesic action than the burst transcutaneous electrical nerve stimulation in cancer pain. **Revista Dor**, v. 18, n. 4, p. 316–320, 2017.

## ESTRUTURA ANATÔMICA DO JOELHO COM MATERIAIS DIDÁTICOS

Ana Paula Del Cielo<sup>1</sup>  
Bianca Simão dos Passos<sup>2</sup>  
Camila Mosoli Miranda<sup>3</sup>  
Lucinéia de Fátima Chasko Ribeiro<sup>4</sup>

**Resumo:** O estudo da anatomia é de grande importância para os alunos da área de saúde, no entanto, peças adequadas é de abstrusa visualização. Sendo assim, estruturas intrínsecas, de difícil dissecação, como as articulações, apresentam grande impasse para obtenção em peças humanas, por serem pequenas e de complexo acesso. Por conta dessa carência, há a necessidade da busca de formas alternativas a serem empregadas no meio acadêmico para ganho de conhecimento e aproveitamento didático. Deste modo, o projeto teve como objetivo a modelagem de modelos anatômicos da articulação do joelho para suprir a falta de material educacional. Para a modelagem do joelho foram utilizadas peças ósseas devidamente preparadas através da osteotécnica e modelada a articulação e os ligamentos com biscuit, cola acrílica e tinta para tecido. Ademais, foram moldados os meniscos, medial e lateral, as cápsulas articulares, os ligamentos cruzados, anterior e posterior, a membrana interóssea, os ligamentos colaterais, fibular e tibial, transversos do joelho, menisco femoral posterior, anterior e o posterior da cabeça da fíbula, por fim, foi realizada a confecção do ligamento patelar. Todavia, cada ligamento foi representado com cores diferentes, para maior entendimento e diferenciação, com o intuito de facilitar no aprendizado e para possibilitar clareza durante os estudos. A cartilagem articular foi padronizada e adquirida a cor azul clara, essa mesma, foi feita nos côndilos do fêmur e sobre a face articular superior da tíbia. Já os meniscos, tanto medial como lateral, foram confeccionados nas bordas da cartilagem articular da tíbia com amarelo neon, a partir disso, foi articulada a parte distal do fêmur a parte proximal da tíbia para a confecção de todos os outros ligamentos. Após isso, foi modelado os ligamentos da cabeça da fíbula, anterior e posterior, a qual foi articulada a face articular fibular da tíbia, esses ligamentos foram feitos no tom de roxo escuro e logo após foi confeccionada a membrana interóssea no espaço entre a fíbula e a tíbia. Ademais, foram feitos os ligamentos cruzados, no qual o anterior foi no tom de verde piscina e o posterior rosa escuro, além disso, foi feito o ligamento transversos em tom de rosa claro e o meniscofemoral posterior em tom de verde claro. Os ligamentos colaterais foram anexados de acordo com a anatomia real dos mesmos, sendo que, o ligamento colateral tibial foi aderido ao menisco e feito no tom de laranja claro e o colateral fibular espaçado ao menisco e no tom de vermelho. Para terminar a montagem, foi confeccionado o ligamento patelar, recobrimo a patela e sendo feito no tom de roxo bem claro. Estes mesmos, são de grande importância para a estabilidade, para os movimentos executados e para maior facilidade na execução das atividades diárias. Ainda assim, essa representação se discorre a partir da origem e inserção de tais ligamentos, propiciando assim, melhor entendimento e orientação para o aprimoramento dos conhecimentos e resoluções de dúvidas. Por meio de tal técnica, pode-se estimular os acadêmicos na aquisição de aprendizagem, considerando que as peças

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Faculdade Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Faculdade Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Faculdade Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> ORIENTADOR: Professora Mestre/Doutor Lucinéia de Fátima Chasko Ribeiro, Professora de Anatomia do Curso de Fisioterapia da Univel – Centro Univesitário Univel.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



apresentam as mesmas características e aspectos semelhantes do corpo humano, com a vantagem de serem coloridas estimulando o lúdico. Portanto, o desenvolvimento de estruturas anatômicas do joelho enriquece os instrumentos de aprendizagem, propiciando melhor desenvolvimento educacional e qualidade do ensino.

## REFERÊNCIAS

KAHLE, W.; LEONHARDT, H.; PLATZER, W. **Atlas de anatomia humana: aparelho de movimento**. São Paulo: editora Atheneu, 1995.

MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. **Moore anatomia orientada para clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, ed. 7, 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANATOMIA. **Terminologia anatômica**. São Paulo: Manole, ed.1, 2001.

## FISIOTERAPIA OBSTÉTRICA: UMA ALIADA DA SAÚDE DA MULHER

Alex Sander Foss<sup>1</sup>  
Carla Vanessa Batista Gozzi<sup>2</sup>  
Emily Caroline Soares de Oliveira<sup>3</sup>  
Giovana Panassol de Souza<sup>4</sup>  
Marília de Freitas Filippini<sup>5</sup>  
Suellen Ribeiro da Silva Scarton<sup>6</sup>

**Resumo:** Durante a gestação a mulher passa por inúmeras mudanças, principalmente em sua estrutura corporal e psicológica. A Fisioterapia Obstétrica, em parceria com os médicos ginecologistas obstetras, está sendo introduzida à rotina das gestantes, e pode ser indicada tanto para parto natural como para a cesárea. O intuito é preparar preventivamente a gestante para todas as fases da gravidez, incluindo o pré-natal, parto e puerpério, auxiliando na adaptação das alterações biomecânicas e nos casos de desconfortos como na ocorrência de dores lombares, inchaço, problemas respiratórios, intestinais e de incontinência urinária. Uma condição importante, mas sub relatada relacionada a gestação e ao parto é a dispareunia, que prejudica significativamente a saúde da mulher, sua qualidade de vida e seu relacionamento sexual. A integridade da musculatura do períneo é essencial durante a gestação, pois deve ser capaz de sustentar o peso e o tamanho do feto em desenvolvimento, e, ainda tem a função de suportar os órgãos internos do corpo feminino que estão localizados na região pélvica, como útero, bexiga e reto, além de envolver os orifícios da uretra, vagina e ânus. Poucos são os estudos epidemiológicos a respeito dos distúrbios da musculatura do períneo durante a gestação ou após o parto, no entanto a literatura traz que no segundo e no sexto mês pós-parto 48,1% e 17,8% das mulheres relataram dispareunia, respectivamente, não sendo observada correlação estatística entre o tipo de parto e a ocorrência da mesma. Esses dados demonstram a existência de grande área de trabalho para o profissional Fisioterapeuta, inclusive propondo políticas públicas voltadas à essa população no serviço público, pois só no ano de 2017 2,7 milhões de partos foram realizados no Brasil, desses 58,1% foram normais e 41,9% cesarianas. Com o intuito de fomentar o potencial empreendedor na observação desse nicho do mercado de trabalho do profissional Fisioterapeuta, tanto na saúde pública como na suplementar, esse trabalho foi proposto e desenvolvido durante a disciplina de Saúde Coletiva pelos acadêmicos do curso de Fisioterapia do Centro Universitário de Cascavel - UNIVEL, tendo como objetivo desenvolver um modelo de política de promoção da saúde de aplicabilidade na comunidade acadêmica, tendo como base a Política Nacional de Promoção da Saúde. Para isso foram estabelecidas as fases de desenvolvimento: Justificativa para a implementação do programa, objetivos, população-alvo, captação dos participantes, local de desenvolvimento do programa, atividades previstas/desenvolvidas, metas e resultados esperados, fase de execução e método de avaliação do programa. As gestantes da Univel, acadêmicas e funcionárias, foram informadas da ocorrência do projeto pelas mídias sociais e por folders distribuídos pelo campus. Após a livre concordância em participar do projeto foram recepcionadas no

1, 2, 3, 4, 5 Acadêmico do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>6</sup> ORIENTADOR: Professora Me. Suellen Scarton do Curso Fisioterapia da Univel – Centro Universitário Univel.

Laboratório de Práticas Grupais da Univel e convidadas a assistir um vídeo que trazia informações a respeito da importância do fortalecimento da musculatura durante a gestação. Em seguida foi realizada a anamnese e procedeu-se a checagem dos sinais vitais. As participantes realizaram treinamento de alongamentos, respiração e relaxamento, além de fortalecimento dos músculos abdominais, das costas, e do assoalho pélvico sobrecarregados durante gestação. Todos os exercícios eram de fácil reprodutibilidade, propiciando as pacientes a realização do treinamento em seus domicílios, sendo a recomendação de 1 vez ao dia. Ao final do encontro as participantes (n=02) avaliaram a estratégia desenvolvida de 0 a 10, respondendo as seguintes questões: 1. O procedimento surtiu efeito? 2. Você indicaria o programa para outras mulheres? Ambas foram avaliadas com nota 10 por 100% das participantes. É importante ressaltar que o projeto se iniciou com n=05, no entanto três participantes entraram em trabalho de parto antes da realização do treinamento. Podemos concluir a partir dos dados obtidos e com base na literatura consultada, que o acompanhamento realizado pelo profissional Fisioterapeuta ao instruir o fortalecimento das musculaturas sobrecarregadas durante a gravidez, principalmente a do assoalho pélvico, prepara o corpo e diminui a ansiedade, reduzindo também as disfunções pós-parto o que propicia melhor recuperação e qualidade de vida da mulher.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde. Secretaria de atenção à saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da gestão do trabalho e da educação na saúde. **A educação que produz saúde**. Série comunicação e educação em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da saúde fará monitoramento online de partos cesáreos no país. **Portal do governo brasileiro**. Publicado em: 07 de março de 2018. Disponível em < <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/42714-ministerio-da-saude-fara-monitoramento-online-de-partos-cesareos-no-pais>> acesso em: 02 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, S. M. J. V. et al. Disfunções do assoalho pélvico em primíparas após o parto. **Enfermeria Global**, n. 51, p. 40-53, 2018.

KAERSTNER, K. T. et al. Eficácia da dinâmica de grupo em educação em saúde em mulheres com incontinência urinária. **Arquivo de Ciências da Saúde**, n. 23, v. 02, p. 54-59, 2016.

## IMPORTÂNCIA DO FISIOTERAPEUTA NO CUIDADO PALIATIVO DE PACIENTES ONCOLÓGICOS

Danielly Schaukoski<sup>1</sup>  
Vitória Zanella Honório<sup>2</sup>  
Raquel Goreti Eckert Dreher<sup>3</sup>  
Deisi Ferrari<sup>4</sup>

**Resumo:** Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), os cuidados paliativos consistem em uma assistência proporcionada por uma equipe multidisciplinar, que possui como objetivo melhorar a qualidade de vida, proporcionando alívio e conforto, e amenizando sinais e sintomas de uma doença que ameace a vida do paciente. Este tratamento é de suma importância para pacientes oncológicos, pois além de atenuar os sinais, sintomas e o sofrimento causado pelo câncer, ele motiva o paciente a buscar suas metas e a sua independência. É necessário que o atendimento nesses casos seja realizado por uma equipe multidisciplinar completa, humanizada e preparada corretamente para receber pacientes oncológicos, contudo é evidenciada a relevância da presença de um profissional da fisioterapia para contribuir com as necessidades exigidas pelo paciente. Desta forma, o presente estudo tem como objetivo discorrer sobre a importância do fisioterapeuta nos cuidados paliativos de pacientes oncológicos. O presente trabalho foi realizado com base em artigos científicos presente na base de dados Pubmed, Scielo, Ministério da Saúde e Google Acadêmico. Um dos principais sintomas apresentados pelos pacientes diagnosticados com câncer é a fadiga muscular, que consiste em uma exaustão física consequente de uma rotina intensa de tratamentos invasivos que produzem inúmeros efeitos colaterais que interferem diretamente na qualidade de vida do paciente. Sendo assim a fisioterapia pode contribuir para a manutenção do exercício físico, reduzindo em até 25% a fadiga destes pacientes, com intervenção fisioterapêutica três vezes na semana no decorrer de duas semanas, mostrando se eficaz na redução da dor, morbidade, perda de apetite e depressão dos pacientes. Wiskemann et al (2016) também ressalva a importância do exercício físico na saúde do sistema pulmonar, principalmente em pacientes recorrentes de câncer de pulmão, melhorando o volume máximo de oxigênio do paciente em até 13%, assim sendo irá aumentar a capacidade do sistema imunológico de combater as células cancerígenas, cerca de 45% a 70% de pacientes com câncer avançado apresentam quadros de dispneia, causado pelo excesso de secreção ou falta de condicionamento físico, manobras manuais ajudam na liberação de muco e orientação da posição do paciente também ajudam a melhora no funcionamento do pulmão (MARCUICCI, 2004). Além disto, os recursos fisioterapêuticos possuem uma imensa habilidade de diminuir a dor do paciente e náuseas, segundo Marcucci (2004), o TENS (*Transcutaneous electrical nerve stimulation*) reduz até 47% o uso de morfina em um pós-operatório ginecológico e reduz em 70% a dor crônica causada pelo câncer. A massoterapia pode ser também uma técnica utilizada nestes casos, aliviando a dor oncológica, ajudando nos distúrbios do sono e promovendo um maior relaxamento do paciente, entretanto a algumas precauções a serem tomadas antes de realizar a técnica,

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup> ORIENTADOR: Nutricionista. Docente e Coordenadora do Curso de Nutrição. Centro Universitário UNIVEL.

<sup>4</sup> ORIENTADOR: Fisioterapeuta. Docente e Coordenadora do Curso de Fisioterapia. Centro Universitário UNIVEL.



assegurando a segurança do paciente para não aumentar a circulação sanguínea no local do tumor, piorando ou causando um quadro de evolução (ROCHA, et al 2016). Portanto, a fisioterapia nos cuidados paliativos não possui somente o propósito devolver a cura ou recuperar a funcionalidade de um órgão ou membro, mas sim apresenta um intuito de proporcionar uma morte tranquila, sem sofrimento, confortável e digna ao paciente.

## REFERÊNCIAS

MARCUCCI, F. **O papel da fisioterapia nos cuidados paliativos a pacientes com câncer.** Revista Brasileira de Cancerologia, 2005; v.51(1), p. 67-77.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Serviços de cuidados paliativos gestão de qualidade.** Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/gestao\\_da\\_qualidade.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/gestao_da_qualidade.pdf). Acesso em: 06. Out. 2019

MULLER, A. **Paciente Oncológico em Fase Terminal: Percepção e Abordagem do Fisioterapeuta.** Revista Brasileira de Cancerologia 2011; v.57(2), p. 207-215

PYSORA, A; BUDZYNSKI, J; WÓJCIK, A; PROKOP, A; KRAJNIK, M. **Physiotherapy programme reduces fatigue in patients with advanced câncer receiving palliative care: randomized controlled trial.** Support Care Cancer, 2017 v.25 (9), p2899-2908

ROCHA, L.; CUNHA, A. **O papel do fisioterapeuta nos cuidados paliativos em pacientes oncológicos.** Jornal de Ciências Biomédicas e Saúde, 2016, v. 2, n.2, p. 78-85

WISKEMANN, J; HUMMLER, S; DIEPOLD, C; KEIL, M; ABEL, U; STEINDORF, K; BECKHOVE, P; ULRICH, C; STEINS, M; THOMAS, M. **POSITIVE study: physical exercise program in non-operable lung cancer patients undergoing palliative treatment.** Journal List BMC Cancer, 2016.v.16.



## MARCHA DE UM ADULTO COM OSTEOMIELETTE

Angélica Cristina Falcade<sup>1</sup>  
Hindianara Karoline Beling<sup>2</sup>  
Milena Grecco<sup>3</sup>  
Suély Della Valentina<sup>4</sup>  
Daiane Lazzeri de Medeiros<sup>5</sup>

**Resumo:** A osteomielite crônica é uma infecção óssea duradoura e persistente pode ocorrer de forma hematogênica ou foco de infecção com origem traumática, cirúrgica ou implantes, o agente patogênico mais comum é *S. aureus* (HEITZMANN et al., 2018). Cada indivíduo desenvolve um estilo próprio de marcha, presença de anormalidades anatômicas ou patológicas funcionais pode alterar o padrão de marcha (NEUMANN et al., 2018). Desta forma, é importante avaliar as alterações nos parâmetros cinemáticos e espaço temporal da marcha de um paciente com sequela da osteomielite com discrepância acentuada entre os membros inferiores. Analisar o padrão de movimento da marcha durante a fase de contato inicial e variáveis espaço-temporais da marcha em paciente com sequela de osteomielite. Participou do estudo um indivíduo com sequela de osteomielite, 29 anos, massa corporal de 76 kg e 1,83m de estatura. O voluntário apresentava discrepância entre os membros inferiores, o membro inferior direito é 58mm mais curto do que o esquerdo, o qual foi avaliado pelo método de Farill. A discrepância entre membros é uma sequela da osteomielite que evoluiu para uma necrose óssea na cabeça do fêmur há 16 anos. A diferença de comprimento ósseo implicou em compensações no corpo afetando a coluna, escapulas, ombros, joelhos, quadril, tornozelos e pés. Para avaliar as variáveis espaço-temporais foi realizada uma pista de cinco metros com papel Kraft, pintado os pés do participante e orientado a caminhar em uma velocidade habitual, o tempo foi cronometrado. Foram realizadas as medidas do comprimento do passo e da passada, ângulo de inclinação do segundo artelho e largura da base de apoio, as variáveis temporais avaliadas foram cadência e velocidade média. Para aquisição das variáveis angulares o participante foi filmado no plano sagital caminhando em velocidade habitual, foi selecionada a fase de contato inicial e analisada por meio do aplicativo Angulus. Foram analisadas as seguintes variáveis angulares: flexão de quadril, flexão de joelho e plantiflexão do tornozelo. As fases da marcha de contato inicial, pé plano e desprendimento do calcanhar o participante realiza apoio somente em região de antepé. A descrição dos resultados das variáveis angulares na fase de apoio inicial do membro inferior direito do participante foi de uma angulação de flexão de quadril de 21,7°, flexão de joelho de 7°, e 54,5° de plantiflexão do tornozelo, sendo os valores normativos em adultos 30°, 0° a 5° e 0° respectivamente (NEUMANN et al., 2018). Em relação as variáveis espaço-temporais o comprimento da passada foi de 114 cm, comprimento do passo 43 cm, ângulo do segundo artelho 32° e largura da base de apoio 10,2cm. Já o esperado em adultos é 144 cm, 72 cm, 5° a 7° e 8 a 10 cm respectivamente. O indivíduo avaliado apresentou cadência de 90 e velocidade média 0,83cm/s, sendo o esperado em adultos 108 de cadência e velocidade média de 118 cm/s (CHUNG, 2000). Foi observada diferente padrão de marcha quando comparado aos resultados encontrados na literatura em adultos saudáveis. O participante

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia: Angélica Cristina Falcade – Centro Universitário Univel.  
<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia: Hindianara Karoline Beling – Centro Universitário Univel.  
<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia: Milena Grecco – Centro Universitário Univel.  
<sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia: Suély Della Valentina – Centro Universitário Univel.  
<sup>5</sup> Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Daiane Lazzeri do Curso de Fisioterapia – Centro Univesitário Univel.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



realizava o contato inicial do membro acometido com antepé, e não com o calcanhar conforme esperado, a qual foi enfatizada pela maior angulação da plantiflexão do tornozelo. Além disso, observou-se menor comprimento da passada e maior ângulo de inclinação do segundo artelho, menor cadência e velocidade média da marcha.

## REFERÊNCIAS

HEITZMANN, L. G.; BATTISTI, R.; AYRES, F. R.; LESTINGI, J. V. CAVAZZANA, C. QUEIROZ, R. Dom (in press). **Osteomielite crônica pós-operatória nos ossos longos – O que sabemos e como conduzir esse problema?** Revista Brasileira de Ortopedia, 2018.

CHUNG, T. M. **Avaliação cinética e cinemática da marcha de adultos do sexo masculino.** Acta Fisiátrica, v.7, n. 2, p. 61-67, 2000.

NEUMANN, D.A. **Cinesiologia do aparelho musculoesquelético: Fundamentos para a reabilitação.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

## **Modelagem dos ligamentos da mão e punho através da técnica com biscuit**

Jaqueline de Jesus Lizzman<sup>1</sup>

Luiza Fontana<sup>2</sup>

Tais de Souza Silva<sup>3</sup>

Orientadora Dra Lucineia de Fatima Chasko Ribeiro<sup>4</sup>

**Resumo:** Compreender o funcionamento do corpo humano não deve ser importante apenas para profissionais e acadêmicos nas áreas de saúde, estudar a anatomia é também nos conhecermos como seres vivos. As Universidades através da dissecação preparam o corpo humano para seu estudo, mas algumas estruturas são de difícil visualização e obtenção devido a sua localização intrínseca, como é o caso dos ligamentos da mão e do punho. Neste contexto, a mão é composta de ossos, articulações, músculos e ligamentos, que devido a sua funcionalidade é de extrema relevância o seu estudo e entendimento, uma vez que muitas patologias estão associadas a alterações em sua anatomia. No entanto, peças humanas adequadamente preparadas, são cada vez mais difíceis de se obter, devido à natureza do material anatômico. Assim, o presente trabalho teve por objetivo construir modelo dos principais ligamentos e estruturas articulares da mão e do punho. Para tanto, o trabalho se iniciou com o estudo prévio do segmento corporal a ser modelado e com a elaboração do projeto, onde foram definidas as cores de cada estrutura articular. Posteriormente foi confeccionado o modelo anatômico em biscuit, onde os ligamentos moldados foram corados com tinta Acrilex para tecido (variadas cores) e com auxílio de pincel e bisturi, modelados em esqueleto de antebraço e mão, devidamente preparado por osteotécnica, e impermeabilizados com cola branca (Cascorez). Também foram registradas as etapas de modelagem por meio de fotografias. Como resultado obteve-se modelo didático da mão e punho com os seguintes ligamentos: palmar, carpometacarpais dorsais, metacarpais transversos profundos, radiocarpais palmares, colateral radial, colateral ulnar, radiocarpais dorsais, membrana intraóssea do antebraço. Ainda as cartilagens articulares do rádio, da ulna e as cápsulas da articulação interfalângica distal, interfalângica proximal e da articulação metacarpofalângica. No punho e na mão um grande número de articulações estão presente, começando pelo punho, que é conhecida como articulação radiocarpal, classificada como uma articulação elipsóide, com dois graus de liberdade de movimento. Entre suas funções os ligamentos fazem as junções entre as peças esqueléticas, sendo que sua principal função está relacionada com os movimentos realizados no dia a dia. A mão e punho desempenha diversos movimentos, desde pegar um copo de água, como também executar movimentos que exigem mais força, precisão e desempenho desses ligamentos. No desenvolvimento do trabalho, foi possível comprovar que a massa de biscuit, é de fácil manuseio e proporciona praticidade para as confecções das estruturas anatômicas, permitindo reparos em casos de erros na execução do trabalho. Conclui-se que a utilização

<sup>1</sup> Acadêmica do 4º período do Curso de Fisioterapia - Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Formada em Serviço Social pela Faculdade Itecne de Cascavel, acadêmica do 4º período do Curso de Fisioterapias - Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmica do 4º período do Curso de Fisioterapia – Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> Bióloga, Mestre e Doutora em Biologia Celular pela Universidade Estadual de Maringá, Acadêmica do 4º período do Curso de Fisioterapia - Centro Universitário Univel.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



do biscuit para modelagem dos ligamentos em ossos humanos, serve como uma ferramenta alternativa na preparação de modelos adequados para o ensino em anatomia, uma vez que peças anatômicas são de difícil obtenção, levando o acadêmico a construção do seu próprio conhecimento, estimulando suas habilidades e criatividade. Ainda, com o desenvolvimento do modelo didático é possível proporcionar aos alunos da área da saúde do Centro Universitário Univel, acesso à peça dos ligamentos da mão e punho de qualidade e também utilizadas pelos professores nas aulas práticas em anatomia e nas monitorias, facilitando o estudo e compreensão através da visualização dos principais ligamentos, desta forma, torna-se mais fácil os estudos em anatomia uma vez que através do toque e demonstração do modelo didático, facilita a compreensão dos movimentos realizados pela mão e punho.

## REFERÊNCIAS

PLATZER, Werner, et al. **Atlas de Anatomia Humana - aparelho de movimento** . Editora Atheneu, 1995.

GOSS, Mayo Charles. **Gray Anatomia**. Editora Guanabara Koogan S.A. Rio de Janeiro, 1988.

MACIEL, Anderson. **Modelagem de articulações para humanos virtuais, baseado em anatomia**. Trabalho de dissertação, 2001. Site: [www.lume.ufrgs.br](http://www.lume.ufrgs.br). Acessado dia 07 de setembro de 2019.

CORTES, Aparecida Mayra et al. **O uso de biscuit como instrumento para a pratica no ensino da neuroanatomia**, 2015.Site: <https://congresso.ufmg.br>. Acessado dia 07/09/2019.

## MODELO ANATÔMICO DA PELVE COMO FACILITADOR DO APRENDIZADO DE ANATOMIA PARA ALUNOS DA ÁREA DA SAÚDE

Hindianara Karoline Beling<sup>1</sup>  
Juliana Batista kuhn<sup>2</sup>  
Tânia Catarina Gotardo<sup>3</sup>  
Daiane Medeiros<sup>4</sup>  
Lucinéia Chasko Ribeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** O estudo da anatomia é de grande relevância para a formação profissional dos alunos da área da saúde, entre os temas abordados as articulações e os ligamentos envolvidos são de extrema importância, no entanto, a preservação dessas estruturas durante o processo de dissecação é difícil pela proximidade com outros tecidos e exige muita dedicação, conhecimento e precisão. Além disso, há escassez de cadáveres nas universidades devido a legislação vigente no país, desta forma, são necessários modelos anatômicos com material alternativo para favorecer a visualização dessas estruturas do corpo humano. Preparar modelo anatômico articular da pelve com material alternativo com o intuito de facilitar o aprendizado dos alunos da área da saúde. Para modelagem da pelve primeiramente os ossos humanos foram devidamente preparados por meio de osteotécnica. Nesse estudo foram utilizados os ossos do quadril, sacro e a quinta vértebra lombar. A modelagem foi realizada por meio de massas de biscuit coloridas com o intuito de representar a cartilagem articular e os ligamentos da pelve. Após a modelagem das estruturas ligamentares foi aplicado cola branca da marca Cascola com um pincel sobre toda a modelagem para impermeabilização das superfícies. O modelo anatômico da pelve foi confeccionado de forma lúdica com material de baixo custo, a peça mostra estruturas de ligamentos que normalmente são difíceis de se preservar utilizando a técnica de dissecação. No modelo anatômico foi representada a membrana obturatória, sínfise púbica, ligamento púbico superior, ligamento púbico inferior, ligamento sacroilíaco anterior, ligamento sacroilíaco posterior, ligamento sacrotuberal, ligamento sacroespinal, ligamento inguinal e ligamento iliolumbar. O material didático de baixo custo e fácil acesso, nesse caso, “massa de biscuit” irá auxiliar no aprendizado acadêmicos facilitando a memorização das estruturas. A utilização de modelos anatômicos com métodos alternativos auxilia na conservação das estruturas anatômicas e contribuem para o estudo da anatomia do corpo humano, através da observação e manipulação dos modelos anatômicos nas aulas práticas de anatomia. A confecção de modelos anatômicos com material alternativo de baixo custo é possível de ser realizada para facilitar o processo de aprendizado dos alunos da área da saúde, sendo uma alternativa viável para a aquisição de peças anatômicas humanas. Coordenação do curso de Fisioterapia e o Técnico de laboratório Leandro Aparecido Afonso Coppo.

### REFERÊNCIAS

BEU, C.C.L.; RIBEIRO, L.F.C.; TORREJAIS, M.M.; PUTRICK, L.M.; MELLO, J.M.; INOUE, A.T.; OLIVEIRA, D.D.; FERNANDES, F.G.; TOBALDINI, G.; MORALES, J.C.; RYMSZA, T.;

<sup>1</sup> Orientadora: Prof<sup>a</sup> Lucinéia Chasko Ribeiro - Centro Univesitário Univel.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



ESCHER, A.R.; MAGRO, V.S. **Construção de modelos anatômicos de articulações**. Anais do V SEU Seminário de Extensão Universitária da UNIOESTE. 2005

BUSETTI, J.H.; BUSETTI, M.P.; BASSO, R.A.; KRASILCHIK, S.G.; LESSER, R.; PAPAIZ, J.; OLIVEIRA, J.M.; MAIA, L.O. **Modelos anatômicos utilizados no ensino adjuvante de Anatomia**, 2004.

RODRIGUES, Hidalgardo. **Técnicas anatômicas**. Vitória: Própria, 2005.

## **PADRÃO DE MARCHA DE UMA CRIANÇA COM QUEIMADURA DE TERCEIRO GRAU EM TORNOZELO**

Ana Paula Del Cielo<sup>1</sup>  
Camila Mosoli Miranda<sup>2</sup>  
Cristyellen Freitas de Araújo<sup>3</sup>  
Julia Beatriz Farias<sup>4</sup>  
Daiane Lazzeri de Medeiros<sup>5</sup>

**Resumo:** A marcha é um sistema de locomoção bípede que utiliza a interação dos sistemas neuromotor, musculoesquelético e sensorial, realizada a partir do menor gasto energético para o organismo. As queimaduras podem deixar sequelas como cicatrizes hipertróficas, queloides, rigidez articular, contraturas de tecidos moles e/ou articulares e até mesmo amputações. Essas sequelas podem influenciar o padrão de marcha do indivíduo queimado, sendo importante analisar o padrão de marcha e os parâmetros espaço-temporais de uma criança vítima de queimadura de terceiro grau. Comparar o padrão de marcha e variáveis espaço-temporais entre uma criança vítima de queimadura de terceiro grau em tornozelo e uma criança típica. Participaram do estudo duas crianças, uma do sexo masculino de 8 anos de idade, 30 Kg e 1,37 de estatura. Este aos 2 anos de idade, sofreu queimadura de contato de terceiro grau em pé direito. A outra criança avaliada é do sexo feminino, 10 anos de idade, 33 Kg e 1,39 de estatura, a mesma é típica, sem nenhuma alteração na marcha. Para avaliar as variáveis espaço-temporais foi realizada uma pista de seis metros com papel Kraft, pintado os pés do participante e orientado a caminhar normalmente, o tempo foi cronometrado. Foram avaliadas as medidas do comprimento do passo e da passada, avaliada a cadência e velocidade média. Para aquisição das variáveis angulares o participante foi filmado no plano sagital caminhando normalmente, foi selecionada a fase de desprendimento dos dedos e analisada por meio do aplicativo Angulus. Foram analisadas as seguintes variáveis angulares: flexão de quadril, flexão de joelho e plantiflexão do tornozelo. Em relação aos valores angulares da criança vítima de queimadura foi observado 24° de flexão de quadril, 12,1° de flexão do joelho e 20,2° de plantiflexão do tornozelo. Já a menina típica obteve 19,9° de flexão do quadril, 14° de flexão de joelho e 10,7° de plantiflexão do tornozelo. De acordo com Mafio et al., 2011 os valores normativos aos 8 anos é flexão de quadril entre 7,85° a 26,96°, flexão de joelho entre 6,89 ° a 61,51° e plantiflexão de tornozelo de 5,21° a 9,02°. Observa-se que a criança vítima de queimadura apresentou maior plantiflexão quando comparada as crianças típicas e os valores normativos, essa alteração no padrão de marcha pode estar relacionada à sequela da queimadura. Em relação as variáveis espaço-temporais da criança com queimadura foi a velocidade média de 1 m/s, cadência de 120, comprimento do passo de 35 cm, passada 62 cm, já a criança típica foi 1,5 m/s, 180, 57 cm e 1,09 m, respectivamente. De acordo com Zakaria et al. 2015, as meninas apresentam maior tempo de passada, enquanto os meninos apresentam maior comprimento de passada, tempo de passo, cadência e velocidade média. No presente estudo, pode-se notar que a velocidade

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Faculdade Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Faculdade Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Faculdade Centro Universitário UNIVEL.

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Faculdade Centro Universitário UNIVEL.

<sup>5</sup> ORIENTADOR: Fisioterapeuta. Docente do Curso de Fisioterapia do Centro Univesitário UNIVEL.





**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



média, o comprimento do passo e da passada da criança com queimadura em tornozelo foi menor quando comparado à criança típica, o que pode ser reflexo da sequela da queimadura de terceiro grau. A criança vítima de queimadura de terceiro grau apresentou maior plantiflexão na fase desprendimento dos dedos em comparação a criança típica. A sequela de queimadura também influenciou as variáveis espaço-temporais, apresentando menor cadência, velocidade média, comprimento de passada e de passo.

## REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE M. L. L. et al. Análise dos pacientes queimados com sequelas motoras em um hospital de referência na cidade de Fortaleza-CE. **Rev Bras Queimaduras**. v. 9, n. 3, p. 89-94, 2010.

MANFIO, E. F.; DE DAVID, A. C.; AVILA, A. O. V. Análise da marcha em crianças de 5 a 10 anos de idade. **Revista da Educação Física**, v. 22, n. 2, p. 177–184, 2011.

MORAIS FILHO, M. C.; REIS, R. A.; KAWAMURA, C. M. Avaliação do padrão de movimento dos joelhos e tornozelos durante a maturação da marcha normal. **Acta Ortopédica Brasileira**, v. 18, n. 1, p. 23–25, 2010.

ZAKARIA, K. N.; JAIANI, R.; TAHIR, N. M. Gender Differences in Gait Features of Healthy Children. **Jurnal Teknologi**, v. 77, n. 7, p. 1–6, 2015.

## **PREVALÊNCIA DE FATORES DE RISCO PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM IDOSOS DO GRUPO UNIÃO DO BAIRRO GUARUJÁ EM CASCAVEL – PR**

Eduarda Dors Rodoy<sup>1</sup>  
Laura Morelato Coloda<sup>2</sup>  
Letícia Souza<sup>3</sup>  
Matheus Ribeiro Moriggi<sup>3</sup>  
Pâmela Andressa Pauletto<sup>1</sup>

**Resumo:** Com o aumento da expectativa de vida, o Brasil tornou-se um país em processo de envelhecimento populacional, sendo que o avanço da idade resulta também em aumento da incidência de doenças cardiovasculares (DCVs). De fato, estas representam a principal causa de mortes no Brasil e no mundo, sendo responsáveis por cerca de 17,5 milhões de óbitos a cada ano. Contudo, a prevenção destas doenças pode ser efetivamente realizada reduzindo-se a exposição aos seus fatores de risco, tais como tabagismo, uso abusivo de álcool, sobrepeso e obesidade, alimentação nutricionalmente inadequada, sedentarismo, estresse, hipertensão arterial, diabetes, dislipidemias, entre outros. Este trabalho teve como objetivo determinar a prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares em idosos (acima de 60 anos) atendidos pelo grupo União do bairro Guarujá em Cascavel – PR, bem como prestar orientações acerca das medidas de prevenção destas doenças. Para isto, para isto, foram coletadas informações sociodemográficas e de estilo de vida dos idosos participantes por meio de questionários. Foram realizadas aferições de pressão arterial, determinações dos níveis séricos de colesterol total, colesterol HDL, triglicerídeos, creatinina e glicose plasmática. Foram realizadas avaliações de peso e altura para cálculo do índice de massa corporal (IMC) e mensurou-se a circunferência da cintura. Os participantes também foram submetidos ao teste de marcha estacionária de 2 minutos, onde se avaliou o condicionamento físico dos idosos. Por fim, foi realizada uma palestra com orientações sobre a alimentação na terceira idade, visando a prevenção de doenças cardiovasculares. Participaram desta pesquisa 21 idosos, sendo todos do sexo feminino (100%), os quais apresentaram uma média de idade de  $71,9 \pm 5,4$  anos. Em relação ao estado civil, 3 (14%) eram solteiras, 6 (29%) eram casadas, 1 (5%) era divorciada e 10 (48%) eram viúvas. Em relação à escolaridade, a maioria (71%) possuía apenas o ensino fundamental completo ou incompleto. Em relação à profissão, 2 (10%) são ativas, 11 (52%) são aposentadas e 8 (38%) se dedicam exclusivamente às atividades domésticas. A respeito da renda familiar, 12 (57%) possui a renda de até R\$ 1254,00, 5 (24%) recebem de R\$ 1255,00 até R\$ 2004,00, 3 (14%) disseram ter renda entre R\$ 2005,00 e R\$ 8640,00 e 1 (5%) recebe acima de R\$ 11262,00. Quanto às comorbidades relacionadas no questionário, 6 (29%) possuem diabetes *mellitus*, 13 (62%) apresentam hipertensão arterial sistêmica, 2 (10%) disseram ter depressão, 5 (24%) apresentam ansiedade, 8 (38%) disseram ter hipercolesterolemia familiar e 1 (5%) possuía ovário policístico. Não houve registros de aterosclerose, trombose e aneurisma. Além disso, não houve nenhum caso prévio de acidente vascular cerebral ou infarto agudo do miocárdio. Apenas 2 (10%) disseram que eram ex-fumantes, enquanto 18 (86%) declararam-se como

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Nutrição da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Biomedicina da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

não fumantes. A respeito da pressão arterial aferida, a sistólica apresentou uma média de  $131 \pm 17$  mmHg entre os participantes, enquanto a média da diastólica foi de  $81 \pm 11$  mmHg. O índice de massa corporal (IMC) médio foi de  $30 \pm 14$  kg/m<sup>2</sup> e a circunferência abdominal média foi de  $99 \pm 10$  cm. De acordo com o teste de marcha estacionária de 2 minutos, 16 (76%) das participantes apresentaram um condicionamento físico adequado, enquanto 5 (24%) estavam com o condicionamento abaixo do desejável. Nos resultados das dosagens 16 (94%) apresentaram níveis plasmáticos de glicose em jejum superior a 100 mg/dL, 8 (47%) apresentaram níveis séricos de triglicérides superior a 150 mg/dL, 9 (53%) apresentaram níveis elevados de colesterol total ( $> 190$  mg/dL) e 2 (12%) apresentaram níveis reduzidos de colesterol de alta densidade (HDL) ( $< 40$  mg/dL). Através do questionário Perfil do Estilo de Vida Individual (PEVI), as participantes fizeram pontuações em cinco domínios: nutrição, atividade física, comportamento preventivo, relacionamento social e controle de estresse. Na nutrição o score médio foi de  $5 \pm 2$ , na atividade física foi de  $5 \pm 3$ , no comportamento preventivo foi de  $6 \pm 2$ , no relacionamento social foi de  $8 \pm 2$  e no controle de estresse foi de  $7 \pm 3$ , chegando, assim, em um score final médio de  $32 \pm 9$ . A partir dos resultados obtidos pode-se concluir que há uma alta prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares entre idosas atendidas pelo grupo União do bairro Guarujá de Cascavel – PR.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, J. B.; SANTOS, A. M.; BARBOSA, M. M.; BARBOSA, M. M.; CARVALHO, C. A.; FONSECA, P. C. A.; FONSECA, J. M.; BARBOSA, M. C. L.; BOGEA, E. G.; SILVA, A. A. M. **Metabolic syndrome, insulin resistance and other cardiovascular risk factors in university students.** *Ciência & Saúde*, v. 21, n. 4, p. 1123 – 1136, 2016.
- CORREIA, B. R.; CAVALCANTE, E.; SANTOS, E. **A prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares em estudantes universitários.** *Rev. Bras. Clin. Med.*, v. 8, p. 25 - 29, 2010.
- MARTINS, M. C. C.; RICARTE, I. F.; ROCHA, C. H. L.; MAIA, R. B.; SILVA, V. B.; VERAS, A. B.; SOUZA FILHO, M. D. **Pressão arterial, excesso de peso e nível de atividade física em estudantes de universidade pública.** *Arq. Bras. Cardiol.*, v. 95, n. 2, p. 192-199, 2010.
- MOREIRA, O. C.; OLIVEIRA, R. A. R. O.; OLIVEIRA, C. E. P.; DOIMO, L. A.; AMORIM, P. R. S.; LATERZA, M. C.; MONTEIRO, W. D.; MARINS, J. C. B. **Risk factors for cardiovascular disease in professors from a public university.** *Invest. Educ. Enferm.*, v. 32, n. 2, p. 280 – 290, 2014.
- OLIVEIRA, M. C.; OSELAME, G. B.; DUTRA, D. A.; OSELAME, C.; NEVES, E. B. **Fatores de risco cardiovascular em universitários.** *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, v. 11, n. 63, p. 179 – 186, 2017.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



OLIVEIRA, T. T.; SOUZA, B. C.; SILVEIRA, G. S. L.; SANTOS, M. **Fatores de risco para doenças cardiovasculares em estudantes universitários das áreas de ciências biológicas e da saúde.** Ciência et Praxis, v. 1, n. 2, p. 55 – 60, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Hearts: technical package for cardiovascular disease management in primary health care.** Geneva: WHO Press, 2016. 76 p. ISBN 978 92 4 151137 7.

## **PREVALÊNCIA DE FATORES DE RISCO PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM IDOSOS ATENDIDOS PELA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO SANTA CRUZ EM CASCAVEL – PR**

Kelly Cristine Orso<sup>1</sup>  
Pedro Fonseca Gonçalves<sup>1</sup>  
Sabrina Alves Centenaro<sup>2</sup>  
Thaila Kauana Teixeira<sup>1</sup>  
Vanda Ferreira da Silva Pelágio<sup>3</sup>

**Resumo:** Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), as doenças cardiovasculares (DCV) têm se tornado uma questão de saúde pública cada vez mais preocupante, sendo estas consideradas a principal causa de morte no mundo. Estima-se que somente no ano de 2015 cerca de 17,7 milhões de pessoas vieram a óbito por DCVs, as quais representam 31% das mortes registradas neste período. Os fatores de risco de maior relevância para as DCVs são o sedentarismo, etilismo, tabagismo e uma dieta inadequada, os quais refletem na saúde do indivíduo por meio de enfermidades, tais como a hipertensão arterial sistêmica, hiperlipidemias (hipercolesterolemia, hipertrigliceridemia), hiperglicemia, sobrepeso e obesidade. Em 2018, o Ministério da Saúde estimou que 39,5% dos idosos brasileiros apresentam alguma doença crônica, sendo que cerca de 30% apresentam duas ou mais. Considerando que a população mundial tem passado por um processo de envelhecimento e as estimativas de que em 2025 haja cerca de 1.2 bilhões de indivíduos com mais de 60 anos, torna-se evidente a importância de medidas preventivas e de reabilitação para a população acometida por DCVs e, sobretudo, seus fatores de risco. Diante disto, os cursos de Biomedicina, Educação Física, Fisioterapia e Nutrição do Centro Universitário Univel desenvolveram um projeto de pesquisa e extensão cujo objetivo é determinar a prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares em idosos atendidos pela Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro Santa Cruz em Cascavel-PR. Para isto, foram coletadas informações sociodemográficas e de estilo de vida dos idosos participantes, por meio de questionários. Foram realizadas aferição de pressão arterial, dosagens dos níveis séricos de colesterol total e frações, triglicérides, creatinina e glicose plasmática, determinações do peso e altura para o cálculo do índice de massa corporal (IMC) e circunferência da cintura. Realizou-se também avaliação do condicionamento físico por meio do teste de marcha estacionária de dois minutos. Por fim, os idosos assistiram a uma palestra sobre hábitos alimentares saudáveis na terceira idade. Participaram do projeto 17 indivíduos, sendo 15 (88,2%) do sexo feminino e 2 (11,7%) do sexo masculino. A maioria dos idosos é casada (53%) ou viúva (35%). Setenta e um por cento possuem somente o ensino fundamental completo ou incompleto, sendo que 9 (53%) são aposentados e 8 (47%) sempre se dedicaram exclusivamente a atividades domésticas. A renda familiar da maioria (71%) não ultrapassa 2004 reais. Dois participantes se declararam ex-fumantes (11,7%), sendo que os

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia da UNIVEL Centro Universitário

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Biomedicina da UNIVEL Centro Universitário

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Nutrição da UNIVEL Centro Universitário

demais nunca fizeram uso de tabaco. Quanto à presença de comorbidades, 4 (23,5%) apresentam diabetes, 10 (58,8%) hipertensão arterial sistêmica, 2 (11,4%) aterosclerose, 5 (29,4%) depressão, 6 (35,2%) ansiedade, 4 (11,7%) hipercolesterolemia, 1 (5,8%) já apresentou quadro de infarto agudo do miocárdio e 1 (5,8%) já sofreu um acidente vascular cerebral (AVC). Dezesesseis (94%) apresentaram níveis plasmáticos de glicose em jejum superior a 100 mg/dL, 8 (47%) apresentaram níveis séricos de triglicerídeos superior a 150 mg/dL, 9 (53%) apresentaram níveis elevados de colesterol total (> 190 mg/dL) e 2 (12%) apresentaram níveis reduzidos de colesterol de alta densidade (HDL) (<40 mg/dL). A pressão arterial sistólica média dos participantes foi de 130 mmHg, e a diastólica média 77 mmHg. Segundo o questionário padronizado “Perfil de Estilo de Vida” (PEVI), o grupo de idosos avaliados apresenta, em geral, comportamentos adequados quanto à nutrição, comportamento preventivo, relacionamento social e controle do estresse, contudo, no fator atividade física estes tiveram seu desempenho geral considerado insatisfatório. Quanto à avaliação do condicionamento físico, 7 (41,1%) dos idosos apresentaram desempenho satisfatório e 10 (58,8%) insatisfatório. Neste estudo verificou-se que há uma alta prevalência de fatores de riscos para DCVs em idosos atendidos pela UBS do bairro Santa Cruz, evidenciando a necessidade de programas que visem à prevenção dessas enfermidades, por meio da redução da exposição da população a seus fatores de risco.

## REFERÊNCIAS

KANNEL, W. B.; WILSON, P. W. Comparison of risk profiles for cardiovascular events: implications for prevention. **Arch. Intern. Med.**, v. 42, p. 39-66, 1997.

MULLER, E.V.; GIMENO, S. G. A. Mortalidade por doenças cardiovasculares segundo gênero e idade no Estado do Paraná, Brasil: 1979 a 1981 e 2006 a 2008. **Cad. Saúde Colet.**, v. 23, n. 1, p. 11-16, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Hearts: technical package for cardiovascular disease management in primary health care. Geneva: **WHO Press**, 2016. 76 p. ISBN 978 92 4 151137 7.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. **Cardiômetro**: mortes por doenças cardiovasculares no Brasil. Disponível em: <http://www.cardiometro.com.br/>. Acesso em: 14 mar. 2019.

## Resposta cardiorrespiratória com atletas de Rugby antes e após o treino

Erica Fernanda da Silva<sup>1</sup>  
Lucas Pereira da Cruz<sup>1</sup>  
Pedro Fonseca<sup>1</sup>  
Thaila Kauana Teixeira<sup>1</sup>  
Sirlei Patrícia de Souza<sup>2</sup>

**Resumo:** O Rugby é um esporte coletivo de intenso contato físico, que soma força e agilidade, tendo diferentes atletas no desempenhando papéis específicos durante o jogo, como forma de estratégia para alcançar o bom rendimento esperado do esporte. Para tanto, é importante que o sistema cardiorrespiratório esteja desenvolvido de maneira a assegurar as necessidades fisiológicas, como o acesso do oxigênio aos músculos ativos e as possibilidades de reserva para suportar tensões com a capacitação ao estado funcional indispensável ao organismo, durante e após cada partida ou até mesmo no treino. O presente trabalho trata-se de um estudo, que fez parte da atividade supervisionada da disciplina de Fisiologia do Exercício, com o objetivo de analisar a resposta cardiorrespiratória em jogadores de rugby, do sexo masculino, antes e após o treino na cidade de Cascavel (PR). A coleta de dados foi realizada durante o treinamento no período noturno, Centro esportivo Ciro Nardi onde participaram, após devida assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, nove atletas com média de idade de 31 anos, sendo o mais jovem 23 anos e o mais velho 35 anos. Os dados coletados foram de saturação de oxigênio (SO); frequência cardíaca (FC); frequência respiratória (FR); pressão arterial (PA); temperatura corporal e peso dos atletas de rugby antes e após o treino. O peso médio dos jogadores foi de 101,400 Kg, sendo o menor valor de 80,500 Kg e o maior valor de 115,300 Kg. A FC média no período basal foi de 83,44 bpm, sendo o menor valor 76 bpm e o maior resultado de 100 bpm, já em relação a FR chegamos à média de 17,6 rpm, sendo o menor resultado 18 rpm e o maior 24 rpm, os valores médios de SO foi de 97,77%, sendo o menor valor 95% SO e o maior 100% SO, nos valores obtidos de PA obteve média de 142,20/100mm/Hg sendo o 142,20 mm/Hg a pressão sistólica e a 100 mm/Hg a diastólica, o menor valor obtido foi 120/80 mm/Hg e o maior resultado obtido foi 170/110 mm/Hg, por fim os valores médios de temperatura foi 36°C e o menor valor obtido 34,7°C e o maior valor 37°C. Após o exercício observou aumento na média da FC para 106,33 bpm, a média de FR para 19,66 rpm, média de SO não apresentou diferenças significativas após o exercício, 97,22%, sendo o menor valor de 95% e o maior foi de 99%, e a média de PA também não teve variação significativa (146/91 mm/Hg) sendo o menor valor de 130/90 mm/Hg e o maior foi de 160/110 mm/Hg. A média de temperatura ficou levemente abaixo em comparação a temperatura inicial, 35,2°C. Com este estudo pode-se observar que não houve diferenças significativas dos dados coletados inicialmente e após o treino com os atletas de rugby, o que sugere uma boa capacidade de recuperação cardiorrespiratória dos atletas analisados. Por fim, analisamos que a qualidade do desempenho cardiorrespiratório dos mesmos supre as necessidades fisiológicas, e os

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor Mestre Sirlei Patricia de Souza – Nutrição da Univel – Centro Univesitário Univel.



resultados reportados podem auxiliar na elaboração de um planejamento de treino proporcional à capacidade real dos atletas em executá-los.

## REFERÊNCIAS

SEÇÃO1 Fisiologia do Exercício. *In*: POWERS, Scot K.; HOWLEY, Edward T. **Fisiologia do Exercício**. New York: Manole, 2012. Disponível em: Biblioteca Pearson. Acesso em: 20 jun. 2019.

LOPES, André Luiz *et al.* Perfil antropométrico e fisiológico de atletas brasileiros de "rugby". **Perfi l antropométrico e fi siológico de atletas brasileiros de “rugby”**, Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, jul/set 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v25n3/v25n3a04>. Acesso em: 20 jun. 2019.

LOPES, André Luiz *et al.* Análise da composição corporal e da capacidade aeróbia em jogadores de rugby. **Análise da composição corporal e da capacidade aeróbia em jogadores de rugby** ., EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, jul 2011. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd158/capacidade-aerobia-em-jogadores-de-rugby.htm>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PASSOS, Pedro. **Rugby**. Faculdade de Motricidade Humana Edições FMH - 1495-688 Cruz Quebrada: FMH, 2010. Disponível em: <http://www.fmh.utl.pt/indices/rugbyv.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

## SAÚDE E TRABALHO: A IMPORTÂNCIA DA BOA POSTURA E DO PROFISSIONAL FISIOTERAPUTA COMO AGENTE EDUCADOR

Ana Paula Freita Zabarskas<sup>1</sup>  
Claudio Henrique dos Santos Padua<sup>2</sup>  
Daniel Oliveira Zolin<sup>3</sup>  
Luciane Picagevicz<sup>4</sup>  
Suellen Ribeiro da Silva Scarton<sup>5</sup>

**Resumo:** A postura inadequada no trabalho é uma das principais causas de dores nas costas, a atividade profissional por vezes, exige longas horas seguidas em uma mesma posição, quase sempre inadequadas para a saúde da coluna vertebral acarretando na sobrecarga dos discos intervertebrais e de outras articulações, causando ou acelerando seu desgaste, conhecido como artrose da coluna. As dores nas costas são a maior causa de absentismo dos brasileiros e corresponde a 11,5% dos atestados expedidos no ano de 2017 e é estimado que entre 65 e 90% da população mundial sofra pelo menos um episódio desse tipo de dor, que gera impactos pessoais, ocupacionais, sociais e econômicos. Entendendo a importância do profissional Fisioterapeuta na prevenção, reabilitação e melhora da qualidade de vida, este trabalho foi proposto e desenvolvido durante a disciplina de Saúde Coletiva, com o intuito de integrar o acadêmico a realidade em que se encontra inserido. O objetivo foi desenvolver um modelo de política de promoção da saúde voltada à comunidade acadêmica, tendo como base a Política Nacional de Promoção da Saúde, para garantir a manutenção da postura correta no ambiente de trabalho, prevenção de dores, lesões musculares, problemas gástricos e intestinais relacionados a má postura. Para isso, foram estabelecidas as fases de desenvolvimento: Justificativa para a implementação do programa, objetivos, população-alvo, captação dos participantes, local de desenvolvimento do programa, atividades previstas/desenvolvidas, metas e resultados esperados, fase de execução e método de avaliação do programa. Os colaboradores do setor administrativo do Centro Universitário de Cascavel – UNIVEL foram escolhidos como público-alvo e após o livre consentimento, no próprio setor de trabalho, ouviram as orientações sobre como manter uma boa postura durante o trabalho, em seguida realizaram exercícios de alongamento que ajudam a aliviar as tensões causadas pela má postura e receberam a recomendação de realizar pelo menos uma vez ao dia os exercícios aprendidos. Foram fixados cartazes com ilustrações de como melhorar a postura durante atividades do dia-a-dia nos setores administrativos e também nos ambientes comuns, como nas cantinas e nos corredores dos blocos, dessa forma alcançando toda a comunidade acadêmica. Todos os participantes (n=20) responderam ao questionário de avaliação do programa, que continha as seguintes perguntas: 1. Em algum momento você já sofreu com dores na coluna? 100% dos participantes responderam positivamente; 2. Qual é o seu nível de conhecimento sobre a importância de manter uma postura correta? Tendo como alternativas de resposta: Nulo 0%, baixo 17%, moderado 17% e alto 66%; 3. Você em seu dia-a-dia consegue cumprir a meta de manter a postura correta? Não 28% e sim 72%; 4. O que você achou do projeto? Bom 33% e ótimo 67%. A partir dos resultados podemos inferir que o público-alvo deste estudo demonstra a realidade da população, pois 100% dos participantes relataram já ter tido ao menos um episódio de dor na coluna, também relataram saber da importância de se manter a postura correta e que tentam mantê-la no cotidiano. Os

<sup>1, 2, 3, 4</sup> Acadêmicos do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>5</sup> Docente do Curso de Fisioterapia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



dados ressaltam a importância da implementação de práticas que informem a respeito da prevenção de doenças que podem ter impacto negativo sobre a qualidade de vida da população, pois além de ser o método menos oneroso tem grande aplicabilidade, é altamente replicável, sendo que após a orientação do profissional da saúde o paciente torna-se o principal ator da sua saúde, contribuindo para a melhora da qualidade de vida de toda a comunidade.

## REFERÊNCIAS

ANAMT. Dor nas costas é o principal motivo de afastamento do trabalho no Brasil. **Associação Nacional de Medicina do Trabalho**. Arquivo digital. Disponível em:<  
<https://www.anamt.org.br/portal/2018/07/10/dor-e-afastamento-do-trabalho-no-brasil/>>  
Acesso em: 28 de setembro de 2019

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde. Secretaria de atenção à saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da gestão do trabalho e da educação na saúde. **A educação que produz saúde**. Série comunicação e educação em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

FEIJÃO, A. R.; GALVÃO, M T. G. Ações de educação em saúde na atenção primária: Revelando métodos, técnicas e bases teóricas. **Revista rede de enfermagem do nordeste**. Universidade Federal do Ceará, v. 08, n. 02, p. 41-49, 2007.

JUNIOR, J. P. B. Fisioterapia e saúde coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, supl. 01, p.1627-1636, 2010.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

# RESUMOS DE MEDICINA VETERINÁRIA

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## **EFEITO DE ACARICIDAS COMERCIAIS SOBRE A REPRODUÇÃO DO CARRAPATO *Rhipicephalus microplus***

Lara Poliana Marzinkowski Schmen<sup>1</sup>  
Nahyara Jane Sost dos Santos<sup>1</sup>  
Gabryel Silva dos Santos<sup>1</sup>  
Sheila Spingoski<sup>2</sup>  
Guilherme Machado do Carmo<sup>2</sup>

**Resumo:** Carrapatos são artrópodes ectoparasitas de distribuição mundial. Estes, parasitam vertebrados terrestres, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. O estudo desses parasitas é importante para a saúde pública e animal, por transmitirem agentes infecciosos e causarem injúrias a seus hospedeiros. O carrapato do boi *Rhipicephalus microplus* é um ectoparasita que se alimenta de sangue, causando diversos danos ao seu hospedeiro, além de transmitir doenças como *Babesia* spp. e *Anaplasma* sp. Devido a isto ocorrem grandes perdas econômicas na bovinocultura. Para reduzir essas perdas na produção pecuária torna-se necessário o uso de métodos de controle de ectoparasitas e, atualmente, o principal método é através de produtos químicos comerciais, acaricidas. No entanto, a desvantagem inclui a diminuição da periodicidade dos tratamentos em virtude da resistência ao princípio ativo, bem como a possibilidade da presença de resíduos nos produtos de origem animal e dos danos ao meio ambiente e à saúde humana. O objetivo desta pesquisa foi avaliar e conhecer a real situação da resistência do carrapato dos bovinos *R. microplus* aos produtos utilizados no controle carrapaticida na região de Cascavel, PR. Para a realização dos experimentos foram utilizados 80 carrapatos, os quais foram obtidos de vacas naturalmente infestadas em uma fazenda de bovinocultura de leite. Para a realização dos bioensaios as fêmeas ingurgitadas foram divididas de acordo com o seu peso em placas de Petri (10 cada). Os testes foram realizados em simultâneo e em duplicata para todos os tratamentos. Os testes foram realizados com a utilização de 3 grupos de tratamento: 1) Fipronil®; 2) Colosso® (cipermetrina + clorpirifós + citronelal); 3) Potenty® (ethion + clorpirifós + alfacipermetrina). Uma vez distribuídos em placa de Petri, os carrapatos ingurgitados foram imersos por 5 minutos de soluções de teste, posteriormente, secas com papel toalha, e colocado sob condições controladas (27°C, 75% UR). O mesmo procedimento foi realizado para todos os grupos. Entre 7 e 14 dias após o início da experiência foram analisadas quantas fêmeas fizeram postura e o número de ovos foi coletado e pesado. Os ovos coletados de cada placa de Petri foram colocados em tubos de ensaio, tampado com algodão, e armazenados em incubadoras de DBO por 35 dias. Decorrido este tempo, a eclodibilidade de ovos será registrada (em fase final desta etapa). Portanto, a fim de avaliar a eficácia do tratamento serão consideradas as seguintes variáveis: número de postura, peso dos ovos e a taxa de larvas eclodidas. Após o experimento foi possível observar que o tratamento com Colosso® inibiu a postura de ovos (peso = 0g). O grupo tratado com Potenty® diminuiu o número e o peso dos ovos (0,6g) quando comparado com o grupo controle (0,9g). A eclodibilidade e a eficiência serão calculadas posteriormente, porém, é possível concluir que o acaricida comercial Colosso® foi 100% eficiente frente a reprodução do carrapato *Rhipicephalus*

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup>ORIENTADOR(A): Professor (a) doutor (a) do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Univel.



*microplus*. No entanto, é necessária uma conscientização da dose e o melhor acaricida com os proprietários de bovinos, para assim, diminuir as perdas econômicas causadas pelo parasita.

## REFERÊNCIAS

DRUMMOND, R.O. et al. *Boophilus annulatus* and *B. microplus*: laboratory tests of insecticides. **Journal of Economic Entomology**, v. 66, p. 130-133, 1973.

CAMILLO, G. et al. Eficiência *in vitro* de acaricidas sobre carrapatos de bovinos no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência Rural**, v. 39, p. 490-495, 2009.

CHAGAS, A.C.S. et al. Sensibilidade do carrapato *Boophilus microplus* a solventes. **Ciência Rural**, v.33, p.109–114, 2003.

CONSTANTINOIU, C.C. et al. Local immune response against larvae of *Rhipicephalus (Boophilus) microplus* in cattle. **International Journal for Parasitology**, v.40, p. 865–875, 2010.

EVANS, D.E; MARTINS, J.R. G. A revisão dos carrapatos (Acari, Ixodida) do Brasil, seus hospedeiros e distribuição geográfica - O estado do Rio Grande do Sul. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, v 95, n. 4, p. 453-470, 2000.

PARIZI, L.F. et al. New approaches toward anti-Rhipicephalus (*Boophilus*) *microplus* tick vaccine. **Revista Brasileira parasitologia Veterinária**, v.18, p.1-7, 2009.

## PREVALÊNCIA DOS PRINCIPAIS GÊNEROS DE NEMATÓDEOS GASTRINTESTINAIS EM BOVINOS

Isabela Sanches Bueno<sup>1</sup>  
Alexandre Aparecido Dos Santos<sup>1</sup>  
Ana Cláudia Fredrich<sup>1</sup>  
Fernanda Dombrowski Vidal<sup>1</sup>  
Gabriel Daltoé de Almeida<sup>2</sup>

**Resumo:** No Brasil a problemática com verminoses em animais de produção, em especial bovinos, vem se mantendo firme a cada ano. Os prejuízos causados por esses parasitos são muitos, entre eles, menor ganho de peso, diminuição no rendimento de carcaça, menor produção de leite, gastos excessivos com anti-helmínticos, retardo no crescimento, susceptibilidade a outras doenças, aumento da mortalidade de animais e, conseqüentemente gerando grandes perdas econômicas (KIRCHHOF, et al, 2016). O presente trabalho tem por objetivo fazer um levantamento e estudo bibliográfico dos principais gêneros de nematódeos gastrintestinais de bovinos no cenário nacional contribuindo com o trabalho de Iniciação Científica “Avaliação de Endoparasitas em Bovinocultura de Corte em Propriedade da Região Oeste do Paraná”, que está sendo executado no Laboratório 210 do Centro Tecnológico da Univel. Os principais gêneros de parasitos gastrintestinais encontrados em bovinos são *Haemonchus spp.*; *Trichostrongylus spp.*; *Oesophagostomum spp.*; e *Cooperia spp.* (NEUBER, et al, 2015), (ALVES, et al, 2012). No Brasil, a maioria das pesquisas sobre parasitos gastrintestinais de bovinos restringia-se apenas no registro de ocorrências e descrições morfológicas (GRISI & NUERNBERG, 1971), onde foram reunidos os dados sobre o assunto, iniciando o registro de ocorrência de diversas espécies de helmintos em todo o país (FREITAS, 1970). No estado do Piauí, foram realizados estudos sobre as prevalências de nematódeos gastrintestinais em bovinos da região, com o objetivo de determinar aos índices da prevalência das infecções helmínticas, identificando as espécies de helmintos que parasitavam esses animais. Foram diagnosticadas mais de uma espécie de nematódeos parasitando o mesmo animal, tornando-se uma infecção mista, entre os mais encontrados estavam *Trichostrongylus spp.* *Haemonchus spp.* *Oesophagostomum spp.* e *Cooperia spp.* (GIRÃO, et al, 1982). Por via de regra, também foram realizadas pesquisas no município de Alegre, Espírito Santo, sobre a prevalência das verminoses gastrintestinais em bezerros, onde foram diagnosticados predominantemente o gênero *Cooperia spp.* com 64% e *Haemonchus spp.* com 53,75% (REPOSSI JUNIOR, et al, 2006). No município de Alto Uruguai, Santa Catarina, foram relatadas a presença, de *Haemonchus spp.* com 38,73%, *Trichostrongylus spp.* com 29,90%, *Oesophagostomum spp.* com 12,10% e *Cooperia spp.* com 8,52%, em bovinos utilizados na pesquisa das principais parasitoses da região (NEUBER, et al, 2015), corroborando com (BIANCHIN, 1991) e (LIMA, 1981). A relevância destes gêneros decorre devido a sua sistemática no ruminante e ambiente, onde *Haemonchus spp.* tem maior problemática durante os meses de verão, visto que sua ação de hematofagia leva o animal a severa anemia e perda de proteínas. No caso do *Trichostrongylus spp.* assumindo a dominância durante os meses de inverno e primavera, provocando atrofia das vilosidades e extravasamento do plasma ate a luz intestinal com perdas proteicas. Já o *Oesophagostomun spp.*, responsável por desenvolver uma inflamação

<sup>1</sup>Acadêmico do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Professor do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário Univel.



crônica da mucosa intestinal, ocasionando diarreias e anemia devido a perda de sangue pelas lesões, e por conseguinte, o gênero *Cooperia spp.* é responsável por causar inflamações na mucosa intestinal do jejuno, podendo ocasionar um quadro de necrose intestinal, levando o animal a morte. O grau de infecção e o gênero do helminto são fatores primordiais que determinam a intensidade dos sinais clínicos e os efeitos maléficos sobre os animais parasitados. Esses parasitas gastrintestinais tem um ciclo biológico direto, onde os ovos são eliminados nas fezes dos animais infectados, eclodem-se e transformam-se na forma infectante L3, que são ingeridos pelos bovinos juntamente com a pastagem (CORREA, et al, 1998) e (ECHEVARRIA, et al, 1996). Concluindo, observa-se que no Brasil há uma grande variedade de relatos sobre o principais gêneros destes parasitas gastrintestinais, com exceção do estado do Paraná, justificando a necessidade de mais estudos sobre a prevalência destes helmintos, principalmente nas micros regiões de Cascavel, onde não se encontram relatos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, D. P; SANTILIANO, F. C; ALMEIDA, B. R. **Epidemiologia das Helmintoses Gastrointestinais em Bovinos.** PUBVET – Publicações em Medicina Veterinária e Zootecnia. 2012.
- BIANCHIN, I. **Epidemiologia e controle de helmintos gastrintestinais em bezerros a partir da desmama, em pastagem melhorada, em clima tropical do Brasil.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 162. 1991.
- CORREA, F. R; SCHILD, A. L; MÉNDEZ, M. C. **Doenças de Ruminantes e Equinos.** Laboratório Regional de Diagnóstico de Veterinária, UFPEL, Pelotas, Rio Grande do Sul. Editora: Universitária – UFPel, p. 398. 1998.
- ECHEVARRIA, F; BORBA, M. F. S; PINHEIRO, A. C; WALLER, P. J; HANSEN, J. W. **The prevalence of anthelmintic resistance in nematode parasites of sheep in Southern Latin America: Brazil.** Veterinary Parasitology 62 199-206. 1996.
- FREITAS, M. G. & COSTA, H. M. A. **Lista de Helmintos Parasitas dos Animais Domésticos do Brasil, Minas Gerais.** Arq. Esc. Vet. Unlv. Fed. M. Gerais, 22:33-94, 1970.
- GRISE, L; NEURNBERG, S. **Incidência de Nematódeos Gastrintestinais em Bovinos no Estado de Mato Grosso.** Pesq. agropec. bms. Sér. Vet., Rio de Janeiro, 6: 145-9, 1971.
- GIRÃO, E. S; GIRÃO, R. N; MEDEIROS, R. P; FIGUEIREDO, P. Z. **Ocorrência de Helmintos Gastrintestinais de Ruminantes na Microrregião Homogênea de Terezina.** Trabalho Apresentado no III Seminário de Pesquisa Agropecuária do Piauí, Teresina, P, p. 9. 1982.
- REPOSSI JUNIOR, F.R; BARCELLOS, M. P; TRIVILIN, L. O; MARTINS, I. V; SILVA P. C. A. **Prevalência e Controle das Parasitoses Gastrintestinais em Bezerros de Propriedades Leiteiras no Município de Alegre, Espírito Santo.** 2006.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



KIRCHHOF, J. M; DALLA, L. R; PRESOTTO, L; SANTOS, C. S; MARCHESAN, C. R. **Prevalência de Parasitos em Ruminantes da Cidade de Cruz Alta, RS.** XXI – Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão. 2016.

LIMA, M. M. **Helmintíases Gastrointestinais em Bovinos de Raça Leiteira.** Tese para a obtenção de grau de mestre em Parasitologia Veterária, p. 33. 1981.

NEUBER, J. L; STEDILLE, F. A; SCHWERTZ, C. I; HENKER, L. C; GABRIEL, M. E; MENDES, R. E; PAPPEN, F. G; ROSA, L. B. **Principais Parasitoses Gastrointestinais em Bovinos provenientes de Propriedades Leiteiras de Municípios Do Alto Uruguai, Santa Catarina.** Revista Meio Ambiente, p. 63-65. 2015.

## RESISTÊNCIA PARASITÁRIA BOVINA À IVERMECTINA

Fernanda Dombrowski Vidal<sup>1</sup>  
Ana Cláudia Fredrich<sup>1</sup>  
Alexandre Aparecido dos Santos<sup>1</sup>  
Isabela Sanches Bueno<sup>1</sup>  
Gabriel Daltoé Almeida<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho é citar o que é a resistência parasitária bovina em relação à ivermectina, a sua importância e fazer uma revisão de literatura para referenciamento ao trabalho de Iniciação Científica relacionado a “Avaliação de Endoparasitas em Bovinocultura de Corte em Propriedade da Região Oeste do Paraná”, que está sendo desenvolvido no Laboratório 210 do Centro Tecnológico do Centro Universitário Univel. Os helmintos são responsáveis por problemas de alta magnitude no que diz respeito à sanidade do rebanho bovino. Muitos estudos relatam os prejuízos causados por esses endoparasitos (HAWKINS, 1993). O controle desses helmintos de bovinos representa uma grande importância no fator de produção, entretanto, as tentativas de combate empregadas na maioria das fazendas, de criações são feitas de maneira incorreta por meio do uso excessivo, desordenado e inadequado das bases terapêuticas, que por sua vez oneram o custo de produção e ainda não alcançam os objetivos de controle (SINDAN, 2008). O uso intensivo de anti-helmínticos, subdoses, e diagnósticos incorretos e as bases farmacológicas não tem sido utilizadas com rotatividade têm provocado um sério problema sanitário, que é o que vem causando a resistência de nematódeos aos fármacos. Este processo de “Resistência” é definido como a capacidade hereditária de uma população parasitária de reduzir a sua sensibilidade à ação de uma ou mais drogas (FIEL et. al., 2003). Em bovinos há menos relatos de resistência anti-helmíntica na literatura quando comparados com ovinos e caprinos, porém isto não significa que os seus parasitas tenham menor diversidade genética para expressão da resistência, e sim, pelo fato de que esses tratamentos aos quais são submetidos serem administrados com menor frequência quando comparados com estes animais (JACKSON et al., 1987; VERMUNT et al., 1995; WILLIAMS, 1997 e ANZIANI et al., 2000). No Brasil já foram registrados vários relatos de resistência de helmintos gastrintestinais de bovinos a compostos como os benzimidazóis, levamisole e ivermectina (PINHEIRO e ECHEVARRIA, 1990; CARDOSO et al., 2002; RANGEL et al., 2005; SOUZA et al., 2008). Também foram relatados dados semelhantes de resistência de *Cooperia punctata* à ivermectina 1% e doramectina 1% por Cardoso et al. (2002) e resistência do gênero *Haemonchus* à ivermectina 1% por Souza et al. (2002). No início da década de 80, foi o lançamento das avermectinas, principalmente da ivermectina, ocorreu uma revolução no mercado de produtos veterinários para o controle de parasitos (GEARY, 2005). Entretanto, com a validade da patente deste fármaco, várias formulações contendo avermectinas foram liberadas no mercado com preço muito em conta para os pecuaristas, o que resultou em seu uso indiscriminado e, conseqüentemente na seleção de populações resistentes de ecto e endoparasitos (RODRIGUES, 2007). O método mais empregado para o controle de helmintoses de ruminantes domésticos é o uso desses fármacos. Todavia, a utilização de anti-helmínticos como instrumento exclusivo de controle, tem seu futuro comprometido devido ao contínuo aumento do número de relatos de resistência anti-helmíntica e também pela falta de perspectivas no desenvolvimento de novas moléculas com propriedades antiparasitárias.

<sup>1</sup> Acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

Sendo então, de grande magnitude adotar medidas que permitam prolongar a vida útil das drogas disponíveis no mercado (FAO, 2003). Embora seja necessário um estudo mais aprofundado, ressaltando-se a importância sobre a sistemática da resistência parasitária à ivermectina, o presente estudo contribui para o início do desenvolvimento técnico, científico e profissional dos estudantes do curso de Medicina Veterinária no Centro Universitário Univel e consequentemente pode influenciar no conhecimento da comunidade em geral.

## REFERÊNCIAS

ANZIANI, O. S.; ZIMMERMANN, G.; GUGLIELMONE, A. A.; VASQUEZ, R.; SUÁREZ, V. **Resistencia a lã avermectinas de bovinos parasitados por *Cooperia* spp.** Veterinaria Argentina., v.164, p. 280-281, 2000.

CARDOSO, J. M. S; SANT'ANA, F. B.; MARTINS, I. V. F. et al. **Identificação de *Cooperia punctata* (Linstow, 1907) resistente a ivermectin e doramectin em bovinos no estado do Rio de Janeiro, Brasil.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PARASITOLOGIA VETERINÁRIA, 12, 2002, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: 2002.

FAO. **Resistencia a los antiparasitarios: estado actual con énfasis en América Latina.** Roma: FAO, Salud Animal, p.1-52, 2003.

FIEL, C.; ANZIANI, O.; SUÁREZ, V.; VÁZQUEZ, R.; EDDI, C.; ROMERO, J.; CARACOSTANTOGOLO, J.; SAUMELL, C.; MEJÍA, M.; COSTA, J.; STEFFAN, P. **Resistencia antihelmíntica en bovinos: causas, diagnóstico y profilaxis.** Veterinaria Argentina, v.18, n.171, p.21-33, 2003.

GEARY, T. G. **Ivermectin 20 years on: maturation of a wonder drug.** Trends in Parasitology, v.21, n.11, p.530-532, 2005.

Hawkins, J. A. **Economic benefits of parasite control in cattle.** Veterinary Parasitology, v.46, p.159-173, 1993.

JACKSON, R. A.; TOWNSEND, K. G.; PUKE, C.; LANCE, D. M. **Isolation of oxfendazole resitante *Cooperia oncophora* in cattle.** New Zealand Veterinary Journal, v.35, p.187, 1987.

PINHEIRO, A. C.; ECHEVARRIA, F. A. M. **Susceptibilidade de *Haemonchus* spp. em bovinos ao tratamento anti-helmíntico com albendazole e oxfendazole.** Pesquisa Veterinária Brasileira, v.10, n.1/2, p.19-21, 1990.

RANGEL, V. B.; LEITE, R. C.; OLIVEIRA, P. R. **Resistência de *Cooperia* sp. e *Haemonchus* sp. às avermectinas em bovinos de corte.** Arq. Bras. Med. Vet. Zootec., v.57, n.2, p.186-190, 2005.

RODRIGUES, D. C. **Avaliação da toxicidade de avermectinas em bovinos com idade inferior a trinta dias.** 2007. 77f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal. Disponível em: <http://www.fcav.unesp.br/download/pgtrabs/pan/m/2901.pdf> > Acesso em: 25 Set. 2019.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



SINDAN - **Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal**. Mercado Veterinário. São Paulo, 2008.

SOUZA, A. P.; RAMOS, C. I.; DALAGNOL, C. *et al.* **Resistência de helmintos gastrintestinais de bovinos a anti-helmínticos no estado de Santa Catarina**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PARASITOLOGIA VETERINÁRIA, 12, 2002, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: 2002.

SOUZA, A. P.; RAMOS, C. I.; BELLATO, V.; SARTOR A. A.; SCHELBAUER, C. A. **Resistencia de helmintos gastrintestinais de bovinos a anti-helmínticos no Planalto Catarinense**. *Ciência Rural*, v.38, n.5, p.1363-1367,2008.

VERMUNT, J. J.; WEST, D. M.; POMROY, W. E. **Multiple resistance to ivermectin and oxfendazole in Cooperia species of cattle in New Zealand**. *Veterinary Record*, v.137, p.43-45, 1995.

WILLIAMS, J. C. **Anthelmintic treatment strategies: current status and future**. *Veterinary Parasitology* v. 72(3-4), p. 461-70; discussion 470-7, 1997.

## RESISTÊNCIA PARASITÁRIA BOVINA AOS ANTI-HELMÍNTICOS

Ana Cláudia Fredrich<sup>1</sup>  
Alexandre Aparecido dos Santos<sup>1</sup>  
Fernanda Dombrowski Vidal<sup>1</sup>  
Isabela Sanches Bueno<sup>1</sup>  
Gabriel Daltoé Almeida<sup>2</sup>

**Resumo:** A resistência antiparasitária é definida como a capacidade de uma população de parasitas em suportar doses de drogas que seriam letais para a maioria dos indivíduos em uma população normal (suscetível) da mesma espécie (STONE, 1972). Esse fenômeno é uma habilidade fundamental dos seres vivos, de evoluir na mudança das condições ambientais, a fim de sobreviver sob novas circunstâncias. O objetivo do presente trabalho é citar o que é a resistência antiparasitária, a sua importância e fazer um levantamento bibliográfico para referenciamento ao trabalho de Iniciação Científica relacionado a “Avaliação de Endoparasitas em Bovinocultura de Corte em Propriedade da Região Oeste do Paraná”, que está sendo desenvolvido no Laboratório 210 do Centro Tecnológico da Univel. A administração de anti-helmínticos aos animais é a principal medida de controle adotada, para prevenir prejuízos causados pela verminose (MILLER & HOROHOV, 2006). Nos últimos trinta anos foram caracterizados pelo desenvolvimento e aplicação em diferentes áreas ecológicas do mundo, inúmeras estratégias de controle de endo e ectoparasitas que afetam a produção animal. A maioria destes produtos mostrou-se altamente eficaz, prático e econômico para o controle de parasitas, mas incapaz de prevenir e/ou controlar o constante desenvolvimento de resistência aos agentes antiparasitários. Quase sem exceção, essas estratégias se tornaram menos rentáveis, comprometendo, em alguns casos, a sustentabilidade do sistema produtivo a medida que os antiparasitários estavam perdendo eficácia (SCHILLHORN VAN VEEN, 1997). O uso intensivo de anti-helmínticos, subdoses, diagnósticos incorretos e a falta de rotatividade de bases farmacológicas têm provocado um sério problema sanitário, que é a resistência de nematódeos aos fármacos (FIEL et al., 2003). A disponibilidade futura de novos medicamentos antiparasitários não é apenas comprometida pelo aumento progressivo dos casos de resistência, pelos custos crescentes de pesquisa e desenvolvimento, mas também por certa dificuldade para a descoberta de novos medicamentos (VIAL et al., 1999; SANGSTER, 1999). O surgimento de populações de parasitas resistentes é pouco observado pelos médicos veterinários, como também pelos produtores, porque a eficácia dos anti-helmínticos não é clinicamente evidente, e só pode ser detectada se for averiguada especificamente (PRICHARD, 1994 e WALLER, 1994). No entanto, se essa resistência ocorrer, não será revertida mesmo suspendendo uso da classe de anti-helmínticos que foi utilizada (MARTIN et al., 1989). O controle dos nematódeos gastrintestinais com a utilização de produtos químicos é o método mais empregado. Entretanto, o uso indiscriminado e repetitivo de esquemas de tratamento tem como consequência a seleção de populações de helmintos resistentes aos diferentes grupos químicos (AMARANTE et al. 1992). Obviamente, a recomendação prática mais difundida para reduzir a resistência é baseada na limitação dos tratamentos anti-helmínticos. Ao reduzir a exposição ao medicamento, a pressão de seleção pode ser minimizada (CONDER CAMPBELL, 1995). Uma das estratégias de controle parasitário, com o objetivo de reduzir o uso de anti-helmínticos, implementada em ruminantes, baseia-se no pastoreio misto e/ou

<sup>1</sup> Acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADOR: Professor do Curso de Medicina Veterinária da UNIVEL – Centro Universitário Univel.



alternativo entre diferentes espécies animais. Nesse sentido, e com o objetivo de obter pastagens seguras, é comum o pastoreio alternado entre ovinos e bovinos (NARI, 2003). Embora seja necessário um estudo mais aprofundado, avaliando a presença de resistência parasitária em bovinos na região Oeste do Paraná, ressaltando a importância sobre esta sistemática, o presente estudo contribui para o início do desenvolvimento técnico, científico e profissional dos estudantes e também para levantamento de dados e informações para a comunidade interessada.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE A. F. T; BARBOSA M. A; OLIVEIRA M. R; CARMELLO M. J; PADOVANI C. R. **Efeito da administração de Oxfendazol, Ivermectina e Levamisol sobre os exames coproparasitológicos de ovinos.** Braz. J. Vet. Res. Anim. Sci., v.29, p. 31-38, 1992.

CONDER, G. A; CAMPBELL, W. C. **Chemotherapy of nematode infections of veterinary importance, with special reference to drug resistance.** Advances in Parasitology, v.35, p.1-83, 1995.

FIEL, C; ANZIANI, O; SUÁREZ, V; VÁZQUEZ, R ; EDDI, C ; ROMERO, J ; CARACOSTANTOGOLO, J; SAUMELL, C; MEJÍA, M; COSTA, J; STEFFAN, P. **Resistencia antihelmíntica en bovinos: causas, diagnóstico y profilaxis.** Veterinaria Argentina, v.18, n.171, p.21-33, 2003.

MARTIN, P. J; ANDERSON, N; JARRETT, R. G. **Detecting benzimidazole resistance with faecal egg count reduction tests and in vitro assays.** Australian Veterinary Journal, v. 66, p. 236–240, 1989.

MILLER, J. E; HOROHOV, D. W. **Immunologic al aspects of nematode parasite control in sheep.** Journal of Animal Science, v.84, p.124-132, 2006.

NARI, A. **Resistencia a los antiparasitarios. Estado actual con énfasis en América Latina.** FAO: Producción y sanidad animal N° 157, p. 1-60, 2003.

PRICHARD, R. K. **Anthelmintic resistance.** Veterinary Parasitology, v.54, n.1/3, p. 259-268, 1994.

SANGSTER, N. C. **Pharmacology of anthelmintic resistance in cyathostomes: will it occur with the avermectin/milbemycins?** Veterinary Parasitology, v. 85, p.189–204, 1999.

SCHILLHORN VAN VEEN, T. W. **Sense or nonsense? Traditional methods of animal parasitic disease control.** Veterinary Parasitology, v.71, p.177-194, 1997.

STONE, B. F. **The genetics of resistance by ticks to acaricides.** Australian Veterinary Journal, 48: 345-350, 1972.

VIAL, H. J.; TRAORE, M.; FAILAMB & RIDLEY R. G. **Renewed strategies for drug development against parasitic diseases.** Parasitology Today, v. 15, p. 393-394, 1999.

WALLER, P. J. **The development of anthelmintic resistance in ruminant.** Acta Tropica, v.56, n.2/3, p.233-243, 1994.





CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## RESUMOS DE NUTRIÇÃO

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## EFEITOS DA SUPLEMENTAÇÃO COM SUCO DE BETERRABA E AUMENTO DA PERFORMANCE EM PRATICANTES DE EXERCÍCIOS FÍSICOS

Paula Parra Ramos Gomez<sup>1</sup>  
Eduarda Aguiar Ribeiro<sup>2</sup>  
Pâmela Cristina Albertti Bravin Miranda<sup>3</sup>  
Rúbia Larré Grapiglia<sup>4</sup>  
Sirlei Patricia de Souza<sup>5</sup>

**Resumo:** O uso da suplementação com suco de beterraba tem sido amplamente estudado após evidências apontarem que, com a ingestão regular, há aumento da concentração plasmática de nitrato. Esta elevação pode mediar a formação de óxido nítrico (NO) no organismo. O NO atua sobre diversas funções fisiológicas, como nas fibras musculares que promovem a vasodilatação, propriedades contráteis, aumento do fluxo sanguíneo, em funções mitocondriais e na expressão gênica. A dieta constitui uma grande fonte de NO, sendo que as principais fontes são os vegetais, como alface, espinafre, couve e beterraba. Este trabalho teve como objetivo realizar uma revisão na literatura sobre a suplementação com suco de beterraba em atletas amadores. Os artigos usados para o referencial teórico foram buscados nas bases de dados Pubmed e Google Acadêmico, com as palavras-chave “beetroot juice” e “beetroot juice exercise”, publicados no período de 2014 a 2019. Ao total, foram localizados 244 artigos, tendo sido utilizadas as pesquisas científicas que abordaram a suplementação com suco de beterraba em praticantes de exercícios físicos. Os estudos apontaram que a ingestão aguda ou crônica do suplemento pode ter efeitos que colaboram para o metabolismo oxidativo, pois a presença de NO é de grande importância durante o exercício físico de alta intensidade, no qual o aporte de oxigênio às células musculares diminui. Recentemente, foi demonstrado que o uso da suplementação com suco de beterraba tem melhorado a eficiência na prática de exercícios físicos, principalmente em pessoas não treinadas e em atletas amadores. Através da ingestão há a possibilidade de redução do consumo máximo de oxigênio ( $VO_{2m\acute{a}x}$ ), que representa a capacidade aeróbica máxima do indivíduo. Para avaliar o  $VO_{2m\acute{a}x}$ , é realizado um teste com aumentos consecutivos de esforço, até que o indivíduo chegue ao seu potencial máximo e não tenha condições de prosseguir. O  $VO_{2m\acute{a}x}$  do indivíduo é determinado por fatores genéticos, idade, sexo e nível de treinamento. Ele é diretamente afetado pela vasodilatação e vasoconstrição muscular, além da capacidade de geração de energia pela fosforilação oxidativa. Ainda, o  $VO_{2m\acute{a}x}$  é considerado uma variável útil para prever o desempenho de *endurance*. Com base nas leituras realizadas, há indícios de que os benefícios da suplementação foram observados em testes físicos de diferentes modalidades, como corrida em esteira, bicicleta ergométrica, natação, dentre outros. Embora a suplementação aguda com suco de beterraba *in natura* possa ter efeito ergogênico na diminuição do  $VO_{2m\acute{a}x}$ , uma única dose não é suficiente para induzir a biogênese mitocondrial, sugerindo que adaptações mitocondriais só podem ocorrer

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Nutrição – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Educação Física – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Nutrição – Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Nutrição – Centro Universitário Univel.

<sup>5</sup> ORIENTADORA: Professora Mestre do Colegiado de Nutrição – Centro Univesitário Univel.

após protocolos de suplementação mais prolongados. Ademais, a suplementação com o suco de beterraba pode ser mais benéfica em comparação aos suplementos comerciais no que diz respeito à realização de exercício físico ou  $VO_{2máx}$ , pois polifenóis encontrados na beterraba, como quercetina e resveratrol, podem aumentar a capacidade aeróbica através da estimulação da biogênese mitocondrial e da função antioxidante. Dessa forma, fica evidente a necessidade da manipulação dietética para obter os benefícios do NO quanto ao desempenho esportivo. Torna-se importante a avaliação das características físico-químicas da beterraba em sua forma integral, a fim de avaliar possíveis benefícios ao organismo humano ou até mesmo a interferência de outros compostos. Caso sejam identificados possíveis efeitos ergogênicos, esta suplementação pode servir como alternativa para o desenvolvimento de nutracêuticos e/ou suplementos alimentares. As informações levantadas serão utilizadas para execução de experimento prático com grupo de ciclistas da região oeste do Estado do Paraná, no ano de 2019.

## REFERÊNCIAS

CASEY, D. P.; JOYNER, M. J. Local control of skeletal muscle blood flow during exercise: influence of available oxygen. **J Appl Physiol**; 111 (6): 1527-38, 2011.

CASTRO, T. F. et al. Effects of chronic beetroot juice supplementation on maximum oxygen uptake, velocity associated with maximum oxygen uptake, and peak velocity in recreational runners: a double-blinded, randomized and crossover study. **European Journal of Applied Physiology**. 2019

DOMÍNGUEZ, R. et al. Effects of Beetroot Juice Supplementation on Cardiorespiratory Endurance in Athletes. A Systematic Review. **Nutrients**, 9 (1). pii: E43, 2017.

DOMÍNGUEZ, R. et al. Effects of beetroot juice supplementation on intermittent high-intensity exercise efforts. **Journal of the International Society of Sports Nutrition**, v. 15, p. 2, 2018.

HORD, N. G.; TANG, Y.; BRYAN, N. S. Food sources of nitrates and nitrites: the physiologic context for potential health benefits. **Am J Clin Nutr**; 90 (1): 1-10, 2009.

LUNDBERG, J. O.; WEITZBERG, E. NO generation from inorganic nitrate and nitrite: Role in physiology, nutrition and therapeutics. **Arch Pharm Res**; 32 (8): 1119-26, 2009.

MCQUILLAN, J. A. et al. Dietary Nitrate Fails to Improve 1 and 4 Km Cycling Performance in Highly Trained Cyclists. **International Journal of Sport Nutrition and Exercise Metabolism**. 2016.

MYGGERIDGE, D. et al. The effects of dietary nitrate supplementation on the adaptations to sprint interval training in previously untrained males. **Journal of Science and Medicine in Sport**. 2016

ROKKEDAL-LAUSCH, T. Chronic high-dose beetroot juice supplementation improves time trial performance of well-trained cyclists in normoxia and hypoxia. **Nitric Oxide**. 2019

WOOTTON-BEARD, P. C.; RYAN, L. A. Beetroot juice shot is a significant and convenient source of bioaccessible antioxidants. **Journal of Functional Foods**. 2011.

## EXPOSIÇÃO A PESTICIDAS AMBIENTAIS E O RISCO DE MÁ FORMAÇÃO CONGÊNITA: REVISÃO DE LITERATURA

Helena dos Santos Marchi de Lima<sup>1</sup>  
Guilherme Machado do Carmos<sup>2</sup>  
Sheila Spongowski<sup>3</sup>

**Resumo:** O uso de agrotóxicos para o manejo da agricultura vem tomando cada vez mais espaço, e como consequência disso, há a preocupação com a saúde pública devido a seus efeitos em médio e longo prazo. Destes efeitos vem se destacando a exposição materna aos agrotóxicos no período gestacional. Estudos têm associado este fato a malformação congênita, e sugerem maior risco à mães que residem em lugares próximos às áreas de lavouras agrícolas. Essa exposição pode acontecer por três vias: inalatória, dérmica ou por ingestão do agrotóxico. O agrotóxico e seus resíduos são absorvidos e vão para corrente sanguínea, podendo passar através da placenta para o feto. As malformações podem acometer os órgãos genitais masculinos, sistema nervoso central, sistema circulatório, sistema respiratório e sistema musculoesquelético. Portanto, o objetivo deste estudo foi descrever através de relatos a incidência das malformações congênitas e sua ligação com os agrotóxicos em artigos científicos. Foram encontrados diversos artigos científicos relacionados com o tema da pesquisa, demonstrando a associação entre má formação congênita e exposição a agrotóxicos. Em um estudo realizado em 8 municípios do estado do Mato Grosso foi constatado 100% a mais de ocorrência de malformação congênita entre as crianças de mães expostas aos agrotóxicos durante o período periconcepcional em relação às demais. Em outro estudo realizado em 2017 foi evidenciado a associação de transtornos reprodutivos e anomalias congênitas com exposição ambiental a agrotóxicos. A análise incluiu 45.050 casos de 1998 a 2005 e foi determinada a prevalência e o risco de desenvolver transtornos gestacionais e malformações genitais e urinárias masculinas congênitas em áreas com alta e baixa exposição a agrotóxicos. Outros pesquisadores demonstraram a associação do consumo de agrotóxicos e as taxas de mortalidade infantil por malformação do sistema nervoso central e sistema circulatório nos períodos 1986-1990 e 1997-2001, respectivamente, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. As microrregiões do estudo foram classificadas em rurais e urbanas. Os autores referiram uma tendência significativa de aumento na taxa de mortalidade infantil para os dois tipos de malformações, nas microrregiões rurais, mas não nas regiões urbanas. Em estudo realizado por pesquisadores em 2018, onde foram examinadas 241 placentas de regiões produtoras de algodão, 121 placentas de área urbana e 146 placentas de regiões montanhosas não poluídas, investigando-se se haviam nestas amostras a presença de determinados agrotóxicos organoclorados (OCP). Resultados para OCP foram detectados em 47,2% das amostras, com maior incidência nas duas regiões poluídas (65%), particularmente em placentas de mulheres que vivem perto de antigos armazéns de agrotóxicos (99%), mas apenas em 2,7% das mulheres que viviam na região não poluída. Além disso, foram verificadas manifestações de doenças nas mães, durante a gravidez e parto, e em seus recém-nascidos durante os primeiros 6 dias de vida. Houve aumento significativo do risco relativo a problemas de saúde em mães e recém-nascidos, diretamente proporcionais à concentração de OCP. A partir da revisão dos artigos mencionados, concluiu-se que a exposição materna aos agrotóxicos está em grande parte associada às malformações congênitas, sugerindo que populações intensamente expostas aos agrotóxicos apresentam maior risco de malformação fetal, daí a



necessidade de um aconselhamento e minucioso acompanhamento das mulheres que habitam ou trabalham nestas regiões.

## REFERÊNCIAS

BENÍTEZ-LEITE S, MACCHI ML, ACOSTA M. Malformaciones congénitas asociadas a agrotóxicos. **Rev Soc Bol Ped**, Paraguay, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.org.bo/pdf/rbp/v48n3/a13.pdf>>. Acesso em: 9 de setembro de 2019.

MONTES, LÍLIA PATRÍCIA BUSTAMANTE et al. Exposición prenatal a los plaguicidas organoclorados y criptorquidia. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 1169-1174, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232010000700025&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000700025&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 9 de setembro de 2019.

CREMONESE, CLEBER et al. "Consumo de pesticidas, sistema nervoso central e malformações congênitas cardiovasculares nas regiões Sul e Sudeste do Brasil." **International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health**, vol 27, 2014. Disponível em: <[http://ijomeh.eu/pdf-2034-2313?filename=Pesticide%20consumption\\_.pdf](http://ijomeh.eu/pdf-2034-2313?filename=Pesticide%20consumption_.pdf)>. Acesso em: 08 de setembro de 2019.

GARCÍA, JJ, VENTURA, MI, REQUENA, M., HERNÁNDEZ, AF, PARRÓN, T. E ALARCÓN, R. Associação de distúrbios reprodutivos e anomalias congênitas masculinas à exposição ambiental a pesticidas ativos endócrinos. **Toxicologia reprodutiva**, vol 71, 2017. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28479404>>. Acesso em: 8 setembro de 2019.

OLIVEIRA, NOEMI PEREIRA ET AL. Malformações congênitas em municípios de grande utilização de agrotóxicos em Mato Grosso, Brasil. **Ciênc. Saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4123-4130, Oct. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014001004123&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001004123&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 setembro de 2019.

## EXPOSIÇÃO PRÉ-NATAL E INFANTIL A PESTICIDAS AMBIENTAIS E O RISCO DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: REVISÃO DE LITERATURA

Rosangela de Oliveira<sup>1</sup>  
Elaine Aparecida Wilges Kronbauer<sup>2</sup>  
Raquel Goreti Eckert Dreher<sup>2</sup>  
Sheila Spingoski<sup>2</sup>  
Guilherme Machado do Carmo<sup>2</sup>

**Resumo:** O autismo é caracterizado como um transtorno do desenvolvimento neurológico, diagnosticado por bloqueios para a comunicação e convívio social, além de comportamentos repetitivos ou limitados, sendo observado em variados graus, dependendo de cada caso. A etiologia da ASD (*Autistic spectrum disorder*) não está inteiramente elucidada, apesar de evidências que associam cerca de 10 a 20% dos casos a uma desordem genética relacionada a imperfeições de genes e cromossomos específicos. Outros indicativos associam este diagnóstico a razões “não herdadas”, como por exemplo, ausência da suplementação materna de ácido fólico durante a gestação, baixos níveis de vitamina D, tabagismo, etilismo e a exposição a agrotóxicos. Diante deste cenário, o objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão bibliográfica em estudos de coorte e caso controles relacionados à exposição pré-natal a pesticidas ambientais e o risco de transtorno do espectro autista. Os artigos foram selecionados a partir da pesquisa na base de dados Pubmed com as palavras chaves “*pesticide and autism*”. Estudos epidemiológicos recentes sugerem um acréscimo da prevalência mundial de Desordem do Espectro Autista (ASD) nos últimos 10 anos. Na Dinamarca, a prevalência de ASD cresceu entre 1972 e 2007 e uma avaliação atual demonstrou aumento de 0,74%. Em um estudo transversal realizado na Grécia, entre Novembro de 2015 e de junho de 2017, foram avaliadas 114 crianças em idade escolar, sendo 80 meninos e 34 meninas, com idades entre 6 e 13 anos, residentes na cidade de Atenas desde seu nascimento. Além disso, outro critério de inclusão exigido era que a mãe de cada criança deveria residir em Atenas, até 5 anos antes da gestação. As conclusões deste estudo alertam para a necessidade de uma maior atenção relacionada ao desenvolvimento neurológico que cercam vários POPs (Poluentes orgânicos persistentes), com destaque nas OCPs (organoclorados pesticidas). Este estudo fornece evidência do papel significativo de HCHs (hexaclorociclohexano) na fisiopatologia da ASD. Os resultados sugerem que a exposição a OCPs está diretamente relacionada a desordens do neurodesenvolvimento. Todavia, faz necessária uma análise mais detalhada para elucidação dos prováveis mecanismos que ligam os OCPs com disfunções do progresso neurológico. Em estudo de coorte realizado em 2018 por pesquisadores, foram avaliados 203 pares (mãe-filho) através da detecção de sete metabólitos de organofosforados na urina materna durante a gestação e avaliação da criança aos 36 meses, a partir de instrumentos que medem a função cognitiva e comportamentos adaptativos, sendo classificadas em um dos seguintes grupos: TEA (transtorno do espectro autista), ODC (Outras preocupações com o desenvolvimento) e TD (tipicamente em desenvolvimento). Os autores verificaram que a

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Nutrição da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Professores do Centro Universitário Univel.

concentração dos metabólitos na urina materna não foi associada ao aumento do TEA ou ODC quando meninos e meninas foram analisados em um único grupo, entretanto, quando estratificados por gênero, a concentração de dimetiltiofosfato (DMTP) na gravidez esteve associada com uma tendência para o aumento do risco de TEA entre as meninas. Em recente estudo caso controle publicado em 2019, 2961 indivíduos diagnosticados com ASD foram pareados com os controles para avaliação da exposição a pesticidas ambientais e a relação com o diagnóstico. O risco de ASD foi associado a exposição pré-natal ao glifosato, clorpirifós, diazinão, malatião, avermectina e permetrina. Além disso, os autores verificaram que a exposição a pesticidas ambientais no primeiro ano de vida aumentou as chances do distúrbio com co-morbidade intelectual em até 50%. Concluiu-se, a partir dos estudos avaliados, que a exposição materna a pesticidas parece estar relacionada ao desenvolvimento de problemas cognitivos e do autismo em crianças, entretanto, essa relação precisa ser melhor avaliada em novos estudos epidemiológicos.

## REFERÊNCIAS

Longo M., et al. Autism spectrum disorders, endocrine disrupting compounds, and heavy metals in amniotic fluid: a case-control study. Centro de Arctic Health & Epidemiologia Molecular do Departamento de Saúde Pública da Universidade, 2019

Ehrenstein O. S. V., et al. **Pré-natal e a exposição do lactente para pesticidas ambiente e desordem do espectro autista em crianças:** estudo de controlo de casos baseado população: BMJ, 2019.

Philippat C. et al. Prenatal exposure to organophosphate pesticides and risk of autism spectrum disorders and other non-typical development at 3 years in a highrisk cohort. International Journal of Hygiene and Environmental Health, 2018.

Makris, G. et al. Serum concentrations and detection rates of selected organochlorine pesticides in a sample of Greek school-aged children with neurodevelopmental disorders. Environmental Science and Pollution Research, 2019.



## PERFIL NUTRICIONAL E INCIDÊNCIA DE COMPLICAÇÕES GASTROINTESTINAIS EM PACIENTES SUBMETIDOS AO TRANSPLANTE DE MEDULA ÓSSEA AUTÓLOGO

Carolina Limberger Mateus<sup>1</sup>  
Vanda Ferreira da Silva Pelagio<sup>2</sup>  
Ana Clara Bazei<sup>3</sup>  
Raquel Goreti Eckert Dreher<sup>4</sup>  
Deisi Ferrari<sup>5</sup>

**Resumo:** Um notório avanço na medicina para o tratamento de tumores hematológicos, dentre eles, os linfomas e leucemias, foi o desenvolvimento da técnica para o transplante de células tronco hematopoiéticas (TCTH), sendo esta uma opção terapêutica que aumentou o tempo de sobrevivência e qualidade de vida de pacientes com este diagnóstico. Em uma de suas modalidades, o transplante de medula autóloga, o paciente recebe células de si mesmo, coletadas previamente ao regime de condicionamento, podendo ser oriundo da medula óssea, sangue periférico ou cordão umbilical. O regime de condicionamento consiste em quimioterapia de altas doses, associada ou não a irradiação corporal total, com o objetivo de promover a mieloablação ou citorredução, ou seja, a destruição das células neoplásicas malignas, promovendo ainda, a imunossupressão como efeito colateral. Além disso, outros efeitos adversos severos são observados durante o regime de condicionamento, tais como toxicidade do trato gastrointestinal, cardíaco, renal e hepática, além de consequências emocionais, tendo em vista o isolamento do paciente para o procedimento e o tempo de permanência na unidade hospitalar. Diante deste cenário o objetivo deste trabalho foi avaliar o perfil nutricional e complicações gastrointestinais em pacientes submetidos ao transplante de medula autóloga em um hospital oncológico no Oeste do Paraná. Trata-se de um estudo quali-quantitativo de caráter diagnóstico, que atendeu aos critérios éticos descritos na Resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/2012, sendo aprovado no Comitê de Ética e Pesquisas com Seres Humanos sob parecer n.º 1.311.149. A coleta de dados foi realizada em formulário específico, por meio da consulta a prontuários médicos. Foram incluídos 101 pacientes, sendo 66 (65,3%) do gênero masculino e 35 (34,7%) do gênero feminino, com idade média de 46,8±15,88 anos. Quanto ao diagnóstico clínico destes pacientes, 41 (40%) apresentavam mieloma múltiplo (MM), 29 (29%) apresentavam Linfoma não Hodgking (LNH), 25 (25%) Linfoma de Hodgking (LH), 3 (3%) Leucemia Mielóide Aguda (LMA) e 3 (3%) Tumor de células germinativas (TCG). O período de permanência hospitalar foi de 22,17 dias, com algumas variações em decorrência das complicações apresentadas durante a fase de condicionamento e após a “pega” da medula. O protocolo adotado no regime de condicionamento depende do diagnóstico oncológico, sendo que o bussulfano foi utilizado em pacientes com LMA, melfalano em pacientes com MM e o protocolo BEAM (bleomicina, etoposide, aracitin e melfalan) em pacientes com LNH, LH e TCG. Quanto ao estado

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Nutrição do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Nutrição do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Nutrição do Centro Universitário UNIVEL.

<sup>4</sup> ORIENTADOR: Nutricionista. Docente e Coordenadora do Curso de Nutrição. Centro Universitário UNIVEL.

<sup>5</sup> ORIENTADOR: Fisioterapeuta. Docente e Coordenadora do Curso de Fisioterapia. Centro Universitário UNIVEL.

nutricional na admissão, de acordo com o Índice de Massa Corporal (IMC), os pacientes apresentaram prevalência de eutrofia (50,7%), além de 1,4% de desnutrição e 47,9% de excesso de peso. Quanto aos sintomas observados durante o período de internamento pós-transplante, os mais prevalentes foram mucosite, náuseas, vômito, diarreia e constipação, sendo que estes variaram em frequência e intensidade de acordo com o diagnóstico clínico de cada paciente. Os sintomas de maior incidência nos pacientes com diagnóstico de mieloma múltiplo (MM) foram náuseas, diarreia e inapetência em 78,57% dos pacientes analisados com este diagnóstico. No caso dos pacientes com LNH e LH a maior predominância do sintoma foi diarreia, sendo incidente em 84,6% e 77,7% dos pacientes, respectivamente. Os pacientes com LMA apresentaram mucosite e diarreia em 100% dos casos, bem como os pacientes com TCG que apresentaram mucosite, náuseas, vômitos e diarreia em 100% dos pacientes analisados, entretanto, os dois últimos diagnósticos tinham apenas três pacientes em cada grupo, sendo uma amostra pequena para inferir a prevalência de um determinado sintoma em relação ao outro. Quanto ao suporte nutricional, 64,3% dos pacientes com MM utilizaram suplemento via oral, com duração média de 12,7 dias. 53,8% dos pacientes com LNH e 77,7% com LH utilizaram suplemento oral por 12,5 dias. 100% dos pacientes com LMA e TCG utilizaram suplemento via oral, em média de 8 e 15,5 dias. Concluiu-se que o transplante de medula óssea promove efeitos deletérios ao estado nutricional dos indivíduos ocasionando sintomas que variam de acordo com o diagnóstico clínico e o protocolo de quimioterapia adotado no regime de condicionamento, sendo essencial o acompanhamento nutricional e prescrição dietoterápica que promova alívio dos sintomas, qualidade de vida e recuperação plena para a alta hospitalar.

## REFERÊNCIAS

ARANGO, J. I. Incidence of *Clostridium defficile* associated diarrhea before and after autologous peripheral blood stem cell transplantation for lymphoma and multiple myeloma. **Bone Marrow Transplantation**, 37: 517-521, 2006.

BARBAN, Alessandra. Análise da mobilização e resultados do transplante de células-tronco hematopoiéticas (TCTHa) com alta hospitalar precoce nos portadores de doenças hematológicas / Alessandra Barban. – São Paulo, 2013.

BLIJLEVENS, N. M.; DONNELLY, J. P.; DE PAUW, B.E. et al. Mucosal barrier injury: biology, pathology, clinical counterparts and consequences of intensive treatment for haematological malignancy: an overview. **Bone Marrow Transplantation**, 25: 1269-1278, 2000.

BONASSA, E.M.A. **Enfermagem em terapêutica oncológica**. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2005.

BUENO, NADJANARA D. et al. Bussulfano e melfalano como regime de condicionamento para o transplante autogênico de células-tronco hematopoéticas na leucemia mielóide aguda em primeira remissão completa. **Revista Brasileira Hematologia e Hemoterapia**. São Paulo, 2008, 30(5):352-358.

CARRERAS, E. et al. Incidence and outcome of hepatic veno-occlusive disease after blood or marrow transplantation: a prospective cohort study of the European Group for Blood and Marrow Transplantation. **Blood Journal**, 92: 3599-3604, 1998.

CNS. Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Resolução n°.466, de 12 de dezembro 2012. **Diário Oficial da União**, de 12 de Dezembro, 2012.

COX, G. J et al. Etiology and outcome of diarrhea after transplanted marrow: a prospective study. **Gastroenterology Journal**, 107: 1398-1407, 1994.

DE CASTRO, C. G. Jr.; GREGIANIN, L. J.; BRUNETTO. Transplante de medula óssea e transplante de sangue de cordão umbilical em pediatria. **Jornal de Pediatria**, 77 (5): 345-360, 2001.

FILHO, V. O. Transplante autólogos em oncologia pediátrica – experiência preliminar do Instituto da Criança Prof. Pedro de Alcântara, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (ICR). **Jornal de Pediatria**, 72 (4): 209-214, 1996.

GARÓFOLO, A.; MODESTO, P.C.; GORDAN, L.N.; PETRILLI, A.S.; SEBER, A. Perfil de lipoproteínas, triglicérides e glicose plasmáticos de pacientes com câncer durante o transplante de medula óssea. **Revista Nutrição**, Campinas, 19(2): 281-288, 2006.

GUIMARAES, J.R.Q. **Manual de Oncologia**. 2 ed. São Paulo: BBS, 2006.

H, V. T.; REVTA, C.; RICHARDSON, P. G. Hepatic veno-occlusive disease after hematopoietic stem cell transplantation: update on defibrotide and other current investigational therapies. **Bone Marrow Transplantation**, 41: 229-237, 2008.

JONAS, C. R. et al. Plasma antioxidante status after high-dose chemotherapy: a randomized trial of parenteral nutrition in bone marrow transplantation patients. **American Journal of Clinical Nutrition**, 72: 181-189, 2000.

MACHADO, L.N.; CAMANDONI, V.O.; LEAL, K.P.H.; MOSCATELLO, E.L.M. **Transplante de medula óssea – abordagem multidisciplinar**. São Paulo: Lemar, 2009.

MUSCARITOLI, M. et al. Nutritional and metabolic support in patients undergoing bone marrow transplantation, **American Journal of Clinical Nutrition**, 75: 183-190, 2002.

PAPADOPOULOU, A. et al. Gastrointestinal and nutritional sequelae of bone marrow transplantation. **Archives of Disease in Childhood**, 75:208-213, 1996.

PAPADOPOULOU, A. et al. Nutritional support in children undergoing bone marrow transplantation. **Clinical Nutrition**, 17:57-63, 1998.

PATON, E. J. A.; COUTINHO, M. A.; VOLTARELLI, J. C. Diagnóstico e tratamento de complicações agudas do transplante de células progenitoras hematopoéticas. **R Medicina, Simpósio: Transplante de Medula Óssea**, Ribeirão Preto, 33: 264-277, 2000.

SOMMACAL, H. M. et al. Comparação de métodos de avaliação nutricional empregados no acompanhamento de pacientes submetidos a transplante de células-tronco hematopoéticas alogênicas. **Hospital de Clínicas de Porto Alegre-RS**, 2010.

SZELUGA, D. J. et al. Nutritional support of marrow transplant recipients: a prospective, randomized clinical trial comparing total parenteral nutrition to enteral feeding program. **Cancer Research**, 47: 3309, 3316, 1987.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## RESUMOS DE PEDAGOGIA

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO



## **A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO DE PEDAGOGIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL**

Katiane Prado <sup>1</sup>

Gislaine Buraki de Andrade <sup>2</sup>

**Resumo:** Com o avanço da tecnologia podemos evidenciar melhorias em diversas áreas, em especial para a área da educação, pois possibilitou o acesso a diversas ferramentas tecnológicas para obtenção de informações. Destacamos a criação da modalidade de Ensino a Distância (EaD), que facilitou a propagação de conhecimento científico, esta modalidade vem crescendo cada vez mais, no Centro Universitário Univel, sua organização se faz por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), onde professores disponibilizam para os estudantes os materiais e as vídeo aulas, tendo como função mediar e criar situações didáticas que possui a finalidade de satisfazer as necessidades e interesses dos estudantes. Desta forma, o professor deverá possuir maior responsabilidade com a preparação de suas aulas, os materiais que os discentes terão acesso, bem como nas gravações, garantindo que eles compreendam os conteúdos de forma clara e ordenada didaticamente. Com isso questionamos como a modalidade EaD tem sido analisada pelos professores do curso de Pedagogia da Univel? Existe diferença na atuação do professor nas modalidades presencial e a distância? Quais as possibilidades deste curso ser ofertado apenas na modalidade EaD e como ficará o papel do professor se esse modelo de ensino for mais predominante? Este trabalho tem como objetivo compreender quais as possibilidades e os desafios do professor do curso de pedagogia encontraram na modalidade de EaD do Centro Universitário Univel. O interesse sobre esse tema se deu a partir da ideia de que o número de matrículas no curso superior na modalidade EaD aumentou de forma significativa. Desta forma, iremos refletir sobre o papel do professor, não apenas na preparação de aulas e dos materiais, mas também para analisar a questão se essa modalidade veio para favorecer ou dificultar o papel do mesmo quanto profissional voltado ao ensino e aprendizagem dos educandos. Este trabalho se consistiu de uma pesquisa exploratória, pois “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torna-la mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Além de ser qualitativa, de caráter explicativa. Como procedimentos técnicos temos uma fundamentação teórica, realizada por meio da pesquisa bibliográfica e a coleta de dados, realizada na pesquisa de campo, que buscou por meio da aplicação de questionários, para professores que atuam somente no ensino presencial e outro para professores que atuam nas duas modalidades. Os resultados apresentados nesta pesquisa demonstraram que os professores reconhecem a importância do EaD nos dias atuais. Farias (2013) observa que a Educação a Distância é um sistema de aprendizagem que enfatiza o estudante, em que o mesmo tem acesso as informações disponibilizadas no espaço *moodle*, por meio de dispositivos eletrônicos, o que o torna um sujeito autônomo na busca de conhecimento, estimulando assim seu processo de ensino-aprendizagem. Dos questionários que foram entregues para professores que atuam somente no presencial, eles reconhecem a importância do Ensino a Distância, mas ficam preocupados quanto as relações interpessoais, a falta de diálogo e o desenvolver da inteligência emocional, que segundo os entrevistados somente por meio de atividades presenciais serão oportunizados. Professores

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Professora Mestra Gislaine Buraki de Andrade do Curso de Pedagogia – Centro Universitário Univel.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



que atuam nas duas modalidades relataram que na preparação de suas aulas há uma grande diferença, pois são estratégias, recursos e metodologias diferenciadas, pois no EaD há muita burocracia, eles devem seguir uma padronização e uma organização sistematizada e ordenada para os alunos. Nas atividades de vídeo aulas precisam ser objetivos e possuir uma linguagem acessível, os conteúdos precisam ser sequenciais, com linguagem dialógica e as atividades precisam ser estruturadas, a fim de possibilitar o conteúdo e a organização correspondente a trilha preparada para o EaD. Por fim, a pesquisa constatou que para professores que irão atuar na Educação a Distância será necessário fazer uma reflexão sobre o seu método de ensino, confrontando velhas práticas e hábitos. Uma estratégia significativa para auxiliar neste processo seria o Ensino Híbrido, pois aborda formas de encaminhamento das aulas em que as tecnologias digitais são inseridas de forma integrada ao currículo tendo um papel essencial no processo de ensino e aprendizagem, este ensino une a sala de aula física e ensino online. Entretanto, compreendemos que embora a responsabilidade do professor seja importante em ambas as modalidades de ensino, o comprometimento para com as demandas na modalidade EaD e a importância de novas práticas e metodologias para o processo de aprendizagem, tornaram-se essenciais, pois o professor não deve ser o detentor de conhecimento, mas aquele que acompanhará durante todo o processo da disciplina, sendo de forma clara e sistematizada para o cumprimento de seu papel. Quanto à possibilidade de oferta apenas em uma determinada modalidade, a legislação prevê a possibilidade a nível nacional, mas nesta instituição não há previsão de oferta apenas na modalidade EaD.

## REFERÊNCIAS

FARIAS, Suelen Conceição. Os Benefícios das Tecnologias da Informação e comunicação (TIC) no Processo de Educação a Distância (EAD). **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 15-29, set. 2013.

**GIL, Antonio Carlos.** Como elaborar projetos de pesquisa. **São Paulo: Atlas, 2002.**

## **A EDUCAÇÃO E OS RECURSOS TECNOLÓGICOS NO ENSINO MÉDIO: CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO PROFESSOR**

Adriéli Maria de Oliveira<sup>1</sup>  
Gislaine Buraki de Andrade<sup>2</sup>

**Resumo:** A temática abordada no presente trabalho delimita-se a um estudo sobre as tecnologias na educação, tendo como foco a educação e os recursos tecnológicos no Ensino Médio, analisando as suas contribuições na formação e na atuação do professor em um Colégio Público da Rede Estadual de Ensino, localizado no município de Santa Lúcia/PR. Diante desse tema, o estudo procurou evidenciar como os professores utilizam as ferramentas tecnológicas para o processo de ensino e aprendizagem, se a formação dos professores, seja inicial ou continuada apresentou contribuições nessa área, de tal modo que possamos verificar as contribuições destes recursos na aprendizagem e apropriação dos conteúdos pelos alunos. Considerando essa problematização, esta pesquisa tem como objetivo verificar como os docentes que atuam no Ensino Médio utilizam os Recursos tecnológicos, analisando se eles receberam formação nessa área e se as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) contribuem para a melhoria do ensino. Esta pesquisa justifica-se, pois desde as últimas décadas o processo educacional está passando por um grande paradigma com a inserção das tecnologias, ou seja, o ensino exige novas demandas, com diferentes formas de metodologias para o processo de ensino e aprendizagem. Assim, essa nova configuração exige dos professores, competências e habilidades didáticas e pedagógicas no conhecimento das TICs. Tendo em vista que, a formação continuada é essencial para o profissional da educação, pois contribui para a melhoria de sua prática pedagógica, Mercado (1999, p. 95) aponta que “Esta formação propicia condições necessárias para que o professor domine as novas tecnologias e se sinta confortável e não ameaçados por estas.” Considerando a importância da inserção das tecnologias no âmbito educacional, o presente estudo amparou-se em uma pesquisa quantitativa, qualitativa e explicativa, quantitativa, pois teve como objetivo quantificar os dados referentes às respostas obtidas através dos questionários respondidos pelos professores, qualitativa, pois se preocupou com aspectos da realidade de um determinado grupo social e conforme Mascarenhas (2012, p. 46) “Utilizamos a pesquisa qualitativa quando queremos descrever nosso objeto de estudo com mais profundidade.” Além disso, este estudo delimitou-se a uma abordagem de caráter explicativo, que segundo Gil (2009, p. 42) “Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.” Busca-se com esta investigação conhecer a realidade em relação ao uso das tecnologias, explicando de que forma essa inserção ocorre na práxis educacional. Para a realização da pesquisa foram aplicados cinco questionários com perguntas abertas e fechadas, distribuídos um questionário para cada professor, pessoalmente pela pesquisadora na instituição de ensino. Também participaram desta pesquisa três estudantes que responderam a um questionário entregue pessoalmente pela pesquisadora na instituição de ensino, contendo perguntas abertas, sendo que os educandos envolvidos nesta pesquisa estudam no Ensino Médio e foram escolhidos aleatoriamente, e

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia - Licenciatura da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADORA: Professora Mestra Gislaine Buraki de Andrade, do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Univel – Centro Universitário Univel.



realizaram as respostas coletivamente nas turmas que estudam. Ao analisar as respostas foi possível verificar que os professores utilizam as tecnologias na sala de aula e de acordo com os estudantes, a utilização dos recursos tecnológicos contribui para a melhoria do ensino, entretanto um dos questionários apresentou a justificativa de que “A tecnologias nos ajuda a expandir nossos horizontes, conhecer melhor as formas de aprendizagem nos permitindo absorver os conteúdos da melhor forma possível.” (Dados obtidos na pesquisa de campo, 2019). De acordo com Mercado (1999, p.105) “A formação dos professores é encarada como um processo permanente, integrado no dia a dia dos professores e das escolas.” Neste sentido, os professores apontam que a formação continuada é essencial, pois nos dias de hoje, temos que estar em constante aprendizado, ainda mais, em relação as novas tecnologias que nos auxilia como ferramenta de trabalho, em sala de aula. Mas segundo os pesquisados a utilização desse recurso por muitas vezes se torna inválido, devido ao uso incorreto do celular e dos demais recursos, além da falta de internet na instituição de ensino e da formação continuada para os professores. Para tanto, compreendemos que a Tecnologia Educacional deve fazer parte do processo de ensino aprendizagem, para instigar novos conhecimentos e pesquisas, assim como contribuir para encaminhamentos metodológicos significativos em que os alunos vivenciem os conteúdos, superando o tradicionalismo e tornando o aluno protagonista do processo de ensino aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia%2520cientifica&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-7&section=0#/legacy/12898>. Acesso em: 25 maio 2019.

MERCADO, Luiz Paulo Leopoldo. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Maceió: EDUFAL, 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1324>. Acesso em: 02 maio 2019.

## A IMPORTÂNCIA DE CONTAR HISTÓRIAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Kethlen Karolaine Ferreira<sup>1</sup>  
Marileia de Bone<sup>2</sup>

**Resumo:** A pesquisa trata de apresentar a importância de contar histórias e suas contribuições para o desenvolvimento da criança. A contação de histórias acarreta grandes contribuições para a Educação Infantil, pois é com ela que acontece o primeiro contato da criança com os livros e a literatura. É uma grande aliada na formação do senso crítico e reflexivo das crianças, contar histórias é um momento de desenvolvimento da aprendizagem, visto que com ela a criança desenvolve a concentração, a imaginação e a criatividade. A partir disto, este trabalho traz como problema de pesquisa como os professores trabalham com esta prática com os alunos, de que forma estas atividades acontecem, como elas contribuem no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e qual a importância de se trabalhar com a contação de histórias na Educação Infantil. Justifica-se esta pesquisa pela importância de compreender como são ministradas essas aulas, se elas acontecem no ambiente escolar e se a mesma contribui para o desenvolvimento das crianças. A pesquisa tem como principal objetivo analisar como acontecem as práticas de contação de histórias para as crianças no ambiente escolar. Para responder aos questionamentos da pesquisa, a metodologia foi pautada em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, de caráter qualitativo, utilizando dados secundários e primários, entre eles a observação assistemática, com aplicação de questionário para a professora regente da turma do Maternal II em um Centro Municipal de Educação Infantil da rede pública de Cascavel-PR. A motivação para esta pesquisa, além de outros aspectos, partiu do contato que a pesquisadora teve com a Educação Infantil, por meio dos momentos dos Estágios Obrigatórios da faculdade, desenvolvendo, portanto, interesse nessa área. Com a pesquisa verificou-se que a contação de histórias na Educação Infantil permite que as crianças estimulem sua oralidade, sua imaginação e criatividade. A frequência de histórias contadas aos alunos é geralmente uma por dia, sendo usados fantoches, palitoches, janela de contação de histórias e livros. Para este momento, o local escolhido é a sala de aula, sob o tatame ou solário. A professora acredita que as práticas pedagógicas poderiam ser melhoradas para que o prazer da leitura aumente, através de diversidade de livros e diversidade de materiais. A docente que respondeu ao questionário acredita que a contação de histórias é um momento lúdico que permite que a criança possa usar a imaginação e se desprender da realidade, além de ser estímulo para melhorar a oralidade, além de outras percepções.

### REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 2003.  
BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2009. Disponível em:

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADORA: Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Professora do Curso Superior de Pedagogia - Licenciatura do Centro Univesitário Univel.

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/8477/7227>. Acesso: em 25 mar. 2019.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Volume I. Ministério da Educação e Cultura – MEC/ SEB: 1998. Disponível: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf). Acesso em: 11 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 05 abr. 2019.

BARRETOS L. M. S. *et al.* Literatura infanto-juvenil: novos tempos. Revista Akropolis, Umuarama, v. 12, nº 3, jul/set., 2004. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/akropolis/article/viewFile/416/381>. Acesso em: 05 abr. 2019. p. 34.

COELHO, Betty. **Contar histórias: uma arte sem idade**. São Paulo: Ática, 1999. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/8477/7227>. Acesso: em 21 abr. 2019. p. 4.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000. Disponível em: [http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2011/2011\\_-\\_RAMOS\\_Ana\\_Claudia.pdf](http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2011/2011_-_RAMOS_Ana_Claudia.pdf). Acesso em: 28 mar. 2019. p. 23.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil Teoria Análise Didática**. 7ª ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FARIA, Maria Alice. **Como usar a literatura infantil em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: [https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc\\_01-1.pdf](https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_01-1.pdf). Acesso em: 10 abr. 2019. p. 3-4.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1999. Disponível em: [http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2011/2011\\_-\\_RAMOS\\_Ana\\_Claudia.pdf](http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2011/2011_-_RAMOS_Ana_Claudia.pdf). Acesso em: 14 abr. 2019. p. 34.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, Regina. **Acordais: fundamentos teórico-poéticos da arte de contar histórias**. São Paulo. Editora cultural do livro, 2004.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



SANTOS, Núbia de Oliveira. **Literatura infantil e escola: uma relação construída historicamente.** 2001. 39 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

SISTO, C. A literatura frequenta a escola mas quem conta as histórias? *In*: PAROLIN, I. C. H. (org.). *Sou professor! A formação do professor formador.* Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em:  
[http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2011/2011\\_-\\_RAMOS\\_Ana\\_Claudia.pdf](http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2011/2011_-_RAMOS_Ana_Claudia.pdf). Acesso em: 10 abr. 2019. p. 28.

VIEIRA, Isabel Maria de Carvalho. **O papel dos contos de fadas na construção do imaginário infantil.** *In*: Revista criança – do professor de educação infantil, v. 38, p. 10, 2005.

ZILBERMAN, R. **A Literatura infantil na escola.** 6 ed. São Paulo: Global, 1987. Disponível em: [http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2011/2011\\_-\\_RAMOS\\_Ana\\_Claudia.pdf](http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2011/2011_-_RAMOS_Ana_Claudia.pdf). Acesso em: 20 abr. 2019. p. 33.

ZILBERMAN, R. O papel da literatura na escola. **Via Atlântica**, n. 14, p. 7, dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50376>.

## **A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR E DO PROCESSO AVALIATIVO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CASCAVEL - PR**

Dandara Eduarda Nicolau Puton<sup>1</sup>  
Gislaine Buraki de Andrade<sup>2</sup>

**Resumo:** Na Educação Infantil, o brincar se faz presente na vivência escolar das crianças, por isso é essencial compreender a importância do brincar e do processo avaliativo na primeira infância. É importante salientar que a primeira infância, corresponde aos alunos de 0-3 anos, da primeira etapa da Educação Básica, denominada Educação Infantil – Creche, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/1996, alterada pela Lei Federal nº 12.796/2013, estabelecendo a obrigatoriedade da oferta da Educação Infantil. Compreendendo que a brincadeira é uma das atividades principais das crianças na Educação Infantil, o brincar e o processo avaliativo como acompanhamento das crianças, tornam-se fatores determinantes no processo de ensino e aprendizagem. Conforme aponta MACHADO, 2003, o exercício da brincadeira amplia as possibilidades de aprendizagem, pois facilita a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade, estabelecendo uma relação mais acentuada de aprendizagem, por meio das experiências adquiridas, a partir da ação de brincar. Para tanto, se faz necessário analisar e refletir sobre essas práticas e a atuação do professor, as quais são fundamentais para uma educação integral de qualidade. No processo educativo da Educação Infantil, além de estabelecer na atuação do professor o planejamento voltado as ações pedagógicas intencionais e sistematizadas, é importante compreender a avaliação como essencial, para a finalidade de verificar o processo de ensino aprendizagem e a reorganização da atuação do professor, promovendo o acompanhamento e a auto avaliação. O objetivo geral do presente trabalho é analisar a importância do brincar e do processo avaliativo na primeira infância, em um Centro Municipal de Educação Infantil, em uma turma de Infantil II. Buscando identificar as contribuições do brincar na primeira infância, verificando se as atividades pedagógicas contam com encaminhamentos metodológicos, o brincar de forma intencional, planejado e mediado pelo professor, verificando também quais as formas e contribuições da avaliação da primeira infância, investigando como ocorre e qual a importância do ato avaliativo no ambiente educacional da primeira infância. A presente pesquisa apresentada justifica-se pela necessidade de maiores discussões e aprofundamento teórico para compreender a importância do brincar no desenvolvimento das crianças da primeira infância, e a análise do processo avaliativo neste contexto. Desta forma, a organização da pesquisa foi desenvolvida por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, amparou-se por uma abordagem qualitativa, como forma de investigação sobre a importância do brincar e do processo avaliativo na primeira infância; sendo um estudo de caso, para análise de uma realidade específica de um CMEI da Rede Pública Municipal. Buscando assim uma análise reflexiva, compreendendo os conceitos e concepções em relação a temática abordada. Os resultados da pesquisa foram coletados a partir da pesquisa de campo, realizada por meio de entrevista com uma coordenadora pedagógica e questionário com duas Professoras de Educação Infantil, apresentando a prática pedagógica, sobre os aspectos: planejamento, brincadeiras, ludicidade e avaliação. Por fim, analisamos as respostas das Professoras de Educação Infantil e da Coordenadora por categorias dos

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Professora Mestra do Curso de Pedagogia da Univel – Centro Universitário Univel.

questionamentos, de forma a suscitar e compreender como ocorre o processo avaliativo na primeira infância, as quais retrataram que deve ser contínuo e diário em relação ao trabalho desenvolvido, levando o professor a uma auto avaliação e acompanhamento quanto ao desenvolvimento integral do aluno, não se preocupando apenas com a burocracia ou o conselho de classe, mas compreendendo e instigando o aluno para novas experiências e desenvolvimento de novos conceitos. Em relação ao planejamento foi apontado que possuem dificuldade em realizarem coletivamente, mas a coordenadora contribui e direciona este processo e a relação com as atividades lúdicas e brincadeiras. Compreendemos assim que o professor precisa conhecer os documentos e legislações que fundamentam sua atuação profissional, sendo que o mesmo deve possuir clareza sobre a atividade principal de cada faixa etária e buscar em seu planejamento e avaliação, conciliar atividades pedagógicas, mediando o processo de forma sistematizada e intencional, provocando novas aprendizagens e voltadas ao desenvolvimento humano integral.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Volume I. Ministério da Educação e Cultura – MEC/ SEB: 1998. Disponível: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf). Acesso em: 10 abr. 2019.

CASCADEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel**. Volume I: Currículo para a Educação Infantil. Cascavel, PR: Ed. Progressiva, 2008.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: Mito e desafio. **Uma Perspectiva Construtiva**. Porto Alegre. RS. Educação e Realidade, 1993.

MACHADO, Marina Marcondes. **O brinquedo-sucata e a criança**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.



## A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATO DA DOCÊNCIA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL – PR

Mayara Quintana de Lima<sup>1</sup>  
Gislaine Buraki de Andrade<sup>2</sup>

**Resumo:** A abordagem desta pesquisa diz respeito às contribuições do brincar na Educação Infantil, a partir do relato da docência de uma Professora de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel-PR, bem como um apanhado teórico sobre o desenvolvimento infantil e a importância dos jogos de papéis sociais. Atualmente, é visível a ampla importância do brincar na Educação Infantil, sendo que no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Art. 16 prevê o direito do "brincar, praticar esportes e divertir-se", no intuito de compreender a liberdade, além de tantos outros direitos assegurados pelo ECA. A educação Infantil compreende-se a primeira etapa da Educação Básica, sendo de caráter educativo e intrínseco entre o brincar e o cuidar, cuja finalidade é o desenvolvimento integral da criança. O contexto histórico demonstra que no período da Revolução Industrial, as creches surgiram com um caráter assistencialistas com a finalidade de atender as necessidades que as crianças possuíam, através do cuidado, sem constar o ato do brincar ou do processo de aprendizagem. Portanto, ao longo do processo histórico-social e com grandes avanços, a etapa da Educação Infantil passa a ter maior relevância, sendo assegurado pela Constituição de 1988, o direito de frequentar creches e pré-escolas, apontando que é dever do Sistema Municipal de Ensino oferecer este serviço, enquanto direito público subjetivo. A criança atualmente é considerada cidadão, prevendo respeito e cuidado, sendo valorizada sua capacidade de imaginação e o seu mundo de faz-de-conta, possibilitando assim, fazer com que haja uma interação eficaz entre a criança e o mundo que a cerca. Portanto, na educação infantil o brincar é essencial, porém deve ter-se um mediador que ofereça um brincar de qualidade, ou seja, brincadeiras livres e dirigidas que possibilitem à criança um desenvolvimento cognitivo e motor por completo, favorecendo assim, a aprendizagem, onde aborda que a criança nos seus anos iniciais, aprende brincando. Sendo assim, o professor é responsável por oferecer o mundo lúdico à criança, envolvendo-a como um todo. A partir disto, o problema levantado em questão é: Qual a importância do brincar na educação infantil e como o professor deve mediar este ato? Segundo o RCNEI (1998) é responsabilidade do professor prever organização de situações e brincadeiras diversificadas, que possibilitem além da integração, jogos e brincar com regras e construções, possibilitando "elaborarem de forma pessoal e independente suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais" (BRASIL, 1998, p. 29). Desta forma, a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi bibliográfica e de campo, a partir da consulta e análise de livros e artigos, e a entrevista realizada com uma Professora da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel PR, compreendendo a importância da sua atuação intencional e sistematizada em um trabalho com brincadeiras na Educação Infantil. Ao término, concluímos a partir do relato da professora participante da pesquisa que a integração do brincar no papel educacional é essencial, em especial, para adquirir conceitos e novas experiências, oportunizando o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (atenção, memória,

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia Licenciatura – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Mestra em Educação. Professora do Curso de Pedagogia Licenciatura, do Centro Universitário – Univel.



imaginação, entre outros), o qual precisa que o professor reconheça em sua prática e oportunize, pois não adianta trabalhar com alunos de modo fragmentado ou apenas que fiquem em silêncio, pois não estaremos reconhecendo as necessidades e estaremos desmerecendo a atuação pedagógica para a finalidade educacional. Conforme o relato da professora, a brincadeira deve ser construída e ensinada, o qual também constitui-se em conhecimento para o aluno.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**: Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-nova-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases 9394/96**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil de 1998**: Conhecimento de mundo. Vol.3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

CASCADEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel**: Educação Infantil. Cascavel, PR: Ed. Progressiva, 2008.

DOURADO, Josiane Rodrigues; **BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2012**. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/breve-historico-da-educacao-infantil/>. Acesso em: 16 de junho de 2018.

GONÇALVES, Lady Jane; COSTA, Célia Regina Bernardes. **O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO UM ATO DE APRENDIZAGEM, 2018**. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/brincar-na-educacao-infantil>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

MELO, Solange; **A EDUCAÇÃO INFANTIL NOS DIAS ATUAIS, 2013**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-infantil-nos-dias-atuais/102242#ixzz5loaW3OIm>. Acesso em: 16 de junho de 2018.

PIMENTA, Janice Gonçalves; **A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, 2011**. Disponível em: [http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/c205622.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/c205622.pdf). Acesso em: 16 de junho de 2018.

RAU, Maria Cristina Trois Dornelles; **EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM**, Curitiba: InterSaberes, 2012.

SAUL, Alexandre; SILVA, Camila Godói; **CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS, 2011**. Disponível em: <http://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0020.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2018.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

## ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: ANÁLISE DE ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS EM SALA DE AULA

Deize Motcinski<sup>1</sup>  
Francielle da Luz Casemiro<sup>2</sup>  
Michele Thais Tuon de Campos<sup>3</sup>  
Sueli Gedoz<sup>4</sup>

**Resumo:** A proposta do presente trabalho analisa os encaminhamentos metodológicos, utilizados no município de Cascavel/PR, com os alunos do 1º ano do Ensino Fundamental, nas práticas de alfabetização e letramento. A partir da abordagem apresentada pelo Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel (CASCAVEL, 2008) delimitamos nossa pesquisa a um enfoque nas atividades que uma professora alfabetizadora, de uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental, utiliza para trabalhar com uma determinada letra do alfabeto, no caso a letra “G”, com base na alfabetização e no letramento. O problema que gerou a pesquisa questionou como são os encaminhamentos metodológicos utilizados por uma docente no trabalho com a alfabetização em sala de aula, verificando se tais encaminhamentos condizem com práticas de letramento. Compreendemos que o letramento é uma prática de suma importância na sociedade, já que pode ser definido como “ [...] o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2004, p.18). Desse modo, verificamos que o letramento na prática social tem grande relevância, pois o sujeito pode ser alfabetizado e não letrado, já que a alfabetização é um processo de aprendizagem por meio do qual se desenvolve a habilidade de ler e escrever e o letramento amplia a utilização competente da leitura e da escrita nas práticas sociais. Ademais destacamos que é importante à exploração de todos os aspectos que sejam relevantes para a compreensão do símbolo utilizado, conforme orienta o currículo “para o trabalho com os símbolos e a ideia de representação, o professor elencará e levará para a sala de aula toda a variedade possível de símbolos que circulam socialmente” (CASCAVEL, 2008, p. 335). O principal objetivo do trabalho é analisar como o processo de letramento é compreendido e trabalhado pelos professores, como é realizada a prática de alfabetização, de que maneira está sendo aplicada a introdução de uma determinada letra com os alunos, e se esta forma de aplicação é condizente com os encaminhamentos metodológicos apresentados no currículo do município de Cascavel/PR. Esta pesquisa é de caráter bibliográfico, de campo e estudo de caso, caracterizando-se como pesquisa qualitativa. Outro procedimento utilizado foi a pesquisa documental, caracterizada na análise dos cadernos dos alunos, verificando as atividades registradas pelos discentes. Também foram analisadas as atividades desenvolvidas pelos alunos utilizando o livro didático como recurso metodológico, bem como as atividades que foram realizadas pelos alunos para a aprendizagem da letra “G”. De acordo com as observações realizadas, acerca dos encaminhamentos metodológicos no processo de alfabetização, entendemos que a professora regente da turma de 1º ano pesquisada trabalha a alfabetização conforme sugerido no currículo, sendo que a metodologia e o planejamento utilizados assemelham-se com as propostas apresentadas

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> Doutora em Letras. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

nesse documento que norteia o planejamento para o ensino na rede pública municipal. A professora, para introdução da letra “G” no processo de alfabetização, utiliza gêneros textuais (parte de uma unidade maior, gêneros textuais), e segue para as unidades menores, palavras, sílabas e letras, tem exposto na sala de aula o alfabeto com letras maiúsculas e minúsculas, utiliza de temas relacionados à vivência social do aluno e aproveita as atividades presentes no livro didático voltadas às práticas de letramento. Ao fim da realização do trabalho in loco nota-se que a professora ressalta bastante o uso da oralidade, desenvolvendo nos discentes o alfabetizar e o letrar sendo fundamental para a leitura de signos na vida em sociedade e insta salientar que o trabalho desenvolvido pelo professor de leitura e escrita deve estar articulado a prática da oralidade, uma vez que a oralidade é mais usada pelo aluno em outras situações de relação social. Observa-se por meio da consulta e análise dos materiais disponibilizados pela professora, que as atividades desenvolvidas são de significância no desenvolvimento eficiente da alfabetização e letramento dos alunos, haja visto que tais formas são pensadas para que os alunos possam alcançar a alfabetização e o letramento em idade apropriada, o que sem dúvida vai propiciar a este aluno um melhor desempenho no decorrer dos processos de ensino e aprendizagem, levando-o a um aprendizado mais significativo, contribuindo para sua formação, tornando-o capaz de realizar transformações sociais.

## REFERÊNCIAS

CASCADEL (PR). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel**: volume II: Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Cascavel, PR: Editora Progressiva, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

## **AS CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE NA PRÁXIS DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NA TURMA DE PRÉ-ESCOLA II DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL – PR**

Jessica da Silva Gomes<sup>1</sup>  
Gislaine Buraki de Andrade<sup>2</sup>

**Resumo:** A abordagem desta pesquisa diz respeito às contribuições da ludicidade na práxis do professor da Educação Infantil, num estudo de caso na turma de pré-escola II da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel-PR, bem como um apanhado teórico sobre a importância da ludicidade para o desenvolvimento da aprendizagem, e refletindo sobre a atuação da docência escolar na pré-escola II. A Educação Infantil é reconhecida como primeira etapa da Educação Básica, direcionando sua organização pelas DCNEIs (2009) e a legislação vigente, apresentando a importância do desenvolvimento integral da criança e de sua oferta como direito social. Assim, o tema desta pesquisa justifica-se pela necessidade de uma maior reflexão sobre a utilização da ludicidade na turma da Pré-Escola II, verificando as práticas pedagógicas direcionadas em relação às contribuições da ludicidade, no âmbito da Educação Infantil, reconhecendo como uma prática fundamental e relevante no processo de ensino e desenvolvimento da aprendizagem das crianças, a qual deve estar relacionada enquanto metodologia de ensino para inclusive direcionar conceitos e experiências. É importante que o professor utilize em sua ação pedagógica, o desenvolvimento de competências que contribuirão para a alfabetização e o desenvolvimento integral. Desta forma, a pesquisa se propôs a investigar sobre a atuação da professora em relação às práticas lúdicas na alfabetização e suas contribuições no desenvolvimento integral da criança. Este trabalho traz como problema de pesquisa a investigação sobre a ludicidade para analisar sua relevância, as vantagens e desvantagens de práticas mecanizadas para o processo de alfabetização na primeira infância, analisando as contribuições das atividades lúdicas no processo de alfabetização e com que frequência a professora utiliza as práticas lúdicas na aprendizagem das crianças. Para responder a esta problemática e aos objetivos, a pesquisa configura-se como qualitativa, explicativa, bibliográfica, de campo e também como estudo de caso, utilizando dados secundários e primários, entre eles a análise assistêmica da entrevista e do planejamento semestral da professora regente da pré-escola II e dos documentos curriculares para a Educação Infantil, de modo a perceber a frequência da realização de atividades lúdicas, tais como: brincadeiras e jogos, as quais contribuem para o processo de desenvolvimento de conceitos de alfabetização e oportunização do desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos alunos da turma da Pré-Escola II. A pesquisa conta com as teorias desenvolvidas por Antunes (2011), Brandão e Rosa (2011), Oliveira (2011), entre outros teóricos, além da apresentação dos documentos curriculares: DCNEI (2009), CASCAVEL (2008) e RCNEI (1998). Ao longo da pesquisa, pode-se notar e acompanhar a práxis e os encaminhamentos metodológicos, bem como os recursos utilizados em relação as práticas e atividades referentes aos conceitos na alfabetização desenvolvidas na atuação pedagógica do professor na Pré-Escola II, as quais proporcionam

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia Licenciatura – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Mestra em Educação. Professora do Curso de Pedagogia Licenciatura, do Centro Universitário – Univel.

inquietações sobre a temática da alfabetização e a ludicidade na Pré-Escola II. As considerações preliminares apresentam que a professora utiliza a ludicidade em diversas práticas, e ressaltou que o trabalho na Educação Infantil deve ser intrínseco entre cuidar e educar, mas o educar precisa estar atrelado ao ensino de conceitos com jogos e brincadeiras, demonstrando que é essencial o trabalho de acordo com os documentos e a atividade principal que mais desenvolve o aluno, neste caso, jogos e brincadeiras.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Educação Infantil: Prioridade Imprescindível**. 8. ed. Petrópolis, SP: Vozes, 2011.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Souza. **Ler e Escrever na Educação Infantil: Discutindo práticas pedagógicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases 9394/96**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil de 1998: Conhecimento de mundo**. Vol.3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica: Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-nova-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 28 abr. 2019.

CASCADEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel: Educação Infantil**. Cascavel, PR: Ed. Progressiva, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOURA, Gislaine Franco de; MORENO, Gilmar Lupion. **Cuidar, educar e brincar: refletindo sobre a organização do trabalho pedagógico na educação infantil**. Uel.br. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=o+trabalho+entre+o+educar+e+cuidar&oq=o+trabalho+entre+o+educar+e+cuidar&aqs=chrome..69i57j33.1679j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 15 de set. 2019.

NASCIMENTO, Edaniele Machado. **Processo Histórico da Educação Infantil no Brasil: Educação ou Assistência?** Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479\\_9077.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479_9077.pdf). Acesso em: 22 de set. 2019.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.



## **CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE UMA ESCOLA DA REDE PRIVADA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR**

Adryen Marcela Paludo<sup>1</sup>  
Gislaine Buraki de Andrade<sup>2</sup>

**Resumo:** A Educação Infantil é uma das fases mais importantes na construção do processo de ensino aprendizagem na vida humana. Neste sentido, a pesquisa justifica-se pela necessidade de uma maior compreensão acerca de como as atividades lúdicas são planejadas como metodologia na Educação Infantil, com objetivo de perceber como o professor deve utilizar a ludicidade em sala de aula, de modo a contribuir para o desenvolvimento integral da criança. Partimos da compreensão da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, atendendo crianças de zero a três anos nas turmas de Berçário, Maternal I e II nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs e a faixa etária de quatro e cinco anos na pré-escola na Educação Infantil ofertada em CMEIs ou Escolas. Em relação à ludicidade, de acordo com Wajskop (2001), a partir dos séculos XIX e XX, começou-se a pensar na educação das crianças e a inserir as brincadeiras como método de aprendizagem, utilizando materiais pedagógicos como forma de atribuição para desenvolver competências o que possibilitaria o desenvolvimento integral da criança. Na Educação Infantil, a ludicidade se torna parte fundamental e imprescindível para a infância, contribuindo para o processo de ensino aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança, respeitando suas especificidades. A forma como o professor atua na Educação infantil é muito importante para que realmente ocorra uma aprendizagem eficaz a criança, segundo Sant'Anna e Nascimento (2011), é preciso que o professor trabalhe com o lúdico em sala de aula e conheça o que está propondo para seus alunos, e para que isso aconteça, é preciso que sua formação proporcione a exploração do conhecimento, através de um processo de intimidade com o lúdico. Desta forma, a presente pesquisa apresenta os seguintes questionamentos: Quais as contribuições das atividades lúdicas para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças na Educação Infantil e de que forma o educador deve atuar em relação ao lúdico no ambiente escolar. Compreendendo a Educação Infantil como um estágio de aprendizagem e desenvolvimento, nosso objetivo é compreender as contribuições da ludicidade na práxis do professor na Educação Infantil, evidenciando a importância do planejamento intencional e da ludicidade para o desenvolvimento integral do aluno na primeira etapa da Educação Básica. Para tanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa, explicativa, realizada a partir de estudo bibliográfico, utilizando como base teórica autores como: Kishimoto(2003), Vygotski (2000), Friedmann (1996), e documentos que orientam o trabalho pedagógico nesta etapa da Educação Básica, e conceitua-se também um estudo de caso, sendo realizada a pesquisa de campo, por meio de entrevista com dois profissionais que atuam nas turmas de Pré II na Educação Infantil em uma Escola da Rede privada de Ensino de Cascavel – PR. A partir dos resultados obtidos no decorrer da pesquisa foi perceptível que as professoras compreendem e utilizam as atividades lúdicas como estratégias fundamentais no processo de ensino e aprendizagem, as quais demonstram

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade Centro Universitário Univel.

relação com os conteúdos e experiências, para o desenvolvimento integral das crianças, as quais são mediadas de forma intencional e planejada pelas professoras. Assim, a ludicidade utilizada como recurso pedagógico possui grande relevância para o processo de ensino e aprendizagem, necessitando possibilitar momentos de inserção, prazer e entrega, auxiliando no desenvolvimento da construção de sujeitos e de sua identidade cultural além de desenvolver a atenção, memória e imaginação, onde a criança deve ser o foco. Portanto conclui-se que brincar é um direito da criança, sendo a atividade principal que promove a socialização e o desenvolvimento integral, logo a ludicidade utilizada como recurso pedagógico de maneira intencional e sistematizada no contexto do ambiente escolar se faz uma ferramenta indispensável na Educação Infantil que está em constantes discussões e desdobramentos em relação à prática pedagógica que enriquece o processo de ensino-aprendizagem da criança. Portanto, a pesquisa colaborou de maneira significativa para o entendimento e análise do tema, pois é um assunto muito importante. Sendo assim, compreende-se que este trabalho contribuiu com os estudos sobre as contribuições da ludicidade, a atuação intencional do professor na Educação Infantil, além da valorização do tema e o despertar do interesse pelas pesquisas na área da educação envolvendo a questão da Ludicidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 22 de Mar. de 2019.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Volume I. Ministério da Educação e Cultura – MEC/ SEB: 1998. Disponível:[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf). Acesso em: 19 de Mar. de 2019.

CAGLIARI, L. C. **A mediação do professor na alfabetização**. In: CAGLIARI, Gladis Massini. Diante das letras: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado das letras, 1999.

CAPUTTI, A. P. C.; BOZZO, F. E. F. **O papel do professor nos jogos e brincadeiras com crianças de 5 anos**. Disponível em: <http://www.unisaesiano.edu.br/encontro2007/trabalho/aceitos/PO27269318808.pdf>. Acesso em: 28 de Abril de 2019.

CASCADEL (PR). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel**. Volume II: Ensino Fundamental– Anos Iniciais. Cascavel, PR: Ed. Progressiva, 2008.

DALLABONA, S. R.; MENDES, S. M. S. **O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar**. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG, v. 1, n. 4, 2004.

FRIEDMANN, A. **Segredos do mundo lúdico**. In: Caderno do Nepsid, n-1, 1ª. Edição, 2003.

KISHIMOTO, T. M. **O Jogo e a Educação Infantil**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

SANT'ANNA, A; NASCIMENTO, P. R. **A história do lúdico na educação**. REVMAT, v. 6, n. 2, Florianópolis, 2011.

VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WAJSKOP, G. **Brincar na pré-escola**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

## **CONTRIBUIÇÕES DAS METODOLOGIAS DIDÁTICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: QUALIFICANDO SUAS RELAÇÕES SOCIAIS.**

Fernanda Larissa de Oliveira Haus<sup>1</sup>  
Sandra Mara Martins Ribeiro<sup>2</sup>

**Resumo:** Considerando as mudanças em um contexto histórico notamos que a educação teve vários avanços, principalmente na questão da linguagem oral acerca de contribuir nos processos do ensino, onde dispõe de metodologias diversificadas para serem trabalhadas com os educandos no âmbito escolar, buscando desenvolver suas potencialidades e habilidades cognitivas. A temática abordada refere-se a contribuições das metodologias didáticas voltadas ao desenvolvimento da oralidade na aprendizagem dos alunos no Ensino Fundamental, visando à qualificação das relações sociais. A relevância da pesquisa tem como objetivo compreender e observar a prática do professor em sala de aula, acerca da valorização da oralidade de acordo com as suas metodologias e estratégias voltadas à mesma, contribuindo no desenvolvimento dos indivíduos como um todo, tendo em vista a extrema importância das recomendações do Currículo da Rede Pública de Cascavel-PR. Diante disso, a pesquisa terá como problematização: quais as metodologias e estratégias didáticas são utilizadas para o desenvolvimento da oralidade dos estudantes de uma turma do 4º ano do Ensino Fundamental no Município de Cascavel-PR? Qual é a importância dada pelos professores ao desenvolvimento da oralidade, como recurso de socialização nas atividades desenvolvidas em sala de aula? Uma pesquisa nessa perspectiva se torna de extrema valia, pois a oralidade é, sem dúvida, uma das formas de comunicação mais importantes para a construção do desenvolvimento amplo do sujeito, é através da mesma que também possibilitamos ter uma educação de qualidade. A pesquisa teve enfoque qualitativo, pois não visou por aspectos numéricos, mas, o desenvolvimento da turma. Durante a presente pesquisa foram analisados dados que não podem ser expressados numericamente como as respostas da professora e alunos acerca da oralidade e seu trabalho com a turma na qual atua. “Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.” (GOLDENBERG, 2004, p. 14). Para a realização da pesquisa foi aplicado um questionário para uma professora da Rede Pública Municipal de Cascavel-PR, contendo sete perguntas descritivas sobre a oralidade e suas práticas na sala de aula, além disso, foi efetuada uma observação na sala de aula no período de três dias para visualizar como é feito o processo pedagógico da oralidade, bem como seu desenvolvimento na sala de aula, tendo em vista identificar algo concreto e ao mesmo tempo sendo trabalhado com os educandos. Segundo Cervo; Bervian e Silva (2007, p. 31) “A observação é de importância capital nas ciências. É dela que depende o valor de todos os outros processos. Sem a observação, o

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Mestra em Educação. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

estudo da realidade e de suas leis seria reduzido à simples conjectura e adivinhação”. Entende-se que o professor pode estimular a oralidade, de acordo com vários fatores. Ao analisar as respostas do questionário da professora e a partir da observação foi possível verificar que a mesma elabora aulas diferenciadas quando o assunto é oralidade, a professora está ciente sobre a grande importância da mesma para a formação integral do estudante, onde realiza atividades com contação de histórias, reconto de entrevistas, seminários, apresentações de trabalhos, fazendo com que o aluno desenvolva gradativamente sua oralidade no cotidiano escolar. Além disso, os alunos que apresentam dificuldade na oralidade, a docente da turma realiza um trabalho de orientação individualizada proporcionando aos mesmos, possibilidades para desenvolver as habilidades orais. É por meio da escolarização, suas etapas e planejamento do professor que o aluno poderá desenvolver sua oralidade, acerca de uma melhor comunicação com os demais sujeitos a sua volta. Dessa maneira, o Currículo da Rede Pública Municipal de Cascavel também nos trazem. “Tal concepção de mundo e que permeia a linguagem, compreende o homem como um ser que se constitui na e pela interação, ou seja, inserido na complexa rede de relações e dialógicas.” (CASCVEL, 2008, p. 326). Portanto é extremamente importante que os professores valorizem e analisem a linguagem oral no âmbito escolar, salientando a mesma na prática do contexto escolar, desenvolvendo em todos os conteúdos, tendo como principal objetivo, e ponto de partida as relações sociais dos indivíduos, pois está presente desde muito cedo, em todos os lugares e em várias situações do cotidiano, contribuindo na comunicação com o mundo.

## REFERÊNCIAS

CASCVEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel**. Cascavel/PR: Ed. Progressiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

## DIFICULDADES DE APREDIZAGEM ESCOLAR EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE - TDAH

Tiffany Subtil<sup>1</sup>  
Sandra Mara Martins<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo tem por tema as Dificuldades de Aprendizagem Escolar em Crianças com Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade – TDAH, observando crianças que tem o TDAH que apresentam de modo geral dificuldades no âmbito acadêmico, ou seja, relacionado aprendizagem escolar. Desta forma, a pesquisa torna-se relevante na medida em que se propõem a aprofundar os estudos, sobre a inclusão de crianças com TDAH em ambiente da escolarização regular, com o objetivo de ampliar o conhecimento da área da Educação Especial, auxiliando uma compreensão mais dinâmica desse transtorno, identificando possibilidades de auxílio pedagógico. De acordo com Werneck (1997), a constituição Federal de 1988 e a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 – LDB 9394/96, consistem nos primeiros pressupostos legais que possibilitaram a inclusão escolar dos alunos com deficiências, haja vista que determinam que tais discentes devem receber atendimento escolar especializados no ensino regular preferencialmente. Conforme a LDB 9394 de 1996, corresponde a educação básica e superior, que tem por objetivo desenvolver o educando para o exercício da cidadania e para sua progressão no trabalho e estudos. Desta forma, o presente estudo apresenta os seguintes questionamentos, quais práticas didáticas são utilizadas pelo professor que contribui para o bom desempenho escolar do estudante, verificando de que forma o professor aborda os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento, objetivando aprendizagem significativa do aluno. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, explicativa, documental e também foi realizado um estudo bibliográfico sobre o tema proposto, a questão levantada, utilizando como base teórica autores como: Amorim (2010), Bueno (1993), Mazzota (1996), Werneck (1997) e documentos que regulamentam o trabalho pedagógico e conceitua-se também de uma pesquisa de campo, que foi realizado por meio de observação e entrevista com profissionais que atuam com a turma do 4º ano do Ensino Fundamental na rede municipal de educação de Santa Tereza do Oeste – PR. A partir dos resultados obtidos no decorrer da pesquisa com a observação dá para compreender que o aluno recebe todo o apoio dos profissionais da educação e que o professor tem uma boa relação com o aluno incluso para o processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança. Conclui-se que o tema desta pesquisa e uma realidade encontrada na maioria das escolas e o estudo acerca do mesmo contribui para um esclarecimento e entendimento do transtorno, destacamos que o conhecimento e a troca de informação entre as pessoas envolvidas na vida de um educando com TDAH é indispensável e relevante para sua qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel

<sup>2</sup> Mestra em Educação. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



ABDA. Associação Brasileira do Déficit de Atenção. O que é o TDAH. Disponível em: [www.tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-otdah.html](http://www.tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-otdah.html). Acesso em: 29 abr. 2019.

AMORIM, C. IPDA Instituto Paulista de Déficit de Atenção, 2010. Disponível em: <http://www.dda-deficitdeatencao.com.br/ tipos/desatento.html>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na Sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.



## EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA INTERVENÇÃO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL

Fernanda Larissa de Oliveira Haus<sup>1</sup>  
Luana Borges Ferreira<sup>2</sup>  
Nathieli Sofia Barbosa Teixeira<sup>3</sup>  
Raiza Gonçalves da Silva<sup>4</sup>  
Elaine Aparecida Wilges Kronbauer<sup>5</sup>

**Resumo:** Nas últimas décadas tem sido crescente o debate acerca da importância do processo de reciclagem e reutilização de resíduos por todos os países. No Brasil, no entanto ao analisarem-se dados em relação a tais processos estes se mostram preocupantes, uma vez que as estatísticas revelam que cada pessoa produz em média 365 kg de lixo por ano sendo que apenas 3% destes resíduos são reciclados, tornando-se matéria prima para novos produtos. Sabe-se que a Educação Ambiental, deve iniciar na infância, inserida na escola e na vida cotidiana da criança, todavia esse processo de sensibilização deve ocorrer de forma contínua durante toda a vida. É por meio dos assuntos e temáticas abordados na Educação Ambiental que o sujeito desenvolve a preocupação e interesse quanto aos cuidados com o planeta. Neste sentido a Educação Ambiental deve ser desenvolvida de forma contínua, em todos os níveis de ensino, em todos os âmbitos, formal e não formal sendo a Instituição de Ensino Superior também responsável por promover e inserir a temática em todos os cursos. Acadêmicos do ensino superior devem ter formação específica, mas também formação crítica e aprofundada sobre temas transversais, adquirindo conhecimentos científicos para aplicá-lo no dia a dia e transformar o ambiente, no exercício da cidadania. Observa-se a importância e necessidade de trabalhar a temática referente à reciclagem e reutilização de resíduos dentro do ambiente acadêmico, pois há uma compreensão equivocada de que nesse momento já não convém mais trabalhar com tal conteúdo, sendo que é nesse contexto que se deve buscar intervir de uma forma mais profunda e que cause impacto, para que assim possa haver uma compreensão mais efetiva no que se refere aos cuidados com o planeta Terra. Este trabalho teve por objetivo promover a conscientização e/ou sensibilização dos acadêmicos do Centro Universitário Univel para a temática e associar à reciclagem e cuidado com o lixo à questão ambiental de forma geral. Através da intervenção e multiplicação da ação, nos meios de comunicação, o projeto também buscou alcançar a comunidade externa, quanto à importância da reciclagem para o meio ambiente. O público alvo, portanto foram acadêmicos, docentes, técnicos administrativos e, por meio da mídia, atingir também a comunidade externa. A presente pesquisa possui caráter qualitativo uma vez que os resultados foram analisados sem quantificá-los. O caráter desta pesquisa é explicativo e quanto aos procedimentos técnicos, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica bem como a pesquisa de campo e estudo de caso. Para a coleta de dados utilizou-se de um levantamento de dados secundários encontrados em livros, legislações e artigos científicos. A ação prática

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> Graduada em Tecnologia em Logística e Pós-graduanda em Executivo em Estratégias Empresariais da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>5</sup> ORIENTADORA: Mestre em Biotecnologia aplicada à Agricultura. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

foi realizada no Centro Universitário Univel, em espaços de convivências dentro dos blocos. Em local de grande circulação de alunos, foram dispostos anterior ao início das aulas, uma grande quantidade de resíduos sólidos. Toda a ação foi realizada sem aviso prévio à comunidade interna. Além dos resíduos foram colocados faixas e panfletos de conscientização ambiental ressaltando a problemática dos resíduos sólidos. Durante a entrada dos acadêmicos o grupo responsável pelo projeto, realizou a observação dos acadêmicos e funcionários que adentravam no ambiente no qual se realizou a intervenção. Além da observação foram feitos registros de imagens das expressões da comunidade interna diante da grande quantidade de lixo distribuído no espaço. A comunidade interna também foi perguntada sobre como se sentia diante da situação. Através da observação, dos registros pode-se concluir que para a maior parte deles estar em um ambiente poluído visualmente por lixos e resíduos, local antes perfeitamente limpo, é assustador, desconfortável, constrangedor e causam diversas sensações negativas, inclusive reações mais agressivas. Durante a observação houve reações de inquirição dos responsáveis pelo projeto sobre o “porquê” aquele lixo estava naquele local, considerando a intervenção um absurdo. Por outro lado, houve muitas colocações positivas sobre a importância da intervenção para conscientização. Os objetivos do projeto foram alcançados na medida em que causou impacto esperado, promoveu o repensar sobre a questão dos resíduos e sobre problemas ambientais em geral. Assim é possível concluir que ações ambientais são extremamente necessárias, pois qualquer resíduo que geramos e descartamos de forma incorreta somam-se à resíduos de outros sujeitos tomando grandes proporções poluindo os recursos hídricos, o ar e o solo impactando o planeta Terra como um todo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 ago. 2010. Disponível em: Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) . Acesso em 19 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm). Acesso em: 10 abr. 2019.

## FORMAÇÃO DO PROFESSOR ATUANTE EM ESCOLAS DO CAMPO EM TURMAS MULTIANOS

Railane Rocha Camargo<sup>1</sup>  
Sandra Mara Martins Ribeiro<sup>2</sup>

**Resumo:** O tema proposto para esta pesquisa aborda a dificuldade do professor em turmas multianos das escolas do campo, que apresentam estudantes de diferentes idades na mesma sala de aula em escola do campo que está situada na cidade de Três Barras do Paraná no período matutino nos seguintes anos 2º e 3º 4º e 5º do Ensino Fundamental, apresentando diversos fatores que dificultam aprendizagem dos alunos, Propôs analisar sobre a formação de professores que atuam na Educação do Campo, especificamente em salas multiano, observando como ocorre o processo de ensino nestas turmas e se os professores atuantes na Educação do Campo têm preparação específica para atuar nessas turmas. Este estudo proporcionou a contribuir para o crescimento profissional e pessoal da pesquisadora, que se sentiu decidida e interessada a investigar as imediatas questões para trazendo novas contribuições para a Educação do Campo e por pretender atuar como Professora nessa área, procurando adquirir conhecimentos científicos e fundamentação para estar pronta, sendo qualificada no decorrer da formação acadêmica a partir da respectiva pesquisa. Portanto, o estudo apresenta-se relevante, por proporcionar uma análise aos educadores atuantes na Educação do Campo e trazer reflexões e contribuições sobre esse tema na formação dos acadêmicos de Pedagogia, que futuramente poderão realizar atribuições dentro das instituições de ensino e essencialmente por procurar colaborar para a qualidade de ensino das crianças do campo. A presente pesquisa ampara-se numa abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender de que forma os professores atuam na modalidade de Educação no Campo em salas multianos. Para a compreensão dos processos de formação com os atuais educadores, o estudo também apresenta acerca de seus objetivos uma pesquisa exploratória e explicativa, pois teve como objetivo compreender a realidade educacional dos professores atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Quanto aos métodos abordados nesta pesquisa, pode-se apresentar inicialmente como uma pesquisa bibliográfica que realizou se explorando livros, e outros trabalhos que servirão como base para a construção desse projeto. As pesquisas teóricas, a pesquisa de campo também será a base para a pesquisa ser desenvolvida com as informações necessárias à concretização deste trabalho, conforme apresentam Prodanov e Freitas 2009. Realizado um estudo de caso que sendo utilizado para descrever as características da escola, para Marconi e Lakatos (2011, p. 274) estudo de caso “refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos”. A pesquisa foi realizada em uma Escola na área rural da cidade de Três Barras do Paraná. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram os professores, que atuam em 2 escolas rurais. Nesta pesquisa participaram três professores da modalidade, apresentando 1 questionários a cada professor envolvido, um dos participantes optou por não responder as questões, sendo que estes professores são atuantes e vivem na localidade que se encontra a escola, e trabalham somente em escolas do campo, nas turmas de 2º e 3º que se encontra 7 alunos do 2º e 6 alunos do 3º totalizando 13 alunos, 4º se encontra 9 alunos e 5º se encontra 7 alunos totalizando 16 alunos, e 2 professores para cada turma multiano. Diante do tema exposto verificamos no processo de ensino em salas multianos, que os

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia - UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADORA: Professora Sandra Mara Martins Ribeiro Mestre em Educação, Docente do curso de Pedagogia– Centro Univesitário Univel.

professores não possuem formação específica para atuar em escolas do campo, em turmas multianos, bem como as metodologias aplicadas para as turmas na mesma sala muitas vezes não são compreendidas pelos alunos, havendo muitas dificuldades ao relacionar os conteúdos abordados para as duas turmas.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES-ROCHA, M. I; MARTINS, A.; A.; (org). **Educação do campo: desafios de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BALEEIRO, A; SOBRINHO, L. B. **Constituições Brasileiras, 1946**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Etnográficos, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 25.04.2019.

BRASIL. Lei nº 7352, de 04 de novembro de 2010. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília. **Diário Oficial da União**. n 248. 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/SAF/Condraf. Referências para um programa territorial de desenvolvimento sustentável. Brasília: DGF, 2003.

BRASIL/MEC/SECAD- **Programa Escola Ativa- Projeto Base**. Brasília. 2010.

CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P. F. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012

CALDART, R. S. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. *In*: KOLLING, E. J; CERIO, P. R.; CALDART, R. S. (org). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. d. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO- Carderno Didático- Módulo II. **Introdução a Educação do Campo**. ALMEIDA, d. R.; A.; GUERRA, M.; D.; Seade. Ministério da Educação – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- MS, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1989

FERNADES, B. M.; **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M.;. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. *In*: MOLINA, M.; C. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. pg. 97.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M.; A.; LAKATOS, E.; M.; **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PRODANOV, C.; C.; FREITAS, E.; C.;. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GIL, A.; C.; **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROSSI, Rafael. Resenha – Dicionário da Educação do Campo. **Revista Pegada**, v.13, n. 2, p. 228-231, mar. 2012.

SANTOS, Edinéia Oliveira dos. NEVES, Márcia Luzia C. **Educação do campo e desenvolvimento territorial: reflexões e proposições**. Revista Eletrônica de Culturas e Educação Entrelaçando, Caderno Temático IV Nº6, V.1, Ano III (2012), p.1-10, Set Dez, ISSN 2179.8443. Disponível : [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 22/04/2019

VERGARA, S. C.;. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

## **NÍVEIS DE ESCRITA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: RESULTADOS DE UMA PESQUISA DE CAMPO EM ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR**

Ana Renata Lazzarotto Appi<sup>1</sup>  
Emanuelli da Silva Oliveira<sup>2</sup>  
Isabela Borstel dos Santos<sup>3</sup>  
Larissa Andressa Mello<sup>4</sup>  
Sueli Gedoz<sup>5</sup>

A presente pesquisa apresenta estudos concretizados na disciplina de Alfabetização e Letramento, do Curso de Pedagogia-Licenciatura, do Centro Universitário Univel. Parte-se da premissa de que na sociedade atual a escrita está no centro das relações e dos fenômenos sociais, sendo assim chamada de sociedade grafocêntrica. Aprender a ler e a escrever torna-se fundamental, mas ainda não é suficiente. Trata-se de ler e escrever de forma crítica e consciente, a fim de enriquecer as vivências e suprir as necessidades, conflitos e problemas que surgem no cotidiano da vida em sociedade. Nas aulas de Alfabetização e Letramento, foram abordados os estudos desenvolvidos pelas autoras Ferreiro e Teberoski (1999), apresentados como uma perspectiva construtivista da alfabetização. A obra que divulgou essa proposta foi intitulada “Psicogênese da Língua Escrita” e objetivou identificar e interpretar os processos de aprendizagem da lectoescrita (leitura e escrita) a partir do sujeito cognoscente, ou seja, a criança envolvida na aprendizagem. O estudo desenvolvido pelas referidas autoras tem como base as ideias do psicólogo suíço Jean Piaget, o qual discorria sobre o fato de que a criança aprende ao interagir com o objeto de conhecimento e, portanto, constrói suas bases cognitivas por meio dessa interação. Dornfeld (2008, p.16) afirmou, com base em Ferreiro e Teberoski (1999), que: (...) as crianças [são] como sujeitos produtores de conhecimentos e não apenas como receptores passivos que aprendem por meio da repetição e consequente memorização. Por isso, (...) a construção de conhecimentos pelos sujeitos aprendizes ocorre por meio de conflitos cognitivos que forçam os seus esquemas assimiladores realizando novas acomodações (DORNFELD, 2008, p. 16). Considerando os estudos supracitados, a criança passa e progressivamente avança por níveis de escrita até que a alfabetização seja efetiva. Os níveis são: Pré-Silábico, Silábico sem Valor Sonoro, Silábico com Valor Sonoro, Silábico-Alfabetico e, finalmente, Alfabetico. Considerando esses níveis de escrita, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter qualitativo, realizada por meio de estudos bibliográficos, de campo e estudo de caso. Visou-se por meio de pesquisa de campo em escola pública, verificar em qual nível situam-se as crianças do 1º ano no Ensino Fundamental (Anos Iniciais), a partir de uma pequena amostra formada por aproximadamente 10 crianças de uma turma. Além do exposto, é certo dizer que, com este trabalho, busca-se um caminho viável para que futuros profissionais da educação possam guiar os alunos no processo de aprendizagem e garantir a eles o direito de participar ativa e criticamente na cultura letrada. Na realização do processo avaliativo, foram dadas dez palavras para que os alunos as escrevessem em uma folha, sendo a ordem das palavras a seguinte: pirulito,

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>5</sup> ORIENTADOR: Professora Doutora em Letras. Pedagogia da Univel – Centro Univesitário Univel.



gaveta, sapato, boneca, macaco, jacaré, vela, janela, fada e rato. Após a realização da atividade, as atividades desenvolvidas pelos educandos foram recolhidas, analisadas e classificadas de acordo com o nível da escrita de cada um. Os educandos apresentaram dois níveis de escrita: **silábico-alfabético** e **alfabético**. No nível silábico-alfabético, a criança já consegue perceber as sílabas presentes na pronúncia de cada palavra, bem como consegue associar as letras (grafemas) com seus sons (fonemas). Porém, na tentativa de representar graficamente a palavra falada, ela ainda oscila entre o nível silábico-alfabético e o nível anterior a ele: silábico com valor sonoro; ou seja, é possível que ela troque algumas letras com fonemas parecidos, ou utilize apenas um grafema para representar uma sílaba inteira. O nível alfabético corresponde ao final do processo de alfabetização, no qual a criança entende completamente a correspondência entre grafema e fonema, restando apenas conflitos de ordem ortográfica. É fundamental compreender que, no processo de alfabetização, todos os níveis são essenciais, e os erros são tentativas de construção cognitiva dos domínios da escrita, os quais evoluem progressivamente na medida em que são revisados e repensados. Perceber o desenvolvimento do educando em sala concede parâmetros para entender o que o aluno precisa e como o processo de alfabetização ocorre: cada criança aprende de uma forma, e o educador deve perceber suas necessidades e peculiaridades. É importante que os profissionais da educação entendam que o processo de alfabetização e o caminho da aprendizagem se concretizam pela criança, sendo ela uma protagonista em sua trajetória escolar e em sua vida, logo, o professor é quem utiliza da melhor forma possível as propostas de ensino a fim de intermediar esse processo com êxito. A alfabetização é apenas o primeiro passo para a inserção na cultura letrada; não se pode, portanto, desvinculá-la do processo de letramento. O importante é compreender que é direito de todo cidadão não somente saber ler e escrever, mas utilizar deste conhecimento para construir um mundo acessível a todos.

## REFERÊNCIAS

CASCADEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel**. Cascavel/PR: Ed. Progressiva, 2008. Disponível em: <[http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/09072009\\_curriculo\\_para\\_rede\\_publica\\_municipal\\_de\\_ensino\\_de\\_cascavel\\_-\\_ensino\\_fundamental\\_-\\_anos\\_iniciais.pdf](http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/09072009_curriculo_para_rede_publica_municipal_de_ensino_de_cascavel_-_ensino_fundamental_-_anos_iniciais.pdf)> Acesso em: 03 mar. 2019.

DORNFELD, Larissa Mendes Gontijo. **O desenvolvimento da escrita na criança: uma análise comparativa das teorias de Ferreiro e Luria**. 2008. 49p. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade de São Carlos, UFSCAR, São Carlos/SP, 2008.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.



## **RECURSOS TECNOLÓGICOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SEU USO DIDÁTICO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Jéssica França de Oliveira<sup>1</sup>  
Sandra Mara Martins Ribeiro<sup>2</sup>

**Resumo:** A temática abordada nesta pesquisa refere-se ao uso dos recursos Tecnológicos de Informação e Comunicação - TICs na Educação de Jovens e Adultos – EJA para o processo de escolarização dos estudantes do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais em uma instituição escolar do município de Matelândia/PR. O objetivo principal é identificar as contribuições do uso de Recursos Tecnológicos de Informação e Comunicação como recurso didático no processo de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos em uma turma multiano. O problema gerador da pesquisa ampara-se no questionamento: a utilização dos recursos TICs no processo de alfabetização de jovens e adultos da EJA. Propôs-se a analisar possíveis contribuições dos recursos TICs para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, observando como os docentes lidam com os desafios em alfabetizar os estudantes utilizando as TICs como recurso didático, diante da turma multiano. Uma pesquisa nesse enfoque pode ser considerada relevante, pois pretende contribuir, na área da educação, com as demais escolas que atendem a modalidade da EJA, proporcionando mais conhecimento acerca dos recursos TICs na Educação Jovens e Adultos, como também apresentando aos professores a contribuição dos recursos TICs nos recursos didáticos, assim contribuindo com um ensino-aprendizagem mais agradável, além disso, mais crítico e criativo. A pesquisa teve enfoque qualitativo, visto ter como meta de analisar os dados referentes ao uso os recursos Tecnológicos de Informação e Comunicação, verificando se oferece contribuição na alfabetização da Educação de Jovens e Adultos no Município de Matelândia/PR, e conforme Mascarenhas (2012, p. 46) “Os dados são levantados e analisados ao mesmo tempo; Os estudos são descritivos, voltados para a compreensão do objeto; A influência do pesquisador sobre a pesquisa não é evitada; muito pelo contrário, é considerado fundamental”. Além disso, também se tratou de uma pesquisa exploratória com intuito de observar e analisar a sala de aula com o uso dos recursos TICs, utilizou-se da pesquisa de estudo de caso, onde foram analisados os dados de uma turma em particular dos anos iniciais da alfabetização da EJA, além desse percurso, também foi desenvolvida uma pesquisa de campo. Para a realização da pesquisa foram realizadas entrevistas com uma professora regente da sala e com cinco estudantes da EJA e a observação em sala de aula. A partir da observação e análise dos dados obtidos por meio das entrevistas, pode-se constatar que existe a possibilidade dos recursos TICs contribuir no processo de aprendizagem, de modo a auxiliar os estudantes descobrir um mundo diferente, cheios de novidades, mobilizando o interesse em aprender mais e ainda facilitando na aprendizagem, como aponta Tezani (2017, p. 38) para que “[...] sejam capazes de buscar e selecionar informações, dando-lhes autonomia para que cada um possa encontrar soluções para problemas que se colocam no seu dia a dia compreender a sociedade e atuar como agentes de transformações da sua realidade.” Diante de uma turma multiano, segundo a docente o principal desafio é o fato da turma ser multiano, pois existe alunos mais novos que aprendem

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Pedagogia – Licenciatura da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> ORIENTADORA: Professora Especialista Sandra Mara Martins Ribeiro, do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Univel – Centro Universitário Univel.

com mais facilidade e sendo necessário precauções para não constranger os mais velhos, dialogando constantemente com eles para não desistir em realizar as atividades, pois alguns estudantes apresentam dificuldades por não usufruir cotidianamente e não se adaptar a esses meios tecnológicos, pois apresentam dificuldades em manusear um teclado, mouse, celulares, caixas eletrônicas entre outros. De uma forma geral, Basegio e Borges (2013, p. 76), destacam que as inserções dos recursos TICs na EJA contribuem para “[...] um caminho para a inclusão cidadã na sociedade. Experiências que promovem o acesso e o conhecimento das ferramentas da cibercultura efetivam um ensino democrático e libertador [...]”. Sendo assim, os recursos são de suma importância na alfabetização da EJA, pois possibilita aos estudantes mais interesse em aprender e a superar os anseios, tanto a autonomia para selecionar as informações e para enfrentar os desafios no dia a dia.

## REFERÊNCIAS

BASEGIO, Leandro Jesus; BORGES Márcia de Castro. **Educação de jovens e adultos**: reflexões sobre novas práticas pedagógicas. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=kenski&searchpage=1&filtro=todos&from=listas-de-leitura&page=120&section=0#/legacy/996>. Acesso em: 29 set. 2019.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

TEZANI, Thaís. **Tecnologias da informação e comunicação no ensino**. São Paulo: Pearson Education, 2007. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=tezane&searchpage=1&filtro=autores&from=listas-de-leitura&page=94&section=0#/legacy/158045>. Acesso em: 29 set. 2019.

## **VIOLÊNCIA ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE SUA REPRESENTATIVIDADE NA ESCOLA E SUA RELAÇÃO COM OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Thais Damaris da Rocha Thomazini<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho é resultado das ações do projeto de pesquisa em andamento intitulado: “Violência escolar: um estudo sobre sua representatividade na escola e sua relação com os processos de ensino e aprendizagem”, e tem como objetivo realizar um diagnóstico sobre o contexto da violência escolar no município de Cascavel, em especial, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, buscando problematizar suas representações no cotidiano da escola, possíveis causas, formas de mediação e enfrentamento e implicações nos processos de ensino e aprendizagem. O tema “violência escolar” tem sido objeto de estudo de inúmeras pesquisas associadas à Pedagogia, Ciências Sociais e Psicologia, na medida em que se compreende que a presença de violência, em seus mais variados sentidos, no cenário escolar pode influenciar a permanência dos estudantes na escola e também seu desempenho com relação a aprendizagem. A escola, instituição social responsável pela educação básica formal de crianças, adolescentes e jovens, tem sido palco nos últimos anos de ações de violência em suas mais abrangentes representações, como a física, verbal, sexual, simbólica, psicológica, digital, presente nas redes sociais, com casos frequentes de “cyberbullying”. Todas essas formas de violência influenciam as relações pedagógicas da escola em diferentes dimensões. O baixo rendimento escolar, a evasão e o abandono, casos de depressão e outros transtornos de comportamento, falta de interesse e motivação para os estudos, e destaca-se também a influência no trabalho docente, que se fragiliza diante das mais diversas situações de violência a que é exposto. O Brasil nos últimos anos tem vivenciado situações de violência escolar que tem influenciado o baixo desempenho educacional dos estudantes, o estado emocional e físico dos professores, e ainda a segurança física, emocional e psicológica de todos aqueles que participam do ambiente pedagógico. Assim, é de suma importância que os profissionais da educação tenham formação inicial e continuada adequada para compreender e mediar situações de violência no ambiente escolar, e que o poder público proporcione suporte pedagógico, financeiro, estrutural, cultural, físico para estudantes e profissionais, no sentido de promover ações preventivas com relação à violência escolar, e ainda fortalecer as redes de atendimento e encaminhamentos necessários frente as situações de violência existentes. A questão da violência escolar é compreendida nessa proposta de pesquisa como um fenômeno marcado pela pluralidade de representações no contexto da escola, presente de diferentes maneiras em todas as realidades educacionais brasileiras (rede pública, privada, educação básica e ensino superior), com suas causas associadas a questões sociais, psicológicas, estruturais, econômicas complexas, capazes de influenciar a socialização entre docentes e estudantes, e ainda prejudicar as relações de ensino e aprendizagem. Ou seja, existem as violências

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais. Professora Coordenadora do projeto de pesquisa: “Violência escolar: um estudo sobre sua representatividade na escola e sua relação com os processos de ensino e aprendizagem”. Docente membro do Núcleo Pedagógico do Centro Universitário UNIVEL.

geradas no interior da escola, fruto de relações cotidianas entre docentes, profissionais e estudantes, e existem violências que são resultados de um contexto violento fora da escola, que se manifestam no ambiente pedagógico influenciando sua organização e desenvolvimento. Segundo os autores que se dedicam ao estudo científico do tema (Abramovay, Rua, 2002; Abramovay, 2005) é difícil conceituar a violência escolar e compreendê-la, pois, suas representações e causas são múltiplas, diversificadas e envolvem todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar e todas as relações pedagógicas. Pereira, Williams (2010) afirmam que a definição e compreensão da violência escolar sofrem alterações de acordo com o contexto social, geográfico, político em que ocorre, e dialoga com a idade, gênero e condições de classe dos sujeitos envolvidos. A pesquisa tem como futuros encaminhamentos a realização de uma pesquisa de campo que será realizada em outubro e novembro de 2019 com turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental em 4 escolas do município de Cascavel. Serão realizadas entrevistas com docentes e coordenadores pedagógicos e observação dos estudantes em horário de aula, intervalos e atividades ao ar livre. A pesquisa de campo tem como objetivo identificar e analisar os tipos de violência mais frequente na escola, suas possíveis causas e consequências no cotidiano escolar e nas relações de ensino e aprendizagem, e as maneiras que os profissionais da escola têm enfrentado a problemática da violência escolar. A partir da atividade de pesquisa realizada, considera-se que os resultados obtidos podem contribuir na elaboração de projetos e demais formas de intervenção que possam atuar na mediação de conflitos e suporte pedagógico para a questão da aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. (2005). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO no Brasil. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001452/145265POR.pdf>.> Acesso em: 03 de março de 2019.

ABRAMOVAY, M., Rua, M. das G. (2002). **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO no Brasil.

PEREIRA, A.C.S.; WILLIAMS, L.C.A. **Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente**. Temas em Psicologia. Vol. 18. Nº 1, 2010, p. 45 – 55.





CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

## RESUMOS DE PSICOLOGIA

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## “LEIS/PRINCÍPIOS UNIVERSAIS” E A PARAPSIKOLOGIA

Fausto Alencar Irschlinger<sup>1</sup>

**Resumo:** As chamadas “Leis Universais” ou “Princípios” perpassam milênios na história da humanidade, recebem influências e contribuem com os renovados e híbridos olhares transversais no tempo presente. Em geral, entende-se que as leis/princípios universais regem a vida no planeta, envolvendo todos os seres. Tais princípios estruturam as múltiplas relações, sejam tangíveis, intangíveis e mentais, interagindo tanto no macrocosmo como no microcosmo. Objetiva-se no presente texto relacionar compreensões da Parapsicologia em meio ao contexto interpretativo plural, perpassado no tempo presente e entendimentos sobre as “Leis Universais”. A Parapsicologia zela por seus alicerces e interpretações, e tende a se renovar em meio ao processo híbrido de constante transformação vivenciado na atualidade, mantendo sua essência no entendimento do ser humano, na compreensão da mente humana, e foco no “ser integral” e holístico. Valendo-se do entendimento de Pedro A. Grisa e de seus referenciais bibliográficos observa-se que ele concebe a Parapsicologia como uma “ciência possível de ser aplicada em benefício do Ser Humano” e no desenvolvimento de suas potencialidades. (GRISA, 2013, p. 17). Portanto, busca compreender o ser humano em todo o seu universo, com todas as potencialidades e características, levando em conta as leis que regem o universo e a vida, as experiências da humanidade e dos antepassados, as programações milenares e culturais, o contexto emocional que envolve o ser, o potencial paranormal e mental. Na perspectiva do Sistema Grisa e de suas principais obras são as Leis Cósicas Básicas que comandam o universo como um todo. Elas são entendidas como universais e imutáveis, atuando de forma direta e permanente sobre toda a realidade cósmica, por conseguinte na vida e evolução no planeta Terra com destaque para a “Lei da Harmonia”, a “Lei da Evolução” e a “Lei da Vibração”. Sobre a “Lei da Harmonia” Grisa ressalta que ser feliz é, em suma, harmonizar-se com a essência do Universo e da vida, vivenciando profunda percepção e sensação de segurança, proteção e tranquilidade. Para ele, “todo ato e toda atitude, toda palavra e todo pensamento que viole a harmonia afasta o Ser Humano da felicidade. (GRISA, 2014, p. 69). Quanto a “Lei da Evolução” ele concebe que toda evolução pressupõe um processo de expansão ou de crescimento, um trajeto a ser percorrido em diversas etapas para atingir um alvo, um objetivo. “O Ser Humano, como elemento do Universo, inserido na Lei da Evolução, não pode parar!” (GRISA, 2014, p. 70). Já referindo-se a “Lei da Vibração”, compreende que tudo o que existe no Universo é composto por partículas subatômicas, ou seja, tudo é energia em permanente vibração, um constante vaivém. Além das Leis Cósicas Básicas, nessa perspectiva também operariam as Leis Cósicas Complementares, como o “Princípio da Igualdade”. Em resumo, para o Sistema Grisa as Leis Cósicas são leis naturais, universais e imutáveis que comandam o funcionamento de todo o universo. Portanto, o ser humano, como elemento integrante do universo, está sujeito a essas leis e deve sintonizar-se com o funcionamento delas. Consideramos que mesmo que a Parapsicologia do Sistema Grisa se defina como independente, isso não significaria que ela exclui as formas de sabedorias milenares observadas por diferentes correntes de pensamento, sejam elas exotéricas, ocultistas, holísticas, religiosas ou mesmo científicas, incorporando em suas concepções basilares reinterpretções do tema das Leis Cósicas que perpassam um fundo comum e híbrido na história da humanidade. Com isso, somando-se aos entendimentos da Parapsicologia temos um importante cabedal de conhecimentos, ampliando consideravelmente os limites e

<sup>1</sup> Graduado em História, com pós-graduação em História (UPF; UFPR) e em Parapsicologia (IPAPPI/Sistema Grisa). E-mail: fausto@univel.br



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



perspectivas ao agregar outras interpretações envolvendo as Leis Cóslicas. Neste ínterim, as discussões e compreensões sobre o tema possuem fins de promover o conhecimento, a liberdade, a tolerância e a harmonia no processo saudável de desenvolvimento e evolução. Assim, envolvendo diálogos cada vez mais interdisciplinares com outros saberes entendemos que a Parapsicologia possui potência para desenvolver renovadas possibilidades interpretativas, aguçando temas e problemáticas abarcando estudos sobre a paranormalidade, a mente humana, a saúde holística, as relações humanas e os princípios cósmicos, aspectos complexos que merecem estudos ainda mais aprofundados.

## REFERÊNCIAS

GRISA, Pedro Antônio. **Liberte Seu Poder Extra**. 15. ed. Florianópolis: Edipappi, 2009.

GRISA, Pedro Antônio. **Paranormalidade - Um Potencial Mental**. 7. Ed. Florianópolis: EDIPAPPI, 2010.

GRISA, Pedro Antônio. **O Poder da Fé e a Paranormalidade**. 10. ed. Florianópolis: Edipappi, 2013.

GRISA, Pedro Antônio. **O Jogo e a Estrutura das Personalidades**. 8. ed. Florianópolis: EDIPAPPI, 2014.



## A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO DA SAÚDE EM GRUPOS DE APOIO A TABAGISTAS

Caio Fernando de Carvalho<sup>1</sup>  
Ana Paula Miranda Ferreira<sup>2</sup>  
Igor Fernando Scartezini de Freitas<sup>3</sup>  
Maria Eduarda Trento<sup>4</sup>  
Monique Färber<sup>5</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa tem como objetivo apresentar a atuação do psicólogo no NASF, dando ênfase à organização de grupos terapêuticos de combate ao tabagismo. Para tanto, foi conduzida uma entrevista com uma psicóloga integrante da equipe de um NASF do Oeste do Paraná, bem como uma pesquisa bibliográfica abordando o tema. O estudo demonstra sua importância pelo fato de os grupos terapêuticos serem uma ferramenta poderosa na luta contra diversos problemas psicológicos e emocionais, em especial o tabagismo. O Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), criado em 2008, busca aperfeiçoar a saúde pública na atenção básica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009 *apud* FURTADO e CARVALHO, 2015). A fim de desempenhar essas funções satisfatoriamente, o NASF conta com uma equipe multiprofissional que pode ser composta por “Assistente Social; Educador Físico; Farmacêutico; Fisioterapeuta; Fonoaudiólogo; Médico (Acupunturista, Ginecologista, Homeopata, Pediatra, Psiquiatra); Nutricionista; Psicólogo e Terapeuta Ocupacional” (FURTADO e CARVALHO, 2015, p. 11). A entrevistada destaca a importância da atuação multiprofissional, em especial a colaboração com os agentes comunitários de saúde, uma vez que os mesmos mantêm contato direto com as famílias, corroborando a visão de Fortes e Spinetti (2004 *apud* FIGUEIREDO, 2012). Esse contato possibilita uma maior consciência dos problemas enfrentados pela comunidade, o que leva a uma atuação mais precisa da equipe de saúde. Nesse contexto, são desenvolvidos dois grupos de apoio no NASF no qual a psicóloga entrevistada atua: um grupo de tabagismo, que auxilia fumantes a cessarem o consumo de cigarros; e um grupo focado na saúde mental de adolescentes. O projeto com tabagistas é organizado há quase um ano, sendo que dois grupos já foram coordenados. No início os encontros eram quinzenais, evoluindo para mensais de acordo com o avanço dos membros. Cada grupo conta em média com 12 integrantes, que participam de atividades de conscientização para superar o consumo de cigarro e a abstinência. De acordo com Bieling, McCabe e Antony (2008 *apud* ZANCAN et al., 2011), a confiança do indivíduo no grupo é fundamental para o sucesso do processo terapêutico, uma vez que, ao confiar no grupo, o sujeito se sente mais à vontade ao demonstrar suas crenças e pensamentos. Além disso, a terapia se torna mais eficaz quando os membros valorizam o resto do grupo e se sentem valorizados pelos outros (BROFMAN, 2008 *apud* ZANCAN et al., 2011). É imprescindível que todos os membros do grupo sejam valorizados igualmente, sendo vistos como fontes valiosas de experiências para todos os envolvidos (BEHELLI e SANTOS, 2005). Os grupos de apoio são muito úteis no combate ao tabagismo. Em um

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Uniersitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>5</sup> ORIENTADORA: Professora Especialista Monique Färber do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel

estudo que acompanhou 171 tabagistas que participavam de um grupo terapêutico no Hospital das Clínicas da Unicamp, 79% dos participantes cessaram o consumo de cigarros e 62% mantiveram a cessação após 25 meses (AZEVEDO et al., 2009). Em outro estudo acompanhando tabagistas participantes de um grupo de apoio os resultados foram mais modestos: 31,9% dos participantes pararam de fumar e 17% diminuíram o consumo de cigarros (ZANCAN et al., 2011). Uma explicação para a disparidade de resultados é a de que, enquanto os participantes do primeiro estudo estavam, em sua grande maioria, fazendo uso de fármacos, os do segundo estudo não. A abordagem cognitivo comportamental é de grande valor no combate contra o tabagismo, uma vez que “envolve componentes para identificar as situações de risco e desenvolver estratégias de enfrentamento” (ZANCAN et al., 2011, p. 536). Técnicas de relaxamento são, em adição, fundamentais para o tratamento, visto que elas têm como objetivo diminuir a ansiedade, sintoma esse mencionado por Junior (2004, *apud* ZANCAN et al., 2011) como muito frequente em dependentes químicos. No entanto, o uso generalizado dessas técnicas, sem levar em conta as particularidades das pessoas envolvidas, pode acarretar resultados insuficientes. De acordo com a entrevistada, “é preciso ter um olhar mais aguçado e empático com o humano, olhando para muito além dos sintomas”. Azevedo et al. (2009) compartilham dessa opinião: segundo eles, a realização de estratégias e o reconhecimento dos perfis dos indivíduos é fundamental para saber as medidas que devem ser aplicadas, como também quais aquelas que surtirão maior efeito. Embora o trabalho com grupos seja extremamente útil no combate a diversos problemas psicológicos e emocionais, se faz necessária uma maior ênfase no ensino desse tipo de atendimento nos cursos de graduação em psicologia, que ainda apresentam um foco excessivo nos atendimentos individuais e na prática clínica (AZEVEDO E KIND, 2013).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, N. S.; KIND, L. Psicologia nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família em Belo Horizonte. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 3, p. 520-535, 2013. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282028779002>>. Acesso em 7 set. 2019.

AZEVEDO R. C. S. et al. Grupo Terapêutico Para Tabagistas: Resultados Após Seguimento de Dois Anos. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 55, n. 5, p. 593-596, 2009. Disponível em <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/25884/2/S0104-42302009000500025\\_P.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/25884/2/S0104-42302009000500025_P.pdf)>. Acesso em 11 set. 2019.

BECELLI, L. P. C.; SANTOS, M. A. O Paciente na Psicoterapia de Grupo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 1, p. 118-125, jan.-fev. 2005. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/2814/281421842019.pdf>>. Acesso em 14 set. 2019.

FIGUEIREDO, E. N. **A Estratégia Saúde da Família na Atenção Básica do SUS**. São Paulo: UNIFESP; 2012.

FURTADO, M. E. M. F.; CARVALHO, L. B. O psicólogo no NASF: potencialidades e desafios de um profissional de referência. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 7, n. 1, p. 09-17, jan./jun. 2015. Disponível em <<http://www.gpec.ucdb.br/pssa/index.php/pssa/article/viewFile/395/492>>. Acesso em 12 set. 2019.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



ZANCAN, N. et al. Intervenções Psicológicas em Grupos de Controle de Tabagismo: Relato de Experiência. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 3, n. 2, p. 534-544, 2011. Disponível em <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/viewFile/132/109>>. Acesso em 11 set. 2019.

## A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR

Aléxia Maciel dos Santos<sup>1</sup>  
Daiane de Quadros Ossovski<sup>2</sup>  
Isadora Galeski<sup>3</sup>  
Júlia de Carvalho<sup>4</sup>  
Monique Farber<sup>5</sup>

**Resumo:** A proposta deste artigo de pesquisa tem ênfase na aplicabilidade da psicologia hospitalar brasileira, na perspectiva de uma psicóloga desta área de atuação. O presente artigo é de grande importância para o meio social, pois, analisando este estudo no contexto científico, ele se torna significativo, para que os estudiosos, principalmente os que estão dentro da área da psicologia, podem sentir interesse e talvez pensar em se aperfeiçoar nessa área. Além da relevância social do assunto tratado, o crescimento pessoal dos acadêmicos do curso é evidente, visto que as inovações no tema estudado são constantes e devem estar sempre sendo revisadas pelos estudantes do curso de psicologia, a fim de terem conhecimento nos diversos campos de atuação do psicólogo. Este objeto de estudo consiste em uma retificação, tendo como principal objetivo entender como é para o profissional desta área atuar nesta profissão, quais os principais desafios e conquistas nesta atuação e como é lidar com o trabalho em equipe e multidisciplinar. Segundo Calatayud (2011), a psicologia da saúde surgiu na década de 60, tendo Cuba como primeiro país. Seguido pelos Estados Unidos em meados da década de 70. Logo após a Europa, onde as discussões se iniciaram também na década de 70, por Portugal, Inglaterra e Espanha (Baptista, Baptista & Dias, 2003). Só depois disso, finalmente ela chegou ao Brasil por volta da década de 80. De acordo com Carroles (1993) a psicologia da saúde é uma disciplina interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar, envolvendo áreas como: psicologia clínica, psicologia social comunitária, saúde pública, epidemiologia, antropologia, sociologia, medicina, etc. Essa área da psicologia estuda o comportamento humano no contexto da saúde e da doença, incluindo as doenças mentais e físicas, possuindo como objetivo, compreender, explicar, desenvolver e tratar teorias, analisando o papel do comportamento na etiologia da doença e da psicologia na vivência e no tratamento da doença, como cita Godoy (1999). Tendo em vista que, para realizar o presente artigo, metodologicamente serão utilizadas, pesquisas bibliográficas, sobretudo sendo consultados artigos de revistas virtuais, seguido de uma pesquisa qualitativa, utilizando como procedimento uma entrevista. Realizou-se uma entrevista com a psicóloga residente em um Hospital do Rio Grande do Sul, que atua no programa adulto crítico, abrangendo áreas da emergência e do CTI (centro de tratamento intensivo). Durante a realização da mesma, a entrevistada discorreu sobre a rotina no atendimento psicológico realizado com os pacientes, relatando que ocorrem por meio de rounds multidisciplinares, também conhecidos como visitas/rondas à beira do leito, com o intuito de realizar uma ação que valoriza tanto a complexidade dos cuidados intensivos, como a comunicação entre os profissionais envolvidos. Para um melhor atendimento, existe uma equipe multidisciplinar composta por nutricionistas, enfermeiros, médicos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e assistentes sociais. Além dos rounds, acontecem também estudos de caso que ocorrem uma vez por semana na emergência, onde é escolhido um caso para discussão, abarcando todas as áreas profissionais, para que haja uma troca de experiência e embasamento teórico para as condutas realizadas, com o intuito de atingir uma atenção à saúde integral e humanizada. Ela ainda ressalta que um dos maiores desafios enfrentados é estar em um ambiente complexo, trabalhar passando as vezes por situações não aprofundadas durante a graduação, além das limitações pessoais ou até mesmo habilidades que ainda não foram desenvolvidas. Contudo uma das maiores conquistas é presenciar a melhora através dos

atendimentos, mesmo estando inseridos em um contexto doloroso e talvez o mais crítico na vida do sujeito. O presente artigo teve a intenção de mostrar como funciona o trabalho do psicólogo hospitalar, como é sua rotina, seus maiores desafios e recompensas. Este campo da psicologia lida com o social e com a individualidade e essência de cada um, estudando o comportamento humano no contexto da saúde e da doença. Sendo assim, pode-se concluir que é imprescindível que sejam realizados mais estudos acerca deste assunto, pois é necessário haver a sensibilização da relevância desse profissional no âmbito hospitalar.

## REFERÊNCIAS

Alves, R.F., & Eulálio, M.C. (2011). Abrangência e níveis de aplicação da Psicologia da Saúde. **Revista Scielo**. P 65- 88. Campina Grande. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/z7ytj/pdf/alves-9788578791926-03.pdf>. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

ALVES, Railda et al. Atualidades sobre a psicologia da saúde e a realidade Brasileira. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 18, n. 2, p. 545-555, ago. 2017. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-00862017000200021&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862017000200021&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 de setembro de 2019.

YAMAMOTO, O. H. Trindade, L. C. B. O. & Oliveira, I. F. (2002). O psicólogo em hospitais no Rio Grande do Norte. **Psicologia USP**, 13, 217-246.

YAMAMOTO, O. H. ; CUNHA, I. M. F. F. O. O psicólogo em hospitais de Natal: uma caracterização preliminar. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, v. 11, n. 2, Porto Alegre, 1998.

## A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO E DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NOS HOSPITAIS

Bruna da Silva Cunha<sup>1</sup>  
Bruna Letícia Ireno Cenedese<sup>2</sup>  
Julia Luiza Bresolin<sup>3</sup>  
Monique Färber<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente trabalho buscou caracterizar o psicólogo hospitalar e demais membros da equipe multidisciplinar que atuam em hospitais. Explanando a importância que seus trabalhos têm no tratamento dos pacientes, bem como a relevância do psicólogo na equipe. O objetivo foi confrontar informações fornecidas em entrevista realizada com uma psicóloga hospitalar com bases teóricas que fundamentem o tema. O método utilizado foi o dedutivo, realizando pesquisa por meio de bibliografias, documentos, artigos, bem como entrevista com a psicóloga hospitalar Kellen Fabiana Gonçalves, que atua no hospital Policlínica, em Cascavel/PR. Conforme bibliografias, a equipe multidisciplinar se caracteriza por profissionais com formações distintas, cada um atuando dentro de sua área, formando um grupo de trabalho que não necessariamente tem suas ações planejadas entre si. Os profissionais têm uma mesma questão em comum, ou seja, o paciente, mas cada um realiza sua função de maneira individual e dentro de sua especialização. A equipe engloba médicos, enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos e outros. (CAMPOS, 1995). A psicóloga entrevistada ressaltou que o trabalho é sempre voltado ao paciente e seus familiares, todavia, orientações são passadas a equipe. Sendo que, uma vez por semana ou mais, dependendo da necessidade, toda equipe multidisciplinar se reúne para definição de condutas e planejamentos. A hierarquia e o reducionismo profissional não podem existir entre os membros, o mesmo grau de importância deve ser atribuído a todos para um bom funcionamento. As atividades realizadas dentro de uma instituição hospitalar suscitam fortes sentimentos, como a ansiedade, angústia, pena, compaixão, empatia, preocupação, entre outros, em razão disso toda a equipe deve estar mentalmente saudável e preparada para lidar com as mais diversas situações e para conseguir distanciar a sua vida pessoal da profissional. (NOGUEIRA-MARTINS, 2003). O Conselho Federal de Psicologia, na Resolução nº 02/2001, define o campo de atuação do psicólogo hospitalar e esclarece que o atendimento deve ser realizado tanto para pacientes e seus familiares, como para os membros da equipe multiprofissional. O trabalho de um psicólogo hospitalar é diferente de um psicólogo clínico, por exemplo. O principal objetivo é ajudar o paciente no processo do adoecimento, humanizando o tratamento. O setting terapêutico é onde o paciente se encontra, o horário do atendimento varia de acordo com a rotina e funcionamento do hospital e a duração do atendimento é bastante irregular. (ANGERAMI-CAMON, 2010). O paciente muitas vezes deixa de ser chamado pelo nome e passa a ser um número ou sua patologia, sendo assim o psicólogo deve realizar um trabalho para humanizar a assistência prestada no nível da saúde. (CHIATTONE, 2000). Nesse

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel,

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> ORIENTADOR: Professora Especialista Monique Färber do Curso de Psicologia da Univel – Centro Univesitário Univel.



sentido a psicóloga entrevistada aponta que é fundamental o bom trabalho e funcionamento de toda equipe, para que o paciente possa ser olhado como um todo, corroborando com a necessidade do psicólogo hospitalar trabalhar esses pontos com toda equipe. Conclui-se que é de suma importância que a equipe multidisciplinar trabalhe como um todo em prol do melhor para o paciente, com um olhar humanizado e empatia tanto para ele como para seus familiares, que não estão preparados, na grande maioria das vezes, para lidar com um adoecimento. Os profissionais devem estar mentalmente saudáveis para um bom atendimento, para lidar com a morte, e com um ambiente de trabalho estressante e associado a dor, nesse ponto o psicólogo é de grande valia para a equipe multiprofissional também, visto que, os ajudará a aprender a lidar com todas as questões envolvidas na sua rotina.

## REFERÊNCIAS

ANGERAMI-CAMON, Augusto (org.). **Psicologia hospitalar: teoria e pratica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

CAMPOS, Terezinha Calil Padis. **Psicologia hospitalar: a atuação do psicólogo em hospitais**. São Paulo: EPU, 1995.

CHIATONE, H. B. C. A significação da psicologia no contexto hospitalar. In ANGERAMI-CAMON, Augusto (org.). **Psicologia da Saúde – Um novo significado para a pratica clínica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Resolução nº 02/2001**, de 10 de março de 2001. Disponível em:  
<[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2001\\_2.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2001_2.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2019.

NOGUEIRA – MARTINS. L.A. Saude mental dos profissionais da saúde. **Revista brasileira de medicina**. Belo Horizonte. V. 1. Disponível em:  
<<http://www.rbmt.org.br/details/281/pt-BR/saude-mental-dos-profissionais-de-saude>>. Acesso em 10 set. 2019.



## A PRÁTICA DA PSICOLOGIA DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AO ENLUTADO

Amanda Patene<sup>1</sup>  
Marieli Aparecida Muffato<sup>2</sup>  
Monique Farber<sup>3</sup>

**Resumo:** Este específico trabalho teve como abordagem principal, dados retirados de acordo com a entrevista realizada com um profissional atuante na área da Psicologia Hospitalar. O foco as questões apresentadas na entrevista se dá em torno do processo de adoecimento do paciente e o luto das famílias, suas fases e subjetividades. Sendo assim, o adoecimento traz si uma desorganização na vida do paciente, o que causa várias transformações em sua subjetividade (CHIATTONE,2011).Logo, relacionando esse processo com o papel do profissional psicólogo hospitalar, tem-se que esse trabalho pretende discutir com o paciente os processos do adoecimento, as possibilidades de ser encaminhado ao centro cirúrgico ou até mesmo o pós-operatório imediato, assim como todos os aspectos psicológicos do mesmo. Não obstante, irá ser buscado mostrar a melhor opção de intervenção psicológica nesse processo junto ao paciente, para que assim, ele consiga diminuir ou amenizar todas as coisas que o distrai ou o deixa mais sensível diante ao tratamento, que poderiam retardar o processo de recuperação (CAMON,TRUCHARTE,KNIJNIK,SEBASTIAN,1994). Por conseguinte, sendo a psicologia uma ciência que lida com indivíduo e suas subjetividades, o assunto sobre morte torna-se também muito importante, especialmente, dentro da psicologia hospitalar, que é necessário estar preparado para situações de finitude (KOVÁCS,1989).Com isso, importante especificar que as fases do luto são sentidas tanto por pessoas que passam pela perda de alguém que era apegado, quanto pelos próprios pacientes que estão no processo de adoecimento e seus companheiros, seja família, amigos ou outros. por conseguinte, entramos na primeira fase do luto que é a denegação, a qual pode ser considerada como uma defesa relativamente temporária, pois o tempo de permanência do luto é relativo de pessoa para pessoa, com ela, as pessoas negam a doença ou que outra pessoa realmente faleceu, tentando esconder a dor que sabe que será sentida. A segunda fase é a da raiva, em que as pessoas não se conformam com a situação está acontecendo e começam a projetar sentimentos de ira e raiva por todos os ambientes em que passam, inclusive em si mesmo. A terceira fase é a de barganha, a qual se apela para o lado da fé e a esperança de serem atendido, em que se fazem promessas em troca de um prolongamento de vida ou apenas a diminuição da dor, geralmente essas pessoas se volta a Deus. A quarta fase é a de depressão, em que por todas as situações ocorridas, a tristeza acaba se afluando e aliando-se a outros sentimentos, que causam a depressão e os sentimentos de impotência, falta de vontade diante a vida e suas novidades. E a quinta e última fase, que é a de aceitação, que finda esse processo com a pessoa aceitando tudo o que aconteceu ou está acontecendo, lidando com a dor da única forma possível para se dar continuidade na vida. É o momento em que o indivíduo encontra certa paz em meio ao caos que estavam seus sentimentos, entendendo que faz parte do processo da vida e seus acontecimentos. Entretanto, existem pessoas que não concluem essa ou qualquer outra fase do luto, permanecendo na vivência da fase em que estagnou, por não aceitar de forma alguma o ocorrido, ou viverem estado de raiva, permaneceram. Depressão por anos, e é nesse momento em que o luto se torna doentio, precisando mais do que nunca de um profissional da área psicológica para o tratamento desse distúrbio, focando



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



em superar a atual fase em que parou, vivenciar as outras de forma "saudável", até chegar à aceitação e aprender a lidar com a dor da perda.(SUSAKI,SILVA,POSSARI,2006).

## REFERÊNCIAS

CAMON, TRUCHARTE, KNIJNIK, SEBASTIAN. **Psicologia Hospitalar Teoria e Prática**, Câmara brasileira de livros, SP, São Paulo, p. 32, 1994.

CHIATTONE, Heloisa Benevides de Carvalho. **A Significação da Psicologia no Contexto Hospitalar**. Psicologia da Saúde – um novo significado para a prática clínica. 2ª Edição revista e ampliada. Cengage Learning Edições, p. 145 – 233, 2011.

KOVÁCS, M. J. **Educação para a morte**. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 25, n. 3, p. 484-497, set. 2005

**SUSAKI, SILVA, POSSARI**. Identificação das fases do processo de morrer pelos profissionais de Enfermagem. **Acta paul. enferm. vol.19 no.2, SP, São Paulo, 2006**.

## DESAFIOS E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ÂMBITO DA SAÚDE PÚBLICA

Andrieli Geraldo Cruz<sup>1</sup>  
Fernanda Almeida dos Santos<sup>2</sup>  
Marieli Aparecida Muffato<sup>3</sup>  
Monique Farber<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como base a entrevista feita com uma psicóloga que atualmente atua em uma UBS- Unidade Básica da Saúde. Os psicólogos da saúde não atuam somente na área hospitalar ou na clínica, eles possuem uma vasta área de atuação em locais que promovam a saúde, por exemplo: no esporte, em ambientes institucionais, nas instituições públicas e privadas, escolas, entre outros. Estão sempre buscando promover a saúde ao indivíduo, porém ao trabalhar com isso deve se estar ciente de que terão dificuldades a ser enfrentadas e que eles também deverão cuidar do seu próprio psíquico. A psicóloga comenta que cada atendimento é uma experiência e dificuldade nova, pois as intervenções realizadas com o paciente têm como base a queixa apresentada, levando em consideração a particularidade de cada um. Isso nos mostra que os trabalhadores desta área estão sempre se adaptando para assim atender melhor cada indivíduo e sua subjetividade. Os psicólogos que estão envolvidos neste meio, assim como qualquer outro profissional, devem procurar ajuda psicológica, pois também gera problemas psíquicos todas as dificuldades enfrentadas no dia a dia, como síndrome de burnout, em que o indivíduo sente cansaço mental e físico, irritabilidade, falta de interesse pelo trabalho e perda de memória, por exemplo. Sabendo-se que se isso tudo não for tratado pode sim evoluir para algo pior, como uma síndrome do pânico, depressão e ansiedade crônica. Em muitos lugares, profissionais da área relatam que uma das dificuldades é o trabalho em grupo, e que, nos serviços particulares, muitos clientes trazem, além dos problemas psicológicos, os problemas materiais como falta de dinheiro. Dessa forma os profissionais não conseguem atendê-los com as mesmas técnicas de um serviço particular (V. CRISTINA, 1990). É exatamente por isso que os serviços prestados pela rede do Sistema Único de Saúde é tão importante. Essa profissão busca compreender a individualidade do ser e fazer a manutenção da saúde, o desenvolvimento de doenças e seus comportamentos associados. Além de desenvolver pesquisas sobre esse assunto, os psicólogos da saúde realizam intervenções com o objetivo de prevenir doenças e auxiliar na passagem de problemas psíquicos marcantes (MIYAZAKI, DOMINGOS & CABALLO, 2001). O âmbito vigente de saúde dos serviços públicos exige outras competências dos especialistas e a universidade mantém propiciando profissionais sem qualificação suficiente para intervir nessa área. Para que isso seja melhorado é necessário desinstitucionalizar nossos conhecimentos e costumes, o desenvolvimento acadêmico indagado às formas impostas que percorreram nossos cursos e que constroem um entendimento sobre o outro, provido como realidade plena, e que no qual se adéque mais com um utensílio de posse e domínio social. Seja qual for a mudança nessa área, precisa-se do rompimento dos modelos clássicos de exercer e das suas estimativas elementares, já que

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> ORIENTADOR: Professora Especialista Monique Farber do curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

é infiltrado uma concepção naturalista e privatista do indivíduo. Pensar a atuação do psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde, ou seja, nas instituições públicas de saúde destinadas à Atenção Primária à Saúde não é uma tarefa fácil. O tempo de inserção desse profissional nessas instituições públicas de saúde é relativamente pequeno; Há um contingente reduzido de profissionais atuando na área - apesar de vir aumentando gradativamente, inexistem pesquisas mais sistemáticas, tanto nacionais quanto locais sobre a atuação do psicólogo nesse campo específico de trabalho. Apesar disso, é possível observar uma série de problemas e insucessos em termos das práticas dos psicólogos. Grande parte deles enfrentam dificuldades em relação à oferta de serviços de saúde, principalmente no que se refere ao número de leitos e recursos humanos disponíveis e comprometidos com a boa qualidade da atenção. Há pouco acesso e cobertura dos programas implementados em relação à saúde materno-infantil e do adolescente; Faltam programas que enfoquem o planejamento familiar e outros voltados para a saúde da terceira idade, saúde mental, saúde do trabalhador, bem como para a prevenção e controle de doenças endêmicas como a Dengue, Calazar e Doença de Chagas. Nas UBS é visto claramente a exigência pela agilidade e cumprimento de metas dos profissionais, o que afeta brutalmente a qualidade do trabalho feito pelo profissional.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Cristina Vilela de; SILVA, Lúcia Cecília da. Atuação de psicólogos na Saúde Pública: dificuldades e possibilidades de trabalhos com grupos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 10, n. 2-4, p.20-23, 1990. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98931990000200004>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931990000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931990000200004)>. Acesso em: 10 set. 19.

RENATA, Davi Sousa et al. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: relatos distantes do SUS. **Actualidades En Psicología**, [s.l.], v. 30, n. 120, p.71-83, 27 jun. 2016. Universidad de Costa Rica. <http://dx.doi.org/10.15517/ap.v30i120.19836>. Disponível em: <<https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/actualidades/article/view/19836>>. Acesso em: 16 set. 2019.

DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. **Estudos de Psicologia (natal)**, [s.l.], v. 3, n. 1, p.53-81, jun. 1998. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x1998000100004>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X1998000100004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X1998000100004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 set. 2019.

## **GORDOFOBIA E PADRÃO ESTÉTICO: OS IMPACTOS NA AUTOESTIMA**

Amanda Da Silva Voigt<sup>1</sup>  
Andianara Ryl dos Santos ira<sup>2</sup>  
Scheila da silva oliveira<sup>3</sup>  
Juliana Madruga<sup>4</sup>  
Monique Farber<sup>5</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como principal objetivo fazer um levantamento bibliográfico sobre a gordofobia, ou seja, o preconceito dirigido ao corpo gordo e tudo que se refere a ele, bem como o impacto negativo no desenvolvimento de uma autoestima saudável, quando pautada num padrão estético. Percebe-se que a sociedade atual por vezes, pode ser preconceituosa e estigmatizadora, principalmente com relação ao corpo gordo. Pessoas gordas são excluídas e lhes é tirado direitos de ir e vir, de ser e de estar, como exemplo podemos citar as catracas de ônibus, as cadeiras de cinema, de restaurantes, bares, cadeira do avião, tudo feito para um outro biótipo corporal. Já o mercado de trabalho não absorve este público, pois rotula o gordo como alguém desleixado, improdutivo, preguiçoso, com baixa estima, problemático e doente. Pessoas gordas não encontram roupas. Em exames de saúde, quando se trata de exames de imagem, a ressonância, a pessoa é submetida a realizar exames em máquinas híbridas (máquinas para animais), o que é um grande desrespeito (GURGEL, 2018). Ao longo do século XX, as mulheres ganharam espaço e conquistaram seus lugares no mundo do trabalho, mas no momento em que escapavam da venda de sua sexualidade, no mercado matrimonial ao qual estavam confinadas, pela independência econômica, sua nova busca se defrontou com sistema de permuta quase idêntico, precisavam também se enquadrar nos padrões gerados pelo mito da beleza que prevalecem até os dias de hoje (WOLF, 1992). Muitas mulheres se maltratam, por não se enquadrarem nesses padrões impostos por outrem, por meio de cirurgias, passando fome, desenvolvendo doenças como anorexia, por essa não aceitação. A mesma autora, pontua que a culpa as leva a criar um sistema de aprisionamento em seus próprios corpos; se os padrões e mitos existem, portanto, é necessário que as mulheres tomem posse do poder que tem, e passem a definir elas próprias os ideais a serem percorridas independentemente dos padrões expostos. Neste sentido, a busca por um eu ideal pode levar a uma crise de identidade. Uma outra questão importante de ser reflexionada, é o estigma social. O estigma revela que a sociedade tem dificuldades em lidar com o diferente e a divide em dois grupos: os estigmatizados ou anormais e os normais, quer dizer que se o indivíduo não se encaixar numa certa padronização será visto como fora do normal e então estigmatizado (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2008). O termo estigma é bem antigo criado na Grécia para identificar as pessoas que possuíam sinais corporais consideradas diferentes sobre o status daqueles que as avaliavam, os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo, considerando um aviso ao resto da humanidade que aquelas pessoas eram sujas, impuras, de uma raça inferior ou eram e escravas que deveriam ser evitadas por serem pessoas más. O estigma, segundo os

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>5</sup> ORIENTADORA: Professora Especialista Monique Färber do curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



mesmos autores, é uma forma de controle social, no qual existe uma seleção de acordo com os princípios morais, religiosos, institucionais, políticos, culturais e comerciais padronizando o que é adequado ou não adequado em nossa sociedade. O indivíduo que não se encaixar acaba por ser estigmatizado e então excluído socialmente. Parece que sempre existiu essa seleção, com inúmeras razões e argumentos que o corpo social apoia e até viabiliza, acreditando inclusive que essa seleção está baseada em conhecimentos verdadeiros e superiores com o poder suficiente para delimitar essa diferenciação.

## REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma Introdução ao estudo de psicologia**. 13<sup>a</sup> ed. 3<sup>a</sup> tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

**GURGEL, Alexandra**. Pare De Se Odiar Odiar Porque Amar O Próprio Corpo É Um Ato Revolucionário. **1<sup>a</sup> Edição**. Rio De Janeiro: Editora Best Seller, 2018.

**WOLF, Naomi**. O Mito Da Beleza. São Paulo: Editora Rocco, 1992.



## INFLUÊNCIAS DE FALSAS MEMÓRIAS EM RELATOS CRIMINAIS

Aléxia Maciel dos Santos<sup>1</sup>  
Daiane de Quadros Ossovski<sup>2</sup>  
Isadora Galeski<sup>3</sup>  
Júlia de Carvalho<sup>4</sup>  
Caroline de Cássia Francisco Buosi<sup>5</sup>

**Resumo:** Este objeto de estudo consiste em uma retificação, com o objetivo de verificar a forma com que a falsa memória, advinda de testemunhas oculares, interfere nos relatos criminais. As falsas memórias, na psicologia, são memórias de eventos nunca vivenciados pelo indivíduo. Essas falsas informações podem ser extremamente prejudiciais, principalmente quando ocorridas em descrições de crimes. Diante do exposto, tem-se o seguinte questionamento: Quais as formas com que a falsa memória advinda de testemunhas oculares, interfere nos relatos criminais? As primeiras pesquisas sobre falsas memórias começaram a surgir no século XIX, em Paris, com o caso de um homem de 34 anos que começou a lembrar de situações que nunca haviam acontecido, chamando assim a atenção dos médicos. (NEUFELD; BRUST; STEIN, 2010 apud OLIVEIRA, 2018, s.p). A falsa memória, segundo Heiny Harold Diesel (2018), é um fenômeno conhecido por lembrar de algo que não aconteceu, podendo ser entendida por um relato distorcido. Essa distorção pode transcorrer de forma espontânea ou por influências de terceiros, seja agentes internos ou externos, intencional ou acidental. Estudos apontam que falsas informações decorrentes por falsas memórias, proporcionadas por testemunhas oculares, afetam totalmente seus relatos. Isso, pois, o arremate de muitos processos criminais depende dessas testemunhas, tanto na fase de investigação, quanto para o julgamento. Dessa forma, como as memórias dependem de processos mnemônicos, diversas vezes elas não demanda total confiabilidade (STEIN, 2010 apud COSTA et al, 2015, s.p). Outro ponto muito defendido por alguns autores, é que informações alcançadas por um grupo de testemunhas oculares podem obter mais fidedignidade quando em confronto com uma única testemunha (YARMEY & MORRIS, 1998 apud COSTA et al, 2015, s.p). Isso pois, se tem expectativa que um relato pode complementar o outro, levando em consideração que cada testemunha vê o ocorrido de uma perspectiva diferente. Em contrapartida, deve-se sempre levar em conta que o contato entre testemunhas após a ocorrência, pode fazer que haja uma certa confusão entre as informações, provindas de influência social (GABBERT ET AL, 2003 apud COSTA et al, 2015, s.p). Pesquisas feitas mostram como os erros aumentam de forma significativa quando uma pessoa fornece uma informação falsa para outra, a segunda passa a ver aquilo como verdade, e se for um caso que vai à júri, pode causar diversos danos neste julgamento (POLUZZO, CRESCINI E PANTON, 2008 apud SARAIVA et al, 2015, s.p). Como se pode observar, as falsas memórias, são memórias de eventos nunca vivenciados, mas que se acredita ser verdade. A falsa memória pode ser central ou periférica, onde a primeira envolve elementos ligados diretamente ao evento, como características do agressor, a segunda não está ligada diretamente ao evento, como característica do ambiente. Diante disso, deve levar em consideração a enorme importância dessas falsas informações para o âmbito jurídico, pois quando se tem uma testemunha ocular ajudando em relatos criminais, deve se levar em conta diversos quesitos, como os contatos tidos pela pessoa com outras testemunhas ou até mesmo com indivíduos fora da área, pois ele pode ter ou não, sofrido influência por tais. Percebe-se então, que se deve tomar muito cuidado antes de se acreditar em informações que são trazidas e, principalmente, que os peritos e superiores da área da justiça, devem tomar profundo cuidado quando forem levar em conta notícias recebidas, frutos de testemunhas oculares.



## REFERÊNCIAS

ALVES, C. M; LOPES, E. J. Falsas memórias: questões teórico- metodológicas. **Revista Scielo**, v 17, nº 36, p.45-56, Abril, 2007. Disponível em:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2007000100005&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100005&lang=pt). Acesso em: 06 jun. 2019.

SARAIVA, R; B. IGLESIAS, F. MICAS, G. F. ARAÚJO, C. P. N. LIMA, C. C. COSTA, M. V. Conformidade entre testemunhas oculares: efeitos de falsas informações nos relatos criminais. **Revista Scielo**, v 20, nº 1, p. 87-96, Abril, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712015000100009&lang=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712015000100009&lang=en). Acesso em: 06 jun. 2019.

NEUFELD, C. B; BRUST, P. G; STEIN, L. M. O efeito da sugestão de falsa informação para eventos emocionais: quão suscetíveis são nossas memórias. **Revista Scielo**, v 13, nº 3, p. 539-547, Setembro, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722008000300015&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000300015&lang=pt). Acesso em: 08 jun. 2019.

OLIVEIRA, H. M; ALBUQUERQUE, P. B; SARAIVA, M. O Estudo das Falsas Memórias: Reflexão Histórica. **Revista Scielo**, v 26, nº 4, p. 1763-1773, Dezembro, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2358-18832018000401763&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832018000401763&lang=pt). Acesso em: 08 jun. 2019.

## OS DESAFIOS DA PRÁTICA DA PSICOLOGIA HOSPITALAR

Daiana Mosele<sup>1</sup>  
Fernando Simonetto<sup>2</sup>  
Melissa I. Fachinetto Torres<sup>3</sup>  
Sidnei Souza<sup>4</sup>  
Monique Färber<sup>5</sup>

**Resumo:** O presente trabalho teve como principal diretriz a entrevista realizada com a Psicóloga Hospitalar de um Hospital localizado no oeste do Paraná, classificado como de grande porte, que atende exclusivamente pelo SUS. As questões apresentadas na entrevista - *setting*, prontuário, demanda de pacientes- foram confrontadas com as bases teóricas que fundamentam a Psicologia Hospitalar, visando conhecer o quanto esse campo da psicologia já se desenvolveu, o quanto já conseguiu, ou não, se adequar as normas e regulamentos técnicos, e para se ter uma pequena noção da realidade prática dos profissionais que atuam em Hospitais Públicos da rede do Sistema Único de Saúde em uma cidade no Oeste do Paraná. No Brasil, há registros sobre a prática da psicologia hospitalar que remontam aos anos 50. Entretanto, ainda nos anos 90, a atuação desses profissionais transcorria de forma tímida, com dificuldade de definição do campo de atuação e com uma necessidade de se abandonar antigos paradigmas (ANDREOLI, CAIUBY e LACERDA, 2013). Pode ser definida como o ramo ou especialidade da psicologia que tem por desígnio entender e tratar os aspectos psicológicos em torno do adoecimento humano. Entende-se por adoecimento o que ocorre quando o sujeito, carregado de subjetividade, esbarra em um ente de natureza patológica denominado pela medicina por "doença". A constatação da doença, invariavelmente, produz uma infinidade de aspectos psicológicos que podem ser evidenciados no paciente, na família, ou mesmo na equipe de profissionais responsável pelo enfermo. (SIMONETTI, 2018). O Conselho Federal de Psicologia, define o campo de atuação do Psicólogo Hospitalar na Resolução nº 02/01. O ambiente em que se dá a prática da psicologia hospitalar é o principal fator que a diferencia das demais áreas de especialização da psicologia. O psicólogo precisa ter muito claro que sua atuação no contexto hospitalar não é psicoterápica dentro dos moldes do chamado *setting* terapêutico. (ANGERAMI-CAMON, 2003). No Hospital pesquisado os atendimentos psicológicos aos pacientes ocorrem nos seus respectivos leitos de internação. O profissional precisa ter a sensibilidade de perceber o que aflige psicologicamente o paciente, sem ter que fazer com que este exponha sua intimidade e seus dilemas num ambiente sem privacidade. Outro diferencial é quanto ao registro dos dados dos pacientes. No caso do trabalho em equipe multiprofissional, onde o prontuário é único, o que deve constar neste é o resultado da avaliação e do acompanhamento psicológico. A atuação do psicólogo na área da saúde, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, segundo a entrevistada, é de muita importância e se verifica uma enorme necessidade de profissionais para suprir a demanda. Em 2007, contabilizam-se 14.407 psicólogos trabalhando no SUS, o que corresponde a 10% dos psicólogos registrados no Sistema Conselho de Psicologia (FERREIRA NETO *apud* SPINK, 2007). Nos atendimentos do SUS,

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Psicologia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>5</sup> ORIENTADOR: Professora Especialista Monique Färber do Curso de Psicologia da Univel – Centro Univesitário Univel.

há uma nova clientela até então distante da psicologia clínica, oriunda das classes populares. No hospital visitado verificou-se que não há qualquer registro ou anotações nos prontuários dos pacientes quanto aos atendimentos psicoterápicos realizados. A realidade destoa da regulamentação apresentada pelo Conselho Federal de Psicologia. Esta realidade é fruto da falta de estrutura e do número de profissionais que atuam no setor de Psicologia do Hospital – que conta com apenas duas profissionais concursadas e uma terceirizada para o atendimento de aproximadamente 195 leitos. O setor de Psicologia consiste em apenas uma sala administrativa, para abrigar as profissionais, realizar reuniões, e demais atividades decorrentes da atividade. Tendo em vista o número inexpressivo de profissionais, é preciso realizar uma triagem de quem será atendido e essa triagem não tem qualquer critério pré-determinado, há apenas o *feeling* dos demais profissionais da saúde que percebem que o paciente está em sofrimento e solicitam a presença do psicólogo. Praticar a psicoterapia nas instalações das instituições hospitalares é um desafio diário aos psicólogos, que para prestarem um serviço de psicoterapia adequado, eficaz e ético, precisam se adequar ao *setting* terapêutico, à falta de registro dos pacientes, à demanda excessiva, entre outras questões.

## REFERÊNCIAS

ANDREOLI, P. B. A., CAIUBY, A. V. S., LACERDA, S. S. **Manuais de especialização: psicologia hospitalar**. 1. ed. Barueri, SP: Manole. 2013.

ANGERAMI-CAMON, V. (Org.) **Psicologia hospitalar: teoria e prática**. 1. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA Resolução 02/2001, de 10 de Março de 2001. Altera e regulamenta a resolução 014/00 que institui o título de especialista em Psicologia e seu respectivo registro Disponível em <https://site.cfp.org.br/resolucoes/resolucao-n-2-2001/>

FERREIRA NETO, J. L.. **A Atuação do psicólogo no SUS: análise de alguns impasses**. Psicologia: ciência e profissão vol. 30 no.2, Brasília – Jun. 2010. P. 390-403 .Acesso em 20/08/2019. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/cielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932010000200013&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/cielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200013&lng=pt&tlng=pt).

SIMONETTI, A. **Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença**. 6. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2011.

## **Projeto “EducArte” Um relato de experiência no contexto escolar**

Taíza Fernanda Ramalhais<sup>1</sup>  
Maria Eduarda Inacio da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O projeto visa incentivar os alunos a mergulhar neste mundo fascinante da música, e, mais ainda, apontar outros diferentes caminhos de pesquisa e de possibilidades através de musicais os quais inclui temas emergentes da adolescência na produção musical em conjunto como importante fator de desenvolvimento humano e social no contexto da comunidade em que vivem. Sabendo que a comunidade local do campo a música, faz parte de suas diferentes formas de expressão, e do cotidiano dos alunos e dos familiares as atividades desenvolvidas visam para o público, como uma atividade prazerosa, e os motivam a elaborar uma proposta de trabalho diferenciado através da realização do projeto, o qual é desenvolvido pela coordenação da aluna de Sala de Recursos Multifuncional – Altas Habilidades/Superdotação pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR). A Música é um fenômeno universal, que está presente na história de todos os povos e civilizações, em todo o globo, desde a pré-história. E, desde os primórdios, a Música faz parte do dia-a-dia das comunidades, se manifestando de diferentes maneiras, em ritos, festas e celebrações das mais diversas. Na verdade, é praticamente impossível encontrar uma pessoa que não goste de ouvir, cantar e dançar. Desde a mais tenra idade vivenciamos muitas experiências ouvindo e cantando em casa e em tantos outros lugares, com os mais diversos fins. Assim, é patente em todas as esferas de nossa sociedade que a Música tem um papel primordial como forma de lazer e na socialização das pessoas, pois ela cria e reforça laços sociais e vínculos afetivos. Além disso, a Música exerce um relevante papel na formação cultural das pessoas, por meio do repasse de ideias, informações e conceitos, servindo para o aprimoramento do aprendizado. Baseando-se nesse enorme conhecimento do papel que a Música possui em nossa sociedade, diversas Escolas tem incluído essa Arte no cotidiano dos trabalhos escolares com objetivo de melhorar o aprendizado, aproximando mais ainda essa Arte da vida dos alunos. O projeto é desenvolvido em um Colégio Estadual do Campo numa cidade do oeste do Paraná em horário extraclasse, por meio de oficinas semanais na Sala de Recursos Multifuncional – Altas Habilidades/Superdotação. Segue o procedimento: 1ª Etapa: divulgação do projeto por meio de panfletos informativos e “Plantão de recreio”; 2ª Etapa: reunião com os pais/responsáveis e processo de inscrição e assinatura do termo de autorização; 3ª Etapa: encontro de apresentação do projeto e sensibilização dos participantes. 4ª Etapa: pesquisa-ação com a comunidade escolar sobre temas emergentes para construção dos musicais. Atualmente o projeto tem 15 participantes. Espera-se que, ao proporcionar as oficinas de música em todas as séries do Ensino Fundamental, os estudantes

<sup>1</sup> Professora Mestre do Curso de Psicologia – Centro Universitário UNIVEL/Professora Mestre da Sala de Recursos Multifuncional Altas Habilidades/Superdotação – Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

<sup>2</sup> Aluna da Sala de Recursos Multifuncional Altas Habilidades/Superdotação – Secretaria Estadual de Educação do Paraná.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



encontrem na prática musical uma maneira de aprender e se comunicar. Contudo anseia-se, também, que a comunidade escolar se mobilize para realizar eventos culturais. Esses eventos tornam-se referências para toda comunidade, contribuindo, assim, para a formação integral e efetiva do estudante como cidadão inserido no meio escolar e comunitário e transformador tendo como base uma visão crítica sobre o contexto social. Pois os participantes já evidenciam a música como algo significativo em suas vidas e através das temáticas trabalhadas reflete na repercussão do cotidiano dos demais estudantes no contexto escolar e social. As oficinas são ansiosamente aguardadas pelos estudantes. O prazer de aprender através dos musicais oportuniza momentos no convívio escolar, atuando na formação de crianças, jovens e adultos e contribuindo com a escolarização como um todo. Por fim, entende-se que o projeto possa contribuir com o desenvolvimento de estudantes no Colégio Estadual do Campo, além de possibilitar momentos de fazer e apreciar música junto à comunidade local. Ressaltamos que esse Projeto contribui para a criação de relacionamento sócio-cultural de nossos estudantes e bom relacionamento entre comunidade e a Escola. Acredita-se que com a inserção da Música no dia-a-dia da Escola e no cotidiano da comunidade local, pode desta forma ocupar o tempo ocioso das crianças e adolescentes, contribuindo assim para formação integral dos discentes para com relação a sociedade que estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Música, escola e construção de políticas locais de educação musical: um estudo na cidade de Uberlândia, MG, 2002.**

AMATO, R. C. F. Breve retrospectiva histórica e desafios do ensino de música na educação básica brasileira. **Opus, 2006, n. 12, p. 144-166.**

## PSICOLOGIA DA SAÚDE ATUANDO NA REDE CAPS AD

Andianara Ryl do Santos<sup>1</sup>  
Bianca Matte dos Santos<sup>2</sup>  
Hellyanne marcondes<sup>3</sup>  
Janisse Medeiros Ferraz<sup>4</sup>  
Suzana Ferraz<sup>5</sup>  
Professor: Monique Färber<sup>6</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa foi realizada através de entrevista com profissional da área da Psicologia da saúde que atua junto ao CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), cujos serviços prestados à população serão também delineados. Segundo o entrevistado, em sua unidade são atendidos aproximadamente 270 pacientes e a maior dificuldade que enfrenta no trabalho, hoje, é em relação a recursos materiais, pois essa demanda vem crescendo porém, a estrutura para atendimento é engessada, havendo dificuldades no que diz respeito aos recursos físicos, materiais e humanos, pois o crescimento da equipe não acompanha o aumento do número de pacientes. Alegou ser interessante trabalhar em equipe multidisciplinar, destacando como pontos positivos a troca de conhecimentos de saberes de cada um a partir da sua perspectiva e área de conhecimento, a possibilidade de discutir o mesmo caso, o mesmo paciente, com contribuição das diversas áreas de atuação. Não destaca pontos negativos. Diz que trabalhar com crianças e adolescentes nunca é uma única problemática e que não é incomum se falar, no CAPS-AD, que por vezes, o menor dos problemas do paciente é o uso de drogas e por isso é necessária visão mais ampla em relação a esse indivíduo para compreender a real demanda, a queixa que está apresentando e desta forma apresentar-lhe uma melhor qualidade de vida. Relatou ainda como fatos positivos, poder ver a melhorara de vida de vários pacientes e que conseguem vir a ter projeto de futuro, mas destaca que existem marcas negativas quando, principalmente pela dependência química, acabam se deparando com o assassinato de alguns indivíduos pelo envolvimento com tráfico, por dívida de drogas, ou por conflitos com grupos rivais. Conclui aduzindo que a perda do paciente acaba marcando negativamente o profissional, tendo em vista que o trabalho desenvolvido busca justamente evitar que isso aconteça. Os CAPS, são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. É um serviço de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos. Dividem-se em: CAPS I, II e III = serviço de atenção à saúde mental para atendimento adultos, com transtornos mentais severos e persistentes em municípios com, respectivamente 20 à 70 mil, 70 à 200 mil e acima de 200 mil habitantes. O CAPS I = atende crianças, adolescentes e jovens até 25 anos em cidades com mais de 200 mil habitantes; CAPS AD = atendimento a usuários de álcool e drogas em cidades com 70 a 200 mil habitantes. Importante salientar que autores brasileiros como Spink (Spink 1992; Spink, 2003; Spink, Menegon, Gamba & Lisboa, 2007) vinculam a psicologia da saúde ao modelo da psicologia social e comunitária. Para Spink (2003) a Psicologia da saúde pode ser considerada como novo campo de saber que se reestrutura com a inserção de psicólogos na rede de saúde pública e abertura de novos campos de atuação do psicólogo. Com o pressuposto das teorias acima podemos refletir e teorizar que a psicologia da saúde vai priorizar a etiologia a causa e a natureza; como também irá compreender, explicar, desenvolver e testar teorias. O psicólogo vai atuar e entender o psíquico da pessoa doente no hospital ou da população doente. Este profissional atuará inter/multi/transdisciplinarmente, avaliando o papel do comportamento; fazendo prognóstico; estudando a doença e avaliando o comportamento da doença.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



## REFERÊNCIAS

BRUSCATO, W. L., KITAYAMA, M. M., FREGONESE, A. A., DAVID, J. H. (2004). O trabalho em equipe multiprofissional na saúde. In Bruscato, W. L., Benedetti, C., Lopes, **S. R. A. A prática da psicologia hospitalar na Santa Casa de São Paulo**. Novas páginas em uma antiga história. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2, 33-41.

RODRÍGUEZ - MARÍN, J. (1999). La psicología de la salud en la España actual. In: M. A. Simón (Dir. y otros) **Manual de psicología de la salud** - Fundamentos, metodología y aplicaciones (pp.177-216). Madrid, España: Editorial biblioteca Nueva

SPINK, MARY JANE (2003), **Psicologia Social e saúde- Prática, saberes e sentidos**. Petrópolis: Vozes.

AFINAL o que é CAPS. Portal Educação. Disponível em:  
<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/afinal-o-que-e-caps/71761>>  
Acesso em 15 de set. de 2019.



## RELAÇÃO TÉORICO- PRÁTICA DA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA DA SAÚDE INSERIDO NO CAPS

Bianca Siqueira <sup>1</sup>  
Júlia Chiela Rodrigues<sup>2</sup>  
Marco Antônio Mello<sup>3</sup>  
Vitória Gomes <sup>4</sup>  
MôniqueFarber<sup>5</sup>

**Resumo:** O presente trabalho, teve como foco apresentar a relação prática e teórica do profissional da psicologia da saúde, baseado na entrevista realizada com um Psicólogo atuante no CAPs na cidade de Palotina e, também com base em referenciais teóricos, utilizando a pesquisa bibliográfica. O Psicólogo entrevistado é formado em Psicologia no ano de 2000 pela faculdade Unipar, com Mestrado em Psicologia da Saúde pela UCDB, com Especialização em Dependência Química pela PUC e pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior pela UESPAR, e que vem atuando na área da saúde, especificamente no CAPs, desde 2007. A Psicologia da Saúde teve seu marco inicial na década de 50, mas foi se desenvolver com mais força apenas na década de 70, e foi durante esta década em decorrência da Reforma Psiquiátrica que surgiu o CAPS, local de atendimento comunitário do SUS (Sistema Único de Saúde) a pacientes com transtornos mentais persistentes, psicoses e que necessitam de um cuidado intensivo. Já no Brasil isso aconteceu em 1986 envolvendo a família dos indivíduos nos tratamentos, e ajudando-os na recuperação destes. (TORTOLA; et al, 2016). O CAPS têm como objetivo a integração social dos pacientes, incentivá-los por autonomia e fornecer atendimento médico e psicológico, e cada usuário que frequenta é atendido conforme suas necessidades. Atendimento Intensivo, Semi-Intensivo, Não Intensivo, familiar, individual e comunitário (TORTOLA; et al, 2016). Na entrevista realizada com o psicólogo, alguns pontos foram constatados, tais quais: Possui uma equipe multidisciplinar, o paciente é atendido por todos os profissionais e de tempo em tempo é acompanhado, principalmente pelo médico e pelo (a) psicólogo (a); Atende individualmente e em grupo, o atendimento em grupo é feito especialmente em indivíduos dependentes químicos, usuários de álcool e outras drogas; Dependendo do caso é atendido uma vez por semana ou uma vez a cada quinze dias; O CAPS fornece atendimento para aqueles classificados como de auto risco, dessa forma, não é aberto para todo e qualquer público. Estes dependentes químicos usufruem do atendimento médico-psicológico bem como das oficinas ministradas por outros profissionais, tais quais: oficina da cidadania, autos cuidados e outras. Na visão de Carvalho e Silva (1990) os trabalhos grupais são um campo de atuação

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da UNIVEL.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da UNIVEL.

<sup>3</sup> Acadêmico do curso de Psicologia da UNIVEL.

<sup>4</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da UNIVEL.

<sup>5</sup> Orientadora, professora Monique farber do curso de Psicologia da UNIVEL.



**Centro Universitário Univel**  
Av. Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz  
85806-080, Cascavel (PR)  
Fone: (45) 3036-3653 | Fax: (45) 3036-3638  
**Centro de Pesquisa e Extensão (CPE)**  
[cpe@univel.br](mailto:cpe@univel.br) | [cpeprojetos@univel.br](mailto:cpeprojetos@univel.br)



que já foi bastante desenvolvido pela psicologia. O CAPS atende à demanda de públicos considerados de alto risco de saúde mental, atendimentos de baixo e médio risco são realizados na unidade básica de saúde. Sendo que, pacientes de alto risco para entrevista em questão serão usuários de drogas e dependentes químicos, graus elevados de depressão, transtorno afetivo bipolar, transtorno de ansiedade generalizada. De adendo com esta colocação torna-se indispensável a posição de Carvalho e Silva (1990) Quanto a este aspecto cabe destacar que por maior que seja o número de pessoas atendidas pelo psicólogo, ele não dará conta da demanda existente se não mudarem questões que transcendem o seu poder de atuação sendo notório que a psicologia é incapaz de resolver parte das problemáticas psicológicas da clientela de baixa renda pois estas estão vinculadas também as condições de subsistência que vão além do atendimento profissional.

## REFERÊNCIAS

TORTOLA, Ferreira Jhennipher; et al. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): Uma Instituição de Referência no Atendimento à Saúde Mental. **Rev. Saberes, Rolim de Moura**, vol. 4, n. 1, jan./jun., p. 72-86, 2016

<<https://facsao paulo.edu.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/05/ed5/7.pdf>> Acesso em: 15/09/2019.

CARVALHO, Cristina Vilela de; SILVA, Lúcia Cecília da. Atuação de psicólogos na Saúde Pública: dificuldades e possibilidades de trabalhos com grupos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 10, n. 2-4, p. 20-23, 1990 . <

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931990000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931990000200004)> Acesso em: 16/09/2019.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

RESUMOS DE TECNOLOGIA EM  
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE  
SISTEMAS - TADS

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A APRENDIZAGEM DE MÁQUINA

Felyp Henrique Fernandes<sup>1</sup>  
Ediloy Guilherme Dolinski<sup>2</sup>  
Luiz Fernando Beneli Marafon<sup>3</sup>  
Vinicius Tessele<sup>4</sup>  
Matheus de Lima Goedert<sup>5</sup>

**Resumo:** A Inteligência Artificial (IA) é uma ciência multidisciplinar que desenvolve técnicas computacionais baseadas no comportamento humano que surgiu em 1940 durante a Segunda Guerra Mundial, a partir da necessidade de criar métodos tecnológicos para análise balística, quebra de códigos e armas nucleares. Desenvolver uma IA torna-se moroso ao passo que ela busca simular a própria inteligência humana (RIBEIRO, 2010; LIMA; PINHEIRO; SANTOS, 2014). Contudo, este tipo de algoritmo apresenta uma vasta gama de possibilidade de aplicações, como por exemplo: o desenvolvimento de jogos; a compreensão da linguagem natural (fala/comando vocal); a modelagem de desempenho humano; planejamento; robótica; linguagens de programação e ambientes para IA como redes neurais artificiais (RNAs) e algoritmos genéticos (LUGER, 2014). Segundo Pontes (2011), as pesquisas em IA têm permitido a elaboração de algoritmos computacionais capazes de armazenar e desenvolver grandes quantidades de conhecimento. Neste sentido, Azevedo (2005) define três linhas de pesquisa para esta área do conhecimento: conexionistas, simbólica e evolutiva. A linha conexionista é a modelagem da inteligência humana por meio da simulação dos neurônios humanos e suas interligações, em que cada neurônio recebe entradas de uma ou mais saídas de informação, buscando ser linear nas entradas e saídas de informações. A linha simbólica usa o formalismo lógico para simular o comportamento inteligente expresso por meio da linguagem. Já a linha simbólica (ou computação evolutiva), se baseia na observação de mecanismos evolutivos da natureza como auto-organização e comportamento adaptativo. Russel e Norvig (2010) também propuseram em suas pesquisas definições de IA, os autores subdividem esta área do conhecimento em quatro segmentos de pesquisa: algoritmos que pensam como humanos, onde a estrutura do algoritmo é baseado na biologia humana; sistemas que pensam racionalmente, onde o algoritmo segue uma lógica mais humana e racional, não visando o acerto, mas o processo de construção da lógica; os que agem como humanos, como algoritmos de *chatbot*, onde o computador conversa com um humano; e os que agem racionalmente, criando agentes computacionais inteligentes, onde esses são capazes de observar um ambiente, adaptando-se, criando e cumprindo metas de forma autônoma. Uma IA pode utilizar algoritmos de aprendizado de máquina (linha de pesquisa conexionista, ou que segue uma linha de pesquisa de algoritmos que pensam como humanos ou que agem racionalmente, isso varia conforme a operação algorítmica) para aprender operações corporativas, fazendo o reconhecimento de padrões complexos nos

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADS da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADS da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia de Produção da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>4</sup> Professor Mestre do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADS da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

<sup>5</sup> ORIENTADOR: Professor Mestre Matheus de Lima Goedert do Curso de Engenharia de Produção da UNIVEL - Centro Univesitário Univel.



quais um humano não poderia reconhecer facilmente (PONTES, 2011). Nesse sentido o algoritmo pode aprender com o sucesso ou insucesso das operações realizadas, assim como humanos realizam. Este ramo da IA é propriamente chamado de Aprendizado de Máquina, comumente conhecido como *Machine Learning*, e visa desenvolver algoritmos e técnicas com propriedades de inteligência comparada às capacidades cognitivas do ser humano, que seja capaz de aprender sem a mínima interferência do usuário. O *Machine Learning* tornou-se necessário e indispensável, tendo contribuições em várias outras áreas além da computação. De acordo com Aurélien Géron (2017), um programa de computador é dito capaz de aprender a partir de uma experiência “E” a respeito de uma tarefa “T” com uma performance mensurável “P”, se esta performance em “T”, mensurável por “P” melhorar em “E”. O que significa dizer que, uma tarefa de Aprendizado de Máquina se desenvolve a partir de uma experiência, e conforme ela vai experimentando ela desenvolve sua base de conhecimento para aprimorar sua performance e resultados. *Machine Learning* é comumente utilizado para automação e desenvolvimento de programas que careçam de alto desempenho. Diante do exposto, é evidente que, ao longo do tempo as máquinas vêm evoluindo e, desde a década de 40, quebrando barreiras de aprendizado, podendo, em alguns casos, se equiparar a inteligência humana, por meio da combinação de IA e *Machine Learning*. Em um futuro próximo, tal evento caracterizará revolução industrial contemporânea, já denominada Indústria 4.0, tal aspiração pode ser resumida à substituição da mão de obra humana por sistemas “ciberfísicos”, que consistem na união entre uma IA (cyber) e uma máquina/robô (físico). Deste ponto de vista, o ser humano não mais seria requisitado para realização de atividades consideradas “braçais”, mas sim para atividades intelectuais e de cunho emocional, assumindo assim, única e exclusivamente, seu papel de ser pensante.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, E. **Desenvolvimento de Jogos e Aplicações em Realidade Virtual**. 3. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- GÉRON, aurélien. **Hands On Machine Learning with Scikit-Learn and TensorFlow**. Estados Unidos: O'Reilly, 2017.
- LIMA, I.; SANTOS, F.; PINHEIRO, C. **Inteligência Artificial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- LUGER, G. **Inteligência Artificial**. 6. ed., São Paulo: Pearson, 2014.
- PONTES, R. **Inteligência Artificial nos Investimentos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- RIBEIRO, R. **Uma Introdução à Inteligência Computacional: Fundamentos, Ferramentas e Aplicações**. Rio de Janeiro: IST-Rio, 2010.
- RUSSEL, Stuart J.; NORVIG, Peter. **Artificial Intelligence: a Modern Approach**. Pearson, 2010.
- STUART R.; PETER N., **Artificial Intelligence: a modern approach**. 3. ed., Estados Unidos: Pearson Education, 2010.



CONEXÕES  
*humanas*  
um olhar para a saúde mental

**ANAIS 2019**

17<sup>a</sup> Jornada  
Científica  
univel

 **univel**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO